ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. E.

DIREÇÃO GRÁFICA

ADOLPHO FREJAT

Superintendente do Serviço Gráfico

15 DE DEZEMBRO DE 1959

SUPERVISÃO DOS VERBÊTES

DE

FRANCISCO JUNQUEIRA

Inspetor Regional de Sergipe

E

JOSÉ FRANKLIN CASADO DE LIMA

Inspetor Regional de Alagoas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XIX VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

PREFÁCIO

SERGIPE e Alagoas estudados neste volume são os dois Estados de menor extensão territorial do Brasil.

O início da sua colonização foi demorado, principalmente em Sergipe, cujo desenvolvimento só se pôde destacar depois da invasão holandesa; embora em meados do século XVI tivessem tido pequena e eventual ocupação portuguêsa.

Alteia-se Alagoas, entretanto, na história do Brasil pela brilhante reação contra a escravatura, com o estabelecimento da República dos Palmares, para onde os escravos fugidios se encaminhavam e daí saíam em guerrilhas, indo até mesmo às barrancas do Parnaíba.

Zumbi, é sem dúvida um símbolo da história libertadora no Brasil e a sua morte, acompanhada de seus bravos companheiros atirando-se uns sôbre os outros, da escarpa bruta, quando vencidos, para não se submeterem novamente aos grilhões da escravatura, mostra que mesmo naqueles tempos já se alimentava sob o céu das Américas, o esplendor da consciência de liberdade e a chama acesa de um ideal semelhante ao que, nos longes da história, iluminaram a revolução dos gladiadores em Roma.

É verdade que pesa sôbre Alagoas um estigma histórico para a sua independência no concêrto das Unidades Brasileiras, resultante de seu papel na Confederação do Equador, em que essa independência representou o prêmio de sua posição política.

Discute-se a veracidade histórica dêsse fato. Discute-se, principalmente, em razão das qualidades efetivas do povo alagoano, sua energia e sua bravura, que se marcam destacadamente na vida contemporânea do panorama brasileiro.

Do ponto de vista econômico, êsses dois Estados não assumem posição destacada no confronto dos demais, quando se trata de valores absolutos de sua produção, mas se apresentam, realmente, com características brilhantes ao se analisar sua posição, relativamente à extensão de sua gleba.

Êsses Estados têm a lhes marcar a divisa o grande sulco de penetração do São Francisco, o "Mississípi brasileiro", como lhe chamam alguns. O São Francisco só não teve o papel que desempenhou aquêle rio na prosperidade da República do Norte em razão da interrupção de sua navegação entre Piranhas e Petrolândia.

Êle desce, aí, encachoeirado no reboar das águas de Paulo Afonso. Mas, na verdade, hoje, Paulo Afonso representa a esperança maior do Nordeste e, em especial, dêsses dois Estados. O seu disponível energético oferecerá condições sem precedentes para o desenvolvimento industrial de todo o Nordeste.

Mas, por outro lado, foi Paulo Afonso um anteparo na penetração que a via aquosa poderia oferecer como meio de escoamento do "hinterland" brasileiro.

Notaram isso os estadistas do século passado e idealizaram uma Estrada de Ferro capaz de vencer essa faixa encachoeirada, ligando o baixo ao médio São Francisco.

Acontece, entretanto, que essa solução foi apenas ilusória, como ilusórias foram as soluções dadas ao Tocantins e ao Madeira. É que nunca se ligam dois trechos de um sistema de transporte por outro mais nobre, em condições econômicas. Daí as ferrovias não servirem para dar continuidade a um sistema de navegação interior, nem tampouco uma estrada de rodagem para estabelecer a continuidade de dois trechos ferroviários.

Essas três soluções, tanto a de transpor Paulo Afonso, quanto a de vencer as escadinhas do Madeira ou contornar o Canal do Inferno no Tocantins, por meio de trechos ferroviários, foram, realmente, desencorajantes.

A obra necessária para vencer Paulo Afonso seria, realmente, uma escada de eclusas, idêntica solução seria a melhor para se vencer a Cachoeira de Itaboca no Tocantins, ou a de Teotônio, no Madeira.

Hoje, pricipalmente, isso se torna importante quando o canal oceânico do São Lourenço ou as melhorias da navegabilidade do Mississípi, do Missouri e do Ohio estão na ordem do dia pelas suas grandes realizações de transporte; quando a Rússia une os seus vários sistemas, transpondo as águas do Denieper para o Don e do Don para o Volga, marcando a continuidade de sua navegação interior, da Ucrânia até as encostas dos Urais, e ligando, pela junção do Volga ao Dvina o Mar Branco ao Cáspio e ao Negro. Tôda a Europa é cortada de canais em tôdas as direções, destacando-se o Canal Alberto onde os grandes paquetes passam dentro das cidades, e até por sôbre as ruas movimentadas de Bruxelas.

O Brasil, entretanto, queda-se ausente de seu programa de navegação interior, cada vez mais decadente.

O Piauí e o Maranhão assistem consternados o assoreamento crescente do Rio Parnaíba. O São Francisco estrangulado pela Cachoeira de Paulo Afonso também a montante não se alivia com uma melhor quota molhada, que é de menos de 30 cm na estiagem.

Vê-se, entretanto, na Chapada das Mangabeiras, o Rio Grande e o Prêto, como a indicar a penetração pelo Rio Formoso e pelo Sapão, atingindo a Lagoa do Varedão e descendo pelo Rio do Sono, nas pequenas dificuldades da Cachoeira Velha, e no alarido borbulhante da Corredeira da Hora Apertada para atingir as águas calmas de um trecho do Tocantins. O Tocantins que é tão perturbado em grandes extensões, ora interrompido pelo desnível do Itaboca, pelas corredeiras de Guaibas e Cruz, pelos travessões de Vitan Eterno e Cupim ou pelos obstáculos de Mergulhão, Murijuba, Vila Brabo, São Miguel, Chiqueirão, Tauri, Mãe Maria, Serrotão, etc. ... apresenta na foz do Rio do Sono um longo estirão de águas calmas.

A navegação do Tocantins é tão heróica que define a energia de nossa gente, quando se vê os barcos singrando o Canal do Inferno, para contornar o Salto de Itaboca, onde o marinheiro afoito leva nos dentes a corda que vai ser prêsa a uma amarra generosa. E sobem no guincho os barcos de pequena tonelagem, agravando profundamente o custo do transporte.

Êsse é o quadro brasileiro; enquanto que do Pôrto Grether, na Bolívia, descem as mercadorias em busca do oceano ao atingir o Madeira se desgastam econômicamente no trecho da Estrada de Ferro, tornando pràticamente insolúvel o comércio com o Atlântico.

Mas, voltando ao São Francisco, vale notar que Sergipe e Alagoas esperam escoar os produtos do Brasil Central, do Vale do Tocantins e de todo o futuro promissor da Chapada das Mangabeiras, onde se abraçam os Estados de Pernambuco, Piauí, Bahia, Maranhão e Goiás, e onde uma simples irrigação, conseqüente da conquista do potencial hidráulico das obras, necessária a estabelecer a navegabilidade, representará, algum dia, um exponencial de progresso.

Tôda essa região teria espontâneamente sua econômica saída pelo São Francisco, nas perspectivas do futuro, marcando o papel notável que terão os Estados de Sergipe e Alagoas.

Mas, entre a perspectiva do futuro e a realidade do presente se encrava êste abandono da navegação interior do Brasil.

Sergipe e Alagoas, por outro lado, têm condições de fertilidade e de clima, as melhores do Nordeste. Não se quer dizer, com isso, que fujam ao polígono das sêcas, mas não têm, como Pernambuco e Paraíba, a Serra da Borborema a lhes emparedar a penetração dos alíseos.

O próprio agreste não é tão castigado, e o sertão é pequeno. A zona litorânea dêsses Estados se desenvolve a custa das produções de canas-de-açúcar e do fumo. Hoje abrem-se outros horizontes na cultura das fibras de várias espécies que já se industrializam para a melhoria das condições econômicas.

As lindas praias de Alagoas e Sergipe, com os seus extensos coqueirais dão um encanto extraordinário à paisagem.

O côco oferece, além disso, uma parcela expressiva para compor a riqueza dêsses Estados.

Em Sergipe dá-se uma grande assistência ao seu plantio com um dos melhores viveiros que possuímos de mudas. O coqueiro anão está substituindo o gigante; pois se sua vida é mais curta, mais cedo, entretanto, produz; carrega mais e torna mais fácil a colheita.

É verdade que a navegação de cabotagem, respiradouro efetivo para a economia dessa região, tem nos últimos lustros sofrido fortemente com o abandono das barras. E, como exemplo marcante desta situação ingrata, teríamos que citar a Barra de Aracaju que se assoreia ameaçadoramente sem que uma dragagem de alto mar lhe restabeleça as condições primitivas de seu canal de navegação.

É certo que, no programa do atual govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek, essas obras se previram e estão a chegar as dragas necessárias para atender êsse reclamo na nossa navegação de cabotagem.

No instante em que se procura, por tôda a parte, estabelecer o prestígio das zonas, ontem classificadas como semi-áridas, o Brasil, também, se alinha, e de forma entusiástica, para atender o Nordeste.

O atual Govêrno da República, com larga visão, vem traçando as linhas mestras dêsse programa com energia e entusiasmo.

Estudos se realizam, mobilizando técnicos e agitando a opinião pública do País.

Foi criado um organismo para coordenar os planos de trabalho.

É verdade que opiniões ainda muito desajustadas se põem em conflito, não quanto à necessidade imperiosa da imediata atuação realizadora, mas quanto ao programa a ser seguido.

Um dos responsáveis pela programação se empolga pelo exemplo da China e modela uma aspiração de enquadrá-la nos moldes de uma mais extensa aplicação do disponível da mão-de-obra. Assim preconiza os deslocamentos de massas humanas de Alagoas para o vale do Mearim no Maranhão.

Na realidade a obra que vem realizando a China, destina-se a dar trabalho a uma população exageradamente grande, já secularmente habituada a um padrão de vida extraordinàriamente baixo.

E o objetivo da programação que esquematizou procurando mobilizar o esfôrço dos agricultores empobrecidos transplantado-os para glebas de menor densidade demográfica não seria, em final, muito mais que a seqüência das interferências que se têm tido na rotina dos combates à sêca ao se dar trabalho aos desocupados do Nordeste. Sem dúvida se objetivaria uma continuidade da ocupação do disponível de mão-de-obra, mas não se ampliaria o rendimento do trabalho, base efetiva para se emergir do pauperismo que nos preocupa.

Por outro lado a fixação humana se realiza por fatôres muito mais complexos, onde o livre arbítrio dos planejadores pouco pode influir. Ela advem das condições de vida, dos determinantes históricos, da sociabilidade e até dos interêsses políticos. Êsses são

sempre muito mais vivos para a formação dos aglomerados humanos que as hipóteses subjetivas dos planejamentos que não vão às raízes criadoras das fixações demográficas.

É claro que se modificando as condições de base nas estruturas econômicas das regiões se alteram ou se estabelecem correntes migratórias. Essas correntes, entretanto, definem apenas que as condições de vida na gleba donde imigram são de natureza decadente ante o potencial econômico da região que os atrai.

O programa do Govêrno, no entanto, tem por objetivo elevar o nível econômico das massas populares em tôda a vastidão Nordestina.

Para isso, o que é fundamental é dar assistência técnica e mecânica ao trabalho, melhorando-lhe a produtividade por unidade de esfôrço humano.

Na Câmara dos Deputados, há um projeto de reforma agrária do Deputado Dyrno Pires Ferreira que, como economista evoluído nas concepções modernas da produtividade, vai ao fundo dêsse problema.

*O autor de "Fatalismo Econômico" enfrenta as soluções na base da ampliação do rendimento pela mecanização das atividades rurais, da generalização de técnicas evoluídas nos meios de produção, e na forma prática do cooperativismo como menor desgaste de energia econômica nos atritos necessários à formação e deslocamentos das riquezas produzidas.**

---

*) *É êste o projeto do Deputado Dyrno Pires Ferreira:*

Art. 1.º — Fica criada em todo o território nacional uma rêde de cooperativas de produção nas bases da presente lei.

Art. 2.º — Em face do que preceitua a primeira parte do artigo 147 da Constituição, o Govêrno Federal organizará fazendas em condomínio, em forma de cooperativas, como preceitua o art. 1.º, para as quais se institui o usufruto por 15 anos, dos latifúndios não aproveitados econômicamente pelos seus respectivos proprietários.

Art. 3.º — O conjunto de cooperativas instaladas em cada Estado será articulado por uma Federação, e as Federações, no plano nacional, por uma Confederação.

§ 1.º — A Confederação será dirigida por uma Diretoria composta de quatro Diretores e um Presidente.

§ 2.º — Os Diretores serão escolhidos pelas Federações e o Presidente será nomeado por livre escolha do Presidente da República.

§ 3.º — As Federações serão dirigidas por uma Diretoria e presididas por um Representante do Govêrno, escolhido de uma lista onde cada cooperativa incluirá 3 nomes para cada cargo.

§ 4.º — A composição e a regulamentação da Confederação e das Federações, fixando-lhes as atribuições e o funcionamento, constará de Decreto do Poder Executivo que o baixará dentro de 120 dias contados após a publicação da presente.

§ 5.º — A primeira Diretoria de cada Federação e a primeira Diretoria de Confederação serão nomeadas livremente pelo Govêrno e exercerão essas funções pelo prazo de 3 anos, findos os quais empossarão os eleitos na forma determinada nesta lei.

Art. 4.º — Cada Cooperativa será composta:

A — Dos Lavradores, Trabalhadores, e emigrantes que se inscreverem em cada chamada;

B — Dos Fazendeiros, pequenos proprietários rurais ou trabalhadores da região que se inscreverem em qualquer época e forem aceitos por se enquadrarem nas condições regulamentares.

§ 1.º — Caberão à Federação os trabalhos de incorporação das Cooperativas, inclusive a limitação do número dos associados da classe A e as condições de ingresso dos associados da Classe B, de acôrdo com a extensão das terras que tiverem para trabalhar, sua qualidade, natureza provável das atividades da cooperativa, possibilidade de crescimento e disponíveis para inversões.

§ 2.º — Os associados da classe A integram-se na cooperativa de produção e consumo, assistência bancária, comercial e técnica nos vários ramos das necessidades agrícolas.

§ 3.º — Os associados da classe B terão os benefícios da assistência comercial, técnica e bancária.

§ 4.º — Os direitos dos associados de cada uma das duas classes serão amplamente assegurados na forma por que forem regulamentados e na proporção do esfôrço de seu trabalho e da produtividade obtida.

Art. 5.º — Cada cooperativa terá administração autônoma que se comporá de uma Junta Executiva e de um Conselho Deliberativo.

§ 1.º — A Junta Executiva será composta de 3 membros: um eleito pelos associados da classe A, outro pelos da classe B e o terceiro será técnico em agronomia designado pelo Ministro da Agricultura.

§ 2.º — O Conselho Deliberativo se constituirá de representantes das várias classes beneficiadas pela cooperativa e na forma de seus estatutos.

§ 3.º — Os Estatutos das Cooperativas serão submetidos pelas Federações à aprovação do Govêrno.

Art. 6.º — O produto líquido das cooperativas será distribuído pelos seus associados na forma dos respectivos estatutos ressalvados o que fôr retido para a constituição dos fundos previstos e as parcelas destinadas ao benefício do proprietário, ao Govêrno em razão de suas inversões, e os honorários da Diretoria da Cooperativa.

§ 1.º — Será obrigatório o fundo de expropriação que não será inferior a 10% do lucro líquido e se depositará em conta bloqueada na carteira bancária da Confederação das cooperativas referida no art. 9.º.

§ 2.º — O Fundo mencionado no § 1.º destina-se a desapropriação por interêsse social das terras em usufruto na forma disposta no § 16 do art. 141 da Constituição Federal.

§ 3 .º — Findo o prazo de 15 anos estipulado no art. 2.º e não atingindo o fundo dois terços do valor necessário à expropriação, as terras reverterão aos proprietários em pleno domínio, inclusive o fundo realizado e as benfeitorias acrescidas como indenização suplementar pela ocupação de suas terras.

§ 4.º — Os proprietários que o desejarem podem ir recebendo os depósitos realizados no fundo mencionado no § 1.º dêste artigo, dando quitações parciais pelas somas recebidas.

§ 5.º — Se ao fim dos 15 anos o fundo ultrapassar os dois terços referidos no § 3.º, mas não atingir o valor necessário à desapropriação, poderá o Govêrno ampliar o prazo do usufruto por mais 5 anos.

§ 6.º — Ultimada a desapropriação as terras passarão à propriedade plena dos associados da classe A, nas proporções fixadas nos estatutos respectivos, ressalvadas as áreas reservadas ao condomínio pelas necessidades da cooperativa.

§ 7.º — Os Proprietários cujas terras forem instituídas em usufruto das cooperativas poderão reclamar para seu uso até um têrço da gleba atingida, pelo prazo de 5 anos, findos os quais e não as tornando suficientemente produtivas, reverterão elas ao usufruto das cooperativas, como as demais, na forma estipulada pela presente Lei.

Por vêzes repetem os espíritos bondosos, que olham para o Nordeste com ar paternal, que se deve dar a essa região uma assistência de epiderme, misturando aos programas as generosas manifestações de caridade.

Na realidade, entretanto, estão profundamente distanciados do quadro das novas perspectivas que se abrem pelas evoluções das técnicas modernas.

---

§ 8.º — Os proprietários das glebas referidas no § anterior poderão fazer parte da cooperativa como associados da classe B.

§ 9.º — Os proprietários das terras instituídas em usufruto das cooperativas receberão 10% do rendimento líquido que delas obtiver a cooperativa como benefício pelo usufruto transferido e durante o prazo dêste.

Art. 7.º — Ao Govêrno se creditarão 10% do rendimento líquido das cooperativas até atingir o dôbro do total das inversões por êle nelas realizadas.

§ 1.º — Êste crédito se recolherá à ordem do Govêrno na carteira bancária da Confederação para alimentar a caixa de assistência às cooperativas, não podendo o Govêrno dar-lhe fim diverso.

Art. 8.º — Para custeio das atividades das Federações se recolherão 3% do lucro líquido das cooperativas em cada Estado. E para a Confederação 2% do lucro líquido das cooperativas instituídas em todo o Brasil.

Art. 9.º — Funcionará em cada cooperativa uma agência da carteira bancária da Confederação das cooperativas, tendo por fim fomentar a produção própria da cooperativa e da zona em que estiver instalada, na base do incremento do crédito pessoal.

§ 1.º — O regulamento da agência bancária deverá obedecer ao princípio da expansão do crédito agrícola orientado para o abastecimento do mercado interno e, subsidiàriamente, para atender às grandes correntes de exportação.

§ 2.º — A carteira bancária da Confederação deverá ter suficiente elasticidade para poder entrosar suas agências com os sistemas de crédito para vendas a prazo de forma a poder descontar e redescontar os efeitos comerciais das operações de interêsse direto ou indireto das atividades rurais.

§ 3.º — A carteira de crédito bancário da Confederação fará convênios com as emprêsas de navegação e com as Estradas de Ferro para se estabelecer uma rêde de "Warrentagem" para atender aos associados das cooperativas.

Art. 10 — As Federações de cooperativas fomentarão a mecanização das atividades rurais, dando assistência necessária às cooperativas.

§ 1.º — Em cada cooperativa deve existir pelo menos uma oficina mecânica para atender às necessidades de seus associados.

§ 2.º — As Federações devem dispor de patrulhas de tratores pesados para o preparo dos solos nas áreas exploradas pelas cooperativas, de forma a permitir o trabalho regular dos tratores agrícolas e as defesas contra erosões.

Art. 11 — A Confederação das Federações se articulará com o Ministério da Agricultura para atender às cooperativas nas suas necessidades de fertilizantes e sementes.

§ 1.º — A Confederação se articulará com o Govêrno no sentido de que os campos experimentais dêem estágio remunerado a elementos das cooperativas para o aperfeiçoamento técnico do homem na exploração agrária.

§ 2.º — A Confederação entrará em entendimento com o Ministério da Educação para ser ministrado ensino técnico nos dois primeiros graus nas cooperativas tanto aos adultos quanto aos filhos dos associados.

Art. 12 — O Govêrno auxiliará as instalações de rêdes de canais e de canalizações para a regular irrigação das terras, preferencialmente nas zonas sêcas do Nordeste.

Art. 13 — Tôdas as cooperativas se articularão na rêde de distribuição de energia elétrica rural para a mecanização crescente de suas atividades.

§ 1.º — Quando se tornar difícil a extensão das rêdes provenientes de usinas hidrelétricas se instalarão usinas térmicas para o objetivo do artigo.

§ 2.º — Em tôda a rêde extensa de energia produzida pelas usinas hidrelétricas e com demandas que marquem piques, muito diferenciados e curtos, se estudará a criação de usinas térmicas para absorver os piques nas pontas de carga.

Art. 14 — As terras pertencentes ao Poder Público seja Federal, Estadual ou Municipal serão equiparadas para efeito desta lei aos latifúndios particulares.

§ 1.º — As glebas mencionadas no artigo serão preferencialmente transferidas ao usufruto das cooperativas, mas em condições idênticas às demais pertencentes a particulares.

Art. 15 — A conceituação de latifúndios será, para efeito desta lei, a gleba cujo rendimento seja inferior, pelo menos à metade dos índices de produtividade normalmente verificados na região.

§ 1.º — O Conselho Nacional de Economia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Comissão Nacional de Política Agrária organizarão cartas de classificação e uso das terras que permitam a fixação dos índices de produtividade mencionados no art.

§ 2.º — A área mínima para ser considerada Latifúndio variará de 200 ha a 2 000 de acôrdo com as regiões, a natureza de exploração e a estrutura geológica do solo, valores que devem ser fixados na carta geográfica prevista no § 1.º.

Art. 16 — Para atender às despesas com as inversões, instalação e desenvolvimento das cooperativas, o Govêrno destinará 30% dos ágios da agricultura estipulados na instrução 70 da SUMOC.

§ 1.º — Essas importâncias serão transferidas mensalmente para a Carteira Bancária da Confederação.

§ 2.º — Cada Federação poderá dispor para instalar e atender as cooperativas sob sua jurisdição de 3% do montante transferido; 20% serão destinados à formação do Capital da Carteira Bancária da Confederação durante o prazo de 5 anos e o restante será creditado à Confederação.

§ 3.º — Findos os 5 anos referidos no § anterior os 20% mencionados serão rateados pela Federação.

§ 4.º — As importâncias referidas no artigo reverterão ao Govêrno na forma do art. 7.º e seu parágrafo.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Diante do espetáculo que nos oferece o mundo de hoje, em que as conquistas do progresso abriram campo à ampliação legítima das ambições humanas, ficamos assistindo ao drama da insatisfação geral. É que os meios de produção não acompanham as crescentes necessidades trazidas pela civilização. Os meios de comunicação por outro lado aproximam os homens e definem-lhes as gradações em que se colocam na escala do bem-estar. Estabelecem-se então têrmos de comparação que por vêzes humilham e rebaixam a sua dignidade.

Com isso se abre um campo amplo às propagandas demagógicas, onde se oferece o tesouro largo das promessas, mas onde se cria o desencanto, a desconfiança e as revoltas quando a realidade objetiva contraria a ilusão provocada.

A superestrutura das sociedades se assentam na infra-estrutura econômica.

Qualquer medida, pois, de melhorar a situação de um povo como o brasileiro, que tem um rendimento "per capita" 21 vêzes menos do que os E.U.A., por exemplo, sem atingir aquela base, fica flutuando na inconsistência de seus resultados.

É verdade que o Presidente Dutra sentiu êsse aspecto e ofereceu ao País o seu plano SALTE, que infelizmente não se ultimou pela descontinuidade política que sofreu o Brasil. O Presidente Juscelino Kubitschek deu outro passo real nesse sentido na sua política de ampliação energética, capaz de elevar o rendimento do trabalho humano e conseqüentemente a produtividade "per capita". Acontece entretanto que a prioridade oferecida à industrialização agravou o problema agrário cujo crescimento não foi e nem se prevê ajustável ao impulso obtido no campo industrial.

Os sintomas dessa desajustagem estão aparecendo e os espíritos menos avisados buscam solução de superfície satisfazendo-se com a ilusão das soluções primárias.

Vitor Hugo diz na sua "Canção da Rua" que "Há Estadistas que por mêdo das crises dão aos povos um calmante. Êles fabricam caixas de surprêsas que chamam de entrevistas ou de discursos".

Mas o calmante tem apenas a virtude de debelar, pela esperança, a excitação de angústia. Estamos diante de um problema de fato. Nossa produção agrária não acompanha o surto do progresso no Brasil.

E sonham alguns, ingênuamente, estabilizar a economia nordestina a base do artezanato. Isto é, num grau de evolução já superado, em grande parte, na sua própria economia litorânea onde a Usina *já venceu o* Bangüê.

Por volta de 1935 um grande engenheiro patrício, que se projetou, em nosso cenário técnico, pela direção das obras de eletrificação da Central do Brasil, animado pelos

---

É verdade que não nos devemos colocar, também, no campo dos pessimistas, agoureiros de nosso destino.

A F.A.O., no seu anuário estatístico de 1957, nos oferece um quadro surpreendente do nosso crescimento em produção agrícola alimentar comparada às demais nações depois da guerra:

Canadá	*cresceu*	*69%*	*Holanda*	*cresceu*	*33%*
E.U.A.	*"*	*56%*	*Portugal*	*"*	*32%*
Brasil	*"*	*49%*	*Noruega*	*"*	*31%*
Reino Unido	*"*	*46%*	*Argentina*	*"*	*30%*
Grécia	*"*	*45%*	*Índia*	*"*	*23%*
Marrocos	*"*	*43%*	*Alemanha*	*"*	*21%*
Bélgica	*"*	*41%*	*França*	*"*	*16%*
Finlândia	*"*	*40%*	*Áustria*	*"*	*14%*
Chile	*"*	*39%*	*Suécia*	*"*	*12%*
Uruguai	*"*	*37%*	*Indonésia*	*"*	*12%*
Itália	*"*	*36%*	*Iugoslávia*	*"*	*0,1%*
Dinamarca	*"*	*35%*	*Coréia do Sul*	*decresceu de*	*1%*
Japão	*"*	*33%*	*Birmânia*	*" "*	*4%*

Assim o Brasil se coloca em 3.º lugar logo abaixo dos E.U.A. e acima da Inglaterra.

Mas, apesar disso, urge uma reforma agrária pois para o Brasil se abre um campo inteiramente novo para as suas possibilidades rurais.

A posição geográfica que ocupa o nosso país lhe impedia no passado um passo decisivo na evolução em face do baixo rendimento do trabalho muscular em razão do clima. Tudo que se colocava acima do Trópico ficava impossibilitado de se expandir econômicamente pela baixa produtividade do esfôrço muscular.

Mesmo assim a qualidade do homem brasileiro conseguiu fixar uma civilização ímpar no mundo entre os paralelos que nos limitam.

Hoje com a mecanização das atividades rurais essa diferenciação desaparece e o Brasil está em igualdade de condições com todos os países evoluídos para a corrida em busca do progresso.

Há ainda a considerar o baixo nível pluviométrico de certas regiões do Nordeste que vem marcando as crises cíclicas das sêcas e que continuamente oferece o quadro lamentável do pauperismo do nosso sertanejo.

Chamam de regiões semi-áridas e como que as abandonam impelidos no critério de certos técnicos que lançam o "slogan" de "desenvolver o desenvolvido".

Hoje, entretanto, essas glebas se prestigiam nas novas técnicas de irrigação superando até as que se localizam em zonas de alto nível pluviométrico pela possibilidade de distribuição racional da umidade na proporção exata da necessidade.

Por outro lado compreende-se que a riqueza, "sendo trabalho humano que se converte em utilidades", é o rendimento do esfôrço humano, e não da unidade de gleba, o que deve aferir o sucesso econômico da exploração.

Assim as terras planas das chapadas passam a exprimir maior interêsse que as mais férteis regiões montanhosas pela economia da mecanização mais fácil.

O Brasil não tem Latifúndios apreciados no conceito clássico que se estabeleceu na Europa.

Mas o Brasil tem terras que não são econômicamente aproveitadas.

Uma reforma agrária tem que começar pela base: Tornar econômicamente produtivas essas glebas. Desapropriar simplesmente terras e as distribuir aos lavradores é transferir para quem tem menores possibilidades ainda de inverter nelas o capital necessário a se integrar na técnica contemporânea de "industrializar o trabalho sôbre a gleba". Os próprios regimens socialistas realizam a exploração capitalista da terra nas fazendas coletivas pela redução dos implementos necessários por unidade de produção.

Por outro lado uma desapropriação que possa ter o nome de "reforma agrária" é de um custo de tal forma elevado que torna fantasioso qualquer projeto nesse sentido.

Mas a própria Constituição Federal nos indica o caminho.

Diz ela na primeira parte do artigo 147:

> *"O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social".*

A falta de produtividade é um estado anti-social, pois as utilidades produzidas são as que se distribuem pela sociedade humana. Reduzindo-se aquela reduz-se esta e diminui-se o atendimento às necessidades do povo.

Mas o artigo 147 preceitua mais:

> *"A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos".*

O § 16 do art. 141 citado diz:

> *"É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro."*

O que propomos neste projeto é o usufruto que a Constituição não proíbe. O que a Constituição assegura é a propriedade mas com uso "condicionado ao bem-estar social".

Em caso contrário, ao proprietário volta o pleno domínio incluindo as indenizações previstas.

Além disso em troca do uso transferido terá o proprietário participação nos lucros da cooperativa.

O projeto ainda oferece a possibilidade de o proprietário reservar o uso de 1/3 da área que possui para dar-lhe destino compatível com o "bem-estar social".

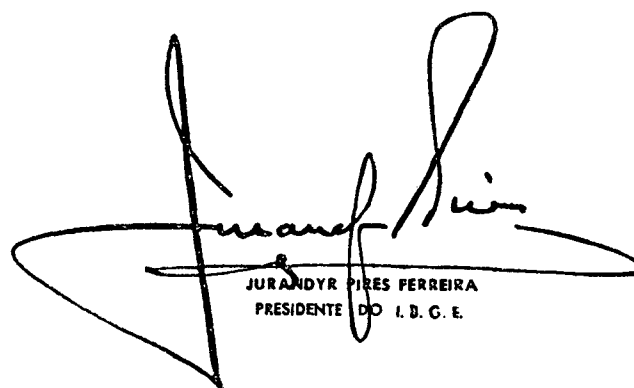
A riqueza só se obtém pela mobilização do trabalho, e é tanto maior quanto maior fôr o rendimento dêsse trabalho.

Assim o projeto objetiva obter o máximo de rendimento do trabalho humano para elevar, no realismo da capacidade aquisitiva que se mede pelo valor das trocas que se realizam, o nível econômico da população rural.

E essa elevação tem reflexos também evidente, na ampliação da capacidade de absorção do mercado interno, para a produção industrial, cujo crescimento se manifesta como um corolário da política de fomento industrial que estamos enèrgicamente seguindo.

Quando entrarem em funcionamento as grandes centrais elétricas que estamos construindo o surto industrial do Brasil que já é impressionante eclodirá fatalmente numa larga produtividade industrial à procura de mercado interno, impossível de ser obtido se não se ampliar a capacidade aquisitiva das populações rurais.

Estas não se elevam por efeito de varinhas de condão, mas pela racionalização de suas atividades para ampliação do rendimento de seu trabalho, capaz de aumentar as suas possibilidades de trocas.

aplausos domésticos, e depois de uma visita ao Estado de Sergipe, propunha, como solução ao pauperismo, o incentivo às rendeiras *e às* bordadeiras *para se criar, em todo o Nordeste, um grande artezanato de enfeites femininos.*

Não durou muito, entretanto, seu entusiasmo pelo chaqualhar sonoro dos bilros, *desfeito ante a apreciação da ordem de grandeza que envolvia.*

Refiro-me a Benjamin do Monte, uma figura de grande prestígio entre os engenheiros brasileiros, para mostrar que idéias superficiais, por vêzes, impressionam até a espíritos de elite.

Na verdade o artezanato na Itália, na França, na Espanha etc... são fontes sensíveis de receitas; mas a grandeza e a prosperidade dêsses países nêle se não alicerça. É nas indústrias de base que firmam a sua estrutura econômica e se amparam numa agricultura evoluída e assistida.

É por isso que Sergipe e Alagoas têm, já, no momento presente, uma visão larga de seu futuro com o disponível de energia elétrica que lhe oferecerá Paulo Afonso, com a proximidade do petróleo do Recôncavo, e com as possibilidades de que o ouro negro jorre de seu próprio subsolo.

Êsse futuro se aproxima a passos acelerados e, então, essas pequenas unidades federadas se projetarão, como sonham e como merecem, na economia nacional.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

VALDEMAR CAVALCANTI
Diretor de Documentação e Divulgação
do
Conselho Nacional de Estatística

Um geógrafo que, sendo objetivo e frio em sua concepção científica dos fatos, quisesse fugir um tanto à aridez didática da expressão, talvez pudesse dizer que Alagoas e Sergipe — Estados focalizados no presente volume da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" — são uma fatia de terra nordestina, caracteristicamente nordestina, aliás cortada quase ao meio pelo São Francisco. Uma fatia de terra que apresenta, em ambas as partes, vários sinais de identidade e mesmo unidade, não dissolvidas, nem sequer levemente apagadas, pelas condições peculiares de desenvolvimento econômico e de evolução social.

A área tôda, de um lado e do outro do São Francisco, foi a cana-de-açúcar, com aquêle seu "élan" de cultura então imperialista, que a ocupou, nos primeiros tempos da colonização. E a ocupou de tal maneira, tão sôfrega de expansão e domínio, que só por fôrça das circunstâncias, no correr dos anos, é que viria a ceder espaço — e êsse mesmo não muito extenso — a outras culturas, que a terra mesma e as povoações estariam a exigir. À medida que a mão do homem ia plantando cana e levantando engenhos — e ao lado dos engenhos e das casas-grandes, a capela, sempre —, abrindo picadas e conquistando terreno, ia-se consolidando um sistema de exploração agrícola que, único a princípio, ainda hoje é o preponderante. Um sistema que se expandiu a bom ritmo até alcançar uma época de pleno esplendor, à sombra de um regime patriarcal de vida e de trabalho, cujas raízes assentavam no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

Foi assim que a lavoura da cana e a indústria, então rudimentar, do açúcar condicionaram a propulsão e fixação dos núcleos demográficos tanto em Alagoas quanto em Sergipe. Em tôrno dos bangüês foi que se foram formando os vilarejos, depois desdobrados em cidades — e até capitais, como é o caso de Maceió.

A verdade, porém, é que a história dos dois Estados já não é mais só a história do açúcar, embora uma e outra se hajam interpenetrado até certa época, fundindo-se e completando-se em vários planos. Hoje, a história de Alagoas e de Sergipe é também, em boa parte, a história do algodão, da mandioca, do côco-da-baía, já que no mapa econômico da região êsses produtos e outros menores, aparecem como manchas vivas e importantes.

Também não se poderá dizer que a de Alagoas é ainda apenas a da Terra dos Marechais — dos Deodoros e dos Florianos, que tanto relêvo tiveram na paisagem política do País —, porque é também, do ponto de vista cultural, a dos seus escritores e poetas de projeção, mais que realmente regional, nacional e até internacional: os Tavares Bastos, os Jorges de Lima e os Gracilianos Ramos, para só citar os grandes e mortos. E a de Sergipe — a história também dos seus homens de letras com ponta de gênio — os Tobias Barreto e os Sílvios Romero. E ombro a ombro com essas figuras de primeira plana, no campo da criação literária, tanto quanto os senhores de engenho de antigamente, os seus donos de fábricas de tecidos, os seus industriais pioneiros ou hoje atentos à evolução da técnica, os seus líderes de classes ditas conservadoras mas tantas vêzes progressistas, os seus traba-

lhadores rurais e seus operários, os seus barqueiros e seus motoristas de caminhão — todos êles heróis, a seu jeito, não da história soberana e oficial, mas da história humana e social, mais que simplesmente econômica daquela região.

* * *

É Alagoas o menor Estado do Nordeste: 27 793 km², incluídas as águas interiores. Quanto ao solo, porém, dos mais férteis da região. O clima, excelente. Quase três quintos da superfície total — 56,3% — estão fora do Polígono das Sêcas (nas demais Unidades Nordestinas, com exceção do Maranhão, a percentagem oscila entre 86,09% no Piauí e 97,64% na Paraíba). As caatingas recobrem 40% do solo alagoano, enquanto que a área abrangida por êsse tipo de revestimento vai de 54 a 86% em outros Estados da mesma região (exceto ainda o Maranhão). Como se trata, no entanto, de uma Unidade de reduzida extensão territorial, é de reconhecer que os seus 12 120 km² castigados periòdicamente pelas estiagens representam um pêso negativo na economia regional, dados os reflexos imediatos e inevitáveis em sua produção agrícola, da maior importância na balança comercial.

Por três regiões distintas se distribui o território alagoano: uma constituída pela faixa litorânea, alongada por 229 quilômetros; outra, por um planalto de pouca altitude, com largura média de 30 quilômetros e que ladeia a nesga do litoral; e a terceira, mais extensa, em grande parte montanhosa, aprofunda-se pelo sertão.

Tem o Estado duas bacias hidrográficas: a Nordeste, que abarca 13 162 km² (potencial hidrelétrico de 1 300 c.v.) e a do São Francisco, com 14 631 km² (235 000 c. v.). Principal rio, o São Francisco, sendo de destacar ainda o Paraíba, o Mundaú, o Coruripe e o Camaragibe, todos com mais de 100 quilômetros de curso, desembocando no litoral alagoano. Lagoas, diversas: Manguaba, Mundaú e Jequiá, as principais.

A atual população alagoana deve ser da ordem de 1 200 000 habitantes (em 1950, pelo Recenseamento, era de 1 093 137 — 526 616 do sexo masculino, 566 521 do feminino). Mais de um décimo da população (120 908 habitantes) estava concentrado, em 1950, na Capital, único Município, dos 37 então existentes, a ter mais de 100 000 almas. Apenas quatro outros — Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, União dos Palmares e Viçosa — tinham mais de 50 000. A densidade demográfica variava então entre um máximo de 168,73 hab./km², em Maceió, e mínimo de 4,95, em Piranhas. A densidade média era de 39,45 hab./km², a mais elevada de todo o Nordeste e a terceira mais alta do País. Atualmente é estimada em pouco mais de 43 hab./km², aproximadamente a mesma de São Paulo. Também a taxa de natalidade se coloca entre as mais altas do Brasil (47 por 1 000). Diversos fatôres, todavia, têm contribuído para que Alagoas apresente uma taxa de incremento demográfico bastante baixa (Alagoas e Sergipe foram os únicos Estados cujos efetivos populacionais não duplicaram no correr dêste século).

No Censo de 50, o número de alagoanos natos presentes no País ascendia a 1 232 802, dos quais 207 250 haviam emigrado para outras Unidades ou nelas se encontravam a 1.º de julho. A taxa de ausentes, de 16,81% (1 681 em cada 10 000), só era superada pela relativa aos fluminenses ausentes. As principais correntes da migração alagoana dirigem-se para Pernambuco (60 387, em 1950), São Paulo (56 788, mais do dôbro do número registrado em 1940 e a quarta "colônia de migrados nacionais" dentro do Estado), Distrito Federal (27 267), Sergipe (16 376), Ceará (14 971) e Bahia (10 708). Em tôda a Região Norte encontravam-se apenas 1 523 alagoanos; um contingente ainda menor (1 216) vivia no Centro-Oeste. Os grupos do Leste e do Sul quase se equivaliam (64 027 e 61 235, respectivamente).

Enquanto isso, o número de não alagoanos presentes no Estado — exclusive estrangeiros — era apenas de 66 675, tendo Alagoas saído do Censo de 50 com a perda líquida de 140 575 habitantes nas trocas internas de população, quase o dôbro do saldo negativo registrado no recenseamento anterior (74 773).

Na distribuição dos efetivos demográficos verifica-se o predomínio da população rural — 74% (dados censitários); no quadro urbano viviam sòmente 14% (taxa nacional: 25%) e no suburbano, 12%. Segundo as idades, havia acentuada preponderância dos grupos de 0 a 9 anos: 31,6% (no Brasil, 29,6%) e de 10 a 19 anos — 23,5% (no Brasil, 22,7%). Os grupos de mais de 40 anos, inclusive os de idade ignorada, não iam além de 18,1% (17,9% no País).

Baseia-se a economia regional na produção industrial de açúcar e tecidos de algodão e na produção agrícola de cana-de-açúcar, mandioca, feijão, algodão e côco-da-baía. Os dois primeiros entram com mais da metade do valor da produção industrial e os cinco restantes, com mais de três quartos do valor total da produção agrícola.

Em 1957, a área global de cultivo era de 395 000 hectares, e o valor da produção, superior a 3 bilhões de cruzeiros. As safras dos principais produtos foram de 3,5 milhões de toneladas para a cana-de-açúcar, 20 000 t para o algodão em caroço, 367 000 t para mandioca, 70 milhões de unidades para o côco-da-baía e 40 000 t para o feijão, podendo-se acrescentar o milho, com 70 000 toneladas. Outras culturas destacadas são as do arroz, batata-doce, fumo, mamona, banana e café.

A produção industrial deve alcançar, atualmente, mais de três bilhões de cruzeiros por ano. Em 1956, saíram do parque manufatureiro alagoano mercadorias no valor de 2 733 milhões de cruzeiros — 1 555 milhões de produtos alimentares e 972 milhões de têxteis. Em 403 estabelecimentos, então pesquisados (exclusive os que empregavam menos de cinco pessoas), trabalhavam 16 743 operários — mais de 50% na indústria têxtil. Maceió é o principal centro industrial. Seguem-se Rio Largo, Atalaia, São Miguel dos Campos e São José da Laje, cujos valores de produção já ultrapassavam, naquele ano, a casa dos 100 milhões de cruzeiros anuais. Há uma quantidade considerável de pequenos estabelecimentos em fase de pré-mecanização, como engenhocas de rapadura, fábricas de rêdes e casas de farinha.

Distingue-se Alagoas pela alta concentração de sua economia, como o demonstram as estatísticas agrícolas e industriais do IBGE. Segundo o Censo de 1950, no total de 51 961 estabelecimentos agropecuários, uma pequena parcela de 545 (1%) possuía 620 000 hectares ou 42% da área global; em relação à indústria, 21 dentre 1 261 estabelecimentos (1,7% do total) reuniam 61% da mão-de-obra ocupada, 66% da fôrça motriz utilizada e 60% do valor das mercadorias produzidas.

As trocas comerciais por via marítima, tanto as de cabotagem como as de longo curso, têm-se mostrado favoráveis a essa Unidade Federada. Em 1956, sua exportação para dentro do País alcançou 2 027 milhões de cruzeiros (mais do que as do Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sergipe reunidas) e sua importação totalizou 810 milhões de cruzeiros, verificando-se o saldo positivo de 1 217 milhões de cruzeiros. Em 1957, a exportação para o Exterior atingiu 275 milhões, e a importação, 180 milhões, registrando-se saldo favorável de 95 milhões de cruzeiros.

Podem ser consideradas boas as perspectivas de desenvolvimento econômico do Estado, sem embargo de certas constantes desfavoráveis que o vinham retardando. Uma delas, a carência de energia elétrica para a expansão do parque industrial. Com a eletrificação do Vale do São Francisco e as obras de aproveitamento dêsse rio, Alagoas pode encontrar um elemento decisivo para o progresso da região. De solução mais demorada é o problema das sêcas, bem assim o da diversificação da sua agricultura e de sua indústria. A exploração petrolífera é outra possibilidade que se tem de levar em conta, apesar das lutas que implica e da tenacidade que exige.

* * *

Se Alagoas é o Estado que dispõe de menor área, no Nordeste, Sergipe é o menor do País: apenas 22 027 km². Situado na Região Leste, mas ainda participando de várias características fisiográficas da Região Nordestina (daí sua inclusão no chamado Grande Nordeste), o território sergipano tem metade recoberta de caatingas, atingida assim duramente pela sêca.

Contudo Sergipe dispõe de uma área de 7 596 km² revestida de florestas tropicais, superior às existentes em Unidades de maior extensão territorial como o Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

A população é bem superior à de vários outros Estados da Federação: pelas últimas estimativas, feitas com base no incremento demográfico verificado no período intercensitário de 1940/1950, é atualmente da ordem de 750 000 habitantes, apresentando assim, em relação à população recenseada em 1950 (644 361 — 306 791 do sexo masculino e 337 570 do feminino), o aumento de pouco mais de 100 000 habitantes, possìvelmente. Vale a pena observar, a propósito, que o crescimento populacional entre 1940 e 1950 não foi além de 102 000 habitantes. Êsse crescimento, nos diversos períodos intercensitários, sempre se tem mostrado relativamente lento e só agora é que o efetivo demográfico do Estado atinge o dôbro do de 1900 (356 264 habitantes).

Note-se que o sergipano é um dos brasileiros que, proporcionalmente, mais emigram para outras Unidades Federadas. Em 1950 nada menos de 107 479 naturais daquele Estado foram recenseados em outros, o que correspondia a 15,03% do total de sergipanos natos presentes no País naquele Estado. Essa taxa, bastante representativa, só era inferior à apresentada pelos Estados do Rio de Janeiro (21,06%), Alagoas (16,81%), Espírito Santo (16,25% e Minas Gerais (15,47%).

No que respeita à economia regional, logo se deve ressaltar que a lavoura é bem diversificada, embora a cana-de-açúcar, a mandioca, o côco-da-baía, o feijão, o milho e o algodão se destaquem nìtidamente em sua pauta agrícola. No Recenseamento Geral de 1950, a área agrícola totalizava um milhão e 112 mil hectares, dos quais 50% eram ocupados por matas e pastagens e 12% por lavouras permanentes ou temporárias.

Dados mais recentes, relativos a 1957, assinalam para o Estado uma produção agrícola no valor global de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros. As safras dos principais produtos distribuíram-se na seguinte ordem de valores: mandioca — 647 mil toneladas, 418 milhões de cruzeiros (área de cultivo: 40,9 mil hectares); cana-de-açúcar — 746 mil toneladas, 246 milhões de cruzeiros (17,6 mil hectares), côco-da-baía — 45 milhões de frutos, 148 milhões de cruzeiros (8,2 mil hectares); feijão — 9 mil toneladas, 87 milhões de cruzeiros (17,6 mil hectares); milho —

25 mil toneladas, 81 milhões de cruzeiros (34 mil hectares); e algodão — 8 mil toneladas, 79 milhões de cruzeiros (23,9 mil hectares).

Há culturas menores, mas de certa expressão na balança estadual — e são as do fumo, arroz e banana.

Cabe à cana, entretanto, o primeiro lugar na economia sergipana. Tanto que o Estado é um dos maiores produtores brasileiros de açúcar: as safras têm sido superiores, nos últimos anos, a 40 mil toneladas (em 1957, 45).

O valor global da produção industrial ascende a mais de um bilhão de cruzeiros. Os dados relativos a 1956 indicavam a existência de um parque manufatureiro de 233 estabelecimentos (exclusive os que ocupavam menos de 5 pessoas), com uma população operária de 10 600 pessoas (média mensal).

Além da produção açucareira, o Estado apresenta resultados apreciáveis no setor têxtil: em 1956 produziu 45 milhões de metros de tecidos de algodão, no valor de 465 milhões de cruzeiros.

A indústria extrativa mineral é representada sobretudo pelo sal — uma produção, em 1957, de 31 300 toneladas, no valor de 23,5 milhões de cruzeiros. Já se verificou a existência de grandes depósitos de sal-gema no Estado, o que, no futuro, poderá abrir-lhe melhores perspectivas no campo da exploração industrial.

Pelas pesquisas ùltimamente levadas a efeito, também está confirmada a presença de petróleo no subsolo, cujo potencial, entretanto, ainda não foi possível calcular.

O comércio de cabotagem apresentou, em 1958, resultados significativos, conquanto o saldo positivo não tenha sido superior a 10 milhões de cruzeiros. Assim é que Sergipe exportou para outras Unidades Federadas cêrca de 29 mil toneladas de mercadorias, no valor de 445 milhões de cruzeiros, importando 36 600 toneladas, no valor de 438 milhões de cruzeiros.

Para a Renda Nacional, em 1957, Sergipe contribuiu com 5,3 bilhões de cruzeiros, ou seja, a média de 7 237 cruzeiros "per capita" (quase a metade da média nacional, que foi, no mesmo ano, de 13 943 cruzeiros).

* * *

Alguns aspectos do panorama regional, quanto a Alagoas e Sergipe, foram aqui focalizados em traços rápidos, com o objetivo de apresentar uma visão de conjunto das realidades primordiais de cada um daqueles dois Estados da Federação. No presente volume da "Enciclopédia" irá o leitor encontrar, com riqueza de minúcias e farta documentação numérica, êsses e outros aspectos sob o prisma municipal. É o texto, todo êle, enriquecido com a melhor ilustração possível em obras de tal categoria — mapas, gráficos e fotografias.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

2 — 24 935

Índice Geral

ÁGUA BRANCA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território de Água Branca, em meados do século XVII, fazia parte das sesmarias que compreendiam também os atuais municípios de Mata Grande, Piranhas e Delmiro Gouveia.

Para diferençar de Mata Grande, do qual durante muito tempo foi povoado, chamou-se primitivamente Mata Pequena ou Matinha de Água Branca. O topônimo "Água Branca", dado à serra e depois ao município, é proveniente do fato de haver ali uma fonte de água muito branca.

Segundo a tradição, deve-se a primeira penetração, em terras pròpriamente do município, a três irmãos da família Vieira Sandes, vindos de Itiúba, povoação à margem do São Francisco, atualmente pertencente ao município de Pôrto Real do Colégio. Sabe-se que, mais ou menos em 1769, quando as propriedades compreendidas nas sesmarias que reuniam os atuais municípios de Mata Grande, Água Branca, Piranhas e Delmiro Gouveia foram arrematadas em leilão, na cidade do Recife, "estava de posse das mesmas, por arrendamento, o capitão Faustino Vieira Sandes, tronco da atual família Sandes de Água Branca".

Atraído não só pelas boas pastagens que podia oferecer a zona da caatinga, mas, principalmente, pela riqueza da região serrana, onde a fertilidade e exuberância do solo permitiam o desenvolvimento de lavouras, como a mandioca, a cana-de-açúcar, e os cereais, foi êsse capitão Faustino — segundo tudo indica — o primeiro desbravador do município. Fixando-se aí, instalou uma fazenda de gado, datando dêsse tempo os primeiros núcleos de povoamento.

Mais tarde, em data que não se pode precisar, foi erigida a primeira Capela da povoação, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, mais ou menos defronte ao local onde se ergue, atualmente, a imponente matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída em meados do século passado, a expensas do Barão de Água Branca.

Dois outros núcleos importantes na história do povoamento do município foram Pedra — hoje município de Delmiro Gouveia — e Várzea do Pico, pequeno povoado em decadência. Situada na Zona da Caatinga, onde durante muito tempo as boiadas vindas de municípios alagoanos e pernambucanos encontravam pouso para se refazer das longas viagens, Várzea do Pico possuiu, há muitos anos, uma feira de gado e tal foi a fase de progresso e animação que, em 1893, com o nome de Vila do Capiá, o lugarejo passou a ser a sede do município.

A freguesia foi criada em 1.º de junho de 1864, pela Lei número 413, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, sendo subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

A vila de Água Branca foi criada pela Resolução número 681, de 24 de abril de 1875, que se desmembrou de Mata Grande, então denominada Paulo Afonso. Pela Lei número 733, de 3 de julho de 1876, foi confirmada a criação da vila e efetuada a sua instalação em 20 de setembro do mesmo ano. Com a criação da Vila de Capiá, na povoação Várzea do Pico, pela Lei número 35, de 30 de maio de 1893, foi transferida para a nova vila a sede do município, sendo, porém, em 1895, pela Lei número 74, de 1.º de junho, restaurada a vila de Água Branca e para aí voltou a sede do município. Em 1919, pela Lei n.º 805, de 2 de junho, a vila foi elevada à categoria de cidade.

O têrmo de Água Branca, desde a criação, fêz parte da comarca de Mata Grande, até quando, pela Lei número 603, de 7 de junho de 1910, foi elevado à categoria de comarca, abrangendo o seu e o têrmo de Piranhas. Em 1911, foi-lhe anexado o têrmo de Mata Grande, por ter sido suprimida a comarca de nome idêntico, pela Lei número 645, de 17 de junho, perdendo-o no mesmo ano, por Decreto número 518, de 15 de junho, que restaurou a comarca. Em 1929, pela Lei número 1 149, de 3 de junho, foi-lhe anexado o têrmo de Piranhas, desanexado de Mata Grande, então Paulo Afonso, perdendo-o depois. Em 1931, fazia parte da comarca de Água Branca o têrmo de Mata Grande. Com a Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949, perdeu o têrmo de Mata Grande que passou a ser comarca.

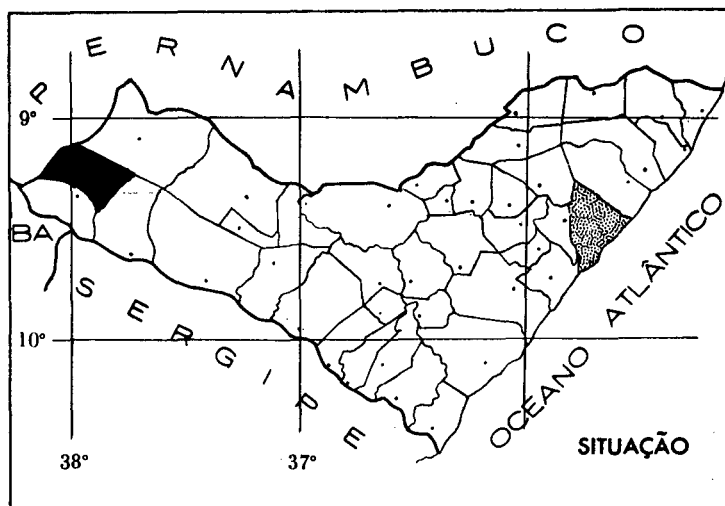
Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei 1 785, de 5 de abril de 1954, o município compõe-se de um único distrito — o de Água Branca.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Gilberto Vilar, morto em conseqüência de lutas políticas logo após o início do seu mandato. Foi substituído pelo Sr. Cícero Siqueira Tôrres, eleito em pleito realizado em 2 de dezembro de 1956.

O número de eleitores inscritos até 31 de julho de 1957 atingiu 258, tendo votado 248 pessoas na eleição de 2 de dezembro de 1956. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo oeste do Estado, o município de Água Branca avança até os limites com Pernambuco, através do rio Moxotó. Pertence à Zona Fisiográfica Serrana e está incluído no Polígono das Sêcas.

Limita ao norte e noroeste com o Estado de Pernambuco, pelo rio Moxotó; ao sul, com Delmiro Gouveia; a sudeste, com Piranhas; a leste e nordeste, com Mata Grande, e a oeste, com Delmiro Gouveia.

A cidade está edificada a 3 quilômetros da serra de Água Branca, dista 245 quilômetros, em linha reta, da capital estadual e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9º 14' 54" de latitude Sul e 37º 55' 54" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 550 metros.

CLIMA — O clima de Água Branca é o típico da zona sertaneja; quente no verão e frio e sêco no inverno. À proporção que se avança para a caatinga, vai se tornando mais saudável. A sede municipal, pela sua altitude e influência da serra, possui clima salutar, considerado um dos melhores do Estado.

ÁREA — A área do município, conforme dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 778 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No município merecem referência os seguintes acidentes geográficos: Serra de Água Branca, próxima à cidade, a qual recebe diferentes denominações locais, como: Gonçalves, Charneca, Mulungu, etc. É uma serra fertilíssima, cujos terrenos se prestam ao cultivo de várias lavouras. Rio Moxotó, na divisa com Pernambuco; é um rio temporário, tendo expressão apenas durante as trovoadas.

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza natural em maior evidência é a pedra calcária, encontrada nas serras da Matinha e Caraunã.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, a população de Água Branca era de 20 670 habitantes, assim distribuída: zona urbana — 804; zona suburbana — 600; e zona rural — 19 266. A maior parte da população, como se vê, está localizada na zona rural.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Recenseamento encontrou uma população de 1 404 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Pariconha: com 219 prédios e 1 220 habitantes; Tingui: com 216 prédios e 810 habitantes; Várzea do Pico: com 62 prédios e 498 habitantes; e Caraibeira: com 59 prédios e 356 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município fundamenta-se nas atividades agropecuárias. A terra é fértil e bastante produtiva.

O Recenseamento de 1950 encontrou no município 1 417 propriedades agrícolas com uma área total de 208 377 hectares, compreendendo lavouras em geral, pastagens naturais e artificiais, matas e terras incultas.

Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, pela ordem de valor, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	8 600	7 224
Banana	Cacho	283 000	2 830
Mandioca	Tonelada	14 050	2 810
Milho	Saco de 60 kg	9 470	1 988
Manga	Cento	51 000	1 530
Laranja	»	19 500	1 365
Cana-de-açúcar	Tonelada	22 500	1 125

Além dos produtos acima, o município produz ainda os seguintes: algodão, mamona, fumo, batata-doce, melancia, abacate, tangerina, limão e cebola.

Pecuária — Não é de grande expressão econômica. Não existem as chamadas grandes fazendas de criatório de gado. Não obstante, há uma pequena criação bovina espalhada em algumas propriedades. A raça predominante é a crioula. As pastagens são relativamente boas. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária em 31-12-56 era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	14 500	39 000
Eqüinos	3 800	7 600
Asininos	4 200	1 050
Muares	5 000	12 500
Suínos	16 000	12 800
Ovinos	13 000	2 600
Caprinos	17 000	3 400

Indústrias — Não há indústria que se possa considerar de grande porte. Existem pequenos estabelecimentos localizados quase todos na zona rural, cujos principais produtos são: rapadura, farinha de mandioca, pedras calcárias, cerâmica e outros artefatos de barro. Na cidade e nos povoados encontram-se vários pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de rêdes de algodão. Existem ainda pequenas indústrias de calçados, principalmente alpercatas sertanejas.

COMÉRCIO E BANCOS — De um modo geral o comércio é calmo, entretanto na época da safra observa-se um movimento relativamente grande no tocante à exportação de cereais (feijão e milho). Os principais produtos importados são: açúcar, charque, tecidos e ferragens. Na sede municipal existem 27 casas comerciais, com giro que atingiu, em 1956, a Cr$ 4 109 127,00. O movimento comercial é feito

Vista parcial da cidade

principalmente com as praças de Arcoverde (PE), Maceió e Santana do Ipanema (AL).

O movimento bancário realiza-se através da Agência do Banco do Brasil, na cidade de Santana do Ipanema.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela estrada de rodagem do Serviço de Obras Contra as Sêcas e outras rodovias municipais.

Dista a cidade de Água Branca da capital Estadual 322 quilômetros e as ligações com os municípios limítrofes são as seguintes: Delmiro Gouveia — 17 quilômetros; Mata Grande — 42 quilômetros, e Piranhas — 72 quilômetros.

Na sede municipal há uma agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Localizada entre as serras do Gonçalves, Charneca e Mulungu, que não são mais do que contrafortes da grande cordilheira de Água Branca, a cidade está edificada em terreno muito acidentado e constitui um dos pontos mais elevados do interior do Estado (550 metros de altitude), sendo apenas superada neste particular pela cidade de Mata Grande. Devido à influência das serras, possui um clima dos mais saudáveis e dela se descortina um belo panorama.

Conta 447 prédios, 18 logradouros, dos quais 5 são pavimentados a paralelepípedos e 10, a pedras irregulares. É dotada de iluminação elétrica com 200 ligações.

Embora não se destaque do ponto de vista cultural, possui alguns edifícios de valor artístico e histórico, tais como: a Capela Secular dedicada a Nossa Senhora do Rosário; a Casa Paroquial, e a monumental Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída em meados do século passado pelo Barão de Água Branca, na qual despendeu cêrca de quinhentos contos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta assistência é prestada à população através de um Pôsto de Higiene, para profilaxia de moléstias transmissíveis e outras de caráter endêmico. Não há médico particular no município, encontrando-se na cidade um dentista e uma pequena farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, havia na sede municipal 485 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais.

Ensino — Existem, no município, 48 unidades de ensino primário geral, sendo 1 Grupo Escolar Estadual e 2 escolas isoladas na cidade, e 45 escolas na zona rural.

Outra vista parcial da cidade

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	1 650	755	431	—
1951.......	—	2 178	878	546	—
1952.......	—	2 874	1 161	665	—
1953.......	—	3 908	1 585	848	—
1954.......	—	897	865	228	—
1955.......	—	611	826	160	—
1956.......	—	575	1 124	216	—
1957 (1)....	—	416	446	165	—

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No perímetro urbano da cidade há um monumento dedicado ao Sagrado Coração de Jesus.

Duas subzonas fisiográficas bem distintas encontram-se no município: a Serra, que ocupa cêrca de um têrço da área territorial, com suas terras argilosas e acidentadas, onde se desenvolvem as lavouras de cana-de-açúcar, mandioca e cereais. Existem, aí, 36 engenhos de rapadura.

A Caatinga, ondulada, terreno de constituição arenosa, com tôdas as características da região sertaneja. Aí se encontram as principais fazendas de criação.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festa religiosa, convém ser mencionada a tradicional festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, a 8 de dezembro, quando há uma grande procissão.

Os folguedos populares que comumente aparecem no município são o Quilombo e o Reisado, por ocasião dos festejos natalinos.

VULTOS ILUSTRES — *Joaquim Antônio de Siqueira Tôrres* — A figura de Joaquim Antônio de Siqueira Tôrres, Barão de Água Branca, está íntima e profundamente ligada à vida do município em todos os aspectos: econômico, político, social, etc. Dentre as grandes obras que realizou, destaca-se a bela matriz da sua cidade natal, construída totalmente a suas expensas, no século passado, o que lhe valeu do Papa Leão XIII a distinção honorífica da "Ordem da Comenda de São Gregório". Do Imperador Pedro II recebeu o título honorífico de Barão de Água Branca, conforme documento em poder de sua família. O seu nome, com muita justiça, ficou ligado à história das Alagoas. Nasceu a 8 de dezembro de 1808 e faleceu em 1888. *Davi Marques Correa da Silva* — Nasceu em 1825, e faleceu a 26 de dezembro de 1914. Padre *Cícero de Siqueira Tôrres* — Filho do Barão de Água Branca, nasceu a 8 de março de 1852, e faleceu em 23 de março de 1898. Foi Vigário colado da freguesia. *Miguel Arcanjo de Siqueira Tôrres* — Bacharel em Direito, filho do Barão de Água Branca, nasceu a 14 de maio de 1853, e faleceu em 23 de agôsto de 1935. Exerceu o cargo de Juiz de Direito da Comarca por muitos anos. *Antônio Vieira de Siqueira Tôrres* — Engenheiro-agrônomo, filho do Barão de Água Branca, nasceu em 29 de janeiro de 1854, e faleceu em 13 de outubro de 1948. Exerceu o cargo de Coletor Federal do município. Engenheiro *Luiz de Siqueira Tôrres* — Filho do Barão de Água Branca, nasceu em 15 de maio de 1864, e faleceu em 10 de junho de 1928. Foi Senador Federal e Vice-Governador do Estado. *Joana Vieira Sandes* — Baronesa de Água Branca. Espôsa do Barão de Água Branca, faleceu em 27 de de-

zembro de 1923. Coronel *Ulisses Luna* — Grande fazendeiro e um dos maiores chefes políticos do município. Nasceu em 1854 e faleceu em 1951.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Principais autoridades no município: Antônio Tôrres Selva, Presidente da Câmara de Vereadores; Antônio Nunes de Araújo, Juiz de Direito; Telmo Gomes de Melo, Promotor Público; José Castro Jatobá, Coletor Estadual; Manoel Messias dos Santos, Chefe do Pôsto de Fomento Agrícola; Cícero Calixto dos Santos, Chefe do Pôsto de Defesa Vegetal; Maria Dantas Santos, Agente Postal; José Feitosa Sobrinho, Telegrafista; Delza Tôrres Selva, Diretora do Grupo Escolar; João José de Araújo, Delegado de Polícia; Maria Carmelita Dantas, 1.º Tabelião Público; e Heráclito Soares de Melo Filho, 2.º Tabelião Público.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

ANADIA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território ocupado pelo atual município de Anadia era, em meados do século XVII, apenas um pequeno povoado, habitado principalmente por índios, com a denominação de Campos do Arrozal de Inhauns. Existia ali, naquela época, uma capela consagrada a São João Nepomuceno, padroeiro do arraial. Mas, reza a tradição, que havendo sido encontrada sôbre uma pedra da Serra da Morena, a uma légua da cidade, uma pequena imagem da Virgem da Piedade e acreditando os habitantes do povoado ter sido a mesma ali deixada ou perdida por algum fugitivo dos Palmares, transferiram-na para a capela e começaram a devotar-lhe fervoroso culto. Algum tempo depois, a antiga Capela de São João Nepomuceno recebia, por orago, a Virgem da Piedade, passando a chamar-se Nossa Senhora da Piedade.

Não se sabe, ao certo, qual foi a primeira corrente de penetração no território do município. Acredita-se, todavia, que os primeiros povoadores tenham procedido de outros núcleos mais antigos da região, como Madalena (Marechal Deodoro), Bom Sucesso (Pôrto Calvo) e São Francisco (Penedo), atraídos, segundo a expressão de Torquato Cabral "pelos encantos de suas planícies, fecundidade de seu solo e exuberância de seus vergéis".

Igreja-Matriz

Aspecto parcial da cidade

Admitem outros, no entanto, que havendo sido o rio São Miguel a primeira rota de penetração dos exploradores, tenham alguns, seguindo o curso do rio, encontrado o pequeno aldeamento dos índios e ali se fixado, atraídos pela fertilidade das terras.

Em 18 de julho de 1801, por deliberação do Govêrno interino de Pernambuco, Campos do Arrozal de Inhauns, foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila Nova de São João de Anadia, em homenagem ao Visconde de Anadia, ministro português que referendara a Carta régia de 8 de julho de 1799, autorizando a criação da vila.

A 20 de dezembro de 1801, foi instalada a vila com território desmembrado do das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, e do de Santa Maria (União dos Palmares), vindo a receber foros de cidade em 25 de junho de 1895.

A freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, foi inaugurada a 2 de fevereiro de 1802, com o título de curato e autorização do Bispo D. José J. da Cunha Azevedo Coutinho. Subordinação eclesiástica: Arquidiocese de Maceió. O distrito de Mar Vermelho pertence à Paróquia de Paulo Jacinto.

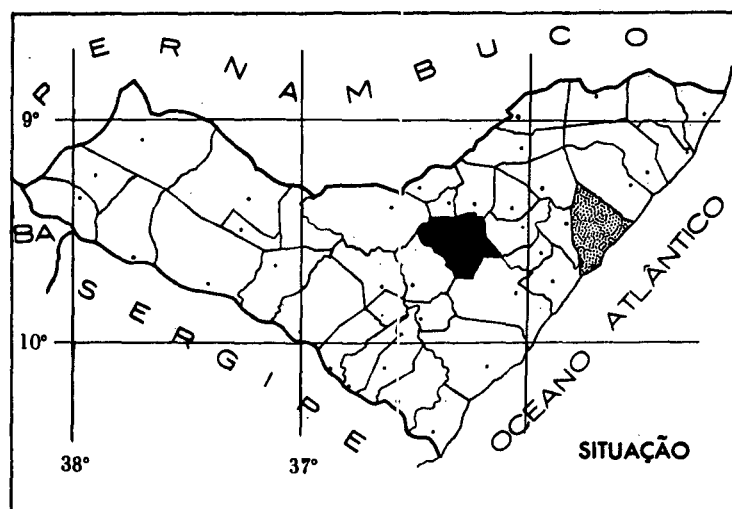
Fêz parte da comarca de Alagoas até 1833, quando passou para a de Penedo, criada nesse ano. A comarca de Anadia foi criada pela Lei provincial número 3, de 22 de janeiro de 1838, e seu primeiro Juiz de Direito foi o Dr. João José da Fonseca Lessa.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 4 distritos: Anadia, Mar Vermelho, Tanque d'Arca e Canudos.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Zeferino Fidélis de Moura. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 6 985, sendo de 3 480 o total dos votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte central do Estado, o município de Anadia pertence à Zona Fisiográfica Sertaneja. Limita ao norte, com Viçosa e Quebrangulo; ao sul, com Limoeiro de Anadia e São Miguel dos Campos; a leste, com Atalaia; e a oeste, com Palmeira dos Índios e Limoeiro de Anadia.

Excetuando-se uma pequena parte que fica na encosta de um morro, onde se acha a igreja-matriz, a cidade está edificada quase tôda em terreno plano, distante do rio São Miguel apenas uns 700 metros. Fica a 65 quilômetros em

linha reta da capital estadual e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 41' de latitude Sul, e 36° 55' 54" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 130 metros em relação ao nível do mar.

CLIMA — Anadia possui clima temperado no verão, e frio-sêco no inverno, sendo um dos mais saudáveis do Estado, principalmente na zona de Mar Vermelho. Contudo há certo grau de umidade nas regiões mais baixas do município. As informações meteorológicas em 1956 acusaram o seguinte: média das máximas 36°C; média das mínimas 16°C; média compensada 24,5°C. A época mais chuvosa ocorre nos meses de maio a julho. O município não é sujeito a inundações.

ÁREA — Consoante dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 897 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio São Miguel, distante da cidade cêrca de 700 metros; Serra de Tanque d'Arca, de natureza rochosa, constituindo um dos pontos mais altos do município; Serra de Mar Vermelho, de composição argilosa, é também uma das mais importantes.

Há, ainda, outras serras, como a da Nacêa e Pirangussu.

RIQUEZAS NATURAIS — O barro ou argila para fabricação de telhas e tijolos, bem como as pedreiras em exploração, constituem as principais riquezas de origem mineral. Entre as de origem vegetal, destacam-se as madeiras diversas e as sementes oleaginosas encontradas nas matas.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 47 385 habitantes (22 717 homens e 24 668 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 1 949; quadro suburbano — 1 774; e quadro rural — 43 662 habitantes. Como se vê, 92% da população localizam-se na zona rural.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, cuja população em 1950 somava 2 306 habitantes, o município possui ainda três importantes aglomerações urbanas: vila de Canudos — com 248 prédios e 985 habitantes; vila de Mar Vermelho — com 121 prédios e 444 habitantes. É um dos pontos de maior altitude do interior do Estado, possuindo clima muito saudável.

No distrito de Mar Vermelho existe uma fonte natural de água magnesiana que poderá ser aproveitada para hidroterapia de doenças da pele. Aí também já foi constatada a existência de minérios de ferro, cobre e mármore.

A vila de Tanque d'Arca — com 252 prédios e 973 habitantes — é dotada de iluminação elétrica, havendo 30 ligações.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem, ainda, os seguintes núcleos de população: povoado Maribondo — com 198 prédios e 900 habitantes; povoado Mata Verde — com 84 prédios e 325 habitantes; povoado Malícia — com 60 prédios e 270 habitantes; e povoado Tapera — com 115 prédios e 480 habitantes.

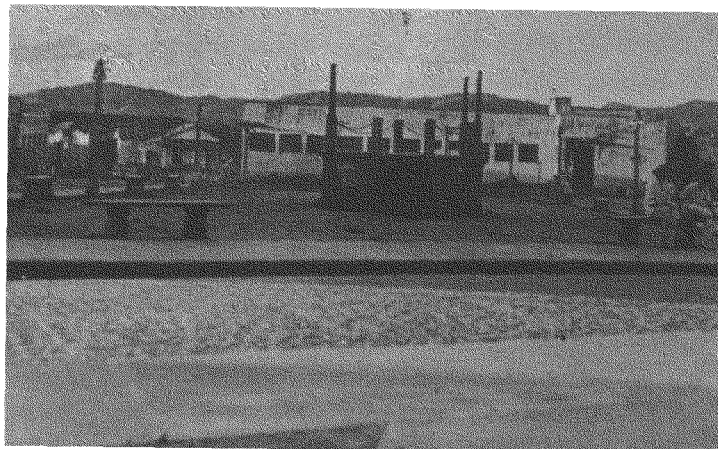
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município está compreendida no ramo agropecuário.

Agricultura — Anadia possui terras excelentes que se prestam não só às lavouras em geral como à criação de gado. O Recenseamento de 1950 encontrou no município 2 528 propriedades agrícolas com uma área total de 43 062 hectares, compreendendo lavouras em geral, matas, pastagens naturais e artificiais, e terras incultas.

Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	33 000	13 200
Algodão	Arrôba	124 000	12 090
Milho	Saco de 60 kg	46 000	8 280
Feijão	»	13 400	6 700
Café	Arrôba	16 000	6 060
Banana	Cacho	385 000	3 850
Cana-de-açúcar	Tonelada	16 500	2 970
Abacaxi	Fruto	964 000	1 542

Além dos produtos acima, o município produz ainda os seguintes: laranja, manga, amendoim, arroz, batata-doce, fava, fumo, mamona, macaxeira e cebola.

Pecuária — Depois da agricultura, a pecuária representa a mais importante fonte de renda municipal. Dispondo de excelentes pastagens, Anadia possui uma das maiores populações bovinas do Estado, contando ainda com grande número de eqüinos, muares, suínos e caprinos.

Grupo Escolar Estadual

Vista parcial da vila de Mar Vermelho

De acôrdo com elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-56, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	31 000	108 500
Eqüinos	5 400	9 180
Asininos	540	486
Muares	4 450	8 010
Suínos	25 000	25 000
Ovinos	7 500	3 000
Caprinos	13 500	2 700

Indústria — A principal indústria, isto é, a de maior expressão econômica para o município, é a de farinha de mandioca que, em 1956, contava 260 estabelecimentos localizados na zona rural. De acôrdo ainda com o Registro Industrial de 1956, existem no município as seguintes indústrias: 1 de beneficiamento de algodão; 1 de açúcar bangüê; e 2 de rapadura.

Entre as principais indústrias localizadas na sede municipal, destacam-se as seguintes: 4 panificações; 3 fábricas de calçados; 3 de móveis de madeira; e 2 de vinhos de frutas e vinagre. A indústria de produtos alimentares conta, ainda, 2 padarias na vila de Tanque d'Arca; 2 na vila de Canudos; 2 no povoado Maribondo; e 1 no povoado Taquara.

Quanto às pequenas atividades industriais, havia em todo o município, em 1956, 18 modestos estabelecimentos produtores de fumo em corda; 16 de olarias e outros artigos de cerâmica; 7 de extração de lenha; 6 de carvão vegetal; 2 de extração de pedras; 2 de selas e arreios para animais; e 2 de fogos de artifício.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é feito com as praças de Maceió e Palmeira dos Índios, neste Estado, e com Recife, no Estado de Pernambuco, das quais importa tecidos, ferragens, louças, farinha de trigo e gêneros de primeira necessidade.

Anadia exporta para Maceió e outros municípios alagoanos os seguintes produtos: algodão, feijão, milho e farinha de manidoca. Na época da safra há grande movimento, na sede municipal, de produtos agrícolas vindos das fazendas e de outros pontos da zona rural.

Na cidade existem 48 estabelecimentos, sendo 7 de tecidos e 41 de gêneros alimentícios; na vila de Mar Vermelho, 2 de tecidos e 8 de gêneros alimentícios; na vila de Tanque d'Arca, 3 de tecidos e 7 de gêneros alimentícios; e na vila de Canudos, 5 de tecidos e 11 de gêneros alimentícios.

No município não há estabelecimento bancário. O movimento é feito através das Agências do Banco do Brasil de Maceió e Viçosa (AL).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de várias rodovias municipais. Dista da capital estadual 115 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Atalaia — 47 quilômetros (via Tapera, Maribondo); Limoeiro de Anadia — 63 quilômetros; Palmeira dos Índios — 61 quilômetros; Paulo Jacinto — 48 quilômetros; São Miguel dos Campos — 40 quilômetros; e Viçosa — 50 quilômetros (via Tapera Maribondo, Pindoba Grande).

Para as comunicações, há uma agência postal-telegráfica e telefônica na sede municipal; uma agência postal-telefônica na vila de Mar Vermelho; uma agência postal-telefônica na vila de Tanque d'Arca; e uma agência postal no povoado Maribondo.

ASPECTOS URBANOS — Não obstante ser um município de grandes possibilidades agrícolas, a sede municipal se nos apresenta como uma autêntica cidade do interior em decadência. Dentre os logradouros públicos existentes, há 3 pavimentados a paralelepípedos. Existem 592 prédios, destacando-se como edifícios mais importantes a igreja-Matriz, o Grupo Escolar Estadual e o Hospital recentemente construído, ainda não funcionando.

A cidade conta, ainda, com um pequeno cinema e um hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é bastante precária. Apesar de existirem na cidade um Pôsto de Higiene e outro de Puericultura, ambos estão sem funcionar. Há no município 3 famácias, sendo 2 na sede municipal e 1 na vila de Tanque d'Arca. No exercício da profissão encontram-se 1 médico e 1 dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, mantida pelo Govêrno Estadual, presta assistência social a crianças pobres. Há, no município, uma Cooperativa Agrícola, fundada em 1942, cuja principal finalidade é prestar assistência financeira aos agricultores associados. O total dêsses associados, em 31 de dezembro de 1956, elevava-se a 288.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento de 1950, o número de pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, somou 4 388, assim distribuídas: Anadia — 785; Mar Vermelho — 82; e Tanque d'Arca — 103. As demais estavam distribuídas pela zona rural.

Ensino — Segundo dados da última Campanha Estatística, existem no município 57 estabelecimentos de ensino primário geral, compreendendo 41 escolas do curso fundamental comum e 16 cursos supletivos de alfabetização. Os referidos estabelecimentos estão assim localizados: 8 na cidade; 4 na vila de Canudos; 2 na vila de Mar Vermelho; e 2 na vila de Tanque d'Arca; 41 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade uma biblioteca pública, mantida pela Prefeitura Municipal,

com cêrca de 1 350 volumes; um pequeno cinema; e uma escola de música.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	618	317	638
1951	211	1 314	825	463	746
1952	227	1 498	1 032	559	958
1953	263	1 365	1 202	498	1 068
1954	261	1 457	1 116	485	1 103
1955	250	1 597	1 223	541	1 355
1956	284	...	1 725	616	1 318
1957 (1)	—	—	1 600	646	1 600

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Durante as festas natalinas, ou seja, no período de 24 de dezembro a 6 de janeiro, apresentam-se alguns folguedos populares, sendo o mais comum a Chegança.

No dia 2 de fevereiro realiza-se a festa de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do município. É precedida de novena, terminando por uma procissão. As festividades são muito concorridas, vindo gente até de municípios vizinhos.

VULTOS ILUSTRES — *Manoel Rodrigues Leite Oiticica* — Nasceu em 1822, falecendo em 1884. Formado em Medicina, escreveu, entre outros trabalhos: "Dissertação Sôbre Regime Alimentar do Homem no Estado de Saúde"; "Cultura da Cana e Fabrico de Açúcar", etc. *Metódio da Silva Morais* — Nasceu em 15 de março de 1859. Era jornalista e prestou sua colaboração a vários periódicos. Faleceu em 1923. *Nicodemos Jobim* — Dedicou-se ao magistério. Escreveu "Apontamentos Históricos da Freguesia de Limoeiro" e "História de Anadia".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Há no distrito de Mar Vermelho uma fonte natural de água magnesiana que poderia ser aproveitada para hidroterapia de doenças da pele.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo gentílico "anadienses".

Embora situado na região sertaneja, Anadia apresenta serranias onde se encontra, ainda, vegetação rica.

O município possui jazidas de mica branca, amarela e preta, granitos, cristais de rocha ou quartzo. Já foi constatada, em Mar Vermelho e Tanque d'Arca, a existência de minério de ferro. É conhecida igualmente a presença de águas-marinhas, cobre e mármore.

Fonte de água mineral, localizada na vila de Mar Vermelho

No município há 4 Cartórios do Registro Civil, sendo um na cidade; um na vila de Canudos; um na vila de Mar Vermelho; e um na vila de Tanque d'Arca. A cidade conta, ainda, dois cartórios judiciários.

Principais autoridades do município: Jorge Bonfim de Amorim, Presidente da Câmara de Vereadores; Dr. Ernani Quintiliano da Silva, Juiz de Direito; Dr. Pedro Luís A. P. Ferrari, Promotor Público; José Maria do Rego Lins, Coletor Federal; Orlando de Farias Costa, Coletor Estadual; Pedro Quintela Cavalcante, Chefe do Fomento Agrícola; Benedita Costa Maranhão, Agente postal-telegráfica; e Maria do Carmo Oliveira Marques, Diretora do Grupo Escolar Estadual.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

ARAPIRACA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Dizem alguns ser desconhecido o motivo pelo qual foi dado êsse nome ao povoado, vila e hoje cidade e município. Outros dizem que em 1848 pertenciam as terras onde está edificada a cidade de Arapiraca ao Sr. Marinho Falcão, que as vendeu a Amaro da Silva Valente. Conta-se que no mesmo ano, Manoel André Corrêa, procedente de Cacimbinhas, município de Palmeira dos Índios, e que era genro de Amaro da Silva Valente, resolveu, motivado por aborrecimentos com o sogro, segundo uns, ou pelo pequeno rendimento que vinha tendo no plantio de mandioca, segundo outros, procurar novo local para fixar residência, se bem que nas terras de Amaro Valente.

Manoel André Corrêa, que era também exímio caçador, depois de hospedar-se em casa de um seu cunhado, João de Deus, na localidade denominada Mangabeira, penetrou nas matas virgens, abrindo picadas. Após longos dias de trabalhos e perigos, alcançou uma planície onde resolveu parar. Verificou que aí havia abundância de madeira, sobressaindo entre tôdas a "arapiraca". Em baixo de uma frondosa "arapiraca" fêz acampamento e aí permaneceu vários dias, enquanto construía habitação para sua família. Desde essa época Arapiraca conservou o seu nome.

A povoação que então se iniciou tinha quase todos os seus habitantes ligados entre si por laços de parentesco.

Em 1855, vítima de uma epidemia — a cólera — morreu a espôsa de Manoel André, o qual prometeu construir uma igreja sôbre sua sepultura, o que se tornou realidade em 1864, ficando a igreja sob o orago de Nossa Senhora do Bom Conselho.

Primitivamente, como distrito, estêve Arapiraca sob a jurisdição de Penedo, Pôrto Real do Colégio, São Braz e Limoeiro, sucessivamente. Foi elevada a município pela Lei n.º 1 009, de 30 de maio de 1924. Constituiu-se de territórios desmembrados dos municípios de Palmeira dos Índios, Pôrto Real do Colégio, São Braz, Traipu e do antigo distrito de Arapiraca, pertencente ao município de Limoeiro. O Decreto n.º 2 340, de 14 de fevereiro de 1938, elevou-o a cidade. Por Decreto n.º 2 422, de 26 de outubro de 1938, perdeu o distrito de São Braz que foi incorporado a Traipu, e recebeu o de Lagoa da Canoa, desanexado de

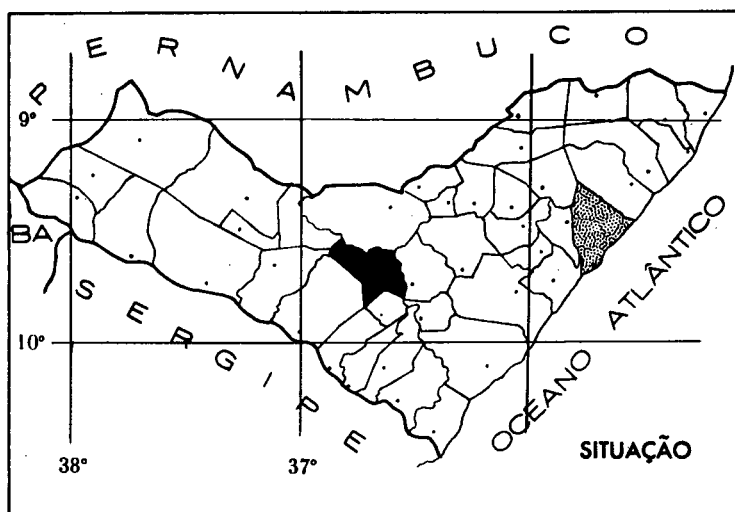
Traipu. Pelo Decreto n.º 1 071, de 24 de outubro de 1924, pertenceu, como têrmo, à comarca de Palmeira dos Índios, passando em 1931 à jurisdição da comarca de Anadia. A Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, elevou Arapiraca à categoria de comarca.

A paróquia de Arapiraca foi criada em 15 de agôsto de 1944, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho. É subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 3 distritos: Arapiraca, Craíba e Lagoa da Canoa.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. João Lúcio da Silva. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 9 331, sendo de 5 496 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na parte central do Estado, o município de Arapiraca pertence à chamada Zona Fisiográfica Sertaneja. Limita ao norte com Palmeira dos Índios; ao sul, com Igreja Nova e Pôrto Real do Colégio; a leste, com Limoeiro de Anadia; e a oeste, com Feira Grande, Traipu e Batalha.

A maior parte da cidade está situada numa vasta planície, apresentando maior elevação apenas em um pequeno trecho denominado "Alto do Cruzeiro".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Arapiraca fica a 248 metros de altitude.

CLIMA — O clima de Arapiraca é do tipo temperado. É considerado um dos mais saudáveis do Estado. A temperatura, como nos demais municípios da Zona Sertaneja, é muito elevada nos dias de verão. Entretanto, as noites são frias e agradáveis. De acôrdo com as informações do Pôsto Meteorológico, a média das temperaturas máximas é 37,9ºC e das mínimas, 31,0ºC.

A época mais chuvosa registra-se nos meses de maio a julho e a mais quente verifica-se a partir do mês de setembro até abril.

ÁREA — A superfície do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 346 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais cursos de água são: rio Coruripe, que corta o município na direção nordeste-leste; rio Traipu e riacho dos Vitorinos. Existem várias lagoas formadas por águas pluviais, destacando-se as do "Pé Leve", "Cangandu" e "Mocó". A Serra do Mar percorre grande parte do município, recebendo várias denominações locais, como: Serra da Mangabeira, Serra do Corcunda e Serra da Maçaranduba.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais do município ainda não foram exploradas; entretanto algumas pesquisas empreendidas constataram a existência de jazidas de apatita, localizadas na Serra da Mangabeira; magnetita, berilo, quartzo e feldspato.

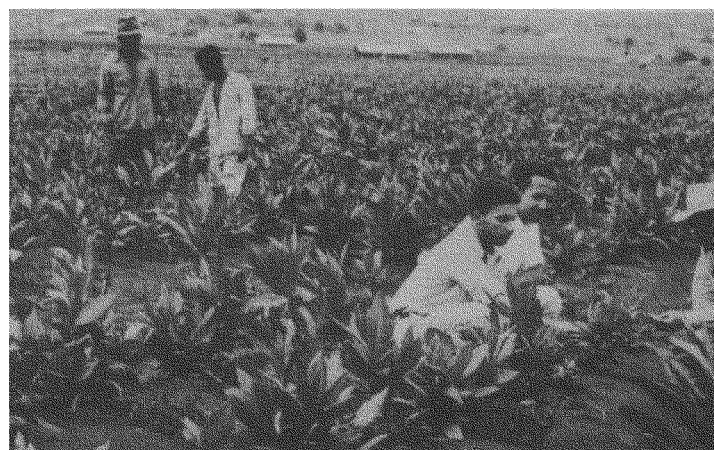
POPULAÇÃO — A população do município de Arapiraca, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, era de 37 073 habitantes, sendo 17 913 homens e 19 160 mulheres.

Aglomerações urbanas — Além da cidade, cuja população em 1950 era de 8 791 habitantes, o município de Arapiraca possui ainda duas importantes aglomerações urbanas: vila de Craíba, com 168 prédios e 527 habitantes, e vila de Lagoa da Canoa, com 182 prédios e 620 habitantes. Ambas são dotadas de iluminação elétrica.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, encontram-se ainda os seguintes núcleos de população: povoado Canaan, com 142 prédios, 497 habitantes e 33 ligações elétricas; povoado Lagoa do Rancho, com 96 prédios, 360 habitantes e 31 ligações elétricas; povoado São Sebastião, com 31 prédios e 120 habitantes; Riachão dos Vitorinos, com 28 prédios e 112 habitantes; Lagoa de Dentro, com 49 prédios e 196 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a principal fonte de renda de Arapiraca, onde predomina a fumicultura, cujos resultados muito contribuem para o seu desenvolvimento econômico.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Fumo em fôlha	Arrôba	290 870	17 452
Mandioca	Tonelada	23 476	14 086
Abacaxi	Fruto	996 000	2 988
Milho em grão	Quilo	1 454 400	2 666
Algodão	Arrôba	11 400	1 482

Plantação de fumo, na fase de "soca"

Além dos produtos acima, o município de Arapiraca produz os seguintes: agave, banana, laranja, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, fava, feijão e melancia.

Pecuária — Sob o ponto de vista econômico, a pecuária pouco representa para o município, pois não há pròpriamente criadores que se dediquem a essa atividade. Existe apenas um pequeno rebanho espalhado pelas propriedades locais.

Segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, havia em 31-12-1956 a seguinte população pecuária:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 200	21 700
Eqüinos	2 420	3 630
Asininos	1 412	1 271
Muares	1 350	3 375
Suínos	9 000	4 500
Ovinos	18 000	5 400
Caprinos	14 500	5 250

Indústria — A principal indústria de Arapiraca é a de transformação do fumo. De acôrdo com o Registro Industrial de 1956, havia no município 696 estabelecimentos produtores de fumo em corda. A fabricação de farinha de mandioca, que ocupa o segundo lugar entre as indústrias locais, contava, em 1956, 330 estabelecimentos produtores. Quanto às pequenas atividades industriais, existem no município vários produtores de telhas e tijolos, carvão vagetal, lenha e alpercatas sertanejas. A indústria de produtos alimentares consta de 9 panificações localizadas na cidade e 1 fábrica de fubá de milho.

COMÉRCIO E BANCOS — Centro comercial dos mais importantes da região sertaneja de Alagoas, Arapiraca mantém transações diretas com Maceió, Recife, Aracaju, Salvador e ainda com Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba. Os principais produtos exportados são: fumo em corda, farinha de mandioca e cereais. Principais artigos de importação: tecidos, calçados, açúcar, arroz e farinha de trigo.

Contam-se no município 230 estabelecimentos varejistas, sendo 16 de tecidos e 214 de estivas em geral. Quanto aos atacadistas, há 20 firmas no ramo de fumo e cereais. O movimento comercial das principais firmas, em 1956, atingiu Cr$ 30 349 345,00.

Quanto ao movimento bancário, Arapiraca conta com agências do Banco da Lavoura de Minas Gerais e da Caixa Econômica Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Arapiraca é servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por várias estradas de rodagem.

As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Palmeira dos Índios — 47 quilômetros; Batalha — 60 quilômetros; Traipu — 61 quilômetros; Feira Grande — 18 quilômetros; Pôrto Real do Colégio — 72 quilômetros — Igreja Nova — 72 quilômetros; e Limoeiro de Anadia — 22 quilômetros.

A cidade de Arapiraca dista da Capital estadual 155 quilômetros por estrada de rodagem, e 221 por via férrea.

Quanto às comunicações, há uma agência postal-telegráfica na cidade; uma agência postal na vila de Craíba; uma agência postal na vila de Lagoa da Canoa; uma agência postal no povoado Lagoa do Rancho. Arapiraca é beneficiada, ainda, com o servido telegráfico-telefônico da Rêde Ferroviária do Nordeste.

ASPECTOS URBANOS — Arapiraca é uma das mais importantes cidades do interior do Estado, destacando-se como grande centro comercial da região sertaneja. Dotada de iluminação elétrica, com 800 ligações domiciliárias, possui cêrca de 3 302 prédios de diferentes tipos de construção. Com os seus 8 791 habitantes, ocupa o quinto lugar em população no Estado. Funciona um moderno cinema, considerado um dos melhores do Estado; há 7 hotéis. Dentre os seus 62 logradouros públicos, 10 são pavimentados a paralelepípedo. Destacam-se como edifícios mais importantes a Igreja-Matriz, o Cine Trianon, e os Grupos Escolares Estaduais "Adriano Jorge" e "Aurino Maciel".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto de Saúde, mantido pelo Estado; um Pôsto de Tracoma, do Departamento de Endemias Rurais, e dos seguintes estabelecimentos particulares: Casa de Saúde "Santa Isabel"; Casa de Saúde e Maternidade "Afra Barbosa" e Serviço Médico-Cirúrgico "Nossa Senhora de Fátima".

Na cidade de Arapiraca há 5 farmácias e encontram-se no exercício da profissão 6 médicos e 3 dentistas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo a apuração do Censo de 1950, existiam, no município, 4 702 pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, distribuídas da seguinte maneira: cidade de Arapiraca — 2 402; vila de Craíba — 126; vila de Lagoa da Canoa — 257; e quadro rural — 1 917.

Ensino — O município conta atualmente 67 unidades de ensino primário geral, sendo 2 grupos escolares, 47 escolas isoladas e 18 cursos supletivos de alfabetização. Convém salientar que do referido total, 37 estabelecimentos estão localizados na zona rural. A matrícula em todos os estabelecimentos primários atingiu, em 1956, a 2 829 alunos.

Quanto ao ensino extraprimário, existem na cidade uma Escola Normal Rural, um Ginásio, uma Escola Técnica de Comércio, uma Escola de Música, um curso de Datilografia e dois cursos de Corte e Costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui um cinema com lotação para 850 espectadores; uma sociedade dançante; e um clube esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	999	2 142	1 189	766	1 335
1951	1 036	3 926	1 774	1 206	1 607
1952	1 570	5 448	2 094	1 333	2 113
1953	1 053	5 764	2 306	1 390	2 284
1954	1 565	7 114	2 453	1 578	2 327
1955	1 876	9 695	3 303	2 188	3 437
1956	2 173	11 506	4 231	2 883	3 497
1957 (1)	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Entre as festas tradicionais, merecem referência a da Pa-

droeira, em 2 de fevereiro, e a de aniversário da fundação da Paróquia, em 15 de agôsto.

Como em outros municípios dêste Estado, em épocas de Natal, Ano-Bom e Reis, são armados palanques onde se exibem Pastoris, Reisados e Guerreiros. Várias procissões são realizadas durante o ano, principalmente nas datas de encerramento das festas de Natal e Ano-Bom.

VULTOS ILUSTRES — D. *José Maurício da Rocha,* Bispo de Bragança (SP), figura de relêvo do episcopado brsaileiro; *Manoel Maurício da Rocha,* médico do Exército; *Lucila Rocha Valente,* intelectual; e finalmente *Virgílio Maurício,* médico e intelectual de grandes méritos, destacando-se, sobretudo, como primoroso artista. Concorrendo a uma exposição de Belas-Artes, em Paris, apresentou uma coleção admirável de telas, destacando-se o magnífico trabalho "Aprés le Réve", que lhe valeu medalha de distinção. Como literato publicou "Algumas Figuras", "Outras Figuras", "Da Mulher", "O Trapézio da Vida" e "Ouvindo a Ciência", obra prefaciada pelo Prof. Miguel Couto.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A palavra Arapiraca é de origem indígena: *ara* (periquito) — *poya* (visitar) — *aca* (ramo, galho que o periquito visita), ou, segundo outros, *ara* (embira, árvore) — *aca* (cabeça, árvore redonda, árvore onde moram araras).

Os nascidos em Arapiraca são conhecidos pelo pátrio arapiraquenses.

Principais autoridades do município: José Lúcio de Melo, Presidente da Câmara de Vereadores; Dr. Pedro da Rocha Acioly, Juiz de Direito; Dr. Mário Nunes da Silva, Promotor Público; José Francisco da Costa Filho, Coletor Federal; João Jonas Rios, Coletor Estadual; Dr. Edler Tenório Lins, Médico-Chefe do Pôsto de Higiene; Dr. Geraldo Cavalcante Cajueiro, Médico-Chefe do Pôsto de Tracoma; Dr. Almir Campos, Chefe da Residência Agrícola; Cícero Berto da Silva, Encarregado do Pôsto de Defesa Vegetal; Amelo Pacheco, Encarregado do Pôsto de Vigilância Sanitária Animal; Hermano Loureiro, Agente postal-telegráfico; D. Isabel Tôrres de Oliveira, Diretora do Grupo Escolar "Adriano Jorge"; D. Teresinha Leite, Diretora do Grupo Escolar "Aurino Maciel"; capitão Cícero Argôlo, Delegado de Polícia; Oswaldo Vieira Costa, Chefe da Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

ATALAIA — AL

Mapa Municipal na pág. 286 do 4.º Vol,

HISTÓRICO — A área hoje ocupada pelo município de Atalaia foi primitivamente conhecida como Arraial dos Palmares. O nome atual, dizem, foi motivado pelo fato de ser aí o lugar onde as fôrças contra os Palmares ficaram de atalaia. Outros acham que não é essa a origem do nome, atribuindo-a ao motivo de terem os habitantes da localidade solicitado a criação da vila à qual desejavam dar o nome de "Vila Real de Bragança", com o que se homenageava o Dinasta então reinante em Portugal. Sua Alteza atendeu a súplica e, agradecendo a homenagem, elevou o

Vista aérea da cidade

arraial a vila, sob a denominação de Atalaia, preito ao Visconde de igual nome.

Seus fundamentos remontam ao século XVII, ao tempo do Quilombo dos Palmares, com o nome de Arraial dos Palmares. Coube ao paulista Domingos Jorge Velho, que tomou parte nas lutas, devassar suas terras, abrindo caminho para as tropas. Terminada a luta, foram distribuídas sesmarias com os vencedores, tendo Domingos Jorge Velho escolhido sua parte no local onde se acha o município de Atalaia. Foi êle quem erigiu a primitiva igreja de Nossa Senhora das Brotas.

A "Idéia Geral da População da Capitania de Pernambuco" fixa a data da criação da vila em 1.º de fevereiro de 1764, afirmativa que apresenta foros de verdade, uma vez que foi a quarta vila de Alagoas. Outros consideram como sendo a vila criada em 1727, com o nome de Vila Real de Bragança, fundamentados no Dicionário Geográfico Brasileiro, de Saint Adolphe, e ainda outros afirmam ter sido ao tempo de Manoel Gouveia Álvares, 10.º Ouvidor de Alagoas (1762-65). A vila de Assembléia, hoje Viçosa, a de União dos Palmares, a de Palmeira dos Índios e a de Paraíba, hoje Capela, foram desmembradas do seu território, as duas primeiras em 1831 e as demais respectivamente em 1835 e 1890. Em 5 de março de 1891, pelo Decreto n.º 88, foi elevada à categoria de cidade.

Por muitos anos, antes e depois da proclamação da independência do Brasil, foi o município um dos mais importantes e ricos empórios do comércio da antiga província.

Depois desta época de prosperidade, isto é, depois de 1831, tornou-se centro de atrocidades contra os portuguêses, detentores das maiores fortunas e das melhores casas de comércio. Denominavam os portuguêses de puças, corcundas e marinheiros.

Em conseqüência de lutas políticas, foi assassinado o Vigário da freguesia, padre José Vicente de Macedo, o qual tinha tanta influência política que em 1834 chegou a ser eleito deputado geral, conseguindo o mesmo para seu coadjutor, padre Inácio Joaquim da Costa, e para seu sacristão, Francisco Remígio de Albuquerque e Melo. Tantos foram os assassínios cometidos que daí se foram retirando para outros pontos os habitantes, enfraquecendo o comércio e trazendo decadência a Atalaia, que nunca mais recuperou a antiga florescência.

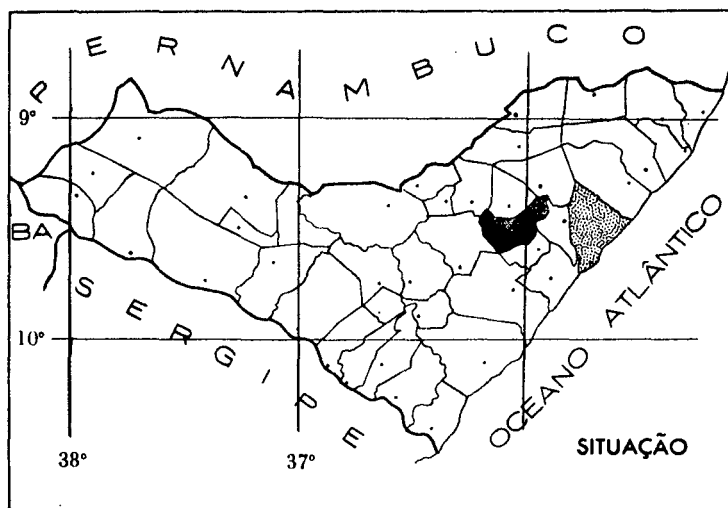
Não é conhecida a data exata da criação da freguesia de Atalaia. Geralmente é tida como 1763, data que o trabalho "Idéia da População da Capitania de Pernambuco", publicado na "Revista do Instituto Histórico de Alagoas", n.º 1 927, dá como positiva, e que deve considerar-se como verdadeira em face da antigüidade do documento. Em 1749 já existia a Missão de Nossa Senhora das Brotas, padroeira do município. Atualmente a paróquia está subordinada à Arquidiocese de Maceió.

Até 23 de abril de 1833, fêz parte da comarca de Alagoas, quando foi constituída pelo Conselho do Govêrno da Província a sua comarca, abrangendo as vilas de Atalaia; Assembléia, hoje Viçosa; e Imperatriz, hoje União dos Palmares. Em 1853 teve mais o têrmo da vila de Palmeira dos Índios, então criada, o qual perdeu em 1838, quando passou para a de Anadia. Perdeu o têrmo de Imperatriz, e bem assim o de Assembléia, feitos comarcas em 1854. Em 1859, pela Lei n.º 359, de 11 de julho, teve o têrmo da vila do Pilar, desmembrado da comarca de Alagoas. Readquiriu o da vila de Assembléia em 1870; em 1872 perdeu o do Pilar, elevado a comarca. Em 1875, a Resolução n.º 681 fazia-a perder o de Assembléia, erigido em comarca, o que não se efetuou por ser a Resolução revogada em 1876 por Lei n.º 733. Em 1890 foi-lhe acrescido o têrmo da vila de Paraíba, então criada, e o de Atalaia. Em 1931, pelo Decreto n.º 1 500, teve novamente o têrmo do Pilar, com a extinção dessa comarca, perdendo-a quando foi restabelecida, em 1934.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de dois distritos: Atalaia e Sapucaia.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Dr. Luiz Augusto da Rocha Tenório. O número de eleitores inscritos no último pleito era de 3 937, sendo de 2 421 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte nordeste do Estado, o município de Atalaia pertence à Zona Fisiográfica da Mata. Limita ao norte com os municípios de Capela e Murici; ao sul, com Pilar; a leste e nordeste, com Rio Largo; a oeste, com Anadia; e a noroeste, com Viçosa.

A sede municipal está à margem esquerda do rio Paraíba, dista 35 quilômetros em linha reta da Capital estadual e possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 9º 29' 40" e longitude W.Gr. — 36º 00' 45".

Vista parcial do centro comercial da cidade

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 58 m.

CLIMA — O clima é temperado no verão e frio no inverno. A época mais chuvosa está compreendida entre maio e julho. O período mais quente vai de dezembro a fevereiro.

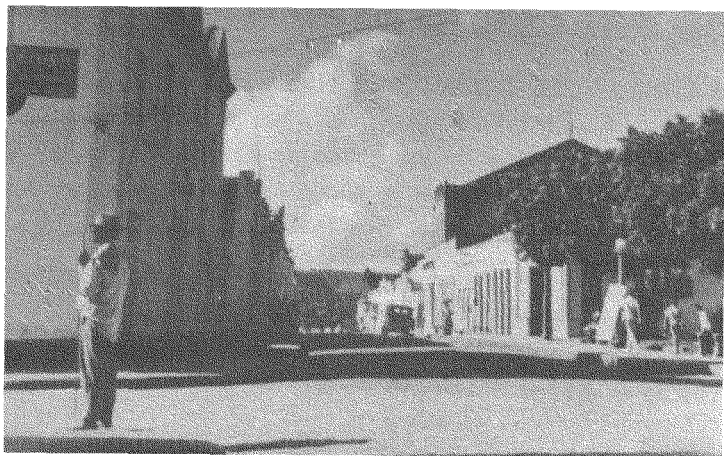
ÁREA — Conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 383 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais importante curso de água é o rio Paraíba, que percorre o município na direção leste-oeste. O rio Satuba e riachos de menor importância também banham o município. Entre as serras, destacam-se pela altitude a do Bananal, na divisa com Viçosa; a da Nacêa; a da Urupema; e a da Preguiça. A serra da Nacêa, que fica nos limites de Atalaia com Anadia, é considerada o ponto mais alto do município. Dista 30 quilômetros da cidade e é cultivada em grande parte. A serra da Preguiça, com cêrca de 120 metros de altitude, dista 15 quilômetros da cidade.

RIQUEZAS NATURAIS — Encontram-se no território municipal: argila ou barro de boa qualidade, para fabricação de telhas e tijolos; pedreiras em exploração, destinadas à extração de pedras para construção; e madeiras diversas encontradas nas matas e capoeirões.

POPULAÇÃO — A população do município de Atalaia, de acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 33 329 habitantes, assim distribuída: Urbana — 1 298 pessoas; Suburbana — 546 pessoas; e Rural — 31 485 pessoas.

Aglomerações urbanas — Além da cidade, que em 1950 contava uma população de 1 844 habitantes, o município de Atalaia possui outra importante aglomeração urbana que é a vila de Sapucaia, com 130 prédios e 520 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município está representada pela agricultura e pela industrialização da cana-de-açúcar.

Agricultura — As terras são férteis e apropriadas para diversos tipos de cultura.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	142 300	32 729
Mandioca brava	»	2 650	1 590
Milho	Saco de 60 kg	5 100	765
Banana	Cacho	38 500	577
Feijão	Saco de 60 kg	920	552
Mandioca mansa	Tonelada	456	450
Café em grão	Arrôba	1 400	420

Além dos produtos mencionados, cultivam-se ainda no município o algodão, a batata-doce, a fava, a laranja, a manga e a melancia.

Pecuária — A pecuária não tem grande expressão econômica para o município. O rebanho bovino é destinado ao corte e ao fornecimento de leite.

A população pecuária em 1956, segundo os dados do Departamento Estadual de Estatística, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 000	31 500
Eqüinos	5 100	12 750
Asininos	320	480
Muares	2 500	7 500
Suínos	5 700	5 130
Ovinos	3 800	1 140
Caprinos	4 300	1 290

Indústria — A principal indústria é a que diz respeito à cana-de-açúcar. O município possui três centros açucareiros: Usina Brasileiro, Usina Uruba e Usina Ouricuri, que fazem o aproveitamento da cana-de-açúcar cultivada na região. O valor total do açúcar fabricado pelas usinas locais, em 1956, elevou-se a Cr$ 159 057 035,00.

A indústria de produtos alimentares consta de duas padarias na cidade.

Além das indústrias acima mencionadas, havia, em 1956, 104 casas de farinha distribuídas pelas propriedades agrícolas, e 2 alambiques de aguardente de mel. Existe uma pedreira situada na Fazenda Aracati.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Atalaia, relativamente desenvolvido, é feito principalmente com a praça de Maceió.

Os principais produtos importados são: tecidos, ferragens, farinha de trigo, charque e louças. Os produtos exportados são: açúcar, feijão, milho, farinha de mandioca e algodão.

Na sede municipal existem 4 estabelecimentos de tecidos e 42 de estivas a varejo. O giro comercial, em 1956, somou Cr$ 17 058 985,60.

O município não possui bancos. O movimento é feito através dos estabelecimentos localizados na Capital estadual.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Atalaia comunica-se com os municípios vizinhos pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por estradas de rodagem. Tanto a cidade como outros pontos do município são hoje servidos pela grande rodovia asfaltada, que liga Maceió a Palmeira dos Índios.

Serviço de Abastecimento de Água

Uma emprêsa autoviária, sediada na cidade, bem como dois trens da Rêde Ferroviária do Nordeste, sendo um diário e outro em dias alternados, põem Atalaia em contacto direto com a Capital do Estado e várias cidades vizinhas.

Dista da Capital Estadual 48 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Rio Largo — 24 quilômetros (rodovia) e 26 quilômetros (ferrovia); Capela — 16 quilômetros (rodovia) e 13 quilômetros (ferrovia); Murici — 46 quilômetros (rodovia) e 55 quilômetros (ferrovia); Anadia — 47 quilômetros (rodovia); e Pilar — 16 quilômetros (rodovia).

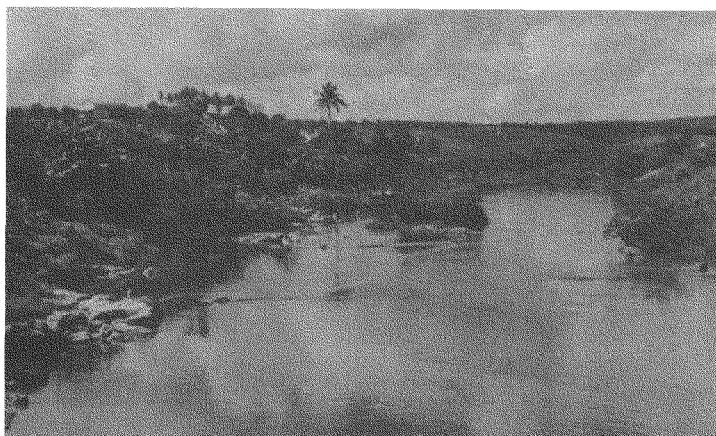
O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma agência postal-telegráfica na cidade e agências-postais nas seguintes localidades: vila de Sapucaia; povoado Urupema; povoado Bittencourt; povoado Estrada Branca; povoado Porangaba; e Usina Brasileiro.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem esquerda do rio Paraíba, a cidade de Atalaia acha-se dividida em dois planos: cidade alta e cidade baixa. A parte alta, possuindo clima agradável, remonta ao período da formação do primeiro núcleo urbano. Nela está situada a Matriz de Nossa Senhora das Brotas. Com a instalação da estrada de ferro, foi a cidade estendendo-se pelo vale.

A cidade de Atalaia é servida de água canalizada e de iluminação elétrica, com cêrca de 290 ligações domiciliárias. Possui 17 logradouros públicos e 530 prédios. Entre os edifícios mais importantes, destacam-se a Igreja-Matriz, o Grupo Escolar Estadual e o Hospital-Maternidade "Darcy Vargas", em construção.

ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por intermédio de um Pôsto de Higiene e de um Pôsto de Endemias Rurais. Na cidade há uma farmácia e encontram-se no exercício da profissão 2 médicos e um dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento de 1950, existiam em todo o município 3 954 pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, assim distribuídas: cidade — 787; e zona rural — 3 167.

Ensino — O município conta 39 unidades de ensino primário geral, sendo 1 grupo Escolar do Estado; 31 escolas

Vista de um trecho do rio Paraíba na altura da cidade de Atalaia

isoladas; e 7 cursos supletivos de alfabetização. Dêste total, 35 unidades estão localizadas na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui um cinema com capacidade para 213 espectadores. Foi criada recentemente uma agremiação desportista, denominada "Centro Social Atalaiense".

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 175	1 645	1 233	801	1 251
1951	1 183	2 634	1 739	1 185	1 603
1952	1 028	3 487	1 765	1 092	1 720
1953	519	2 151	1 928	999	1 553
1954	904	5 841	2 471	1 466	1 700
1955	1 453	6 607	2 757	1 956	2 215
1956	4 427	11 706	4 061	2 889	3 370
1957 (1)	—	7 311	3 178	1 897	3 178

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas e procissões tradicionais são: a de Nossa Senhora das Brotas, que se realiza no dia 2 de fevereiro, e a de São Sebastião, em 20 de janeiro. Há também cavalhadas.

Sempre nas épocas natalinas dançam na cidade os Guerreiros Gajuru, Baianas e Pastoris.

VULTOS ILUSTRES — *Barão José Miguel.* Ocupou cargos de destaque, como seja, Senador da República, Governador, etc. Faleceu no ano de 1912; *Genário Cardoso de Farias.* Nasceu em 14 de outubro de 1906 e faleceu em 10 de setembro de 1956. Foi Prefeito e Presidente da Câmara de Vereadores. Era professor e poeta, deixando inúmros sonetos; *Emílio Eliseu de Maia,* bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Era orador fluente, poeta e jornalista. Eleito Deputado Federal em 1936, faleceu em 1939. Deixou um trabalho sôbre o Petróleo Brasileiro e um volume contendo Discursos Parlamentares.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Atalaia são conhecidos pelo gentílico atalaienses.

Na cidade há um Cartório Judiciário e dois Cartórios do Registro Civil.

Principais autoridades do Município: Nestor Tenório de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores; Doutor José Augusto Tenório da Costa, Juiz de Direito; Dr. Dernís Fíreman de Araújo, Promotor Público; José Alves Vieira, Coletor Federal; Euclides Belarmino da Silva, Coletor Estadual; José Otávio de Lima, Encarregado do Pôsto de Defesa Agrícola; Cid Lavenère Reis, Agente postal-telegráfico; Norma Albuquerque, Diretora do Grupo Escolar; e Sebastião Correia de Amorim, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

BATALHA — AL

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — O município era anteriormente chamado Belo Monte, cuja sede foi um povoado situado à margem esquerda do rio São Francisco, nas proximidades do rio Ipanema, e que era chamado Lagoa Funda, nome tirado de um lago que lhe ficava próximo. Formou-se a povoação pelo crescimento da prole dos proprietários da fazenda de gado que ali havia. Posteriormente, em face de sua posição topográfica, foi denominada Belo Monte. O nome Batalha, que é o da atual sede municipal, provém, segundo a lenda, de uma luta travada entre soldados da polícia estadual e fanáticos sectários de um leigo, egresso de um Convento de franciscanos, que se dizendo frade ministrava a religião a seu modo.

A freguesia foi criada em 1885, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, por Lei provincial número 960, de 18 de julho. Está subordinada à Diocese de Penedo.

Fêz parte do território do município de Traipu. No ano de 1886, a Lei número 976, de 9 de junho, elevou-a à categoria de vila, que foi instalada em 12 de junho de 1887, e criou o município com a denominação de Belo Monte. A Lei número 34, de 30 de maio de 1893, suprimiu-o voltando seu território a pertencer a Traipu. Restaurado pela Lei número 82, de 20 de julho de 1895, foi novamente extinto pelo Decreto número 1 619, de 23 de novembro de 1932, que o incorporou a Pão de Açúcar. Em 16 de setembro de 1935, pelo artigo 6.° das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, foi restaurado o município e novamente extinto pelo Decreto número 2 335, de 19 de janeiro de 1928, que o anexou a Traipu, tendo em vista estar revogada a Constituição pelo golpe de Estado de 1937. Foi novamente restaurado pela Constituição Estadual de 1947 (artigo 7.° do Ato das Disposições Transitórias). Em 22 de dezembro de 1947, a Lei estadual número 1 389 transferiu a sede do município de Belo Monte para a vila de Batalha. Essa lei foi posteriormente ajustada ao Decreto-lei federal número 331, de 2 de março de 1948, com a Lei estadual de número 1 473, de 17 de setembro de 1949, a qual deu ao município a atual denominação de Batalha. Perdeu, então, o distrito de Riacho do Sertão, que passou a integrar o novo município de Major Izidoro.

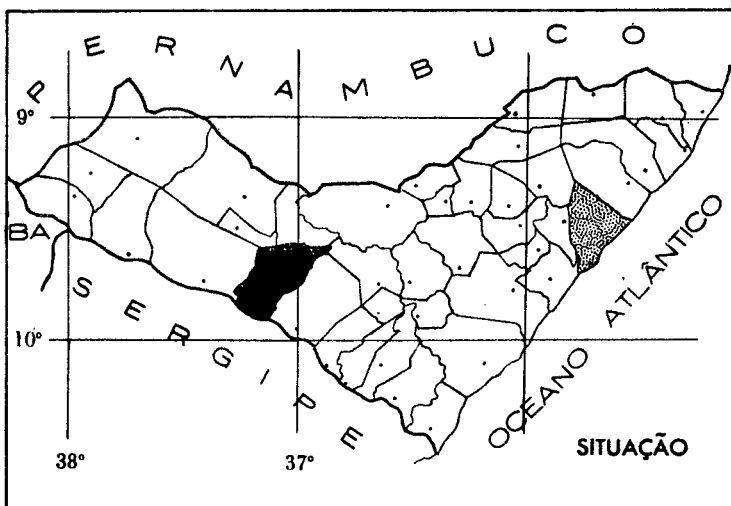
Em 1886, quando foi criado o município, com a denominação de Belo Monte, passou a constituir têrmo da comarca de Pão de Açúcar, voltando depois a pertencer à comarca de Traipu. Pela Lei número 1 973, de 17 de setembro de 1949, passou a ser têrmo da comarca do município de Pão de Açúcar, onde permaneceu até que foi

criada a comarca de Batalha pela Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de dois distritos: Batalha e Belo Monte.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Mair Amaral.

O total de eleitores inscritos no último pleito foi de 1 922, sendo de 1 378 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

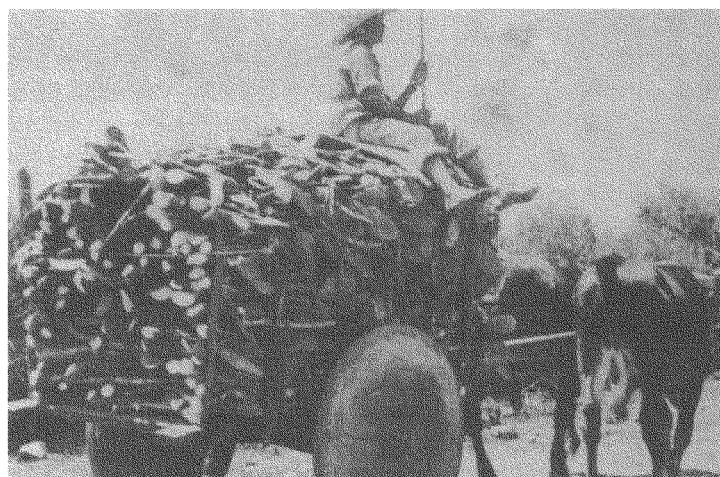
LOCALIZAÇÃO — O município de Batalha acha-se ao sudoeste do Estado e fica situado na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Limita ao norte com Santana do Ipanema; ao sul, com o rio São Francisco; a leste, com o Traipu; e a oeste, com Pão de Açúcar. Dista da capital do Estado, em linha reta, 155 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 93 metros.

CLIMA — Localizado em pleno Sertão do São Francisco, Batalha possui clima quente no verão e bastante frio no inverno, não se observando a umidade própria dos climas da Zona da Mata. Nos meses de novembro a fevereiro, os mais quentes do ano, a temperatura eleva-se a 38°C e 39°C. A época das chuvas vai de abril a julho, sendo os meses de junho, julho e agôsto os mais frios do ano, quando a temperatura atinge o seu mínimo.

Como todo município da zona são-franciscana, Batalha está sujeito a inundações periódicas do rio São Francisco, as quais ocorrem nos princípios de novembro.

ÁREA — A área do município é de 938 quilômetros quadrados, segundo dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, ocupando o 7.° lugar em extensão territorial, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre outros acidentes geográficos, destacam-se os seguintes pela sua importância: rio São Francisco, banhando o distrito de Belo Monte, numa extensão de 18 quilômetros; é navegável e fica a 30 quilômetros da sede municipal. O rio Ipanema banha o município numa extensão de 42 quilômetros e não é navegável. Lagoa Funda, com aproximadamente 2 quilômetros de extensão e 300 metros de largura. Lagoa Jacobina, com 1 quilômetro de extensão e 200 metros de largura. Lagoa do Salgado, com 600 metros de extensão e 150 de largura. Lagoa Barra do Ipanema, com 500 metros de extensão e 100 de largura. A serra mais importante do município é a das Porteiras, com 260 metros de altura. Destacam-se, ainda, as ilhas dos Prazeres e Terra Firme, com abundância de água potável.

Carro de boi, transporte característico da região

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo do município de Batalha é rico em ferro e amianto. Êste último está sendo explorado em fase experimental, não se podendo precisar a sua qualidade. Possui, ainda, o município, minas de pedra calcária, que estão sendo exploradas em larga escala. Inúmeras pedreiras do município são também aproveitadas para a extração de pedras para construção. O município é rico em argila, que se emprega na cerâmica para o fabrico de tijolos e telhas. Encontram-se, também, minas de cristal de rocha, mármore e mica.

POPULAÇÃO — Segundo dados das apurações do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 10 309 habitantes (4 970 homens e 5 339 mulheres), com a seguinte distribuição: quadro urbano — 1 530; quadro suburbano — 357; e quadro rural — 8 422; sendo que 14,8% da população acham-se localizados na zona urbana; 3,5% na zona suburbana, e 81,7% na zona rural. A sua densidade demográfica era de 11 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, que tem uma população de 1 337 habitantes (641 homens e 696 mulheres), segundo dados do Censo de 1950, o município possui também como aglomeração urbana a vila de Belo Monte, com 550 habitantes (254 homens e 296 mulheres), achando-se a mesma localizada à margem esquerda do rio São Francisco, ao sul do município.

A vila de Belo Monte é dotada de iluminação elétrica, contando 43 ligações domiciliárias. Um dos seus logradouros públicos é parcialmente pavimentado a paralelepípedos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agropecuária, que ocupa 38,5% das pessoas em idade ativa (15 anos e mais).

Como fonte de riqueza há em exploração, no reino vegetal, a extração de madeira e lenha e, no mineral, a produção de cal proveniente da extração de pedras calcárias existentes no município.

Agricultura — Vem, em segundo lugar, a agricultura, se bem que não represente muito para a economia do município. Cultiva-se, principalmente, feijão, milho, arroz, etc.

Predominam no município as terras argilosas, muito férteis e que se prestam para o cultivo das lavouras.

Segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, a produção agrícola do município, em ordem de valor, em 1955, foi a seguinte:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	8 160	5 304
Arroz	»	6 250	2 625
Milho	»	14 400	2 592
Algodão	Arrôba	18 000	1 620

Além dêstes, ainda são cultivados em larga escala os seguintes: fava, mandioca mansa e brava, etc.

Pecuária — A atividade pecuária do município é, indubitàvelmente, a essencial fonte de renda para sua vida econômica, uma vez que a criação é realizada pelos fazendeiros locais tendo em vista não só o comércio de gado em pé, assim como a produção de leite e sua industrialização, com fabrico de manteiga e queijo.

O gado bovino da raça holandesa é o de preferência dos criadores locais. Há, no município, crescente cultivo de palmas forrageiras, cuja área estimada para 1956 foi de 1 800 ha.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária do município, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	17 000	204 000
Eqüinos	680	1 020
Asininos	1 944	1 166
Muares	1 896	1 327
Suínos	8 640	17 280
Ovinos	4 452	1 113
Caprinos	1 378	344

Indústria — Não existem no município grandes estabelecimentos fabris, mas pequenas indústrias, sobressaindo entre elas a de laticínios, cuja produção, de acôrdo com os dados do Registro Industrial de 1956, foi a seguinte: queijo — 75 174 quilogramas, no valor de Cr$ 1 996 772,00; e manteiga — 39 534 quilogramas, totalizando o seu valor a importância de Cr$ 2 400 040,00. A produção de leite foi de 4 890 000 litros, no valor de Cr$ 13 692 000,00.

Como sub-ramos da indústria local podemos enumerar os seguintes estabelecimentos, localizados em todo o território do município: 16 produtores de cal; 5 de extração de madeira; 3 padarias; 1 curtume; e 9 casas de farinha de mandioca.

Pesca — A produção do pescado, de várias espécies, referente ao ano de 1955, foi de 4 500 quilogramas, no valor de Cr$ 120 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município tem sua base nos produtos derivados do leite — queijo e manteiga — que são exportados para as praças vizinhas e para a capital do Estado, e nos produtos importados como charque, farinha de trigo, medicamentos, tecidos, etc.

Na sede municipal existem 5 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas, com giro comercial que em 1956 atingiu a soma de Cr$ 620 602,00. Mantém o município transações mercantis com as praças de Aracaju, Maceió e Recife.

Não há estabelecimentos bancários no município nem cooperativas de crédito, sendo o movimento feito com a Agência do Banco do Brasil do município de Santana do Ipanema.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que fazem a ligação com os municípios vizinhos e pela via fluvial Penedo—Piranhas, com escala na vila de Belo Monte.

As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Traipu — 53 quilômetros; Arapiraca — 60 quilômetros; Major Izidoro — 28 quilômetros; Pão de Açúcar — 49 quilômetros (rodovia) e 24 quilômetros (fluvial); Ôlho-d'Água das Flôres — 28 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A sede do município, banhada pelo rio Ipanema, situa-se em terreno plano e apresenta aspecto próprio das pequenas cidades da hinterlândia brasileira, sem nenhum traçado urbanístico regular. É dotada de iluminação elétrica, contando 135 ligações domiciliárias. Entre os seus logradouros, há apenas um parcialmente calçado a paralelepípedos. Não possui serviço de abastecimento de água canalizada. Funciona na sede uma agência postal-telefônica, pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos. Há um hotel e duas pequenas pensões, um Pôsto de Fomento Agrícola, um de Defesa Vegetal e outro da Defesa Animal e, finalmente, um Cartório do Registro Civil e outro de Imóveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há no município serviços de assistência médico-sanitária. Os casos de doença verificados na população local são resolvidos na vizinha cidade de Pão de Açúcar, para onde os pacientes são transportados. Existe na sede do município uma farmácia destinada a atender a população.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, existiam no município 1 706 pessoas alfabetizadas, sendo que dêsse total, 569 estavam localizadas na cidade e 239, na vila de Belo Monte.

Ensino — Com referência à última Campanha Estatística, funcionavam em Batalha 24 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais 2 estaduais e 1 municipal na sede do município.

A matrícula total efetuada nos estabelecimentos escolares de ensino primário, correspondente ao corrente ano, somou 757 alunos — 358 do sexo masculino e 399, do feminino. Funcionam, também, no município, 4 cursos de ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede municipal um cinema em funcionamento.

3 — 24 935

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	326	415	170	539
1951.......	...	549	538	204	526
1952.......	...	672	760	271	729
1953.......	...	647	943	251	845
1954.......	...	827	922	295	774
1955.......	...	942	1 042	299	1 285
1956.......	...	1 258	1 356	345	1 208
1957 (1)....	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas de caráter religioso são bastante concorridas, destacando-se a da padroeira do município, Nossa Senhora da Penha, que se realiza a 2 de setembro; a de Bom Jesus dos Navegantes, na vila de Belo Monte, a 6 de janeiro; a de Nossa Senhora do Bom Conselho, também na vila de Belo Monte, a 2 de fevereiro; e finalmente a da Santa Cruz, na Fazenda Nova, a 27 de dezembro.

Também são registradas romarias feitas por fiéis de outros municípios ou Estados, ao "cruzeiro" existente na cidade alta.

VULTOS ILUSTRES — Cônego *João Machado de Melo* (1868-1920) — Grande orador sacro, professor e polemista. *Sampaio Dória* — Escritor, jurista de renome nacional, professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi Ministro da Justiça no Govêrno interino do Presidente José Linhares, instalado pela Revolução de 29 de outubro de 1945.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo gentílico batalhenses.

Principais autoridades do município: Dr. Coaraci Mata Fonseca, Juiz de Direito; Alzira Faustino Rocha, Oficial do Registro Civil da Sede; José Inácio Filho, Tabelião Público; José Abdon Souto, Oficial do Registro Civil de Belo Monte; Padre Francisco Silva, Vigário da Paróquia; e Severino Ferreira Sobrinho, Presidente da Câmara de Vereadores.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

CAPELA — AL

Mapa Municipal na pág. 285 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As notícias sôbre a primeira penetração no território do atual município de Capela são ainda muito obscuras. Sabe-se que primitivamente, com o nome Capela e, depois, Paraíba, a povoação pertenceu ao município de Atalaia, ao qual estêve ligada administrativamente até 1890.

Presume-se que as suas raízes estejam ligadas à construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, levantada próxima ao local onde se encontra a atual matriz, cujo fundador foi Manoel Ferreira Dessa. E a respeito da data da construção da capela, escreveu o historiador alagoano Wenceslau de Almeida: "A absoluta falta de documentos impede-nos a positivação do ano em que se iniciou a factura do templozinho, presumindo-se, entretanto, que o fôra na primeira metade do século XVIII, proximidade de 1750".

Alguns autores, no entanto, acham que antes mesmo da edificação da pequena igreja já existia ali um arraial habitado por cêrca de 50 pessoas.

Não obstante a escassez de documentos, pode-se afirmar que a presença de Ferreira Dessa e a edificação do pequeno templo muito influíram nos primórdios da vida social do povoado. Natural de Bom Conselho (Pernambuco), conta-se que êste cidadão era ainda muito môço quando ali foi residir, pois talvez não contasse mais de 35 anos. Pela sua vida exemplar e por suas virtudes, conseguiu, em pouco tempo, exercer influência e implantar no espírito dos habitantes do arraial os preceitos da doutrina cristã.

Em tôrno dessa capela, que era construída no centro da atual Rua Pedro Paulino, com frente para o lado sul da cidade, foram levantadas diversas casas, e êste fato, supõe-se, deve ter contribuído para que moradores das circunvizinhanças viessem também se estabelecer nas imediações do novo lugarejo.

Em trabalho publicado na revista do Instituto Histórico de Alagoas, informa, ainda, Wenceslau de Almeida, que "em 1813 a Capela era uma incipiente povoação e um recenseamento oficial, procedido em 1825, encontrou na mesma 39 habitações".

Em 1919, o Bispo D. Manoel Antônio de Oliveira Lopes autorizou ao Vigário, Padre Marcelino Bancarel, a construir a nova matriz, cujo local escolhido situava-se em frente à Capela primitiva. A citada igreja foi reconstruída em 1937.

No livro "Terra das Alagoas", publicado em 1922, há o seguinte tópico sôbre Capela "Da criação nada se sabe, senão que a povoação da Paraíba já existia em 1829 e era então sede de um distrito".

O seu desenvolvimento social, segundo tudo indica, data da segunda metade do século passado, pois, Espíndola, em sua "Geografia Alagoana" (1871), refere-se a Capela como um dos povoados mais prósperos de Atalaia, possuindo, naquela época, 116 casas com 370 habitantes e duas cadeiras de primeiras-letras.

Sabe-se que em 1907 surgiu, na vila de Cajueiro, um jornalzinho chamado "O Popular", fundado por Costa Bivar, e que teve pouca duração.

Não há notícia de que o atual município, mesmo em épocas remotas, tenha sido habitado por indígenas. E apesar de naquele tempo se achar ligado a Atalaia, um dos principais pontos de concentração de fôrças contra os Palmares, parece que a contribuição do elemento negro, no devassamento do território, não foi muito importante. A maior contribuição, nesse sentido, deve ter sido do nosso "caboclo" que, procedente dos engenhos e fazendas de Atalaia, Viçosa e outros municípios limítrofes, deslocou-se para Capela, cuja fertilidade das terras favorecia o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, mandioca e outras lavouras. Foi, provàvelmente, o fator econômico que contribuiu para a fixação do homem nessa povoação que acabava de se formar à margem do Paraíba.

Desmembrada de Atalaia, a povoação foi elevada à categoria de vila pelo Decreto número 52, de 16 de outubro de 1890, e instalada a 30 de novembro do mesmo ano, cons-

Vista panorâmica do vale onde foi instalada a Usina Capricho

tituindo-se o município com o nome de "Paraíba". A 4 de dezembro de 1890 obteve fôro civil. Em 10 de junho de 1904, pela Lei número 427, passou o município a denominar-se Euclides Malta, quando foi criada a vila do mesmo nome, na povoação de Cajueiro, que passou a ser sede do município. Por Decreto número 571, de 30 de julho de 1912, a sede do município voltou a Capela, restaurando-se a denominação de Paraíba. Pela Lei número 805, de 2 de julho de 1919, foi elevada à cidade. A Lei número 1 144, de 25 de maio de 1929, restabeleceu a antiga denominação de Capela para a cidade e o município. Em 1944, pelo Decreto-lei número 2 909, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Conceição do Paraíba, denominação que representava a invocação religiosa aliada ao principal acidente geográfico, o rio Paraíba. A Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949, restituiu-lhe finalmente o nome originário de Capela.

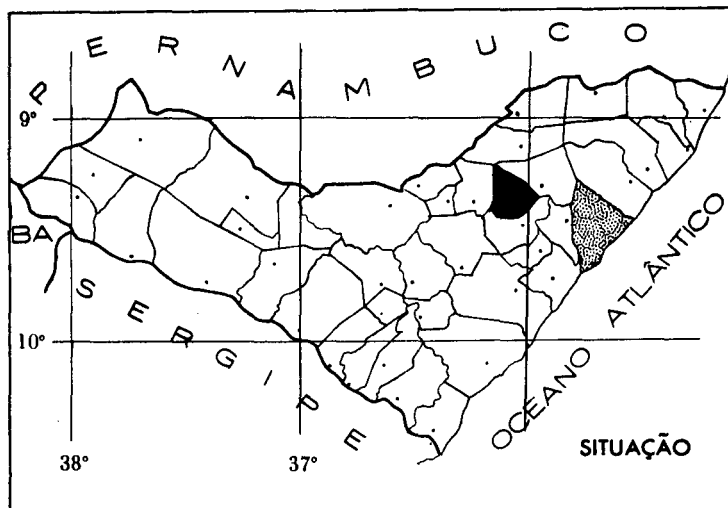
A freguesia foi criada por Provisão episcopal, de 12 de fevereiro de 1912, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição.

Primitivamente fazia parte da comarca de Atalaia, passando depois à jurisdição da comarca de Viçosa. A Lei estadual número 855, de 7 de junho de 1920, autorizou a prover o município de Juiz de Direito e Promotor Público, o que se realizou pelo Decreto número 928, de 30 de setembro do mesmo ano. O Decreto número 1 500, de 2 de maio de 1931, extinguiu a comarca, anexando-a, como têrmo, à de Viçosa. Foi restaurada pela Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: Capela, Cajueiro e Santa Efigênia.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José Lopes Pontes.

Os eleitores inscritos para o último pleito totalizavam 3 829, tendo sido de 2 278 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Capela está situado ao nordeste do Estado de Alagoas e pertence à Zona Fisiográfica da Mata. Limita ao norte com União dos Palmares; ao norte e nordeste, com Murici; ao sul e suleste, com Atalaia; e a oeste, com Viçosa. A cidade está assentada na encosta de uma colina, à margem direita do Paraíba. Fica a 45 quilômetros em linha reta da capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 23' e 3" de latitude Sul, e 36° 05' 18" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 78 metros.

CLIMA — Não há pôsto meteorológico no município. Pode-se dizer, entretanto, que o clima de Capela apresenta as mesmas características do clima de quase tôda a Zona da Mata, isto é, quente no verão e frio-úmido no inverno. O período de estiagem vai de outubro a março. Os meses mais quentes são de dezembro a março, quando as temperaturas máximas acusam 33°C e 34°C. O período em que há maior abundância de chuvas é entre maio e agôsto, e os meses mais frios e úmidos são junho, julho e agôsto, quando o termômetro registra as mínimas de 23°C, 22°C e 21°C. Nas tardes de verão, a partir das 16 horas, a temperatura entra em declínio, tornando-se as noites muito saudáveis. Nas madrugadas de inverno, a temperatura cai consideràvelmente, de modo especial nas fazendas e sítios, onde se registra a mínima de 18°C.

As trovoadas ocorrem geralmente em novembro, dezembro, janeiro, março e abril. A última inundação verificou-se em junho de 1948, quando houve grande cheia do rio Paraíba, que devastou casas e lavouras.

ÁREA — A área do município, conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, é de 318 quilômetros quadrados. Ocupa, na Zona da Mata, o penúltimo lugar em superfície, pois apenas Paulo Jacinto possui área inferior.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico de Capela é o rio Paraíba, que nasce no município de Bom Conselho (PE). É um dos cursos de água mais importantes do Estado, cortando vários municípios da Zona da Mata, em seu percurso. Por ter o leito muito pedregoso e possuir fortes correntezas, o Paraíba deixa de ser navegável em tôda a sua extensão, sendo-o, apenas, em um pequeno trecho próximo à foz, na lagoa Manguaba.

O município de Capela é cortado, ainda, pelo Paraibinha e Riachão, afluentes do Paraíba, em cujos vales cultivam-se vários produtos agrícolas, notadamente a cana-de-açúcar.

Outros acidentes geográficos: serra "Dois Irmãos", na divisa com o município de Viçosa, e serra "Monte Alegre".

Possui, ainda, o município, dois açudes: "Flor da Penha", no distrito de Cajueiro; e "Tinguijada", no distrito de Capela; e uma queda de água denominada "Caldeirões", localizada no distrito de Cajueiro. Esta queda é formada pelo rio Paraíba e a sua potência, ainda não aproveitada, é calculada em 250 H. P.

RIQUEZAS NATURAIS — Pedreiras, em exploração; argila, para a fabricação de telhas e tijolos; e madeiras diversas, constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, a população do município de Capela era de 27 254 habitantes (13 618 homens e 13 636 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 2 695; quadro suburbano — 1 395; e quadro rural — 23 164.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, que no Recenseamento de 1950 contava 2 745 habitantes, o município possui as seguintes aglomerações urbanas: vila de Cajueiro — 1 146 habitantes; e vila de Santa Efigênia — 199 habitantes.

Outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem, ainda, os seguintes núcleos, cuja população, segundo estimativa em 1956, foi a seguinte: usina João de Deus — com 785 habitantes; usina Capricho — com 580 habitantes; povoado Gameleira — com 370 habitantes; e povoado Riachão do Cipó — com 120 habitantes.

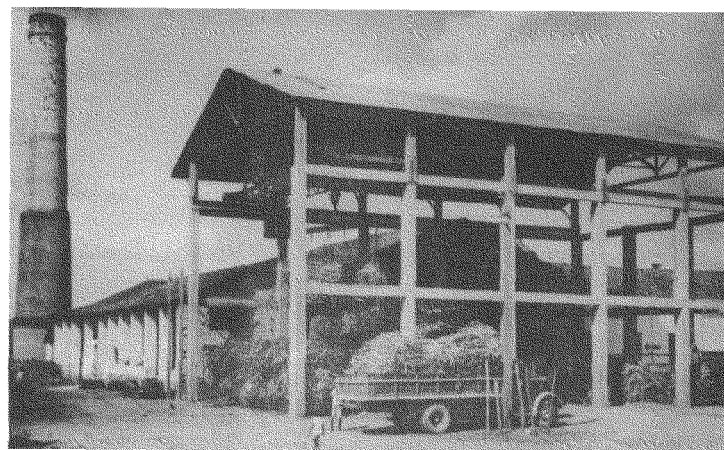
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município baseia-se na agricultura, sendo a cana-de-açúcar o principal produto. O município possui ótimas terras para a cultura da cana-de-açúcar, principalmente as situadas no vale do Paraíba e no distrito de Cajueiro.

Agricultura — Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	210 000	37 800
Algodão	Arrôba	8 000	1 040
Banana	Cacho	60 000	600
Mandioca	Tonelada	600	300
Manga	Cento	25 000	250

Além dos produtos acima, o município produz os seguintes: abacaxi, alho, amendoim, batata-doce, fava, feijão, mamona, melancia e milho.

Pecuária — A atividade pecuária muito pouco representa para a economia do município. Não há criadores que se destaquem, quer pela qualidade, quer pela quantidade do rebanho. A população de bovinos, em 1956, foi estimada em 11 362 cabeças, e a de eqüinos e muares, em 1 486. O valor aproximado da população pecuária, inclusive caprinos, ovinos e suínos, foi de Cr$ 348 130,00.

Indústria — A principal indústria do município é a açucareira, representada por duas usinas (Capricho e João de Deus); 4 engenhos bangüês; e 6 engenhocas de rapadura, todos localizados na zona rural. Em segundo lugar, vem a indústria de farinha de mandioca que, segundo o Registro Industrial de 1955, conta 70 estabelecimentos espalhados pelo interior do município.

Usina João de Deus

Na sede municipal há uma fábrica de doces em massa, 2 de vinhos de frutas, e 3 padarias. Na Fazenda Prateado há uma pequena fábrica de refrigerantes (guaraná). A indústria de produtos alimentícios conta, ainda, 3 padarias na vila de Cajueiro, e 1 na vila de Santa Efigênia.

Quanto às pequenas atividades industriais, encontram-se alguns produtores de carvão vegetal, lenha, telhas e tijolos, pedras para construção, aguardente de mel, e calçados (sapatos, alpercatas e tamancos).

COMÉRCIO E BANCOS — No município não existe estabelecimento bancário. O único estabelecimento de crédito ali sediada é a Cooperativa Agrícola, cujo movimento é feito apenas com os agricultores locais. O comércio realiza o movimento bancário através das Agências do Banco do Brasil de Maceió e Viçosa.

Quanto ao comércio, existem na cidade 3 estabelecimentos grossistas que negociam com gêneros alimentícios e cereais, e 42 firmas varejistas, sendo 5 de tecidos, 35 de estivas em geral e 2 de produtos farmacêuticos. Na vila de Cajueiro há um estabelecimento grossista com o ramo de cereais e gêneros alimentícios, e 10 varejistas. O giro comercial de tôdas as firmas da sede municipal, em 1956, atingiu Cr$ 18 843 000,00.

O município exporta açúcar para Maceió, Crato (CE), Bom Conselho e Caruaru (PE). O movimento de importação faz-se com as seguintes praças: Maceió — tecidos, ferragens e estivas em geral; Recife — farinha de trigo, tecidos, ferragens e miudezas. Da zona sertaneja de Alagoas importa milho e feijão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Atalaia — 16 quilômetros (rodovia) e 13 quilômetros (ferrovia); Murici — 26 quilômetros (rodovia) e 68 quilômetros (ferrovia); Viçosa — 25 quilômetros (rodovia) e 22 quilômetros (ferrovia).

A cidade de Capela dista da capital estadual 64 quilômetros por estrada de rodagem, e 71 quilômetros por via férrea. Da capital Federal dista 2 197 quilômetros, por via rodoviária.

Quanto às comunicações há uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; uma Agência telegráfica e telefônica da Rêde Ferroviária do Nordeste, ambas na cidade; 1 agência postal e 1 agência te-

legráfica e telefônica, na vila de Cajueiro, sendo aquela do D.C.T. e esta da R.F.N.; 1 agência postal e 1 agência telegráfica e telefônica do povoado Gameleira.

ASPECTOS URBANOS — Não obstante pequena quanto ao número de prédios (833), a cidade possui, no entanto, bons edifícios, destacando-se os seguintes: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição; o Grupo Escolar Estadual "Torquato Cabral"; a Prefeitura Municipal; o Centro Esportivo Capelense; o Mercado Público; e a Casa do Pobre "Nossa Senhora de Fátima", instalada recentemente.

A população da sede municipal, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, é de 2 745 habitantes. É dotada de iluminação elétrica, havendo, em 1956, 271 ligações elétricas; 65 prédios eram servidos de água canalizada.

Contam-se 27 logradouros públicos, dos quais 7 calçados a paralelepípedos e 1 a pedras irregulares.

Registra-se a existência de um Ginásio, um Grupo Escolar, um cinema, dois Hotéis, uma sociedade recreativa e desportiva (Centro Esportivo Capelense), um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, uma Residência Agrícola para assistência aos agricultores, e um Pôsto de Defesa Sanitária Animal, para assistência técnica aos criadores. Há um prédio, em construção, destinado a maternidade, Pôsto de Higiene, e Pôsto de Puericultura, e outro para a Associação Rural de Capela. Ligando a cidade com a rodovia para a capital do Estado, encontra-se a ponte sôbre o rio Paraíba, uma das melhores do interior do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não possui hospital nem maternidade. A assistência médico-sanitária é prestada à população por intermédio de um Pôsto de Higiene, localizado na cidade, e por médicos particulares. Atualmente 2 clínicos atendem à população. A usina João de Deus mantém um ambulatório para assistência aos operários, com médico, farmácia e 6 leitos para internamento de emergência. Há, na sede municipal, 2 farmácias e 1 dentista. Na vila de Cajueiro acha-se uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 demonstrou que havia na cidade 2 352 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 931 sabiam ler e escrever e 1 421 eram analfabetas. Êstes dados revelam, pois, que o número de pessoas sabendo ler e escrever corresponde a 34% em relação à população total da cidade.

Na vila de Cajueiro, onde o Recenseamento encontrou 997 pessoas com 5 anos e mais, havia 352 sabendo ler e escrever, e 645 analfabetos.

Ensino — Existem no município 39 estabelecimentos de ensino primário geral, assim discriminados: 1 grupo escolar na cidade; 1 grupo escolar na vila de Cajueiro, e 37 escolas isoladas, sendo interessante frisar que dêste total 30 unidades estão localizadas na zona rural. Quanto ao ensino não primário, há um ginásio e uma escola de música, ambos na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município não há imprensa nem biblioteca pública. Na cidade existe um cinema e um clube recreativo com boa organização, possuindo sede própria, instalada em edifício moderno.

FINANÇAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	403	909	750	700	725
1951	458	1 307	902	756	854
1952	865	2 784	1 172	850	1 013
1953	883	2 437	1 447	1 010	766
1954	2 060	2 691	1 320	1 281	1 534
1955	2 402	4 159	2 024	1 320	1 876
1956	5 966	6 687	2 959	1 600	2 661
1957 (1)	—	—	—	—	—

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se, durante o ano, várias festas populares, tôdas essencialmente religiosas, em homenagem à padroeira e a outros santos. As principais são: Nossa Senhora da Conceição — comemora-se a 8 de dezembro, e é precedida de novena que começa a 29 de novembro. Nas últimas 3 noites há festa externa com leilão, zabumba (música popular) e fogos de artifício. No último dia celebra-se missa solene e à tarde sai a procissão com grande acompanhamento; São Benedito — realizada em 1.º de janeiro, começando a novena no dia 29 de dezembro. Festa externa com leilão, zabumba, fogos e procissão; São Sebastião — começa no dia 17 de janeiro, com tríduo, leilão. No último dia há procissão e cavalhada; Santo Amaro — realiza-se geralmente em janeiro, em tôrno da capelinha de Santo Amaro, havendo devoção e uma noite de festa externa. No dia festivo, há missa e leilão; Santa Luzia — festa que se realiza de 11 a 13 de dezembro, na Rua da Passagem, em tôrno da capelinha de Santa Luzia.

Os folguedos populares mais conhecidos no município são o pastoril e o guerreiro, geralmente exibidos durante os festejos natalinos.

VULTOS ILUSTRES — *Manoel Torquato de Godoy Cabral* — O poeta e jornalista Torquato Cabral, como era conhecido, nasceu a 26 de fevereiro de 1878, na antiga povoação da Capela. Ingressou no jornalismo ainda muito jovem, tendo fundado, em companhia de outros companheiros, a revista "Alvorada". Colaborou em vários jornais da capital, deixando, entre outros trabalhos, o poema intitulado "Kermesse". Foi membro da Academia Alagoana de Letras e Presidente da Sociedade Perseverança e Auxílio. Faleceu a 31 de dezembro de 1907 com apenas 29 anos de idade; *Manoel Wenceslau de Almeida* — Nasceu em Capela a 10 de abril de 1883. Fêz o curso primário em sua terra natal e, em Maceió, no antigo Liceu Alagoano, concluiu com brilhantismo o curso secundário. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, recebendo o diploma no dia 14 de dezembro de 1921. Foi Promotor Público e depois Juiz de Direito de Mata Grande, Coruripe, Santana do Ipanema e Viçosa. Exerceu, também, o cargo de deputado estadual. Grande historiador alagoano e estudioso dos problemas de sua terra, Wenceslau de Almeida deixou vários trabalhos sôbre História de Alagoas, que se encontram na Revista do Instituto Histórico, da qual era membro. Autor do opúsculo "Vocábulo Paraíba". Juiz de grande integridade, foi bàrbaramente assassinado em 1936, na cidade de Viçosa; *Eustáquio Gomes de Melo* — Nasceu a 20 de setembro de 1894. Iniciando o curso secundário no Colé-

gio Diocesano, transferiu-se depois para o Seminário Arquidiocesano, onde estudou até o 3.º ano. Na Bélgica, onde iniciou o seu curso superior, foi surpreendido pela Grande Guerra de 1914, sendo obrigado a partir para a Inglaterra, permanecendo ali por algum tempo. Regressando à sua terra natal, seguiu depois para os Estados Unidos, concluindo o curso de engenheiro eletricista, em 1922, na Universidade de Pensilvânia. Voltando ao Brasil, exerceu vários cargos técnicos e políticos: Engenheiro eletricista da Companhia "Guinle", na capital baiana; Prefeito de Capela e de Maceió; Diretor do Banco da Lavoura, Indústria e Comércio de Alagoas; Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas; Presidente da Associação Rural de Alagoas e da Associação Rural de Capela. Deputado Federal duas vêzes, foi também Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública no Govêrno de Arnon de Melo. Como Prefeito de Maceió, revelou-se administrador de larga visão, realizando várias obras de vulto. Faleceu na capital da República a 14 de julho de 1956; *Waldir Rodrigues Moreira* — Nascido em Capela a 5 de abril de 1929, fêz o curso primário em sua terra natal. Em Maceió cursou o 3.º ano ginasial. Foi servidor do I.B.G.E., tendo exercido as funções de Agente de Estatística, no município de Piassabussu, nos fins de 1949 e princípios de 1950. Foi professor de inglês nos ginásios das cidades de Pilar e Viçosa. Muito jovem ainda, revelou pendores para a poesia, deixando dois trabalhos interessantes: "Lira Cabocla" e "Versos da Mocidade". Iniciou o livro "Contribuição à História de Capela", que não chegou a publicar, pois faleceu tràgicamente, na cidade de União dos Palmares, no dia 13 de agôsto de 1952, onde exercia funções na Agência do Banco do Brasil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Capela são conhecidos pelo gentílico capelenses.

As principais autoridades do município são: José Ribeiro Toledo, Presidente da Câmara de Vereadores; Doutor Horácio Gomes de Melo, Juiz de Direito; Padre Geraldo Valente Vilas Boas, Vigário da Paróquia; Doutor José Marinho de Melo, Adjunto de Promotor em exercício; Artur Francino de Oliveira, Oficial do Registro Civil da cidade; Hosana Alves Sampaio, Oficial do Registro Civil do Distrito de Cajueiro; e Stélio Darcy Cerqueira de Albuquerque, Tabelião e Escrivão.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

COLÔNIA-LEOPOLDINA — AL

Mapa Municipal na pág. 244 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Até hoje permanece ignorada a época em que se formou o primeiro núcleo populacional que deu origem à atual cidade de Colônia Leopoldina. Situada no vale do rio Jacuípe, bem próximo à serra do Teixeira, a primitiva povoação teria surgido no comêço do século passado, ou talvez antes. Sabe-se, contudo, que outrora o seu território pertenceu ao velho município de Pôrto Calvo, ao qual estêve ligado administrativamente até 1901, quando foi criado o município de Colônia Leopoldina.

Só a partir de 1852, com a instalação da Colônia Militar, foi que se efetivou o povoamento do lugar. Criada pelo Decreto n.º 729, de 9 de novembro de 1850, baixado em virtude de lei orçamentária do Império, a Colônia Militar foi instalada em 20 de fevereiro de 1852. De acôrdo com o que determinava o seu regulamento especial, a cerimônia de instalação realizou-se festiva e solenemente, sendo precedida de celebração de missa. O destacamento achava-se devidamente em forma. O ato, que foi presidido pelo Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da Província das Alagoas, contou com a presença do Diretor e funcionários da Colônia, bem assim de operários e demais colonos.

Nada se conhece, oficialmente, sôbre os motivos que levaram o govêrno imperial a criar essa Colônia Militar. Parece que tal providência foi tomada com o objetivo de combater e exterminar o banditismo que dominava nas matas de Pôrto Calvo, pois no livro "Terras das Alagoas" (1922) há uma referência sôbre o assunto, nos seguintes têrmos: "de 1851 a 1867, quando foi extinta, consumiu a colônia cêrca de trezentos e setenta contos, segundo relatório dos governos de então. Tanto custou ao Estado de Alagoas a perseguição aos bandoleiros que infestavam as matas de Pôrto Calvo".

O primeiro comandante e diretor-fundador da Colônia foi o tenente João da Gama Lobo Bentes. Também foram seus dirigentes, em outros períodos, o tenente Olavo Elói Pessoa da Silva, e o alferes Augusto Pereira Ramalho.

Embora não se conheçam documentos que caracterizem exatamente as atividades da Colônia durante os 17 anos de sua existência, depreende-se, através de ligeiras notícias da época, que essas atividades não se restringiram à ação puramente militar, objetivada na eliminação dos bandoleiros, mas assumiram caráter mais amplo, repercutindo intensamente no crescimento demográfico e no desenvolvimento econômico da povoação. E é fácil concluir, por outro lado, que essa base militar passou a oferecer absoluta segurança não apenas aos habitantes de Leopoldina, mas também a tôda aquela vasta região agrícola compreendendo Pôrto Calvo, Passo de Camaragibe e outros municípios limítrofes.

Em 5 de janeiro de 1860 a Colônia recebia o imperador D. Pedro II, cuja visita deixou traços inapagáveis e constituiu, para os leopoldinenses, o ponto alto das reminicências históricas de sua terra. Sua Majestade, que ali pernoitou, hospedou-se na antiga casa da Diretoria, ainda hoje existente, embora danificada pelo tempo. Como lembrança da visita do Imperador, há na cidade duas árvores conhecidas como castanholas, plantadas por D. Leopoldina.

Quando a Colônia Militar foi extinta, em 1867, Leopoldina continuou sob a jurisdição de Pôrto Calvo, e pouco tempo depois, por falta de assistência do Poder Público, entrou numa fase de decadência que se prolongou por vários anos. O surto inicial, que se refletira no desenvolvimento econômico e social, quase desapareceu, pois o movimento comercial reduziu-se extremamente, os prédios arruinaram-se e até o belo templo de Nossa Senhora do Carmo ruiu parcialmente.

A Lei n.º 372, de 5 de julho de 1861, criou o distrito de Leopoldina. A Lei n.º 321, de 10 de julho de 1901, elevou a povoação à categoria de vila, criando também o município com fôro civil e judiciário. Isto contribuiu

para que a antiga colônia reencontrasse o caminho do progresso. Uma resenha histórica sôbre o município, publicada no "Livro do Comércio", de 1928, dizia: "Parece que Leopoldina aguardava êsses atos porque começou a desenvolver-se ràpidamente e vai em constante progresso". Pela Lei n.º 985, de 20 de junho de 1923, passou à categoria de cidade. Em 1944, por fôrça da Lei estadual n.º 2 909, de 31 de dezembro de 1943, voltou a chamar-se Colônia Leopoldina.

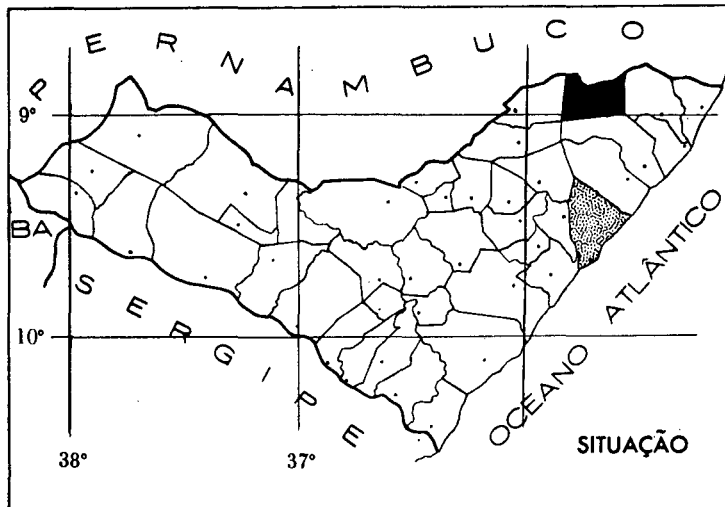
A freguesia foi criada em 1918, sob o orago de Nossa Senhora do Carmo. Todavia, a Lei n.º 1 054, de 27 de junho de 1889, já havia criado a freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Leopoldina. Abrange êste município e o povoado de Canastra, município de São José da Laje. Subordinação eclesiástica: Arquidiocese de Maceió.

Era têrmo pertencente à comarca de Pôrto Calvo. O Decreto n.º 536, de 12 de janeiro de 1912, criou o Juizado de Direito em Leopoldina, sendo, porém, revogado pelo Decreto n.º 576, de 31 de julho de 1912. Uma lei do Congresso do Estado, em 1921, havia autorizado o govêrno a prover o município de Juiz de Direito e Promotor. A comarca, porém, só foi restaurada pelo Decreto n.º 976, de 16 de maio de 1922, sendo solenemente reinstalada a 25 de janeiro de 1923. Pelo Decreto n.º 1 500, de 2 de maio de 1931, voltou a ser têrmo de Pôrto Calvo, mas a Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, restaurou novamente a comarca.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto apenas de um distrito, o de Colônia Leopoldina.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Manuel Barbosa de França. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 2 188, sendo de 1 365 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo nordeste do Estado, na fronteira com o Estado de Pernambuco, o município pertence à Zona Fisiográfica da Mata. Limita ao norte com o Estado de Pernambuco, pelos rios Jacuípe e Taquara; ao sul, Passo de Camaragibe; a leste com o município de Pôrto Calvo; e a oeste, com São José da Laje e União dos Palmares.

A sede municipal está situada no vale do Jacuípe, distante apenas 1 quilômetro da Serra do Teixeira. Fica a 82 quilômetros em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 8º 56' e 30" de latitude Sul, e 35º 44' e 24" de longitude W. Gr.

Igreja-Matriz de N. S.ª do Carmo

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 155 metros.

CLIMA — Não há pôsto meteorológico no município. De modo geral, o clima é quente no verão e frio-úmido no inverno. A temperatura máxima é de 37ºC de janeiro a março, e a mínima, de 18ºC. O clima da cidade é muito saudável. Como em tôda a Zona da Mata, o estio vai de outubro a abril, e o inverno, de maio a agôsto. Junho e julho são os meses mais chuvosos e os mais frios são julho e agôsto.

ÁREA — Conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 546 quilômetros quadrados, ocupando, assim, na Zona da Mata, o 5.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os principais acidentes geográficos devem ser mencionados os seguintes: o rio Jacuípe, que atravessa a zona suburbana da cidade e serve de linha divisória entre Alagoas e Pernambuco; rio Taquara, também nos limites entre êstes dois Estados; cachoeira do Catita, formada pelo rio Jacuípe, com cêrca de 100 metros de altura, e uma potência aproximada de 1 000 H.P. Como serra de certa importância o município apresenta a do Teixeira, próxima à sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais destacam-se argila de boa qualidade para fabricação de telhas e tijolos, pedreiras em exploração e madeiras diversas existentes nas matas do município.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 16 538 habitantes (8 593 mulheres e 7 945 homens), assim distribuídos: Quadro Urbano — 1 050; Quadro Suburbano — 644; e Quadro Rural — 14 844. A densidade da população era de 30 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 89,7% da população localizam-se na zona rural, 6,3% na zona urbana e 4% na zona suburbana.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural encontram-se os seguintes núcleos de população: povoado Novo Lino — com 120 moradias e 370 habitantes; Usina Pôrto Rico — com 70 moradias e 250 habitantes; e Usina Taquara — com 40 moradias e 125 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Agricultura — A atividade econômica do município fundamenta-se na agricultura. Cêrca de 30% das pessoas em idade ativa (15 anos e mais) estão ocupadas na atividade agrícola. As terras, embora montanhosas, são de boa qualidade, cortadas por pequenos rios perenes que as tornam muito férteis.

Boa parte da área rural é coberta de matas e capoeirões, o que constitui importante e considerável riqueza para o município.

A principal cultura é a da cana-de-açúcar, cuja produção destina-se às Usinas localizadas no município.

Segundo os dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, em ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cána-de-açúcar	Tonelada	208 550	37 539
Algodão	Arrôba	13 900	1 251
Banana	Cacho	80 000	1 200
Feijão	Saco de 60 kg	1 760	1 056
Mandioca	Tonelada	1 198	694
Café em grão	Arrôba	1 600	600

Além dos produtos acima, são cultivados no município, em menor escala, a manga, a laranja, o abacaxi, a batata-doce, a macaxeira, o fumo, a fava e a tangerina.

Pecuária — Depois da agricultura é a pecuária a principal fonte de renda do município. Segundo os elementos do Departamento Estadual de Estatística, em 31-12-1956, era o seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 800	24 960
Eqüinos	900	1 800
Asininos	150	180
Muares	800	1 600
Suínos	2 300	2 070
Ovinos	980	294
Caprinos	1 500	450

Indústria — A principal indústria é a da cana-de-açúcar, representada por duas usinas (Pôrto Rico e Taquara). O fabrico de farinha de mandioca, segundo o Registro Industrial de 1955, contava 50 estabelecimentos localizados na zona rural. Embora obtida por processo rudimentar, a farinha de mandioca representa algum valor econômico para o município. A indústria alimentar conta, ainda, 4 padarias na sede municipal, 1 no povoado Novo Lino e 1 na Usina Pôrto Rico.

Relativamente às pequenas atividades industriais, havia em 1955, 10 modestos estabelecimentos produtores de fumo em corda, 10 de telhas, tijolos e outros artigos de cerâmica, 2 de carvão vegetal e 1 de rapadura. A indústria extrativa conta com 2 estabelecimentos de lenha e madeiras, e 1 de pedras para construção.

Queda dágua localizada na Serra da Catita

COMÉRCIO E BANCOS — Devido à grande distância para Maceió, o comércio é pouco desenvolvido. O movimento faz-se principalmente com Recife e Palmares. O açúcar das usinas é exportado para a capital pernambucana. Exportam-se madeiras e couros para Caruaru (PE).

Do Recife são importados os seguintes artigos: tecidos, ferragens, miudezas, estivas em geral, e farinha de trigo. De Palmares também são importados alguns artigos de primeira necessidade.

Na sede municipal existem 32 estabelecimentos varejistas, sendo 7 de tecidos e 25 de estivas em geral. O giro comercial de tôdas as firmas da cidade, em 1955, atingiu Cr$ 8 000 000,00.

Na cidade não há estabelecimento bancário e as transações são feitas através das Agências do Banco do Brasil do Recife e de Palmares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de estradas de rodagens estaduais e municipais. Na sede municipal existe uma emprêsa rodoviária, denominada "Auto Viação Leopoldina", que mantém serviço de transporte em ônibus para a cidade de Palmares (PE).

As ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Passo de Camaragibe — 86 quilômetros, por estrada de rodagem, via Novo Lino e Usina Santa Amália, e 96 quilômetros, ainda por estrada de rodagem, via Serrinha e Urucu; Pôrto Calvo — 62 quilômetros; São José da Laje — 50 quilômetros, por estrada de rodagem, via Canastra, Ibateguara, e Água Preta (PE), e 56 quilômetros, via Campos Frios. Com a Capital do Estado comunica-se por estrada de ferro, via Palmares (PE) — 142 quilômetros, e pela rodovia BR-16, ainda em construção.

Quanto às comunicações possui uma agência postal-telefônica e telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, instalada na cidade de Colônia Leopoldina, à Rua 16 de Julho n.º 54.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem esquerda do rio Jacuípe, a cidade de modo geral está edificada em terreno plano, havendo entretanto uma pequena elevação onde se encontra a parte principal, com o comércio, repartições públicas e principais prédios. Na zona suburbana há modestas habitações, e aí passa a linha divisória de Alagoas com Pernambuco, demarcada nesse trecho pelo rio Jacuípe.

Com uma população de 1 694 habitantes, segundo o Recenseamento Geral de 1950, a cidade é dotada de iluminação elétrica e possui 3 logradouros calçados a paralelepípedos. Existem vários prédios antigos, destacando-se o velho edifício onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal, o qual remonta à época da colônia militar. Aí, em janeiro de 1860, hospedou-se o Imperador D. Pedro II.

Registra-se a existência de um cinema, um grupo escolar, um hotel, um pôsto de higiene, um pequeno campo de pouso, um pôsto de fomento agrícola, um cartório judiciário e outro do registro civil. A Matriz, construída no século passado, é um dos mais belos templos do interior do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não possui hospital nem maternidade. A assistência médica é prestada à população através do Pôsto de Higiene. Não há médico particular em atividade. A Usina Pôrto Rico mantém um ambulatório em sua sede, com médico, dentista e farmácia. Existe também serviço médico de emergência nas fazendas Pôrto da Fôlha, Aquidaban e Belo Horizonte. Estas fazendas ficam em território alagoano e pertencem à Usina Santa Terezinha, localizada em Pernambuco.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 demonstrou que havia no município 13 596 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 1 315 sabiam ler e escrever e 12 281 eram analfabetas.

Ensino — Havia no município, em 1956, 20 estabelecimentos de ensino primário geral, assim discriminados: 1 Grupo Escolar; 14 escolas isoladas; e 5 Cursos Supletivos de Alfabetização para Adultos e Adolescentes. É interessante frisar que dêste total 16 unidades estão localizadas na zona rural. O total de alunos matriculados no referido ano atingiu 795.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município não há imprensa nem biblioteca pública. Na cidade funciona um cinema com capacidade para 100 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	133	1 017	592	...	508
1951	168	1 301	784	...	669
1952	248	1 603	1 084	...	986
1953	153	1 999	1 235	...	1 324
1954	195	2 124	1 407	...	1 416
1955	251	2 640	1 409	...	1 321
1956	548	4 674	2 028	...	1 651
1957 (1)	—	—	—	—	—

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de São Sebastião, realizada em 28 de janeiro de cada ano, é uma tradição local, e bem assim a festa da padroeira, Nossa Senhora do Carmo de Leopoldina.

Dos folguedos populares destacam-se os Reizados e Guerreiros, ensaiados no município e apresentados nos meses de outubro a janeiro.

VULTOS ILUSTRES — Como figura ilustre há *Euzébio de Andrade,* homem de letras e poeta, além de advogado e político que foi Senador da República.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Colônia Leopoldina são conhecidos pelo gentílico leopoldinenses.

As principais autoridades do município são: José Maria Ramos, Presidente da Câmara de Vereadores; Doutor Rostand Lanverly de Melo, Juiz de Direito; Dr. Durval Belo Mendonça, Promotor Público; Subtenente Luiz Ramalho Gomes, Delegado de Polícia; e Antônio Luna da Silva, Tabelião Público.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

CORURIPE — AL

Mapa Municipal na pág. 302 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O rio Coruripe, chamado "Cururugi" pelos caetés, originou o nome do município. Habitada tôda a sua costa marítima e margem do rio pelo gentio caeté, a tribo mais selvagem de quantas viveram no Brasil, tem o seu nome lembrado na História, pois dizem ter sido aí devorado pelos índios o primeiro bispo do Brasil. Em viagem para Portugal seguia D. Pero Fernandes Sardinha com acima de 100 pessoas, levando dois cônegos da Santa Sé, o procurador da fazenda d'El-Rei na Bahia, senhoras, crianças, etc., quando em 16 de junho naufragou o navio nos baixios de D. Rodrigo. Guiados por indígenas, pensavam os náufragos dirigirem-se a Pernambuco, quando, no "Pôrto do Francês", foram atacados de emboscada por grande número de selvagens antropófagos que mataram a todos, devorando-os em seguida.

O professor Moreno Brandão em "Lugares Históricos de Alagoas", assim se expressa sôbre Coruripe: "Estaria contida naquela restrição imposta pelo apótema de que os povos felizes não têm história, se também não tivesse visto, nos Baixios de D. Rodrigo, o naufrágio da nau "Nossa Senhora da Ajuda", de que era passageiro D. Pero Fernandes Sardinha; se não assistisse ao trânsito das legiões holandesas e das guerrilhas lusitanas; se não presenciasse, em Jequiá, o esquartejamento de Antônio Leão, revolucionário de 1817, por um indivíduo de nome Antônio Pedro; se não visse, no crepúsculo vesperal do cativeiro negro, a revolta de grande número de seus escravos, tornados ao eito pelos engodos da conciliação".

Após o extermínio dos caetés pelos portuguêses, como represália ao trucidamento do 1.º bispo do Brasil, começou aí um ativo comércio de madeira, principalmente pau-brasil.

Nascida a povoação de Coruripe em conseqüência da ereção de uma capela, e localizada num vale muito próspero, começou a ter desenvolvimento maior do que o da vila de Poxim, a que estava subordinada. Coruripe começou a se desenvolver e prosperar do meado do século XIX por diante.

A vila de Coruripe foi criada pela Lei n.º 484, de 23 de junho de 1866, para a qual passou a sede do município de Poxim, cuja vila a mesma lei suprimiu, ficando

o município com a denominação de Coruripe. Foi desmembrado do seu município apenas o de Poxim, em 1891, mais tarde novamente anexado a Coruripe pela Resolução número 393, de 31 de maio de 1904, e partilhado também entre o município de São Miguel dos Campos e Junqueiro.

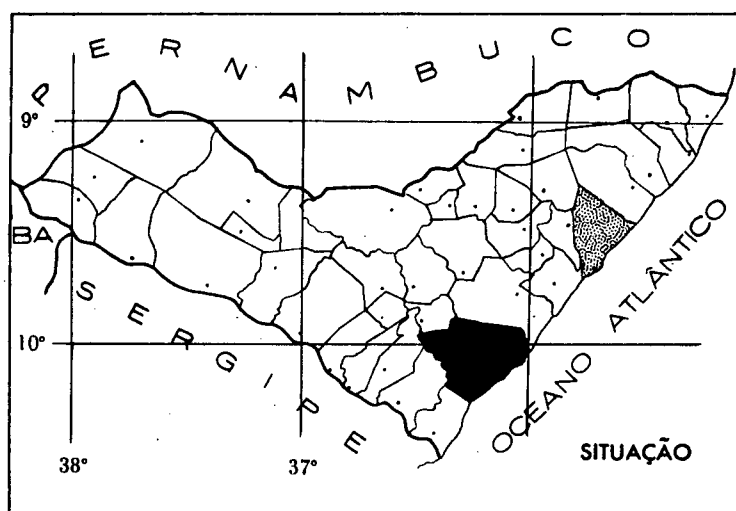
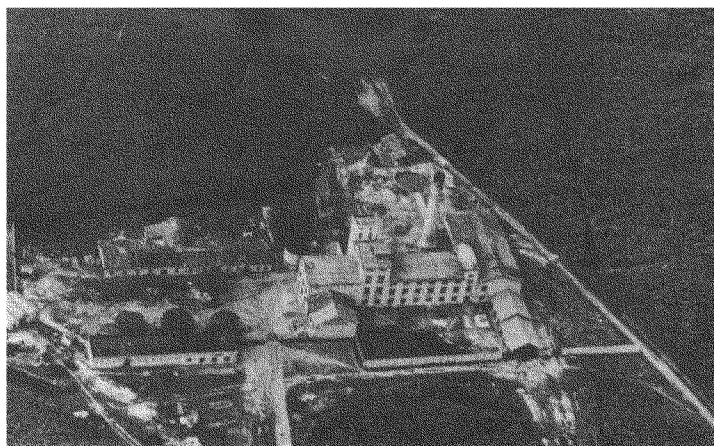
A freguesia de Coruripe foi primitivamente a de Poxim, cuja data da criação é pouco conhecida. Tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Segundo uns, data de 1726 (Espíndola, em "Geografia Alagoana"); segundo a "Idéia da População da Capitania de Pernambuco", data de 1718, o que deve ser aceitável. Em 1749 era curato, sendo Vigário o padre Manuel Diniz Barbosa, servindo de matriz a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Pela Resolução provincial n.º 484, de 23 de junho de 1866, a sede da freguesia foi transferida de Poxim para Coruripe. Subordinação eclesiástica: Diocese de Penedo.

Pertencia à comarca de Anadia o têrmo de Coruripe, sendo, pela Lei n.º 866, de 31 de maio de 1882, elevado à categoria de comarca com o têrmo de Piassabussu que fazia parte da jurisdição de Penedo. Em 1931, constituía a comarca o têrmo de Junqueiro. Em 11 de maio de 1932 foi extinta a comarca de Coruripe, sendo restaurada em 24 de maio de 1935, pelo Decreto n.º 2 082. Perdeu o têrmo de Piassabussu em 1938, que passou a pertencer a Penedo.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 2 distritos: Coruripe e Poxim.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Hélvio Castro Reis.

Os eleitores inscritos para o último pleito somavam 3 383, sendo de 1 751 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Coruripe está situado na parte sul do Estado, à margem do Oceano Atlântico e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita ao norte com os municípios de São Miguel dos Campos e Junqueiro; ao sul, com Piassabussu; a oeste, com Penedo; e a leste com o Atlântico. A cidade está situada à margem esquerda do rio Coruripe e a 6 quilômetros do mar. Fica a 70 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 10º 8' 22" de latitude Sul, e 36º 39' 24" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista aérea da Usina Coruripe

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 15 m.

CLIMA — O clima de Coruripe é característico da zona do litoral: quente e úmido no verão, e frio no inverno. A temperatura máxima é de 34 graus centígrados, estando compreendido entre dezembro, janeiro e fevereiro, o período mais quente. A temperatura mínima varia de 18ºC a 20ºC e registra-se nos meses de julho e agôsto.

Em Coruripe não ocorre calor excessivo, nem frio intenso. As chuvas são irregulares e caem comumente entre abril e julho.

ÁREA — Consoante dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município de Coruripe é de 1 024 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado pelo rio Coruripe, que nasce na serra do Bonifácio, em Palmeira dos Índios, desaguando no Atlântico após um curso de cêrca de 180 quilômetros. É navegável no trecho compreendido entre a sede municipal e o Pontal de Coruripe, e o seu percurso no município de Coruripe é de 25 quilômetros. Existem outros rios menores: Jequiá e Poxim, ambos na zona do Poxim.

Outro acidente geográfico importante é a Lagoa Jequiá, que separa Coruripe de São Miguel dos Campos; mede 7 quilômetros de comprimento por 2 de largura. É navegável por pequenas embarcações (barcaças e canoas).

Encontram-se ainda três pequenas ilhas fluviais, formadas pelo rio Coruripe: Santa Luzia, Santa Rosa e Santa Rita. Nelas cultivam-se a cana-de-açúcar e outros produtos.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre os produtos de origem mineral, encontram no município salinas, pedra calcária e argila para fabricação de telhas e tijolos. As riquezas vegetais estão representadas pelas madeiras de várias espécies, e fibras, como o tucum e a imbiriba. Os mariscos, dos quais se extrai cal de boa qualidade, camarão, siri e peixes de várias espécies, constituem as riquezas de origem animal.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, a população do município era de 16 215 habitantes (7 938 homens e 8 277 mulheres), distribuída da seguinte maneira: Quadro Urbano — 1 938; Quadro Suburbano — 1 828; e Quadro Rural — 12 449. A densidade demográfica era de 15 habitantes por quilômetro quadrado,

sendo que 76,9% da população localizam-se na zona rural; 11,9% na zona urbana; e 11,2% na zona suburbana.

Aglomerações urbanas — Além da cidade de Coruripe, cuja população em 1950 era de 3 320 habitantes, o município possui outra aglomeração urbana, a vila de Poxim, situada próxima ao Atlântico, e que é dotada de iluminação elétrica e possui 170 prédios e 450 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem no município os seguintes núcleos de população: povoado Água de Menino, com 160 prédios e 550 habitantes; povoado Barreiras — com 208 prédios e 800 habitantes; povoado Bebedouro — com 75 prédios e 350 habitantes; povoado França — com 56 prédios e 240 habitantes; povoado Miaí — com 68 prédios e 320 habitantes; povoado Jequiá da Praia — com 170 prédios e 600 habitantes; e povoado Pontal de Coruripe — com 266 prédios e 1 000 habitantes.

Há, ainda, uma Usina de Açúcar, com 210 prédios e cêrca de 800 pessoas e a Colônia Pindorama, que conta, atualmente, 300 casas e 1 000 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de renda do município é a agricultura, secundada pela pecuária e pela atividade industrial.

Agricultura — Os tipos de terras predominantes são os sílico-argilosos e arenosos. Na faixa litorânea, caracterizada pelos terrenos puramente arenosos, efetua-se em larga escala a cultura do côco-da-baía.

Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	175 000	32 250
Côco-da-baía	Cento	105 000	17 430
Mandioca	Tonelada	6 000	3 800
Banana	Cacho	43 000	645
Batata-doce	Tonelada	600	600

Além dos produtos acima mencionados, cultivam-se no município, embora em menor escala, a laranja, a manga, o arroz, o amendoim, o feijão, o milho, a melancia e a cebola.

Pecuária — Apesar de não ser um município pròpriamente criador, a pecuária constitui para Coruripe uma atividade de relativa significação econômica.

De acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 000	31 500
Eqüinos	440	792
Asininos	68	41
Muares	570	1 140
Suínos	28 000	12 600
Ovinos	6 000	1 320
Caprinos	1 800	360

As raças preferidas são gir, nelore e indu-brasil.

Indústria — A principal indústria do município é a açucareira, representada por uma usina (Usina Camaçari) e 4 engenhos bangüês.

Quanto às pequenas atividades industriais, há no município 42 casas de farinha, 3 alambiques de aguardente, 2 engenhocas de rapadura, 4 padarias, 3 estabelecimentos de fabricação de telhas e tijolos, 3 de extração de sal marinho, e diversos de extração de cal de mariscos, de lenha e de carvão vegetal.

Pesca — Existe no município uma Colônia de Pescadores, tendo a produção de pescado, em 1956, atingido 40 669 quilogramas no valor total de Cr$ 536 258,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é feito principalmente com as praças de Maceió, Penedo e Recife. Os principais gêneros exportados são: açúcar, farinha de mandioca, côco-da-baía e frutas. Os de maior importação: tecidos, ferragens, louças, farinha de trigo, charque e café. Na cidade há 12 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. O giro comercial das firmas atacadistas atingiu, em 1956, mais de dois milhões de cruzeiros.

No município não há estabelecimento bancário, sendo o respectivo movimento efetuado em Maceió, e com a Agência do Banco do Brasil de Penedo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Coruripe é servido por estradas de rodagem e as ligações com os municípios limítrofes são as seguintes: Junqueiro — 63 quilômetros; Penedo — 105 quilômetros; Piassabussu — 134 quilômetros; e São Miguel dos Campos — 60 quilômetros. A ligação com a Capital Estadual é feita também por via rodoviária, num percurso de 140 quilômetros.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma agência postal-telegráfica e telefônica na cidade, e agências postais na vila de Poxim e no povoado Camaçari.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem esquerda do rio Coruripe e a 6 quilômetros do Oceano Atlântico, a cidade de Coruripe está construída, em grande parte, numa pequena planície, estrangulada entre o mar e os contrafortes do planalto que se estende até o interior do Estado.

A cidade conta 810 prédios e tem uma população de 3 320 habitantes. É dotada de iluminação elétrica com 260 ligações domiciliárias. Funcionam 2 hotéis e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto de Higiene e um Pôsto de Policlínica da Colônia de Pescadores, mantido êste pelo Serviço de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, e aquêle, pelo Estado. Na cidade existem duas farmácias; um médico e dois dentistas desenvolvem atividades profissionais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Além da Casa dos Pobres, cuja finalidade é prestar assistência à velhice desamparada, existem, na cidade, as seguintes associações de beneficência mutuária: Previdência Coruripense; Colônia de Pescadores Z-9 — Dr. Homero Galvão; e Colônia de Pescadores Z-10 — Dr. Castro Azevedo.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município 2 913 pessoas alfabetizadas, na

idade de 5 anos e mais, assim distribuídas: cidade de Coruripe — 954; vila de Poxim — 109; e quadro rural — 1 850 pessoas.

Ensino — Em 1956 existiam no município 41 unidades de ensino primário geral, sendo 1 Grupo Escolar, 33 escolas isoladas e 7 cursos supletivos de alfabetização. Dêste total, 5 estabelecimentos localizavam-se na sede municipal, 3 na vila de Poxim e os demais na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	773	506	232	430
1951.......	411	1 210	649	348	815
1952.......	522	1 480	810	365	804
1953.......	443	1 575	924	340	893
1954.......	365	1 567	980	380	898
1955.......	309	1 610	1 157	493	1 063
1956.......	1 166	2 391	1 100	550	1 464
1957 (1)....	..	...	1 850	890	1 655

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas tradicionais são: Natal, Ano Novo, São João, São Pedro, Santo Antônio e São Sebastião. As procissões do Senhor dos Navegantes, a 6 de janeiro, e da Imaculada Conceição, a 8 de dezembro, são as mais concorridas.

Baianas, Reizados, Cheganças e Pastoris, aparecem no período de 23 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano.

VULTOS ILUSTRES — Coronel *Macário das Chagas Rocha Lessa* — Orador e chefe político no seu município, exerceu vários cargos públicos de destaque, como os de Governador do Estado, Senador Federal, e Senador Estadual; Bacharel *José de Castro Azevedo* — Nasceu a 8 de julho de 1890 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1955. Jornalista e político de prestígio, exerceu vários cargos públicos, tais como Secretário da Fazenda, Deputado Federal, Deputado Estadual, Membro do Conselho Administrativo do Estado, e Consultor Jurídico do Instituto do Açúcar e do Álcool; Dr. *Luiz Ramalho dos Reis* — Nasceu em 1884 e faleceu em 1954. Engenheiro-agrimensor, foi também jornalista e exerceu vários cargos públicos, tais como Adjunto de Promotor, Prefeito interino, Fiscal de Estradas de Ferro, Agente de Estatística, etc.; *Manoel Antônio de Carvalho* — Professor de letras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Coruripe são conhecidos pelo gentílico "coruripenses".

O nome Coruripe, vem de Cururugi, denominação dada ao rio pelos caetés. Segundo uns, *cururu* (sapo) + *ípo* (onde) = lugar de sapos, ou, então, *cu-ru-rip* (rio dos seixos).

As autoridades municipais são: Maria Onofra de Araújo Lessa, Presidente da Câmara de Vereadores; Doutor Giseldo de Figueiredo Lins, Juiz de Direito; Dr. Heitor Montenegro Barros, Promotor Público; Sargento Arnaldo Gonzaga de Lemos, Delegado de Polícia.

Está sendo organizada no município, pela "Companhia Progresso Rural", a Colônia Pindorama, para cuja instalação foram investidos até agora mais de 140 milhões de cruzeiros. A Colônia tem como objetivo a fixação do homem ao solo evitando-se, desta forma, a sua fuga para os Estados do sul, em busca de um presumível e falso Eldorado. Partes dêsses 140 milhões de cruzeiros foi gasta na aquisição das terras que compõem o núcleo: quase 34 mil hectares. Maior, pois, que alguns países europeus. A Colônia conta já perto de 2 000 habitantes e 160 quilômetros de boas estradas internas, afora as externas que ligam Coruripe (sede) aos municípios de Penedo e Piassabussu, integrantes do plano rodoviário do Estado de Alagoas. Possui a Colônia, ainda, um campo de pouso, para pequenos aviões do tipo teco-teco, distando 15 quilômetros da sede municipal. Mede 400 metros de comprimento por 100 de largura.

Pindorama, com acima de duzentas residências já construídas; tendo seu grupo escolar com matrícula de perto de 100 alunos; com seu moinho de serragem a industrializar as madeiras de lei, oferece aspecto de verdadeiro oásis, em meio à miséria da hinterlândia brasileira.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

DELMIRO GOUVEIA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Teve como primeiro nome "Pedra" e era uma estação de estrada de ferro da então Great-Western, atual Rêde Ferroviária do Nordeste. A denominação "Pedra" foi motivada pelo fato de existirem grandes rochas junto à estação.

Em 1903, chegou à localidade, procedente do Recife, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, que se estabeleceu com o ramo de couros de bovinos e peles de caprinos e lanígeros. Com grande capacidade de trabalho, em 1912 Delmiro Gouveia conseguiu instalar no local, servido de luz elétrica e água canalizada, vindos da Cachoeira de Paulo Afonso, construindo uma usina hidráulica, ainda hoje existente. Em 1914, instalou uma fábrica de linha, com a denominação de Companhia Agro-Fabril Mercantil. A realização de tão grande empreendimento motivou a afluência de pessoas de municípios vizinhos, resolvendo então o pioneiro construir uma vila operária, à qual deu o nome de Pedra. Os seus habitantes começaram a denominá-la "Pedra de Delmiro".

O município representa papel de destaque no panorama nacional, pois aí se acha a famosa Cachoeira de Paulo Afonso.

Centenas e centenas de turistas de todo o país e mesmo de outras nacionalidades têm vindo admirar suas formidáveis quedas, onde se destaca a denominada "Véu de Noiva".

Mas se é verdade que pela sua extraordinária beleza natural Paulo Afonso tem atraído viajantes de vários recantos do mundo, pode-se afirmar, por outro lado, que ela penetrou no cenário nacional precisamente pelo valor econômico do seu potencial, hoje convertido em realidade, constituindo, assim, importante capítulo da história econômica do Brasil.

Em 20 de outubro de 1859 o Imperador D. Pedro II visitou a Cachoeira de Paulo Afonso, fato que os filhos de Delmiro Gouveia guardam como a mais importante reminiscência histórica de sua terra.

Sôbre as impressões do Imperador ao avistar a majestosa Paulo Afonso, assim se expressou o correspondente do "Jornal do Commercio" da Côrte, que fazia parte da comitiva:

> "Sentiu arroubado seu espírito; assentou-se num rochedo, largamente mirou tudo nessa primeira e profunda emoção, que se não revela, mas que se sente; que se receia ver perdida se algum objeto estranho no-la perturba. Havia alguma coisa solene na contemplação silenciosa do Imperador; a fadiga da viagem desaparecia de sua fisionomia aureolada pela luz da alegria intima da alma feliz diante do poema homerico, que a mão inspirada da natureza escreveu na fronte de pedra do gigante condenado àquela eterna solidão. Depois o Imperador desenhou todo aquele majestoso painel, e contemplando-o de novo, como para gravá-lo no seu pensamento, levantou-se e foi percorrer todo o espaço da Cachoeira.
>
> A visita imperial à Cachoeira de Paulo Afonso foi assinalada por um marco de pedra, erguido por subscrição".

O Decreto-lei n.º 846, de 9-11-1938, da Interventoria Federal criou o seu distrito com a denominação de "Pedra". Esta vila, posteriormente, foi chamada "Delmiro" em conseqüência do Decreto-lei n.º 2 909, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado. O município, com a denominação de Delmiro Gouveia, foi criado pela Lei n.º 1 623, de 16 de junho de 1952, tendo sido instalado em 14 de fevereiro de 1954, desmembrado de Água Branca.

A freguesia de Delmiro Gouveia foi criada em 30 de março de 1941, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. É subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

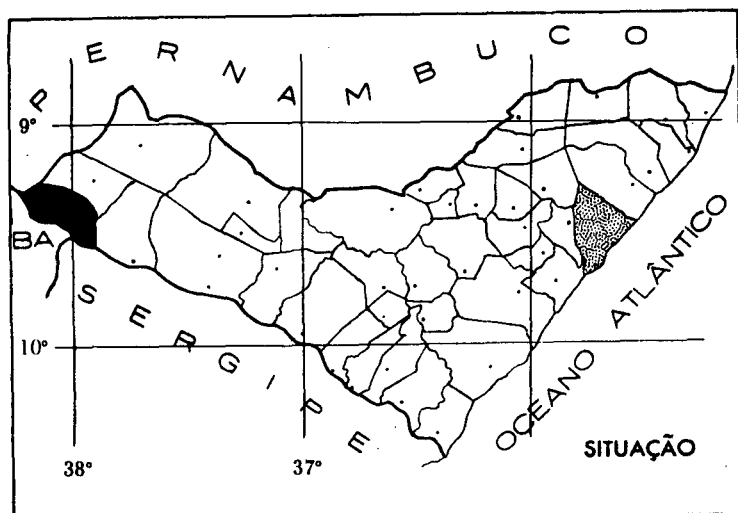
De acôrdo com a Organização Judiciária do Estado (Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952), o novo município seria sede de comarca. Sua comarca, no entanto, ainda não foi instalada, sendo suprida, conforme estabelece aquela Lei. Apenas, no município, existe atualmente um Cartório do Registro Civil.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um só distrito, o de Delmiro Gouveia.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Joaquim Correia e Silva. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 2 241, sendo de 1 475 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo oeste do Estado, o município de Delmiro Gouveia avança até os limites com o Estado da Bahia, e pertence à Zona Fisiográfica do Sertão de São Francisco. Limita ao norte com Água Branca; ao sul com os Estados de Sergipe e Bahia; a leste

Vista da cachoeira de Paulo Afonso, vendo-se duas de suas quedas

com Petrolândia (PE); e a oeste com Piranhas. Localizada num vasto tabuleiro, a cidade de Delmiro Gouveia dista cêrca de 6 quilômetros do rio São Francisco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 225 metros.

CLIMA — O clima do município é sêco e saudável. A temperatura varia de acôrdo com as estações. No verão é muito quente, no inverno é um pouco frio.

ÁREA — A área do município, conforme dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 430 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O acidente geográfico de mais vulto é o rio São Francisco. À altura do município, a navegação do rio é interrompida pela Cachoeira de Paulo Afonso, cuja fôrça hidráulica é calculada em ...... 2 000 000 H.P. durante o período de enchente, e 700 000H.P. durante o período de baixa das águas. A altura de sua queda é de 80 metros. Representa a cachoeira não só um quadro de sugestiva beleza, mas uma importante reserva econômica para tôda a região alagoana.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Delmiro Gouveia possui em grande quantidade areia para construção que é extraída do leito do rio São Francisco.

Das suas matas são extraídas madeiras para lenha ou para construção, e o seu maior explorador e proprietário é a Companhia Agro-Fabril Mercantil.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, era de 8 304 habitantes, assim distribuída: Zona Urbana — 3 657; Zona Suburbana — 1 423; e Zona Rural — 3 224.

Aglomerações urbanas — A principal aglomeração urbana é a sede municipal, cuja população, segundo o Recenseamento de 1950, era de 5 080 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem ainda outros núcleos de população dignos de ser anotados. Êsses núcleos são os seguintes: povoado Barragem — com 80 prédios e 400 habitantes; povoado Salgado — com 68 prédios e 340 habitantes; povoado Caixão — com 45 prédios e 225 habitantes; povoado Sinimbu — com 80 prédios e 400 habitantes; povoado Lagoinha — com 60 prédios e 300 habitantes; e povoado Cruz — com 42 prédios e 210 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a indústria de tecidos e rêdes de dormir. Não há riquezas minerais, vegetais, nem outras fontes de exploração.

Agricultura — O terreno é sêco e por vêzes arenoso. Em pleno coração do sertão alagoano, as safras são problemáticas pela falta de chuvas. Quanto à fertilidade do solo, podemos dizer que é relativa, uma vez que, irrigadas, as terras ofereceriam boas perspectivas para a lavoura.

Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	3 600	540
Batata-doce	Tonelada	50	60
Mandioca brava	»	448	89

Pecuária — Tem maior volume econômico do que a agricultura, dada a natureza agreste do solo. Há pastagens nativas, definhadas e em número mínimo de aguadas. Alguns criadores de maior vulto plantam a palma para a forragem de verão. As raças preferidas são a zebu e a crioula, predominando esta última.

De acôrdo com elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 500	11 250
Eqüinos	1 200	1 800
Asininos	2 000	500
Muares	1 200	3 000
Suínos	3 000	1 800
Ovinos	3 000	600
Caprinos	3 000	600

Indústria — A indústria, principalmente a têxtil, constitui a base econômica do município, a qual é representada por uma fábrica de tecidos: Companhia Agro-Fabril Mercantil. Segundo o Registro Industrial de 1956, existia cêrca de 160 pequenos estabelecimentos produtores de rêdes de algodão, e 1 estabelecimento de beneficiamento dessa fibra.

Na cidade há 1 fábrica de óleo de caroço de algodão, 2 fábricas de bebidas, 1 curtume, e 1 pequeno estabelecimento para fabrico de móveis de madeira.

A indústria de produtos alimentares consta de 3 panificações localizadas na cidade, e 1 na zona rural.

Quanto às pequenas atividades industriais, existem no município 3 estabelecimentos produtores de farinha de mandioca; 1, de selas e arreios para animais; 1, de tijolos e telhas; e 1, de alpercatas sertanejas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bastante desenvolvido. As transações são feitas, de modo geral, com as praças de Maceió e do Recife. Os principais produtos exportados são: tecidos, fios, rêdes, óleo de caroço de algodão e peles de ovinos e caprinos. Os principais artigos

importados são: algodão, milho, feijão, arroz, tecidos e ferragens.

Existem 3 estabelecimentos atacadistas e 29 firmas do comércio varejista. Esta última atividade teve o giro comercial de Cr$ 10 419 676,00.

Não há estabelecimento bancário em Delmiro Gouveia. O movimento é feito através das Agências do Banco do Brasil, de Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela Rêde Ferroviária do Nordeste (R.F.N.), no seu ramal do sertão.

Dista, Delmiro Gouveia, da Capital do Estado, 340 quilômetros por estrada de rodagem, via Água Branca.

As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Água Branca — 16 quilômetros (rodovia); Piranhas — 55 quilômetros (rodovia) e 54 quilômetros (ferrovia); Glória, na Bahia — 34 quilômetros; e Petrolândia, em Pernambuco — 36 quilômetros.

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma agência postal-telegráfica na cidade de Delmiro Gouveia. A Rêde Ferroviária do Nordeste (antiga Great-Western) mantém, por seu turno, na sede municipal, uma agência telegráfica e telefônica na Praça da Estação. Há, ainda, em funcionamento, uma estação radiotelegráfica da Fôrça Pública Regional, com sede à Rua do Progresso.

ASPECTOS URBANOS A cidade de Delmiro Gouveia é totalmente plana, situada a 6 quilômetros da margem do rio São Francisco. Conta 1 350 prédios, sendo 707 na zona urbana e 843 na zona suburbana. Não há nenhuma construção que possa ser considerada como antiga e nem de beleza arquitetônica. Os mais importantes são a Prefeitura Municipal e o Mercado Público, ainda em construção. A cidade é servida de água encanada, vinda do rio São Francisco, serviço êsse iniciado em 1912; há 123 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta modalidade de assistência se resume em uma Casa de Saúde, em condições deficientes, não existindo ainda leitos para internamento, nem material para cirurgia, e funcionando como simples consultório; um Subposto de Saúde, atualmente sem médico, e um Hospital, ainda em construção, e que será inaugurado possìvelmente em 1958. Na sede, são encontrados 2 dentistas no exercício da profissão, e uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na cidade funciona uma Cooperativa de Consumo, para fornecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, aos operários da Fábrica de Tecidos da Companhia Agro-Fabril Mercantil.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo a apuração do Recenseamento de 1950, havia, naquela época, na cidade, então vila de Delmiro, pertencente ao município de Água Branca, 1 831 pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais.

Ensino — Há, em todo o município, um total de 14 estabelecimentos de ensino primário. Na cidade funcionam 1 Grupo Escolar e 6 unidades isoladas; na zona rural, 7 escolas isoladas. A matrícula total atingiu 526 alunos de ambos os sexos, em 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de 2 cinemas: o Cine Pedra e o Real. Não há biblioteca, museus, nem agremiações culturais ou desportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 190	—	—	—	—
1951	1 259	—	—	—	—
1952	2 054	—	—	—	—
1953	3 235	—	—	—	—
1954	3 679	—	1 264	704	1 087
1955	3 964	4 452	1 533	933	1 463
1956	6 002	5 447	1 978	1 152	1 952
1957 (1)	—	—	—	—	—

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festa tradicional e religiosa, figura a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, a qual se realiza sempre no último domingo de outubro, com missa cantada pela manhã e procissão à tarde.

No município de Delmiro Gouveia não existem folguedos anuais, como acontece em outros municípios do Estado. Vez por outra aparece a Chegança, na época do Natal e Ano Novo.

VULTOS ILUSTRES — *Delmiro Augusto da Cruz Gouveia* — Foi o pioneiro do aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso. Morreu bàrbaramente assassinado, vítima do interêsse de trustes estrangeiros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Delmiro Gouveia eram anteriormente conhecidos como pedrenses; com a mudança do nome, são chamados delmirenses.

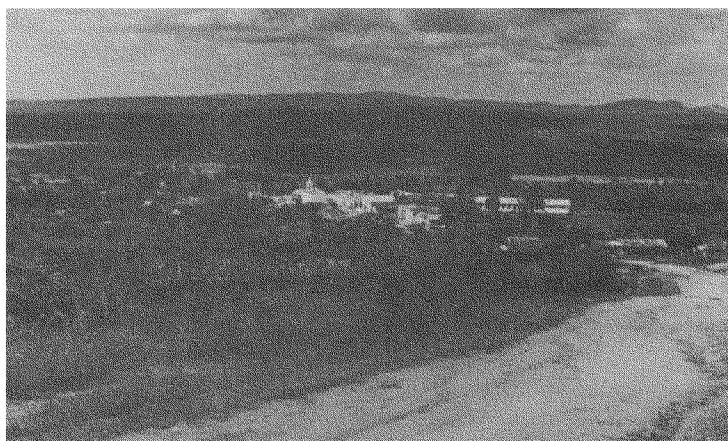
As principais autoridades do município são: Pedro Manuel do Nascimento, Presidente da Câmara; Antônio Pedro da Silva, Delegado de Polícia; e Padre Fernando Soares Vieira, Vigário da Paróquia.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

FEIRA GRANDE — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Consta que, vindo de Lagoa de Cima, município de Traipu, chegou à localidade o cidadão Francisco José Gonçalves, fixando aí residência. A fertilidade do solo fêz com que outras famílias para ali se transferissem, tendo assim início a povoação.

O povoado Mocambo pertencia primitivamente a São Braz, município que foi suprimido pela segunda vez, em 19 de fevereiro de 1938, sendo anexado ao de Arapiraca. Posteriormente, o Decreto n.º 2 422, de 26 de outubro daquele ano, desmembrou o distrito de São Braz (excetuando a povoação de Mocambo) do município de Arapi-

Vista panorâmica da cidade

raca e o anexou a Traipu. Em 30 de novembro de 1938, pelo Decreto-lei n.º 2 435, foi Mocambo elevado à categoria de vila, sede do distrito de mesmo nome, sendo constituído de partes desmembradas dos territórios dos distritos de Arapiraca e São Braz, e pertencendo ao município de Arapiraca.

Quando da construção do ramal da Rêde Ferroviária do Nordeste, Palmeira dos Índios—Pôrto Real do Colégio, aumentou a afluência à feira semanal por parte dos operários que trabalhavam no preparo do leito da referida estrada. A citada feira era a maior dentre as que se realizavam nos povoados e vilas das imediações. Por esta razão começou a ser chamada pelos que a freqüentavam — Feira Grande, estendendo-se o nome à localidade. E oficialmente, pelo Decreto-lei n.º 2 909, de 30-12-1953, que fixou a divisão territorial para o qüinqüênio 1944-1948, o nome Mocambo foi substituído pelo de Feira Grande.

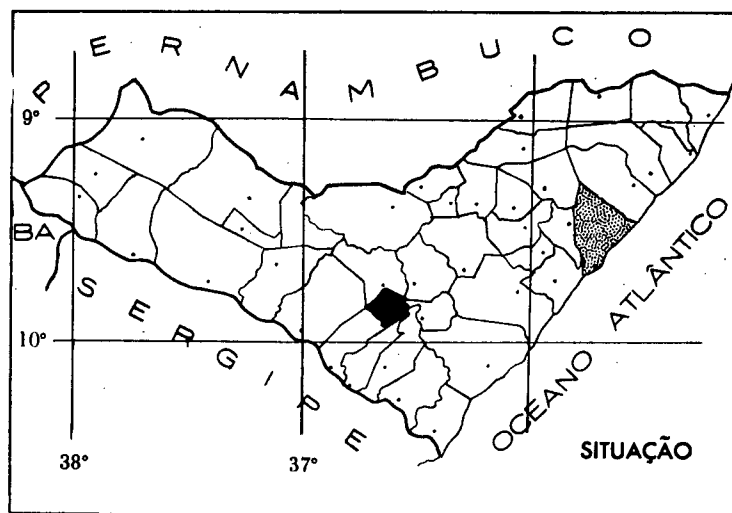
Com a restauração do município de São Braz pela Carta de 1947, o distrito de Feira Grande passou a pertencer-lhe.

A Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, que fixou a divisão territorial do Estado de Alagoas, para o qüinqüênio 1954-1958, elevou Feira Grande à categoria de município.

De acôrdo com o que estabelece a Lei de Organização Judiciária (Lei n.º 1 764, de 11 de novembro de 1952), o município já se considera sede de comarca; entretanto até a presente data ainda não foi instalada, de sorte que os trabalhos judiciários são realizados no município de São Braz.

O município de Feira Grande, que tem um único distrito, o da sede, foi instalado solenemente em 25 de abril de 1954, tendo o Governador do Estado, Dr. Arnon de Mello, recebido dos habitantes da novel comuna a chave simbólica da cidade. O Chefe do Estado, autoridades e a população local compareceram à missa de fundação, que teve como celebrante o padre Antônio Lima Neto, Vigário da paróquia de São Braz, à qual pertence Feira Grande. Várias festividades foram realizadas pelos feira-grandenses, para o maior brilho do acontecimento. O primeiro Prefeito foi o Sr. Domingos Apóstolo Lira, nomeado por Decreto do Govêrno Estadual. Em 3 de outubro de 1954 foram realizadas as primeiras eleições municipais, sendo então eleita a primeira Câmara de Vereadores, que se instalou em 31 de janeiro de 1955, quando também tomou posse o Prefeito eleito, Sr. Antônio Bispo de Oliveira.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 548, sendo de 494 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Sertaneja, Feira Grande limita ao norte com Arapiraca; ao sul, com São Braz; a leste, com Pôrto Real do Colégio; e a oeste, com Arapiraca e Traipu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Ainda não foram fornecidos à Agência Municipal de Estatística local os dados sôbre a altitude da cidade de Feira Grande. Contudo, estima-se ela em uns 150 metros.

CLIMA — O clima de Feira Grande é saudável, frio no inverno e quente no verão. Apesar de não haver Pôsto Meteorológico, calcula-se a temperatura média em 27ºC. A máxima foi de 37ºC e a mínima, de 15ºC. Durante a noite a temperatura é agradável. A época mais chuvosa vai de maio a julho, e a mais sêca, de outubro a dezembro.

ÁREA — A superfície do município, de acôrdo com os dados do Conselho Nacional de Geografia, soma 100 quilômetros quadrados. É, pois, o menor município desta Unidade da Federação.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rio Boacica, afluente do rio São Francisco; rio Antonica, que nasce no rio precedente; riacho Ôlho-d'Água, que nasce no município de Arapiraca e banha a cidade de Feira Grande; riacho Feira Grande, ao pé da serra do mesmo nome, banhando, também, a cidade. Entre as serras destacam-se a de Feira Grande, de formação argilosa, com altitude aproximada de 140 metros, distando da cidade uns 300 metros; serra do Imbirissu, ao sul do município, também de formação argilosa, com perto de 140 metros de altitude, encontrando-se a cêrca de 2 quilômetros da cidade; Serra do Sítio Novo, com 130 metros de altura e distando da cidade 5 quilômetros.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Feira Grande é rico em argila, que se emprega na fabricação de telhas e tijolos. Possui ainda, como riqueza natural, extensas florestas das quais são extraídas madeiras para construção e lenha.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento Geral em 1950, Feira Grande contava 8 775 habitantes, assim distribuídos: 721 na zona urbana; 331 na suburbana; e 7 723 na zona rural.

Aglomerações urbanas — O município conta apenas com uma aglomeração urbana, que é a própria sede municipal, cuja população, em 1950, era de 1 052 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural encontram-se outros núcleos de população, entre os quais destacam-se: povoado Massapê — com 135 prédios e 450 habitantes; povoado Ôlho-d'Água do Meio — com 134 prédios e 446 habitantes; povoado Mumbacinha — com 76 prédios e 270 habitantes. Mumbacinha pertence parte a Feira Grande e parte ao município de Pôrto Real do Colégio. Finalmente, vem o povoado Antonica, na linha divisória de Feira Grande e Traipu. A parte de Feira Grande tem cêrca de 80 prédios e 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município repousa na agricultura. As terras são de boa qualidade, predominando as do tipo sílico-argiloso.

Agricultura — O principal produto é a mandioca, destacando-se, também, pela área ocupada e volume da colheita, o feijão e o algodão.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	1 403	1 403
Algodão	Arrôba	14 000	1 400
Macaxeira	Tonelada	632	948
Milho	Saco de 60 kg	3 680	441
Fumo	Arrôba	3 750	300

Além dos produtos acima, o município cultiva feijão, fava, batata-doce, mamona, banana, laranja, limão, abóbora, melancia e manga.

Pecuária — Apesar de a pecuária não se achar desenvolvida, há boas pastagens. O tipo de raça preferida pelos criadores é o mestiço.

Segundo os elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 450	5 075
Eqüinos	250	500
Asininos	30	27
Muares	110	275
Suínos	685	959
Ovinos	100	28
Caprinos	150	42

Indústria — A principal indústria é a de beneficiamento de produtos agrícolas, destacando-se a de farinha de mandioca que, em 1956, contava com 119 pequenos estabelecimentos localizados na zona rural. Segundo o Registro Industrial de 1956, existiam 19 estabelecimentos produtores de fumo em corda; 2, de telhas e tijolos; 1, de vinhos e vinagres; e 1, de produtos de flandres. A indústria de produtos metalúrgicos conta 13 pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de foices, rodas de carros de boi e espingardas, por processo rudimentar. A indústria de produtos alimentares resume-se em padarias na sede municipal.

Principal logradouro público, onde se realizam as feiras semanais

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da cidade de Feira Grande é pouco desenvolvido e as transações se fazem com as praças de Maceió, Penedo e Arapiraca. Os principais produtos exportados são: farinha de mandioca, feijão e manga. Importa tecidos, miudezas, medicamentos, arroz e outros gêneros alimentícios. Na cidade há 4 firmas atacadistas e 15 varejistas. O giro comercial dêsses estabelecimentos, em 1956, atingiu a Cr$ 3 444 000,00. Aos sábados observa-se maior intensidade no movimento mercantil devido à tradicional feira.

No município não existe banco nem outro qualquer estabelecimento de crédito, de sorte que o movimento é feito com as praças de Penedo e Arapiraca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Feira Grande comunica-se com os municípios vizinhos por estradas de rodagem. A cidade é servida pela Emprêsa Penedense de Transportes, que faz a linha Feira Grande—Arapiraca.

Dista a cidade de Feira Grande da Capital Estadual 221 quilômetros, por via férrea, e 173 por estrada de rodagem. As ligações com os municípios vizinhos são: Arapiraca — 18 quilômetros (rodovia); São Braz — 58 quilômetros (rodovia); Pôrto Real do Colégio — 60 quilômetros (rodovia).

ASPECTOS URBANOS — A cidade, no seu aspecto urbano, apresenta feição própria das pequenas cidades interioranas, com o seu pátio de festas e sua capela onde são celebrados os ofícios religiosos. O último registro predial, efetuado pela Prefeitura Municipal, arrolou 227 prédios na zona urbana, 140 na suburbana. Não há serviço de água canalizada. A cidade é dotada de iluminação elétrica com 76 ligações. Suas ruas não são pavimentadas.

Conta Feira Grande 2 praças, dispondo de bancos. Ambas estão sendo arborizadas, o que virá emprestar à cidade, de futuro, um melhor aspecto paisagístico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pràticamente não existe assistência médica em Feira Grande, pois o município não dispõe de hospital e nem mesmo de um subposto de saúde pública. Não há médico particular, nem dentista, e apenas uma farmácia atende os casos de emergência. Os casos mais graves são encaminhados à cidade de Arapiraca.

ENSINO — Contam-se 13 estabelecimentos de ensino fundamental comum e 5 cursos supletivos de alfabetização. Dêste total, 15 estão localizados na zona rural e 3, na sede municipal. O total de alunos matriculados, em 1956, atingiu 528. Não há estabelecimento de ensino do nível secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município não dispõe de biblioteca pública nem de museu. Por outro lado, nada há a registrar quanto a agremiações culturais. Funcionava na cidade um pequeno cinema, cujas projeções foram suspensas em fevereiro de 1957.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	...	59	90	...	90
1955	...	181	684	112	614
1956	...	111	833	112	611
1957 (1)	...	...	...	1 031	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas tradicionais de caráter religioso são as seguintes: a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, no dia 8 de dezembro. É uma festa importante que atrai grande número de fiéis de outras localidades, terminando sempre com uma grande procissão e atrações populares; a de São Sebastião realiza-se no dia 20 de janeiro, no povoado Ôlho-d'Água do Meio; e a de São Gonçalo, no dia 10 de janeiro, no povoado Massapê.

Folguedos populares como Reisados, Pastoris, etc., que apareciam geralmente durante o período natalino, não têm surgido nos últimos anos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As principais autoridades no município são: Aureliano Luiz Pereira, Presidente da Câmara; Otacílio Gregório, Delegado de Polícia; Padre Antônio Lima Neto, Vigário da Paróquia de São Braz; e Domingos Apóstolo de Lira, Oficial do Registro Civil.

Os nascidos em Feira Grande são conhecidos pelo gentílico feira-grandenses.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística. — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística).

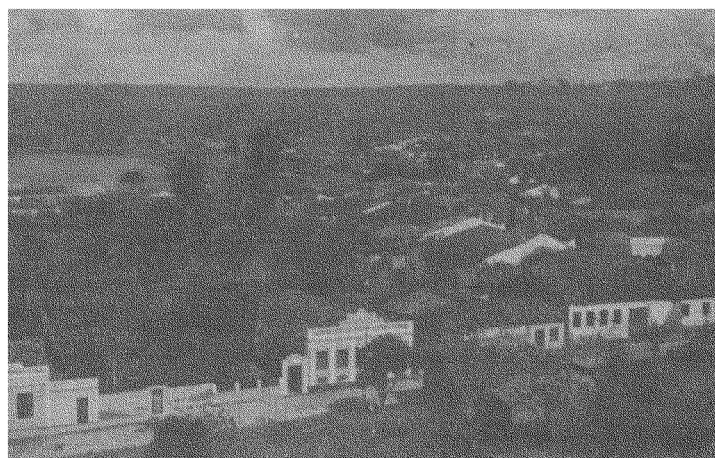
IGREJA NOVA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Mais ou menos no meio do século XIX, pescadores saídos da cidade de Penedo, aportaram na extremidade ocidental da grande lagoa Boassica, formada pelas águas do rio São Francisco. Aí se instalaram, iniciando uma povoação que logo se tornou conhecida por Ponta das Pedras, nome que se originou do fato de no ponto de desembarque existir grande quantidade de pedras, das quais ainda hoje há vestígios. Mais tarde, a povoação passou a ter a denominação "Oitizeiro"; segundo dizem, porque havia ali uma árvore dêste nome. Contava pequeno número de habitantes, quase todos ligados entre si por laços de parentesco.

No local construiu-se pequena capela sob o orago de São João, onde os moradores promoviam a celebração de atos religiosos, especialmente durante o Natal e o São João. Arruinando-se a capela que, aliás, já era pequena em relação ao número de habitantes, resolveram erigir uma igreja, o que fizeram em 1908, com donativos dos mais abastados e esfôrço pessoal dos mais pobres, contribuindo cada um com o que estivesse ao seu alcance. O templo assim construído é um dos mais bonitos do Estado, e seus sinos fazem-se ouvir à distância de 6 quilômetros. Na parede frontal da igreja há um singelo monumento que o povo do município mandou construir em homenagem a Frei Clemente Sagana, O.F.M., que foi o realizador da obra, e onde figura a inscrição — "Honra ao mérito, gratidão do povo do município de Igreja Nova ao seu grande benfeitor Frei Clemente Sagana, O.F.M.". Para distingui-la da antiga capela, chamavam-na igreja nova. Com o crescimento da povoação, esta foi ficando conhecida como Igreja Nova, sendo aos poucos abandonada a antiga denominação de "Oitizeiro".

A freguesia, sob a invocação de São João Batista, foi criada por Lei n.º 849, de 17 de junho de 1880, recebendo instituição canônica a 28 de outubro de 1882. Sua instalação verificou-se em 7 de janeiro de 1883. De dezembro de 1891 até 1902, estêve incorporada à freguesia de Penedo. É subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

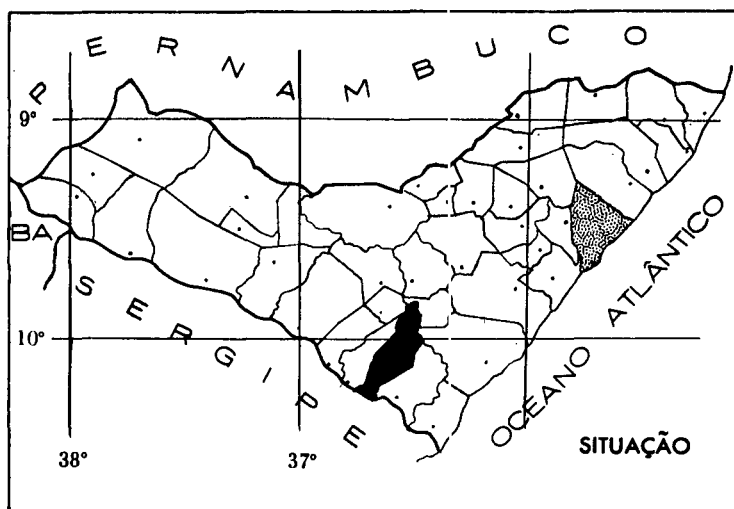
Em 1890 a povoação foi elevada à categoria de vila, pelo Decreto n.º 39, de 11 de setembro, recebendo o nome Triunfo, dado em face do crescente desenvolvimento da povoação. Foi desmembrada do município de Penedo,

Vista parcial da cidade

tendo seus limites fixados pela Resolução n.º 849, de 17 de junho de 1880, decreto êste que criou a freguesia de Igreja Nova. Antes, por Leis de 1885 e de novembro de 1889, tinha sido elevado a vila, sem que tivessem surtido efeito. A Lei n.º 15, de 16 de maio de 1892 elevou-a à categoria de cidade. A Lei n.º 82, de 20 de julho de 1895, suprimiu o município anexando-o novamente a Penedo, cuja restauração se deu em 1897, pela Lei n.º 162, de 28 de maio do mesmo ano. Em 1928, a Lei n.º 1.139, de 30 de junho, revigorou a denominação Igreja Nova.

O fôro civil judiciário foi criado em 1893, pela Lei n.º 32, de 28 de maio. Foi têrmo de Penedo, sendo elevado à categoria de comarca pela Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de dois distritos: Igreja Nova e Salomé.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Audálio Santos. Os eleitores inscritos para o último pleito somavam 1 919, sendo de 1 526 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Igreja Nova está situada na parte sul do Estado de Alagoas e pertence à Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco. Limita ao norte com Junqueiro; ao sul, com o rio São Francisco; a leste, com Penedo e Junqueiro; e a oeste, com Pôrto Real do Colégio. A cidade está edificada em uma grande faixa de terra à margem direita da lagoa Boassica. Fica a 115 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9º 42' e 36" de latitude Sul, e 36º 34' e 06" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Igreja Nova é de 35 metros.

CLIMA — O clima é bastante frio durante as estações das chuvas, chegando a temperatura a 20ºC e 22ºC principalmente na zona do norte, onde mesmo no verão é mais fresco do que no restante do município. É quente no verão, quando o calor atinge 36ºC e 37ºC. O município é cortado por ventos que, geralmente calmos, se tornam por vêzes violentos e são conhecidos como "redimunhos". Raramente as estiagens causam danos à agricultura. Entretanto, anos há em que as chuvas são abundantes, ameaçando as plantações e causando prejuízos incalculáveis.

Igreja-Matriz de São João

ÁREA — Conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 734 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio São Francisco banha o município na sua parte sul, numa extensão aproximada de 10 quilômetros. O rio Boassica também o corta numa extensão de aproximadamente 85 quilômetros, dos quais 42 são navegáveis no inverno, sendo feitas nesse percurso as comunicações fluviais com as demais cidades das margens do rio São Francisco. Outro acidente importante é a lagoa Boassica, formada pelo rio de igual nome, a cuja margem direita está edificada a cidade de Igreja Nova. É uma lagoa periódica, formada tão-só quando das enchentes do rio São Francisco.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é rico em argila para fabricação de telhas e tijolos. Possui, ainda, extensas matas das quais se extraem madeiras para construção ou para lenha.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 19 839 habitantes (9 483 homens e 10 356 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 1 817; Quadro Suburbano — 2 809; e Quadro Rural — 15 213.

Como se vê, 77% da população está localizada na zona rural.

Principal templo Católico, da vila de Salomé

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, o município possui uma importante aglomeração urbana, que é a vila de Salomé, cuja população, segundo o Recenseamento de 1950, era de 2 478 habitantes. Salomé conta aproximadamente 350 prédios, uma igreja, um pequeno hotel e 4 estabelecimentos de ensino primário geral. É dotada de iluminação elétrica, havendo, em 1956, 52 ligações. Dista da cidade de Igreja Nova 57 quilômetros.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem os seguintes núcleos de população: povoado Ipiranga — situado à margem da lagoa Boassica, com 35 casas, 210 habitantes e 2 escolas de ensino primário; povoado Perucaba — com 25 casas, 125 habitantes e uma escola municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município apóia-se na agricultura e na pecuária. O arroz, que é o produto básico, é cultivado principalmente nas terras argilosas da lagoa Boassica e no vale do São Francisco.

Agricultura — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município 573 propriedades agrícolas, as quais ocupavam uma área total de 34 729 hectares, compreendendo lavouras em geral, pastagens, capoeirões e terras incultas.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz	Saco de 60 kg	31 300	5 477
Feijão	»	3 000	2 400
Algodão	Arrôba	9 500	950
Macaxeira	Tonelada	940	940
Mandioca	»	1 705	511
Manga	Cento	10 000	400

Além dos produtos acima, são cultivados no município, em menor escala, os seguintes: milho, laranja, banana, abacaxi, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, fumo, café, cebola, fava, melancia e côco-da-baía.

Pecuária — Embora não seja elevado o número de cabeças, a pecuária tem relativamente significação para a economia local. Igreja Nova exporta gado bovino para alguns municípios vizinhos, principalmente Penedo e Junqueiro. As principais fazendas de criação localizam-se na zona da lagoa Boassica e do vale do São Francisco. No município encontram-se boas pastagens naturais e artificiais para o criatório. Quanto ao gado bovino, prevalece o tipo comum ou crioulo; todavia os maiores criadores dão preferência às raças nelore, zebu e gir.

Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 31-12-1955, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	10 650	31 950
Eqüinos	1 750	1 750
Asininos	470	188
Muares	576	864
Suínos	3 700	2 960
Ovinos	1 900	760
Caprinos	1 750	700

Indústria — A principal indústria é a de beneficiamento de arroz, representada por dois importantes estabelecimentos, cujo valor de produção, em 1956, elevou-se a três e meio milhões de cruzeiros.

A indústria de farinha de mandioca, do ponto de vista econômico, ocupa o segundo lugar. Conforme o Registro Industrial de 1956, existem no município 368 casas de farinha, quase tôdas localizadas na zona rural. A indústria alimentar conta, ainda, 3 panificações na vila de Salomé e 1 na cidade de Igreja Nova.

Quanto às pequenas atividades industriais, o Registro Industrial de 1956 encontrou no município 8 produtores de carvão vegetal; 3, de telhas e tijolos; e 1, de aguardente de cana.

Pesca — Praticada nas lagoas Boassica e Curral Novo, a pesca constitui uma atividade de importância vital para as populações pobres. Não existe colônia de pescadores. O inquérito sôbre produção de pesca, do Serviço de Estatística da Produção, acusou em 1956 uma produção no valor de Cr$ 1 050 000,00. As principais espécies são: surubim, xira e piau. Grande parte da produção, depois de salgada, é exportada para os municípios de Arapiraca e Junqueiro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da cidade de Igreja Nova é pouco desenvolvido. Existem 3 firmas atacadistas. O movimento grossista gira principalmente em tôrno do produto básico, que é o arroz. Na vila de Salomé não há estabelecimento grossista, e apenas 12 firmas varejistas negociam com tecidos e gêneros alimentícios. Na sede há 33 firmas varejistas.

O arroz é exportado para os seguintes centros: Campina Grande, Recife, Maceió e Penedo. Os principais produtos importados, como tecidos, ferragens, miudezas e farinha de trigo, procedem do Recife, Maceió e Aracaju. De Penedo, Propriá e Arapiraca, também são importados outros gêneros de primeira necessidade.

Em Igreja Nova não existe estabelecimento bancário e o movimento é feito por intermédio da Agência do Banco do Brasil em Penedo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Igreja Nova é servida por estradas de rodagens estaduais e municipais, através das quais se comunica com os municípios vizinhos, com a vila de Salomé e com os principais povoados.

A cidade dista da Capital do Estado 193 quilômetros por rodovia.

Passa no município a estrada-tronco que liga Penedo a Maceió.

Com os municípios vizinhos de Penedo e Pôrto Real do Colégio, comunica-se, também, pelo rio São Francisco. As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Arapiraca — 76 quilômetros (rodovia); Junqueiro — 47 quilômetros (rodovia); Penedo — 33 quilômetros (rodovia) e 26 quilômetros (fluvial); Pôrto Real do Colégio — 32 quilômetros (rodovia) e 78 quilômetros (fluvial).

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma agência telegráfica e telefônica na cidade, situada à Praça Frei Clemente.

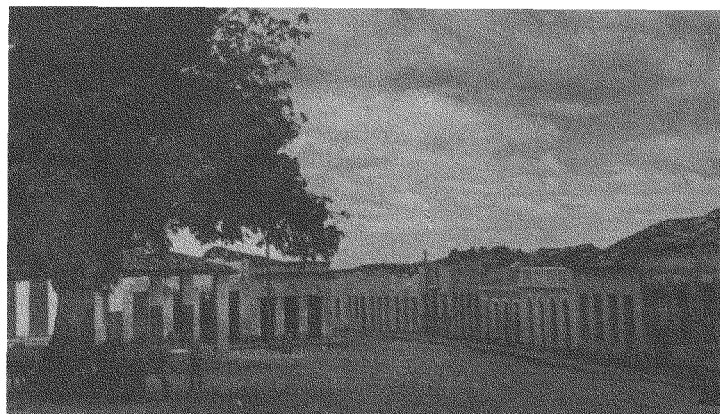
ASPECTOS URBANOS — Cidade do Baixo São Francisco, Igreja Nova está edificada quase tôda em uma faixa de terra de nível baixo e um pouco pantanosa, à margem direita da lagoa Boassica. Esta é a parte principal, onde se encontram o comércio e os melhores edifícios. A outra parte, localizada em terreno mais elevado, estende-se na direção do alto do Cemitério, apresentando aspecto ladeiroso. O pequeno pôrto flúvio-lacustre que lá se encontra é antes um ancoradouro de pequenas embarcações, e apenas apresenta movimento no período de enchente do rio São Francisco, isto é, de janeiro a maio. Não possui orgânização e quase não tem expressão econômica para o município.

De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população da cidade era de 2 148 habitantes. É dotada de iluminação elétrica e em 1956 havia 235 ligações. Dos 28 logradouros existentes, 6 são calçados a paralelepípedos e 2 a pedras irregulares. Possui 2 hotéis, um grupo escolar, um Pôsto de Saúde do S.E.S.P. e outro do Serviço de Endemias Rurais, um Cartório Judiciário e outro do Registro Civil. Contam-se na cidade 801 prédios, destacando-se pela sua antigüidade o Convento dos Franciscanos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município não há hospital nem maternidade; entretanto, a assistência é prestada à população por intermédio de um Pôsto de Saúde do S.E.S.P. e outro do Serviço de Endemias Rurais. Existe uma farmácia, enquanto desenvolvem atividades profissionais um farmacêutico prático e um dentista licenciado.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apurou na cidade 1 823 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 563 sabiam ler e escrever, e 1 260 eram analfabetas. Na vila de Salomé, onde o Recenseamento encontrou 2 121 pessoas na idade de 5 anos e mais, havia 233 sabendo ler e escrever e 1 888 analfabetas.

Ensino — Segundo dados da última Campanha Estatística, encontravam-se em Igreja Nova 47 estabelecimentos de ensino primário geral, assim distribuídos: 7 na cidade, 4 na vila de Salomé, e 36 na zona rural. O total de alunos matriculados no ano de 1956 atingiu 1 410.

Do ensino extraprimário (ginasial, normal, comercial, artístico, etc.), não há nenhum estabelecimento.

Vista da praça da feira, na vila de Salomé

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município não há imprensa nem biblioteca pública, e nem existe qualquer entidade de caráter cultural.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	100	487	546	136	546
1951	125	585	440	157	440
1952	186	852	683	198	683
1953	177	1 009	1 234	226	1 234
1954	269	1 012	1 165	218	1 165
1955	200	976	926	188	929
1956	155	1 428	1 501	271	1 501

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festas religiosas duas têm características regionais. A da Imaculada Conceição, que é realizada no dia 8 de dezembro de cada ano, e a de São João Batista, em 24 de junho. Na da Imaculada Conceição todo o município tem grande empenho em dar o maior brilhantismo aos festejos. Por essa época, a safra de arroz já foi colhida e assim procuram todos agradecer à Virgem as graças recebidas. No dia da festa apresentam-se diante da Santa, trajando roupa nova e mostrando, dêsse modo, que foram beneficiados. A animação dos festejos se mede pela extensão das colheitas.

A festa de São João é também muito concorrida, pois é êle o padroeiro do município.

Durante o Natal são organizados folguedos, especialmente Quilombos e Guerreiros.

VULTOS ILUSTRES — *Sérgio de Oliveira Costa*, que, com o seu espírito inteligente elevou a então povoação de Igreja Nova a vila e esta posteriormente a cidade; foi o seu primeiro Intendente, e chegou a ser também Deputado Estadual.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo gentílico igreja-novenses.

As principais autoridades do município são: Eugênio Batista Luz, Presidente da Câmara de Vereadores; Doutor Raimundo Azevedo Lessa, Juiz de Direito; Antônio Fernandes de Souza, Delegado de Polícia; Odilon Alves dos Passos, Tabelião Público; Maria do Carmo Ferreira, Escrivã do Registro Civil; e Frei Ambrósio Kunsbeton, Vigário da Paróquia.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística.)

JUNQUEIRO — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Perto da povoação havia uma lagoa, em cujas margens abundava o junco. Muitas pessoas iam constantemente ali a fim de retirar junco para a indústria de pequenos objetivos. A exploração foi tomando vulto, ao ponto de ser comum ouvir-se, dos que passavam com destino à lagoa — "Vamos para o Junqueiro". A denominação pegou e, assim, o lugarejo ficou sendo chamado até hoje.

Dizem ter sido D. Isabel Ferreira e sua família os seus primeiros habitantes. Com muitos filhos — segundo alguns, 17 — todos contraíram matrimônio, fixando-se no município. Uma de suas filhas casou-se com um mulato chamado Tomaz de Tal, filho de Sergipe, e que posteriormente ficou conhecido pela alcunha de Pai Félix. Inteligente, Pai Félix começou a incentivar os demais membros da família, no sentido de construírem casas, cuidarem das terras, etc.

Conta-se que, no rugoso tronco de um ingàzeiro, em pleno mato, foi encontrada uma cruz, tendo em um dos braços a imagem, de pequeníssimo tamanho, da Divina Pastôra. Pai Félix erigiu um nicho, perto da árvore, colocando aí a cruz. Construiu depois uma capela, que ficou conhecida por capela de Santa Cruz. Mais tarde foi erguida ali uma igreja, tendo como padroeira a Divina Pastôra.

O município que fôra um povoado de Limoeiro de Anadia, foi criado pela Lei n.º 379, de 15 de junho de 1903 e instalado em 31 de janeiro de 1904. Suprimido, foi novamente anexado a Limoeiro pelo Decreto n.º 1 619, de 23 de fevereiro de 1932. A Constituição Estadual de 16 de setembro de 1935 restaurou-o. Mais uma vez suprimido, retornou seu território a Limoeiro de Anadia em 1938, pelo Decreto n.º 2 335, de 19 de janeiro. Foi restaurado pelo artigo 6.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947.

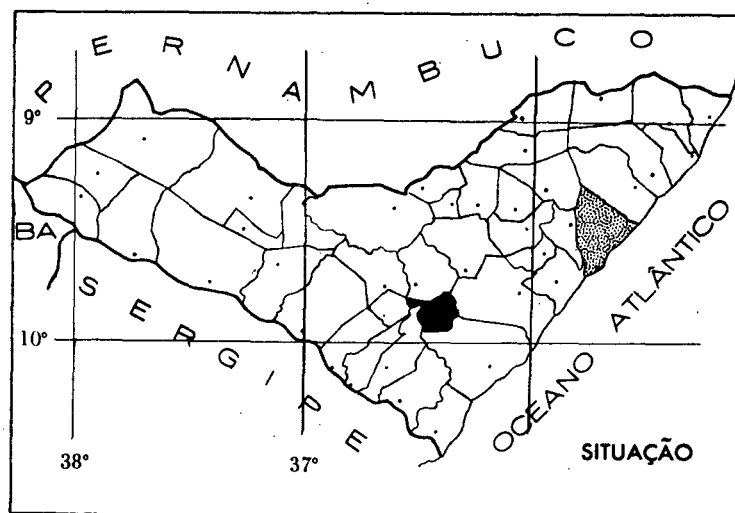
A Paróquia foi criada em 3 de setembro de 1912 e teve como primeiro Vigário o padre Antônio Procópio, filho de Junqueiro. Quando da criação da freguesia, proprietários, dentre os quais se destacavam Manoel Pedro de Almeida e Joaquim Sabino de Almeida, doaram grande parte de terras à Padroeira, a qual constitui atualmente tôda a área do quadro urbano da cidade. Pertence à Diocese de Penedo.

Foi têrmo da comarca de Coruripe em 1931. A Constituição Estadual de 16 de setembro de 1935, no Ato das Disposições Transitórias, restaurou o município de Junqueiro, subordinando seu têrmo à comarca de Anadia. A Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, elevou Junqueiro à categoria de comarca.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o da cidade.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Teófilo Pereira. O total de eleitores inscritos para o último pleito foi de 2 325, sendo de 1 640 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Junqueiro está situado na parte centro-sul do Estado e pertence à chamada Zona Fisiográfica Sertaneja. Limita ao norte com Limoeiro de Anadia; ao sul, com Penedo; a suleste, com Coruripe; a leste, com São Miguel dos Campos; a oeste e sudoeste, com Igreja Nova.

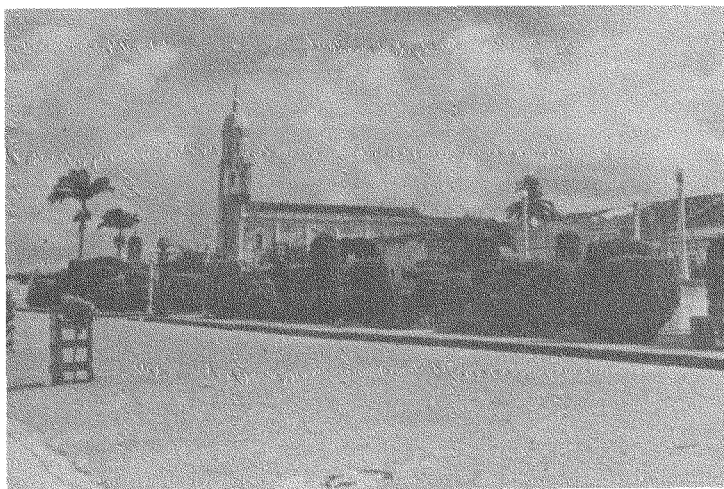
Localizada numa verdadeira planície, a cidade de Junqueiro dista 2 quilômetros da Serra do Cruzeiro, e fica a 100 quilômetros, em linha reta, da Capital Estadual.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Junqueiro é de 120 metros.

CLIMA — De modo geral muito agradável durante o ano, o clima de Junqueiro oferece grandes vantagens para o veraneio. Nos meses de inverno é muito frio; entretanto, no verão torna-se ameno devido à altitude e à ação dos ventos. A temperatura máxima atingiu 35 graus e a mínima a 22 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a área total do município é de 548 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Junqueiro apresenta como acidentes geográficos importantes o rio Coruripe, que passa a 36 quilômetros da cidade; lagoa Sebastião Luiz, com 400 metros de comprimento e 100 de largura, tendo uma profundidade de mais de 10 metros; os açudes Cambuí e Riacho da Reçã, ambos na cidade. No sistema orográfico a serra do Cruzeiro é a mais importante, com 500 metros de altitude e distando da cidade 2 quilômetros.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Junqueiro tem como riqueza natural suas extensas matas, das quais são extraídas madeiras de qualidade para construção e fabrico de móveis. Diversas fibras, como piaçaba, caroá e tucum, são nativas na região, tendo começado a industrialização das mesmas, o que vem influindo na balança econômica do município. O solo argiloso de Junqueiro representa, também, importante fonte de renda, dado o elevado número de olarias que o exploram na fabricação de telhas e tijolos.

Vista parcial do principal logradouro público da cidade

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, tinha o município 12 731 habitantes, sendo 6 147 homens e 6 584 mulheres, assim discriminada: Quadro Urbano — 992 habitantes; Quadro Suburbano — 97 habitantes; e Quadro Rural — 11 642 habitantes.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Recenseamento de 1950 encontrou uma população de 1 089 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural encontram-se outros núcleos de população, dos quais se destacam: povoado Retiro — com 120 prédios e 525 habitantes; povoado Riachão — com 284 habitantes; povoado Sucupira Torta — com 170 prédios e 190 habitantes; e povoado Alto do Garrote — com 170 prédios e 190 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O principal fator de riquezas neste município é a agricultura, cujas atividades envolvem cêrca de 50% da população de 15 anos a mais. A pecuária e a indústria situam-se em plano inferior, sendo que esta última é a de menor importância.

Agricultura — É a mais destaca atividade do município. As terras são relativamente férteis e o solo é predominantemente argiloso e arenoso. As principais culturas são: cana-de-açúcar, mandioca, feijão, abacaxi e algodão.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	10 800	1 944
Mandioca	»	1 730	1 409
Feijão	Saco de 60 kg	3 780	1 058
Abacaxi	Cento	3 000	900
Algodão	Arrôba	3 000	450

Pecuária — É de importância inferior à agricultura. Pouco desenvolvida, restringe-se aos criatórios localizados à margem do rio Coruripe, onde as pastagens são boas, bem aguadas e oferecem perspectivas para essa atividade. As raças preferidas são: nelore, gyr e guzerate.

Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	3 000	7 500
Eqüinos	600	900
Asininos	500	500
Muares	520	832
Suínos	3 000	1 800
Ovinos	600	120
Caprinos	1 000	180

Indústria — O volume principal é enfeixado pela produção de 255 casas de farinha de mandioca e 11 engenhocas de rapadura e aguardente.

O sub-ramo da indústria é formado por 4 produtores de fumo em corda, 4 firmas que exploram a industrialização de produtos alimentares (padarias) e 2 olarias quo produzem telhas e tijolos.

COMÉRCIO E BANCOS — As principais praças com que transaciona são: Penedo e Maceió. Destacam-se como produtos importados: tecidos, charque, bacalhau e outros gêneros de primeira necessidade. A exportação reduz-se aos produtos nativos, predominando: farinha de mandioca, feijão, abacaxi, algodão e fumo em corda.

Existem, na cidade, 6 firmas varejistas, cujo giro comercial, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 2 814 502,50. Não há estabelecimentos bancários. O movimento é feito na Capital do Estado e na Agência do Banco do Brasil, da vizinha cidade de Penedo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e a "Emprêsa Penedense de Transportes Limitada" conduz passageiros e carga para a Capital do Estado e municípios vizinhos. As vias de comunicações entre Junqueiro e os municípios limítrofes são as seguintes: Igreja Nova — 45 quilômetros (rodovia); Coruripe — 65 quilômetros (rodovia); São Miguel dos Campos — 65 quilômetros (rodovia); Limoeiro de Anadia — 26 quilômetros (rodovia); Penedo — 47 quilômetros (rodovia).

Com a Capital do Estado, o município liga-se, por estrada de rodagem, na distância de 140 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Edificada numa planície, a cidade de Junqueiro, não só pelo seu aspecto natural,

Outro templo católico existente na cidade, de construção mais antiga, datando do Império

como, também, pelo seu moderno traçado, constitui um dos centros urbanos mais interessantes do interior de Alagoas.

São dignos de particular nota a arborização e o ajardinamento do principal logradouro público, que devem ser incluídos como os mais perfeitos do Estado. Conta a cidade 380 prédios, destacando-se a Igreja-Matriz, de linhas modernas, e o velho templo de São Sebastião, que guarda na vetustez de suas linhas a recordação do período colonial, época em que foi construído. Possui iluminação elétrica, 1 hotel, e é servida pela "Emprêsa Penedense de Transportes Limitada", que faz a linha Penedo—Maceió, via Junqueiro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por meio de um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado. Na cidade existe uma farmácia que atende os casos de emergência.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, havia na cidade de Junqueiro 394 pessoas alfabetizadas na idade de 5 anos a mais.

Ensino — Contam-se 20 estabelecimentos de ensino fundamental comum e 7 cursos supletivos de alfabetização, assim distribuídos: 2 na sede municipal e os demais na zona rural. O total de alunos matriculados nas unidades de ensino fundamental atingiu, em 1956, a 879.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	228	424	424	210
1951	—	334	537	537	363
1952	—	354	634	634	633
1953	—	340	831	831	830
1954	—	272	706	706	674
1955	—	300	790	790	590
1956	—	440	1 321	1 321	1 309
1957 (1)	—	—	—	—	—

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São comemorados o Natal, o Ano Novo e a Semana Santa. Celebra-se, também, a festa de São Sebastião, santo muito querido do povo, no mês de janeiro, do dia 5 ao dia 20.

Outro aspecto do principal logradouro público da cidade

Igreja-Matriz

Seu encerramento constitui um fato importante na vida da cidade, por causa da grande devoção, dos habitantes de Junqueiro, àquele Mártir. No dia 8 de dezembro faz-se a procissão tradicional da padroeira da cidade, Nossa Senhora Divina Pastôra.

O município recebe, posteriormente ao Natal e Ano-Bom, "Guerreiros", "Reisados" e outros folguedos, vindos de localidades vizinhas.

VULTOS ILUSTRES — *Coronel José Pacheco, José Barbosa de Souza, Padre Aurélio Góis, José Macário Barbosa* e *João de Deus*. Tôdas estas figuras tiveram destaque na vida do município, sendo, inclusive, velhos batalhadores em prol da sua autonomia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo pátrio junqueirenses.

As principais autoridades de Junqueiro são: José Apolônio de Jesus, Presidente da Câmara; Dr. Inocêncio de F. Lins, Juiz de Direito; Nilo Rolemberg Lessa, Delegado de Polícia; Maria José Santana, Tabelião Público; Heliodoro da Rocha Barros, Escrivão do Registro Civil; e Padre José Santana, Vigário da Paróquia.

Há, na cidade, dois cartórios: um do Registro Civil e outro do Registro de Imóveis e Hipotecas.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística.)

LIMOEIRO DE ANADIA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região era primitivamente uma fazenda de gado, de propriedade de Antônio Rodrigues da Silva. Diz a lenda que exploradores penetravam nas suas matas em busca de caça, e costumavam descansar à sombra de frondoso limoeiro, espécie abundante na localidade. Daí, o nome do município. Outros afirmam que, embora tenha a origem do nome relação com um pé de limão, o motivo principal foi achar-se um limoeiro ao lado da capela, erigida em 1798, por Antônio Rodrigues da Silva, para sua família. A capela estava sob a dupla invocação da Santa Cruz e de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro (por causa do pé de limão). O povoado desenvolveu-se em tôrno da Capela e do limoeiro, sendo posteriormente acrescido do restritivo Anadia, por ter pertencido ao município dêste nome.

A freguesia foi criada por Lei n.º 456, de 26 de junho de 1865, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição. Por Lei n.º 812, de 21 de junho de 1879, sua sede foi transferida para a então povoação de Junqueiro, de onde voltou posteriormente. Sob o ponto de vista eclesiástico, a paróquia pertence, atualmente, à Diocese de Penedo.

Desmembrada do município de Anadia, foi criada a vila de Limoeiro pela Lei n.º 866, de 31 de maio de 1882, tendo seu território pertencido à freguesia de São Miguel dos Campos até 1801, quando então se criou a vila de Anadia. Foi instalada em 1883, no dia 8 de janeiro. Seus primeiros fundamentos remontam aos fins do século XVIII. Em 30 de maio de 1924, pela Lei n.º 1 009, foi-lhe desmembrado o distrito de Arapiraca, que passou a município. Perdeu Junqueiro, em 1903, o qual foi elevado a município pela Lei n.º 379, de 15 de junho. Foi novamente Junqueiro anexado ao seu território pela Lei n.º 1 619, de 23 de fevereiro de 1932, que suprimiu aquêle município. Em 1935, pela Constituição Estadual, foi o município de Junqueiro restaurado. Em 1938, o município de Junqueiro foi mais uma vez extinto e anexado a Limoeiro, pelo Decreto n.º 2 335, de 19 de janeiro de 1938. Em 1947, perdeu novamente Junqueiro, restaurado município pelo artigo 6.º das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

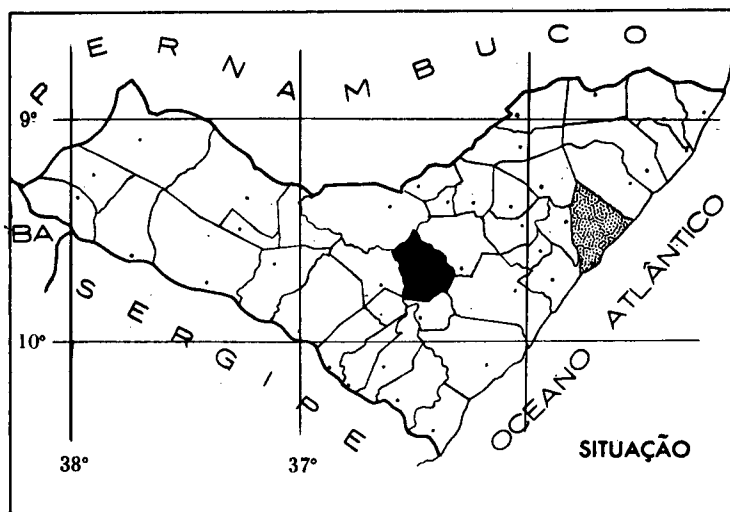
Fêz parte da comarca de Alagoas (Marechal Deodoro) até 1883, quando com Anadia passou à de Penedo então criada. Em 1938, passou a pertencer à comarca de Anadia, criada nessa época, e mesmo depois da criação do seu município continuou anexado a ela. Foi elevado à categoria de comarca pela Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: Limoeiro de Anadia, Cana Brava dos Pais, e Coité.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Floriano de Souza Castro.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 1 831, sendo de 1 459 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado, o município de Limoeiro de Anadia está situado na parte central de Alagoas, e pertence à Zona Sertaneja. Limita ao norte com os municípios de Anadia e Palmeira dos Índios; ao sul, com Junqueiro; a leste, com São Miguel dos Campos e Anadia; e a oeste, com Palmeira dos Índios e Arapiraca.

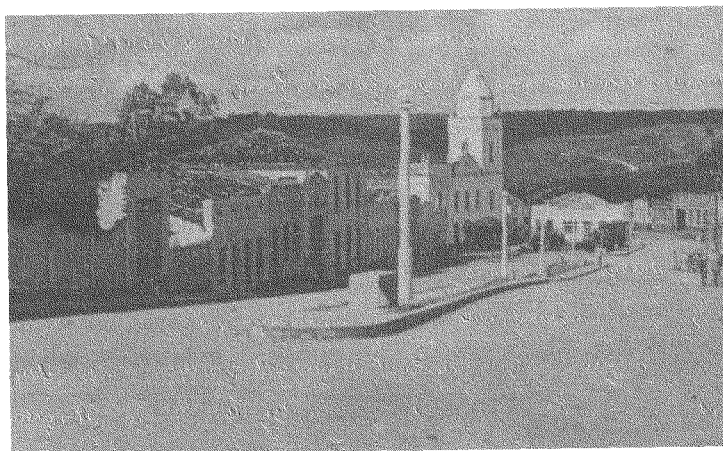
Localizada em terreno acidentado, na encosta da Serra do Cruzeiro, a sede municipal dista 95 quilômetros da Capital Estadual e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 42' 36" de latitude Sul, e 36° 34' 06" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Limoeiro de Anadia fica a 150 metros de altitude.

CLIMA — Possui clima quente e sêco no verão, e agradável, na época das chuvas. O período mais quente vai de novembro a janeiro, sendo os meses mais chuvosos julho e agôsto.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a superfície do município de Limoeiro de Anadia é de 675 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais cursos de água são o rio Coruripe, que banha a cidade e percorre o município numa extensão de 16 quilômetros; rio das Cruzes, que nasce na serra do mesmo nome e percorre o município numa extensão de 12 quilômetros. Em Limoeiro de Anadia há várias lagoas formadas por águas pluviais, entre as quais: Jacaré, Pé Leve, Genipapo e Lagoa Grande. Como serras destacam-se: do Cruzeiro, localizada na cidade, com uma altitude aproximada de 350 metros; da Itapaiúna, no distrito de Cana Brava dos Pais, com cêrca de 400 metros, constituindo o ponto mais alto do município; do Coité, com cêrca de 150 metros de altitude; e das Cruzes, com a altitude de 100 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza natural de origem mineral existe o barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos; entre as de origem vegetal destacam-se as raízes e plantas medicinais, bem assim madeiras para construção.

Vista parcial do principal logradouro público ao fundo a Igreja-Matriz

POPULAÇÃO — A população do município atingiu, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 26 117 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da cidade de Limoeiro de Anadia, que, por ocasião do último Recenseamento Geral, contava com uma população de 1 005 habitantes, o município possui duas outras aglomerações urbanas: vila de Cana Brava dos Pais — com 325 prédios e 1 390 habitantes; e vila de Coité — com 115 prédios e 150 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizado na zona rural existe o povoado Lagoa Grande, o qual conta 148 prédios e 400 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem a principal fonte econômica do município, sendo o feijão, o milho e o algodão as culturas básicas da atividade. O Recenseamento de 1950 encontrou em Limoeiro de Anadia 1 845 propriedades agrícolas, com uma área total de 26 268 hectares, compreendendo lavouras em geral, pastagens, matas e terras incultas.

Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	14 500	8 700
Milho	»	29 000	6 960
Algodão	Arrôba	48 000	6 000
Mandioca	Tonelada	20 895	4 179
Cana-de-açúcar	»	1 700	1 050
Fumo em fôlha	Arrôba	14 000	1 020
Banana	Cacho	50 000	750
Macaxeira	Tonelada	365	730
Manga	Cento	13 000	650

Além dos produtos acima mencionados, são ainda cultivados os seguintes: agave, café, abacaxi, amendoim, arroz, fava, laranja, mamona e melancia.

Pecuária — Depois da agricultura, a pecuária representa a mais importante fonte de renda do município. Vários proprietários dedicam-se à criação de bovinos, constituindo a respectiva produção valor inestimável para a economia local.

Em 31 de dezembro de 1956, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	12 300	55 350
Eqüinos	4 800	14 400
Asininos	1 660	2 324
Muares	2 300	4 600
Suínos	7 200	5 760
Ovinos	7 800	2 340
Caprinos	1 500	300

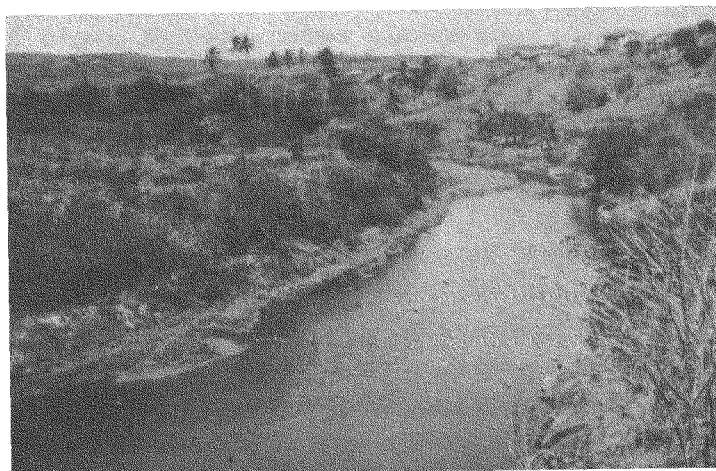
Indústria — A indústria no município é pouco desenvolvida. Segundo o Registro Industrial de 1956, o principal ramo industrial é o de beneficiamento de produtos agrícolas, que conta com 1 descaroçador de algodão, 501 casas de farinha de mandioca e 5 produtores de fumo em fôlha.

Quanto às pequenas atividades industriais, existem 2 pequenos estabelecimentos produtores de telhas e tijolos, e 3, de carvão vegetal. A indústria alimentar consta de 1 padaria na cidade de Limoeiro de Anadia e 1 na vila de Cana Brava dos Pais.

COMÉRCIO E BANCOS — O município de Limoeiro de Anadia mantém transações comerciais com Maceió e com as cidades de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Os principais produtos exportados são: feijão, milho, farinha de mandioca e algodão beneficiado. De Maceió importa tecidos, ferragens, farinha de trigo e charque.

Na cidade de Limoeiro de Anadia 1 estabelecimento atacadista de estivas em geral e 22 varejistas desenvolvem atividades, sendo 12 com o comércio de tecidos e 10, com o de gêneros alimentícios. Existem 4 firmas varejistas na vila de Cana Brava dos Pais e 6 na vila de Coité. O giro das firmas localizadas na sede municipal atingiu, em 1956, a Cr$ 2 211 924,00.

No município não há estabelecimento bancário, sendo o movimento feito com Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Limoeiro de Anadia é servido por estradas de rodagem e as ligações com os municípios limítrofes são: Anadia — 63 quilômetros; Arapiraca — 22 quilômetros; Junqueiro — 26 quilômetros; Palmeira dos Índios — 54 quilômetros (via Cana Brava dos Pais); e São Miguel dos Campos — 54 quilômetros.

Trecho do rio Coruripe

Para a Capital Estadual o percurso é de 129 quilômetros.

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma agência postal-telegráfica na sede municipal e uma agência postal na vila de Cana Brava dos Pais.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem do rio Coruripe, a cidade de Limoeiro de Anadia é muito acidentada, ficando na encosta da Serra do Cruzeiro.

Possui apenas 305 prédios (menos do que a vila de Cana Brava dos Pais). É servida de iluminação elétrica com 75 ligações domiciliárias.

Dentre os seus poucos logradouros, apenas um possui calçamento a paralelepípedo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população, por intermédio de um Pôsto de Higiene, e outro de Endemias Rurais. Não há na cidade, médico nem dentista.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, havia na cidade 840 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, apenas 285 sabiam ler e escrever, e 555 eram analfabetas. Na vila de Cana Brava dos Pais, onde o Recenseamento encontrou 1 166 pessoas na referida idade, havia 248 sabendo ler e escrever, e 918 analfabetas.

Ensino — Existem no município 29 estabelecimentos de ensino primário geral, assim distribuídos: 3 na cidade, inclusive um grupo escolar, 3 na vila de Cana Brava dos Pais, 2 na vila de Coité, e 21 na zona rural. O número de alunos matriculados nos referidos estabelecimentos, em 1956, atingiu a 834. Não há no município nenhum estabelecimento de ensino extraprimário.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	420	442	142	379
1951.......	—	557	300	171	375
1952.......	—	598	637	166	440
1953.......	—	535	848	147	603
1954.......	—	509	733	130	662
1955.......	—	684	851	170	685
1956.......	40	851	1 179	216	825
1957 (1)....	36	636	437	157	554

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festas tradicionais merecem registro: a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, no dia 8 de dezembro; e a da Santa Cruz, no dia 3 de maio, no distrito de Cana Brava dos Pais.

Os folguedos populares que aparecem normalmente, nos meses de dezembro e janeiro, são Baianas, Guerreiros, Quilombos e Pastoris.

VULTOS ILUSTRES — Como filhos ilustres da terra destacam-se os seguintes: *Pedro Barbosa da Silva* — nasceu em 1864 e faleceu em 1914. Foi Prefeito Municipal e Deputado Estadual; *Manoel Paulino da Silva* — nasceu em 1860 e faleceu em 1934; *Capitão Ursulino Barbosa da Silva* — nasceu em 1841 e faleceu em 1934. Foi Juiz de Direito e Coletor Federal.

Vista da entrada da cidade

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo gentílico "limoeirenses".

No município existem os seguintes cartórios: um judiciário e outro do Registro Civil na cidade, e um do Registro Civil na vila de Cana Brava dos Pais.

Principais autoridades: Manoel Rodrigues de Oliveira, Presidente da Câmara; Dr. Waldemar Marques da Silva, Juiz de Direito.

(Fonte dos dados: Agência de Estatística — Elaboração: Inspetoria Regional de Estatística.)

MACEIÓ — AL

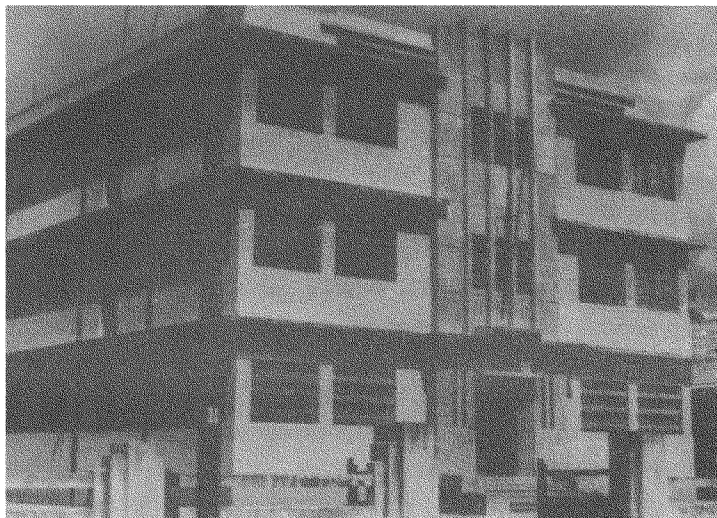
Mapa Municipal na pág. 293 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Maceió é topônimo que provém do nome de um riacho que passava pela região, chamado então *"Massayó"* ou *"Maçai-o-k"* = o que tapa alagadiço; acredita-se também tenha sido êste o nome do engenho de açúcar do qual nasceu a cidade.

Muito antes da invasão holandesa, em 1609, havia em Pajussara (Maceió) uma casa de telha pertencente a Manoel Antônio Duro, a quem Diogo Soares, alcaide-mor de Santa Maria Madalena, doara uma sesmaria. O fato é provado por escritura pública datada de 1611, que indica claramente já existir em 1609 a citada habitação, pertencente a Manuel Antônio Duro, falando também num outro indivíduo que se teria estabelecido legalmente, e cuja localização o novo sesmeiro era obrigado a respeitar, caso a demarcação que se ia proceder lhe alcançasse o sítio. Um documento do Instituto Histórico de Alagoas, de 1679, e relativo à recusa de auxílio às obras da cadeia da vila de Alagoas, faz referência ao nome de Manuel Antônio Duro.

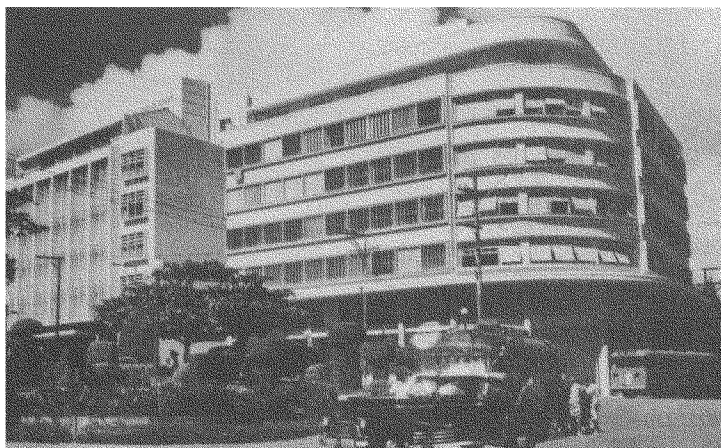
A sesmaria de Manuel Duro parece ter sido transferida ao capitão Apolinário Fernandes Padilha, antiquíssimo proprietário de terras em Maceió, pois foi êste quem fêz trasladar para o livro de notas do tabelião Bernabé do Couto Lemos, em julho de 1708, a escritura de doação feita em nome de Diogo Soares da Cunha e seu filho Gabriel Soares de Pina. Apolinário Padilha deve ter substituído a Manuel Duro na posse e direitos da sesmaria.

Palácio Floriano, sede do Govêrno

Depois da expulsão dos batavos, após combates que assolaram e despovoaram a capitania, cessando ao mesmo tempo a autoridade dos donatários, em virtude da nova orientação da metrópole em relação à colonização, o govêrno português procurou resguardar a costa pernambucana, em muitos pontos desprovida de defesa militar. Em 1673, D. Pedro II de Portugal, ordenou ao capitão-general Afonso Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, a povoação do território e bem assim a fortificação do pôrto de Jaraguá, tendo como principal fim evitar o comércio ilegal do pau-brasil. O governador, porém, preocupado com as minas de prata, que tantos desgostos lhe acarretaram, não obedeceu a essas instruções, e tudo, militarmente, continuou como dantes, até Melo e Póvoas, quase século e meio depois.

Departamento de Viação e Obras Públicas

Após a invasão holandesa, depois da restauração, é que deve ter tido início o povoado de Maceió, pelo engenho de açúcar que aí existiu no local que é hoje ocupado pela praça D. Pedro II. Alguém, certamente de Santa Luzia do Norte, resolveu aventurar-se na indústria de açúcar, e, à margem do riacho "Massayó", fundou um engenho. Os mais laboriosos investigadores do passado não conseguiram descobrir o nome do patriarca da cidade. O local era o da escritura de 1611, a sesmaria de Manuel Antônio Duro, com oitocentas braças de costa e fundos até encontrar o rio Mundaú. Outros sesmeiros por aí se estabeleceram. Um dêles, e dos mais antigos, foi Apolinário Fernandes Padilha.

Até meado do século XVIII Maceió não passava de um pequeno povoado pertencente ao engenho de açúcar.

Possuía a povoação uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, que, segundo alguns escritores, já estivera sob a proteção de São Gonçalo. A capela que estava localizada no mesmo lugar onde mais tarde seria construída a matriz, teve seu patrimônio feito pelo capitão Apolinário Fernandes Padilha e sua mulher, D. Beatriz Ferreira, e, segundo Tomaz Espíndola, ampliado, ainda, com a doação feita pelo alferes Antônio Fernandes Teixeira e sua mulher, Maria de Aguiar, do sítio do Poço, que obtiveram, quando após a morte de Padilha, moveram contra a viúva D. Beatriz Ferreira processo judicial, e aumentado também, com a doação feita por Antônio Ferreira da Costa, sacerdote do hábito de São Pedro, senhor e administrador da referida capela e dono do sítio "Massayó". Sabe-se que, em 1787, o citado padre a doou aos seus afilhados Bento Ferreria da Costa e João Ferreira da Costa.

Edifícios do IPASE e IAPETC

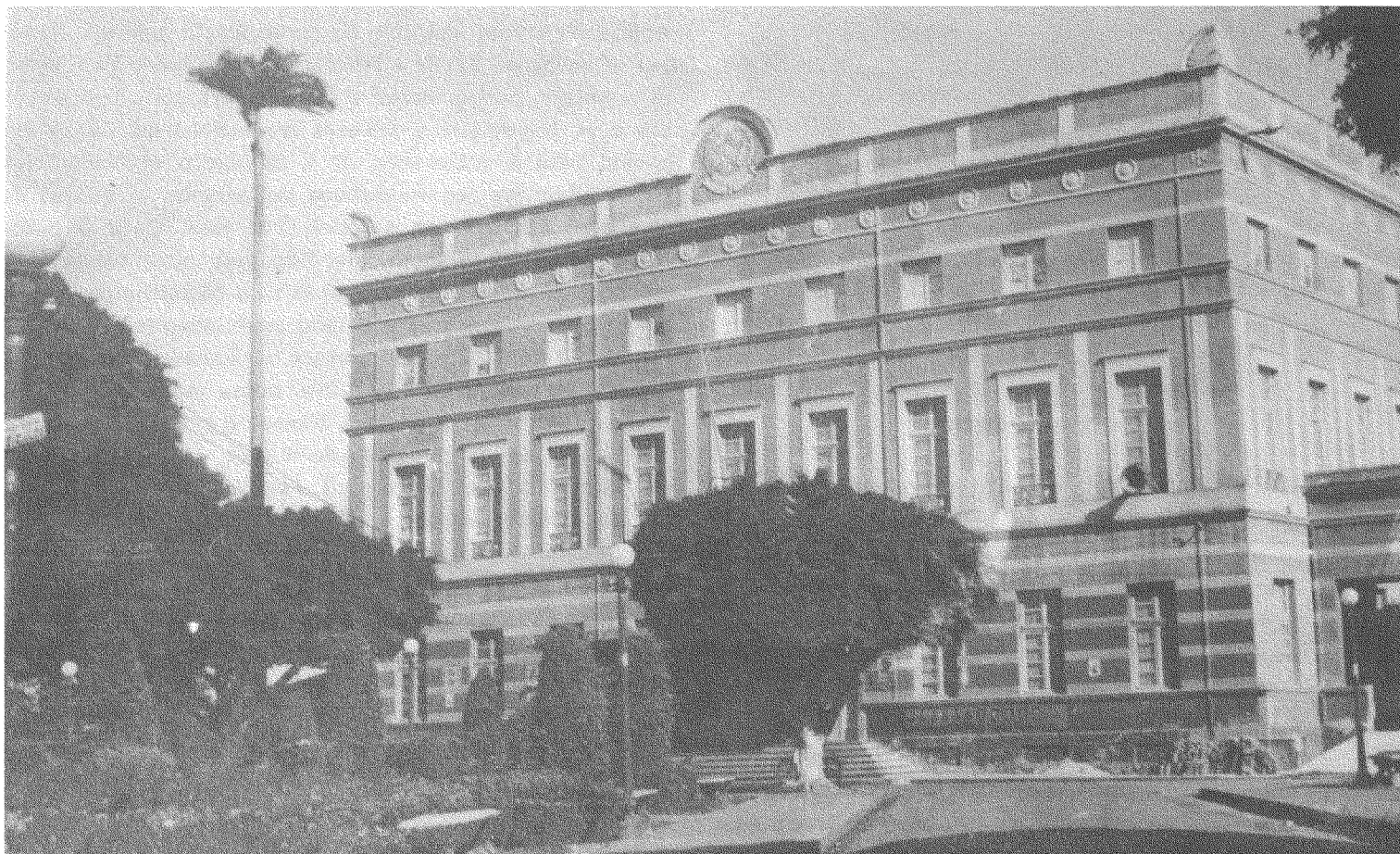
Não se sabe se teria sido o padre o fundador do sítio, ou se o adquiriu por compra ou herança. Ou ainda se teria sido o capitão Apolinário Fernandes Padilha, casado com D. Beatriz Ferreira (que tinha sobrenome idêntico ao do padre). Nada há de positivo. O que é incontestável é que a célula-mãe do povoado foi o engenho erigido na Praça D. Pedro II.

No começo do século XIX, se bem que Maceió ainda fôsse uma pequena vila, apresentando um conjunto de ruelas e habitações rústicas, com a mata à beira do casario, o pântano da Bôca de Maceió e os mangues da lagoa, já era entretanto um centro comercial de certa notoriedade, servindo de empório a uma vasta zona agrícola, que se desenvolvia pelo vale do Mundaú e do Paraíba, cortado por dois grandes caminhos abertos ao acaso da penetração sertaneja, com diversos núcleos açucareiros marginais. A exportação era feita pelo pôrto de Jaraguá, sendo o açúcar o principal produto, firmando-se até hoje a sua hegemonia na vida econômica das Alagoas.

Sendo necessário passar pelo povoado para ir ao pôrto de Jaraguá, escoadouro dos produtos, Maceió foi progredindo, ao ponto de ameaçar ultrapassar em importância a vila de Maceió. E foi o que realmente aconteceu. Pelo alvará régio de 5 de dezembro de 1815, Maceió foi elevado a vila, sendo-lhe doadas 7 léguas de costa, desmembradas do distrito da antiga vila de Alagoas. Em 1817 foi a vila instalada pelo ouvidor Batalha, calculando-se que devia ter uns 5 000 habitantes, pois na contagem de 1825 foram registradas 9 109 pessoas.

Em 1817 fatôres econômicos e demográficos operaram o desenvolvimento de Alagoas, que se estendia por mais de um têrço do território da capitania, e prepararam o cenário do drama histórico da emancipação política. Nesse ano rebentou no Recife a revolução republicana. Esta parte da capitania, porém, apesar da sua importância, ficou estranha à propaganda dos próceres revolucionários, não tendo havido para a sublevação de 6 de março entendimentos com os homens representativos de Alagoas. A notícia da revolução surpreendeu a todos. Por essa época o padre Roma atravessa Alagoas, aturdida pela nova sensacional, lançando fagulhas revolucionárias com os panfletos, proclamações e decretos que espalhou profusamente. Depois de confabular com Vitoriano Borges da Fonseca, comandante das armas, rumou para a Bahia, numa jangada arranjada precipitadamente em Maceió. Fiou-se o padre Roma demasiadamente na cumplicidade do militar, julgando de somenos importância a adesão civil. Para êle bastava a submissão da comarca inteira à pequena tropa de que dispunha o comandante das armas, apenas 30 soldados. O infortunado patriota, dirigiu-se à Bahia, onde o aguardava a delação levada prèviamente, ao governador cauteloso e ríspido, coluna de resistência em que se apoiou a realeza nesse transe tormentoso do seu domínio no Brasil. Vitoriano Borges, com seus 30 soldados, leu pùblicamente as proclamações e decretos do govêrno revolucionário, soltou os presos e, não tendo com quem medir fôrças, entreteve os seus arrancos patrióticos em destruir os símbolos da realeza, em vez de procurar reunir os elementos civis, esparsos na comarca para enfrentar a reação realista inevitável. Vitoriano Borges, por outro lado, entrou em contacto com o Conde dos Arcos, procurando preparar o campo de sua defesa futura, se o movimento fracassasse. Comunicou-lhe, em resposta, o Conde dos Arcos, o fuzilamento do Pe. Roma, a partida de tropas por Sergipe com destino a Maceió e exigiu-lhe como única coisa capaz de suavizar a sua situação perante a realeza que "com a espada em uma mão e a bandeira portuguesa na outra se reuna aos bravos que aí mando encarregados de fazer adorar o sagrado nome de S. M. El-Rei Nosso Senhor e de punir de morte os rebeldes, na inteligência de que sua ulterior conduta me proporcionará a ocasião, para mim muito agradável, de interpôr minhas humildes súplicas na Augusta presença de El-Rei Nosso Senhor, implorando de sua ilimitada munificência o perdão de algum momento de desatino que irresistìvelmente o tenha ofuscado por algum espaço". Vitoriano Borges, apavorado com a alternativa, fugiu. O entusiasmo revo-

Faculdade de Direito

Faculdade de Medicina

Palácio Tavares Bastos

lucionário, com a fuga do comandante, arrefeceu. Por outro lado, o ouvidor Batalha, conseguiu dominar a situação, e marcando sua intervenção no conflito com dois atos de importância capital, um dos quais veio concorrer para a defecção dos principais próceres revolucionários — a desmembração da comarca da jurisdição de Pernambuco e a constituição de um govêrno provisório que ficou formado por êle, ouvidor, pelo vigário Antônio Gomes Coelho e pelo tenente-coronel Francisco de Cerqueira e Silva. O ato do ouvidor, declarando a comarca separada de Pernambuco judiciária e administrativamente, era a autonomia desejada por todos. E, o fuzilamento do padre Roma, a concentração das fôrças legais em Vila Nova, o bloqueio do Recife, a reunião de elementos militares em Maceió, e em outros lugares, foram dando motivo a que todos, ou melhor, quase todos, porque a gente de Vieira Dantas,

Faculdade de Odontologia

continuou insubmissa, desaderissem. O Conde dos Arcos deu por bem feita a desanexação, aprovando-a, por fim o rei, "até a restauração de Pernambuco à qual depois ficaria sujeita", não concordando, porém, com a constituição do govêrno provisório.

Entretanto, o dia 16 de setembro de 1817 marcaria uma nova época. Alagoas foi constituída capitania independente pelo seguinte decreto: "Convindo muito ao bom regime dêste reino do Brasil, e à prosperidade à que me proponho levá-lo, que a província das Alagoas seja desmembrada da capitania de Pernambuco, e que tenha um govêrno próprio, que desveladamente se empregue na aplicação dos meios mais convenientes para dela se conseguirem as vantagens que o seu território e situação podem oferecer, em benefício geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda: sou servido isentá-la absolutamente da sujeição, em que até agora esteve, do govêrno da capitania de Pernambuco, erigindo-a em capitania, com um govêrno independente que a reja na forma praticada nas demais capitanias independentes, com faculdade de conceder sesmarias, segundo as minhas reais ordens, dando conta de tudo diretamente pelas secretarias de Estado componentes; e atendendo as boas qualidades e mais partes, que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Melo; Hei por bem nomeá-lo governador dela, para servir por tempo de três anos, e o mais que decorrer em quanto lhe não der sucessor. Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1817 — Com a rubrica de S. Majestade". Êste decreto foi ratificado por outro de 12 de janeiro de 1818.

A 27 de dezembro de 1818, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas nomeado governador da nova capitania pelo mesmo decreto que a criara, desembarcava no pôrto de Jaraguá, onde o conduzira um veleiro direto do Rio de Janeiro.

O Senado da Câmara logo se apressou em pedir a Melo e Póvoas elegesse Maceió sede do govêrno, apresentando-lhe as vantagens que ela oferecia à primeira vista. Achou, entretanto, Póvoas que a sede do govêrno, oficialmente, tinha de ser a velha vila das Alagoas, por ser cabeça da comarca há mais de 100 anos. Sua residência ficaria onde se fizesse necessária a direção técnica das obras de defesa militar.

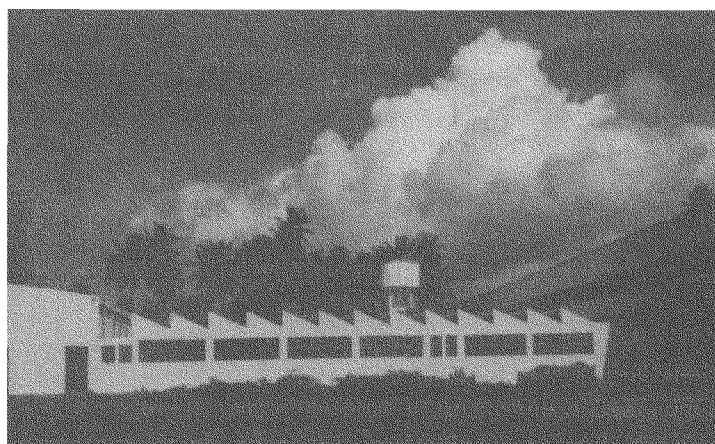
A 22 de janeiro de 1819, Melo e Póvoas, na matriz de Nossa Senhora da Conceição das Alagoas "em presença da câmara, do clero regular, dos oficiais maiores e menores de guerra, milícias e ordenanças, da nobreza e do povo, tomou posse do govêrno da capitania com solenidades em tais atos praticadas.

Para a instalação da junta de administração e arrecadação da fazenda, embora Póvoas fôsse de opinião que deveria instalá-las em Maceió, hàbilmente, pediu pareceres, livrando-se do dissídio que se levantava entre as duas vilas rivais, uma apresentando os seus foros seculares de criação e cabeça de comarca, a outra oferecendo as vantagens irrecusáveis de sua situação topográfica e de seu magnífico ancoradouro. Apresentando parecer notável, Vieira Perdigão, que viera para o serviço do fisco, mostrou-se favorável a Maceió. Póvoas querendo eximir-se da responsabilidade direta da escolha remeteu o parecer ao ouvidor Batalha, que o aprovou e, assim, a 30 de janeiro foi instalada em Maceió a Junta da Real Fazenda.

Enquanto isto, o povo cuidava da criação da freguesia. O clero sempre foi no Brasil uma notável fôrça propulsora do desenvolvimento nacional. Já no Brasil-selvagem e no Brasil-colonial foi a Igreja um grande esteio. Civilizando-se o nosso país, continuou essa influência.

Erigido um povoado em vila, criava-se logo a freguesia, e muitas vêzes a freguesia antecedia as prerrogativas de vila.

A paróquia representava importante papel no desenvolvimento da localidade. Englobava todo o movimento

Edifício Perseverança e Auxílio, onde funcionam a Faculdade de Ciências Econômicas, Escola Técnica de Comércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio

Escola Técnica Industrial

social da vila, não se restringindo a congregar fiéis para o culto religioso. Tôda a vida da comuna estava ligada, ìntimamente, à paróquia, sendo aí processadas as eleições.

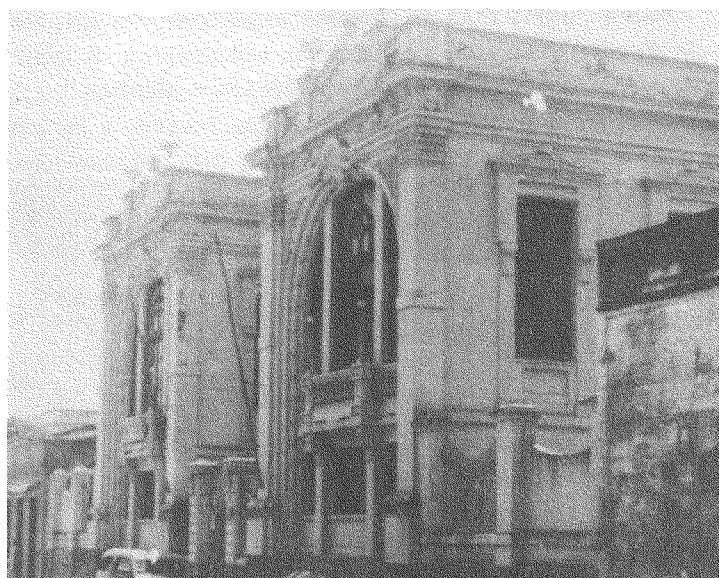
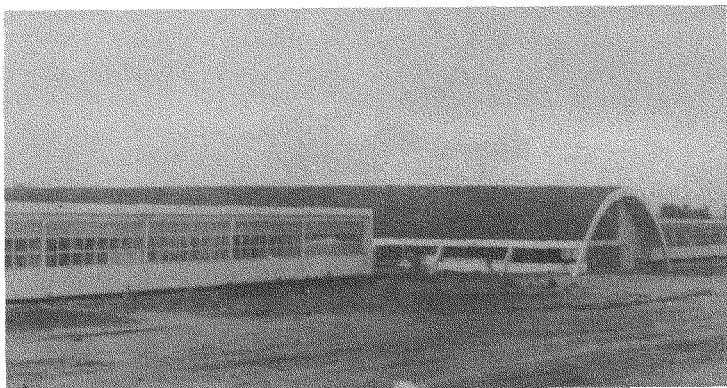
Os cômputos populacionais eram baseados na freguesia e contavam-se "almas" e não pessoas. As discriminações econômicas fundavam-se igualmente no território paroquial: número de engenhos, de fogos, de companhias militares, etc.

Maceió, não fugiu a essa influência. Antes mesmo da elevação do povoado à categoria de vila, a população aspirava à emancipação eclesiástica. Por duas vêzes o povo de Maceió foi à presença do rei requerer a criação da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres. Só em 1819, pelo Alvará de 9 de julho, foi criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres com sede em Maceió.

Sebastião Francisco de Melo e Póvoas permanecia em Maceió, o que não agradava aos habitantes da vila de Alagoas. Em 1821, tendo a citada vila sido designada metrópole ou cabeça de capitania, foi feita ao governador uma representação nesse sentido, apoiada pelas câmaras de outras vilas; o governador, porém, ficou em Maceió até ser proclamada a constituição das côrtes portuguêsas, passando-se então para aquela vila, onde, pelo fato de suas atribuições haverem cessado (como capitão-general), instalou a 1.ª Junta de Govêrno composta de 9 membros.

O movimento de independência agitava vivamente todos os espíritos, e na capitania os patriotas estabeleciam a separação, que mais tarde havia de produzir sérios distúrbios, entre brasileiros e portuguêses. O governador, a 2 de abril de 1821, reúne todos os altos funcionários da capitania, convoca as câmaras de Alagoas e Maceió e, nesta vila, recebeu de todos a promessa de obediência ao rei.

Por fôrça de lei, Póvoas retira-se para Portugal, terminando dignamente sua missão nas Alagoas.

Elege-se nova Junta. A aclamação de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil cinde a Junta, que oficialmente, ostensivamente, desobedece ao príncipe. O poder que ela reconhecia era o das côrtes de Lisboa. Irrompe um clima de desconfianças, entre o povo e os dirigentes. A 28 de junho, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, rico proprietário em Maceió, reuniu e armou mais de 400 homens e com elementos de São Miguel e Pôrto de Pedras invadiu a capital, excluindo da junta dois elementos e substituindo-os. Fêz-se, então, solenemente a aclamação do príncipe D. Pedro, auxiliados pelo major comandante de artilharia, José Eduardo Pereira Colaço

Centro Educacional Municipal

Amado, que, embora português, era grande amigo do Brasil e de modo especial de Alagoas, onde residiu 15 anos. A Junta foi mais além. Contra os "pés-de-chumbo", alcunha pela qual designavam os portuguêses, fremia o rancor popular. Todos os funcionários lusitanos, civis e militares, foram sumàriamente demitidos e despachados para Portugal. Só Colaço Amado, pela sua solidariedade no movimento, escapou àquela exaltação.

Além de tudo, enviaram Souza Melo ao Rio de Janeiro a fim de expressar a D. Pedro os sentimentos de fidelidade da capitania.

Alagoas foi, assim, a primeira província que se insurgiu ostensivamente contra a metrópole, constituindo um govêrno essencialmente brasileiro e depondo de suas funções públicas dezenas de portuguêses. As côrtes declararam a capitania, juntamente com outras, sem direito à representação e despediram seus deputados.

Proclamada a independência, continuaram as animosidades, intensificando-se a campanha contra os portuguêses.

Em novembro de 1823, a sedição de Pôrto Calvo derruba a Junta, substituindo-a pela que ali fôra aclamada, e, posteriormente, elege a Junta definitiva.

No ano seguinte rebenta a revolução de Pernambuco, chefiada por Manoel Carvalho Paes de Andrade. As idéias revolucionárias, como em 1817, encontraram eco nas Alagoas.

Em 7 de abril de 1831 rebentou no Rio de Janeiro a revolução, que tivera como precursora a noite das garrafadas, revolução que obrigou a D. Pedro I abdicar a coroa na pessoa do seu filho D. Pedro II. No dia 30 de abril chegou a Maceió um paquête com a confirmação da notícia sôbre a abdicação. O povo percorreu pacìficamente as ruas dando vivas ao novo imperador, à nação brasileira, à assembléia geral. A multidão, porém, insuflada por alguns elementos, desvairou-se e, à meia-noite, de surprêsa, ataca o quartel do 4.º corpo de artilharia montada e apodera-se de todo o armamento e munições existentes, sem resistência, entregando o comando do mesmo ao capitão Antônio José da Trindade Pinto de Amorim e o comando-geral da tropa ao tenente-coronel do imperial corpo de engenheiros Firmino Herculano de Moraes Âncora. Entre os cabeças do movimento estavam Antônio Firmino Brasileiro Carioca e o padre Francisco do Rêgo Baldaia. O comandante das armas, Furtado de Mendonça, acovardou-se diante da desordem. Prêso em sua residência, apelou para o presidente da província, Visconde da Praia Grande. No mesmo dia, 1.º de maio, encaminharam os revoltosos uma representação de 49 cidadãos brasileiros residentes em Maceió, pedindo a convocação do conselho para:

1 — Suspender do comando das armas o coronel Francisco Samuel de Pais Furtado de Mendonça.

2 — Suspender o coronel comandante do corpo de artilharia João Eduardo Pereira Colasso Amado.

3 — Suspender imediatamente todos os empregados portuguêses, civis, militares e eclesiásticos, principalmente os tenentes-coronéis José Dias da Costa e Joaquim Antônio de Almeida Pinto, excetuando-se o tenente-coronel Firmino Herculano de Morais Âncora.

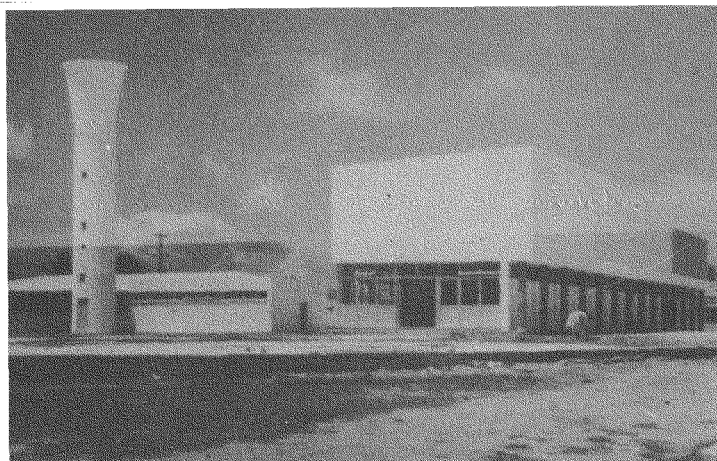
4 — Que, suspensos êsses militares, fôssem logo remetidos para a côrte.

5 — Que todos os portuguêses solteiros, sendo negociantes estabelecidos, fôssem obrigados a prestar caução idônea, assinada por cidadão brasileiro de bom conceito, e sendo caixeiros fôssem despedidos para fora da província no prazo de 30 dias como primeiros perturbadores da tranqüilidade pública e inimigos da causa.

6 — Que qualquer hostilidade ou reunião de tropas, ou de portuguêses armados contra os cidadãos reunidos no quartel de artilharia fôsse considerada como agressão, em cujo caso os cidadãos tomassem a ofensiva com todo o denôdo e entusiasmo de que estavam possuídos; porquanto protestavam não se separar enquanto não fôssem atendidos os artigos desta representação, que deveriam realizar-se dentro do prazo de 48 horas, e igualmente asseguravam à presidência que a maior tranqüilidade e sossêgo seriam mantidos entre êles; que nenhuma hostilidade de sua parte se faria a qualquer português; e que só o amor da causa pública os reunia para dirigirem a presente representação.

7 — Que fôssem dadas providências prontas e eficazes a fim de que o sossêgo e tranqüilidade pública não fôssem perturbados.

Nessa mesma data as câmaras municipais das Alagoas e de Anadia, possuídas dos mesmos sentimentos, dirigiam ao conselho do govêrno uma representação idêntica.

O presidente da província, logo que recebeu a notícia da abdicação dirigiu aos seus presidiados uma proclamação,

Conjunto onde funcionam simultâneamente o SESC e o SENAC

lembrando-lhes que o Imperador D. Pedro II recomendara a harmonia dos seus súditos, a observância da Constituição jurada.

De posse das representações recebidas reuniu o conselho e na sessão ficou resolvido:

1 — Que fôsse suspenso do comando das armas o coronel Francisco Samuel de Paes Furtado de Mendonça, sendo enviado para a côrte no primeiro paquête, passando o comando das armas ao oficial de maior patente na conformidade da lei; e fôsse portanto encarregado dêle inteiramente o tenente-coronel de cavalaria de 2.ª linha, José de Mendonça Alarcão Ayala.

2 — Que fôsse suspenso do comando do 4.º corpo de artilharia montada João Eduardo.

3 — Que fôssem suspensos dos respectivos comandos os tenentes-coronéis Joaquim Antônio de Almeida Pinto e José Dias da Costa, êste do batalhão n.º 50 de 2.ª linha, e aquêle da bateria de São Pedro.

4 — Quanto à suspensão, ou demissão imediata de todos os empregados portuguêses, civis, militares e eclesiàsticos, sendo depois de suspensos ou demitidos, logo enviados para a côrte, deliberou-se unânimemente que não tinha lugar por não parecer justo; visto que competia a seus superiores terem sôbre êles tôda a vigilância e não deverem ser expelidos de seus empregos sem conhecimento de causa e sentença condenatória na forma da constituição do império.

5 — Quanto aos portuguêses solteiros, sendo estabelecidos, prestarem caução idônea assinada por cidadão brasileiro de bom conceito, e, sendo caixeiros, serem despedidos para fora da província no prazo de 30 dias, como primeiros perturbadores da tranqüilidade pública e inimigos da causa, deliberou-se unânimemente que não tinha lugar, por já estar tudo isto acautelado nas leis policiais, a cujos ministros competia o conhecimento legal.

6 — Quanto aos portuguêses que chegassem de fora, ou de novo, aos portos da província, deliberou-se unânimemente que o presidente da província recomendasse aos respectivos juízes de paz tôda a vigilância a respeito.

Praça Floriano Peixoto

Vista parcial da Rua do Comércio

7 — Deliberou-se finalmente, e também por unanimidade de votos, que todo o expendido fôsse levado ao conhecimento da regência.

Em Maceió o povo recebeu com entusiasmo a decisão. Muitas festas foram realizadas e enquanto isto os portuguêses refugiavam-se em suas casas, receosos dos excessos e procurando refúgio nas igrejas e nas matas. O comércio, na quase totalidade de lusitanos fechou, porque os negociantes estavam foragidos. Os lusitanos passaram então dias trágicos em Maceió. E quando chegou ao pôrto de Jaraguá o veleiro que de acôrdo com a deliberação do Conselho deveria levar portuguêses o povo amotinado arrancava-os de suas residências e sob insultos aquela gente embarcou. Muitos fugindo à ira popupar foram para bordo a nado.

Como contra-revolução com o fim de restaurar no trono do Brasil o ex-imperador D. Pedro I — rebentou em Pernambuco a rebelião apelidada Cabanada na qual foram julgados coniventes proprietários de engenhos de Pôrto Calvo e Pôrto de Pedras os quais foram presos. A rebelião depois de ceifar não poucas vidas, de ter cometido desatinos sem conta e de haver consumido soma fabulosa dos cofres nacionais foi debelada pela palavra e virtudes do bispo de Pernambuco D. João da Purificação Marques Perdigão, que acompanhado de dois sacerdotes, penetrou nas matas onde permaneceu por espaço de meses, conseguindo que cêrca de 15 000 rebeldes voltassem ao seio da religião cristã e da sociedade sob promessa de obter da regência uma anistia.

Em 1833 o têrmo de Maceió era elevado à categoria de comarca.

Em abril de 1839, o Dr. Agostinho da Silva Neves era empossado no govêrno da província.

Maceió continuava em desenvolvimento e já se esboçava o plano de mudança da Capital.

Em outubro de 1839, o tesouro expediu ordens para que fôsse mudada a tesouraria geral com seu cofre para a vila de Maceió. Esta ordem despertou nos habitantes de "Alagoas", a suspeita de que se tramava mudar a Capital, e teve uma repercussão violenta.

Logo que foi divulgada a notícia, a 27 de outubro, foi feita uma reunião e organizada uma representação dirigida ao Presidente e assinada por 106 pessoas, pedindo-lhe para sustar o despacho, ao que o presidente respondeu que

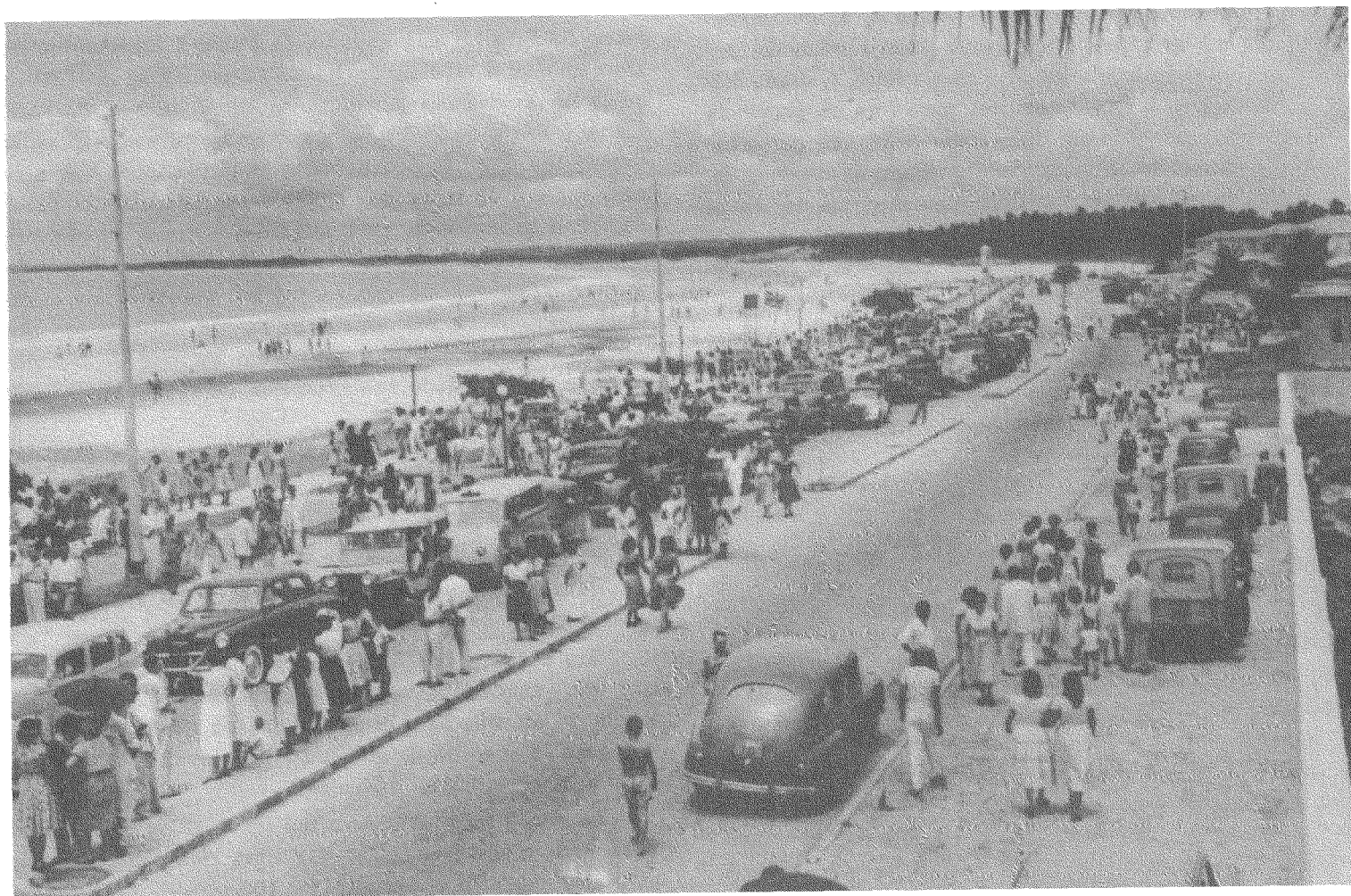
— na qualidade de delegado do poder executivo não lhe era possível aceder a tal petição, sem tornar-se responsável perante o govêrno imperial — e sugeria aos peticionários dirigirem-se êles ao govêrno imperial. Pediram-lhe, então, para dar o despacho final em outro dia, tendo o presidente combinado, marcando o dia 29. Mostraram-se satisfeitos e quando a comissão ia conseguindo dispersar o povo, apareceu o bacharel José Tavares Bastos, magistrado, e dirigindo a palavra à multidão, exprobou o procedimento do presidente, taxando-o de inimigo do povo. Essas acusações formuladas por um homem culto e de prestígio produziram o incêndio. Apoiados pelo major-do-exército, Manoel Mendes da Fonseca, e pela tropa depuseram o governador Silva Neves, assumindo o govêrno o Dr. Tavares Bastos, a 29 de outubro daquele ano.

O Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, 1.º Vice-Presidente, conhecedor do que se estava passando em Alagoas, assumiu o govêrno, declarando Maceió sua sede interina. Seu modo de agir conseguiu repor no govêrno o presidente deposto. Sua energia fêz com que os revoltosos que se mostravam no início desejosos de o convidarem a assumir o govêrno no impedimento do presidente, fôssem posteriormente quase obrigados a isto, uma vez que Cansanção de Sinimbu, assumindo a presidência deu sinal de contra-sedição a todos os municípios da província, pondo a vila de Maceió, sede interina do govêrno, em estado de defesa e fazendo reunir em determinados pontos fôrça para reprimir o movimento, até que chegassem os reforços pedidos a Pernambuco e Bahia. Tendo recebido da Câmara ofício pedindo-lhe que se recolhesse a Alagoas a fim de assumir o govêrno, respondeu que só o faria depois que o povo e a tropa depusessem as armas e fôsse pôsto em liberdade o presidente.

Fizeram, então, os revoltosos vir a Maceió um navio, o "Dois Amigos", de José Paulo Reis, que se dirigia à Bahia, para apanhar, no pôrto do Francês, o Presidente.

Sabedor do que se passava, Cansanção de Sinimbu mandou chamar o dono do navio e lhe entregou uma portaria que deveria ser aberta logo que a bordo estivesse o Presidente, e que era redigida nos seguintes têrmos: "O Vice-Presidente da Província ordena ao mestre do patacho "Dois Amigos" — José Paulo dos Reis — que no caso de se apresentar a seu bordo o Exmo. Dr. Agostinho da Silva Neves, o receba como presidente desta província, pondo o navio à disposição do mesmo Exmo. Senhor para desembarcar neste pôrto de Maceió, ou qualquer outro da província que por êle fôr designado — Palácio do Govêrno das Alagoas, em Maceió 2 de novembro de 1839 — João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu".

Logo que o navio fêz-se ao mar, desembaraçado da fôrça armada, foi entregue ao presidente a portaria, o qual, após lê-la, deu ordens para que viesse para o pôrto de Maceió.

O Dr. Silva Neves, voltando ao govêrno, com prudência e moderação dirigiu aos habitantes uma proclamação, intimando-os a depor as armas e dizendo-lhes que estava pronto a perdoar qualquer ofensa que lhe fôsse pessoal, uma vez que, dizia o presidente, seu intuito era tão-sòmente assegurar a dignidade e autoridade do govêrno imperial, fazendo cumprir e respeitar suas ordens.

Praia da Avenida Duque de Caxias

Hospital dos Usineiros

Os revoltosos não atenderam o seu pedido e redobraram as hostilidades até que, com a chegada de uma expedição de Pernambuco, comandada pelo tenente-coronel Trajano César Burlamaque e um navio de guerra, os sediciosos já enfraquecidos pela falta de apoio e amedrontados com as fôrças que marchavam contra êles, abandonaram a cidade.

Foi, então, a tesouraria motivo de tôda a questão transportada para Maceió, no dia 12 de novembro.

Convocada a Assembléia Legislativa, a 3 de dezembro, com a presença de 21 deputados, fazia o presidente um relato do ocorrido, propondo várias medidas entre as quais figurava a mudança da capital para Maceió.

Na sessão, entre outras ponderações, dizia o Dr. Silva Neves: "Sendo do meu dever propor e lembrar a esta assembléia as medidas que me parecem mais acertadas e conducentes ao bem da província, e cumprindo-me pela posição que ocupo, falar-vos a linguagem da verdade, despida de quaisquer prevenções que sejam, eu ouso lembrar-vos, senhores, que a transferência da sede do govêrno desta cidade para a vila de Maceió, há muito já considerada de utilidade pública, atentas as muitas razões que para isso há, e que não escapam à vossa inteligência, hoje se torna de uma necessidade urgente, em face dos acontecimentos ùltimamente ocorridos.

Figurai-vos, senhores, exclamava o Presidente, a administração cercada de uma população infiel, onde as autoridades foram as primeiras em se mostrar hostis ao govêrno, e vereis que nova luta se não vai estabelecer entre êste e o povo".

A assembléia, então presidida pelo deputado Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, tomando em tôda consideração o expendido, elegeu uma comissão composta do Dr. Francisco Pereira Freire, Dr. Antônio Luiz Dantas de Barros Leite, Dr. Inácio Vieira de Barros Cajueiro, Dr. Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud e Francisco Elias Pereira para reduzirem a projetos as medidas lembradas pela presidência.

A comissão aos 4 de dezembro apresentou o projeto elevando Maceió à categoria de cidade e capital da província, assinando-se vencido o Dr. Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud. Sendo discutido nas sessões de 5, 6, e 7, nesta, presentes 19 deputados, foi aprovado por 14 votos contra 4, votando a favor os deputados — Elias Pereira, Gomes Ribeiro, Dantas, coronel Ramos, Iago, Frederico da Rocha, Pereira Freire, Titara, Ferro, Cajueiro, Paulino de Albuquerque, Maranhão, Pereira da Rosa e João Camillo —, e contra — Pontes Visgueiro, Braz Romeiro, Albuquerque Eustáquio e Mateus Casado. Convertido em proposição legislativa sob n.º 11 de 9 de dezembro de 1839, subiu à sanção; o que, feito, encerrou-se a sessão; e nesse mesmo dia 9 foi sancionado.

Aos 11 do mesmo mês expediram-se ordens para realizar-se a transferência da capital; aos 14, assinaram-se os últimos atos administrativos na antiga capital "Alagoas", sendo um dêles a suspensão de exercício do juiz de direito da respectiva comarca, José Cândido de Pontes Visgueiro, deputado da oposição que votara contra aquêle projeto de lei; aos 15, o presidente Agostinho da Silva Neves partiu para Maceió, e aos 16, aí inaugurou a nova capital.

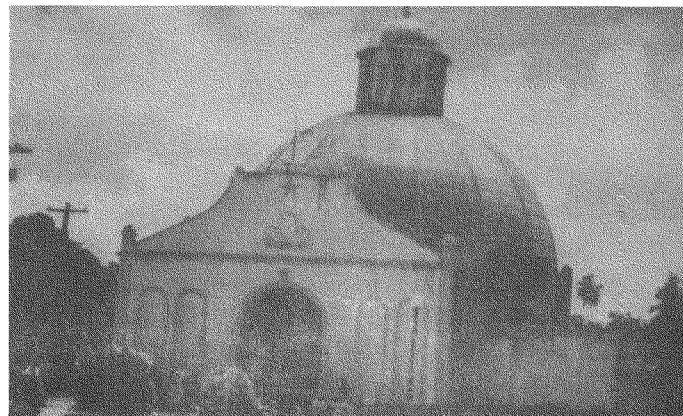
Em 1844 rebenta a revolução, conhecida dos "lisos e cabeludos".

Tavares Bastos não perdoara ainda a Sinimbu a derrota de 1839. Promoveu tremenda campanha, insinuando a implantação da oligarquia Sinimbu. E assim de um lado os lisos (históricos) e do outro os cabeludos (progressistas) entraram em choque. A disputa eleitoral fêz recrudescerem os ódios. E os "históricos" promoveram a revolução. Uma coluna de lisos, a 4 de outubro, acampa em Bebedouro e no dia seguinte tomava posições nas ruas da capital em pânico. Houve cerrado tiroteio em Maceió pelo espaço de seis horas, dirigido pelo facínora Vicente de Paula, do qual resultou mais de uma centena de mortos e feridos. Foram vencedores os cabeludos pela fôrça das armas, mas, todavia, derrotados pelas injunções políticas.

Maceió, pelo seu desenvolvimento, mesmo antes da transferência da capital, tornou-se o centro político e econômico da vida da Província, que em setenta e dois anos de autonomia administrativa, de 1817 a 1889, teve nada menos de sessenta e um presidentes e outras tantas administrações interinas de vice-presidentes, na seguinte ordem: antes da mudança da Capital — Sebastião Francisco de Melo Póvoas (3 anos e 9 dias); D. Nuno Eugênio de Locio e Seilbiz (1 ano, 10 meses e 4 dias); Tertuliano de Almeida Lins (1 ano, 9 meses e 9 dias); Dr. Cândido José de Araújo Viana (5 meses e 11 dias); Miguel Veloso da Silveira Nóbrega e Vasconcelos (5 meses e 6 dias); Dr. Manoel Antônio Galvão (3 meses e 4 dias); Miguel Veloso da Silveira Nóbrega e Vasconcelos (7 meses e 3 dias); Doutor Manoel Antônio Galvão (8 meses e 28 dias); Visconde da Praia Grande (9 meses e 15 dias); Manoel Lobo de

Catedral Metropolitana, situada na Praça Pedro II

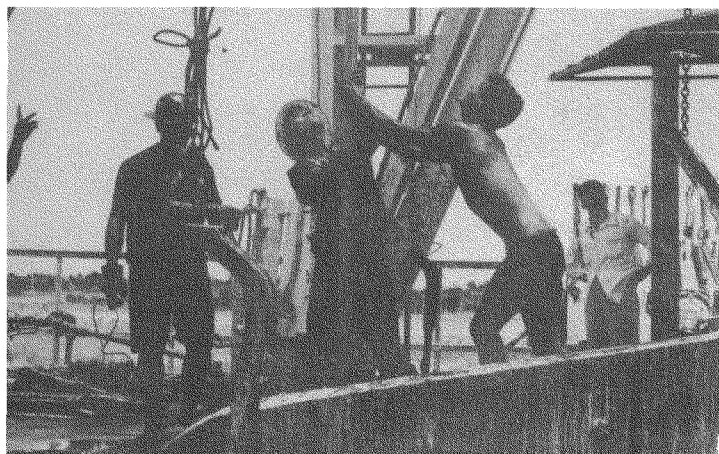
Miranda Henrique (1 ano, 6 meses e 7 dias); Dr. Antônio Pinto Chichorro da Gama (7 meses e 10 dias); Pedro Antônio da Costa (1 mês e 27 dias); Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo (11 meses e 16 dias); Revmo. Padre José de Souza Machado (2 meses e 20 dias); Manoel Simões da Costa (14 dias); João Camilo de Araújo (24 dias); coronel José Joaquim Machado de Oliveira (5 meses e 1 dia); Antônio Joaquim de Moura (1 ano, 3 meses e 8 dias); Dr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1 ano, 7 meses e 26 dias); Dr. Agostinho da Silva Neves (1 ano, 8 meses e 16 dias). Depois da transferência da capital para Maceió: Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (6 meses e 8 dias); Dr. Manoel Felizardo de Souza e Melo (2 anos, 2 meses e 5 dias); Pedro Antônio da Costa (30 dias); José Inácio de Barros Leite (2 meses e 1 dia); Caetano Silvestre da Silva (1 ano, 1 mês e 11 dias); Doutor Cláudio Manoel de Castro (22 dias); Dr. Anselmo Francisco Pereti (4 meses); Dr. Bernardo de Souza Franco (5 meses e 8 dias); Caetano Maria Lopes Gama (3 meses e 9 dias); Henrique Marques de Oliveira Lisboa (7 meses e 23 dias); Dr. Antônio Manoel de Campos Melo (1 ano, 5 meses e 11 dias); Pedro Antônio da Costa (6 meses e 22 dias); Dr. Félix Peixoto de Brito e Melo (8 meses e 8 dias); Dr. Manoel Sobral Pinto (26 dias); Dr. João Capistrano Bandeira de Melo (8 meses e 21 dias); coronel Antônio Nunes de Aguiar (5 meses e 8 dias); Dr. José Bento da Cunha Figueiredo (2 anos, 6 meses e 28 dias); Dr. Manoel Sobral Pinto (1 ano, 8 meses e 14 dias); Doutor José Antônio Saraiva (6 meses e 7 dias); Dr. Roberto Calheiros de Melo (5 meses e 17 dias); Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (1 ano, 7 meses e 6 dias); Doutor Roberto Calheiros de Melo (10 meses e 25 dias); Dr. Inácio José de Mendonça Uchôa (7 meses e 27 dias); Ângelo Tomaz do Amaral (1 ano, 2 meses e 9 dias); Dr. Roberto Calheiros de Melo (1 mês e 29 dias); Dr. Agostinho Luiz da Gama (4 meses e 2 dias); Dr. Jacinto Pais de Mendonça (1 mês e 13 dias); Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas (6 meses e 23 dias); Dr. Roberto Calheiros de Melo (7 dias); Dr. Pedro Leão Veloso (10 meses e 14 dias); Dr. Roberto Calheiros de Melo (1 mês e 2 dias); Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho (2 anos, 1 mês e 29 dias); Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga (9 meses e 1 dia); Dr. Roberto Calheiros de Melo (8 meses e 29 dias); Desembargador João Batista Gonçalves Campos (7 meses e

Igreja do Bom Jesus dos Martírios

Igreja do Senhor do Bonfim

11 dias); Dr. Roberto Calheiros de Melo (6 dias); Doutor Esperidião Eloy de Barros (8 meses e 19 dias); Dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva (3 meses e 11 dias); José Martins Pereira de Alencastro (10 meses e 11 dias); Dr. Benjamim Franklin da Rocha Vieira (2 dias); Doutor Galdino Augusto da Natividade (1 mês e 8 dias); Doutor Tomaz Bomfim Espíndola (8 dias); Dr. João Francisco Duarte (1 mês e 3 dias); Dr. Antônio Moreira de Barros (8 meses e 13 dias); Dr. Graciliano Aristides de Prado Pimentel (2 meses e 4 dias); Dr. Silvério Fernandes de Araújo Jorge (2 meses e 4 dias); Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (2 anos e 9 meses); Dr. Silvério Fernandes de Araújo Jorge (1 mês e 26 dias); Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (1 ano, 3 meses e 24 dias); Dr. Luiz Rômulo Peres de Moreno (5 meses); João Vieira de Araújo (14 meses); João Tomé da Silva (1 ano); Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (6 meses); Antônio Passos de Miranda (11 meses); Francisco de Carvalho Soares Brandão (8 meses); Cincinato Pinto da Silva (1 ano e 6 meses); José Eustáquio Ferreira Jacobina (1 ano e 8 meses); José Barbosa Tôrres (3 meses); Domingos Antônio Tayol (4 meses); Joaquim Tavares de Melo Barreto (5 meses); Henrique de Magalhães Sales (1 ano e 2 meses); José Bento Vieira Barcelos (4 meses); Antônio Tibúrcio Figueira (6 meses); Pedro Leão Veloso Filho (3 meses); Anfilófio Botelho Freire de Carvalho (6 meses); Geminiano Brasil de Oliveira Goes (8 meses); José Moreira Alves da Silva (11 meses); Antônio Caio da Silva Prado (8 meses); José Cesário de Miranda Monteiro de Barros (6 meses); Aristides Augusto Milton (5 meses); Dr. Manoel Messias de Gusmão (4 meses); Pedro Moreira Ribeiro (assumiu no dia 15 de novembro de 1889, sendo deposto no mesmo dia).

Com a Proclamação da República foi constituída uma Junta Governativa composta do major Aureliano Augusto Azevedo Pedra, Dr. Manoel Ribeiro Barreto de Menezes e major Ricardo Brenann Monteiro.

O primeiro governador nomeado para Alagoas foi o comendador Tibúrcio Valeriano de Araújo, cuja presença no govêrno constituía uma garantia para as instituições nascentes. Foi substituído por Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro que, de boa-fé, se deixou envolver pela onda dos bajuladores.

Feita a eleição para a Constituinte Federal, Pedro Paulino foi eleito senador, passando o govêrno ao Doutor

Operários entregando-se à árdua tarefa de fixar canos da sonda de petróleo no Tabuleiro dos Martins

Roberto Calheiros de Melo, que por sua vez o entregou ao Dr. Manoel Araújo Góes.

Promulgada a Constituição do Estado em 11 de junho de 1891, no dia seguinte procedeu-se à eleição para governador e vice-governador, cargos que foram disputadíssimos por duas facções que se haviam formado para a conquista do poder. Uma apresentava a candidatura de Pedro Paulino e Araújo Góes e a outra a de Gabino Besouro e Barão de Traipu. Venceu a primeira. Há no Estado intensa agitação política, conseqüência dessa eleição e efeitos dos acontecimentos que, no Rio de Janeiro, perturbavam os primeiros dias da República. Pedro Paulino não resistiu à campanha. Passa o govêrno ao seu substituto legal, Araújo Góes e segue para o Rio onde renuncia aos cargos de governador e de senador da República. Araújo Góes tomou então atitudes de reação, agindo com certa violência. Há desordens nas ruas da capital. A polícia espingardeia o povo inerme numa passeata de hostilidade ao govêrno. A situação agrava-se. Os acontecimentos precipitam a solução da luta política. Araújo Góes é deposto no mesmo dia em que Deodoro renunciava à presidência da República.

Uma junta provisória toma conta do govêrno do Estado. É composta do tenente-coronel José Correia Teles, presidente, Dr. Manoel Ribeiro Barreto de Menezes, Doutor Jacinto Assunção Pais de Mendonça e capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima. A Junta permanece até que o presidente do Senado, Barão de Traipu, o venha substituir.

Normaliza-se a situação com a eleição do Dr. Gabino Besouro para governador e do Barão de Traipu, para vice-governador, em 20 de fevereiro de 1892. A transmissão do poder realiza-se a 2 de março. Gabino Besouro, homem de vontade firme e inteligência lúcida, trouxe para o govêrno um plano magnífico de realizações administrativas. Não o deixaram trabalhar. A politicagem continuava a perturbar a tranqüilidade do Estado, levantando contra o govêrno uma onda de odiosidades, açuladas do Rio de Janeiro. A fôrça federal depôs o governador, sem resistência. Deu-se então um fato singular — não houve quem quisesse as rédeas da administração. Recusou-as o presidente da Câmara dos Deputados, coronel Macário Lessa, o presidente do Conselho Municipal, coronel Feligônio Avelino de Araújo, o juiz seccional, Dr. Petronilo Santa Cruz de Oliveira, aos quais se recorreu insistentemente.

Constituiu-se uma junta governativa composta do Dr. Manoel Sampaio Marques, coronel José Tavares da Costa e Dr. Miguel Soares Palmeira. Essa junta conseguiu vencer as repugnâncias do presidente do Tribunal Superior, Dr. Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, um dos substitutos constitucionais do governador, e transmitiu-lhe o govêrno.

A 16 de setembro de 1894 foram eleitos governador do Estado o Barão de Traipu e vice-governador o coronel José Vieira de Araújo Peixoto. A 17 de outubro do mesmo ano, aquêle titular da monarquia assume o govêrno. Mas a agitação continuava, cada vez mais intensa. A 1.º de maio de 1895 é deposto o Barão de Traipu apossando-se do govêrno uma junta composta dos Drs. Dario Cavalcante de Albuquerque, José da Rocha Cavalcante e Francisco José da Silva Pôrto.

A deposição do governador trouxe como conseqüencia lamentável, além da desordem administrativa, a morte de várias pessoas. No dia seguinte, o govêrno federal manda reempossar o govêrno, o que se fêz sem a menor manifestação de hostilidade.

Traipu para evitar êsse estado de anarquia que a sua presença no govêrno causava no Estado, a 14 de janeiro de 1896 passou a administração ao seu substituto legal, coronel José Vieira de Araújo Peixoto, não mais a reassumindo até o término do mandato.

A 12 de junho de 1897, o govêrno passa às mãos do Dr. Manoel José Duarte, eleito em 12 de fevereiro, com o coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco para vice-governador.

Em 12 de junho de 1900 a administração passa a ser exercida pelo Dr. Euclides Vieira Malta, que, pelos processos eleitorais vigentes triunfara do seu antagonista, Doutor Miguel Soares Palmeira.

Êste governador, em 1903, faz-se substituir por seu irmão, Dr. Joaquim Paulo Vieira Malta. Em 1906, Paulo Malta entrega o poder a seu irmão Euclides. A permuta fraternal — escreveu Craveiro Costa — entretanto, não se fêz tranqüilamente. As fôrças oposicionistas que se haviam organizado no Estado resistiram valentemente, levantando a candidatura do general Gabino Besouro.

Findo êsse período governamental, Euclides Malta, de posse de tôda a engrenagem administrativa e contando com o apoio do govêrno federal, que fazia, desde Campo Sales, a política dos governadores, reelege-se governador para o triênio de 1909-1912.

Outro aspecto dos trabalhos de perfuração no poço petrolífero do Tabuleiro dos Martins

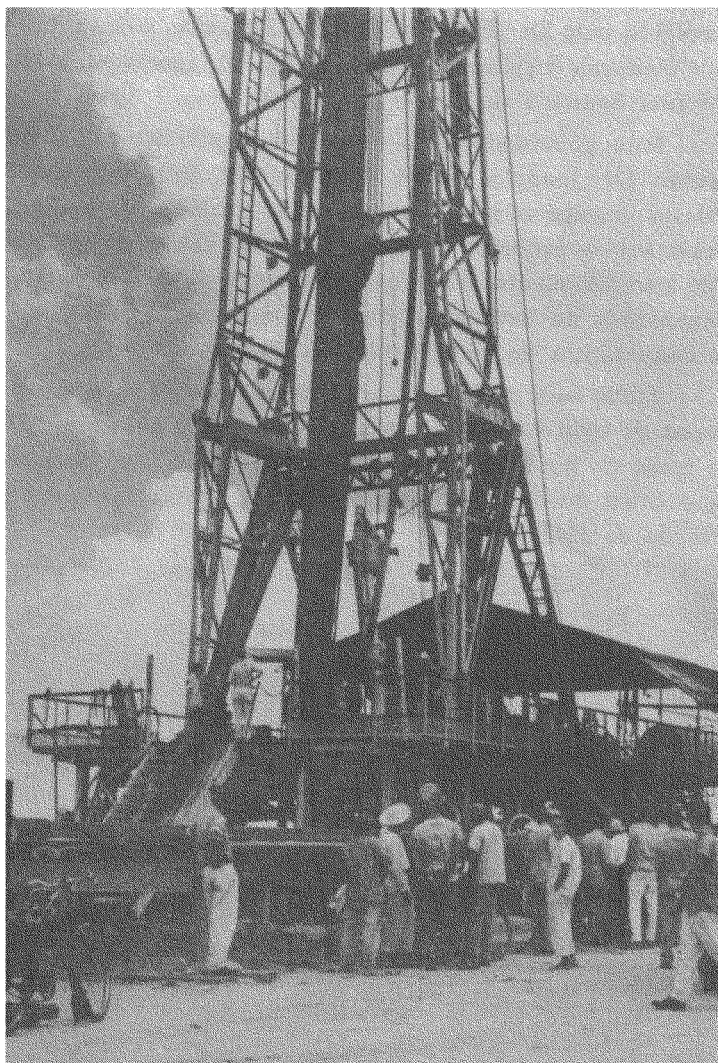
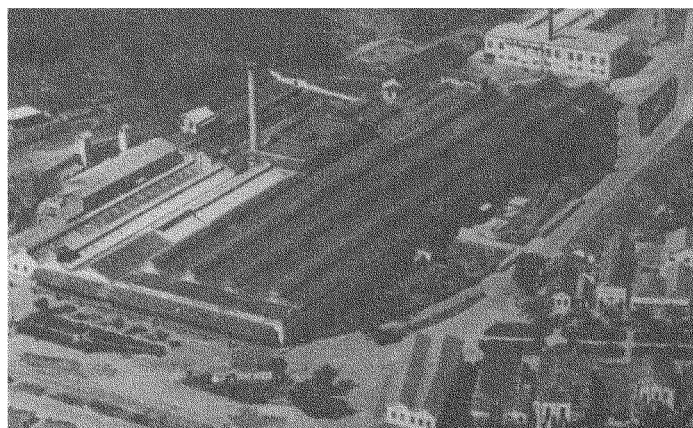
Levantam-se e reorganizam-se todos os elementos de oposição contra êsse desvirtuamento do regime. Foi uma campanha cerrada e vigorosa.

Euclides Malta resiste à onda enorme de impopularidade que o cercava e o apontava como oligarca. Quando no govêrno federal o marechal Hermes da Fonseca, as oligarquias do norte foram derrubadas. Caiu também a de Alagoas.

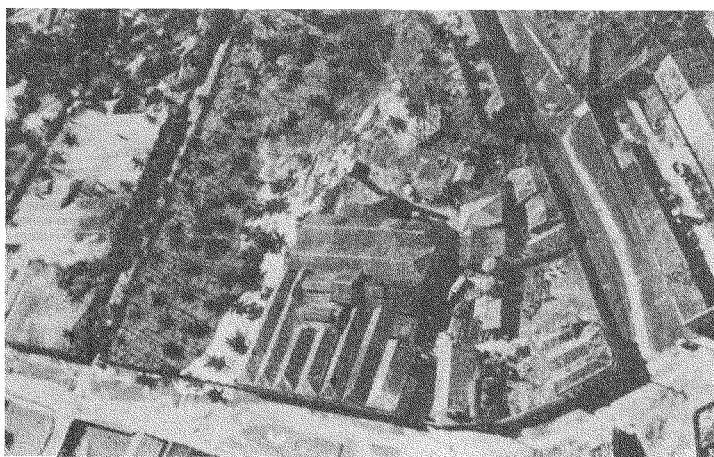
A 12 de junho de 1912 assume o govêrno estadual o coronel Clodoaldo da Fonseca, candidato da oposição, que, findo o seu mandato, passou o govêrno ao Dr. João Batista Acioli Júnior.

A êste govêrno seguiu-se a administração do Dr. José Fernandes de Barros Lima, iniciada em 12 de junho de 1918, que foi prolongada por uma reeleição até 1924.

De junho de 1924 a junho de 1928, porque o período administrativo foi elevado para quatro anos, o govêrno foi exercido pelo Sr. Pedro da Costa Rêgo, que foi substituído, em 12 de junho daquele ano pelo Sr. Álvaro Corrêa Paes.

Em 3 de outubro de 1930 irrompe o movimento revolucionário que, vitorioso em 24, depôs o presidente Washington Luiz. As fôrças que se sublevaram na capital pernambucana na madrugada daquele dia, depuseram o governador Estácio Coimbra que fugiu, num rebocador. O governador Álvaro Paes, com a aproximação das colunas revolucionárias, e em face de declaradas simpatias pelo movimento manifestadas pela oficialidade do 20.º B.C. e da Fôrça Policial, resolveu abandonar o govêrno, no dia 7, acompanhando o Sr. Estácio Coimbra na sua fuga para o

Vista parcial do conjunto da sondagem de petróleo no Tabuleiro dos Martins

Fábrica de Tecidos Carmen

sul. Nesse dia, assume provisòriamente a administração do Estado, na qualidade de governador militar o coronel Pedro Reginaldo Teixeira, comandante da Fôrça Policial. Em 13 de outubro, com a chegada do comandante supremo das fôrças revolucionárias no norte do país, general Juarez Távora, é constituído o govêrno provisório revolucionário da seguinte forma: Chefe do govêrno — Dr. Hermilo de Freitas Melro; Secretário do Interior — Dr. Orlando Araújo; Secretário da Fazenda — Dr. Alfredo de Maia; Prefeito de Maceió — Dr. Baltazar Mendonça; Chefe de Polícia — capitão Luiz de França e Albuquerque. O Dr. Hermilo de Freitas foi depois nomeado Interventor Federal e governou o Estado até 7 de agôsto de 1931, quando foi substituído interinamente pelo coronel Luiz de França e Albuquerque.

No regime ditatorial, designados pelo Govêrno da República, dirigiram o Estado, na seguinte ordem: Doutor Hermilo de Freitas Melro (1930); coronel Luiz de França e Albuquerque (interinamente); capitão Tasso de Oliveira Tinoco (1931); capitão Francisco Afonso de Carvalho (1933); capitão Temístocles Vieira de Azevedo (interinamente); Dr. Osman Loureiro de Farias (1934); major Benedito Augusto da Silva (interinamente). Em 1935 foi instalado novo período constitucional, tendo sido eleito governador pela Assembléia Constituinte o Dr. Osman Loureiro de Farias. Nesse ano, os ânimos políticos estiveram bastante exaltados, tendo surgido sério conflito entre os partidários das duas candidaturas levantadas: a do Ministro Silvestre Péricles de Góes Monteiro e a do Prof. Osman Loureiro de Farias. Houve cerrado tiroteio na porta do Bela Vista Palace Hotel, tendo perdido a vida o advogado Rodolfo Lins, saindo feridos, entre outros, o comerciante Adauto Leão Viana e o próprio chefe de Polícia, Edgar de Góes Monteiro, irmão de um dos candidatos. Em 1937 foi implantado no país o "Estado Novo", com o golpe de 10 de novembro. O governador Osman Loureiro foi mantido na chefia do govêrno, como Interventor Federal, cargo que deixou em 1941. Governaram Alagoas nesse período: o Dr. José Maria Corrêa das Neves (interinamente); coronel Ismar de Góes Monteiro (1941-1945); Dr. Orlando Valeriano de Araújo (interinamente); Dr. Esperidião Lopes de Farias Júnior (interinamente); Edgar de Góes Monteiro (nomeado pelo govêrno instituído com o movimento que abateu o "Estado Novo", em 29 de outubro de 1945); e Dr. Antônio Guedes de Miranda (1946).

Vista aérea das fábricas Carnaúba S.A. e Piatti Santos e Cia.

Em 1946, com a promulgação da nossa quarta Constituição Republicana, foi eleito governador o Dr. Silvestre Péricles de Góes Monteiro, que deixou o govêrno a 31 de janeiro de 1951, assumindo-o o Dr. Arnon Afonso de Farias Melo, eleito em 3 de outubro de 1950, juntamente com seu companheiro de chapa, Dr. Antônio Guedes de Miranda.

Em 3 de outubro de 1955, num pleito disputadíssimo pelas fôrças políticas do Estado, ao qual concorreram como candidatos a governador e vice-governador do Estado, de um lado, Afrânio Lages e Antônio Mário Mafra, pelos grupos situacionistas, e do outro, Sebastião Marinho Muniz Falcão e Sizenando Nabuco de Melo, integrando o grupo que se chamou "Frente Popular Alagoana", foram vitoriosos os candidatos oposicionistas. Assim, a 31 de janeiro de 1956, assumiu o govêrno do Estado o Dr. Sebastião Marinho Muniz Falcão. Entretanto, pouco depois de iniciado seu govêrno, as paixões políticas eclodiram de modo violento, tendo como "pivot" dos acontecimentos o assassinato, na cidade de Arapiraca, do médico José Marques da Silva, deputado estadual. A oposição responsabilizou o Governador pelo crime, tendo sido iniciado pela Assembléia Legislativa um processo de "impeachment" contra o Chefe do Poder Executivo. Os ânimos exaltaram-se e a 13 de setembro de 1957, um grande conflito irrompeu no recinto da própria Assembléia Legislativa, do qual resultou perder a vida o deputado Humberto Mendes, sogro do Governador, sendo gravemente feridos os deputados oposicionistas José Onias de Carvalho, Carlos Gomes de Barros, José Afonso de Melo, Virgílio Barbosa e Antonino Malta, além de outras pessoas. Em conseqüência, o Govêrno da República decretou intervenção no Estado, sendo nomeado Interventor Federal o general-de-divisão Armando de Morais Âncora. Em 16 de setembro, o governador Muniz Falcão transmite o govêrno ao seu substituto legal, vice-governador Sizenando Nabuco de Melo, que se encontra no exercício do cargo.

A vila de Maceió foi criada por alvará régio de 5 de dezembro de 1815, sendo desmembrada da vila de Alagoas. Seus fundamentos remontam à metade do século XVII. A Lei n.º 840, de 10 de junho de 1880, mandou desmembrar do seu território o município de Ipioca, cuja vila a lei criava, o que não se efetuou por não ter havido instalação e por haver a Lei n.º 369, de 22 de junho de 1882, revogado a Lei n.º 840. A Resolução provincial n.º 11, de 9 de dezembro de 1839, elevou-a à categoria de cidade e capital da então província.

Segundo alguns, a primeira capela estêve sob a proteção de São Gonçalo. A paróquia foi instalada em 1821, no dia 8 de janeiro, por alvará de 5 de julho de 1819, que a criou, estando sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, que é também titular da Arquidiocese. Dela foram desmembradas, constituindo paróquias, a de Jaraguá, por Lei n.º 461, de 27 de junho de 1865, sob a invocação de Nossa Senhora Mãe do Povo; a da Levada, em 1912, sob a invocação de Nossa Senhora das Graças; a de Bebedouro, em 1913, sob a invocação de Santo Antônio; a de Santa Rita do Alto do Jacutinga, em 18 de janeiro de 1943, sob a invocação de Santa Rita; a de Fernão Velho, desmembrada da de Bebedouro, em 2 de março de 1947, sob a invocação de São José; a de Bom Parto, em 8 de novembro de 1949, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Parto; e a de São José, no Trapiche da Barra, em 31 de maio de 1953. Existiu ainda em seu território a freguesia de Pioca, criada como Santo Antônio Mirim, sob o orago de Nossa Senhora do Ó, em 1713, sendo suprimida pela Lei n.º 869, de 22 de junho de 1882, sendo restaurada pela Lei n.º 785, de 28 de junho de 1886, e depois transferida para São Luiz do Quitunde. Criado o Bispado de Alagoas, em 12 de julho de 1900, foi Maceió sua sede, recebendo, em 1921, a categoria de Arquidiocese de Maceió, com as dioceses de Penedo e Aracaju, como sufragâneas. Foi seu 1.º bispo D. Antônio Manoel de Castilho Brandão, e seu 1.º Arcebispo D. Manoel Antônio de Oliveira Lopes. Ao sólio arquiepiscopal de Maceió ascenderam D. Santino Maria da Silva Coutinho, em 1923, falecendo em 1939, e D. Ranulfo da Silva Farias, em 1940, atual Arcebispo, que tem como auxiliar D. Adelmo Cavalcante Machado, Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão.

Até 1883 pertenceu Maceió à comarca de Alagoas, quando foi elevada à comarca com os têrmos de Pôrto Calvo e Pôrto de Pedras. Perdeu os citados têrmos em 1852, que passaram a pertencer à comarca de Pôrto Calvo, então criada, e recebeu o de Camaragibe, cuja vila foi também criada, anexando-se a esta o território da vila de Pôrto de Pedras, então suprimido pela mesma lei. Perdeu o têrmo de Passo de Camaragibe que passou a pertencer à comarca de Pôrto Calvo em 1853 e foi-lhe acrescentado o de Santa Luzia do Norte, desmembrado da comarca do Pilar, então criada. Em 1889, a Resolução n.º 1 116, de 14 de novembro, mandou desmembrar o têrmo de São Luiz do Quitunde do de Passo de Camaragibe incorporando-o a Maceió, o que não se efetuou.

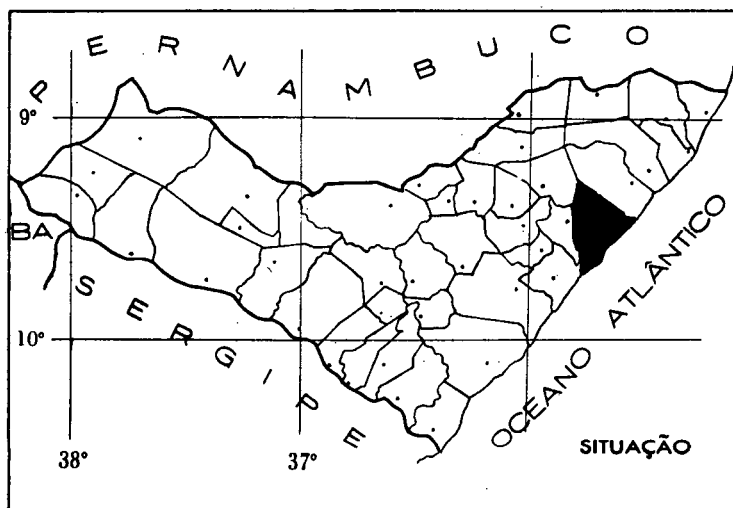
Vista parcial de Pontal da Barra

Vista panorâmica da cidade

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos — Maceió, Fernão Velho e Floriano Peixoto.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Dr. Abelardo Pontes Lima. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 40 950, sendo de 21 789 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 12 Vereadores, tendo como Presidente Dr. Cleto Marques Luz. Integram o Legislativo os seguintes Edis: José Bruno Ferrari, Pereira de Lucena, Gercino Moreira, Fábio Dorvillé, Gama Filho (licenciado, sendo substituído por Mironildes Vieira Peixoto), Hamilton Moraes, Domício Falcão, Milton Pessoa, Nicanor Fidélis de Moura, Theobaldo Barbosa e José Maria de Lima.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte leste do Estado, o município de Maceió pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita ao norte com o município de São Luís do Quitunde; ao sul e a leste, com o Oceano Atlântico; a oeste, com os municípios de Rio Largo e Murici; e a suleste, com Marechal Deodoro.

Localizada às margens do Oceano Atlântico e da lagoa Mundaú, que lhe emprestam uma das mais belas paisagens do Brasil, a cidade de Maceió está hoje dividida em dois planos: a parte baixa, onde outrora predominaram os grandes alagados, cortada em vários trechos pelo riacho Salgadinho ou Reginaldo; e o planalto, conhecido, hoje, pelas designações de Farol e Jacintinho, que não são mais do que ramificações do vasto tabuleiro alagoano que domina grande área do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado apital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de cinco metros.

CLIMA — O clima de Maceió é quase uniforme, não apresentando grandes variações de temperatura durante o ano. Essas variações obedecem ao regímen das demais cidades do Nordeste brasileiro, apresentando-se quente durante o verão e baixando, consideràvelmente, na época chuvosa.

A temperatura média registrada no ano de 1955 foi de 29 para as máximas e de 21 para as mínimas, em graus centígrados.

A época chuvosa está compreendida entre os meses de maio a agôsto, e a de estio, que é a mais quente, de dezembro a fevereiro.

Aspecto da praia de Pajussara, vendo-se uma jangada sendo conduzida para a terra

Não há cheias periódicas, tendo ocorrido, no entanto, em 1949, uma grande enchente, devido ao volume de chuvas caído, ficando as águas represadas no Reginaldo, riacho que corta a cidade, solapando os morros vizinhos, o que ocasionou desmoronamentos com perda de inúmeras vidas. O Reginaldo toma, na sua foz, o nome de Salgadinho, e o seu curso tem sido desviado por modernas obras de engenharia.

ÁREA — A área do município de Maceió é de 717 quilômetros quadrados, conforme dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Geografia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A hidrografia do município de Maceió, se bem não apresente grandes cursos de água, faz-se notar pela incidência de pequenos cursos perenes, dentre os quais podemos destacar o rio Santo Antônio, que nasce ao sul da Serra de Ouro, no município de Murici, corre na direção norte-sul, tem um curso de 64 quilômetros de extensão, banha o distrito de Floriano Peixoto e lança-se no Atlântico na altura da vila de Floriano Peixoto; o Sauassuí, que tem sua nascente na gruta do Macongê, recebendo os nomes de Côxo e Arrodeio, tem um curso de 16 quilômetros de extensão, banha o distrito de Floriano Peixoto e tem sua foz no referido distrito; o Jacarecica, que corre na direção norte-sul, nasce na Gruta da Pedra e Rio Branco, nas imediações do Tabuleiro dos Martins, banha os distritos de Floriano Peixoto e Maceió, tem pouco mais de 25 quilômetros de extensão, lança-se no Atlântico no distrito de Floriano Peixoto, próximo ao povoado de Jacarecica; Rêgo da Pitanga, tem sua nascente nos lugares denominados Rêgo da Pitanga e Pau-d'Arco, no Tabuleiro dos Martins, recebendo durante o seu curso os nomes de Massayó, Reginaldo e Salgadinho, tem perto de 10 quilômetros de curso e sua foz acha-se no Atlântico, na cidade de Maceió. Seu curso tem sido desviado por obras de engenharia moderna; Riacho Doce, com nascente na Gruta Domingos José, ou Caçamba, tem 9 quilômetros de curso e banha o distrito de Floriano. Dista 9 quilômetros da Capital do Estado e tem sua foz no Atlântico; o Riacho Oriente, que nasce na propriedade Caboxo, na vila Messias, no município de Murici, tem um curso de 12 quilômetros de extensão. É afluente do rio Santo Antônio Mirim. Conta o município, ainda, inúmeros riachos de cursos perenes, dos quais os mais importantes, pela sua extensão e

Outro aspecto de Pontal da Barra

volume, são: o Braço Frio, banhando o distrito de Fernão Velho; o Gameleira, banhando Floriano Peixoto; o Água Negra e Brejo dos Passarinhos, banhando a cidade de Maceió e tendo como foz a Lagoa Mundaú, no bairro do Trapiche da Barra.

O rio Santo Antônio Mirim tem uma vasta rêde de afluentes, dentre os quais merecem citação, pela margem direita, os riachos Saúde, Jenipapo, Prazeres, Bom Jardim, Ibura, Bosque, Cemitério e Lagoa do Fogo; e pela margem esquerda os pequenos rios Aurora e Riacho.

O Pratagi tem como afluentes da margem direita os riachos do Meio e Messias. Do Catolé os seus afluentes são, pela margem direita, o Maria Ribeira, Serra e Xixi; e pela esquerda o riacho Braço Frio.

O município de Maceió, em sua parte hidrográfica, apresenta inúmeras lagoas e canais que lhe emprestam belo panorama, principalmente quando visto do alto. Dessas lagoas tem merecido destaque a Mundaú ou do Norte, a terceira em importância, em todo o Brasil. Banha a lagoa Mundaú ou do Norte os distritos de Maceió e Fernão Velho, e é formada pelo rio Mundaú e seus afluentes. Tem um perímetro aproximado de 52 000 metros. Mede, de comprimento, 20 mil metros, e de largura 6 000 metros. A sua profundidade média é de 15 metros; a Lagoa da Anta, formada pelo Riacho de Ferro, tendo 260 metros de perímetro e de largura 30 metros, comunicando-se com o mar a aproximadamente 3 quilômetros da Ponta Verde. Seguem-se pequenas lagoas de somenos importância, como a Azul, Queima-Roupa, do Ouro e da Caçamba.

Os canais mais importantes são o da Levada, de 400 metros de comprimento por nove de largura, tendo de profundidade média 1,75 metros. Comunica-se com o mar no bairro do Trapiche da Barra, no perímetro suburbano da cidade; e, finalmente, o canal do Trapiche da Barra, com 200 metros de largura, tendo comunicação com o mar, também no Trapiche da Barra.

As principais elevações do sistema orográfico do município são as serras da Pacavira, com 100 metros de altitude, de formação argilosa, localizada no distrito de Fernão Velho, ficando ao norte do município; a serra da Pedra Preta, também de formação argilosa, com 150 metros de altura, situada ao norte do distrito de Floriano Peixoto. Estas serras apresentam-se densamente revestidas de vegetação.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Maceió, principalmente as regiões do Tabuleiro dos Martins, de Riacho Doce, e os terrenos que circundam a lagoa Mundaú ou do Norte, têm sido foco de discussões acêrca dos problemas do petróleo, opinando uns serem os mesmos reservas substanciais do tão ambicionado ouro negro dos nossos dias, e negando outros, por motivos óbvios, a sua existência nas referidas terras.

A história do petróleo é a própria história de nossa emancipação econômica, muito mais importante e muito mais difícil talvez, do que a nossa emancipação política.

O âmbito estreito desta monografia não nos permite analisar com minúcias a questão do petróleo das Alagoas, e particularmente do município que é objeto dêste estudo. No entanto, vamos expor de passagem as diversas etapas de tão empolgante drama político-econômico que tem por vêzes sacudido a própria nacionalidade.

Em 1936, o geólogo Edson de Carvalho em pesquisas feitas nos terrenos do povoado Riacho Doce, distrito de

Floriano Peixoto, encontrou indícios veementes de hidrocarbonetos naturais — formação petrolífera — afirmando, pela imprensa local e de diversos Estados, que o subsolo do município de Maceió era um extenso lençol de petróleo que reclamava sòmente a intervenção do homem para vir a furo, determinando novo ciclo econômico do Brasil.

Daí a esta parte, quase ninguém mais põe dúvida quanto à existência de lençóis petrolíferos do subsolo alagoano. Lugares há em Maceió que parece aflorar à superfície da terra o ouro negro, como é o caso dos terrenos às margens da lagoa Mundaú ou do Norte, onde se afirma ser grande parte de sua lama inflamável, denunciando, assim, a presença de hidrocarbonetos naturais na sua composição.

Finalmente, depois da criação da "Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima — Petrobrás", o problema do petróleo alagoano tem sido visto com mais objetividade e procurou-se mesmo através de perfurações localizar as suas reservas e testar as suas qualidades, como aconteceu com o do Tabuleiro dos Martins, jorrado abundantemente a 17 de outubro, exatamente dois meses após o esguicho do de São Miguel dos Campos.

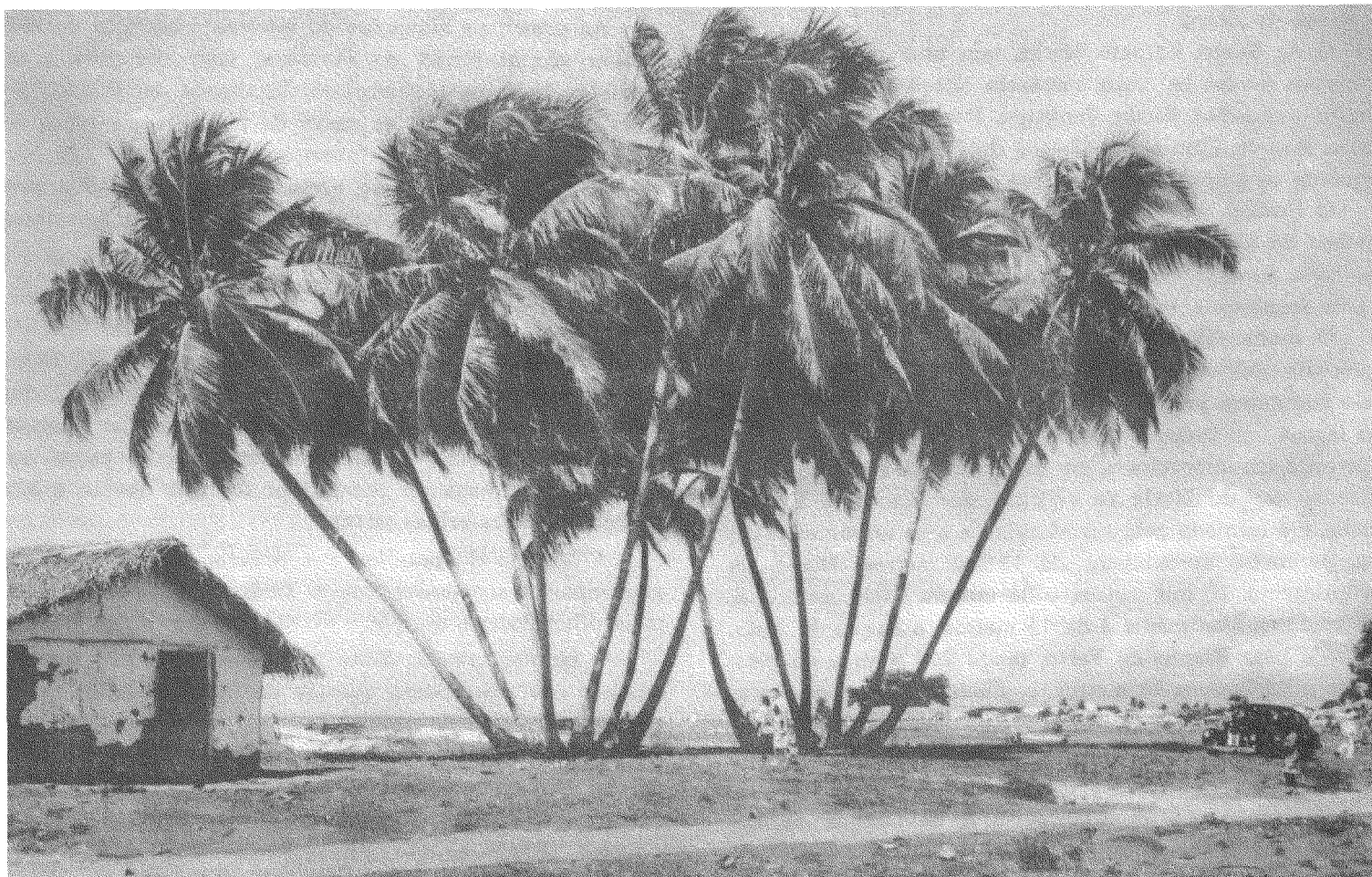
O petróleo jorrado no Tabuleiro dos Martins tem características diferentes do de Jequiá da Praia, apresentando côr negra, grande viscosidade e maior densidade. Essas características, parece, incluem-no entre os petróleos de qualidade inferior mas não destituído de valor econômico.

O material do poço pioneiro do Tabuleiro dos Martins foi encontrado a cêrca de 1 564 metros de profundidade. É um óleo, como já foi dito acima, de côr preta e muito pouco fluido. Ainda não se fêz nenhum estudo sôbre sua composição. Todavia, presume-se que seja um petróleo de base asfáltica.

Um fato curioso, vale notar, refere-se à profundidade em que foi encontrado o óleo. A diferença observada entre a do poço de Jequiá da Praia e a do poço Tabuleiro dos Martins é de apenas dois metros. No primeiro foi encontrado petróleo a 1 566 metros, enquanto que no segundo o petróleo foi encontrado a 1 564 metros. Isto faz crer sejam os dois poços, segundo os técnicos, pertencentes a uma só bacia petrolífera, muito embora estejam a uma distância de 100 quilômetros, aproximadamente.

O município de Maceió possui, ainda, reservas substanciais de diatomácea e de pedra calcária, que são grandemente exploradas para a fabricação de cal virgem de largo emprêgo na indústria de construção. Registra-se, também, a existência de argila de boa qualidade que é aproveitada na confecção de artefatos de cerâmica.

Das matas que são encontradas no município, extraem-se madeiras para diversos empregos, incluindo a transformação em lenha.

Dos seus rios, canais e lagoas, são apanhados peixes de variadas espécies, que constituem apreciável fonte de renda para o município e ocupação permanente das populações ribeirinhas, que vivem quase exclusivamente dessa atividade, levada a efeito, ainda, por métodos não racionais. Os crustáceos, como o sururu e o siri, são, também, encontrados em grande escala, principalmente o primeiro que, pela sua abundância, deu a Maceió o eufemismo de "terra do Sururu".

Outro aspecto da praia de Pajussara

Vista parcial do Canal do "Riacho Maceió"

POPULAÇÃO — De acôrdo com os diversos Censos realizados, a evolução populacional da Capital alagoana está assinalada do modo seguinte:

1872	27 703	habitantes
1890	30 498	"
1900	86 427	"
1920	74 166	"
1940	90 253	"
1950	120 980	"

A população estimada pela Inspetoria Regional do Conselho Nacional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, foi de 150 000 habitantes.

Ainda, segundo a apuração do Recenseamento de 1950, a população do município de Maceió era de 120 980 habitantes (54 491 homens e 66 489 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 34 068; Quadro Suburbano — 70 879; e Quadro Rural — 16 033 habitantes. A densidade demográfica do município era de 169 habitantes por quilômetro quadrado, sendo o 23.° mais povoado de todo o país, dentre os 1 894 existentes em 1.° de julho daquele ano.

A sua população representa 11% da de todo o Estado. Está em primeiro lugar na relação dos municípios mais populosos de Alagoas, conforme o demonstram os resultados do Recenseamento de 1950:

MACEIÓ	120 980	habitantes
Palmeira dos Índios	66 636	"
Santana do Ipanema	61 235	"
União dos Palmares	58 381	"
Viçosa	52 509	"

Em Maceió há forte concentração de pessoas que se declararam de côres parda e branca, por ocasião do Recenseamento:

CÔR	POPULAÇÃO PRESENTE	PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL
Branca	55 081	45,53
Preta	9 308	7,69
Parda	56 229	46,48
Sem declaração	357	0,30
TOTAL	120 980	100,00

O total de 120 980 pessoas inclui 5 que se declararam de côr amarela.

Religião — Dentre os 120 980 habitantes recenseados, 111 373 declararam-se católicos romanos; 4 237, protestantes; 1 572, espíritas; 3 251, sem religião; havia, ainda, 43 israelitas e 220 pessoas de outras religiões; 284 pessoas não declararam a religião que adotavam.

Nacionalidade — Os estrangeiros eram poucos: apenas 269; e os brasileiros naturalizados, 34.

Localização da população — A população do município é preponderantemente citadina conforme se verifica pelos resultados do último Recenseamento:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade de Maceió	99 088	81,91
Vila de Fernão Velho	4 000	3,31
Vila de Floriano Peixoto	1 859	1,53
Quadro rural	16 033	13,25
TOTAL (todo o município)	120 980	100,00

Assim 82% da população do município localizam-se na cidade e 13%, no quadro rural.

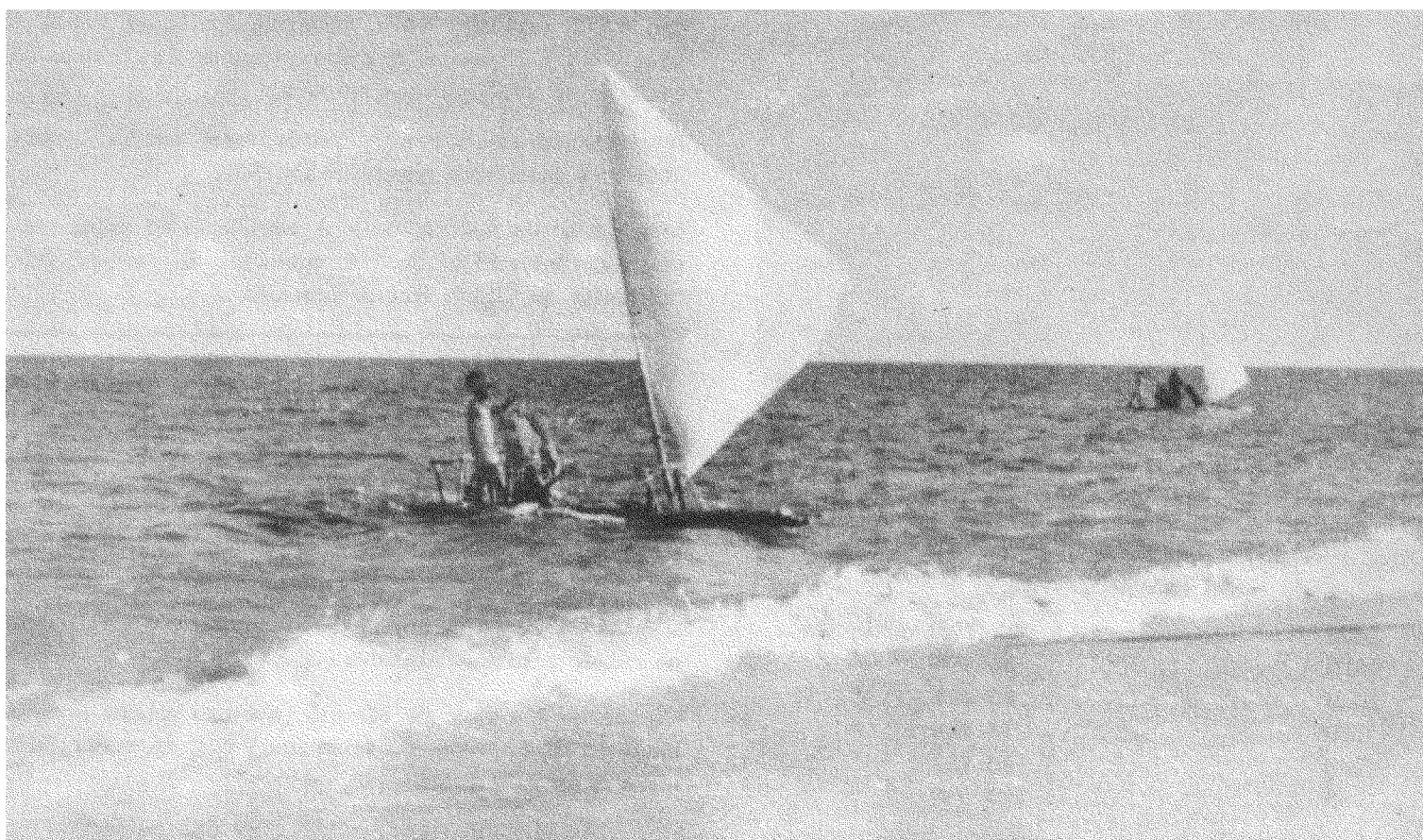
Cidade — A cidade de Maceió (quadros urbano e suburbano do distrito-sede do município) é a de maior população dentro do Estado:

MACEIÓ	99 088	habitantes
Penedo	14 222	"
Rio Largo	13 524	"
Palmeira dos Índios	9 246	"
Arapiraca	8 791	"

Aglomerações urbanas — Além da cidade, que na data do Censo contava uma população de 99 088 habitantes, o município de Maceió possui duas outras aglomerações urbanas: Fernão Velho e Floriano Peixoto.

A vila de Fernão Velho, situada a 15 quilômetros da Capital, é um importante centro industrial, com uma fábrica de tecidos da firma Othon Bezerra de Mello — Fiação e Tecelagem S.A., e conta uma população de 4 000 habitantes. É servida de estrada de rodagem, e pela via férrea da Rêde Ferroviária do Nordeste. É dotada de iluminação elétrica com 310 ligações domiciliárias e de serviço de água canalizada, possuindo 857 prédios, 4 escolas de ensino fundamental comum, e uma sociedade recreativa.

A vila de Floriano Peixoto, antiga povoação de Ipioca, está situada a 23 quilômetros da Capital, e conta uma população de 1 859 habitantes. É servida de estrada de rodagem, possui 577 prédios, 1 grupo escolar mantido pelo Estado e outro, pelo município, e 1 escola isolada mantida pela Colônia de Pescadores. A vila é dotada de iluminação elétrica, com 150 ligações domiciliárias. Existe ali a velha Igreja de Nossa Senhora do Ó.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural encontram-se outros núcleos de população, destacando-se os seguintes: povoado Tabuleiro dos Martins — com 1 850 prédios e 7 530 habitantes. Conta o povoado 1 igreja e 1 grupo escolar. Dista 12 quilômetros da Capital e é dotado de iluminação elétrica; povoado Riacho Doce — com 220 prédios e 840 habitantes. Tem 1 igreja e um

Outro belo aspecto da praia de Pajussara

pequeno grupo escolar rural. Dista 14 quilômetros da Capital e é dotado de iluminação elétrica; povoado Carrapato — com 170 prédios e 770 habitantes. Conta uma escola de ensino fundamental comum e dista 18 quilômetros da Capital; povoado Garça Torta — com 160 prédios e 695 habitantes. Possui 1 escola primária e uma igreja. Dista 11 quilômetros da Capital; povoado Pedreira — com 80 prédios e 300 habitantes. Possui uma escola de ensino fundamental comum e dista 17 quilômetros da Capital; Fábrica Saúde — com o estabelecimento da fábrica de tecidos da Companhia Fiação e Tecidos Norte-Alagoas, conta 289 prédios e 1 295 habitantes. Possui um grupo escolar, uma igreja, estando a 22 quilômetros da Capital do Estado; e Usina Cachoeira do Mirim — com usina de açúcar, 143 prédios e 410 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria de transformação, representada principalmente por 3 fábricas de tecidos, constitui o principal ramo de atividade econômica do município de Maceió.

O comércio exportador de açúcar e côco da praia e a prestação de serviços (alojamento e alimentação, higiene pessoal e confecção, conservação e reparação) constituem dois outros ramos importantes na atividade econômica de Maceió.

Agricultura — Apesar de Maceió não ser município agrícola, convém destacar a produção de côco-da-baía, cultivado nas terras arenosas encontradas em tôda a extensão da orla marítima. De modo geral, as terras são de boa qualidade e, à proporção que se avança para o interior do município, predominam os tipos argilosos e sílico-argilosos, que se prestam ao cultivo de lavouras em geral, inclusive a cana-de-açúcar.

Segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, a produção agrícola do município, em ordem de valor, no ano de 1955, foi a seguinte:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	40 000	8 000
Banana	Cacho	91 200	2 736
Manga	Cento	46 800	2 340
Uva	Quilograma	6 400	256
Cana-de-açúcar	Tonelada	24 000	3 600
Mandioca	»	1 320	1 056

Além destas, o município cultiva ainda, em pequena quantidade, as seguintes: café em grão, abacate, abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, mandioca-mansa, milho, etc.

Pecuária — A atividade pecuária não tem expressão econômica para o município. O próprio gado destinado ao consumo da população procede dos Estados da Bahia e Sergipe, e de outros municípios alagoanos da zona da Mata e do Sertão.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, estimada em 31-12-1956, era de:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 850	9 975
Eqüinos	890	2 670
Asininos	210	147
Muares	600	1 800
Suínos	2 000	2 400
Ovinos	300	1 500
Caprinos	1 150	4 600

Pelo quadro acima pode-se observar que o município não se dedica à atividade pastoril, havendo apenas um pequeno rebanho bovino espalhado em algumas propriedades, o qual se destina à produção e fornecimento de leite.

Indústria — A principal indústria de Maceió é a de transformação, destacando-se, neste ramo, a indústria têxtil, representada por 3 fábricas de tecidos: Alexandria, localizada na cidade; Carmen, na vila de Fernão Velho; e da Saúde, na localidade do mesmo nome.

Sob o ponto de vista econômico, ocupa o segundo lugar a "indústria de produtos alimentares", compreendendo uma usina de fabricação de açúcar cristal, 60 panificações e 10 outros estabelecimentos de fabricação de fubá de milho e de arroz, torrefação de café e refinação de açúcar, cujo valor de produção, de acôrdo com o Registro Industrial de 1956, elevou-se a 106 milhões de cruzeiros.

A "Indústria da Madeira", inclusive artigos de mobiliário, caracteriza-se não só pelo número de estabelecimentos como, ainda, pelo vulto do respectivo valor que, em 1956, atingiu 43 milhões de cruzeiros.

A indústria de "produtos químicos e farmacêuticos" consta de 3 fábricas de óleos vegetais (côco da praia e caroço de algodão) e 4 fábricas de sabão, cujo valor total de produção, em 1956, atingiu 39 milhões de cruzeiros.

Outro ramo industrial que merece ser destacado em Maceió é o da "construção civil" (construção e reparação de edifícios), que nos últimos dez anos vem assumindo grandes proporções, estimando-se o valor total das construções, para 1956, em 50 milhões de cruzeiros.

A indústria de bebidas, inclusive refrigerantes, conta 22 pequenos estabelecimentos na cidade, tendo o respectivo valor atingido, em 1956, a 5 milhões de cruzeiros.

Relativamente às pequenas atividades industriais, encontram-se no município 7 estabelecimentos produtores de cal; 3, de madeiras; e 7, de lenha e carvão vegetal.

A fabricação de vasilhame e artigos de barro (quartinhas, potes, panelas, brinquedos para crianças, etc.), constitui interessante indústria regional, localizando-se os respectivos estabelecimentos na zona do bairro da Levada.

A indústria doméstica caracteriza-se pelo seu cunho eminentemente regional, contando Maceió grande número de pequenos produtores de doces de caju e outras frutas, localizados principalmente nos povoados Riacho Doce, Garça Torta, na localidade denominada Jacarecica e outros pontos do Distrito de Floriano Peixoto, antigo povoado de Ipioca.

Outra pequena indústria doméstica de caráter regional, embora hoje bastante reduzida, é a do filé (colchas, toalhas, etc.), cujos produtores localizam-se na zona da margem da lagoa Mundaú, notadamente na zona do Mirim e no Pontal da Barra.

Pesca — Maceió é um dos mais importantes municípios pesqueiros de Alagoas. A produção do pescado se nos apresenta sob dois aspectos interessantes: alimento e fonte de renda, pois grande parte da população praieira, constituída de pescadores de sururu e de jangadeiros, vive exclusivamente em função da pesca que se efetua na lagoa Mundaú e no Oceano Atlântico.

Existem em Maceió cinco Colônias de Pescadores, localizadas nos seguintes bairros: 1 em Bebedouro; 1 na Levada; 1 na Pajussara; 1 no Pontal da Barra; e 1 no Trapiche da Barra.

Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, a produção do pescado, no período 1949-1956, foi a seguinte:

ANOS	QUANTIDADE (em toneladas)	VALOR (Cr$ 1 000)
1949	282	1 532
1950	386	2 073
1951	365	1 893
1952	391	2 769
1953	340	3 166
1954	1 586	7 170
1955	1 881	8 141
1956	2 382	29 410

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial do município é de grande expressão econômica, sendo o mais ativo de Alagoas. Maceió é o centro convergente de mercados produtores vizinhos e o principal centro exportador do Estado.

Existem no município 18 estabelecimentos atacadistas e 1 500 varejistas; dêstes, 87 negociam com tecidos e os demais, com ferragens, louças e estivas em geral, cujo giro comercial em 1956 somou, aproximadamente, a importância de Cr$ 3 725 943,00.

A maior exportação do município é de açúcar e côco (fruto ou ralado), feita para as praças do sul, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. O açúcar é também exportado para o exterior.

A importação, que consiste na aquisição de medicamentos, ferragens e estivas, é feita através das praças do Recife, de Salvador, de Pôrto Alegre, do Distrito Federal e de São Paulo.

Existem no município de Maceió 16 estabelecimentos bancários, dos quais 9 bancos, 3 caixas de crédito e 4 cooperativas. O movimento bancário do município tem sido grandemente incrementado nos últimos anos, através do Banco do Brasil, com sua Agência em Jaraguá; Banco do Povo (Agências de Maceió e Jaraguá); Banco da Lavoura de Minas Gerais; Banco do Nordeste S. A.; Bank of London & South America Limited; Caixa Econômica Federal de Alagoas; e Banco de Alagoas (agências urbana e suburbana).

A principal via de importação e exportação é a marítima, cujo pôrto, no bairro de Jaraguá, apresenta considerável movimento de navios, tanto nacionais como estrangeiros. Muito embora seu cais não apresente boa aparelhagem, tem contribuído, de maneira sensível, para o desenvolvimento comercial da Capital do Estado.

Há no município agências das principais companhias de aviação, cujos aviões fazem o transporte diário de mercadorias e passageiros, tornando mais ativo e moderno o intercâmbio comercial entre o município de Maceió e as demais cidades do Brasil.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além de várias estradas de rodagem que fazem a ligação da Capital do Estado com as cidades do interior, Maceió é servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste, antiga "Great Western Brazil Railway" que a põe em comunicação diá-

ria com o Recife e com grande parte das sedes municipais do Estado de Alagoas, e por linhas aéreas, marítimas e lacustres.

Maceió é servida por quase tôdas as companhias de aviação que fazem a ligação norte-sul do Brasil, cujas principais são: Serviços Aéreos "Cruzeiro do Sul"; Nacional Transportes Aéreos; Varig; Consórcio Real-Aerovias; Panair do Brasil S.A., e Lóide Aéreo.

Quanto ao transporte marítimo, diversas são as emprêsas que tocam em Maceió, destacando-se as seguintes: Cia. Nacional de Navegação Costeira; Lóide Brasileiro; Cia. Comércio e Navegação, além de inúmeros outros navios estrangeiros que aportam ao seu ancoradouro de Jaraguá, trazendo cargas e carregando principalmente açúcar das usinas de Alagoas para os mercados europeus.

O movimento lacustre através da lagoa Mundaú é feito por pequenas embarcações (lanchas e canoas) com a cidade de Marechal Deodoro e com a vila de Coqueiro Sêco, no município de Rio Largo.

Cêrca de 20 emprêsas de ônibus, sediadas no interior do Estado, mantêm o serviço diário para Maceió, colocando, assim, a Capital em contacto direto com vários centros das diversas zonas fisiográficas do Estado.

Quanto ao transporte urbano e suburbano da cidade, embora deficiente, é feito por diversas emprêsas de ônibus e parcialmente pela Cia. Fôrça e Luz Nordeste do Brasil, que mantém na cidade um precário e obsoleto serviço de bondes.

As comunicações com os diferentes municípios são os seguintes: Marechal Deodoro — 73 quilômetros (rodovia) e 36 quilômetros (via fluvial); Rio Largo — 27 quilômetros (rodovia) e 31 quilômetros (ferrovia); São Luís do Quitunde — 61 quilômetros (rodovia), via vila de Barra de Santo Antônio, e 81 quilômetros (também rodovia), via vila de Flexeiras; Murici — 51 quilômetros (rodovia) e 62 quilômetros (ferrovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém 14 agências no município, incluindo-se neste número uma na vila de Fernão Velho e outra no distrito de Floriano Peixoto.

ASPECTOS URBANOS — Localizada na orla do Atlântico, Maceió está edificada em terreno acidentado, apresentando duas partes distintas: a alta, com o novo e moderníssimo bairro do Farol, expandindo-se no planalto do Jacutinga, e a parte baixa, com os bairros de Pajussara, Poço, Levada, Ponta da Terra, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Bebedouro.

Maceió é cidade de evolução, não apresentando o aspecto das cidades modernas, que obedecem a traçados urbanísticos predelineados. Foi crescendo a êsmo.

Maceió cresceu desordenadamente, sem ritmo, sem método, sem estilo. A planta de Póvoas, de 1820, pretendia dar um plano de urbanização à cidade, mas êste não foi cumprido. Assim Maceió manteve sempre o seu aspecto defeituoso.

Em 1927 o prefeito Moreira Lima põe em linha reta a velha Rua do Açougue, já denominada 1.º de Março; é um reboliço na vida urbana. Ninguém pensaria naquilo; derrubam-se os velhos quarteirões de taipa para, em seu lugar, se construírem casas modernas, com vitrines iluminadas. Os bairros e arrabaldes agitam-se na renovação; são os mesmos bairros do tempo do Império: Jaraguá, Poço, Farol, Trapiche da Barra e Bebedouro que vão se modernizando, vão tomando aspecto de bairros de cidades civilizadas e elegantes. Nestes bairros vão se levantando palacetes, edificam-se belas vivendas, aparecem praças ajardinadas em cujas extremidades ficam estátuas de animais, de homens lutando com bichos; não faltam também a essas praças as figuras do Olimpo; os deuses mitológicos enchem-nas e ainda depois de 1930 um prefeito municipal, querendo trabalhar, ressuscitou uma porção de velhos deuses que descansavam nas sucatas da Prefeitura, para colocá-los numa praça que procurou renovar, e que tem o nome ilustre de Sinimbu.

Na Pajussara, o melão de São Caetano, natural daquela zona praieira cede terreno para dar lugar às casas residenciais. Em Bebedouro sucedem-se as construções, tão apressadamente que, em pouco tempo, se esgotam (hoje é um dos arrabaldes onde menos se constrói e parece viver das reminiscências de um passado de fastígio). De Pajussara se pode dizer que a partir dos princípios do século se transformou no arrabalde dos banhos de mar. A princípio as casas se faziam em caráter provisório, para a família passar a temporada de banho; depois o clima agradável prendia-a e aí se ia fixando.

Assim as casas de pescadores da Pajussara foram se afastando em demanda do bairro da Ponta da Terra. Já hoje as construções amplas e modernas surgem na Ponta da Terra com mais freqüência, completando o aspecto moderno de Pajussara e obrigando a novo recuo as modestas residências dos pescadores para pontos mais afastados do litoral maceioense.

Como já dissemos, na sua parte alta fica o bairro do Farol, com suas largas avenidas, seus belos palacetes residenciais, suas praças simétricas e arborizadas, oferecendo aspecto de bairro moderno e chique. Na parte baixa está o centro comercial de Maceió e nela se encontram as indústrias, as grandes casas comerciais, as repartições públicas, os modernos magazines e casas de moda.

A artéria principal da cidade, pelo seu movimento comercial e pelo "footing" dos elegantes, onde sobressaem a garridice e o encanto da mulher alagoana, é a Rua do Comércio, que está para Maceió como a Rua do Ouvidor para os cariocas, a Rua Chile para os baianos, e a Rua Nova para os pernambucanos.

Conta o município 11 093 ligações elétricas domiciliárias e um bem organizado serviço de abastecimento de água, com 17 751 ligações.

Há na cidade 28 073 prédios, destacando-se pela beleza clássica de suas linhas a Associação Comercial, o Teatro Deodoro, o Palácio do Govêrno, a Recebedoria de Rendas, e o Tesouro do Estado. Como templos religiosos salientam-se a Catedral Metropolitana, com sua bonita Gruta de Lourdes, grandemente apreciada pela população católica da cidade; a Igreja do Rosário, a dos Martírios e a do Livramento.

Com linhas modernas a cidade apresenta os prédios do I.P.A.S.E. e do I.A.P.E.T.C., na Praça dos Palmares, o Hospital dos Usineiros, no bairro do Farol, com moderna capela em linhas funcionais, o Edifício Luz, um dos mais

modernos e belos de Maceió, a Escola Industrial, o conjunto S.E.S.C.-S.E.N.A.C., na Praça 13 de Maio, no bairro do Poço, o edifício do S.E.S.I., à Rua General Hermes, o Centro Educacional, no Alto do Jacutinga, no Farol, e finalmente, em fase de acabamento, a Escola de Aprendizes Marinheiros, no Pontal da Barra.

Conta a cidade 26 praças ajardinadas, algumas de grande efeito paisagístico. Dentre estas destacam-se como mais importantes a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no meio da qual está erguida a estátua eqüestre do Proclamador da República; a Praça Floriano Peixoto, apresentando no centro a bonita estátua do Marechal de Ferro, o Consolidador da República; no bairro do Farol encontra-se a Praça Pedro Aurélio de Góis Monteiro, avultando, em corpo inteiro, a estátua do grande cabo-de-guerra e político que tanto honrou a sua terra pelas suas virtudes de cidadão e de soldado; a Praça Manuel Duarte, em Pajussara, tendo ao centro uma bela estátua da Liberdade, e a Praça Constança de Góis Monteiro, no bairro do Poço, arborizada a "ficus-benjamim".

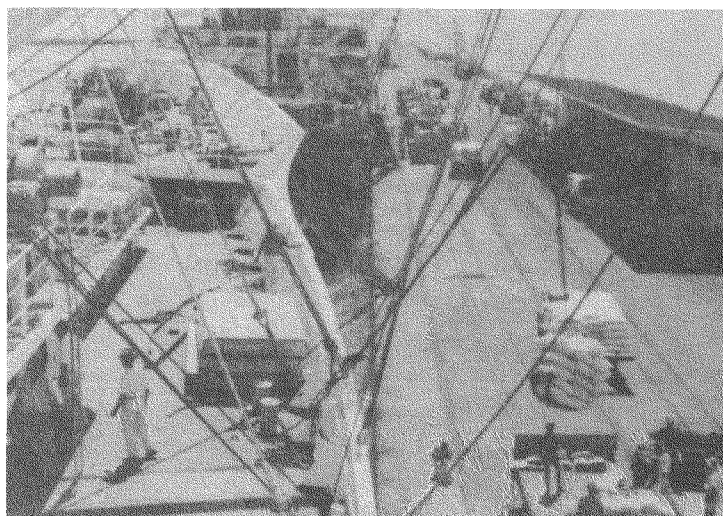
Apresenta a cidade bonito panorama, emoldurada que está pelos vastos coqüeirais das suas costas, e pela poética lagoa Mundaú ou do Norte, decantada em inúmeros poemas e crônicas de escritores da terra.

Após a Revolução de 1930 o município de Maceió passou por uma fase de renovação urbanística, continuando assim a modificar-se, tomando ares de cidade moderna e progressista.

O primeiro Prefeito revolucionário foi Baltazar de Mendonça, cuja administração caracterizou-se pela substituição do calçamento antigo de pedras irregulares por pavimentação a paralelepípedos, o que veio contribuir sobremodo para o embelezamento da cidade.

Sucedeu-lhe Orlando de Araújo, cujo trabalho principal foi o prolongamento da antiga Avenida da Paz, hoje Duque de Caxias, paralela à praia da Avenida, uma das mais belas praias do Brasil. Teve como substituto à frente da Edilidade de Maceió o Sr. Alfredo Oiticica, que iniciou as modificações da Avenida D. Antônio Brandão, no bairro do Farol. Logo após dirigiu os destinos de Maceió o Senhor Álvaro Guedes Nogueira, que inaugurou o Mercado Público Municipal. Seguiu-se à frente da Prefeitura do município o engenheiro Eustáquio Gomes de Melo, que realizou profícua administração, pavimentou inúmeras ruas e praças, e se fêz notabilizar pelas inaugurações da Biblioteca Pública Municipal e Usina Higienizadora do leite, fundando ainda o Departamento Municipal de Estatística; seguiram-se as administrações Antônio M. Mafra (1945); Reynaldo Carlos de Carvalho Gama (1946); João Vasconcelos (1947-1950); e Abelardo Pontes Lima, interinamente em 1952.

O primeiro Prefeito constitucional de Maceió, segundo a reforma Constitucional de 1947, foi o coronel José Lucena Maranhão, que faleceu no desempenho do seu mandato. O atual Prefeito de Maceió é o Sr. Abelardo Pontes Lima, eleito em 3 de outubro de 1955.

Maceió, como tôdas as cidades do litoral brasileiro, sentiu o reflexo da guerra mundial de 1939 a 1945, que veio, inclusive, modificar o seu aspecto urbano, com a vinda de tropas americanas, nos seus uniformes brancos e cáquis,

Embarque de açúcar no Pôrto de Maceió

suas pesadas viaturas e sua língua gutural e estranha que fazia a atração da população durante o crucial período da guerra. O "black-out" impôsto pelas autoridades como medida preventiva contra possíveis bombardeios por parte de submarinos e aviões do eixo dava a Maceió a à sua população o sentido perfeito do que era a guerra moderna, sem fronteiras e sem quartel dos exércitos nazistas.

Como lembrança da permanência dos americanos em Maceió, ficaram as estradas asfaltadas do Tabuleiro dos Martins e do Vergel do Lago, construídas e asfaltadas por êles.

No govêrno Silvestre Péricles em 1949, foi inaugurado o moderno serviço de abastecimento de água de Maceió, que, diga-se de passagem, é um dos melhores e mais perfeitos de todo o Brasil.

O serviço de Saneamento da cidade foi inaugurado no período de govêrno do Dr. Arnon de Melo, assim como o novo farol, que veio substituir o precedente, cuja estrutura estava ameaçada de ruir em face dos desmoronamentos das barreiras adjacentes, durante a grande cheia de 1949.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por intermédio dos seguintes estabelecimentos: Hospital de São Vicente — mantido pela Santa Casa de Misericórdia, é o mais antigo estabelecimento hospitalar de Maceió. Dotado de instalações modernas, tais como Raios-X, electrocardiografia, o velho hospital é provido de 167 leitos, uma sala de operação, 14 médicos, um dentista e 13 enfermeiros. Possui farmácia e ambulatório; Maternidade Sampaio Marques — mantida pela Santa Casa de Misericórdia, é dotada de 3 salas de parto, 1 de operação e 1 de esterilização. É provida de 95 leitos, 50 berços, 6 médicos e 6 enfermeiras; Hospital Infantil "Getúlio Vargas" — mantido pela mesma instituição, possui uma sala de operação e uma de esterilização. Funcionam 4 médicos e 6 enfermeiros. É provido de 135 leitos, sendo 90 para pediatria e 45 para cirurgia; Pavilhão de Cirurgia "Domingos Leite" — mantido pela mesma instituição, é dotado de modernas instalações, com 2 salas de operação e 1 de esterilização. É provido de 136 leitos, sendo 89 para cirurgia, 12 para neurologia e 32 para otorrino-oftalmologia. Funcionam 7 médicos e 12 enfermeiros; Hospital do Câncer — mantido pelo Núcleo de Combate ao Câncer, da Santa Casa de Misericórdia, fun-

6 — 24 935

ciona em edifício recentemente construído, sendo considerado pelas modernas instalações um dos mais importantes do Norte do País. É provido de ambulatório, laboratório de análises, laboratórios de anatomia patológica, aparelhos de Raios-X, de radioterapia, 2 salas de operação e 23 leitos. Funcionam 8 médicos, 1 técnico de laboratório, 3 auxiliares de Raios-X e 3 enfermeiros; Hospital de Pronto Socorro — mantido pela Prefeitura Municipal, destina-se à cirurgia de urgência. É provido de aparelho de Raios-X, 1 sala de operação, 1 de esterilização e 35 leitos. Funcionam 13 médicos, 1 auxiliar de Raios-X e 12 enfermeiros; Fundação Hospital da Agro-Indústria do Açúcar de Alagoas — mantido pela Cooperativa dos Usineiros de Alagoas, o conhecido Hospital dos Usineiros acha-se magnìficamente instalado no planalto do Jacutinga, próximo à cidade e é o mais novo nosocômio construído em Maceió. É dotado de várias instalações modernas, entre as quais serviço de Raios-X, ambulatório, farmácia, 3 salas de operação e 1 de parto. É provido de 200 leitos, funcionando no mesmo 13 médicos, 1 dentista e 9 enfermeiros; Casa de Saúde "Lessa de Azevedo" — destinada à clínica médica e cirúrgica, êste estabelecimento acha-se localizado no centro da cidade, possuindo ambulatório, farmácia, serviço de Raios-X, ondas curtas, ultravioleta e infravermelho e aparelhagem para mecanoterapia. É provido de 1 sala de parto, 1 de operação, 35 leitos e 4 berços. É servido de 2 médicos e 8 enfermeiros; Sanatório General "Severiano da Fonseca" — mantido pela Liga Alagoana Contra a Tuberculose, o referido estabelecimento está instalado em local excelente, no bairro do Farol e se destina ao tratamento especializado da tuberculose. Possui serviço de ambulatório, farmácia, Raios-X, laboratório de análises e 2 salas de operação. É provido de 211 leitos, dos quais 179 para indigentes. Funcionam 8 médicos, 1 dentista e 10 enfermeiros; Hospital de Isolamento "Constança de Góis Monteiro" — mantido pelo Govêrno Estadual, destina-se êste estabelecimento ao tratamento das moléstias infecto-contagiosas. É provido de farmácia, laboratório de análises e 50 leitos para internamentos dos casos de doenças transmissíveis agudas. Conta com 2 médicos sanitaristas e 4 enfermeiros; Casa de Saúde "Miguel Couto" — destinada ao tratamento especializado da psiquiatria, está instalada no bairro de Bebedouro e possui farmácia e serviço de ambulatório. Conta com 50 leitos e funcionam no mesmo 2 médicos e 12 enfermeiros; Casa de Saúde "Dr. Neves Pinto" — destinada aos serviços especializados de oftalmologia e otorrinolaringologia, é provida de sala de operações, 3 leitos, 1 médico e 3 enfermeiros; Colônia "Portugal Ramalho" — mantida pelo Govêrno Estadual, trata-se de estabelecimento destinado à clínica psiquiátrica, que, infelizmente, ainda não possui instalações próprias. Acha-se, contudo, instalada em local magnífico, no moderno bairro do Farol e é provido de 132 leitos, funcionando 2 médicos e 10 enfermeiros.

Além dos estabelecimentos acima discriminados, Maceió conta um Centro de Saúde destinado aos trabalhos de profilaxia em geral, um Pôsto de Saúde, localizado no bairro de Ponta Grossa, 2 Postos de Puericultura, sendo um no povoado Tabuleiro dos Martins e outro no bairro do Trapiche da Barra, e 4 dispensários para clínica pediátrica, mantidos pelo Instituto de Assistência e Proteção à Infância. Encontram-se, ainda, vários ambulatórios sob a dependência administrativa de diversas autarquias, como o I.P.A.S.E., o I.A.P.E.T.C., S.E.S.I. e I.A.P.B.; Hospital da Polícia Militar, Serviço Médico da Guarda-Civil, Ambulatório do Educandário Eunice Weaver, destinado à vigilância dos filhos sadios dos lázaros, e um Centro de Puericultura "Martagão Gesteira", localizado no bairro de Mangabeiras mantido pela Legião Brasileira de Assistência.

Na cidade de Maceió existem 30 farmácias e drogarias, 110 médicos e 66 dentistas no exercício da profissão.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Conta o município de Maceió diversas Associações de Caridade que têm por finalidade favorecer aos necessitados do município. São mantidas essas sociedades por diversas instituições, tanto religiosas (Católicas principalmente, Espíritas e Evangélicas), como particulares. Dentre elas devemos destacar a Confraria de São Vicente, no distrito de Fernão Velho, que mantém um Jardim Infantil e distribui esmolas com a população reconhecidamente pobre do Tabuleiro dos Martins, Carrapato e Pedreiras; a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, à Praça Dom Pedro II, em Maceió, que mantém o Ambulatório do Educandário Eunice Weaver, o Preventório para os filhos sadios dos lázaros e o próprio Educandário Eunice Weaver; a Sociedade do Pão dos Pobres de Santo Antônio; a Associação da Paróquia de Santo Antônio de Bebedouro; a Associação das Senhoras de Caridade; a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios; a Casa de Deus; a Sociedade de Amparo Social; a Sociedade Orfanato São Domingos; a Associação do Ensino Paroquial em Maceió; a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da Paróquia de São José do Trapiche da Barra; a Casa dos Pobres de Maceió; a Santa Casa de Misericórdia de Maceió; o Patronato da Virgem Poderosa, tôdas elas de natureza católica.

Há ainda a Sociedade Discípulos de Jesus; o Centro Melo Maia; a Sociedade de Amparo Social, que mantém o Albergue Noturno Tereza de Jesus e a Escola Noturna João Lício Marques; o Centro William Crooks, que mantém uma creche, um jardim infantil e um grupo escolar; a Sociedade Discípulos de Jesus sustenta um abrigo para a velhice desamparada e um grupo escolar. Tôdas as instituições acima referidas são espíritas.

Funcionam, também no município, uma Seção da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Alagoas, que tomou a seu encargo, atualmente, o problema da infância delinqüente; o Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Alagoas, que mantém os Dispensários João Lício Marques, João Pedro Xavier, Gustavo Paiva e José Carneiro, instituições oficiais ou mantidas por particulares.

No que diz respeito ao Cooperativismo, o município de Maceió conta com a Cooperativa de Consumo dos Funcionários dos Correios e Telégrafos; a Cooperativa de Crédito Alagoana Limitada, fundada a 30 de julho de 1934; o Banco Cooperativo dos Plantadores de Cana de Alagoas, Responsabilidade Limitada, cuja finalidade é fornecer crédito aos plantadores de cana e procurar mercados para os seus produtos; a Cooperativa de Consumo dos Trabalhado-

res no Comércio Armazenador de Jaraguá, Limitada; a Cooperativa Banco Agrícola e Popular de Alagoas, fundada em 17 de janeiro de 1928; a Cooperativa Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas Limitada, fundada em 5 de março de 1940 e que se destina a operações bancárias em geral; a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas, Crédito Limitado, que tem por finalidade organizar coletivamente a defesa da produção dos associados, tendo sido fundada a 16 de março de 1944; a Cooperativa dos Marceneiros e Carpinteiros de Maceió, Limitada, cujo fim é a produção de obras de madeira e financiamento de crédito aos seus associados; a Cooperativa Banco dos Retalhistas Limitada, fundada e instalada a 22 de novembro de 1927, tendo como atividades o empréstimo livre de capitais a curto prazo; a Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil, de Alagoas Limitada, que tem por finalidade a venda de produtos de consumo a preços reduzidos.

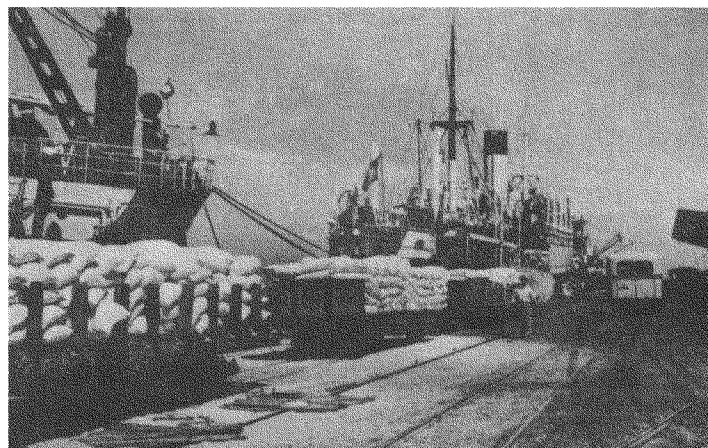
ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, existiam no município de Maceió, em 1950, 54 756 pessoas alfabetizadas (25 093 homens e 29 663 mulheres), na idade de 5 anos e mais, assim distribuídas:

Cidade de Maceió	49 027
Vila de Fernão Velho	1 861
Vila de Floriano Peixoto	742
Quadro rural	3 126

Ensino — Segundo dados da última Campanha Estatística, referente ao ano de 1956, existiam no município de Maceió 104 estabelecimentos de ensino primário geral, sendo um Grupo Escolar Experimental do Instituto de Educação, 14 grupos escolares estaduais, 1 Jardim Infantil, 3 escolas isoladas mantidas pelo Govêrno do Estado, 5 grupos escolares mantidos pelo Govêrno Municipal, o Grupo Escolar Rural "Alberto Tôrres", no subúrbio de Bebedouro e 80 estabelecimentos particulares, inclusive 5 grupos escolares mantidos por diversas associações religiosas.

Quanto ao ensino secundário, compreendendo os cursos ginasial, comercial, normal, científico e clássico, Maceió conta 13 estabelecimentos, sendo 7 colégios, 3 escolas de comércio, 1 escola profissional feminina, 1 escola industrial funcionando em prédio moderníssimo, de linhas funcionais, no bairro do Poço, e um curso normal rural para moças, funcionando no Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho e mantido pelo Govêrno Estadual.

Dêsses colégios, alguns são modernamente equipados com laboratórios para o estudo prático de Química, Física e História Natural.

No que diz respeito ao ensino superior, o município de Maceió, que é o principal centro educacional do Estado, conta 7 estabelecimentos, sendo uma Faculdade de Direito federalizada, a mais antiga do Estado e que no ano de 1956 celebrou, com grande pompa, suas bodas de prata; uma Faculdade de Medicina, outra de Engenharia, fundada em 1956, uma de Ciências Econômicas, outra de Filosofia, uma Escola de Serviço Social, e, finalmente, duas de Odontologia, ambas instaladas no ano de 1957.

Cais do Pôrto de Jaraguá

Além dêsses cursos superiores, o município conta um Seminário Arquiepiscopal para formação de padres seculares, e outro para a de frades capuchinhos.

Funcionam, também, no município, cursos do ...... S.E.N.A.C., S.E.N.A.I. e S.E.S.C., ministrando, além do curso primário, os ensinos técnico comercial e industrial.

O total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, em 1956, foi de 13 269; do curso médio — 5 502; e do curso superior — 765.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Maceió ocupa o primeiro lugar no Estado quanto ao aspecto cultural, possuindo 10 bibliotecas, destacando-se, entre elas, a Biblioteca Pública Estadual que, embora não seja uma organização modelar no gênero, tem contribuído grandemente para o desenvolvimento cultural do município, dado o volume de suas obras de consulta, num montante de 8 754 volumes. Em seguida, quanto à sua importância, vem a do Instituto Histórico de Alagoas, com 5 612 volumes de todos os ramos do saber humano. As demais são de menor vulto, mas, mesmo assim, de importância para a vida intelectual da cidade.

Conta o município uma estação de radiodifusão, mantida pelo Govêrno do Estado, 1 teatro, que está sendo parcialmente remodelado a fim de oferecer melhores acomodações ao público. Registra-se ainda a existência de 21 cinemas, 12 clubes sociais-recreativos e 24 associações culturais, das quais se destacam a Academia Alagoana de Letras, contando o seu corpo social 42 membros; o Instituto Histórico de Alagoas, com 90 sócios; o Centro Cultural Emílio de Maia, com um corpo social de 300 membros; a Sociedade de Cultura Artística de Alagoas, com 326 sócios; a Comissão Alagoana de Folclore, com 26 membros; a Sociedade de Medicina de Alagoas e, finalmente, a Sociedade Franco-Brasileira, que se destina à difusão da língua francesa.

Há em circulação no município 5 jornais, estando incluído neste número o "Diário Oficial" do Estado. Circulam, também, sem periodicidade certa, as revistas "Caetés", "O Natal", "Mocidade" e do "Instituto Histórico de Alagoas".

Publicam-se, ainda, o Boletim Alagoano de Folclore, o boletim do Departamento Estadual de Estatística "Nú-

mero e Notícias — Alagoas", além do Boletim da Associação Comercial de Maceió.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	22 966	41 267	12 262	10 356	13 778
1951	25 833	49 533	17 042	14 109	16 955
1952	30 520	63 160	19 000	15 980	19 000
1953	30 629	70 705	20 596	16 236	20 965
1954	95 133	80 507	23 115	19 152	23 115
1955	122 050	127 976	30 145	...	30 145
1956	192 839	150 622	51 557	...	51 557
1957 (1)	...	150 622	62 333	52 692	62 333

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município de Maceió conta como particularidades históricas e monumentos artísticos, diversas igrejas e monumentos que constituem valioso patrimônio, não só do município, mas de todo o Estado. Devem ser destacados como mais importantes o Palácio Barão de Jaraguá, onde se hospedou o Imperador D. Pedro II, quando de sua visita à Província. Fica localizado na Praça D. Pedro II, onde se acha, também, um monumento dedicado ao Imperador.

A Igreja da Catedral, cuja construção teve início em 1840 e foi inaugurada durante a visita do Imperador, em solene "Te Deum", em 1859; a Igreja do Rosário tem, também, o seu valor histórico, pois o seu consistório foi designado pelo Visconde de Sinimbu, em 1840, para reunião da Assembléia Provincial, tendo esta recusado a reunir-se no referido local, alegando não ser apropriado e ser inconstitucional.

O Palácio Tavares Bastos, hoje sede da Assembléia Legislativa, foi construído para aí funcionar a Assembléia Provincial.

Como particularidades artísticas vale mencionar a Igreja do Bom Jesus dos Martírios, com tôda a sua fachada externa revestida de azulejo português.

Finalmente, salientam-se, como monumentos, pela beleza de suas linhas, as estátuas dos Marechais Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Visconde de Sinimbu e D. Antônio Brandão. Há, ainda, os bustos de D. Pedro II, Bráulio Cavalcante, Rosalvo Ribeiro, Emílio de Maia, D. Constança de Góis Monteiro, Othon Bezerra de Melo, Guimarães Passos e Getúlio Vargas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Houve transformação na maneira de realizar as festas religiosas. Antigamente, na sua maioria, o que ainda é muito comum nos municípios do Estado, notava-se um misto de religiosidade e de profanação. Após as orações no interior do templo, continuava a festa chamada "externa", com leilões, bazares de prendas, carrocéis, bancas de jôgo, tabuleiros de rolete, amendoim e doces.

As procissões do Senhor Morto, do passado, apresentavam uma característica tôda particular. O povo procurava viver mais ìntimamente o sentimento de pesar, próprio da época. Os homens usavam casacas, fraques ou roupas de casimira preta; as senhoras vestiam-se de prêto, com mangas compridas e sem decotes, e até os meninos trajavam de côr escura. Hoje em dia já não há essa preocupação. Outra particularidade interessante, quase desaparecida: era costume nas procissões do Senhor Morto e de "Corpus Christi" espalhar fôlhas verdes pelas ruas, estender nas janelas toalhas e tapêtes luxuosos, e acender velas na passagem dos santos.

As festas de Bom Jesus dos Martírios, de São Benedito, com seus leilões animados ao lado da igreja, e as de Bom Jesus dos Navegantes, marcaram época em Maceió. Esta última, se bem que se realizasse num arrabalde, atraía tôda a população da cidade. Era interessante avistarem-se centenas de embarcações de vários tipos e tamanhos, enfeitadas com bandeirinhas multicores, acompanhando o Senhor Bom Jesus.

Hoje as festas religiosas têm caráter mais litúrgico. São tríduos, novenas e procissões, sendo que, estas, geralmente, atraem grande multidão. O povo gosta de acompanhar os santos pelas ruas da cidade.

A festa de Bom Jesus dos Navegantes, em Jaraguá, revive os animados tempos de outrora. Na frente da igreja, após os atos religiosos, as rodas gigantes e carrocéis, barcos, sombrinhas e ondas, giram, movimentam-se, transportando adultos e crianças; enquanto bandas de música se fazem ouvir, o povo se diverte, tentando a sorte nos bazares de prendas e comprando roletes e doces.

A festa de São Cristóvão merece menção especial. A classe dos motoristas de Maceió é sem dúvida alguma uma das mais unidas, e festeja o seu padroeiro com grande entusiasmo. As festividades são muito concorridas e têm grande semelhança com a festa externa que a Prefeitura patrocina por ocasião do Natal. Durante nove noites seguidas, há parque de diversões, bazares, jogos, bebidas, etc. Antes do dia escolhido para os festejos de São Cristóvão, já os "pontos" de autos estão enfeitados com palmeiras e bandeirolas. Cada "praça" procura caprichar, a fim de ser a mais bonita. A procissão apresenta a característica de ser tôda feita em viaturas. Pode-se dizer que, quase sem exceção, todos os veículos de Maceió tomam parte no acompanhamento.

As outras festividades religiosas mais concorridas são: a de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da cidade, que se celebra no dia 27 de agôsto, na qual há novena e procissão; os atos e procissões da Semana Santa; as festas de São Benedito e Bom Jesus dos Martírios; a de Nossa Senhora das Graças; e a de São Sebastião, no Pontal da Barra.

No corrente ano, por recomendação do Excelentíssimo Senhor Arcebispo Coadjutor de Maceió, D. Adelmo Machado, as imagens de Nossa Senhora de Fátima, das várias igrejas, capelas e associações religiosas, percorreram 600 lares católicos, a fim de que fôsse incentivada a campanha do têrço em família.

Entre as festas populares, não se falando no carnaval, destacam-se o São João e o Natal.

Quando se faz referência às festas de São João, geralmente está englobado o período que medeia de 13 a 29 de junho, isto é, as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Santo Antônio é o santo muito querido pelas môças. Ainda perdura o hábito de beijar Santo Antônio em 13 casas, a fim de o taumaturgo lhes arranjar marido. O mais

popular e o mais festejado, porém, é São João. São bastante conhecidas as sortes e brincadeiras que constituem uma poética tradição dessa época. Quem de nós não vê refletido na alegria das crianças o contentamento sentido outrora? Quem não "soltou" fogos de São João? Quem não enfiou a faca na bananeira do quintal, para, na manhã seguinte, na maior espectativa, decifrar o nome da pessoa amada escrita com a rezina do aço da lâmina? Em Alagoas, em Maceió, o São João não perdeu de todo o seu regionalismo. Pela cidade os fogos espoucam e nos bairros mais afastados as fogueiras crepitam. Não desapareceu do espírito popular a convicção de que, feitas como manda a tradição, as adivinhações de São João mostrarão o futuro ou futura consorte. É também crença popular que aquêles que não virem o rosto refletido no espelho ou na bacia com água não chegarão vivos ao próximo ano.

O "São João" das Alagoas tem as suas comidas características: milho verde assado na fogueira, milho cozinhado, pamonha, cangica e bolos de mandioca. As sociedades compartilham da animação e dão festas a caráter. O "São Pedro" é também festejado com entusiasmo. Há fogos e fogueiras. Um dos clubes dançantes oferece, anualmente, à sociedade maceioense o "baile dos Pedros".

Dizem os nossos avós que o Natal não é mais o Natal de antigamente. Entretanto, afirma o folclorista alagoano Theo Brandão que "não é novo o vêzo de apreciar como decadente e em via de extinção nossa velha e tradicional "Festa". Ao chegar à meia idade, somos quase sempre levados a supervalorizar o passado, sobretudo o nosso passado, e menosprezar o presente. E poucos terão a lucidez de se fazerem, como Machado de Assis no seu célebre "Soneto do Natal", quando:

> "Quis transportar ao verso doce e ameno
> As sensações de sua idade antiga
> Naquela mesma velha noite amiga
> Noite cristã, berço do Nazareno."

a desconsolada pergunta:

> "— Mudaria o Natal, ou mudei eu?"

O escritor Diégues Júnior teve oportunidade de dizer que "eram as festas de Natal que constituíam a diversão máxima da sociedade maceioense. Festejos animados como ainda hoje o são, nunca perderam o seu traço popular" E é uma verdade. A nossa "Festa", época que vai de 24 de dezembro a 6 de janeiro, o nosso Natal ainda é um "grande Natal". As ruas regorgitam de pessoas comprando presentes para os entes queridos; as casas enfeitam-se; as árvores de natal, copiadas dos grandes centros, possuem lugar de destaque nas residências; os cartões de Boas-Festas têm notável intercâmbio entre nós.

Vários arrabaldes organizam seus festejos. O povo se reúne nos logradouros prèviamente escolhidos; armam-se palanques, tocam bandas de música, dançam folguedos populares.

Se é certo que já não há em Bebedouro as célebres festas do Major Bonifácio, onde o côco de visita era a dança principal, se alguns folguedos e autos chegaram a desaparecer por completo, não quer dizer opina o folclorista citado acima, que houve morte total das tradições populares, mas tão-sòmente variação, transformação. Se algumas tradições desapareceram, outras novas ou renovadas vieram enriquecer nosso patrimônio folclórico. A maioria delas continua a sobreviver, muito embora os folguedos populares já não apareçam com a antiga freqüência nas ruas principais e nas casas ricas, passando a refugiar-se nos bairros mais modestos, nas "pontas de ruas" como chamamos aqui, ou seja, no Jacintinho, na Ponta Grossa, na Ponta da Terra, no Vergel do Lago, etc.

No ano de 1956 foram registrados em Maceió, segundo o questionário "Folguedos Populares", que, a pedido da Comissão Alagoana de Folclore, a Inspetoria de Alagoas vem preenchendo há vários anos, 29 folguedos. Quase todos ensaiados no próprio município, constaram de Pastoris, Presépios, Baianas, Reisados, Guerreiros, Cheganças, Quilombos, Fandangos. De todos êsses, o mais comum entre nós é o Pastoril.

O seguinte resumo dará uma idéia de alguns folguedos: Pastoril — pode ser "comum" ou "presépio". O primeiro é constituído de jornadas sôltas e o segundo é chamado pastoril dramático, que é o mesmo de outros Estados, conhecido como Auto das Pastorinhas.

O maior número dos pastoris de Maceió são do tipo comum. Dois cordões, o encarnado tendo à frente a Mestra, e o azul, liderado pela Contra-mestra, disputam a primazia, que é decidida no final, ou no dia de Reis, sendo vencedor o que maior número de votos obtiver. Entre as figuras centrais há também a Diana, que pertence aos dois cordões e por isso mesmo recebe presentes de partidários de ambos os lados. As jornadas, cantorias das pastôras, fazem referência ao nascimento de Jesus. Nos intervalos são encenados pequenos atos ou cantos.

Reisado — derivado das "Janeiras" ou "Reis" portuguêses como também as "Folias", de São Paulo e do Rio de Janeiro, o "Bumba-meu-boi" do Nordeste, e outros. Em Alagoas o Reisado sincretizou-se como o "auto dos Congos", outra dança dramática, razão pela qual se tornou sua indumentária mais rica e sua música e coreografia diferentes do Reisado de outras regiões do país.

Os sapateados são muito interessantes. Durante a dança, os figurantes entregam maracás, espadas e atiram lenços aos espectadores, com a finalidade de obterem dinheiro.

Tem sido notado nos últimos 20 anos que os Reisados tendem a desaparecer, sendo substituídos pelos Guerreiros, que lhe são um derivado.

Guerreiro — é uma dança dramática que apareceu em Alagoas há 25 ou 30 anos. É conseqüência da mistura do Reisado com o Auto dos Caboclinhos. Pode-se dizer que é um Reisado moderno, onde há maior número de figurantes e episódios, e maior riqueza dos trajes.

Quilombos — é um auto ou dança considerado como característica de Alagoas, e que faz sobreviver os acontecimentos históricos dos Quilombos dos Palmares, que, a partir dos meados do século XVII, se estabeleceram em terras alagoanas, especialmente na Serra da Barriga, no atual município de União dos Palmares. Hoje, entretanto, há dúvidas quanto à sua origem. Consta, geralmente, de uma barraca ou rancho de palha, cercada por um jardim ou sítio de mamoeiros e outras plantas que para aí são levados.

Por vêzes, é construída, também, a certa distância, uma paliçada onde ficam os índios. Todo o folguedo desenvolve-se em tôrno de uma luta entre pretos e índios. É muito interessante o "bailado Guerreiro" executado pelos participantes e a procura dos negros pelos índios, ora avançando, ora recuando, escondendo-se nos matos, ouvidos à escuta na terra, dançando o "Toré" e bem assim o "Folga Negro".

Cheganças, Fandangos, Baianas, todos são muito interessantes e têm cada um característica própria.

VULTOS ILUSTRES — *Floriano Peixoto* — nasceu aos 30 de abril de 1839, no engenho de açúcar Riacho Grande, situado em Ipioca, e que é hoje o atual distrito de Floriano Peixoto. Foram seus progenitores o lavrador Manoel Vieira Peixoto e D. Ana Joaquina de Albuquerque Peixoto. Teve como pai adotivo um tio abastado, senhor de engenhos, José Vieira de Araújo Peixoto, que tomou parte saliente na revolução de 1844, e nas lutas entre Liberais e Conservadores, cognominados "Lisos" e "Cabeludos". Matriculou-se Floriano Peixoto na Escola Militar a 1.º de maio de 1857. Matriculou-se no curso de Engenharia Militar em 1863. Em 1865, tinha acesso ao pôsto de 1.º tenente sendo adido ao 2.º Batalhão de Infantaria estacionado em Bagé, no Rio Grande do Sul e foi designado para comandar a 7.ª Companhia. Daí marchou com o 1.º de artilharia para a Campanha do Paraguai. Pouco depois, já recebia louvores do comandante da Guarnição pelo completo e fiel desempenho dado aos trabalhos de exercício de tiro sob sua orientação. Recebeu elogios de Mitre, do general uruguaio Venâncio Flôres, e de Herval, pela bravura, serenidade, pelo denôdo e sangue frio, especialmente quando realizou, com seus comandados, o reconhecimento de Estero Belaco. Ainda lhe foram conferidos louvores pelo Conde de Pôrto Alegre, por motivo dos relevantes serviços prestados em Monte Casseros, onde demonstrou "ilustração, lealdade, e valor pouco comuns" e, finalmente, os recebeu do próprio Imperador. Comandando o 44.º Batalhão de Voluntários em sucessivos e sangrentos combates, desde a ponte de Itororó até Lomas Valentinas, atravessando pântanos e obstáculos imprevistos, cobriu-se de uma auréola de valoroso prestígio. Seus soldados seguiam-no com uma confiança cega, e quando a morte ceifava impiedosamente a nossa gente, êle encorajava e fortalecia o ânimo dos combatentes dando o exemplo de ser o mais exposto, nos pontos mais arriscados. Em 1866, foi agraciado com a Ordem de Cristo por serviços relevantes, quando, improvisado comandante de uma esquadrilha composta apenas de três pequenas unidades debaixo das rajadas incessantes da fuzilaria inimiga, conseguiu aprisionar duas chatas carregadas de armamentos e munições, fazendo calar o fogo das baterias contrárias. Em 1869 recebia a Medalha do Mérito conferida pelo Govêrno Imperial, sendo agraciado depois com a Ordem da Rosa e a Grã-Cruz da Ordem de São Bento e de Aviz. Em 1874, achou-se novamente em Alagoas. Simplesmente como oficial do exército ser-lhe-ia impossível formar um pequeno patrimônio para sua família. Apelou então para o cultivo do solo, encetando com resolução a vida de fazendeiro. Em 1872 foi nomeado membro adjunto da comissão de melhoramentos do material do exército e no mesmo ano bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas: em 1874 foi promovido, por merecimento, a coronel; em 1878 foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra de Pernambuco; em 1881 inspecionou os depósitos de artigos bélicos de algumas províncias do norte, incluindo a de Alagoas. No ano de 1883 verificou-se sua promoção a brigadeiro, sendo depois comandante das armas em Pernambuco, Alagoas e Mato Grosso. Foi presidente da província de Mato Grosso. Em janeiro de 1889 assumiu o comando da 2.ª Brigada do exército. Em junho de 1889 foi nomeado interinamente ajudante-general e a 10 de julho foi promovido a marechal-de-campo.

Vem depois a jornada de 15 de novembro e o soldado famoso que outrora se batera indômito, contra os inimigos da Pátria, coloca-se ao lado dos seus companheiros de arma, derrubando o regime monárquico.

Em 1891 é eleito pelo Congresso Constituinte Vice-Presidente da República, como companheiro de chapa de Deodoro e, pouco depois, com a renúncia do proclamador da República, chega à suprema magistratura do país, onde se portou com inigualável bravura e honradez vencendo tôda sorte de dificuldades, consolidando o regime que ajudara a fundar e implantando a ordem e o respeito ao poder constituído. Vencendo a revolta da Armada, chefiada pelo almirante Custódio José de Melo e firmando sua autoridade, a despeito de todos os tropeços que teve de enfrentar e vencer, Floriano recebeu o justo cognome de "Marechal de Ferro". Faleceu, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1895. As peripécias da vida acidentada do Marechal Floriano mostram-no tal qual êle era. Segundo Moreno Brandão, Floriano representou "com fidelidade fotográfica a etno-psicologia alagoana". *Sebastião Cícero Guimarães Passos* — nasceu a 22 de março de 1867. Era filho do Tabelião Público major Tito Alexandrino Ferreira Passos e de Dona Rita Vieira Guimarães Passos. Em 1866, quando contava 19 anos, indo ao pôrto acompanhar seu padrinho que se destinava ao Rio de Janeiro e lá encontrando dois amigos que também seguiam para o sul, com êles começou a palestrar e entre risos e sonetos verificou, então, no momento da despedida, que Maceió estava distante. De espírito comunicativo, fêz imediatamente amizade com todos do navio. Saltou no Rio de Janeiro com apenas "cinco tostões na algibeira e cinqüenta sonetos na cabeça". Dirigindo-se a êsmo, foi ter à Rua do Ouvidor, parando ao ver a tabuleta de um jornal. Alguém lia uma revista. Fêz-se apresentado, trocou idéias, recitou-lhe um soneto e conseguiu inspirar uma amizade íntima. À noite do mesmo dia era cercado pela falange de intelectuais daquele tempo. No Rio de Janeiro exerceu um emprêgo na biblioteca do Palácio Imperial de São Cristóvão, e de que resultou uma corrente de simpatia entre sua Majestade e o poeta, ao ponto de o Monarca pedir ao poeta sua opinião a respeito das traduções que fizera aos versos de Zorila. Aos 26 anos, aderindo à revolta de 6 de setembro de 1893, teve, para fugir à sanha dos seus perseguidores, que tomar uma batina e, valendo-se dêsse disfarce, conseguiu evadir-se para Buenos Aires, onde se demorou, exilado, por 18 meses. Nessa época foi supliciado no Estado de Santa Catarina seu irmão Doutor Carlos Guimarães Passos. Durante o período do seu exílio, foi colaborador da "La Nacion" e de outros jornais argentinos, fêz várias conferências no idioma estrangeiro,

e compôs, entre outros trabalhos poéticos, "A Casa Branca da Serra", popular barcarola que foi posta em música e logo divulgada de sul a norte no Brasil. Era um dos sócios fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando com bastante fulgor a cadeira de Laurindo Rebelo. Fêz parte da sociedade dos jornalistas do Chile. Na imprensa do Rio, onde colaborou em diferentes jornais, principalmente na "Gazeta de Notícias", que publicava assìduamente as suas produções, usou os pseudônimos de "Florel", "Puck" e "Fortúnio", tendo dêsse último largamente se ocupado Coelho Neto, na sua obra "A Conquista". Compôs o hino do centenário do descobrimento do Brasil, ao qual também deram música, e foi executado por ocasião das festas, em 1900. Publicou "Versos de um simples", "Horas Mortas". Fêz com bastante êxito uma comédia intitulada "Hipnotismo". Em colaboração com Olavo Bilac, publicou um livro de estrofes satíricas — "Pimentões" — assinado por "Puck & Paff", assim como um compêndio denominado "Tratado de Versificação" e um volumoso Dicionário de Rimas, talvez o mais completo de quantos existem no gênero. Foi numerosa a quantidade de contos, prosa e versos que deixou esparsos pelos jornais e revistas do Rio. Em 1890, com 23 anos, casou-se com a filha do Barão de Mamanguape. Faleceu em Paris, a 9 de setembro de 1909. *José Maria Goulart de Andrade* — nasceu aos 6 de abril de 1887. Poeta autêntico entre os maiores do Brasil, romancista e teatrólogo. Foi um dos imortais do cenáculo brasileiro, fazendo o discurso de sua recepção Alberto de Oliveira, e sendo o terceiro ocupante da cadeira cujo patrono é Casimiro de Abreu. Entre suas obras publicadas citamos: "Poesias"; "Névoas e Flamas"; "Ocaso"; "Depois da Morte"; "Renúncia" (teatro); "Contos do Brasil Novo". *Ladislau de Sousa Melo Neto* — nasceu aos 27 de julho de 1838. Dedicou-se especialmente às matemáticas e à História Natural. Ainda môço, foi distinguido para fazer parte de importante comissão hidrográfica e astronômica de estudos sôbre a costa de Pernambuco. Depois, integrando a expedição exploradora do vale do São Francisco, no trecho de Minas Gerais, sob a chefia do célebre cientista Emanuel Dias, lhe foi confiada a parte botânica da mesma. Em 1864, o govêrno brasileiro mandou-o fazer um curso de especialização na Europa. Freqüentou com brilho e destaque as aulas da Sorbonne e as do Jardim das Plantas de Paris. Ali, estêve em contacto e na intimidade dos mais famosos professôres de botânica, como Ducharte, que em seu tratado de Botânica faz citação do seu nome e o classifica de sábio. Tinham-lhe a maior consideração, pela sua assiduidade, aplicação aos estudos e pesquisas, não só o grande Decoisne como o decano dos professôres do jardim das plantas, Brageviardt, que lhe reservava um gabinete especial no laboratório e o propôs para membro da sociedade botânica francesa. O afamado professor H. Billon, da Faculdade de Medicina de Paris, dedicou-lhe uma rara espécie de planta da Nova Zelândia, batizando-a de "Nettea", em homenagem ao seu nome. Doutorou-se na França em Ciências Naturais. Entrou em um concurso de histologia vegetal, aberto pela Academia de Ciências Francesa e, em resultado de sua brilhante atuação, o Ministro da Instrução Pública o fêz incorporar entre os cientistas comissionados para estudarem a flora da Argentina. Representou o Brasil, com destaque, em um congresso reunido em Berlim e em 1890, o imperador da Alemanha condecorou-o com medalha honorífica, não a aceitando, por ir contra os princípios republicanos que adotava, êste ofereceu-lhe, então, um retrato seu em tamanho natural, como lembrança. Representou seu País em uma exposição em Chicago, nela cooperando com grande eficiência. Foi Diretor-Geral do Museu Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do de Arqueologia alagoano, como também da sociedade auxiliadora nacional. Fazia parte da Sociedade de Antropologia de Washington, da Sociedade Botânica da França, das de história natural de Cherburgo e Ratisbona, Academia Real de Ciências de Lisboa, do Instituto do Grão-Ducado de Luxemburgo. O Imperador Pedro II agraciou-o com o título de seu Conselheiro. Era dignitário da Ordem da Rosa; Comendador da Ordem Portuguêsa da Conceição de Vila Viçosa; Oficial da Legião de Honra Francesa e da Instrução Pública da Academia da França. Foi eleito representante de Alagoas para o Congresso Constituinte republicano, porém renunciou ao mandato para não se afastar de seus trabalhos científicos no Museu que, com amor e o maior interêsse, dirigia. Foi membro de diversas outras sociedades científicas na Europa e na América. Deixou uma bagagem numerosa de obras publicadas, entre as quais: "Hidrographie de Haut San Francisco et du Rio das Velhas, au point de vue hydrographique d'un voyage effetué dans la province de Minas Gerais". Estudos sôbre as florestas e a cultura do Brasil; Apontamentos relativos à botânica aplicada ao Brasil; Carta relativamente à inscrição de uma pedra encontrada em terras de Pouso Alto, Minas Gerais, valendo-se das línguas hebráica e fenícia. Arquiviologie brasilienne. Impressões de viagem; Arquivos do Museu Nacional; Investigações sôbre arqueologia brasileira (trabalho elogiado por Sílvio Romero). Planta do pôrto de Pernambuco. A província de Alagoas. Descrição da caverna do "Furado", no município de São Miguel dos Campos, Alagoas. Faleceu no Rio de Janeiro aos 18 de março de 1894. *Orlando Valeriano de Araújo* — bacharel em Direito, foi Secretário do Interior e da Fazenda, Prefeito da Capital, deputado federal, interventor interino do seu Estado, Presidente do Instituto Histórico e da Academia Alagoana de Letras. Faleceu em Maceió em 1953. *Arroxelas Galvão* — nasceu aos 28 de janeiro de 1842, em Maceió, e faleceu aos 4 de março de 1882, em Pôrto Calvo. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo exercido as funções de Juiz de Direito e Deputado Geral. Jurista, historiógrafo e jornalista. Redigiu "O Mercantil", Maceió, 1862; escreveu entre outros trabalhos, "Viagem do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente de Alagoas, pelo São Francisco até Piranhas"; Quadros Administrativos da Província de Alagoas. *Adriano Augusto de Araújo Jorge* — nasceu aos 25 de maio de 1846. Polígrafo brilhante, com vasta cultura filosófica, estudioso dos assuntos históricos, Adriano Jorge foi emérito educador, dirigindo um estabelecimento de ensino na capital alagoana, o qual se tornou famoso. Jornalista literato, colaborou intensamente na imprensa; foi presidente do Instituto Histórico de Alagoas. Com sua capacidade de trabalho e brilho de espírito poderia ter escrito uma História de Alagoas, das mais completas. Designado pelo govêrno estadual para empreender êste trabalho, questões políticas arrebatam-lhe das mãos a meritória ta-

refa. Mesmo assim, continuou a escrevê-la, ficando inédita, sendo apenas divulgada em parte pela Revista do Instituto Histórico do Estado. *Adriano Jorge Filho* — nasceu aos 20 de agôsto de 1879. Fêz seu curso de humanidades em Maceió, auxiliando, ao mesmo tempo o pai, nas disciplinas ensinadas no colégio que dirigia. Em seguida formou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia, fixando-se em Manaus onde iniciou sua clínica. Cientista, literato e jornalista, colaborou no "Correio do Norte" de Manaus, ingressou na política, sendo eleito deputado estadual pelo Amazonas. Foi presidente da Academia de Letras Amazonense. Dr. *João Francisco Dias Cabral* — médico, nasceu em 1838 e faleceu em 1894. Poeta *Inácio de Barros Acioli Vasconcelos* (1847-1879). Almirante *Francisco Calheiros da Graça* (1849-1904). Bacharel *Floriano José de Miranda* — bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Depois de formado, alistou-se como voluntário, fazendo a campanha do Paraguai, sendo promovido ao pôsto de capitão. Exerceu a advocacia, sendo agraciado com a Ordem da Rosa. Era sócio do Instituto Histórico de Alagoas e escreveu "Ângelo", drama em quatro atos, quando ainda estudante. *João Craveiro Costa* — nascido em 22 de janeiro de 1871, em Maceió, João Craveiro Costa teve uma vida de intensas atribulações desde a juventude. Tendo perdido o pai — Levino José da Costa — quando contava dez anos de idade, abandonou os estudos, dadas as condições paupérrimas em que lhe ficava a mãe, e fêz-se caixeiro-servente de uma casa comercial de Maceió, permanecendo como auxiliar de comércio até os 26 anos. A esta época já o jornalismo — e, sobretudo o jornalismo político, — seduzia o jovem alagoano. Redator do "Guttemberg", participou, nos anos que se seguiram, da campanha empreendida por aquêle jornal contra o govêrno Euclides Malta. Da violência da luta política que se abriu em Alagoas, resultaram conseqüências diversas, entre elas o afastamento de Craveiro Costa do Estado, para residir em São Paulo e no Rio. Durante cêrca de 5 anos exerceu êle, no sul do país, a profissão de guarda-livros de diversas firmas comerciais. Retornando a Alagoas, quando cessaram as agitações partidárias, ali permaneceu pouco tempo; emigrou para o Amazonas, onde até mais ou menos 1912 trabalhou na imprensa. Mais uma vez, porém, o jornalismo político levou-o a ter em perigo a própria vida, pelo que saiu do Amazonas e voltou a Maceió, onde contraiu casamento com D. Laura Guimarães Passos, irmã do poeta Guimarães Passos. Ligeira foi a sua permanência em Alagoas, desta vez; logo depois partiu novamente para o norte, agora com destino ao Território do Acre, instalando-se na cidade de Cruzeiro do Sul. Começou a sua batalha pela civilização dessa cidade da selva amazônica, assinalando-a com resultados brilhantes, tais como a criação do primeiro Grupo Escolar daquela região e a fundação do primeiro jornal de Cruzeiro do Sul. Dirigiu a Mesa de Rendas e a Instrução Pública do município. Falecendo sua espôsa, em 1914, no ano seguinte contraiu novas núpcias com D. Adelaide Sampaio Figueiredo. Sòmente em 1922, atendendo a um convite do então governador de Alagoas, voltou a Maceió, onde ocupou, entre outros, os cargos de administrador e contador da Recebedoria de Rendas, diretor do Grupo Escolar Diégues Júnior e contador geral do Estado. Data mais ou menos dessa época a revelação de seus pendores pelos trabalhos estatísticos. Num período em que não se falava em estatística, ou, se isto se fazia, era para reunir números sem nenhuma expressão, Craveiro Costa vinha para os jornais discutir assuntos econômicos e sociais, valendo-se de dados numéricos e comentando-os com argúcia e inteligência, como seguro conhecedor da técnica estatística, ainda quase ignorada, então, no meio alagoano. Datam dessa época diversos artigos de sua autoria, nos quais, à base de dados estatísticos, focalizava problemas econômicos, tais como os referentes à exportação de produtos regionais — milho, algodão, côco, couros e peles, etc. Muitas vêzes, êstes dados surgiam como notícia de uma visita feita à Recebedoria Central, e a sua elaboração tinha quase a forma de um comunicado estatístico, tal o caráter que lhe emprestava. Já nos primeiros anos do século, havia êle publicado, em colaboração com Torquato Cabral, o livro "Indicador Geral do Estado", em que se reúnem, além de estudos especializados de outros intelectuais sôbre história, geografia, climatologia, higiene, educação, jornalismo, etc., numerosas informações cadastrais e estatísticas acêrca de Alagoas.

Criada, no Estado, a Diretoria da Produção e Trabalho, núcleo de intensa atividade, de onde saiu, posteriormente, a Diretoria-Geral de Estatística, hoje Departamento Estadual de Estatística, foi êle convidado a organizá-la e dirigi-la. A nova repartição, cujo nome bem correspondia ao espírito que o seu diretor lhe impregnou, foi transformada, com a sua morte, em secção de estatística da Secretaria da Fazenda, restaurando-se posteriormente com a denominação de Diretoria-Geral de Estatística. A atividade de Craveiro Costa, à frente da Diretoria da Produção e Trabalho, visava, antes de tudo, o preparo dos elementos estatísticos que deveriam orientar os governantes, constituindo, assim, uma antecipação admirável, para o ambiente em que êle vivia, do objetivo que a administração empresta hoje aos serviços estatísticos. Dêsse modo, ao ser a repartição transformada em secção de estatística, apenas se atendeu à diretriz traçada pelo seu organizador.

Dentre as obras deixadas pelo ilustre alagoano, na maioria de natureza histórica, — inclusive "O fim da epopéia", já em segunda edição com o título de "A conquista do deserto ocidental", e "O Visconde de Sinimbu" (póstuma) — destacam-se duas nas quais exerceu acentuada influência a técnica estatística. A primeira é "Alagoas em 1931", cujo subtítulo, "Inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais", bem indica a orientação seguida pelo seu autor. Em todos os capítulos, quer o referente aos aspectos físicos do Estado, quer o que estuda a produção (agricultura, indústria e pecuária) e o comércio, quer o que trata das finanças públicas, quer ainda o que aprecia a instrução regional, em todos êles, há a diretriz estatística; os números não se amontoam inùtilmente, mas distribuem-se de modo sistemático, dentro de um programa prèviamente traçado. Craveiro Costa como que antevia o plano que futuramente o I.B.G.E. adotaria como seu esquema fundamental; a seqüência dos assuntos em seu trabalho obedece mais ou menos ao esquema do Instituto — os aspectos físicos, os aspectos demográficos, os aspectos econômicos, os aspectos sociais, os aspectos administrativos. Deve-se-lhe, ainda, a inclusão, neste livro, de uma sistemática da Divisão Administrativa e da Divisão Judiciária

de Alagoas; de uma "Sinopse estatística da situação geral de Alagoas em 1931", em que figuram informações estatísticas sôbre território e população, principais fatôres econômicos e financeiros e movimento comercial, e também de uma sinopse da situação dos municípios.

A segunda obra de Craveiro Costa na qual se evidencia a influência da orientação estatística, é o livro "Maceió", deixado inédito, e cuja publicação, em 1939, se deve à Prefeitura da Capital, como comemoração do centenário da elevação de Maceió a capital da então província.

Craveiro Costa foi membro da Academia Algaoana de Letras e do Instituto Histórico de Alagoas, onde ocupou o cargo de Secretário Perpétuo. Homem de rara capacidade de trabalho, empregando suas atividades em vários setores — na administração, no jornalismo, nas associações culturais, nas letras, etc. — viu-se limitado e incompreendido no meio pequeno em que viveu; faltou-lhe, para maior projeção do nome, o ambiente que compreendesse e soubesse valorizar a riqueza de sua inteligência e a atividade de que era capaz. Pobre, com família numerosa, com recursos suficientes apenas para viver, nunca pôde sair de Alagoas, como sempre lhe pareceu necessário. Trabalhador infatigável, um colapso cardíaco o abateu em plena ação: na sua mesa de trabalho, rascunhando informações estatísticas, reunindo elementos sôbre o seu Estado, cercado de cálculos, de números índices, de médias e medianas, — entregue enfim, a tôda aquela atividade que, na época, em Alagoas, era quase ùnicamente sua.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Maceió possui praias das mais bonitas do país, que constituem aprazíveis pontos de atração turística.

A natureza excessivamente pródiga permitiu que essas praias presenteassem a capital alagoana com belas paisagens, talvez as mais belas do Nordeste brasileiro. O mar forma as lindas e encantadoras praias de Pajussara, Ponta Verde, Jatiúca, Sobral e Ponta da Terra, que se constituem além de verdadeiras preciosidades geográficas, importantes pontos de atração turística. Podemos dizer que as atrações turísticas de Maceió são tôdas naturais e são constituídas das suas numerosas praias, canais e lagoas.

O célebre coqueiro "Gogó da Ema" na Ponta Verde era tido como a principal atração turística de Maceió sendo bem poucas as pessoas que em visita à "terra dos Marechais" não fôssem olhar o caprichoso coqueiro na sua forma esquisita e caprichosa. Infelizmente, para tristeza do maceioense autêntico, a incúria de alguns administradores da cidade deixou desaparecer tragado pela fúria do mar o célebre e tão decantado coqueiro. E o tronco do "Gogó da Ema" acha-se hoje caído ao longo da praia, parecendo recordar o seu passado quando, até os encontros amorosos eram gravados no seu tronco. Ainda hoje nêle se encontram inscrições e desenhos que dizem bem dessa época de fastígio da principal atração turística da capital alagoana.

Podem ser enumerados, também, como atrações turísticas de Maceió, alguns monumentos entre os quais se destaca a bonita estátua do Proclamador da República, à praça do mesmo nome; por outro lado, no tocante a belezas naturais, sobressaem as margens da lagoa Mundaú ou do Norte, e o célebre banho do riacho Catolé, onde se encontram instaladas as estações de purificação da água canalizada para a cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Maceió são conhecidos pelo nome de maceioenses.

Maceió, com 11 771 ligações elétricas, pode ser considerada como uma cidade bem iluminada. A energia é fornecida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A cidade é centro de atração cultural; muitos estudantes de municípios vizinhos freqüentam seus estabelecimentos de ensino.

Maceió é sede de Arcebispado desde 1921. Dentre seus templos destacam-se a Catedral, a Igreja dos Martírios e a Igreja do Rosário.

Dispõe a cidade de 9 hotéis e 30 pensões; Maceió, infelizmente, ressente-se da falta de bons hotéis, o que constitui uma lacuna para o seu crescente progresso.

O traço característico da paisagem de Maceió é o coqueiro; praias e margens da lagoa são debruadas de coqueirais que se estendem a perder de vista. Houve no bairro de Ponta da Terra, um dos mais afastados e mais aprazíveis da cidade, um coqueiro torto a que deram o nome de "Gogó da Ema".

Localizam-se à beira das praias, em vários pontos, as colônias de pescadores, com os seus usos e costumes. Suas jangadas aportadas às praias ou de velas pandas em pleno horizonte; seus samburás, suas rêdes estendidas, seus apetrechos de pesca, formam um "background" próprio a cenários desta natureza. À margem da lagoa Mundaú ou do Norte, onde são encontrados sítios pitorescos e agradáveis, com extensas plantações de legumes e frutas, além de pequenas criações de animais, há uma população rala e pobre de trabalhadores rurais formada, sobretudo, de pescadores — pescadores de sururu, de bagre, de carapeba, de siri e caranguejos.

Como elemento da paisagem humana, a rendeira — elemento componente de um trabalho doméstico que aos poucos vai desaparecendo — ocupa, com a beleza anônima do seu trabalho, lugar de destaque na fisionomia do município. Seus trabalhos de linha e agulha são apreciados no Sul, que se constitui o seu melhor mercado.

Sondando as características dêsse artesanato existem, pelo menos, dois estudos especializados: o de Leite e Oiticica e do casal Artur Ramos.

À alimentação do maceioense incorporou-se, como prato típico e eminentemente regional, o sururu, molusco que é apanhado na lagoa Mundaú e vendido nas feiras e nos mercados. O sururu pode ser adquirido "despinicado" ou de "capote" e não raro se ouvem nas manhãs de Maceió, principalmente nos seus subúrbios mais distantes, como Ponta da Terra, Bebedouro, Pajussara e Poço, pregões de mulheres anunciando a sua mercadoria:

— Sururu de capote;

— Sururu despinicado.

As vendedoras de sururu fazem parte, já, da galeria dos tipos populares da cidade.

Quadros da vida local, no seu colorido típico, podem ser encontrados em páginas marcantes da literatura brasileira, como nos romances "Calunga", de Jorge de Lima,

"Angústia", de Graciliano Ramos, "Riacho Doce", de José Lins do Rêgo, que, embora paraibano, viveu por muitos anos em Maceió, vindo daí a influência para êste seu romance pontilhado aqui e acolá, de tipos e de paisagens da Capital alagoana; nos contos do jovem Carlos Paurílio; na poesia negra de Jorge de Lima, o célebre poeta do "Acendedor dos Lampiões"; de Aloísio Branco, e ainda na poesia triste e evocativa de Carlos Paurílio. Afora êstes existem estudos especializados sôbre o município, de Craveiro Costa, Manuel Diégues Júnior, Humberto Bastos, Moreno Brandão e Joaquim Ramalho.

As principais autoridades do município além das já citadas, são: Dr. Claudenor de Albuquerque Sampaio, Secretário-Geral da Municipalidade; Dr. José Jerônimo de Albuquerque, Juiz de Direito da 1.ª Vara; Dr. José Faustino Miranda, Juiz de Direito da 2.ª Vara; Dr. Ernandi Lopes Dorvillé, Juiz de Direito da 3.ª Vara; Dr. João Oliveira e Silva, Juiz de Direito da 4.ª Vara; Dr. Olavo Cahet, Juiz de Direito da 5.ª Vara; Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça, 1.º Promotor Público da Capital; Dr. Antero Medeiros, 2.º Promotor Público da Capital; Dr. José Porciúncula, Procurador Fiscal da Prefeitura; Dr. João Batista de Góis, Delegado da Ordem Política e Social; Doutor José Róssiter Correia, 1.º Delegado de Polícia da Capital; e Dr. Ortegal Jucá, 2.º Delegado de Polícia da Capital.

(Fonte dos dados e elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

MAJOR IZIDORO — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Antigo distrito de Sertãozinho, do município de Santana do Ipanema, recebeu a atual denominação em homenagem ao major Izidoro Jerônimo da Rocha, fundador da povoação.

O fazendeiro Antônio Jerônimo da Rocha, que residia na Volta dos Dois Riachos, em Santana do Ipanema, tendo adquirido umas terras nas margens do ribeirão denominado Riacho do Sertão, para aí transportou sua família em 7 de setembro de 1857. Fundou uma fazenda a que deu o nome de Sertãozinho por ficar próxima ao povoado Sertão, também chamado Riacho do Sertão ou Sertão de Baixo. De seus filhos, Izidoro, ou como era conhecido, major Izidoro, dedicou-se, como o pai, à propriedade, onde continuou até a sua morte, ligando o nome a todos os empreendimentos em prol da terra. Por sua grande popularidade e seu prestígio, era chamado o patriarca do Sertãozinho. Muito lutou para que o distrito fôsse elevado a município, chegando mesmo a conseguir que, em 1920, o Congresso Legislativo, pela Lei número 946, autorizasse o Govêrno a elevar Sertãozinho a município, o que infelizmente não se realizou, por não ter o Governador de então dado autonomia política ao distrito. Quando, em 1949, após a morte de seu ilustre batalhador, foi elevado a município, nada mais justo do que a homenagem que lhe foi prestada, recebendo o seu nome.

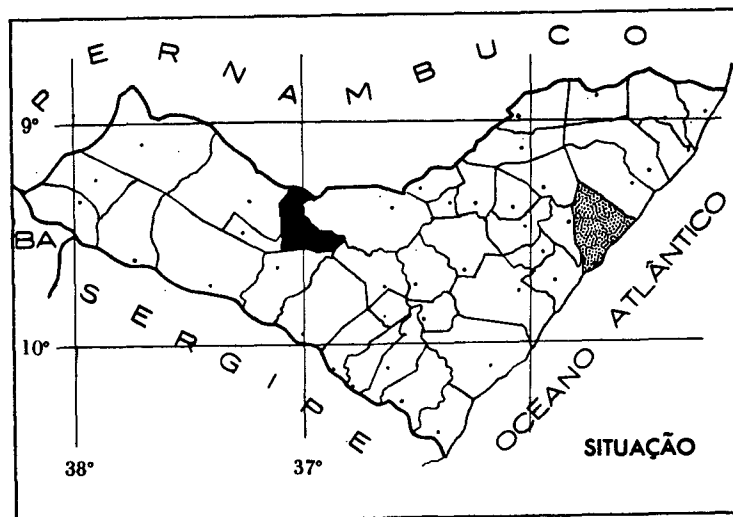
O município foi criado com território desmembrado dos municípios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, pela Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949.

A paróquia foi erigida em 6 de março de 1913, sob a invocação de Santo Antônio, quando a localidade se denominava Sertãozinho. Sob o ponto de vista eclesiástico pertence à Diocese de Penedo.

Foi têrmo da comarca de Santana do Ipanema, tendo sido elevada à categoria de comarca pela Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: major Izidoro, Dois Riachos e Riacho do Sertão.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Antônio Guedes do Amaral. Os eleitores inscritos para o último pleito somavam 2 846 sendo de 1 566 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Major Izidoro está situado na Zona Sertaneja. Limita ao norte com o município de Águas Belas (PE); ao sul, com o de Batalha; a leste, com o de Palmeira dos Índios; e a oeste, com o de Santana do Ipanema. A cidade está situada às margens do riacho do Sertão, numa vasta planície distando da capital do Estado, em linha reta, 140 quilômetros. Tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 33' de latitude Sul e 37° 01' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Major Izidoro está a 200 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O município de Major Izidoro possui clima quente e sêco, podendo ser considerado temperado. No verão os dias são quentes, verificando-se, à noite, baixa de temperatura. No inverno a temperatura é constante. A época mais quente vai de dezembro a janeiro. Temperatura máxima: 36°C; mínima: 21°C.

ÁREA — A superfície do município é de 701 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são as serras das Guaribas e Pai Mané, que se elevam a mais de 300 metros de altitude. Quanto à hidrografia, o município apresenta os riachos Ipanema, Traipu, Riacho das Pedras e Dois Riachos, todos

êles periódicos, secando completamente durante o verão. O Govêrno Federal construiu dois açudes públicos que fazem parte do plano de assistência ao Polígono das Sêcas. Estão situados um na cidade e outro no distrito de Dois Riachos, ambos com capacidade para 300 000 metros cúbicos de água.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Major Izidoro, como de resto a maioria dos municípios alagoanos, tem o solo rico em argila, que está sendo grandemente aproveitada na fabricação de telhas e tijolos. Das suas matas são extraídas madeiras para construção e lenha.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, Major Izidoro contava uma população de 12 125 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, o município de Major Izidoro possui duas importantes aglomerações urbanas: a vila do Riacho do Sertão e a de Dois Riachos. A primeira tem uma população de 700 habitantes, com 126 prédios, dispondo de 4 estabelecimentos de ensino primário, e sendo dotada de luz elétrica com 55 ligações domiciliares.

Povoados e outros núcleos de população — Na zona rural existe um único povoado, o de Capelinha. Conta uma população de 220 habitantes e 50 casas, 3 estabelecimentos de ensino primário e rêde de iluminação elétrica.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas do município.

Agricultura — As terras de boa qualidade são excelentes para a cultura do algodão, cultura esta que se constituiu na principal fonte de renda agrícola do município. As culturas do feijão, milho, mandioca e fumo, ocupam também lugar de merecido destaque em ordem de valor na balança econômica do município, como demonstram os dados abaixo, fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, referentes ao ano de 1955:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	59 800	6 279
Feijão	Saco de 60 kg	1 500	900
Milho em grão	» » » »	5 000	750
Mandioca brava	Tonelada	460	161
Mamona	Quilograma	18 000	54
Melancia	Unidade	11 500	35

O município possui 621 propriedades agrícolas com uma área de 21 884 hectares.

Pecuária — A pecuária é a mais importante fonte econômica do município de Major Izidoro. Dispõe o município de excelentes campos de pastagem, sobressaindo as pastagens artificiais. Segundo os dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária em 1956 era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	20 000	80 000
Eqüinos	500	1 000
Asininos	550	165
Muares	650	1 950
Suínos	6 000	4 200
Ovinos	7 000	1 400
Caprinos	1 200	240

Entre as raças preferidas pelos criadores, destacam-se a holandesa e zebu. O rebanho bovino é destinado à reprodução e produção de leite.

Indústria — A produção industrial limita-se pràticamente à produção de laticínios.

O município conta com 6 fábricas de queijo e manteiga, que atingiram, em 1956, uma produção de 17 784 quilogramas de queijo, no valor de Cr$ 517 952,00 e 22 568 quilogramas de manteiga, no valor de Cr$ 1 466 920,00; a produção de leite foi de 2 200 000 litros, no valor de Cr$ 6 600 000,00.

A farinha de mandioca pesa, também, na balança econômica do município. Segundo informações colhidas pelo Registro Industrial de 1956, havia 8 casas de farinha em funcionamento. Ainda na parte referente às pequenas indústrias, há a registrar os estabelecimentos de produtos alimentícios. Dispõe a cidade de 1 panificação, 12 estabelecimentos que se dedicam ao abate de bovinos para o preparo da carne de sol.

Havia, em 1956, 2 olarias e 4 estabelecimentos para produção de carvão vegetal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bastante movimentado. As transações mercantis são feitas com as praças de Recife e de Maceió. Os produtos importados são: gêneros alimentícios, ferragens, tecidos, miudezas e produtos farmacêuticos. O município exporta: queijo, manteiga, algodão, feijão, milho e batata-doce. O valor das vendas dos estabelecimentos da cidade, em 1956, montou em Cr$ 9 411 550,00.

O comércio atacadista é modesto, funcionando no município 5 estabelecimentos. Na cidade existem, ainda, 28 estabelecimentos varejistas; na vila de Dois Riachos encontram-se 28 casas varejistas; e na vila Riacho do Sertão contam-se apenas 9 firmas retalhistas.

O movimento bancário de Major Izidoro é feito por intermédio da Agência do Banco do Brasil em Santana do Ipanema. Existe a Cooperativa Banco Popular de Major Izidoro Limitada, que se destina ao financiamento dos agricultores do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Major Izidoro liga-se à capital do Estado e às cidades vizinhas por estrada de rodagem. As vilas, fazendas e povoados, ligam-se à cidade por rodovias construídas pelo Govêrno Municipal. Para a capital do Estado o percurso por estrada de rodagem é de 197 quilômetros. As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Palmeira dos Índios, via Cacimbinhas: 61 quilômetros (rodovia); Batalha — 28 quilômetros (rodovia); Ôlho-d'Água das Flôres, via Jacaré dos Homens — 42 quilômetros (rodovia); Santana do Ipanema — 47 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma agência postal-telegráfica, na cidade de Major Izidoro, à Praça Ministro Lindolfo Collor, e outra na vila Dois Riachos.

ASPECTOS URBANOS — Situada às margens do Riacho do Sertão, a cidade de Major Izidoro está edificada numa planície e é um dos mais novos centros urbanos do Estado. A cidade é servida de iluminação elétrica, contando 140 ligações domiciliárias. Possui a sede municipal um cinema,

dois pequenos hotéis, 341 prédios e 10 logradouros públicos, dos quais cinco pavimentados a paralelepípedos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por intermédio de um Pôsto de Higiene. Há no município duas farmácias, sendo uma na cidade de Major Izidoro e a outra na vila Dois Riachos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município a Cooperativa Banco Popular de Major Izidoro, situada à Avenida 3.º Sargento Benevides Monte, na sede municipal. Fundada a 20 de março de 1950, tem a referida Cooperativa prestado serviço de real valor à agricultura local, por meio de sua carteira de financiamento agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, existem no município 1 961 pessoas na idade de 5 anos e mais sabendo ler e escrever, o que corresponde a 17% do total da população. O total de pessoas na mesma idade, não sabendo ler e escrever, atingiu, na mesma época, a 8 125, correspondendo a 66% sôbre a população do município.

Ensino — A sede municipal possui um Grupo Escolar e 1 escola particular de ensino primário. Na vila de Dois Riachos há uma escola municipal e outra na vila Riacho do Sertão. Encontram-se, ainda, 14 estabelecimentos primários de ensino fundamental e 6 cursos supletivos de alfabetização, localizados na zona rural.

Em 1956, a freqüência total nos estabelecimentos de ensino fundamental comum atingiu 685.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	506	536	256	510
1951	—	694	626	315	708
1952	—	866	842	340	768
1953	—	902	1 255	336	1 337
1954	—	1 028	1 425	405	1 375
1955	—	1 481	1 223	553	1 276
1956	—	1 705	1 635	574	1 452
1957 (1)	—	—	1 400	576	1 400

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festa tradicional, merece referência a de Santo Antônio, padroeiro da cidade, que se realiza no dia 13 de junho.

Durante as festas natalinas aparecem no município o "Reisado" e o "Guerreiro".

VULTO ILUSTRE — *Izidoro Jerônimo da Rocha* — Conhecido como Major Izidoro. Em 1920 empenhou-se junto ao Poder Legislativo no sentido de elevar Sertãozinho a município, o que, infelizmente, não conseguiu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar são conhecidos pelo gentílico izidorenses.

As principais autoridades do município são: João Farias Porangaba, Presidente da Câmara de Vereadores, e Doutor Antônio Pereira Rocha, Juiz de Direito.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

MARAGOGI — AL

Mapa Municipal na pág. 246 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Era primitivamente uma povoação chamada "Gamela" e fazia parte do município de Pôrto Calvo. Em 1887, quando foi elevada à categoria de vila, passou a ter a denominação de "Isabel". Foi depois chamada "Maragogi", por causa do rio que banha a localidade.

Contam que, para a praia que fica no atual povoado de São Bento, veio um emigrante do alto sertão, acompanhado de sua família. Fugia êle de uma epidemia que assolava aquelas plagas. Tendo escapado à moléstia, cumpriu a promessa feita de construir uma igreja sob a invocação de São Bento, que se tornou o patrono do município.

Maragogi tomou parte ativa nas lutas contra os holandeses. Registraram-se renhidos combates em Barra Grande, hoje vila, quando as tropas batavas vinham do Recife com destino a Pôrto Calvo. Por ocasião de sua passagem pela povoação de Gamela (atual Maragogi) estacionaram por alguns dias no Engenho Genipapo, que pertencia, antes da Emancipação Política de Alagoas, ao município de Rio Formoso, antigo forte, da Província de Pernambuco.

Alguns historiadores acham que na crônica das Alagoas e do Brasil deveria existir uma página de honra para aquela vila, pois lhe cabe a glória de haver impedido e desarticulado a tentativa holandesa de desembarque por duas vêzes seguidas, em terras alagoanas. Lutando com heroísmo e com seus poucos recursos, conseguiu impor a impraticabilidade de se estender o domínio batavo à Província das Alagoas. Quando de sua passagem pelo município, os holandeses fizeram na propriedade Cachoeira, no pé do morro, uma entrada subterrânea, com a curvatura de um arco, feito em alvenaria, e bem assim o seu piso. Há tempos, tendo um dos antigos proprietários feito escavações, aí encontrou objetos antigos.

No território do município de Maragogi procuravam abrigar-se os que desejavam fugir aos horrores da invasão holandesa. Os refugiados, aliando-se aos indígenas, edificaram modestas moradias à beira do Atlântico, nas imediações do riacho Corre Água e do rio dos Paus.

Não é conhecida com certeza a data da criação da freguesia, sendo São Bento a sede. Segundo a "Idéia Geral da População da Capitania de Pernambuco", foi constituída em 1718. Em curato, em 1618. Em 1749 já era freguesia. A Resolução número 681, de 24 de abril de 1875, transferiu a sede para Maragogi. É subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió.

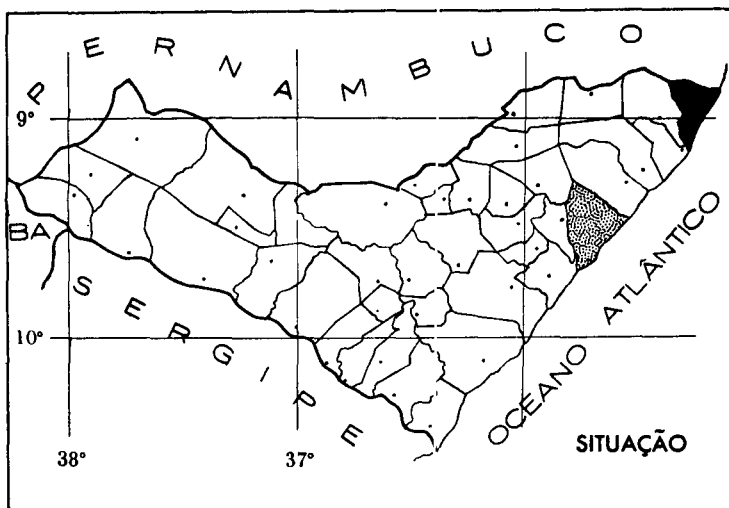
A Resolução número 681, de 24 de abril de 1875, criou a vila dando-lhe o nome de Isabel, sendo desmembrada do município de Pôrto Calvo. Passou a chamar-se Maragogi em face da Lei número 733, de 3 de julho de 1876, sendo instalada em 2 de dezembro de 1876. Foi elevada à categoria de cidade por Lei número 15, de 16 de maio de 1892.

Seu território, antes da vila, fazia parte da comarca de Pôrto Calvo, e continuou ainda assim por algum tempo pelo fato de a mesma Resolução que criou a vila, ter criado também a sua comarca, com o seu têrmo e o de Pôrto de Pedras, que desmembrava de Passo de Camaragibe, não chegando a ser instalada a comarca, por ter sido sua criação revogada pela Lei número 733, de 3 de

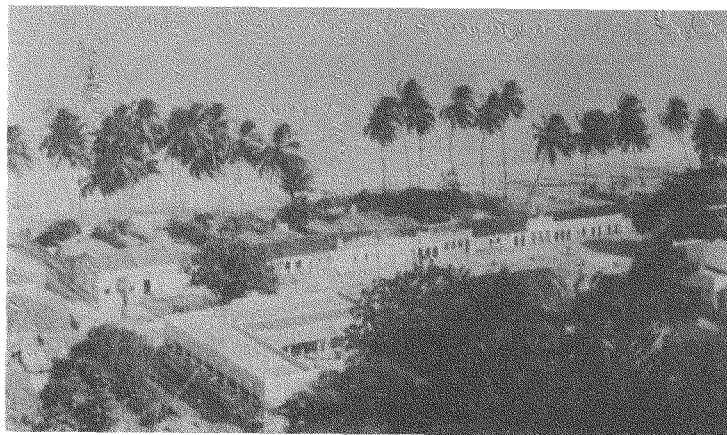
julho de 1876; sòmente em 1881, constituiu-se o seu têrmo separadamente do de Pôrto Calvo. A Lei número 1 063, de 16 de julho de 1889, separou seu têrmo da comarca de Pôrto Calvo, lei que criou a comarca de Maragogi com seu único têrmo e maiores limites do então existente e tirados do de Pôrto Calvo. A 6 de fevereiro de 1890 foi instalada a comarca. Em 1897, pela Lei número 221, de 7 de junho, foi a comarca extinta e incorporado o têrmo a Pôrto de Pedras, sendo restaurada em virtude da Lei número 284, de 18 de junho de 1900. Novamente extinta, passou a ser têrmo da comarca de Pôrto Calvo, tornando afinal à categoria de comarca, com a Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: Maragogi, Barra Grande e Japaratinga.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Eurico Acioly Wanderley. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 1 999, sendo de 1 425 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo nordeste do Estado, o município de Maragogi pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Faz limite ao norte com o Estado de Pernambuco através do rio Persinunga; ao sul, com os municípios de Pôrto Calvo e Pôrto de Pedras; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com Pôrto Calvo. Localizada em terreno plano, entre os rios Maragogi e dos Paus, a cidade de Maragogi fica a 90 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 02' 24" de latitude Sul e 35° 13' 30" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Maragogi é apenas de 2 metros.

CLIMA — De modo geral é quente e úmido, como em tôda a zona litorânea, verificando-se variações de acôrdo com a estação. No município não há Pôsto Meteorológico. A temperatura máxima atinge 34°C e a mínima, 18°C, sendo a mais freqüente 25,6°C. A época mais chuvosa é de maio a agôsto e a mais quente vai de outubro a janeiro.

Aspecto parcial da cidade

ÁREA — A área do município, conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, é de 514 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os principais acidentes geográficos, mencionam-se: rio Persinunga, na divisa com Pernambuco—Maragogi, a 500 metros da cidade; rios Japaratuba, Utinga, Salgado, Manguaba e dos Paus; morros — do Cruzeiro, na cidade; São Bento, Boqueirão, Tauá, da Bica, e o Contraforte do Engenho Marrecas; Quedas de água — Cachoeira, Utinga e Massagana; ilhas — as ilhas do município são tôdas fluviais, destacando-se as seguintes — das Cabras, no rio Salgado; Golandim, no rio Maragogi; e Nossa Senhora da Conceição; lagoas — Marinha, com 1 400 metros de perímetro; do Conselho; do Neto e lagoa Danta, tôdas não navegáveis.

RIQUEZAS NATURAIS — Em Maragogi são encontrados o barro (argila) de boa qualidade, utilizado na fabricação de telhas e tijolos, pedreiras em exploração, a pedra calcária e a areia para construção. Foi constatada, também, a existência de cristal de rocha. Entre as riquezas de origem vegetal, além do junco, utilizado na confecção de esteiras, existem nas matas do município madeiras de várias espécies, plantas medicinais e fibras para calafate. Quanto às de origem animal, merecem referência os crustáceos e peixes de várias espécies.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 13 608 habitantes (6 992 homens e 6 616 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 1 019; quadro suburbano — 1 021; e quadro rural — 11 568 habitantes. A densidade da população é de 26 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 85% localizam-se na zona rural, 8% na suburbana e 7 por cento na urbana.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, que em 1950 contava 1 031 habitantes, possui o município as seguintes aglomerações urbanas: vila de Barra Grande — com 536 habitantes, 2 escolas primárias e 64 ligações elétricas; e vila de Japaratinga — com 473 habitantes, 63 ligações elétricas e 3 escolas.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, encontram-se os seguintes núcleos de população: povoado São Bento — com 180 prédios e 900 habitantes; povoado Bitingui — com 75 prédios e 300 habitantes; po-

Engenho São Vicente

voado Barreiras — com 125 prédios e 500 habitantes; e povoado Peroba — com 130 prédios e 650 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal base econômica do município é a agricultura. Além das lavouras em geral e pastagens naturais, encontram-se matas e capoeirões, de onde se extraem madeira e lenha.

Agricultura — O solo do município, dada a sua fertilidade, presta-se admiràvelmente às várias culturas. Nos terrenos arenosos da parte litorânea predomina a cultura do côco-da-baía, principal produto do município; já nos terrenos sílico-argilosos desenvolvem-se as culturas de cana-de-açúcar e mandioca.

Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	84 000	21 000
Côco-da-baía	Cento	58 380	11 676
Mandioca	Tonelada	9 000	2 520
Arroz em casca	Saco de 60 kg	2 240	564
Abacaxi	Fruto	98 000	216
Feijão	Saco de 60 kg	240	168

Além dos produtos relacionados acima, o município produz: milho, macaxeira, fumo em fôlha, batata-doce, agave, banana e outras frutas.

Pecuária — A sua influência na balança econômica do município é de importância secundária. Entre os bovinos, as raças preferidas são indu-brasil, zebu e crioula.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 600	9 100
Eqüinos	2 800	6 160
Muares	650	2 600
Asininos	15	14
Ovinos	400	140
Caprinos	300	105

Indústria — Maragogi não é município industrial, havendo, apenas, pequenos estabelecimentos que se dedicam à indústria extrativa de cal, madeiras, lenha e carvão vegetal.

A indústria de produtos alimentares conta com diversas panificações, localizadas na cidade e nas vilas de Japaratinga e Barra Grande. Na zona rural encontram-se várias casas de farinha, bem como estabelecimentos produtores de telhas e tijolos. A indústria de esteiras de piri, planta extraída de certos rios e lagoas, constitui uma peculiaridade da região.

Pesca — Como em quase todos os municípios da zona praieira, a pesca em Maragogi constitui, principalmente para a população menos abastada, uma atividade de valor econômico. Segundo o inquérito sôbre produção de pesca, do Serviço de Estatística da Produção, a colônia de pescadores de Maragogi, em 1955, acusou uma produção de 23 400 quilogramas, no valor total de Cr$ 289 800,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade de Maragogi há 7 estabelecimentos varejistas, sendo 5 negociando com gêneros alimentícios e 2, com tecidos e gêneros alimentícios, simultâneamente. Na vila de Japaratinga há 8 estabelecimentos varejistas com gêneros alimentícios e 2, simultâneamente com tecidos e gêneros alimentícios. Na vila de Barra Grande há 1 estabelecimento varejista com tecidos e 3, com gêneros alimentícios. O giro comercial dêsses estabelecimentos atingiu, em 1956, a Cr$ 1 616 736,00.

Não há no município estabelecimento bancário, sendo o respectivo movimento efetuado com os bancos de Maceió e Recife.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Maragogi é servido por estradas de rodagem que fazem a ligação com a capital Estadual e com os municípios limítrofes. O percurso rodoviário para Maceió é de 111 quilômetros e para as cidades vizinhas é o seguinte: Pôrto Calvo — 39 quilômetros; Pôrto de Pedras — 24 quilômetros e Barreiros (PE) — 36 quilômetros.

A cidade dispõe de uma agência postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Construída em terreno plano, a cidade de Maragogi está localizada entre os rios Maragogi e dos Paus, pontos extremos da zona suburbana, ao sopé do morro do Cruzeiro. Possui 410 prédios e 125 ligações domiciliárias. Os edifícios mais importantes são os da Prefeitura Municipal e do Grupo Escolar "Batista Acioli".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por intermédio de um Pôsto de Saúde, mantido pelo Estado, e um Ambulatório da Colônia de Pescadores. Na cidade há uma farmácia e se encontram no exercício da profissão um médico e um dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Colônia de Pescadores Z-15 — "Emílio de Maia", além do serviço médico, presta, também, assistência social aos seus associados, compreendendo auxílios funerários, pecuniários, e manutenção de escola primária. Em 31-12-1956 a referida Associação contava com 262 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — De conformidade com os resultados do Censo de 1950, o número de pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, atingiu 1 640, assim distribuídas: cidade — 308; vila de Japaratinga — 107; vila de Barra Grande — 144; e zona rural — 1 081.

Ensino — Maragogi conta 31 unidades de ensino primário geral, inclusive 3 cursos supletivos de alfabetização. Convém assinalar que, do referido total, 24 estabelecimentos estão localizados na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	217	708	523	204	520
1951	227	937	588	276	602
1952	291	1 207	707	272	706
1953	195	1 306	1 036	352	776
1954	241	1 751	1 004	396	1 002
1955	231	2 109	1 153	469	1 295
1956	166	2 561	1 533	561	1 537
1957 (1)	69	1 813	1 700	735	1 700

(1) A receita arrecadada pelas Coletorias Federal e Estadual, em 1957, refere-se, apenas, ao período janeiro-julho.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dignas de registro são as festividades religiosas em homenagem ao glorioso Santo Antônio, padroeiro da cidade, que se realizam no dia 13 de junho, e onde há empolgante procissão. Celebram-se, também, as festas do Bom Jesus, em 1.º de janeiro, no povoado de São Bento; de Nossa Senhora das Candeias, em 2 de fevereiro, na vila de Japaratinga; de Nossa Senhora do Carmo (data não fixada), no povoado de São Bento; de Nossa Senhora da Penha, em 29 de dezembro, no povoado de Barreiras; de São Benedito (data não fixada), no povoado Peroba; de Nossa Senhora da Guia (data não fixada), na vila de Barra Grande; e de São Emanuel, em 27 de dezembro, no engenho Cachoeira.

"Pastoril", "Reisado" e "Guerreiro" são os únicos folguedos populares que sempre aparecem nos meses de dezembro e janeiro, quando das festividades do Natal e Ano Novo.

VULTOS ILUSTRES — Dr. *Francisco Nogueira Castelo Branco* — Vice-Presidente da Província das Alagoas; Doutor *João da Rocha* — Bacharel em Direito; Dr. *João Batista Acioli* — Governador do Estado de Alagoas e Senador da República; Dr. *Alberto Castelo Branco* — Promotor Público; Dr. *Thomaz A. Cisneiros Wanderley* — Juiz Municipal; *Francisco da Rocha Holanda Cavalcanti* — Deputado Estadual por Alagoas; *Luiz da Rocha Holanda Cavalcanti* — Prefeito de Maragogi e Presidente da Câmara; *Euclides Celso da Costa Belo* — Prefeito de Maragogi; e *Antônio Leitão* — Prefeito de Maragogi.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como principal atração turística convém ressaltar a existência de uma extensa praia, de areias sôltas e alvas, coberta, em tôda a sua amplitude, de densos coqueirais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome "Maragogi" provém de *Marahub-by*, ou rio das "Maraubas" (*Marauba* ou maracujá, segundo Moreira e Silva), ou segundo outra interpretação, rio livre, amplo, ou *Mair-aqui-gy-pe*, no rio dos franceses afogados.

O Imperador D. Pedro II, por ocasião de sua viagem à Cachoeira de Paulo Afonso, visitou o município de Maragogi.

Os habitantes de Maragogi eram chamados, antigamente, "do Gamela" e hoje maragogienses.

Ponte sôbre o rio Maragogi

As principais autoridades do município são: Homero Cavalcanti, Presidente da Câmara; Dr. Amaro Lins Barbosa, Juiz de Direito; Dr. Manoel Correia Costa Filho, Promotor Público; Oscar Freitas de Almeida, Delegado de Polícia; Padre Lourival Moreira, Pároco; Melquíades Lindoso, Tabelião Público; e Josefa Chaves Correia, Escrivã do Registro Civil.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

MARECHAL DEODORO — AL

Mapa Municipal na pág. 298 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Não se sabe ao certo como e quando teve início a povoação que mais tarde seria a Capital da província das Alagoas. Dizem ter sido um dos primeiros núcleos para onde Duarte Coelho Pereira enviou colonos, logo após ter tomado posse da capitania de Pernambuco, o que se deu em 9 de março de 1535.

Afirma João Alberto Ribeiro que "em 1591 já devia existir à margem da lagoa do sul êsse núcleo" e que havia sido conquistado aos caetés. Continuando acrescenta que "isso se infere de uma escritura pública lavrada aos 5 de agôsto daquele ano, pela qual o procurador do donatário da Capitania, que então já era o terceiro, Jorge de Albuquerque Coelho, sobrinho do primeiro, fêz a Diogo de Melo Castro a dádiva de 5 léguas de terras ao longo da costa, sendo 3 da bôca da lagoa Manguaba para o lado do sul e para o norte e 7 para o sertão, a fim de fundar aí uma vila que denominaria Madalena.

Entretanto, parece que não foi possível a fundação da vila, porquanto em 1611 Diogo Soares da Cunha fêz nova doação por escritura, de terreno para a fundação da vila, conforme afirma Pedro Paulino no seu "Dicionário Histórico e Geográfico". Êsse documento existiu, pois em 1656, Gabriel Soares, filho de Diogo, o confirmava pela escritura do seguinte teor: "Aos 7 dias do mês de agosto de 1656, nesta vila de Santa Maria Madalena da lagoa do sul, em casa da Câmara, sendo presentes os oficiais dela, juizes, vereadores e Procurador do Conselho, em veneração, apareceu presente o Alcaide-mor Gabriel Soares e disse em presença de mim Escrivão e mais senhores acima nomeados que, porquanto seu pai, que Deus tem, Diogo Soares da Cunha nomeara para se fazer esta vila, meia legua de

Bica da Pedra, local procurado para excursões

terras, ao saber 600 braças para o lado do Sumauma e Taperaguá e outras 600 braças para o lado das Pedreiras, a qual meia légua de terras, êle Alcaide-Mor confirmava e de novo fazia nova doação dela para esta vila e seu têrmo, com obrigação que os foros das ditas terras se tirassem sempre para a Confraria de N. S. da Conceição, etc." Por essa época já tinha Alagoas sido elevada a vila, o que se dera em 12 de abril de 1636.

Em 1633, foi Marechal Deodoro, então Alagoas, saqueada e incendiada pelos holandeses.

Foi a capital da Província das Alagoas, época em que teve grande desenvolvimento. Aos poucos, porém, Maceió tomou-lhe a dianteira e começou a ser esboçado o plano de mudança da Capital. Em face disso, houve um movimento revolucionário por ocasião da transferência do cofre do tesouro do Estado para Maceió, o que não surtiu efeito, pois, aos 16 de dezembro de 1839, era inaugurada a nova capital. Depois disso, "Alagoas" começou a decrescer.

Não é conhecida a data certa da criação da freguesia. Acredita-se que seja dos princípios do século XVIII, talvez depois de 1616 e antes de 1633. À época da invasão holandesa já era freguesia. Está sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e abrange o município de Marechal Deodoro e o distrito de Barra de São Miguel, em São Miguel dos Campos. Sob o ponto de vista eclesiástico, é subordinada à Arquidiocese de Maceió.

A vila foi criada em 12 de abril de 1636 pelo 4.º Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho. Abrangia o território formado pelos atuais municípios de Marechal Deodoro, Pilar, Maceió, Rio Largo, Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Atalaia, Capela, Viçosa, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, São Miguel dos Campos, Coruripe e parte dos municípios de São Luís do Quitunde, Anadia e Limoeiro de Anadia. Desmembradas de seu território diretamente, porém, foram criadas as vilas de Atalaia, Poxim. Foi elevada à categoria de cidade em Carta de Lei de 8 de março de 1823. Além de cabeça de comarca, foi a capital da Capitania criada por Alvará régio de 16 de setembro de 1817, depois da Província até 1839, quando foi transferida a Capital para Maceió.

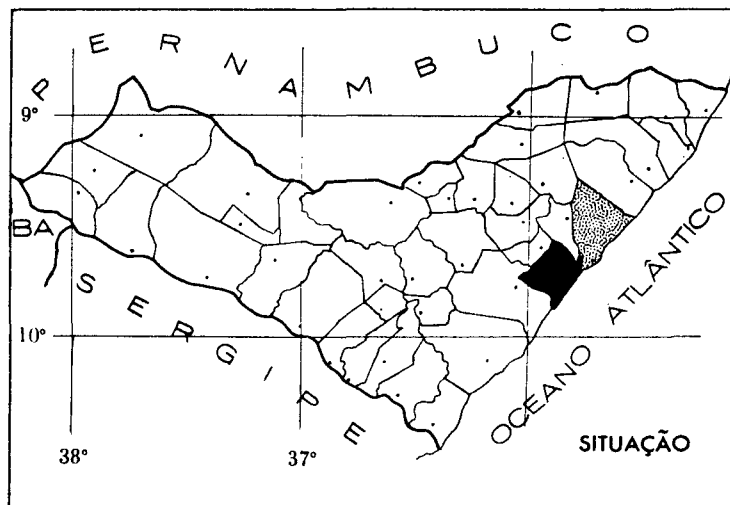
Foi a sede da primeira comarca criada, cuja jurisdição abrangeu tôda a circunscrição territorial. Em 1833 a Província foi dividida em 4 comarcas, cabendo-lhe, além de seu têrmo, os de São Miguel e Santa Luzia do Norte. Perdeu o têrmo de Santa Luzia do Norte, que passou para Maceió, em 1853; foi-lhe acrescentado o têrmo de Pilar, com a criação desta vila em 1857, perdendo-o em 1859, quando o mesmo passou para Atalaia. Não é conhecida a data certa da criação da primeira comarca, — segundo uns 1710, segundo outros 1711; Pedro Paulino cita, porém, a criação por Carta régia de 9 de outubro de 1706. Perdeu a característica de comarca em 1901, passando a integrar a de São Miguel dos Campos, e fazendo parte, posteriormente da comarca do Pilar. Em 1949, pela Lei n.º 1 473, de 17 de setembro, voltou a ser comarca.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito, o de Marechal Deodoro.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Artur Odorico do Rêgo.

O total de eleitores inscritos para o último pleito foi de 1 953, sendo de 1 599 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Litoral, limita ao norte com Pilar; ao sul, com São Miguel dos Campos; a leste, com Maceió e o Oceano Atlântico; e a oeste com Pilar e São Miguel dos Campos.

A cidade está localizada às margens da lagoa Manguaba, dista da Capital Estadual 25 quilômetros em linha reta e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9º 42' 24" de latitude Sul e 35º 50' 42" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 5 metros.

CLIMA — A temperatura do município, no inverno, é fria e úmida; a máxima registrada foi de 25ºC, e a mínima, de 22ºC. No verão a máxima foi de 29ºC e a mínima, de 25ºC.

O clima não sofre variações muito acentuadas, é bastante agradável e sadio na época do verão. O período das chuvas se verifica nos meses de maio a agôsto; não há ocorrência de inundações.

ÁREA — A área do município é de 379 quilômetros quadrados, segundo dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é a lagoa Manguaba, uma das mais importantes do Brasil, com perto de 24 quilômetros de extensão, banhando Pilar, Rio Largo e Marechal Deodoro. Há um canal que a liga à lagoa Mundaú (Maceió).

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Marechal Deodoro possui extensas florestas que fornecem madeira de boa qualidade para construção e fabrico de móveis, e para transformação em lenha e carvão vegetal. As fibras de tucum e caroá são nativas na região, faltando, apenas, ser industrializadas.

De origem animal encontra-se em primeiro plano o pescado da lagoa Manguaba, a segunda fonte de renda do município, em ordem decrescente de valores. Os crustáceos, como siris e camarões são também abundantes nas águas da Lagoa Manguaba e têm influência substancial na vida econômica municipal.

POPULAÇÃO — Segundo dados do último Recenseamento, a população de Marechal Deodoro em 1950 era de 13 195 habitantes (6 189 homens e 7 006 mulheres), assim discriminada: Quadro Urbano — 4 015; Quadro Suburbano — 984; e Quadro Rural — 8 196 habitantes. A densidade da população é de 35 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 30,4% da mesma acham-se localizados na zona urbana; 7,5% na zona suburbana, e 62,1% na zona rural.

Aglomerações urbanas — O município é constituído de um só distrito, sendo, portanto, a sede municipal a única aglomeração urbana, onde o Recenseamento Geral de 1950 encontrou uma população de 4 999 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Na zona rural encontram-se os seguintes povoados, que representam interessantes núcleos de população: Barra Nova — com 112 prédios e 322 habitantes; Massagueira — com 106 prédios e 290 habitantes; Santa Rita — com 146 prédios e 417 habitantes; e Taperaguá — com 341 prédios e 916 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município são a cultura do côco-da-baía e a pesca; esta última, apesar de representar valor comercial inferior à primeira, merece registro especial, visto ocupar a maioria da população válida do município. O pescado da lagoa Manguaba e das praias do Pôrto do Francês, Pedra do Saco e Massagueira ocupa lugar de destaque na economia de Marechal Deodoro e supre internamente os seus mercados.

Outra atividade que completa a economia do município é a indústria de "filé" e "labirinto", na qual a deodorense é exímia tecedeira.

Agricultura — O solo do município é arenoso e próprio para a cultura do côco-da-baía. Na sua parte não litorânea e não lacustre, encontram-se variadas culturas, inclusive matas para a extração de lenha.

Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, em ordem decrescente de valor, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	208 648	33 382
Banana	Cacho	282 000	1 974
Mandioca	Tonelada	20 065	619
Cana-de-açúcar	»	5 810	813
Milho	Saco de 60 kg	2 800	420

Pecuária — Não tem grande expressão econômica a pecuária do município; no entanto, é dotado de bons pastos e muitas aguadas que permitirão, a qualquer época, a introdução de grandes rebanhos nas fazendas locais.

De acôrdo com elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	1 480	3 700
Eqüinos	365	913
Asininos	55	55
Muares	620	1 488
Suínos	750	525
Ovinos	400	60
Caprinos	480	72

Indústria — O município de Marechal Deodoro não conta com grandes indústrias. Existem 4 panificações e uma firma que explora o ramo de extração de madeira. Como sub-ramo da indústria local, aparecem 7 salgatórios de peixe, 4 alambiques para a fabricação de aguardente, 7 produtores de carvão vegetal, e 27 casas de farinha de mandioca.

COMÉRCIO E BANCOS — Sob todos os aspectos, o comércio de Marechal Deodoro é feito quase exclusivamente com Maceió, em virtude da aproximação entre as duas cidades. O movimento de exportação é feito à base de peixe (principalmente salgado), côco-da-baía, lenha industrial, sendo que o comércio do pescado também abastece as cidades de Arapiraca, Rio Largo, Capela, Viçosa, Murici, União dos Palmares e São José da Laje. Os principais produtos ou gêneros importados são: tecidos, charque, açúcar, farinha de trigo, ferragens e louças.

Não há firmas atacadistas ou grossistas. As 10 principais firmas varejistas sediadas na cidade, tiveram, em 1956, um giro comercial estimado em 5 milhões de cruzeiros.

Não há estabelecimentos bancários nem correspondentes. O movimento crediário é feito com a Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela lagoa Manguaba, através da qual se faz a ligação com Maceió.

Dista a cidade de Marechal Deodoro, da Capital Estadual, 36 quilômetros por via fluvial, e 73 por estrada de rodagem. As demais ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Pilar — 40 quilômetros (rodovia) e 26 quilômetros (via fluvial); São Miguel dos Campos — 43 quilômetros (rodovia); e Rio Largo — 68 quilômetros (rodovia).

7 — 24 935

Vista panorâmica do Canal Novo, em Marechal Deodoro

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma agência postal-telegráfica na cidade de Marechal Deodoro, na Rua Dr. Tavares Bastos.

ASPECTOS URBANOS — Localizada ao longo das margens da lagoa Manguaba, circundada de coqueirais, a velha cidade de Marechal Deodoro apresenta um aspecto pitoresco, principalmente na parte alta, de onde se descortina belíssimo panorama. Foi, talvez, o primeiro núcleo de população do território alagoano. As suas velhas igrejas são modelos de arquitetura colonial, destacando-se, entre elas, a do antigo convento de São Francisco, cujo altar-mor impressiona pela beleza de sua decoração.

Na cidade baixa encontra-se o velho pôrto lacustre, onde são atracadas lanchas e canoas. Existem na sede municipal 1 380 prédios e 15 logradouros, dos quais 5 pavimentados a paralelepípedos.

A cidade é dotada de serviço de água canalizada e de iluminação elétrica, havendo 402 ligações domiciliares para esta última modalidade de serviço de utilidade pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta modalidade de assistência é prestada pelo Pôsto de Saúde Estadual, por uma maternidade com 17 leitos e pelo ambulatório da Colônia de Pescadores.

Há, ainda, uma farmácia; 1 médico e 1 dentista se encontram no exercício da profissão.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município de Marechal Deodoro conta com uma assistência de proteção à maternidade e à infância, situada na Rua Dr. Ladislau Neto. Ainda quanto à Assistência Social o município possui o Orfanato São José, mantido pelo Asilo de Nossa Senhora do Bom Conselho, situado na Rua Pedro Paulino.

Em relação a atividades cooperativistas, Marechal Deodoro conta com uma Cooperativa de Crédito Agrícola, localizada na sede municipal, que vem prestando relevantes serviços aos agricultores locais pela sua carteira de empréstimos agrícolas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados finais do Censo de 1950, existiam naquela época, 3 255 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 a mais anos, conforme demonstrativo seguinte: Marechal Deodoro — 1 751; e Quadro Rural — 1 474.

Ensino — Em todo o município funcionam 21 escolas de ensino primário, as quais, no início de 1957, matricularam 1 214 alunos de ambos os sexos. Do total de escolas, 9 localizam-se na cidade e 12, na zona rural.

Foi fundado o "Ginásio Tavares Bastos", que deverá iniciar as suas atividades no próximo ano, estando, para tal fim, mantendo um Curso de Exame de Admissão, com 33 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui uma associação cultural; duas bandas de música e um cinema, todos localizados na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	192	418	470	202	491
1951.......	212	439	540	239	552
1952.......	245	522	681	267	628
1953.......	263	517	943	270	907
1954.......	310	481	895	301	823
1955.......	334	532	2 065	336	1 808
1956.......	729	789	1 377	351	1 541
1957 (1)....	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município de Marechal Deodoro apresenta como monumentos artísticos, de reconhecido valor evocativo, o Convento de São Francisco, na Praça Pedro Paulino; as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Carmo; e o busto do Marechal Deodoro da Fonseca, situado na Avenida Santa Maria Madalena.

Como monumentos de valor histórico salientam-se o antigo Palácio do Govêrno, na Rua Dr. Tavares Bastos; a vetusta Casa da Câmara, na Rua da Matriz; a casa onde nasceu o patrono do município, situada na rua que recebeu o nome do proclamador da República; e finalmente a casa que serviu de berço ao poeta e tribuno alagoano Tavares Bastos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, é muito concorrida.

Durante as festas do Natal há vários folguedos populares tais como Pastoris, Reisados, Presépios, Baianas, etc.

VULTOS ILUSTRES — *Manoel Deodoro da Fonseca,* filho do major Manuel Mendes da Fonseca, que teve destacada atuação na vida da Província das Alagoas. Marechal do Exército, Generalíssimo de Terra e Mar, grande dignitário das Ordens da Rosa, do Cruzeiro e de Aviz, proclamador da República dos Estados Unidos do Brasil. Nasceu aos 5 dias do mês de agôsto de 1827. A vida de Deodoro foi tôda cheia de abnegado amor à Pátria. No pôsto de capitão, fêz a campanha do Uruguai, e em 1865 incorporou-se ao exército que marchava para a guerra com o Paraguai, onde conquistou as mais elevadas promoções por atos de subido valor. Major em comissão comandando o 2.º Corpo de Voluntários tomou parte nos combates de 2 de maio de 1866, em Estero Bellaco, e no de 24 do mesmo mês em Tuiuti; em setembro, obteve confirmação do referido pôsto, por ato de destemida bravura. Bateu-se

em Tagi a 2 de novembro de 1867 e foi novamente elogiado pelo seu arrôjo e sangue-frio, nos momentos de maior perigo. Por Decreto de 18 de janeiro de 1868, subiu ao pôsto de tenente-coronel, louvado em diversas ordens do dia pela coragem sempre demonstrada em ação. Destacou-se igualmente, no assalto de Estabelecimento, em 19 de fevereiro de 1868. No reconhecimento à viva fôrça, em outubro dêste mesmo ano, sôbre o entrincheiramento de Angustura, mereceu calorosos aplausos do Barão de Triunfo. No duro combate travado a 16 de dezembro, em Itororó, recebeu três ferimentos a bala, sendo um dêles bastante grave, e no dia 11 alcançava promoção a coronel, obtendo medalha de mérito militar pelos reiterados atos de destemor praticados. Nesse tempo, já era condecorado com o oficialato da Rosa e do Cruzeiro. Durante o comando do Marechal Conde d'Eu, exerceu diversas comissões importantes. À testa da 8.ª Brigada dirigiu o assalto a Peribebuí, a 12 de agôsto de 1869, e a 16, o de Campo Grande, além de muitos reconhecimentos e serviços arriscados nas linhas avançadas. Terminada a sangrenta campanha, que durou de 1864 a 1870, ano em que foi morto Solano Lopes no combate de Cerro-Corá, Deodoro embarcou para o Rio de Janeiro no comando do 1.º Batalhão de Artilharia. A 14 de outubro de 1874 atingiu o generalato e dez anos mais tarde, por Decreto de 30 de agôsto de 1884, chegou à alta graduação de marechal-de-campo. Foi depois nomeado comandante da Província do Rio Grande do Sul, e em 15 de dezembro de 1887, comandante das Armas da Província de Mato Grosso. A 13 de setembro de 1889 aportava ao Rio de Janeiro tão gravemente enfêrmo que sòmente a 14 do mês seguinte saía a apresentar-se, voltando ao leito, donde se ergueu a 14 de novembro, para na manhã seguinte deitar por terra as velhas instituições, proclamando a República dos Estados Unidos do Brasil. Faleceu Deodoro a 23 de agôsto de 1892.— *Antônio Teixeira da Rocha* (Barão de Maceió), formado em Medicina, catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médico da Câmara Imperial, cirurgião da Santa Casa de Misericórdia, Cavaleiro da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo de Portugal. Representou Alagoas na Câmara Temporária. — *José Alexandre Passos,* nasceu aos 16 de setembro de 1808 e faleceu em fevereiro de 1898. Cavaleiro da Ordem da Rosa, Deputado Provincial, professor de Latim, deixou vários trabalhos: "Dicionário gramatical português"; "Considerações sôbre gramática filosófica"; "Compêndio da gramática portuguêsa"; "Tábuas gramaticais"; "Resumo da História do Brasil"; "Compêndio de Retórica"; "Compêndio da Prosódia portuguêsa"; "Ecletismo da língua portuguêsa"; "Mapa da população de Alagoas"; e "Observações sôbre a língua tupi". — *Alexandre José de Melo Morais* — uma das grandes figuras da intelectualidade brasileira, filósofo e cientista. Nasceu em 23 de junho de 1816 e faleceu a 6 de setembro de 1882. A êle deve Alagoas sua primeira biblioteca, à qual fêz doação de grande quantidade de livros de sua propriedade. Deixou grande número de obras, especialmente sôbre História Pátria e Medicina. São de Melo Morais: "Elementos de literatura"; "Os portuguêses perante o mundo"; "O Brasil histórico"; "História do Brasil-Reino e do Brasil-Império"; "Fisiologia das paixões e afecções", precedida de uma noção filosófica geral e por um estudo aprofundado com descrições anatômicas do homem e da mulher, suas diferenças fisiológicas, fisionômicas, filosóficas e morais, baseadas nas teorias de Lavater, Moreau, Porta, Lebrun, Roussel (três volumes), etc. — *Rosalvo Ribeiro* — nasceu aos 26 de novembro de 1867, grande pintor, a crítica foi unânime na consagração de suas telas, não só no Brasil como na Europa, elogiando-lhe a técnica e execução. Na França seus trabalhos obtiveram prêmios e medalhas, além de merecerem exaltação das sumidades que formavam os júris do "Salon". No Palácio do Govêrno de Alagoas há algumas de suas telas, entre as quais merece destaque "La charge", de grandeza heróica, representando uma carga de cavalaria, lembrando um dos episódios épicos de Garibaldi. Morreu aos 29 de abril de 1915. — *Luiz Monteiro de Amorim Lima* — foi poeta, professor, político, tribuno e principalmente jurista. Nasceu Amorim Lima aos 5 de janeiro de 1850. Foi educado no Colégio Pereira do Carmo, o de mais renome da Província. Distinguiu-se sempre como um dos primeiros de sua classe, vindo depois a ser um dos mais provectos professôres do educandário, não obstante a sua pouca idade. Laureado em Direito pela tradicional Faculdade do Recife, exerceu os cargos de professor do Liceu, Promotor da Capital e Procurador dos Feitos da Fazenda, Juiz de Direito de Piranhas, de Penedo, e Desembargador. A primeira organização judiciária do Estado foi obra sua, notando-se que foi o único a aceitar o convite para essa incumbência de que se desempenhou galhardamente, bem como da elaboração do Regimento Interno do Tribunal. Colaborou em vários jornais, mantendo por vêzes sérias polêmicas de que sempre saía com os louros da vitória, porque a verdade e a razão eram sempre as suas armas prediletas. No período de 1895 a 1900, estêve Amorim Lima em Pernambuco, seguramente por três anos exercendo a advocacia nos auditórios do Recife, onde firmou os seus créditos de causídico notável, produzindo sensacionais defesas no júri, lá deixando honrosíssimo conceito. Morreu em 10 de setembro de 1921. — *Aureliano Cândido Tavares Bastos* — nasceu a 20 de abril de 1839 e faleceu em 3 de dezembro de 1875, em Nice, sendo seus restos mortais trasladados para o Brasil. Era diplomado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Intelectual, político, jornalista vibrante, foi eleito deputado por Alagoas um ano depois de sua formatura. Ocupou o lugar de oficial da secretaria dos negócios da Marinha, sendo adepto do Partido Conservador. Dissolvida a Câmara, e formando-se uma coligação entre liberais e conservadores, que tomou a denominação de "Partido da Liga" filiou-se a ela. Nessa fase ocupou uma cadeira na Câmara em duas legislaturas, representando sua província. Em 1854 foi escolhido para secretário da missão especial ao Rio da Prata, obtendo do respectivo Ministro referências elogiosas pela eficiência de seu desempenho. Em 1868, dominando a política conservadora, da qual se tornara antagonista, fêz contra ela enérgica e desassombrada campanha pela imprensa. Já com a saúde muito abalada, embarcou para a Europa em busca de melhoras e lá faleceu. Era membro honorário da Sociedade Histórica de New York. Escreveu uma longa série de artigos políticos na imprensa, "Cartas do Solitário", valioso trabalho relativo à liberdade de cabotagem, abertura do

Amazonas, comunicações com os Estados Unidos, tráfico dos escravos, africanos livres, ensino religioso, considerações úteis e proveitosas sôbre uma reforma administrativa... (1862), "Os males da atualidade e as esperanças do futuro", Rio, 1861; "Vale do Amazonas" (estatísticas, comércio e produção, questões físicas sôbre aquela região contendo um decreto que facultava aos navios de tôdas as nações a navegação não só no Amazonas como nos rios São Francisco e Tocantins), Rio, 1866; "A Opinião e a Coroa"; "Carta política ao Conselheiro Saraiva"; "A situação e o Partido Liberal", 1872; Reforma eleitoral, parlamentar e constituição da magistratura, 1873; "A providência" (estudo sôbre a descentralização do Brasil), Rio, 1870; "Memória sôbre imigração", 1867; "Exposição Nacional" (coleção de artigos concernentes à primeira exposição do Brasil (publicados de 1861 a 1862). Militou também no Correio Mercantil, como redator, em 1868. — *Cassiano Cândido Tavares Bastos* — filho do Conselheiro José Tavares Bastos, nasceu a 12 de novembro de 1844. Político, jurista, secretário de legação, espírito brilhante. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1866. Ao terminar seu curso foi nomeado adido à missão especial por ocasião da guerra do Paraguai, enviado à Bolívia de onde se passou para o Peru, ocupando o cargo de Secretário de legação, Senador federal por sua província em 1890. Foi Juiz de Direito no Ceará e em São Paulo; Chefe de Polícia em Alagoas. Deixou muitos trabalhos publicados, especialmente sôbre legislação e direito. "Praxe Policial"; Repositório de formulários de tôdas as especies de processos policiais de acôrdo com a nova reforma judiciária e jurisprudência dos tribunais, publicado no Paraná, e gratuitamente oferecido a tôdas as autoridades da segurança pública daquela província, numa 2.ª edição (a obra é dividida em sete partes, concretizando tôda a matéria esparsa na legislação do país); Consolidação das leis sôbre organização judiciária, tratando abundantemente sôbre processo criminal e civil; Guia dos Inspetores de quarteirão; Guia dos delegados e subdelegados de Polícia; Empregos e ofícios de justiça, contendo tôda a legislação referente; Processo das execuções civis, comerciais e hipotecárias; Registro Civil dos nascimentos, casamentos e óbitos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atrações turísticas o município de Marechal Deodoro conta com os seguintes pontos: o tradicional "Pôrto do Francês"; o notável e pitoresco banho da "Bica da Pedra"; o Convento de São Francisco, hoje Orfanato São José; a Matriz de Nossa Senhora da Conceição; o antigo Palácio do Governador, etc.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Marechal Deodoro são conhecidos pelo nome de deodorenses.

A velha cidade de Marechal Deodoro guarda em suas linhas tôda a beleza do seu passado histórico. O tradicional Palácio do Govêrno, que hospedou o Imperador Dom Pedro II, quando de sua visita a Alagoas, ainda existe a atestar o fastígio de uma época. Há também aí o Convento de São Francisco, que servia de quartel do 26.º Batalhão de Infantaria e onde está instalado, atualmente, o Orfanato São José. A casa onde nasceu o Marechal Deodoro da Fonseca e o Teatro da Província, são, também, dignos de nota, pelo seu valor histórico.

As principais autoridades do município são: Anatólio Medeiros de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores; Dr. Yvens Gatto, Juiz de Direito; Dr. Edgard de Lima Filho, Promotor Público; e Manoel João dos Santos, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

MATA GRANDE — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O nome de Mata Grande veio do fato de ter a povoação sido edificada junto à serra do mesmo nome, e que é coberta de uma vasta, fértil e verdejante mata.

Os primeiros proprietários do território hoje ocupado pelos municípios alagoanos de Mata Grande, Água Branca, Piranhas e Delmiro Gouveia, foram os capitães-mores Antônio de Souto Macedo, Sebastião de Sá, Francisco de Brá, Teodósio da Rocha, mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco, Baltazar Farias, Damião da Rocha, Antônio de Farias, Diogo de Campos e a famosa Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, da Bahia.

Entretanto, de acôrdo com um documento datado de 14 de janeiro de 1660, verifica-se que foram Sebastião de Sá e Antônio de Souto Macedo os verdadeiros desbravadores e colonizadores das terras marginais do rio dos Cabaços e do seu afluente Capiá. Êste enorme latifúndio era constituído por sesmarias doadas em nome de Sua Majestade, pelo Governador General Francisco Barreto de Menezes, da Capitania de Pernambuco, a Antônio de Souto Macedo e demais condôminos, sem dúvida, em recompensa pelos relevantes serviços prestados por êles na guerra da restauração pernambucana.

Antônio de Souto Macedo e Sebastião de Sá, estabeleceram, em suas terras, seis fazendas de criação, que tomaram, e ainda conservam, os nomes de Itabaiana, Barra do Rio dos Cabaços, Remanso, Cachoeira Grande, Dois Riachos, Lagoa do Pacá e Ouricuri. Possuíam aí 2 000 cabeças de gado bovino, mais ou menos quarenta escravos, certa quantidade de animais cavalares e, em cada uma delas, 2 ou 3 casas de taipa, algumas das quais cobertas de telhas.

Sebastião de Sá fixou residência na fazenda Cachoeira Grande, que fica na ribeira do Canapi, um pouco acima do povoado do mesmo nome, e Antônio de Souza de Macedo, no lugar denominado Itabaiana, próximo à fazenda Branquinha.

O capitão-mor Sebastião de Sá fêz doação de sua propriedade ao colégio dos Padres Jesuítas do Recife (depois Espírito Santo), e igual procedimento teve Antônio de Souto Macedo que, por disposição testamentária, legou seus bens ao citado colégio. Os Jesuítas tomaram posse dessas fazendas por escrituras passadas no dito colégio e na vila de São Francisco (Penedo).

Quando, porém, D. José de Portugal, influenciado por Pombal, extinguiu a Ordem dos Jesuítas e expulsou-os do Brasil e Portugal, êsses bens foram seqüestrados pela Real

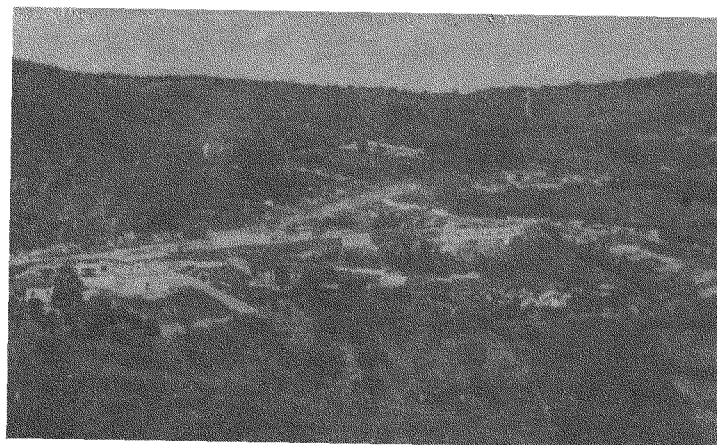
Coroa e vendidos em leilão, realizado em Recife em 1.º de fevereiro de 1764 e ali arrematados pelo capitão-mor João Carlos Dantas, pela quantia de 6 contos e quatrocentos mil réis, sendo quatrocentos mil réis a vista e o restante em cinco prestações, dentro de cinco anos, o que João Carlos Dantas não pôde cumprir, perdendo-os, em seguida, em virtude de novo seqüestro, promovido pela Real Coroa. Entraram, por isso, em novo leilão, realizado ainda em Recife, onde foram arrematadas pelos capitães Cipriano da Cunha e Francisco Gomes de Sá, filho de Sebastião de Sá. Por falecimento de Francisco Gomes de Sá, passaram algumas destas terras a seu filho, o comandante Cipriano Gomes de Sá, residente, então, na fazenda Gravatá, do atual município pernambucano de Petrolândia.

O povoamento do núcleo que deu origem à atual cidade de Mata Grande teve início em 1791, quando, por escritura de doação, João Gonçalves Teixeira e sua mulher, Maria Luiza, doavam uma parte de terra, denominada Cumbe, situada nas Matas de Santa Cruz, para aí ser edificada uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Segundo o escritor Djalma Mendonça, foi, portanto, Cumbe a primeira denominação daquelas terras, as quais estavam situadas na região serrana de Mata de Santa Cruz. Cumbe é, ainda hoje, o nome dado a uma fonte perene que abastece a cidade e ao contraforte da Serra da Onça.

De acôrdo, ainda, com a escritura acima citada, sabe-se que João Gonçalves Teixeira instalou uma fazenda de gado que constitui o primeiro núcleo de população, o qual estava localizado onde se encontra hoje a cidade de Mata Grande. João Gonçalves erigiu, logo abaixo de sua residência, uma capelinha de taipa que, como era de praxe, servia também de cemitério, ao lado esquerdo do atual prédio do grupo escolar. Ergueu, em frente, grande cruz de madeira, feita do tronco de enorme maçarandubeira ali existente. Dessa árvore de gigantesco porte, herdou o arraial o nome de Mata do Pau Grande. Escrituras de 1808, documentam-lhe o nome de Mata do Pau Grande, da freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu. Sua denominação passou a ser Mata Grande, em 1835, quando foi anexada, como têrmo, à comarca de Penedo.

O município de Mata Grande tem sido teatro de sérias lutas políticas, nestes últimos tempos. Em 1950, por ocasião do pleito geral realizado em 3 de outubro, originou-se grande conflito entre poderosos grupos locais, chefiados de um lado pelo então Prefeito Moacir Peixoto, e do outro, por elementos da família Malta. Houve cerrado tiroteio e na luta viram-se envolvidas personalidades da política estadual, entre as quais o Senador Ismar de Góis Monteiro, que saiu ferido. Em conseqüência dêsses lamentáveis acontecimentos perderam a vida o comerciante Eustáquio Malta e seus filhos Sônia e Ubaldo Malta.

Em 18 de março de 1837, por Resolução provincial n.º 18, de 18 de março do mesmo ano, foi a povoação de Mata Grande elevada à categoria de vila e freguesia, com a condição de seus habitantes construírem a Casa da Câmara e uma cadeia pública, exigência revogada em 1838, pela Lei n.º 3, de 22 de janeiro, em virtude de ter a lei orçamentária da Província destinado certa quantia à construção dos aludidos edifícios. Mata Grande perdeu, toda-

Vista panorâmica da cidade

via, pela Lei n.º 43, de 4 de maio de 1846, as prerrogativas de vila que lhe foram outorgadas pela Resolução de 18 de março de 1837, sendo incorporado a Traipu, vindo a readquiri-las seis anos depois em virtude da Lei n.º 197, de 28 de julho de 1852. Tomou o nome de Paulo Afonso pela Lei n.º 516, de 30 de abril de 1870, sancionada pelo Presidente José Bento da Cunha Figueiredo, quando ainda o seu território abrangia a famosa cachoeira. A Lei n.º 328, de 5 de junho de 1902, assinada pelo seu ilustre filho, Dr. Euclides Vieira Malta, então Governador do Estado, elevou-a à categoria de cidade, conservando-lhe o nome de Paulo Afonso, até que, em 25 de maio de 1929, voltou ao de Mata Grande, por terem cessado, com a criação do município de Água Branca, os motivos de ordem histórica e geográfica que lhe deram o nome de Paulo Afonso. Do seu território foram desmembrados os municípios de Pão de Açúcar, em 1854, e Água Branca, em 1875.

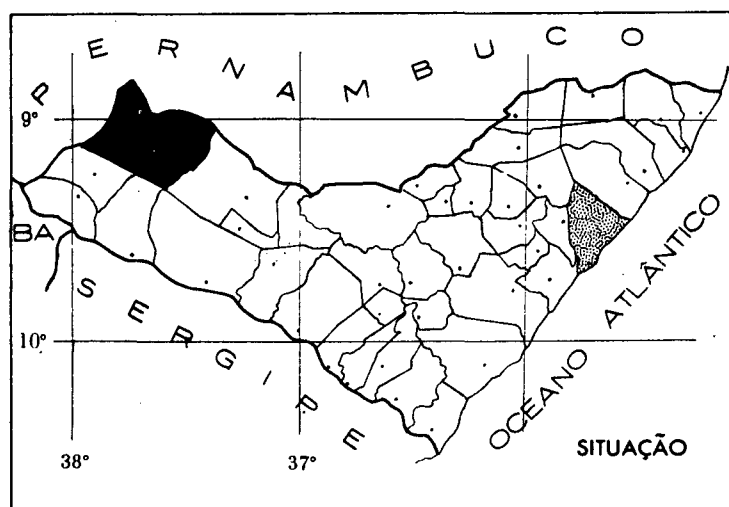
Em 1835, Mata Grande fêz parte da comarca de Penedo, da qual se desmembrou por determinação provincial n.º 19, de 28 de abril do mesmo ano, passando a pertencer ao têrmo de Pôrto da Fôlha (atual Traipu), criado pelo referido ato. A sua comarca foi criada pela Lei n.º 233, de 3 de março de 1854, abrangendo o têrmo de Pão de Açúcar. Em 1875, perdeu o de Pão de Açúcar, com a criação dessa comarca, e teve o de Santana desmembrado do de Penedo. Em 1877 perdeu êste último, que passou a Traipu. Em 1911, por Lei n.º 645, de 17 de junho, foi a comarca suprimida, passando como têrmo à comarca de Água Branca; por Decreto n.º 518, de 15 de julho do mesmo ano, foi restaurada sua comarca. Em 1923, recebeu o têrmo de Piranhas, que perdeu em 1929. Em 1931, segundo o Decreto n.º 1 500, era têrmo de Água Branca. Voltou a ser comarca pela Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949.

A freguesia, que foi criada pela Resolução n.º 18, de 18 de março de 1837, está sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, e subordina-se eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um distrito único.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Gentil de Albuquerque Malta. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 3 425, sendo de 2 164 o total de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo oeste do Estado, o município de Mata Grande avança até a divisa com o Estado de Pernambuco e pertence à chamada Zona Fisiográfica Serrana. Por seu aspecto, recursos naturais e clima, pode ser dividido em duas subzonas fisiográficas: a das Serras, onde predominam as culturas agrícolas e se encontram os engenhos de rapadura; e a das "caatingas", onde se encontram fazendas de criação. Limita ao norte e oeste com o Estado de Pernambuco; ao sul, com os municípios de Água Branca e Piranhas; e a leste com Santana do Ipanema. Localizada em terreno muito elevado, sob a influência das serras que a circundam, a cidade de Mata Grande constitui o centro urbano mais alto do Estado.

Dista 225 quilômetros, em linha reta, da Capital Estadual e tem as seguintes coordenadas geográficas: .... 9° 06' 42" de latitude Sul e 37° 42' 00" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 635 metros. A maior altitude do município e do Estado se encontra na Serra da Lagoa de Santa Cruz, a 833 metros.

CLIMA — O clima de Mata Grande é muito ameno no verão e frio-sêco no inverno. A temperatura máxima, observada em 1956, foi de 33,9°C, e a mínima, de 15,3°C. A cidade, localizada na serra, possui um dos melhores climas do Estado. A época mais chuvosa é de junho a julho, e a mais quente vai de dezembro a março. Pela sua posição geográfica a sede municipal não está sujeita a inundações ou enchentes fluviais.

ÁREA — A superfície territorial de Mata Grande, de acôrdo com os dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 1 906 quilômetros quadrados, sendo, assim, o maior dos municípios alagoanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficas são: Rio Moxotó, que serve de limite entre Alagoas e Pernambuco; rio Capiá ou dos Cabaços, na linha divisória de Mata Grande com Santana do Ipanema; rio Canapi, próximo à sede municipal; riachos Grotão e Cumbe, tributários do Moxotó; serra da Lagoa de Santa Cruz, com 833 metros de altitude, considerada o ponto culminante do Estado de Alagoas; serras do Sobrado, do Sabonete, do Vento, do Parafuso, da Lagoinha, do Lamarão e da Boa Vista. No município encontram-se pequenas lagoas, formadas por aguas pluviais, destacando-se as seguintes: Santa Cruz, no alto da serra do mesmo nome, "semelhante a enorme cratera de vulcão extinto"; lagoas Santa Rosa, Pacá, Agostinho, Tatu, Jurema, Xique-Xique, Quipá, Vermelha, Roncador e Inhapi. Nesta última, em recente escavação, foi descoberto grande depósito de ossos fossilizados, pertencentes, talvez, a gigantescos animais da época terciária.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre os produtos de origem vegetal, encontram-se madeiras para construção, como aroeira, baraúna, caraibeira e coração-de-negro; plantas medicinais, como alecrim, cardo-santo, cebola-brava, juàzeiro, malva e quina-quina; fibras, como agave e caroá; e cipós diversos. As peles de animais silvestres representam as riquezas animais.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, a população do município é de 37 069 habitantes (17 846 homens e 19 223 mulheres), assim distribuída: Zona Urbana — 1 437; Zona Suburbana — 959; e Zona Rural — 34 673.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Recenseamento encontrou uma população de 2 396 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem outros núcleos de população tais como: povoado Canapi, situado à margem esquerda do rio do mesmo nome e a 14 quilômetros da sede municipal. Possui 250 cassas, 600 habitantes, luz elétrica, Agência dos Correios, uma escola municipal e uma feira bastante movimentada, aos domingos; povoado Inhapi, localizado ao pé da serra dos Grudes, conta 130 casas e cêrca de 400 habitantes. Possui luz elétrica, uma feira, e duas escolas primárias; povoado Santa Cruz do Deserto, núcleo habitacional antiquíssimo, cuja igreja foi construída no ano de 1770. Conta 100 casas e cêrca de 300 habitantes. Possui duas escolas primárias; povoado Capiá, localizado à margem do rio Capiá ou dos Cabaços, com cêrca de 40 casas e 100 habitantes. Possui uma escola municipal e uma capela construída no século passado; Forquilha, um pequeno arraial situado nos limites com o Estado de Pernambuco, conta cêrca de 20 casas, 60 habitantes e uma capelinha.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agricultura. A pecuária, ainda pouco desenvolvida, constitui apenas uma atividade subsidiária, pouco influindo na economia local.

Agricultura — O Recenseamento Geral de 1950 demonstrou que a população de Mata Grande é predominantemente de agricultores, pois dos seus 37 069 habitantes, 34 673 estavam espalhados na zona rural, prevalecendo o sistema de pequenos sítios onde os seus proprietários cultivam os cereais, a mandioca, a cana-de-açúcar e frutas. O rico solo do município produz todos os vegetais de cultura apropriada aos terrenos do Nordeste. A cana-de-açúcar e o café, embora em pequena escala, são cultivados nas suas terras roxas, alimentando, a primeira, várias engenhocas de rapadura. Mata Grande é o segundo produtor de feijão

do Estado, sendo apenas superado por Santana do Ipanema.

Segundo os dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	6 000	4 500
Mandioca	Tonelada	6 600	3 520
Milho	Saco de 60 kg	10 000	1 400
Algodão herbáceo	Arrôba	8 000	720
Algodão arbóreo	Arrôba	4 800	432

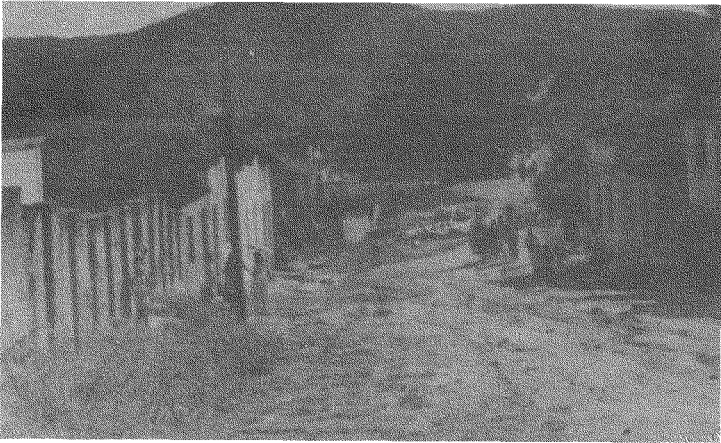
Pecuária — A pecuária em Mata Grande, ao contrário do que vem acontecendo em outros municípios alagoanos, tem cedido lugar à cultura da terra. Existe apenas uma pequena criação de gado bovino, lanígero e caprino, predominando entre os bovinos, a raça crioula e o cruzamento desta com a espécie zebu. As pastagens, em sua maioria, são naturais, havendo, também, grandes plantações de palma forrageira. A produção de gado, quase tôda, destina-se ao próprio município; entretanto, várias boiadas são conduzidas anualmente aos mercados de Pernambuco.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	10 500	16 800
Eqüinos	4 000	3 200
Muares	2 400	3 360
Asininos	2 800	700
Ovinos	12 000	1 440
Caprinos	13 000	1 560

Indústria — O principal ramo industrial é o de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas. De acôrdo com o Registro Industrial de 1956, há no município 107 casas de farinha e 26 engenhocas de rapadura. As pequenas atividades industriais compreendem a manufatura, transformação e confecção rudimentares de rêdes de algodão, calçados populares, telhas, tijolos e objetos de barro, cordas de fibras vegetais, chapéus de palha de palmeiras, esteiras, cestas e caçuás. Existe uma pequena indústria de laticínios que não é suficiente para o abastecimento local.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade de Mata Grande existem 7 estabelecimentos atacadistas e 28 firmas varejistas, negociando tecidos e gêneros alimentícios. O movimento é feito principalmente com a praça de Arcoverde e outros centros do sertão pernambucano. Mata Grande importa tecidos, ferragens, açúcar, charque, farinha de trigo, etc. Os principais produtos exportados são: feijão, milho, algodão, couros e peles, e mamona. O giro comercial dos principais estabelecimentos da sede municipal atingiu, em 1956, a Cr$ 10 000 000,00.

Quanto ao movimento bancário, é feito através de uma Agência do Banco do Nordeste, existente na sede municipal, e da Agência do Banco do Brasil de Santana de Ipanema.

Outro aspecto parcial da cidade

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além de pequenas rodovias construídas pelo Govêrno Municipal, Mata Grande é servido pela estrada de rodagem do Serviço de Obras Contra as Sêcas, cuja extensão, dentro do município, é de 54 quilômetros.

As ligações com as cidades vizinhas são as seguintes: Água Branca — 42 quilômetros; Piranhas — 59 quilômetros; Santana do Ipanema — 70 quilômetros; e Inajá (PE) — 39 quilômetros.

Para a Capital Estadual o percurso é de 280 quilômetros.

Funciona na sede municipal uma agência postal-telegráfica e no povoado Canapi, uma agência postal, mantidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mata Grande está dividida em parte alta e parte baixa, antigamente conhecidas como "rua de cima" e "rua de baixo". É servida de iluminação elétrica com 210 ligações e possui 20 logradouros, entre os quais 7 pavimentados a paralelepípedos. Conta com 3 hotéis, 650 prédios e uma população de 2 396 habitantes. Lá se encontram vários prédios assobradados de estilo antigo e o prédio secular da cadeia pública. Os edifícios modernos mais importantes são: Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Prefeitura Municipal e Igreja-Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Sob o ponto de vista médico-sanitário, o município de Mata Grande conta apenas com um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, que, aliás, não está funcionando; com uma farmácia; e um dentista no exercício da profissão.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o número de pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, atingiu 879, na sede municipal.

Ensino — Existem no município 38 unidades de ensino primário geral, sendo 1 Grupo Escolar, 28 escolas isoladas e 9 cursos supletivos de alfabetização. Do referido total, 6 estabelecimentos estão localizados na cidade e o restante na zona rural.

O número total de matriculados, em todos os estabelecimentos do município era de 1 341 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	174	...	703	...	812
1951.......	167	...	858	383	815
1952.......	192	...	991	388	935
1953.......	190	...	1 180	343	1 081
1954.......	180	...	1 192	381	694
1955.......	190	...	...	...	...
1956.......	198	2 000	1 170	...	...
1957 (1)....	—	1 644	830	—	—

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos religiosos do município realizam-se nas seguintes datas: festa de Nossa Senhora da Conceição, em 1.º de janeiro, sendo a principal, visto ser a da padroeira; festa de São Sebastião, em 20 de janeiro; festa de Santa Cruz do Deserto, em 3 de maio; festa de Nossa Senhora do Rosário, em 6 de outubro. São elas precedidas por novena de devoções e encerradas com procissão acompanhada de grande massa de povo.

Já foram muito animados os festejos populares em Mata Grande. Pelas festas do Natal eram ensaiados reisados, quilombos e marujadas, etc. Com a morte, em 1928, do grande folião Manuel do Amaral Canuto (Né Botinha), houve o desaparecimento quase total dos festejos populares.

Atualmente, vez por outra, ensaiam algum folguedo tradicional, de preferência quilombo ou reisado, onde cantam versos modernos, misturando motivos políticos, críticas, etc.:

"Minha gente venha ver,
Coisas para admirá...
Mata Grande ser cidade
Canapi ser capitá".

Referem-se ao crescente progresso da povoação Canapi, que vem despertando os ciúmes da sede do município.

VULTOS ILUSTRES — *D. Antônio Manuel de Castilho Brandão* — 1.º Bispo de Alagoas; nasceu em 14 de agôsto de 1849 e faleceu em Maceió, a 15 de março de 1910; — Dr. *Félix Moreno Brandão* — nascido em 26 de novembro de 1825. Fêz a campanha do Paraguai, onde chegou ao pôsto de major; — Dr. *Euclides Vieira Malta* — foi deputado provincial e estadual, intendente municipal de Maceió, deputado federal em várias legislaturas e três vêzes Governador de Alagoas; — Dr. *Artur Guimarães de Araújo Jorge* — grande escritor e jurisconsulto, fêz brilhante carreira diplomática, começando como Secretário do Barão do Rio Branco, tendo atingido o pôsto de embaixador em vários países; — Dr. *Joaquim Paulo Vieira Malta* — Secretário de Estado dos Negócios do Interior, em Alagoas, Governador do mesmo Estado e Senador Federal; — Doutor *José Maria Correia das Neves* — exerceu com proficiência vários cargos públicos, inclusive o de Secretário do Interior, e interinamente o de Interventor Federal em Alagoas. Faleceu em 15 de agôsto de 1953, como Diretor-Geral da Secretaria do Interior; — Dr. *Olavo de Campos Mendonça* — foi Juiz Municipal, poeta e jornalista; — Doutor *José Augusto de Oliveira* — eminente homem de letras e notável latinista. Exerceu o cargo de Juiz de Direito de uma das varas da Capital Federal; — *Renato de Mendonça Canuto* — nasceu em Mata Grande, em 28 de março de 1917 e faleceu em Petrópolis, em 31 de outubro de 1954. Funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo, como Inspetor, servido nas Inspetorias Regionais de Estatística de Maceió, Natal, Cuiabá e Pôrto Alegre; — Tenente-coronel *Pedro Vieira Júnior* — prestigioso chefe liberal do município no segundo Império.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Mata Grande são chamados mata-grandenses.

As autoridades municipais são: Joaquim Brandão de Alcântara, Presidente da Câmara; Dr. Joviniano de Almeida Rodas, Juiz de Direito; José Marinho de Melo, Promotor Público; Antônio Rodrigues Malta, Delegado de Polícia; e padre Aloísio Viana Martins, Vigário da Paróquia.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

MURICI — AL

Mapa Municipal na pág. 270 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — É considerado fundador de Murici o monge Frei Domingos.

Foi primitivamente uma povoação pertencente à antiga Vila dos Macacos, depois Imperatriz, Santa Maria Madalena e hoje União dos Palmares.

À sombra de um "muricizeiro bravo" que, segundo a lenda, fôra plantado por um monge, em 1810, paravam os viajantes, almocreves e ciganos, para descansar e mostrar seus produtos. Recuperadas as fôrças, partiam em busca de outras povoações. Veio daí o nome que se estendeu ao local, povoado, vila e depois cidade.

Aos poucos a povoação foi crescendo, surgindo aqui e ali casebres denominados "testa de bode", e destinados à compra de algodão em rama, sua primitiva cultura. Os "macaquitos da Imperatriz", como eram conhecidos os habitantes da localidade, construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em 1829, foi a referida capela reconstruída por Frei Cassiano e Frei João, ficando sob a invocação de Nossa Senhora das Graças. Sabe-se que no início do século XIX já existia o povoado de Murici.

É conhecido um documento onde o Padre Joaquim Lopes, português, declara residir com sua família no sítio das Pedreiras desde 1809. Perseguido como traidor, por ocasião do movimento Mata-Marinheiro, contra os portuguêses, refugiou-se aquêle padre na povoação e aí permaneceu até 1856, quando morreu, vítima da cólera-morbo. Foi um grande batalhador. Apesar de lusitano, tornou-se grande defensor da nossa independência, fundando a Sociedade Patriótica Defensora, primeiro grêmio político existente no município.

De 1855 a 1860 foi um período de grande agitação no município. A luta política entre os partidos Liberal e Conservador assumiu sérias proporções. Numa das eleições realizada na igreja local, penetraram no recinto cêrca de 40 elementos armados, chefiados por seguidores do Barão de Jequiá, havendo muitas mortes. Nessa ocasião, com a imagem de Cristo, o Padre Joaquim Lopes conseguiu serenar os ânimos.

Novas agitações surgiram, visando a política do Barão de Jaraguá derrubar a Junta Governativa, composta do capitão Bruno Lopes Ferreira, Vasco Marinho, Gama de Melo, Vieira Peixoto, cônego Calheiros, um elemento da família Holanda e outro da Cansanção.

Murici começou a progredir em 1882, com a inauguração da via férrea, que se deu no dia 12 de novembro daquele ano.

A freguesia foi criada em 1861, pela Lei número 382, de 27 de julho, sob a invocação de Nossa Senhora das Graças, situada na jurisdição da Arquidiocese de Maceió.

Em 16 de março de 1872, pela Lei número 626, foi criada a vila, sendo desmembrada do município da vila da Imperatriz, depois União dos Palmares, efetuando-se sua instalação em 3 de julho do mesmo ano. De seu município nenhum outro foi desmembrado. A Lei número 15, de 16 de maio de 1892, elevou-a à categoria de cidade.

As primeiras eleições municipais realizaram-se em 30 de novembro de 1891, sendo eleito Presidente da Câmara Municipal o coronel Inácio Alves Moreira. O primeiro intendente eleito, pelo partido Conservador, foi o coronel João da Rocha Acioly.

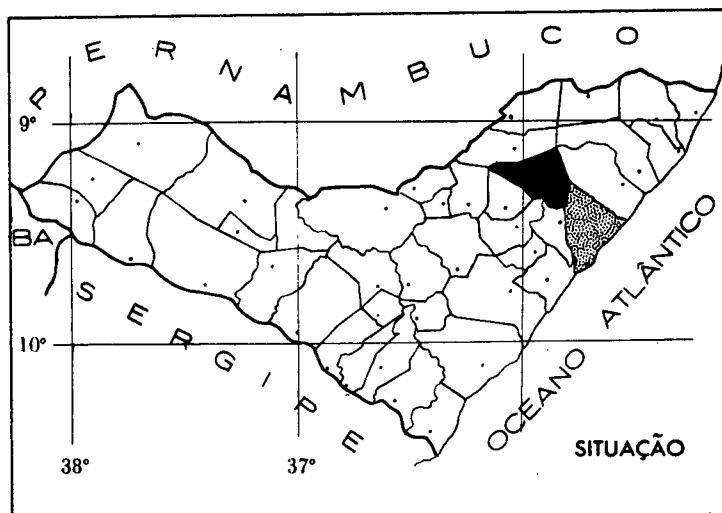
O têrmo de Murici, cuja vila foi escolhida para cabeça de comarca de Imperatriz, o que durou pouco tempo, fêz sempre parte dessa comarca até a criação da comarca de Murici, em 1893. Extinta depois a comarca, foi mais tarde restaurada pelo Decreto número 1 896, de 16 de março de 1934.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: Murici, Branquinha e Messias.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Pedro Timóteo Filho. Os eleitores inscritos no último pleito somavam 5 320, sendo de 2 518 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

Vista parcial da Praça Vigário José Roberto

LOCALIZAÇÃO — Localizado na parte nordeste do Estado, o município de Murici pertence à chamada Zona Fisiográfica da Mata. Limita ao norte com União dos Palmares e Passo de Camaragibe; ao sul, com Rio Largo; a oeste, com Viçosa, Capela e Atalaia; e a leste, com São Luiz do Quitunde e Maceió.

A cidade está edificada numa vasta planície, à margem esquerda do rio Mundaú. Dista 45 quilômetros em linha reta da capital Estadual e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 19' 04" de latitude Sul e 35° 58' 41" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 15 metros.

CLIMA — O clima de Murici é temperado. A temperatura média das máximas é de 34°C. A época mais chuvosa vai de maio a agôsto, e a mais quente, de novembro a março. Durante o inverno a cidade é sujeita a inundações, provenientes dos rios Mundaú e Beberibe.

ÁREA — A superfície de Murici, de acôrdo com os dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 680 quilômetros quadrados, sendo o maior município da Zona da Mata.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico de Murici é o rio Mundaú, que tem sua nascente no município pernambucano de Garanhuns e deságua na lagoa de igual nome, depois de um curso de 55 quilômetros de extensão. Banha no município os distritos de Murici, Branquinha e Messias. Os riachos Branca Grande e Suia, que nascem nas serras do Riachão e do Chapéu, banham os distritos de Murici e Branquinha com um curso respectivamente de 5 e 6 quilômetros. O riacho Mina Nova vem do município de São Luiz do Quitunde e tem como foz o açude Bititinga, banhando o distrito de Messias. Seu curso é de 14 quilômetros de extensão. São todos êles perenes, o que empresta à hidrografia do município aspecto digno de relêvo.

Na parte orográfica, o município de Murici apresenta como de mais importantes as serras do Cafuxi, de formação argilosa, com uma altitude aproximada de 500 metros, e a das Bananeiras, com idêntica formação, tendo uma altitude de 400 metros. Como de menor importância aparecem as serras do Riachão e do Chapéu, ambas de formação argilo-arenosa, distando 14 quilômetros da sede municipal.

Vista parcial da Praça João Pessoa

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Murici possui um solo rico em argila e que vem sendo aproveitado para a fabricação de telhas, tijolos e ladrilhos.

De merecido destaque é a extração de madeira para lenha e carvão vegetal. As suas matas oferecem grande quantidade de plantas oleaginosas e medicinais, que são exploradas grandemente e que influem na economia do município.

POPULAÇÃO — Segundo os dados colhidos pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Murici era de 35 462 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal existem no município as seguintes aglomerações urbanas: vila de Branquinha — com 405 habitantes e cêrca de 137 moradias. É servida de iluminação elétrica e possui 4 escolas de ensino primário; e vila de Messias — com 504 habitantes, 167 prédios e 2 estabelecimentos de ensino primário. Também é servida de iluminação elétrica.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem outros núcleos de população: povoado Santo Aleixo — com 74 prédios e 205 habitantes; povoado Esperança — com 84 prédios e 254 habitantes; Usina São Simeão — com 147 prédios e 449 habitantes; Usina Alegria — com 115 prédios e 350 habitantes; Usina Bititinga — com 80 prédios e 225 habitantes; e Fazenda Nicho — com 17 moradias e 70 habitantes. Esta é ponto de parada da Rêde Ferroviária do Nordeste — ramal Maceió—Recife.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômico-financeira do município é a agro-indústria da cana-de-açúcar. Como agriculturas subsidiárias devem ser mencionadas as da mandioca e dos cereais, especialmente milho e feijão.

Agricultura — As terras de boa qualidade são quase em tôda a sua extensão cobertas de cana-de-açúcar, oferecendo paisagem própria aos grandes centros canavieiros.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	352 000	61 600
Feijão	Saco de 60 kg	8 050	4 830
Mandioca	Tonelada	8 464	6 659
Algodão	Arrôba	10 300	1 133
Milho	Saco de 60 kg	4 570	503

Pecuária — A pecuária é de pouca importância para a economia do município. As raças preferidas pelos criadores são nelore e crioula, na espécie bovina. Existem no município boas pastagens, tanto naturais como artificiais.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 630	38 520
Eqüinos	3 720	9 300
Asininos	330	330
Muares	970	1 940
Suínos	3 320	2 988
Ovinos	2 700	486
Caprinos	3 802	646

Indústria — A indústria é o principal fator econômico de Murici, sobressaindo a indústria da cana-de-açúcar, contando o município com as seguintes usinas: Bititinga, São Semeão e Alegria, tôdas elas situadas na zona rural. São usinas modernas, cuja produção influi grandemente na economia do Estado. Além delas, o município conta, ainda, 5 engenhos de açúcar bangüê. A produção das usinas, segundo revelou o Registro Industrial, referente ao ano de 1956, foi de 366 062 sacos de 60 quilogramas, atingindo a importância de Cr$ 113 829 731,00.

Como sub-ramo da indústria salienta-se, em primeiro plano, a da farinha de mandioca, com cêrca de 140 estabelecimentos produtores (casas de farinha), vindo logo a seguir a da aguardente de cana.

COMÉRCIO E BANCOS — É regularmente desenvolvido, embora não conte o município com grandes casas comerciais, as chamadas casas grossistas, em vista da pequena distância que o separa da capital do Estado, e a facilidade dos seus meios de transporte. As praças com as quais o município mantém relações comerciais são: Maceió, neste Estado; e Recife, no vizinho Estado de Pernambuco. Os principais produtos importados são: tecidos, charque, medicamentos, e outros gêneros de primeira necessidade. Dentre os exportados devem-se mencionar o açúcar, o álcool e as frutas. Há na sede municipal três estabelecimentos grossistas e 23 varejistas, além de outras pequenas casas comerciais. O giro dos estabelecimentos comerciais sediados na cidade de Murici atingiu a cifra de Cr$ 14 500 000,00 para o ano de 1956.

Não há bancos ou agências bancárias no município. O movimento de crédito é feito na capital do Estado e na

Aspecto parcial da Praça João Pessoa, por ocasião da distribuição de roupas, feita pela L.B.A., no dia de Natal

Agência do Banco do Brasil na vizinha cidade de União dos Palmares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Murici é servido por estradas de rodagem e pela antiga companhia inglêsa — Great Western —, hoje Rêde Ferroviária do Nordeste. Dista a cidade de Murici da capital do Estado: 62 quilômetros (ferrovia) e 58 quilômetros (rodovia). As ligações com os municípios limítrofes são as seguintes: Atalaia — 56 quilômetros (rodovia) e 55 quilômetros (ferrovia); Capela — 26 quilômetros (rodovia) e 68 quilômetros (ferrovia); Rio Largo — 31 quilômetros (rodovia) e 31 quilômetros (ferrovia); União dos Palmares — 23 quilômetros (rodovia) e 23 quilômetros (ferrovia); e a São Luís do Quitunde — 72 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na sede municipal, uma agência postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está localizada numa vasta planície às margens do rio Mundaú. Possui 2 000 prédios e uma população de 3 550 habitantes. A cidade é servida de iluminação elétrica, havendo cêrca de 550 ligações domiciliares. Conta a sede municipal 18 ruas, sendo algumas delas pavimentadas. É dotada de um bom serviço de água canalizada. Funciona ali um cinema com sessões diárias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Essa modalidade de assistência se resume apenas em um Pôsto de Higiene e Saúde, de dependência estadual; um Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência; um Pôsto de Assistência do SESI; e o Serviço Médico da Usina São Semeão.

Há apenas um médico e um dentista no exercício da profissão, e duas farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município de Murici conta com uma Sociedade de Previdência Mortuária, que se destina a conceder auxílio, em caso de morte, aos seus associados. Foi fundada em 1910, e tem no seu quadro social 295 pessoas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo a apuração do Censo de 1950, existiam no município 4 181 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos a mais, como se segue: cidade de Murici — 1 168; vila de Branquinha — 187; vila Messias — 158; e 2 668 no quadro rural.

Ensino — O ensino, na sede do município, é fomentado por 1 Ginásio no seu primeiro ano de funcionamento, com a matrícula de 54 alunos; 1 Grupo Escolar, com 287 alunos; 6 escolas isoladas municipais, com um total de 210 alunos; 2 escolas da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, com 80 alunos; 1 Escola Paroquial, com 30 matriculados; e um Curso de Corte, Costura e Arte Culinária do SESI, com cêrca de 45 alunos.

Nas sedes das vilas e na zona rural se contam 23 escolas isoladas, com 930 alunos de ambos os sexos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de uma Associação Desportivo-Recreativa, denominada Campo Grande Esporte Clube, e um cinema com capacidade para 250 pessoas.

Vista da Usina Alegria

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 175	1 645	1 233	801	1 251
1951	1 183	2 634	1 739	1 185	1 603
1952	1 028	3 487	1 765	1 092	1 720
1953	519	2 151	1 928	999	1 553
1954	904	5 841	2 471	1 466	1 700
1955	1 453	6 607	2 757	1 956	2 215
1956	4 427	11 706	4 061	2 889	3 370
1957 (1)	—	7 311	3 178	1 897	3 178

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festas religiosas levadas a efeito no município, sobressai a de Nossa Senhora das Graças, que se realiza no dia 2 de fevereiro de cada ano; sendo a festa da Padroeira, é a mais animada e concorrida, atraindo grande número de fiéis das cidades vizinhas. As festas de Santa Teresa, São Severino e Nossa Senhora da Conceição, nos meses de setembro, outubro e novembro, também são dignas de nota. A procissão do Senhor Morto, na Semana Santa, e a de Corpo de Deus contam grande acompanhamento de fiéis.

Os folguedos populares que geralmente se exibem nas festas públicas em Murici são Guerreiros, Pastoris, Baianas e Cavalhadas. De alguns anos para cá as escolas-de-samba de inspiração carioca têm modificado o colorido das festas folclóricas do município, com o fantasiado dos trajos e o som dos seus instrumentos de percussão.

VULTOS ILUSTRES — Como vultos ilustres figuram os nomes seguintes: coronel *Tito de Barros* — Poeta e jornalista; Padre *José Monteiro* — Orador e literato; professor *Aurino Maciel* — Grande educador; *Augusto Calheiros* — Cantor de rádio e teatro; *Jacinto Barbosa* — Construtor e idealista; Padre *José Roberto* — Orador sacro e vibrante homem de letras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Murici são conhecidos pelo nome de muricisenses.

Existem em Murici os seguintes cartórios: do Primeiro e do Segundo Ofício, e mais três cartórios do Registro Civil, sendo um na sede, um no distrito de Branquinha, e o outro no distrito de Messias.

As principais autoridades municipais: Dr. Edgar de Souza Machado, Juiz de Direito; Padre Estêvão da Rocha, Pároco; Dr. Clóvis de Mendonça Braga, Promotor Público; Dr. José Martins Filho, Adjunto de Promotor Público em exercício; Júlio Carlos Romeiro, Presidente da Câmara de Vereadores; Mário Duarte de Barros, Escrivão do Primeiro Ofício; João Duarte de Barros, Escrivão do Segundo Ofício.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

ÔLHO-D'ÁGUA DAS FLÔRES — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

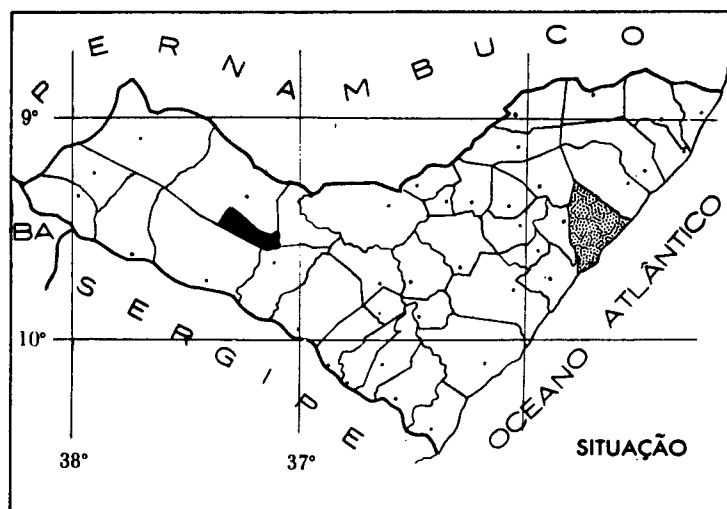
HISTÓRICO — Em 1800, o Padre Antônio Duarte, que viera para a região com a finalidade de catequese, encontrando um ôlho-d'água ao pé de uma serra, aí resolveu fixar-se, construindo, depois, uma choupana, que passou a ser ponto de pouso dos que transitavam pelo local. Perto dessa nascente brotou uma árvore, provàvelmente um "Pau-d'Arco". Na época de floração cobria-se de tantas flôres que, tangidas pelo vento, suas pétalas formavam verdadeiro tapête à superfície da água. Êsse fato, repetindo-se várias vêzes, fêz com que os viajantes que passavam pela "rancharia" do Padre Antônio Duarte, denominassem-na Ôlho-d'Água das Flôres, nome que a tradição conserva ainda.

Ôlho-d'Água das Flôres continuou por muito tempo um simples pouso para os viajantes, até que, em 1884, veio residir na localidade Ângelo de Abreu, cidadão trabalhador que, aos poucos, foi incentivando a agricultura e a pecuária, construindo estradas carroçáveis, açudes, etc. Edificou uma capela sob a invocação de Santo Antônio, padroeiro da localidade. Data, daí, o início da povoação.

A Lei número 108, de 24 de agôsto de 1948, criou o distrito judiciário de Ôlho-d'Água das Flôres, no município de Santana do Ipanema. Pela Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949, foi elevado à categoria de distrito administrativo. A Lei número 1 748, de 2 de dezembro de 1953, criou o município de Ôlho-d'Água das Flôres, com território desmembrado do de Santana do Ipanema. A freguesia está sob a invocação de Santo Antônio e é subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

De acôrdo com a Lei de Organização Judiciária (Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952), o novo município é comarca; entretanto, até a presente data ainda não foi instalada, e seus trabalhos judiciários são realizados em Santana do Ipanema. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito, o da sede municipal.

A atual legislatura foi instalada em 1955, sendo Prefeito por eleição o Sr. Orlando Augusto Melo. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado na Zona Fisiográfica Sertaneja e limita ao norte com Santana do Ipanema; ao sul, com Pão de Açúcar; a leste, com Major Izidoro; e a oeste, com Santana do Ipanema.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima de Ôlho-d'Água das Flôres varia consideràvelmente, podendo classificar-se de temperado. No inverno é frio-sêco, chegando o termômetro a registrar 12°C; no verão eleva-se a 36°C à sombra. O município faz parte do Polígono das Sêcas, com estiagem prolongada.

ÁREA — De acôrdo com os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Geografia, Ôlho-d'Água das Flôres tem uma área de 184 quilômetros quadrados. É um dos menores do Estado e o menor de todos os municípios que formam a Zona Sertaneja.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O terreno apresenta-se acidentado, com ondulações, revestido de caatingas. Como saliências naturais, destacam-se a serra do Gavião, que é o ponto culminante do município; a do Lunga; a do Chico, que circunda o território municipal; a do Caburé; a do Mantiqueiro; e o Serrote de Baixo, de menor altitude, que se apresenta revestida de matas.

Existem muitas lagoas de águas pluviais, destacando-se as do Arroz, Luiza, Queimada e do Pedrão, sendo esta de águas perenes, que muito ajuda os criadores da região.

Há no município quatro açudes, sendo dois, Jacomar e Caburé, de iniciativa particular, e dois, de construção oficial, Ismar de Góis Monteiro e Caetetu o primeiro estadual e o segundo municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Situado em plena Zona Árida do Sertão Alagoano, poucas são as suas riquezas naturais. Pode-se, entretanto, destacar a argila que fornece à economia do município uma elevada cota percentual de produção através de olarias e de outros fabricos de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, em cuja ocasião Ôlho-d'Água das Flôres era distrito de Santana do Ipanema, a sua população era de 11 168 habitantes (5 292 homens e 5 876 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 704; quadro suburbano — 375; e quadro rural — 10 089 habitantes, o que dá ao município aspecto eminentemente rural.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Recenseamento Geral de 1950 encontrou uma população de 1 079 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município fundamenta-se na atividade agropecuária. A terra é fértil e produtiva. Dentre as pessoas maiores de 15 anos, 40 por cento estão ocupadas na atividade agrícola.

Segundo apuração realizada pelo Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas do município, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Saco de 60 kg	63 000	7 560
Mandioca	Tonelada	7 070	6 363
Algodão	Arrôba	42 000	4 200
Mamona	Quilograma	42 000	210

Pecuária — Sob o ponto de vista econômico, a pecuária pouco representa para o município, não havendo pròpriamente criadores, como em outros municípios da zona sertaneja.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária de Ôlho-d'Água das Flôres em 1956 era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 000	20 000
Eqüinos	1 200	240
Asininos	1 300	52
Muares	600	18
Suínos	6 000	720
Ovinos	5 000	25
Caprinos	6 000	30

Indústria — As principais indústrias do município são a de beneficiamento de algodão e a de laticínios. De acôrdo com o Registro Industrial, o valor total do algodão beneficiado atingiu, em 1956, quase onze milhões de cruzeiros, e o da produção de queijo e manteiga, no mesmo ano, atingiu Cr$ 355 000,00. Quanto às pequenas atividades industriais, a de farinha de mandioca conta vários pequenos estabelecimentos localizados nas fazendas e sítios. A indústria de produtos alimentares consta de uma panificação na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é pequeno, contando a sede municipal apenas 2 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. Os principais produtos exportados são: algodão beneficiado, feijão e milho, sendo a exportação feita para vários centros de Pernambuco e Sergipe. As praças de Penedo e Maceió mantêm, também, relação comercial com o município; destas praças são importados produtos farmacêuticos, charque, tecidos, ferragens e perfumarias.

Não há agência bancária em Ôlho-d'Água das Flôres e o movimento é feito nos municípios de Santana do Ipanema e Penedo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por várias rodovias que o ligam às comunas vizinhas. Com exceção das estradas que se destinam a Pão de Açúcar e Santana do Ipanema, que fazem parte do plano estadual, as demais são rodovias municipais, as quais, sem movimentação e de conservação deficiente, dificultam a circulação das riquezas do município. À falta de melhores estradas o progresso ali tem sido muito lento.

As distâncias entre Ôlho-d'Água das Flôres e as sedes municipais vizinhas são as seguintes: Santana do Ipanema — 26 quilômetros; Pão de Açúcar — 30 quilômetros; Batalha — 28 quilômetros; e Major Izidoro — 42 quilômetros.

A ligação com a capital Estadual é processada por estrada de rodagem, distando a sede municipal 236 quilômetros de Maceió.

Para as comunicações, existe uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede de Ôlho-d'Água das Flôres apresenta aspecto urbano típico das pequenas cidades sertanejas. Possui dois hotéis, um modesto cinema, 208 prédios, e uma rua calçada a paralelepípedos. Atualmente está sendo construída uma pequena praça, tôda ajardinada, em frente à Igreja-Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Ôlho-d'Água das Flôres não possui nenhum estabelecimento médico-sanitário. A cidade não dispõe de médico nem de dentista, havendo apenas uma farmácia que presta serviços de emergência à população. Os casos mais graves são encaminhados ao hospital de Pão de Açúcar.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante os dados do Recenseamento Geral de 1950, das 912 pessoas na idade de 5 anos e mais, presentes à época daquela operação censitária, 291 sabiam ler e escrever e 621 eram analfabetas.

Ensino — Há no município 29 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 1 grupo escolar mantido pelo Govêrno do Estado, 20 municipais e 2 particulares. Há, também, 6 cursos supletivos de alfabetização de adultos e adolescentes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	...	1 030	483	1 017
1956	...	...	...	...	...
1957 (1)	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa do município é a de Santo Antônio, padroeiro da cidade, a 13 de junho.

Realizam-se, durante os festejos natalinos, exibições folclóricas próprias da região nordestina, como seja: Reisados, Pastoris, etc., que constituem o principal divertimento dos habitantes locais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são conhecidos pelo nome de ôlho-d'aguenses.

As principais autoridades são: Ângelo Abreu Neto, Presidente da Câmara; José Amorim Pereira, Oficial do Registro Civil; José Dória de Souza, Escrivão Juramentado; e Iraci Silva Melo, Coletor Estadual.

(Fonte dos dados — Agência de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

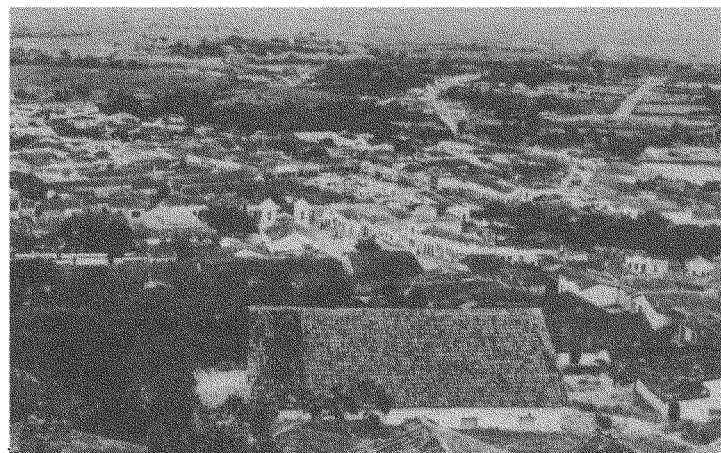
PALMEIRA DOS ÍNDIOS — AL

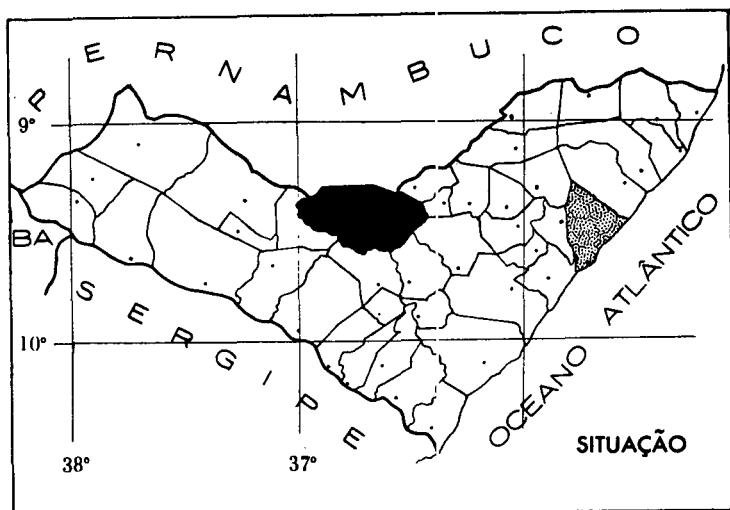
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras ocupadas pelo município de Palmeira dos Índios constituíam primitivamente um aldeamento dos índios Chucurus, que aí se estabeleceram no meado do século XVII. Tinham êsses indígenas o seu habitat cercado de esbeltas palmeiras, bem próximo ao sopé da serra onde hoje se ergue a cidade de Palmeira dos Índios. O nome do município veio, pois, em conseqüência dos seus primeiros habitantes e do fato da abundância de palmeiras que então havia em seus campos — Palmeira dos Índios. Os gentios formaram seu aldeamento entre um brejo chamado Cafurna e a serra da Boa Vista. Diz a tradição que mais ou menos em 1770 chegou à região Frei Domingos de São José, conseguindo converter os gentios ao Cristianismo. Posteriormente, o franciscano obteve de D. Maria Pereira Gonçalves e dos seus herdeiros a doação de meia légua de terra para patrimônio da capela que aí foi construída, sendo consagrada ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte.

Sabe-se que, desde 1833, o coronel José Daniel das Flexeiras vinha ocupando o cargo de Juiz de Paz do então distrito de Palmeira dos Índios. Os parentes Canutos, Holandas e Veigas, moradores nos lugares denominados Caldeirões de Baixo e Gravatá-Assu, eram seus grandes auxiliares. Nessa mesma época, a pessoa de grande influência e prestígio neste têrmo era o Vigário da freguesia, Padre José Caetano de Morais, que tinha íntimas relações com os governos da ex-Província, sendo eleito deputado à Assembléia Provincial em várias legislaturas. Daniel, sabendo que havia estremecimento nas relações do Vigário com o Juiz de Direito da Comarca — Dr. Fonseca Lessa, procurou tirar partido dêsse acontecimento, culpando o Vigário José Caetano de Morais e o seu sobrinho, tenente-coronel Tavares Bastos, tratando logo, como Juiz de Paz, de colhêr os indícios e provas para o processo. O Vigário José Caetano, que se tornou inimigo rancoroso do Juiz de Paz, entendeu de tomar desforra dêste e de seus parentes e auxiliares Canutos, Veigas e Holandas. De fato, com o prestígio de que gozava, apresentou e conseguiu em poucos dias fazer um projeto, que foi logo convertido na Lei número 7, de 11 de julho de 1839, separando do têrmo de Palmeira dos Índios e anexando à freguesia de Assembléia os sítios Flexeiras, Caldeirões de Baixo, Lages, Gravatá-Assu, e colocando fora do município os Daniéis, Holandas, Veigas e Canutos, seus adversários. O projeto do Vigário José Caetano, cortando parte de sua freguesia e do município, com o fim de expulsar de sua vizinhança o poderoso José Daniel com todos os seus parentes, estabelecia como divisória uma linha tortuosa ou quebrada, de modo a poder salvar para Palmeira, como efetivamente aconteceu, o importante Sítio Pau-Sangue, bastante povoado, e que pertencia a seus dedicados amigos, os ricos fazendeiros Matias da Costa Barros e Manoel Vitorino da Costa Barros. Tudo o mais — Lajes, Flexeiras, Caldeirões de Baixo, Gravatá-Assu, foi lançado para a freguesia da então vila de Assembléia, porque tais lugares eram as moradias de seus implacáveis inimigos.

As lutas políticas que se seguiram ao ano de 1844 deram lugar aos bárbaros assassinatos do Vigário José Caetano, tenente-coronel Manoel Tavares Bastos, Chagas Pinto, Luiz Jucá, José Roberto, Adrião Melo, Antônio Barbosa de Caldeirões e dezenas de cidadãos importantes do têrmo de Palmeira. Como conseqüência dêsses fatos, deu-se o êxodo das famílias importantes: Matias da Costa Barros, Manoel Vitorino, coronel Manoel Antônio, Sabino José de Oliveira, José Joaquim Duarte, Simplício Fonseca Barbosa, Antônio Izidoro e outros; enfim quase que se despovoou o município de seu pessoal mais idôneo para os cargos públicos. Êsses acontecimentos determinaram a supressão de sua vila, que foi anexada a Anadia. Posteriormente voltaram para a freguesia e distrito de Palmeira dos Índios os sítios Lajes, Caldeirões de Baixo, Gravatá-Assu, tornando também para o distrito e freguesia de Palmeira não mais o poderoso coronel José Daniel, por ser já falecido a êsse tempo, mas o seu genro, o coronel José Cândido e todos os Holandas, Canutos e Veigas, lançados para fora no tempo do Vigário José Caetano.

A data certa da criação da freguesia não é conhecida. Segundo Espíndola, é 1798. Outros dão 1789, parecendo, talvez, troca dos dois últimos algarismos. Está sob o padroado de Nossa Senhora do Amparo e é subordinada à Diocese de Penedo. A vila de Palmeira dos Índios foi criada pela Resolução número 10, de 10 de abril de 1835, desmembrada da vila de Atalaia; sua instalação tornou-se válida depois da Resolução número 27, de 12 de março de 1838. Foi suprimida pela Lei número 43, de 23 de junho de 1853, e elevada à categoria de cidade pela Lei número 1 113, de 20 de agôsto de 1889. De seu município foi retirado território que, juntamente com partes de Santana do Ipanema e Batalha, formou o novo município de Major Isidoro, de acôrdo com a Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949. Seu têrmo fazia parte, desde a criação, da comarca de Atalaia, passando, em 1838, para a de Anadia. Em 1872, pela Lei número 624, de 16 de março, foi criada a sua comarca com o seu têrmo e o de Quebrangulo, desmembrado de Viçosa, e que passou a ser comarca pela Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de quatro distritos: Palmeira dos Índios, Cacimbinhas, Caldeirões de Cima e Igaci. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Dr. Remi Tenório Maia. O número de eleitores inscritos para o último pleito foi de 11 020, votando 5 210. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

Vista aérea da cidade

LOCALIZAÇÃO — Localizada no sopé da Serra do mesmo nome, Palmeira dos Índios limita-se ao norte com Águas Belas e Bom Conselho, no Estado de Pernambuco; a leste com Quebrangulo e Anadia; ao sul, com Arapiraca e parte de Traipu; e a oeste, com Santana do Ipanema. A sede do município, construída num pequeno planalto, apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 9° 22' 23" de latitude Sul e 36° 52' 51" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Palmeira dos Índios fica a 290 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima é de modo geral quente no verão e frio-úmido no inverno. A média das temperaturas máximas é de 36,7, e das mínimas de 16,7 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Geografia, a extensão territorial de Palmeira dos Índios é de 1 324 quilômetros quadrados, sendo o quarto município em superfície territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes hidrográficos de Palmeira dos Índios são o rio Coruripe, com 180 quilômetros de extensão, que tem sua nascente ao sopé da serra do Bonifácio, banhando a sede municipal, e o Traipu, de 60 quilômetros de extensão, e que banha o distrito de Cacimbinhas. O primeiro deságua no Atlântico. O município de Palmeira dos Índios conta com diversos açudes, dentre os quais os mais importantes são: Coruripe, com capacidade para aproximadamente, 1 500 000 metros cúbicos de água; o de Cafurnas, com capacidade para 1 000 000 de metros cúbicos; e os de Palmeira dos Índios e Chucurus, cada um com a capacidade aproximada de 500 000 metros cúbicos. A orografia de Palmeira dos Índios apresenta relevos de importância, como as serras do Riacho do Mel, Boa Vista, Ôlho-d'Água e dos Macacos, esta com mais de 300 metros de altitude, distando 30 quilômetros da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo do município de Palmeira dos Índios é um dos mais ricos do Estado de Alagoas, oferecendo boas perspectivas para a vida econômica, não só do município como do próprio Estado. Explora-se a cal das jazidas existentes nas propriedades de Coruripe, Salgado e Funil, do distrito de Ôlho-d'Água do Acioli. Há, também, no município, jazidas de pedra-mármore, mica e ferro. Na Fazenda Santa Cruz, no distrito de Cacimbinhas, encontram-se importantes minas de cristais de rocha. O mármore de Palmeira dos Índios é de excelente qualidade, como ficou provado na Exposição de 1922. As matas de Palmeira dos Índios oferecem grande número de plantas oleaginosas e medicinais, dentre as quais podemos destacar a erva-doce, a jurubeba, a ipecacuanha, a castanha do caju, o bálsamo, o angico e inúmeras outras de vasto emprêgo na medicina caseira. Das suas florestas são extraídas madeiras de várias espécies, que servem para construção, fabrico de móveis e transformação em lenha e carvão vegetal.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, Palmeira dos Índios conta com uma população de 66 636 habitantes (31 586 homens e 35 050 mulheres), distribuída da seguinte forma: quadro urbano — 5 800; quadro suburbano — 6 278; quadro rural — 52 488. Como se vê, 82% da população estão localizados na zona rural, dando a Palmeira dos Índios um aspecto eminentemente rural.

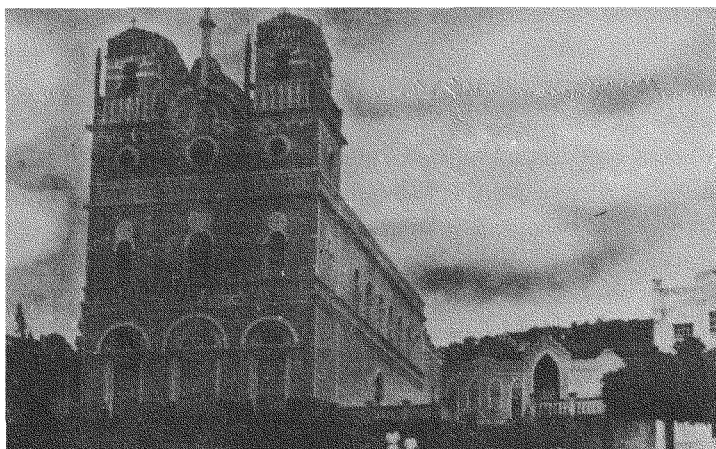
Aglomerações urbanas — Muito embora a sede municipal não apresente grande densidade demográfica, ocupa o quarto lugar do ponto de vista populacional do Estado, como se pode observar: Maceió — 99 088 habitantes; Penedo — 14 222; Rio Largo — 13 524; Palmeira dos Índios — 9 246; Arapiraca — 8 791.

Povoados e outros núcleos de população — Na zona rural encontram-se localizados vários povoados que constituem apreciáveis núcleos de população, assim distribuídos: Palmeira de Fora — com 305 prédios e 789 habitantes; Moreira — com 117 moradias e 689 pessoas; Serra da Mandioca — com 217 casas e 655 moradores; Canafístula — com 180 habitações e 600 indivíduos; Coité — com 53 prédios e 378 habitantes; Lajes — com 61 casas e 264 moradores; Renascença — com 25 moradias e 101 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária e a agricultura constituem os principais ramos de atividade econômica do município.

Pecuária — A pecuária constitui um prolongamento da atividade agrícola, porque predomina na região o binômio agricultor-criador. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária do município, para 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	48 000	192 000
Eqüinos	8 600	15 480
Asininos	2 200	2 200
Muares	4 200	12 600
Suínos	63 000	94 500
Ovinos	35 100	17 550
Caprinos	57 000	28 500

Agricultura — A área ocupada pela agricultura é de aproximadamente 13 713 hectares. Suas terras são ricas e férteis. Das pessoas maiores de 15 anos, 60% estão ocupados na agricultura, principal fonte de riqueza local. O município cultiva em larga escala, e com elevado índice econômico, o algodão, a mamona, a agave, a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, e a fava. Segundo dados fornecidos pelo

Igreja-Matriz

Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	137 000	15 070
Mandioca	Tonelada	26 706	9 206
Feijão	Saco de 60 kg	12 450	8 715
Milho	» » » »	49 700	7 455
Café em grão	Arrôba	8 000	4 000
Mamona	Quilograma	1 292 000	2 584
Batata-doce	Tonelada	1 050	1 890
Frutas diversas	Cento	201 300	3 881
Agave	Quilograma	300 000	1 650
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 490	894

Indústria — Não há no município grandes e importantes indústrias de transformação, valendo salientar, apenas, duas fábricas de móveis, duas de sabão, duas fábricas de bebidas e 67 pequenas indústrias. Funcionam em Palmeira dos Índios diversos estabelecimentos de incipientes indústrias manufatureiras, inclusive, aproximadamente, 300 casas de farinha de mandioca. Há, também, no município, uma fábrica de cofres de aço, que está sendo grandemente aumentada e a fama dos seus produtos vai já além das fronteiras do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é bastante ativo, pois Palmeira dos Índios é centro abastecedor de tôda uma região. As boas estradas que o ligam a outras cidades do Estado, bem como a cidades do Estado de Pernambuco, são fatôres importantes no desenvolvimento comercial da comuna. Palmeira dos Índios importa ferragens, tecidos, produtos farmacêuticos, perfumarias, livros, farinha de trigo e exporta milho em grão, algodão em pluma, mamona, peles e couros, cal e outros produtos. Semanalmente, realizam-se na cidade duas feiras, com grande movimento. Há feiras, também, nos principais povoados e vilas. Conta o município 290 estabelecimentos comerciais, entre atacadistas e varejistas, podendo-se estimar em 82 de estivas, 16 de tecidos, 1 de armarinho e 3 farmácias. O principal estabelecimento de crédito é o Banco Popular e Agrícola de Palmeira dos Índios. Há na cidade uma Agência do Banco do Brasil. As praças com as quais o comércio palmeirense mantém maiores relações são as de Maceió, neste Estado, e do Recife e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Palmeira dos Índios está ligada à capital do Estado pela Rêde Ferroviária do Nordeste. É ponto terminal da linha Maceió—Palmeira dos Índios, havendo, ainda, o ramal Maceió—Pôrto Real do Colégio, cidade situada à margem esquerda do rio São Francisco, passando por Palmeira dos Índios. O município é ainda servido por estradas de rodagem, destacando-se a estrada Maceió—Palmeira, de pavimentação moderna, tôda em macadame e entregue ao tráfego público em janeiro de 1956. Duas emprêsas de transporte rodoviário põem Palmeira dos Índios em contacto direto com a capital do Estado e com as cidades de Bom Conselho e Garanhuns (PE). Essas companhias são a "Sertaneja de Transporte", fazendo a linha Maceió—Palmeira, e a Bom Conselho, com sede na cidade de igual nome, e que faz o percurso Palmeira—Bom Conselho—Garanhuns.

As emprêsas que fazem as linhas Pão de Açúcar—Maceió e Santana do Ipanema—Maceió servem também a Palmeira dos Índios, que é a cidade alagoana, depois da capital do Estado, melhor servida de transporte. As ligações com cs municípios vizinhos são as seguintes: Arapiraca — 47 quilômetros (rodovia) e 50 quilômetros (ferrovia); Major Isidoro — 61 quilômetros (rodovia); Anadia — 74 quilômetros (rodovia); Limoeiro de Anadia — 69 quilômetros (rodovia); Quebrangulo — 32 quilômetros (rodovia) e 35 quilômetros (ferrovia). Para a capital do Estado o percurso é de 171 quilômetros, via férrea, e 136 por estrada de rodagem. Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na cidade; uma Agência Postal-telefônica no distrito de Cacimbinhas; e nos distritos de Igaci e Minador do Negrão, Agências Postais. A Rêde Ferroviária do Nordeste, antiga Great Western, mantém Agências Telegráficas e Telefônicas na cidade e no distrito de Igaci.

ASPECTOS URBANOS — A cidade, que bem merece o título de "Princesa do Sertão", apresenta aspecto panorâmico agradável, erigida que está às fraldas de pequena colina. Apresenta feição de cidade moderna, muito embora conserve, carinhosamente, traços dos seus primeiros dias. É uma cidade de evolução e, por isso, não apresenta traçados regulares em suas ruas. Os logradouros são, na maioria, revestidos de piçarra, com meio-fio. A urbe é provida de iluminação pública e domiciliária. Possui praças ajardinadas, convindo salientar a Guedes Gondim, com arborização de casuarinas (500 pés, aproximadamente), que ocupa uma área de 3 910 metros quadrados. Devemos destacar, também, a Praça São Pedro, com artístico chafariz no centro, e que constitui ponto de reunião da família palmeirense. Salientam-se como principais edifícios públicos os prédios da Municipalidade e o Grupo Escolar Almeida Cavalcanti; e ainda os edifícios onde funcionam a Subagência do Banco do Brasil e o Banco Popular de Palmeira dos Índios. A igreja Matriz é um templo de linhas bonitas e sóbrias. Conta a cidade 46 logradouros públicos, alguns dêles ajardinados. O "Rotary Club de Palmeira dos Índios" é um prédio de construção moderna e digno de nota.

Possui a cidade, atualmente, mais de 1 500 casas residenciais, dentre as quais modernos e ricos bangalôs distribuídos por suas ruas e avenidas, emprestando-lhe aspecto de comuna progressista e moderna. O município é servido de um campo de aviação para pouso de pequenos aviões, tipo "teco-teco". Possui a cidade serviço de água canalizada, ha-

vendo 420 prédios abastecidos. Tem, ainda, 3 hotéis, 3 associações de caridade e uma Associação de Proteção à Infância e à Maternidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica em Palmeira dos Índios é bastante eficiente, sendo prestada por meio dos seguintes estabelecimentos: Hospital Regional Santa Rita — mantido pela Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios, possuindo ambulatório, gabinete dentário, farmácia, uma sala de operações e 50 leitos para internamentos. São 5 os médicos do estabelecimento; Casa de Saúde Remi Maia — mantida por particulares, é dotada de 10 leitos, ambulatório e farmácia. Estão em atividade 2 médicos, sendo um radiologista e 1 clínico-geral; Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora do Amparo — mantida por particulares. Possui ambulatório, farmácia, lactário e 1 laboratório de análises clínicas; Pôsto de Puericultura — entidade mantenedora: Departamento Nacional da Criança. Presta serviços de higiene pré-natal e infantil. O estabelecimento é provido de 1 médico puericultor; Pôsto de Higiene do 6.º Distrito Sanitário — mantido pelo Govêrno do Estado. Oferece serviço de higiene infantil, pré-natal e médico-sanitário em geral. Possui ambulatório, farmácia, lactário e 1 gabinete de microscopia. Conta com 1 médico e 2 enfermeiros; Serviço de Endemias Rurais — é mantido pelo Serviço Nacional de Endemias Rurais. Possui ambulatório, gabinete de microbiologia e microscopia. O serviço conta com 3 médicos, 1 técnico de laboratório, 1 assistente social, 3 visitadores sanitários e 72 guardas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona em Palmeira dos Índios a Cooperativa Banco Popular e Agrícola Limitada, com sede na Rua Floriano Peixoto, que presta assistência financeira aos plantadores por intermédio de sua carteira de empréstimos agrícolas. Conta o município com diversas Associações de Caridade, dentre as quais podemos destacar a Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios, a Associação São Vicente de Paulo e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, situada na Rua Gabino Besouro, tôdas elas prestando à população bons serviços assistenciais.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou na cidade de Palmeira dos Índios 7 806 pessoas com 5 anos e mais. Dêste total, 3 584 sabiam ler e escrever e 4 220 eram analfabetas.

Ensino — Sob o ponto de vista educacional, Palmeira dos Índios ocupa lugar de merecido destaque no Estado. Os dados estatísticos revelam que existiam 91 escolas de ensino primário fundamental comum, 3 grupos escolares e 19 cursos de ensino supletivo. Quanto ao ensino secundário, Palmeira dos Índios possui um ginásio para o sexo masculino, outro sob a orientação de freiras, para o sexo feminino, um educandário ministrando cursos ginasial e normal rural. Funcionam no município 2 cursos de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com um Centro Literário, uma Biblioteca Pública Municipal com 2 091 volumes, um jornal, 3 cinemas e 3 associações sócio-esportivas.

Vista parcial da cidade

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	857	2 641	1 463	957	1 366
1951.......	1 384	4 471	2 069	1 434	1 381
1952.......	1 302	6 164	2 319	1 652	1 828
1953.......	1 380	5 430	2 699	1 650	2 167
1954.......	1 307	6 240	2 793	1 852	2 328
1955.......	2 005	9 045	3 896	2 679	5 100
1956.......	1 289	9 816	4 629	4 345	3 377
1957 (1)....	—	—	5 106	4 839	5 096

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — Possui o município um obelisco situado na Praça da Independência, construído de alvenaria na administração do Prefeito José Pinto de Barros.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos mais em uso são cavalhadas, vaquejadas e pastoris. As Vaquejadas e Cavalhadas aparecem, geralmente, no mês de outubro, e os pastoris nos meses de dezembro e janeiro, época dos festejos natalinos.

A procissão tradicional é a de São Sebastião, realizada a 20 de janeiro de cada ano, com grande acompanhamento de fiéis, e que percorre todo o perímetro urbano e suburbano da cidade. A procissão da padroeira, Nossa Senhora do Amparo, também é muito concorrida, e realizada a 1.º de janeiro. Às Sextas-Feiras da Paixão realiza-se uma romaria ao cruzeiro, no pico da serra da Palmeira, distando quatro quilômetros da sede municipal, com grande número de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — *Álvaro Correia Pais,* que foi o Governador do Estado e Deputado Federal em diversas legislaturas. Político de grande prestígio em todo o Estado; *J. Brito,* Senador da República, homem de grande cultura e elevado espírito público; *Francisco Cavalcanti,* que desempenhou com eficiência, por duas vêzes, o cargo de Prefeito do município, Senador Estadual, Deputado e Vice-Governador do Estado; coronel *Belarmino Cavalcanti,* primeiro Deputado Estadual Republicano pelo município de Palmeira dos Índios; tenente *Clarindo Correia de Amorim,* intendente e chefe político de grande projeção; *Otávio Cavalcanti,* alto comerciante, industrial e criador; *Maria Luíza Duarte* — nasceu em Palmeira dos Índios em 1863. Espírito bri-

8 — 24 935

lhante de educadora e escritora, fêz seus estudos no Liceu de Maceió. Fundou e redigiu "A Revista Alagoana", dedicada especialmente ao sexo feminino, doutrinando pela emancipação do mesmo (1887), e bem assim o "Almanaque Literário Alagoano das Senhoras" (1888), considerado a primeira publicação nesse gênero no país. Fundou e dirigiu o Colégio Ateneu, para educação de meninas; tenente *Belarmino Teixeira Cavalcanti,* político de grande influência no município e que se distinguiu sempre pela sua educação esmerada e pela retidão de suas atitudes políticas.

O escritor *Graciliano Ramos,* o "Coronel Graça" dos nossos críticos literários, se bem que não seja filho de Palmeira dos Índios, passou na cidade grande parte de sua vida, tendo, inclusive, desempenhado com carinho e zêlo o cargo de Prefeito do município. Publicou nessa época um relatório sôbre sua administração que se tornou célebre, começando daí a carreira brilhante do escritor e estilista cujas obras têm sido reeditadas não só em português como em diversas línguas estrangeiras. Seu primeiro romance, "Caetés", aparecem pessoas e fatos da vida de Palmeira dos Índios. Numa justa homenagem ao estilista e grande homem de letras, o Govêrno do Estado recentemente criou, no município, a "Casa de Graciliano Ramos", e para isto contou com os aplausos não só dos intelectuais de Alagoas, mas de todo o Brasil.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — Como atrações turísticas de Palmeira dos Índios deve-se salientar o Cruzeiro do pico da serra da Palmeira, distante quatro quilômetros da sede municipal, e que efetivamente oferece aos visitantes um notável panorama.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas em Palmeira dos Índios são conhecidas como palmeirenses. As principais autoridades do município são: João Bezerra da Costa, Presidente da Câmara de Vereadores; Monsenhor Francisco Xavier de Macêdo, Vigário da freguesia; Dr. Eraldo de Castro Vasconcelos, Juiz de Direito; Dr. Mílton Ferreira Pitta, Promotor Público; capitão Serafim Dutra, Delegado de Polícia; Waldemar de Souza Lima, Tabelião do 1.º Ofício; Luiz Vieira de Barros, Tabelião do 2.º Ofício; Juvenal Brêna Wanderley, Oficial do Registro Civil.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PÃO DE AÇÚCAR — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Pão de Açúcar surgiu de um determinismo geográfico, o rio São Francisco, datando o seu povoamento de 1611, com gente branca e índios da serra do Aracaré, Estado de Sergipe. Parte de seu território pertencia à Casa da Tôrre (Bahia). Não consta, entretanto, que os proprietários tivessem assinalado, por qualquer meio, o seu domínio, tanto que, em princípios do século XVII, os Urumaris obtiveram de D. João IV terras à margem do rio São Francisco, desde a serra de Pão de Açúcar, pelo lado do poente, até o morro do Aranha, pelo nascente, com quatro léguas de fundo, até a serra do Chitroá. Deram-lhe a denominação de Jaciobá, que significa "Espelho da Lua", no guarani. As noites de luar, que refletem no São Francisco um gigantesco fio de cristal, talvez lhes tivessem despertado a sensibilidade poética. A generosa doação de Dom João IV suscitou a inveja dos índios Chocós, residentes na pequenina ilha de São Pedro. Após renhida pugna, em que os invasores venceram, os índios Urumaris mudaram-se para um lugar fronteiro (no Estado de Sergipe), ao qual deram o nome de Jaciobá, o mesmo da antiga pátria, que até hoje é conservado.

Pelo ano de 1634, Cristóvão da Rocha, proprietário da Ilha Grande (Penedo), estava apossado das terras onde hoje se ergue a cidade de Pão de Açúcar, porém, em 7 de novembro de 1660, por Carta de sesmaria, as terras passaram ao domínio do português Lourenço José de Brito Correia que, com o fim de explorar a pecuária e o comércio de pau-brasil, pelo pôrto de Penedo, criou uma fazenda de gado entre os morros Cavalete e Farias, com o nome de Pão de Açúcar. Deve-se a denominação ao fato de achar-se a casa-grande muito próxima ao Cavalete, cujo aspecto e configuração assemelham-se, perfeitamente, a uma fôrma das que, ordinàriamente, se empregavam para purgar e clarificar o açúcar. Supõe-se que Lourenço José de Brito Correia tenha vendido a referida fazenda a Domingos José Magalhães, pois constam dos arquivos do Cartório do Registro de Imóveis da cidade de Pão de Açúcar os autos de inventário do referido cidadão, em cuja descrição de bens está incluída a Fazenda Pão de Açúcar, então seqüestrada pelo Juiz de Ausentes. Há autos de arrematação e arrendamento anual, a começar de 1775, pelos quais se constata serem arrendatários, respectivamente, João de Souza Botelho, Antônio José da Silva, c.el Luiz Dantas de Barros Leite e o capitão Salvador Rodrigues Delgado. Em 1814 foi procedida uma demarcação à ordem do Dr. Antônio Batalha, do Desembargo de Sua Alteza Real, Ouvidor e Provedor Geral da Comarca das Alagoas. Concluída a demarcação, as terras da Fazenda foram avaliadas pelos capitães João de Souza Vieira e Antônio da Silva Maia, no valor de dois contos e duzentos mil réis. Postas em leilão, no dia 26 de fevereiro de 1815, na vila de Penedo do Rio de São Francisco, comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco, foram arrematadas pelo Padre José Rodrigues Delgado e seus irmãos, o capitão Salvador Rodrigues Delgado e Inácio Rodrigues Delgado, pelo preço de dois contos e quatrocentos mil réis, quantia paga em duas prestações. A boa administração dos Delgados impulsionou o progresso da região e o seu conseqüente povoamento.

Fato marcante da história da vila de Pão de Açúcar é o pernoite, nos dias 17 e 22 de outubro de 1859, do Imperador D. Pedro II, quando de sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso. O "Anuário do Museu Imperial", de 1949, publica o diário particular de S. M., onde faz elogiosa referência à vila, usando textualmente a expressão: "A vista do Pão de Açúcar é bonita" (pág. 142).

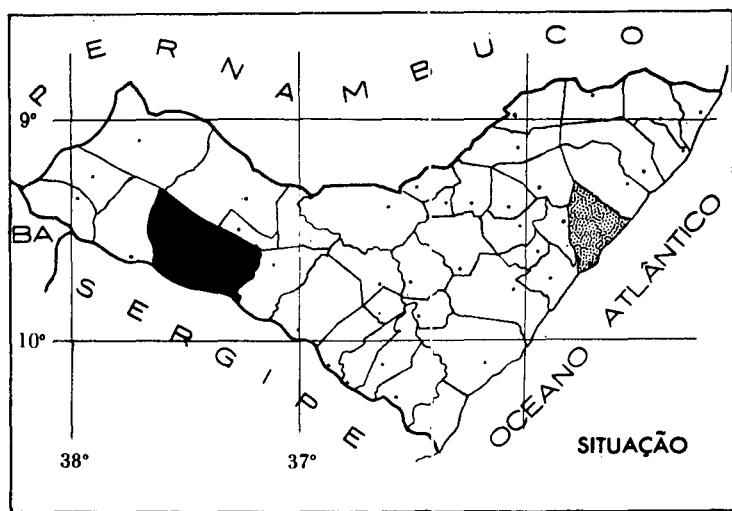
A freguesia foi criada em 11 de julho de 1853, pela Lei n.º 227, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Foi seu primeiro Vigário o Padre Antônio José Soares de Mendonça. É subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

A vila foi criada pela Lei n.º 233, de 3 de março de 1854, sendo desmembrada da vila de Mata Grande. De seu território desmembrou-se o do município de Piranhas.

em 1887. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 756, de 18 de junho de 1887, sendo seu primeiro prefeito Serafim Soares Pinto.

Desde a criação de seu têrmo fêz parte da comarca de Mata Grande. A Resolução n.º 681, de 24 de abril de 1875, criou a comarca de Pão de Açúcar, com o seu têrmo e o de Santana do Ipanema, o que não produziu efeitos por ser revogada pela Lei n.º 733, de 3 de julho de 1876. Em 7 de julho de 1876, a Resolução n.º 737 criou novamente a comarca com os têrmos de Traipu e Pão de Açúcar. Perdeu Traipu em 1877, e teve mais o de Piranhas, criado neste ano. A comarca foi suprimida pelo Decreto n.º 351, de 13 de dezembro de 1905, que veio a ser restaurada em 16 de janeiro de 1907. Em 1931 compunham a comarca os têrmos de Belo Monte e Santana do Ipanema, que perdeu, aquêle por ter sido suprimido, êste por ter sido elevado a comarca. Em 1938 passou a ter o têrmo de Piranhas. A Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, incorporou à comarca o têrmo de Batalha. Perdeu os têrmos de Piranhas e Batalha em face da Lei n.º 1 764, de 11 de novembro de 1952. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de quatro distritos: Pão de Açúcar, Alecrim, Jacaré dos Homens e São José da Tapera. Pela Lei n.º 2 073, de 9-11-1957, o município de Pão de Açúcar perdeu parte de seu território que irá constituir o futuro município de Jacaré dos Homens, cuja instalação está prevista para 1.º de janeiro de 1959. O novo município foi constituído de parte integrante do atual distrito de Jacaré dos Homens, incluindo o povoado Retiro, bem como partes dos municípios de Batalha e Ôlho-d'Água das Flores. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Elpídio Emídio dos Santos.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 5 096, votando 3 118. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado no sudoeste do Estado, na fronteira com Sergipe, pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. A sede municipal está situada à margem esquerda do rio São Francisco. Fica a 185 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 43' 54" de latitude Sul e 37° 27' 18" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Pão de Açúcar é de 30 metros.

CLIMA — O clima de Pão de Açúcar é muito quente e sêco, durante o verão, quando não é raro a temperatura subir a 40 graus à sombra. Baseado na desigual repartição das precipitações e no aspecto fisiográfico da semi-aridez do meio, Morais Rêgo qualifica o clima de Pão de Açúcar de subtropical. Existem apenas duas estações anuais: a sêca e a chuvosa, de duração variada pela irregularidade e inconstância das chuvas. O inverno tem início mais ou menos nos fins de abril e se prolonga até o mês de agôsto. O verão compreende os meses subseqüentes. No período de maio a setembro o clima é mais ou menos saudável, sendo os meses de julho e agôsto os mais frios.

Na cidade o clima é excessivamente quente, talvez devido à grande faixa de areia do rio São Francisco. O raquitismo da vegetação também é responsável, em parte, pela alta de temperatura. O auge do calor é observado nos meses de dezembro e janeiro, quando a temperatura torna-se insuportável. Todavia, há uma particularidade digna de referência, observada no clima de Pão de Açúcar: é que mesmo nos dias mais quentes as noites são agradáveis, pois a temperatura entra em declínio, devido aos ventos que sopram de sudoeste. As enchentes do São Francisco verificam-se de dezembro a maio.

ÁREA — Conforme os dados do Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 1 524 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal curso d'água é o rio São Francisco, que divide o Estado de Alagoas do de Sergipe. Há, ainda, cinco riachos que correm, apenas, durante a época das trovoadas e dos invernos rigorosos. São êles: dos Cabaços, Grande, Pau-ferro, Farias e Jacaré, os quais cortam o município na direção N.S. Citam seis lagoas, sendo quatro formadas pelas enchentes periódicas do rio São Francisco e duas por águas pluviais. As primeiras denominam-se: lagoas de Pão de Açúcar, do Santiago, Santa Maria e da Porta, e as segundas: lagoas das Antas e Sete Lagoas. As serras existentes são a de Pão de Açúcar, com a altitude de 420 metros, as Bananeiras, Xitroá, da Taborda, São Francisco, São Joaquim, Melancia, Xexeu, Capelinha, João Leite, Caldeirões, Malhadinha, Tingui e Pilão. Formadas pelo rio São Francisco existem duas ilhas: a de Santa Maria e a do Limoeiro. Possui ainda o município sete pequenos açudes: Mulungu, Lagoa da Vaca, Caboclo, Jequiá, São José da Tapera, Laginha e Retiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Ainda não foram exploradas as riquezas naturais, supondo-se, todavia, a existência de ferro.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o resultado do Recenseamento Geral de 1950, a população local era de 30 775 pessoas (14 715 homens e 16 060 mulheres), assim distribuída: Quadro urbano — 3 712; Quadro suburbano — 816; Quadro rural — 26 247. A densidade da população é de 20 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 85,2% da população localizam-se na zona rural, 2,8% na zona urbana e 12% na zona suburbana.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, cuja população em 1950 era de 3 342 habitantes, o município possui três importante aglomerações urbanas: Vila de Alecrim — com 437 habitantes e 177 prédios. Dista da sede municipal 18 quilômetros e é servida por três estabelecimentos de ensino primário geral; vila de Jacaré dos Homens — com 121 casas e 378 moradores. É dotada de iluminação elétrica, com 86 ligações domiciliárias. Acha-se a 36 quilômetros da sede municipal e possui 3 escolas de ensino primário. Elevada à categoria de cidade, passará a ser sede do município de Jacaré dos Homens, a partir de 1.º de janeiro de 1959; vila de São José da Tapera — com 181 residências e 586 pessoas. Possui 56 ligações elétricas.

Povoados e outros núcleos de povoação — Localizados na zona rural existem, ainda, os seguintes povoados, cuja representação indica respectivamente o número de prédios e de habitantes: Agreste — 532 e 131; Caboclo — 218 e 53; Campo Alegre — 343 e 85; Guaribas — 984 e 245; Ilha do Ferro — 430 e 102; Jacarèzinho — 478 e 115; Lagoa de Pedra — 574 e 136; Machado — 492 e 120; Retiro — 588 e 153; Santiago — 274 e 63; São José dos Anjos — com 108 habitantes e 23 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a pecuária; no entanto, a agricultura tem vital importância para a sua economia. No primeiro caso, destaca-se a zona leste, que corresponde ao distrito de Jacaré dos Homens, liderando a produção pecuária. Aparece para o próprio Estado, como região de grande desenvolvimento na exploração do gado leiteiro, conquistando posição de relêvo em todo o Nordeste. A indústria de laticínios é praticada em grande escala.

Agricultura — Várias são as qualidades das terras, predominando os tipos sílico-argiloso, massapê e arenosa. Os principais produtos cultivados, em 1955, segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, foram:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	70 000	7 000
Feijão	Saco de 60 kg	7 000	2 450
Milho em grão	» » » »	9 000	1 080
Mandioca	Tonelada	2 320	1 320
Arroz em casca	Saco de 60 kg	3 000	760

Pecuária — A pastagem predominante e quase exclusiva é a "opuntia" (palma), encontrada em grande escala para a ração do gado. Segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	16 850	50 550
Eqüinos	2 200	2 200
Asininos	500	250
Muares	600	900
Suínos	6 500	6 500
Ovinos	9 000	3 150
Caprinos	11 000	3 850

Dentre os bovinos, a raça preferida é a holandesa, principalmente nas regiões onde se explora a indústria de laticínios. Há, entretanto, grande quantidade de gado zebu mestiço.

Indústria — A principal é a de laticínios, não existindo nenhuma outra que se possa considerar importante. A produção, em 1956, foi 2 200 000 litros de leite; 132 590 quilogramas de manteiga e 155 640 quilogramas de queijo. O valor da produção de manteiga e queijo, no ano referido, atingiu um total de Cr$ 8 202 484,00.

Em face da localização do município à margem esquerda do rio São Francisco, a pesca colonizada é mais ou menos importante. Em 1955 a Colônia de Pescadores local apresentou 31 600 quilogramas de pescados vários, no valor de Cr$ 779 800,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é feito regularmente com as praças de Maceió, Recife, Aracaju, São Paulo e Caruaru (PE). Os principais produtos importados são tecidos, charque e ferragens. Os principais exportados são queijo, manteiga, algodão em pluma, caroço de algodão, milho, feijão e arroz. Existem em todo o município 68 estabelecimentos de comércio varejista, sendo 51 na cidade, 9 na sede distrital de Jacaré dos Homens e 8 na vila de São José da Tapera. O valor do giro comercial respectivo pode ser estimado em Cr$ 22 000 000,00, não obstante ser o total apresentado pelos balanços econômicos da Coletoria Estadual de Cr$ 10 900 416,00. Há 6 estabelecimentos no ramo do comércio atacadista. Estabelecimento bancário, sòmente o escritório do Banco Mercantil Sergipense S.A. O movimento é feito também na Agência do Banco do Brasil, na vizinha comuna de Santana do Ipanema. A cidade possui, ainda, uma Cooperativa Agrícola, porém sem atender os requisitos da sua finalidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de transporte fluvial e rodoviário. Quanto ao primeiro, servem à cidade as emprêsas "Fluvial Limitada", "Fluvial S. Barreto Filho" e "São José", com lanchas motorizadas que aportam à cidade aos sábados, domingos, têrças e quartas-feiras, saindo às segundas, quartas e quintas-feiras. No tocante ao serviço de transporte rodoviário, Pão de Açúcar é sede da "Emprêsa Auto-Expresso", de N. Silvestre, que transporta passageiros para a capital do Estado, e as cidades de Santana do Ipanema, Ôlho-d'Água das Flores e Palmeira dos Índios. As distâncias para essas localidades são as seguintes: Ôlho-d'Água das Flores — 30 quilômetros; Santana do Ipanema — 49 quilômetros; Palmeira dos Índios — 121 quilômetros; e Maceió — 265 quilômetros. São as seguintes as vias de comunicação: Agência Postal-telegráfica e Telefônica, na sede do município; Agência Postal-telefônica, na vila de Jacaré dos Homens; Agência Postal-telefônica no povoado Guaribas, e Agência Postal na vila Alecrim.

ASPECTOS URBANOS — Ligada ao estirão silicoso que margeia o rio São Francisco e se estende do Cavalete ao Farias, ergue-se a cidade de Pão de Açúcar. Muito plana, com a configuração de um trapézio irregular, apresenta um aspecto encantador. As ruas retas e paralelas mostram o quanto de gôsto artístico possuem os seus filhos. Na sua principal artéria, a Avenida Bráulio Cavalcante, com o comprimento de 700 metros por 42 de largura, pavimen-

tada e arborizada com "ficus" e tamarineiros seculares, estão a parte principal do comércio, as casas residenciais e os melhores prédios públicos. A Avenida Ferreira de Novais, parcialmente pavimentada, com uma extensão de quase dois quilômetros, é o ponto pitoresco da cidade, de onde se pode admirar tôda a pujança do "Opara" dos nossos ancestrais Urumaris, destacando-se ao poente a magnificência da monumental imagem do Cristo Redentor, erigida no morro do Cavalete. Entre os demais 39 logradouros, 6 são pavimentados com paralelepípedos e 4, com pedras irregulares. O pôrto fluvial foi de grande importância para a economia local. Entretanto, devido à sua desorganização e ao grande desenvolvimento dos transportes terrestres, tornou-se de significado secundário para a vida citadina. A cidade possui 423 ligações para luz elétrica e também serviço de água canalizada. Entre os prédios existentes, destacam-se pelo valor histórico o sobrado construído em 1854, para a Casa da Câmara, e que hospedou o Imperador D. Pedro II, quando de sua visita, em 1859. A Cadeia Pública, inaugurada em 1911, que rememora a calamitosa estiagem de 1877, quando, para socorrer os imigrados, vindos de vários pontos também assolados pela sêca, o Juiz de Direito, Dr. Alfredo Montezuma, teve a feliz lembrança de aproveitar as somas enviadas para a sustentação dos flagelados, iniciando a construção do prédio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade é servida de um hospital do Serviço Especial de Saúde Pública, mantido pela Comissão do Vale do São Francisco. Trata-se de um estabelecimento modelar, único no Estado, completamente aparelhado, que serve satisfatòriamente, não só a êste, como também a outros municípios vizinhos. Dispõe de 25 leitos para internamento de doentes. Anexo ao hospital do S.E.S.P. funciona um Pôsto de Saúde. Há também um Pôsto de Puericultura, fundado em 1952, que se encontra, pràticamente, fechado. Na cidade exercem a profissão 3 médicos e 1 dentista prático licenciado; existem 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Conta o município com duas associações de beneficência, que são a União Beneficente de Pão de Açúcar e a Colônia de Pescadores Z-20 — Manoel Rêgo; e duas cooperativas: a de Laticínios de Jacaré dos Homens de Resp. Ltda., e a Agrícola de Pão de Açúcar. A primeira tem a finalidade de fomentar a indústria de laticínios, e a segunda é de crédito agropecuário.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do Recenseamento de 1950, existiam em todo o município 5 827 pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, assim distribuídas: cidade de Pão de Açúcar — 3 219; vilas de Alecrim — 165; Jacaré dos Homens — 137; São José da Tapera — 105, e Quadro Rural — 2 201.

Ensino — A instrução restringe-se aos ensinos primário e secundário. Na sede o ensino primário é ministrado pelo Grupo Escolar Bráulio Cavalcante, pela Escola Paroquial e Escola Particular São José. O ensino secundário é assegurado pelo Ginásio D. Antônio Brandão e pela Escola Normal Monsenhor Freitas. Na zona rural existem 9 escolas de ensino primário fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal há o Centro Cultural Ipiranga, o Cine-Teatro Pax; o mensário "O Jaciobá", jornal impresso em Maceió. Não há bibliotecas e museus.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	253	784	670	367	698
1951.......	446	1 356	862	534	583
1952.......	510	1 636	1 118	633	1 046
1953.......	480	1 768	1 449	636	1 458
1954.......	696	1 948	1 410	687	1 390
1955.......	623	2 332	1 483	730	1 483
1956.......	428	3 008	2 019	857	1 942
1957 (1)....	—	—	2 033	1 045	2 033

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja Matriz, cuja construção foi iniciada em 1853, destaca-se pela beleza de suas linhas arquitetônicas. Salientam-se, no seu interior, quadros de cenas bíblicas, a óleo, pelo pintor pão-de-açucarense João Lisboa. A maior obra artística da cidade é a imagem do Cristo Redentor, erigida no morro do Cavalete. Mede 12,8 metros de altura, com o pêso total de quarenta toneladas de cimento armado. A perfeição de suas linhas tem extasiado os mais exigentes críticos de arte e as mais justas homenagens têm sido tributadas ao seu construtor. João Lisboa, artista natural do município, apesar da sua instrução elementar, entendeu que poderia perpetuar no cimento o espírito de religiosidade da gente sertaneja. Busto de Bráulio Cavalcante, na Avenida do mesmo nome, também obra de João Lisboa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A única festividade tradicional digna de menção é a festa do Bom Jesus dos Navegantes. De caráter religioso, realiza-se, geralmente, no dia 6 de janeiro. É precedida de um tríduo celebrado na Igreja do Senhor do Bonfim. A imagem do Bom Jesus dos Navegantes é conduzida para embarcação prèviamente escolhida que, seguida de muitas outras de diversos tipos e tamanhos, sai do pôrto da cidade, no rio São Francisco; vai até o morro do Cavalete e, tomando rumo contrário, vai até o morro Faria, retornando ao ponto de partida. Na embarcação que conduz a imagem, a banda de música local executa dobrados. Do pôrto a massa popular segue para a citada capela do Senhor do Bonfim. Não há mais folguedos populares em Pão de Açúcar, pràticamente. Vez por outra, Reisados de localidades vizinhas aparecem durante as festas natalinas, assim como Guerreiros.

VULTOS ILUSTRES — *Jovino Pereira da Luz* — nasceu no dia 28 de junho de 1855, falecendo na cidade de Penedo, em 28 de abril de 1908. Bacharelou-se em Filosofia pelo Colégio Latino-Americano de Roma. Foi professor e poeta, deixando algumas obras publicadas. Fundou, em Pão de Açúcar, o Externato Coração de Jesus. Falava correntemente vários idiomas, destacando-se como profundo conhecedor da língua latina. Foi deputado estadual em 1895, de cuja Mesa diretora foi membro, na qualidade de segundo secretário. Em homenagem póstuma, a Academia Alagoana

de Letras o escolheu para patrono, na sessão de 10 de março de 1920; Cônego *Temístocles Gonçalves de Andrade* — nasceu em 1851, vindo a falecer em 1882, sendo considerado um dos mais ilustres pão-de-açucarenses. Foi orador sacro, jornalista, músico, além de poliglota, pois dominava corretamente nove idiomas. Doutorou-se pela Universidade Gregoriana de Roma, onde ganhou uma medalha de ouro, por ter executado com maestria o Hino Nacional Brasileiro e a Noite de Viena; Professor *José de Freitas Machado* — nasceu no dia 27 de setembro de 1881, tendo falecido no Distrito Federal em 30 de abril de 1955. Formado em Farmácia pela Escola da Bahia. Foi professor da Escola de Agricultura, no Rio, e o primeiro Diretor da Escola Nacional de Química; Maestro *Manoel Bezerra Lima* (Nèzinho) — nasceu em 1883 e faleceu em Recife, em 1951. Apesar de cego, foi considerado o maior violonista do Brasil. Educado no Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro, tornou-se compositor admirável; Monsenhor *José de Freitas Machado* — nasceu no dia 19 de abril de 1857, falecendo no Recife em 6 de fevereiro de 1928. Ordenou-se no Seminário de Olinda, em 22 de março de 1885, tendo sido Coadjutor da Paróquia de Pão de Açúcar, Vigário de Mata Grande, e Vice-Reitor do Seminário de Olinda. Foi Escrivão da Câmara Eclesiástica e Secretário do Govêrno do Arcebispado do Recife e Olinda; *Bráulio Guatimozim Cavalcante* — nasceu no dia 14 de março de 1887 e morreu no dia 10 de março de 1912. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1911. Foi poeta, dramaturgo, orador, romancista e jornalista; *Argemiro Augusto da Silva* — segundo artigo do historiador Moreno Brandão, na "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano", de 1924, Argemiro Augusto da Silva já conhecia os segredos da iluminação elétrica, antes de Edson; *João Vieira Damasceno Ribeiro* — nasceu em 1869, falecendo em 26 de junho de 1935. Foi poeta. Fêz o Curso de Humanidades no Rio de Janeiro. Exerceu, com brilho, as funções de Promotor Público.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Pão de Açúcar são conhecidos pelo nome de pão-de-açucarenses. A origem da cidade está intrìnsecamente ligada ao rio que a fêz nascer. Todo o desenvolvimento inicial do seu comércio e da sua atividade agropecuária deve-se, quase exclusivamente, ao São Francisco e não consta que outros detalhes importantes concorressem para a sua fundação. Em alguns lagos e várzeas, próximos da cidade, acham-se soterrados, em pequena profundidade, enorme profusão de ossos fósseis de paquidermes antidiluvianos. Grande quantidade de tais fósseis foi remetida há muitos anos para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde têm sido estudados por naturalistas, inclusive o sábio Agassiz, que calculou a existência dessa raça de mastodontes há muito mais de cinco mil anos. Está em andamento na Assembléia Legislativa um projeto de lei criando o município de São José da Tapera, constituído de território pertencente ao atual distrito de São José da Tapera. Caso seja aprovada a citada proposição, a futura comuna deverá ser instalada a 1.º de janeiro de 1959. As principais autoridades do município são: Pedro Soares Vieira, Presidente da Câmara Municipal; José Marçal Cavalcante, Juiz de Direito; Antônio Gomes Pascoal, Adjunto de Promotor; Francisco Barbosa da Silva, Delegado de Polícia; e Padre Luiz Ferreira Neto, Vigário da Paróquia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PASSO DE CAMARAGIBE — AL

Mapa Municipal na pág. 266 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A povoação foi sendo formada à margem do rio Camaragibe e em tôrno da igreja local. Por esta razão foi chamada Matriz do Camaragibe. Paralelamente foi surgindo o povoado Passo — nome oriundo do fato de ser aí o ponto em que o rio oferecia mais fácil passagem aos que vinham da Capitania de Pernambuco para Alagoas, segundo uns, ou motivado pela existência de grande armazém onde se depositavam os gêneros para embarque, comumente chamado "passo", segundo outros. Foi a sede do município transferida para êsse povoado, passando a chamar-se Passo de Camaragibe. Já foi também chamado apenas Camaragibe.

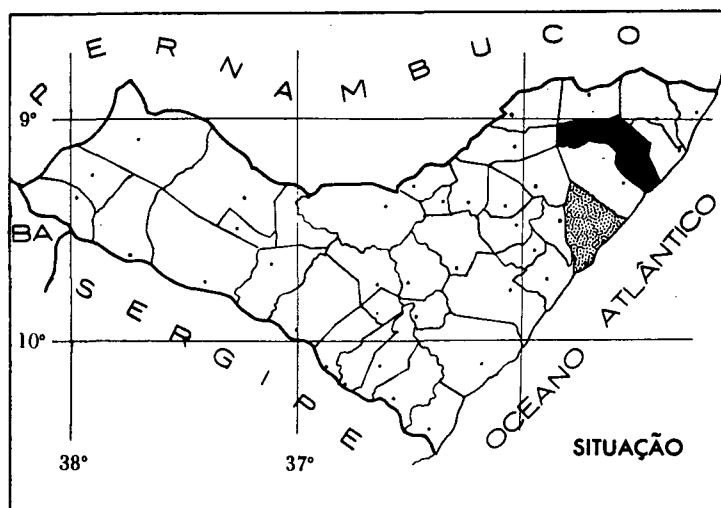
Passo de Camaragibe tomou parte nos acontecimentos históricos da invasão holandesa. Após a morte de Calabar, tornou-se ponto estratégico fortificado, a fim de impedir as comunicações com o sul. No seu território encontram-se as fôrças de Don Luiz Rojas e Borja, e as de Arkchoff, em 1636, morrendo aquêle valoroso cabo-de-guerra, segundo se diz, assassinado pelos seus próprios comandados, aos quais tratava com excessivo rigor. Muitas barbaridades foram cometidas contra os habitantes de Camaragibe; saques, havendo até matança de senhoras, e incêndios de casas com crianças. Diz-se que em frente ao Passo de Camaragibe havia antigamente uma vasta lagoa, onde se travou batalha naval entre holandeses e portuguêses.

Não se sabe ao certo a data da criação da freguesia. Segundo a maioria, data de 1749. Entretanto, dão alguns como tendo sido em 1708. A sede era primitivamente a Matriz de Camaragibe, sendo transferida para o Passo de Camaragibe pela Resolução número 417, de 9 de junho de 1864. O orago, que era o Senhor Bom Jesus, passou depois a Nossa Senhora da Conceição, cuja capela constituiu sede de freguesia. A Resolução número 1 047, de 29 de dezembro de 1888, restaurou a freguesia do Senhor Bom Jesus, mas, parece, não teve instituição canônica. É subor-

Grupo Escolar Ambrósio Lira

Igreja-Matriz

dinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. A Lei número 197, de 28 de junho de 1852, elevou-o à categoria de vila, sendo desmembrada da de Pôrto de Pedras, e instalada a 4 de setembro do mesmo ano. Seu município abrangia, ao ser criado, território do atual município de São Luís do Quitunde. No seu território foi criada a vila de Camaragibe, por Lei número 90, de 26 de julho de 1895. O Passo foi elevado à categoria de cidade por Lei número 842, de 14 de junho de 1880. Foi têrmo da comarca de Maceió, de onde passou para a de Pôrto Calvo, pela Resolução número 220, de 9 de julho de 1853. Foi feito comarca pela Lei número 438, de 4 de julho de 1864, compreendendo os têrmos de sua vila, aumentando com o território de Pôrto de Pedras, cuja vila a mesma Lei suprimiu, anexando ao Passo. Em 1889, houve supressão do seu têrmo e vila, anexando-os a Pôrto Calvo, o território e também a comarca, o que não se efetuou, sendo revogada por Ato da Junta do Govêrno Provisório da República, no Estado, logo depois. Sendo restaurada a vila de Pôrto de Pedras, em 1868, o têrmo desta continuou na comarca de Camaragibe. O têrmo da vila de São Luís do Quitunde, que foi criado em 1879, passou a pertencer-lhe. Perdeu o de Pôrto de Pedras, em 1889, que passou para Pôrto Calvo. Voltou a ter o têrmo de Pôrto de Pedras por fôrça do Decreto número 341, de 1.º de agôsto de 1905, o que foi revogado pelo Decreto número 587, de 14 de setembro de 1912. Em 1889, o têrmo de São Luís do Quitunde passou para Maceió, em face da Lei número 1 115, o que não chegou a se efetuar por ter sido esta Lei revogada. O têrmo de Pôrto de Pedras foi-lhe reanexado pela Lei número 920, de 23 de julho de 1936. Com a reorganização judiciária efetuada pelo Decreto número 1 500, de 2 de maio de 1931, Camaragibe passou a têrmo da comarca de São Luís do Quitunde; foi restaurada a comarca, abrangendo o têrmo de Pôrto de Pedras pelo artigo 16 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1935. Pela Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952, perdeu o têrmo de Pôrto de Pedras. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos: Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe e Urucu. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José de Mendonça Alves. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 3 682, votando 2 031. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Banhado pelo rio Camaragibe, acha-se o município de igual nome localizado na Zona Fisiográfica do Litoral Alagoano. Limita-se ao norte com Pôrto de Pedras, Pôrto Calvo e Colônia Leopoldina; ao sul, com São Luís do Quitunde; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com União dos Palmares. As coordenadas geográficas do município são as seguintes: 9° 21' 40" de latitude Sul e 35° 28' 39" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 10 metros.

CLIMA — O clima apresenta-se, de um modo geral, quente e sêco no verão e frio-úmido no inverno. A temperatura máxima é de 28 e a mínima de 19 graus centígrados. A época mais chuvosa é de março a junho, e a mais quente verifica-se no período que vai de novembro a fevereiro.

ÁREA — Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área territorial é de 839 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos mais importantes são: a serra da Mariquita, com mais de 200 metros de altitude, situada no distrito de Urucu. Na parte hidrográfica, encontram-se como dignos de nota os rios Urucuzinho, cujo potencial hidráulico atinge 30 H. P., e que banha o distrito de Urucu; Camaragibe, um dos mais importantes do Estado, que, segundo uns, nasce no município de São José da Laje, e, segundo outros, em União dos Palmares, na serra do Botão, com um curso de 118 qui-

lômetros. Seu vale é um dos mais férteis da região. Na serra d'água, nas imediações da Usina Camaragibe, o rio forma uma queda com fôrça hidráulica de mais de 7 475 H. P., considerada a segunda do Estado. Há no município os portos fluviais de Jatobá e Campininha, ambos no rio Camaragibe, além do pôrto do Passo do Camaragibe.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Passo de Camaragibe é fértil em riquezas naturais de origem vegetal, destacando-se a madeira para construção e lenha. No rio Camaragibe é apanhado o peri-peri, espécie de junco que é empregado na confecção de esteiras, urupemas, cestos e outros objetos de uso doméstico. A pesca é também muito ativa, principalmente a realizada nas suas costas, em pleno Oceano Atlântico. Os seus rios são piscosos e as operações de pesca nêles realizadas influem grandemente na economia local. O subsolo do município, de formação calcária, oferece grandes possibilidades de aproveitamento, o que já vem sendo feito em parte, com a extração de cal.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo dados do último Recenseamento Geral, era de 26 434 habitantes (13 191 homens e 13 243 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 2 831; quadro suburbano — 1 936; e quadro rural — 21 667, sendo que 10,7% da população achavam-se localizados na zona urbana, 7,3% na zona suburbana, e 82% na zona rural. A sua densidade demográfica é de 31 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Há as seguintes localidades que podem ser classificadas como aglomerações urbanas, no município: vila de Matriz de Camaragibe — com uma população de 2 644 habitantes, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950. Possui 620 prédios, é dotada de iluminação elétrica, contando com 197 ligações domiciliárias; vila de Urucu — com 531 pessoas, também segundo o Censo de 1950. É dotada de iluminação elétrica, contando com 94 ligações domicilárias e 236 casas.

Povoados e outros núcleos de população — Como núcleos de população, há na comuna as seguintes localidades: povoado Barra de Camaragibe — com uma população estimada em 900 habitantes, possuindo 285 prédios; povoado Bom Despacho — com uma população estimada em 350 pessoas, contando com 83 residências; povoado Marceneiro — com 500 moradores em 139 habitações, e usina Camaragibe — com uma população de 150 habitantes distribuída em 30 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Passo de Camaragibe é um município essencialmente agrícola, sobressaindo-se as culturas da mandioca e da cana-de-açúcar. As terras são fertilíssimas, principalmente as situadas no vale do rio Camaragibe. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	66 395	59 775
Cana-de-açúcar	»	234 000	51 480
Côco-da-baía	Cento	24 200	4 840
Fumo em fôlha	Arrôba	10 200	4 080
Feijão	Saco de 60 kg	12 980	1 748
Bananas	Cacho	62 800	1 130
Café em grão	Arrôba	2 300	920
Milho em grão	Saco de 60 kg	5 400	810

Vista do rio Camaragibe, próximo à sua foz, no Atlântico

Pecuária — Não tem grande expressão econômica a pecuária do município. As pastagens são boas e na sua maioria naturais. Os criadores dão preferência às raças nelore, gir e zebu, deduzindo-se daí que, embora pequeno, o criatório de gado bovino é feito através de exemplares de boas raças. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária para 1956 era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 130	24 520
Eqüinos	2 240	6 272
Asininos	54	86
Muares	825	1 485
Suínos	7 240	8 688
Ovinos	8 500	1 700
Caprinos	6 000	1 200

Indústria — A indústria do município resume-se quase sòmente na transformação da cana-de-açúcar e nos produtos que lhe são subsidiários. É o açúcar a sua base econômica. Existem duas usinas de açúcar e álcool, 4 engenhos de açúcar bangüê, 5 alambiques de destilação de aguardente e duas engenhocas de fabricar rapadura. Há 20 cerâmicas para fabricação de tijolos, telhas, potes e panelas de barro; 4 carvoarias e duas firmas que se dedicam à extração de madeira. O município conta, ainda, com 6 panificações, sendo 3 na sede municipal. Finalmente têm-se a registrar a existência de 97 casas de farinha.

COMÉRCIO E BANCOS — Passo de Camaragibe realiza suas transações comerciais com as praças de Maceió e de Recife, recebendo das mesmas os produtos importados, que são charque, farinha de trigo, medicamentos e tecidos.

O município exporta farinha de mandioca, açúcar, álcool, côco-da-baía, fumo em corda e cereais. Há na cidade 16 estabelecimentos comerciais varejistas, cujo movimento comercial atingiu, em 1956, a cifra de Cr$ 3 163 239,00. Não há nenhum estabelecimento bancário no município. O movimento de crédito é feito com os bancos existentes em Maceió.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passo de Camaragibe é servido apenas de estradas de rodagem. Dista a cidade de Passo de Camaragibe, da capital Estadual, 82 quilômetros por estrada de rodagem. Suas ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: São Luís do Quitunde — 21 quilômetros (rodovia); Pôrto de Pedras — 37 quilômetros (rodovia); Pôrto Calvo — 35 quilômetros

Vista parcial da cidade

(rodovia); Colônia Leopoldina — 86 quilômetros (rodovia), e União dos Palmares — 120 quilômetros (rodovia).

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos, no município de Passo de Camaragibe, Agências Postais-telegráficas na sede municipal e nas vilas de Matriz de Camaragibe e Urucu.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está situada à margem direita do rio Camaragibe, não apresentando acidentes no seu aspecto físico, de vez que foi construída em terreno plano. Possui cêrca de 643 prédios, destacando-se, entre êles, a vetusta e imponente igreja Matriz, edificada no século passado. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade possui uma população de 1 492 habitantes (666 homens e 826 mulheres). É dotada de iluminação elétrica, contando com 221 ligações domiciliares. Os seus logradouros não são pavimentados, não havendo serviço de água canalizada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Essa modalidade de assistência é prestada por um Pôsto de Higiene Estadual, outro de Combate à Bouba e um do Serviço de Endemias Rurais. Não há médicos, dentistas, nem farmácias em Passo de Camaragibe.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Censo de 1950, existiam 2 076 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais, conforme demonstrativo abaixo: cidade de Passo de Camaragibe — 448; vilas de Matriz de Camaragibe — 427; de Urucu — 117; e zona rural — 1 084.

Ensino — Em todo o município existiam 21 escolas primárias que, no início do corrente ano, tinham uma matrícula de 974 alunos de ambos os sexos. Do total de escolas, 3 estão localizadas na cidade, 3 na vila de Matriz de Camaragibe, 3 na vila de Urucu e 12 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	175	...	638	295	638
1951	180	...	699	377	699
1952	309	...	1 104	573	1 104
1953	305	...	1 546	590	1 546
1954	605	...	1 295	623	1 295
1955	881	2 107	1 600	746	1 600
1956	2 479	3 444	2 392	1 320	2 392
1957 (1)	...	...	..	...	...

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — O município de Passo de Camaragibe possui como monumento histórico a Igreja do Senhor Bom Jesus, construída em 1700, na vila de Matriz de Camaragibe.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os festejos populares que comumente se realizam no município são o Pastoril e as Baianas, geralmente de dezembro a janeiro. Quanto às festas tradicionais, a mais importante é a do Bom Jesus, padroeiro da cidade de Passo de Camaragibe.

VULTOS ILUSTRES — *Esperidião Elói de Barros Pimentel* — Nasceu aos 14 de dezembro de 1824. Formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda. Homem inteligente e de grande relêvo político, ocupou diversos cargos importantes. Foi Juiz Municipal de Órfãos, em Maceió, Juiz de Direito em Coruripe e União, Deputado Provincial em duas legislaturas e Deputado Geral, em cinco, nos períodos de 1861 a 1870, e de 1878 a 1881. Presidiu a Província do Rio Grande do Sul, em 1863; a de Alagoas, em 1865; do Rio de Janeiro, em 1866; da Bahia, em 1884. Em agôsto de 1882 foi nomeado Desembargador para a Relação da capital do Pará. Escreveu: "Relatório Apresentado Pelo Presidente da Província do R. G. do Sul — 1863-1865"; "Idem, da do Rio de Janeiro, da Bahia e da de Alagoas"; *José Fernandes de Barros Lima* — Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Ocupou vários cargos. Foi Deputado Federal em duas legislaturas, Senador Federal e Deputado Estadual. Foi eleito Vice-Governador do Estado e, finalmente, Governador no triênio de 1918-21, sendo reeleito para o período seguinte. Advogado, jornalista, membro da Academia Alagoana de Letras. Outros filhos ilustres do município: Doutor *Ambrósio Cavalcante de Gusmão Lyra*, major *Tibúrcio Marinho Falcão*, coronel *Augusto Acioly de Barros Pimentel*, Dr. *Luiz Moreira de Mendonça*, Dr. *Júlio César de Mendonça*, *Napoleão Goulart*, Dr. *Messias de Gusmão*, a quem se deve notável relatório sôbre a economia açucareira nas Alagoas; Dr. *Afonso de Mendonça Uchôa*, apresentou erudito estudo sôbre a agricultura do Estado, dividido em seis partes: "Terra e Trabalho, Indústria Agrícola; Cultura Rotineira e Cultura Mecânica; Produção Agrícola e Cultura Intensiva; Estatística e Situação Comercial; e Situação Econômica e Financeira".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas em Passo de Camaragibe são conhecidas como camaragibenses. O vocábulo Camaragibe é de origem indíge-

Vista da Usina Camaragibe

na, que quer dizer "árvore amarela", com a decomposição da palavra nos seus elementos formadores: "camara" — árvore; e "juba" — amarela, ou, segundo outra interpretação: "camarahyp" ou "camara — gypo", com a significação de "rio dos camarás". As principais autoridades do município são: Doutor José de Figueiredo Lins, Juiz de Direito; Doutor João Lins Mendonça Uchôa, Promotor Público; Manoel Amâncio de Albuquerque, Tabelião Público; Antenor de Gusmão Lira, Escrivão do Registro Civil; José Francisco da Costa Filho, Escrivão; e Padre Luiz Oliveira Santos, Pároco.

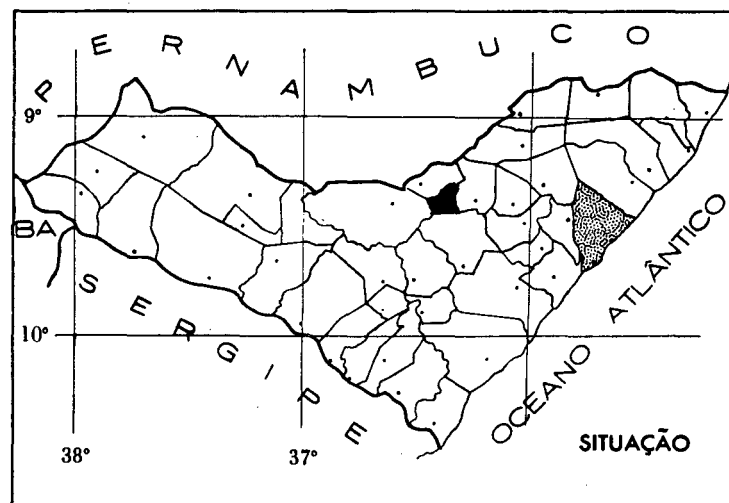
(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PAULO JACINTO — AL

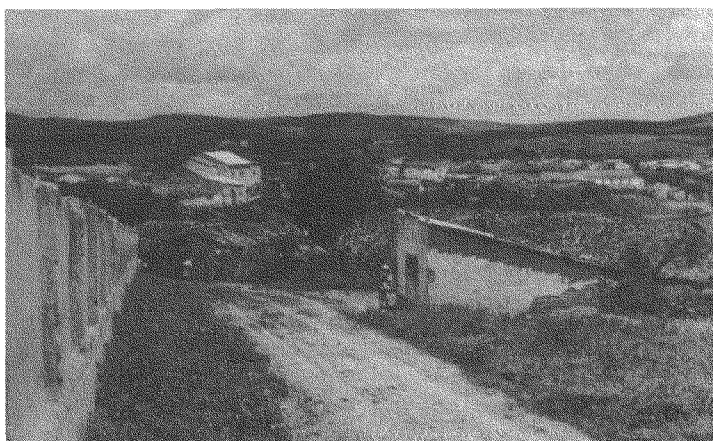
Mapa Municipal na pág. 277 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Paulo Jacinto teve como primeiro nome o de Lourenço — "Lourenço de Cima", pois havia um outro com a denominação de "Lourenço de Baixo" ou São Lourenço, propriedade agrícola de Lourenço Veiga, que construiu uma capela sob a invocação daquele Santo, capela esta ainda hoje existente. O Lourenço de Cima, objeto dos presentes dados históricos, teve origem em uma capela que, em suas terras, erigiu Antônio de Souza Barbosa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Antônio de Souza Barbosa, considerado o fundador, era paraibano, natural de Campina Grande, e, adquirindo aqui grande trato de terra, pelos primórdios do segundo Reinado (1835), transportou-se com sua família e haveres, construindo uma casa para residência e uma capela, conforme era o costume da época nas famílias abastadas e religiosas. À Santa — Nossa Senhora da Conceição — fêz doação de considerável patrimônio de terras, cêrca de 20 hectares, para assim assegurar a subsistência e a conservação da capela, em cujas vizinhanças, em terreno foreiro daquele patrimônio, foram sendo construídas as primeiras casas de taipa, segundo o estilo de então, pequenas e baixas umas, enormes casarões outras, para residências dos novos habitantes que, seduzidos pela fertilidade do solo, amenidade do clima, para aí afluíram, formando assim a nascente povoação. Por essa altura, dadas as necessidades ambientes, surgiu o primeiro estabelecimento comercial — uma "bodega" —, pertencente a José Carolino, localizada numa posição de relêvo, na margem das estradas que, vindas de "cima" — Palmeira dos Índios e do Sertão —, iam dar ao Riacho do Meio (município de Viçosa) e ao Pilar. Os primeiros habitantes da novel povoação, agricultores rijos e fortes, não desprezavam, nos vagares da lavoura, os pequenos negócios, e assim em animais iam às praças comerciais mais próximas, notadamente à do Pilar — grande empório comercial da época —, levando produtos da terra e trazendo de volta mercadorias diversas como tecidos, bacalhau, charque, farinha de trigo, etc.

Já nos primeiros dias da República, contava a povoação com dezenas de casas, vários estabelecimentos comerciais, uma indústria de descaroçar algodão, a vapor, uma feira bem animada, etc. Com a inauguração, em 1911, da estação da estrada de ferro da então Great Western, o povoado passou a chamar-se Paulo Jacinto, denominação sugerida pela Great Western, como homenagem a Paulo Jacinto Tenório, cidadão filho de Quebrangulo, muito rico, e que havia doado à citada companhia uma área de terras destinada aos serviços da nova via de comunicação. A partir justamente dessa data a povoação tomou grande impulso comercial, podendo fàcilmente comunicar-se não apenas com as cidades vizinhas, como ainda com a capital do Estado. Em 1925 foi a povoação elevada à categoria de vila, fato êsse que contribuiu ainda mais para o seu desenvolvimento. A indústria agrícola, nessa época, contava com 4 descaroçadores de algodão e várias casas de farinha. Pela Lei número 1 747, de 2 de dezembro de 1953, foi elevado à categoria de município e cidade. A paróquia, criada por Ato da Arquidiocese de Maceió, em 1948, e a esta subordinada, está sob a invocação de Nossa Senhora das Graças. De acôrdo com o que estabelece a Lei de Organização Judiciária (Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952), o município já se considera sede de comarca; entretanto, até a presente data, ainda não foi instalada, de sorte que os trabalhos judiciários são realizados no município de Quebrangulo. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Paulo Jacinto. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Sebastião Costa Barros. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paulo Jacinto está situado ao norte do Estado de Alagoas e pertence à chamada Zona Fisiográfica da Mata. Limita-se ao norte e a oeste com Quebrangulo; ao sul, com Anadia, e a leste com Viçosa. A cidade está situada à margem do rio Paraíba; dista, em linha reta, da capital do Estado, 75 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 21' 10" de latitude Sul e 36° 23' 40" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é aproximadamente de 285 metros.

CLIMA — Rigorosamente, Paulo Jacinto está situado numa zona de transição, entre o fim da Mata e o comêço do Agreste. É natural, portanto, que o seu clima sofra a influência dessas duas zonas. Frio no inverno e quente e sêco no verão; mesmo no rigor desta estação, a temperatura, à noite, é agradável. A cidade, sem dúvida alguma, prestar-se-ia para uma estação de veraneio. As estiagens sêcas ocor-

Vista parcial da cidade

rem de novembro a março, e as chuvas de maio a agôsto. Não se têm registrado inundações, nem tampouco enchentes fluviais, salvo a de 1949, sem grandes conseqüências para a região. A temperatura máxima é de 32 e a mínima, de 14 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 119 quilômetros quadrados, sendo o menor da Zona da Mata.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado pelo rio Paraíba, salientando-se, ainda, a Serra Grande, cuja altitude máxima atinge 250 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Paulo Jacinto é rico em pedra bruta e calcária, sendo também produtor de argila para o fabrico de tijolos e telhas. Existem madeiras de várias espécies.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, contava o então distrito de Paulo Jacinto 7 269 habitantes, assim distribuídos: zona urbana — 1 344; zona suburbana — 293, e zona rural — 5 632.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Censo de 1950 encontrou uma população de 1 637 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica é a agropecuária.

Agricultura — Predominam as terras sílico-argilosas, onde se cultivam algodão, café e mandioca. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	1 420	1 230
Café em grão	Arrôba	2 400	1 080
Frutas diversas	Cento	24 500	840
Algodão	Arrôba	6 000	720
Feijão	Saco de 60 kg	680	374

Além dos produtos acima mencionados, cultiva ainda os seguintes: cana-de-açúcar, batata-doce, fava e milho.

Pecuária — Depois da agricultura, a atividade pecuária representa a mais importante fonte de renda local. As pastagens são naturais, cultivando-se, também, o capim-angolinha e outras pastagens artificiais. As raças preferidas são a zebu e a crioula, predominando o cruzamento das duas espécies. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	10 000	30 000
Eqüinos	1 450	2 175
Suínos	4 000	3 200
Muares	460	1 380
Ovinos	3 000	750
Caprinos	3 000	750
Asininos	250	200

Indústria — A mais importante é a de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, representada por um descaroçador de algodão, na sede municipal, 57 casas de farinha e uma engenhoca de rapadura, espalhadas pela zona rural. Na cidade existem, ainda, duas panificações, duas pequenas fábricas de móveis de madeira, uma sapataria e uma pequena fábrica de vinhos e vinagre. A indústria extrativa conta com 4 pequenos estabelecimentos produtores de telhas e tijolos, e 1 de pedra para construção.

COMÉRCIO E BANCOS — Apesar de se tratar de cidade pequena e criada recentemente, o comércio de Paulo Jacinto é relativamente desenvolvido. Na sede municipal há 2 estabelecimentos atacadistas e 33 varejistas, compreendendo, de modo geral, tecidos e estivas. O giro comercial das firmas varejistas atingiu, em 1956, quase sete milhões de cruzeiros. O movimento comercial é feito principalmente com as praças de Maceió, Recife e Garanhuns, das quais Paulo Jacinto importa tecidos, ferragens, louças, combustível, farinha de trigo e charque. Os principais produtos exportados são farinha de mandioca, algodão e cereais. Na cidade não há estabelecimento bancário, sendo o respectivo movimento efetuado por intermédio de um correspondente do Banco do Brasil, existente na sede municipal, e dos estabelecimentos localizados na capital do Estado, e da Agência do Banco do Brasil, da cidade de Viçosa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela linha de ferro da Rêde Ferroviária do Nordeste. As ligações com os municípios vizinhos estão assim especificadas: Quebrangulo — 22 quilômetros (rodovia) e 21 quilômetros (ferrovia); Anadia — 42 quilômetros (rodovia); Viçosa — 23 quilômetros (rodovia) e 21 quilômetros (ferrovia); Palmeira dos Índios — 54 quilômetros (rodovia) e 56 quilômetros (ferrovia). Paulo Jacinto dista da capital Esta-

Praça da Matriz

Principal logradouro da cidade

dual 113 quilômetros por ferrovia, e 112 por estrada de rodagem.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica, na cidade, e a Rêde Ferroviária do Nordeste, uma Agência Telegráfico-telefônica.

ASPECTOS URBANOS — Localizada em terreno plano, à margem do rio Paraíba, é Paulo Jacinto uma das cidades mais novas do interior alagoano. Possui um comércio regular, sendo bem desenvolvido na época da safra de algodão e cereais. Existem cêrca de 900 prédios, 6 logradouros, dos quais 4 são calçados a paralelepípedos. Possui um cinema, dois hotéis e um pequeno campo de pouso. É dotada de um bom serviço de iluminação elétrica, havendo 192 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe, apenas, um Pôsto de Saúde, sem médico. Há duas farmácias e um dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam na cidade, isto é, na então vila de Paulo Jacinto (pertencente ao município de Quebrangulo), 462 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais.

Ensino — No município existem 14 escolas primárias, sendo 1 Grupo Escolar Estadual, 12 escolas isoladas municipais e uma particular, com a matrícula geral, no início de 1957, de 625 alunos de ambos os sexos. Do referido total, 9 estabelecimentos estão localizados na cidade e 5 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há um clube dançante, um cinema, duas associações esportivas e uma escola de música.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	470	...	736	238	662
1955.......	470	...	1 011	471	832
1956.......	711	...	1 300	516	989
1957 (1)....	633	...	1 267	561	1 267

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — A festa mais tradicional é a de Nossa Senhora das Graças, padroeira da cidade, no dia 2 de fevereiro. São raros os folguedos populares que se fazem exibir. O Pastoril, o Reisado, além de outras "funções" peculiares à época dos festejos natalinos, aparecem no município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Paulo Jacinto são chamados paulo-jacintenses. Na sede municipal há um Cartório de Registro Civil. As principais autoridades do município são: Antônio de Almeida Porangaba, Presidente da Câmara; Padre José Monteiro, Pároco; e Sebastião Mendonça Ribeiro, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PENEDO — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

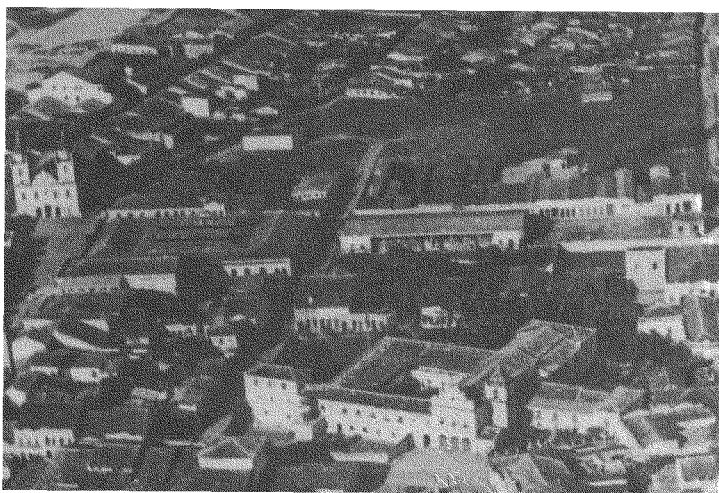
HISTÓRICO — É possível admitir-se que haja partido de três focos iniciais o povoamento do território alagoano. Um assentou no norte, e teve Pôrto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo situa-se no centro do litoral e se desenvolveu em tôrno das lagoas, que deram nome ao povoado inicial: Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte. Prolongou-se pelo vale do Mundau, a cujas margens assentaram os fundamentos da economia local: os engenhos de açúcar. O terceiro foco situou-se ao sul; Penedo é o seu centro de expansão.

A denominação "Penedo" veio do fato de ter a povoação se erguido sôbre um rocha de grande altura, existente à margem do rio São Francisco. Foi também conhecida como São Francisco e vila do Rio São Francisco. Várias são as opiniões sôbre a fundação de Penedo. Segundo uns, o devassamento do território teve ligação com as primeiras penetrações no rio São Francisco. Tomaz Espíndola admite datar de 1522 a primeira incursão bandeirante pela região, da qual teria resultado a fundação de Penedo. Atribuem outros à passagem do 1.º donatário da Capitania de Pernambuco. Segundo crônicas, aquêle 1.º donatário, no segundo quartel do século XVI, chegando ao São Francisco, navegou algumas léguas acima, até a primeira elevação existente em suas margens. Aí numa rocheira (nome perpetuado, como designativo duma parte da localidade), fundou a povoação. O Cônego Teotônio Ribeiro, estudioso da história de Penedo, assim se expressa: "10-10-1545 — Transpõe pela primeira vez a barra do São Francisco, Duarte Coelho Pereira, deixando iniciado um povoado para traz da rocheira do penedo". Contraria o Cônego Teotônio Ribeiro a versão do Dr. Próspero Jeová, outro estudioso do assunto, que dá 1555 como data de iniciação do povoado, alegando o fato de haver Duarte Coelho Pereira morrido em Olinda, em 7 de agôsto de 1554. Outros ainda acham, entre êles João Alberto Ribeiro, que foi Duarte Coelho de Albuquerque, filho do 1.º donatário, quem iniciou o povoado, quando, em 1560, penetrou no rio Opara, denominação indígena dada ao rio São Francisco. Afirmam alguns parecer certo que o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco criara o povoado apenas com o intuito de garantir os limites de sua propriedade. Adalberto Marroquim, citando o Dr. Diégues Júnior, esposa essa opinião e diz: "O que

não padece dúvida é que Penedo teve origem num arraial fortificado, e só o fato da magnífica posição em que se acha seria bastante para prová-lo se fatos posteriores não tivessem claramente demonstrado. A luta contra o domínio batavo é um dêstes. Tão importante era a posição de Penedo que mereceu a visita do Príncipe Maurício de Nassau, fundador do forte que tomou o seu nome".

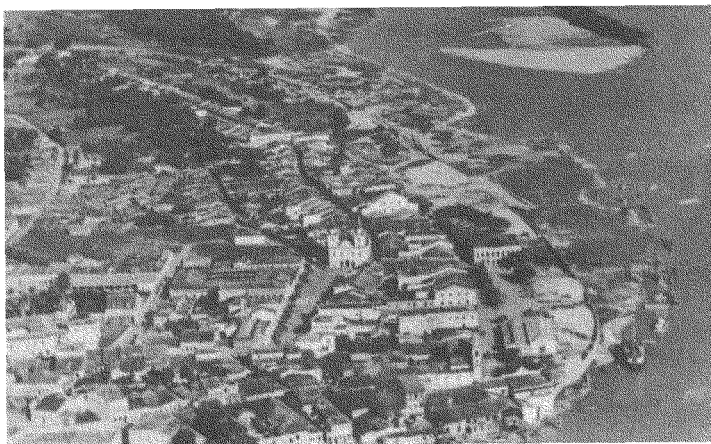
Sendo caminho único e natural para a Bahia, sede do Govêrno Geral, além de invejável posição estratégica, era a povoação muito cobiçada pelos holandeses que, em 27 de março de 1637, conseguiram nela estabelecer seu domínio. E para assegurarem sua permanência na vila construíram o forte Maurício, em homenagem ao príncipe de Nassau. Êste forte ficava bem próximo ao local onde mais tarde seria construído o Convento dos Franciscanos. Destruíram os holandeses os arquivos de Penedo e aí permaneceram até 19 de setembro de 1645, quando foram expulsos por Valentim da Rocha Pita, com auxílio vindo da Bahia. Restaurado Penedo, levantaram os portuguêses uma cruz de pedra, tendo cêrca de oito pés dos braços para baixo, sendo êstes movediços. A cruz, que era conhecida como "Cruz das Almas", foi arrancada do pedestal por devotos que se lembraram de colocá-la numa capela, destruindo um marco de grande importância para a história de Penedo. Ainda hoje existe, porém em tamanho bem menor, na capelinha do Senhor Bom Jesus dos Pobres.

Confirmando o seu título de muito nobre, sempre leal e valorosa, Penedo também se associou à luta contra os Palmares em 1710 e bem assim tomou parte na Revolução Pernambucana de 1817, conhecida como Confederação do Equador. Aderindo primeiramente aos revoltosos, voltou Penedo a jurar fidelidade à realeza. Fôrças de Penedo juntaram-se ao Marechal Joaquim Melo Leite Cogominho de Lacerda, quando aquêle militar transpôs o rio São Francisco.

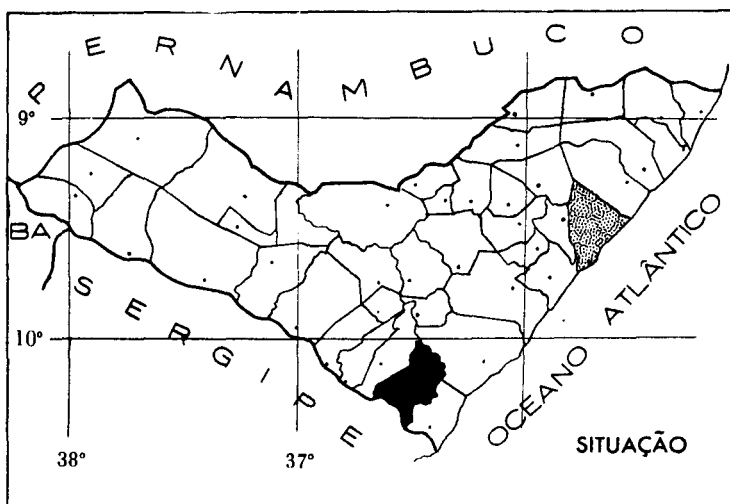
A primeira obra social de vulto apareceu em 1770, quando o coronel João Pereira Álvares instituiu o Hospital de Caridade, doando-lhe como patrimônio 12 mil cruzados a juros, e 8 moradas de casas. Para o cultivo da arte musical e tendo biblioteca e gabinete de leitura, foi fundada em 16 de agôsto de 1865 a Sociedade Filarmônica. O primeiro jornal, denominado "Jornal de Penedo", apareceu em 1868-1869, fundado e dirigido por Júlio César Leal. Recebeu Penedo a honrosa visita do Imperador D. Pedro II em 14 de outubro de 1859. Em solene "Te Deum", pronun-

Vista aérea da parte baixa da cidade

Convento de São Francisco

ciou a oração congratulatória o monge Frei Manoel da Conceição do Monte. Sua primeira capela teve a iniciativa de Cristóvão da Rocha, que para isso obteve o consentimento de D. Constantino Barradas, Bispo do Brasil, naquela época, obrigando-se a doar uma légua de terras em seu redor.

É desconhecida a data exata da criação da freguesia, que tem por orago Nossa Senhora do Rosário. Dizem que "dos arquivos queimados pelos holandeses, constam o que da freguesia de Penedo". Acredita-se, porém, que seja dos princípios do século XVII, e mais positivamente de 1615. Em 1916 foi Penedo elevado a Diocese. Em 12 de abril de 1636 foi criada sua vila que, segundo a crônica, teve o nome de São Francisco. O seu território compreendia os que formam os municípios atuais de Penedo, Igreja Nova, Pôrto Real do Colégio, Traipu, Pão de Açúcar, Piranhas, Água Branca, Mata Grande, Santana do Ipanema, Piassabussu e parte de Anadia e de Limoeiro de Anadia. Desmembradas de seu território diretamente, porém, só foram as vilas de Traipu (1835), Colégio (1876), Piassabussu (1882) e Igreja Nova (1890). Foi elevada à categoria de cidade — conservado o título de muito nobre, sempre leal e valorosa — pela Lei n.º 3, de 18 de abril de 1842. Até 1833 fêz parte da comarca de Alagoas, quando foi criada sua comarca, compreendendo os têrmos das vilas de Penedo, Poxim e Anadia. Em 1835 foi-lhe acrescentado o têrmo da vila de Traipu, que só se instalou depois de uma Lei de 1838. Teve mais o de Mata Grande, em 1837, suprimido em 1846, e restaurado em 1852. Em 1838 perdeu os de Poxim e Anadia, que passaram para a comarca de Anadia. Perdeu o têrmo de Mata Grande em 1854, que passou a ser comarca. Teve o de Santana do Ipanema em 1875, que foi erigida vila, e perdeu-o em 1876, quando passou para Mata Grande. Em 1876 perdeu Traipu, que passou à comarca de Pão de Açúcar, e teve Colégio feito vila. Em 1889 teve São Braz criada vila, desmembrada de Colégio. Teve Igreja Nova em 1890, que passou a ser vila. Perdeu os têrmos de Igreja Nova e Piassabussu, transferidos para as comarcas dos mesmos nomes, pela Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Penedo. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Dr. Hélio Nogueira Lopes.

Vista aérea do pôrto fluvial da cidade

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 5 200, votando 3 100. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na parte sul do Estado e situado à margem esquerda do rio São Francisco, o município de Penedo pertence à Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco. Limita-se ao norte com Junqueiro e Igreja Nova; ao sul com o rio São Francisco; a leste com Piassabussu e Coruripe; e a oeste com Igreja Nova. Dista 115 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 17' 24" de latitude Sul e 36° 35' 06" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de quinze metros.

CLIMA — O clima de Penedo, de modo geral, é quente e úmido no verão, e frio e úmido no inverno. A média das máximas é de 32, e das mínimas 22 e a compensada é de 25 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a superfície de Penedo é de 603 quilômetros quadrados, sendo o menor município da região do Baixo São Francisco.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além do rio São Francisco, o município de Penedo é cortado por outros rios perenes que são tributários do chamado "rio da unidade nacional"; dentre êles destacam-se o Marituba, que nasce na lagoa Grande, no distrito de Salomé, no município de Igreja Nova, e, depois de um curso de 37 quilômetros, tem sua foz na Barra das Laranjeiras, entre os municípios de Penedo e Piassabussu; o rio Piauí, que nasce no município de Limoeiro de Anadia e sua foz está no rio Marituba. Tem 37 quilômetros de extensão no município. Rio Boassica, que nasce no município de Arapiraca e despeja suas águas no rio São Francisco. Banha o Penedo numa extensão de 5 quilômetros.

Várias são as ilhas e coroas de areia formadas pelo rio, destacando-se as seguintes: ilha de São Pedro, com cêrca de 3 700 metros de perímetro. É de importância econômica, tendo boa área para lavoura e pastagens para gado; ilha do Gado — fluvial, com cêrca de 2 600 metros de extensão, é cultivada e possui criação de gado. Há ainda no município as ilhas de São Manoel e Ponta Mofina. Deve-se mencionar também a coroa Santa Maria, com cêrca de 3 300 metros. É cultivada e possui criação de gado bovino.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Penedo tem como riquezas naturais de origem mineral pedra para construção e para transformação em paralelepípedos. Das suas matas, se bem que não sejam grandes, são extraídas madeiras para lenha e para transformação em carvão vegetal, que constituem apreciáveis fontes de riqueza. Além da madeira, possui em quantidade apreciável a mamona e o côco-da-baía, que são aproveitados na indústria do óleo. Como plantas medicinais, tem em quantidade a ipecacuanha, o boldo e a erva-cidreira. A pesca realizada no rio São Francisco, que banha grande parte do município, é intensiva e tem grande influência na economia da comuna. O peixe típico do São Francisco é a piranha, que abunda na região, seguindo-se a curimatá, o xire e o surubim. Muito embora com expressão econômica acentuada, a pesca é ainda realizada de modo rudimentar, não contando seus pescadores com apetrechos modernos para o desempenho de sua perigosa e por vêzes poética profissão.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, Penedo contava com uma população de 20 762 habitantes, assim distribuída: Quadro Urbano — 10 345; Quadro Suburbano — 3 877; e Quadro Rural — 6 540. Como se vê, 69% da população localizam-se na Cidade, tornando Penedo um município eminentemente urbano.

Aglomerações urbanas — Penedo possui uma única aglomeração, que é a própria sede municipal, onde o Recenseamento Geral de 1950 encontrou uma população de 14 222 habitantes. Do ponto de vista populacional, Penedo é a segunda cidade do Estado, sendo apenas superada pela Capital do Estado, como se pode observar pela relação que se segue: Maceió — 99 088; PENEDO — 14 222; Rio Largo — 13 524; Palmeira dos Índios — 9 246, e Arapiraca — 8 791.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural encontram-se vários povoados que constituem verdadeiros núcleos populacionais, cuja representação indica respectivamente o número de prédios e de habitantes: Capela — com 100 prédios e 450 habitantes; Coqueiros — 80 e 325; Itaporanga — 95 e 385; Manimbu — 20 e 80;

Marituba — 140 e 560; Marizeiro — 65 e 260; Murici — 57 e 230; Ponta Mofina — 105 e 420; Tabuleiro dos Negros — com 110 prédios e 430 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem o principal ramo de atividade econômica do município.

Agricultura — O arroz, principal produto agrícola, é cultivado nos vales dos rios e especialmente das lagoas formadas pelas enchentes periódicas do Sbo Francisco. A cultura da mandioca também é de importância fundamental para a economia da população rural menos abastada. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	50 100	9 519
Feijão	» » » »	2 200	1 760
Manga	Cento	32 100	1 605
Mandioca	Tonelada	4 000	1 400
Milho em grão	Saco de 60 kg	3 500	525
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 268	408

Pecuária — Constitui a pecuária um ramo subsidiário na atividade rural. As principais fazendas de gado bovino estão localizadas na zona ribeirinha do São Francisco.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	16 740	36 740
Eqüinos	1 210	1 452
Asininos	410	307
Muares	980	1 568
Suínos	5 840	4 964
Ovinos	2 300	437
Caprinos	920	165

Indústria — Depois da agricultura, as indústrias de transformação constituem o mais importante ramo da atividade econômica de Penedo. A principal é a indústria têxtil, representada pela fábrica de tecidos "Cia. Industrial Penedense", que, infelizmente, há mais de um ano não vem funcionando. Outro ramo da indústria de transformação que se destaca é o de beneficiamento de produtos agrícolas, cujos resultados estão perfeitamente caracterizados na discriminação que se segue: farinha de mandioca — 190 estabelecimentos em 1956; arroz beneficiado — 10; pães e outros produtos de panificação — 8; torrefação e moagem de café — 4; refinação de açúcar — 4; e fabricação de fubá de milho — 1 estabelecimento.

Segundo o Registro Industrial de 1956, Penedo contava, ainda, com os seguintes ramos industriais, cujos estabelecimentos estão assim classificados: uma fábrica de óleos vegetais; uma de sabão; 4 de móveis de madeira; uma de mosaicos; 7 de bebidas e refrigerantes, e uma de gêlo. As pequenas atividades industriais, principalmente a indústria extrativa, constituem verdadeira riqueza para o município, pois ainda de acôrdo com o Registro Industrial de 1956, existem 173 pequenos produtores de carvão vegetal; 68 de cestas e bôlsas de cipó e outras fibras; 51 de urupemas; 15 de caçoás; 10 de abanos; 6 de esteiras; 3 de

Vista parcial do pôrto

chapéus de palha de ouricuri; 3 de lenha; 2 de estôpas; e 1 de tamancos. A indústria de artigos de pesca conta com 58 produtores de covos e 3 de remos. A indústria de material cerâmico conta com 4 estabelecimentos de telha e tijolos.

Pesca — Penedo é um dos mais importantes municípios pesqueiros de Alagoas. Existe na cidade a Colônia de Pescadores São Francisco, cuja produção, em 1955, atingiu 125 146 quilogramas de pescado no valor de mais de 3 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Principal centro comercial da região do São Francisco, Penedo mantém transação direta com várias praças do país, entre elas Aracaju, Maceió, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Campina Grande. Destas praças importa tecidos em geral calçados ferragens e estivas em geral. A farinha de trigo e os produtos farmacêuticos são importados do Recife, Salvador e Maceió. O sal é importado principalmente de Aracaju. O arroz é exportado para Maceió e várias praças do norte e do sul do País. Há na cidade 30 firmas atacadistas e cêrca de 95 varejistas. O valor das vendas das principais firmas comerciais, em 1956, elevou-se a mais de cento e doze milhões de cruzeiros. O movimento bancário é feito através de uma Agência do Banco do Brasil e por outra do Banco Mercantil Sergipense S.A. A praça de Penedo é servida, ainda, por uma Agência da Caixa Econômica Federal, uma Cooperativa Agrícola para financiamento aos agricultores e de Agências dos Institutos de Aposentadoria dos Industriários e dos Comerciários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Poucos são os municípios tão bem servidos de transporte quanto Penedo. A navegação aérea é feita pela VARIG, cujos aviões tocam no município às segundas, quartas e sextas-feiras, quando fazem o vôo Norte-Sul, e às segundas, quartas, sextas-feiras e sábados, no vôo Sul-Norte. A linha de navegação fluvial Penedo—Piranhas é feita pelo navio "Comendador Peixoto", da Emprêsa Fluvial de Transportes Limitada. A linha fluvial Penedo—Neópolis é servida por lanchas pertencentes a várias emprêsas sediadas na cidade sergipana de Neópolis. O município é servido, ainda, por estrada de rodagem, destacando-se a de Penedo—Maceió, cujo transporte é feito diàriamente pela Emprêsa Penedense de Transportes. Dista Penedo da capital do Estado 187 quilômetros por estrada de rodagem, e as ligações com

Vista da lagoa Salgada

os municípios vizinhos são as seguintes: Piassabussu — 29 quilômetros (rodovia) e 30 quilômetros (via fluvial); Coruripe — 113 quilômetros (rodovia); Igreja Nova — 33 quilômetros (rodovia) e 36 quilômetros (via fluvial); e Junqueiro — 47 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na sede municipal, uma Agência Postal-telegráfica, situada na Praça Floriano Peixoto.

ASPECTOS URBANOS — A velha cidade de Penedo, metrópole do São Francisco e um dos primeiros núcleos populacionais de Alagoas, apresenta, ainda hoje, vestígios de uma época remota. O Convento de São Francisco, a Igreja da Corrente e a Pedra de São Pedro, com inscrições deixadas pelos holandeses, são valores históricos conservados carinhosamente por seus filhos através dos tempos. Enquanto a parte alta oferece um dos mais encantadores panoramas, a parte baixa se caracteriza pelo movimento comercial e industrial, cuja rua mais importante estende-se paralelamente ao cais do pôrto. O grande rio que margeia a parte baixa da cidade não é apenas um acidente geográfico, oferecendo ao viajante uma bela paisagem natural, mas representa, principalmente, grande riqueza econômica de importância fundamental para a população. Penedo foi, em dada época, um centro de irradiação cultural em Alagoas. Lá nasceram, entre outras figuras representativas da inteligência brasileira, o diplomata Barão de Penedo, o escritor Elísio de Carvalho e o poeta Sabino Romariz. Possui atualmente mais de 4 000 prédios, destacando-se entre os mais antigos o Convento de São Francisco de Assis; a Igreja da Corrente; a Catedral de Nossa Senhora do Rosário; o Teatro 7 de Setembro; a Santa Casa de Misericórdia (Hospital e Maternidade); o Seminário Diocesano; o Asilo de Mendicidade; o Cine-Penedo; o Palácio Episcopal; o Ginásio Diocesano; a Prefeitura Municipal; o Grupo Escolar Gabino Besouro. Entre as construções modernas, mencionam-se o Penedo Tênis Clube; a Biblioteca Pública; o Hospital Regional; o Pôsto do S.E.S.P.; o Pavilhão dos Tuberculosos; a Escola Normal Rural; e o grande prédio, em construção, onde serão instalados o Cinema e Hotel São Francisco. No município há um campo de aviação com 3 pistas piçarradas. A cidade é servida de água canalizada, havendo 464 prédios abastecidos, e conta com 4 hotéis, 3 associações de caridade e duas de beneficência mutuária.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica em Penedo é relativamente eficiente, sendo prestada à população por intermédio dos seguintes estabelecimentos: Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição — mantido pela Irmandade de São Gonçalo Garcia, é um dos mais antigos estabelecimentos de assistência do Estado. Dotado de instalações modernas, possui ambulatório, Raios-X, gabinete dentário, laboratório, farmácia, sala de operações, 56 leitos para indigentes e 11 para contribuintes. O estabelecimento é provido de 6 médicos para a parte clínica, e 1 radiologista; Maternidade de Nossa Senhora do Bom Parto — mantido pela mesma instituição, é dotado de 28 leitos e 23 berços e 2 médicos; Pavilhão para Tuberculosos Santana — mantido pela mesma instituição e modernamente aparelhado com raios-X, 29 leitos e 2 médicos; Hospital Regional Penedo — mantido pelo S.E.S.P., funciona em prédio recentemente construído, com instalações modernas e sob a direção da Irmandade de São Gonçalo Garcia. Entre outras instalações, destacam-se a cirurgia, a pediatria, os raios-X e o ambulatório. É provido de 40 leitos e 5 médicos, farmácia e auxiliares sanitários; Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) — tècnicamente instalado, possui 1 lactário, uma farmácia, 1 laboratório, 3 médicos, 1 dentista, além de enfermeiros e outros auxiliares. Funciona em regime de semi-internato, havendo 6 leitos; Pôsto de Malária — mantido pelo Govêrno Federal; Ambulatório da Colônia de Pescadores — mantido pelo Instituto de Caça e Pesca, destina-se a clínica geral. A cidade é servida por 10 médicos, 6 dentistas, 4 farmácias e uma drogaria.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município de Penedo dispõe de duas Associações de Beneficência Mutuária e que são a Sociedade Montepio dos Artistas, localizada na Praça Marechal Deodoro, e a Colônia de Pescadores São Francisco — Z-12, que se destina a promover pensões, auxílio funerário e assistência médica e farmacêutica aos seus associados. Cita-se ainda a Cooperativa Agrícola de Penedo, único órgão dêsse tipo no município, cuja finalidade é a assistência financeira aos agricultores locais.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou na cidade 12 352 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 5 697 sabiam ler e escrever e 6 655 eram analfabetas.

Ensino — Sob o ponto de vista do ensino, Penedo ocupa lugar de destaque no Estado. Os dados da última Campanha Estatística revelam que no município, em 1956, quatro grupos escolares, 33 escolas de ensino fundamental e 10 cursos supletivos de alfabetização ministravam o curso primário fundamental comum.

Relativamente ao ensino secundário, Penedo possui 2 ginásios, uma escola normal rural, uma escola técnica de comércio, uma escola de música, duas de datilografia, 4 de corte e costura e uma de flôres, bordado e costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com moderna biblioteca pública, recentemente instalada — Biblioteca e Museu do São Francisco, que tem cêrca de dois mil volumes; 2 jornais, 4 associações culturais, 1 cinema, 1 teatro, 4 tipografias e 6 sociedades esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS:

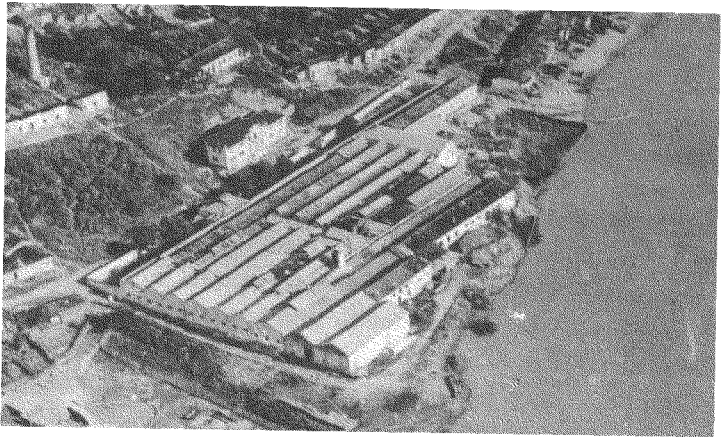
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 817	3 503	1 524	889	1 199
1951.......	2 206	4 810	1 755	1 028	1 755
1952.......	2 697	6 339	2 106	1 278	2 106
1953.......	3 204	6 994	2 106	1 278	2 106
1954.......	3 554	8 611	2 106	1 278	2 106
1955.......	3 327	6 994	3 306	2 018	2 915
1956.......	3 411	13 216	4 780	2 857	3 796
1957 (1)....	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há no município os seguintes monumentos históricos: Obelisco comemorativo da passagem do primeiro centenário da Independência do Brasil; Obelisco comemorativo ao tricentenário da sua elevação à vila; Obelisco levantado em homenagem ao terceiro centenário da extinção do domínio flamengo em Penedo e restauração do domínio lusitano: 1645-1945; Casa da Câmara, também conhecida como Casa de Aposentadoria, edificada para a aposentadoria dos Ouvidores. Foi iniciada em 1781 e concluída em 1782. Entalhada na pedra, há, na sua fachada, o seguinte: "Casa de Aposentadoria que mandou fazer o Doutor José de Mendonça de Matos Moreira, sendo administrador dela Jacinto Soares, em 1781". Sôbre a parte que fica fronteira ao tôpo da escada, estão escritos em caracteres antigos, dentro de um quadro, os seguintes versos:

"Princípio as cousas querem,
Mas o fim inda mais val;
Em 1782 findou
O administrador Amaral."

Oratório dos condenados, construído em 1769. Diz a lenda que os condenados à fôrca passavam aí as últimas noites em oração, em companhia de um sacerdote; Bica das Torneiras, curiosa construção feita pelos frades Carmelitas em 1712; Convento de São Francisco, cujo título de doação foi passado em 31 de julho de 1670, tendo os oficiais da Câmara cedido um terreno com 50 braças dentro da vila, pelo lado do sul, com fundos para a várzea. Em 17 de abril de 1673 tomaram posse os religiosos por seu síndico, o tenente André Tinoco. Destaca-se, também, a Igreja da Corrente, pertencente ao Patrimônio Histórico Nacional, pela sua grande riqueza artística. Encontram-se, ainda, na cidade de Penedo, as hermas dedicadas a Floriano Peixoto, ao Comendador Peixoto, ao Barão de Penedo e a Clementino do Monte.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas são as seguintes: Bom Jesus dos Navegantes, com procissão fluvial; atos litúrgicos da Semana Santa; festa de Santo Antônio, em 13 de junho, sendo feita a distribuição de donativos aos pobres, alcançando êste ano o número de 3 000; festa da Padroeira, Nossa Senhora do Rosário, em 7 de outubro. Os folguedos populares mais usados são: Reisados, Guerreiros, Chegancas, Pastoris, Maracatus e Quilombos.

Vista aérea da fábrica de tecidos Penedense.

VULTOS ILUSTRES — *Francisco Inácio de Carvalho Moreira* — Barão de Penedo — nasceu em dezembro de 1815. Era filho do capitão-mor João de Carvalho Moreira, de nacionalidade portuguêsa, casado com uma alagoana, D. Joaquina de Almeida Silva. Fêz o curso de preparatórios em Maceió, ficando órfão de pais aos 15 anos de idade. Contrariando o desejo materno, que o queria substituindo o progenitor na direção dos engenhos de açúcar, seguiu para Olinda onde se matriculou no curso de Direito. Quando estava no último ano, solidário com outros colegas, foi implicado em um processo por crime de "ajuntamento ilícito". Obrigado pelas circunstâncias, transportou-se para São Paulo, onde bacharelou-se. Casou-se com D. Carlota Emília Aguiar, sobrinha-neta do grande José Bonifácio. Carvalho Moreira era de palavra fácil nem sempre isenta de ironia, granjeando ràpidamente fama na advocacia e depois no parlamento. Viveu sempre desassombradamente, cheio de firmeza em suas atitudes e convicções, batendo-se pela Lei e pelo Direito, especialmente quando estavam em jôgo os interêsses do Brasil. Quando em 1842 rebentou a rebelião de São Paulo, encabeçada pelo brigadeiro Tobias de Aguiar e debelada pelo coronel Lima e Silva, depois Barão de Caxias, tomou a defesa daquele brigadeiro, conseguindo libertá-lo. O implicado era parente de sua espôsa e marido da Marquesa de Santos, razão pela qual sua defesa tornava-se mais difícil, uma vez que o brigadeiro era duplamente mal visto por D. Pedro II. Publicou substancioso trabalho sôbre a Constituição política do Império — "Manual do Cidadão Brasileiro". Em 1843, reunindo-se a Teixeira de Freitas e outros, concebeu a criação do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi deputado geral por Sergipe. Em 22 de agôsto de 1848 levantava seu brado, enfrentando a turba poderosa dos escravocratas, e um requerimento seu sôbre o tráfico negreiro, que logrou ser aprovado, motivou a queda do Gabinete Liberal. Em 1848 salientou seus grandes conhecimentos como criminalista, confeccionando um substancioso trabalho sôbre penitenciárias, mostrando-se conhecedor de todos os sistemas adotados nos países mais adiantados. Em 1849 foi eleito deputado por Alagoas. Em fevereiro de 1851 foi distinguido com a presidência do Instituto da Ordem dos Advogados. Em 18 de novembro de 1851 o eminente alagoano era honrado com a importante comissão de Ministro Plenipotenciário na América do Norte. Em viagem recebeu honrosas manifestações por parte da Associação dos Advogados de Lisboa, pois seu nome como jurista obtivera ressonância

além das fronteiras. A nomeação em aprêço representava o pôsto avançado de uma árdua batalha diplomática em que estêve continuamente na estacada, principalmente na luta desigual sustentada contra as pretensões americanas de forçar a navegação pelo rio Amazonas, passando por cima do Brasil. O nosso emissário acabou impondo o seu ponto de vista, quando o Brasil tinha apenas a seu favor a fôrça do Direito e a serena inflexibilidade do seu agente diplomático. Passou depois para a Legação de Londres. Aí teve êle atitude digna quando não atendido em suas pretensões, onde o Govêrno britânico, pelas manifestações de fôrça praticadas pela frota inglêsa, deveria declarar que não "tivera a intensão de ofender a dignidade nacional nem de violar a soberania do Império". Tendo recebido apenas displicente resposta, o alagoano de rija têmpera redige nota altiva declarando "a superioridade de fôrças não deverá constituir um privilégio acima do Direito e da Justiça e que não podendo seu país sujeitar-se ao pêso de uma afronta irreparada, declarava rompidas as relações com a Grã-Bretanha, solicitando seu passaporte". O Govêrno imperial aprovou o ato de coragem de seu embaixador e entregou o passaporte ao embaixador inglês. Carvalho Moreira em 1865 foi mais uma vez nomeado para uma missão espinhosa, na França. Aquela nação manifestara-se neutra no conflito do Brasil com o Paraguai e nela tínhamos mandado construir uma corveta de guerra que não poderia ser entregue sem quebra da neutralidade. A habilidade de Carvalho Moreira, porém, atilado e experiente, consegue de Napoleão III a licença para que o nosso navio saísse. Chamado a colaborar com o Brasil República, recusando, tendo em vista as divergências profundas do novo regime, foi demitido por um telegrama lacônico. Em 1855 o Imperador concedeu-lhe o título de Conselheiro; em 1864 foi agraciado com o de Barão de Penedo e o Papa Pio IX conferiu-lhe a Grã-Cruz de Gregório Magno, dignidade excepcional pontifícia. Morreu no olvido pela falta de gratidão de seus contemporâneos, no dia 1.º de abril de 1906, com a avançada idade de 91 anos. — *Manoel Joaquim Fernandes de Barros* — homem de vida notável e intensa, não só como cientista, também pela sua atuação na política do País. Nasceu aos 17 de março de 1802. Freqüentou a Universidade de Coimbra, estudando ainda em diversos países da Europa, onde granjeou a amizade e simpatia de muitos sábios estrangeiros, quando por lá estêve por conta do Govêrno imperial brasileiro, aperfeiçoando-se nos estudos de química e mineralogia. Doutorou-se pela Universidade de Paris, em ciências físicas, formou-se em medicina pela Universidade de Strasburgo, licenciado pela Academia de Montpellier, sócio da Sociedade Filotécnica de Caltelnaudary, da de ciência, agricultura e artes do Baixo Reno, assim como da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da de Instrução do Rio de Janeiro. O sábio Barruel, Diretor dos Trabalhos Químicos da Universidade de Montpellier, encarregou-o, por vêzes, de diversas pesquisas difíceis, de física e química, que foram por êle executadas satisfatòriamente. Trabalhou no laboratório de Gay-Lussac e foi nomeado pelo Govêrno francês como membro da comissão de professôres escolhidos para estudos e pareceres sôbre as minas da alta Gasconha e as do Palatino, obtendo elogios pela sua inteligente atuação. Deixou numerosos trabalhos, especialmente sôbre História Natural. Destacou-s também na política nacional. Foi deputado geral por su terra e Governador do Estado de Sergipe. Foi assassinad na Bahia, no dia 2 de outubro de 1840, contando apena 38 anos de idade. — *Inácio de Barros Leite* — faleceu er 1879. Prosador e poeta popular, com tendências bocagia nas, dando mostras de versejador original e inspirado. De dicou sua vida ao magistério e, após sua morte, foi orga nizada uma edição póstuma da volumosa produção qu deixou. — Frei *José de Santa Engrácia* — franciscano, fc orador talentoso. — D. *Jonas de Araújo Batinga* — Bisp da Igreja Católica, homem de rara cultura e santidad admirável. — Dr. *Anfrísio Freire Ribeiro*, médico, mere cendo de Penedo eterna gratidão. — *Sabino Romariz* — grande poeta. — *Elísio de Carvalho* — escritor de muit conceito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascido no município de Penedo são conhecidos pelo nome de pene denses. As principais autoridades do município são: Alo sio Tavares de Almeida, Presidente da Câmara; Dr. Virg lio de A. Leite, Juiz de Direito; Dr. Danilo Freitas, Promc tor Público; Monsenhor Fernando Medeiros, Vigário d Diocese; e Tenente Horácio Gomes, Delegado de Políci A autoridade eclesiástica suprema é D. José Terceiro d Souza, Bispo da Diocese.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elabo ração — Inspetoria Regional de Estatística.)

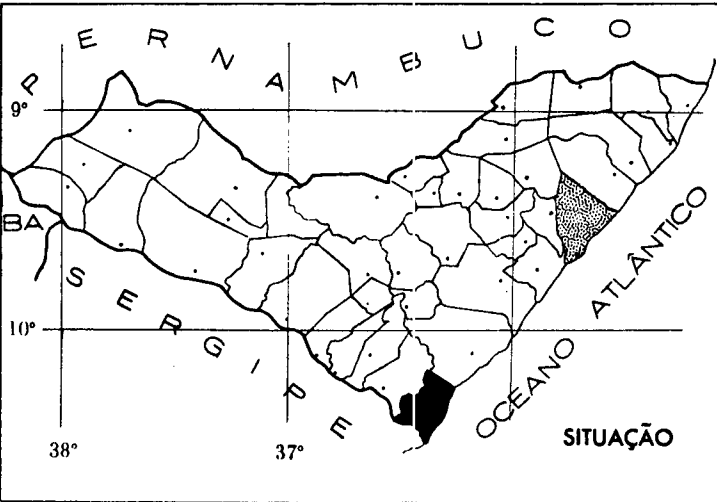
PIASSABUSSU — AL

Mapa Municipal na pág. 303 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O início da formação do povoado dat dos primeiros tempos da exploração do baixo São Fran cisco. Era o local ponto preferido pelos que atravessavam rio São Francisco, quando viajavam por terra para Pernam buco e Bahia. Consta que o português André Dantas, ter do um grupo de homens sob as suas ordens, entre 1660 1670, penetrou no município. E sendo o dia 10 de outubr data em que se comemora a conversão de São Francisc de Borja, construiu uma pequena barraca, com palhas d palmeira, dando-lhe a forma de igreja, em honra daquel santo. Daí surgiu o povoado. O nome é antiqüíssimo e ver desde o início do povoamento. Tem origem indígena: "pia çava" — palmeira; "guassu" ou "assu" — grande. Foi mo tivado pela abundância de palmeiras.

Em 11 de julho de 1859, pela Lei número 359, fc criada a freguesia sob a invocação de São Francisco d Borja. A Lei número 7, de 23 de abril de 1842, erigiu ur curato, não tendo sido entretanto a mesma Lei homologad pela autoridade eclesiástica que a revogou com a Resolu ção número 6, de abril de 1843. Continua pertencendo Diocese de Penedo. Pela Lei número 866, de 31 de mai de 1882, foi elevada à categoria de vila, sendo desmem brada do município de Penedo. De seu município nenhur outro foi desmembrado. Fazia parte da comarca de Pened e pela mesma Lei que passou a município, transferiu-se pa ra a comarca de Coruripe. Em 1932, com a extinção d comarca de Coruripe, voltou a pertencer à de Penedo; pel Lei número 1 674, de 11 de novembro de 1952, foi criad

sua comarca. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Piassabussu. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Irineu Lôbo Barreto. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 1 652, votando 1 620. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

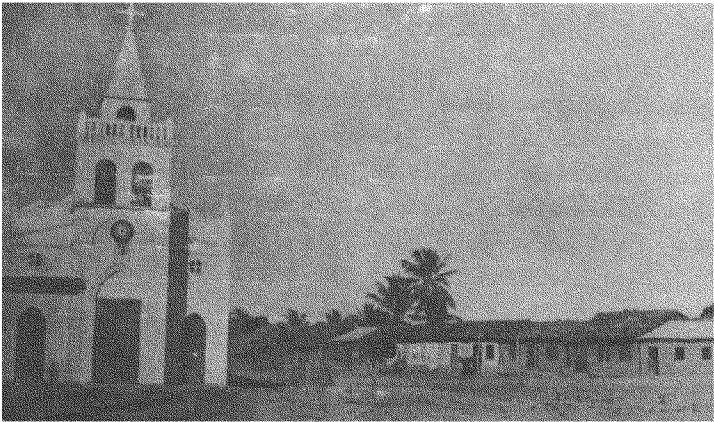
LOCALIZAÇÃO — Situado no extremo sul do Estado, o município de Piassabussu pertence à Zona Fisiográfica do Litoral e limita-se ao norte, com Coruripe; ao sul, com o rio São Francisco; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com Penedo. Localizada em terreno baixo, próxima à foz do rio São Francisco, a cidade de Piassabussu dista 110 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 10° 23' 30" de latitude Sul e 36° 25' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 5 metros.

CLIMA — De modo geral o clima de Piassabussu é quente e úmido no verão, e frio-úmido no inverno. As inundações são comuns nas fases de cheias do São Francisco causando sérios prejuízos à lavoura.

ÁREA — A área do município de Piassabussu é de 414 quilômetros quadrados, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Formadas pelo rio São Francisco, existem no município várias ilhas, destacando-se as seguintes: Negra, Fitinha, Alecrim, Bertoldo, Monte, Gondim, Barro e Andorinhas. Encontram-se, também, várias lagoas, entre as quais: Canduípe, Guaribas, Salgada, dos Caboclos, das Canoas, dos Cavalos, Araticunzinho, Redonda, das Salsas e do Pavão.

RIQUEZAS NATURAIS — Está sendo explorado em Piassabussu um tipo especial de argila destinada a trabalhos petrolíferos. O material apresenta-se de côr escura e a sua descoberta na região representou uma grande economia para a Petrobrás. Como riquezas vegetais existem madeiras de pequeno porte e o junco destinado à confecção de esteiras de cangalha. Como riqueza de origem animal, encontram-se peixes de várias espécies, tanto no rio São Francisco como no litoral do Oceano Atlântico.

Povoado Feliz Deserto.

POPULAÇÃO — Segundo dados relacionados com o resultado do Censo de 1950, a população do município era de 8 749 habitantes (4 161 homens e 4 588 mulheres), distribuída da seguinte maneira: quadro urbano — 2 705; quadro suburbano — 1 008, e quadro rural — 5 036 habitantes, sendo que 30,9% da população acham-se localizados na zona urbana; 11,5% na zona suburbana, e 57,6% na zona rural.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal, onde o Recenseamento Geral de 1950 encontrou uma população de 3 713 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia da comuna fundamenta-se nas atividades industrial e agrícola.

Agricultura — Predominam em Piassabussu as terras arenosas, onde se cultiva em grande escala o côco-da-baía. O arroz, outra cultura de importância fundamental para o município, é cultivado nas terras do vale do São Francisco. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	82 390	22 410
Arroz em casca	Saco de 60 kg	17 000	3 400
Mandioca	Tonelada	630	490
Cana-de-açúcar	»	800	480
Cebola	Arrôba	1 650	330

Além dos produtos mencionados, o município cultiva, ainda, os seguintes: milho, mamona, feijão, batata-doce, alho, banana e manga.

Pecuária — A pecuária é pouco desenvolvida, não tendo expressão econômica para Piassabussu. Segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-56, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.° DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 552	38 208
Eqüinos	1 580	2 370
Asininos	400	240
Muares	1 700	2 550
Suínos	1 460	1 752
Ovinos	14 000	4 200
Caprinos	8 000	2 400

Vista de um coqueiral no povoado Bonito.

Indústria — A principal indústria de Piassabussu é a têxtil, representada pela Fábrica de Tecidos Marituba. A indústria de beneficiamento de arroz, que ocupa o segundo lugar, sob o ponto de vista econômico, conta com 3 estabelecimentos. A indústria de produtos alimentares conta com uma fábrica de farinha de côco e 3 panificações, na sede municipal, e 28 casas de farinha de mandioca na zona rural. Quanto às pequenas atividades industriais, existem 19 produtores de chapéus e cestas de palha de palmeira, 12 de esteiras de junco, 1 de carvão, 2 de lenha, 1 de peixe salgado e 2 de móveis de madeira.

Pesca — É digna de menção a pesca, em Piassabussu, que tem curso no rio São Francisco e nas piscosas águas do Oceano Atlântico. Contudo não representa expressão econômica em face dos processos rotineiros empregados.

COMÉRCIO — O movimento comercial é feito principalmente com a praça de Penedo, para onde converge grande parte da produção de arroz e côco-da-praia. Quase tôda a produção de tecidos é exportada para o sul do país. Na sede municipal há 9 firmas atacadistas e 40 varejistas. Os principais produtos importados são tecidos, ferragens, perfumarias, farinha de trigo e charque.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além da via fluvial, Piassabussu é servido por estradas de rodagem, construídas pela municipalidade. Dista de Maceió 216 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Penedo — 29 quilômetros (rodovia) e 36 quilômetros (fluvial); Coruripe — 134 quilômetros (rodovia). O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade, e uma Agência Postal-telefônica no povoado Pontal da Barra.

ASPECTOS URBANOS — Situada próxima à foz do rio São Francisco, a cidade de Piassabussu possui 1 343 prédios e um pequeno pôrto fluvial. É dotada de iluminação elétrica, com 350 ligações domiciliárias e conta com dois pequenos hotéis e um cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto do S.E.S.P. Na cidade não existe médico nem dentista, havendo uma farmácia que presta serviços de emergência. A Colônia de Pescadores Z-19 e o Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Piassabussu dispõem de serviço médico para os seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, existiam no município 2 337 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais, sendo 1 301 na cidade e 1 036 na zona rural.

Ensino — Existem 22 unidades de ensino primário geral, sendo 2 Grupos Escolares (1 na sede municipal e outro no povoado Marituba), 15 escolas isoladas e 5 cursos supletivos de alfabetização. A matrícula nos 17 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, no início de 1957, atingiu 937 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade de Piassabussu um cinema e uma Escola de Música.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Colônia de Pescadores Z-19 e o Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Piassabussu prestam assistência social aos seus associados.

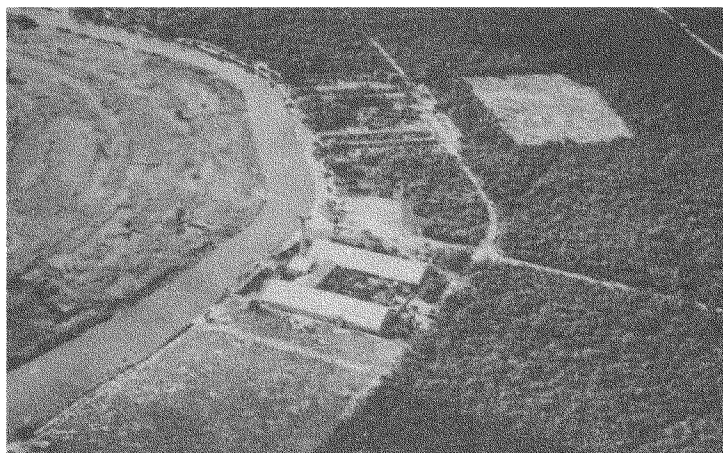
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 106	1 196	...	...	...
1951	1 497	1 681	782	365	821
1952	1 623	1 977	961	432	922
1953	1 767	2 577	1 327	543	1 371
1954	3 270	3 305	1 422	689	1 401
1955	4 558	4 192	1 707	873	1 658
1956	6 237	4 961	2 079	1 004	1 859
1957 (1)	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — Na cidade há um obelisco comemorativo da elevação da vila à cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais folguedos exibidos são a Chegança, o Pastoril, o Reisado e as Baianas, geralmente durante o Natal. Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, realizada a 28 de dezembro de cada ano no povoado Feliz Deserto. Importante e tradicional comemoração, ali se reúnem umas 2 000 pessoas; — Festa de São Francisco de Borja, realizada na sede municipal a 10 de outubro. É uma das principais manifestações religiosas do município, por ser São Francisco de Borja seu padroeiro; — Festa de Bom Jesus dos Navegantes, realizada a 1.º de janeiro de cada ano, na sede municipal, congregando, além dos ha-

Vista da fazenda Paràzinho.

Vista aérea da fábrica de tecidos Marituba.

bitantes da cidade, moradores de Penedo e Parapitinga, localidade sergipana.

VULTO ILUSTRE — Dr. *Virgílio de Lemos* — Jurista, poeta e escritor. Na Bahia, onde viveu grande parte de sua vida, deixou traços de sua brilhante carreira.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — Como ponto de atração turística encontra-se em Piassabussu a praia do Peba, uma das mais encantadoras e aprazíveis do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Piassabussu são conhecidos pelo nome de piassabussuenses. As principais autoridades do município são: Dr. Nélson Rodrigues Correia, Juiz de Direito; Padre José Gonçalves, Pároco; e Manoel Galdino Pereira, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

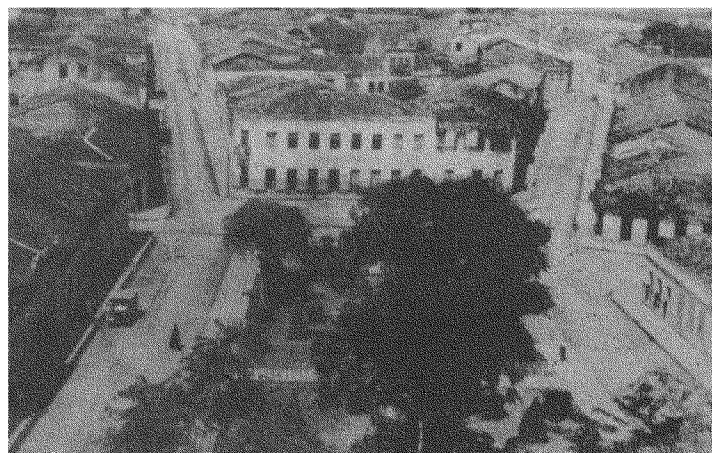
PILAR — AL

Mapa Municipal na pág. 291 do 4.º Vol.

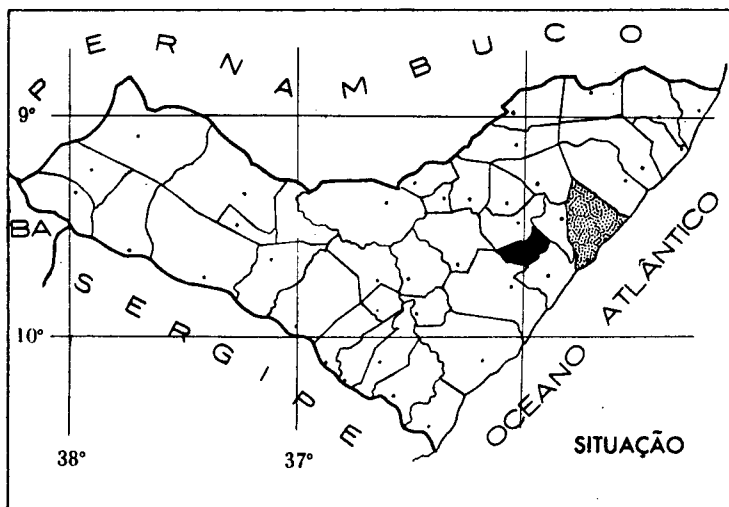
HISTÓRICO — No local onde está edificada a cidade do Pilar existiu, primitivamente, um engenho movido a água, pertencente a José de Mendonça Alarcão Ayala, um dos antepassados do Barão de Mundau. A respeito do nome do município, a tradição conservou uma lenda segundo a qual uma imagem de Nossa Senhora foi encontrada num pilar. Retirada daí e colocada numa capela foi a imagem novamente encontrada no local primitivo. Os habitantes tomaram o fato como sendo o local escolhido para o povoado datando dêsse tempo o seu desenvolvimento. O fato é que em meados do século passado, segundo opinião de alguns autores, constituíra-se no mesmo lugar uma pequena povoação, situada à margem setentrional da lagoa Manguaba, que não passava de um aglomerado de residências de pescadores. Por aí embarcavam os viajantes e os produtos que, vindos das povoações do centro e principalmente das situações no vale do Paraíba, como Atalaia e Capela (antiga Paraíba), eram destinados a Maceió e à velha cidade de Alagoas (hoje Marechal Deodoro).

No Pilar registrou-se a última pena de morte, no Brasil. O escravo de nome Prudêncio de propriedade do Senhor João Lima, reuniu-se ao escravo Francisco, de propriedade do Dr Joaquim Thelesphoro Ferreira Lopes Viana, médico afamado e político de prestígio, e em companhia de outro escravo, Vicente, resolveram matar os patrões. Foram ao estabelecimento comercial de João Lima e mataram-no, atraindo ao local a espôsa, sob a alegação de que o marido estava doente, matando-a também. Francisco tentou fazer o mesmo com o Dr. Thelesphoro, não havendo oportunidade. Resolveu, como última tentativa, chamá-lo alta madrugada, ao que o médico respondeu que não podia sair por ter tomado um "escalda-pés", muito usado na época pela medicina. Fugiram os escravos, sendo os corpos descobertos. Prudêncio escondeu-se no monte do Pavão (Pernambuco) e desafiou a escolta que o perseguia. O tenente mandou que os seus soldados cercassem o morro enfrentando o negro em luta corporal, saindo ambos mortos. Francisco e Vicente foram capturados. O Dr. Thelesphoro foi ao Imperador e pediu para o escravo Francisco pena de morte por enforcamento em praça pública, ao que o Imperador respondeu: "Sim, concedo, porém será a última no Brasil".

O município guarda como acontecimento de importância na sua história a visita do Imperador D. Pedro II, que foi conduzido até a cidade pelo navio Pirajá, tendo sido hospedado num prédio assobradado, hoje denominado Sobrado do Barão e que está sendo demolido para a construção de um ginásio. Ao Imperador foi oferecido um vaso de ouro maciço.

Pela Lei número 250, de 8 de maio de 1854, sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, foi criada sua freguesia, subordinada à Arquidiocese de Maceió. A povoação foi elevada à vila pela Lei número 321, de 1.º de maio de 1857, com território desmembrado do município de Alagoas (atual Marechal Deodoro). Nenhum município foi criado com terras de sua jurisdição. Passou à categoria de cidade por Lei número 626, de março de 1872. Seu território, depois têrmo, fêz sempre parte da comarca de Alagoas até 1859, quando passou a ser têrmo da comarca de Atalaia. Em 16 de março de 1872 pela Lei número 624 foi erigida à categoria de comarca com o seu têrmo e o de Santa Luzia do Norte, desmembrado da de Maceió. Posteriormente extinta, a comarca de Pilar voltou a pertencer, como têrmo, à de Atalaia. Restaurada por Decreto número 1 877, de 31 de janeiro de 1934, teve em sua jurisdição o têrmo de Marechal Deodoro, até 17 de setembro de 1949, quando êsse foi novamente elevado à comarca, pela Lei n.º 1 473. Foi o nome do município mudado para Manguaba em 1944, por causa da lagoa Manguaba, principal acidente geográfico do município. Voltou a ter denominação primitiva de Pilar com a Lei número 1 473, de 17 de setembro de 1949.

Vista parcial aérea da cidade.

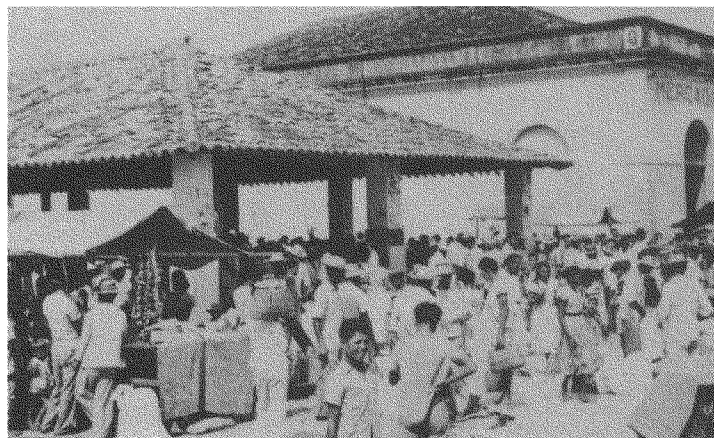
Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei número 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Pilar. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Anísio de Souza. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 2 437, votando 1 426. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município do Pilar acha-se localizado na parte leste do Estado e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com os municípios de Atalaia e Rio Largo; ao sul com Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos; a leste com a lagoa Manguaba; e a oeste com Atalaia e Anadia. A sede municipal está edificada em terreno acidentado. A parte baixa fica à margem da lagoa Manguaba e a parte alta avança na direção do vasto taboleiro alagoano. Dista 22 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 34' 30" de latitude Sul e 35° 54' 12" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude de Pilar é de 8 metros.

CLIMA — O clima do Pilar é o típico da zona do litoral: quente-úmido no verão e frio-úmido no inverno. Os meses mais quentes vão de novembro a março, quando a máxima atinge 36°C. Na época mais fria, de maio a julho, a mínima acusa 20°C. Na zona do planalto (taboleiro), a temperatura é muito saudável. O vento predominante é o Nordeste com rajadas frescas no verão e frias no inverno.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 229 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é a lagoa Manguaba ou do Sul, que margeia a cidade; mede 28 quilômetros de extensão por cinco de largura. Está separada de Mundau ou do Norte, na sua parte leste, por um planalto, e se põe em comunicação na parte oriental pelos canais Seriba e dos Remédios. O rio Paraíba, que nasce na serra do Gigante, município de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco, banha o município de Pilar, apresentando aí pequeno trecho navegável por embarcações tipo canoa. Tem um leito pedregoso que o torna impraticável para a navegação em sua grande parte, sendo a foz na lagoa Manguaba. Banham ainda o município os rios Satuba e Sumaúma. Há no primeiro uma queda de água

Aspecto parcial de uma feira, vendo-se ao fundo o Mercado Municipal.

de cêrca de 40 metros de altura e 250 H. P. Pilar é cortado, ainda, pelos riachos Sumaúma Grande, Água Negra e Jacaré.

RIQUEZAS NATURAIS — A comuna tem como riquezas naturais a argila do seu subsolo, que é largamente empregada na fabricação de telhas, tijolos e ladrilhos. Possui, ainda, pedreiras, das quais são extraídas pedras para construção e paralelepípedos. Do reino vegetal destacam-se madeiras para construção, lenha, e carvão, afora palhas de ouricuri e de outras espécies de palmeiras, que são empregadas na fabricação de objetos de uso doméstico, como esteiras, abanos, cestos, peneiras e urupemas. Como riqueza de origem animal destacam-se os peixes dos seus rios e lagoas.

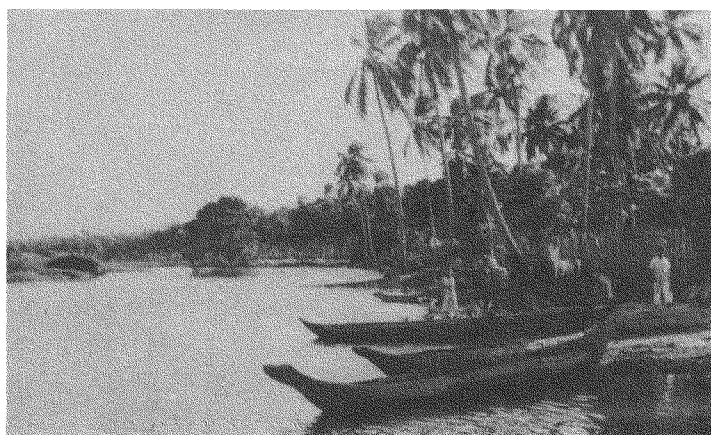
POPULAÇÃO — Segundo os resultados do último Recenseamento Geral, a população do município, em 1950, era de 13 176 habitantes (6 248 homens e 6 928 mulheres), assim distribuída: quadro urbano — 5 774; quadro suburbano — 1 052; e quadro rural — 6 350.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana existente é a própria sede municipal, cuja população, segundo o Censo de 1950, era de 6 826 habitantes.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem outros núcleos de população dignos de ser mencionados: povoados de Chã do Pilar — com 327 prédios e cêrca de 1 000 habitantes; Mangabeira — com 55 casas e cêrca de 250 moradores; Camurupim — com 40 residências e cêrca de 170 pessoas; e usina Terra Nova — com 140 moradas e cêrca de 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria e a agricultura constituem a base econômica local.

Agricultura — A terra é fértil, principalmente nas baixadas, por onde correm vários rios e riachos. Elas são apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e cereais. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	35 700	6 069
Mandioca-brava	»	7 440	2 976
Côco-da-baía	Cento	3 600	720
Feijão	Saco de 60 kg	1 500	675
Milho em grão	» » » »	2 300	299

Vista parcial de um trecho do rio Paraíba.

Pecuária — De menor importância econômica do que a agricultura, a pecuária também é explorada no município. As pastagens, na sua totalidade, são nativas, com muitas aguadas, havendo, contudo, uma boa área de artificiais. As raças predominantes são zebu, hindu-brasil e holandesa. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, foi a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 200	34 400
Eqüinos	1 550	4 650
Asininos	120	96
Muares	750	2 250
Suínos	800	1 200
Ovinos	600	180
Caprinos	700	196

Indústria — A principal indústria é a de tecidos de algodão, representada pela Companhia de Fiação e Tecidos Pilarense, que, face à crise atravessada pelo comércio de tecidos, cerrou as suas portas com incalculáveis prejuízos para a economia do município. Ainda como indústria importante existe uma usina de açúcar — Usina Terra Nova. A indústria de telhas e tijolos se vem desenvolvendo nos últimos 5 anos, e, segundo o Registro Industrial de 1956, existiam 7 estabelecimentos. A indústria de produtos alimentares conta com 6 panificações, uma fábrica de farinha carimã e uma de beneficiamento de café, tôdas localizadas na sede municipal. Quanto às pequenas atividades industriais, existem 6 pequenos estabelecimentos produtores de peixe salgado, 2 de esteiras de junco e cangalha, 3 de extração de lenha, 3 de carvão vegetal e 1 de serragem de madeira. Na zona rural encontram-se 92 pequenos produtores de farinha de mandioca, 3 engenhos de açúcar bangüê e 4 de aguardente de cana, de acôrdo com o Registro Industrial de 1956.

Pesca — Pilar é um dos principais municípios pesqueiros do Estado. Praticada na lagoa Manguaba, a pesca é uma atividade de certo vulto econômico, principalmente para a população pobre. Existe uma Colônia de Pescadores, cuja produção, em 1955, atingiu o volume de 52 000 quilogramas, no valor de 485 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é feito regularmente com a Capital do Estado e com alguns municípios vizinhos. O principal centro comprador dos produtos agrícolas é Maceió. No entanto, Pilar também efetua transações comerciais com os municípios de Arapiraca, Atalaia e São Miguel dos Campos. Os principais produtos exportados são açúcar, tecidos, farinha de mandioca, telhas e tijolos. Os principais produtos importados são tecidos, ferragens, produtos farmacêuticos e artigos de estivas em geral. A cidade possui 10 estabelecimentos atacadistas e 76 varejistas. Não há, no município, agências bancárias e o movimento de crédito é feito através dos estabelecimentos sediados em Maceió.

MEIOS DE TRANSPORTE — Pilar é servido por estrada de rodagem asfaltada que o liga a Maceió e a outras cidades do interior alagoano. As ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: São Miguel dos Campos — 42 quilômetros (rodovia); Rio Largo — 33 quilômetros (rodovia); Atalaia — 16 quilômetros (rodovia), e Marechal Deodoro — 40 quilômetros (rodovia) e 26 quilômetros (via lacustre). Para a Capital do Estado o percurso é de 37 quilômetros (rodovia). As emprêsas que servem o município são: Emprêsa de Auto-Ônibus Pilarense, Emprêsa de Transporte Pássaro Azul e Emprêsa de Transporte Nossa Senhora do Pilar. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na sede municipal, localizada na Rua Luís Ramos, antiga Visconde de Sinimbu.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem da grande lagoa Manguaba, a cidade do Pilar apresenta aspecto natural interessante e possui cêrca de 1 802 prédios. Dos seus 48 logradouros, 12 são pavimentados a paralelepípedos e 2 a pedras irregulares. Um dêsses logradouros liga a cidade à ladeira que dá acesso ao povoado da Chã do Pilar. Da igreja Matriz, que está localizada na principal praça, descortina-se bela paisagem oferecida pela lagoa Manguaba. Conquanto a rêde de energia elétrica de Paulo Afonso passe bem próximo à cidade, o município do Pilar ainda não começou a receber os benefícios da mesma, de sorte que a iluminação é muito deficiente, não correspondendo às necessidades da população pilarense. No município há fontes de água de boa qualidade; entretanto, o serviço de água canalizada existente é precário. A população está aguardando a inauguração das novas instalações, cujas obras foram concluídas recentemente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, do Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, do Ambulatório da Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos, do Serviço Médico-Cirúrgico do Dr. Fernando Figueiredo e do Centro Social Morvan de Figueiredo (núcleo do SESI). A maternidade e o ambulatório da Colônia de Pescadores, recentemente instalados, também vêm prestando assistência médica aos seus associados. Na cidade há um médico, um dentista e duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Liga do Pão dos Pobres é a única associação de caridade do município do Pilar e está situada na Praça Floriano Peixoto. Destina-se a sociedade a prestar auxílios às pessoas reconhecidamente pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, existiam 3 008 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais, sendo 2 599 na cidade e 409 na zona rural.

Ensino — Conforme dados da última Campanha Estatística, existiam 35 estabelecimentos de ensino primário ge-

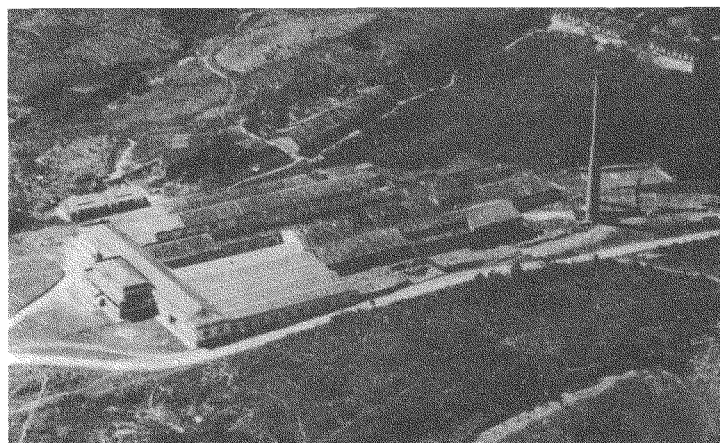
ral, inclusive 5 cursos supletivos de alfabetização. Dêste total, 17 unidades estão localizadas na sede municipal (1 grupo escolar e 16 escolas isoladas) e 18 se encontram na zona rural. Quanto ao ensino não primário, há uma escola de música, uma de datilografia e outra de corte e costura, tôdas na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há no município museus, livrarias ou bibliotecas. A cidade do Pilar conta com dois cinemas e uma banda de música filarmônica.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 118	961	655	314	633
1951	1 526	1 500	828	480	787
1952	1 928	1 740	1 016	530	905
1953	1 462	1 671	1 198	505	1 100
1954	1 483	1 723	1 119	498	1 253
1955	1 414	1 523	1 192	463	1 088
1956	1 181	2 129	1 768	711	1 409

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa do município é a da Padroeira, Nossa Senhora do Pilar. Embora sem a pompa que caracterizava as comemorações de outrora, ainda é muito concorrida. Há, também, nesse dia, Cavalhada. Pelo Natal realizam-se Pastoris Baianas etc.

VULTOS ILUSTRES — *Artur Ramos de Araújo Pereira* — Nasceu aos 7 de julho de 1903, e era filho do Dr. Manoel Ramos de Araújo Pereira e D. Ana Ramos de Araújo Pereira. Foi uma das mais expressivas figuras da intelectualidade brasileira versando os mais altos assuntos. Produziu incessantemente no campo do pensamento uma seara prodigiosa, onde se colhem mais de 600 trabalhos de real valor. A bibliografia do seu "Curriculum Vitae" — embora tenha morrido com 46 anos apenas — é tão vasta, que basta dizer-se que, concorrendo ao certame para preenchimento da cadeira de Antropologia e Etnologia, da Faculdade Nacional de Filosofia, apresentou 1 234 títulos selecionados, assim discriminados: 82 diplomas, nomeações e prêmios; 432 entre livros e artigos publicados; 96 relativos a conferências e cursos realizados; 57 entrevistas; 106 fontes para estudo crítico do Brasil; 42 para idêntico estudo do estrangeiro; 419 conceitos e opiniões exarados sôbre suas obras. Realizou um curso brilhante na Faculdade de Medicina, na Bahia, tendo sua tese "Primitivo e Loucura" alcançado a láurea "Alfredo Brito", da referida faculdade. Êste trabalho de estréia é elogiado unânimemente pela imprensa da Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro, recebendo o jovem doutor uma carta de Miguel Couto onde "felicita vivamente o ilustre colega pela transcendência e originalidade com que desenvolveu sua "tese". Além do louvor de outros catedráticos de Medicina, começaram a vir manifestações de aprêço do "Archivio di Antropologia Criminale Psichiatria e Medicina Legale" de Turim; do Diretor da "Revue Philosophique de Paris"; "Revue Neurologique", também parisiense; Diretor do "The Journal of Nervous and Mental Desease", de New York; de E. Bleuler, professor de Psiquiatria da Universidade de Zurich; de Segmund Freud, de Viena, e de muitas outras figuras consagradas da cultura universal. Apresentou no concurso para Docente Li-

Vista aérea da Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos.

vre de Clínica Psiquiátrica, da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1928, a tese "Sordice dos Alienados". É grande a repercussão do seu trabalho que ultrapassa as nossas fronteiras. Publicou depois, entre outros, "Estudos de Psicanálise", "O Negro Brasileiro", "O Folclore Negro", "As Culturas Negras do Novo Mundo", "Introdução à Antropologia Brasileira". Como cientista ocupou os cargos mais elevados: Chefe da Secção de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Distrito Federal; encarregado de estudar a fundação de um manicômio jurídico na Bahia; Professor de Psicologia Social da Universidade do Rio de Janeiro; Professor de Filosofia e Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Convidado para dar cursos no estrangeiro, foi, nas universidades americanas, "Special Lecturer in Sociology of the Luisiania State University"; em "North Western University" ocupou o lugar de "Honorary Research Associate in Anthropology", recebendo o diploma de membro da "Association for the Study of Negro Life and History". Em 1949 é convidado pelo Diretor-Geral da UNESCO, Dr. Jaime Torres Bodet, a dirigir o Departamento de Ciências Sociais daquele órgão, que pela primeira vez teve chefe, assumindo o cargo em 11 de novembro. Presidiu, em Oslo, à instalação da Conferência da Associação Internacional de Sociologia, em nome do Diretor-Geral da UNESCO. Faleceu sùbitamente em Paris, em 31 de outubro de 1951, em plena maturação de seu extraordinário talento. — *Augusto Andrade* — Formou-se em medicina e foi um espírito brilhante como prosador, jornalista, comediógrafo e poeta. — *Costa Rêgo* — Nasceu aos 12 de março de 1889. Desde a adolescência revelou pendores para o jornalismo. Aos 17 anos entrou para a redação do "Correio da Manhã", onde, pela sua inteligência e atividade mental, se consagrou, sem favor, uma das maiores figuras do periodicismo brasileiro. Em 1912, com 23 anos, foi convidado para a Secretaria da Agricultura, do Govêrno de Clodoaldo da Fonseca, em Alagoas. Foi depois eleito deputado federal para representar seu Estado, de 1915 a 1923. Governou Alagoas de 1924 a 1928 e foi eleito Senador para o período de 1929 a 1930 e de 1935 a 1937, sendo em seguida nomeado professor de jornalismo, em 1938. Foi Presidente da Delegação Brasileira à Conferência Parlamentar de Bruxelas, em 1930; Delegado do Brasil à Assembléia Geral às Nações Unidas, em 1951; foi agraciado com a medalha francesa da Resistência; com a medalha da França Livre; foi oficial da Legião de Honra e grande oficial da Ordem do Mérito Naval e do Mérito

Aeronáutico. Publicou ainda "Terra Natal", "Economia Mal Dirigida" e "Águas Passadas". Faleceu em 1954. — *Augusto Andrade* — Nasceu a 3 de julho de 1883 e formou-se em Medicina em 1910. Como médico, prestou grandes serviços à sua terra. Foi também poeta e jornalista. — *Fernando de Mendonça* — Poeta de renome, nasceu a 2 de junho de 1895. — *Heitor Alves de Amorim* — Foi tipógrafo, tornando-se, depois, poeta e versado em assuntos filológicos. Nasceu a 13 de julho de 1886 e faleceu em Maceió em novembro de 1907. — *Nilo Ramos* — Poeta e músico pilarense, deixou vários trabalhos literários. Deixou como obra-prima "O Chôro da Vela". — *Raul Ramos* — Grande músico. — *Manoel Ramos* — Médico. — *Zadir Índio* — Jornalista e poliglota. Faleceu em São Paulo. — *Adelino Nunes* — Poeta e jornalista.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município do Pilar são conhecidos pelo nome de pilarenses. As principais autoridades locais são: Febrônio da Silva Correia, Presidente da Câmara; Paulo Vasco Aragão, Juiz de Direito; José Enaldo Baltar, Promotor; Padre Geraldo Valente Villas Boas, Pároco; e Aurino Ribeiro da Silva, Delegado.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PIRANHAS — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Sabe-se que o arraial das Piranhas data do século XVIII. Fala a lenda em duas famílias que teriam predominado na região: os Feitosas e os Alves. A localidade era, então, conhecida como Tapera. Conta-se que em um riacho que é hoje chamado das Piranhas, um caboclo pescou uma grande piranha. Preparou e salgou o peixe, levando-o para sua residência. Lá chegando, verificou que se esquecera do cutelo. E voltou-se para o filho, dizendo-lhe com ênfase: "Vá ao pôrto da piranha e traga o meu cutelo". Esta versão foi passando de geração em geração e, segundo parece, ficou o lugar denominado Piranhas. E como Tapera, com o decorrer do tempo, longe de escombros e prédios espalhados, passou a ser uma povoação organizada, o nome de Piranhas foi-se estendendo desde o riacho até a povoação.

Para os que, dos sertões de Pernambuco, Bahia e outras partes da região banhada pelo Alto rio São Francisco, tinham de viajar para o litoral e vice-versa, foi sempre o pôrto de Piranhas o escolhido por estância ou entreposto onde terminavam as jornadas por terra dos que desciam, e as viagens por água dos que subiam, visto ser daí que, embora não de todo desimpedida, começa a ser praticável a navegação do baixo rio. Por isso, tomou Piranhas impulso no desenvolvimento comercial, ainda nos tempos em que tinha reduzidíssimo núcleo de população.

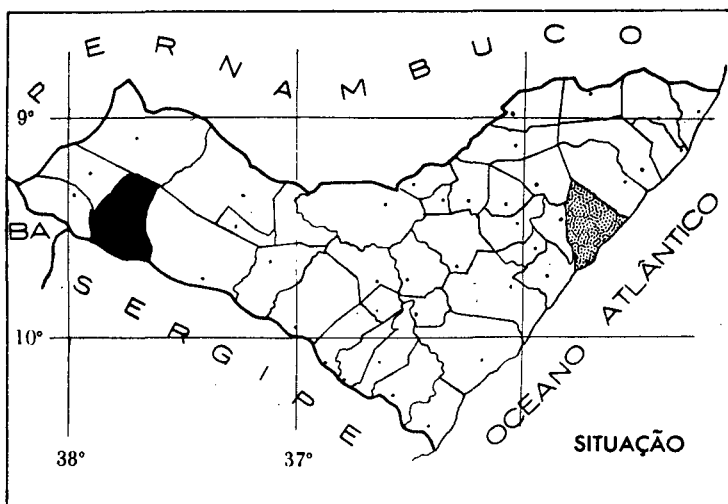
Dizem que o seu progresso muito deve ao trabalho dos antigos proprietários da Fazenda Caiçara, Antônio Ferreira e Manuel Ferreira, cuja propriedade ficava no local onde se acha, hoje, a zona suburbana da cidade, conhecida como "Piranhas de Baixo". Também muito contribuiu para

Vista parcial da cidade.

o seu desenvolvimento o coronel Luiz Dantas Casado de Melo, que deu o nome à atual vila do Olhos-d'Água do Casado, lugar onde residia. O estabelecimento da navegação a vapor, em agôsto de 1867, fazendo o percurso Penedo—Piranhas, veio dar novo impulso ao município. Entretanto, o maior fator do seu desenvolvimento deve-se à construção da estrada de ferro. Apertada entre a margem do rio e a montanha que da mesma margem começa a erguer-se, a população via-se sem espaço suficiente para se expandir. A ferrovia de Paulo Afonso, indo de Piranhas a Jatobá, no Estado de Pernambuco, veio remover, em grande parte, os obstáculos criados pela natureza e abrir margem para o alargamento da localidade.

Em 20 de julho de 1885, pela Lei provincial n.º 964, foi criada a freguesia de Piranhas, sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, não tendo, porém, instituição canônica. O município está compreendido na Paróquia de Pão de Açúcar, que é subordinada à Diocese de Penedo. Em 3 de junho de 1887, pela Lei n.º 996, foi criada a vila com território desmembrado dos municípios de Pão de Açúcar e Água Branca. Em 16 de abril de 1891, por Ato do Govêrno Estadual, teve fôro civil. Seu município é dos primeiros da margem do rio São Francisco, de cujo território nenhum outro foi desmembrado. Em 1939 foi denominado Marechal Floriano, voltando em 1949 à denominação antiga de Piranhas. Foi têrmo da comarca de Água Branca, quando da criação desta pela Lei n.º 603, de 7 de julho de 1910; depois foi, em 1920, anexado a Mata Grande, então Paulo Afonso, no mesmo ano, pela Lei n.º 1 149, de 3 de julho, voltando a pertencer a Água Branca. Em 1938, constituía têrmo da comarca de Pão de Açúcar até que pela Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952, passou à categoria de comarca. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 3 distritos — Piranhas, Entremontes e Olhos-d'Água do Casado. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Antônio Nunes Lisboa. Os eleitores inscritos no último pleito totalizaram 1 185, tendo votado 910. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Piranhas acha-se situado na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Limita-se ao norte com Mata Grande; ao sul com o rio São Francisco; a leste com Pão de Açúcar; e a oeste com Delmiro Gouveia. A sede municipal está situada à mar-

gem esquerda do rio São Francisco, distando, em linha reta, da capital do Estado, 220 quilômetros, e tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 9° 27' 36"; longitude W. Gr. — 37° 45' 30".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Piranhas é de 47 metros.

CLIMA — Não há pôsto meteorológico no município. O clima é, de modo geral, quente no verão e frio-sêco no inverno. A temperatura máxima é de 39 e mínima é de 20 graus centígrados. A época mais chuvosa é a que vai de abril a julho; em conseqüência é a mais fria. A época mais quente corresponde aos meses de novembro a março.

ÁREA — A área do município é de 854 quilômetros quadrados, conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos de Piranhas são o rio São Francisco, que banha os distritos de Piranhas e Entremontes, numa extensão de 48 quilômetros; o riacho Sêco, que nasce no município de Mata Grande, tem um curso de 24 quilômetros e banha o distrito de Ôlhos-d'Água do Casado; o riacho Boa Vista ou Piranhas, cuja nascente está na serra dos Picos, corre em direção leste e tem um curso de 30 quilômetros de extensão, banhando o distrito de Piranhas. O riacho Capiá, que tem sua nascente no município de Mata Grande, banha o distrito de Olhos-d'Água do Casado; o riacho Boa Vista metros, desaguando no São Francisco. Há no distrito de Piranhas a cachoeira dos Veados, formada pelo rio São Francisco, com uma queda de 5 metros de altura.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município jazidas de pedra calcária nas fazendas Ôlho Daguinha e São José, no distrito de Olhos-d'Água do Casado, e na Fazenda Coleira, no distrito de Entremontes. Possui, também, jazidas não exploradas de ferro, o que constitui importante reserva para a economia da comuna. Dos peixes encontrados no rio São Francisco, aliás em grande quantidade, tem real valor o surubim, apontado como o melhor do baixo São Francisco.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 4 227 habitantes (1 992 homens e 2 235 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 1 577; Quadro Suburbano — 258; e Quadro Rural — 2 392 habitantes. A densidade demográfica é de 5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 37,4% da população acham-se localizados na zona urbana, 6,1% na zona suburbana e 56,5% na zona rural.

Aglomerações urbanas — Piranhas possui, além do distrito da sede, os de Entremontes e Olhos-d'Água do Casado. Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a vila de Entremontes tem uma população de 398 habitantes, contando com 126 prédios. Não é dotada de iluminação elétrica. Possui duas escolas mantidas pelo Govêrno Municipal. A vila de Olhos-d'Água do Casado apresenta uma população de 1 258 habitantes, conforme dados publicados pelo Serviço Nacional de Recenseamento. Possui 246 residências e é dotada de iluminação elétrica. Há, na sede distrital, um Grupo Escolar mantido pelo Govêrno Municipal e uma Escola Rural.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem os seguintes povoados: Piau — com 60 prédios e uma população de 250 habitantes, e Panelas — com 55 moradas e 230 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dentre as atividades econômicas do município, a principal é a pecuária, de onde provém a sua fonte de renda.

Agricultura — Há predominância das terras argilosas, cotadas como boas para a lavoura. Os principais produtos cultivados são milho, feijão, algodão e mandioca, porém em pequena escala, não chegando para o abastecimento local. Além disso, nos últimos anos, as sêcas têm destruído as lavouras. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, em 1955, pela ordem de valor, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho em grão	Saco de 60 kg	100	18
Banana	Cacho	300	5
Melancia	Fruto	300	3
Manga	Cento	50	3

Pecuária — É a sua principal fonte de renda. Não fôssem as sêcas que constantemente assolam a região essa atividade teria ainda mais importância. Predomina na região o pasto artificial (palma), o natural restringe-se à zona da caatinga. A raça preferida pelos criadores é a zebu. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	8 000	20 000
Eqüinos	700	1 050
Asininos	900	135
Muares	700	1 400
Suínos	1 500	450
Ovinos	2 000	400
Caprinos	3 000	600

Indústria — Não há nenhuma grande indústria no município, mas apenas 3 panificações e 2 curtumes, sem grande projeção econômica. Na zona rural existem 7 casas de fari-

nha, 3 estabelecimentos de extração de madeira para dormentes e 2 destinados ao fabrico de carvão vegetal.

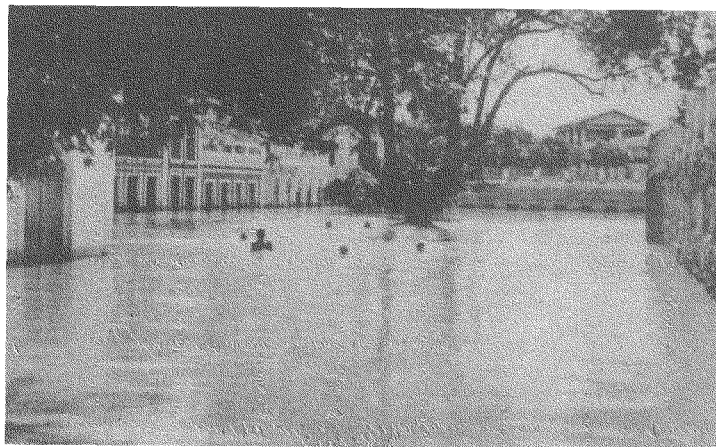
Pesca — Com referência ao ano de 1955, a produção de pescado variado foi de 2 800 quilogramas, num valor total de Cr$ 66 500,00.

COMÉRCIO — O comércio é de pequena expressão econômcia, não contando estabelecimentos grossistas nem atacadistas. Encontram-se no município apenas pequenas casas comerciais. Na sede municipal se situam 15 firmas do comércio varejista, cujo giro comercial, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 1 680 000,00. As praças com as quais mantém transações comerciais são Maceió, Penedo, Propriá (SE) e Recife (PE). O município exporta algodão, milho, feijão, todos em pequena escala, enquanto os importados são tecidos, arroz, açúcar, sal, farinha de trigo, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Piranhas comunica-se por via fluvial com o município de Pão de Açúcar. O tráfego de passageiros e cargas é feito pelo navio "Comendador Peixoto", pertencente à Emprêsa Fluvial Limitada, com sede na cidade de Penedo. É esta cidade ponto terminal da linha "Penedo—Piranhas", mantida pela referida emprêsa. Comunica-se o município com a capital do Estado, por estrada de rodagem, e com o município de Delmiro Gouveia, por estrada de ferro. As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Delmiro Gouveia — 55 quilômetros (rodovia) e 54 quilômetros (ferrovia); Água Branca — 72 quilômetros (rodovia) e 54 quilômetros (ferrovia); Mata Grande — 105 quilômetros (rodovia); Pão de Açúcar — 88 quilômetros (rodovia) e 42 quilômetros (via fluvial). Para a capital do Estado o percurso pelo rio é de 161 quilômetros, até Penedo, fazendo-se o restante por via rodoviária. Diretamente, através de rodovia, a distância para a capital do Estado, via Água Branca, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Atalaia, é de 395 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem esquerda do rio São Francisco, a cidade de Piranhas está edificada em terreno acidentado. O seu comércio está na parte baixa, bem próximo às margens do rio. Tem a cidade 269 prédios e não há, entre os mesmos, nenhum digno de nota. A sede municipal é dotada de iluminação elétrica e as suas ruas e praças calçadas de pedras irregulares. Não conta a cidade com serviço de água canalizada. Tem 786 habitantes, sendo uma das menores cidades do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município ressente-se grandemente da falta de estabelecimentos médico-sanitários, pois não existe nem hospital, nem pôsto de saúde, e nem mesmo uma farmácia na sede municipal. Os serviços médicos são prestados por intermédio de estabelecimentos localizados na vizinha cidade de Pão de Açúcar.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município conta com uma Associação Beneficiária, que é a Sociedade 14 de Setembro, fundada em 1941, tendo 100 sócios. Destina-se a prestar assistência social aos seus membros. Há, também, uma Cooperativa dos Empregados da Estrada de Ferro, denominada Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Paulo Afonso Limi-

Vista de uma das periódicas enchentes do rio São Francisco.

tada, cuja finalidade é proporcionar aos seus associados auxílios financeiros através de empréstimos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados finais publicados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, relativos ao Censo de 1950, existiam 930 pessoas alfabetizadas na idade de 5 anos e mais, conforme o demonstrativo que se segue: cidade de Piranhas — 328; vila de Entremontes — 120; vila de Olhos-d'Água do Casado — 228; e Zona Rural — 254.

Ensino — Em todo o município existem 8 estabelecimentos de ensino primário, assim distribuídos: 1 Grupo Escolar mantido pelo Govêrno Estadual; 1 Grupo Escolar mantido pelo Govêrno Municipal, e mais 6 escolas municipais que perfazem aquêle total. Na sede existem 1 grupo escolar estadual e 3 escolas municipais. O número de alunos matriculados nos referidos estabelecimentos de ensino primário, no ano de 1957, foi de 333. Conforme dados referentes à última Campanha Estatística, havia, em 1956, em funcionamento, 5 cursos supletivos de Alfabetização de Adultos e Adolescentes. Quanto ao ensino extraprimário (secundário, normal, artístico, comercial, etc.), não há nenhum estabelecimento em funcionamento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Piranhas há um cinema e uma pequena sociedade recreativa em pleno funcionamento.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	88	259	29	311
1951	...	130	324	46	185
1952	...	141	448	42	472
1953	...	181	674	36	664
1954	...	216	555	27	519
1955	...	324	802	168	954
1956	...	276	1 000	97	960
1957	...	...	...	...	...

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — Anualmente, no dia 2 de fevereiro, há a tradicional festa de Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade, cujo encerramento é marcado por imponente procissão que percorre as principais artérias da cidade, seguida de um grande acompanhamento de fiéis. Pelo Natal, a Sociedade Dra-

Vista parcial da cidade, vendo-se os trilhos da Rêde Ferroviária do Nordeste

mática Familiar local apresenta um bem organizado Pastoril.

VULTO ILUSTRE — Dr. *Itabira de Brito,* que foi Juiz de Direito no Estado de Sergipe.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Piranhas são conhecidos pelo nome de piranhenses. Representam as principais autoridades locais: Antônio Rodrigues Pereira, Presidente da Câmara; Doutor Paulo da Rocha Mendes, Juiz de Direito; e Antônio Gomes Fontes, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PÔRTO CALVO — AL

Mapa Municipal na pág. 253 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Notável por sua antigüidade e por sucessos famosos de que foi teatro sanguinolento durante a guerra e conquista dos batavos, foi também um dos primeiros lugares a ser habitado por colonos portuguêses trazidos a Pernambuco pelos primeiros donatários da antiga Capitania. Afirma Diégues Júnior ter sido Duarte Coelho I o descobridor de Pôrto Calvo quando percorreu a costa abaixo, "entrando nos portos todos de sua capitania". Para Alberto Rêgo Lins, o povoamento data de 1575, ano em que Jerônimo de Albuquerque substituiu no govêrno sua irmã, que havia falecido. Talvez a fundação do povoado venha de alguns anos antes, o que parece mais certo, pois, ao assumir o Govêrno, o segundo donatário, em 1560, organizou uma bandeira com êsse rumo, chefiada por Cristóvão Lins, que seria depois considerado o fundador do povoado. Cristóvão Lins percorreu então o litoral até ao cabo de Santo Agostinho expulsando os indígenas que aí viviam e assenhoreando-se de suas terras. Coube-lhe como prêmio, tôda a vasta extensão de terras da foz do Manguaba ao cabo de Santo Agostinho. Foi a sua sesmaria. Aí fundou uma igreja consagrada ao culto da Santa Virgem e levantou sete engenhos de açúcar. Por seus serviços, conferiu-lhe o Rei de Portugal o pôsto de Alcaide-mor de Pôrto Calvo. Pôsto intermediário onde estacionavam em suas jornadas de exploração por terra os que de Pernambuco se encaminhavam para a região austral da Capitania em demanda das povoações da Lagoa do Sul e do rio São Francisco, foram por ali fixando residência, de modo que pelos últimos decênios do século XVI já Pôrto Calvo era um pequeno povoado que foi aumentando progressivamente durante os primeiros 20 a 30 anos do século XVII.

Quanto à origem do nome conta a lenda que, às margens do rio Manguaba, morava um velho que era calvo, sendo comum visitar-se o pôrto do calvo. Acredita-se ter vindo daí a denominação da localidade. Com a criação da vila, teve o nome de Bom Sucesso, como regozijo ao êxito alcançado pelas fôrças de Matias de Albuquerque contra os holandeses. Em algumas crônicas encontra-se a denominação "Santo Antônio dos Quatro Rios", nome alusivo à invocação que teve a primeira capela que ali existiu e ao fato de achar-se o local circundado por quatro mananciais de água doce. Entretanto essas denominações não conseguiram destruir a tradição, permanecendo Pôrto Calvo.

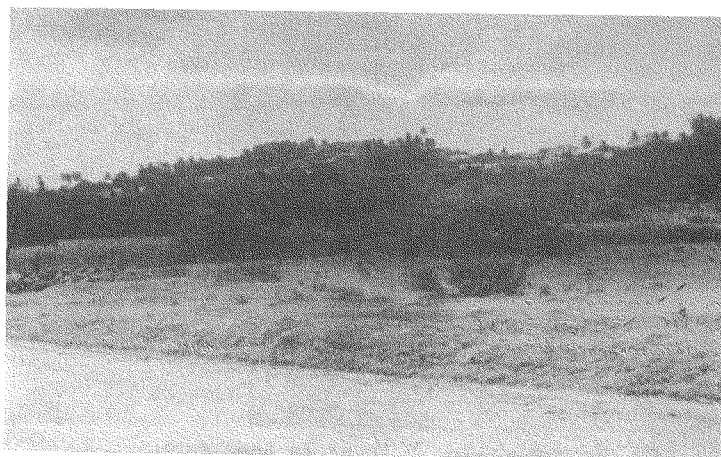
Em tôdas as épocas coube sempre a Pôrto Calvo papel saliente nos diversos acontecimentos sociais e políticos que aqui se desenrolaram. No dia 11 de outubro de 1633, as naus holandesas ferravam velas em Barra Grande, comandadas por Lichtard. Os sucessos militares dos holandeses, no Estado de Alagoas, estenderam-se com alternativas de vitórias e derrotas, de 1633 a 1645, quando se deu a restauração de Pôrto Calvo e Penedo. Os flamengos, levando à prisão Rodrigo de Barros Pimentel, senhor de engenho e dono de muitas terras, gado e escravos, e casado com D. Jerônima de Almeida, da família nobilíssima, precipitaram os acontecimentos para a luta final. Pôrto Calvo transforma-se em praça de guerra. Cristóvão Lins de Vasconcelos (neto de Cristóvão Lins, que foi alcaide-mor de Pôrto Calvo) chefe do movimento, alia-se com Vasco Marinho Falcão, seu parente. Vem gente dos lugares vizinhos. Com dardos, espadas ferrugentas, paus tostados, facões, foices, arcos flechas, 4 mosquetes oxidados e 12 espingardas, diz Moreno Brandão, iniciou-se a luta. Assaltando um navio holandês que subia o rio Manguaba apreenderam os patriotas munições e víveres. Põem cêrco à praça militar que capitula após 42 dias. "Era o fim. Calram Florins, comandante holandês, vê, impando de ódio, arriar-se da adriça a bandeira de sua pátria e subir o pavilhão das quinas. Era o fim melancólico do poderio holandês na terra pôrto-calvense. Foi assim em 17 de setembro de 1645". Vários vultos aí se imortalizaram, destacando-se entre outros Dom Antônio Felipe Camarão; sua espôsa D. Clara Camarão; Henrique Dias; Matias de Albuquerque; e Calabar, figura muito discutida e cuja atitude divide os historiadores em duas correntes. Acham uns que Calabar, deixando o acampamento de Matias de Albuquerque pelo de Alexandre Picard, tinha em mira os interêsses do Brasil. Estando Portugal na época sob o jugo espanhol, preferiu entregá-lo à Holanda. Alegam também que Calabar possuía três engenhos de açúcar, sendo sua mãe, D. Ângela Álvares, senhora de fortuna, não sendo pois o dinheiro que o faria cometer traição. Dizem que, quando Pôrto Calvo estava cercado por soldados do general Matias de Albuquerque, no momento em que a fome e a sede abatiam a tropa, Calabar sacrificou-se pelos holandeses, entregando-se. Outros são de opinião ter sido Calabar um traidor, que se vendeu ao ini-

migo, e que pagou mais tarde com a vida e o esquartejamento o preço do seu proceder.

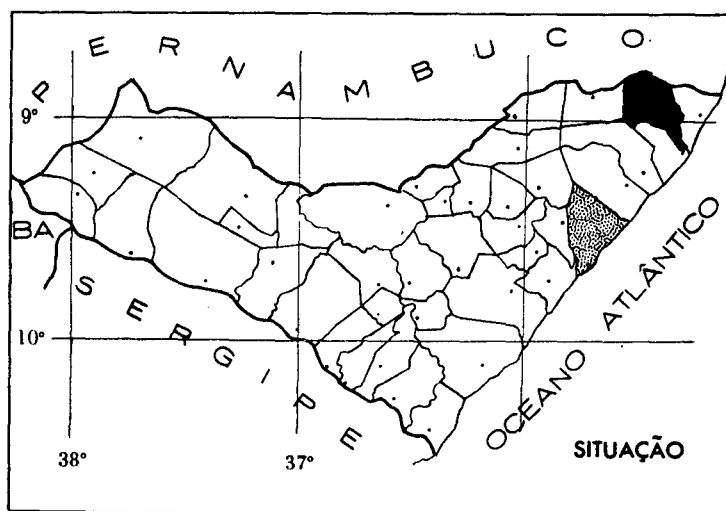
Se no século XVII o município fêz-se notável pela parte que tomou na guerra com os holandeses, menos importante não foi a que lhe coube desempenhar no século XVII durante o período da destruição do célebre quilombo dos Palmares, pois era aí o centro das fôrças expedicionárias contra os negros. Figurou igualmente nos acontecimentos da Independência, na Sedição de 1824, na guerra dos Cabanos, de 1831 a 1834, na revolução Praieira de Pernambuco, em 1848 e 1849. Quando da restauração de Pernambuco, Cristóvão Lins de Vasconcelos, neto de Cristóvão Lins, alcaide-mor de Pôrto Calvo, tomou a frente do movimento, concitando seus parentes e amigos contra os intrusos. Sua valentia foi descrita no poema "O Valoroso Lucidemo", de Frei Manoel do Salvador, do qual se transcreve a seguinte estrofe:

"Não me posso escusar de dar louvor
A um mancebo de tão tenra idade,
Com quem o esfôrço, o brio e o valor
Confirmam da nobreza a qualidade.
Foi desta povoação descobridor
Cristóvão Lins, exemplo de bondade.
Porém se pelo avô foi conquistada,
Também foi pelo neto restaurada".

É a freguesia mais antiga do Estado de Alagoas; no século XVI já existia. Foi referida na "Fôlha Geral" que acompanha o Alvará de 10 de junho de 1617 ("Anais da Biblioteca Nacional", vol. XXVII, pág. 365). Está sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação e é subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió.

Foi criada a vila em 12 de abril de 1636, com um território compreendendo o seu e o dos atuais municípios de Pôrto de Pedras, Passo de Camaragibe, Maragogi e parte do de São Luís do Quitunde. Sòmente os municípios de Pôrto de Pedras e Maragogi, respectivamente em 1815 e 1875, foram desmembrados diretamente de seu território. Foi elevada à categoria de cidade pela Resolução n.º 1 115, de 14 de novembro de 1889, e depois pelo Decreto n.º 10, de 10 de abril de 1890, o que deixa parecer que aquela Resolução não produziu efeito, visto ter sido revogada pela Junta Governativa. Até 1833 fêz parte da comarca de Alagoas (atual Marechal Deodoro), pois no mesmo ano foi criada a comarca de Maceió, à qual foi anexada. Com o seu e o têrmo de Pôrto de Pedras, passou à categoria de comarca em 1852, pela Lei provincial n.º 197, de 28 de junho. Sòmente em 20 de abril de 1855, a comarca foi instalada. O têrmo de Passo de Camaragibe em 1853 foi-lhe também anexado, sendo desmembrado da comarca de Maceió. Em 1864, com a supressão da vila de Pôrto de Pedras, veio a perder êsse têrmo, e também o de Passo de Camaragibe que, anexado àquele, foi elevado à categoria de comarca. Em 1875 recebeu o têrmo de Maragogi, perdendo-o em 1889, quando êste foi promovido a comarca. Ainda no ano de 1889 readquiriu o têrmo de Pôrto de Pedras, e neste mesmo ano a Resolução n.º 1 115 mandou anexar-lhe ao seu têrmo o território de Passo de Camaragibe, que não chegou a acontecer em virtude de a aludida Resolução ter sido revogada pela Junta Governativa

Vista parcial da cidade

Provisória da República, neste Estado, por Ato do mesmo ano. Em 1900 o têrmo de Maragogi voltou a ser têrmo da comarca de Pôrto Calvo. Em 1905 voltou a perder o têrmo de Pôrto de Pedras, o que foi revogado pelo Decreto número 587, de 14 de setembro de 1912. Pela Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, perdeu os têrmos de Maragogi e Colônia Leopoldina que foram transferidos para as comarcas de mesmo nome. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 3 distritos — Pôrto Calvo, Jacuitinga e Jundiá. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. João Batista de Morais. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 3 473, votando 1 707. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localizado no extremo leste do Estado, Pôrto Calvo pertence à chamada Zona Fisiográfica da Mata. Limita-se ao norte com os municípios pernambucanos de Água Preta e Barreiros; ao sul com Pôrto de Pedras; a leste com Maragogi; a oeste com Colônia Leopoldina; e a sudoeste com Passo de Camaragibe. A sede municipal está situada a 2 quilômetros do rio Manguaba, dista 70 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 02' 45" de latitude Sul e 35° 30' 09" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Pôrto Calvo é de 35 metros.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Apresentação

CLIMA — O clima de Pôrto Calvo é quente no verão e frio-úmido no inverno. A temperatura máxima é de 33 e a mínima de 20 graus centígrados. O período chuvoso vai de abril a julho, e o mais quente de novembro a março.

ÁREA — A área do município, segundo divulgação efetuada pelo Conselho Nacional de Geografia, é de 568 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Manguaba, que banha a cidade e é navegável numa extensão de 42 quilômetros; rio Tapamondé, que percorre o município numa extensão de 30 quilômetros; rio Comandatuba, com um curso de 24 quilômetros; rio Macaitá, que nasce em Pôrto de Pedras e corta o município numa extensão de 24 quilômetros; rio Jacuípe, que nasce no Estado de Pernambuco e banha a comuna numa extensão de 26 quilômetros; rio Gurpiúna, com 9 quilômetros no município; riachos Manguabinha, das Cobras, Laranjeiras e Surubana. Quedas d'água: Piaba, Risco e Duas Bôcas, formadas pelo rio Manguaba. Ilhas do Teixeira e do Guedes, formadas pelo rio Manguaba e localizadas na sede municipal. Lagoas São Francisco, no distrito de Jacuitinga, formada pelo riacho São Francisco; Bem-Bom, no distrito de Pôrto Calvo, formada pelo riacho Laranjeira. Ambas não são navegáveis e nem se comunicam com o mar. Além dos acidentes acima mencionados, existem as seguintes serras: do Café, distante 12 quilômetros da sede municipal; do Urubu, a 18 quilômetros; da Caboatã, distante 16 quilômetros da sede municipal; tôdas de formação argilosa; Morros de Jundiá, situado ao norte da vila de Jundiá; do Caxangá, ao sul da sede municipal; do Zèzinho, a oeste; de Santo Antônio e Promontório, a noroeste; Primavera e da Água Fria, a oeste da sede municipal; do Bom Retiro, distante 6 quilômetros do distrito-sede; do Campestre, ao norte; Surubana, a 18 quilômetros; e Duas Bôcas, ao norte da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Pôrto Calvo é dotado de consideráveis reservas florestais, havendo madeira de várias espécies. O junco e o peri-peri, destinados à confecção de esteiras, são encontrados em grande quantidade em vários rios pôrto-calvenses. Como riqueza de origem animal, existem peixes e camarão nos principais rios e lagoas. A argila ou barro, para fabricação de telhas e tijolos, constitui a principal riqueza mineral.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, Pôrto Calvo tinha uma população de 27 790 habitantes (14 542 homens e 13 248 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 3 717; Quadro Suburbano — 257; e Quadro Rural — 23 816, sendo que 13,4% da população achavam-se localizados na zona urbana; 0,9% na zona suburbana e 85,7% na zona rural. A densidade demográfica era de 49 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, onde o Censo de 1950 encontrou uma população de 2 309 habitantes, Pôrto Calvo conta com duas importantes aglomerações urbanas: vila de Jacuitinga, com 1 121 habitantes, 342 prédios e 169 ligações elétricas, e vila de Jundiá, com 544 pessoas, 185 casas e 89 ligações elétricas.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, existem os seguintes povoados: Caxangá — com cêrca de 360 habitantes e 75 prédios; Campestre — com 520 moradores e 104 residências; e Usina Santana — com cêrca de 120 moradas e 620 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade agropecuária e a indústria açucareira contituem a base econômica local.

Agricultura — Município essencialmente agrícola, Pôrto Calvo é dotado de ótimas terras onde se pratica a policultura. A cana-de-açúcar e o arroz são cultivados em grande escala no vale dos rios Manguaba, Tapamondé e Comandatuba. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas, em 1955, pela ordem de valor, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	215 079	45 197
Mandioca	»	7 800	3 900
Arroz em casca	Saco de 60 kg	13 920	2 923
Macaxeira	Tonelada	1 700	1 530
Banana	Cacho	135 000	675
Abacaxi	Fruto	130 000	390

Além dos produtos mencionados, cultivam-se ainda os seguintes: café, côco-da-baía, laranja, manga, batata-doce, feijão, milho, fava e fumo.

Pecuária — A pecuária representa importante fonte de renda para o município. Existe boa área de pastagens naturais e as raças preferidas pelos criadores de bovinos são: zebu, hindu-brasil e nelore. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	13 600	42 160
Eqüinos	3 704	9 260
Asininos	140	140
Muares	1 368	4 788
Suínos	44 400	66 600
Ovinos	10 700	2 889
Caprinos	7 280	1 965

Indústria — A principal indústria de Pôrto Calvo é a açucareira, representada pela Usina Santana e por 3 engenhos bangüês. A indústria de beneficiamento de arroz conta com 3 estabelecimentos. No município há 11 panifi-

cações, sendo 3 na sede municipal, 6 na vila de Jacuitinga, uma na vila de Jundiá e uma na Usina Santana. Quanto às pequenas atividades industriais, existem 161 casas de farinha de mandioca, 6 engenhocas de rapadura, 2 produtores de carvão vegetal, 11 de cerâmica, 15 de esteiras de junco e peri-peri, 22 de fumo em corda, 15 de lenha, 7 de telhas e tijolos, 2 de vinhos e vinagre e 1 de queijo e manteiga.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é feito com as praças de Maceió, do Recife, e a cidade pernambucana de Barreiros. No município existem 46 firmas varejistas, cujo giro comercial, em 1956, atingiu ...... Cr$ 10 121 477,00. Os principais artigos importados são tecidos, ferragens, farinha de trigo, charque e louças; os exportados, açúcar, farinha de mandioca, arroz em casca e frutas. Na cidade não há estabelecimento bancário, de sorte que o movimento efetua-se com os bancos localizados em Maceió e na cidade de Barreiros.

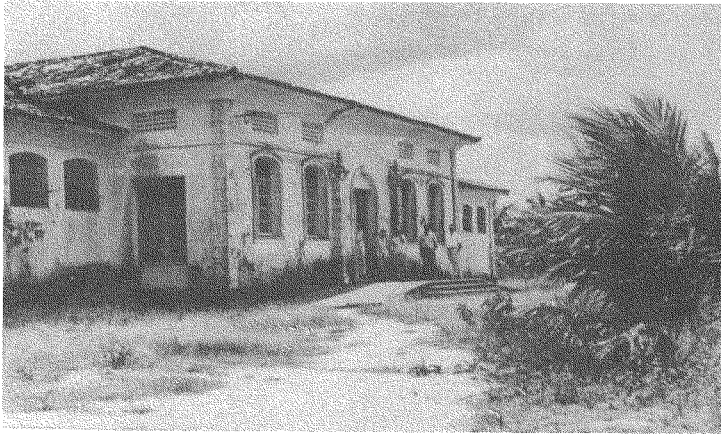
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além da via fluvial, através do rio Manguaba, Pôrto Calvo é servido por várias estradas de rodagem. Dista de Maceió 117 quilômetros (via Matriz de Camaragibe) e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Colônia Leopoldina — 62 quilômetros (rodovia); Maragogi — 39 quilômetros (rodovia); Passo de Camaragibe — 68 quilômetros (rodovia); e Pôrto de Pedras — 29 quilômetros (rodovia) e 42 quilômetros (fluvial).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência Postal no povoado Campestre, pertencente ao distrito de Jundiá.

ASPECTOS URBANOS — Situada sôbre uma colina, a cidade de Pôrto Calvo é célebre por ter sido teatro de grandes lutas contra os holandeses. Conta 817 prédios, destacando-se pela antigüidade a igreja Matriz, construída no século XVII, e a Prefeitura Municipal, que data do Império. É dotada de iluminação elétrica e de serviço de água canalizada, contando 217 ligações domiciliárias quanto ao serviço de eletricidade. Possui 2 hotéis e 1 cinema. Os edifícios modernos mais importantes são o Hospital Regional São Sebastião e a Agência dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através do Hospital Regional São Sebastião e de um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado. Na cidade há uma farmácia e 2 médicos no exercício da profissão. A Usina Santana mantém um ambulatório com médico e enfermeiro para atender aos casos de urgência de seus operários.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, de acôrdo com os resultados censitários, havia no município 2 633 pessoas alfabetizadas, sendo 856 na cidade, 147 na vila de Jacuitinga e 64 na vila de Jundiá.

Ensino — Existem no município 32 unidades de ensino primário geral, assim distribuídas: 9 na cidade, inclusive um grupo escolar, 6 na vila de Jacuitinga, 3 na vila de Jundiá e 14 na zona rural.

Hospital Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	334	2 159	630	337	602
1951.......	254	1 146	809	455	904
1952.......	633	2 688	1 201	723	1 187
1953.......	545	4 521	1 584	862	1 535
1954.......	497	3 617	1 453	772	1 471
1955.......	411	3 014	1 870	874	1 852
1956.......	443	5 082	2 362	1 187	2 267
1957 (1)....	...	...	1 721	...	..

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O principal monumento histórico, herança do domínio holandês, é a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que encerra, também, algumas imagens de valor artístico.

No "Alto da Fôrça", local onde os portuguêses e brasileiros resistiram aos holandeses, foram encontrados, em recentes escavações, granadas e outros acessórios de guerra, capacetes, espadas, etc.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas e processões tradicionais são as de São Sebastião, a 20 de janeiro; de Nossa Senhora da Apresentação, a 21 de novembro; de São Benedito, a 27 de dezembro, realizadas em suas respectivas igrejas. Os folguedos populares são os seguintes: Pastoril e Chegança, que aparecem geralmente nos meses de novembro e dezembro.

VULTOS ILUSTRES — *José Ângelo Márcio da Silva* — nasceu aos 20 de março de 1823, sendo seus pais José Ângelo da Silva e D. Joaquina Maria de Lima. Era bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Pernambuco. Dedicou-se à advocacia e à política. Foi Deputado Provincial em várias legislaturas e Deputado Geral pela Província das Alagoas. Pertenceu ao Instituto Histórico de Alagoas, na qualidade de sócio fundador. Jornalista vigoroso, fundou "O Tempo", de que foi redator-chefe, e colaborou em outros jornais, deixando fama de polemista notável. Na Câmara dos Deputados destacou-se como orador eloqüente. Seu discurso "Resposta à Fala do Trono" teve notável repercussão. Faleceu em 8 de agôsto de 1889.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Pôrto Calvo são conhecidos pelo nome de

Centro comercial da cidade, local onde se realizam as feiras semanais

pôrto-calvenses. As principais autoridades locais são: Mário Accioly Wanderley, Presidente da Câmara; Dr. Benedito Barreto Accioly, Juiz de Direito; Dr. João Lopes Ferreira, Promotor Público; Padre Paulo Punt, Pároco; e Raul Francisco Cedrim, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PÔRTO DE PEDRAS — AL

Mapa Municipal na pág. 254 do 4.º Vol.

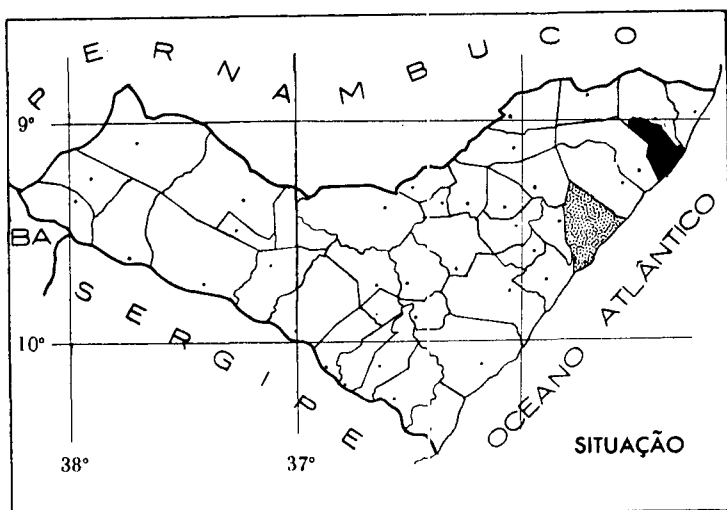
HISTÓRICO — Antigamente chamado Pôrto Real ou Águas Belas, por ficar entre o mar e uma encosta de pedras, foi-lhe dado depois o nome de Pôrto de Pedras. O devassamento do território foi feito pelas jornadas exploradoras que iam com destino às povoações de Alagoas do Sul e do Alto São Francisco, das quais ficaram alguns elementos que constituíram os primeiros núcleos de povoação. A colonização portuguêsa, vinda de Pernambuco e trazida pelos donatários da capitania, foi também um elemento preponderante. Parte integrante do território de Pôrto Calvo durante o largo período colonial, ligado àquela povoação não só pela vizinhança e proximidade, mas também pela reciprocidade de interêsses e homogeneidade de usos e costumes, a história de Pôrto de Pedras prende-se intimamente à de Pôrto Calvo, em cujos acontecimentos sempre tomou parte, cabendo-lhe o quinhão correspondente não só dos sofrimentos como das glórias em todos os feitos e movimentos que tiveram por teatro esta parte das Alagoas.

Durante a guerra, invasão e domínio holandês, até sua expulsão, pagaram os seus filhos o tributo de sangue e valor patriótico a que naturalmente estavam sujeitos como vizinhos, pois que pela barra e pelo porto da povoação passavam ou ancoravam as embarcações do inimigo ou as nossas, que do Recife conduziam mantimentos e munições de guerra para Pôrto Calvo. Em 14 de maio de 1633, guiados por Calabar, filho de Pôrto Calvo, entraram os holandeses pela barra de Pôrto de Pedras com 6 navios e 8 barcaças. Destruíram três embarcações portuguêsas e travou-se a luta que teve sérias proporções, sendo a povoação incendiada e muitos dos seus habitantes degolados. Também em Mata Redonda, hoje engenho do mesmo nome no território de Pôrto de Pedras, houve grande batalha em 18 de janeiro de 1636, onde as nossas fôrças sofreram perdas irreparáveis. Nessa luta contra os comandados pelo general Artikchof, perdeu a vida o bravo general espanhol D. Luiz de Rojas Y Borja, sucessor de Matias de Albuquerque.

Por Alvará régio de 5 de dezembro de 1815, foi feito vila com território desmembrado de Pôrto Calvo. A Lei n.º 438, de 4 de julho de 1864, suprimiu a vila, anexando seu território à vila de Passo de Camaragibe, cujo território até então compreendia. Foi restaurada pela Lei n.º 505, de 26 de novembro de 1868. Foi elevado à categoria de cidade pela Lei n.º 903, de 9 de junho de 1921. Sabe-se que a 8 de outubro de 1816, foi conferida a Nicolau Paes Sarmento a patente de capitão-mor das demarcações do têrmo de Pôrto de Pedras. Sabe-se também da existência de um têrmo de posse dêsse capitão-mor, em 27 de novembro, lavrado pelo escrivão José Máximo da Silva, assinado pelo empossado. Como território e depois como têrmo fêz parte da comarca de Alagoas, atual Marechal Deodoro, até 1833, quando passou para a de Maceió, então criada. Em 1852, com a criação da comarca de Pôrto Calvo, passou a pertencer a esta. A Lei n.º 681, de 24 de abril de 1875, crou a comarca de Isabel, hoje Maragogi, quando, então, o têrmo de Pôrto de Pedras foi transferido para ela, não tendo, todavia, sido instalada a comarca de Isabel, pois o ato que a criou foi revogado pela Lei n.º 733, de 3 de julho de 1876. Em 1864 passou da comarca de Pôrto Calvo para a de Passo de Camaragibe, voltando depois àquela, em 1889, pela Lei n.º 1 063, de 16 de julho, de onde, novamente, foi retirada para incorporar-se a Passo de Camaragibe, pelo Decreto n.º 341, de 1.º de agôsto de 1905, até que o Decreto n.º 587, de 14 de setembro de 1912, revogou o anterior. Em 1936, pela Lei n.º 902, foi reanexado à comarca de Passo de Camaragibe, até que foi ereto em comarca pela Lei n.º 1674, de 11 de novembro de 1952. Conta-se que muito antes da construção da Matriz de Nossa Senhora da Glória, em 1835, foi edificada uma outra igreja, segundo alguns, na época do domínio holandês, e que teria sido construída por dois frades franciscanos que chegaram à região, permanecendo algum tempo em residência instalada próximo a um rio, que depois do desaparecimento dêstes frades ficou chamado "Rio dos Frades". Ainda hoje há vestígios do antigo templo. A freguesia foi criada sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, pela Resolução n.º 17, de 28 de abril de 1835. Pela Resolução n.º 417, de 9 de junho de 1864, foi a sede da freguesia transferida para São Miguel dos Milagres, vol-

Vista parcial da cidade

tando a Pôrto de Pedras pela Resolução n.º 509, de 19 de dezembro de 1868. Está sob a jurisdição eclesiástica da Arquidiocese de Maceió. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 3 distritos: Pôrto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Tatuamunha. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Aderbal da Costa Raposo. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 2 179, votando 1 432. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte leste do Estado, Pôrto de Pedras pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com Pôrto Calvo e Maragogi; ao sul e a oeste com Passo de Camaragibe; a leste com o oceano Atlântico. A sede municipal está situada nas proximidades do oceano Atlântico e à margem direita do rio Manguaba. Dista, em linha reta, 75 quilômetros da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 11' 00" de latitude Sul e 35° 23' 21" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 2 metros.

CLIMA — O clima de Pôrto de Pedras, de modo geral, é quente e úmido no verão e frio-úmido no inverno. A temperatura máxima atinge 33 e a mínima 19 graus centígrados. A época mais chuvosa é de maio a julho, e a mais quente, de novembro a março.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a superfície municipal é de 442 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Manguaba, principal acidente, banha a sede municipal e desemboca no Atlântico; rio Tatuamunha, próximo à sede municipal, banha o município numa extensão de 42 quilômetros e desemboca no Atlântico. Ambos são navegáveis por barcaças e canoas. Rio Manimbu ou Comporta, desemboca no Atlântico após um curso de 32 quilômetros no solo pôrto-pedrense; riachos Mocaitá, Canavieira e Macacos, afluentes do Manguaba. Morro do Farol, ou Três Coqueiros, distante 600 metros da cidade, onde se cultiva o côco-da-baía.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas de origem mineral são pedra calcária e argila ou barro, para fabricação de telhas e tijolos. Entre as de origem vegetal, destacam-se madeiras diversas, fibras de imbiriba e plantas medicinais. Peixes de várias espécies, como carapeba, camorim, bagre e arraia, constituem a principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 10 012 habitantes (4 769 homens e 5 243 mulheres), assim distribuída: Zona Urbana — 2 364; Zona Suburbana — 653; e Zona Rural — 6 995 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, onde o Censo de 1950 encontrou uma população de 1 636 habitantes, Pôrto de Pedras possui dois distritos, cujas sedes constituem outras tantas aglomerações urbanas: vila de São Miguel dos Milagres — com 778 habitantes e 244 prédios, servida por luz elétrica, contando 196 ligações domiciliárias; e vila de Tatuamunha — com 607 pessoas e 203 habitações.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural existem os seguintes povoados: Pôrto da Rua — com 1 671 habitantes e 237 prédios; Riacho — com 175 moradores e 59 casas; Toque — com 409 pessoas e 109 residências; e Laje — com 602 habitantes e 165 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dentre suas atividades, a agricultura constitui a sua principal fonte econômica.

Agricultura — Predominam as terras arenosas, onde se desenvolve a cultura do côco-da-baía. Segundo os dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, em ordem decrescente de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	Cento	58 896	10 601
Mandioca	Tonelada	4 905	4 905
Banana	Cacho	80 860	727
Manga	Cento	7 901	179
Feijão	Saco de 60 kg	380	100
Cana-de-açúcar	Tonelada	991	92

Pecuária — A pecuária não tem grande expressão econômica. A pastagem predominante é o capim-de-planta. A população pecuária, em 1956, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	2 849	4 700
Eqüinos	800	880
Asininos	23	13
Muares	254	279
Suínos	1 002	300
Ovinos	2 601	520
Caprinos	903	180

Indústria — No município não há indústria de grande expressão. A principal é a açucareira que conta com quatro engenhos bangüês e 2 de rapadura. As pequenas atividades industriais estão representadas por 7 estabelecimentos pro-

Outra vista parcial da cidade, destacando-se em segundo plano o farol que domina tôda a região

dutores de farinha de mandioca, 4 de carvão vegetal, 5 de extração de lenha, 1 de telhas e tijolos, e 1 de madeira em toros. A indústria de produtos alimentares conta 6 panificações.

Pesca — Como em quase todos os municípios da zona litorânea, a pesca constitui para Pôrto de Pedras uma atividade econômica subsidiária. Localizada no povoado Pôrto da Rua, distrito de Tatuamunha, existe a Colônia de Pescadores Z-11 — Comandante Antônio Guimarães. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a produção do pescado, em 1955, foi de 23 935 quilogramas, no valor de Cr$ 309 485,00.

COMÉRCIO E BANCOS — A exportação de côco-da-baía para a praça do Recife, através de barcaças, constitui o principal movimento comercial de Pôrto de Pedras. Mantém transações, ainda, com Maceió e outras cidades vizinhas. Além do côco-da-baía, há exportação de açúcar bangüê e madeiras. Os principais produtos importados são tecidos, ferragens, farinha de trigo e estivas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além da via fluvial, através do rio Manguaba, Pôrto de Pedras é servido por várias estradas de rodagem. Dista 87 quilômetros da capital do Estado e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Maragogi — 24 quilômetros; Passo de Camaragibe (via Tatuamunha) — 37 quilômetros; e 64 quilômetros (via Pôrto Calvo); Pôrto Calvo — 42 quilômetros (via fluvial) e 29 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência Postal na vila de São Miguel dos Milagres.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto de Pedras foi construída em terreno plano localizado à margem do rio Manguaba e junto ao oceano Atlântico. Nas proximidades da zona urbana há uma elevação onde se encontra o farol. Possui 597 prédios e 4 logradouros parcialmente pavimentados a paralelepípedos. É servida de luz elétrica, contando 147 ligações domiciliárias.

ASSISTÊNCIA MÉDICA-SANITÁRIA — Pôrto de Pedras tem um Pôsto de Higiene, localizado na sede municipal, com um médico no exercício da profissão. No povoado Pôrto da Rua existe um ambulatório da Colônia dos Pescadores e uma farmácia. Na cidade há uma farmácia e um enfermeiro prático.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento de 1950, existiam em todo o município 8 425 pessoas alfabetizadas, de 5 anos e mais, sendo: cidade — 1 428; vila de São Miguel dos Milagres — 667; e vila de Tatuamunha — 522.

Ensino — Existem 25 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, assim distribuídos: 4 na sede municipal, inclusive um Grupo Escolar; 10 no distrito de Tatuamunha; 5 no distrito de São Miguel dos Milagres; e 6 na zona rural. No município existem, ainda, 8 cursos supletivos de alfabetização. O total de alunos matriculados nas referidas unidades de ensino fundamental comum, em 1956, atingiu 422.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	22	...	...	...
1951	...	31	697	...	697
1952	...	42	581	...	581
1953	...	32	925	...	925
1954	56	71	813	...	813
1955	74	60	925	...	925
1956	64	68	1 208	...	1 208
1957 (1)	...	53	1 180	...	1 180

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — Igreja de Nossa Senhora da Glória, construída na época do domínio holandês.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festas e procissões tradicionais são realizadas nas seguintes datas: Padroeira — Nossa Senhora da Glória, em 6 de janeiro; Bom Jesus dos Navegantes, em Pôrto da Rua, a 1.º de janeiro; e Nossa Senhora Mãe do Povo, em São Miguel dos Milagres, que não tem data fixa.

VULTOS ILUSTRES — *Ciridião Durval* — nasceu em Tatuamunha, Pôrto de Pedras, no dia 3 de março de 1860. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife, foi Juiz Substituto e Promotor Público na Bahia. Foi poeta inspirado, cultor das letras e jornalista notável. Colaborou assìduamente na imprensa: no "Jornal do Recife", na "Província", no "Diário de Pernambuco", e foi repórter de diversos outros órgãos; — *Moreira e Silva* — nasceu em 1876 e faleceu em 1920. Embora tenha desaparecido quando começava a dar frutos sua vasta cultura, deixou, entre outros trabalhos, a "Fisiografia de Alagoas" e uma monografia sôbre as línguas americanas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Pôrto de Pedras são conhecidos pelo nome de pôrto-pedrenses. Merecem referência as árvores gigantescas que se destacam na cidade e que são verdadeiras relíquias do seu passado. Diz-se que o Imperador D. Pedro II, de regresso a Pôrto Calvo, em 6 de janeiro de 1860, estêve em Pôrto de Pedras, descansando alguns minutos à sombra dos "oitizeiros da Fonte", que, em número de três, acham-se reduzidos a dois, pois um dêles desapareceu com a enchente de 1949. A denominação "oitizeiro da Fonte" originou-se do fato de, bem próximo ao tronco da árvore secular, existir uma fonte de água puríssima. É também

Praça N. S.ª da Glória

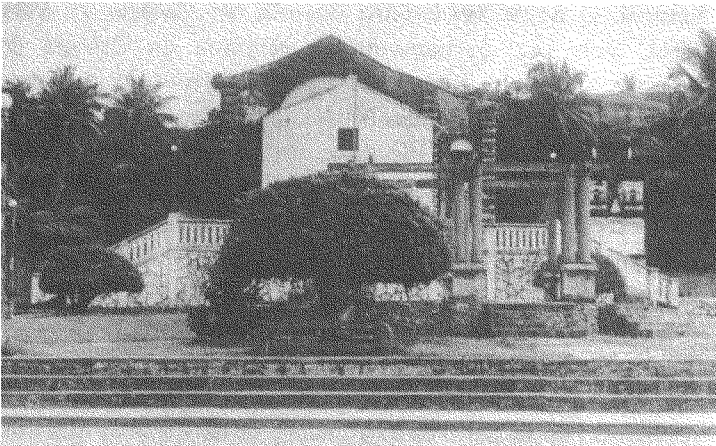
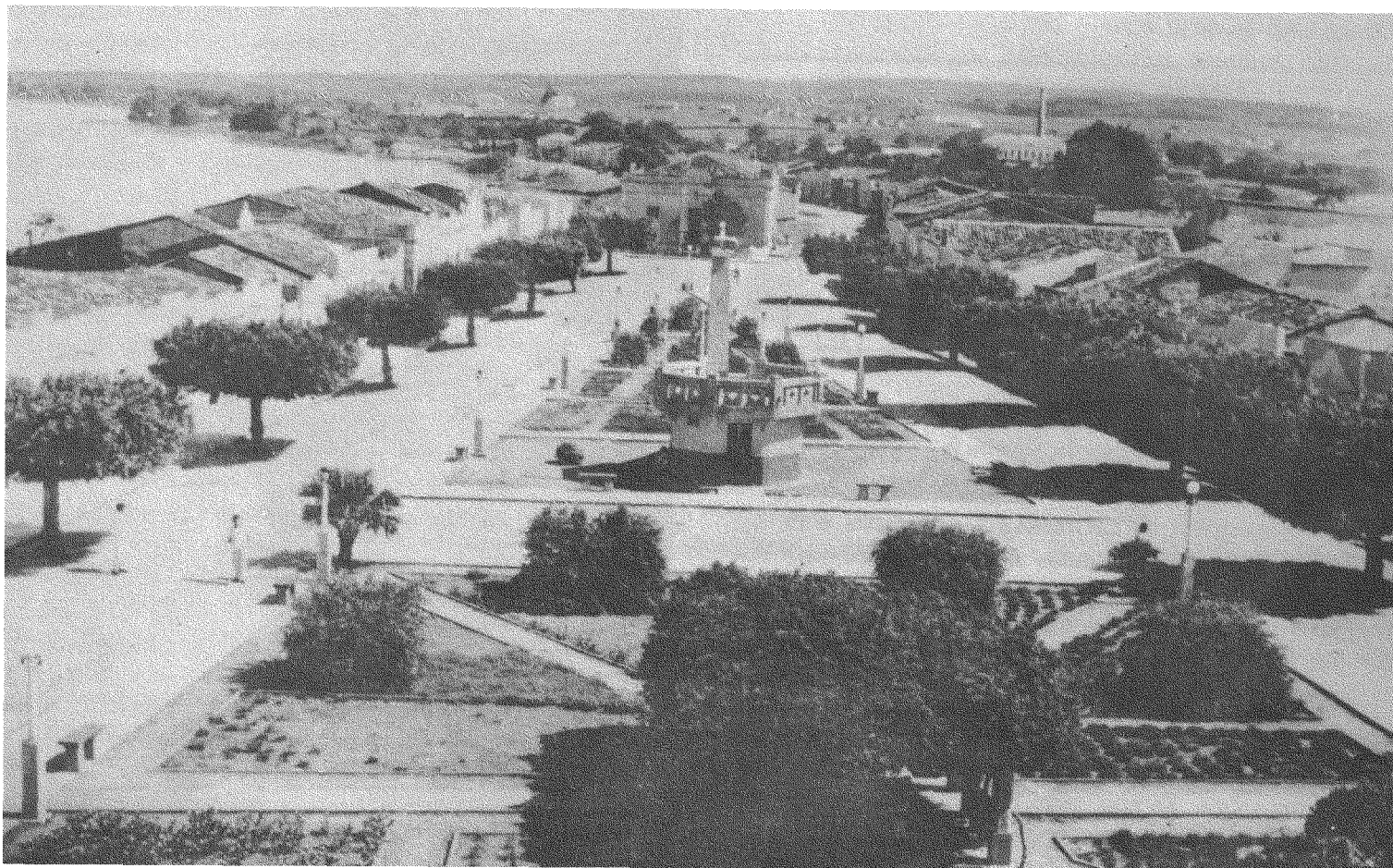
Igreja de N. S.ª da Piedade

digna de nota a "Gameleira", duas vêzes secular, e que dá nome a uma das ruas. Plantada por um missionário, segundo referências populares, foi, a princípio, conhecida como "Gameleira do João Antônio", proprietário da terra onde estava situada. Deu-se-lhe, posteriormente, o nome de "Sebastião", raramente lembrado. O Código de Posturas aprovado pela Lei n.º 585, de 3 de junho de 1876, no seu artigo 43, manda estabelecer uma banca para venda de peixe, embaixo da gameleira que ainda hoje existe. As principais autoridades do município são: Benedito Marques da Silva, Presidente da Câmara; Dr. Benito Freitas Melro, Juiz de Direito; e Padre Alípio Martins do Rêgo, Vigário.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

PÔRTO REAL DE COLÉGIO — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento de Pôrto Real do Colégio remonta aos meados do século XVII. Diferentes tribos de índios, entre estas Tupinambás, Carapotas, Acoranes ou Aconãs e Cariris, habitavam a região, vivendo da caça, da pesca e da lavoura. Os bandeirantes procedentes da Bahia em demanda do Nordeste que desciam o rio São Francisco, em companhia dos Padres Jesuítas, encarregados da catequese dos gentios, foram os primeiros civilizados a pisar o

Vista parcial aérea da cidade

aldeamento que ficava à margem do grande rio, fincando aí o primeiro marco de civilização. Conta-se que êsses bandeirantes e Jesuítas adquiriram na referida região uma extensa faixa de terra a qual denominaram "Urubu-Mirim", para diferençar de Urubu, hoje Propriá, maior núcleo de população, à margem direita do São Francisco. Os Jesuítas conseguiram aos poucos fixar as tribos indígenas nos arredores da sede, apesar das lutas renhidas, travadas, principalmente, entre os Cariris, moradores nas proximidades, os Aconãs ou Acoranes e os bandeirantes recém-chegados à região. As tabas dos Cariris ficavam perto da Lagoa Comprida, atual vila da Lagoa Comprida, no vizinho distrito de São Brás. Os Jesuítas erigiram na povoação, no cimo de uma colina, entre densas florestas, uma capela rústica sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, em tôrno da qual começou a florescer o novo núcleo populacional. Nos meados do século XVII, fundaram um convento e um colégio em frente à capela, hoje matriz de Nossa Senhora da Conceição, do lado sul da margem esquerda do rio São Francisco. Neste colégio, diz Pedro Paulino da Fonseca, no seu livro "Conventos em Alagoas", ensinavam-se línguas, dentre as quais sobressaía-se a latina, destacando-se alunos que depois iam estudar no Recife; daí acreditarmos tratar-se dum colégio na acepção ampla e literal do têrmo, e não na acepção primitiva e restrita do "Latium Collegium", conforme o afirma o Padre Serafim, citado por escritores alagoanos. Êsse colégio bem como o convento foram abandonados pelos jesuítas quando dali foram expulsos em virtude do Decreto do Marquês de Pombal. Permanecendo por mais de um século sem nenhuma conservação, terminou o velho convento por se arruinar e desaparecer totalmente, de maneira que nenhum vestígio há. Todavia ainda existe quem tenha alcançado as ruínas dos seus alicerces. Pouco depois, alguns portuguêses, ajudados por negros africanos, instalaram em plena mata, às margens do caudaloso São Francisco, um primitivo engenho de açúcar, bem como uma fazenda para criação de gado.

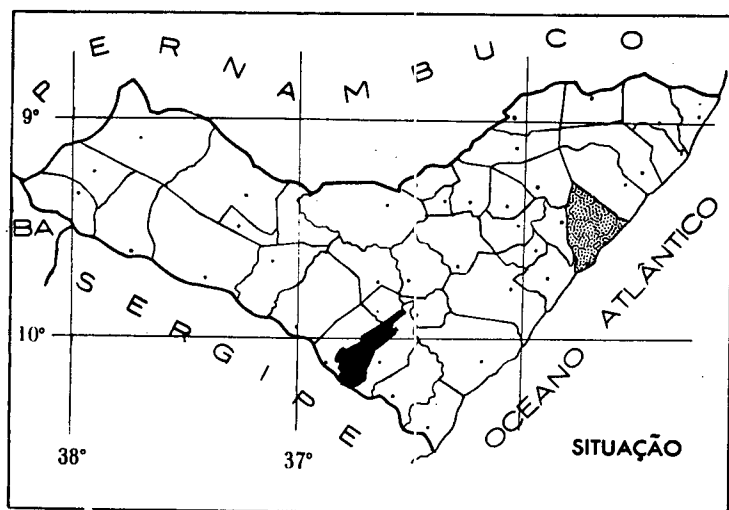
De um modo geral, o povoamento de Pôrto Real do Colégio foi o resultado da fusão das três raças que colonizaram o Brasil: o branco, representado pelo português desbravador e audaz que, em nome da pátria distante, dilatava novos horizontes nas terras conquistadas para a Coroa portuguêsa; o negro, elemento próprio para o trabalho agrícola, importado para o Brasil com o fim de ajudar os colonizadores no trabalho do campo e das minas, raça que segundo o historiador Nina Rodrigues "constituiu-se na mola principal do desenvolvimento econômico do Brasil-Colônia"; e o índio, dono da terra, indolente e preguiçoso, que se obstinava tenazmente à conquista do seu habitat natural. O nome verdadeiro deveria ser Colégio do Pôrto Real, pois seu povoamento se originou do Colégio dos Jesuítas que tinha nome de "Real". Há, mesmo, documentos onde lhe é dada aquela denominação, como é o caso da Lei n.º 702, de 19 de maio de 1875, onde o vice-Presidente da Província das Alagoas, bacharel Felipe de Melo Vasconcelos, no artigo 1.º da citada Lei, diz, "Fica criada a freguesia de São Brás desmembrada da do Colégio do Pôrto Real..."

O município guarda como fato importante a visita que lhe fêz D. Pedro II, quando se dirigia à Cachoeira de Paulo Afonso, em 1859. Sua Majestade estêve entre os índios, recebendo dêles festivas manifestações de carinho que emocionaram sobremodo ao velho Imperador. Em 1760 obteve

instituições canônicas. Os Jesuítas aí fundaram um convento, donde foram expulsos em 1759. Segundo a "Idéia Geral da Capitania de Pernambuco" a freguesia foi criada em 1763. Em 1853, a Resolução n.º 231, de julho, transferiu a sede da freguesia para a povoação de São Brás, sendo revogada pela Lei n.º 413, de 1.º de junho de 1854. A sede do município está sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, subordinada diretamente à Diocese de Penedo. Pela Resolução n.º 737, de 7 de julho de 1876, foi criada a vila, compreendendo território desmembrado do município de Penedo; teve os limites definidos pela Lei n.º 850, de 17 de junho de 1880. Em 1889, foi criado o município de São Brás, com território de sua jurisdição.

Inicialmente, seu têrmo fêz parte da comarca de Penedo. Até 1889, era sede de têrmo, quando, com a criação do têrmo de São Brás, que com êle fazia dois têrmos reunidos, passou a sede para São Brás. Posteriormente passou para a jurisdição da comarca de Traipu, onde ficou até 11 de novembro de 1952, quando foi feito comarca, pela Lei n.º 1 674. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Pôrto Real do Colégio. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Ademário Vieira Dantas.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 2 092, votando 1 857. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pôrto Real do Colégio está localizado na parte sul do Estado, à margem esquerda do rio São Francisco e situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco. Limita-se ao norte com Arapiraca e Feira Grande; ao sul com o rio São Francisco; a leste com Igreja Nova; e a oeste com São Brás. Dista, em linha reta, 135 quilômetros da Capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 10º 12' 11" de latitude Sul e 36º 51' 21" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Pôrto Real do Colégio é de 17 metros.

CLIMA — Não há pôsto meteorológico no município, motivo pelo qual não se pode caracterizar com precisão o clima do mesmo. O verão começa em outubro e se prolonga até março, e o inverno tem sua maior fôrça entre os meses de maio e julho. As trovoadas são freqüentes a partir de dezembro, prolongando-se até abril. Segundo cálculos, a temperatura média do município é de 35ºC para a máxima e 23ºC para a mínima.

ÁREA — Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, sua área territorial é de 685 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes hidrográficos são o rio São Francisco, que corre na direção norte-sul e deságua no oceano Atlântico. O São Francisco serve de linha divisória entre Alagoas e Sergipe. Em seguida vem o rio Boacica, que nasce em Traipu, corre na direção leste-oeste e tem sua foz no rio São Francisco, na altura do município de Penedo. Tem 18 quilômetros de extensão. O rio Giló nasce na serra da Maraba, tem 21 quilômetros de extensão e se perde em São Brás. O rio Itiúba corre na direção norte-sul e banha o município numa extensão de 18 quilômetros. É afluente pela margem esquerda do rio São Francisco, sendo navegável de sua foz até o povoado de Caraíbas. A lagoa dos Coqueiros banha os povoados de Carnaíbas, Tapera, Lagoa Funda, Sítio Belém e Fazenda Angico. É piscosa e tem 18 quilômetros de extensão por 8 metros de largura. O relêvo de Pôrto Real do Colégio apresenta como mais importante a serra da Maraba, que fica a 31 quilômetros da sede municipal e serve de divisa entre o município de Pôrto Real do Colégio e o de São Brás

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de Pôrto Real do Colégio restringem-se à argila do seu solo e aos peixes dos seus rios. A argila é empregada no fabrico de panelas, potes, moringas e tijolos. Os principais peixes de seus rios são piranha (em maior quantidade), surubim, curimatá, bagre. A pesca obedece ainda a princípios rotineiros e rudimentares.

POPULAÇÃO — Segundo dados relativos ao resultado da apuração final do último Recenseamento Geral, a sua população era, em 1950, de 14 948 habitantes (7 077 homens e 7 871 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 1 434; Quadro Suburbano — 1 606, e Quadro Rural — 11 908 habitantes. A densidade demográfica era de 22 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 9,6% da população localizavam-se na zona urbana; 10,8% na zona suburbana, e 79,6% na zona rural.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a sede municipal, em virtude de o município ser constituído de um só distrito. Segundo dados finais do Recenseamento Geral de 1950, a população de Pôrto Real do Colégio era, àquela época, de 3 040 habitantes (1 383 homens e 1 657 mulheres).

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, há os seguintes povoados, cuja representação indica respectivamente o número de prédios e de habitantes: Barra do Itiúba — 195 e 800; Curralinho — 110 e 400; Carnaíbas — 305 e 1 300; Canoa de Baixo — 86 e 206; Entrada — 48 e 255; Flexeiras — 79 e 400; Gila — 80 e 378; Girau do Itiúba — 56 e 320; Maraba — 97 e 407; Numbacinha — 28 e 189; Poço Dantas — 172 e 745;

Capela do Sagrado Coração de Jesus, na fazenda Cajaíbas

Sobrado — 66 e 300; Tapera de Baixo — 88 e 290; e Tapera do Itiúba — com 59 prédios e 230 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados relativos ao Recenseamento Geral de 1950 havia 922 propriedades agrícolas, totalizando uma área de 16 466 hectares, sendo que, dêsse total, apenas 8 050 hectares eram ocupados com a agricultura, daí considerar-se como principal a atividade agrícola.

Agricultura — As terras, classificadas como boas, de um modo geral se prestam ao aproveitamento agrícola. Segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, em ordem decrescente de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	5 500	4 400
Algodão	Arrôba	25 000	2 875
Arroz em casca	Saco de 60 kg	16 050	2 808
Feijão	» » »	2 120	1 484
Banana	Cacho	48 000	720

Além dos produtos acima são cultivados, em menor escala, os seguintes: abacaxi, laranja, manga, batata-doce, cana-de-açúcar, fava e milho.

Pecuária — Não é de grande expressão econômica a atividade pecuária. A criação do gado bovino é feita em pequenas propriedades e a maioria dos criadores prefere o de raça mestiça. No entanto, encontram-se alguns exemplares das raças guzerat, gyr e nelore. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	6 000	29 700
Eqüinos	990	2 970
Muares	890	3 560
Asininos	500	350
Suínos	18 700	28 050
Ovinos	5 000	1 500
Caprinos	3 000	1 350

Indústria — Não existe no município nenhuma indústria fabril. Há duas usinas de beneficiamento de arroz e uma de algodão. Em relação às pequenas atividades industriais, havia, em 1956, segundo dados relativos ao Registro Industrial, 210 pequenos estabelecimentos produtores de farinha de mandioca, duas panificações, 108 pequenas olarias e duas engenhocas de rapadura.

Pesca — A produção do pescado, referente ao ano de 1955, segundo o Departamento Estadual de Estatística, foi de 24 550 quilogramas, no valor de Cr$ 501 320,00.

COMÉRCIO E BANCOS — É de pouca significação o comércio de Pôrto Real do Colégio, porque o município nem é importador nem exportador. Abastece-se dos produtos de primeira necessidade nas praças de Salvador e Aracaju. Os seus produtos exportados, em pequena escala, são arroz beneficiado e em casca (o maior volume de sua exportação), algodão e milho para as praças acima referidas. Há na sede municipal 19 estabelecimentos comerciais, dos quais 3 atacadistas e 16 varejistas, cujo giro comercial em 1956 atingiu a importância de Cr$ 6 186 811,00. Não há bancos nem agências bancárias. O movimento de crédito é realizado principalmente nas cidades de Penedo (AL) e Propriá (SE).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Pôrto Real do Colégio liga-se à capital do Estado e aos municípios vizinhos por estrada de ferro e por vias fluviais. Dista a cidade de Pôrto Real do Colégio da Capital do Estado 239 quilômetros por estrada de rodagem e 296 por estrada de ferro. As ligações com os municípios limítrofes são as seguintes: São Brás — 65 quilômetros (rodovia) e 12 quilômetros (fluvial); Arapiraca — 72 quilômetros (rodovia) e 78 quilômetros (ferrovia); Feira Grande — 60 quilômetros (rodovia); e Igreja Nova — 35 quilômetros (rodovia) e 76 quilômetros (via fluvial).

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na Rua Barão do Rio Branco. A Rêde Ferroviária do Nordeste possui, também na sede municipal, uma Agência Telégrafo-telefônica.

ASPECTOS URBANOS — Banhada pelo rio São Francisco está a sede de Pôrto Real do Colégio, apresentando aspecto próprio das cidades do Baixo São Francisco. Possui a cidade um ancoradouro natural por onde se faz o desem-

barque de passageiros e cargas. A margem direita, no lado oposto do rio, está a próspera cidade de Propriá (SE). Pôrto Real do Colégio possui 25 logradouros sendo 3 pavimentados a paralelepípedos. Dentre os seus 1 006 prédios, destaca-se, pela sua antigüidade, a igreja Matriz, construída pelos holandeses. A Avenida Gordilho de Castro apresenta boas casas residenciais. Não há na cidade serviço de água canalizada. É dotada de iluminação elétrica, contando com 252 ligações domiciliares. Possui um Grupo Escolar, dois hotéis, duas pensões e dois Cartórios do Registro Civil.

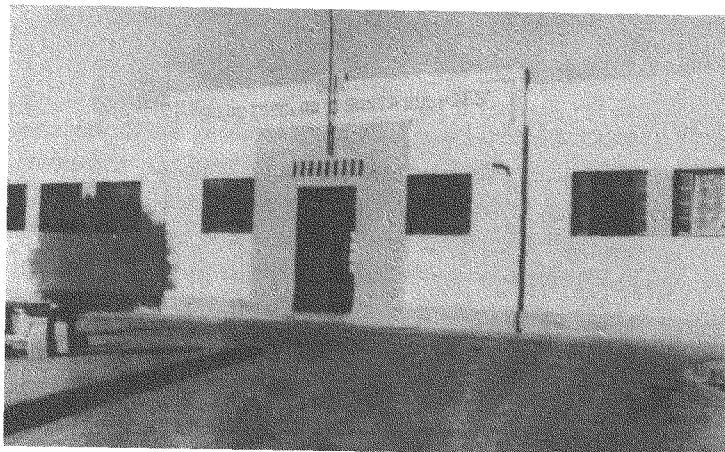
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em funcionamento existe uma unidade sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), que presta assistência médica à população local, gratuitamente. A aludida unidade sanitária é mantida pelo Govêrno Federal através do Ministério da Saúde. Há 2 médicos e 1 dentista no exercício da profissão, prestando assistência dentária aos habitantes. Não existem hospitais, maternidades, casas de saúde nem pôsto de puericultura, na cidade, ou outras modalidades de assistência médica, no gênero. Há uma farmácia, apenas, prestando relevantes serviços aos habitantes do interior.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há uma Associação de Assistência Social, que é a Sociedade de São Vicente de Paulo, mantida pela Sociedade de São Vicente, fundada em 1951. Destina-se a prestar auxílio em geral aos seus associados.

Em Pôrto Real do Colégio funciona, também, uma Cooperativa Agrícola, que se destina ao financiamento aos agricultores da região.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam, em Pôrto Real do Colégio, 1 642 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais, assim distribuídas: 752 localizadas na cidade e 890 na zona rural.

Ensino — Segundo dados da última Campanha Estatística, em 1956 havia no município 23 estabelecimentos de ensino primário geral assim discriminados: 1 Grupo Escolar; 9 cursos supletivos de alfabetização de adultos e adolescentes e uma escola federal, uma particular e 11 municipais. O total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino primário fundamental comum foi de 379 do sexo masculino e 455 do sexo feminino. Dos 23 citados estabelecimentos, 8 estavam localizados na sede municipal e 15 na zona rural. Além dêstes, há, ainda, em funcionamento, os cursos de grau elementar rural, de Extensão de Economia Rural Doméstica, e Centro de Aradores-Tratoristas, cuja manutenção está afeta ao Acôrdo firmado entre a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e a Comissão do Vale do São Francisco, localizados na Fazenda Sementeira. Quanto ao ensino extraprimário (secundário, normal, artístico, comercial, etc.), não há estabelecimentos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No Grupo Escolar D. Santa Bulhões, há em funcionamento uma biblioteca composta de 300 volumes, sendo a única existente.

Grupo Escolar D. Santa Bulhões

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	204	363	81	544
1951	...	391	387	114	381
1952	...	633	678	140	588
1953	...	688	857	149	846
1954	...	587	715	121	767
1955	...	893	863	178	833
1956	309	1 303	1 208	225	800
1957 (1)	...	...	1 305	285	1 305

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas tradicionais são: Tríduo de São Roque, de 13 a 15 de agôsto, com procissão no dia 16 do citado mês; Novenário de Nossa Senhora da Conceição, com procissão no dia 8 de dezembro. Os folguedos populares vêm rareando. Os mais comuns são Pastoris, Reisados e Guerreiros.

VULTOS ILUSTRES — Dr. *Antônio Bernardes* — falecido em Belém do Pará no ano de 1909. Bacharel, professor talentoso; Dr. *Olímpio Vieira Dantas* — professor, advogado e magistrado. Faleceu no Estado do Pará em 1927; *Teófanes Brandão* — professor do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, jornalista, poeta e escritor, autor de diversos livros de prosa e poesia, dentre os quais destaca-se o denominado "Trevas e Sóis". Faleceu na velha e histórica cidade de Penedo, no ano de 1954; Dr. *José Cruz de Oliveira* — intelectual e magistrado, nascido em 3 de maio de 1879 e falecido em 1955.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — O Hotel Colégio, construído pelo Govêrno Federal, é a principal atração turística, oferecendo comodidade e confôrto aos que procuram a cidade como estação de férias ou de repouso.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Pôrto Real do Colégio são conhecidos pelo nome de colegienses. As principais autoridades do município são: Valdemar Alves de Barros, Presidente da Câmara; Doutor Ayrton Tenório Cavalcante, Juiz de Direito; Padre Hildebrando Mendes Costa, Vigário da Paróquia; e Eraldo Custódio da Silva, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

QUEBRANGULO — AL

Mapa Municipal na pág. 273 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Sôbre a história do comêço da localidade há apenas vagas e incertas notícias que a tradição conserva. Os mais antigos habitantes, firmados no que ouviram dos seus antepassados, contam que o local onde se levantou a povoação foi primitivamente habitado pelos índios Chucurus que vieram formar aldeia nas proximidades da serra da Palmeira dos Índios, já encontrando aí estabelecidos os Cariris, emigrados de Pernambuco, em conseqüência da sêca que assolou os sertões do ano de 1740.

Dizem outros que aí houve antigamente um quilombo de pretos fugidos. Viviam êles de nozes de palmeiras aí abundantes e principalmente da caça de caititus, que em manadas pastavam no próprio local onde é hoje a cidade. Sendo o chefe dêsse quilombo excelente caçador, chamavam-no "Quebrangulo" que na gíria dos negros significava "matador de porcos". Teve também o nome de Vitória, voltando posteriormente à denominação primitiva.

Nos primeiros tempos, o desenvolvimento do município foi muito demorado e vagaroso, "devido à índole pouco ordeira de seus habitantes, envolvidos contìnuamente em lutas intestinas de família, que se hostilizavam e mantiam em suas discórdias o domínio do bacamarte, dos ódios e vinditas". Com o seu exemplo e sua palavra, pregando o amor, combatendo os maus costumes e o ódio, o virtuoso Frei Caetano Messina conseguiu implantar melhores costumes no espírito da população, embora não extinguindo completamente, pelo menos arrefecendo as rivalidades e rancores, podendo Quebrangulo ter um certo progresso. Foi Frei Caetano de Messina quem concluiu os trabalhos de construção da Matriz, iniciados por Frei Henrique.

Contam que na noite de 8 para 9 de setembro de 1888, a então vila de Vitória foi assaltada por bandidos mandados por Antônio Serapião de Albuquerque Frade. O coronel Antônio Serapião era muito temido na região e constava ter mandado matar, em 1884, Lourenço de Mendonça. Chegou a ser Intendente Municipal no período de 7 de janeiro de 1893 a 7 de janeiro de 1895. Morreu também assassinado, segundo dizem, a mando dos próprios parentes, em 27 de abril de 1905. Atacada naquela noite de setembro a residência do Delegado de Polícia, José Francisco de Mendonça, das 22 às 4 horas, centenas de tiros foram disparados, não havendo vítimas. A cidade transformou-se em verdadeira praça de guerra, vindo assumir o comando das fôrças o próprio Presidente do Estado.

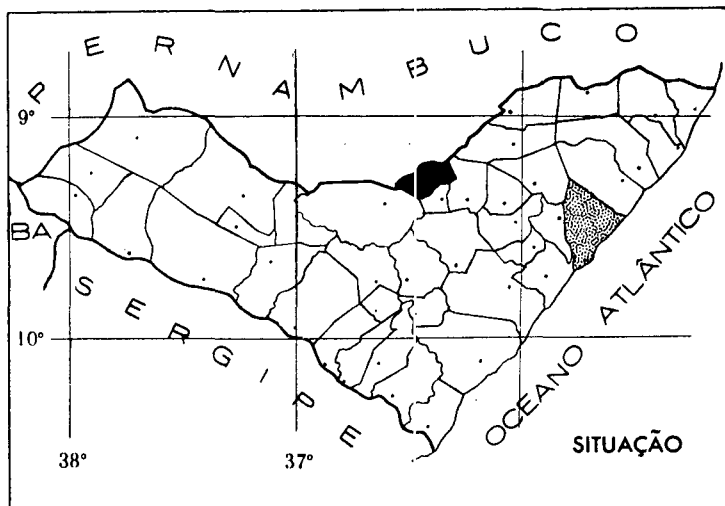
Figura sempre lembrada pelos que habitam o interior do município é a de Antônio Amorim, conhecido como "Franciscano". Dizem ter sido êle filho de Paulo Jacinto, até bem pouco tempo distrito de Quebrangulo. Conta-se que, quando jovem, era empregado no comércio. Resolveu depois viver no município de Batalha. Aí passou a se dedicar à prática da caridade, reunindo em tôrno de si uma verdadeira multidão de fanáticos. Certa vez resolveu colocar numa serra, perto da cidade, um grande cruzeiro. Enquanto subiam a elevação, deitava-se, por vêzes, no madeiro, o próprio "Franciscano", dizendo seus devotos que pesava menos a cruz, quando sôbre ela se achava o "Franciscano".

Igreja-Matriz do Bom Jesus dos Pobres

A coisa chegou a tal ponto, o fluxo de peregrinos era tamanho, que foi mandado ao local o coronel Lucena Maranhão ver de perto o que se estava passando, nada encontrando que se pudesse reprovar, a não ser o fanatismo do povo. Resolveu depois o "Franciscano" regressar à cidade natal e estabeleceu-se no povoado São Francisco, entre Quebrangulo e Paulo Jacinto, pertencente ao primeiro. Aí continuou as suas práticas de caridade e cresceu sua legião de seguidores. Colocou também um cruzeiro na Serra Grande, povoado de São Francisco, e outro numa pedra, no rio Paraíba. Era pessoa inofensiva. Muito dedicado às crianças, vivia sempre cercado delas, tendo mesmo um verdadeiro orfanato. Resolveu construir uma igreja muito interessante, com quatro frentes. Foi assassinado em 1954 antes do término da construção por motivos políticos, sendo o pivô do crime a sua influência política junto a seus devotos.

A freguesia foi criada pela Lei n.º 301, de 13 de junho de 1856, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Pobres. É subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. Pela Lei n.º 624, de 16 de maio de 1872, foi criada a vila, desmembrada de Assembléia, hoje Viçosa. A vila e município foram extintos por Decreto n.º 4, de 20 de fevereiro de 1890, sendo seu território partilhado entre Viçosa e Palmeira dos Índios, ficando aquêle com o distrito de Limoeiro e êste com o de Quebrangulo. Ainda no mesmo ano, em 27 de setembro, pelo Decreto n.º 47, foi restaurado com a denominação de Vitória, tendo pelo mesmo decreto seus limites devidamente fixados, os quais são os mesmos da freguesia, definidos pela Lei n.º 301, de 13 de junho de 1856. Com a Lei n.º 593, de 6 de julho de 1910, foi elevado à categoria de cidade. Por fôrça da Lei n.º 1 139, de 20 de junho de 1928, voltou a denominar-se Quebrangulo, nome que até hoje conserva. De seu território foi desmembrado o atual município de Paulo Jacinto. Seu têrmo, desde a criação, fêz parte da comarca de Palmeira dos Índios, sendo que, durante a sua supressão, no espaço entre os citados Decretos n.º 4 e n.º 47, seu território ficou em parte anexo ao têrmo de Palmeira e parte ao de Assembléia ou Viçosa. Foi elevado à categoria de comarca, com a Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de Quebrangulo. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito

Prefeito o Sr. Dr. Jerônimo da Cunha Lima. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 5 096, votando 3 118. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Quebrangulo fica situado ao norte do Estado, na fronteira com Pernambuco e localiza-se na Zona Fisiográfica da Mata. Limita-se ao norte com o município pernambucano de Bom Conselho; ao sul e suleste com Paulo Jacinto; a nordeste com Viçosa; e a oeste com Palmeira dos Índios. Dista da capital do Estado, em linha reta, 92,5 quilômetros e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9° 17' 00" de latitude Sul e 36° 30' 30" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Quebrangulo é de 342 metros.

CLIMA — É quente e sêco no verão e bastante frio no inverno. O clima da cidade é saudável, indicando-a, sem dúvida alguma, para uma estação de veraneio ou de cura. A sua temperatura máxima é de 36°C e a mínima ocorrida 14°C. A época mais chuvosa e mais fria é de maio a agôsto. As estiagens vão de outubro a março, marcando, portanto, a época mais quente.

ÁREA — A área do município, segundo divulgação do Conselho Nacional de Geografia, é de 395 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Quebrangulo apresenta na sua configuração geográfica alguns rios e algumas serras de relativa importância. Dos seus rios, o principal é o Paraíba, que nasce no município de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco, corre na direção norte-sul, tem uma extensão de 30 quilômetros. O rio Cacimbinhas que nasce em Quebrangulo, banha a sede municipal, tem um curso de 11 quilômetros, e sua foz está no município de Viçosa. De menor importância seguem-se os riachos Dobrão, Sêco, Cacimbinhas, Bálsamo e Lunga. As serras mais importantes do município são a Guaribas, de formação sílico-arenosa, com uma altitude de 82 metros, e que fica ao norte; a do Chorador, também de formação sílico-arenosa, com uma altitude de 130 metros, está situada ao sul; às suas encostas estão as nascentes dos riachos Dobrão e Sêco; e finalmente a serra do Cajueiro, de 175 metros, a mais alta do sistema orográfico do município, estando a 20 quilômetros da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de origem mineral são argila, que é empregada na indústria da cerâmica, e a areia, retirada do leito dos seus rios, para construção. Do reino vegetal ocupa merecido destaque a lenha, o carvão vegetal e a jurubeba. Do reino animal o mel e a cêra de abelha são os seus principais representantes.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Quebrangulo era de 15 724 habitantes (7 408 homens e 8 316 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 777; Quadro Suburbano — 2 677, e Quadro Rural — 12 270 habitantes, sendo que 4,8% da população acham-se localizados na zona urbana; 17,2%, na zona suburbana, e 78%, na zona rural. A densidade demográfica era de 40 habitantes por quilômetro quadrado. Na época da realização do último Recenseamento, fazia parte do município o distrito de Paulo Jacinto, elevado à categoria de município pela Lei n.° 1 747, de 2 de dezembro do ano de 1953.

Aglomerações urbanas — Em virtude de ser constituído de um só distrito, a única aglomeração urbana é a sede municipal que, segundo dados definitivos do Censo de 1950, contava na mesma data uma população de 3 444 habitantes (1 469 homens e 1 975 mulheres).

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural existem os seguintes povoados: Dois Braços — com 30 prédios e 150 habitantes; Rua Nova — com 371 casas e 1 855 moradores; e São Francisco — com 100 prédios e 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pecuária.

Agricultura — As suas terras são de natureza sílico-argilosa. São férteis, prestando-se para as diversas espécies de culturas agrícolas, principalmente café, cana-de-açúcar, algodão e mandioca. Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas do município, em ordem de valor, no ano de 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café em grão	Arrôba	19 000	7 980
Cana-de-açúcar	Tonelada	14 500	3 625
Algodão	Arrôba	9 300	1 395
Mandioca	Tonelada	1 400	1 120
Banana	Cacho	47 500	950
Feijão	Saco de 60 kg	1 350	945
Milho	» » » »	4 180	627

Pecuária — É de expressiva importância econômica para Quebrangulo a atividade pecuária. O comércio de gado bovino realizado com outras praças é promissor. As raças bovinas preferidas pelos criadores locais são mestiça, zebu, gyr e hindu-brasil. Predominam as pastagens naturais, havendo, também, vasta área de pasto artificial. Segundo

Vista aérea da cidade

dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	21 700	86 800
Eqüinos	1 500	3 750
Asininos	250	250
Muares	460	1 380
Suínos	6 000	6 000
Ovinos	3 700	1 480
Caprinos	3 300	1 320

A produção de leite, em 1956, foi estimada em 3 780 000 litros, atingindo o seu valor a importância de Cr$ 11 340 000,00.

Indústria — Não existem no município estabelecimentos fabris de grande porte. Segundo o Registro Industrial de 1956, existiam 50 casas de farinha de mandioca, 10 engenhos bangüês empregados na produção de rapadura, 2 produtores de carvão vegetal, duas panificações, 1 estabelecimento de extração de madeira e lenha, e uma olaria, cuja importância econômica pouco representava. Além das mencionadas há, também, a indústria de laticínios, que é de certa importância e digna de menção. A produção verificada nos 3 estabelecimentos existentes, segundo o Registro Industrial de 1956, foi de 6 967 quilogramas de queijo, no valor de Cr$ 239 010,00, e a de manteiga de 4 068 quilogramas, cujo valor atingiu a importância de Cr$ 259 485,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Quabrangulo mantém relações comerciais com as praças do Recife e de Maceió. Os produtos importados são tecidos, ferragens, medicamentos, charque e farinha de trigo. O município exporta para outras praças leite, queijo, manteiga, gado bovino e produtos agrícolas. Há na sede municipal 2 estabelecimentos atacadistas e 15 varejistas, não se registrando estabelecimentos bancários; esta modalidade de comércio é feita com os municípios vizinhos de Viçosa e Palmeira dos Índios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por diversas rodovias. Dista a cidade de Quebrangulo da capital do Estado 134 quilômetros por estrada de rodagem, e também por estrada de ferro. As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Viçosa — 42 quilômetros (rodovia e ferrovia); Palmeira dos Índios — 32 quilômetros (rodovia) e 35 quilômetros (ferrovia); Paulo Jacinto — 22 quilômetros (rodovia) e 21 quilômetros (ferrovia).

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos duas Agências Postais-telegráficas na sede municipal. Há, também na cidade, uma Agência Telégrafo-telefônica da Rêde Ferroviária do Nordeste.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está edificada em terreno acidentado, dividindo-se em parte alta e baixa. Na parte baixa estão situados o comércio e as repartições públicas. É banhada pelo rio Paraíba e próximo ao mesmo localizam-se algumas serras.

Entre os prédios existentes na cidade, devem ser destacados, pela sua antigüidade, a igreja Matriz e o antigo Banco Agrícola, e pela beleza arquitetônica de suas linhas, o prédio que pertenceu à família Tenório, situado à direita da estação ferroviária. Há apenas 5 logradouros calçados a paralelepípedos. Possui dois hotéis, é dotada de iluminação elétrica, contando 260 ligações domiciliárias. Não há serviço de abastecimento de água canalizada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Como assistência médico-sanitária, assinala-se a existência de um Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, e de outro do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Existe um médico no exercício de suas atividades profissionais, e uma farmácia destinada a atender aos habitantes não só da cidade mas de tôda a comuna.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona no município uma Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, fundada em 1943, e tem como finalidade prestar assistência às pessoas comprovadamente pobres. Existe, também, em Quebrangulo, a Cooperativa Agrícola de Quebrangulo, instalada a 25 de janeiro de 1945, e que se destina ao financiamento aos agricultores locais, pela modalidade de empréstimo a longo prazo.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, havia no município 1 036 pessoas alfabetizadas na idade de 5 anos e mais. Não é possível precisar o número de pessoas que sabem ler e escrever, referente ao quadro rural, em virtude de haver sido desmembrado do município de Quebrangulo o distrito de Paulo Jacinto, que veio formar o município do mesmo nome.

Ensino — Conforme dados da última Campanha Estatística, existiam 37 estabelecimentos de ensino primário funda-

Prefeitura Municipal

mental comum, dos quais 1 estadual, 4 municipais e 1 particular localizavam-se na sede municipal. No ano de 1956, segundo a referida Campanha, funcionaram 11 cursos de alfabetização de Adultos e Adolescentes.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há um cinema e uma sociedade recreativa familiar, ambos sediados na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS — No ano de 1955, a receita municipal arrecadada foi de Cr$ 1 115 000,00 para igual despesa, enquanto a arrecadação municipal tributária era de Cr$ 474 000,00.

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — Monumento comemorativo da passagem do Centenário da Independência do Brasil.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Entre as festas tradicionais merecem referência a do Bom Jesus dos Pobres, Padroeiro da cidade, e a de São Sebastião. Durante as festas natalinas aparecem alguns folguedos populares, entre êles Reisados. Há, por vêzes, Cavalhadas.

VULTOS ILUSTRES — *Graciliano Ramos* — nasceu aos 27 de outubro de 1892. Aos 22 anos foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou num jornal como revisor. Aí a vida lhe foi difícil, regressando em 1915 ao seu Estado natal, indo residir em Palmeira dos Índios, onde seu pai tinha uma casa comercial. Ingressando na política, consegue ser Prefeito de Palmeira dos Índios, onde publicou relatório que se tornou conhecido pela sua originalidade. Em 1926 contrai matrimônio com D. Heloísa de Moreira Ramos, publicando no mesmo ano seu primeiro romance — "Caetés". Sua estréia é coroada de êxito. Críticos dos mais severos, como Agripino Grieco, consideram seu romance "admirável". Em 1930 transfere-se para Maceió onde vem dirigir a Imprensa Oficial. Em 1936 ocupa o lugar de Diretor da Instrução Pública de Alagoas e termina "Angústia", outro trabalho que mereceu grandes encômios. Muda-se para o Rio de Janeiro e termina "Infância", "obra-prima pelo estilo, pela transposição magistral da vida em obra de arte". Faleceu na Capital da República, no dia 20 de março de 1953. Logo após sua morte foi publicado o livro "Memórias do Cárcere", obra muito elogiada pela imprensa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Quebrangulo são conhecidos pelo nome de

Vista parcial da cidade

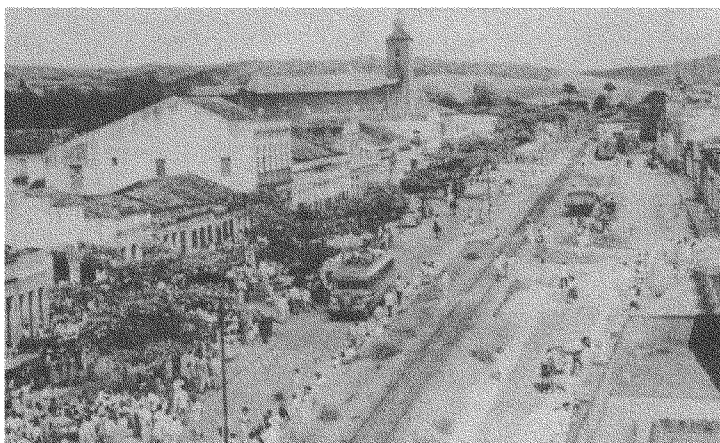
Praça da Independência

quebrangulenses. Há uma outra interpretação a respeito da palavra Quebrangulo, que diz ser a mesma de origem indígena, significando "quiabongolola", ou "reunião, coisa ajuntada". As principais autoridades do município são: Dr. Abelardo Luna Duarte, Juiz de Direito; Dr. Luiz dos Santos Leal, Promotor Público; e Padre Moisés Vieira dos Anjos, Vigário.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

RIO LARGO — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

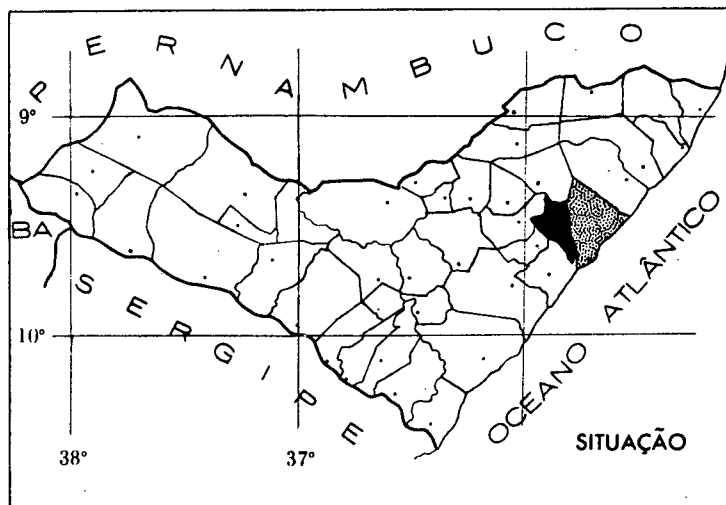
HISTÓRICO — A primitiva sede do município foi Santa Luzia do Norte. Diz-se que Jerônimo de Albuquerque, irmão de D. Brites, foi quem primeiro pisou o solo do município, quando da guerra de extermínio empreendida aos Caetés. Segundo Gabriel Soares, referido por Melo Morais, um cego, estabelecendo-se aí nos princípios do século XVII, recobrou a visão. O milagre por intermédio da Santa emprestou seu nome à localidade — Santa Luzia de Siracusa —, que tempos depois tomou a denominação de Santa Luzia do Norte. Contam também que teria tido o nome de Outeiro de São Bento, por ter havido aí um convento de São Bento. Santa Luzia do Norte é uma das mais antigas povoações de Alagoas, pois, segundo afirma João Alberto Ribeiro, Miguel Gonçalves Vieira, a quem Jorge de Albuquerque Coelho doara cinco léguas de costa, tirara dessa posse uma légua para oferecê-la a Antônio Martins Ribeiro que aí morava e possuía casas, sob a condição de "levantar engenho de açúcar e fazer vida". Santa Luzia do Norte chegou a ser, nos tempos coloniais e mesmo alguns anos depois, o mais importante povoado das margens da lagoa do Norte e do rio Mundaú. No ano de 1633, durante a guerra holandesa, os batavos incendiaram a cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, e marcharam contra Santa Luzia do Norte, encontrando tenaz resistência por parte dos comandados de Antônio Lopes Filgueiras, que defenderam valentemente a povoação. A cidade foi liberta e pouco sofreu no seu conjunto, tendo Antônio Lopes falecido em pleno combate. A estrada de ferro construída no Estado e que não passava em Santa Luzia do Norte fêz com que fôsse decaindo a importância da localidade. E

Vista da Avenida Getúlio Vargas em dia de feira

em vista do desenvolvimento que vinha tendo Rio Largo, sua localização à margem da estrada de ferro, a pequena distância em relação à Capital, para aí foi transferida a sede do município.

O nome de Rio Largo veio de um engenho de açúcar existente no local onde o rio Mundaú apresenta mais largura. Dizem que no começo o engenho pertencia a descendentes dos Calheiros de Melo, sendo fracionado por herança e reconstituído posteriormente em diversas compras realizadas por Felipe Ângelo de Brito. Foi depois vendido a D. Rosa Lima Lins, também descendente dos Calheiros de Melo. Nos fins do século XIX, duas Companhias (hoje fundidas numa só — Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos) compraram terras do Engenho Rio Largo e do Engenho Cachoeira do Regente, limítrofe, e montaram duas fábricas para industrialização de fibras têxteis. Aproveitaram-se, para tanto, das facilidades de energia hidráulica oriunda das pequenas cachoeiras formadas pelo rio Mundaú. A linha férrea, passando na localidade, muito contribuiu para o desenvolvimento do centro industrial.

Assim floresceu Rio Largo.

A história de Rio Largo é a de Santa Luzia do Norte. A vila foi criada por Decreto de 10 de dezembro de 1830, do Govêrno Geral. Em 1900, a Lei n.º 282, de 18 de junho, criou o município judiciário de Santa Luzia do Norte. A Lei n.º 696, de 13 de julho de 1915, transferiu a sede para Rio Largo que recebeu a categoria de cidade. Atendendo ao que dispõe o artigo 3.º do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, e de acôrdo com o artigo 3.º parágrafo 1.º, do Decreto-lei estadual n.º 2 909, de 30 de dezembro de 1943, o município tomou a denominação de sua sede, isto é, mudou a denominação de Santa Luzia do Norte para Rio Largo. De seu território nenhum município foi desmembrado. Hoje, Santa Luzia do Norte é distrito de Rio Largo. Fêz parte da comarca de Alagoas (atual Marechal Deodoro) até 1853, quando passou a pertencer à de Maceió. Ao ser criada a comarca de Pilar, em 1862, Rio Largo passou a pertencer-lhe, como têrmo. Posteriormente foi elevada à comarca. Em 1931 teve em sua jurisdição o têrmo de Murici, perdendo-o em 1934, quando foi restaurada a comarca de Murici. A paróquia de Rio Largo foi criada em 13 de junho de 1941. No município, além da paróquia de Rio Largo, existem mais duas, a de Utinga e a de Santa Luzia do Norte, sendo esta a mais antiga. Pertencem à Arquidiocese de Maceió. A padroeira da cidade de Rio Largo é Nossa Senhora da Conceição. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos — Rio Largo, Coqueiro Sêco e Santa Luzia do Norte. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Edgard Ferreira Barbosa. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 6 161, sendo de 3 935 o número de votantes. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte leste do Estado, Rio Largo pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com Murici e Atalaia; ao sul e sudoeste, com Marechal Deodoro; a leste com Maceió; e a oeste com Pilar. A sede municipal está situada em terreno acidentado, apresentando dois planos distintos: a parte baixa, à margem do rio Mundaú, e a parte alta, que não é mais que uma ramificação do grande tabuleiro alagoano. Dista, em linha reta, 22 quilômetros da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9º 29' 45" de latitude Sul e 35º 49' 54" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Rio Largo é de 45 metros.

CLIMA — O clima de Rio Largo, de modo geral, é quente-úmido no verão e frio-úmido no inverno. No planalto, a temperatura é muito saudável, principalmente nos meses de agôsto a outubro. A sede municipal e as vilas de Coqueiro Sêco e Santa Luzia eram sujeitas a febres palustres, endemia hoje superada graças às atividades do Serviço de Malária e aos trabalhos de drenagem realizados pela municipalidade. A temperatura máxima registrada na cidade foi de 33ºC e a mínima (no Tabuleiro do Pinto), de 17 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia a superfície do município de Rio Largo é de 315 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Largo é constituído quase todo de terreno elevado, formando planaltos dos quais se destaca o Tabuleiro do Pinto. O seu território é banhado pelo rio Mundaú, que o corta desde os limites com o município de Murici, até a sua foz na extrema ocidental da lagoa do Norte. Nesse trecho recebe o Mundaú, além de outros de menor importância, os seguintes afluen-

tes: pela margem esquerda — riachos Timbó, Pau Amarelo, Cumbe, Utinguinha, Macacos e Carrapatinho; pela margem direita os riachos Barbosa, Congó e o volumoso rio Satuba, o qual, por sua vez, chega ao Mundaú aumentado com o pecúlio que recebe de diversos outros riachos por uma e outra margem. Além dêste, correm diretamente para a lagoa Mundaú o riacho Padre Nosso e o rio dos Remédios, que marcam a extrema com o município de Marechal Deodoro. Há, ainda, no município, uma importante queda d'água, no lugar denominado Cachoeira, hoje Gustavo Paiva, a qual é aproveitada em grande parte pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Formada pelos cursos d'água dos rios Mundaú e Remédio, banha o município a famosa lagoa Mundaú ou do Norte, que, circundando também o de Maceió, liga-se à lagoa Manguaba ou do Sul, formando um conjunto de rara beleza paisagística; é de muita piscosidade, notadamente no que diz respeito ao molusco sururu, que é uma das originalidades da terra alagoana.

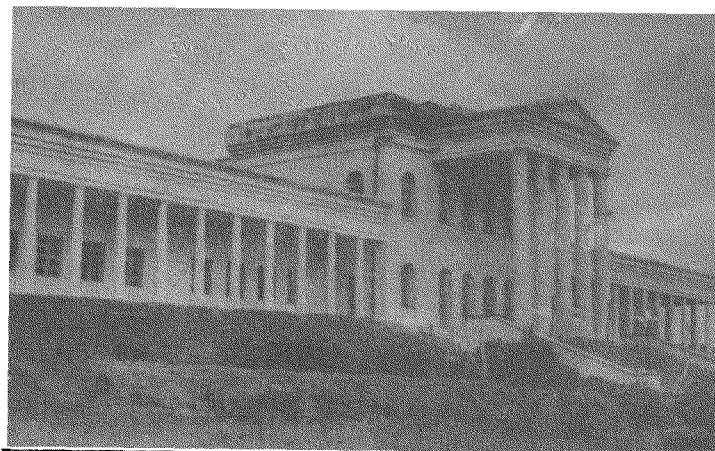
RIQUEZAS NATURAIS — Existem pedreiras em exploração e argila ou barro de ótima qualidade, com que se fabricam telhas, tijolos e outros objetos de cerâmica. As riquezas vegetais contam com várias matas, onde se encontram madeiras para construção e plantas medicinais. A lagoa Mundaú, que banha os distritos de Coqueiro Sêco e Santa Luzia do Norte, e os rios Mundaú e Satuba fornecem grande riqueza de origem animal, dada a variedade de peixes, entre os quais camorim, carapeba, bagre, etc., e crustáceos e moluscos, como o camarão, o siri e o sururu.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, Rio Largo tem uma população de 31 354 habitantes (sendo 14 882 homens e 16 472 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 10 248; Quadro Suburbano — 6 332; e Quadro Rural — 14 774.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, onde o Censo de 1950 encontrou uma população de 13 524 habitantes, possui duas importantes aglomerações urbanas: vila de Coqueiro Sêco, com 1 667 habitantes, e vila de Santa Luzia do Norte, com 1 389. Sob o ponto de vista demográfico, a cidade de Rio Largo situa-se em 3.º lugar, no Estado, sendo apenas superada pela capital e por Penedo, conforme se verifica pelos seguintes dados: Maceió — 99 088 habitantes; Penedo — 14 222, e Rio Largo — 13 524.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, encontram-se outros núcleos de população: povoados de Apolônia — com 167 casas e 712 habitantes; Mata do Rôlo — com 38 casas e 181 pessoas; Guardianos — com 53 residências e 257 moradores; Satuba — com 221 prédios e 606 pessoas; Tabuleiro do Pinto — com 121 casas e 608 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município fundamenta-se na atividade industrial e na agricultura.

Agricultura — As terras são férteis, predominando os tipos sílico-argiloso e arenoso. Na zona do vale do Mundaú há grande área de cana-de-açúcar, principal produto de Rio Largo. Nos terrenos baixos das margens da lagoa Mundaú cultiva-se em larga escala o côco-da-baía.

Ginásio Municipal Judite Paiva

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	365 000	54 750
Côco-da-baía	Cento	119 000	3 570
Mandioca	Tonelada	1 500	1 275
Frutas (laranja, manga, banana)	—		645

Pecuária — A pecuária é pouco desenvolvida no município. O gado criado é de preferência misto hindu-brasileiro. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 300	25 550
Eqüinos	1 200	2 400
Asininos	160	128
Muares	1 200	3 000
Ovinos	700	1 75
Caprinos	630	157
Suínos	1 500	1 500

Indústria — A indústria de fiação e tecelagem conta com duas importantes fábricas: a Progresso, localizada na parte central da cidade, e a Cachoeira, no bairro de Gustavo Paiva. As referidas fábricas ocupam em suas atividades cêrca de 2 160 pessoas, compreendendo operários e pessoal de escritório. Na zona rural existem duas grandes usinas de açúcar: a Central Leão, no povoado Utinga, considerada uma das que possui melhor aparelhagem no país, e a Santa Clotilde, no vale do Mundaú. A indústria de produtos alimentares conta 16 panificações, 1 estabelecimento de farinhas alimentícias, 1 de doces de frutas, 3 de peixes salgados, 1 de fubá de milho e 4 torrefações de café. Quanto às pequenas atividades industriais, existem 23 casas de farinha de mandioca, uma de vinhos e vinagre, duas de sabão, 7 de pedras para construção, uma de móveis de madeira, 3 de calçados e uma de lenha. No povoado Satuba estão localizados vários estabelecimentos produtores de telhas, tijolos, constituindo o principal centro da indústria de cerâmica do Estado.

Pesca — Constitui uma atividade de relativa importância econômica para os distritos de Coqueiro Sêco e Santa

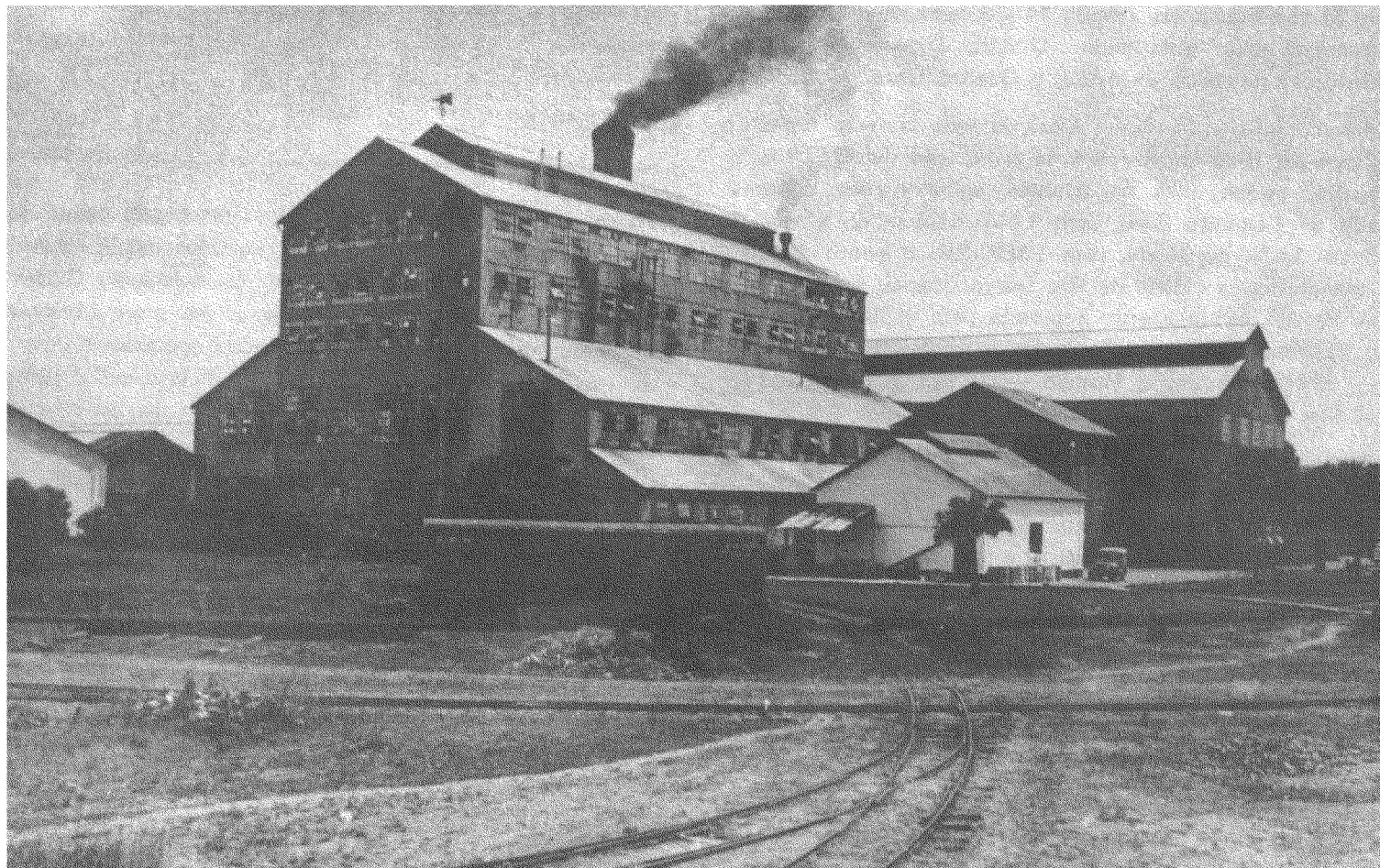
Luzia do Norte, havendo em cada um dêsses distritos uma Colônia de Pescadores.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Rio Largo é muito ativo, principalmente quanto à exportação de tecidos, açúcar e álcool, cujo movimento se efetua com as praças de Maceió, do Recife e outras do sul do País. O escoamento dos seus produtos para outros centros é feito através do pôrto de Jaraguá, localizado em Maceió. Os principais produtos importados são farinha de trigo, ferragens, tecidos, charque, feijão e especialidades farmacêuticas. Há em Rio Largo 9 firmas atacadistas e 127 varejistas. No município não há estabelecimentos bancários, sendo o respectivo movimento efetuado através dos bancos localizados em Maceió.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e ferrovia e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Atalaia — 24 quilômetros (rodovia) e 26 quilômetros (ferrovia); Murici — 31 quilômetros (rodovia) e 31 quilômetros (ferrovia); Pilar — 33 quilômetros (rodovia), e Marechal Deodoro — 68 quilômetros (rodovia). A cidade de Rio Largo dista 27 quilômetros da capital do Estado e uma bem organizada emprêsa mantém um serviço regular de ônibus, de hora em hora. O percurso é feito por estrada asfaltada, à exceção de apenas 6 quilômetros. O município é ainda ligado a Maceió por linha férrea, da Rêde Ferroviária do Nordeste. Existem 5 estações, sendo três na própria sede municipal, Rio Largo, e as demais em Gustavo Paiva e Lourenço de Albuquerque (subúrbios) e duas nos povoados de Utinga e Satuba, respectivamente.

No Tabuleiro do Pinto acha-se instalado o Aeroporto dos Palmares, um dos maiores do Nordeste — com pouso diário de aviões, inclusive os de grande porte, das principais companhias que fazem escala em Maceió.

Quanto às comunicações, Rio Largo possui: do Departamento dos Correios e Telégrafos — a) Agência Postal na cidade; b) Agência Postal em Gustavo Paiva; c) Agência Postal em Utinga; d) Agência Postal em Satuba; e) Agência Postal em Santa Luzia do Norte; f) Agência Postal em Coqueiro Sêco; da Rêde Ferroviária do Nordeste — a) Estação telégrafo-telefônica na cidade; b) Estação Telégrafo-telefônica em Gustavo Paiva; c) Estação Telégrafo-telefônica em Lourenço de Albuquerque; d) Estação Telégrafo-telefônica de Utinga; e) Estação Telégrafo-telefônica na Fazenda Mundaú; f) Estação Telégrafo-telefônica em Satuba. Existe, ainda, no Tabuleiro do Pinto, uma estação radiotelegráfico-telefônica do Ministério da Aeronáutica e outra da Panair do Brasil. Convém assinalar que a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e a firma S. A. Leão Irmãos — Açúcar e Álcool, possuem serviço telefônico de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — Situada à margem do rio Mundaú, a cidade de Rio Largo constitui importante centro industrial, contando duas fábricas de tecidos. Possui 3 149 prédios, entre os quais destacam-se várias residências de estilo moderno. Existem 7 praças ajardinadas, obedecendo tôdas elas a um traçado regular com grande efeito decorativo. É dotada de iluminação elétrica, com 3 250 ligações, e de água encanada com 850 instalações domiciliárias. Há, na cidade, uma rêde telefônica interna, pertencente à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, cujas instalações estendem-se até Maceió. Os edifícios mais importantes são Fábrica Progresso, Fábrica Cachoeira, Ginásio, Igreja Ma-

Usina Utinga

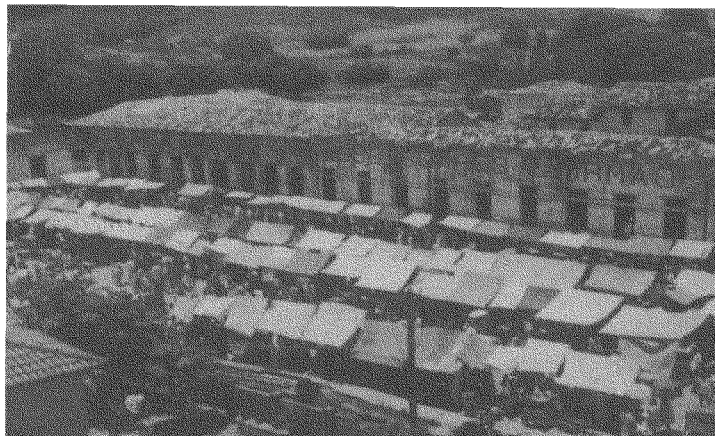
triz, Ginásio Judite Paiva, Grupo Escolar Francisco Leão e Igreja do bairro Gustavo Paiva.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária de Rio Largo é relativamente eficiente, sendo prestada à população por meio dos seguintes estabelecimentos: Pôsto de Higiene de Rio Largo — mantido pelo Govêrno estadual, prestando assistência médica de caráter geral. Possui ambulatório e executa trabalho de profilaxia com vacinações diversas. Um médico e 2 enfermeiros no exercício da profissão; Pôsto de Saúde Municipal — mantido pela Prefeitura local. Possui ambulatório, gabinete dentário e de raios X. Pessoal prestando serviços no referido pôsto: 1 clínico geral, 1 dentista, 3 auxiliares de enfermagem e duas visitadoras sanitárias; Departamento de Saúde — mantido pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, possuindo ambulatório, farmácia, laboratórios de análises clínicas, microbiologia e microscopia. A assistência é prestada por diversos médicos contratados, além de 6 enfermeiros diplomados, 5 auxiliares e 1 operador de raios X; e Serviço Médico da S.A.L.I. — mantido pela S. A. Leão Irmãos — Açúcar e Álcool. Possui ambulatório, farmácia e gabinete dentário aparelhado com raios X. É provido de laboratório para análises clínicas e microscópicas. Executa os trabalhos de profilaxia de malária, tifo, varíola e febre amarela. Conta com 1 médico radiologista, 1 laboratorista e 3 de clínica geral, 10 enfermeiros e um prático de farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em Rio Largo há várias instituições de assistência social, destacando-se as seguintes: Sociedade Beneficente dos Operários das Fábricas Cachoeira e Progresso, que contava 1 700 sócios em dezembro de 1956; Caixa Beneficente dos Trabalhadores das Oficinas da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, contando 44 associados em 1956; Sociedade Mortuária, dos operários das referidas fábricas, contando 337 associados; Círculo Operário de Rio Largo, contando 531 associados; Grêmio dos Funcionários Têxteis da Companhia Alagoana, contando 114 associados em dezembro de 1956; Colônia de Pescadores Z-17 — Deocleciano Costa, reservada aos pescadores colonizados, contando 185 associados, em dezembro de 1956; e Colônia de Pescadores Z-3 — Frederico Vilar, reservada aos pescadores e respectivas famílias, a qual contava 286 associados em 31 de dezembro de 1956. Na cidade existe a Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, cujo capital subscrito, em 1956, atingiu Cr$ 140 150,00.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou na cidade 5 315 pessoas de 5 anos e mais sabendo ler e escrever.

Ensino — Possui o município 31 escolas de ensino primário, além de 6 cursos supletivos. Quanto ao ensino extraprimário, há um estabelecimento de ensino ginasial, uma escola agrícola, uma escola de corte e costura, uma escola de datilografia e um centro musical, mantido pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem diversas sociedades desportivo-culturais, 3 cinemas, sendo 2 na sede

Vista de uma feira semanal realizada na cidade

e 1 na vila de Coqueiro Sêco, duas sociedades musicais, uma em Santa Luzia do Norte e outra em Coqueiro Sêco, gozando esta de grande prestígio em todo o Estado. Existem ainda duas bandas de música pertencentes à Companhia Alagoana, sendo uma de elementos masculinos e outra de femininas.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	234	...	2 012	1 545	2 089
1951.......	249	...	2 374	1 924	2 319
1952.......	342	...	3 419	2 159	3 527
1953.......	618	...	3 637	2 419	3 593
1954.......	551	...	5 901	3 048	5 939
1955.......	630	...	5 888	4 230	5 766
1956.......	710	...	7 002	5 742	6 942
1957 (1)....	885	...	7 093	5 712	7 093

(1) Orçamento.
OBSERVAÇÃO — Êsses dados referem-se apenas à Coletoria Federal existente na sede do município.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há três monumentos ligados à sua história: o obelisco 2 de Outubro, em comemoração ao cinqüentenário da Fábrica Cachoeira; o busto de Teixeira Bastos, oferta do povo de Rio Largo ao seu grande amigo, sócio-fundador da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, inaugurado em 26 de abril de 1936; e o busto do Comendador Gustavo Paiva, oferta do operariado de Rio Largo ao seu chefe, em 11 de setembro de 1946.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, é a mais importante, realizando-se em 8 de dezembro. Outras festas religiosas dignas de nota são: a de São Benedito, em 23 de setembro; a de Nossa Senhora da Guia, na Fazenda Satuba, em 23 de outubro. Os folguedos mais comuns são Reisados, Guerreiros, Cheganças, Baianas, Pastoris e Cavalhadas. Realizam-se comumente durante as festas natalinas. As Cavalhadas têm lugar em qualquer época do ano, com grande afluência de pessoas de outros municípios. O aniversário da cidade é comemorado em 15 de agôsto, e constitui uma das grandes festas cívicas do município.

VULTOS ILUSTRES — *Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud* — nasceu em Santa Luzia do Norte, Rio Largo. Proprietário rural, Comendador da Imperial Ordem da

Rosa, teve papel saliente na vida política e social de Alagoas, no segundo reinado. Deputado à Assembléia Geral e Provincial em várias legislaturas, destacou-se sempre pela sua atitude combativa e conduta austera, quer na vida privada, quer na pública. Tomou parte ativa nos acontecimentos de 1839, que culminaram com a transferência da capital para Maceió, sendo um dos deputados integrantes da comissão que emitiu parecer sôbre a mudança da capital, tendo assinado o mesmo com voto vencido. Adversário intransigente de Sinimbu, abandonou depois a política pela magistratura. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em várias comarcas, inclusive na da Capital, vindo a falecer como Desembargador do Tribunal de Relação da Província. Em 1859, por ocasião da visita do imperador Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina a Maceió, fêz parte da comissão que organizou a recepção aos soberanos. Seu nome está, portanto, ligado à história das Alagoas, não só pelos vários fatos dos quais participou, como, ainda, pela sua larga cultura jurídica e senso de equilíbrio que sempre demonstrou, e pela tradição de honradez e dignidade que legou a seus pósteros; — *Francisco de Paula Leite e Oiticica* — nasceu no Engenho Mundau, em Santa Luzia do Norte, a 2 de abril de 1853, sendo filho legítimo do Dr. Manuel Rodrigues Leite e Oiticica e D. Francisca Hermínia do Rêgo Leite e Oiticica. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, após curso brilhante regressou à Província natal, onde iniciou a vida pública. Ocupou os seguintes cargos: Promotor Público da Comarca de Anadia (AL); Deputado Provincial na Legislatura de 1874-1875; Juiz Municipal da Comarca de Oliveira (MG); Catedrático de Alemão no Liceu Alagoano (Colégio Estadual de Alagoas); Delegado e Chefe de Polícia em Alagoas, no início do período republicano; Deputado Federal à Constituinte Republicana, tomando parte ativa nos debates do projeto da Constituição; Senador Federal, eleito em 1894; professor do Liceu de Artes e Ofícios; membro efetivo do Instituto Histórico de Alagoas. Faleceu no Rio de Janeiro aos 16 de julho de 1927; — *Manoel Augusto de Oliveira* — nasceu aos 6 de setembro de 1879, em Santa Luzia do Norte, Rio Largo. Ensinou em colégios de Alagoas e Pernambuco; com ingentes sacrifícios bacharelou-se em Direito. Era inteligente, culto e notável poeta, tendo colaborado nos jornais do Recife. Foi para o Ceará onde ocupou a Delegacia de Polícia de Capital. Sua autoridade era respeitada e temida. Fazendo recolher à cadeia pessoa de família importante, solicitado e intimado a soltá-la, negou-se a fazê-lo. Êste ato criou-lhe desafetos na alta roda dominante, levando-o a demitir-se do cargo. Posteriormente, foi nomeado Juiz de Direito de Russas, cidade do interior cearense. Cidade onde reinava anarquia e o despotismo e onde os processos de assassinos tramitavam impunemente, há muito empilhados, começou o íntegro Juiz a dar-lhes prosseguimento. Por essa razão foi assaltado por sicários mascarados que o abateram a punhal. Resistiu heròicamente, encontrando-se a casa tôda em desordem. Todos recusavam sua defesa, tão temeroso era um advogado ir a Russas fazer a acusação dos matadores. Foi aceita a causa pelo valoroso tribuno e brilhante poeta Quintino Cunha, que pelo seu destemor e solidariedade à classe, pelo seu gesto nobilitante, foi galardoado com uma medalha de ouro onde se inscrevia a gratidão dos colegas do magistrado.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Igrejas localizadas nas vilas de Coqueiro Sêco e Santa Luzia do Norte, onde se encontram imagens antigas de notável valor artístico. A Igreja de Coqueiro Sêco, recentemente restaurada, é objeto de visitas por parte de turistas interessados no patrimônio histórico das Alagoas. Como outro centro de atração turística, Rio Largo conta com a Usina Central Leão, localizada no povoado Utinga, considerada uma das mais modernas e bem organizadas da América do Sul.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Rio Largo são conhecidos pelo nome de rio-larguenses. As principais autoridades do município são: Antônio Luiz Nunes, Presidente da Câmara; Oswaldo de Miranda Barros, Juiz de Direito; Walter Dória de Figueiredo, Promotor Público, e Mário Correia de Albuquerque, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

SANTANA DO IPANEMA — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Foi primitivamente chamado Santana da Ribeira do Panema, por estar situado à margem do rio Panema ou Ipanema. Ipanema é palavra indígena: "ypanema" = água ruim, imprestável. Passou a chamar-se depois Santana do Ipanema.

Conta-se que pelos últimos anos do século XVIII a atual cidade de Santana do Ipanema era um insignificante arraial habitado por índios e mestiços. Por essa época chegou à região o Padre Francisco José Correia de Albuquerque, missionário natural de Serinhaém, em Pernambuco. Muito môço, pois não contava mais de 21 ou 22 anos, em pouco tempo conseguiu, com o exemplo de suas virtudes e o auxílio de sua palavra eloqüente, não só implantar naquela gente rude os preceitos da religião cristã e princípios de civilização, mas também construir uma igreja com um recolhimento para beatas, que aí habitaram alguns anos. Diz também a tradição que, em 1815, vindos da Bahia, chegaram a Penedo os irmãos Martins e Pedro Vieira Rêgo, descendentes de portuguêses. Tendo conhecimento de que na Ribeira do Panema (primeiro nome da locali-

Avenida Dr. Arsênio Moreira

Vista parcial da Praça Manoel Rodrigues da Rocha

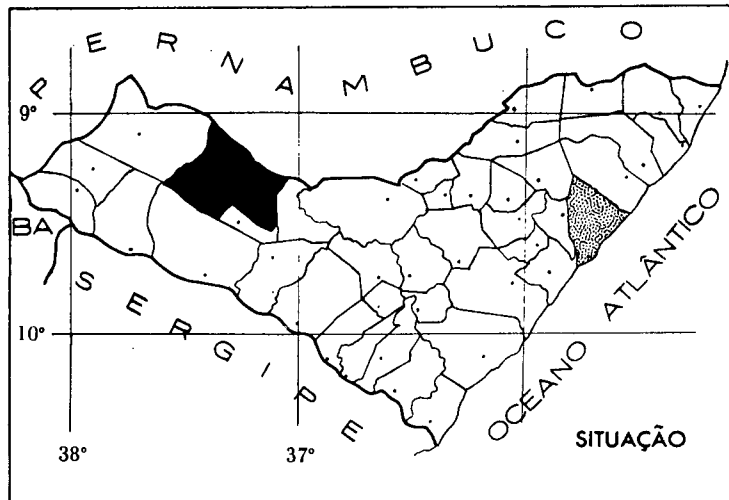
dade) existiam vastas extensões de terras devolutas, e estando interessados na agricultura e na pecuária, resolveu Martins ir ao Rio de Janeiro pleitear uma sesmaria. Conseguido seu intento, foi-lhe doada uma extensão de doze léguas, aproximadamente, de nascente a poente, ou seja, da serra do Caracol à ribeira do Riacho Grande, e outras tantas léguas de norte a sul — da ribeira dos Dois Riachos à ribeira dos Cabaços. Os dois irmãos e suas famílias fixaram-se à margem esquerda da ribeira do Panema, num local cercado de colinas, próximo às serras da Camonga, do Poço, Caiçara e Gugy. Trabalhadores, prosperaram. Novas fazendas foram sendo organizadas e entregues aos filhos e filhas de Martins que constituíram família. A freguesia foi criada em 24 de fevereiro de 1836, pela Lei n.º 9, sob a invocação de Santana. A Lei n.º 962, de 18 de julho de 1885, criou uma freguesia em Poço das Trincheiras, mas não teve instituição canônica. É subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo.

Tornou-se vila pela Resolução n.º 681, de 24 de abril de 1875 e pelo artigo 6.º da mesma Lei foi desmembrada do território de Traipu. A Lei n.º 893, de 31 de maio de 1921, elevou-a à categoria de cidade. A Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949, tirou partes do seu território que, com outras dos municípios de Palmeira dos Índios e Batalha, formaram o município de Major Isidoro. Seu território, antes de pertencer a Traipu, pertenceu a Penedo até 1835. A mesma Resolução que criou a vila de Santana criou também a comarca de Pão de Açúcar e anexou a esta o têrmo da nova vila. Não sendo instalada a comarca, cuja criação foi revogada pela Lei n.º 733, de 3 de julho de 1876, a vila de Santana continuou pertencendo à comarca de Penedo. Ainda em 1876, em 7 de julho, a Lei n.º 737 desmembrou o têrmo de Santana da comarca de Penedo e o anexou à de Mata Grande. Em 1877, sendo criada a comarca de Traipu pela Lei n.º 749, de 12 de julho, o têrmo de Santana passou a pertencer-lhe. Em 1882, pela Lei n.º 866, de 13 de maio, foi transferido o têrmo para a comarca de Pão de Açúcar. A Lei n.º 562, de 7 de junho de 1906, desanexou-o da comarca de Pão de Açúcar e o incorporou à de Mata Grande. Em 1923, a Lei n.º 1 001, de 27 de junho, reanexou-o à de Pão de Açúcar. Elevado à categoria de comarca, pela Lei n.º 846, de 4 de junho de 1920, foi extinta em 1931, sendo restaurada pelo Decreto n.º 1 637, de 11 de maio de 1932. O têrmo de Major Isidoro, criado com a formação do município do mesmo nome, em 17 de setembro de 1949, pela Lei n.º 1 473, pertenceu-lhe até 11 de novembro de 1952, quando, por Lei n.º 1 674, foi transferida para a comarca do mesmo nome. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 4 distritos — Santana do Ipanema, Capim, Maravilha e Poço das Trincheiras. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Dr. Hélio Rocha Cabral de Vasconcelos.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 9 266, comparecendo às urnas 3 987 (na votação está incluído o eleitorado do atual município de Ôlho-d'Água das Flores). A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município fica situado na chamada Zona Fisiográfica Sertaneja. Limita-se ao norte com o de Águas Belas (PE); ao sul com Pão de Açúcar e Ôlho-d'Água das Flores; a leste com Major Isidoro; e a oeste

11 — 24 935

com Mata Grande. Está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". A sede municipal localiza-se à margem do rio Ipanema, em terreno muito acidentado. Dista, em linha reta, 165 quilômetros da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 20' 24" de latitude Sul e 37° 16' 24" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Santana do Ipanema é de 296 metros.

CLIMA — Município situado no centro da região sertaneja de Alagoas, batido pelos rigores das sêcas periódicas, o clima de Santana do Ipanema é quente e sêco no verão e frio no inverno, não se observando, como é natural, a umidade peculiar à Zona da Mata. A temperatura máxima geralmente é de 39°C e a mínima 20°C, havendo anos em que as altas termométricas registram 40°C e as mínimas (no inverno) 15°C. No verão a temperatura mais freqüente, na cidade, oscila entre 35 e 37 e no inverno entre 25 e 27 graus centígrados. A época mais chuvosa é de maio a julho, e o rigor da estiagem compreende o período de novembro a março, que, geralmente, é intercalado de trovoadas.

O rio Ipanema, curso d'água temporário, está sujeito a enchentes periódicas na época das trovoadas e nos bons invernos, enchentes essas que não assumem aspecto devastador, mas, ao contrário, constituem uma necessidade para o desenvolvimento da população local.

ÁREA — Conforme dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 1 356 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Ipanema é o acidente geográfico mais importante. Nasce na serra do Urubá, no Estado de Pernambuco e tem um curso de aproximadamente 80 quilômetros; banha, em Santana do Ipanema, os distritos de Poço das Trincheiras e Santana do Ipanema. É sujeito a enchentes periódicas e tem sua foz na Barra do Ipanema, formada pelo rio São Francisco na altura do município de Traipu. Há algumas lagoas periódicas que são formadas quando das enchentes do Ipanema; dentre elas as mais importantes são a Grande, a João Gomes, a Pedrão e a do Cotovêlo. Quanto ao relêvo apresenta como de maior importância a serra do Poço, com perto de 700 metros, que circunda todo o distrito do Poço das Trincheiras. É a mais alta do município e uma das mais altas de todo o sistema orográfico de Alagoas. Segue-se, com menor altitude, a serra da Caiçara, com 650 metros de altura, no distrito de Maravilha. Devem ser mencionadas, também, as serras dos Bois, da Lagoa e da Camonga, com alturas inferiores a 400 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural é a argila do seu subsolo, que é empregada na indústria de olaria, que se constitui numa apreciável fonte de renda para o município. Há, também, pedreiras em exploração.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população é de 61 235 habitantes (29 626 homens e 31 609 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 3 897; Quadro Suburbano — 1 454; e Quadro Rural — 55 884 habitantes. Como se vê, 91% da população estavam localizados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, cuja população em 1950 era de 3 222 habitantes, possui ainda três importantes aglomerações urbanas: vilas de Maravilha — com 176 prédios e 830 habitantes; Poço das Trincheiras — com 162 casas e 810 moradores, e Capim — com 175 residências e 822 pessoas.

Povoados e outros núcleos de população — Na zona rural existem, ainda, os seguintes povoados, cuja representação indica respectivamente o número de prédios e de habitantes: Ouro Branco — com 242 prédios e 1 225 habitantes; Carneiros — 219 e 1 100; Riacho Grande — 87 e 400; Poço da Cacimba — 42 e 195; São Félix — 16 e 80; Fazenda Nova — 28 e 130; Várzea de Dona Joana — com 18 prédios e 90 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica é a agricultura. Não obstante ser um município do centro da região sertaneja alagoana, suas terras são, contudo, fertilíssimas, contribuindo para que Santana do Ipanema seja o principal centro abastecedor do Estado, principalmente no tocante à produção de cereais. Santana do Ipanema é um município onde não há latifúndio, caracterizando-se pelo grande número de pequenas propriedades. A maior parte dos estabelecimentos agropecuários está compreendida na área entre 10 e 20 hectares. O sistema de colônias agrícolas adotado pelos lavradores tem trazido bom resultado, não só quanto à produção, como, ainda, quanto à proteção das pequenas propriedades.

Ginásio Santana e Escola Técnica de Comércio

Agricultura — O município compreende duas subzonas naturais bem distintas: a caatinga e a serra. Na primeira, que se caracteriza por seus terrenos planos e sílico-argilosos, predomina a criação de gado, sendo que na época das chuvas a sua fertilidade é de tal forma que é aí onde se encontra a maior produção de milho, feijão e outros cereais. A serra, terreno acidentado, é mais úmida e apresenta abundante vegetação; aí se desenvolvem as culturas permanentes, como o café, a manga, a banana e outras frutas. Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem decrescente, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	91 100	65 520
Algodão	Arrôba	94 500	9 213
Milho	»	59 500	8 568
Mandioca	Tonelada	10 050	3 015
Banana	Cacho	8 100	243

Além dos produtos acima, o município produz, ainda, os seguintes: agave, batata-doce, fumo e melancia.

Pecuária — Santana do Ipanema não é pròpriamente município criador, mas, tendo em vista o gado bovino importado da Bahia, anualmente, pode-se dizer que a pecuária é relativamente importante do ponto de vista econômico. Êsse gado vindo da Bahia é chamado de "engorda", porque é exportado para Pernambuco. De acôrdo com elementos do Departamento Estadual de Estatística, a estimativa da população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	9 575	335 125
Eqüinos	3 700	4 440
Asininos	2 080	1 248
Muares	1 680	2 352
Suínos	10 634	10 634
Ovinos	9 700	2 910
Caprinos	9 220	2 766

Indústria — As principais indústrias são a de beneficiamento de algodão e farinha de mandioca. Segundo o Registro Industrial de 1956, existiam na sede municipal três importantes prensas para beneficiamento de algodão, cujo valor de produção foi de vinte milhões de cruzeiros. A indústria de farinha de mandioca, segundo o Registro Industrial de 1956, contava 622 estabelecimentos (casas de

Ponte-barragem sôbre o rio Ipanema

Igreja-Matriz de N. S.ª Santana

farinha). A de laticínios, 9 fábricas de queijo e manteiga, as quais empregaram, 830 000 litros de leite em 1956, atingindo o respectivo valor de produção a quantia de .... Cr$ 2 071 000,00. A indústria de produtos alimentares possuía uma fábrica de fubá de milho e 10 panificações. Quanto às pequenas atividades industriais, existiam (segundo o Registro Industrial de 1956), 40 estabelecimentos produtores de tijolos, telhas e outros artefatos de barro, 3 de selas e arreios para animais, 8 de fumo em corda, 2 de beneficiamento de fibra de agave, 3 curtumes, 18 marcenarias, 3 fábricas de bebidas e refrigerantes, e 12 de calçados, destacando-se a fabricação de alpercatas sertanejas.

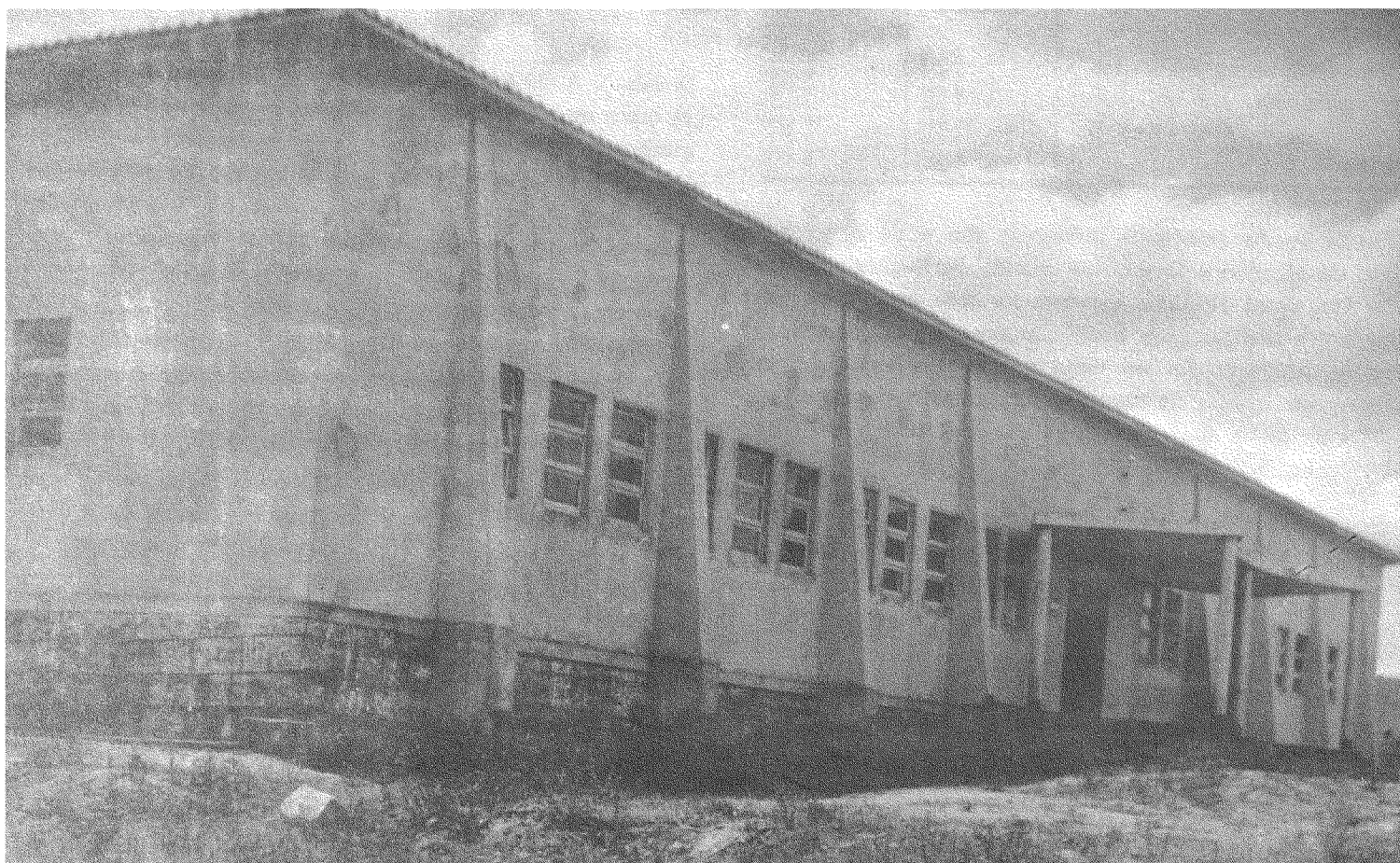
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Santana do Ipanema é um dos mais importantes do interior do Estado. Como exportador de cereais e de outros produtos agrícolas é o mais importante de tôda a zona sertaneja. O movimento de exportação gira principalmente em tôrno do algodão, feijão e milho, e é feito com as praças do Recife, de Maceió e vários centros do interior de Sergipe. Exporta algodão beneficiado para Estância (SE), Pilar (AL). Exporta algodão em caroço para Viçosa (AL) e Arcoverde (PE), feijão para o Recife e Maceió, milho para as cidades da zona sertaneja de Alagoas e da Paraíba, mamona, couros e peles para Viçosa e para outras cidades do interior de Alagoas. Importa do Recife tecidos, ferragens, farinha de

trigo e outros gêneros de primeira necessidade. De Maceió importa querosene, gasolina, tecidos e outros gêneros. De Penedo importa arroz e sabão. E do interior de Pernambuco, principalmente de Bom Conselho, importa café. O açúcar é adquirido nas usinas do interior de Alagoas e é reexportado para a zona sertaneja de Alagoas e municípios do Ceará e da Paraíba. Na sede municipal existem 35 estabelecimentos atacadistas e cêrca de 210 varejistas, inclusive pequenas firmas de gêneros de primeira necessidade. Neste total incluem-se 15 de tecidos, 4 de produtos farmacêuticos e o restante de estivas em geral. Depois da sede municipal, o centro comercial mais importante é a vila de Capim, onde se encontram 20 estabelecimentos varejistas. Nos demais distritos também se encontram pequenos estabelecimentos de gêneros alimentícios e tecidos. Nos povoados Carneiros e Ouro Branco há regular movimento comercial de cereais, com feiras semanais e matança de gado para consumo local. Na sede municipal existe uma Agência do Banco do Brasil e uma Cooperativa Agrícola, aquela realizando o movimento de crédito junto aos agricultores locais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Santana do Ipanema é servido de boas estradas de rodagem. É cortado pela Rodovia do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através da qual comunica-se com Palmeira dos Índios e Mata Grande. Com os municípios de Pão de Açúcar e Ôlho-d'Água das Flores comunica-se pela rodovia estadual construída com verba do Vale do São Francisco. O município é servido por um campo de pouso, para aviões tipo teco-teco, mantido pela municipalidade. Acha-se em construção um campo de aviação com 1 quilômetro de extensão, cujas obras estão sendo levadas a efeito com verbas federais.

Santana do Ipanema dista da Capital do Estado 210 quilômetros por estrada de rodagem e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Mata Grande — 70 quilômetros (rodovia); Pão de Açúcar — 58 quilômetros (rodovia); Ôlho-d'Água das Flores — 26 quilômetros (rodovia); e Major Isidoro — 47 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém diversas Agências Postais-telegráficas no município, assim distribuídas: uma no distrito de Santana do Ipanema, na Avenida Dr. Arsênio Moreira; duas no distrito de Maravilha, sendo uma na sede distrital e outra no povoado Ouro Branco; e finalmente uma no distrito de Poço das Trincheiras, na Rua do Comércio.

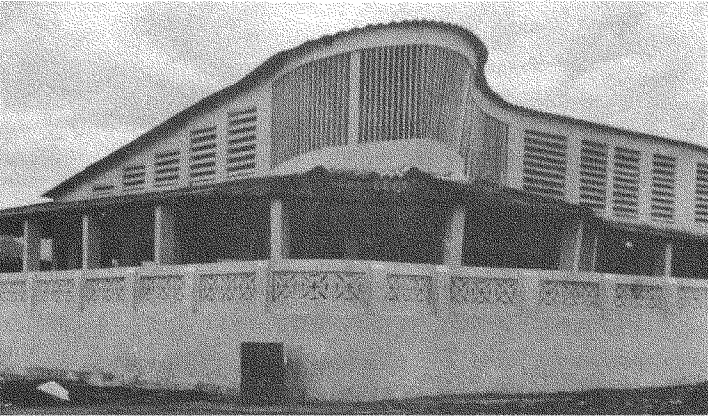
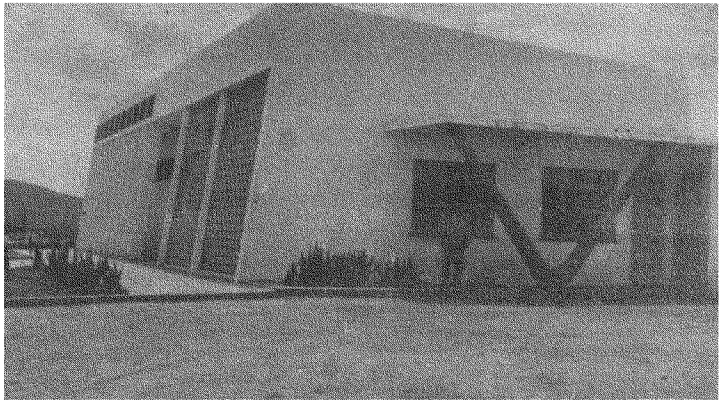
ASPECTOS URBANOS — Situada à margem do rio Ipanema, a cidade apresenta características genuìnamente sertanejas. De modo geral, Santana do Ipanema é uma cidade bem acidentada, ladeirosa, ficando o comércio principal na parte baixa. Na parte alta estão localizados vários prédios importantes, como a Prefeitura Municipal, o Ginásio Santana, a Escola de Comércio, os Correios e Telégrafos, o Grupo Escolar e o Pôsto de Puericultura. Atualmente existem na sede municipal 1 290 prédios (zonas urbana e suburbana). É dotada de iluminação elétrica, havendo 618 ligações em 1956. Possui vários logradouros calçados a pedras irregulares e outros pavimentados parcialmente a paralelepípedos. Entre os edifícios antigos destacam-se o da Matriz da Senhora Santana, o velho sobrado onde funciona a Câmara de Vereadores, e o Tribunal do Júri.

Hospital e Maternidade Municipais

Dentre os prédios modernos contam-se a sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Tênis Clube Santanense. A cidade é servida por um cinema com capacidade para 370 espectadores, 6 hotéis, uma pensão, um grupo escolar, um ginásio, uma escola técnica de comércio, uma cooperativa agrícola, um Pôsto de Defesa Vegetal e outro de Defesa Sanitária Animal, uma Coletoria Estadual, uma Agência do Banco do Brasil, uma Coletoria Federal, dois Cartórios Judiciários, um do Registro Civil, uma Residência do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, para execução do plano nacional de serviço de açudagem, uma Residência da C.E.R., mantida pelo Estado, para os serviços de construção e reparos de estradas de rodagem, um hospital e maternidade em construção. Existe, ainda, um departamento do Fomento Agrícola.

Distante 3 quilômetros da cidade, no sítio Curral do Meio, encontra-se um Pôsto Agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem um Pôsto de Higiene e outro de Puericultura, que prestam assistência médica à população pobre. Na cidade, estão no desempenho da profissão 1 médico e 3 dentistas. Os casos mais graves, que exigem internamento, são atendidos pelo Hospital Regional da cidade de Pão de Açúcar. Na cidade há 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Conta o município de Santana do Ipanema com uma Associação de Caridade, a Sociedade São Vicente de Paula, fundada em 1912, que se destina a prestar assistência às pessoas pobres do município; com a Casa dos Pobres de Santana do Ipanema, fundada no ano de 1937, destinando-se ao amparo dos menores desfavorecidos da sorte. Está em funcionamento a Cooperativa Agrícola de Santana do Ipanema, organizada com o fim de proporcionar crédito fácil, pela modalidade de empréstimo a longo prazo, aos agricultores locais. Foi instalada a 19 de abril de 1943, e conta, presentemente, com 740 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, o número de pessoas de 5 anos e mais somava, na cidade, um total de 2 743, das quais 1 309 sabiam ler e escrever, e 1 434 eram analfabetas. Naquela época, havia nas vilas de Maravilha, Ôlho-d'Água das Flores e Poço das Trincheiras, nas mesmas idades, pessoas que sabiam ler e escrever, num total de 611 e analfabetas 1 192, perfazendo um total de 1 803.

Tênis Clube Santanense

1.ª Residência do D.N.E.R.

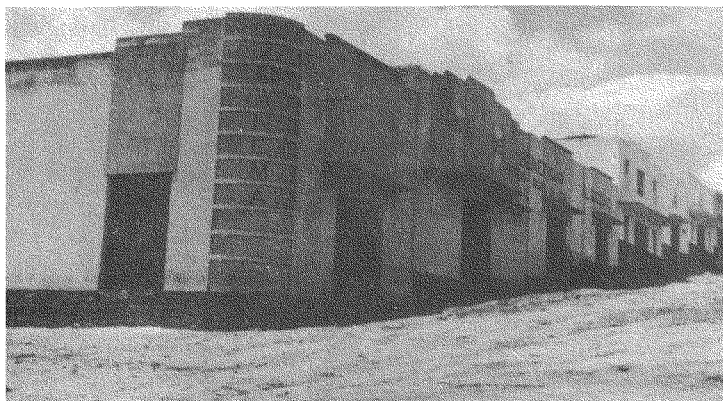
Ensino — Existem no município 86 estabelecimentos de ensino primário geral, assim distribuídos: 2 grupos, 4 escolas particulares, uma municipal e duas de ensino supletivo na cidade; na vila de Maravilha, uma escola rural e 3 municipais; na vila de Capim, uma escola rural e outra municipal. Na vila de Poço das Trincheiras, uma escola rural e outra municipal. Os demais estabelecimentos estão localizados nos povoados, nas fazendas e nos sítios. Quanto ao ensino secundário, existe na cidade um ginásio e uma escola técnica de comércio. Funcionam, também, uma escola de corte e costura e outra de música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há uma biblioteca pública, com cêrca de 500 volumes, uma sociedade recreativa dos artistas, a Associação Atlética Banco do Brasil, a sociedade esportiva Ipanema Atlético Clube, um cinema, um jornal, uma secção da União dos Estudantes Secundários de Alagoas e o Tênis Clube Santanense (sociedade dançante e recreativa).

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 149	1 734	1 174	653	1 146
1951	933	3 430	1 693	1 099	1 214
1952	1 302	5 281	2 050	1 352	1 658
1953	1 285	4 693	2 699	1 355	1 858
1954	1 473	4 504	2 709	1 332	2 056
1955	906	5 530	2 864	1 678	2 364
1956	2 503	5 766	3 011	1 627	2 558

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município de Santana do Ipanema conta com diversos monumentos de valor histórico, dentre os quais podem-se enumerar o Obelisco do Centenário da Independência do Brasil, erigido na Praça do Centenário; o Obelisco a Emílio de Maia, construído em memória do notável escritor alagoano, situado na Praça do mesmo nome, e o Monumento ao Cristo Redentor, que se ergue no serrote do Cruzeiro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Festas tradicionais: a da Padroeira da cidade — Senhora Santana, que se realiza todos os anos com novena no mês de julho, encerrando-se com solene procissão; a de Nossa Senhora da Assunção, que tem lugar no mês de agôsto, e a festa dos Santos Reis, que se realiza na vila de Poço das Trincheiras nos dias cinco e seis de junho. Os principais

Usina de beneficiar algodão

folguedos populares de Santana do Ipanema são Pastoris, Fandangos e Reisados, que se exibem principalmente durante os festejos natalinos, atraindo a curiosidade da população pobre do município.

VULTOS ILUSTRES — *Irmãos Martins Vieira* — fundadores e primeiros povoadores da cidade; *Ormindo Barros* — eleito Prefeito por três legislaturas, muito trabalhou para o engrandecimento da comuna; *Onildo Nepomuceno* — poeta de destaque nas letras da província. Um dos fundadores do Ginásio Santana, tendo sido professor do mesmo até a data do seu falecimento.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como aspectos turísticos da cidade de Santana do Ipanema podem ser citados os seguintes: rio Ipanema na época de suas enchentes; a Barragem no referido rio, no riacho do Bode, a dois quilômetros da cidade; o Cruzeiro; o Cristo Redentor e o serrote do Pelado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Santana do Ipanema são conhecidos pelo nome de santanenses. Santana do Ipanema atesta a passagem dos holandeses. Em sua fuga precipitada para o alto sertão erigiram no Lajedo Grande a "Pedra do Barco". Erguida na rocha viva, assemelhava-se a uma enorme canoa, medindo cêrca de 20 metros de pôpa a proa. Na canoa havia frases que nunca se conseguiu traduzir. Em face disso, o povo construiu a lenda de que havia ouro no seu interior, convicção mais aumentada pelo fato de, sendo ôca, ter som estranho quando aí se batia. Havendo necessidade de pedra para o calçamento do município de Pão de Açúcar, destruiu-se parte do Lajedo Grande, incluindo a "Pedra do Barco". Nada foi encontrado. A rocha perfurada lá permanece, ficando ainda na crendice popular a lenda do ouro. Na vila de Poço das Trincheiras os holandeses escavaram uma trincheira, da qual ainda hoje há vestígios, e que deu nome à vila. Há em Santana do Ipanema um cruzeiro, denominado "Cruzeiro do Século", que os santanenses erigiram pela passagem do século XIX. As principais autoridades do município são: Elesbão Barbosa de Carvalho, Presidente da Câmara; Dr. Luiz de Oliveira Souza, Juiz de Direito; Dr. Fernando Dâmaso Sampaio, Promotor Público; Padre Luiz Cirilo da Silva, Pároco; e Genival Wanderley Tenório, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

SÃO BRÁS — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

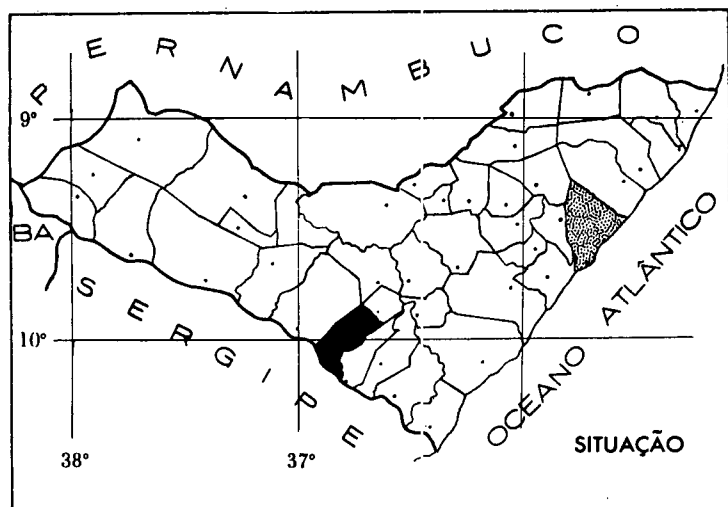
HISTÓRICO — Quase nada se sabe a respeito da origem de São Brás. Foi primitivamente uma pequena povoação localizada um pouco acima de Pôrto Real do Colégio, e do qual fazia parte o seu território não só quanto à jurisdição civil, como quanto à eclesiástica. O nome do município foi tomado do Padroeiro da Paróquia, São Brás, Bispo e mártir.

A freguesia foi criada por Lei provincial n.º 702, de 19 de maio de 1875, tendo como padroeiro São rás. Sob o pono de vista eclesiástico, pertence à Diocese de Penedo. A vila foi criada por Lei provincial n.º 1 056, de 28 de junho de 1889, desmembrada da de Pôrto Real do Colégio, sendo instalada em 1.º de outubro do mesmo ano, tendo um único distrito. O Decreto estadual de n.º 1 619, de 23 de fevereiro de 1932, suprimiu o município, anexando-o a Traipu. A Constituição Estadual de 16 de setembro de 1935 restabeleceu-o, sendo novamente suprimido pelo Decreto n.º 2 335, de 19 de janeiro de 1938, sendo seu território anexado a Arapiraca. O Decreto n.º 2 442, de 25 de outubro de 1938, desmembrou o distrito de São Brás (excetuando a povoação Mocambo) do município de Arapiraca, e o anexou a Traipu. A Constituição Estadual de 1947, no artigo 7.º do Ato das Disposições Transitórias, restaurou-o. Em 1889 formava com a vila de Pôrto Real do Colégio um só têrmo pertencente à comarca de Penedo. O Decreto n.º 1 500, de 2 de maio de 1931, que organizou a Justiça do Estado, anexou o têrmo de São Brás à comarca de Traipu. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de um único distrito — o de São Brás. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Rodolfo Santos.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 1 652, votando 1 337. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — São Brás está situado na parte oeste do Estado e pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Limita-se ao norte com Feira Grande; ao sul com o rio São Francisco; a leste com Pôrto Real do Colégio; e a oeste com Traipu. A cidade fica à margem do rio São Francisco e dista, em linha reta, 140 quilômetros da

capital do Estado. As suas coordenadas geográficas são as seguintes: 10° 06' 10" de latitude Sul, e 36° 55' 15" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 30 metros.

CLIMA — O clima é geralmente quente e úmido, variando um pouco na região da serra da Maraba. As trovoadas são freqüentes entre fins de dezembro e janeiro. O inverno começa depois de março, prolongando-se até julho. A temperatura máxima atinge 36 e a mínima 14 graus centígrados (zona das serras).

ÁREA — A área do município é de 456 quilômetros quadrados, segundo dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio São Francisco, que banha a cidade e percorre o município de São Brás, numa extensão de 24 quilômetros navegáveis. Os outros rios são: Boassica, que nasce em Traipu e, após um curso de 24 quilômetros em terras municipais, vai desaguar na Fazenda Boassica, em Penedo; rio Itiúba, correndo 23 quilômetros no município, vai desaguar no povoado Girau do Itiúba, em Pôrto Real do Colégio; rio Tibiri, que banha São Brás numa extensão de 36 quilômetros e desemboca no povoado Tibiri; riachos Cafundó, Maraba e Sampaio, que percorrem a comuna na direção norte-sul. Há várias lagoas formadas pelo rio São Francisco, entre as quais: Várzea, com cêrca de 10 000 metros de perímetro; de Baixo, com 2 300; Saco do Machado, com 1 800; Grande, com 1 900; Comprida, com 1 600; do Morro, com 1 400; do Santo, com 1 200; dos Reis, com 1 080; do Oiti, com 1 050; dos Tapuios, com 1 030; São Domingos, com 970; e lagoa dos Cajueiros, com 860 metros de perímetro. Ilha de Nossa Senhora do Rosário, formada pelo São Francisco, com cêrca de 8 800 metros de perímetro, na qual se cultivam algodão, arroz, feijão e milho. Além dos acidentes mencionados, encontram-se as seguintes serras: Maraba, com uma altitude aproximada de 430 metros. De formação calcário-argilosa, acha-se localizada na linha divisória do município com Pôrto Real do Colégio. Serra das Cabaças, de formação calcário-argilosa, com 380 metros de altitude. E morro Tibiri, de formação calcário-argilosa, com 30 metros de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais podemos citar, no reino mineral, amianto bruto, pedreiras extensas, tôdas em exploração. No tocante ao reino animal, sobressaem-se camarão e peixes de várias espécies, como surubim, tubarana e outros, encontrados no rio São Francisco e no Boassica. Quanto às riquezas de origem vegetal, há madeiras de pequeno porte, cipós diversos e algumas plantas medicinais.

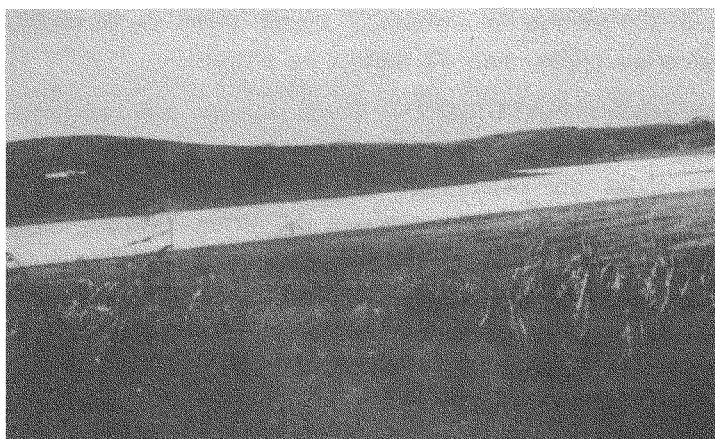
POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população era de 11 094 habitantes (5 484 homens e 5 610 mulheres), distribuída da seguinte maneira: Quadro Urbano — 1 083; Quadro Suburbano — 411; e Quadro Rural — 9 600 habitantes. A densidade demográfica era de 24 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 9,8% da população achavam-se localizados na zona urbana; 3,7% na zona suburbana, e 86,5% na zona rural. Na época da realização do aludido Censo, fazia parte do município o distrito de Feira Grande, tendo-o perdido em virtude de sua elevação à categoria de cidade no ano de 1954.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a própria sede municipal que, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, possuía uma população de 1 494 habitantes, dos quais 695 homens e 799 mulheres.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural existem os seguintes povoados cuja representação indica respectivamente o número de prédios e de habitantes: Campo Grande — com 848 habitantes e 204 prédios; Girau do Itiúba — 386 e 151; Lagoa Comprida — 553 e 152; Sampaio — com 111 e 46; Tibiri — 264 e 86; e Ôlho-d'Água Grande — com 235 habitantes e 73 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dentre as atividades, a agropecuária é a fundamental à economia do município.

Agricultura — As terras de São Brás são férteis, predominando o tipo argilo-silicoso. Nas terras argilosas plantam-se algodão, milho e feijão, e na região das lagoas e no vale do São Francisco cultiva-se o arroz.

Igreja-Matriz de São Brás

Aspecto da fazenda Lagoa Grande

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem decrescente, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	37 000	4 070
Feijão	Saco de 60 kg	5 200	3 380
Milho	» » » »	13 000	1 690
Arroz em casca	» » » »	9 000	1 620
Mandioca	Tonelada	16 000	800

Além dos produtos mencionados, produz, ainda, os seguintes: café, côco-da-baía, macaxeira, batata-doce, fava, mamona, banana, laranja, manga e melancia.

Pecuária — Depois da agricultura, a pecuária constitui importante fonte de renda. Há grande área de pasto natural, sendo também cultivada a pastagem artificial. As raças bovinas preferidas são gyr, hindu-brasil, holandesa e crioula. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	7 385	33 232
Eqüinos	730	876
Asininos	520	468
Muares	390	780
Suínos	2 500	3 750
Ovinos	1 400	490
Caprinos	1 490	521

Indústria — A atividade industrial, em São Brás, não tem expressão econômica, havendo apenas pequenos estabelecimentos, entre os quais 1 de lenha, 2 de madeira beneficiada, 7 de carvão e 8 de telhas e tijolos. A indústria de produtos alimentares conta 147 casas de farinha e 5 panificações. Convém frisar, contudo, a existência de amianto bruto no município, cuja exploração se vem processando recentemente por uma firma localizada no vizinho Estado de Sergipe. A produção do referido minério, em 1956, atingiu 180 toneladas no valor de Cr$ 360 000,00.

Pesca — A pesca é praticada nos rios São Francisco e Boassica e nas diversas lagoas. Em 1955, a produção do pescado atingiu 33 180 quilogramas, no valor de 729 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é feito com as praças de Maceió, Penedo e Arapiraca, e com Propriá e Aracaju, em Sergipe. Os principais artigos importados são tecidos, ferragens, farinha de trigo, açúcar e charque. A exportação consiste em algodão, cereais, farinha de mandioca e gado bovino. Existem 27 estabelecimentos varejistas, cujo giro comercial, em 1956, atingiu 2 milhões e 296 mil cruzeiros. Quanto ao movimento bancário, é feito com as Agências do Banco do Brasil, de Penedo, e dos Bancos Mercantil Sergipense e Rezende Leite, localizados na cidade sergipana de Propriá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além da via fluvial, através do rio São Francisco, São Brás é servido por estradas de rodagem municipais. Dista de Maceió 255 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Feira Grande — 58 quilômetros (rodovia); Pôrto Real do Colégio — 65 quilômetros (rodovia) e 12 quilômetros (fluvial); Traipu — 72 quilômetros (rodovia) e 30 quilômetros (fluvial). O transporte fluvial é feito pelas emprêsas "Tupan" e "Nossa Senhora das Graças", sediadas na cidade sergipana de Neópolis e pela "Comendador Peixoto", com sede em Penedo.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telefônica na cidade e uma Agência Postal no povoado Campo Grande. Funcionam, ainda, duas estações telégrafo-telefônicas, da Rêde Ferroviária do Nordeste, sendo uma no povoado Campestre e outra no Sítio Salgado.

ASPECTOS URBANOS — Localizada à margem esquerda do rio São Francisco, em terreno acidentado, a cidade de São Brás não possui pôrto pròpriamente dito, e sim um local que serve para embarque de passageiros e cargas. Na fase de cheia do grande rio, aportam à pequena cidade o vapor "Comendador Peixoto" e outras embarcações menores. Possui cêrca de 420 prédios e 8 logradouros calçados a paralelepípedos. É dotada de iluminação elétrica, com 98 ligações domiciliárias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto de Saúde, do Serviço Especial de Saúde Pública, cujo médico é o único no município. Existem duas farmácias, uma na cidade e outra no povoado Campo Grande.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, havia na cidade 1 257 pessoas na idade de 5 anos e mais; do referido total, 538 sabiam ler e escrever e 719 eram analfabetas.

Ensino — No município existem 21 unidades de ensino primário geral, sendo 1 Grupo Escolar, 12 escolas isoladas e 8 cursos supletivos de alfabetização. Dêste total, 16 unidades estão localizadas na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	394	407	104	452
1951	—	552	470	175	472
1952	—	742	645	206	581
1953	—	690	861	191	872
1954	—	661	682	148	488
1955	—	451	647	106	500
1956	76	647	998	94	680

PARTICULARIDADE E MONUMENTO HISTÓRICO — Busto do Monsenhor Fernando Santana, na Praça do mesmo nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa é a de São Brás, Padroeiro da cidade. Logo após o recolhimento da tradicional procissão, há a chamada, pelos fiéis, "bênção da garganta". No município quase não ocorrem folguedos populares.

VULTOS ILUSTRES — *Otávio Gomes* — nasceu aos 16 de julho de 1885. Formou-se em Direito pela Faculdade da Bahia, fazendo um curso brilhante. Jornalista e poeta, seguiu a magistratura, sendo Promotor e Juiz. Publicou "Relicário", "Novilúnios", "Páginas Antigas", "Colar de Rimas", "Florações" e diversos outros trabalhos esparsos; Dr. *Perilo Gomes,* que faleceu como Ministro Plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, deixando de sua fecunda inteligência trabalhos literários; seu irmão, Dr. Otávio Gomes, magistrado, môço intelectual, que deixou obras literárias e poemas, e, finalmente, o jornalista *Jurandyr Gomes.*

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em São Brás são conhecidos pelo nome de são-braenses. As principais autoridades do município são: João Ferreira Cavalcante, Presidente da Câmara; Eloísa Garcia Cruz, Tabelião Público; Padre Antônio Lima Neto, Vigário da Paróquia; e Sinval dos Santos, Escrivão do Cartório do Registro Civil.

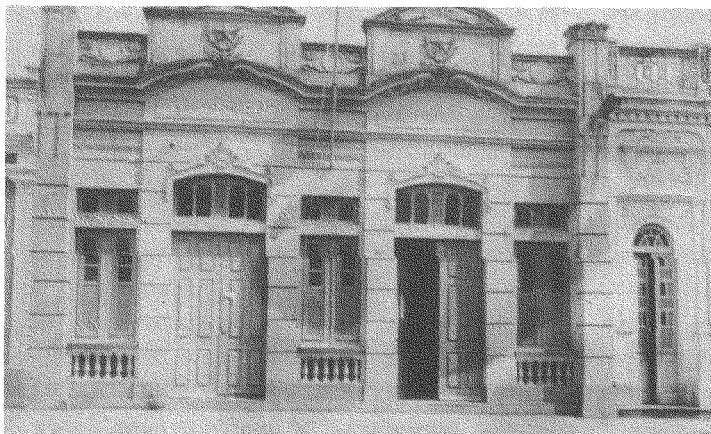
(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística).

SÃO JOSÉ DA LAJE — AL

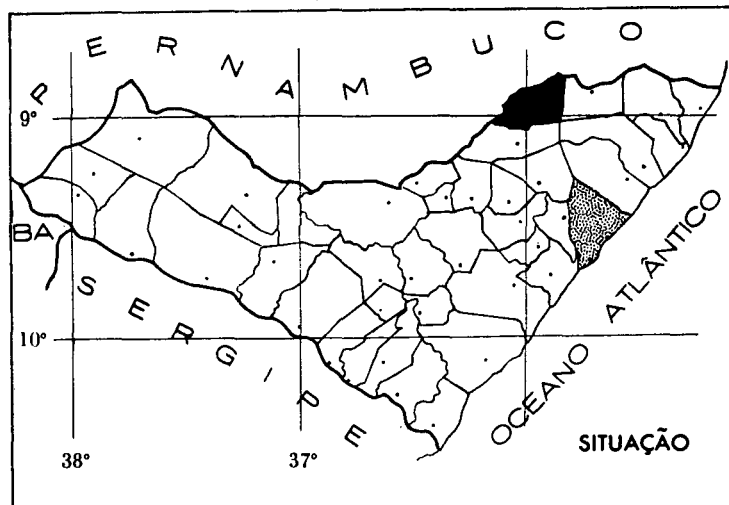
Mapa Municipal na pág. 247 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Nada se sabe ao certo quanto à primeira penetração neste município, como também nenhum dado há que identifique a procedência dos primeiros povoadores. Entretanto, é de se presumir que êles tivessem a sua origem nas primeiras expedições comerciais entre os povoados de Pôrto Calvo, Pôrto de Pedras e outros situados no litoral alagoano, e os de Serinhaém, Rio Formoso e Cabo, no interior de Pernambuco; isso, no início do período colonial e, posteriormente, por ocasião da passagem de tropas que tomaram parte nas lutas dos quilombos dos Palmares e contra os invasores holandeses. O início do povoamento da cidade está intimamente ligado ao fator religioso. Os primeiros vestígios vamos encontrá-los em 1828, em uma escritura de doação, na qual José Vicente de Lima e sua mulher, Senhorinha Angélica de Mendonça, doavam a São José "Cem Mil Réis de Terra, A Bem das Almas". O citado casal era o primitivo dono de um antigo engenho de açúcar onde atualmente demora a propriedade denominada Boa Esperança, a sudoeste da cidade. O instrumento de doação não precisa com exatidão os contornos da terra doada, mas localiza o rio Canhoto no ponto onde está hoje construída a atual São José da Laje. José Vicente de Lima, em 1829, fêz construir uma capelinha, ao lado direito do rio Canhoto.

Ibateguara, ex-Piquête, depois da cidade é o mais importante núcleo, não só quanto à população, como do ponto de vista social e econômico. Sua origem vem de um "piquête" formado ali pelo caudilho das matas, Vicente de Paula, quando de uma luta tremenda com Claudino da Costa Agra, proprietário do Engenho Roçadinho, hoje povoado, propriedade essa que lhe havia doado, como sesmaria, o Imperador D. Pedro II. Em 1844, por ocasião das lutas provocadas pela mudança da Capital da Província das Alagoas, da velha cidade de Alagoas (hoje Marechal Deodoro), para a vila de Maceió, o revolucionário Vicente de Paula conseguiu tomar todo o armamento da tropa aquartelada em Maceió e, ainda, depor o Presidente da Província, que foi obrigado a refugiar-se a bordo do iate Caçador. Certa vez, tendo acampado nas proximidades do Engenho Roçadinho, Vicente de Paula mandou prevenir o proprietário de que ia buscar o seu ouro. Claudino da Costa Agra preparou sua defesa. Em 6 de novembro de 1844, num dia de quarta-feira, foi o Engenho atacado pelos revolucionários comandados por Vicente de Paula, que dividiu sua tropa em dois escalões, de tal maneira que, enquanto um grupo desfechava o ataque, o outro ficava entrincheirado no cimo do monte, nas proximidades de Roçadinho. Era aquela trincheira um "piquête" que vedava a passagem para qualquer auxílio a Claudino Agra. Mais tarde, nascida a vila no local da referida trincheira, tomou o nome de Piquête, até que em 1945 passou a denominar-se Ibateguara, nome que ainda hoje conserva. De Vicente de Paula não se sabe, ao certo, qual tenha sido o seu fim; presume-se, no entanto, que, depois de derrotado por Claudino Agra, tenha morrido em um combate travado nas imediações da cidade alagoana de Atalaia. Quanto a Claudino da Costa Agra, vamos encontrá-lo, posteriormente, como o primeiro Prefeito eleito do município de São José da Laje, no ano de 1893.

Em 1876, dado o desenvolvimento do povoamento, que naquela época era chamado Laje do Canhoto, a Assembléia Provincial elevou-o à categoria de vila, com o título de São José da Laje, transferindo para ela a sede do município de Imperatriz (atual União dos Palmares), tudo constante da Lei n.º 737, de 7 de julho de 1876. A determinação desta Lei não foi, porém, executada no concernente à mudança da sede do outro município. Pela Lei n.º 956, de 13 de julho de 1885, cujo artigo 4.º revogou o artigo 3.º da Lei n.º 737, que transferia a sede do município de Imperatriz para São José da Laje, foi esta vila suprimida e aquela restaurada nos seus antigos limites. Pela Resolução n.º 896, de 28 de julho de 1886, foi criado o município de São José da Laje com os mesmos limites da freguesia, ficando judicialmente subordinado à comarca de União. A freguesia fôra criada, já anteriormente em 1882, sob a invocação de São José. A Lei n.º 32, de 29 de maio de 1893, criou o fôro civil e judiciário que foi em 12 de setembro do mesmo ano instalado pelo então Juiz de Direito da comarca de União, de que fazia parte êste município, na qualidade de têrmo, Dr. Benjamim Pereira do Carmo, sendo nomeados e empossados: coronel João Camêlo de Freitas, como primeiro Juiz substituto; Marcolino Dias da Rocha, como primeiro Tabelião Público; e João Lourenço da Silva, primeiro Oficial do Registro Civil. A Lei n.º 885, de 30 de junho de 1882, criou a freguesia sob a invocação de São José, dependente, porém, de apro-

Prefeitura Municipal

vação canônica, a qual sòmente foi dada aos 3 de maio de 1884. O primeiro pároco foi o Padre Jacinto Francisco de Oliveira. A freguesia abrange o município de São José da Laje e o distrito de Munguba, no município de União dos Palmares, estando subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. O distrito de Canastra, de São José da Laje, está incorporado à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, de Colônia Leopoldina. Antes da vigência da Lei n.º 873, de 21 de julho de 1920, o município foi têrmo da comarca de União dos Palmares, sendo, nesta ocasião, criada a comarca, que sòmente quatro anos depois foi provida de Juiz e Promotor. Isto se deu no dia 21 de fevereiro de 1924, sendo nomeado Juiz o notável poeta alagoano Dr. Otávio Gomes, mediante o Decreto n.º 1 074 do Dr. José Fernandes de Lima, Governador do Estado. Logo após a revolução da Aliança Liberal de 1930, foi suprimida a comarca, passando novamente o município de São José da Laje a constituir têrmo de União dos Palmares. Com a promulgação da Constituição Estadual de 1935, foi restaurada a comarca, que até hoje perdura, e nomeado Juiz de Direito o Dr. Miguel Arcanjo Batista. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município era composto de 2 distritos — São José da Laje e Ibateguara, sendo que pela Lei n.º 2 076, de 19 de novembro de 1957, o distrito de Ibateguara foi elevado à categoria de município, passando a vigorar a citada Lei a partir de 1.º de janeiro de 1959. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Clarício Valença Neves. O primeiro prefeito foi o coronel Claudino da Costa Agra, empossado em virtude de eleições realizadas no dia 11 de outubro de 1893, com quatro seções eleitorais, e o número de eleitores atingindo um total de 502 votantes. Foi Presidente da Câmara de Conselheiros o coronel Joaquim Monteiro e demais membros os cidadãos José da Costa e João Camilo. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 5 569, votando 2 974. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado, o município de São José da Laje está situado no extremo norte de Alagoas e pertence à Zona da Mata. Limita-se ao norte e a oeste com os municípios de Canhotinho e Quipapá; ao sul e sudeste com União dos Palmares; e a leste com Colônia Leopoldina. Localizada em terreno acidentado, a sede municipal dista, em linha reta, da capital do Estado, 75 quilômetros e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9º 09' 37" de latitude Sul e 36º 00' 37" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de São José da Laje é de 135 metros.

CLIMA — De modo geral, quente no verão e frio-úmido no inverno. O clima da cidade está sujeito a bruscas variações. As temperaturas observadas foram as seguintes: máxima — 36ºC à sombra; mínima — 18ºC; e mais freqüente — 28ºC. O período das chuvas tem início em abril, terminando em agôsto, e as sêcas ocorrem entre novembro e fevereiro.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a superfície do município de São José da Laje é de 557 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Canhoto, Jacuípe e Taquara, êste último servindo de limites com o Estado de Pernambuco. Quanto à elevação do solo, o ponto mais alto é a serra do Vento, com 500 metros de altitude; seguem-se com menor as serras da Canastra e do Canivete, sendo esta linha de limites com o Estado de Pernambuco. Há no município a cachoeira Maria Maior, formada pelo riacho das Areias, com uma queda de mais de 12 metros. Tem uma potência de 160 H.P. e está sendo aproveitada para luz e fôrça.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas propriedades Serra Grande, Roncadeira e Granjeiro, existe abundância de pedras para construção, sendo esta, aliás, a única riqueza mineral atualmente em exploração no município. Do reino vegetal são extraídas madeiras para construção e lenha, sendo também aproveitadas para o fabrico de carvão vegetal.

POPULAÇÃO — A população atingiu, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 34 285 habitantes em todo o município, sendo 16 833 homens e 17 452 mulheres, distribuída da seguinte maneira: Quadro Urbano — 5 018; Quadro Suburbano — 773; Quadro Rural — 28 494 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da cidade de São José da Laje que, por ocasião do último Censo, contava uma popu-

lação de 4 660 habitantes, o município possui ainda as seguintes aglomerações urbanas: vila de Ibateguara, sede do distrito do mesmo nome e do futuro município criado pela Lei n.º 2 079, de 19-11-1957, com 439 prédios e 1 751 habitantes; Usina Serra Grande, com 395 casas e 1 178 moradores; povoado Canastra, com 63 moradores e 315 pessoas; povoado Cruzeiro, com 36 residências e 125 moradores, e povoado Roçadinho, com 20 prédios e 95 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica da localidade é a cultura da cana-de-açúcar, que, sob certo aspecto, apresenta-se como subsidiária da indústria.

Agricultura — O solo do município presta-se admiràvelmente a tôdas as culturas. Entretanto, a monocultura da cana-de-açúcar se desenvolveu a tal ponto que ocupa cêrca de três quintos das terras aproveitáveis, inclusive áreas em trato. Não obstante, outros produtos como milho, feijão, mandioca, café e banana influem consideràvelmente na economia local. A horticultura e a pomicultura produziriam bastante se cultivadas convenientemente. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas agrícolas, por ordem de valor, em 1955, eram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açucar	Tonelada	194 000	40 740
Café	Saco de 60 kg	20 400	7 140
Algodão	Arrôba	63 000	6 615
Feijão	Saco de 60 kg	9 200	5 060
Milho	» » »	30 000	3 900
Abacaxi	Fruto	630 000	2 205
Mandioca	Tonelada	3 909	2 145

Além dos produtos acima mencionados, são ainda cultivados os seguintes: fava, fumo em fôlha, mamona, mandioca e melancia.

Pecuária — Esta atividade tem pouca expressão na balança econômica local. Não se exporta gado; ao contrário, é importado, para o corte, de outros municípios ou Estados vizinhos. Os campos são, contudo, ricos de pastagens e oferecem grandes possibilidades à criação. A reprodução de bovinos é feita tendo-se em vista a produção de leite. As poucas raças selecionadas são gyr, guzerat, hindu-brasil e nelore. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	5 000	25 000
Eqüinos	1 150	1 495
Asininos	150	75
Muares	1 050	1 365
Suínos	2 574	2 574
Ovinos	870	261
Caprinos	2 550	765

Indústria — A principal indústria é a de açúcar e álcool que são produzidos na Usina Serra Grande, situada a 6 quilômetros da cidade. Quanto às pequenas atividades industriais, existem 5 estabelecimentos produtores de telhas e tijolos; 3 descaroçadores de algodão; 12 panificações; e um estabelecimento de extração de lenha e madeira. Funcionam, também, incipientes indústrias de colchões, cangalhas, farinha de mandioca (casas de farinha) e de fibras de agave.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de São José da Laje é um dos mais importantes do Estado. Como exportador de cereais e de outros produtos, é um dos mais importantes da Zona da Mata. O movimento de exportação gira, principalmente, em tôrno do açúcar, café, algodão, feijão e milho, e é feito com as praças do Recife Caruaru e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, e em Alagoas, com as praças de Maceió e União dos Palmares. Destas, o município importa tecidos, charque, calçados, perfumarias, produtos farmacêuticos, combustível e lubrificante. São José da Laje conta com algumas firmas atacadistas, cujo giro comercial atingiu em 1956 a importância de Cr$ 18 322 050,00. O comércio varejista é bem atuante e conta com mais de 100 estabelecimentos, inclusive pequenas firmas de gêneros de primeira necessidade. Neste total incluem-se 8 de tecidos, 3 de produtos farmacêuticos e o restante de estivas em geral. Funciona na sede municipal o Banco Popular e Agrícola de São José da Laje, o único estabelecimento de crédito local e que muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico e financeiro, funcionando num sistema cooperativista.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São José da Laje é servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por diversas estradas de rodagem. Transitam por seu território quatro trens diários, fazendo o seguinte percurso: Paquevira a Maceió; Recife a Maceió; Maceió a Recife; e Maceió a Paquevira. As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: Canhotinho (PE) — 32 quilômetros (ferrovia) e 38 quilômetros (rodovia); Quipapá (PE) — 45 quilômetros (ferrovia) e 34 quilômetros (rodovia); União dos Palmares (AL) — 26 quilômetros (ferrovia) e 21 quilômetros (rodovia); e Colônia Leopoldina — 54 quilômetros (rodovia). Para a capital do Estado o percurso é de 111 quilômetro por estrada de ferro e de 106 quilômetros por estrada de rodagem.

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica, na sede municipal; uma Agência Postal-telefônica, no distrito de Ibateguara; uma Agência Postal-telefônica, no povoado Canastra, também no distrito de Ibateguara. A Rêde Ferroviária do Nordeste mantém, ainda, no município, uma Agência Telefônica na sede municipal e outra na Usina Serra Grande.

ASPECTOS URBANOS — Situada às margens do rio Canhoto, a cidade é cercada de diversas elevações cobertas quase sempre de mataria verde. É baixa e plana, apresentando aspecto próprio das cidades do interior. É uma das mais bonitas do Estado, de aspecto agradável, bem calçada a paralelepípedos, com rêde de iluminação elétrica, apresenta bonitas praças ajardinadas e alguns edifícios de construção moderna. Dentre êstes, os mais importantes são a igreja Matriz e o Clube Gente Nossa. Uma grande ponte de 95 metros de comprimento, construída ainda no Govêrno Fernandes Lima, dá acesso às rodovias para União dos Palmares e Colônia Leopoldina. A cidade é servida de água canalizada, contando 153 ligações. Possui dois cinemas, funcionando quatro vêzes por semana. Conta ainda com três hotéis, sem oferecer, contudo, boas acomodações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por meio dos seguintes estabelecimentos: Pôsto de Higiene na sede do município para a profilaxia de moléstias parasitárias como a esquistossomose, helmintoses e outras moléstias transmissíveis; um Subposto de Higiene, na vila de Ibateguara, e pelo Pronto Socorro Dona Severina Lyra, na Usina Serra Grande que o mantém. É êste um estabelecimento moderno e tem como instalações: berçário, seis enfermarias, uma sala de obstetrícia e outra de operações cirúrgicas, laboratórios para exames clínicos e biométricos. Destina-se exclusivamente ao operariado da referida usina e dispõe de 42 leitos para internamento. Exercendo a profissão, encontram-se 3 médicos e um dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Possui São José da Laje uma Associação de Caridade, que é a Casa dos Pobres de São José da Laje, fundada em 1939, e que se destina a distribuir gêneros alimentícios, remédios, tecidos e agasalhos aos desvalidos. O município conta com duas Cooperativas, uma de crédito público que é a Cooperativa Banco Popular e Agrícola de São José da Laje, fundada a 1.º de julho de 1929, atualmente com 219 sócios, e outra que se destina a fornecer crédito fácil aos seus agricultores, a Cooperativa de São José da Laje de Responsabilidade Limitada, fundada a 10 de setembro de 1942, e tendo atualmente 145 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, havia no município 3 974 pessoas alfabetizadas na idade de 5 anos e mais, assim distribuídas: 1 234 na cidade, 317 em Ibateguara e 2 423 no quadro rural.

Ensino — Existem no município 62 estabelecimentos de ensino primário geral, 1 ginásio, uma escola Técnica de Contabilidade, seis unidades supletivas de alfabetização de adultos e duas de ensino profissional (datilografia, corte e costura). O número de alunos matriculados nos referidos estabelecimentos, em 1956, atingiu 1 217.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui uma Biblioteca Municipal, com 2 529 volumes. No ano de 1956, foram feitas 6 438 consultas em obras diversas. Circula quinzenalmente no município o "Correio Lajense". Há, ainda, diversas sociedades recreativas e diversionais, dentre as quais se destacam a Associação Lajense de Atletismo, o Clube Gente Nossa e o Clube dos Nove. Funciona, também, o Centro Recreativo Operário Serra-grandense, pertencente à Usina Serra Grande.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	491	1 735	1 205	810	1 009
1951.......	719	2 245	1 674	938	1 308
1952.......	1 309	2 998	1 812	1 134	1 765
1953.......	888	3 118	2 218	1 219	1 858
1954.......	1 404	2 918	2 307	1 053	1 723
1955.......	1 115	4 857	2 961	1 947	2 623
1956.......	2 564	6 264	4 156	2 841	2 961
1957 (1)....	4 846	...	3 770	...	...

(1) Refere-se à previsão orçamentária.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa de São José da Laje é a festa de São José, padroeiro do município, que se realiza todos os anos a 19 de março, encerrando-se com importante procissão, e que reúne grande número de fiéis. As festas móveis do ano celebradas são: "Domingo de Ramos", Paixão e Corpus Christi. Durante a época natalina, especialmente às vésperas de Natal, Ano Bom e dos Santos Reis, é comum aparecerem os chamados Guerreiros, Reisados e Pastoris. A Cavalhada, muito embora seja freqüente na época já mencionada, pode também aparecer em qualquer outro dia, esporàdicamente, como complemento das chamadas "vaquejadas" e corridas de mourão.

VULTO ILUSTRE — *João Pinheiro de Andrade Lyra,* pintor, escultor, engenheiro, poeta, professor e matemático. Fêz seus estudos preparatórios no Recife e o Curso Superior nos Estados Unidos da América do Norte, concluindo-os na Europa. Poliglota, falava correntemente, além do idioma pátrio, as línguas inglêsa, alemã e francesa. Tinha grande inclinação e pendor por motivos orientais e para o helenismo. Admirador profundo de Omar Khayam, fêz uma interpretação da poesia filosófica do poeta persa, no difícil estilo de poesia "hai-kay", tendo enfeixado todos os seus versos num livro intitulado "Essências do Brasil em Jarros do Japão". Construiu sua residência em estilo grego, o que a torna um ponto de atração turística. Nasceu em 12 de outubro de 1912 e faleceu no dia 5 de outubro de 1955.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de São José da Laje são conhecidos pelo nome de lajenses. A Lei que criou o novo município de Ibateguara entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, devendo, na conformidade do disposto no artigo 3.º da referida lei, o Chefe do Executivo Estadual promover os meios para a instalação da Comarca de Ibateguara. A mencionada Lei, que recebeu o n.º 2 076, sendo datada de 19 de novembro de 1957, fixou para a nova comuna os seguintes limites:

"Começando no rio Taquara, na fronteira dêste Estado com o Estado de Pernambuco, na Fazenda Oratório, de Elói Malta de Alencar, em direção à Fazenda Góis, continuando pela antiga estrada carroçável municipal até o açude Velho, da propriedade Barra do Dia, no antigo povoado Roçadinho, descendo pelo riacho da Gruta da Roncaria, rumando à cachoeira do mesmo riacho, ainda descendo pelo dito riacho e passando pela gruta que se limita com o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição e os sítios dos Srs. Antônio Costa e Juvêncio Francisco, ligando-se no riacho Favor e continuando pela propriedade Catangi, do herdeiro Jonas Holanda Cavalcanti, descendo ainda pelo riacho Favor, nas propriedades Ageu de Holanda Cavalcanti, viúva José Duda e Pedro José Duda até o Sítio Riacho de Pedra, de Manuel Luiz de Azevedo, no encontro do Riacho Favor com o Riacho Sêco, até o limite das propriedades dos Honoratos e Severino Bezerra, aí deixando aquêle riacho e continuando em linha reta até encontrar o sítio Fundão, no ponto terminal da linha de ferro da Usina Serra Grande, prosseguindo ainda por uma gruta denominada "Gata" até encontrar a casa em que

residiu o Cônego Lyra, na Fazenda "Alto Guzerat", finalmente, ainda em linha reta, até encontrar um minador existente em frente da casa residencial de José Joaquim da Silva, na Fazenda Areinha, na fronteira do município de União dos Palmares".

As principais autoridades do município são: Doutor Fernando Galvão de Pontes, Presidente da Câmara; Doutor Aloísio do Couto Malta, Juiz de Direito; Dr. José César Sobrinho, Promotor Público; e Sargento João Teixeira, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística).

Grupo Escolar Messias de Gusmão

SÃO LUÍS DO QUITUNDE — AL

Mapa Municipal na pág. 275 do 4.º Vol.

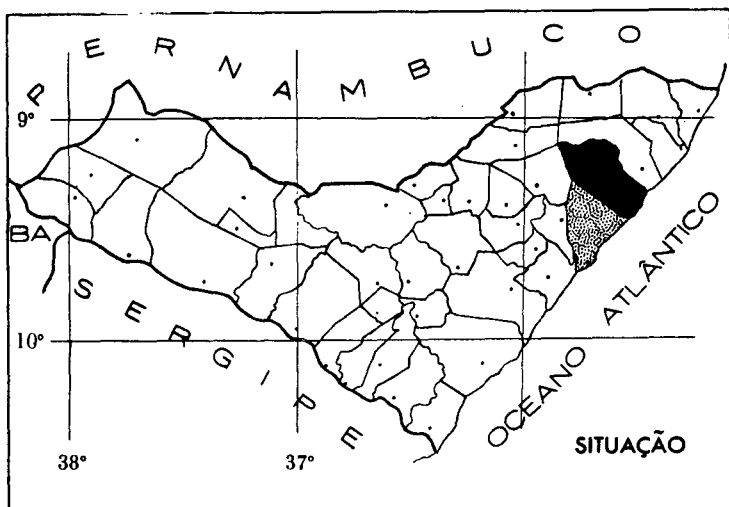
HISTÓRICO — O devassamento do território do município de São Luís do Quitunde, segundo a tradição corrente, data de antes da invasão holandesa. Albert Sourth, que fazia parte das tropas sob o comando de Van Dorth, desembarcou no local ocupado hoje pela vila de Barra de Santo Antônio, no ano de 1624, quando se dirigia à Bahia. Já aí existia uma pequena povoação de nome indígena desconhecido e cuja tradução era tida como "Poço dos Veados", nome originado do rio que lá desaguava. Os holandeses estiveram em São Luís do Quitunde. No ano de 1635, Segismundo Van Scopp em perseguição a Matias de Albuquerque, depois de haver retomado Pôrto Calvo, construiu um forte em um morro à margem esquerda do rio Sauassuí, perto do atual povoado de Paripueira, onde deixou uma guarnição sob o comando do Coronel Arthioski. Outros vestígios existem da passagem dos holandeses pelo município, entre os quais um canal no rio Getituba, no engenho Guindaste, com parte forrada de ladrilho, parecendo ter sido feito assim para evitar viesse ser aterrado. Ali processavam-se embarques de madeira, por meio de um guindaste tôsco que motivou o nome do engenho. Em 1832, os povoados Barra de Santo Antônio e Paripueira, que a êste tempo já existiam, deram abrigo a muitas pessoas, habitantes de Pôrto Calvo e Pôrto de Pedras, em virtude da revolução denominada "Cabanada", que os tangeu dos seus municípios. Em 1834 São Luís do Quitunde tomou parte no movimento político denominado "Lisos e Cabeludos". O então Engenho Santo Antônio Grande, de propriedade do coronel José Paulino, Chefe de uma das correntes em luta, foi vítima de um ataque da parte adversária, havendo grande derramamento de sangue. Sabe-se que em 1834 já existia uma pequena povoação no Engenho Castanha Grande, à margem do rio Castanhinha, afluente do rio Santo Antônio, que servia de ponto de escoamento dos produtos das terras adjacentes. Até 1870 não existiam vestígios de povoado no local onde é hoje o município. O major Manoel Cavalcante, proprietário do Engenho Castanha Grande, sentindo-se prejudicado com aquela povoação em seus terrenos, doou ao seu filho Joaquim Machado da Cunha Cavalcante terras do Quitunde sob a condição de implantar a povoação, transferindo para aí a que existia na sua propriedade. Joaquim Machado encarregou logo o engenheiro alemão Carlos Baltenstern de fazer o levantamento da planta da atual cidade de São Luís do Quitunde. O progresso da nascente povoação foi grande, pois, em 1871, um ano após sua fundação, já contava com 98 casas, das quais 59 de telha, e uma população de quase 900 habitantes. Dentro de pouco tempo possuía 4 trapiches para recebimento de açúcar, pois recolhia e exportava mais de 40 000 sacos do referido produto.

À nova povoação foi dado o nome de São Luís do Quitunde, em homenagem a São Luís de França, acrescentando-se Quitunde em vista de ficar em terrenos do engenho Quitunde. É opinião corrente que "Quitunde" deriva-se de "Condunde", de origem africana, nome dado a um peixe do rio Santo Antônio que banha o município.

Em 1880, em São Luís do Quitunde foi fundado o primeiro Sindicato Agrícola do Brasil, com a denominação de "Comício Agrícola". Nas suas reuniões eram discutidos todos os assuntos relativos à cultura da cana-de-açúcar, seu melhoramento, aparelhagem, etc. Tanta influência êste sindicato de classe exercia sôbre os seus associados, que conseguiu paralisar durante oito dias, no maior vigor de uma safra, tôda a entrada do açúcar na vila, a fim de reagir às exigências descabidas e exageradas dos armazenários e dos proprietários de embarcações. Mantinham um semanário intitulado "O Município".

A vila foi criada pela Lei n.º 851, de 23 de junho de 1879, desmembrada do município de Passo de Camaragibe, e com limites que abrangiam também o território do de Maceió. De seu município nenhum outro foi desmembrado. A Lei n.º 15, de 16 de maio de 1892, elevou a vila à categoria de cidade. A freguesia foi criada pela Lei n.º 869, de 22 de junho de 1882, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, transferida de Ipioca, que foi suprimida pela mesma lei. É subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. Seu têrmo, desde a criação, fêz parte da comarca de Passo de Camaragibe, a cujo têrmo era reunido sem provimento de Juiz Municipal, sendo criado separadamente pela Resolução n.º 1 060, de 11 de julho de 1889. A Resolução n.º 1 116, de 14 de novembro do mesmo ano, suprimiu a comarca de Passo de Camaragibe e anexou o têrmo de São Luís do Quitunde à comarca de Maceió, o que não se realizou, sendo a resolução revogada por ato da Junta do Govêrno Provisório da República, em Alagoas, pouco dias depois. A Lei n.º 104, de 2 de agôsto de 1905, erigiu em comarca São Luís do Quitunde, sendo-lhe, em 1931, anexados os têrmos de Camaragibe e Pôrto de Pedras, que perdeu depois, sendo Camaragibe elevado à co-

marca, com o têrmo de Pôrto de Pedras, que depois, pela Lei n.º 1 674, foi feito comarca. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de três distritos — São Luís do Quitunde, Flexeiras e Barra de Santo Antônio. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Berardo Lins Sarmento. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 4 305, votando 3 118. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na parte leste do Estado e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com Passo de Camaragibe; ao sul com Maceió; a leste com o oceano Atlântico; e a oeste com Murici. Situada em terreno baixo, à margem do rio Santo Antônio Grande, a cidade dista, em linha reta, 40 quilômetros da capital do Estado. As suas coordenadas geográficas são as seguintes: 9º 19' 12" de latitude Sul e 35º 35' 48" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica localizada a 10 metros acima do nível do mar.

CLIMA — A cidade apresenta o clima comum do litoral alagoano: quente-úmido no verão e frio-úmido no inverno. Na faixa litorânea do município e ao longo das margens do rio Santo Antônio Grande, devido à influência dos pântanos e alagadiços, o clima é muito insalubre. Mas, à medida que se avança para o centro e para o norte, sobretudo na região de Flexeiras, sofre grande modificação, tornando-se relativamente salubre, devido à elevação dos terrenos e influência das matas. A temperatura máxima registrada é de 33 e a mínima, 19 graus centígrados. A época chuvosa vai de maio a julho e o verão de novembro a março.

ÁREA — A superfície do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 805 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Santo Antônio Grande, navegável entre a sede municipal e a vila de Barra de Santo Antônio, numa extensão de 19 quilômetros. Sob o ponto de vista econômico, êste rio é de importância fundamental para a comuna, pois através dêle faz-se grande exportação de madeiras para o Recife. Os outros cursos d'água são: rio Sapucaí, banha o município numa extensão de 24 quilômetros; Gitituba, que nasce na serra da Balança, banha terras municipais numa extensão de 14 quilômetros, indo desaguar na Fazenda Pindoba; Castanha, que após um curso de 6 quilômetros também desemboca na Fazenda Pindoba; banhando o município, na extensão indicada, encontramos os rios Sauassuí, — 36 quilômetros; Flamenguinha — 7 quilômetros; Santa Helena — de 11 quilômetros; e riachos Amolar, Triunfo, São Sebastião, Bom Jardim e Vitória. As quedas d'água mais importantes são: São Francisco da Cachoeira, localizada no distrito de São Luís do Quitunde, com 25 metros de altura; Feijó, localizada no mesmo distrito, com 20 metros; Tombador, no distrito de Flexeiras, com 18 metros; e Santa Helena, no distrito de São Luís do Quitunde, com 15 metros. As principais serras são: Angelim, com 300 metros de altitude e 147 de extensão; Bananal, com 240 e 110; da Balança, com 280 e 195; da Gitituba, com 230 e 152; da Jussara, com 215 e 120; da Forquilha, com 210 e 160; do Negro, com 200 e 130; das Pulgas, com 200 e 150; do Tombador, com 180 e 130; da Bititinga, com 120 metros de altitude e 143 de extensão.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais estão representadas pela pedra calcária, argila ou barro para fabrico de telhas e tijolos, e pedreiras em exploração. Relativamente às riquezas de origem vegetal, o município possui cêrca de 33 450 hectares de matas, das quais se extrai anualmente grande quantidade de madeiras para exportação. No tocante às riquezas animais, existem peixes de várias espécies no rio Santo Antônio Grande, sem falar nos espécimens de água salgada por tôda a sua costa.

POPULAÇÃO — Segundo dados do último Recenseamento Geral, a população do município, em 1950, era de 24 830 habitantes (12 658 homens e 12 172 mulheres), assim distribuída: Quadro Urbano — 2 987; Quadro Suburbano — 2 546; e Quadro Rural — 19 297 habitantes. A densidade demográfica era de 30 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, onde o Censo encontrou uma população de 2 618 habitantes, o município possui duas outras aglomerações urbanas: vila de Barra de Santo Antônio, com 1 423 habitantes e 459 prédios, e vila de Flexeiras, com 1 492 casas e 453 moradores.

Um dos principais logradouros públicos da cidade

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural existem os seguintes povoados: Paripueira — com 2 015 habitantes e 285 prédios; Castanha Grande — com 425 moradores e 124 casas; Raiz — com 243 pessoas e 54 residências, e Santa Luzia — com 183 moradores e 57 prédios. Existem, ainda, as Usinas Peixe e Santo Antônio, a primeira com 730 habitantes e a segunda com 183.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agropecuária e a indústria açucareira.

Agricultura — As terras são férteis e se prestam à cultura das lavouras em geral. A faixa litorânea, com seus terrenos arenosos, cultiva o côco-da-baía, e nas terras argilosas do interior do município desenvolve-se em larga escala a cultura da cana-de-açúcar e da mandioca. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, em 1955, pela ordem de valor, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	171 840	34 368
Côco-da-baía	Cento	12 916	4 520
Mandioca	Tonelada	8 290	3 730
Café em grão	Arrôba	2 500	937
Abacaxi	Fruto	148 900	446

Além dos produtos mencionados, cultivam-se ainda os seguintes: laranja, banana, manga, arroz, feijão, milho, fumo, batata-doce, macaxeira e mamona.

Pecuária — A atividade pecuária constitui, também, importante fonte de renda para o município. Há grande área de pastagens naturais e as raças preferidas pelos criadores locais são zebu e nelore. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	14 610	43 830
Eqüinos	3 708	4 449
Asininos	65	65
Muares	205	266
Suínos	7 716	3 472
Ovinos	4 168	1 042
Caprinos	5 189	1 297

Indústria — A principal indústria de São Luís do Quitunde é a açucareira, representada pelas Usinas Santo Antônio e Conceição do Peixe, e por 6 engenhos bangüês. A indústria de produtos alimentares conta 7 panificações, sendo 3 na sede municipal, duas na vila Barra de Santo Antônio e duas na vila de Flexeiras. A indústria de móveis de madeira conta 10 estabelecimentos. Quanto às pequenas atividades industriais, encontram-se no município 182 casas de farinha, 4 alambiques para fabrico de aguardente de cana, 2 pequenos estabelecimentos de queijo e manteiga, 1 de vinhos e vinagres, 4 produtores de cal de pedra, 23 de carvão vegetal, 30 de esteiras de peri-peri, 34 de fumo em corda, 17 de lenha, 20 de peixes salgados, 1 de tamanco e 4 de telhas e tijolos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal é pouco desenvolvido. As transações são efetuadas com as praças de Maceió e do Recife. Os principais produtos importados são tecidos, ferragens, estivas em geral e farinha de trigo. O município exporta madeiras, açúcar e côco-da-baía. Na cidade existem 23 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas. Há 28 firmas varejistas na vila de Flexeiras e 9 na vila Barra de Santo Antônio, não havendo estabelecimento bancário; o movimento é feito através dos estabelecimentos localizados na capital do Estado.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido, em grande parte, pela rodovia estadual que liga Maceió ao Recife, e por estradas de rodagem municipais. A sede municipal possui uma emprêsa rodoviária que mantém serviço diário de ônibus para a capital do Estado. Dista de Maceió 61 quilômetros, via Barra de Santo Antônio, e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Murici — 72 quilômetros (rodovia); e Passo de Camaragibe — 21 quilômetros (rodovia).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na cidade, e Agências Postais nas vilas de Flexeiras, Barra de Santo Antônio e no povoado Paripueira.

ASPECTOS URBANOS — Pequeno pôrto fluvial no rio Santo Antônio Grande, através do qual se faz exportação de madeiras para o Recife e para Maceió, a cidade de São Luís do Quitunde possui 486 prédios, um cinema, 4 pequenos hotéis e um Ginásio recentemente fundado. É dotada de iluminação elétrica, contando 188 ligações domiciliárias. Os principais edifícios são o Grupo Escolar Messias de Gusmão e o Pôsto de Higiene.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, e de um Serviço Itinerante de Saúde, do Govêrno Municipal. A Usina Conceição do Peixe mantém um Ambulatório com médico e enfermeiro para o operariado. Na cidade há dois médicos e um dentista no exercício da profissão. Há uma farmácia na sede municipal e outra na vila de Flexeiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Colônia de Pescadores Z-14 — Salustiano Lessa, localizada na vila Barra de Santo Antônio, presta assistência social aos seus associados. Na sede municipal há uma cooperativa agrícola, destinada a financiamentos aos pequenos agricultores, a qual não está funcionando.

"A cobra fumando", pitoresco coqueiro brotado nas terras do povoado Paripueira

Praça do Mercado

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 demonstrou que havia na cidade de São Luís do Quitunde 2 216 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 1 035 sabiam ler e escrever e 1 181 eram analfabetas. Na vila Barra de Santo Antônio, o Censo encontrou 1 237 pessoas na referida idade, das quais 412 sabiam ler e escrever e 825 eram analfabetas. Na vila de Flexeiras, onde o Recenseamento Geral encontrou 1 289 pessoas na mesma idade, 479 sabiam ler e escrever, sendo 810 analfabetas.

Ensino — No município existem 39 estabelecimentos de ensino fundamental comum, sendo 11 localizados na cidade, inclusive um grupo escolar, 4 na vila de Flexeiras, 3 na vila Barra de Santo Antônio e 21 na zona rural. Há, ainda, 9 cursos supletivos de alfabetização, dos quais cinco localizam-se na sede municipal. O total de alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental, no início de 1957, atingiu 1 343. Quanto ao ensino extraprimário, existe na cidade o Ginásio São Luís, fundado recentemente.

FINANÇAS PÚBLICAS:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	305	1 685	...	...	...
1951	358	1 846	963	510	1 080
1952	345	2 442	1 269	662	1 316
1953	378	2 629	1 552	696	1 602
1954	419	3 071	1 519	699	1 720
1955	447	2 984	1 627	798	1 780
1956	1 542	5 446	2 882	1 566	2 640

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas tradicionais do município são a de Nossa Senhora da Conceição, que se realiza no dia 2 de fevereiro, havendo solenidades na Matriz, inclusive a procissão que, com grande acompanhamento de fiéis, percorre várias artérias da cidade. A de Santo Amaro, que se realiza a 19 de janeiro; é mais importante como festa tradicional, pois se caracteriza pela grande afluência de peregrinos vindos de diversas localidades do Estado, além de outros vindos dos Estados de Sergipe e de Pernambuco.

VULTOS ILUSTRES — *João Coelho Cavalcanti* (João Barafunda) — bacharelou-se na Faculdade do Recife. Inteligência brilhante não só como prosador, mas, igualmente, como poeta de grande sensibilidade. Espírito altamente independente, manejava a pena como um florete e seus formidáveis panfletos lhe acarretaram muitos ódios. Vida errante, as mais bizarras aventuras lhe são atribuídas. Desafiando seus semelhantes e o próprio Destino, o bardo turbulento e ameaçador, no íntimo, era uma alma sensível, porém, incompreendida; *Pedro Aurélio de Góis Monteiro* — nasceu no Engenho Guindaste, aos 12 de dezembro de 1889. Iniciou seus estudos em Maceió, concluindo os preparatórios no Liceu Alagoano, em 1903, abraçando a carreira militar. Fêz o curso anexo à Escola de Guerra em Pôrto Alegre. Fêz também o curso de engenharia militar em 1919, tendo sido designado para comandar o 1.º esquadrão do 6.º R.C.I. em Alegrete, e o de Aperfeiçoamento na arma de Cavalaria, na Vila Militar, sendo admitido para o do Estado-Maior. Foi depois professor de Tática de Cavalaria Militar. Estêve, como Chefe do Estado-Maior, Comandante Superior das fôrças em operação no interior do país, em perseguição à coluna revolucionária de Luiz Carlos Prestes, quando foi promovido a major, por merecimento (19 de outubro de 1926). Em 1929 foi nomeado Chefe do Gabinete do Diretor da nova arma criada (Aviação). Na revolução de 1930, confiaram-lhe o comando supremo das fôrças nacionais, tornando-se então figura eminente no curso do Estado Novo. Destacado para comandar a 2.ª R.M. em São Paulo quando rebenta a revolução paulista, é investido no comando do Exército de leste para combater os revolucionários. Após esta guerra civil, por serviços relevantes, foi o general Góis Monteiro promovido a general-de-divisão. Em 1934 foi elevado ao alto cargo de Ministro da Guerra. Em fevereiro de 1938 foi Chefe do Estado-Maior do Exército. Pouco depois, foi nomeado chefe de uma missão militar em Buenos Aires, por ocasião da posse do Presidente Ortiz, visitando também o Chile, o Uruguai e depois os Estados Unidos. Voltou ao Ministério da Guerra substituindo o General Eurico Gaspar Dutra, quando êste se candidatou a Presidente da República, em 1945. A 29 de outubro dêste mesmo ano estêve à frente do "golpe branco" de Estado que tirou o Presidente Getúlio Vargas do poder. Nos períodos governamentais daquele chefe de Govêrno e no do general Eurico Gaspar Dutra, o General Góis Monteiro desfrutou de grande prestígio, influenciando sôbre a política nacional, dominando especialmente sua província natal, onde diversos membros de sua progênie governaram o Estado por dilatados anos. Era Oficial da Ordem do Mérito, possuindo também a medalha militar de ouro do Chile. Foi embaixador Plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, Mi-

Rio Suassuí, que serve de limite entre os municípios de Maceió e São Luís do Quitunde

nistro do Supremo Tribunal Militar e Senador. Personagem muito discutida e nome de repercussão, sustentou acaloradas polêmicas não só pela tribuna parlamentar como pela imprensa; *Aloísio Branco* — pela sua grande cultura e brilhante inteligência, Aloísio Branco era o que se pode chamar um autêntico homem de letras. Poeta e escritor, deixou vários poemas e artigos esparsos na imprensa da Capital. Acometido de febre tifóide, faleceu em Maceió, no ano de 1937, ainda muito jovem; *Joaquim Machado da Cunha Cavalcante* — fundador da cidade; *Rodolfo de Albuquerque Lins* — grande advogado na capital do Estado, faleceu tràgicamente em Maceió, no ano de 1935.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de São Luís do Quitunde são conhecidos pelo nome de quitundenses.

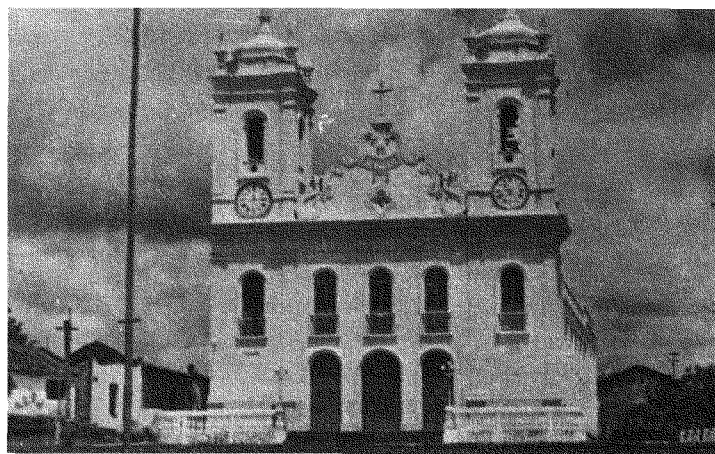
As principais autoridades locais são: Abelardo Cavalcante Lins, Presidente da Câmara; Dr. Amarílio Aloísio dos Santos, Juiz de Direito; Dr. João Batista Góis, Promotor Público; e Benedito Monteiro Filho, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — AL

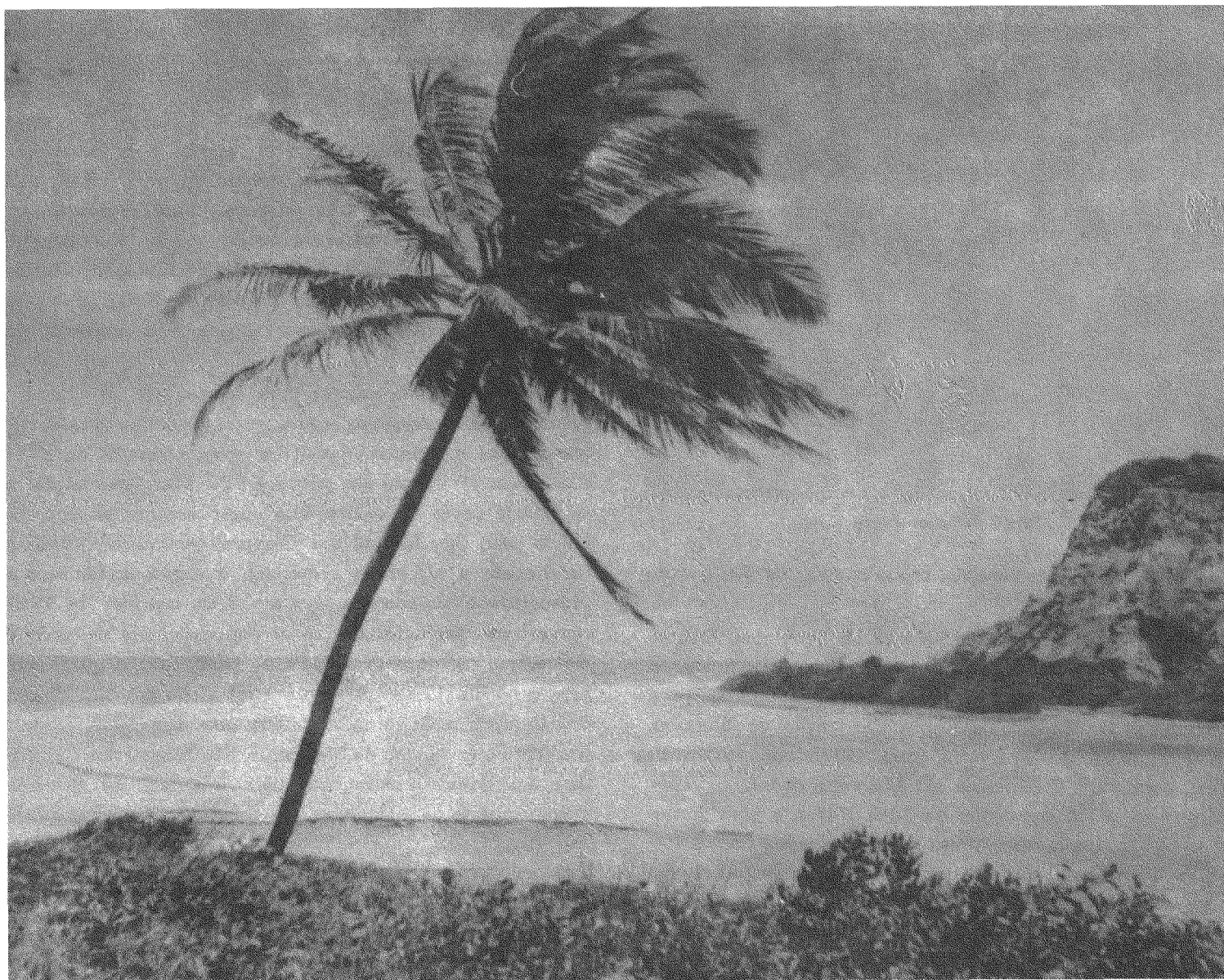
Mapa Municipal na pág. 301 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de São Miguel dos Campos foi, pode-se afirmar, um dos primeiros do Estado de Alagoas, e quiçá de quase todo o Brasil, que teve a visita da gente portuguêsa, pois nêle, no ano seguinte ao do descobrimento, a primeira expedição enviada por El-Rei Dom Manoel, o Venturoso, comandada por Gonçalves Coelho e tendo como pilôto Américo Vespúcio, transpôs a barra do rio São Miguel, que recebeu êste nome por se ter dado o fato no dia 29 de setembro de 1501, consagrado pela Igreja Católica ao Arcanjo São Miguel. No decorrer dos tempos, muitos dos portuguêses que vinham para o Brasil em busca de fortuna foram atraídos pela fertilidade das terras adjacentes ao rio São Miguel, dedicando-se à agricultura, principalmente da mandioca, milho, arroz e cana-de-açúcar, e à exploração das riquezas florestais, especialmente do pau-brasil, que existia em abundância. A fertilidade dos terrenos era tão prodigiosa que um diretor holandês, em relatório de outubro de 1643, foi levado a escrever que "eram campos tidos e reconhecidos como os mais ricos pastos de todo o Brasil".

É possível que no início os exploradores costumassem desembarcar no lugar denominado Roteio, que dizem tratar-se de uma corrutela de Roteiro, seguindo daí por uma estrada por êles aberta, e muito freqüentada antigamente, para os diversos pontos do município, estabelecendo-se à margem direita do rio São Miguel. A margem esquerda foi também sendo habitada, abrindo-se caminhos na mata virgem para as comunicações com a vila de Madalena, depois cidade de Alagoas, e atual Marechal Deodoro. Quer por uma, quer por outra margem, a exploração foi subindo o rio até as suas cabeceiras, nas terras do atual município de Anadia, então denominado Campos dos Arrozais de Inhauns. Pela ligação que existia entre os dois municípios, que nesse tempo não estavam ao menos delineados, ao

Igreja-Matriz de São Miguel dos Campos

nome de São Miguel foi acrescentada a denominação restritiva "dos Campos" que ainda conserva.

Não se pode precisar a época exata da formação do núcleo que se tornou povoado, vila e atual cidade de São Miguel dos Campos. Supõe-se, no entanto, que é tão velho quanto a vila de Madalena (Marechal Deodoro). Sabe-se que quando os holandeses invadiram o Brasil já encontraram muito povoada esta zona, havendo diversos estabelecimentos agrícolas às margens do rio (denominado "Sinimby" pelos holandeses, conforme consta de mapas e plantas por êles levantados em 1645), notadamente as propriedades Sinimbu (então Sinimby) e Sebastião Ferreira. O engenho Sinimbu foi provàvelmente o que muitos anos depois veio a pertencer ao capitão-de-ordenanças Manoel Vieira Dantas e sua espôsa D. Ana Maria José Lins, progenitores de João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu, visconde de Sinimbu.

No desenvolvimento e progresso, nas glórias e sofrimentos pelos quais passou Alagoas, ao povo de São Miguel dos Campos coube sempre parte concomitante. Na devastação holandesa, durante o largo período em que êsses inimigos estiveram assenhoreados de diversas localidades do território alagoano, foram os miguelenses vítimas de espoliações em suas fazendas e propriedades. Sebastião Ferreira, proprietário das terras onde está hoje edificada a fábrica de tecidos pertencente à Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel, foi, em 1639, juntamente com Manoel Pinto e o Alcaide-mor da vila de Madalena, Gabriel Soares da Cunha, bàrbaramente martirizado. Os holandeses, no intuito de apossarem-se dos bens que êles possuíam, depois de maltratá-los, queimaram-lhes as plantas dos pés, o que resultou ficarem suas vítimas aleijadas, salvando as vidas à custa de grande resgate em dinheiro. O lugar de sua residência passou a ser chamado Sebastião Ferreira, até hoje conservado. Os Quilombos dos Palmares também prejudicaram muito os habitantes de São Miguel dos Campos, não só por ter perdido inúmeros escravos que fugiam das fazendas, como também por serem vítimas de rapinagens e correrias constantes. Diversas expedições foram organizadas para o aniquilamento dos Quilombos e a tôdas elas os miguelenses prestaram seu valioso concurso, quer alistando-se nos corpos expedicionários, quer concorrendo com dinheiro e víveres. Povo idealista associou-se sempre aos levantes em favor da liberdade da Pátria. Em 1817, tomou parte na revolução republicana de Pernambuco, cuja idéia principal era a separação e independência do Brasil

Vista da barra do Taboado

de Portugal. Logo que em Pernambuco rebentou a revolta, o capitão Manuel Vieira Dantas e seu filho Manoel Duarte Ferreira Ferro aderiram ao movimento. O mais forte esteio da revolução nas Alagoas foi sem dúvida D. Ana Lins, espôsa do primeiro e mãe do segundo. Fêz do seu engenho Sinimbu o grande centro de combate às fôrças régias. A cavalo, de engenho em engenho, vencendo léguas sem desânimo, encorajou os receosos e convenceu os descrentes; angariou adeptos e aos escravos prometeu alforria para que pegassem em armas como homens livres. Vencida a resistência republicana pela atividade reacionária do conde dos Arcos, e nas Alagoas, em particular, pela reação do Ouvidor Batalha, não perdeu a senhora do Sinimbu sua crença republicana. Nem ela, nem o marido. Não arrefeceu seu idealismo diante da reação surgida. Ei-la em 1824, ao lado do marido e dos dois filhos, Francisco Frederico Vieira da Rocha, 2.º tenente de artilharia e capitão Manoel Duarte Ferreira Ferro, o futuro Barão de Jequiá, com grandeza, à frente dos rebeldes alagoanos. A revolução proclamou a república, sob o nome de Confederação do Equador. Vieira Dantas concentrou-se em São Miguel dos Campos, onde houve o terceiro e violentíssimo combate verificado em Alagoas. Vieira Dantas foi prêso, juntamente com seu filho Frederico. No engenho D. Ana Lins levantou barracas da mais feroz resistência, concentrando os últimos fiéis à revolução. Na casa-grande do Sinimbu, que Craveiro Costa chamou de "essa trincheira de República", combateram os últimos rebeldes até terminar a pólvora e acabar-se o chumbo. A senhora do engenho dirige a resistência; assiste ao incêndio dos seus canaviais e das casas dos moradores, pelas tropas legais. Nada, porém, lhe quebrava a fibra. Quando as fôrças da legalidade entraram na casa-grande, "já não havia homens na última trincheira da República em Alagoas". D. Ana Lins garantiu a evasão de sua gente e enfrentou a prisão, a que foi acompanhada, por pedido por seu filho João, então com 14 anos, e que seria o visconde de Sinimbu. Manoel Vieira Ferro e Frederico procuraram as matas como refúgio. Ferro escapou à sanha inimiga; mas os outros dois foram presos e levados ao cárcere do Convento do Carmo, no Recife. Foram condenados à morte, pena que depois foi comutada em degrêdo para as inóspitas margens do rio Negro, habitadas únicamente por índios antropófagos. Ferro, com coragem inaudita, conseguiu voltar ao Recife, onde deu escapula aos seus, voltando à seguridade primitiva. D. Ana Lins, após a anistia, assumiu o encargo de restaurar sua propriedade. E quando seu marido regressou, ao lar, livre pela fuga da cadeia e pela anistia concedida, já encontrou o Sinimbu

Praia da Lagoa Azêda

em fase de plena restauração, reingressando na sua importância de antes.

Em 1839, quando o Presidente da Província, Doutor Agostinho da Silva Neves, recebeu ordens para mudar a tesouraria geral de Alagoas (Marechal Deodoro) para Maceió, o Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, vice-Presidente da Província, com habilidade extraordinária, assumiu a Presidência em Maceió e conseguiu repor no govêrno o Dr. Agostinho da Silva Neves, e para garantir-se contra qualquer surprêsa dos amotinados reuniu fôrças em São Miguel dos Campos e Atalaia, enquanto chegavam reforços requisitados às Províncias da Bahia e Pernambuco. Por essa época, São Miguel dos Campos apresentava considerável desenvolvimento e que perdurou até enquanto Alagoas era a capital da Província. Mantinha relações de comércio com as praças de Maceió, do Recife e da Bahia por meio de pequenas embarcações que sulcavam freqüentemente a barra do rio, subindo muitas delas, as de menor calado, até ao pôrto da povoação, donde saíam com carregamento de açúcar, madeira, algodão, fumo e outros produtos, não só do município como de Anadia, Palmeira dos Índios e outras partes do sertão.

Na sedição de 1844, conhecida como guerra dos Lisos e Cabeludos, e uma das mais curiosas existentes nas Alagoas, pela circunstância particular de terem os rebeldes entregue o Govêrno vitorioso ao Presidente deposto, muitos miguelenses tomaram parte ativa, sendo a vila teatro de exaltação e desvarios preparados por vários acontecimentos políticos anteriores, formando a parte mais triste da história de São Miguel dos Campos. O Dr. José Tavares Bastos, que estivera à frente do movimento contra a mudança do cofre para Maceió, não se esqueceu da intervenção do Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que fêz abortar a revolução de Alagoas. Movimentou uma campanha pelo jornal "Alagoano", dizendo que a família Sinimbu queria dominar a Província, fazendo eleger dois irmãos em detrimento das demais famílias. Conseguiu, assim, invadir a capital com coluna de revoltosos, prendendo Manoel Duarte Ferreira Ferro e outros. O Presidente, não tendo fôrças para reagir, retirou-se para bordo do iate Caçador. Depois de ligeiro combate, os revoltosos apossaram-se da capital e enviaram um emissário ao Presidente, convidando-o a assumir o Govêrno, nas condições de conceder anistia e eleger o Dr. José Tavares Bastos e Francisco Joaquim. O Presidente prometeu anistia e os revoltosos retiraram-se da capital. Invadiram-na posteriormente, mas tendo o Govêrno recebido reforços, bateu os revoltosos. Francisco Joaquim conseguiu chegar ao Rio de Janeiro, onde seu irmão, senador Antônio Luiz Dantas de Barros Leite, obteve do Gabinete, não obstante ser liberal, a anistia dos Lisos, revoltosos e conservadores, e a mudança do Presidente.

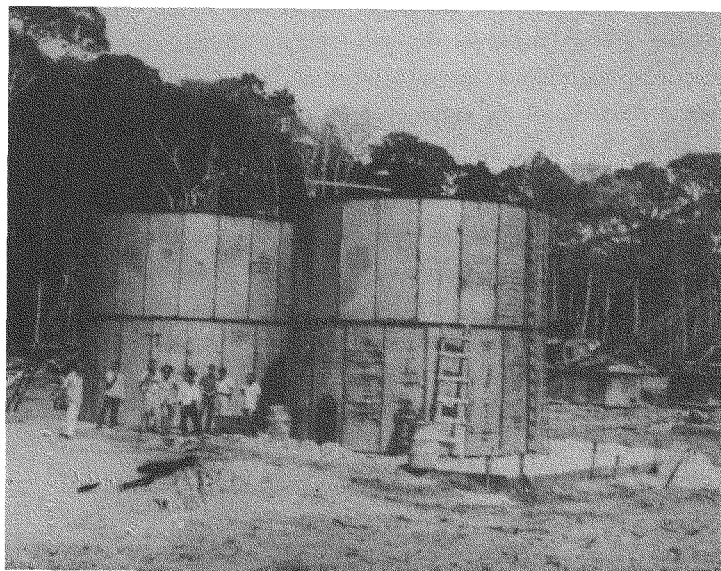
A mudança da capital para Maceió, os movimentos políticos que se seguiram, a luta fratricida e sanguinária por que passou o município com os acontecimentos de 1844 e o desenvolvimento da povoação do Pilar, que atraiu a si grande parte do centro que anteriormente se encaminhava para São Miguel dos Campos, diminuíram consideràvelmente a atividade comercial, e conseqüentemente a prosperidade da comuna. No dia 3 de outubro de 1930, rompeu a revolução. Os Governos estaduais de todo o Norte, que não tinham o apoio do povo, caíram quase sem luta, e no dia 12 de outubro era instalado em São Miguel dos Campos o Govêrno revolucionário. Em 1932, quando irrompeu a revolução de São Paulo, São Miguel dos Campos deu um grande contingente para a defesa do Govêrno revolucionário.

Povo essencialmente político, suas campanhas eleitorais são, até hoje, das mais ardorosas. As próprias mulheres acompanham suas famílias nas idéias partidárias. Entretanto, por mais acirradas que sejam as disputas, não há derramamento de sangue.

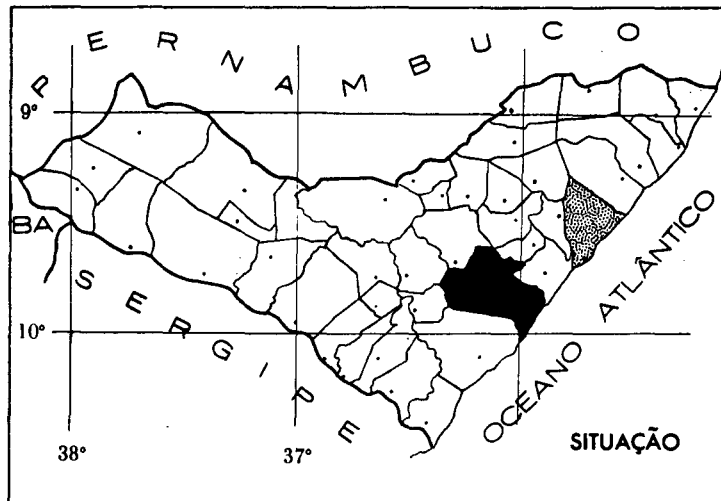
O dia 17 de setembro de 1957 marcou nova época para São Miguel dos Campos e é bem possível que volte a ter o desenvolvimento de outrora. Na Lagoa Azeda, povoado de Jequiá da Praia, foi descoberto o primeiro lençol de petróleo em terras alagoanas. Foi um dia de regozijo não só para os miguelenses, mas para todos os alagoanos. O petróleo encontrado é à base de parafina e parece ser da melhor qualidade. Nos dois primeiros testes

Outra vista da Lagoa Azêda

de formação foram obtidos 35 e 190 barris, respectivamente.

Vila criada por Decreto do Govêrno Geral da Regência, em 10 de julho de 1832, desmembrada da cidade de Alagoas e seu têrmo. Seus primeiros fundamentos são atribuídos ao tempo dos de Alagoas, hoje Marechal Deodoro. De seu município nenhum outro foi desmembrado. Foi elevado à categoria de cidade pela Lei n.º 423, de 18 de junho de 1864. Não é conhecida a data exata da criação da freguesia. Já o era em 1749, segundo informações certas; a "Idéia Geral da População da Capitania de Pernambuco" assinala ser anterior a 1702, pois já era curato em 1683, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó. Está subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. O distrito de Barra de São Miguel pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Marechal Deodoro. Pertenceu sempre à comarca de Alagoas, hoje Marechal Deodoro. A Resolução n.º 393, de 31 de maio de 1904, anexou-lhe parte do território do município de Poxim, que então suprimiu. Foi elevado à categoria de comarca pela Lei n.º 100, de 1.º de agôsto de 1895. Em 1931 tinha o têrmo de Alagoas, que perdeu, em 1938, quando êste passou para a comarca do Pilar. Em 1932 teve o têrmo de Coruripe, que, afinal, perdeu com o Decreto n.º 2 082, de 24 de maio de 1935, que restaurou a comarca do mesmo nome. Os distritos de Bôca da Mata e Campo Alegre (ex-Mosquito) estão pleiteando ser emancipados. Nesse sentido já existem projetos em andamento na Assembléia Legislativa, provenientes de reivindicações de moradores das citadas localidades, sendo assim bem provável que na próxima Divisão Territorial do Estado, a vigorar para o qüinqüênio 1959-1963, Alagoas venha a contar com mais essas duas comunas. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de quatro distritos — São Miguel dos Campos, Bôca da Mata, Mosquito e Barra de São Miguel. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Armando Moreira Soares. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 5 263, tendo votado apenas 2 474. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

Depósitos de petróleo, no Jequiá da Praia (Lagoa Azêda)

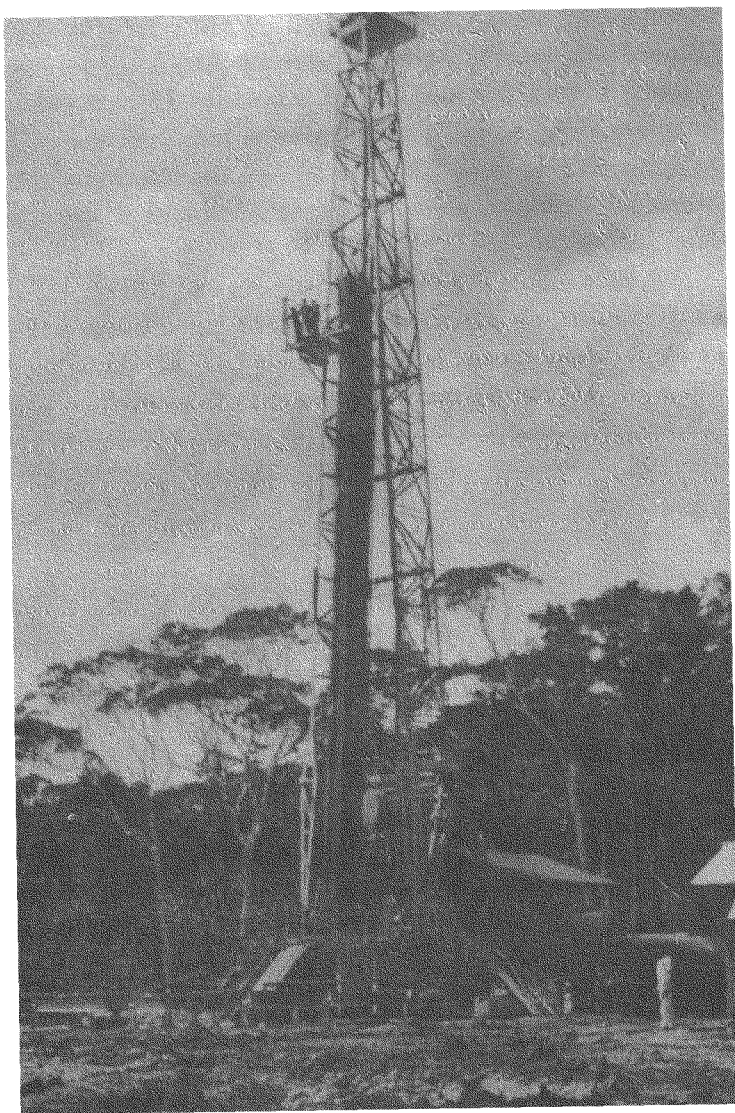
LOCALIZAÇÃO — O município de São Miguel dos Campos está situado na parte leste do Estado e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com Anadia e Pilar; ao sul com Coruripe; a leste com o oceano Atlântico; a oeste com Limoeiro de Anadia; a nordeste com Marechal Deodoro; a noroeste com Anadia; e a sudoeste com Junqueiro.

A sede municipal é cortada pelo rio São Miguel, dista, em linha reta, da capital do Estado, 40 quilômetros e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9º 46' 52" de latitude Sul e 36º 05' 35" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 40 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município é úmido no inverno e sêco no verão. A temperatura máxima registrada foi de 34 e a mínima 16 graus centígrados. A época das chuvas é de abril a agôsto, e a mais sêca de dezembro a março. As enchentes verificam-se sempre de maio a julho.

ÁREA — Segundo dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 1 114 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Miguel e Jequiá. O primeiro tem sua nascente no município de Anadia, corre na direção norte-sul e banha os distritos de Bôca da Mata, São Miguel dos Campos e Barra de São Miguel. O Jequiá igualmente tem sua nascente no município de Anadia e banha os distritos de Campo Alegre e São Miguel dos Campos. Seu curso é de 95 quilômetros. Seguem-se de menor extensão o Sumaúna e o Niquim. Tem o primeiro sua origem no município de Atalaia, corre na direção norte-sul e deságua na lagoa Manguaba; o Niquim tem sua nascente no município de São Miguel dos Campos e sua foz na barra de São Miguel. Encontram-se ainda algumas lagoas de certa importância, como as de Jequiá, no povoado de Jequiá da Praia, formada pelo rio Jequiá. É navegável por pequenas embarcações; do Roteio, no povoado do mesmo nome, formada pelo rio São Miguel, tendo comunicação direta com o mar, na altura da barra de São Mi-

Aspecto da sonda de petróleo em Lagoa Azêda

guel; do Niquim, formada pelo rio Niquim, no povoado de igual nome. Tôdas piscosas, são seus melhores espécimes: carapeba, curimã, xaréu, camurim e outros. Assinalam-se, de menor importância, porém, as lagoas Azêda, das Pacas e Doce. O ponto mais alto do sistema orográfico do município é o Alto dos Perus, com uma altitude de aproximadamente 250 metros, estando situado a 30 quilômetros da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo de São Miguel dos Campos é constituído por imenso lençol de petróleo, não padecendo dúvidas esta afirmativa. Há anos, estudiosos do assunto afirmavam ser o município uma das zonas do litoral alagoano que mais denunciavam a existência de reservas petrolíferas. E isto ficou provado depois de instaladas as tôrres de sondagem da "Petrobrás", no povoado de Jequiá da Praia, que fizeram jorrar, aos 17 de setembro de 1957, do subsolo às margens da lagoa Azêda, no referido povoado, o primeiro jato de petróleo alagoano, pondo fim de uma vez por tôdas às afirmativas apressadas de alguns de que não havia petróleo nas terras de Alagoas. O petróleo alagoano, que teve a sua existência afirmada e negada por mais de 20 anos, fêz-se apresentar pela primeira vez nas ricas terras de São Miguel dos Campos, cumprindo salientar que é de elevado teor parafínico, o que o inclui entre os de melhor qualidade do mundo, prestando-se para transformação em todos os seus subprodutos, da gasolina aos plásticos em geral.

Quanto às riquezas naturais de origem vegetal, o município de São Miguel dos Campos é possuidor de extensas matas, das quais são extraídas madeiras de boa qualidade para construção e fabrico de móveis. Dessas madeiras, grande parte é empregada no corte de lenha e transformação em carvão vegetal.

Como riquezas de origem animal, encontram-se peixes de várias qualidades, tanto nos seus rios como no oceano Atlântico. Alguns crustáceos fazem-se também presentes no cômputo das riquezas de origem animal.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava 30 022 habitantes (16 000 homens e 17 022 mulheres), distribuídos da seguinte maneira: Quadro Urbano — 3 001; Quadro Suburbano — 4 087, e Quadro Rural — 25 934 habitantes. A densidade demográfica era de 29 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, o município possui as seguintes aglomerações urbanas com a denominação de vilas: Barra de São Miguel — com 168 prédios e 554 habitantes; Bôca da Mata — com 463 pessoas e 160 casas; Mosquito (atual Campo Alegre) — com 190 residências e 819 moradores. Nenhuma dessas vilas possui pavimentação nos seus logradouros.

Povoados e outros núcleos de população — O município conta os seguintes núcleos de população: povoados de Jequiá da Praia, no distrito da sede, com 170 prédios; Roteio e Niquim, situados no distrito de Barra de São Miguel, contando cada um dêles 62 residências e 231 habitantes. Existem, ainda, pequenos núcleos de população nas usinas de açúcar denominadas Sinimbu e Triunfo, como também nas fábricas de tecidos São Miguel e Vera Cruz.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de renda do município baseia-se na atividade industrial, principalmente a têxtil e a açucareira.

Agricultura — As terras de São Miguel dos Campos são de ótima qualidade. Estima-se que em 1956 foram cultivados 7 662 hectares. As principais culturas são: cana-de-açúcar, algodão e mandioca-brava. Há cultura em quantidade apreciável de outros cereais e frutas, como bananas, mangas, laranjas, etc. Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	138 000	24 840
Mandioca	»	7 900	2 390
Côco-da-baía	Cento	8 100	1 458
Feijão	Saco de 60 kg	2 000	1 240
Banana	Cacho	120 000	840
Algodão	Arrôba	9 000	810

Pecuária — A pecuária em São Miguel dos Campos não é de grande expressão econômica; conforme dados apura-

dos pelo Departamento Estadual de Estatística, foi o seguinte o desenvolvimento dos rebanhos, em 1956:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	4 500	18 000
Eqüinos	2 700	6 480
Asininos	83	83
Muares	1 060	2 120
Suínos	4 900	5 390
Ovinos	2 800	560
Caprinos	2 800	560

Indústria — A produção industrial do município constitui a sua principal fonte de renda; repousa a mesma nas indústrias têxtil e açucareira. Os principais estabelecimentos da indústria têxtil são a Fábrica de Tecidos São Miguel, situada no povoado de Sebastião Ferreira, e a Fábrica de Tecidos Vera Cruz, localizada na sede municipal. A principal usina de açúcar é a Sinimbu, situada no distrito de São Miguel dos Campos; seguem-se com menor produção a Triunfo, no distrito de Bôca da Mata, e a Caeté, na sede municipal, onde há, ainda, em funcionamento, duas fábricas de bebidas, uma torrefação e 6 panificações. Citam-se também 4 indústrias panificadoras na vila de Campo Alegre, 3 na vila de Bôca da Mata e uma no povoado de Jequiá da Praia. Como sub-ramos da indústria local há os seguintes estabelecimentos industriais em todo o território do município: 287 casas de farinha de mandioca; 33 produtores de carvão vegetal; 29 pequenos estabelecimentos de peixe salgado; 5 produtores de cal; 5 fabricantes de aguardente; 3 salineiras; 11 de extração de madeira e lenha e cinco cerâmicas.

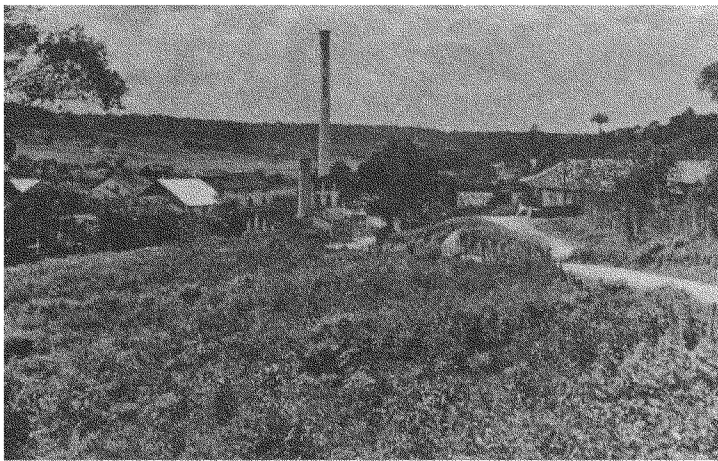
Pesca — Apesar de processada dentro de métodos rotineiros, é de grande expressão a pesca no município de São Miguel dos Campos, constituindo-se uma das principais fontes de renda dos habitantes da zona litorânea.

COMÉRCIO E BANCOS — São Miguel dos Campos, como praça comercial, é das menores da região do litoral. O município importa de outras praças, notadamente do Recife, de Maceió e de Aracaju, farinha de trigo, feijão, perfumarias, produtos farmacêuticos, café moído e carne sêca. Para aquelas praças são exportados tecidos de algodão, carvão vegetal, madeira e côco-da-baía. Existem na sede municipal 72 estabelecimentos varejistas, sendo 8 de tecidos e 64 de estivas em geral, dos quais três grossistas. O giro comercial dêsses estabelecimentos, no ano de 1956, somou a importância de Cr$ 10 720 000,00. Não há no município bancos nem Agências bancárias, e todo o movimento de crédito é realizado com os estabelecimentos da capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A comuna é servida por duas emprêsas de auto-ônibus que põem São Miguel dos Campos em contacto diário com a capital do Estado. Uma tem sede em Penedo e faz a ligação dos seguintes municípios: Limoeiro de Anadia, Coruripe, Junqueiro, São Miguel dos Campos e Maceió. A outra emprêsa tem sede no próprio município, fazendo o percurso São Miguel dos Campos—Maceió, via Chã do Pilar. As comunicações com os municípios vizinhos são: Limoeiro de Anadia — 54 quilômetros (rodovia); Junqueiro — 65 quilômetros (rodovia); Anadia — 40 quilômetros (rodovia); Coruripe — 67 quilômetros (rodovia); Marechal Deodoro — 43 quilômetros (rodovia); e Pilar — 42 quilômetros (rodovia). São Miguel dos Campos dista da capital do Estado 75 quilômetros por estrada de rodagem. Há no município três campos de pouso para aviões, com boas pistas de grama, sendo um no Alto do Coringa, na sede, medindo 600 x 100 metros, e pertencente à Prefeitura Municipal; outro na vila operária de Sebastião Ferreira, no distrito de São Miguel dos Campos, com as seguintes dimensões: 600 x 200 metros; e finalmente o maior e melhor dêles, pertencente à Usina Sinimbu, medindo 1 100 x 350 metros, com ótimo aspecto e boas condições de pouso.

Engenheiros, técnicos, curiosos, além de operários brasileiros e estrangeiros, observam o forte jôrro de petróleo que sai do poço petrolífero de Lagoa Azêda

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município diversas Agências Postais-telegráficas, assim distribuídas: 3 na sede municipal; uma na vila Barra de São Miguel; uma na vila Bôca da Mata; e outra no povoado de Jequiá da Praia.

ASPECTOS URBANOS — O distrito-sede está localizado às margens do rio São Miguel. A cidade não obedece a traçados regulares, apresentando aspecto próprio das províncias de evolução. Suas ruas e avenidas são irregulares. O terreno é acidentado, havendo nas suas encostas vários riachos. Conta 1 175 prédios, com 570 ligações elétricas, e um regular serviço de abastecimento de água canalizada. Os principais prédios são a Matriz, que foi edificada em 1873 e tem como padroeira Nossa Senhora do Ó; o Hos-

Aspecto parcial da Usina Sinimbu

pital de Caridade, construído em 1923, além do Mercado Público, a Escola Mista Rocha Santos, o Grupo Escolar Visconde de Sinimbu e o prédio do Cinema Fox.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe no município, prestando assistência médica, o Hospital de Caridade Dr. José Inácio, que também se destina a cirurgia e clínica médica em geral. Há, ainda, um Pôsto de Puericultura, funcionando no distrito de São Miguel dos Campos, e outro de Assistência Médico-Profilática, na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — São Miguel dos Campos conta com uma única Associação de Caridade que é a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1922 e que se destina ao amparo aos pobres, mantendo ainda o Hospital Dr. José Inácio. Funciona no município a Cooperativa dos Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos Limitada, fundada em 23 de setembro de 1943, sendo filial da Cooperativa dos Usineiros de Alagoas. Destina-se a financiar os plantadores de cana-de-açúcar que fazem parte da mesma.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo apuração do Recenseamento Geral de 1950, existiam, na sede municipal, 1 814 pessoas alfabetizadas; na sede dos distritos de Bôca da Mata, 315; de Campo Alegre, 276; e de Barra de São Miguel, 272.

Ensino — Existem na sede municipal 14 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 6 mantidos pelo Govêrno Municipal, 7 particulares e 1 do Govêrno Estadual. Há, também, um ginásio.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além de um órgão quinzenal, o distrito-sede conta com uma biblioteca com 2 036 volumes, pertencente à Municipalidade, uma associação lítero-recreativa e um cinema.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 323	1 206	1 259	1 224	1 215
1951	2 936	1 707	1 420	1 357	1 530
1952	3 351	2 159	1 868	1 771	1 789
1953	3 788	2 111	2 259	2 120	1 976
1954	4 888	2 372	2 437	2 286	2 293
1955	5 053	3 303	2 890	2 726	2 867
1956	6 280	4 683	4 378	4 213	3 833

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na cidade de São Miguel dos Campos um interessante monumento, se bem que se trate de um trabalho de amador: é uma estátua da "Liberdade". Há, também, no distrito de Bôca da Mata, na Fazenda Varrela, um monumento ao Cristo Redentor. O único monumento de valor histórico no município é um obelisco comemorativo do centenário da Independência do Brasil.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Há no município, além de outras, duas procissões tradicionais: a da Padroeira, Nossa Senhora do Ó, no dia 18 de dezembro, festa que às vêzes é transferida para o Dia dos Santos Reis; e a de São Sebastião, realizada no mês de novembro, e que tem característica interessante, porque o Santo percorre, naquela época, tôda a comuna. Essas duas festas são acompanhadas de leilões, após os atos religiosos. Se bem que os folguedos populares já não tenham o grande esplendor de outrora, São Miguel dos Campos é um dos municípios de Alagoas onde o folclore é mais rico e mais variado. Sempre pelo Natal, na Praça da Matriz, armam-se "barcos", onde os "marinheiros" começam a avistar "terras de Espanha e areias de Portugal". Os "quilombos", com o seu

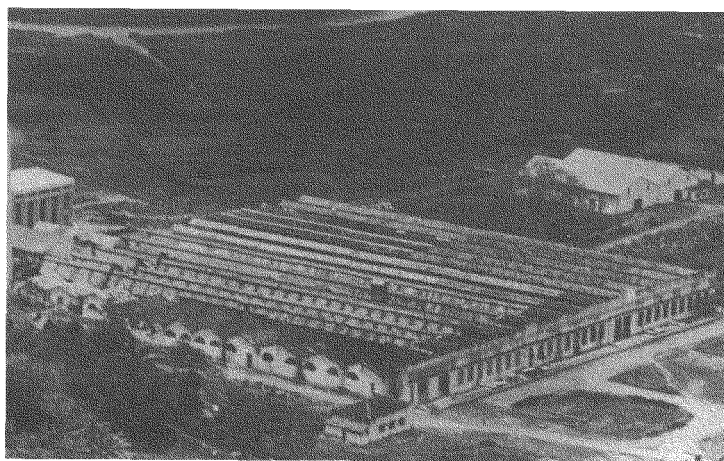
"Folga nêgo,
Branco não vem cá;
Se vié,
Pau há de levá",

invadem a cidade com seus cantos. "Pastoris", "Reisados", "Guerreiros", "Sambas", "Baianas" e "Taieiras" (folguedo êste só existente no município) enchem de colorido e de sons as noites de "Festa".

VULTOS ILUSTRES — *Ana Lins* — foi uma heroína e seu nome é colocado no lugar de destaque na História das Alagoas. Casada com o capitão Manuel Vieira Dantas; com êle interessou-se pela Revolução de 1817 e à causa deu todo o seu idealismo e coragem. A revolução de 1824 encontrou também D. Ana Lins pronta para a luta, acompanhada de elementos de sua família. Perdida a causa, a heroína de São Miguel dos Campos, após defender de armas na mão o seu engenho, invadido por tropas e, onde, por fim, combateu só, dando tempo à fuga, pela retaguarda, do seu pessoal, conheceu os rigores da prisão, durante meses, em companhia do filho menor, João Lins Vieira Cansanção, o futuro visconde de Sinimbu. — *João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu* (visconde de Sinimbu) — nasceu em 1810 e morreu em 1907. Era filho do capitão-de-ordenanças Manoel Vieira Dantas e de D. Ana Lins, ambos valorosos pelas lutas que sustiveram de armas na mão, lado a lado, em defesa de seus ideais. Foi Ministro de Estado, Senador do Império, Presidente de Província e Chefe de Gabinete. Era um vulto de destacado prestígio no cenário nacional, pelos múltiplos episódios vividos no decorrer de sua movimentada carreira como chefe político e notável estadista brasileiro. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, doutorando-se também pela Universidade de Iena. Foi, em caráter provisório, o primeiro Presidente de sua Província natal, depois da revolta de 1839, ocasionada pela transferência da Capital, da cidade de Alagoas para a de Maceió. Ocupou o cargo de

Ministro Residente no Uruguai, como representante do Brasil, em 1834; foi eleito deputado geral nas legislaturas de 1842 a 1844 e na de 1853 a 1856, sendo em 1857 seu nome sufragado vitoriosamente para senador do Império. Depois da campanha de 1852 foi designado Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e, em 1856, governou a Bahia. Membro do Gabinete de 1859, ocupou a Pasta dos Estrangeiros, e, quando se organizou o Gabinete do Marquês de Olinda, coube-lhe a da Agricultura; administrou também a da Justiça. Escolhido em 1878 para formar o novo Gabinete, o que realizou eficientemente, reservou para si a pasta da Agricultura. Além de vários relatórios, escreveu: "Opinião acêrca da instrução primária e secundária"; "Memória sôbre as colônias agrícolas suiça e alemã, fundadas na freguesia de São João Batista e na de Nova Friburgo"; e "A verdadeira inteligência a dar-se à expressão "Prédio". Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselheiro do Império e Comendador da Ordem Hanoveriana dos Gulfos. — *Manoel Joaquim de Albuquerque Lins* — nasceu aos 18 de setembro de 1852. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, exerceu a magistratura em Capivari até 1887. Depois, fêz-se advogado e agricultor e, posteriormente, dedicou-se à política, conseguindo grande prestígio no Estado de São Paulo, onde fixou residência. Por aquela Unidade da Federação foi eleito deputado à Assembléia Provincial, em 1888, tendo ingressado no Partido Liberal. Prosseguindo, foi feito deputado à Constituição em 1891; Vereador da Capital; Presidente da Câmara Municipal; Senador Estadual; Secretário da Fazenda; e, finalmente, Governador de São Paulo, tendo sido candidato à Vice-Presidência da República com Ruy Barbosa. Escreveu: "Sinopse apresentada ao Conselheiro Rodrigues Alves, em 1912". — *Araújo Barros* — formado em Direito pela Faculdade do Recife. Na magistratura, foi Juiz de Órfãos de Mata Grande e de Pão de Açúcar, onde exerceu também o lugar de Delegado de Polícia. Serviu no mesmo cargo em Sergipe, de onde encaminhou diversos voluntários para a guerra do Paraguai, sendo por isso condecorado com a Ordem de Cristo. Era jornalista e militou na imprensa ao lado do Partido Liberal. Foi deputado provincial por Alagoas em 1869 e também por Sergipe, intervindo no levante do "Quebra-Quilo", como elemento pacificador. Fundou e redigiu o "Jornal Alagoano", sendo em 1878 nomeado 2.º vice-Presidente do seu Estado. — *Antônio Máximo da Cunha Rêgo* — fêz parte da Guarda Nacional, tendo o pôsto de tenente-coronel, Comandante do 6.º Batalhão de Infantaria do município de São Miguel dos Campos; foi Senador Estadual, Vice-Governador do Estado e substituiu o Dr. Paulo Malta no Govêrno, em 1.º de novembro de 1905. — *Rodrigo Correia de Araújo* — Deputado Federal. Pelos seus raros dons de oratória, os jornais do tempo apelidaram-no de "canário alagoano". Faleceu no Rio de Janeiro, poucos anos depois de proclamada a República. O seu sepultamento foi acompanhado pelo próprio Marechal Floriano. — *Virgílio Peixoto de Araújo Palmeira* — nasceu em 1874. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife e ocupou uma cadeira na Câmara Estadual. Foi poeta, jornalista e político, tendo deixado diversos trabalhos esparsos em jornais e revistas. Escreveu: "Ao Brasil", poema em 4 cantos; "Flanklin Távora", poesia declamada no Teatro Santa Isabel; "Tributo ao gênio", homenagem à artista Eugênia Câmara; "São Miguel", "Madalena" e "Não me olhes". Colaborou em jornais de Maceió, 1866, no Almanaque de Lembranças e em outros periódicos. Faleceu em 1874. — *Delorizano de Araújo Morais* — nasceu a 13 de janeiro de 1895. Cultor das letras, jornalista e poeta, possuindo grande cabedal científico e filosófico, manejava o idioma com propriedade e pureza. Estudou na cidade de Pilar e na de Maceió, onde, ainda como preparatoriano, lecionava nos colégios. Cursou a Faculdade de Direito de Belo Horizonte, igualmente a de Medicina, formando-se em Veterinária. Foi diretor de diversos jornais e revistas, tais como: "Correio Mineiro", "Semana Ilustrada", "Proteu", "Caveira" (revista médica), em Minas Gerais. Dirigiu "Vida Brasileira" e "Revista dos Estados", no Rio de Janeiro. Na vida pública foi ainda Diretor da Defesa Sanitária Animal no Estado do Ceará e também na capital de Alagoas, onde morreu môço, em plena robustez de sua inteligência e capacidade de trabalho aos 4 de abril de 1946. Deixou um grande acervo de publicações, entre elas um livro de poesias intitulado "Edelmira". — *Elias da Rocha Barros* — nasceu em 28 de setembro de 1871. Fêz o curso de preparatórios no Colégio Bom Jesus, em Maceió, formando-se em Medicina pela Faculdade da Bahia. Jornalista, foi redator-chefe do "Democrata", colaborando em diversos outros periódicos. Ocupou o lugar de Secretário do Govêrno de Alagoas, foi deputado Estadual em São Paulo e Diretor do Hospital Santa Isabel, em Jabuticabal, naquele Estado. — *Manuel Duarte Ferreira Ferro*, barão de Jequiá, com grandeza (filho do capitão Manuel Vieira Dantas e de D. Ana Lins). — Dr. *Inácio Vieira Cajueiro* — deputado geral do Império; — D. *Ana Vieira de Albuquerque Maranhão*, baronesa de Atalaia. — Comendador *Miguel Soares Palmeira*, chefe do Partido Liberal e político de prestígio. — Coronel *Francisco da Rocha Cavalcante* — vice-Governador do Estado. — Dr. *Virgílio Peixoto de Araújo Palmeira*, causídico, poeta, jornalista e orador fecundo. — Coronel *Antônio de Sá Quintela Cavalcante*, Senador Estadual.

Vista aérea da Fábrica Vera Cruz.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Curiosidades e lendas abundam na região. Histórias de "botijas" e tesouros vão passando de geração a geração. Subindo o rio São Miguel, um quilômetro na mesma margem onde fica situada a vila Barra de São Miguel, há as "Barreiras do Lagamar", feitas pela erosão. São formadas de barro vermelho, cuja côr

Vista parcial da Cia. de Fiação e Tecidos São Miguel

sobressai, entremeadas de blocos de giz. Na costa da lagoa Azêda — Jequiá da Praia, há fenômeno semelhante, e aí são chamadas "Barreiras das Araras". Em frente ao povoado de Jequiá da Praia, há as "Barreiras de Jequiá". De uma beleza empolgante, os navegantes que passam a uma certa distância ficam deslumbrados com o que se lhes depara. As barreiras assemelham-se a castelos, tôrres de catedrais, fortalezas e obeliscos em várias côres, porque a argila tem coloração branca, vermelha, azul, amarela e roxa, enfeitada de ligeira vegetação, parecendo o conjunto uma grande cidade em ruínas. As Barreiras do Jequiá, do Lagamar e das Araras, já descritas, são pontos interessantes. Entretanto, como ponto pròpriamente dito de atração turística, há a Barra de São Miguel, onde grande número de famílias da cidade tem casa de veraneio, sendo, durante o verão, ponto procuradíssimo pelos banhistas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de São Miguel dos Campos são conhecidos pelo nome de miguelenses. Na Barra de São Miguel, por trás da vila, perto das ruínas da capelinha de Santana, há, ao lado direito da citada capela, uma vereda que dá acesso ao alto e pela qual se chega à esplanada, onde se encontra um pequeno espaço com o formato de uma elipse, no barro vermelho, completamente estéril, onde não medra vegetação alguma. Segundo reza a tradição, é o lugar onde foi sacrificado o primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, que tendo naufragado perto de Coruripe, nos baixios de D. Rodrigo, foi devorado pelos Caetés.

Diz a tradição que na conquista holandesa, os flamengos se apoderaram do Engenho Santo Antônio do Furado, comumente conhecido como Furado. Quando os flamengos foram derrotados, não puderam conduzir um grande tesouro, o qual teria sido enterrado na Gruta de Pedra Calcária aí existente e que denominam Buraco do Furado. Logo à entrada da gruta existia uma pequena sala, cujo teto tinha o formato de um sino e que desapareceu com a extração da pedra para o fabrico de cal. Após esta sala, a gruta torna-se mais estreita, afirmando pessoas que aí estiveram que mais adiante passa um riacho que vai sair à beira do rio São Miguel. Perto da gruta há um antigo paredão de alvenaria, principiando de uma represa, que não se sabe para que foi levantado. Entre o paredão e a entrada da gruta, existe uma pedra à superfície da terra, onde há riscos, parecendo sinais cabalísticos. Dizem conter-se aí uma passagem secreta subterrânea para o lugar do tesouro, sendo os sinais hieróglifos indicadores dessa passagem. Coisa interessante é a capela do engenho, que tem a frente voltada para a entrada do subterrâneo. Contam que antigamente o dono da propriedade que residia perto da gruta não podia dormir, porque, da hora do *Angelus* em diante, se ouvia, parecendo vir do fundo da gruta, rufar de tambores, cornetas e ordens de comando. Fêz então uma promessa de construir uma igreja consagrada a Santo Antônio de Pádua, com a frente voltada para a gruta, desde aí desapareceu a assombração. Contam também que, em noites de luar, viandantes que por aí passavam, rumo à cidade, deparavam com linda princesa loura, sentada na pedra da entrada da gruta, que costumava fazer encomendas de fitas, linhas, agulhas e outras bugigangas, não sendo encontrada na volta para a entrega das encomendas.

As principais autoridades do município são: Júlio Soriano Bonfim, Presidente da Câmara; Ernande Lopes Dorvillé, Juiz de Direito; Joubert Câmara Scala, Promotor Público; Padre Benício Dantas, Pároco.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

TRAIPU — AL

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O significado do nome Traipu tem duas versões: segundo uns, quer dizer "muito peixe", e, segundo outros, "ôlho-d'água do monte".

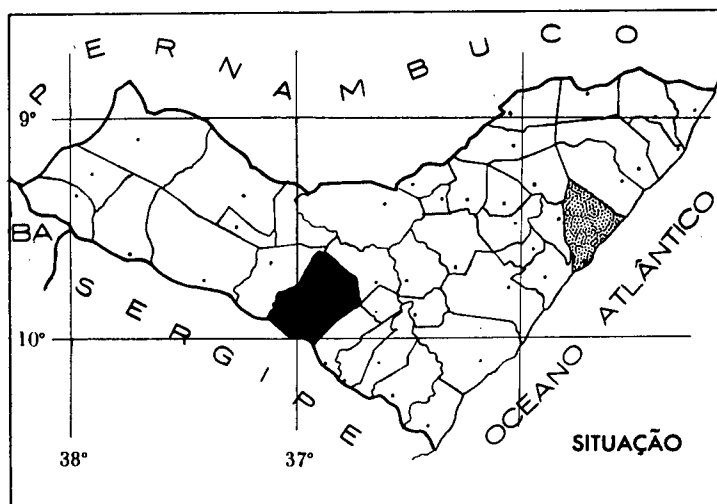
Conta-se que Pedro Gomes, mestre-de-campo, possuidor de várias fazendas de gado, instituiu um morgado para seus descendentes nos fins do século XVII, dando-lhe o nome de Pôrto da Fôlha. No local começou a ter desenvolvimento, depois, o povoado, que adotou o mesmo nome. João Alberto Ribeiro abraça a citada versão. Nega-a, entretanto, o Dr. Wenceslau de Almeida. Segundo êste, o morgado fôra instituído realmente, mas à margem direita do São Francisco, no Estado de Sergipe, não sendo provável que os seus limites ultrapassassem o grande rio para estender-se pelo território que mais tarde constituiu o nosso Estado. É possível que a influência do opulento fazendeiro Pedro Gomes, mestre-de-campo na Bahia em 1680 e Governador interino do Rio de Janeiro em 1681, contribuísse para que o nome do seu latifúndio se estendesse ao local onde se assenta atualmente a cidade de Traipu. Em 16 de março de 1713 foi conferida em sesmaria a João Dantas Aranha, Manuel Braz Pedrosa e Caetano Dantas Passos, no Pôrto da Fôlha, a parte norte, isto é, Alagoas. É êste o mais antigo documento, dando ao atual Traipu o nome de Pôrto da Fôlha. Como se vê, não há nenhuma referência ao morgado, que, entretanto, ainda existia em 1854, pertencente a D. Maria Joaquina Castelo Branco, segundo afirmativa do Dr. João Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva ("Viagens à Cachoeira de Paulo Afonso" — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Posteriormente passou a chamar-se Traipu, em razão de se achar o povoado muito perto da barra do rio dêste nome. Em 1870 foi oficialmente conhecido por Traipu. A vila foi criada com o nome de Pôrto da Fôlha pela Resolução n.º 19, de 28 de abril de 1835, desmembrada da vila de Penedo, dependendo

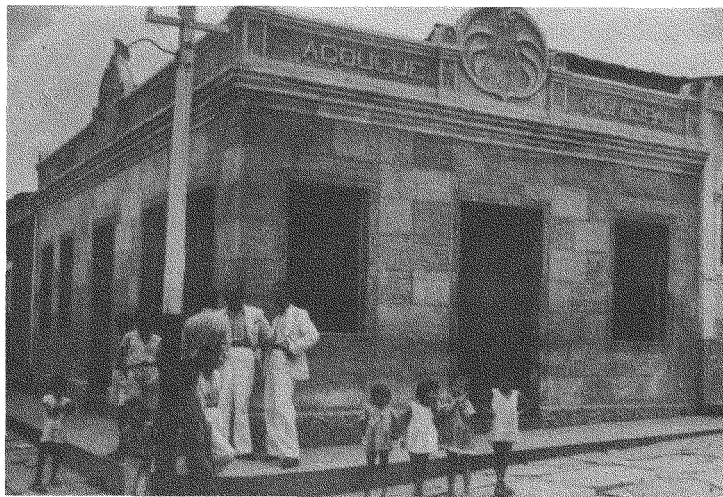
da construção da Casa da Câmara e da Cadeia, obrigação de que ficou isenta pelo artigo 3.º da Lei n.º 3, de 22 de janeiro de 1838, só depois da qual foi instalada. Corre a lenda de que, estando alguns garotos a brincar no cimo do monte onde fica a cidade de Traipu, notaram que num cimo de uma pedra estava uma imagem de Nossa Senhora do Ó. Resolveram levá-la para a capela existente na Fazenda Saco, pois em Pôrto da Fôlha não existia nenhuma igreja católica. No dia imediato notaram ter a santa desaparecido, voltando ao local onde tinha sido achada. O fato repetiu-se por mais uma vez. Resolveram então os habitantes construir aí uma igreja.

A freguesia primitivamente denominada Nossa Senhora do Ó do Saco, logo depois Pôrto da Fôlha, é uma das mais antigas do Estado, datando de 1714, segundo a "Idéia Geral da População da Capitania de Pernambuco", ou de 1732, segundo outros. Abrange os distritos de Traipu e Ponciano, em Traipu e parte de Lagoa da Canoa, do município de Arapiraca. Está subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Penedo. Desde 1833 lutava Traipu para erigir-se vila. O Padre Francisco José Correia de Albuquerque, penedense, que fazia parte do Conselho Geral da Província, propôs a criação da vila — "compreendendo tôda a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Pôrto da Fôlha até a barra do rio dos Cabaços, exclusivamente". Aprovada a proposta, foi enviada em 22 de janeiro de 1833 para os trâmites finais. Porém, só em 23 de março de 1835 é o projeto apresentado à Assembléia Provincial. Sancionada a Resolução n.º 19, de 25 de abril de 1835, José Joaquim Machado Oliveira, Presidente da Província das Alagoas, erigia em vila a povoação de Pôrto da Fôlha, dizendo, "a resolução não terá vigor em sua devida execução enquanto se não acharem fundados no assento da nova vila criada as obras públicas da Cadeia e Casa de Câmara"... Por êsse fato, a Lei foi protelada por mais três anos, até que foi supressa pela Lei n.º 3, de 22 de janeiro de 1838, tendo para isso os moradores de Traipu feito representação onde doavam uma casa suficientemente espaçosa para a Câmara Municipal e Cadeia, até que se concluíssem as destinadas a tal fim. A Lei n.º 516, de 30 de abril de 1870, denominou-a Traipu, sendo elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 14, de 16 de maio de 1892. Foram desmembrados do seu território os municípios de Mata Grande, em 1837, o de Belo Monte (hoje Batalha), em 1886, sendo que êste último veio posteriormente a ser extinto, por Lei número 34, de 30 de maio de 1893, anexando-lhe o território ao de Traipu. Perdeu-o de novo com a Lei n.º 82, de 20 de julho de 1895, que restaurou o município de Belo Monte. O Decreto n.º 2 335, de 19 de janeiro de 1938, extinguiu o município de Belo Monte e o anexou a Traipu, que o perdeu finalmente em 1947, pelo Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, que restabeleceu aquela circunscrição. O seu têrmo pertenceu, desde a criação, à comarca de Penedo, de onde passou para a de Pão de Açúcar, em 1876, quando de sua criação. Pela Resolução n.º 749, de 14 de junho de 1877, foi daí desmembrada para ser elevada à categoria de comarca, com o seu têrmo e o de Santana do Ipanema, desmembrado do de Mata Grande. A comarca foi instalada a 7 de novembro de 1877. Em 1882, passou Santana para a comarca

Travessa da Liberdade

de Pão de Açúcar. Em 1886, teve mais o têrmo de Belo Monte (hoje Batalha), cuja vila foi criada neste ano. Em 1908, pela Lei n.º 562, de 7 de junho, perdeu o têrmo de Belo Monte, que passou para a comarca de Pão de Açúcar, readquirindo-o depois. Foram-lhe anexados os têrmos de Pôrto Real do Colégio e São Brás, em 1931. Perdeu o têrmo de Batalha em 17 de setembro de 1949, pela Lei n.º 1 473, e os de Pôrto Real do Colégio e São Brás, que também passaram a comarcas, pela Lei n.º 1 674, de 11 de novembro de 1952. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 2 distritos — Traipu e Ponciano. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Luiz de Albuquerque Mendonça. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 3 699, votando 1 919. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na parte oeste do Estado, o município de Traipu pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Limita-se ao norte com Arapiraca; ao sul com o rio São Francisco; a leste com São Brás, e a oeste com Batalha. A sede municipal está situada à margem direita do rio São Francisco, e dista, em linha reta, 150 quilômetros da capital do Estado. As suas coordenadas geográficas são as seguintes: 9° 58' 14" de latitude Sul e 37° 01' 12" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 45 metros.

Vista do Açougue Municipal

CLIMA — Município do Sertão do São Francisco, Traipu possui clima muito quente no verão e frio no inverno, não se observando, entretanto, o grau de umidade daqueles situados na Zona do Litoral. Nos meses mais quentes (novembro a fevereiro) a temperatura eleva-se a 38 e 39 graus centígrados. As trovoadas mais fortes ocorrem geralmente entre dezembro e fevereiro. O período mais chuvoso é de abril a julho, sendo de junho a agôsto o mais frio, quando a temperatura desce a 20 graus centígrados.

ÁREA — Segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, a superfície do município de Traipu é de 936 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio São Francisco. Os outros cursos d'água são: rio Traipu, que nasce em Bom Conselho (PE) e, após um curso de 72 quilômetros em terras traipuenses, vai desaguar no São Francisco; rio Itiúba, que percorre a comuna em extensão de 5 quilômetros e banha o distrito de Ponciano; rio Boassica, que banha o distrito de Ponciano e, após um curso de 3 quilômetros no município, vai desaguar no rio São Francisco; rio Perucaba, que corta Traipu numa extensão de 6 quilômetros e desemboca no rio São Francisco; riachos Marcação, Rabelo e Jacobina. As principais lagoas são: Várzea de Traipu, formada pelo rio do mesmo nome, com 3 600 metros de comprimento por 800 de largura; Sacão, formada pelo riacho Peteca, com 1 800 por 450; Muguengue, formada pelo riacho Bom Jardim, com 1 600 por 570; do Saco, com 1 400 por 300; Grande, formada pelo riacho do mesmo nome, com 870 por 400; Funda, formada pelo riacho Lagoa Funda, com 820 por 405; Marcação, formada pelo riacho do mesmo nome, com 780 por 285; Rabelo, formada pelo riacho do mesmo nome, com 700 metros de comprimento por 320 de largura. Há a ilha do Belo, situada no rio São Francisco, na qual se cultivam mandioca, cana-de-açúcar e cereais. Além dos acidentes mencionados, encontram-se no município várias serras, tôdas de constituição argilo-granítica, destacando-se as seguintes: Priaca, distante da sede municipal 18 quilômetros, com 320 metros de altitude; Mombaça, a 24 quilômetros, com 270; Santa Cruz, a 36 quilômetros, com 250; Japão, a 60 quilômetros, com 230; Jaciobá ou Balança, a 42 quilômetros, com 210; Pau-d'Água, a 48 quilômetros, com 170; Alecrim, a 54 quilômetros, com 165; Patos, a 42 quilômetros, com 150, e Barro Prêto, distante 48 quilômetros da sede municipal, com cêrca de 125 metros de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — No município há jazidas de ferro, na Fazenda Umburana; de cobre, na serra da Priaca; de mica, na Fazenda Barriguda; e de cristal de rocha, nas serras das Mãos e da Balança, que não estão sendo exploradas. No Sítio Veados, acima da serra da Priaca, distrito de Ponciano, encontra-se amianto em exploração. Nas Fazendas Muguengue, Saco das Pedras e Sacão existem pedreiras em exploração. No tocante ao reino vegetal, há no município madeiras de pequeno porte e plantas medicinais. Quanto às riquezas de origem animal, encontram-se peixes de várias espécies, como surubim, chira, piau, curimatã, etc., nos rios São Francisco, Traipu e Boassica.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 23 367 habitantes (11 136 homens e 12 231 mulheres), assim distribuídos: Quadro Urbano — 2 117; Quadro Suburbano — 522, e Quadro Rural — 20 278. A densidade demográfica era de 25 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 89% da população localizam-se na zona rural, 9% na zona urbana e 2% na zona suburbana.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, onde o Censo de 1950 encontrou uma população de 1 866 habitantes, o município possui a vila de Ponciano, com uma população de 773 habitantes e 250 prédios. Acha-se a 30 quilômetros da sede municipal e é dotada de iluminação elétrica.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural existem os seguintes povoados: Ôlho-d'Água da Cêrca — com 400 habitantes; Capivara — com 380; Piranhas — com 220; Mumbaça — com 250; Santa Cruz — com 180; Jaciobá — com 150; Caldeirões — com 370; Priaca — com 270; Bom Jardim — com 380, e Quebra-Dentes — com 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade agropastoril constitui a base econômica do município.

Agricultura — O solo do município, em grande parte, é montanhoso, apresentando, contudo, planuras, onde se desenvolve a criação de gado. Predominam as terras argilo-silicosas. Na região das lagoas e no vale do rio São Francisco cultivam-se o arroz e outros produtos, ao passo que a cultura do algodão se desenvolve nas terras que se estendem para o interior. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Feijão	Saco de 60 kg	20 000	18 000
Milho em grão	» » » »	65 000	9 100
Mandioca	Tonelada	4 641	3 675
Algodão	Arrôba	28 900	2 890
Arroz em casca	Saco de 60 kg	3 480	612

Pecuária — A criação de gado constitui outra importante fonte de renda para o município. Além de boa área de pastagens naturais (3 142 hectares), os criadores fazem

extensas plantações de "palma-forrageira" para a ração durante o verão. Quanto à espécie bovina, as raças preferidas são zebu, turino e crioula. Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 31-12-1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	14 000	49 000
Eqüinos	3 000	7 500
Asininos	1 000	1 000
Muares	1 000	2 000
Suínos	7 000	9 100
Ovinos	10 000	4 000
Caprinos	12 000	4 800

Indústria — A indústria local está representada pela atividade de pequenos estabelecimentos. Em 1956, de acôrdo com os elementos do Registro Industrial, existiam 212 casas de farinha de mandioca, 1 estabelecimento de beneficiar algodão, 7 produtores de telhas e tijolos, 5 de fumo em corda, 1 de vinhos e vinagres, 5 de peixes salgados e 1 de rapadura. A indústria de laticínios contava com três pequenos estabelecimentos e a de produtos alimentares, com 4 panificações, sendo 3 na sede municipal e uma na vila de Ponciano. Quanto à indústria extrativa, em 1956 havia 20 pequenos produtores de objetos de cerâmica, 5 de cordas de caroá, 11 de lenha e 1 de pedra bruta para fabrico de paralelepípedos. A extração de amianto, nova indústria que se vem desenvolvendo no distrito de Ponciano, conta 1 estabelecimento, cuja produção atingiu, no referido ano, 432 toneladas no valor de sessenta e cinco mil cruzeiros.

Pesca — A pesca é praticada nos rios São Francisco, Traipu e Boassica, como também nas inúmeras lagoas locais. Embora não constitua fonte de renda para o município, em face dos processos rotineiros utilizados, representa boa contribuição no que se refere à alimentação do traipuense. Em 1955 a produção do pescado atingiu 11 354 quilogramas, no valor de Cr$ 178 384,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da cidade é pouco desenvolvido. O movimento é feito com as praças de Aracaju e Propriá, no Estado de Sergipe, e Maceió, Penedo e Pôrto Real do Colégio. Os principais artigos importados são tecidos, ferragens, especialidades farmacêuticas e estivas em geral. Os produtos exportados são algodão em capulho, milho em grão e arroz. Existem na sede municipal 10 firmas varejistas, cujo giro comercial, em 1956, atingiu Cr$ 6 033 396,00. Na cidade não há estabelecimento bancário e o movimento é feito por intermédio de um correspondente do Banco do Brasil e do Banco Mercantil Sergipense.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além da via fluvial, através do rio São Francisco, Traipu é servido por estradas de rodagem municipais. Dista de Maceió 216 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Batalha — 28 quilômetros (rodovia) e 36 quilômetros (fluvial); São Brás — 30 quilômetros (fluvial) e 72 quilômetros (rodovia); e Arapiraca — 61 quilômetros (rodovia). O transporte fluvial é feito por várias emprêsas sediadas na cidade sergipana de Neópolis e pelo vapor Comendador Peixoto, com sede em Penedo. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na cidade e uma Agência Postal na vila de Ponciano.

ASPECTOS URBANOS — Pequeno pôrto no rio São Francisco, do qual se servem o "Comendador Peixoto" e lanchas, que fazem o percurso Penedo—Piranhas; a cidade de Traipu possui 585 prédios e 1 hotel. É dotada de iluminação elétrica, contando 553 ligações domiciliárias. Os edifícios mais importantes são a igreja Matriz, construída no século passado, Grupo Escolar Moreno Brandão e Pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de um Pôsto do S.E.S.P., mantido pelo Govêrno Federal, e um médico no exercício da profissão. Há duas farmácias na sede municipal e uma na vila de Ponciano. A Colônia de Pescadores Z-18 mantém um ambulatório com médico e enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, localizada na Rua Belarmino Palmeira, na cidade de Traipu, presta assistência social a pessoas pobres. Na cidade há uma cooperativa agrícola, destinada a financiamentos aos agricultores associados, a qual não funcionou durante o ano de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam no município 2 881 pessoas alfabetizadas, na idade de 5 anos e mais, sendo 719 na cidade, 160 na vila de Ponciano e 2 002 na zona rural.

Ensino — No município há 35 unidades de ensino fundamental comum, inclusive 1 Grupo Escolar, estando 3 localizadas na cidade e o restante na zona rural. Existem, ainda, 10 cursos supletivos de alfabetização, sendo 5 na sede municipal, 1 na vila de Ponciano e os demais na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	89	380	465	152	540
1951	101	410	510	169	523
1952	79	414	835	189	837
1953	143	422	1 034	164	996
1954	214	...	953	180	960
1955	187	585	906	182	497
1956	139	805	1 174	175	955

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São as seguintes as festas religiosas tradicionais, acompanhadas de procissões: Nossa Senhora do Ó, padroeira do município, realizada aos 18 de dezembro; Bom Jesus dos Navegantes, com data móvel; Senhor Morto, pela Semana Santa; Nossa Senhora de Fátima, aos 13 de maio; Nossa Senhora da Conceição, aos 31 de maio, e Nossa Senhora do Rosário, no dia 1.º de novembro. Durante a quadra natalina o folguedo popular mais comum é o Pastoril. Com mais raridade aparecem, por vêzes, Reisados e Cheganças. Ainda há no município o curandeirismo, por meio de orações, praticada por pessoas crentes no poder das suas curas.

Vista da foz do rio Traipu

VULTOS ILUSTRES — Bacharel *Luiz Rodrigues de Medeiros* — nasceu aos 24 de agôsto de 1872 e faleceu aos 22 de janeiro de 1930. Fêz o curso de Bacharel na Faculdade de Direito da capital pernambucana. Foi Promotor, Juiz e um dos melhores tribunos do Estado de Alagoas; — *José Leopoldino de Barros* — nasceu em 4 de janeiro de 1881 e faleceu em 14 de julho de 1912. Músico dos mais destacados de sua época, seus instrumentos preferidos eram o violino e o bombardino; no entanto, executava quase todos os instrumentos de banda e orquestra. Era também violonista de mérito; — D. *Hermeto José Pinheiro* — nasceu aos 28 de agôsto de 1870 e faleceu no dia 3 de novembro de 1942. Estudou no Seminário de Olinda, ordenando-se no dia 21 de dezembro de 1895. Lecionou a cadeira de Filosofia no referido Seminário. Foi Bispo da Diocese de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul — Cônego Dr. *Teotônio Ribeiro e Silva* — nasceu em 11 de maio de 1855 e faleceu em 19 de junho de 1929. Tendo vocação para o sacerdócio, seguiu para Roma no ano de 1873, onde se doutorou na Universidade Gregoriana. Foi Vigário de Penedo. Era tido como um dos homens mais preparados nas margens são-franciscanas. Falava e escrevia corretamente o português. Além dos conhecimentos de latim, grego e hebraico, falava e escrevia vários idiomas. — *Agnelo Rodrigues de Melo* — (Judas Isgorogotas) — poeta e jornalista.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Traipu são conhecidos pelo nome de traipuenses. Segundo uns, a palavra Traipu vem de "taraira" — peixe, seguido de "ipu" — na verdade, isto é, muito peixe; segundo outros: "uitira" + "y" + "puk" — furo da água dos montes, ou "ityra-ypu" — ôlho-d'água do monte, fonte do morro. Na cidade ainda existe, embora bastante danificado pelo tempo, o velho sobrado onde se hospedou o Imperador D. Pedro II, quando de sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso. As principais autoridades do município são: Félix de Melo Pereira, Presidente da Câmara; Doutor Eduardo de Santa Rita, Juiz de Direito; Dr. Benício de Abreu Sampaio, Promotor Público; e Bento de Assis Mendes, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

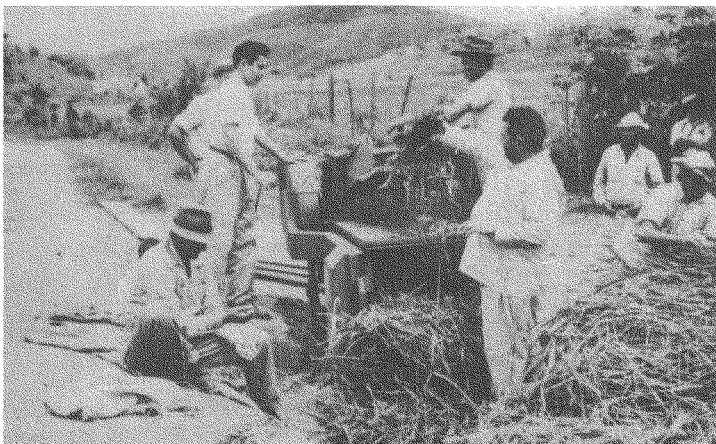
UNIÃO DOS PALMARES — AL

Mapa Municipal na pág. 263 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Presume-se que o povoamento teve início entre meados e fins do século XVII, ao redor de um cruzeiro com o nome de "cêrca real dos macacos", em vista de haver nas suas proximidades o riacho "Macacos", em cujas margens havia densa mataria povoada de símios. Pela lei do menor esfôrço, "Macacos" foi seu primeiro nome.

O desenvolvimento do povoado é atribuído a Domingos do Pino, português, que construiu uma pequena capela no lugar onde se ergue a igreja Matriz e, nela, entronizou a imagem de Santa Maria Madalena trazida dos campos de sua Fazenda Gordo. Passou a povoação a ter o nome de Santa Maria Madalena. Doou Domingos de Pino à Santa, que é a padroeira da paróquia, com a cláusula de inalienabilidade, um terreno, no qual se estende, atualmente, quase tôda a cidade de União dos Palmares. Por concessões de sesmaria, estabeleceram-se, em vários trechos do município, brasileiros e portuguêses, que se dedicaram aos trabalhos agrícolas.

Foram essas as primeiras correntes de penetração.

Foi União dos Palmares a sede dos quilombos dos Palmares. Dizem alguns autores que a "Cêrca Real dos Macacos" foi a sua capital. Barleus denominava-a "Grande Palmares" e dizia ficar na serra do "Behe". Destacou-se, portanto, o município não só no panorama da história regional, como no da história nacional por ter havido nas suas terras essa espécie de república de negros fugidos à escravidão. Vem de antes da invasão holandesa a formação do quilombo dos Palmares. Embora não se possa precisar o ano em que começou a formar-se, admite-se que data de fins do século XVI, embora alguns historiadores, entre êles Inácio Acioli, afirmem que o quilombo se tenha formado durante a invasão holandesa em Pernambuco. Tudo indica, porém, que o quilombo já existia no comêço do século, sendo anterior a 1624. Localizaram-se na serra da Barriga, que dista 6 quilômetros da sede municipal. Tinham como chefe o Zumbi. Supõe-se que excediam de 20 000. Possuíam aí "roça abundante": milho, mandioca, feijão e bananeiras. Grande era o domínio territorial abrangido pelo Quilombo dos Palmares: os vales do Mundaú e do Paraíba constituíram seus pontos centrais, estendendo-se a área palmarina para o sul até as imediações de Penedo, e para o norte até além dos limites atuais com Pernambuco. Com as vistas voltadas para a destruição dos holandeses, só depois de 1654 verificaram os brasileiros e portuguêses quão fortificados estavam os quilombos. As vilas alagoanas então existentes passaram a viver constantemente em sobressalto. As propriedades eram ameaçadas, os negros raptados, os canaviais incendiados. Os engenhos, principais núcleos econômicos da época, eram os mais visados pois aí se concentrava a população negra. Sabe-se que foram organizadas 14 tentativas luso-brasileiras para o extermínio dos Palmares. Afinal, em 1694, foram êles vencidos pela tríplice aliança: Bernardo Vieira de Melo, Sebastião Dias e Domingos Jorge Velho. Atacados em três pontos diferentes, os negros não puderam resistir. Estava vencido o Quilombo dos Palmares.

Flagrante da demonstração de uma batedeira mecânica de arroz

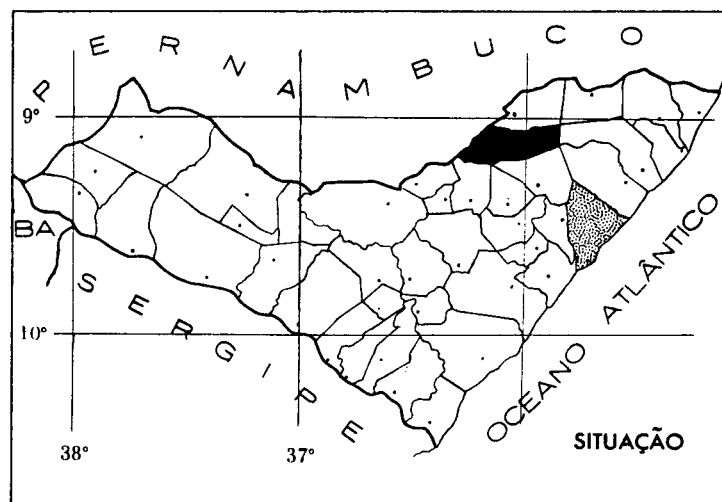
Posteriormente, com o progresso atingido, notadamente no ângulo demográfico e social, a terra doada e adjacentes passaram a constituir, em 1831, a vila Nova da Imperatriz, desmembrada de Atalaia. Ficou sendo conhecida como "Imperatriz". Foi de importância valiosa a contribuição do elemento negro no desbravamento e amanho da terra. Na época, perdurava o sistema da escravidão. No cômputo demográfico figuravam 928 escravos.

O surto das principais atividades do município, de reflexo substancial na vila, conjugado ao prestígio político e religioso, elevou-a à categoria de cidade, e em 25 de setembro de 1890 passou a denominar-se União, dada a circunstância de, naquela época, ligarem-se na cidade as estradas de ferro de Alagoas e Pernambuco. Aos quatro nomes que lhe foram dados, a verve humorística dos filhos da terra dedicou os seguintes versos:

> "Macacos" era meu nome,
> Santa Maria adotei,
> Imperatriz nunca fui
> E União nunca serei".

A última transformação toponímica ocorreu em 1944. O nome atual — União dos Palmares, significa um tributo de homenagem a milhares de homens inflexíveis, que preferiram o extermínio da totalidade ao regresso fatal da escravidão. Constituíam o "Quilombo dos Palmares" ou a "República dos Palmares" a Tróia Negra Brasileira, no dizer de um grande pensador.

A vila foi criada por Decreto do Govêrno-Geral de 13 de outubro de 1831, sendo desmembrada de Atalaia. A Resolução n.º 681, de 24 de abril de 1875, transferiu a sede do município para a vila de São José da Laje; não chegou a se efetuar a mudança, tendo sido revogada a Resolução pela Lei n.º 733, de 3 de julho de 1876. A Lei n.º 737, de 7 de julho de 1876, criando de novo a vila de São José da Laje, determinava que nela fôsse estabelecida a sede do município de Imperatriz, o que também não se efetuou, apesar de instalada a vila e município de Laje. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 1 113, de 20 de agôsto de 1889. O Decreto n.º 46, de 25 de setembro de 1890, denominou-a União. Do seu município foram desmembrados os da vila de Murici, em 1872, e de São José da Laje, êste em 1876. A freguesia foi criada pela Resolução n.º 8, de 10 de abril de 1835, sob o padroado de Santa Maria Madalena. Subordinação eclesiástica: Arquidiocese de Maceió. O distrito de Munguba pertence à Paróquia de São José, de São José da Laje. Fêz parte da comarca do município de Alagoas até 1833, quando passou para a de Atalaia, então criada, até que, em 3 de março de 1854, pela Lei n.º 233, foi erigida em comarca, com seu têrmo e o de Assembléia (Viçosa), que perdeu em 1870, por ter voltado para Atalaia. Em 1872 teve o de Murici, então criado; em 1876 o de São José da Laje. A sede da comarca era a vila de Murici, exceção original que se notava nesta comarca entre tôdas as demais de Alagoas. Criada a comarca de Murici, ficou a sede da comarca de União na cidade dêste nome. Foi-lhe anexada a extinta comarca de São José da Laje, em 1931, mais tarde novamente erigida em comarca. Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.º 1 785, de 5 de abril de 1954, o município é composto de 4 distritos — União dos Palmares, Mundaú-Mirim, Munguba e Rocha Cavalcante. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Antenor de Mendonça Uchôa. O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 6 435, votando 2 937. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de União dos Palmares situa-se ao norte do Estado, e está enquadrado na Zona Fisiográfica da Mata. Limita-se ao norte com São José da Laje; ao sul com Murici e Viçosa; a leste com Passo de Camaragibe; e a oeste com os municípios pernambucanos de Correntes e Canhotinho. A sede municipal está edificada à margem esquerda do rio Mundaú, em terreno acidentado. Dista 65 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 9º 09' 37" de latitude Sul e 35º 59' 34" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 190 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município é quente no verão e frio-úmido no inverno. Temperatura máxima: 36ºC no período de novembro a março; mínima de 18ºC de maio a agôsto. As chuvas são mais abundantes nos meses de junho a agôsto, por ocasião da estação invernosa.

ÁREA — De acôrdo com dados publicados pelo Conselho Nacional de Geografia, a área do município é de 572 quilômetros quadrados, ocupando o 3.º lugar em superfície na Zona da Mata.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o rio Mundaú, que nasce no Estado de Pernambuco, corre na direção norte-sul e banha os distritos de Mundaú-Mirim, Rocha Cavalcante e a própria sede municipal. Tem 45 quilômetros de curso e sua foz está na lagoa do Norte, no município de Rio Largo; o riacho Mirim, que nasce no município de Correntes, em Pernambuco, tem sua foz no rio Mundaú e banha o distrito de Mundaú-Mirim; o riacho Peri-Peri, que nasce na serra da Jussarinha, banhando no município o distrito de Mundaú-Mirim; riacho da Prata, que banha os distritos de Munguba e Mundaú-Mirim e tem sua foz no rio Mundaú. Conta o município diversas quedas d'água, dentre as quais devem ser mencionadas a da Escada, no distrito de Mundaú-Mirim, formada pelo rio Mundaú. Esta cachoeira é em parte aproveitada pelo município pernambucano de Correntes para fornecimento de energia elétrica; queda d'água do Tombador, formada pelo riacho Mirim, localizando-se no distrito de Mundaú-Mirim; queda d'água da Cana Brava, com 60 metros de altura, aproximadamente, formada pelo riacho do mesmo nome e localizada no distrito de Rocha Cavalcante. A mais importante serra de todo o sistema orográfico do município é a da Barriga, com uma altitude de 810 metros, distando 12 quilômetros da sede municipal. Tem uma extensão de aproximadamente 3 quilômetros e circunda os distritos de União dos Palmares e Mundaú-Mirim. A serra do Bolão, com uma altitude de aproximadamente 200 metros, situada ao norte do distrito de Rocha Cavalcante, ficando a 12 quilômetros da sede do município; a serra da Pelada, com uma altura de 750 metros, tendo 2 800 de extensão, situada ao norte do município, no distrito de Rocha Cavalcante; a serra do Cafuxi, de 530 metros, no distrito de Mundaú-Mirim, distando 20 quilômetros da sede municipal.

Há, também, no município, a Lagoa do Dario, com 500 metros de comprimento, por 12 de largura.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de União dos Palmares possui como riquezas naturais de origem mineral pedras para construção, encontradas, principalmente, nas propriedades Cachoeira e Barra do Jussara, no distrito de Mundaú-Mirim, e Caboge e Taquari, na sede municipal. Tôdas elas estão sendo exploradas. Na propriedade Branca dos Tavares, no distrito de União dos Palmares, há grandes jazidas de roxo-terra. O município possui ainda inúmeras pedreiras que são aproveitadas para a transformação em paralelepípedos. A argila do seu solo é aproveitada na indústria da cerâmica.

Do reino vegetal são extraídas madeiras para construção de dormentes, fabricação de lenha e transformação em carvão vegetal.

POPULAÇÃO — Segundo resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava 58 381 habitantes (28 290 homens e 30 091 mulheres), distribuídos da seguinte maneira: Quadro Urbano — 4 298; Quadro Suburbano — 3 971; e Quadro Rural — 50 112. A densidade demográfica era de 102 habitantes por quilômetro quadrado.

Vista do "Campo de Cooperação de Arroz"

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, possui três outras aglomerações urbanas, que são Mundaú-Mirim, Munguba e Rocha Cavalcante.

A vila de Mundaú-Mirim possui 589 habitantes, 7 logradouros públicos, é servida por iluminação elétrica e conta cêrca de 250 prédios; a vila de Munguba com 220 habitantes, 2 logradouros públicos e 75 prédios; e a de Rocha Cavalcante com 542 habitantes e 155 prédios. As três vilas citadas não são pavimentadas.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural do município existem outros núcleos de população: povoado Lajinha, onde está localizada uma usina de açúcar, possui uma população aproximada de 600 habitantes, com 140 prédios; povoado Timbó, com cêrca de 230 habitantes e 55 prédios; povoado Bolão, com mais de 100 habitantes e 25 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem as suas bases no binômio agricultura-pecuária, destacando-se, também, a produção de açúcar de cana.

Agricultura — As terras do município são de ótima qualidade. Foram cultivados, em 1956, mais ou menos 35 000 hectares. O tipo predominante de solo é sílico-argiloso. As principais culturas são a cana-de-açúcar, o milho e o feijão.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	146 000	35 580
Feijão	Saco de 60 kg	41 000	28 700
Algodão	Arrôba	230 000	23 000
Milho em grão	Saco de 60 kg	150 000	22 500
Mandioca	Tonelada	30 000	15 000
Café em grão	Arrôba	14 400	5 400

Pecuária — A atividade pecuária tem grande significação econômica para o município, principalmente no que se refere ao abate do gado para o consumo interno. Não há exportação de gado em pé. Os criadores preferem em suas fazendas, como gado de reprodução, e de produção de leite, o das raças crioula, gir e mestiça.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária do município, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	15 500	54 250
Eqüinos	5 500	11 000
Asininos	300	150
Muares	2 000	6 000
Suínos	7 200	10 000
Ovinos	6 000	1 800
Caprinos	10 000	3 000

Indústria — Muito embora União dos Palmares não apresente grandes centros industriais, a indústria do município, representada, principalmente, pela Usina Lajinha, um engenho, uma fábrica de doces e por 559 estabelecimentos produtores de farinha de mandioca, tem grande influência para a economia do mesmo.

Como sub-ramo da indústria local funcionam no município 3 fábricas de vinhos e vinagre, 1 de fubá, 2 de beneficiamento de agave, 5 de carvão vegetal, 2 de beneficiadores de algodão e 5 panificações.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é relativamente desenvolvido, mantendo o município regular contacto com as praças de Maceió e do Recife. Exporta para as referidas praças a maioria dos seus produtos agrícolas, notadamente açúcar, algodão, milho, mandioca e feijão.

Importa charque, farinha de trigo, ferragens, tecidos e produtos farmacêuticos. Essa importação é feita através daquelas praças.

Existem na sede municipal 8 estabelecimentos atacadistas e cêrca de 60 varejistas.

Há na sede municipal 2 estabelecimentos de crédito que são a Agência do Banco do Brasil e a Cooperativa Agrícola de União dos Palmares. Êsses dois estabelecimentos têm beneficiado grandemente o movimento econômico do município, favorecendo as suas diversas atividades produtoras.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de União dos Palmares é servido por rodovia estadual que faz a ligação com São José da Laje e Murici. É servido, ainda, pela Rêde Ferroviária do Nordeste, antiga Great Western Brazil Railway. Há no município duas estações ferroviárias, sendo uma na sede e outra na vila Rocha Cavalcante.

As comunicações com os municípios vizinhos são as seguintes: São José da Laje — 26 quilômetros (rodovia) e 26 (ferrovia); Viçosa — 51 quilômetros (rodovia); Murici — 23 quilômetros (ferrovia) e 23 quilômetros (rodovia); e Passo de Camaragibe — 120 quilômetros (rodovia).

Possui o município um campo de pouso pertencente à Usina Lajinha, situado no distrito da sede, medindo 300 metros de comprimento por 50 de largura, sendo a pista de pouso revestida de argila. Utiliza-se do referido campo o Aeroclube de Maceió, nos seus vôos de turismo e de treinamento.

Mantém o Departamento dos Correios e Telégrafos diversas Agências Postais-telegráficas no município, assim distribuídas: uma na sede municipal, na Avenida João Pessoa; uma em Rocha Cavalcante, e outra no distrito de Mundaú-Mirim.

A Rêde Ferroviária do Nordeste mantém, também, uma estação telegráfica e telefônica na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de União dos Palmares está edificada às margens do rio Mundaú, em terreno acidentado e entrecortado por inúmeras serras que emprestam à mesma um bonito aspecto.

É uma cidade de evolução e as suas ruas não obedecem a traçados regulares; elas bem demonstram, nas suas curvas, os diversos sentidos do seu crescimento urbano, ora estendendo-se para direita, ora para esquerda, com pátios, travessas e becos, que fazem o encanto das cidades chamadas de evolução.

Na parte mais alta da cidade está edificada a Igreja Matriz e é onde se encontram as suas melhores casas comerciais. O maior número de suas edificações são de alvenaria e cobertas de telhas, havendo, também, grande número de mocambos e casebres, habitados pelos mais pobres, não só na zona rural como também no seu perímetro suburbano.

A cidade conta 48 logradouros públicos e 2 027 prédios, dos quais 1 821 residências. Dos seus logradouros públicos, 15 são pavimentados a paralelepípedos, 4 arborizados. Conta, ainda, duas praças ajardinadas de bonito efeito paisagístico.

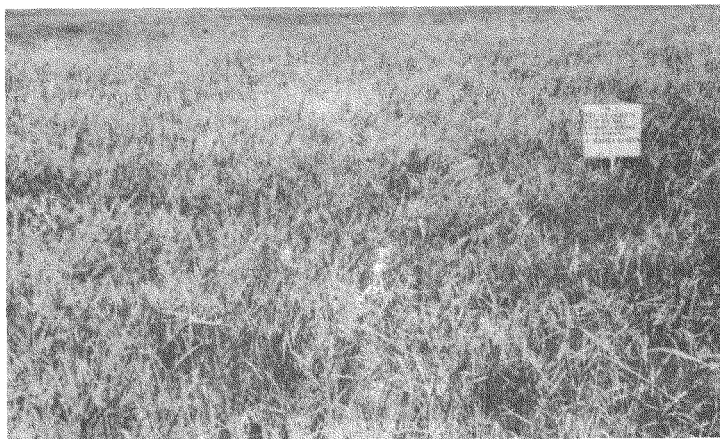
Seus principais edifícios públicos são a Prefeitura Municipal, Igreja de Santa Maria Madalena, Mercado Público, Hospital de São Vicente de Paula, Grupo Escolar "Rocha Cavalcante", Agência do Banco do Brasil, Igreja Batista e Câmara Municipal.

A sede municipal é servida de água canalizada e possui serviço de iluminação pública e domiciliária. São êsses serviços explorados pela Prefeitura Municipal.

O serviço de limpeza pública e de remoção do lixo é executado diàriamente, cobrando-se, anualmente, a taxa de 30%, proporcional ao valor locativo, tanto para prédios comerciais como de residência. A cidade de União dos Palmares apresenta suas ruas limpas e asseadas, o que traduz o carinho e o zêlo dos seus moradores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população local pelos seguintes estabelecimentos hospitalares: Hospital de São Vicente de Paula, possuindo ambulatório, farmácia e 22 leitos para internamento. É mantido pela Sociedade e Conferência de São Vicente de Paula. Conta, para os seus diversos serviços especializados, com 1 médico e 3 enfermeiros; — Maternidade Santa Catarina, mantida pela mesma Sociedade e Conferência de São Vicente de Paula, situada à Rua Dr. Agamenom Magalhães. Conta com um médico obstetra no exercício da profissão.

Funciona, também, no município, uma Comissão Municipal da Liga Brasileira de Assistência, cuja finalidade é prestar assistência médica e distribuição de medicamentos à população pobre.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Conta o município de União dos Palmares com duas Associações de Caridade, que são a Sociedade e Conferência de São

Outro aspecto do Campo de Cooperação de Arroz

Vicente de Paula, mantenedora do Hospital do mesmo nome, da Maternidade de Santa Catarina e do ambulatório São Vicente de Paula. Mantém, também, a referida sociedade a Casa dos Pobres de União dos Palmares que se destina a oferecer abrigo aos desvalidos.

Funciona, também, no município a Cooperativa de União dos Palmares, fundada a 20 de abril de 1942, que tem como finalidade o financiamento e a venda dos produtos agrícolas dos plantadores que fazem parte do seu quadro social.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 demonstrou que havia na cidade de União dos Palmares 2 095 pessoas na idade de 5 anos a mais, sabendo ler e escrever.

Na vila de Mundaú-Mirim encontrou 164 pessoas na referida idade, sabendo ler e escrever; na de Munguba, 56; e em Rocha Cavalcante, 118 pessoas alfabetizadas na mesma idade.

Ensino — Conta a sede municipal dois grupos escolares, 13 escolas municipais de ensino primário geral e 3 escolas particulares. Quanto ao ensino médio ou secundário funciona na sede municipal 1 ginásio e 1 escola técnica comercial para ambos os sexos. Funciona ainda uma escola de corte e costura anexada ao Grupo Escolar "Rocha Cavalcante" e uma escola particular de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de União dos Palmares conta com uma biblioteca em funcionamento, denominada "Jorge de Lima", com 1 280 volumes de obras diversas. Estas obras são destinadas a consultas feitas na própria biblioteca e a domicílio.

Há também em funcionamento na sede municipal a Associação Atlético-Cultural Palmarina, funcionando diàriamente, na cidade, dois cinemas.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	490	2 327	1 004	626	990
1951	533	3 943	1 157	715	1 004
1952	470	5 500	2 463	1 887	1 922
1953	446	3 583	2 538	1 438	2 290
1954	596	4 310	2 727	1 674	2 527
1955	697	5 745	3 295	2 078	2 487
1956	1 175	6 900	4 948	1 969	4 432

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há em União dos Palmares um obelisco de pedra e cimento, próximo à sede municipal, homenagem comemorativa à passagem do século.

Como dádiva imortal da natureza — a célebre Serra da Barriga — onde cresceu, desenvolveu-se e morreu a República dos Palmares, deixando à história regional e do Brasil um grande e belo drama de heroísmo em prol da liberdade e dos direitos humanos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa de cunho religioso do município de União dos Palmares é a de Santa Maria Madalena, padroeira do município, celebrada a 2 de fevereiro. No entanto o pátio de sua igreja apresenta aspecto festivo, com bandas de música, carrocéis, rodas-gigantes e outros entretenimentos populares, a partir de 24 de janeiro. Encerra a solenidade religiosa empolgante procissão que percorre todo o perímetro urbano da cidade com grande acompanhamento de fiéis e devotos de Santa Maria Madalena.

As manifestações folclóricas do município têm lugar, principalmente, na época natalina, prolongando-se até o dia dos Santos Reis Magos, a 6 de janeiro. Dentre estas manifestações devemos destacar pelo tradicionalismo de que são revestidos, os Guerreiros, as Cavalhadas e os Pastoris, que oferecem não sòmente divertimentos ao povo como ótimo material para estudo e pesquisa por parte dos entendidos no assunto.

VULTOS ILUSTRES — *Jorge de Lima* — nasceu aos 23 de abril de 1893. Iniciou seus estudos no Instituto Alagoano "Goulart de Andrade", freqüentou o Colégio Diocesano dos Irmãos Maristas, concluindo os preparatórios aos 15 anos de idade. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, prosseguindo o curso na do Rio de Janeiro, onde defendeu tese com brilhantismo, aos 20 anos, tese essa que mereceu elogiosas referências de seu mestre, Afrânio Peixoto, em artigo publicado.

Volvendo à sua Província, em 1922, o jovem médico submeteu-se a um concurso para a cadeira de História Natural e outro para a de Higiene Escolar, sendo vitorioso em ambos. Posteriormente foi Diretor da Escola Normal e do Liceu Alagoano, onde já era catedrático de Literatura; foi também médico da Guarda-Civil do Estado, Diretor-Geral da Instrução Pública e da Saúde Pública. Por várias vêzes representou Alagoas em Congressos Médicos de Higiene no Rio de Janeiro, e em outras capitais. Em 1930 fixou residência no Rio de Janeiro, sendo em seguida nomeado para reger a cadeira de Literatura Brasileira da Universidade do Distrito Federal e igualmente a da Universidade do Brasil. Foi membro da Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação e lente da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Exerceu a Presidência da Sociedade Carioca de Escritores. Na Capital da República, onde se consagrou homem de letras de alto relêvo, jornalista, poeta, escritor, médico humanitário, desfrutou sempre de alto conceito e popularidade, elegendo-se vereador à Câmara Municipal do Distrito Federal, da qual foi seu Presidente. Vastíssima é a sua produção no campo poético: "Banguê"; os conhecidíssimos versos "Negra Fulô"; "Poe-

mas Escolhidos"; "A Túnica Inconsútil"; "Vinte Sonetos de Jorge de Lima"; "Mira Celi"; "As Ilhas"; "Invenção de Orfeu", etc. Romances: "Salomão e as mulheres"; "A Mulher Obscura"; "Calunga" (vertido para o castelhano e para o francês); "O Anjo". Contos: "A Comédia dos erros"; "Dom Vital"; "Vida de São Francisco de Assis"; "História da Terra e da Humanidade", etc. Conseguiu com "O Anjo" o prêmio da "Fundação Graça Aranha" — 1940, e com o livro "Túnica Inconsútil" o grande prêmio de poesia da Academia Brasileira de Letras. Vítima de mal incurável, veio a falecer em novembro de 1953. — Coronel *Basiliano Olíbio de Mendonça Sarmento* — nascido em 7 de fevereiro de 1845 e falecido em 16 de março de 1931. Foi um dos grandes filhos da terra palmarina. Comerciante, senhor de muitos engenhos, fazendeiro, pecuarista, detentor, enfim de vasto patrimônio rural — associou a essas atividades os chamados "empréstimos a juro". A sua habilidade inata no trato das operações de crédito, transformou-lhe a casa em banco. Financiou, em quase meio século, o comércio, a agricultura do município e de outros, quer do Estado, quer de Pernambuco. Político de vasto prestígio, não só pelos recursos pecuniários, como pelo fino trato na arte de dirigir os povos, exerceu o cargo de Intendente do seu município, em dois mandatos. Dentre as obras de vulto, que lhe testemunharam o pulso administrativo, figuram: a ponte "Rocha Cavalcante", uma das primeiras do Estado; o Mercado Público e a Prefeitura. — *Manoel Correia de Oliveira* — nascido em 7 de janeiro de 1882 e falecido em 24 de março de 1920. Formou-se na faculdade de Direito do Recife e foi Promotor Público de União dos Palmares. Dotado de brilhante inteligência, dedicou-se ao jornalismo e escreveu belas poesias. Foi político de grande envergadura, sustentando com os adversários fortes polêmicas. Sua vida foi sempre cheia de amarguras e desilusões. Seu lugar na Academia de Letras de Alagoas é ocupado por Povina Cavalcanti. Escreveu "Troia Negra" que, segundo Povina Cavalcanti, é a maior página escrita sôbre o reduto de Palmares. — *Antônio Arecipo de Barros Teixeira* — nascido em 31 de outubro de 1866 e falecido em Maceió a 1.º de dezembro de 1928. Foi Secretário da Prefeitura de União dos Palmares, quando estudante, de preparatórios. Deixou os seguintes livros, dentre outros: "Organização Judiciária", "Decisões Jurídicas", "Código de Processo Criminal do Estado de Alagoas — Formulário do Processo Criminal" e publicou vários trabalhos sôbre Direito, na imprensa alagoana.

A Jorge de Lima, Basiliano Sarmento, Correia de Oliveira e Antônio Arecipo, a cidade de União dos Palmares perpetuou-lhes a memória, consagrando-lhes os nomes em quatro logradouros públicos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de União dos Palmares são conhecidos pelo nome de "palmarinos".

As principais autoridades do município são: Sanelva Aragão Pereira, Presidente da Câmara; Dr. José Pantaleão Neto, Juiz de Direito; Dr. Carlos Guido Ferrário Lôbo, Promotor Público; Cônego Clóvis Duarte de Barros, Pároco; e Manoel Lourenço de Oliveira, Delegado de Polícia.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística.)

VIÇOSA — AL

Mapa Municipal na pág. 278 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que hoje constituem o município de Viçosa eram primitivamente habitadas pelos índios "Caambembes", subtribo dos "Caetés", que viviam em contínuas lutas com os "Cariris" e outras tribos tapuias habitantes das caatingas.

A palavra "Caambembe", segundo Alfredo Brandão, é uma corrutela de "caamemby", vocábulo indígena que significa, literalmente, mato de gaitas ou de flautas.

Pela sua disposição topográfica e excelentes condições físicas — riqueza em matas, numerosos cursos de água e fertilidade das terras — o município de Viçosa deve ter sido um dos pontos do Estado onde se desenvolveram obstinadas lutas entre os aborígenes alagoanos.

Após a matança do primeiro bispo do Brasil, os caetés foram duramente abatidos pelas fôrças de Jerônimo de Albuquerque. Os vencedores, na sua vingança, mostraram-se mais selvagens do que os próprios índios. E os poucos silvícolas que escaparam, "caambembes e caetés", tiveram que se deslocar para a região sertaneja.

Se bem que a maioria dos nossos historiadores circunscreva o domínio do "quilombo" à serra da Barriga e suas imediações, parece estar hoje provado que a zona ocupada pelos negros abrangia os vales do Paraíba e do Mundaú, desde as cabeceiras dêstes rios até poucas léguas de distância das lagoas, e estendendo-se para o norte, ao longo do cordão de "matas bravias", ia morrer além dos atuais limites com o Estado de Pernambuco. Os pontos, porém, onde os mocambos mais se condensavam, eram justamente aquêles em que as matas se tornavam mais férteis, mais ricas em palmeiras e em caça e que por sua espessura poderiam oferecer mais abrigo aos negros e mais dificuldades às entradas.

Foi justamente nessa grande faixa de matas de Viçosa, União dos Palmares e outros municípios, já agora despovoados do seu elemento nativo, onde se embrenharam os negros escravos que, a fim de escapar ao látego dos senhores, fugiam dos engenhos da capitania.

Sabe-se que os holandeses, no tempo do seu domínio, já haviam enviado duas expedições aos Palmares — a de Rodolfo Baro e a do capitão Blaer. Conforme se depreende da leitura do "Diário de Viagem" dessa última expedição, os holandeses pernoitaram, certa vez, bem perto do local onde hoje se acha a cidade de Viçosa.

Nessa ocasião, encontraram vários mocambos em diferentes pontos atualmente abrangidos pelo município. Subindo o rio Paraíba, depois de algumas milhas alcançaram outro curso de água, que se supõe ser o Caçamba. No povoado Bananal e sítios adjacentes, distrito de Anel, como também nas fazendas Bom Sucesso, Mata Limpa e Floresta, do distrito de Chã Preta, localizaram vestígios dos quilombolas, tais como armadilhas para caça, bananeirais, canaviais e outras plantações.

Mais tarde, na segunda fase da guerra, aparecem ainda muitos mocambos em terras de Viçosa, entre os quais os de "Andalaquituche", "Osenga" e "Sabalangá".

Vencidos os negros, os seus domínios foram distribuídos aos vencedores pelo rei de Portugal. Grande parte das

Vista parcial da cidade

terras de Viçosa coube ao capitão André Furtado de Mendonça, um dos cabos-de-guerra do paulista Domingos Jorge Velho, o chefe supremo da última expedição. Alguns negros que durante a luta haviam desertado para as fileiras paulistas foram perdoados e continuaram a viver livremente nos mesmos locais. Êsse fato explica não sòmente a sobrevivência de antigos mocambos, como Sabalangá, Mata Escura e Barra do Caçamba, que depois se transformaram em pequenas povoações, como também vem provar que muito antes do povoamento do Riacho do Meio as terras ocupadas pelo atual Município de Viçosa já eram habitadas pelos remanescentes dos Palmares.

Quanto ao povoamento pròpriamente do Riacho do Meio, núcleo primitivo da atual cidade, só muitos anos depois se processou, conforme revela Alfredo Brandão no livro "Viçosa de Alagoas".

Refere a tradição que, todos os anos, pelo Natal, um padre saía de Atalaia para dizer a missa do galo na Passagem (antiga povoação próxima à cidade de Quebrangulo).

Uma vez, tendo chovido torrencialmente durante o dia, o padre, ao chegar à margem de um riacho que fica a igual distância entre outros dois, encontrou-o de tal maneira cheio que o não poude atravessar. Perdendo a esperança de continuar a viagem, procurou o oiteiro próximo, ergueu uma cruz e, quando a noite já ia em meio, celebrou a missa do Natal. Essa cruz, bem depressa, atraíu romeiros, aos quais foram devidas as primeiras habitações do novo lugar, que tomou o nome de Riacho do Meio.

Em 1790, um agricultor de Alagoas (atual Marechal Deodoro), chamado Manoel Francisco, por determinação do ouvidor José de Mendonça Matos Moreira, foi estabelecer residência no sítio Riacho do Meio, com o fim de experimentar aí a cultura do algodão. Êsse Manoel Francisco, que talvez fôsse um dos romeiros da cruz, derrubou as florestas das cercanias, fêz um roçado no vale, mais ou menos no mesmo local onde hoje se acha a Praça Apolinário Rebelo, e logo depois erigiu uma capela de madeira no ponto em que atualmente existe a igrejinha de Nossa Senhora do Rosário.

Ao lado esquerdo da igreja começaram pouco a pouco a se alinhar as primeiras casas, as quais também eram construídas de madeira.

Homem ativo e trabalhador, o fundador de Viçosa continuou com o plantio de algodão e estendeu os seus roçados para os lados do norte, legando o seu nome a uma ladeira que fica no antigo caminho da fazenda Barro Branco.

Desbravadas as matas, começou o núcleo a desenvolver-se e em breve as casas se multiplicaram. De diversos pontos do município e principalmente do Sabalangá e da Mata Escura, começaram a afluir moradores para a nova povoação. Êsses moradores eram descendentes, não sòmente dos paulistas, mas ainda dos negros "quilombolas" e dos índios que tinham vindo com o mestre de campo Domingos Jorge Velho. Um grupo dêsses índios foi aldeado no antigo sítio Limoeiro, perto da divisa de Viçosa com o município de Correntes (PE).

Elementos estranhos, vindos de outros municípios, sobretudo Alagoas (hoje Marechal Deodoro) e Santa Luzia do Norte, iam contribuindo para o povoamento do Riacho do Meio.

Em princípios do século passado o povoado já estava constituído, porém era de tal forma diminuto que não chamou a atenção dos poucos cronistas que então se ocuparam da comarca das Alagoas.

O mais antigo testemunho escrito sôbre a existência do local, naquela época, foi encontrado num auto de impedimento, no qual o português Boaventura José de Souza, declarava "habitar no Riacho do Meio desde o ano de 1809".

No livro do tombo do arquivo paroquial, em relatório apresentado pelo padre Alemanha ao visitador da freguesia, Lourenço Correia de Sá, em fevereiro de 1847, consta que o patrimônio de terras do Senhor Bom Jesus do Bonfim foi doado em setembro de 1818, por João da Silva Cardoso e sua mulher, Tereza Maria Fiuza.

Em 1820, já se encontravam muitos sítios pelas cercanias da povoação e a agricultura, desenvolvendo-se cada vez mais, não se limitava apenas ao plantio do algodão, mas se estendia também ao da cana-de-açúcar, dando lugar à instalação de várias engenhocas de rapadura.

Por ocasião do "mata marinheiro", das guerras da independência, vários portuguêses, perseguidos, foram refugiar-se no Riacho do Meio, onde acharam seguro asilo. Entre êsses portuguêses, havia o alferes Manoel da Silva Loureiro que, vindo de Anadia, estabeleceu residência no sítio Pedras de Fogo, e José Martins Ferreira, que se instalou no sítio Gurumbumba e mais tarde fundou o engenho Boa Sorte. Manoel da Silva Loureiro foi o tronco da família Loureiro e José Martins Ferreira foi o das famílias Vilela, Vital dos Santos e Vasconcelos Teixeira.

A 13 de outubro de 1831, por decreto imperial, a povoação do Riacho do Meio foi desligada de Atalaia e elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Nova de Assembléia.

A proposta para a criação da vila foi apresentada em uma das sessões do período legislativo compreendido entre 1.º de dezembro de 1830 e 5 de fevereiro de 1831, do Segundo Conselho Geral. O nome que figurava na proposta era o de "Nova Assembléia", porém o decreto imperial alterou-o para "Vila Nova de Assembléia".

A denominação de "Assembléia" originou-se do seguinte fato: em princípios do século passado, era um costume dos habitantes do Riacho do Meio reunirem-se nas

calçadas de madeira de suas portas e, em deleitável palestra, ao declinar da tarde, discutirem o estado da lavoura e as notícias que, de quando em quando, chegavam da capital da recente Província das Alagoas. Então, diziam que formavam uma "assembléia". De fora, dos sítios, os que vinham fazer compras ou vender algodão, também tomavam parte na "assembléia".

Entre as causas que determinaram a criação da Vila mencionam-se as seguintes: o grande desenvolvimento do povoado; a multiplicação de fazendas, sítios e engenhocas; a fiscalização das rendas provinciais e gerais; os insistentes apelos dos habitantes do lugar e, sobretudo, a necessidade que sentia o govêrno de organizar a divisão administrativa da província.

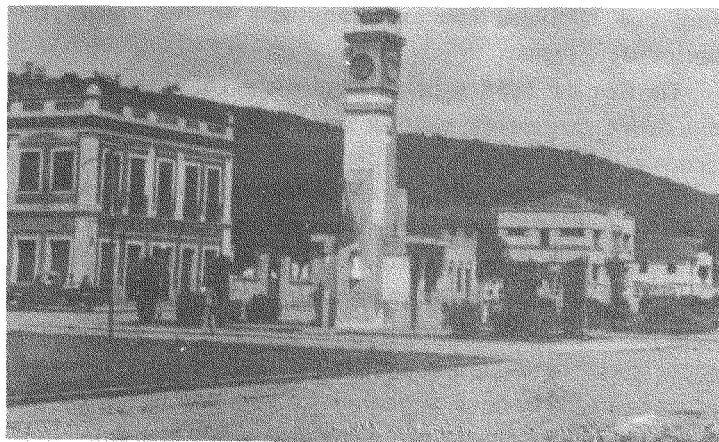
A instalação da vila realizou-se solenemente, pelo ouvidor Manoel Messias de Leão, no dia 16 de fevereiro de 1833, assumindo na mesma data as funções de juiz ordinário o capitão Manoel de Farias Cabral, o qual teve como escrivão Manoel Rolemberg de Albuquerque.

A freguesia foi criada pela Resolução n.º 8, de 10 de abril de 1835, sob a invocação do Senhor Bom Jesus do Bonfim e está subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Maceió. Conforme relatório apresentado pelo padre Francisco Manoel da Silva, ao Deão Francisco Joaquim de Farias, o primeiro vigário da freguesia de Assembléia foi o sexagenário padre Manoel Joaquim da Costa, o qual paroquiou até 1837.

Pela Lei provincial n.º 9, de 10 de abril de 1835, foi criada a primeira cadeira de instrução primária para o sexo masculino. A primeira cadeira do sexo feminino foi criada pela Lei n.º 2, de 6 de julho de 1839, mas ao que parece as mesmas não foram ocupadas, pois só em 1846 ocorreu a nomeação de João Batista de Souza, o primeiro que exerceu o magistério público na Vila de Assembléia.

Sob o ponto de vista econômico, dois produtos marcaram as bases do desenvolvimento do município: o algodão e o açúcar. Se o primeiro foi o elemento básico da economia viçosense, através dos primeiros roçados plantados pelo fundador da cidade e das rústicas "bolandeiras", pode-se dizer que o segundo representa o produto que fixou e consolidou essas bases através das primitivas engenhocas de madeira e dos numerosos engenhos a vapor que surgiram posteriormente.

A primeira "bolandeira" surgiu mais ou menos em 1820 e foi instalada pelo português Boaventura José de Souza, no local onde hoje se acha o velho sobrado da praça Apolinário Rebelo esquina com a Rua Vigário Loureiro (farmácia Loureiro). Em 1844, Izidro Atanásio de Vasconcelos instalou outra bolandeira, na fazenda Floresta, movida a fôrça hidráulica. O primeiro descaroçador de algodão movido a vapor foi fundado em princípios de 1879, na Rua da Palha, por João Fernandes Viana. E tão numerosas foram as fábricas de beneficiar algodão instaladas no município que, entre 1920 e 1930, a produção diária de lã atingia à extraordinária cifra de 21 000 quilogramas.

O primeiro engenho de Viçosa foi o Bananal, fundado em 1836 pela família Carneiro da Cunha. Extinto há muitos anos, êsse engenho ficava um pouco abaixo do atual povoado Bananal, à margem do riacho Veados. Mais tarde,

Aspecto parcial da Avenida Firmino Maia

em 1840, o português José Martins Ferreira construiu o engenho Boa Sorte e em 1846 foi fundado o engenho Barro Branco por Pedro José da Cruz Brandão.

Devem datar do mesmo tempo os engenhos Paredões e Bom Jesus, construídos o primeiro por Manoel de Farias Cabral e o segundo pelo tenente João Tenório.

O plantio da cana-de-açúcar, nessa época, tomou rápido incremento, as matas foram sendo exploradas cada vez mais e os engenhos se multiplicaram de tal forma que, pelo ano de 1852, já existiam mais de vinte, acusando uma produção de cêrca de trinta mil arrôbas de açúcar. As demais lavouras, como o algodão, a mandioca e os cereais, passaram a ser cultivadas em larga escala, constituindo outra fonte de riqueza.

Os meios de transporte, porém, eram muito precários, devido às péssimas estradas transformadas, durante a estação invernosa, em verdadeiros lodaçais e pântanos perigosos. O que mais dificultava o trânsito eram os desfiladeiros da serra Dois Irmãos, os quais, em tempos de chuva, quase interceptavam tôda comunicação entre o município e Maceió. Devido, porém, a reiterados pedidos da Câmara Municipal de Assembléia, o govêrno provincial resolveu mandar construir um calçamento na referida serra, o qual muito facilitou o intercâmbio comercial com a Capital do Estado.

Sob o ponto de vista demográfico, o município ia também progredindo, pois já contava uma população aproximadamente de dez mil habitantes, entre os quais havia 800 escravos.

As lutas partidárias entre "Lisos" e "Cabeludos" (1844 a 1845), em que se destacou a figura do salteador Vicente de Paula — conhecido então como terror das matas do Jacuípe — também tiveram repercussão na Vila de Assembléia. Os seus habitantes, sentindo-se sem garantias, internavam-se pelos pontos mais recônditos do município. Pouco tempo depois, quando a população começava a tranqüilizar-se, a ordem pública foi novamente abalada pelos atos de selvageria cometidos pelos irmãos Morais (José e Manoel de Morais). Comandando uma horda de ferozes bandidos, invadiram a fazenda Recanto (hoje Usina Recanto) e assassinaram o proprietário Pessoa Cavalcanti e diversos dos seus fâmulos. As narrativas das façanhas dos irmãos Morais foram por muito tempo relembradas com horror e, apesar de muitas vêzes transmitidas com exagero, servem para caracterizar os atos de vanda-

lismo que naquelas épocas calamitosas se realizaram no interior de Alagoas.

Os fins de 1855 e os princípios de 1856 assinalaram uma época trágica na história de Alagoas. A dor, o luto, a viuvez e a orfandade espalharam-se por todos os lados, ante as vinte mil sepulturas cavadas pelo "cólera-morbus" no espaço de seis meses. Na Vila de Assembléia o cólera apareceu no dia 6 de janeiro de 1856 e a primeira pessoa atacada foi a mulher do escrivão Manoel Freitas. O govêrno provincial, a braços com o flagelo por todos os lados, poucos recursos enviou à população da vila. O povo, por sua vez, aterrorisado e desanimado, não via na epidemia mais que um castigo do céu e apenas procurava debelar o mal através de rezas, procissões e novenas. Êsse estado de depressão nervosa, diz Alfredo Brandão, essa certeza que todos tinham de ser feridos pelo flagelo, muito concorreu, aumentando a receptividade mórbida de cada um para que o cólera, na Vila de Assembléia, assumisse um caráter verdadeiramente pavoroso. Junte-se a tudo isto a ausência de médicos e a ignorância dos princípios mais comezinhos de higiene e profilaxia. No dia 20 de janeiro do referido ano, a epidemia já se achava açoitando, palmo a palmo, todo o município. Pessoas de inteira saúde pela manhã, eram cadáveres à tarde. O cólera tinha assumido a forma fulminante.

Não havendo cemitério, pois os enterramentos faziam-se anteriormente na Matriz, os mortos eram conduzidos para uma igreja em construção, que ficava perto do Rosário. Muito cedo, porém, o recinto ficou abarrotado de cadáveres e então foi construído, às pressas, um cemitério de paliçada nos fins da Rua do Joàzeiro, no mesmo lugar onde mais tarde foi edificada a capela de São Francisco de Assis e onde atualmente se acha o Grupo Escolar "13 de Outubro". Em abril a epidemia começou a declinar, mas só em setembro se extinguiu.

Nos fins do século passado, a Vila de Assembléia vivia a vida dos lugarejos do sertão. O movimento comercial era insignificante, devido à falta de vias de comunicação, principalmente de uma estrada de ferro que facilitasse as comunicações com a Capital do Estado.

Contudo, no interior, a agricultura era cada vez mais florescente e o município contava então muitos sítios, engenhocas e cêrca de 40 engenhos de açúcar, parecendo prenunciar para a terra o que ela é hoje realmente — uma zona essencialmente açucareira.

Não há exagero, pois, em se afirmar que o município vinha se desenvolvendo econômicamente e êsse desenvolvimento refletia-se de certo modo na vida social e administrativa. O Recenseamento de 1872 encontrou no município uma população de 22 705 habitantes, sendo 21 592 cidadãos livres e 1 113 escravos, havendo no mesmo ano 1 980 votantes qualificados. A guarda nacional da vila constava de um comando superior, abrangendo o município de Quebrangulo. Em 1875, o Conselho Municipal era composto dos seguintes vereadores: capitão Teotônio Torquato Brandão, alferes Antônio Giquiri, Antônio da Graça, Vieira da Lira, Natan Rodrigues de Vasconcelos, e capitão Frederico Rebelo Maia.

Quanto ao aspecto urbano da Vila, já se observava um certo progresso em 1880. Várias ruas existiam, entre as quais: a Praça do Comércio, também chamada "do Quadro" e atualmente Apolinário Rebelo; a velha ladeira da Matriz, que se acha hoje pavimentada a paralelepípedo, e cujo nome oficial é Epaminondas Gracindo; a do Gurganema, à margem do Paraíba, atualmente Tibúrcio Nemésio; a do Rosário, hoje Centenário; a do Joàzeiro, feia e tortuosa, denominada hoje Frederico Maia; a Rua da Palha, atual Vigário Costa; e a do Cochicho, hoje São José.

A atual Rua Vigário Loureiro era conhecida simplesmente como "Bêco" e começou a ser chamada de Rua Nova, talvez porque naquela época estivesse em pleno desenvolvimento. Depois do chamado "Bêco" havia vários casebres de palha até o meio de uma várzea, onde se erguia uma frondosa canafístula que, posteriormente, deu nome à rua que aí se formou. Onde era a "Canafístula", existem hoje a Padre Elói, a Praça Izidro Vasconcelos e parte da Mota Lima. A atual Rua Clodoaldo da Fonseca, nos fins do século passado, não passava de uma avenida de mulungus", cortada pelo riacho do Meio. Durante muitos anos, foi conhecida pelo nome de Rua do Calçamento, devido a um calçamento de pedras brutas que aí existiu até bem pouco tempo.

Com o advento da República dissolveram-se os antigos partidos liberal e conservador, cedendo lugar às novas instituições políticas. Processaram-se nomeações de cargos municipais, sendo os primeiros intendentes o coronel Apolinário Rebelo Torres, Manoel Gracindo Rebelo, Francisco de Holanda Cavalcante e Alípio Coelho de Barros Lima. Todos trabalharam pelo progresso material da vila que, nessa época, já se preparava para receber a estrada de ferro. De todos os pontos do Estado vinham comerciantes se estabelecer em Assembléia; houve uma verdadeira febre de construção, as ruas aumentavam de extensão, surgiram outras, de modo que, em pouco tempo, a vila quase já havia duplicado. Para isto também concorreu o preço do açúcar, que teve uma alta bem significativa após longo interregno de desvalorização.

A aura de progresso que fazia sentir na vila, estendeu-se por todo o município. Os engenhos multiplicaram-se, contando-se nesse tempo cêrca de 70, muitos dos quais movidos por máquina a vapor. O algodão, que depois do açúcar constituía o mais poderoso elemento a influenciar na economia local, sofreu também uma animação no seu preço.

Tão fértil, tão produtiva, tão futurosa se mostrava a Vila de Assembléia que o então governador do Estado, coronel Pedro Paulino da Fonseca, pelo Decreto n.º 46, de 25 de novembro de 1890, mudou a sua denominação para Vila Viçosa.

No Recenseamento procedido nesse mesmo ano, o município acusava uma população de cêrca de 28 mil habitantes. Mas o verdadeiro progresso de Viçosa, pode-se dizer, data do ano de 1891, com a inauguração da via-férrea, a qual se realizou na tarde do dia 24 de dezembro, entre aclamações festivas e delirantes do povo. Entre as muitas pessoas que tinham ido assistir à inauguração notavam-se o governador do Estado, os secretários e o chefe de polícia.

No govêrno Gabino Besouro, por Lei n.º 14, de 16 de maio de 1892, a Vila foi elevada à categoria de cidade, cuja instalação realizou-se, solene e festiva, no dia 5 de

junho do mesmo ano, achando-se presentes o governador do Estado e secretariado.

Por essa época o jornalismo era representado pelo hebdomadário "Viçosense", o qual teve uma vida efêmera porém proveitosa.

Durante mais de meio século, no longo período de 1878 a 1930, a história política de Viçosa foi assinalada por grandes lutas partidárias, caracterizando a época de predomínio do "coronelismo" do interior.

Delas participaram, além de grandes figuras patriarcais, de há muito desaparecidas, vultos ilustres que nos dias atuais ainda se projetam na vida política e social da terra.

Em 1878, com a organização do gabinete Sinimbu, subiu o partido liberal em Viçosa. O seu chefe político era o coronel Teotônio Santa Cruz. Foi um período agitado da história política do município, em que as eleições eram feitas à custa de "bacamarte", político de prestígio seguro, o coronel Santa Cruz dominava as eleições nos momentos mais críticos.

Logo após a proclamação da República, em fevereiro de 1890, assumiu a chefia política do município o coronel Apolinário Rebelo Pereira Torres, que desde 1870 vinha dirigindo o partido conservador. Nesse período verificou-se a deposição do governador Gabino Besouro. Figura de grande projeção política não só no município como no Estado, foi Apolinário Rebelo vice-presidente do Senado Estadual e o primeiro intendente constitucional de Viçosa.

Seguiu-se outro chefe político, o coronel Epaminondas Gracindo, que se manteve no poder de 1893 a 1900.

Em 1901, a direção política do município passou para o coronel Ismael Elpídio Brandão, correligionário do seu antecesssor. Permaneceu pouco tempo no poder, pois em fins de 1902 solicitou exoneração ao então governador Euclides Malta.

Com o afastamento de Ismael Brandão, o governador Euclides Malta chamou à chefia de Viçosa o coronel Firmino Maia, que representava o partido democrata. Permaneceu pouco tempo no poder, passando a direção do município ao seu amigo padre Manoel Firmino.

Retomando a chefia política, em 1905, Ismael Brandão afastou-se definitivamente em 1912, com a queda da "oligarquia". Apesar de naquele tempo contar com um ínfimo orçamento municipal — 18 contos — na sua administração Viçosa passou por alguns melhoramentos.

Em 1912, o coronel Othon de Barros Correia, do partido democrata, assumia a direção do município. Por ocasião da apresentação do candidato a Intendente, em 1920, houve uma cisão no partido, formando os senhores Tibúrcio Nemésio e Saturnino Acioli a dissidência democrata.

Com o falecimento do coronel Othon, a direção do partido democrata, passou para o seu filho Dr. Serzedelo de Barros Correia, o qual iniciou sua carreira político-administrativa em fins de 1923. Na sua administração, que aliás foi pouco duradoura, realizou grande melhoramento no mercado público, construindo um açougue moderno, que constitui obra de valor econômico e sanitário.

Deixando a chefia em 1925, Viçosa passou por uma fase de crise administrativa. Choviam as negociações palacianas para a escolha daquele que devia dirigir o município. Afinal, foi designada pelo então Governador Costa Rêgo uma junta governativa composta de dez membros, sendo seis do partido conservador e quatro da dissidência democrata. O Dr. Manoel Brandão Vilela foi o presidente dessa Junta.

Escola Normal Joaquim Diegues

Não logrando resultados satisfatórios as demarches políticas, quanto à escolha do candidato para Prefeito, pouco tempo depois o governador do Estado apresentava o nome do major Saturnino Acioli, o qual foi eleito e reconhecido Prefeito Municipal. Realizou uma administração satisfatória, dando início à construção da Praça Apolinário Rebelo.

Em 1927, numa brilhante e emocionante campanha, cheia de entusiasmo e agitação partidária, o núcleo conservador elegeu Prefeito de Viçosa o Dr. Brandão Vilela, em cuja administração realizaram-se várias obras de vulto, destacando-se as estradas de rodagem da serra Dois Irmãos e da vila de Pindoba Grande, como também vários melhoramentos urbanos.

Nos meados de 1928, o Dr. Izidro Teixeira de Vasconcelos foi chamado à chefia política do município. Cercando-se de elementos dignos, sob sua orientação Viçosa passou por grandes melhoramentos, tendo se afastado do poder com a revolução de 1930.

Fêz parte da comarca de Alagoas, até 1833, quando passou para a de Atalaia, então criada. Em 1854, criada a comarca de Imperatriz (União dos Palmares), passou para esta, voltando, pela segunda vez, para a de Atalaia em 1870, pela Resolução n.º 518, de 30 de abril. Em 1875, pela Resolução n.º 681, de 24 de abril, foi elevada a comarca; esta disposição foi revogada no ano seguinte por Lei n.º 733, sem que houvesse instalado a comarca. Novamente criada por Decreto n.º 23, de 12 de julho de 1893, a instalação teve lugar no dia 21 do mesmo mês, perante o Conselho Municipal. Foram nomeados Juiz de Direito e Promotor, respectivamente, os bacharéis Luiz de Castro Barroca e Alípio Minervino da Silva. Por Decreto n.º 349, de 5 de dezembro de 1905, a comarca foi extinta, sendo restaurada por Decreto n.º 386, de 10 de setembro de 1906.

Em 1931, foi-lhe anexado o têrmo de Capela, perdendo-o quando êste passou a comarca, pela Lei n.º 1 473, de 17 de setembro de 1949.

Desde a sua fundação, Viçosa só possuía um distrito administrativo-judiciário, que era o da sede, abrangendo todo o município. Pela Lei n.º 1 086, de 14 de julho de

Aspecto parcial da atual Praça Apolinário Rebêlo

1926, foi criado o distrito de Pindoba Grande. O Decreto-lei n.° 2 435, de 30 de novembro de 1938, criou mais dois distritos: o de Anel e o de Chã Preta.

Pelo Decreto-lei n.° 2 909, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Assembléia, em virtude de seu nome (Viçosa) fazer duplicata com o de outros municípios brasileiros. Entretanto, a Lei n.° 1 473, de 17 de setembro de 1949, deu-lhe novamente o nome de Viçosa.

Segundo o quadro da divisão administrativa em vigor, fixado pela Lei n.° 1 785, de 5 de abril de 1954, o município era composto de 4 distritos — Viçosa, Pindoba Grande, Chã Preta e Anel, sendo que pela Lei n.° 2 070, de 10 de outubro de 1957, o distrito de Pindoba Grande foi elevado à categoria de município, passando a vigorar a citada lei a partir de 1.° de janeiro de 1959.

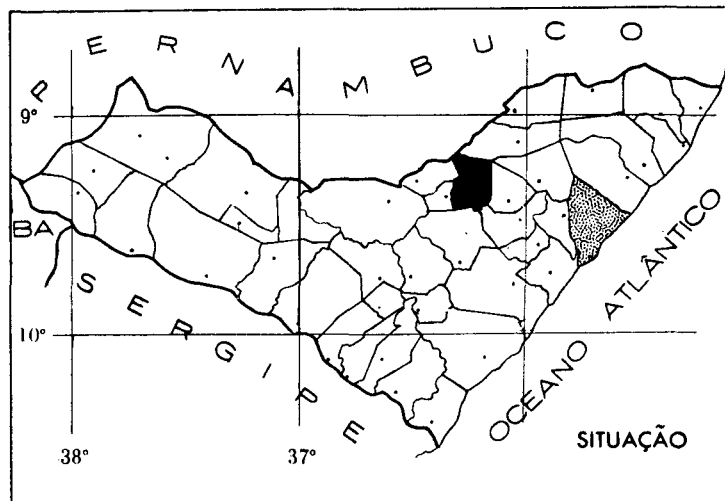
A atual legislatura instalou-se em 1955, quando tomou posse do cargo de Prefeito o então deputado federal licenciado, José Maria de Melo, que foi substituído na Câmara Federal pelo seu suplente, deputado Eustáquio Gomes de Melo. Com o falecimento dêste, apresentou-se a alternativa de o deputado José Maria de Melo renunciar ao seu mandato federal, ou permanecer à frente do Executivo Municipal. Optando pela primeira solução, voltou às suas atividades legislativas federais, dando lugar a nova eleição, realizada em março de 1957, na qual foi eleito o engenheiro Émerson Loureiro Jatobá.

O número de eleitores inscritos no último pleito foi de 6 086, sendo de 3 166 o número de votantes. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado ao norte do Estado, o município de Viçosa pertence à chamada Zona Fisiográfica da Mata e avança até a linha divisória com Pernambuco, através do município de Correntes.

Limita-se ao norte com União dos Palmares e com o município pernambucano de Correntes; a noroeste com Quebrangulo; ao sul com Anadia; a suleste com Atalaia; a leste com Capela; e a oeste com Paulo Jacinto e Quebrangulo.

A sede municipal está localizada à margem esquerda do rio Paraíba e é contornada por quatro morros, conhecidos como Alto da Dourada, Alto da Conceição, Alto do Cento e Vinte e Alto do Cemitério.

Fica a 65 quilômetros, em linha reta, da Capital Estadual e possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 22' 00" de latitude Sul e 36° 14' 30" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Viçosa é de 190 metros.

CLIMA — Pela sua posição geográfica, o município de Viçosa pertence à categoria dos climas quentes. O calor e a umidade atmosférica estão em relação com as estações. Durante o verão o ar é relativamente sêco, porém, com as chuvas do inverno, o meio ambiente contém uma certa quantidade de vapor d'água. De um modo geral, é quente no verão e frio-úmido no inverno.

A cidade, pela sua aproximação do Paraíba, pela sua vizinhanças de lugares embrejados e devido à influência de pequenas montanhas que a contornam, impedindo a ação dos ventos, conserva um certo grau de umidade, mesmo no verão. Devido a isso, a sede municipal é justamente o ponto do município onde se observam as altas termométricas mais acentuadas.

As zonas de melhor clima do município são as que ficam nas serras do Tangil, da Gereba, do Gravatá e margem direita do Paraíba, compreendendo tôda a região do município no triângulo cidade de Viçosa, Alto da Rua Nova e Paulo Jacinto.

Em 1955, a máxima acusou 35°C e a mínima 22°C. Mas em outros anos a máxima, no verão, tem atingido a 37°C e a mínima 21°C. As noites são muito suportáveis e a queda de temperatura, que se faz sentir logo depois do sol pôsto, chega ao seu mínimo pela madrugada, descendo o termômetro 5 e 6 graus centígrados.

ÁREA — A área do município, conforme dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 638 quilômetros quadrados, ocupando, na zona da Mata, o segundo lugar em superfície. A maior extensão de Viçosa é de 49 quilômetros, numa diagonal traçada da estrada de Jundiá, na fronteira com Pernambuco, à serra do Bananal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico de Viçosa é o rio Paraíba, que nasce na serra do Gigante, município de Bom Conselho (PE). Muito pedregoso em diversos pontos do seu leito, êste rio corre até a serra "Dois Irmãos", num ligeiro declive, que prova

perfeitamente a elevação dos terrenos para o centro. Durante as grandes sêcas, as suas águas diminuem extraordinàriamente de volume, deixando a descoberto o seu enorme esqueleto de rochas. Banha a sede municipal e não é navegável.

Os outros cursos d'água são: Caçamba, que é o maior afluente do Paraíba em terras de Viçosa. Nasce entre as serras do Boi e do Cavaleiro, no município de Quebrangulo, corre na direção noroeste-leste e depois de um percurso de 10 a 12 léguas desemboca junto ao povoado Caçamba; Riachão, que nasce na propriedade Olhos-d'Água do Jatobá, município de Anadia e desemboca no Paraíba um pouco acima da cidade de Viçosa; Paraibinha, que nasce na serra do Cavaleiro, atravessa o município na direção noroeste-nordeste, banha diversos engenhos, indo depois desaguar no Paraíba, já em terras do município de Capela; riacho Limoeiro, nasce na fazenda Barro Branco, e depois de receber outros regatos, toma o nome de Palmeiral, indo depois desaguar no Paraíba; riacho Parangaba, nasce a oeste da serra da Boa Vista, corta a vila de Pindoba Grande, servindo aí de limites entre Viçosa e Anadia; riacho Sabalangá, nasce além da fazenda São Pedro e após um pequeno curso vai desaguar no Paraíba, em frente ao povoado Sabalangá; riacho do Meio — nasce nas grotas do "Cento e Vinte", e depois de atravessar grande parte da cidade vai desembocar no Paraíba, por trás da Rua Tibúrcio Nemésio; riacho Gurungumba, banha a fazenda Boa Sorte, corta a via-férrea, indo depois desaguar no Paraíba; riacho Veados, banha as fazendas Bananal e Aquidaban e desemboca na fazenda do mesmo nome.

As principais quedas d'água são: cachoeira "Dois Irmãos", formada pelo Paraíba e localizada na serra do mesmo nome. Tem uma fôrça motriz calculada em 200 H.P., ainda não aproveitados; "Cachoeira Grande", formada pelo rio Caçamba e localizada no engenho Baixa Funda. Tem uma altura de 50 metros e uma fôrça motriz calculada em 150 H.P., ainda não aproveitada; cachoeira da Pindobinha, formada pelo Riachão. Tem uma altura aproximada de 40 metros e pode produzir uma fôrça de 40 H.P.; cachoeira do Paraibinha, formada pelo rio do mesmo nome, na fazenda Boa Esperança, com 20 H.P.; cachoeira "Serraria", formada pelo rio Paraibinha, na fazenda Bom Sucesso, cuja fôrça motriz de 20 H.P. está sendo aproveitada no fornecimento de luz da vila de Chã Preta; cachoeira "Caçamba", formada pelo rio de igual nome, com 25 H.P., aproveitada no fornecimento de luz da fazenda e povoado do Caçamba.

Além dos acidentes mencionados, existem no município as seguintes serras: Dois Irmãos, a mais importante do município, na linha divisória com Capela. A sua altitude aproximada é de 400 metros; Bananal, também nos limites com Capela e com uma altitude aproximada de 500 metros; serra do Cavaleiro, servindo de limite com o Estado de Pernambuco. Seguindo na direção de Quebrangulo, esta serra recebe os nomes de Guaribas, Caçambinha e Bois. É um dos pontos mais altos do município de Viçosa; serra do Cafuxi, na linha divisória com o município de União dos Palmares; Olhos-d'Água do Monteiro, entre o povoado Bananal e o município de Paulo Jacinto; Pindobinha, com uma altitude superior a 500 metros. É zona agrícola e de clima muito bom; Alto da Balança, forma um "plateau" de pequena altitude, indo ligar-se com as primeiras elevações da serra do Bananal; Chã do Tangil, continuação da serra da Pindobinha. É zona agrícola e de clima muito bom; Alto da Gereba que se dirige para sudoeste e vai ligar-se à serra da Mata Verde, em Anadia; Alto do "Cento e Vinte", nas imediações da cidade; serra da Fazenda Velha, constitui um escalão da precedente e forma o divisor das águas entre o Riachão e o Limoeiro; Montanhas do Riachão, assim chamadas as que correm entre o Riachão e o Paraibinha, passando pelas fazendas Recanto, Limoeiro e Marinheira; Montanhas do Caçamba, assim chamadas as que seguem ao longo da margem esquerda do rio do mesmo nome, passando pelos engenhos Bonito e Baixa Funda, indo depois ramificar-se com as primeiras elevações da serra do Cavaleiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Em alguns pontos da margem direita do rio Paraíba existe uma variedade de quartzo (cristal de rocha) avermelhado, o qual é conhecido vulgarmente como "pedra de fígado", em vista de apresentar o aspecto da víscera dêsse nome. Também em diversos pontos já foi encontrada a pederneira ou "pedra-de-fogo". A malacacheta (mica) é encontrada fàcilmente após as enxurradas. Em certas várzeas existe uma argila de côr branco-azulada, ou esverdeada, muito empregada na cerâmica local. Na parte oeste do município encontram-se rochas calcárias. Nas montanhas e nas "chãs" predomina a argila ou barro vermelho com que se fabricam tijolos e telhas. A areia para construção, comumente chamada "areia de rio", existe em abundância às margens dos rios Paraíba e Caçamba. Em vários trechos do Paraíba e em outros pontos do município existem pedreiras em exploração.

Quanto às riquezas de origem vegetal, apesar da devastação de várias matas, Viçosa ainda possui boa reserva florestal. Nessas matas há grande variedade de madeiras para construção, tais como sucupira, sapucaia, louro, amarelo, pau-d'arco, paraíba, massaranduba, etc. Existem, ainda, plantas medicinais, como o guardião, o jitó, o cardo-santo, o pinhão de purga, o velame e outras. Tanto nas matas como nos capoeirões encontra-se grande quantidade de palmeiras, cujas palhas são extraídas para a cobertura de casas nas fazendas e sítios.

As riquezas de origem animal estão representadas por pequena variedade de peixes encontrados no Paraíba e seus afluentes, destacando-se os seguintes: caborje, traíra, cará e jundiá; o pitu, grande camarão de água doce, também é encontrado fàcilmente no Paraíba. Entre os animais de caça encontram-se o tatu, o preá, o tamanduá-mirim, o coelho, o quati, a paca, o gato-do-mato e outras pequenas variedades. Nas matas e capoeirões encontram-se grandes variedades de aves, tais como sabiá, xexéu, socó-boi, nambu, juriti, aracuã e outros espécimes de pequeno valor.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do último Recenseamento Geral, a população do município de Viçosa atingia, em 1950, a 52 509 habitantes (25 465 homens e 27 044 mulheres).

Entre os municípios mais populosos do Estado, Viçosa aparece em 5.º lugar:

Maceió	120 980
Palmeira dos Índios	66 636
Santana do Ipanema	61 235
União dos Palmares	58 381
VIÇOSA	52 509

Dentre os 10 municípios da Zona da Mata, ocupa o 2.º lugar em população, sendo apenas superado por União dos Palmares.

Quanto à localização da população, de seus 52 509 habitantes recenseados, 45 221 localizam-se no quadro rural, 3 865 no quadro urbano e 3 423 no quadro suburbano. Como se vê, o município é preponderantemente rural, pois cêrca de 86% da sua população estão localizados nessa zona.

Do ponto de vista demográfico, Viçosa sempre ocupou um dos primeiros lugares no Estado. Por ocasião do Recenseamento Geral de 1940, contava o município 61 335 habitantes, sendo apenas superado, no Estado, pelo de Maceió. Entretanto, entre os dois últimos Censos verificou-se um decréscimo de quase 9 000 habitantes, motivado sobretudo pelo grande número de emigrantes que têm abandonado o município com destino às terras de São Paulo e Paraná. Êsse deslocamento de população tem sua maior percentagem na zona rural. Da cidade também tem havido deslocamento de habitantes para Maceió, Recife e Capital Federal, em busca de melhores condições de vida.

Aglomerações urbanas — Além da cidade, que na data do último Censo tinha uma população de 6 000 habitantes, Viçosa conta com 3 aglomerações urbanas: Vilas de Pindoba Grande, Chã Preta e Anel.

A Vila de Pindoba Grande, situada a 17 quilômetros da sede municipal, é o segundo centro urbano do município. Tem uma população de 484 habitantes, é dotada de iluminação elétrica e possui duas ruas calçadas a paralelepípedos. O seu comércio é bem desenvolvido, contando com um grande estabelecimento industrial de beneficiamento de algodão e com uma feira aos domingos. Possui 3 escolas estaduais e uma municipal.

Pindoba Grande é servida por uma estrada de rodagem municipal que liga a vila à cidade de Viçosa e por um ramal que dá acesso à estrada asfaltada Maceió—Palmeira dos Índios. Atualmente é sede de Paróquia.

A Vila de Chã Preta, situada a 18 quilômetros da sede municipal, tem uma população de 458 habitantes e duas pequenas igrejas. Possui um comércio regular com uma feira aos domingos. Mantém um pequeno serviço de alto-falante e é dotada de boa iluminação elétrica (hidráulica). Possui 2 escolas estaduais e uma municipal.

É servida pela estrada de rodagem municipal que liga Viçosa à cidade pernambucana de Correntes.

A Vila de Anel, situada a 11 quilômetros da sede municipal, é servida pela estrada de rodagem municipal que dá acesso ao município de Paulo Jacinto, e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Tem uma população de 346 habitantes e 1 igreja. Possui pequeno comércio com uma feira aos domingos e é dotada de iluminação elétrica. Possui 2 escolas estaduais.

Povoados e outros núcleos de população — Localizados na zona rural, encontram-se outros núcleos de população, destacando-se os seguintes: Povoado Bananal — com 15 prédios e cêrca de 70 habitantes. Possui uma igreja e uma escola rural; povoado Caçamba — com 42 prédios e cêrca de 210 habitantes. Possui uma igreja, uma escola rural e ótima iluminação elétrica; povoado Cruzes — com 30 prédios e cêrca de 105 habitantes. Possui uma igreja e uma escola isolada; povoado Estrada Nova — com 35 prédios e cêrca de 180 habitantes; povoado Sabalangá — com 40 prédios e cêrca de 200 habitantes. Possui uma igreja e uma escola rural; povoado Tangil — com 25 prédios e cêrca de 130 habitantes. Possui uma igreja e uma escola rural; Usina Boa Sorte — usina de açúcar, distante da cidade 3 quilômetros e com cêrca de 100 habitantes; Usina Recanto — usina de açúcar, distante da cidade 12 quilômetros, com cêrca de 120 habitantes; Fazenda Modêlo "São Luiz" — fazenda modelo mantida pelo govêrno Estadual, com cêrca de 50 prédios e 250 habitantes. Possui iluminação elétrica, 1 grupo escolar e 1 aviário bem organizado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município encontra-se na atividade agropecuária, complementada pelas indústrias de fabricação de açúcar e de beneficiamento de algodão.

Agricultura — Muito embora o solo seja em grande parte montanhoso, possui o município ótimas terras para lavouras em geral. Nos terrenos baixos nota-se a presença do massapê, terra muito apropriada para a cultura da cana-de-açúcar. Nas várzes e grutas encontra-se uma crosta de terra escura, rica em humus e matéria orgânica.

Nas próprias terras e chãs são cultivados o algodão, a mandioca e outros produtos. Existe grande área em matas e capoeirões, apesar de sua devastação para a extração de madeira e lenha.

Em 1950, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral, havia no município 2 858 estabelecimentos agrícolas com uma área total de 51 001 hectares.

O algodão e a cana-de-açúcar são os dois principais produtos cultivados no município. Nos últimos 5 anos, a cultura do café tomou grande impulso, passando êste produto a contribuir com uma parcela relativamente elevada para o aumento e valor da produção.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, as principais culturas, por ordem de valor, em 1955, foram as seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão..................	Arrôba	120 000	18 000
Café.....................	»	35 500	15 975
Cana de açúcar..........	Tonelada	72 000	15 840
Mandioca................	»	7 500	9 000
Banana..................	Cacho	360 000	7 200
Laranja.................	Cento	75 000	3 750
Milho...................	Saco de 60 kg	10 000	1 500

Além dos produtos acima, o município produz, em menor escala, os seguintes: fumo, mamona, feijão, batata-

-doce, macaxeira, inhame, fava, abacaxi, amendoim, manga e agave.

Pecuária — Apesar de certas condições naturais desfavoráveis ao desenvolvimento da pecuária, quais sejam os terrenos montanhosos e as invernias prolongadas, pode-se dizer que a criação de gado bovino constitui em todos os tempos uma atividade de importância fundamental para a economia do município.

A zona do oeste, que abrange o distrito de Anel, é a mais apropriada para a pecuária, já pela melhoria da pastagem, já pelo clima, já pela configuração do solo.

Há grande área de pastagens naturais e do chamado capim angolinha e sempre-verde. A raça preferida pela maior parte dos criadores é a mestiça, resultante do cruzamento do tipo crioulo com nelore, gyr e guzerat.

Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária, em 1956, era a seguinte:

ESPÉCIES	N.º DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovinos	30 000	120 000
Eqüinos	5 000	12 500
Asininos	1 000	1 000
Muares	3 000	9 000
Suínos	18 000	14 400
Ovinos	1 500	375
Caprinos	21 000	4 200

Indústria — As principais indústrias do município são a de fabricação de açúcar e a de beneficiamento de algodão. A primeira está representada por duas usinas — Boa Sorte e Recanto — cujo valor da produção, em 1956, atingiu a mais de dezessete milhões de cruzeiros. A segunda compreende 3 grandes estabelecimentos, sendo 2 localizados na sede municipal e 1 na Vila de Pindoba Grande, atingindo o respectivo valor de produção, em 1956, a mais de sessenta milhões de cruzeiros.

De acôrdo com o Registro Industrial de 1956, existiam na cidade 3 pequenas fábricas de bebidas, e 1 de sabão. A indústria de produtos alimentares conta 6 panificações localizadas na sede municipal, 2 na Vila de Pindoba Grande, 2 na Vila de Chã Preta e 1 na Vila de Anel. Existe, ainda, no município, um curtume para fabricação de solas.

Quanto às pequenas atividades industriais, existem no município, de acôrdo ainda com o Registro Industrial de 1956, os seguintes estabelecimentos: 115 de produção de farinha de mandioca, 25 de fumo em corda, 13 de rapadura e 8 de aguardente de cana. A indústria extrativa conta alguns pequenos produtores de carvão vegetal, lenha, madeira e pedra para construção.

COMÉRCIO E BANCOS — Durante muitos anos Viçosa foi o principal centro comercial entre a zona do sertão e a capital Estadual; porém, depois que a via-férrea foi avançando para as cidades sertanejas, muito decresceu o movimento local. Contudo, na região da Mata ainda é tida como uma das primeiras praças.

Mantém transação diretamente com Maceió, Recife, Campina Grande e Palmeira dos Índios. Os principais produtos exportados são: açúcar, algodão beneficiado, milho, café, couros e peles, e madeira.

Como principais artigos importados, destacam-se: tecidos, ferragens, farinha de trigo, charque, arroz e sal.

Há 8 firmas atacadistas, sendo sete na sede municipal e uma na Vila de Pindoba Grande. Na cidade há 35 firmas varejistas, das quais 10 de tecidos.

O movimento bancário é feito através de uma Agência do Banco do Brasil e do Banco de Viçosa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Viçosa é servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por várias estradas de rodagem construídas pelo Govêrno Municipal, as quais, no rigor do inverno, se tornam pràticamente intransitáveis. As principais são: Viçosa—Maceió, via Capela; Viçosa—Correntes, via Chã Preta; Viçosa—União dos Palmares, via Usina Recanto; e Viçosa—Pindoba Grande. A sede municipal é servida pela emprêsa Auto-Viação "Santa Luiza", com sede em Capela, que mantém diàriamente serviço de ônibus entre Viçosa e Maceió, via Atalaia.

Dista de Maceió 89 quilômetros e as ligações com os municípios vizinhos são as seguintes: Anadia — 50 quilômetros; Atalaia — 45 quilômetros (rodovia) e 35 quilômetros (ferrovia); Capela — 25 quilômetros (rodovia) e 22 quilômetros (ferrovia); Paulo Jacinto — 23 quilômetros (rodovia) e 21 quilômetros (ferrovia); Quebrangulo — 42 quilômetros rodovia e ferrovia); União dos Palmares — 51 quilômetros (rodovia).

Mantido pela municipalidade há um campo de pouso, denominado "Aviador Luiz de França", medindo 416 metros de comprimento por 32 de largura, localizado a 500 metros da cidade.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na cidade, uma Agência Postal-telefônica na Vila de Pindoba Grande e Agências Postais nas Vilas de Chã Preta e Anel.

A Rêde Ferroviária do Nordeste mantém dois serviços telegráficos no município, sendo um na sede municipal e outro na Vila de Anel.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Viçosa, situada à margem esquerda do Paraíba, contava, na época do último Recenseamento Geral, uma população de 6 000 habitantes, ocupando, assim, o 7.º lugar entre as mais populosas do interior alagoano.

Muito embora não venha apresentando sinais de progresso nos últimos anos, destaca-se, no Estado, pelo nível cultural de sua população.

A parte central da cidade, compreendendo cêrca de 15 logradouros, está completamente pavimentada a paralelepípedo, sendo, talvez, a cidade do interior com maior área de calçamento.

Ao lado de alguns velhos sobrados e de prédios centenários, como os da Igreja Matriz e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, encontram-se vários edifícios modernos, entre os quais a Escola Normal Rural "Joaquim Diegues" o Ginásio, o Correio e Telégrafo, o Pavilhão Infantil "Manoel Joaquim Tenório", a Maternidade "Dr. Manoel Brandão" e o Banco de Viçosa.

Possui 1 740 prédios, dos quais 1 422 residenciais. É dotada de um moderno serviço de água canalizada, cujas instalações foram recentemente concluídas. O serviço de

iluminação elétrica, ainda precário, tem constituído problema dos mais difíceis para a administração municipal, porém tudo indica que, dentre em breve, será solucionado, pois foram ultimadas providências no sentido de ser a população beneficiada com a energia da Cachoeira de Paulo Afonso.

Ligando a cidade às rodovias que dão acesso ao distrito de Pindoba Grande, encontra-se na cidade a grande ponte sôbre o rio Paraíba.

Construída há muitos anos, no govêrno Clodoaldo da Fonseca, a referida ponte foi reconstruída há pouco tempo, sob arquitetura moderna e constitui uma obra de grande valor econômico para o município.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população através de 3 estabelecimentos com internamento — Hospital "Nossa Senhora da Conceição", Maternidade "Dr. Manoel Brandão" e Pavilhão Infantil "Manoel Joaquim Tenório", os quais são dotados de instalações modernas, com médico, ambulatório e farmácia.

Na sede municipal há, também, um Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, um Pôsto do Serviço de Endemias Rurais, do Govêrno Federal e um Pôsto de Puericultura, mantido pela Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância.

Além de 9 farmácias, há na cidade 1 médico e 3 dentistas no exercício da profissão. Há uma farmácia na Vila de Pindoba Grande, outra na de Chã Preta e outra na de Anel.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município de Viçosa conta uma Associação de Assistência Social, que é a Sociedade "Amor e Caridade", fundada em 1914, a qual mantém o Hospital, a Maternidade e o Pavilhão Infantil. A Sociedade "São Vicente de Paula", fundada há muitos anos, também presta assistência social, distribuindo gêneros alimentícios aos pobres.

Existe, ainda, a Sociedade Auxílio Mútuo Viçosense. fundada em 1931, que presta auxílio funerário aos seus associados. Em 31-12-1956 esta sociedade contava 556 sócios.

Quanto ao cooperativismo, o município conta dois importantes estabelecimentos em plena atividade: a "Cooperativa Agrícola Banco de Viçosa, Limitada", fundada há cêrca de 30 anos, que se destina principalmente a financiar os agricultores, não só de Viçosa como de outros municípios; "Cooperativa de Plantadores de Cana de Assembléia", que mantém a Usina Boa Sorte, e se destina à produção industrial.

ALFABETIZAÇÃO — O último Recenseamento Geral demonstrou que havia na cidade, em 1950, 5 125 pessoas na idade de 5 anos e mais. Dêste total, 2 173 sabiam ler e escrever e 2 952 eram analfabetas. Êstes dados revelam, pois, que o número de pessoas sabendo ler e escrever corresponde a 36% em relação à população total da cidade.

Nas vilas de Pindoba Grande, Chã Preta e Anel, o Censo encontrou, na referida idade, 386 pessoas sabendo ler e escrever e 699 analfabetas.

Ensino — Quanto ao ensino primário, a cidade de Viçosa conta um Grupo Escolar, cuja matrícula atual é de 1 082 alunos, duas escolas estaduais isoladas e 1 escola municipal. Na Vila de Pindoba Grande há 3 escolas estaduais, reunidas num pequeno grupo rural, 1 escola municipal e 2 cursos supletivos de alfabetização. Na Vila de Chã Preta há 2 escolas estaduais, reunidas, também, num pequeno grupo rural, e 1 escola municipal. Na Vila de Anel há duas escolas estaduais, também reunidas num pequeno grupo rural, e 1 curso supletivo de alfabetização.

Existem, ainda, 40 estabelecimentos de ensino fundamental comum localizados nos povoados, fazendas e sítios e 11 cursos supletivos de alfabetização.

Relativamente ao ensino secundário, existem na cidade um ginásio, uma escola normal rural, uma escola técnica de comércio e uma escola de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há um cinema e um clube recreativo para reuniões dançantes. Quanto à imprensa, existe um pequeno jornal na cidade e outro na Vila de Pindoba Grande. Há uma livraria e uma tipografia na sede municipal.

Na Vila de Chã Preta existe um clube recreativo para reuniões dançantes com serviço de alto-falante.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	494	4 062	1 018	662	1 052
1951	688	4 369	1 802	1 324	1 798
1952	1 117	5 319	2 021	1 365	2 024
1953	1 043	4 713	2 038	1 148	2 098
1954	1 074	5 862	1 914	1 238	1 914
1955	1 294	8 228	2 436	1 662	2 399
1956	1 775	8 883	3 289	2 194	3 325
1957 (1)	...	...	2 470	1 888	2 294

(1) Orçamento. A receita e despesa municipal, no ano de 1957, é referente aos meses de janeiro a julho.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Estudando os vestígios de raças pré-históricas no município de Viçosa, Alfredo Brandão apresentou uma memória ao Instituto Histórico de Alagoas, em dezembro de 1913, da qual extraem-se os seguintes tópicos: "No engenho Barro Branco, onde passei grande parte de minha infância, constava-me que num lagêdo, à margem de um regato, existiam diversos riscos em linhas retas. Nunca me foi possível observá-los, porque no meu tempo, estando as águas do regato represadas num açude, o lagêdo achava-se completamente coberto. Pude, porém, mais tarde, ver riscos iguais em um rochedo que ficava perto, à margem do riacho Zabumba, no engenho Bom Jesus.

"Um pouco além do açude do Barro Branco, começam as fraldas de um monte em cujo cimo, a Chã da Ingàzeira, já foram encontrados diversos vasos grandes de argila.

"Os vestígios do homem primitivo são ainda assinalados no município de Viçosa pelos instrumentos de pedra polida que, de quando em vez, são encontrados no solo, a pouca profundidade. Entre êles figuram machadinhos de diorito e de silex, pistilos ou mãos de pilão e pequenas mós de seixo branco, em forma de laranja, as quaes, mos-

trando na superfície um polimento perfeitamente artificial, distinguem-se das pedras naturalmente polidas pelo efeito da ação lenta das águas dos rios ou ribeiros.

São também dignos de nota os objetos de adôrno: há tempos tive ocasião de ver um lindo "tembêtá" de quartzo branco raiado de verde.

"Um verdadeiro dólmen encontrei no engenho Mata Verde, numa gruta dominada pelo alto da Boa Vista. Consta de uma pedra plana superposta sôbre três pedras brutas.

"No engenho Minas, à margem do riacho Jundiaí, existem rochedos com inscrições. Aí parece haver um monumento megalítico.

"No povoado Limoeiro, à margem do Paraíba, encontram-se muitos riscos numa pedra bruta.

"O monumento prehistórico da Viçosa, o mais importante que cheguei a ver, já não existe, pois foi demolido mui recentemente, quando se construia o prolongamento da via-férrea que se destina a Palmeira dos Índios".

O único monumento de valor histórico existente em Viçosa é um "obelisco" comemorativo da passagem do Centenário do município, — 13 de outubro de 1831 a 13 de outubro de 1931 —, construído de cimento armado e localizado no centro da Praça Apolinário Rebelo.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas tradicionais de Viçosa, tôdas de caráter religioso, continuam aparecendo, embora sem o brilho de épocas passadas. Dentre elas, destacam-se: a do Senhor Bom Jesus do Bonfim, padroeiro do município, celebrada a 2 de fevereiro; a de São Sebastião, celebrada em janeiro, não só na cidade como também nas Vilas de Chã Preta e Anel, no povoado Bananal, e em outros pontos da zona rural; a do Bom Jesus dos Martírios, no povoado Bananal; a de Nossa Senhora da Conceição, que se comemora em dezembro, no dia 8, na cidade e na Vila de Chã Preta. Nesta vila também se realiza, anualmente, a festa de Santa Luzia, a 13 de dezembro. Tôdas elas são acompanhadas de novenas, leilão, e, às vêzes, cavalhada. Uma das características mais interessantes dessas festas é a sua banda musical, a chamada "zabumba popular", cujos instrumentos principais são o bombo, a caixa, o pífano e os pratos. Essa banda, que geralmente funciona nas festas populares e acompanha as cavalhadas, é tocada pelo nosso caboclo nordestino.

Viçosa foi sempre um centro de manifestações folclóricas no Estado. Os folguedos populares e outras manifestações tradicionais têm sido cultivados pelos viçosenses. Se os primitivos pastoris, os grandes reisados de João Félix e "mestre" Libânio e as belas cavalhadas do Bom Jesus do Bonfim desapareceram da porta das igrejas e dos pátios das "casas grandes" dos engenhos, continuam existindo ainda, como fôrça viva da tradição viçosense, através dos trabalhos de Théo Brandão e José Aloísio Vilela, grandes folcloristas da terra. Théo Brandão, que é hoje um nome nacional em assuntos folclóricos, publicou, entre outros trabalhos, o "Folclore de Alagoas", o "Reisado Alagoano" e "Trovas Populares"; José Aloísio Vilela, especializado na parte referente a "côco", "rodas", etc., escreveu interessante trabalho sôbre as origens do "côco" em Alagoas. Dois outros folcloristas viçosenses são: José Pimentel de Amorim e José Maria de Melo. O primeiro concluiu um trabalho sôbre medicina popular em Alagoas, com o qual concorreu a dois concursos promovidos pela Discoteca Municipal de São Paulo, sendo premiado em ambos com menção honrosa. O segundo, que tem se dedicado à parte sôbre adivinhações, publicou interessante obra intitulada "Enigmas Populares".

A Chegança e o Quilombo não apareceram mais nos últimos anos.

A Cavalhada, se bem que um pouco modificada, ainda se tem registrado. O Guerreiro e as Baianas foram exibidos nos dois últimos anos, por ocasião dos festejos natalinos (dezembro e janeiro).

O Pagode, a Roda, o Samba e outras manifestações do "côco", continuam aparecendo nas fazendas, povoados e antigos engenhos.

No Congresso Nacional de Folclore, realizado em São Paulo, em 1954, Viçosa se fêz representar através de um grande Reisado, cuja atuação mereceu os melhores elogios das delegações estrangeiras e nacionais.

Quanto a efemérides, o município comemora anualmente, através de solenidades cívicas, a grande data de sua emancipação política — 13 de outubro.

VULTOS ILUSTRES — *Apolinário Rebelo Pereira Tôrres* — nasceu em outubro de 1832. Chefe político durante muito tempo, desde 1870 vinha à frente do partido conservador. Foi o primeiro intendente constitucional de Viçosa, deputado estadual em várias legislaturas e vice-presidente do Senado Estadual no govêrno de Gabino Besouro. Em 1873 foi agraciado com a patente de coronel-comandante superior da Guarda Nacional. Advogado e político de grande visão, faleceu em fevereiro de 1910.

Manoel Raimundo da Fonseca — nasceu no dia 2 de agôsto de 1858. Foi o introdutor da imprensa em Viçosa, tendo fundado o primeiro jornal, "A Mocidade", em 1873, quando ainda estudante. O primeiro número dêsse jornal foi em letra manuscrita, passando depois a ser impresso em tipos de cajá. Em 1876, fêz publicar o segundo jornal de Viçosa, denominado o "Assembleense". Bacharelou-se pela Faculdade do Recife, foi nomeado Promotor Público de Pôrto Calvo. Foi Juiz Municipal em Livramento, Rio Grande do Sul e depois Juiz de Direito em Bagé, no mesmo Estado. Escritor e jornalista, publicou um livro sôbre Direito, o que lhe valeu os melhores conceitos de juristas da época. Foi o primeiro viçosense que recebeu diploma científico. Faleceu na cidade de Salto (Uruguai), em setembro de 1896.

Padre *Francisco de Borja Barros Loureiro* — pertencendo a uma antiga família da Capela, onde nasceu em outubro de 1830, muito cedo transferiu-se para Viçosa, e aí viveu grande parte de sua vida. Ordenando-se em Olinda, em novembro de 1853, pouco tempo depois seguiu para Viçosa. Foi nomeado coadjutor da paróquia de Viçosa em 1874, tendo permanecido como vigário do município até 1886.

Militando sempre nas fileiras do partido conservador de Viçosa, no período monárquico exerceu o mandato de deputado estadual em oito legislaturas consecutivas. No

regime republicano foi eleito Senador Estadual. Entre as obras importantes que realizou em Viçosa, destacam-se a reforma geral da Igreja Matriz, em 1900, e a construção do atual cemitério.

Faleceu em Viçosa, em julho de 1902.

Tibúrcio Nemésio — nasceu em Viçosa no dia 2 de janeiro de 1873. Fundou e dirigiu o Colégio "Silva Jardim" durante muito tempo. Foi deputado estadual e Secretário da Sociedade "Instrutora Viçosense".

Pertencendo ao partido democrata do município, foi político influente em 1920. Foi deputado estadual e Secretário da Sociedade "Instrutora Viçosense", a cuja causa dedicou grande parte de sua vida.

Luiz de Siqueira Sá — tendo nascido em Quebrangulo, em 1873, foi residir em Viçosa ainda quando criança. Elemento influente na vida social e política de Viçosa, foi orador de grande talento, tendo, em várias ocasiões, representado o município com o brilhantismo de sua inteligência. Revelou-se, também, colaborador assíduo da imprensa de Viçosa e de Maceió.

Alfredo de Barros Loureiro Brandão — nasceu em 19 de fevereiro de 1874. Formou-se em Medicina pela velha Faculdade da Bahia. Poucos meses depois, seguiu para Mato Grosso, ingressando no exército, onde ocupou vários cargos como médico militar. Serviu na Expedição Rondon, tendo percorrido parte do Brasil Central. Foi Diretor do Hospital Militar do Recife, onde realizou grandes reformas, e chefiou a Enfermaria de Oficiais do Hospital Central, no Rio de Janeiro. Transferido, depois, para São Paulo, ocupou o cargo de diretor do Hospital Militar e de chefe de saúde, interino, da 2.ª Região Militar. Mas não foi como militar que passou à posteridade, e sim como historiador. Além de vários trabalhos publicados na revista "Medicina Militar", deixou as seguintes obras: "Viçosa de Alagoas", trabalho sôbre história, geografia e arqueologia de sua terra natal; "Noites do Paraguai"; "A Escrita Pré-histórica do Brasil"; "Crônicas Alagoanas"; "Tabagismo" (tese de formatura); e "Os Negros na História de Alagoas" (memória apresentada ao primeiro congresso afro-brasileiro).

Era membro do Instituto Histórico de Alagoas e sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Faleceu em Maceió, em janeiro de 1944.

Manoel de Barros Loureiro Brandão — nasceu em Viçosa a 31 de outubro de 1875. Formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, logo depois iniciou sua clínica na cidade de Viçosa. Foi médico do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, de Viçosa, desde sua instalação, cargo que exerceu com raro zêlo profissional.

Quinze anos depois retirou-se para Maceió, onde fêz parte da diretoria da Sociedade de Medicina e do corpo médico do Hospital de São Vicente, ocupando com rara competência o cargo de chefe da Maternidade "Sampaio Marques". Publicou na imprensa da Capital vários trabalhos sôbre medicina.

Dedicado em extremo à sua profissão, inteligente e preparado, muito cedo constituiu-se em tôrno de sua individualidade uma grande auréola de simpatia e confiança. Faleceu em Maceió, em 1941.

Demócrito Brandão Gracindo — nasceu no antigo engenho Boa Sorte, município de Viçosa. Formando-se pela Faculdade de Direito do Recife, seguiu para o Pará, onde exerceu a magistratura. Voltando para Alagoas, tornou-se advogado dos mais brilhantes e conceituados, ocupando também cargos de destaque, entre os quais Deputado Federal, Secretário do Interior, Prefeito da Capital, Presidente da Academia Alagoana de Letras, Presidente do Instituto Histórico e Catedrático de Geografia ao antigo Liceu Alagoano. Advogado de alto conceito, jurista brilhante e orador de imagens lindas, foi Demócrito Gracindo uma "estatura hercúlea numa hercúlea inteligência".

Padre *Elói de Barros Loureiro Brandão* — nasceu na cidade de Viçosa, em 28 de novembro de 1879. Entrou para o Seminário de Olinda em 1896. Fundada a Diocese de Alagoas, continuou seus estudos no respectivo Seminário, onde se ordenou em dezembro de 1902.

Nomeado pároco de Quebrangulo, a sua permanência nessa cidade foi uma verdadeira missão evangelizadora. Foi lente e diretor espiritual do Seminário de Alagoas, membro e Secretário do Instituto Histórico de Alagoas, deixando publicado o trabalho "Ao Entoar dos Salmos".

Faleceu em 1911, na cidade de Anadia, mas está sepultado na Matriz de Viçosa.

Clóvis de Holanda — apesar de ter nascido em Quebrangulo, em 1892, considerava-se viçosense de coração, tendo em Viçosa vivido grande parte de sua vida. Poeta sublime deixou vários trabalhos, destacando-se o "Germinal", obra que o imortalizou. Faleceu no Recife, em 1914, quando cursavta o 4.º ano de Direito.

Inácio Brandão Gracindo — nasceu no antigo Engenho Boa Sorte, município de Viçosa, formou-se em 1901, pela Faculdade de Direito do Recife. Exerceu o cargo de Juiz de Direito de Viçosa e Atalaia. Aposentando-se, montou escritório em advocacia em Maceió. Culto e talentoso, foi um dos maiores juristas de Alagoas. Faleceu, em Maceió, em 1956.

Izidro Teixeira de Vasconcelos — nasceu no antigo Engenho Bananal, município de Viçosa, em 4 de junho de 1886. Após um curso brilhante, formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Político de real prestígio no seu município, chefiou o Partido Republicano-Conservador, vencendo o pleito municipal de 1927. No Congresso do Estado, exerceu o mandato de Deputado com brilhantismo. Foi Deputado Federal em 1934. Faleceu na Capital Federal, em março de 1941.

Olegário Brandão Vilela — nasceu no antigo Engenho Mata Verde, município de Viçosa, no dia 6 de março de 1886. Concluindo o curso jurídico na Faculdade do Recife, exerceu a magistratura nos municípios de Palmeira dos Índios e Viçosa.

Cultor das letras, escreveu vários trabalhos na imprensa de Viçosa, destacando-se o poema "Bôca de Fornalha" e um "Estudo sôbre a pecuária", publicado no "Álbum do Centenário de Viçosa". Faleceu em junho de 1945.

Ovídio Edgar de Albuquerque — nasceu em 7 de março de 1891. Foi Diretor do Instituto Viçosense e Colégio XV de Novembro, em Maceió. Exerceu com zêlo e efi-

ciência o cargo de Secretário da Escola Normal de Maceió. Faleceu em Viçosa em julho de 1956.

Pedro Barreto Falcão — nasceu em Viçosa em 14 de maio de 1902. Em 1939, quando chefiava uma secção do Departamento Estadual de Estatística, foi requisitado pelo I.B.G.E. e nomeado Diretor do Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul, à frente do qual realizou grandes reformas de natureza técnica. No referido Estado, dirigiu com grande eficiência os trabalhos do Recenseamento de 1940. Voltando para Alagoas, a convite do Govêrno Ismar de Góis Monteiro, organizou e dirigiu o Departamento das Municipalidades.

Relator-chefe do "Jornal de Alagoas", em 1934, Barreto Falcão, foi sobretudo um estatístico de grande visão e um estudioso dos problemas econômicos de Alagoas.

Faleceu tràgicamente, em Maceió, no ano de 1945.

Ademar de Almeida Vasconcelos — nasceu na cidade de Viçosa, no dia 9 de maio de 1910. Formado em Medicina pela velha Faculdade da Bahia, tornou-se depois, por fôrça de concurso, catedrático da mesma escola. Mais tarde, já professor de renome, concluiu também o curso de odontologia. Além de médico de valor, foi orador talentoso e estudioso dos problemas sociais da época atual.

Entre os trabalhos de sua autoria, destacam-se: "Em Busca da Perfeição"; "Aspectos Médico-Legais do Suicídio na Bahia"; "Do Defloramento"; "Alimentação em Odontologia"; "Sífilis Bucal"; "Cárie Dentária e Vitamina C". Faleceu, em Maceió, em 1945, sepultando-se em Viçosa.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como pontos de atração turística, merecem especial referência a Cachoeira Grande, formada pelo rio Caçamba, no engenho Baixa Funda, distante da sede municipal 12 quilômetros, cujas águas caindo de altitude de 50 metros forma uma das mais belas paisagens naturais do Estado de Alagoas.

Outra bonita queda d'água é a Cachoeira Dois Irmãos, situada na serra do mesmo nome, formada pelo rio Paraíba é outro ponto de grande beleza natural e que se constitui, também, agradável ponto de atração turística.

Devemos enumerar, ainda, a fazenda Modêlo "São Luiz", que dista cinco quilômetros da sede municipal. É mantida pelo Govêrno Estadual; possui a mesma importante aviário e é pela sua organização e zêlo uma das mais importantes e perfeitas do Estado, sendo, por isso mesmo, motivo de visita por parte daqueles que procuram o município para os seus "week-ends".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Viçosa são conhecidos pelo nome de "viçosenses".

Talvez devido à variabilidade na constituição dos terrenos, o município de Viçosa apresenta duas zonas florestais que se diferenciam pela qualidade e desenvolvimento das espécies botânicas.

Ambas são separadas uma da outra pelo rio Paraíba.

A da margem direita toma o nome de zona do "agreste", e a da margem esquerda o de zona da "mata".

O agreste, como se chama vulgarmente, muito parecido com a "caatinga", é antes uma transição entre esta e a mata. A vegetação vai insensìvelmente se modificando até apresentar todos os caracteres da flora sertaneja.

Duas espécies vegetais da família das palmeiras caracterizam as duas zonas: no agreste domina o ouricuri ou aricuri, e na mata a pindoba (palma "Attalea Pindoba"). Os terrenos da primeira zona são sêcos, a terra é mais pobre em humus e substâncias orgânicas e as chuvas são mais raras. Entre as espécies, encontram-se o velame do campo, o moleque-duro, a uva do mato e o mandacarú.

As matas de Viçosa, segundo Alfredo Brandão, são restos da floresta primitiva dos Palmares. Atualmente elas se acham bem reduzidas e, muito longe de formarem uma continuidade, apresentam-se sob a forma de reboleiras mais ou menos extensas, separadas umas das outras por capoeiras, cercados ou terrenos cultivados. Algumas estão um pouco devastadas pelo cortes de lenha e extração de madeiras; outras, porém, ainda ostentam todo o esplendor e majestade florestais, grimpando sôbre as montanhas ou alongando-se pelas gargantas profundas dos vales. Há uma grande variedade de madeiras, tais como a sucupira, a sapucaia, o pau-d'arco, o pitimiju, o louro, a maçaranduba, a paraíba, o coração-de-negro e outras.

As principais autoridades do município são: José Tenório Neto, Presidente da Câmara de Vereadores; Dr. Pedro da Rocha Acioly, Juiz de Direito; Dr. Manoel Vasconcelos Teixeira, Promotor Público; Monsenhor Cândido Machado, Pároco; e Lourival Paes de Oliveira, Delegado de Polícia.

(*Fonte dos dados* — Agência Municipal de Estatística; *Elaboração* — Inspetoria Regional de Estatística.)

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE

14 — 24 935

AMPARO DO SÃO FRANCISCO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nas terras que, primitivamente, circundavam a povoação de Urubu de Baixo, hoje Propriá, havia inúmeras propriedades agrícolas, sendo uma das mais importantes a de Campinhos, cujo proprietário era o capitão Antônio Rodrigues da Costa Dória, um dos membros eleitos para compor a primeira Comarca Municipal da vila de Propriá.

Por volta de 1855, tendo se desentendido com a sua genitora, depois da morte do pai, que era dono do Engenho Feiticeira, nas proximidades de Jaboatão, hoje Japoatã, João da Cruz Freire, recebendo da mãe, em dinheiro, o quinhão que lhe cabia por herança de seu pai, Francisco José da Cruz, chegou àquelas paragens, adquirindo parte da fazenda Campinhos, e construiu a primeira casa de morada, justamente no ponto de onde melhor se divisava a alva tôrre da igreja de São Braz, localidade fronteiriça do Estado de Alagoas, e o panorama magnífico proporcionado pelo majestoso São Francisco.

Depois de oito anos dedicados à lavra da terra e ao criatório de gado, João da Cruz Freire casou-se com D. Francisca Senhorinha, descendente de uma família portuguêsa que, por motivo de ordem política, emigrou para vizinhanças de sua propriedade e cujos descendentes, em grande parte, ainda habitam as terras do município de Amparo do São Francisco, dedicando-se aos mesmos afazeres dos seus antepassados.

Foi justamente no dia do casamento de João da Cruz Freire que, sendo perguntado pelo nome da sua propriedade, respondeu que até aquêle instante não tinha dado um nome à sua fazenda, mas daquele momento em diante ela se chamaria Amparo, acrescentando que, como havia previsto, fizera, com a graça de Deus, daquelas terras o seu "amparo". Nesse mesmo dia, João da Cruz Freire foi agraciado com a patente de Capitão da Guarda Nacional.

Posteriormente, construiu uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo e fêz doação da área de terras necessária à constituição do encapelado.

Nasceu, assim, a povoação de Amparo, encravada nas terras pertencentes ao município de Propriá.

Em 1937, Amparo passa a fazer parte do município de Canhoba, criado pelo Decreto-lei estadual n.º 17, de 23 de dezembro daquele ano, situação em que permaneceu durante quase 10 anos, voltando à jurisdição de Propriá em virtude do estabelecido no artigo 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado pela Assembléia Constituinte de Sergipe em 6 de julho de 1947.

Em 1953, o povoado havia atingido as condições mínimas exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios para ser elevado a sede de município, pelo que se empenhou vivamente o Sr. Epaminondas Freire, político militante na povoação, logrando a inclusão de Amparo na emenda coletiva apresentada ao Projeto de Lei da Assembléia Legislativa do Estado, de criação de municípios, que afinal se converte na Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, pela qual o povoado recebeu a categoria de cidade e sede do município, com a denominação de Amparo de São Francisco, desmembrado do de Propriá.

A 6 de fevereiro de 1955 o município é instalado solenemente pelo Dr. Juiz de Direito da comarca de Propriá, ato em que tomam posse os 5 membros da Câmara de Vereadores e o Prefeito Municipal, Leonel Vieira da Silva, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954.

Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954 que fixa a nova Divisão Administrativa e Judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, Amparo do São Francisco se compõe de um único distrito, o da sede municipal, e é têrmo judiciário.

Prefeitura Municipal (em construção)

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica "Baixo São Francisco". Limita com os de Canhoba, Propriá e o Estado de Alagoas. A cidade de Amparo do São Francisco está implantada em um alto, à margem direita do São Francisco, tendo a oeste o rio Jaguaribe que deságua naquele. Dista 91 quilômetros em linha reta da capital do Estado, colocando-se no 35.º lugar entre os demais municípios de Sergipe com referência à distância de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da cidade

CLIMA — O clima é pouco variável, não sofrendo mutações fortes. Quente no verão e agradável no inverno. Chove regularmente na quadra do inverno, de abril ou maio até agôsto.

ÁREA — A área territorial do município é de 52 quilômetros quadrados, representando 2,3% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente é o rio *São Francisco* que banha todo o norte do município e é o principal caminho por onde viaja o seu povo e serve de escoadouro para sua produção. Rio *Jaguaribe* que nasce no município de Canhoba e vem dividindo aquêle pelo oeste com êste município até a sua foz no São Francisco. Lagoa dos Campinhos e Morro da viúva.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município conta entre seus recursos, pedra para construção e barro ou argila que utiliza no fabrico de telhas e tijolos, cuja produção no ano de 1956 foi de Cr$ 10 000,00. No reino vegetal, a comuna explora a extração de madeiras para estacas de cêrca e lenha que, no referido ano, atingiu a 590 metros cúbicos no valor de 43 milhares de cruzeiros. Pescados constituem os principais recursos de natureza animal existente no município; no ano de 1956, a produção fôra estimada em 1,5 toneladas no valor de Cr$ 40 000,00.

POPULAÇÃO — A Inspetoria Regional de Estatística Municipal, baseada nos resultados censitários de 1950, relativos à zona rural do município de Propriá, a que pertencia o então povoado de Amparo, estima a população do município conforme as parcelas que se seguem: População municipal, cêrca de 2 000 pessoas, sendo mais de 900 homens e quase 1 100 mulheres. Quanto à côr, foi assim avaliada, segundo os ditos elementos de 1950: Brancos — 970, pardos — 940, pretos — 90. Quanto ao estado civil dos habitantes de 15 anos e mais de idade, a Inspetoria Regional estima, ainda segundo os mencionados resultados de 1950, que os habitantes do município estariam assim classificados: casados — 670, solteiros — 400 e viúvos — 130.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana mais importante é sem dúvida a da sede municipal que, em 1950, teria presumìvelmente 670 habitantes. Depois da sede vem o povoado de São José, com 75 moradas e 280 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo estimativa da Inspetoria Regional, baseada nos resultados censitários de 1950, a população de 10 anos e mais de idade era de 1 940 pessoas; destas, 90%, ou seja, 1 341 indivíduos, ocupavam-se na agricultura e pecuária.

A agricultura é a principal fonte de vida de Amparo do São Francisco, em que se empregam cêrca de 85% de seu povo em idade de trabalhar; segue-se-lhe a pecuária cuja contribuição para a economia da comuna é um pouco menor.

O montante da produção agrícola, em 1956, referente às principais lavouras, atingiu a cifra de Cr$ 1 817 000,00, destacando-se entre os produtos, o arroz em casca que contribui com 53% para o mencionado total. O quadro adiante reúne as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	60	481
Arroz	234	975
Mandioca	248	248
Milho	17	71
Feijão	2	27
Côco-da-baía	5	15

A pecuária do município tem a população seguinte: bovinos — 1 200, eqüinos — 280, muares — 72, suínos — 660, ovinos — 100 e caprinos — 100 cabeças. O montante da produção em 1956 (crias e leite) atingiu a cifra de 1 100 milhares de cruzeiros.

COMÉRCIO — Existem na cidade 5 estabelecimentos comerciais varejistas dos ramos de molhados e estivas que transacionam principalmente com as praças de Propriá e Aracaju.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Amparo do São Francisco liga-se com os municípios vizinhos da maneira seguinte: Estrada carroçável (em lombo de animais) Canhoba (9 quilômetros); Fluvial — São Brás — Estado de Alagoas (3 quilômetros); Propriá (18 quilômetros); Canhoba (9 quilômetros); viagem que só pode ser feita durante a época da cheia do São Francisco, de dezembro a abril.

A ligação com a capital do Estado é feita através de Propriá, cujo percurso total é de 120 quilômetros, e com a capital Federal liga-se por intermédio de Aracaju.

Igreja de N. S.ª do Amparo

Outra vista parcial da cidade

Quanto às comunicações, o povo de Amparo as faz por intermédio das Agências Postais-telegráficas de Canhoba e Propriá.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 6 logradouros sem pavimentação.

A sede municipal é servida de energia elétrica para iluminação pública e particular.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo estimativa baseada nos dados censitários de 1950, existia naquele ano, em Amparo do São Francisco, cêrca de 1 720 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais mais de 700 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1955, havia no município 8 unidades escolares de ensino primário, sendo 3 estaduais, 3 municipais, 1 do Curso Supletivo Federal, e 1 particular, com 221 alunos matriculados, cujo aproveitamento, no fim do ano, foi de 15%.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro adiante dá o movimento financeiro do município a partir de sua instalação, no período 1955-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	24	508	10	173
1956	—	61	850	6	500

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião Católica é predominante no município, representando mais de 90% da população local.

O município pertence à Paróquia de Santo Antônio de Propriá. A principal festa é a da padroeira, que se realiza em fevereiro, precedida de novena, encerrando-se com concorrida procissão.

Todos os anos vêm "Pastoril" e "Guerreiros" de outros municípios para se exibirem na cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são designados amparenses.

O seu eleitorado consta de 413 inscrições; 226 cidadãos votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 45,2% do eleitorado.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico-Auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município: Edgard Gomes de Menezes (respondendo).

AQUIDABÃ — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No local em que existiu uma fazenda de gado pertencente a um dos desbravadores da sesmaria de Antônio Cardoso de Barros, lá pelos princípios do Século XVIII, segundo a memória corrente, foram construídas algumas casas e, também, pelos moradores, um cemitério, próximo da estrada real que vai do centro para o rio São Francisco. Originou-se daí o primitivo nome de Cemitério, dado ao lugarejo que veio a ser a cidade de Aquidabã.

Em 1857, o povoado já se achava desenvolvido ao ponto de contar mais de trinta crianças em idade escolar, motivo por que foi criada uma escola pública de ensino primário, em sua sede, pela Lei n.º 464, de 12 de março.

Quinze anos depois, pela Resolução n.º 930, de 11 de abril de 1872, a povoação é ereta em freguesia com a designação de Santana do Cemitério de Aquidabã, desmembrada da de Santo Antônio de Propriá.

Em 1877 foi criada a feira e também designado o local de sua reunião semanal, pela Lei n.º 1 051, de 16 de abril.

Com a Lei n.º 1 215, de 4 de abril de 1882, o distrito recebe a categoria de vila, e é criado o município com a denominação de Aquidabã, e território desmembrado do de Propriá.

A 23 de novembro de 1889, a Câmara Municipal aderiu ao regímen republicano.

Em ato executivo, de 3 de janeiro de 1890, o Govêrno do Estado, considerando que a Câmara Municipal não tinha cuidado convenientemente dos interêsses do município, resolveu dissolvê-la, nomeando um Conselho de Intendência composto dos seguintes cidadãos: Antônio Inácio de Morais — Presidente; Raimundo Ezequiel Henrique e Amaro Vieira dos Santos Maia, membros.

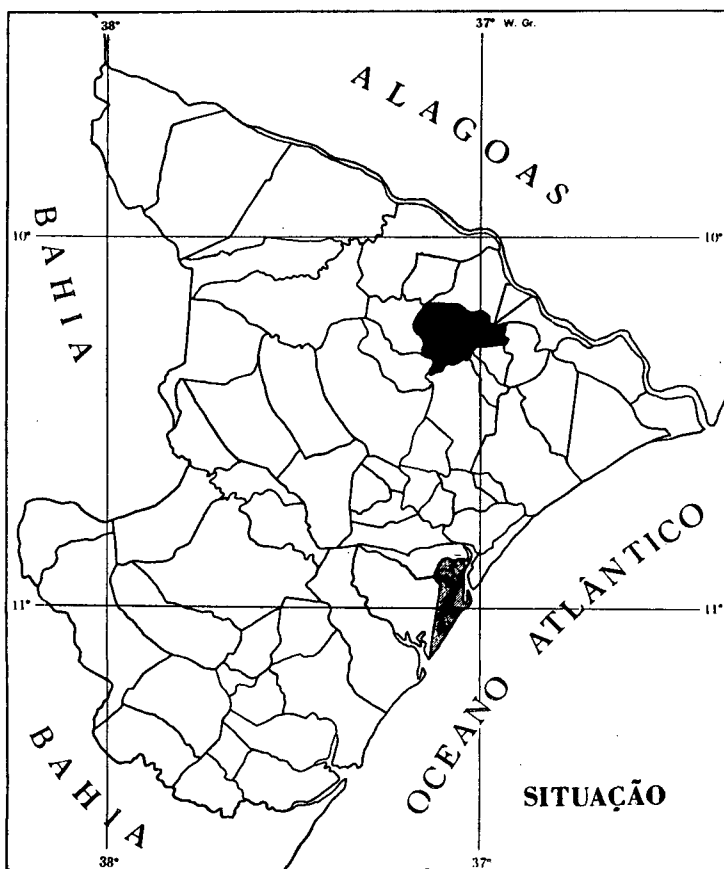
A Lei estadual n.º 818, de 7 de novembro de 1921, cria o 2.º distrito de Paz de Sítio do Meio que veio a ser desanexado por elevação a município pela Lei n.º 942, de 8 de outubro de 1926.

Prefeitura Municipal

No mesmo ano, é criada a comarca de Aquidabã, constituída de seu têrmo e do de Propriá, sendo a sua sede Propriá, consoante a Lei n.º 820, de 8 de novembro, comarca que veio a ser extinta pelo Decreto-lei estadual número 150, de 15 de dezembro de 1938.

Em 1944, a Lei n.º 533, de 7 de dezembro, cria no município o 2.º distrito de paz de Tamanduá, desanexado por ter sido elevado a município pela Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953.

Segundo a Divisão Administrativa e Judiciária fixada pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, para o qüinqüênio 1954-1958, Aquidabã possui um único distrito, o da sede, e é têrmo judiciário da comarca de Propriá.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica "Sertão do São Francisco", limita com os municípios de Cumbe, Canhoba, Propriá, Cedro de São João, Capela, Malhada dos Bois e Tamanduá. A cidade de Aquidabã assenta-se em um taboleiro de elevado maciço da região. Suas coordenadas geográficas são: 10° 17' de latitude Sul e 37° de longitude W. Gr. Dista 71 quilômetros, em linha reta, à Capital, colocando-se no 26.º lugar em relação às demais cidades de Sergipe, no afastamento de Aracaju. A sua posição em relação à Capital é N. E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O município situa-se em terrenos elevados e a sua sede está a 180 metros de altitude, colocando-se no nono lugar entre as cidades mais altas do Estado.

CLIMA — O clima do município é pouco variável, chovendo regularmente de maio a agôsto.

ÁREA — A área territorial de Aquidabã se estende por 440 quilômetros quadrados, representando 0,199% da superfície do Estado.

Escolas Reunidas Milton Azevedo

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o serrote Alto do Monjolo e o rio Japaratuba Mirim que nasce no município e se divide com os de Cumbe e Capela e vai desaguar no rio Japaratuba, na Fazenda Mercês, do município de Japaratuba. Além daquele curso de água, há alguns riachos e duas pequenas lagoas.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal conta o município, como fonte de vida, madeiras para construção e lenha, cuja produção em 1956 foi de 48 147 metros cúbicos, no valor de Cr$ 2 425 000,00, totalizando a lenha 48 000 metros cúbicos. Como principal riqueza animal conta a comuna principalmente mel e cêra de abelhas, cuja extração naquele ano foi de 352 quilogramas, no valor de Cr$ 5 280,00. No reino mineral, assinala-se a cêra, roxo-rei e barro ou argila para fabricação de telhas e tijolos, exploração que em 1956 rendeu Cr$ 73 000,00.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral do Brasil (1.º-VII-1950) o município de Aquidabã contava 13 741 habitantes, exclusive os do distrito de paz de Tamanduá, elevado ùltimamente a município, sendo 6 667 homens e 7 074 mulheres, correspondendo 106 mulheres para cada grupo de 100 homens no conjunto da população da comuna. A densidade demográfica atingia então a 32,4 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população pela côr, nota-se a predominância dos brancos, que atingiam o total de 7 090 indivíduos, seguindo-se os pardos com 6 041 pessoas e por fim os pretos, que constituíam o menor grupo, ou seja, apenas 610 pessoas, que representam 0,44% da população total. Ainda de acôrdo com o 6.º Recenseamento, classificando-se a população local de 15 anos e mais, segundo o estado civil, existiam 2 410 solteiros (1 167 homens e 1 243 mulheres); 3 984 casados (1 923 homens e 2 061 mulheres) e 421 viúvos (119 homens e 302 mulheres). Referente à religião, apurou o Censo que dentre os habitantes do município, sòmente 12 se declaravam protestantes, os demais, 13 721 se confessaram católicos romanos. Da população municipal, 10 683 pessoas viviam no quadro rural e 3 058 na sede do município, concentrando-se na cidade apenas 22,3% dos habitantes da comuna.

Em estimativa do Departamento Estadual de Estatística para 1.º de julho de 1956, o município de Aquidabã figura com 19 416 habitantes.

Cine-Teatro São José

Aglomerações urbanas — A principal aglomeração urbana é a da sede municipal; depois desta vêm os seguintes povoados: — Papel, com 182 moradias e população aproximada de 730 pessoas; Lagoa do Mato, com 118 casas e 470 pessoas; Cruz Grande, com 89 moradas e 356 habitantes; Segrêdo, com 86 casas e 344 habitantes; Saco da Capoeira, com 70 casas e uma população aproximada de 280 pessoas; Moita Redonda, com 66 moradas e 264 habitantes; Mucambo, com 54 moradias e cêrca de 216 pessoas e Cajueiro dos Potes, com 52 moradas e 208 habitantes. Além dêsses núcleos populacionais existem 8 lugarejos ou arraiais com 10, 20 e mais casas, onde um dêles conta 30 moradias, nos quais se concentram, aproximadamente, 550 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade do município é a pecuária, considerada pelo valor de seus efetivos e da respectiva produção. Segundo levantamento estatístico, a população pecuária existente em 31 de dezembro de 1956 era a seguinte: bovinos — 19 150; eqüinos — 1 880; asininos — 160; muares — 1 140; suínos — 1 120; ovinos — 1 000 e caprinos — 400.

Em segundo lugar vem a agricultura, no entanto, a mais importante por constituir fonte de vida da maioria dos habitantes. O montante da produção das principais culturas em 1956 atingiu a casa de 6 708 milhares de cruzeiros. Vale destacar a importância da produção do feijão na última safra, para tratar de um artigo de elevada procura no mercado estadual.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Feijão	228	2 850
Milho	750	1 875
Algodão em caroço	183	1 525
Mandioca	5 400	1 458

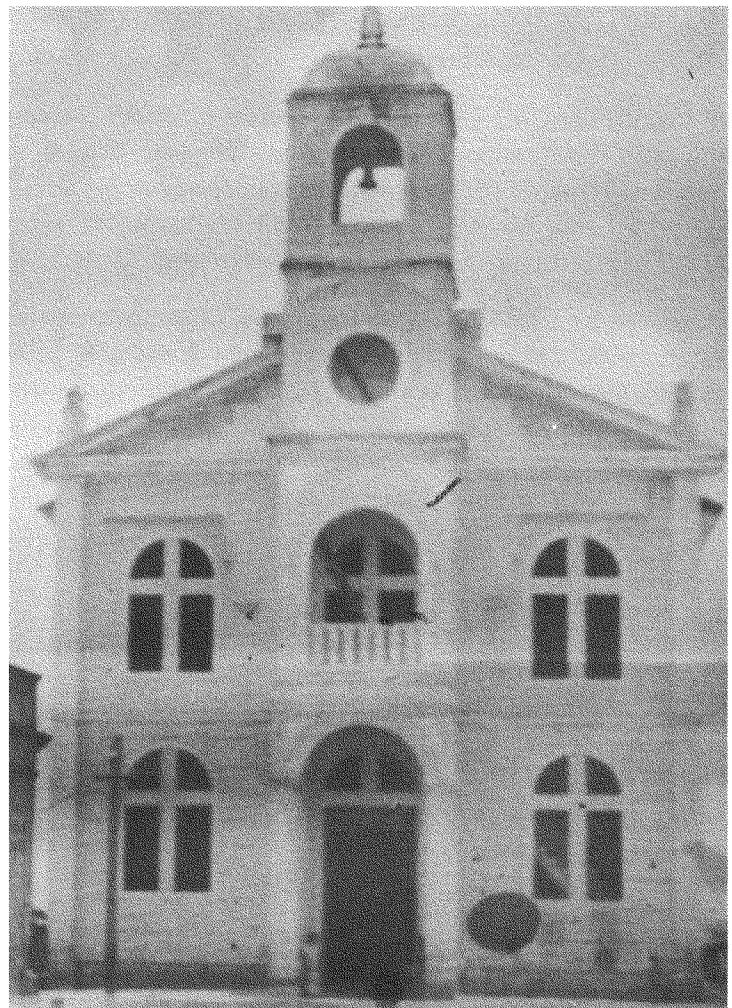
Segundo os resultados censitários de 1950, 23,5% da população municipal de 10 anos e mais se ocupavam na agricultura, pecuária e silvicultura, convindo ressaltar que 20% dos habitantes viviam essencialmente da agricultura.

A indústria do município, feita de estabelecimentos de menos de cinco operários, para exploração do fabrico de aguardente, laticínios, telhas e tijolos, panificação, louças de barro, etc. alcançou em 1956 uma produção de 2 022 milhares de cruzeiros, exclusive a produção de farinha de mandioca.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 16 estabelecimentos comerciais varejistas cujas transações são feitas principalmente com as praças de Aracaju, Propriá e Salvador, importando em primeiro lugar molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos. O município conta apenas um correspondente bancário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Aquidabã liga-se com os municípios limítrofes da maneira seguinte: rodovia — Tamanduá (24 quilômetros); Canhoba (24 quilômetros); Propriá (34 quilômetros); Cedro de São João (20 quilômetros); Capela (61 quilômetros); Cumbe (30 quilômetros); Malhada dos Bois (11 quilômetros). Os transportes para Capela e Cumbe são eventuais, a não ser em carro de aluguel. A ligação Aquidabã—Aracaju é efetuada por rodovia, num percurso de 114 quilômetros. Quanto à Capital Federal, a ligação se faz através de Aracaju.

Tem sede no município a Emprêsa Rodoviária Sergipana que faz diàriamente a linha Aquidabã—Aracaju, passando pelos municípios de Malhada dos Bois, Muribeca, Japaratuba e demais situados à margem da BR-11, até à Capital.

Aquidabã dispõe de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Igreja-Matriz de N. S.ª Santana

Pôsto do S.E.S.P

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 28 logradouros; dêstes, um é pavimentado parcialmente a paralelepípedos e outro é ajardinado; contudo, a sede municipal apresenta um aspecto atraente pelas ruas espaçosas, cheias de sol e ventiladas. Possui serviço de energia elétrica com 256 ligações, um cinema e duas pensões. O serviço de abastecimento de água é feito por aguadeiros em lombo de animais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade conta com um Pôsto Médico-Sanitário do S. E. S. P., mantido em regímen de cooperação entre os governos do município, Estado e Federal. Entre outros serviços, faz análises clínicas, a reidratação infantil com semi-internato, para o que mantém atualmente dois leitos. Conta com uma farmácia e um Pôsto de Defesa Sanitária Animal, servido por um auxiliar de Veterinário.

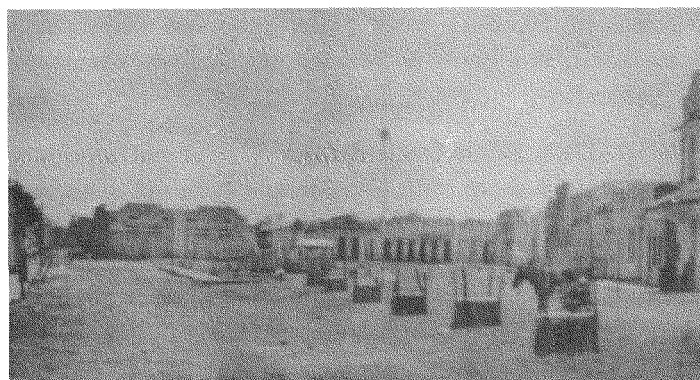
ALFABETIZAÇÃO — Conforme apurou o último Recenseamento Geral, a população do município com 5 anos e mais totalizava 11 085 pessoas, das quais sabiam ler e escrever, apenas, 1 104 homens e 1 249 mulheres, ou seja, 20,8%, índice baixo que vem sendo melhorado.

Ensino — Em 1955, havia no município 13 estabelecimentos de ensino primário: 3 mantidos pelo Estado, 6 pela municipalidade, 3 pelo Govêrno da União (Ensino Supletivo) e 1 particular, com a matrícula de 832 alunos e 138 de aproveitamento. No município de Aquidabã não há estabelecimentos de ensino de grau superior ou elementar.

Mercado Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	677	...	...	...
1951	—	778	438	89	437
1952	—	802	587	171	588
1953	—	710	957	164	957
1954	—	645	769	153	890
1955	—	720	949	209	936
1956	84	920	812	173	1 232

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas do município, dado o sentimento religioso de sua gente, eminentemente católica romana, só tem brilho e maior movimento quando promovidas pela Igreja. A principal festa de Aquidabã é, portanto, a da padroeira, Senhora Santa Ana, celebrada a 6 de janeiro, precedida de tríduo e encerrada com procissão. Na véspera do encerramento, realiza-se uma feira natalina em que há carrosséis, bazares, barracas de doces e comidas outras, divertimentos que entretêm o povo durante tôda a noite. Para esta festa concorre grande número de pessoas do interior da comuna e dos municípios. Quanto a folguedos populares, quase todo os anos vêm se exibir na cidade, "Pastoril" e "Cheganças", procedentes de outros municípios do Estado, e "Guerreiros", do Estado de Alagoas.

Vista parcial da cidade

VULTOS ILUSTRES — *Aderbal de Figueiredo* — nasceu em 18 de dezembro de 1898 — Médico. Escreveu além da Tese para receber o grau de doutor, e de outros trabalhos literários, um estudo intitulado "A Freqüência de Casos de Tênia em Caicó", publicado em 1924. Coronel *Milton Pereira de Azevedo* — nasceu a 23 de março de 1907, ingressou na Escola Militar em 1925, de onde saiu em 1929 como segundo-tenente. Como capitão governou Sergipe no ano de 1941 e parte de 1942, na qualidade de Interventor Federal. Ocupa atualmente o pôsto de coronel do Exército.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados aquidabãenses.

O atual Prefeito é o Sr. Estácio Vieira da Cruz e a Câmara é composta de 5 vereadores.

Dos 3 710 eleitores inscritos, 1 398 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 62,3%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico-Auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município: Aristides Almeida.)

ARACAJU -- SE

Mapa Municipal na pág. 368 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira tentativa de conquista do território de Sergipe verificou-se no govêrno de Luiz de Brito de Almeida, em 1575. Por vários motivos, principalmente objetivando combater o comércio clandestino entre os índios e piratas franceses que entravam pelas barras do rio Sergipe, do Irapiranga ou Vasabarris e do rio Real, a Metrópole, por fim, se convencia da necessidade inadiável de conquistar o solo entre Bahia e Pernambuco.

Os padres da Companhia de Jesus — os Jesuítas — já haviam tomado a iniciativa de tal encargo, merecendo, nesse particular, real destaque, a grande obra do padre Gaspar Lourenço, principal encarregado de pacificar os índios de Sergipe. Êsse Padre fundou várias missões em território de Sergipe, sem, contudo, ir muito além das margens do Vasabarris, e seu trabalho de catequese, a princípio, foi muito bem recebido pelos gentios, mas, depois, encontrou, por parte dêles, séria resistência, tornando, assim, malograda a primeira tentativa da conquista de Sergipe. Sòmente a partir de 1590 é que se pode considerar, efetivamente, o seu início, quando, encontrando-se à frente do Govêrno da Bahia Cristóvão de Barros, a Coroa ordenava que se procedesse, quanto antes, à referida conquista.

Àquele tempo, já havia notícia dos chefes das principais tribos indígenas de Sergipe e até onde se estendiam os seus domínios.

O local onde hoje se encontra edificada a cidade de Aracaju era a residência do temível Serigy, cacique de uma tribo, que, segundo Clodomir Silva no "Album de Sergipe de 1920", dominava das margens do Sergipe às do Irapiranga ou Vasabarris.

Até chegarem aos domínios de Japaratuba e seu irmão Pacatuba, as colunas de Cristóvão de Barros encontraram séria resistência dos silvícolas, inuclusive de Serigy e seu irmão Siriry, que morreu lutando contra o conquistador, que, afinal vitorioso, fundou, segundo Frei Jaboatão, num istmo, a cidade de São Cristóvão, junto à foz do rio Sergipe, local em que não permaneceu por muito tempo, e foi mudada, por motivos de segurança, para o oiteiro de Santo Antônio, à margem direita do rio Poxim, ainda em território do atual município de Aracaju, onde se afirma ainda existirem visíveis vestígios das fundações dos primeiros prédios ali edificados.

A cidade de São Cristóvão, anos depois, foi mudada para outro local às margens do Paramopama, onde se encontra atualmente.

As praias de Aracaju ficaram despovoadas e suas terras estavam incluídas entre as que foram doadas em sesmaria, por volta de 1602, a Pero Gonçalves.

Em 1669, há notícia da existência da aldeia de Santo Antônio do Aracaju, cujo capitão era o indígena João Mulato e, segundo afirma Clodomir Silva, era freqüentada por embarcações procedentes das localidades vizinhas.

No século seguinte estava incluído o Aracaju entre os mais importantes sítios da freguesia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar do Cotinguiba, isto por volta de 1757.

Fatos históricos da maior importância, e ligados estreitamente à evolução política do município de Aracaju, datam, porém, de 1855 para cá.

Durante a primeira metade do século passado, atenuadas, senão desaparecidas, as lutas e agitações da vida colonial, ganhava a terra sergipana ambiente propício ao florescimento de sua economia. Então, como outrora, as re-

Praça Fausto Cardoso

Palácio do Govêrno

lações da pequena província com suas irmãs do vasto Império do Brasil, mesmo a próxima e vizinha Bahia, dentro de cuja influência social e econômica gravitava, faziam-se exclusivamente por via marítima. Pelo mar saía o açúcar, sustentáculo da economia da Província. Pelo mar vinham, em troca, as mercadorias "do reino". E também as notícias. "Pelo último navio soubemos..." era a introdução obrigatória dos noticiários das poucas gazetas provincianas, noticiários que se alongavam ou se encurtavam de acôrdo com a existência ou não de navios nos portos.

Dependendo tão poderosamente das comunicações marítimas, seria de esperar que a Província dispensasse ao navio as melhores boas-vindas. Que lhe propiciasse no fim da jornada, tantas vêzes tormentosa, um regaço acolhedor. A realidade, porém, desapontava os rudes marinheiros da época.

Não nos referimos ao desaparelhamento dos portos, ao qual já estavam afeitos os homens do mar, pois que êste era um mal de todo o litoral por êles percorrido.

Sumacas e patachos, barcaças e vapôres, tudo aproando para as costas de Sergipe, ia lançar âncoras diante de praias desabitadas.

Os navegadores costeiros daqueles tempos, subindo a costa brasileira, enchiam seus diários de navegação com referências às várias localidades por êles avistadas. Mesmo quando costeavam o litoral baiano do norte, uma costa de maus ancoradouros, bordando uma hinterlândia de pequenos recursos. Passada a barra do rio Real e até depois da barra do rio São Francisco, estas anotações, inexplicàvelmente, desapareciam.

Entre as duas barras, estendiam-se cêrca de 160 quilômetros de costa; de uma costa cega, em cuja silhueta se não via brilhar o casario de um vilarejo ao menos.

E por detrás desta costa se alongavam as ferozes terras da região de Sergipe onde

"Não há depois do céu mais formosura".

Cinco rios drenavam as águas caídas sôbre aquelas terras e as mercadorias por elas produzidas, levando-as para o oceano. Êles formavam em suas embocaduras estuários largos, profundos e abrigados, onde os navios sentir-se-iam à vontade. Às margens dêstes estuários, porém, nada que se assemelhasse a uma cidade ou a uma vila. Às vêzes, um arraial de pescadores, sem expressão alguma. O próprio arraial de Santo Antônio do Aracaju, de remota fundação, à margem do estuário do rio Sergipe, o mais navegado de todos os rios, levava uma vida obscura, muito pouco citado nas crônicas da época. Distante cêrca de 1 300 metros da praia, encarapitado no tôpo de uma colina, não se pode afirmar que êle tivesse nascido do contato do mar com a terra. Provàvelmente a capelinha aí erigida foi o elemento formador dêste arraial.

As embarcações que aqui vinham buscar a riqueza da terra, transpostas as barras dos rios sergipanos, não cerravam velas nem paravam hélices. Tinham que subi-los até que suas quilhas estivessem a ponto de roçar o álveo dos rios. Aí paravam para tomar sua carga. Esta chegava em embarcações menores, que podiam atingir pontos mais a montante, de águas mais rasas, ou vinham mesmo em lombos de burros ou carros de bois.

Capivaras, Pedreiras e Pôrto das Rêdes, respectivamente, nos rios Piauí, Vasabarris e Sergipe, marcavam os limites da navegação marítima. Tão recuados estavam que os navios nem sempre podiam fazer aí sua carga completa. Desciam para mais perto da foz, acompanhados de embarcações menores, trazendo o resto da carga, que se completava nas águas mais profundas dos estuários.

O Pôrto é o ponto de contato de duas vias de comunicação: a via terrestre e a via marítima. "Uma cidade, ponto geográfico, é definida como a intersecção de duas linhas." Capivaras, Pedreiras e Pôrto das Rêdes se ajustariam perfeitamente à definição de Lavedan. Mas a cidade não estava aí!... Pareciam, assim, exceções ao conceito daquele geógrafo.

É que Pôrto das Rêdes, Pedreiras e Capivaras não funcionavam integralmente como estações terminais. Constituíam ainda uma estação de passagem na rota das mercadorias, quer as importadas, quer as exportadas. Aquelas eram transbordadas para embarcações menores, canoas e saveiros, que as levavam águas acima, até quase encalharem. No caso das exportações, o processo se invertia: quase tôdas as cargas se acumulavam nos trapiches do interior, donde desciam, por ocasião da chegada dos navios, nas mesmas canoas e saveiros. Estas embarcações serviam, então, de intermediários entre a via marítima e a estrada. Nas cabeceiras dos trechos por elas navegáveis é que se encontravam agrupamentos urbanos com tôdas as características de terem nascido do contacto das duas vias: Estância, acima de Capivaras, São Cristóvão e Itaporanga, acima de Pedreiras, Maruim e Laranjeiras, acima de Pôrto das Rêdes. De fato elas foram, na infância do comércio sergipano, os verdadeiros pontos de contacto das duas li-

Prefeitura Municipal

nhas, durante o tempo em que só nos visitavam sumacas de pequena tonelagem e reduzido calado, que por isto podiam atingir pontos tão distantes do litoral. Elas perderam esta situação quando o aumento do calado dos navios, resultante do progresso dos meios de comunicação marítimos, impediu que a penetração das embarcações fôsse além das localidades há pouco referidas. Os navios ancorando em Capivaras, Pedreiras e Pôrto das Rêdes processavam o deslocamento dêste contacto para mais perto do oceano.

Estância, Maruim e Laranjeiras gozaram em Sergipe de uma verdadeira situação de cidades de fundo de baía, pontos extremos, terras adentro, do alcance das embarcações. Desenvolveram-se ràpidamente e ocuparam, logo cedo, lugar destacado no panorama econômico e social da região, posição que mantiveram inalterada mesmo quando se deu o deslocamento acima referido. A alteração de nossa geografia dos transportes, que se iniciou com a mudança da Capital, que se acentuou com a construção da estrada de ferro e se acelerou com a abertura das rodovias, criou novas correntes de tráfego que dispensaram os bons ofícios da situação privilegiada daquelas cidades, anulando-as como "cabeças de ponte" do comércio em Sergipe.

Inácio Joaquim Barbosa, que iniciou o seu govêrno com os mais claros desejos de animar a prosperidade da Província que lhe fôra confiada, sabia que esta prosperidade dependia profundamente das facilidades de escoamento da produção. Datam daí uma série de medidas protetoras do comércio do açúcar. Não deixou de se impressionar com a via-sacra que os produtos da terra percorriam até os centros de consumo. Por falta de portos convenientemente localizados, as mercadorias oneravam-se, pesadamente, com o custo de uma série de cargas e descargas, realizadas em condições tão precárias que aumentavam de muito os riscos destas operações. O progresso da Província reclamava um fim a esta talassofobia que durava desde os tempos da colônia. Inácio Barbosa concebeu o seu plano...

A partir de novembro de 1854, a praia do Aracaju, perto da foz do rio Sergipe, foi o alvo predileto das providências governamentais. Para ela foram transferidas a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais; criaram-se aí uma Agência do Correio e uma Subdelegacia Policial; pintou-se a atalaia. O pôrto ia aparecer...

A 2 de março de 1855, fora de seu assento habitual, um organismo que nada tinha a ver com a função portuária do lugar, a Assembléia Legislativa da Província, abria suas sessões numa das poucas e modestas casas que se podiam

Outro aspecto da Praça Fausto Cardoso

Outra vista da Praça Fausto Cardoso, destacando-se o edifício onde funciona a I.R. de Estatística

encontrar na praia do Aracaju. Parece que a onda dos acontecimentos foi avassaladora. A Assembléia, colhida quase que de surprêsa, recebia em seu recinto o projeto elevando o povoado Santo Antônio à categoria de cidade e transferindo para êle a Capital da Província. As sessões da Assembléia arrastaram-se com uma falta de brilho que não condizia absolutamente com a natureza da matéria discutida. Ante à grandiosidade do projeto ou o seu imprevisto, os deputados provinciais ficaram perplexos e a discussão se fêz em ambiente sereno. Não porque faltassem oposicionistas, mas sua linguagem não foi tonitroante. Os próprios deputados do govêrno não pareciam muito acordes na defesa do projeto. O panorama desolado das praias do Aracaju, com seus areais e seus brejos, desenrolando-se tão aos olhos dos deputados, não poderia deixar de exercer sôbre êles uma ação negativa.

Nada impediu a marcha do projeto e êste foi, finalmente, sancionado em 17 de março de 1855, constituindo um dos atos de mais profunda repercussão na vida sergipana. Foi mesmo uma verdadeira subversão política, econômica e social: deslocou para o norte o centro de gravidade da política local; alterou o intercâmbio das mercadorias e fêz declinar núcleos até então florescentes; criou a primeira "cidade livre" de Sergipe. De fato, a civilização que se desenvolveu no Aracaju não tinha, como as demais, compromissos com a terra e seus senhores. Os que aí se estabeleceram pisaram terreno neutro, não alimentaram preconceitos, todos se igualaram na luta contra o meio hostil. Do desenvolvimento da nova cidade surgiu o prestígio de um novo elemento: o comerciante.

O fator geográfico na fundação de Aracaju foi preponderante. O pôrto foi a bandeira desfraldada pelos adeptos da idéia da mudança da Capital. Aracaju possuía "um ancoradouro vasto, profundo e abrigado", dizia o próprio presidente Barbosa. A capital foi arrastada pelo pôrto; "província pequena e pobre, Sergipe não se podia dar ao luxo de gozar uma capital e um pôrto marítimo, separadamente, nem ser, então, esta a mentalidade dominante".

Geogràficamente, Aracaju derrotou a velha São Cristóvão, situada no fundo do Paramopama, mal acessível até às menores embarcações, construída no tôpo de um estreito contraforte, rodeada de encostas íngremes terminando em vales estreitos e que não poderia oferecer as mesmas facilidades de expansão que a planície do Aracaju.

Geogràficamente, Aracaju derrotou Estância, Laranjeiras, Maruim e Pôrto das Rêdes, que se tornavam cada

Praça Fausto Cardoso vista de outro ângulo

vez mais distantes do mar, à medida que aumentava o porte dos navios.

Geogràficamente, Aracaju estava próxima da mais poderosa região econômica: a Cotinguiba. Esta, por sua vez, assentava num fator geográfico a sua supremacia sôbre a ribeira do Vasabarris. No estreito vale dêste rio, a agricultura aproveitava-se das várzeas adubadas por suas enchentes. A Cotinguiba era a vasta expansão geográfica da bacia dos calcários cretáceos de Sergipe, calcários que se decompondo produziram colinas de encostas suaves cobertas pelo famoso "massapê", a terra preta dos canaviais.

Geogràficamente Aracaju derrotou interêsses políticos, e individuais que há muito desejavam a mudança da Capital, não como foi feita, mas para locais mais ao alcance dos tentáculos de sua influência, a fim de melhor dominarem a administração da Província.

Aracaju foi uma das mais felizes vitórias da Geografia!...

Vimos as determinantes de ordem geográfica que influíram "sensu latu" na escolha do estuário do rio Sergipe para sede da nova capital e pôrto da Província. Veremos agora as razões geográficas que "sensu strictu" influíram na indicação da margem direita daquele estuário para o assento da nova cidade. Procuraremos mostrar neste e em capítulos seguintes como a instalação e desenvolvimento de Aracaju se amoldaram às condições geográficas e topográficas da região, até em mínimos detalhes.

Ao observador menos avisado qualquer das duas margens do Sergipe poderia merecer a honra de receber as bases da nova Capital. Talvez mesmo que, de primeira vista, recomendasse o lado do povoado Barra dos Coqueiros, impressionado desfavoràvelmente pelos areais e pântanos do lado do Aracaju, agindo como tinham até então feito os poucos povoadores da região, que preferiam se estabelecer na Barra dos Coqueiros, onde também, se encontravam a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais.

Inácio Barbosa preferiu o lado do Aracaju. Ninguém melhor do que êle para justificar esta escolha. Demos-lhe pois a palavra: "Para mim é incontestável que a Capital deve ser do lado, em que está situado o povoado do Aracaju, quer porque tem muito boas águas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil município do Socorro, ao passo que o dos Coqueiros tem um clima ardentíssimo, é falto de águas, e tem nos fundos o município de Santo Amaro, que é estéril e decadente, quer porque tem uma mais curta comunicação, por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoados, sem lhe faltar a comunicação, fluvial". Desprezando as pequenas vantagens de ordem local, que militavam a favor de Barra dos Coqueiros, o presidente olhava a fundo no futuro de sua cidade, acrescentando-lhe assim novas condições geográficas favoráveis, que sua clarividência lhe indicava seriam decisivas para o progresso da nova Capital. O sentido geográfico do pensamento de Inácio Barbosa brotava expontâneamente de suas palavras e de suas ações.

O entusiasmo presidencial claudicava apenas em dois pontos: Aracaju não era aterra de muito boas águas, nem era muito salubre. Nestes aspectos as duas margens se rivalizavam. As águas que a princípio se utilizaram em Aracaju, tomadas em lençol freático muito superficial, eram de côr escura e de gôsto ligeiramente desagradável. Posteriormente é que a continuação das pesquisas revelou, em alguns pontos, lençóis menos impregnados de matérias orgânicas e de águas mais saborosas. Êste resultado poderia também ser conseguido do lado oposto, onde as condições geológicas eram semelhantes. Quanto à salubridade não é preciso que se diga nada: as tradições ainda correm, pintando de negro os dias da infância da nova cidade. A solução dêstes problemas, muito confiantemente, Inácio Barbosa entregou aos filhos da terra para que, lutando por ela, melhor a amassem.

No mais, Inácio tinha inteira razão. Barra dos Coqueiros, situada numa ilha, para se comunicar com o interior da Província precisaria de estradas que teriam de cruzar o rio Pomonga, de largura apreciável e margens alagadas, reclamando aterros e pontes de custo e conserva muito onerosos aos parcos recursos provinciais. Aracaju estava situado do "lado da sombra", isto é, do lado do ocidente, recebendo sem empecilhos os ventos reinantes na região. Barra dos Coqueiros era cercada por uma cortina de coqueiros que desviavam as correntes aéreas, transformando-a numa fornalha nas horas mais quentes do dia.

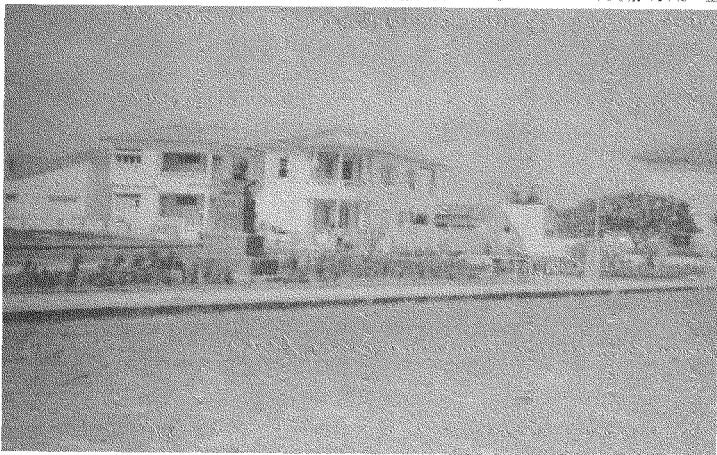
O presidente poderia ter ajuntado mais uma circunstância favorável a Aracaju. Dêste lado passava o canal do rio Sergipe. Daí maiores profundidades mais perto da praia, facilitando a construção das pontes de atracação, condição importantíssima para quem procurava estabelecer um pôrto.

Como se vê, poderosos fatôres levaram Inácio Barbosa a desprezar as planícies da Barra dos Coqueiros pela região mais acidentada de Aracaju. Êle previa que o esfôrço dos homens venceria muito mais fàcilmente as poucas desvantagens de Aracaju que as do lado oposto. Confiando

Instituto de Tecnologia

muito no futuro, esperava que seus sucessores pudessem se tomar do mesmo entusiasmo que o animou e mantivessem contínua e ativamente a luta contra as deficiências da Capital. O que aconteceu, porém, é que Aracaju enchafurdou-se na lama durante todo o período monárquico, às mãos de uma Câmara Municipal paupérrima e de um Govêrno Provincial desinteressado. Outro resultado não se poderia esperar de uma Província que, durante 44 anos, de 1855 a 1889, foi administrada efetivamente por 30 presidentes estranhos ao meio. Tivemos que esperar o período republicano para assistirmos a trabalhos de vulto no melhoramento das condições da Capital.

Não há documento algum, descritivo ou cartográfico, capaz de fornecer uma visão detalhada da topografia da região aracajuana nos tempos da mudança. Encontram-se aqui e ali referências vagas a êste ou àquele acidente, a êste ou àquele topônimo, tudo, porém, na generalidade dos casos, de difícil localização no espaço. Identificação que também é dificultada pelo completo esquecimento em que caíram os nomes de outrora, fato que começou a ocorrer pouco depois da mudança. Massaranduba, Olaria, Vassouras são nomes completamente estranhos ao aracajuano de hoje. Só o Santo Antônio tem escapado a esta desmemória coletiva.

Clodomir Silva, lamentando o fato, cita uma cópia de topônimos, completamente desaparecidos, raros mesmo nos documentos dos primeiros anos da Capital. Explica-se êste esquecimento: a toponímia transmite-se pela tradição e esta para se estabelecer exige continuidade. A primeira população de Aracaju, constituída de ádvenas, não encontrou em sua praia deserta um grupo humano que lhe transmitisse a toponímia local. Dia a dia aumentava esta população de estrangeiros e cada dia mais se apagavam os nomes antigos, por falta de quem os pronunciasse. A construção rápida de edifícios públicos e particulares supria imediatamente a necessidade de pontos de referência, tornando desnecessários os acidentes naturais. O professor Inácio de Sousa Valadão, anunciando a abertura de suas aulas, num anúncio no "Correio Sergipense" de 25-5-1855, diz que sua casa "fica nos confins da Tesouraria Geral". Êstes confins da Tesouraria Geral ficam justamente na embocadura do riacho Caborge. Pirro, cruzando o riacho da Olaria, diz ter atravessado os mangues próximos ao Matadouro e os brejos junto da Olaria Velha. O próprio Pirro, aliás, emprestou o seu nome ao morro onde morava e o alto da Borborema, o "alto de areia", que cortava as Ruas Geru e Capela, e que foi até ser arrasado, há poucos anos,

Praça Almirante Tamandaré

Vista de uma casa residencial na Praça Tamandaré

o grande e arenoso "playground" dos meninos aracajuanos, era conhecido pelo nome de alto do Tabica, de um Sr. Manoel Batista de Oliveira Tabica, que aí construiu uma casa nos primeiros anos da Capital.

Por tudo isso, torna-se difícil, hoje, reconstituir-se a paisagem de 1855. Resta-nos esperar por mais alguns trabalhos de pesquisa que venham arredar muitas das dúvidas de agora.

As plantas mais antigas que se conhecem são as levantadas pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva em 1856 e 1857, que dão uma idéia do progresso da cidade naquele espaço de tempo. São, infelizmente, plantas mudas. Uma delas traz pontos assinalados pelas letras do alfabeto, designando com tôda a certeza os edifícios públicos. Muitos outros edifícios deveriam estar assinalados no original mas o seu péssimo estado de conservação faz com que êles fiquem para sempre ignorados. Também não foi encontrada a legenda que deveria acompanhar a planta.

Dos vários nomes, citados por Clodomir Silva, poucos trazem elementos para uma fixação topográfica. Demais, a quantidade induz-nos a crer numa possível multiplicidade de nomes para um mesmo acidente, como aconteceu com o riacho que corta a Avenida João Ribeiro, sucessivamente chamado Olaria, Cabeça Mole e Crispim e que hoje não é conhecido por nenhum nome.

Um outro acidente interessante é o rio Aracaju, que deu o nome à região. Uma das mais antigas referências cartográficas sôbre êste rio é o mapa de Barloeus, em que êle aparece com o nome de Marecagi, parecendo que o nome atual é uma corrutela daquele. Na época da mudança não se fala neste rio, que a planta do engenheiro Cabrita localizava ao norte e que se supõe iria desembocar nas vizinhanças da fábrica de tecidos Sergipe Industrial. Isto combina com publicações dos jornais de 1855 e 1857, que designavam como "praia do Aracaju" a atual praia do Bairro Industrial. Por sua vez, êste bairro era conhecido com o nome de Massaranduba.

A parte central da região aracajuana era conhecida com o nome de Olaria, denominação denunciadora da atividade industrial do lugar. A presença de olarias na praia do Aracaju é um fato que causa espécie, atenta à falta de mercado consumidor. Cremos que se tratava de uma olaria primitiva, empregada na fabricação de adôbes simplesmente secos ao sol.

Esta atividade oleira era bem antiga. Ayres do Casal encontrara aqui, em 1806, um oleiro chamado Cristóvão

Avenida Ivo do Prado

de Mendonça com a apreciável idade de 128 anos. Êste Cristóvão de Mendonça é um dos personagens das tradições aracajuanas, como proprietário de "Olaria de cima".

Esta olaria deveria estar situada nas proximidades do cruzamento das Avenidas Coelho e Campos e João Ribeiro. O engenheiro Pirro, descrevendo o traçado da estrada que abrira reta para o povoado Santo Antônio (antiga Estrada Nova, hoje Avenida João Ribeiro), dizia que ela passava "pelos mangues próximos do matadouro de gado e pelo pequeno brejo adjacente à olaria do finado capitão Alexandrino". Uma outra indicação é a escritura com que José Antônio Peixoto adquiriu os "terrenos da antiga olaria do Aracaju" e que abrangiam várias ruas adjacentes ao local citado. Uma referência de ordem indireta se encontra na informação que deu o Inspetor da Tesouraria Provincial, em 14-1-1861, numa questão de terras entre Antônio José Rodrigues da Paixão e João Batista Cabeça Mole, proprietários de terras a oeste da Avenida João Ribeiro, que ainda conservam o seu nome. Dizia o Inspetor: "Estas terras hoje pertencentes aos numerosos descendentes da antiga família dos Mendonças, nunca foram divididas". Se nos lembrarmos do oleiro Cristóvão de Mendonça, que bem poderia ter pertencido "a antiga família dos Mendonças", não é sem razão supor que sua olaria estivesse nas proximidades da fonte da mata (as olarias precisam de água doce), portanto nas proximidades do cruzamento das duas Avenidas João Ribeiro e Coelho e Campos.

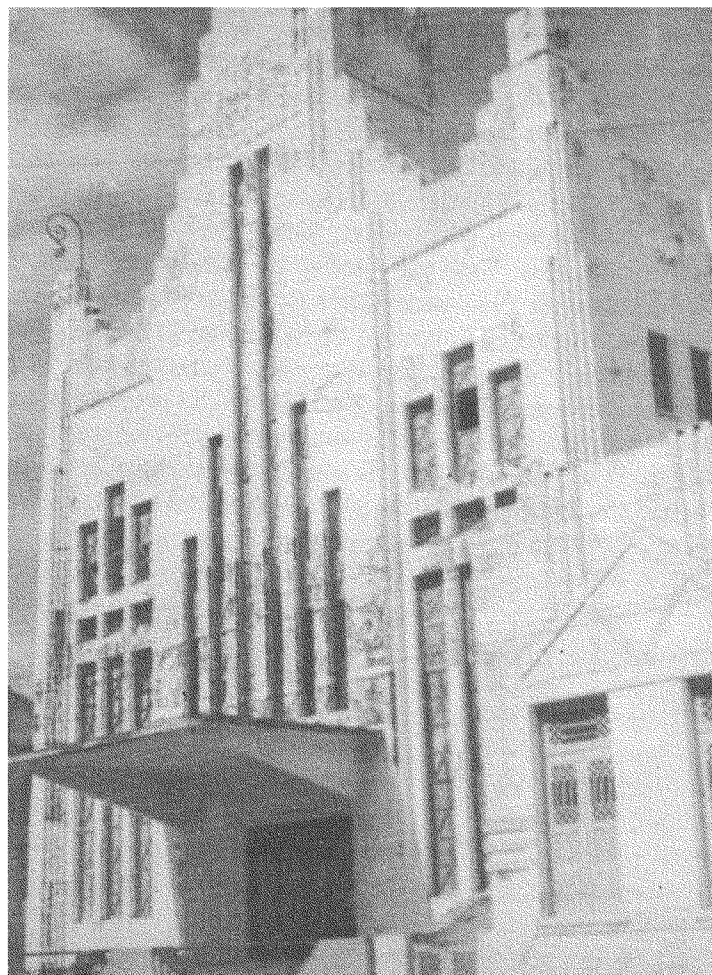
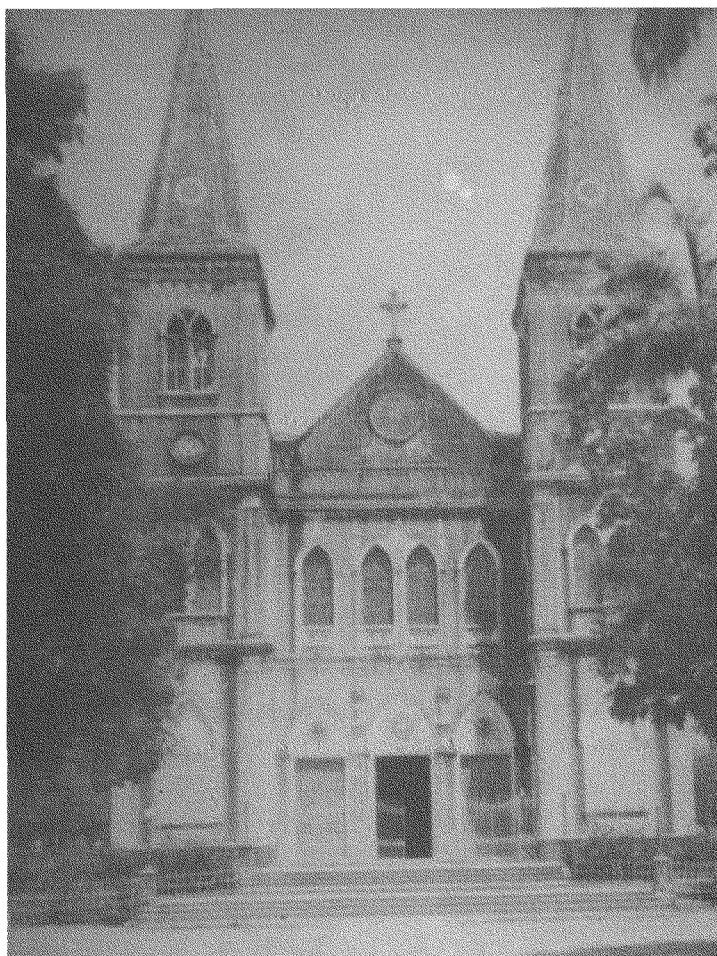
Mais para o sul, encontramos assinalado: Aroeiras, região nas proximidades da Escola Industrial Coelho e Campos, onde se iria encontrar a melhor água de beber, e a porta do Tramandaí, abrangendo o local do Depósito de Inflamáveis, o antigo Carvão.

Para o lado do este temos os alagados da Lagoa Vermelha, por trás das dunas que rodeiam a parte central de Aracaju de hoje e ao sul o local onde existiu o matadouro e que mais tarde foi conhecida pelo cacofônico apelido de "Baixa da Égua".

Pesquisa interessante seria, também, a reconstituição da propriedade territorial nos primórdios de nossa vida urbana. Êste estudo proporcionaria excelentes elementos ao exame da evolução da cidade. A facilidade com que os proprietários consentiam no arruamento de seus terrenos explica certas direções que tomou o crescimento da cidade. Os dados que possuímos ainda não são suficientes e o material é escasso e de difícil acesso. Os nossos arquivos têm sido destruídos pelo cupim e pela ignorância dos seus arrumadores. Êles têm sido, nas nossas Repartições Públicas, as únicas secções que não aumentam. As crises de espaço são resolvidas com o envio indiscriminado de tudo que é velho para a lata do lixo. A planta de Pereira da Silva de 1856 deixa bem claro que, além das grandes zonas inundadas, pululavam em tôda a cidade pequenos lagos e brejos. Isto é que fazia muito pouco animadora a paisagem que se desenrolava aos olhos dos deputados que Inácio Barbosa reunira em Aracaju. O Presidente vai enterrar a capital num deserto de lama!... devem ter êles resmungado de si para si.

A êste teatro de lama chegaram em princípios de março de 1855 os atôres que iriam desempenhar o drama da construção da nova cidade. A Resolução n.º 413, de 17 de março de 1855, criando a — "Cidade de Aracaju" — levantou a cortina para êste espetáculo que por pouco se enquadrava na trilogia churchilliana: faltou o sangue, mas sobraram suores e lágrimas.

José Calasans, situando os acontecimentos de Sergipe, durante o govêrno de Inácio Barbosa, no momento brasileiro, chama a atenção para o fato de a mudança da Capital ter-se efetuado numa fase em que ia pelo país inteiro uma verdadeira epidemia de melhoramentos materiais. Devemos acrescentar que muitos dêsses trabalhos visavam melhorar as condições de vida nas cidades, até então vivendo em inteiro abandono.

O desenvolvimento da vida urbana, depois da independência resultante da criação e expansão de vários órgãos administrativos sediados nas cidades, do progresso do comércio e do aparecimento de incipientes indústrias, estava criando uma aristocracia das cidades, a compartilhar prestígio com os senhores rurais. Êstes, vivendo sempre afas-

Instituto Histórico e Geográfico Estadual

Catedral Municipal

tados das cidades, na auto-suficiência de suas fazendas, votaram às cidades um desprêzo feudal. A nova aristocracia, em defesa própria, começava com uma reforma completa em sua "casa".

A iluminação das ruas, os serviços de água e esgôto, a expansão dos transportes, o gás e vários outros melhoramentos aparecidos naquele período, visavam diretamente o aparelhamento das cidades. A nova aristocracia era amante do confôrto... Tiveram, porém, o dom de atrair as atenções para os outros problemas da cidade, especialmente os que tocavam sua estrutura. Trezentos anos de vida colonial, entregues àquele "desleixo" português, tinham marcado nossas cidades com o estigma da desordem medieval, da cidade barrôca.

Fundando uma nova cidade, Inácio Barbosa, "imbuído do espírito progressista da época, não podia, de modo algum, permanecer parado, rotineiramente". Sua cidade não iria descambar para o triste fado de suas irmãs mais velhas. Seria uma cidade planejada.

Sebastião José Basílio Pirro, capitão de engenheiros, que aqui se achava desde 1848, foi talvez o primeiro engenheiro brasileiro a receber a elevada tarefa de planejar uma cidade nascente.

Impressionado também com o aspecto lamentável das outras cidades, Pirro reagiu demasiadamente. À irregularidade do panorama urbano da época, êle contrapôs a rigidez geométrica dos quarteirões retangulares de sua planta. Cerceou tôda a liberdade da cidade, prendendo-a nas malhas de um traçado em "xadrez".

O plano do engenheiro Pirro não tinha a complexidade com que compreendemos hoje um plano de urbanismo, nem seria de esperar que assim fôsse, numa época recuada décadas e décadas da eclosão, em nosso meio, dos estudos de urbanismo. Êle se resumia num simples plano de alinhamentos. Dentro de um quadrado de 540 braças de lado estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de lado, separados por ruas de 60 palmos de largura. Como se vê, o supra-sumo da simplicidade e do rigor geométrico, inteiramente condenável nos dias de hoje, pela soma de espaço perdido nos quarteirões, pelas complicações à circulação, por sua inadaptabilidade à topografia dos terrenos, pela monotonia e falta de beleza e caráter que imprime à cidade.

Não nos cabe, porém, apodar o trabalho de Pirro. Volvamos aos dias de 1855 para examinarmos as circunstâncias em que êle foi lançado.

Na adoção de semelhante plano, Pirro agiu influenciado por fortes fatôres de ordem geral e local. Naquele tempo vivíamos dominados por tendências urbanísticas muito inclinadas a um uso exagerado das linhas retas, nos planos das novas cidades ou na remodelação e regularização das existentes. O espetáculo do passado alimentava mesmo êste geometricismo, de que um certo sabor francês facilitava a penetração em nosso país. O traçado em tabuleiro de damas, tão conforme ao classicismo imperante nos princípios do século XIX, propagado largamente pelos americanos, dominava os espíritos da época de Pirro. Seu plano não poderia deixar de trazer a marca destas tendências. Localmente, as circunstâncias dominantes na ocasião da mudança são descritas pelo próprio Pirro em seu ofício de 30-4-1859, ao Presidente Manoel da Cunha Galvão.

Ressalta daquele documento a pressa com que se deveria agir. Como que Inácio Barbosa queria criar um fato consumado, capaz de derrotar ou amortecer a ação dos seus contrários, Pirro não teve tempo de fazer um levantamento completo do local da nova cidade e essa falta foi irremediável. Não pôde fazer um plano mais bem adaptado ao "caráter físico do terreno", que facilitasse as subseqüentes obras de abertura das ruas, proporcionando melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem. Ainda hoje a Rua Itabaianinha sofre as conseqüências do plano Pirro. O esgotamento do pântano que aí existia fazia-se, fácil e naturalmente, pela vala aberta, segundo o curso do Caborge, até o mar. A obediência ao plano de Pirro estabeleceu dois quarteirões sôbre o traçado desta vala, confiando-se que aterros futuros levantariam o nível daquela rua de modo a prover-lhe

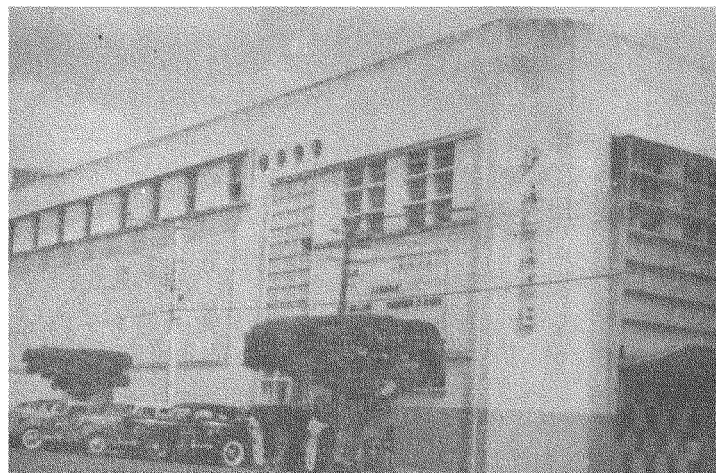
Vista parcial da Rua Itabaianinha

escoamento, segundo qualquer das transversais. Nunca houve, infelizmente, dinheiro suficiente para uma obra tão vultosa e a Rua Itabaianinha teve que se conformar em ser teatro de freqüentes inundações. Infinitamente menos custoso seria ter locado uma rua ao longo do Caborge, de largura maior que os 60 palmos fixados, e aquêle riacho, devidamente canalizado, escoando fàcilmente as águas, seria um elemento de beleza da rua. Isto, porém, feriria a regularidade do "xadrez"...

Porque havia pressa em se demarcarem as ruas o plano não deveria apresentar linhas de difícil locação. O traçado em "xadrez" preenchia inteiramente esta condição. Podia ser "ideado em gabinete" e de modo fácil e rápido marcado no terreno. Satisfez tanto os desejos do momento que a 30-3-1855, treze dias depois da mudança, Joaquim Antônio Pereira oficiava ao Presidente Barbosa, pedindo o pagamento de uma fôlha de pessoal empregado no atêrro e roçagem das ruas, na semana que fluiu de 23 a 28 daquele mês.

Vejamos, em têrmos de hoje, até onde se estendia o quadrado em que Pirro inscrevera a cidade. Segundo suas palavras, tinha êle 540 braças de lado, ou seja, 1 188 metros. Tudo nos induz a crer que um dos vértices dêste quadrado se achava entre a Alfândega e o trapiche Baiano, de acôrdo com a planta de Pereira da Silva, e o fato de ser êste ponto o limite setentrional da parte edificável da praia de então. Daí para o norte estendiam-se os mangues até a embocadura do rio Aracaju. Ali foi também o ponto em que Pirro localizou o edifício da Cadeia, que não chegou a ser concluído, tendo sido os alicerces vendidos à Companhia Baiana. Daí para o sul, medindo-se as 540 braças chegamos a um ponto nas proximidades da esquina das Avenidas Barão de Maruim e Ivo do Prado, perto assim de onde se construiu o Quartel de Polícia. Para o interior, estas 540 braças atingem a antiga Rua São Paulo, hoje D. Bosco. Enquanto para o sul êste perímetro seria excedido dentro de poucos anos, dadas as vantagens que oferecia a Rua da Aurora, para o oeste, a cidade iria consumir cêrca de 50 anos para extravasar dos limites de seu planejador.

Uma suposição muito bem fundada que podemos fazer é a de que o plano de Pirro não previa a localização dos edifícios públicos e de uso público. Os edifícios das repartições administrativas, as igrejas e o hospital foram levantados muito livremente, ao arbítrio de seus construto-

Vista interna da sala de espera do Cine Palace

Cine Palace

res e das circunstâncias do momento, não nos tendo chegado nenhuma demonstração de que sua posição obedeceu a um plano prévio. A concentração dos principais edifícios nas três Praças Fausto Cardoso, Guilherme Campos e Olímpio Campos, que se sucedem uma atrás da outra, penetrando a fundo na cidade e constituindo um dos aspectos interessantes à Aracaju de hoje, resultou antes do acaso que de uma idéia preconcebida. Supomos também que não havia avenidas no plano, malgrado as Posturas Municipais de 1856 falassem de ruas de 100 palmos de largura. É completa a falta de referências a ruas semelhantes, durante muitos anos da vida da cidade, até que apareceu a Avenida Barão de Maruim. Quais seriam, em 1856, estas ruas de 100 palmos de largura? Fantasias de Camaristas?...

A única alteração que sofreu o plano Pirro foi imposta pelo próprio Presidente Barbosa ao curvar a reta da Rua da Frente à suprema necessidade de incentivar as edificações na cidade. A reta de Pirro estaria, para sempre, em chocante contraste com a ampla curva que faz o rio em frente à cidade e o seu ponto final, ao sul, ficaria distante mais de 200 metros da praia. Foi uma sorte a lembrança do Presidente. Em vez de uma reta fria e inflexível, sem perspectiva, ganhou a cidade uma bela avenida, acompanhando o rio Sergipe e que pode ser admirada, em tôda a sua extensão, de qualquer de seus pontos.

Não faltaram sugestões ao plano de Aracaju. A primeira veio do Ministério do Império, sob a forma de um plano geral, acompanhada de recomendações quase forçando sua adoção. Êste projeto foi submetido ao exame de uma comissão de engenheiros constituída pelo coronel José Xavier Garcia de Almeida, o já então major Basílio Pirro e o capitão Francisco Pereira da Silva que apresentou seu parecer em 17 de março de 1857. Em face do desenvolvimento que já tomara a cidade, impedindo a exeqüibilidade do plano, a comissão rejeitou-o inteiramente. Alegava ela que o novo projeto, com quarteirões iguais, de 50 braças de lado e ruas de 70 palmos de largura, em vez das 55 braças e 60 palmos do plano primitivo, importaria no deslocamento de tudo quanto se tinha feito e na perda de "setenta e tantas casas prontas e do grande número das que se acham em construção". O projeto elaborado na Côrte tinha, como se vê, as mesmas características do que fôra adotado na fundação da cidade: quarteirões iguais, quadrados, separados por ruas de largura invariável. Trazia, porém, indicada, a localização dos edifícios públicos.

Vista da fachada do Rubina Hotel

Uma sugestão interessante do plano rejeitado eram as esquinas circulares, com a mesma função dos "cantos cortados" de hoje, tão necessários, mas que a comissão rejeitou alegando que as construções eram térreas e feitas de madeira e que se não prestavam a êsse aperfeiçoamento. Rejeitou, mas não se lembrou de substituí-la por uma linha reta, perfeitamente exeqüível nas construções de taipa.

As cousas continuaram como dantes e o Ministério do Império não voltou à carga.

Não se passaria o ano 1857 sem que outro palpite aparecesse. Um senhor, Adolfo Henrique Droge, alemão que aqui andou à procura de minas de carvão-de-pedra, querendo com certeza despertar as boas graças do Govêrno Provincial, ofereceu-lhe suas idéias. Desta vez não foi preciso convocar comissão. Francisco Pereira da Silva, sòzinho e lacônicamente, devolveu os trabalhos apresentados porque os mesmos não estavam acompanhados de memórias nem tinham escala. Achou que a planta da cidade era bem ideada, mas que tinha contra si a dificuldade de sua execução, sem dizer de que gênero era esta dificuldade.

Os técnicos provinciais repudiavam, assim, de fio a pavio, as sugestões que lhes eram apresentadas, sem mesmo quererem tomar conhecimento de algo de bom que porventura elas contivessem. Por que essa intransigência? Respeitariam as susceptibilidades do genioso Pirro, ainda entre êles, e que dentro da cidade que planejou erigiu sólidas... inimizades?

Nada disso, porém, diminui o seu trabalho. Devemos render tôdas as homenagens aos homens que, numa época de obscurantismo urbanístico, evitaram que Aracaju descaísse para aquêle "lírico desleixo lusitano", que é a tortura da maioria de suas irmãs.

Sebastião José Basílio Pirro, desde o momento da fundação, e Francisco Pereira da Silva, que a êle se juntou logo em outubro, souberam combater uma mentalidade infeccionada por trezentos anos de desordem urbana e que, naturalmente, reagia contra a planificação por êles defendida. Pirro nos deixou em janeiro de 1860, Pereira da Silva em outubro do ano seguinte. Deixaram atrás de si, perfeitamente amadurecido, o fruto de sua seara: Aracaju ficava perfeitamente cônscia de seu plano.

Esta consciência evoluiu inteiramente desassistida. Talvez influenciada pela intransigência de seus criadores, ela orientou-se para um rigorismo tão rígido quanto o plano inicial. A linha reta e o tabuleiro de damas viraram tabu.

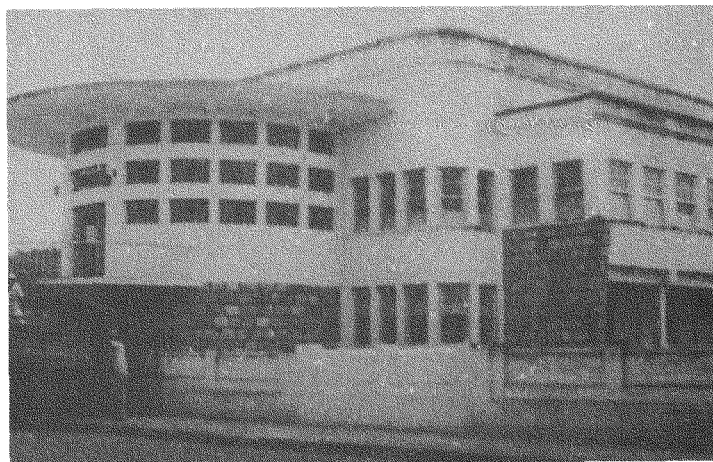
A cidade cresceu fria e inflexível dentro das malhas do reticulado, numa repetição monótona de si mesma. Afundou nos vales e elevou-se nos montes, afrontando a topografia, criando problemas. O seu plano negava as razões geográficas e topográficas que tanta influência tiveram em sua fundação. A cidade iria pagar por êsse êrro.

Não seriam de grande monta os inconvenientes, se o reticulado tivesse ficado restrito aos quarteirões primeiro demarcados. Os males apareceram quando o núcleo inicial se expandiu, quando as ruas foram prolongadas indefinidamente retas. Tôdas as conveniências foram sacrificadas em louvor do esquadro e da reta. Fizeram-se desapropriações onerosas e desnecessárias, edifícios vieram abaixo porque se afastavam do alinhamento 10 centímetros. Como se as ruas tivessem de ser percorridas por transeuntes de rosto colado às paredes, preocupados em descobrir inflexões. O aracajuano envaidecia-se com os elogios que os viajantes despejavam sôbre sua terra, esquecidos que êstes elogios não atingiam o plano pròpriamente dito e sim o contraste agradável que Aracaju oferecia, comparada com o caos reinante nas outras terras. E a cada elogio recebido, mais intangível se tornava o tabuleiro de xadrez.

Não eram mais de Pirro e Pereira da Silva as responsabilidades...

Bem pesadas as cousas, Aracaju nasceu numa ilha. Nasceu na porção de terreno que vai da Delegacia Fiscal até a Alfândega, colada à praia, que a limita pelo leste. Tinha ao norte os mangues da foz do Olaria, a oeste os pântanos do Caborge, e ao sul uma depressão inundável, ocupada hoje pela praça Fausto Cardoso, depressão que ainda em 1867, depois de vários aterros, o Presidente Silva Morais dizia ser, no inverno, um pântano intransitável. Uma terra que qualquer aguaceirozinho enquadrava na mais elementar definição de ilha.

Para o sul desta faixa de terras, uma outra, tão estreita quanto ela, começava logo na Praça do Palácio e ia mergulhar debaixo dos lamaçais da ponta do Tramandaí.

Estas faixas de terras arenosas, mais ou menos elevadas, seguidas imediatamente de baixadas no lado de sotavento, lembram um "facies de dunas". Parece que em 1855 assistia-se à formação de uma cadeia de dunas, junto do rio, paralela à cadeia de dunas mais antigas que ainda hoje se elevam no centro da planície aracajuana, reminiscência provável de uma linha de praia mais a oeste que a atual. A construção da cidade, contrapondo-se à ação eólia, impediu o desenvolvimento daquelas dunas em formação.

Associação Atlética Estadual

15 — 24 935

Escolheu-se para começar a cidade a "duna" mais ao norte, onde se encontravam as cotas mais altas. Restringindo mais: entre a Rua São Cristóvão e a Alfândega. Aí se aproximavam, sobremaneira, dois extremos: as maiores altitudes do lado de terra e as maiores profundidades do lado do mar. Aquelas afastavam o homem da água estagnada donde, pensava-se, emanavam os miasmas destruidores; estas aproximavam-no da agua inquieta do mar onde boiavam os navios que traziam e levavam riquezas.

Construía-se aí, desde fevereiro de 1855, a Mesa de Rendas Provinciais e começava-se em abril a construção da Alfândega, a Província e o Império a começar a cidade com a montagem dos seus mealheiros. Os particulares se estabeleceram ao sul da Mesa de Rendas, de um lado e de outro da desembocadura da Rua São Cristóvão, o ponto culminante da praia do Aracaju. Foram se espalhando em direção ao sul, sempre defronte do mar, estimulados nesta tendência pelo próprio Govêrno. Êste escolheu a esquina S. E. do quarto quarteirão para aí levantar, a partir de março, o palacete provisório da Presidência e foi localizar centenas de metros mais ao sul o Quartel de Polícia, iniciado em abril. O interior, a oeste, era o pântano, distante pouco mais de cem metros da praia, ainda por aterrar, e todos achavam, com razão, a praia mais saudável.

Êste desenvolvimento o que tinha de extensivo falhava em intensidade. A planta de 1856 é um depoimento triste do progresso da cidade no seu primeiro ano de vida. Uma edificação rala, parecendo antes sítios isolados de povoado obscuro, sem definir alinhamentos. O Govêrno Provincial tudo fazia para incrementar a edificação na nova Capital, aflito ante o desamparo de seus habitantes que disputavam a preços exorbitantes o aluguel das poucas casinholas que existiam e das que, em número também reduzido, se edificavam. Choveram concessões de aforamento de terrenos de marinha, os funcionários públicos receberam adiantamentos para construção de casas, deixou-se ao inteiro arbítrio dos edificadores o sistema de construir. O Presidente Inácio Barbosa, pessoalmente, se desdobrara: "nem os ardores do sol, nem a fôrça da estação invernosa lhe obstavam o empenho na construção dos edifícios públicos e mesmo particulares que animava vigorosamente".

Tudo em vão. Em 1856, o Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides vociferava em plena Assembléia Provincial contra os capitalistas que não se animavam "a empregar uma parte de seus capitais na edificação de casas, armazens e trapiches", dando assim vida a "uma cida-

Colégio Estadual

Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora

de que tanto futuro promete, e o que mais é, sendo certo o lucro extraordinário de seus capitais assim empregados". Apenas o Barão de Maruim e os Srs. João Teixeira da Cunha e José Narbone se encorajaram a êste emprêgo de capitais. "E mais ninguém", afirmava categòricamente o presidente Benevides.

Havia, na verdade, um manto de dúvidas cobrindo a obra de Inácio Barbosa e desanimando a ação dos precavidos capitalistas provinciais. Mas não foi só êste ambiente de descrença que ensombrou o alvorecer de Aracaju. A morte de Inácio Barbosa, logo em outubro, e a epidemia da cólera-morbo que irrompeu pouco depois e durou até princípios de 1856, fizeram periclitar a sorte da Capital. Aquêle golpe feriu-lhe o espírito, êste entravou-lhe o físico. Se nos lembrarmos como se desenrolaram os fatos nas outras cidades que já contavam com o funcionamento de todos os seus órgãos, bem podemos avaliar o que foi a tragédia na praia do Aracaju onde, para começar, faltava a cidade. É mesmo inexplicável como a concorrência de acontecimentos tão desfavoráveis não provocou uma reação entre os primeiros moradores, reação que seria fàcilmente alimentada pelos inimigos da nova Capital, já agora privada de seu defensor máximo. Isto serve para medir a extensão da desgraça; simpatizantes e inimigos, chorando os que se iam arrebatados pela cólera, chegaram a esquecer suas dissenções. Paradoxalmente a morte de Inácio Barbosa e a epidemia da cólera ameaçando a vida da cidade salvaram-na. Passada a tormenta, os descrentes sentiram-se sem apoio. Não se podia duvidar da resistência de um organismo que, mal nascido, conseguira sobreviver a tão duras provações.

Passada a epidemia, a saúde da cidade se restabeleceu ràpidamente. Durante o ano de 1856, o presidente Benevides ativou a abertura e melhoramento de várias ruas e atacou sèriamente o problema dos aterros, segundo o plano "simples, útil e econômico" do engenheiro Pereira da Silva. Desapareceram os pântanos do Caborge e êste, retificado, perdeu o nome: seria, daí por diante, "a vala da cidade". A planta de 1857 mostra já o delineamento das primeiras ruas, a formação dos primeiros quarteirões. Nela se vê também o primeiro movimento da cidade para o oeste. Êle se fêz ao longo da Rua São Cristóvão, que apresentava para isto os elementos mais favoráveis. Era a rua mais elevada da região e por ela passava a estrada que comunicava a cidade com o interior da Província, a estrada para São Cristóvão, explicando-se, assim, a homenagem que a cidade prestou, logo ao nascer, à velha metrópole. A Rua

de São Cristóvão, depois da Rua da Aurora, era a mais edificada em 1857. Começava a tomar forma a primeira rua paralela à praia, com a edificação da Igreja de São Salvador e das casas do Barão de Maruim, motivo pelo qual ficou logo conhecida como Rua do Barão. Esta Rua do Barão também apresentava condições favoráveis a ser logo edificada, pois acompanhava sensìvelmente o "divortium aquarum" da "duna" entre o mar e o Caborge. Lugar elevado, estava menos sujeito a alagar-se êste movimento, embora com o nome de Rua de São Salvador. Ao lado dessa marcha para o oeste, o movimento para o sul não se arrefeceu: delineou-se logo a Praça do Palácio e as casas continuaram a espalhar-se pela praia, atingindo pontos não longínquos como o Quartel de Polícia. Ruas como Maruim, primeiro, e Estância, em 1859, apareceram nesta época que poderíamos chamar o período da conquista da "duna", período em que as ruas perpendiculares à praia pouco se alongavam além de seus primeiros cem metros.

Também, nos primeiros dias, deu-se um fato que iria ser o germe de um dos elementos viários mais importantes de Aracaju de hoje. O presidente Barbosa, "no empenho de animar a comunicação entre esta cidade e o pitoresco povoado de Santo Antônio", facilitando o trânsito "dos habitantes dêsse povoado, pela maior parte empregados públicos", mandou que se abrisse uma estrada entre êle e a cidade, numa simbólica ligação do passado com o futuro e Pirro concretizou-a numa via reta, partindo da encruzilhada da fonte do Coqueiro e indo terminar na porta da capela de Santo Antônio, com uma extensão de 706 braças craveiras e a largura de 60 palmos. E como substituísse ela alguma antiga e coleante vereda, o povo logo a cognominou de "Estrada Nova", nome que só veio a perder em 1922, quando foi oficialmente denominada "Avenida Independência". Sua largura foi duplicada nos anos de 1931 a 1933, sendo rebatizada com o nome de Avenida João Ribeiro, constituindo hoje, estética e funcionalmente, a mais notável das avenidas aracajuanas. Porque a considerasse uma estrada e não uma rua e ela tivesse uma orientação muito diferente das ruas de seu plano, Pirro, limitando-a, do lado da cidade, na fonte do Coqueiro, evitou perturbar a regularidade do seu reticulado. A "Estrada Nova" não penetrou, pois, o quadro da cidade e, como estava situada nas proximimidades da esquina da Avenida João Ribeiro com a Rua Divina Pastôra, induz a reforçar a suposição de que o lado norte do quadrado de Pirro passava entre a Alfândega e o trapiche Baiano, paralelo, assim, àquela rua. No período em estudo, esta estrada nova não teve apreciável progresso, limitando-se ao aparecimento de algumas casas sôbre o morro que ela transpunha em seu início e onde morava o Dr. Pirro.

Se o traçado da cidade distanciava-se de suas irmãs mais velhas, as construções que nela se levantavam constituíam o elo que a prendia aos padrões do passado. Rústicas construções de taipa, casas de paredes lisas, simplesmente caiadas, unidas umas às outras como meninos em banco de escola pobre, cópia não melhorada das demais cidades da Província. A maioria dos construtores não dispunha de recursos; os capitalistas ansiavam mais pelo número que pela qualidade. Só o Govêrno fêz uso da alvenaria, pesada alvenaria de pedra, alvenaria de quem queria construir definitivamente. Todavia, faltava às suas obras qualquer toque artístico. A Mesa de Rendas, a Alfândega e Quartel de Polícia, pareciam velhos trapiches em que se abriram portas e janelas.

Ponte sôbre o rio Poxim, ligando Aracaju ao povoado Atalaia

Igreja de São Salvador

Par a par com as deficiências de ordem econômica, dominava também a carência quase absoluta de materiais de construção. Só estava à mão o barro da taipa, obtido de escavações nas baixadas. Tirado de uma camada de lama sotoposta ao pouco espêsso leito de areia da superfície e que fôra, em tempos não remotos, o fundo de mangues ribeirinhos, não era um material de muita confiança. Carregado de sais e amassado depois com águas salobras e carregadas de matéria orgânica, dava paredes que se desintegravam com a própria umidade atmosférica. Por outro lado, o elemento humano era o mais incapacitado possível. Muitos, apesar disto, se arvoraram em mestres-de-obras, sem saberem "ao menos os princípios elementares de construção e a maior parte nem ler, incapazes de desempenhar qualquer sistema de arquitetura, por mais simples que seja". Até aquêle momento a construção na Província tinha sido uma atividade muito limitada e espasmódica. As construções de certo vulto, exigindo algum apuro na execução, ocorriam muito espaçadamente e ainda assim entregues a reduzido número de operários, para que suas fôlhas de pagamento não excedessem os pequenos recursos dos proprietários quer os particulares, quer o Govêrno. Faltavam, por conseqüência, condições propícias ao preparo e à manutenção de um corpo de trabalhadores habilitados. O presidente Benevides, ante a falta de pedreiros, teve que buscar na província de Alagoas seis dêles para as obras da Capital, os quais, por volta de julho de 1857, eram os únicos que nelas trabalhavam.

Os minguados recursos da Província, a falta de materiais e essa pobreza de mão-de-obra servem para explicar a simplicidade dos projetos desenhados por Pirro e Pereira da Silva. De nada valeria riscar complicadas decorações, variados jogos de massas, para entregá-los a bisonhos operários, que nem entendiam de plantas nem sabiam indicar as linhas a seguir nas construções. Mesmo reduzidos aos elementos essenciais e indispensáveis, ainda assim, os primeiros edifícios sofreram vários insucessos. Ruiu o telhado da Mesa de Rendas, desaprumaram-se as paredes do Quartel de Linha, as bicas do Palácio do Govêrno despejaram as águas dentro do edifício, e outros, pouco depois de terminados, submeteram-se a extensos reparos.

Deixemos aqui esta história privada das edificações e voltemos ao estudo de sua somação no arquitetar da cidade. Uma outra direção de crescimento, contemporânea da expansão linear para o sul, estabeleceu-se para o noroeste do núcleo inicial, originando-se das condições sociais do momento.

Quando se verificou que a liberalidade até então prodigalizada pelos edificadores ameaçava comprometer o aspecto e a regularidade do plano da Capital, a Câmara Municipal apôs em execução suas primeiras posturas, aprovadas pela Resolução Provincial n.º 458, de 3 de setembro de 1856, regulando a edificação e os costumes de seus habitantes. As exigências eram mínimas, se bem que pudessem parecer excessivas comparadas ao desleixo que se observava. Tornavam obrigatório o alinhamento, dado pelos fiscais da Câmara, estabeleciam o pé-direito mínimo de 20 palmos e outras dimensões para as portas e janelas, mandavam caiar as frentes das casas duas vêzes por ano, pelo menos; obrigavam a construção de passeios lajeados de 8 palmos de largura nas ruas de sessenta palmos de largura, de 10 palmos nas que tivessem 100 palmos. Fazia-se apenas questão das fachadas. A estas posturas, seguiram-se outras delimitando um perímetro dentro do qual era vedada a cobertura de palha. Tudo que ficasse dentro "do quadro da Cidade" tinha que se condicionar, estritamente, às "pesadas" exigências da Câmara.

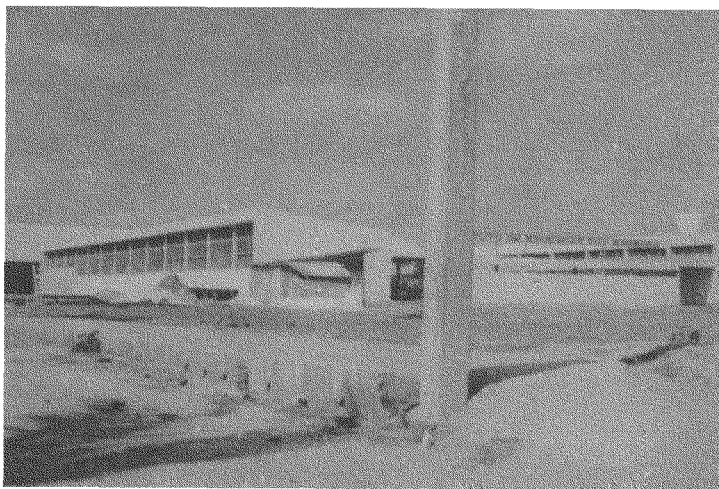
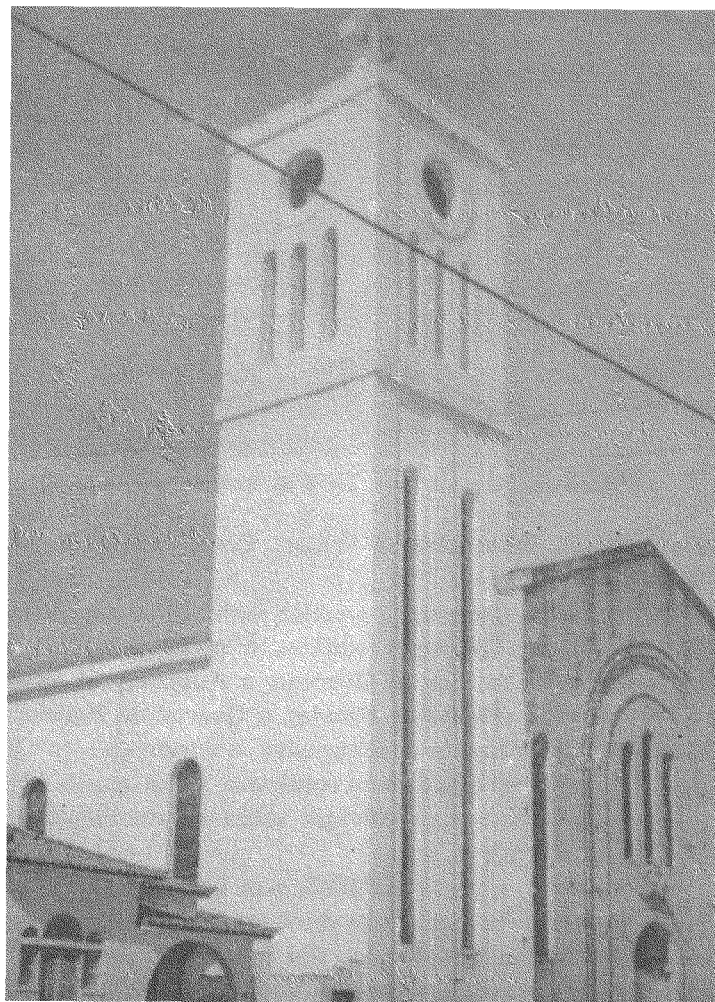
Os menos abastados, e não eram poucos, vendo nas novas determinações um empecilho à obtenção de moradas ao alcance de seus limitados haveres, tomaram uma resolução heróica. Criaram o seu "alea jacta est" e atravessaram o Caborge, pulando para fora dos limites do "quadro". Êste, como vimos, tinha um de seus lados coincidindo, aproximadamente, com a atual Rua Divina Pastôra. Para lá do Caborge, entre a estrada para Santo Antônio e o mar, indo até os mangues do Olaria e preferencialmente, na encosta

Rua Laranjeiras

do morro de areia que existia no início da atual Avenida João Ribeiro, desenvolveu-se um arruamento irregular, de casas e casebres de todos os tamanhos e todos os feitios, sob os olhares complacentes dos vereadores. A planta de 1857 mostra o início dêste agrupamento que cresceu, tal qual nascera, desordenado, livre das peias dos regulamentos municipais, dando origem ao labirinto de ruas e becos, desaparecido com as obras de escavação e atêrro efetuadas por volta de 1920.

Esta fuga foi o primeiro fenômeno geográfico de diferenciação social que se operou em Aracaju. As terras fronteiras ao rio, tidas como as melhores, ficaram na posse dos que tinham recursos suficientes para pagar o alto preço a que chegaram os terrenos da Capital, especulação que as condições topográficas, limitando a área edificável, influenciaram mais que a confiança no futuro da cidade. Esta circunstância de lugar onde foi, durante muito tempo, o único meio de se classificar, por suas moradas, os habitantes do lugar. O aspecto externo e o material empregado na construção confundiam as curvas de nível sociais. Só mais tarde é que o vidro, empregado largamente nas grandes vidraças de guilhotina, desempenhou a função de carteira de identidade social.

De 1857 a 1864 não podemos acompanhar detalhadamente o crescimento da cidade. Os arquivos falham completamente, inclusive o da Prefeitura Municipal onde, apesar das obrigações impostas pela Resolução 458, só fomos encontrar requerimentos de construção, a partir do ano de 1864. Com os isolados elementos que conseguimos obter podemos concluir que a cidade, nesse período, não emitiu tentáculos, as construções tendendo mais para a concentração do que para a expansão. Malgrado as obras de atêrro dos pântanos e a demarcação de algumas ruas sôbre êles, não havia ainda franca transposição da "vala da cidade". Um ou outro "bandeirante" se lançou a esta conquista. Para o sul a edificação não excedeu o Quartel de Polícia.

Progrediram por volta de 1860 as Ruas Laranjeiras, dos Músicos (hoje Pacatuba) e Maruim, esta favorecida pelos aforamentos concedidos por Luiz Francisco das Chagas, um dos maiores, senão o maior, dos proprietários de terrenos de Aracaju. Já existiam casas nas Ruas Itabaiana e Itabaianinha, conhecidas aquela por Rua da Jabotiana e esta por Rua do Brejo, mas oficialmente designadas pelo único nome de Rua da Conciliação.

Instituto de Educação Rui Barbosa

Igreja do Espírito Santo

Em 21 de setembro de 1862, os aracajuanos congregaram-se para uma cerimônia festiva e religiosa. Metidos nos sisudos trajes dos dias de festa, assistiram, pelas quatro horas da tarde, ao lançamento da pedra fundamental da igreja-matriz, bem na várzea da cidade, para lá da "vala". Era o comêço de uma nova fase na vida da cidade. Aquela pedra abriu uma brecha na imaginária muralha dentro da qual a cidade tàcitamente se encerrava. A criação da Praça da Matriz abriu o caminho por onde a cidade se desdobrou, o oeste. Ruas, como Santo Amaro, Capela, Arauá e Santa Luzia, desembocando naquela praça, foram logo demarcadas. As circunvizinhanças da igreja foram tomadas por uma verdadeira febre de construções. Cada pedra, que se acrescentava aos muros da igreja, valia por um convite e um encorajamento aos mais indecisos, àqueles que não tinham acreditado na conquista do brejo.

Em 1865, ou porque a obra marchasse lentamente ou porque muitos ainda vacilassem, o arruamento só tinha atingido as Ruas Santa Luzia e Santo Amaro, ainda sem denominação. Todavia, assim que as paredes do templo se elevaram, houve uma verdadeira corrida para o oeste. Em 1869, de acôrdo com os requerimentos que encontramos no arquivo municipal, construíram-se em Aracaju 89 casas. Destas, 44 espalhavam-se em tôrno da matriz e pelas ruas próximas.

O ano de 1865, o décimo aniversário da fundação, com as primeiras casas a aparecerem ao ocidente da "vala", é bem o fim do primeiro período da vida aracajuana. O término de uma década de lutas contra o meio físico e contra sentimentos humanos adversos, espaço de tempo em

Maternidade Francisco Melo, anexa ao Hospital de Cirurgia

que a cidade lutou para se firmar. Começava a conquista do oeste.

Naquele ano, enquanto o poder espiritual construía vagarosamente seu principal edifício, o poder temporal já contava com o Palácio do Govêrno, a Alfândega, o Quartel do Exército, a Mesa de Rendas, o Quartel de Polícia, a Tesouraria da Fazenda e continuava a construção da Cadeia. Os capitalistas já tinham construído casas de sobrado.

Não pairavam mais dúvidas sôbre a estabilidade da Capital de Aracaju!...

Entretanto, a partir de 1865, tem início um novo período de desenvolvimento que dura até os primeiros e agitados anos da era republicana. Por falta, pode ser limitado com a data da proclamação da República e, por excesso, podemos levar o seu extremo até o primeiro ano dêste século.

O Govêrno da Província estava desinteressado no progresso da cidade e os parcos recursos da Câmara Municipal não permitiam que ela assumisse tal responsabilidade. Parece-nos, todavia, ser um dos mais interessantes períodos do ponto de vista social. O aracajuano empenhou-se em forjar os elementos econômico-sociais com que, aproveitando-se das transformações decorrentes da Proclamação da República, conquistou a direção política e econômica do Estado, em detrimento do progresso de cidades como Laranjeiras e Maruim, que, até então, eram os principais centros econômicos de Sergipe.

Nos últimos anos dêste período, aparecem os primeiros estabelecimentos industriais, inclusive a primeira fábrica de tecidos, em 1884, como proeminente marco do seu desenvolvimento industrial.

A cidade cresce e passa a ocupar tôda a planície entre o rio e as dunas e começa sua expansão para noroeste.

Também nesse período, se verificaram as alterações da delimitação do território do município, que eram reclamadas em decorrência da rápida evolução do povoado de Aracaju, que, por um mesmo ato, foi elevado à categoria de cidade e Capital do Estado.

Assim é que, pouco tempo depois de sua fundação, verificou-se a necessidade de expandir o território do município e veio, então, a alteração dos seus limites sul, por fôrça da Resolução número 568, de 4 de janeiro de 1864. No mesmo ano, porém, os antigos limites eram estabelecidos pela Resolução número 665, de 16 de maio.

Com o início do século se inaugura, também, um novo período no desenvolvimento da cidade de Aracaju. O Govêrno Estadual retoma seu interêsse pelo progresso da cidade e aí executa obras de saneamento e embelezamento.

Em 1900 se iniciava a pavimentação com pedras irregulares, sendo inaugurado, no mesmo ano, o Hospital de Santa Isabel, mantido pela Associação Aracajuana de Beneficência. Com o aparecimento, em 1908, dos primeiros "bondes de burro", se inicia o progresso da cidade para o sul, transformando a Rua de Itabaiana em um dos mais importantes logradouros residenciais da aristocracia aracajuana. O serviço de água encanada também era inaugurado em 1908, vindo depois, em 1914, os serviços de esgotos sanitários. Aparecem em 1913 as primeiras lâmpadas elétricas e cresce cada vez mais o empenho do Govêrno, em preparar a Capital para os festejos do primeiro centenário da emancipação política do Estado. Novas ruas se abrem e outras são reformadas. As comunicações com o interior são melhoradas pela estrada de ferro inaugurada em 1914, e, depois, pelas estradas de rodagem.

Inicia-se neste período o zoneamento da cidade, sem qualquer imposição ou interferência do poder público, ficando caracterizada a zona de comércio e os bairros de residências abastadas, de habitações operárias e das indústrias.

Procede-se aos primeiros aterros dos alagados e novas áreas são conquistadas para a edificação de novos logradouros. Foi, pois, um período áureo no desenvolvimento da cidade. Inúmeros prédios públicos foram construídos e uma mentalidade favorável ao progresso da cidade dominava os gabinetes dos homens que governavam o Estado. Projetou-se a construção de um magnífico teatro para a cidade, com todos os requisitos necessários a uma casa dessa natureza, que, entretanto, não chegou a ser construído. Em 1920, já contava a cidade 170 lgradouros e grande número de importantes edifícios, como o Palácio do Govêrno, o da Assembléia e o da Prefeitura, e três destinados ao funcionamento de Grupos Escolares. Em 1926, os bondes elétricos substituíram os de burro, que já vinham sem funcionar há mais de um ano.

Até 1930, mais ou menos, se caracterizava o progresso da cidade com a substancial ajuda do Govêrno do Estado. Daí para frente, foi tentada a transferência de todos os encargos decorrentes das necessidades reclamadas pelo município da Capital ao Poder municipal. As profícuas administrações de Teófilo Dantas e Camilo de Calazans, que executou as obras de urbanização do Bairro Santo Antônio, mostraram ser perfeitamente viável a citada transferência

Hospital de Cirurgia

de encargos. Na administração de Godofredo Diniz, o município assumia a responsabilidade dos serviços de Bombeiros e do Pronto Socorro, cumprindo o mesmo programa. Depois de 1930 o Bairro Siqueira Campos desenvolve-se aceleradamente e aparece o Bairro Joaquim Távora. Era o êxodo dos habitantes do interior, sobretudo das regiões calcinadas pela sêca e perseguidas por "Lampião" que trazia para aquêles bairros o elemento humano que ia constituindo as suas populações. Êsses bairros periféricos nasceram e se desenvolveram quase sem o estímulo dos podêres públicos, ou mesmo sem recebê-lo como no caso do Joaquim Távora. Outro grande fator do crescimento de Aracaju para noroeste, foi o desenvolvimento da indústria no município. Nessa zona iam-se acomodando as populações proletárias, sobretudo os trabalhadores das indústrias.

Outros bairros foram aparecendo depois; do Joaquim Távora, mais para o Norte veio a Cidade Nova e do Siqueira Campos, nasceu para suleste o Bairro América. A cidade cresceu e se desenvolveu e com ela se expandindo para todos os lados, vêm surgindo, também, os problemas que caracterizam os grandes centros urbanos.

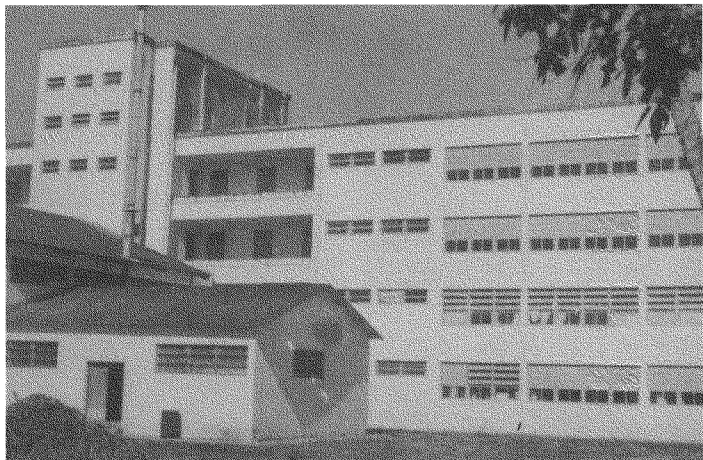
Na zona Sul desenvolve-se a edificação de modernas residências e o bairro da aristocracia invade a antiga Praia Formosa, antes sòmente habitada por pescadores, e avança em direção da Praia Balneária de Atalaia.

Nos dias atuais o ritmo acelerado do progresso de Aracaju ultrapassa, novamente, o das possibilidades financeiras da municipalidade, que não chegou a assumir todos os encargos decorrentes dos serviços de interêsse local. Os fornecimentos de água e luz ficaram a cargo do Estado e, bem assim, os serviços de esgotos.

Aparecem agora mais recentemente os bairros Grageru e Nossa Senhora Auxiliadora, o primeiro se desenvolvendo em áreas aterradas ao sul, e o segundo subindo dunas ainda existentes a sudoeste da cidade.

Surgem os serviços de ônibus para transportes urbanos e, então, com tais serviços, vem novo incentivo ao desenvolvimento dos bairros.

A vida de Aracaju de hoje já se assemelha à dos grandes centros urbanos do País e, talvez, o aracajuano atual sinta-se orgulhoso de dizer que sua cidade já possui um pouquinho dos grandes problemas das cidades maiores, no que concerne à habitação, expansão, saneamento, transportes, serviços de utilidade pública, e vários outros.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Antes de se verificar a transferência da Capital de São Cristóvão, o povoado de Santo Antônio de Aracaju estava incluído no têrmo de São

Sanatório Estadual

Cristóvão e, òbviamente, fazia parte da comarca do mesmo nome, mas, desde 1837, já havia o distrito de paz de Aracaju, criado pela Lei provincial número 473, de 28 de março daquele ano.

Com a elevação à categoria de cidade, a Capital da Província de Sergipe passou a ser a sede do Poder Judiciário.

Hoje, é sede da comarca de Aracaju, cuja divisão quanto a juízes de direito é feita em 5 varas especializadas e conta com os têrmos da sede e o do município de Barra dos Coqueiros.

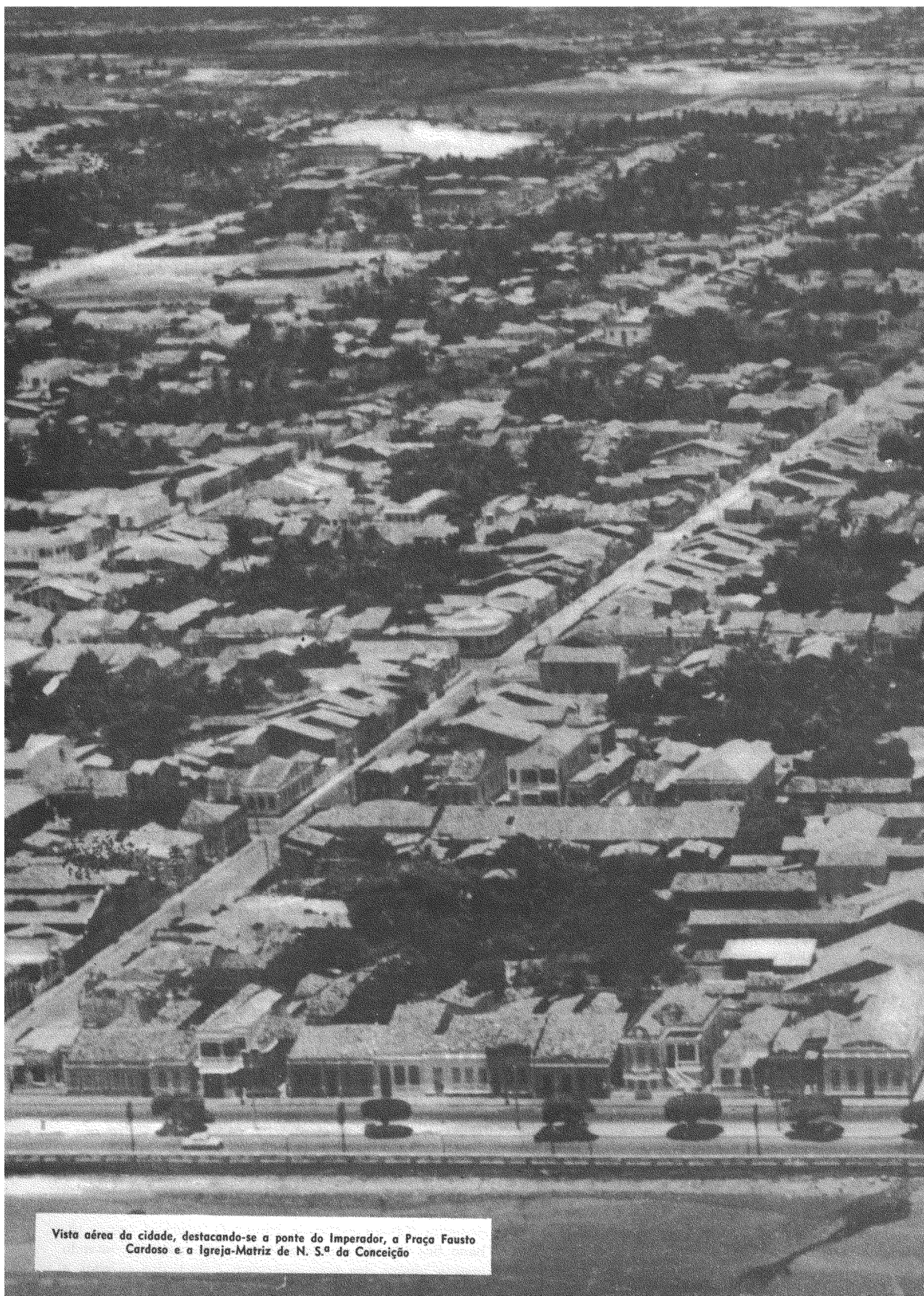
Como órgãos auxiliares da justiça, existem 12 cartórios, 8 dos quais com tabelionato.

Há, ainda, uma junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

LOCALIZAÇÃO — Segundo a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município fica situado na Zona do Litoral, tendo tôda a sua parte leste banhada pelas águas do Oceano Atlântico, com uma costa de belíssimas praias, que se inicia na barra do rio Sergipe ao norte e que vai até a do Vasabarris ao sul.

À margem direita do estuário do rio Sergipe se estende a cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, cujas coordenadas geográficas indicam uma latitude Sul de 10° 16' 30", longitude W. Gr. de 37° 01' 30" em local mais ou menos eqüidistante das extremidades norte e sul do território do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado

ALTITUDE — A cidade ocupa uma vasta planície, sòmente interrompida por pequenas ondulações ao norte e noroeste, onde estão edificados os bairros Santo Antônio, Joaquim Távora e Cidade Nova. O principal centro urbano fica situado a uma altitude muito pequena, estando mesmo alguns dos seus principais logradouros sujeitos a

Vista aérea da cidade, destacando-se a ponte do Imperador, a Praça Fausto Cardoso e a Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

Vista parcial da cidade, destacando-se a Avenida João Ribeiro

inundações freqüentes por águas pluviais que não são, convenientemente, escoadas. A altitude da cidade oscila, porém, de 5 a 2 metros, dependendo do local em que se faça a observação.

CLIMA — O clima do município é úmido e quente, não muito salubre, sobretudo nas áreas embrejadas próximas à cidade, a oeste, onde se localizava a conhecida lagoa da "Coceira", hoje já aterrada, tida pelos tratadistas como um dos maiores focos de esquistossomose que se conhecia em todo o mundo.

As oscilações de temperatura, em 1956, não registraram índices superiores a 29,9° C nas médias das máximas observadas, nem inferiores a 20,5° C entre as mínimas, sendo o mês de fevereiro o em que se registrou mais alta temperatura e o de julho o em que se verificou a mais baixa, não havendo, contudo, mudanças bruscas.

Nos meses de março, abril e maio, as chuvas são mais freqüentes no município e bastante escassas nos meses de outubro, novembro e dezembro.

ÁREA — A área territorial do município de Aracaju, hoje, depois do desmembramento da Ilha dos Coqueiros, que passou a constituir o território do novo município de Barra dos Coqueiros, é, aproximadamente, de 220 quilômetros quadrados.

Boa parte do território do município está ocupada com os perímetros urbano e suburbano da cidade de Aracaju.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município de Aracaju é bastante plano, não havendo, assim, elevações que mereçam registro especial como acidente geográfico. Uma ou outra pequena ondulação do terreno está situada ao norte e a oeste, e se constitui de pequenos oiteiros revestidos de escassa vegetação.

Duas das 5 mais importantes bacias hidrográficas do Estado, a do rio Sergipe, e a do Vasabarris, vêm derramar as suas águas no Oceano Atlântico em território do município de Aracaju.

Entre os principais rios, destacam-se o Sergipe, que nasce na lagoa das Areias, nas fraldas da serra Negra, nos limites entre Sergipe e Bahia, correndo, a princípio, de noroeste para sudeste, atravessa por uma garganta a serra de Itabaiana e, depois de passar nas proximidades da cidade Santa Rosa de Lima, se inclina para o sul, banha a cidade de Riachuelo e mais adiante, recebe, pela margem direita o rio Cotinguiba e depois o do Sal, pela margem direita e penetrando em território do município de Aracaju, onde, engrossado pelas águas do Pomonga, forma o encantador estuário que tanto contribui para embelezamento da cidade de Aracaju e vai desaguar no Oceano Atlântico a pequena distância desta cidade; o Vasabarris, que banha a extremidade sul do território do município e que tem as suas cabeceiras na serra da Itiúba, no Estado da Bahia, atravessa o Estado de Sergipe de oeste para leste, formando um vale muito fresco e de terras bastante férteis, banha a cidade de Itaporanga d'Ajuda e vai desaguar no Oceano Atlântico. Liga-se com Sergipe, pelo canal artificial de Santa Maria, que prolonga o curso do rio Santa Maria até atingir as águas do Poxim, último tributário do Sergipe, pela margem direita, antes de sua foz. Dessa maneira fica formada a importante rêde de navegação fluvial que abrange as duas grandes bacias hidrográficas. Há, ainda, no município, outros rios de menor importância, como o Pitanga, cujas águas são captadas e tratadas para o abastecimento da cidade e o Tramandaí.

RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: As pesquisas do subsolo de Aracaju, levadas a efeito em 1938, pela Companhia Itatig à procura de petróleo, revelaram a existência, nos terrenos do sítio Boa Vista, no Bairro Grageru, numa perfuração de 600 metros de profundidade, de 0,15% de óleo nas aludidas terras. A mesma Companhia tentou, também, explorar petróleo, nas terras da Fazenda Nova, próxima à praia balneária de Atalaia Velha, fazendo uma perfuração de 1 550 metros de profundidade, encontrando um vasto lençol de águas magnesianas, com um jôrro horário de 70 mil litros. Entretanto, de fato, sòmente o sal marinho, extraído em grande quantidade no enorme número de salinas existentes no município, pode ser considerado como riqueza natural de origem mineral que representa real valor para a economia de Aracaju.

b) De origem vegetal: Afora os seus vastos coqueirais, que, além da encantadora paisagem que oferecem, influem, preponderantemente, para a economia do município, não se pode registrar a existência, em Aracaju, de qualquer outra riqueza de origem vegetal.

c) De origem animal: A pesca, ainda feita sem os recursos de que dispõem emprêsas cientìficamente organizadas, constitui, porém, a principal fonte de exploração das riquezas de origem animal. Tanto os rios como tôda a costa do município são bastante piscosos.

Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

No litoral do município, na faixa compreendida entre a foz do Sergipe ao norte e do Vasabarris ao sul, é realizada, diàriamente, em jangadas e frágeis canoas, a pesca de parus, bagres, vermelhas, carapebas, pescadas, robalos, arraias, caramurus e tantas outras qualidades de peixes.

Atualmente, barcos pesqueiros de firma de origem japonêsa, sediada em Recife, visitam constantemente aquela faixa do litoral e, ali, por processo moderno de pesca, encontram espécimes de atuns e cavalas em grande quantidade, que são conduzidos para os centros consumidores que dispõem de frigoríficos como Recife, Salvador e Maceió. Produtos dessas mesmas pescarias, vez por outra, chegam a Aracaju, por via aérea, para atender prementes necessidades do consumo da Capital, sobretudo quando se verifica a falta da carne verde e as autoridades responsáveis pelo abastecimento apelam para essa solução.

POPULAÇÃO — O município de Aracaju ainda não conta em todo o seu território 100 000 habitantes, segundo se depreende das últimas estimativas levantadas com base nos resultados censitários de 1950, pelo Departamento Estadual de Estatística, que dão para o mesmo uma população de, aproximadamente, 85 000 habitantes em 1.º de julho de 1956. Entretanto, se fôr conservado no decênio 1950-1956 o mesmo índice de aumento da população que se verificou no decênio 1940-1950, o município da Capital do Estado de Sergipe, em 1956, ultrapassará a casa dos 100 000 habitantes.

Òbviamente, nos resultados censitários em que se basearam os mencionados cálculos do Departamento Estadual de Estatística, estava excluída a população de 3 636 habitantes, recenseada na Ilha dos Coqueiros, hoje município de Barra dos Coqueiros.

A cidade de Aracaju, pelas mesmas estimativas, contava, em 1.º de julho de 1956, pouco mais de 76 000 habitantes e não é ainda, no dizer de Fernando Pôrto, uma cidade grande, mas, não pode, por outro lado, ser classificada como uma cidade pequena. O índice de crescimento populacional da cidade de Aracaju, para o decênio 1940-1950, foi de 32,72%, superior, pois, ao verificado para um grande número de capitais de Estados do Brasil, como Belém, Curitiba, Niterói e Vitória, entre outras.

Em 1.º de julho de 1950, foram recenseadas em Aracaju 74 728 habitantes, excluídas as pessoas que, àquela época, residiam na Ilha dos Coqueiros, preponderando segundo a côr os brancos, seguidos muito de perto pelos pardos, enquanto os pretos apareciam com um número bem menor de habitantes. Era reduzido o número de amarelos.

A religião que contava mais adeptos era a Católica Romana, preferida por grande maioria dos habitantes de Aracaju, entre as demais seitas religiosas, destacava-se o Protestantismo, na preferência das pessoas que habitavam o município de Aracaju, em 1.º de julho de 1950.

Como o maior centro urbano do Estado, Aracaju apresentava a densidade demográfica de 339,7 habitantes por quilômetro quadrado. Em 1956, segundo dados das estimativas demográficas do Departamento Estadual de Estatística, o índice de densidade populacional do município já atingia 384 habitantes por quilômetro quadrado.

É o mais populoso município do Estado, e representa 12% de tôda a população de Sergipe, Lagarto, a segunda

Vista parcial da cidade

comuna de Sergipe em número de habitantes, contava, em 1.º de julho de 1950, com 38 291 habitantes, pouco mais da metade das pessoas recenseadas em Aracaju.

A acentuada diferença de população do primeiro para o segundo município destaca a situação de Aracaju, dentro do Estado, como centro populacional.

Quanto à nacionalidade, era insignificante o número de estrangeiros e brasileiros naturalizados que residiam no município de Aracaju, no dia 1.º de julho de 1950. Os primeiros não chegavam a 100 e os segundos não atingiam 20.

Aglomerações urbanas — Contando 67 539 habitantes, recenseados em 1.º de julho de 1950, a cidade de Aracaju é o mais importante centro urbano do Estado e o único do município, digno de registro especial.

Na área urbana da cidade se concentrava, em 1.º de julho de 1950, o maior número de habitantes da cidade e os bairros Siqueira Campos e Santo Antônio eram os mais populosos, e contavam, respectivamente, com 11 495 e 10 636 habitantes.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística davam para a cidade de Aracaju uma população de cêrca de 76 000 habitantes em 1.º de julho de 1956.

Há, ainda, no território do município, a praia balneária de Atalaia Velha, considerada hoje como subúrbio da cidade, freqüentada por grande número de veranistas no período de janeiro a março de cada ano, com alguns melhoramentos urbanos, como seja, energia elétrica, um parque de diversões, um moderno mercado público, clube balneário em fase de construção, contando, ainda, com um bom número de confortáveis e elegantes residências.

Existem, por outro lado, em território do município de Aracaju, alguns povoados como Mosqueiro, Robalo e Gameleiras, todos de reduzida importância, geralmente habitados por pescadores e proprietários de pequenos sítios de Coqueiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Capital de um Estado territorialmente pequeno, ligada por regulares vias de transporte a quase todos os municípios do interior sergipano, Aracaju constitui hoje o centro mais ativo e progressista da vida econômica de Sergipe.

O principal fator de sua economia é o comércio, que conta com mais de 700 estabelecimentos (709, precisamente), entre atacadistas e varejistas, na quase totalidade instalados na sede do município Segundo informes prestados

Igreja de Santo Antônio

pela Recebedoria do Estado, o volume do giro comercial dêsses estabelecimentos, em 1956, atingiu cêrca de Cr$ 600 000 000,00.

Quanto ao número de pessoas ocupadas nessas atividades, já por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, havia um efetivo de 3 337.

Como segundo fator econômico, no município, vem a Indústria.

Trabalhando nas 313 fábricas existentes em Aracaju, em 1956, havia 2 979 pessoas. O Registro Industrial realizado pelo I. B. G. E., relativo ao movimento do referido ano, permite apresentar ainda os seguintes aspectos do parque industrial aracajuano:

A cifra correspondente ao volume total da produção fabril do município atingiu 417 231 milhares de cruzeiros.

No conjunto dos ramos industriais, o grupo mais numeroso e de efetivos globais mais altos, quanto ao volume e valor de produção, é o relativo à indústria de gêneros alimentícios, com um total de 183 estabelecimentos, que produziram 9 586 toneladas de produtos, no valor total de Cr$ 151 973 667,00. Nesta rubrica acha-se incluída a produção de 2 626 toneladas de carne verde, toucinho e vísceras, no valor de Cr$ 63 922 000,00. O referido grupo ocupa 888 pessoas, e abrange extensa linha de produtos alimentares, como carne verde, pães e massas, vinhos de fruta, aguardente, vinagre, doces, balas de mel e bombons, côco ralado, copra e farinha de côco, salsichas, azeite comestível, macarrão, farinha de mandioca, fubá de milho, etc., etc.

Entre todos os ramos, tomados os produtos individualmente, encontramos, com resultados mais expressivos, os que figuram no quadro abaixo:

PRODUTOS		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Ind. têxtil	Tecidos de algodão	Metro	5 229 006	74 590 239,00
	Sacos de algodão	Unidade	1 923 109	33 851 313,00
Carne verde		Tonelada	2 626	63 922 000,00
Madeira serrada		m³	9 165	19 153 992,00
Ind. do côco	Farinha de côco	kg	372 910	10 464 665,00
	Côco ralado	»	281 476	8 059 347,00
Sal de cozinha		Tonelada	3 691	9 606 179,00

A indústria têxtil acha-se representada por duas fábricas de tecidos, que ocupam 1 527 indivíduos, ou seja, mais de 50% do total dos trabalhadores na indústria aracajuana.

A manufatura dos produtos do côco é indústria tìpicamente sergipana. A farinha, o óleo, a cocada e o leite de côco, têm nas duas fábricas existentes em Aracaju a sua fonte de produção única no mundo. São artigos que estão sendo bem aceitos em tôdas as praças do país e também no estrangeiro. Êstes artigos, na preparação de doces e quitutes, proporcionam sabor agradabilíssimo.

O parque industrial aracajuano nestes últimos tempos tem-se desenvolvido grandemente, beneficiado pela farta energia de Paulo Afonso, pela facilidade de transporte para todos os pontos do país, permitindo rápido escoamento da produção, e pela elevação da capacidade de consumo do sergipano.

Na escala dos fatôres econômicos de Aracaju, ocupa o terceiro lugar, a agricultura. O principal produto é o côco-da-baía (cocus nucifera), de que, aliás, a capital sergipana é o terceiro produtor em todo o Estado.

É a seguinte a lista dos produtos mais destacados e respectivos volumes e valor de produção:

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Côco-da-baía	Cento	47 430	18 973 000,00
Banana	Cacho	50 000	3 000 000,00
Mandioca	Tonelada	900	270 000,00
Feijão	»	30	550 000,00
Manga	Cento	1 500	225 000,00
Caju	»	10 000	800 000,00

Encontra-se em fase de instalação um grande frigorífico com capacidade de abate de 40 bovinos e 10 suínos por hora e que irá absorver e industrializar totalmente o bovino, de que Sergipe é grande engordador. O capital da emprêsa que o está instalando é de Cr$ 12 000 000,00.

Na pecuária destaca-se apenas o rebanho bovino, com 3 500 cabeças, consistindo quase tudo em gado leiteiro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Aracaju possui 709 estabelecimentos sendo 25% dêste total, de estabelecimentos grossistas.

Do referido total, 445 casas dedicavam-se à venda de molhados e estivas, 84 vendiam tecidos e 180 negociavam com ferragens, miudezas e outros artigos.

O comércio aracajuano é um dos mais progressistas do norte do país, não só pelo movimento de suas vendas, considerado em proporção ao tamanho da cidade, senão, também, pelo aspecto moderno de suas instalações e a técnica de suas exposições e mostruário, que nada ficam a dever aos das maiores praças do sul ou do norte do Brasil.

A importação de mercadorias é feita das praças do Rio de Janeiro (D. Federal), São Paulo, Recife, Salvador, Maceió e alguns países estrangeiros, e as vendas por atacado são feitas para quase todos os municípios do interior sergipano e muitos dos Estados de Alagoas e Bahia.

Uma parte ponderável das vendas a varejo destinam-se a consumidores de todos os municípios de Sergipe, que diàriamente acorrem à capital, pelos meios de transporte existentes, para fazerem suas compras ao ensejo de outros negócios e objetivos.

Em 1956, a média apurada, do movimento de vendas das principais casas atacadistas, atingiu a casa dos 40 milhões de cruzeiros. Mais de 27 firmas, inclusive estabe-

lecimentos varejistas, tiveram movimento superior a 5 milhões de cruzeiros.

O sistema bancário acha-se bem desenvolvido, funcionando com 6 casas matrizes, 5 agências de importantes estabelecimentos como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Econômico da Bahia, etc. e 1 agência da Caixa Econômica Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O sistema de transporte do município abrange todos os tipos em uso no mundo civilizado.

A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, atualmente incorporada pela Rêde Ferroviária Federal S.A., faz a ligação de Aracaju com diversos municípios do norte do Estado até Propriá e com outras comunas do sul, seguindo para Salvador — Bahia, daí podendo-se ir ainda, por ferrovia, fazendo-se baldeação, até o município de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais. Por esta via de transporte, Aracaju está, em relação às cidades vizinhas, a 11 quilômetros de Nossa Senhora do Socorro e a 28 quilômetros de São Cristóvão. Em relação à progressista cidade de Propriá, a distância é de 120 quilômetros e, em relação a Salvador, 431 quilômetros.

Por rodovia, são inúmeras as emprêsas de transporte servindo o município, tendo nêle ou em outros as suas sedes. As ligações, por esta via, são feitas com quase todos os municípios de Sergipe e ainda com o norte e com o sul do Brasil. As distâncias de Aracaju, por rodovia, com as cidades mais importantes do Estado, são: No norte: Propriá, 120 quilômetros; Neópolis, 139 quilômetros; Capela, 89 quilômetros. No oeste: Lagarto, 95 quilômetros; Simão Dias, 125 quilômetros; Itabaiana, 63 quilômetros. No sul: São Cristóvão, 34 quilômetros; Estância, 98 quilômetros; Tobias Barreto, 153 quilômetros. O transporte de passageiros é feito diàriamente entre cada um dêstes municípios e Aracaju, por ônibus das Emprêsas Santo Antônio, Senhor do Bonfim e outras, que também fazem o tráfego diário entre Aracaju e a quase totalidade dos municípios de Sergipe. A Emprêsa Santo Antônio mantém ônibus de Aracaju a Salvador (475 quilômetros), três vêzes por semana, e a Emprêsa de Transporte Sergipe Rodoviária faz em seus ônibus o transporte de passageiros de Aracaju a São Paulo e vice-versa, uma vez por mês.

O tráfego marítimo, mercê dos empecilhos de uma barra de difícil acesso, cujos trabalhos de desobstrução, tentados repetidas vêzes, nunca chegaram a ser realizados a contento, é feito apenas por navios de pequeno calado e embarcaçõezinhas, que atracam no cais de Aracaju trazendo e levando passageiros ou carga, originados de outros portos do país ou com destino a êles. O Lóide Brasileiro; a Costeira; H. Dantas, Comércio, Navegação e Indústrias Limitada; Cabral, Machado & Cia.; Navegação Marítima Heráclito Rocha, são emprêsas de navegação que fazem o transporte marítimo de Aracaju com outros portos.

O transporte fluvial é feito através dos rios Sergipe, Vasabarris, Cotinguiba, Paramopama, Ganhamoroba, Japaratuba e Pomonga, ligando Aracaju com os municípios de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e Japaratuba. Cabral, Machado & Cia. e José de Oliveira Júnior são as principais emprêsas que fazem o tráfego fluvial do município da Capital.

Iate Clube Municipal (em construção)

Quanto ao transporte aéreo, que liga Aracaju com os principais centros do Brasil e do mundo, a Capital sergipana é servida pelas melhores companhias nacionais de aviação, que ali mantêm as suas agências, tais como: a Panair do Brasil S. A., Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, Cruzeiro do Sul, Varig e Lóide Aéreo. O Aeroporto de Santa Maria, que se acha a 10 quilômetros de Aracaju, é um dos campos de pouso de maior movimento de passageiros, no Brasil, isto acontecendo em decorrência da precariedade de transporte marítimo entre a capital sergipana e outros centros.

O referido aeroporto, com instalações modernas, foi inaugurado em 19 de janeiro do corrente ano. A pista de asfalto, com cabeceiras de concreto, tem 1 500 metros de comprimento e 45 de largura.

Como outros sistemas de comunicação, existe, na Capital de Sergipe, o seguinte:

No setor de radiocomunicação há uma emprêsa de serventia pública, a Companhia Rádio Internacional do Brasil (Radional) e 6 entidades de uso privado, instaladas em repartições públicas e em diversas agências de aviação.

No setor telegráfico, há os serviços federais executados através do Departamento dos Correios e Telégrafos e os da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Quanto a Agências apenas postais, existe uma na sede do D.C.T., 8 estão distribuídas pela cidade, e uma fica na praia balneária de Atalaia.

No setor de telefones, Aracaju dispõe de um dos mais modernos serviços de telefones automáticos do Brasil, inaugurados em 22 de dezembro de 1957. Tal serviço pertence à Rêde Telefônica Sergipana que o explora, por concessão da Prefeitura; foi montado pela M. L. Ericsson do Brasil S. A., com 2 000 linhas e 1 500 aparelhos em funcionamento, mantendo tráfego mútuo com a rêde interurbana de diversos municípios do interior e com a rêde internacional.

ASPECTOS URBANOS — Aracaju não está incluída entre as cidades que se classificam de espontâneas e, como bem afirma Fernando Pôrto, não foram as conveniências pessoais que trouxeram para as antigas praias de Aracaju os homens que iriam fundar a cidade. Foram motivos de natureza econômica e política, que levaram Inácio Joaquim Barbosa a fundar uma cidade, que logo se destinava a um Pôrto e uma Capital.

Como se vê, Aracaju foi uma cidade criada para determinados fins e, por isso mesmo, desde a sua fundação, vem obedecendo a um plano urbanístico, o qual, como a

cidade, também tem a sua história referida e apreciada pelo Dr. Fernando Pôrto na parte concernente ao histórico do município, reportado linhas acima.

A cidade de Aracaju, edificada sob um plano que traçou tôdas as ruas em linha reta e as dividiu em quarteirões simétricos, apresenta um belíssimo aspecto, que mereceu do comandante Heckeener, da aeronave alemã "Graf Zeppelin", a classificação de "a mais bela cidade brasileira vista das alturas" comparável a uma daquelas "pitorescas e bonitas cidades européias da margem do Reno".

De fato, Aracaju faz jus ao pronunciamento do comandante alemão. É uma cidade moderna, dotada dos principais requisitos indispensáveis a uma Capital.

Conta cêrca de 300 logradouros públicos, sendo perto de 25% da sua área pavimentada a paralelepípedos. Sòmente duas ruas, justamente as localizadas no principal centro mercantil da cidade, se encontram pavimentadas com asfalto macadamizado, cujo processo não ofereceu, entretanto, bons resultados técnicos, e, por isso, não vem sendo aplicado em outros logradouros. Se bem que não tão bem cuidadas como dantes, existem algumas praças e largos ajardinados e arborizados e, ainda, o Parque Teófilo Dantas, encantador recanto da Capital sergipana, tendo, ao centro, a Catedral, imponente templo católico, dotado de bonitas linhas arquitetônicas.

Em 1950, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, a cidade contava com 10 142 prédios na zona urbana e 5 969, na zona suburbana. Dêsses prédios, 15 405 se destinavam a domicílios; em 1 115, funcionavam estabelecimentos comerciais; em 135, estabelecimentos industriais; e 725 eram destinados ao funcionamento de estabelecimentos de prestação de serviços.

No seu crescimento horizontal, Aracaju já ocupa mais de 20 quilômetros quadrados da área territorial do município e se estende da confluência do rio do Sal com o Sergipe, ao norte, ultrapassando o Tramandaí e se encaminhando, a passos largos, em direção às margens do Poxim, a suleste.

De pouco tempo para cá, iniciou-se o crescimento vertical de Aracaju, com a construção dos seus primeiros edifícios de mais de 5 pavimentos, estando incluídos entre êstes o Palácio das Secretarias, belo edifício de linhas modernas e o edifício "Maiara", primeiro no gênero construído na Capital sergipana.

A cidade é servida desde 1909 por uma regular rêde de abastecimento de água captada do rio Pitanga e tratada por processo científico de decantação e filtraçao, com 18 800 metros de linhas adutoras e uma rêde de distribuição de 61 000 metros, que abastece 8 049 prédios, partindo de 2 reservatórios com a capacidade total de 5 000 metros cúbicos. As obras de ampliação dêsse serviço, orçadas em cêrca de 80 milhões de cruzeiros, estão sendo atacadas, com grande empenho, pelo Govêrno do Estado.

Hospital Santa Isabel

Desde 1914, que a cidade possui a sua rêde de esgotos sanitários, que adota o sistema "separador-combinado", com uma extensão de 20 030 metros.

Essa rêde de esgotos serve a 48 logradouros de Aracaju, sendo que, dêstes, 22 estão parcialmente dotados de tão importante melhoramento. Através da mencionada rêde, são esgotados 2 200 prédios.

Aracaju consome energia elétrica produzida pela Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (C. H. E. S. F.), estando em andamento as obras de ampliação da rêde de abastecimento da cidade, que, em alguns pontos, já está penetrando na zona rural do município. O consumo médio de energia elétrica é de 17 000 000 kWh, anual, inclusive a parte destinada à movimentação da indústria que, geralmente, é distribuída em alta tensão. Em 1957 o número de ligações domiciliárias atingia 11 910.

No que concerne a transportes urbanos, se bem que inexistam emprêsas devidamente organizadas, cêrca de 30 ônibus, que oferecem relativo confôrto, transportam uma média mensal de 800 mil passageiros, ligando o centro da cidade a todos os bairros e alguns subúrbios.

Sem embargo de se reconhecer o esfôrço das autoridades constituídas no sentido de dotarem Aracaju, de, pelo menos, um hotel que corresponda ao seu nível atual de desenvolvimento, permanece a cidade, ainda, carecendo de um estabelecimento do gênero, que ofereça às pessoas que a visitam o mínimo de confôrto que esperam encontrar na moderna e encantadora Capital de Sergipe. Possui, entretanto, 8 hotéis que funcionam em prédios adaptados, sem, todavia, disporem de acomodações que se possam considerar boas, levando-se em conta o atual índice de progresso da cidade em outros setores.

Em fase de construção encontra-se o "Conjunto Rotary", incluindo um edifício destinado ao "Hotel do Norte", tudo deixando crer que, dentro de pouco tempo, a cidade oferecerá aos seus visitantes meios de hospedagem condizentes com o centro urbano que já constitui.

Há, ainda, em Aracaju, cêrca de 20 pensões e pensionatos.

A cidade conta com 10 estabelecimentos para exibições cinematográficas, 7 no principal centro urbano, 2 no Bairro Siqueira Campos e um no Bairro Santo Antônio. Destaca-se o "Cine Palace", muito bem instalado em prédio de linhas modernas, especialmente construído para o fim a que se destina e dispondo, ainda, de ar condicionado e aparelhagem de som e projeção, onde são exibidos filmes produzidos de acôrdo com os mais modernos processos adotados pela técnica cinematográfica.

A cidade é bem servida, também, de confeitarias, bares e cafés, com instalações confortáveis e de boa aparência, merecendo mensão especial a "Confeitaria Chic", o "Bar Chile" e o "Cacique Chá", funcionando êste último nas noites de sábados e domingos, com "boîte", oferecendo agradáveis reuniões dansantes aos seus "habitués".

Na parte sul da cidade fica o Estádio de Aracaju, regularmente instalado para a prática de esportes, dispondo de iluminação para jogos noturnos, cuja construção ainda não está concluída. Há, ainda, o "Parque João Cleofas", onde se realizam, todos os anos, concorridas exposições agropecuárias, e o "Conjunto Residencial Agamemnon Magalhães", fruto da primeira tentativa da luta contra o mocambo em Aracaju.

De cinco anos para cá, vem sendo construído grande número de belas e modernas residências em Aracaju, as quais contribuem, sensìvelmente, para que se possa vislumbrar um agradável aspecto da cidade, diferente do que vinha sendo observado há até bem pouco tempo, quando predominava, na construção civil local, um estilo arquitetônico uniforme, de pequenos prédios com fachadas quase idênticas e prejudicados em arejamento e iluminação, em decorrência da adoção muito comum do sistema de parede-meia.

Outro aspecto muito interessante de Aracaju é oferecido pelo bom gôsto com que os proprietários das principais casas comerciais da Rua João Pessoa organizam as suas vitrinas, onde os artigos são apresentados ao público artìsticamente dispostos. Destacam-se nesse particular, a "A Moda" e a "Chez Nena Modas", que apresentam, geralmente, tecidos e artigos finos de senhoras; "P. Franco & Cia." e "A Elétrica", no comércio de artigos domésticos e de eletricidade, "Casa Cristal", vendendo louças e cristais e "A Insinuante" no comércio de tecidos e utilidades domésticas de fino gôsto, inclusive móveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A "Fundação Hospital de Cirurgia", tendo anexos o "Hospital Infantil", a "Maternidade Francino Melo" e a "Escola de Enfermagem Augusto Leite" além do próprio "Hospital de Cirurgia", o mais importante nosocômio do Estado, e a principal casa de assistência médica de Aracaju, gozam de alto conceito em todo o território nacional, contando com corpo clínico de renome, composto de 42 médicos, dos quais se destaca a figura respeitável do Dr. Augusto César Leite, seu fundador e nome muito conhecido nos centros científicos de todo o Brasil. É considerado um dos mais bem instalados e modernos hospitais do Norte do País, possuindo dependências e aparelhagem para todos os ramos da ciência médica. Conta com 4 salas para operação no Hospital, e 2 para partos na Maternidade, todos instalados com aparelhagem moderna e dentro dos requisitos exigidos pela mais avançada técnica cirúrgica. Para internamentos, há 320 leitos, sendo 160 para cirurgia geral, 100 para obstetrícia e 60 para pediatria.

O Hospital Santa Izabel, mantido pela Associação Aracajuana de Beneficência, é o mais antigo do município, com 89 leitos para internamento e um corpo clínico de 12 médicos. Anexa a êsse Hospital funciona a "Maternidade Dr. João Firpo", recentemente inaugurada e dotada de modernas e confortáveis instalações, com amplos e bem arejados apartamentos para pensionistas.

A Clínica Adauto Botelho, destinada ao tratamento especializado da Psiquiatria, executando, também, trabalhos de profilaxia de higiene mental, está incluída entre os principais estabelecimentos de assistência médico-sanitária do Estado. gozando de elevado conceito.

Maternidade de São Firpo

Funcionando em moderno edifício de amplas e confortáveis acomodações, há, ainda, o "Sanatório de Aracaju", mantido pelo Serviço Nacional de Tuberculose, com 60 leitos para internamentos, e capacidade para a instalação de mais 90; e o "Hospital-Colônia Eronildes de Carvalho", que se destina ao internamento de portadores de doenças mentais crônicas. Além do Centro de Saúde da Capital, existem, ainda, em funcionamento no município, 10 postos de higiene mantidos pelos governos do Estado e do município, um serviço de pronto socorro, mantido pelo município, os ambulatórios dos Institutos de Previdência Social e duas policlínicas pertencentes a emprêsas industriais. A Legião Brasileira de Assistência mantém 4 Postos de Puericultura. Há, também, um pôsto de combate às endemias rurais, mantido pelo Ministério da Saúde. Na cidade, estão em funcionamento 22 farmácias, na sua grande maioria, funcionando sob a responsabilidade de profissionais devidamente diplomados. Conta o município de Aracaju 72 médicos, 51 dentistas, 18 farmacêuticos e 23 enfermeiros diplomados.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A assistência social é bem difundida em Aracaju, que dispõe de 10 estabelecimentos para abrigo de velhos desamparados e crianças órfãs. Destaca-se o "Asilo Rio Branco" para velhos de ambos os sexos, que funciona em amplo prédio recentemente construído no sítio "Jesus, Maria e José", no bairro Grageru, e o "Oratório São João Bosco", orfanato para meninas pobres.

Outro importante órgão de iniciativa particular para prestar assistência social ao aracajuano é o "Serviço de Assistência à Mendicância", SAME — como é mais conhecido. É uma organização interessante, destinada a combater a deprimente mendicância na via pública, trazendo os mendigos para sua proteção e proporcionando-lhes o mínimo indispensável para a sua subsistência, tentando, por outro lado, recuperá-los para a sociedade, dando-lhes meios de fazer algo útil e de acôrdo com a capacidade física de cada um. Foi idealizador dêsse importante serviço, D. Fernando Gomes, quando Bispo da Diocese de Aracaju.

O Estado, com a construção do "Conjunto Residencial Agamemnon Magalhães", fêz uma tentativa de grande alcance, no setor da Assistência Social. Cêrca de 200 casas para residência foram construídas em duas etapas, dotadas, tôdas elas, do confôrto exigido para o domicílio de uma família. Para ali as autoridades atraíram pessoas desajustadas, sobretudo mulheres que com os filhos menores habitavam antros de prostituição como o famoso "Curral", e

Rua Sabino Ribeiro

tentam recuperá-los. Dos imundos casebres, passaram a habitar casas higiênicas dotadas de água encanada e iluminação elétrica, mediante o pagamento de ínfima importância a título de aluguel.

A assistência social é levada aos habitantes do Conjunto através de um centro de estudos e pesquisas sociais e, proporcionada, também, educando os seus filhos, em adequado estabelecimento de ensino.

Muito embora hoje um tanto desvirtuada e pouco compreendida, por alguns, essa importante obra merece especial registro nesse capítulo, como louvável tentativa de recuperação social.

Para filhos de leprosos existe o "Preventório São José", mantido pela Sociedade Sergipana de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

Entre outros podem destacar-se, ainda, os seguintes estabelecimentos: "Casa de Santa Zita", "Lar Infantil Cristo Redentor", para internamento de menores, "Albergue Noturno Lívio Pereira", para mendigos, "Casa do Pobre Bom Pastor" e "Casa do Trabalhador Menor", destinados à educação de menores desajustados.

COOPERATIVISMO — As idéias cooperativistas não estão bem disseminadas no seio da população do município. Em 1956, funcionaram, apenas, 4 cooperativas no município de Aracaju, 3 delas de âmbito estadual. Em 1956, o valor do capital realizado atingiu Cr$ 1 342 880,90 e o patrimonial, Cr$ 9 175 250,40. No citado ano, sòmente duas dessas cooperativas prestaram serviços no valor de .... Cr$ 22 978 006,90.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, das pessoas presentes, recenseadas em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, no total de 67 153, sabiam ler e escrever 25 676, verificando-se um índice de alfabetização que atingiu 38,23%. Dêste número, 10 483 eram homens e 15 193, mulheres. Quanto à conclusão de cursos, ainda segundo os mesmos dados censitários, em 1.º de julho de 1950, 15 221 pessoas tinham concluído o curso primário elementar, das quais, 6 897 eram homens e 8 997 mulheres. Possuíam certificado de conclusão de cursos do nível médio, 3 087 habitantes de Aracaju, sendo 1 141 homens e 1 946 mulheres. Eram portadores de diplomas de cursos superiores, 565 pessoas, das quais, 528 eram do sexo masculino e sòmente 37 do sexo feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 149 unidades escolares que ministravam o ensino primário, estando incluídas nesse número 112, do ensino primário fundamental, 10 cursos infantis e 27 do ensino supletivo.

No curso primário fundamental estavam matriculados 10 212 alunos, sendo 5 108 do sexo masculino e 5 106, do sexo feminino.

Aracaju possui 9 ginásios, destacando-se o "Colégio Estadual de Sergipe", para ambos os sexos e o "Instituto Ruy Barbosa", para o sexo feminino, mantidos pelo govêrno do Estado; 2 Escolas de Comércio, uma das quais também mantida pelo Estado; 2 Escolas de Aprendizagem Industrial, uma mantida pelo Govêrno da União e outra pelo SENAI e um Seminário Menor, da Diocese.

Em quatro dos ginásios existentes na cidade, funcionam, também, cursos clássico e científico.

Há, ainda, o "Instituto de Música e Canto Orfeônico", mantido pelo Estado, a "Escola de Enfermagem Amélia Leite", da Fundação Hospital Cirurgia e um Ginásio noturno, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Nos ginásios, em 1956, estavam matriculados 3 590 alunos (1 836 homens e 1 754 mulheres) e no curso científico, 481 (193 homens e 28 mulheres). Era, entretanto, insignificante a matrícula nos cursos clássicos. No pedagógico, atingia 66 alunas.

Nos cursos de comércio, estavam matriculados 892 alunos, em 1956, assim distribuídos: curso básico, 447 (228 homens e 199 mulheres) e no de Contabilidade, 445 (218 homens e 227 mulheres).

Nas escolas de aprendizagem industrial, a matrícula em 1956, era de 473 alunos, todos do sexo masculino.

Estão em funcionamento, em Aracaju, 5 escolas do ensino superior, que são: 1 Faculdade de Direito, 1 Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e Atuariais; 1 Faculdade Católica de Filosofia; 1 Escola Superior de Química e 1 Escola de Serviço Social, destacando-se a Escola Superior de Química, reputada como entre as melhores e mais bem aparelhadas de todo o país, possuindo, ainda, um corpo docente de real prestígio pelo seu elevado nível cultural e científico.

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E ESPORTIVAS — Entre as principais associações culturais do município, destacam-se a Academia Sergipana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, a Loja Capitular Cotinguiba e o Rotary Clube de Aracaju.

Entre as de natureza esportiva, além dos 16 clubes que disputam campeonatos de futebol, 8 na primeira e 8 na segunda divisão, estando aqui incluídos os tradicionais Clube Esportivo Sergipe e Cotinguiba Esporte Clube, possuindo, alguns dêles, departamentos de basquetebol, volibol, remo e atletismo, destacam-se a Associação Atlética de Sergipe o Iate Clube de Aracaju, sendo êste último uma das associações esportivas mais novas do Estado, contando com um regular número de aficionados dos esportes aquáticos e majestosa sede, cuja construção estará concluída dentro de pouco tempo.

BIBLIOTECAS E MUSEUS — Existem no município 9 bibliotecas, que contam, respectivamente, mais de 1 000 volumes catalogados.

Vista parcial do "Conjunto Leandro Maciel"

Os maiores centros de consultas bibliográficas do município são, entretanto, a Biblioteca Pública do Estado e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a primeira fundada em 1851, com 59 611 volumes catalogados, atendendo, em 1956, a 111 880 consultas sôbre os mais variados assuntos, e a segunda, fundada em 1912, com 10 271 volumes e tendo atendido, em 1956, a 1 554 consultas.

Há, na cidade, dois museus, o do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e o de Arte e Tradição e, ainda, a Pinacoteca do Estado com telas de grande valor artístico. A cidade de Aracaju, e mesmo o Estado de Sergipe, muito devem nesse particular ao espírito de organização de Epifânio Dória e ao esfôrço de José Augusto Garcez, que mantém, a suas próprias expensas, o Museu de Arte e Tradição.

IMPRENSA E RÁDIO — A imprensa na cidade de Aracaju não tem evoluído como seria de se desejar, a fim de acompanhar o progresso local. Circulam, atualmente, 8 jornais, que aparecem, alguns dêles, 3 vêzes por semana e outros, sòmente uma vez. O mais antigo órgão da imprensa sergipana é o "Correio de Aracaju", fundado a 24 de outubro de 1906. O "Sergipe Jornal", vem circulando desde 1921, sem interrupção e é um órgão independente, bastante noticioso. A Diocese de Aracaju, edita "A Cruzada", o maior e melhor jornal do Estado, que circula aos sábados. "Gazeta Socialista" é dos mais novos, sendo editado 3 vêzes por semana; a partir de abril próximo será diário.

A imprensa de Aracaju já contou com algumas revistas mundanas e sociais, como "Renovação", que obedecia à direção de Maria Rita, hoje advogada no Fôro do Rio de Janeiro. Nos dias que correm porém, sòmente a "Revista de Sergipe" é editada e aparece sem obedecer a uma periodicidade regular.

No âmbito cultural, entretanto, possui a cidade três excelentes revistas: a Revista da Academia Sergipana de Letras, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Revista de Aracaju, mantida pela Prefeitura Municipal.

Em 1940, era instalada em Aracaju a sua primeira estação de rádio, com a denominação de "Rádio Difusora de Sergipe", que recebeu o prefixo PRJ-6. Depois, apareceu a "Rádio Liberdade de Sergipe", ZYM-20. Um grande número de filhos da terra se dedicam, em Aracaju, a atividades radiofônicas, como locutores, cantores, animadores e radioatores, organizando programas de teatro, música popular, música de câmara, esportes e noticiários, e dêles participando. Ambas as emissoras possuem confortáveis auditórios, mas deve ser destacado o da Rádio Liberdade de Sergipe, com suas linhas modernas, características técnicas e perfeito tratamento acústico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta as receitas Federal, Estadual e Municipal, arrecadadas no período 1950-1956 e, também, a despesa realizada pelo município, no citado período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	14 880	23 080	10 680	8 551	11 100
1951.......	18 686	32 470	13 638	11 080	13 654
1952.......	26 482	30 080	16 950	14 068	17 085
1953.......	26 782	34 376	21 199	18 029	20 661
1954.......	26 720	43 346	23 488	22 588	20 606
1955.......	38 563	52 459	32 630	27 789	24 781
1956.......	44 407	62 011	42 431	37 600	43 799

Em 1956, sòmente o impôsto sôbre Indústrias e Profissões contribuiu com Cr$ 24 525 849,10, para a receita do município, seguido do Impôsto Predial, com .... Cr$ 4 160 286,20. A terceira rubrica orçamentária do município, levando-se em conta a importância arrecadada, é a relativa a jogos e diversões públicas, atingindo .... Cr$ 1 717 861,20.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Aracaju, uma cidade nova, contando pouco mais de 100 anos, não possui nenhum monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico. Entretanto, em algumas das suas praças e avenidas, encontram-se os seguintes monumentos: Monumento a Fausto Cardoso, localizado no centro da praça que tem a denominação do homenageado. Do lado oeste, lê-se, entre outras, a seguinte inscrição: "A liberdade só se prepara na história, com o cimento do tempo e o sangue dos homens". — Monumento a Tobias Barreto, sôbre pedestal de granito fica uma estátua do grande jurista, localizada no centro da praça que recebeu o seu nome. Bem em frente à porta principal da Catedral, no Parque Teófilo Dantas, está a estátua do Monsenhor Olímpio Campos, como as demais, também sôbre pedestal de granito. Na Praça Camerino, encontra-se a estátua de Sílvio Romero, filólogo e crítico literário nascido em Sergipe. Há, ainda, os bustos do Duque de Caxias, em frente ao quartel da guarnição federal, no Bairro Joaquim Távora; do general Oliveira Valadão, na praça que tem o seu nome; do marechal Siqueira de Menezes, no bairro de Santo Antônio; de Teófilo Dantas, no Parque que recebeu o seu nome; o de Jackson de Figueiredo, em frente à Alfândega, na Avenida Rio Branco, voltado para o estuário do rio Sergipe; o de Getúlio Vargas, na praça do seu nome, no antigo Bairro Fundição e, finalmente, a herma do Almirante Tamandaré, nas proximidades do prédio em que funciona a Capitania dos Portos.

Há, ainda, o monumento ao "Trabalhador", localizado em um dos canteiros da Praça Fausto Cardoso.

Outra vista da ponte sôbre o rio Poxim

O monumento comemorativo da fundação da cidade, mais conhecido por monumento a Inácio Barbosa, foi inaugurado no dia 17 de março de 1917. É obra do escultor Lourenzo Petrucci e montado pelo então primeiro-tenente de engenharia, Firmo Freire do Nascimento, por incumbência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, promotor da homenagem. Fica localizado no prolongamento da Avenida Ivo do Prado, em um largo.

Particularidade bem interessante da cidade de Aracaju diz respeito ao topônimo dos seus logradouros. As ruas do centro da cidade, geralmente, recebem a denominação dos municípios do Estado. As praças e avenidas, homenageiam, com as suas denominações, filhos ilustres de Sergipe e de outros Estados que se destacaram no cenário nacional. No Bairro Siqueira Campos, são homenageados todos os Estados e Territórios da Federação Brasileira, ficando as suas Capitais para designar as ruas do Bairro Industrial, onde ainda há a Rua Ouro Prêto, pitoresca reminiscência da antiga Capital do Estado de Minas Gerais. No Bairro América, as ruas recebem o topônimo dos países da América e no Joaquim Távora, são homenageados os heróis que se distinguiram nos conflitos em que o Brasil tomou parte ou nos movimentos revolucionários.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A tradicional procissão de Bom Jesus dos Navegantes é a mais importante festa de caráter religioso que se realiza no município e ocorre no dia 1.º de janeiro de todos os anos, desde 1857. A procissão é fluvial e a imagem é embarcada na Ponte do Imperador, percorrendo todo o estuário do rio Sergipe, acompanhada por navios, lanchas, saveiros e canoas, proporcionando um belíssimo espetáculo. A padroeira da cidade é Nossa Senhora da Conceição, cuja festa se celebra no dia 8 de dezembro de cada ano. Também são festivamente comemorados os dias consagrados a São Benedito, Santa Joana D'Arc e São Cristóvão, padroeiro dos motoristas.

Eminentemente populares são os festejos de São João e Santo Antônio, conhecidos por "festas juninas", hoje celebrados sem o brilho e o entusiasmo dos tempos passados, quando o progresso da cidade não impedia que se acendessem as fogueiras e que se soltassem os coloridos balões, que inspiravam os poetas.

As festas natalinas, também, são celebradas, caracterìsticamente, em Aracaju, diferente da maneira como se fazem em tôdas as outras cidades brasileiras. Uma das praças mais amplas da cidade, a Tobias Barreto ou a Olímpio Campos, é ornamentada pela Prefeitura Municipal, com arcos monumentais e iluminação feérica e, ali, são instalados parques de diversões com rodas gigantes, balanços, ondas, aviões, e o tradicional carrossel de "Tobias", que é um boneco muito prêto, que toca um grande realejo e que se constitui na principal atração para a garotada. Também são instalados bares, restaurantes, bazares e mesas de jogos de tôda natureza. Êsses festejos vêm sendo assim realizados, sem interrupção, desde 1856 e, geralmente, se iniciam na véspera do dia consagrado ao Natal de Jesus e se encerram no dia dos Santos Reis.

O carnaval de Aracaju nasceu, segundo Mário Cabral, em "Roteiro de Aracaju", no ano de 1894. Naquele ano é que se "organizaram os principais grupos de foliões, que ao som de clarins e de zabumbas, saíam cantando pelas ruas arenosas da cidade", vindo depois o período dos desfiles

dos grandes clubes com alegóricos e, mais recentemente, os corsos de automóveis. O carnaval de Aracaju atual é, porém, diferente: o frevo pernambucano invade a cidade nos dias consagrados aos festejos de "Momo" e, no dizer de Mário Cabral: "Velhos e moços, pretos e brancos, ricos e pobres, confraternizados pelo império da festa pagã, oferecem ao visitante um maravilhoso espetáculo de igualdade e de democracia". Os clubes e sociedades fazem grandes bailes, que se prolongam até altas horas da madrugada.

Dos tradicionais "reisados", "das cheganças", "dos cacumbis", "das taeiras" e dos "lambe sujos", ricos de folclore, pouco resta nos festejos populares de Aracaju. Há, porém a Macumba e o Xangô, onde o nome de Oxalá é pronunciado com respeito e veneração. Ali, vão também pessoas das mais variadas classes sociais, buscando soluções para seus casos. De "Roteiro de Aracaju", de autoria do intelectual sergipano Mário Cabral, a quem voltamos a invocar nesta oportunidade, foi extraído o trecho que abaixo se transcreve, onde o folclorista contemporâneo se refere à Macumba:

"As mensagens são feitas com todos os presentes ajoelhados e concentrados. O mestre do "terreiro" providencia, então, um banho geral de arruda. A "jurema" (o autor quer aqui se referir à cachaça) começa a correr fartamente. Os despachos levam farofa, azeite, vinho, cachaça, frango prêto, e são colocados nas encruzilhadas. Um tambor surdo marca a cadência. Os pontos são cantados em versos, ora em linguagem africana, ora em linguagem brasileira. Os homens de um lado, as mulheres de outro:

"Cosme cadê Damião?
"Damião tá lá no mato
"Tá salvando pai Ogum
"Tá salvando pai Ogum".

Pai Ogum aparece então empunhando uma espada e cavalgando um cavalo branco, ao som do côro que canta em homenagem ao herói invencível:

"Pai Ogum já chegou
"Damião foi lá salvá
"Vai dizer a todo mundo
"Para espantar o boi aruá".

Assim são os Xangôs de Aracaju, que se prolongam por muitos dias e noites seguidos, sem parar.

VULTOS ILUSTRES — *Florentino Teles de Menezes* — nasceu a 7 de novembro de 1886, professor, jornalista e sociólogo, entre outros trabalhos publicou os seguintes: Estudo Corográfico e Social do Brasil", "Leis de Sociologia e Escola Social Positiva". Reside na Capital como professor aposentado.

Jackson de Figueiredo Martins — Bacharel — Nasceu a 9 de outubro de 1891 e faleceu na Capital Federal. Foi professor de humanidades, em alguns colégios do Distrito Federal, e jornalista. Deixou uma copiosa e brilhante obra literária. Publicou, entre outros trabalhos: "Algumas Reflexões Sôbre a Filosofia de Faria de Brito", — Rio de Janeiro, 1916, 227 págs. "A Reação do Bom Senso", — Rio, 1921, 1922, 254 págs. e "Pascal e a Inquietação Moderna" — Rio, 1922, 229 páginas.

Artur Fortes — Professor — Nasceu a 23 de julho de 1881 e faleceu nesta Capital. Professor vitalício do Ateneu Sergipense, lecionava em outros colégios, jornalista e poeta, fundou e dirigiu entre outros o "Sergipe Jornal". Publicou: "Primeiros Cantos", versos e "Evangelho de um Triste" — versos.

Amintas José Jorge — Contra-almirante — Nasceu a 11 de junho de 1860 e faleceu nesta Capital, brilhante oficial da Marinha de Guerra, reformado a pedido em 1912, como contra-almirante. Foi o fundador da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, a que presidiu por muitos anos, e, de quando em quando, escrevia para os jornais da terra.

Joaquim do Prado Sampaio — Bacharel — Nasceu a 3 de junho de 1865 e faleceu nesta Capital. Foi Promotor Público, Juiz, depois advogado, lente catedrático de psicologia e lógica do Ateneu Sergipense, poeta e filósofo, deixando farta bagagem literária.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são denominados aracajuanos.

Aracaju é topônimo de origem tupi e significa, na opinião de Von Martius, lugar dos cajueiros (*ar*-nasce; *caju*-fruto do cajueiro). Teodoro Sampaio, porém, discorda e apresenta outra significação que é mais aceita por estudiosos da língua indígena: cajueiro dos papagaios (*Ara*-papagaio; *caju*-fruta do cajueiro).

O município é autônomo desde 1952 e a atual legislatura foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado Prefeito o Dr. Roosevelt Dantas Cardoso de Menezes e constituída a atual Câmara Municipal composta de 18 vereadores.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1955, do total de 37 188 eleitores inscritos, 18 093 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 49,5%.

Eclesiàsticamente, a cidade de Aracaju é sede da Diocese do mesmo nome, instalada no dia 4 de dezembro de 1911, estando o município dividido em 4 paróquias.

O atual Bispo de Aracaju é D. José Vicente Távora, figura de real destaque do episcopado brasileiro.

Na cidade de Aracaju, como Capital do Estádo de Sergipe, encontram-se instaladas as sedes dos Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado.

O "Palácio Olímpio Campos" é ocupado pelo atual chefe do Poder Executivo do Estado, o engenheiro Leandro Maynard Maciel e pelas suas Casas Civil e Militar.

No "Palácio Fausto Cardoso" fica a sede do Poder Legislativo, que tem como presidente o deputado João Maynard Barreto e é constituído de 32 deputados.

O Poder Judiciário tem a sua sede no "Forum Gumercindo Bessa" e é presidido pelo Desembargador Hunald Santaflor Cardoso.

(Autor do histórico — Engenheiro Fernando Pôrto; Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard e João de Oliva Alves — Funcionários da I.R.; Chefe do Setor de Estatística da Capital — Francisco Rosa Santos.)

ARAUÁ — SE

Mapa Municipal na pág. 383 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Na primeira metade do século XIX, o território onde hoje está situado o município de Arauá pertencia ao município de Estância.

Segundo um trabalho do arauaense Dr. Urbano de Lima Neto, escrito por ocasião do centenário da cidade de Arauá — pelo meado do referido século, entre as bacias dos rios Limoeiro e Arauá, estendia-se um tabuleiro circundado por meia centena de engenhos de açúcar, e, por impróprios os seus terrenos à cultura avassalante de cana-de-açúcar, fôra poupado pelos latifundiários vizinhos.

Aí, contudo, estabeleceram-se, em sítios, alguns poucos moradores, cujo número de casas, por aquela época, não ia além de uma vintena.

Sentindo então os prósperos e influentes senhores de engenho das redondezas a lonjura da sede do município (a cidade de Estância), "a boas quatro léguas, de caminho", onde, tão-sòmente, iam encontrar a igreja, a escola, o cemitério e outras instituições necessárias à vida humana, entenderam de criar ali mesmo, onde se achavam, um centro de vida social, capaz de proporcionar todos êstes recursos e talvez onde pudesse surgir matéria para as conversações, dos fins-de-semana, nas rodas políticas ou sociais da brilhante sociedade estanciana.

Começaram por pleitear junto ao Presidente da Província a criação de uma subdelegacia, que, instituída por Ato de 21 de dezembro de 1854, foi instalada, no mesmo núcleo de sítios do tabuleiro, onde, se não havia nenhum arruado, representava o único agrupamento demográfico de alguma densidade, existente naquelas paragens e que, por ficar à margem do riacho da Parida, deram-lhe o nome de arraial da Parida.

Sôbre as primeiras penetrações naqueles terrenos, que devem ter-se dado nos tempos recuados da colonização da zona do Piauí, encontramos uma carta de sesmaria, datada de 5 de maio de 1596, expedida em favor de Sebastião de Brito e Francisco Soares, que obtiveram doação de terras ao sul do rio Piauí, testando "com a dada de Jerônimo da Costa que está fronteiro de Bogio, da banda do sul".

Ficando a serra do Bogio próxima à cidade de Arauá, verifica-se terem sido talvez, êstes, os primeiros desbravadores do local, que, como vimos, por quase três séculos se-

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

guintes, permaneceu como região de fazendas de gado, de cultivo de cana, e de engenhos de açúcar.

Fundado o distrito policial do arraial da Parida, os mesmos habitantes da região que estavam interessados em desenvolver ali um centro de vida social aproveitaram logo no ano seguinte um acontecimento singular que encheu de notícias as páginas dos jornais da época — a proclamação, pela Igreja Católica, do dogma da Imaculada Conceição — e, sem mais tardar, alteraram o nome de sua povoação, para arraial de Nossa Senhora da Conceição da Parida.

Enquanto assim prestavam à Virgem a homenagem de espíritos cheios de fé, buscavam, no prestígio do nome, conquistar para o lugar as graças dos podêres constituídos.

Após isto dirigem-se em abaixo-assinado à Assembléia Legislativa Provincial, pedindo "a criação de um capelão que se encarregasse de ensinar primeiras letras", sendo a petição recebida pela Assembléia, em sessão de 13 de abril de 1855 e transformada em projeto de lei que, votado em regime de urgência, foi aprovado sem debate em tôdas as discussões, até "Redação final", em 1.º de maio de 1855.

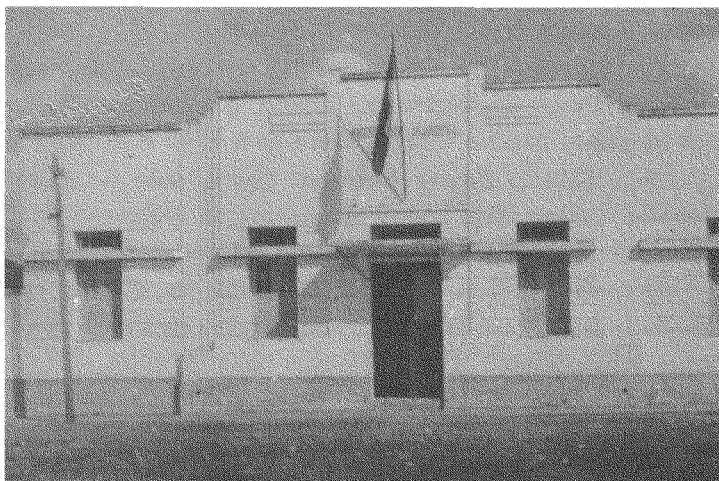
Em 3 de maio do mesmo ano, pela Resolução n.º 423, foi criado o lugar de Capelão para o arraial. A escola foi criada um ano depois, pela Resolução de 22-3-1856.

Pela Resolução n.º 510, de 22 de junho de 1858, foi criado o distrito de Paz do povoado da Parida, com os limites marcados para a subdelegacia.

Sentindo-se a falta de uma igreja para os atos do culto, que vinham sendo celebrados em casa particular, com escândalo dos sentimentos religiosos da época, os moradores do lugar resolveram construir o seu templo católico, cabendo a iniciativa a Joaquim José de Góis, José Félix do Nascimento e seu irmão Tibúrcio Manoel do Nascimento.

O templo foi, porém, construído, mais ao norte do arraial, um quilômetro além, por não haver naquele área disponível para o planejamento de uma praça.

Ficou, assim, transferida a povoação para o ligeiro planalto, onde hoje está a cidade e onde já havia um sobrado que era de propriedade e residência de Joaquim Góis.

Em tôrno à igreja foi-se formando a praça com a edificação de novas casas e, já em 1864, erigiu-se a povoação em freguesia, pela Resolução n.º 678, de 8 de junho daquele ano.

Pela Lei n.º 815, de 30 de abril de 1868, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Parida passava a denominar-se Nossa Senhora da Conceição do Arauá. A localidade tomava, assim, o nome do rio que lhe ficava próximo e que é afluente do rio Piauí. A mesma lei estabelece os limites da freguesia com as que lhe eram vizinhas.

A Resolução n.º 848 de 9 de abril de 1870, eleva- a freguesia à categoria de vila, desmembrando-a do município de Estância, sendo a mesma instalada em 13 de fevereiro de 1873.

O Decreto n.º 61, de 10 de julho de 1890, criou a comarca de Arauá, a qual, porém, não chegou a instalar-se.

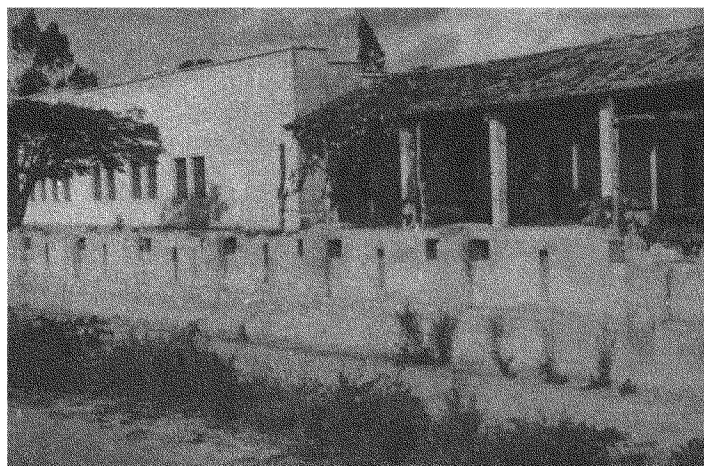
Num trabalho corográfico feito pelo historiador Laudelino Freire, em 1896, sôbre Sergipe, o município de Arauá aparece, àquela época, com 5 563 habitantes, sendo 2 725 homens e 2 838 mulheres. O número de escolas públicas, então, era de 3. Em 1920, segundo o cálculo consignado no "Álbum de Sergipe", pelo escritor Clodomir Silva, o efetivo demográfico do município era de cêrca de 8 000 almas.

Por aquela época o município já se achava cortado pela linha de ferro da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, hoje encampada pela Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, com uma estação no povoado Pedrinhas, atualmente cidade, sede de município independente.

Nas divisões administrativas referentes aos anos de 1933, 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município de Arauá é têrmo judiciário da comarca de Estância e se compõe de um único distrito. Esta situação administrativo-judiciária se mantém no quadro fixado pelo Decreto-lei n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943.

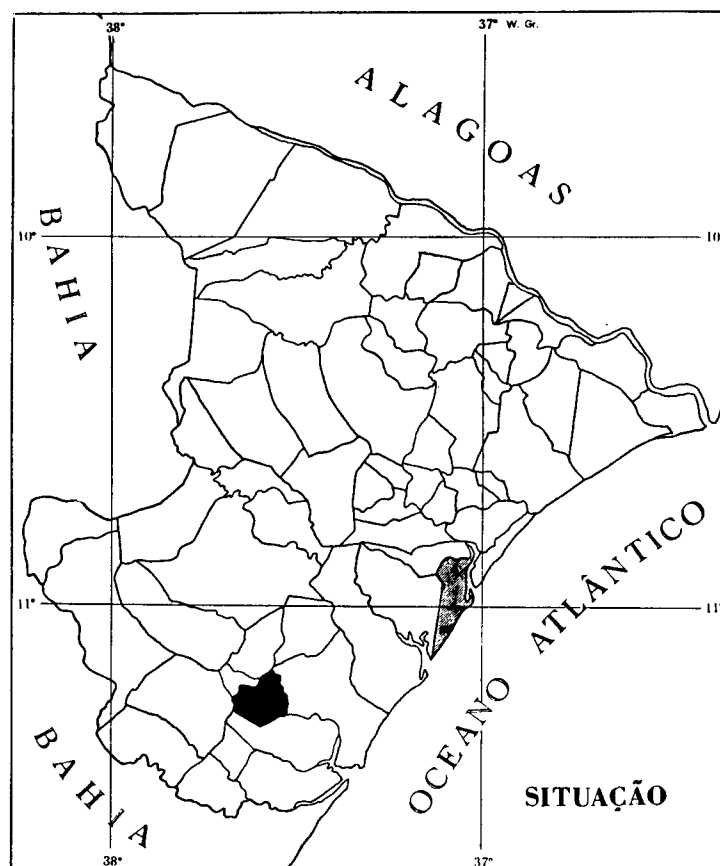
Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1944-1948, o município de Arauá figura legalmente com um único distrito e permanece como têrmo judiciário da comarca de Estância sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945.

Com a Lei estadual n.º 525-A, de de novembro de 1953, que criou, entre outros, o município de Pedrinhas, perdeu Arauá a jurisdição sôbre a localidade do mesmo nome que se tornou sede do novo município e perdeu, igualmente, o território, que foi desmembrado para constituir a citada comuna.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

Grupo Escolar Manoel Bonfim

Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, para 1954-1958, o têrmo de Arauá aparece transferido para a comarca de Boquim; entretanto, com a Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), o têrmo judiciário do Arauá volta a pertencer à comarca de Estância.

A sede municipal de Arauá foi elevada à categoria de cidade pela Lei de 15 de dezembro de 1938.

LOCALIZAÇÃO — Encontra-se o município de Arauá na Zona Litorânea de Sergipe, entre os municípios de Pedrinhas, Boquim, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Itabaianinha. A sede municipal está a 11° 17' de latitude Sul e 37° 39' de longitude W. Gr. A distância desta, em milha reta, à Capital do Estado é de 77 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Sua altitude é de 86 metros, na sede do município.

Pôsto Policial

CLIMA — Temperado e pouco variável, sendo também muito saudável. A temperatura média das máximas é de 30°C e a das mínimas, 14°C; a média compensada é 23°C. Chove regularmente no município, atingindo a precipitação das chuvas, no ano de 1956, 1 379,8 milímetros. São meses mais chuvosos, fevereiro, março e julho.

ÁREA — A atual área do município totaliza 256 quilômetros quadrados, sendo um dos municípios tipo médio em extensão territorial, no Estado. A área foi calculada pela Inspetoria Regional de Estatística, com base no mapa do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: O Piauí é o principal; serve de limites com o município de Estância; rio Aritiquiba, serve de linha divisória com o município de Santa Luzia do Itanhi; rio Carnaíba que limita o município com o de Itabaianinha; rio Arauá, que deu o nome ao município; nasce êste no município de Itabaianinha, penetrando no território de Arauá, com a direção oeste-leste, atravessa o referido território correndo sempre na mesma direção e passando próximo à sede municipal; depois de receber alguns afluentes, desemboca no rio Piauí, nos limites com os municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhi. Há ainda os riachos Areias, que serve de limites com o município de Pedrinhas; dos Cavalos, ou Sapucaia, ou ainda riacho Comprido, afluente do Arauá; Cambuatá, afluente do Sapucaia e riacho Pati de Baixo, que serve de divisória com Santa Luzia do Itanhi; Olhos-d'Água, afluente do Sapucaia e Limoeiro, afluente de Olhos-d'Água. A superfície do município apresenta pequenas elevações, sobressaindo tão-só a serra do Bugio, ao norte da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral o município possui apenas bárro ou argila, servindo para a fabricação de telhas, tijolos e objetos de cerâmica elementar. No reino vegetal, Arauá conta grandes reservas de madeira para construção (9 200 metros cúbicos em 1956), lenha para combustível (58 000 metros cúbicos, em 1956, no valor de Cr$ 2 900 000,00) e fibras de sisal (30 toneladas em 1956, na importância de Cr$ 120 000,00).

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950 e excluindo-se a população correspondente ao atual município de Pedrinhas, que àquela época pertencia a Arauá, o efetivo demográfico dêste último era de 7 255 habitantes, sendo 3 609 homens e 3 646 mulheres. Segundo a côr, a população dividia-se em 4 884 brancos, 10 pardos e 2 340 pretos — representando êstes 32,34% da população total. Com referência ao estado civil, havia 2 014 casados, 1 637 solteiros, 267 viúvos e 2 desquitados. A população do quadro rural era de 5 983 habitantes, enquanto que 1 272 pessoas achavam-se concentradas no quadro urbano. Segundo o ramo de ocupação, verificavam-se 2 064 pessoas na agricultura e pecuária, 201 na indústria e comércio e 1 920 em afazeres domésticos. Quanto ao grau de instrução, havia, de um total de 6 003 pessoas de 5 anos e mais, de idade, 990 que sabiam ler e escrever (14,08%). No que se refere à religião professada, verificou-se que 7 165 pessoas declararam pertencer ao grêmio da Igreja Católica Romana e apenas 90, a outras religiões.

Segundo as estimativas do Departamento Estadual de Estatística, sôbre a população do município em 1.° de julho de 1956, verificou-se a existência de 8 059 pessoas.

Aglomerações urbanas — Há, no município de Arauá, as seguintes aglomerações urbanas: sede municipal, com uma população de 1 272 habitantes; povoados Casa Caiada, com 620 habitantes, aproximadamente; Cambuatá, com cêrca de 260 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental para o desenvolvimento econômico do município é a agricultura. Arauá produz fumo em fôlha (2 400 arrôbas de 15 quilogramas, em 1956), mandioca (633 toneladas), milho (250 sacas de 60 quilogramas, em 1956), cana-de-açúcar (260 toneladas em 1956). O valor total da produção agrícola, com exceção dos produtos de cultura permanente, atingiu Cr$ 1 097 700,00. A população pecuária do município reúne 10 000 bovinos, 1 000 eqüinos, 1 000 suínos e 1 600 ovinos.

Com referência às atividades industriais, o município de Arauá conta com 29 estabelecimentos fabris, ocupando 112 pessoas. Êstes estabelecimentos realizaram, em 1956, uma produção no valor de Cr$ 4 010 847,00.

A indústria rural está representada por 11 casas de fabricar farinha de mandioca, 2 olarias, 1 pequeno engenho de açúcar bruto e 7 fábricas de manteiga e requeijão.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 15 estabelecimentos comerciais na sede municipal e 5 nos dois povoados, sendo todos varejistas. As praças com as quais o comércio de Arauá mantém transações são Estância, Aracaju, Lagarto

Cine Guanabara

e Salvador. Há correspondentes de diversos Bancos sediados em Aracaju.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Arauá liga-se por rodovia com a Capital do Estado (128 quilômetros) e com as seguintes cidades vizinhas: Estância (29 quilômetros), Itabaianinha (20 quilômetros), Pedrinhas (12 quilômetros) e Santa Luzia do Itanhi (39 quilômetros).

Arauá possui uma agência Postal-telegráfica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Arauá tem 9 logradouros públicos, três dos quais pavimentados a paralelepípedos. Há 2 praças arborizadas. A percentagem de pavimentação dos logradouros públicos, em relação à área da cidade, é de 17% a paralelepípedos e 30% de terra melhorada.

A cidade dispõe de iluminação elétrica, fornecida por Usina termelétrica, local; há 87 ligações domiciliares.

Há um cinema e uma pensão; esta cobra a diária média de Cr$ 90,00.

Pôsto do S.E.S.P.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 6003 pessoas de 5 anos e mais de idade, existentes no município, em 1950, sabiam ler e escrever 990 pessoas, ou seja, 16,50% do total. Conclusões de curso havia 104 do primário, 7 do secundário e 1 do superior.

Ensino — Há no município 10 estabelecimentos de ensino primário, sendo 6 dêstes na sede municipal. A matrícula total durante o ano de 1956 atingiu 334 alunos, verificando-se ao fim do ano um rendimento escolar representado por 68 aprovações.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas no município e a despesa só da Prefeitura, no período 1950-1956, acham-se demonstradas no quadro abaixo.

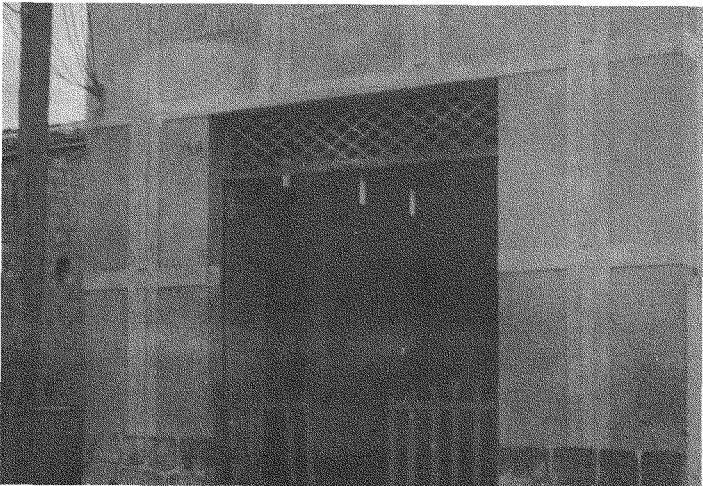
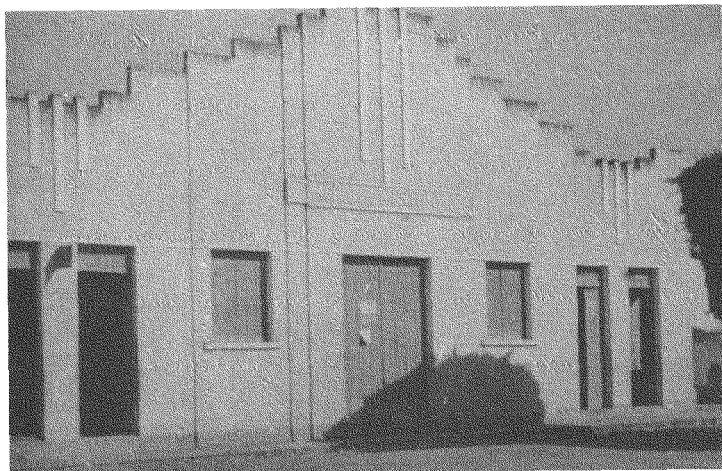
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	118	359	514	...	464
1951	112	421	395	94	301
1952	68	497	508	135	457
1953	124	429	564	168	438
1954	273	467	701	153	608
1955	460	466	747	127	411
1956	655	433	1 044	142	438

Hospital Municipal

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Da população total do município, 98,75% declararam, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, pertencer à religião Católica Romana.

A principal festa é a da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, que se celebra com muita piedade, no dia 8 de dezembro de cada ano. A festa de São Benedito, celebrada com regular animação, no dia 6 de janeiro, vem ganhando relêvo, ùltimamente. Também são celebradas com muita alegria por parte do povo as festas de São João e a de Natal.

VULTOS ILUSTRES — Arauá é berço do inolvidável patriota *Francisco Camerino*, também chamado "o voluntário paisano", da guerra do Paraguai. Nasceu em 21 de agôsto de 1841, no Engenho Palmeira, àquela época pertencente ao município de Estância. Defendeu com extraordinário heroísmo a honra ofendida da Pátria Brasileira, alistando-se no corpo de "Voluntários da Pátria". Tomando parte no assalto à fortaleza de Curupaity, após haver combatido com denôdo na tomada de Curuzu, foi ferido por uma granada e não resistindo aos sofrimentos faleceu em 22 de setembro de 1866, recitando a estrofe de Tomaz Ribeiro:

"Ou morre o homem na lida,
Feliz, coberto de glória,
Ou surge o homem com vida
Mostrando em cada ferida
O hino de uma vitória."

Usina Elétrica Municipal

Mercado Municipal

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Arauá são chamados arauaenses.

O atual Prefeito é o Sr. Aloísio Costa Nascimento que se empossou a 31 de janeiro de 1955, data em que foi instalada a atual Câmara de Vereadores, com 5 membros.

O total de eleitores inscritos para o último pleito foi de 1 350. Votaram 354 cidadãos, verificando-se uma abstenção de 73,7%.

(Elaboração — João de Oliveira Alves, Agente de Estatística; Agente de Estatística do Município — Rosalvo Pinto de Mendonça.)

BARRA DOS COQUEIROS — SE

Mapa Municipal na pág. 369 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro povoamento do território da antiga ilha dos Coqueiros, hoje ocupado pelo município da Barra dos Coqueiros, data da época da conquista do território da Capitania de Sergipe d'El Rei.

Já naquela época a barra do rio Sergipe era bem conhecida dos franceses, que entravam rio adentro para fazer comércio com os indígenas que habitavam as margens daquele rio.

Por outro lado, referência histórica, que aparece em carta geográfica de autoria de Barleus, escritor holandês, coloca a cidade de São Cristóvão na costa ocidental da Barra dos Coqueiros.

A maioria dos estudiosos dos aspectos histórico-geográficos de Sergipe não aceitam como convincente a posição em que Barleus colocou a cidade fundada pelo conquistador de Sergipe sendo, êste assunto, objeto de apreciação concisa do professor Felte Bezerra em "Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe".

De seu turno, Felisbelo Freire, em "História de Sergipe" aceita a localização dada por Barleus, aduzindo em favor do seu ponto de vista as minudências descritivas do escritor flamengo e, também, a opinião do autor de "Razão do Estado" (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. T. XL. 19).

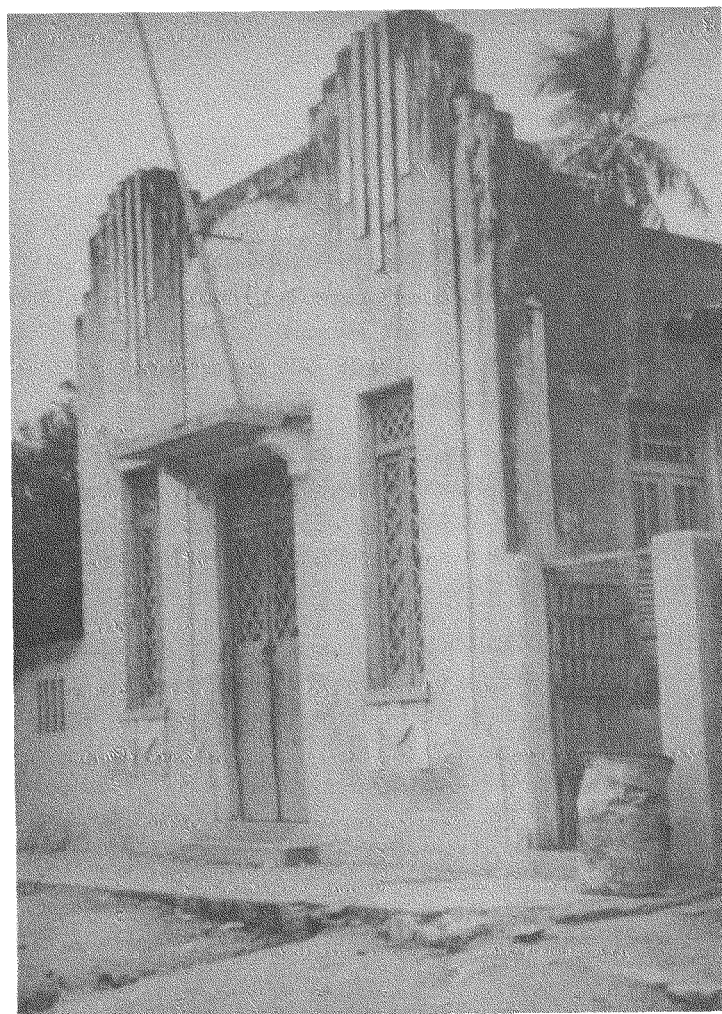
Ainda são as cartas geográficas do mesmo escritor batavo que fazem outra referência à povoação na antiga ilha dos Coqueiros, incluindo entre as Capelas existentes em 1637 na Capitania, a de "São Cristóvão", naquela ilha.

Dados históricos mais concretos com referência à evolução do município datam, porém, de 1854 para cá, quando Inácio Joaquim Barbosa, então Presidente da Província, em 30 de dezembro daquele ano, dirigia um ofício ao Inspetor da Tesouraria Provincial, ordenando a imediata transferência da Mesa de Rendas da Barra dos Coqueiros, para a margem oposta do rio Sergipe, cuja determinação deveria ser cumprida, sem perda de tempo, pelo administrador daquela Mesa de Rendas, que, a 17 de janeiro de 1855, já funcionava no povoado de Santo Antônio de Aracaju.

A localização da Mesa de Rendas na povoação da Barra dos Coqueiros se justificava tendo em vista que as embarcações que penetravam pela barra do rio Sergipe em demanda dos portos de Maruim, Laranjeiras e Santo Amaro aportavam naquela localidade e ali esperavam a preamar, para, então, navegarem até aquêles portos, que tinham transações comerciais até com países da Europa.

Com a fundação da nova Capital no povoado de Santo Antônio do Aracaju, a 17 de março de 1855, foi absorvido pela nova cidade todo o surto de progresso da Barra dos Coqueiros, que, até bem pouco tempo, não passava de um simples povoado do município da Capital.

Assim permaneceu até 10 de maio de 1875, quando, por fôrça da Resolução provincial n.º 1 028, daquela data, a antiga Capela de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros foi elevada à categoria de freguesia.

Para a povoação de "Pôrto Grande", no território da nova freguesia, foi transferido o Curato da Barra dos Coqueiros, com as funções estipuladas na Resolução n.º 688,

Prefeitura Municipal

Igreja de Santa Luzia

de 20 de julho de 1864, logo que a nova freguesia fôsse canônicamente provida. Entretanto, a freguesia nunca foi, de fato, provida, eclesiàsticamente.

Localizada a pequena distância da nova Capital, que continuava a progredir em ritmo acelerado, a povoação da Barra dos Coqueiros não alimentava propósitos de autonomia, até que, novos horizontes lhe foram abertos com a valorização do côco-da-baía, produto básico da sua economia, que é colhido nos vastos coqueirais do seu território e com a instalação, naquela localidade, de duas fábricas para o beneficiamento do seu principal produto agrícola.

Em 1953, os podêres constituídos do Estado, levando em consideração fatôres diversos, sobretudo de natureza econômica, já estavam convencidos de que o território do Estado de Sergipe estava a reclamar uma nova divisão administrativa, com criação de mais 19 novos municípios, que deveriam nascer com sedes nas antigas vilas (sedes distritais) e em alguns povoados mais importantes.

Entre êstes últimos se encontrava o da Barra dos Coqueiros, pertencente ao município de Aracaju, que, logo depois, por fôrça da Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, foi elevado à categoria de cidade e sede do município do mesmo nome, tendo compreendido o seu território tôda a ilha dos Coqueiros.

Por disposição da Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954 que fixava os quadros da divisão territorial e administrativa e judiciária do Estado de Sergipe para o qüinqüênio 1954-1958, o município, que no início da vigência da citada lei ainda não se encontrava instalado, já aparecia com esta denominação e com um único distrito judiciário, o da sede municipal, como têrmo da comarca de Aracaju.

Uma lei estadual muito recente, a de número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), porém, fixou nova divisão territorial judiciária para o Estado de Sergipe, para o período 1957-1962 sem, contudo, alterar a situação do município de Barra dos Coqueiros, que permanece, com o seu único distrito, o da sede municipal, e como têrmo judiciário da comarca da Capital.

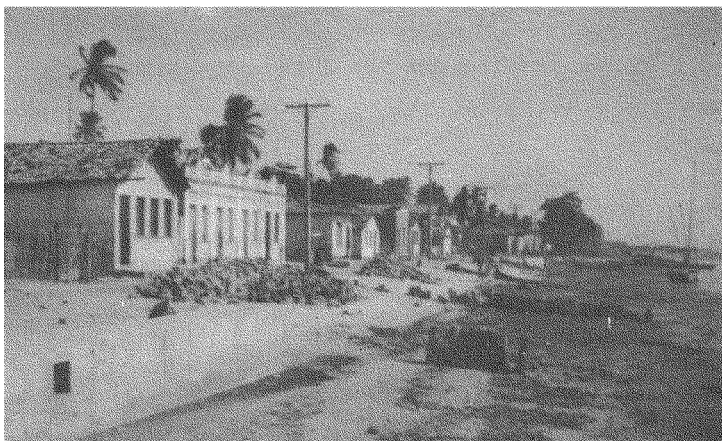
LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município fica situado na Zona do Litoral; sua sede se localiza à margem esquerda do rio Sergipe, bem defronte à cidade de Aracaju, Capital do Estado, a uma distância que não atinge um quilômetro.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a 5 metros de altitude.

CLIMA — São os seguintes os resultados climáticos do município, expressos em graus centígrados, referentes ao ano de 1956: média das máximas registradas — 30; média das mínimas — 20; e média ponderada — 25. Chove com mais abundância, em Barra dos Coqueiros, no período de abril a junho de cada ano.

ÁREA — O município compreende a totalidade do território da ilha dos Coqueiros, que mede cêrca de 80 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Ilhas* — O principal acidente geográfico do município é a ilha dos Coqueiros, que, como já foi dito em outro local, compreende tôda a área territorial do município, sendo a mais importante do Estado, foram pelos rios Japaratuba, Sergipe e Pomonga, tendo tôda sua parte Leste banhada pelo Oceano Atlântico. *Rios* — Sergipe — que nasce nas fraldas da serra Negra nos limites entre Sergipe e Bahia, correndo, a princípio de noroeste para sudeste, atravessa por uma garganta a serra de Itabaiana, passa nas proximidades da cidade de Divina Pastôra e daí se inclina para o sul, recebe pela margem direita o rio Cotinguiba e mais adiante, já em território do município de Barra dos Coqueiros, recebe o rio Pomonga pela margem esquerda e vai desembocar no Atlântico a pequena distância da cidade de Barra dos Coqueiros. Japaratuba — incluído entre os 5 principais do Estado, muito embora seja dêstes o de menor curso. É,

Vista parcial da cidade

entretanto de grande importância, pois sem o favorável concurso das suas águas, estaria grandemente prejudicada a rêde de navegação fluvial do Estado de Sergipe. Nasce ao norte do município de Nossa Senhora das Dores, banha os municípios de Japaratuba, Capela e Carmópolis antes de penetrar em território da Barra dos Coqueiros e só mente é navegável por pequenas embarcações, sobretudo saveiros e canoas, a despeito de estar sujeito às influências das marés até certa altura do seu curso. É muito propenso a inundações que causam grandes prejuízos às plantações feitas em suas margens, que são dotadas de várzeas muito frescas e de terrenos bastante férteis. Pomonga — que tem um curso de cêrca de 30 quilômetros. Nasce no riacho Carnaubinha e deságua no rio Sergipe. Liga-se ao Japaratuba por um canal artificial que corre paralelamente à costa, e que é navegável, por pequenas embarcações, embora. Êste canal separa a ilha dos Coqueiros do continente.

RIQUEZAS NATURAIS — O sal marinho constitui a única riqueza natural de origem mineral e vem sendo extraído em grande quantidade nas salinas localizadas no território do município, sendo um dos principais produtos da sua economia. Grande parte das terras do município estão cobertas de extensos coqueirais, e o pouco que sobra apresenta as características dominantes da costa do Nordeste brasileiro, isto é, com extensos cômoros de areia, e algumas várzeas com vegetação rasteira, não apresentando, assim, nenhuma riqueza vegetal digna de registro. Nas margens dos rios Japaratuba e Pomonga, os habitantes da Barra dos Coqueiros extraem a lenha necessária ao consumo doméstico, sendo, a sua maioria, o "mangue", árvores de pequenas proporções e encontradas geralmente nos terrenos encharcados de água salgada, o combustível doméstico mais usado. De origem animal, porém, os rios da Barra dos Coqueiros são bastante piscosos, não o sendo menos, a sua costa, onde se afirma encontrar-se uma das regiões mais ricas em "atuns" e "cavalas" que se conhece. Aliás, barcos de propriedade de firma japonêsa, que explora a pesca por método científico na costa do Nordeste brasileiro, visitam, constantemente, essa região, com excelentes resultados, levando o produto dessa pesca para centros consumidores como Recife, Maceió e Salvador. Grande quantidade dêsse pescado chega a Aracaju por via aérea e, em várias oportunidades, tem socorrido a população da Capital e até do interior do Estado, quando se verificam faltas de carne e mesmo de peixes. As autoridades estaduais estão enviando todos os esforços no sentido de que, a exemplo do que acontece com as outras capitais acima reportadas, também a cidade de Aracaju se beneficie das visitas periódicas dos citados barcos pesqueiros, quando, então, o peixe poderá ser entregue ao consumo, por preços bem razoáveis. Dentro de poucos dias estará concluído o frigorífico do Acôrdo da Caça e Pesca em Aracaju, sendo esta a medida preliminar, e de grande alcance, que proporcionará à população do Estado um abastecimento regular de pescado.

POPULAÇÃO — O município de Barra dos Coqueiros foi criado e instalado em datas posteriores à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, porém a configuração geográfica do seu território, permitiu que, com base em elementos dos arquivos da Inspetoria Regional de Estatística de Sergipe, se apresentassem dados precisos quanto à população recenseada naquele município, no dia 1.º de julho de 1950. Todo o território municipal compreendia pois 3 setores censitários, em os quais foram recenseados, exatamente, 3 636 habitantes. Outros elementos quanto à população do município, sòmente se tornaram possíveis mediante estimativas feitas pela Inspetoria Regional, tomando por base os resultados censitários do município de Aracaju e outros elementos demográficos dos seus arquivos. Assim, poderão apresentar-se os seguintes dados aproximados, quanto à população de Barra dos Coqueiros: segundo a côr, cêrca de 1 500 eram brancos, 600, pretos e outros 1 500, pardos. Segundo o estado conjugal, os casados foram estimados em 1 000 habitantes de 15 anos e mais, não indo além dessa cifra os que deveriam aparecer como solteiros, sendo que os viúvos não atingiram 200 habitantes que estivessem incluídos naquele limite de idade. Preponderava no município, quanto à religião, os que professavam o Catolicismo Romano com cêrca de 3 600 católicos, enquanto os demais credos religiosos apareceriam com um número insignificante de adeptos.

Êstes aspectos demográficos conseguidos através de cuidadosas estimativas oferecem, em linhas gerais, as principais características da população do município, sem que se pretenda impô-los com a precisão que se desejaria, e que se poderá conseguir, sòmente através de dados absolutos, coligidos por uma operação censitária.

Aglomerações urbanas — A cidade de Barra dos Coqueiros é a única aglomeração urbana do município digna de

Pôsto Médico Municipal

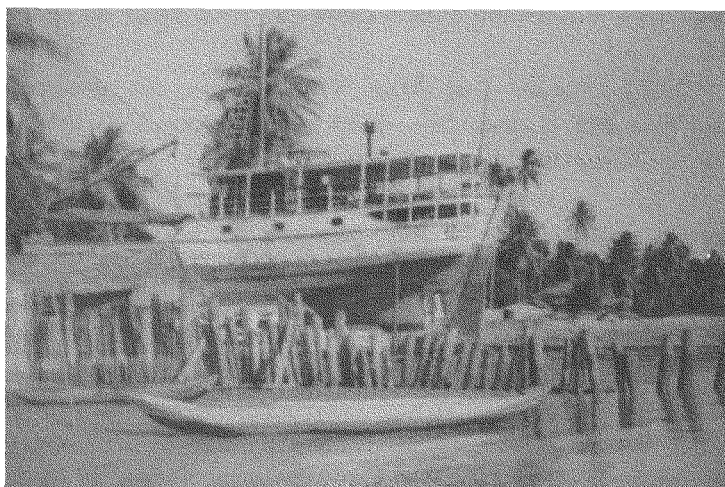
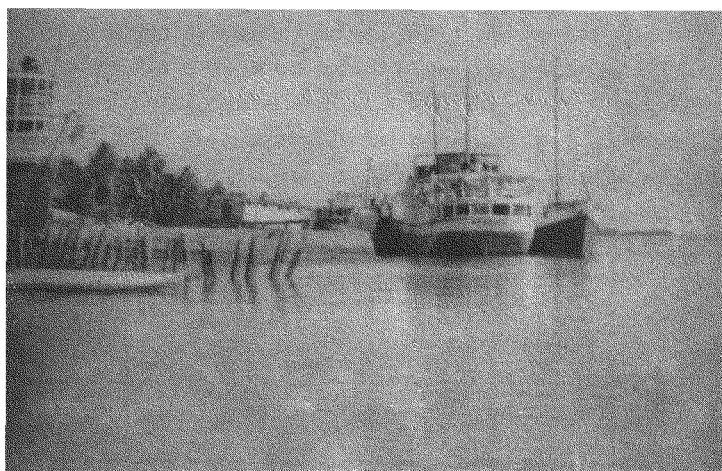
registro. É, porém, uma pequena cidade cuja população, atualmente, não atinge 2 000 habitantes. Há no município, ainda, os povoados de Olhos-d'Água, Atalaia Nova e Pôrto Grande, não ultrapassando, cada um dêles, a casa dos 400 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem as suas bases na cultura e na industrialização do côco-da-baía. No município se encontram instaladas as duas mais importantes fábricas de beneficiamento de côco-da-baía, que fabricam o leite, a farinha e o óleo de côco, sendo, em 1956, de Cr$ 63 579 000,00 o valor da produção industrial dêsses estabelecimentos. Existem ainda no município mais 23 outros estabelecimentos industriais, porém todos de pequena importância e, na sua maioria, pequenas fábricas de farinha de mandioca, não empregando nenhum dêles mais de 5 operários. O pessoal ocupado na indústria em 1956 atingia 288 pessoas, distribuídas por todos os estabelecimentos, sendo que mais de duzentas trabalhavam nas duas fábricas de beneficiamento de côco.

Na produção agrícola, preponderava, em 1956, o cultivo do côco, aparecendo outros produtos com reduzido concurso para a economia do município, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	3 750	97 500
Feijão	6	190
Mandioca	412	152
Milho	7,5	31

Na população pecuária, excluído o rebanho de bovinos com 1 010 cabeças, em 1956, nenhum outro merecia menção, pois o segundo em efetivo era o de suínos, com apenas 80 cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Barra dos Coqueiros é reduzidíssimo e para isso contribui a sua localização a pequena distância da Capital do Estado. Apenas 10 casas varejistas se encontram instaladas no município, estas mesmo sem grandes estoques de mercadorias. A população de Barra dos Coqueiros se abastece de todos os gêneros de que necessita no comércio e até mesmo na feira de Aracaju, para ali dispondo de transporte fluvial barato e em horários que variam entre uma e meia hora, durante todo o dia. Por êsse mesmo motivo não encontraria justificativa a instalação de uma Agência Bancária ou de delegação de um correspondente de estabelecimento de crédito naquela cidade.

Estaleiro H. Dantas e Filho

Dique do Estaleiro H. Dantas e Filho

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Sòmente de transporte fluvial dispõe o município de Barra dos Coqueiros. Mesmo para ligações internas dentro do território do município, não existem rodovias e ferrovias. A sede municipal se comunica com as cidades vizinhas da seguinte maneira: Aracaju — 900 metros, compreendendo apenas a travessia do rio Sergipe; Japaratuba, 68 quilômetros e Santo Amaro das Brotas, 18 quilômetros.

No município não se encontra em funcionamento nenhuma agência telegráfica ou telefônica e o Departamento dos Correios e Telégrafos mantém na sede municipal apenas uma Agência Postal.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é uma pequena cidade situada à margem esquerda do rio Sergipe, ainda sem características urbanas que justificassem a sua elevação à categoria de cidade que desfruta atualmente. Todos os seus logradouros, inclusive o pequeno largo, não possuem pavimentação de qualquer natureza, permanecendo no estado primitivo, cheios de areia que torna o caminhar uma tarefa bastante incômoda.

A sede municipal é servida de energia elétrica fornecida pelo Serviço de Luz e Fôrça de Aracaju. Aliás, o município recebe energia em alta tensão de 13 800, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que é abaixada em estação ali localizada, sem, contudo, se constituir, Barra dos Coqueiros, em um dos municípios concessionários da C.H.E.S.F.

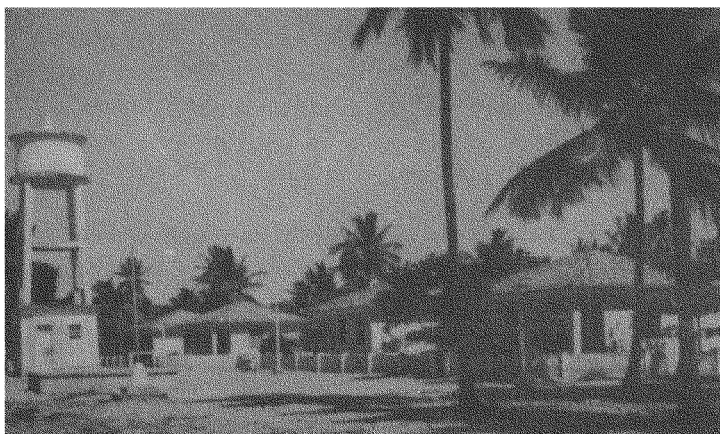
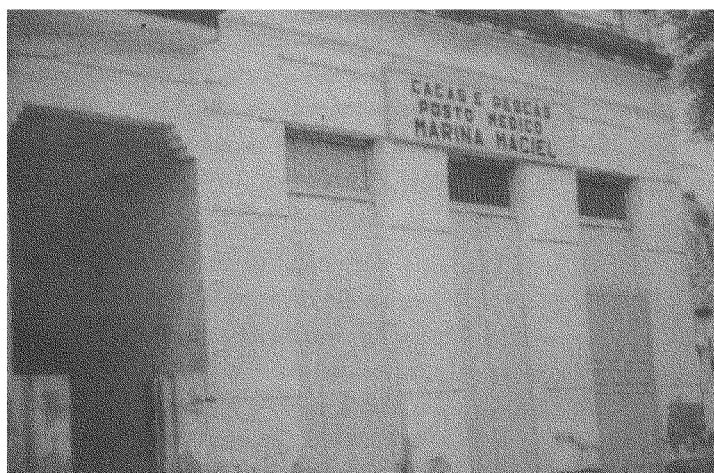
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada através de um pôsto médico mantido pelo município, localizado na sede municipal, e um outro mantido pelo Acôrdo de Caça e Pesca, em regime de convênio com o Estado.

ALFABETIZAÇÃO — Estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando por base a população rural recenseada no município de Aracaju, do qual foi desmembrado, posteriormente à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, o território que hoje constitui o município de Barra dos Coqueiros, dão o índice de alfabetização para êste, de pouco mais de 22% da sua população em idade escolar isto é, de 5 anos e mais.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado no dia 31 de janeiro de 1955. Dados referentes aos exercícios de 1955 e 1956 serão encontrados no quadro abaixo e concernentes às arrecadações estadual e municipal, não sendo incluída a arrecadação federal, tendo em vista que, no município, não funciona nenhuma repartição arrecadadora da União:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPES REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	1 878	1 045	491	911
1956.......	—	2 977	1 602	728	1 501

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa mais importante do município é a de Santa Luzia, sua padroeira, celebrada no dia 13 de dezembro de cada ano e antecedida de animada trezena. Há também a festa de Nossa Senhora de Fátima, que se realiza em dia prèviamente marcado pelos seus promotores e que geralmente se encerra com uma bonita procissão fluvial. Além dêsses festejos de cunho religioso, a cidade de Barra dos Coqueiros contribui para o brilhantismo do carnaval da Capital do Estado, pois, entre os blocos e escolas de samba mais animados e bem organizados que desfilam em Aracaju durante os festejos de Momo, estão incluídos os tradicionais "ranchos" de Barra dos Coqueiros, os quais, por mais de uma vez, têm levado para aquela cidade os prêmios instituídos pela Prefeitura da Capital.

VULTOS ILUSTRES — São filhos ilustres de Barra dos Coqueiros, o General *Antônio Sebastião Basílio Pyrrho,* que nasceu a 29 de janeiro de 1852. Em 1887, acompanhou o Barão de Capanema, na comissão brasileira de limites com a República Argentina, executando, como auxiliar técnico, as explorações dos rios Chopim e Iguassu e depois como explorador, a do rio Jangada. Na revolta da esquadra em 6 de setembro de 1893, defendeu vários pontos do litoral da Capital da República contra as tentativas de desembarque dos revoltosos. Participou das lutas em Canudos no ano de 1897, partindo em 1906 para Mato Grosso por ocasião da revolução "Ponce". Possuía várias condecorações. Quando alferes, inventou um aparelho para o tiro ao alvo, adotado pelo exército com a denominação de "Mesa de Pontaria de Pyrrho". Faleceu em 3 de abril de 1929, no Rio de Janeiro. *Gratulino Vieira de Mello Coelho* — Filho

Conjunto da Capitania dos Portos

Pôsto Médico Marina Maciel "Caças e Pescas"

de João Vieira de Mello Coelho e de D. Noberta Maia de Morais. Nasceu a 11 de junho de 1844. Foi, na mocidade, jornalista e poeta que aparecia constantemente nas colunas da imprensa de Aracaju. Redigiu, no Rio de Janeiro "O Myosote", publicação mensal que recebia colaboração de Bruno Labra, Castro Alves e outros. Faleceu na Capital Federal a 17 de novembro de 1918.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Barra dos Coqueiros são denominados de barra-coqueirenses.

O atual e primeiro Prefeito de Barra dos Coqueiros é o Sr. Moisés Gomes Pereira, que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi, também instalada a primeira Comarca Municipal, composta de 5 vereadores.

No pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, compareceram às urnas, de um total de 1 105 eleitores inscritos, apenas 598, verificando-se uma abstenção de 45%.

Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Walter Araújo, Estatístico-Auxiliar da IR (em exercício).

BREJO GRANDE — SE

Mapa Municipal na pág. 310 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O local onde hoje se encontra a cidade de Brejo Grande foi antiga ilha, que, por carta régia de 24 de outubro de 1534, passou de Pernambuco para Sergipe e que veio, posteriormente, pertencer ao município de Vila Nova, cuja câmara em 1821, representou o govêrno de então, alcançando o alvará que lhe deu a posse da citada ilha.

O português José Alves Tojal, depois, fêz desaparecer essa ilha, obstruindo o canal que a separava do território da Capitania de Sergipe del'Rei.

Após o ano de 1820, alagoanos, pernambucanos e cearenses, tangidos pelas sêcas dos sertões nordestinos, vieram residir em terrenos embrejados à margem direita do rio São Francisco, na referida ilha, perto da foz dêste rio, e, com a ajuda do Barão Bento de Melo, fundaram a povoação de Brejo Grande.

Em 1826, quando era Presidente da Província Manoel de Deus Machado, atendendo à propaganda de emissários da revolução de Pernambuco, os habitantes de Brejo

Prefeitura Municipal

Grande fazem causa comum com os de Japaratuba e Estância, e, pela primeira vez, se pretende implantar o regímen republicano no Brasil.

O movimento foi, porém, sufocado com certa facilidade pelo govêrno, que teve a seu favor, segundo Laudelino Freire, as condições políticas, sociais e morais do povo brasileiro, que não permitiam a frutificação dessas idéias.

Participaram ativamente do movimento em Brejo Grande os irmãos Antônio José de Albuquerque Cavalcante e José Albuquerque Cavalcante, que logo foram perseguidos por Bento de Melo Pereira, o qual desde que rebentou a revolução em Pernambuco, defendia a fronteira do São Francisco.

Quando participou do movimento acima referido, Brejo Grande não passava de um simples povoado, perdurando tal situação até 2 de outubro de 1926, quando, pela Lei estadual n.º 929, daquela data, foi criado o município de São Francisco, desmembrado do de Vila Nova, com sede na antiga povoação de Brejo Grande. Vinte dias depois era instalado o novo município, com um único distrito de paz, o da sede municipal.

Pelas divisões territoriais, administrativas e judiciárias do Estado, aprovadas pelas Leis de 31 de dezembro de 1936 e de igual dia e mês do ano de 1937, o município permaneceu com o mesmo quadro administrativo.

O Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, que fixou os quadros administrativos e judiciários do Estado de Sergipe para o qüinqüênio 1939-1943, estabelecia que o município de São Francisco, pertenceria como têrmo judiciário, à Comarca de Vila Nova.

Mais tarde, nos quadros vigentes no qüinqüênio 1944-1948, fixados pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, o município teve o seu topônimo alterado para Parapitinga, permanecendo porém como têrmo judiciário da comarca de Neópolis (ex-Vila Nova).

Nenhum dos dois topônimos que foram impostos por disposições legais, foram aceitos pelos habitantes da antiga povoação de Brejo Grande, o que ocorria, de igual modo, com os de outros municípios dos Estados de Alagoas e Sergipe, sobretudo os que viviam nas margens do São Francisco, que continuavam a denominar a localidade da mesma maneira que o faziam desde a sua fundação, muitos chegando mesmo a ignorar o que havia sido determinado por Lei.

A volta ao antigo topônimo impunha-se, pois, em decorrência da pacífica e natural reação que se manifestava principalmente, entre as populações ribeirinhas do São Francisco.

Os podêres constituídos do Estado compreenderam, por fim, a necessidade de reconhecerem de direito uma situação de fato e, por fôrça de disposição da Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixou o quadro territorial administrativo e judiciário do Estado para o qüinqüênio 1954-1958 fizeram voltar o município a adotar o topônimo de Brejo Grande, como na época da primeira povoação.

No quadro territorial administrativo e judiciário do Estado, aprovado pela Lei n.º 554 acima citada, o município continuava a aparecer com o seu único distrito e a pertencer como têrmo à comarca de Neópolis. A Lei número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), em nada alterou a situação do município na divisão judiciária do Estado, mas determinou que a divisão por ela aprovada vigorasse para o período 1957-1962.

LOCALIZAÇÃO — Brejo Grande, de acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, fica situado na Zona do Litoral e limita com os municípios de Pacatuba e Neópolis no Estado de Sergipe; Piassabussu no Estado de Alagoas, tendo a leste o Oceano Atlântico.

A sede municipal localiza-se à margem direita do rio São Francisco, poucos quilômetros antes da sua foz, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul 10° 26' e longitude W. Gr. 36° 28', distando 84 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se numa altitude de cêrca de 6 metros.

Vista parcial da Travessa Municipal

CLIMA — O clima do município não é salubre, principalmente no inverno, quando se constatam freqüentes casos de malária. O embrejamento das terras do município muito concorre para a insalubridade do clima de Brejo Grande.

ÁREA — A área do município é de 198 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no município são: *Rios — São Francisco,* tão grande quanto o Orenoco, um têrço mais largo que o Reno, é dos mais importantes rios da América do Sul; nasce na serra da Canastra no Estado de Minas Gerais, a 20° 3' de latitude Sul, segue a princípio de oeste para leste, tomando depois a direção geral do norte até o paralelo 12°, de onde se orienta para o nordeste. Em seu longo percurso, atravessa os Estados de Minas Gerais e da Bahia. Serve de divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco e entre Sergipe e Alagoas. Das suas cachoeiras destaca-se a de Paulo Afonso cujo potencial hidrelétrico já está sendo aproveitado. É navegável em cêrca de 2 000 quilômetros do seu curso. Junto à sua barra, já em território do município de Brejo Grande, suas águas formam bancos de areia, que entram pelo mar, terminando em semicírculo, chamado pelos pilotos de "cordão da barra". Na sua desembocadura, o canal mais largo tem 2,64 metros de profundidade na maré baixa e 4,55 metros durante o fluxo. Perto do "cordão da barra" as ondas formam violentas arrebentações numa largura de 600 a 900 metros. Com as enchentes periódicas, que se verificam, geralmente de novembro a março, suas margens ficam fertilíssimas e se prestam, òtimamente, ao cultivo do arroz. *Parapuca,* navegável por balsas, lanchas e canoas, com profundidade que varia de 8 a 12 metros, banhando tôda a parte leste do município; *Praúna,* com 6 a 8 metros de profundidade, é também navegável por balsas, lanchas e canoas e banha a parte norte do município; *Ilhas — Arambipe,* que fica situada na foz do rio São Francisco, separada do continente pelo rio Parapuca, com 18 quilômetros de comprimento e cêrca de 3 quilômetros de largura, é a segunda em extensão em todo o Estado, sendo superada, apenas, pela dos Coqueiros, cujo território compreende todo o município de Barra dos Coqueiros; *Tereza,* localizada no rio Parapuca, próximo do Oceano Atlântico; *Capim,* também no Parapuca, e outras menores como *Ilha do Sal, Criminosa, Mamoneira, Flamengo, Cajueiro* e *Jurá.*

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais existentes no município e que merecem registro, são, principalmente de origem mineral e animal. Entre as primeiras destaca-se o sal marinho, que vem sendo regularmente extraído, cuja produção atingiu, em 1956, cêrca de 800 toneladas, com o valor de Cr$ 326 000,00. No reino animal destacam-se os peixes das mais variadas qualidades que são pescados na costa e nos rios do município.

Pràticamente o município não dispõe de riquezas naturais de origem vegetal e até a lenha para consumo domiciliar dos seus habitantes é extraída nas grandes extensões de mangues existentes no seu território.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1.° de julho de 1950, de acôrdo com os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, atingia 10 732 habitantes, apresentando uma densidade domográfica de 54,202 habitantes por quilômetro quadrado.

Quanto ao sexo, os dados censitérios de 1950 demonstravam ligeira predominância do feminino. Do total da população, 5 137 habitantes eram homens e 5 595, mulheres.

Concernentemente à côr, preponderavam os pardos, com 5 473 habitantes, seguidos dos brancos com 3 452, vindo, por fim, os pretos, com, apenas, 1 804 habitantes.

O Catolicismo Romano, em Brejo Grande, era a religião professada pela quase totalidade dos habitantes do município em 1.° de julho de 1950, contando, naquela data, com 10 680 fiéis. Òbviamente, pouco numerosos eram os adeptos de outras religiões.

Com base, ainda, nos dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, quanto ao estado conjugal da população de 15 anos e mais, residente no município, 3 420 eram casados; 2 771, solteiros; 595, viúvos; e, sòmente 6 desquitados.

A agricultura e a pecuária eram os ramos de atividade que maior número de pessoas ocupavam, em 1.° de julho de 1950, com 3 466 trabalhadores, superando, mesmo, as atividades domésticas onde estava incluída gran-

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

de parte da população feminina no trato exclusivo de afazeres do lar e onde apareciam 3 298 pessoas. A indústria e o comércio ocupavam apenas 509 pessoas, sendo 369 no primeiro ramo de atividade e 140, no segundo.

Entre outras ocupações e condições inativas foram recenseadas 748 pessoas.

Na zona rural do município habitava a maior parte da população recenseada, e ali foram encontradas 9 203 pessoas.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base nos resultados do VI Recenseamento Geral do Brasil, davam para o município de Brejo Grande, uma população, em 1.º de julho de 1956, de cêrca de 12 000 habitantes, dos quais, aproximadamente 10 000 se encontravam na zona rural.

Aglomerações urbanas — No município acham-se várias aglomerações urbanas, inclusive a sede municipal, cuja população, em 1.º de julho de 1950, data do VI Recenseamento Geral do Brasil, atingia 1 529 habitantes, dos quais, segundo a situação dos domicílios, 793 se encontravam na zona urbana e 736 na zona suburbana da cidade de Brejo Grande. Segundo previsão do Departamento Estadual de Estatística, feita com base nos dados coligidos pelo Recenseamento Geral de 1950, em 1.º de julho de 1956, a sede municipal contava cêrca de 2 000 habitantes. O povoado Brejão, entretanto, é o maior aglomerado urbano do município, com cêrca de 2 500 habitantes, sendo, também, de relativa importância as povoações de Ilha das Flôres e Serrão, cujas população são aproximadamente de 2 000 e 1 500 habitantes, respectivamente. Há ainda no município outros povoados de pequena importância, como Aroeira, Cabeço, Genipapo e Terra Vermelha, cuja população oscilam entre 500 a 400 habitantes, estimadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riquezas do município se assentam na cultura do arroz e na pesca levada a efeito nos seus rios e na costa. Na produção agrícola também é importante a cultura do côco-da-baía, que vem sendo incrementada depouco tempo para cá. Em 1956, foram plantados no município perto de 10 000 novos coqueiros.

Vista parcial da Praça da Bandeira

Vista da Capelinha de Santa Terezinha

O quadro abaixo inclui dados referentes às principais culturas agrícolas do município, em 1956:

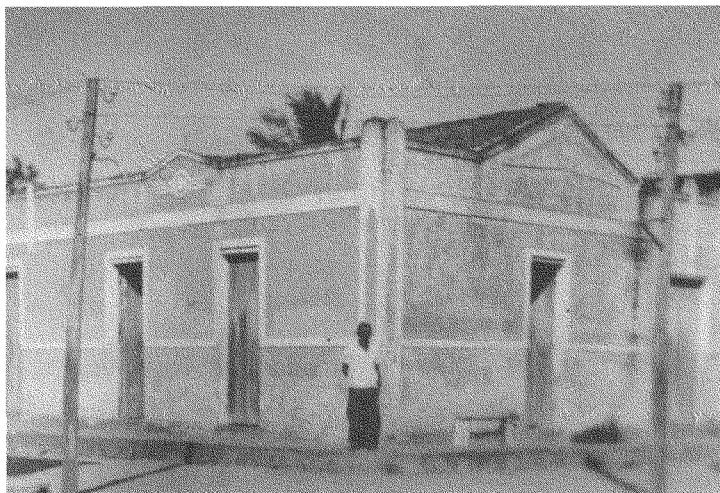
CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	3 000	15 400
Côco-da-baía	4 000	9 000
Algodão	411	3 200
Mandioca	399	233

Aproxidamente 400 toneladas de peixe, das mais variadas qualidades, foram pescadas nos rios e na costa do município, em 1956, com um valor de produção que atingiu cêrca de Cr$ 10 000 000,00. Essa pesca é feita por habitantes do município, adotando ainda processo muito empírico. Barcos de propriedade de firma japonêsa sediada em Recife, Capital do Estado de Pernambuco, fazem constantes visitas às águas oceânicas pertencentes a Brejo Grande e, ali, por processo científico pescam grande quantidade de peixes, sobretudo o atun e a cavala conhecidos em todo o mundo pela excelência das suas qualidades. Ainda não está sendo objeto de pesquisa estatística a quantidade e o valor dessas pescarias feitas na costa do Leste e Nordeste do Brasil, cujo produto vem abastecendo grandes centros consumidores, como Recife, Maceió, Aracaju e Salvador.

Quanto às atividades industriais de Brejo Grande, há no município, 221 unidades industriais, estando incluídas, entre estas, 4 usinas de beneficiamento de arroz, 17 pequenos estabelecimentos de extração de sal marinho. Os demais estabelecimentos compreendem pequenas olarias para a confecção de telhas e tijolos e "casas de farinha", para a fabricação de farinha de mandioca.

A despeito de se tratar de um município que possui amplas possibilidades econômicas, proveniente da sua capacidade de produção agrícola, o nível de vida médio de seus habitantes, ainda é muito baixo, em decorrência de pequena divisão das suas terras, que pertencem, em quase sua totalidade a grandes proprietários.

O arroz, ainda produto básico do município, é cultivado sob o regime de meação, com exíguas possibilidades econômicas para meeiro que não é proprietário da terra.

A segunda grande cultura é a do côco, que, por se tratar de uma cultura permanente, sòmente na sua fase ini-

Mercado Municipal

cial exige o emprêgo do trabalho braçal, o qual, depois da frutificação fica quase reduzido às "tiragens" trimestrais.

Quanto à pecuária, sòmente o rebanho de bovinos merece registro, com cêrca de 4 000 cabeças em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, um estabelecimento comercial grossista e 21 varejistas, preponderando entre êstes, pequenos armazéns de secos e molhados.

Operando no município existe 1 correspondente bancário de estabelecimento de crédito que tem sede na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município ainda não está ligado à rêde rodoviária do Estado, se bem que se encontrem bem adiantados os trabalhos de construção da rodovia Japoatã—Brejo Grande.

Continua, pois, a via fluvial como o único meio de transporte que vem sendo utilizado pelos habitantes de Brejo Grande, o qual se liga aos municípios limítrofes da seguinte maneira: Neópolis, via fluvial (30 quilômetros); Pacatuba, estrada de tropeiros (34 quilômetros).

Para comunicações, o município dispõe, apenas, de duas Agências Postais-telegráficas, mantidas pela União através do Departamento dos Correios e Telégrafos: uma localizada na sede municipal e, outra, no povoado Ilha das Flôres.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é uma pequena cidade, edificada em terrenos pantanosos a poucos quilômetros da foz do rio São Francisco, à sua margem direita.

Durante as grandes cheias do São Francisco a cidade é invadida pelas águas dêsse rio, causando grandes prejuízos à sua população, ficando grande número de famílias ao desalento, com suas casas danificadas e até mesmo totalmente destruídas pelas águas.

Daí provém, certamente, o baixo índice de progresso urbano de Brejo Grande, que não possui nenhuma rua ou praça pavimentada a paralelepípedo, sendo que 30% da área ocupada pela cidade estão calçados com pedras irregulares.

A cidade serve-se de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, produzida por um pequeno grupo gerador diesel-elétrico, mantido pela Prefeitura Municipal, com 80 ligações domiciliares.

Para hospedagem de viajantes que transitam pelo município, existe uma pequena pensão, na sede municipal, com acomodações que muito deixam a desejar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor da assistência médico-sanitária, o município dispõe apenas de um Pôsto de Saúde mantido pelo Govêrno do Estado em convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública, e de um Pôsto de Combate às Endemias Rurais, mantido pelo Departamento Nacional das Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

ALFABETIZAÇÃO — Da população em idade escolar (com 5 anos e mais) recenseada em 1.º de julho de 1950, que atingiu 9 215 habitantes, 2 298 sabiam ler e escrever, dando uma percentagem de alfabetização de 21%.

Quanto às pessoas recenseadas que possuíam cursos completos, 129 estavam incluídos entre os que possuíam o curso primário elementar, 10 haviam concluído curso do nível médio e, sòmente 1 é portador de diploma de curso superior.

Ensino — Há em todo o município, 28 unidades escolares para o ensino primário elementar, cuja matrícula, em 1956, atingiu 873 alunos, com um aproveitamento escolar de 237 aprovações no fim do ano letivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona no município, há muitos anos, a "Filarmônica Santa Cecília", mantida por sociedade particular.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município no período 1950-1956, apresentando as receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelo município e a despesa municipal realizada nos referidos anos:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 (0))
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	69	475	343	86	413
1951.......	86	783	421	133	251
1952.......	137	872	585	204	373
1953.......	123	1 382	964	307	634
1954.......	134	1 326	833	287	579
1955.......	187	1 589	977	323	748
1956.......	300	2 104	1 382	422	828

Pôsto de Saúde do S.E.S.P.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No dia 8 de dezembro de cada ano é comemorada a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, quando são celebrados vários atos religiosos, todos revestidos da imponência que permitem as condições locais.

Em dia prèviamente marcado do mês de janeiro, realiza-se no povoado Ilha das Flôres, a festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, que se constitui, principalmente, de grande procissão fluvial no rio São Francisco, com acompanhamento de embarcações de tôda natureza que se encontrem aportadas pelas circunvizinhanças, constituindo um belíssimo espetáculo.

Durante êsses festejos são organizados animadas novenas e feiras-livres com jogos e diversões, dando aspecto eminentemente popular às festividades.

VULTOS ILUSTRES — São ilustres de Brejo Grande — *Dr. Enéas Manoel Ferreira,* que nasceu a 21 de junho de 1865, médico, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Ocupou a segunda cadeira de clínica cirúrgica. Faleceu em Neópolis, a 24 de julho de 1922. Escreveu "O tratamento Cirúrgico da Tuberculose", tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 28 de setembro de 1888. Da geração contemporânea, destacam-se o *Dr. Geordano Felizola Tojal,* residente em São Paulo e o *Dr. Eraldo Machado de Lemos,* médico e advogado na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, que, quando estudante no Rio de Janeiro, foi distinguido entre os seus colegas para representar a classe universitária brasileira em congresso que se realizou no exterior.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Brejo Grande recebem a denominação de brejo-grandenses.

O atual Prefeito do município é o Sr. Anibal Pereira, que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, quando, também, foi instalada a Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

Dos 2 517 eleitores inscritos, 1 409 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 44%.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Luiz Ferreira Santos.)

BUQUIM — SE

Mapa Municipal na pág. 380 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Na primeira metade do século XIX, surgiu o povoado da Lagoa Vermelha, dentro dos limites da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Ficava situado à margem do rio Piauí, a 10 quilômetros, aproximadamente, da atual cidade de Buquim, e ao lado de uma lagoa de águas avermelhadas por causa da qualidade do solo, que tinha a mesma côr.

Era ainda um simples arraial, formado por algumas casas de proprietários das redondezas e seus agregados, quando por ali foram criadas uma Subdelegacia e um Distrito de Paz. Pouco depois, pela Lei de 5 de março de 1835, também foi criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino.

Vista parcial aérea da cidade

Com a Resolução Provincial n.º 417, de 24 de abril de 1835, Lagoa Vermelha ficava elevada a freguesia, sob a invocação de Senhora Santana, com os seguintes limites: "Principiará nas Quebradas grandes, seguindo a estrada de São Cristóvão para a Vila do Lagarto até o sítio Pau Grande; dêste seguirá para o sul pelas divisões dos distritos de Lagoa Vermelha até a estrada do Limoeiro; seguirá a direção desta até encontrar ao engenho Mutumbo, e daí continuará pela estrada de José Calitendo e passando pelo lado debaixo do sítio Pastor, irá ter ao engenho Boi e dêste ao engenho Moendas caminhando a norte até onde começou". Êstes limites, depois, sofreram modificações.

Pela Resolução n.º 462, de 20 de fevereiro de 1857, a freguesia de Senhora Santana da Lagoa Vermelha foi elevada à categoria de vila, tornando-se município independente, desmembrado do de Lagarto, com os mesmos limites anteriores.

Entretanto, a localidade se achava situada sob péssimas condições geográficas, à beira de um rio paludoso, que todos os anos fazia ali as suas vítimas e que nas épocas de enchente costumava inundar, com as suas águas barrentas, aquêle aglomerado de residências, pondo em perigo a vida dos seus habitantes.

Pelo inverno de 1869, verificou-se uma das maiores cheias já tomadas pelo rio e as águas, cercando a vila, transformaram-na em uma ilha, cujos habitantes por alguns dias, ficaram impedidos de sair para as suas ocupações habituais, no campo, ou para outra qualquer parte.

Consta que então o Vigário da freguesia, Padre Manoel Nogueira Cravo, fêz uma prece pública à Senhora Santana, Padroeira do lugar, para que fizesse baixar as águas, firmando o propósito de trabalhar pela mudança, quanto antes, daquela sede municipal, para outro local de situação mais segura e clima mais salutar.

De fato, passados os efeitos da enchente, o referido Vigário, juntando-se ao coronel José Batista, e ao major Venâncio da Fonseca Dórea, Manoel Antônio da Fraga e Antônio Araújo, envidou esforços no sentido de que a transferência se realizasse sem tardança, para um sítio de clima bem saudável, que era chamado Boquinha da Mata, por ficar na entrada da mata densa e verdejante e onde o coronel José Batista já havia construído uma Capela e

uma casa, e Antônio Araújo, com mais outras pessoas, tinham construído também as suas residências.

Tudo providenciado, foi feita a mudança com o apoio das autoridades da Província, que atenderam logo às razões dos interessados e já no ano seguinte ao da calamitosa inundação, pela Lei Provincial n.º 836, de 21 de março de 1870, era feita, oficialmente, a transferência da sede municipal para o povoado de Buquim (simplificação do nome Boquinha da Mata, como antes se chamava).

Com a transferência, a antiga vila de Lagoa Vermelha extinguiu-se, nada mais dela restando.

Para constituir o patrimônio da freguesia, na sua nova sede, foi logo doada à Senhora Santana, por Antônio Araújo, a área de terreno em que se assentava o lugar.

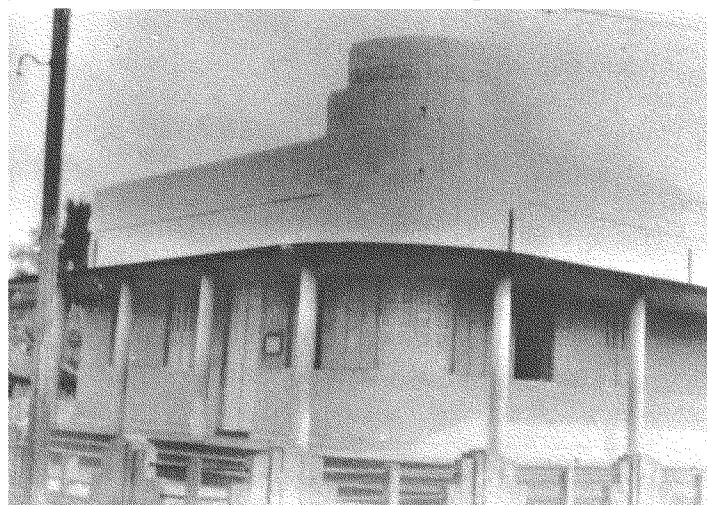
A nova sede do município, mercê das terras sáfaras que a circundavam, com excelentes fontes minerais de água cristalina e doce, e com um clima admirável, tomou logo impulso de progresso e já na década seguinte, pela Resolução provincial n.º 1 180, de 30 de abril de 1881, foi feita cabeça da comarca de Buquim, criada por esta mesma Lei.

A comarca, todavia, não chegou a instalar-se imediatamente, por dificuldade de verba no orçamento do Império, só o tendo sido em 18 de dezembro do ano de 1884.

Entretanto, na organização da justiça estadual, depois da República, não foi contemplada a comarca de Buquim, ficando supressa.

Proclamada a República, em 1889, pelo Decreto de 9 de janeiro de 1890, foi dissolvida a Câmara Municipal, então existente e constituído o Conselho de Intendência, para o qual foram nomeados o Dr. Benjamim Fernandes da Fonseca, como Presidente, o capitão Félix Franklin de Menezes e o major Manoel Evaristo de Carvalho, como membros.

Em 1913, Buquim foi contemplada no plano de ligação ferroviária dos Estados de Sergipe e Bahia e, após cortado o seu território pelos trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, foi ali edificada uma Estação Ferroviária.

Os efeitos das vantagens do transporte oferecido pela ferrovia fizeram-se logo sentir na vida econômica e social do município, desenvolvendo o comércio, estimulando a produção agrícola, pelas facilidades de escoamento dos produtos, e influindo até na conduta dos habitantes da vila, que passaram a manifestar hábitos mais requintados, num esfôrço de evolução social ao contacto com a gente viajada que ia e vinha pelos trens de passageiros, cuja gare passou a ser ponto de freqüência indispensável pela sociedade local, na espera da passagem dos trens de horário.

Prefeitura Municipal

Praça Getúlio Vargas

Em 1918, a arrecadação da municipalidade era de 11:472$548 — superior à de qualquer município do sul do Estado, exceção apenas de Estância e Simão Dias.

Em 1938, pelo Decreto-lei n.º 69, de 28 de março, Buquim foi elevada à categoria de cidade.

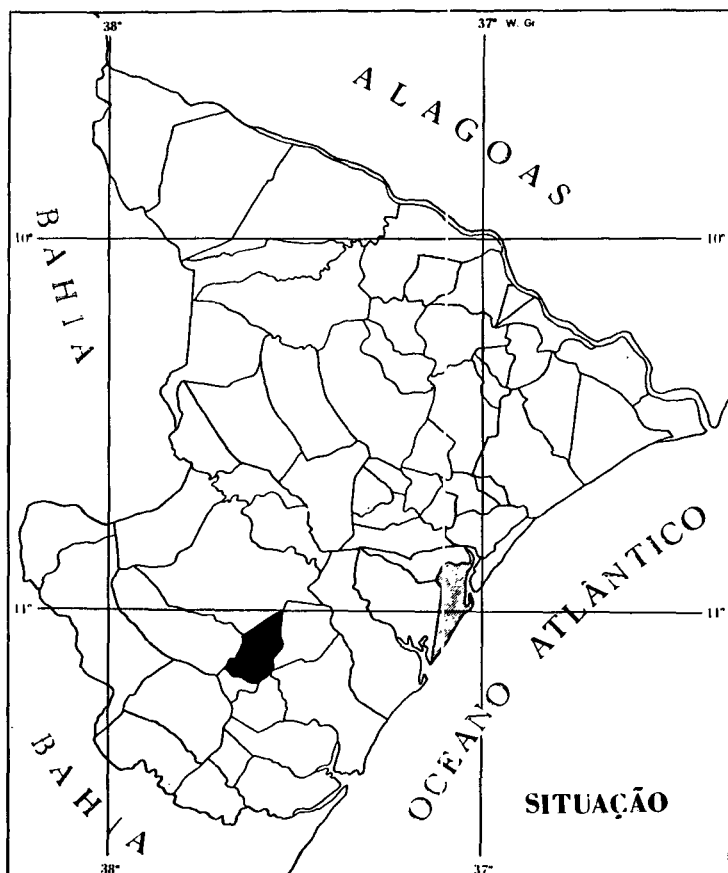
A evolução administrativa e judiciária da comuna, a partir de 1936, pode ser descrita da seguinte forma: Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município de Buquim é têrmo judiciário da comarca de Lagarto, e se compõe de um único distrito (Buquim). No quadro fixado, pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, o município de Buquim é composto de 1 distrito (o de Buquim) — e é têrmo da comarca de Lagarto.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, o têrmo de Buquim foi transferido da comarca de Lagarto para a de Itabaianinha. Em 1945-1948, o município de Buquim é formado ainda pelo único distrito de Buquim — e é têrmo judiciário da comarca de Itabaianinha, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945.

Nas divisões administrativas e judiciárias do Estado, fixadas pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, a vigorarem no período 1954-1958, o município de Buquim aparece com um único distrito (o da sede municipal) e como sede da comarca de Buquim, abrangendo os têrmos de Buquim, Arauá e Pedrinhas.

Com a Lei estadual n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), a comarca de Buquim perde o têrmo de Arauá, que passa a pertencer à comarca de Estância e fica apenas com os têrmos de Buquim e Pedrinhas.

LOCALIZAÇÃO — Cortado ao meio pelo rio Piauí, e na Zona Fisiográfica do Oeste, o município de Buquim fica entre os de Lagarto, Salgado, Estância, Arauá e Riachão do Dantas. A sua sede fica à margem da estrada de ferro pertencente à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e tem as seguintes coordenadas geográficas: 11° 08' 18" de latitu-

de Sul e 37° 37' 18" de longitude W. Gr. Dista, em linha reta, da Capital do Estado, 67 quilômetros, ficando no rumo S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude é de 164 metros na sede municipal.

CLIMA — Temperado e agradável. A temperatura apresenta as seguintes variações: média das máximas, 33° C; das mínimas, 22,5° C. Os meses mais frios são de julho a meados de setembro. De outubro a fevereiro é o período mais quente. Chove bastante de julho a agôsto.

ÁREA — A área do município é de 182 quilômetros quadrados, sendo um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são o rio Piauí e o rio dos Mangues, êste, afluente do primeiro. Há, ainda, afluentes do Piauí, os riachos da Limeira (divisória com o município de Riachão do Dantas) e Cipó. O riacho Garangau, que nasce próximo à sede do município e corre para o sul, entrando no município de Arauá; riacho Miguel dos Anjos, que nasce no povoado dêste nome e deságua no riacho Garangau; riacho Taquari, que nasce no município de Riachão do Dantas, entra no município de Buquim correndo no sentido oeste-leste, saindo para o município de Arauá; riacho Pedrinhas, que serve de limites entre os municípios de Buquim e Pedrinhas; riachos do Quibige, afluente do riacho Taquari, e dos Pilões, afluente do rio Piauí; ambos êstes últimos riachos têm as suas nascentes no município de Buquim.

O município de Buquim apresenta apenas elevações suaves, no terreno, não havendo serra digna de nota.

RIQUEZAS NATURAIS — Há no município apreciáveis reservas de argila (barro).

Grupo Escolar Severiano Cardoso

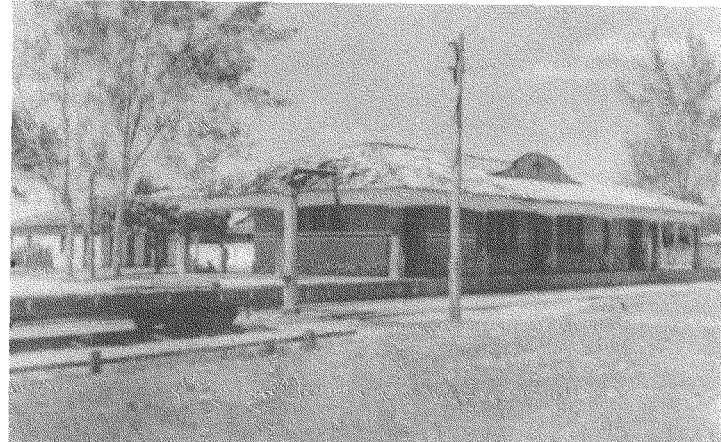
De origem vegetal, o município possui: agave (fibra de sisal), tucum, madeira para construção, para caibros e lenha. Destaca-se a produção de agave, que em 1956 atingiu um volume de 52 toneladas e a de lenha, que alcançou no mesmo ano o volume de 19 075 metros cúbicos.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população total do município de Buquim era de 9 538 habitantes, sendo, 4 465 homens e 5 073 mulheres. Quanto à localização, 3 243 achavam-se residindo na sede do município e 6 295 no quadro rural. Segundo a côr, havia, 5 770 brancos, 111 pardos e 3 653 pretos, representando êstes 38,31% da população total. Quanto ao estado civil, verificam-se 2 175 solteiros, 2 495 casados, 337 viúvos e 1 desquitado. Segundo a confissão religiosa, 9 181 habitantes declararam-se pertencer à Religião Católica, — ou 96,29% da população total — e 647 a outras religiões.

A densidade demográfica do município de Buquim era de 33,141 habitantes por quilômetro quadro.

As estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre a população existente em 1.°-7-1956 davam 10 595 habitantes para todo o município, sendo 3 602 na sede e 6 993 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — As principais aglomerações urbanas do município de Buquim, são: a sede municipal, cuja população já foi mencionada no capítulo anterior; os povoados de: Miguel dos Anjos, com 582 habitantes; Cajàzeira, com 510 habitantes; Olhos-d'Água, com 475 habitantes; Cabeça d'Antas, com 415 habitantes; Pimenteira, com 389 habitantes; Pastor, com 375 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem na agricultura a principal base de sua economia. É o segundo

Estação da Estrada de Ferro Federal Brasileira S.A.

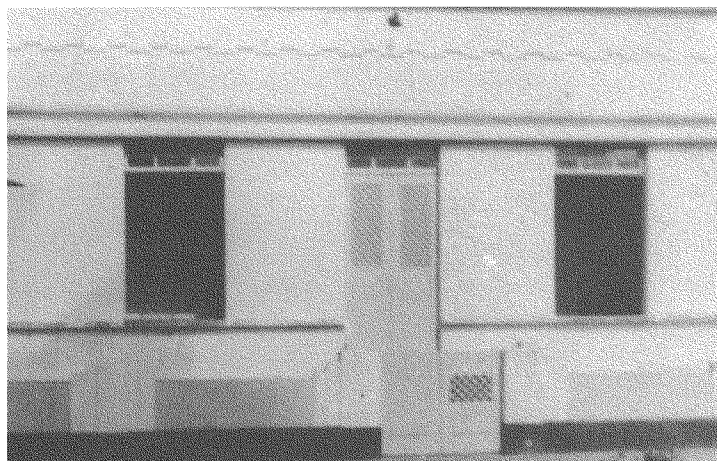
Clube Recreativo

município maior produtor de fumo em fôlha, em Sergipe, tendo produzido, em 1956, 21 040 arrôbas de 15 quilogramas, no valor total de Cr$ 6 312 000,00. O valor total da produção agrícola, no referido ano, foi de Cr$ 12 752 500,00, referente apenas aos produtos de cultura temporária. Entretanto, Buquim é um grande produtor de frutas, destacando-se a produção de laranja de umbigo, que atingiu a 135 900 centos, no valor de Cr$ 8 154 000,00 em 1956, e a de banana que alcançou 116 000 cachos, no mesmo ano, na importância de Cr$ 928 000,00.

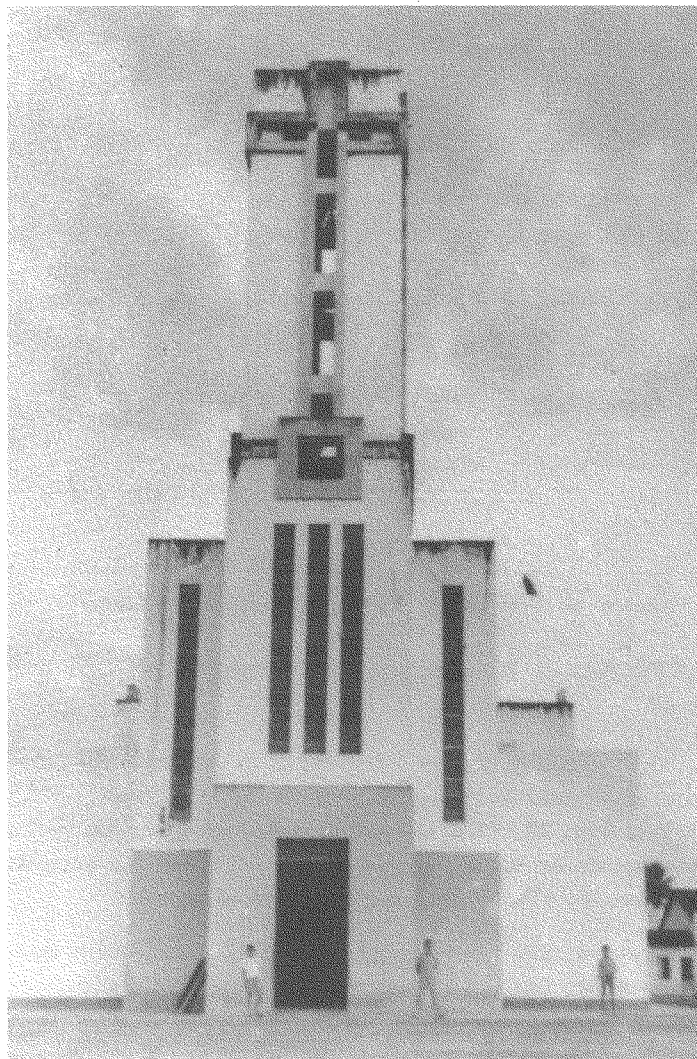
O parque industrial do município está representado por 63 estabelecimentos fabris, com um efetivo de 189 pessoas ocupadas. Entre êstes estabelecimentos apenas têm maior relêvo duas fábricas de descaroçar algodão, com uma produção correspondente a Cr$ 1 317 000,00, e uma sapataria (Cr$ 343 000,00 de produção, em 1956).

Relativamente à extensão territorial do município, o seu rebanho pecuário tem alguma expressão. O rebanho de bovinos, atualmente, é de 11 215 cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 42 estabelecimentos comerciais, sòmente na sede do município, sendo todos varejistas. O comércio local faz transações com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro (D. Federal), Salvador, Aracaju, Estância, Lagarto e Tobias Barreto. Os mercados para a produção de fumo em fôlha, do município, são os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Há no município correspondentes bancários que fazem o serviço de cobrança de títulos comerciais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede do município liga-se à Capital do Estado por rodovia (95 quilômetros) e por ferrovia (101 quilômetros). Às sedes dos municípios vizinhos liga-se da seguinte maneira: Por rodovia: a Estância (36 quilômetros), a Arauá (10 quilômetros), a Pedrinhas (12 quilômetros), a Riachão do Dantas (18 quilômetros), a Lagarto (36 quilômetros) e a Salgado (30 quilômetros). Com Itabaianinha liga-se por rodovia (31 quilômetros) e por ferrovia (30 quilômetros).

Maternidade Municipal

Há na cidade de Buquim uma agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A Estação da Rêde Ferroviária Federal S. A., da cidade, realiza, também, comunicação telegráfica com as Estações vizinhas, por meio de linhas próprias.

Igreja-Matriz de N. S.ª Santana

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Buquim tem cinco praças, vinte e uma ruas e duas avenidas. A pavimentação da área urbana está assim distribuída: a) — a paralelepípedos: uma praça e uma avenida, inteiramente calçadas e uma avenida, parcialmente; b) — a pedras irregulares: 4 ruas inteiramente calçadas, uma praça e uma avenida, parcialmente. A cidade dispõe de uma praça ajardinada, em cujo centro foi erigida uma herma ao grande poeta Hermes Fontes, filho de Buquim.

Na cidade de Buquim há iluminação pública fornecida por usina local, cujo número de ligações atinge 280; há, também, um cinema, para filmes de 35mm e 2 pensões que cobram diária média de Cr$ 100,00.

A Prefeitura Municipal e a Igreja-Matriz são dois belos edifícios, na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede municipal, um médico, um dentista e um farmacêutico, prestando assistência à população. O serviço de assistência médico-sanitária é prestado através de um hospital, com 14 leitos, um Pôsto de Puericultura e 1 Pôsto Médico.

Funciona uma farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há uma Cooperativa Agropecuária, na sede municipal, destinada a conceder financiamentos aos seus associados, cujo número é de 225.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apurou a existência, no município, de 7 811 habitantes de 5 anos e mais de idade, dos quais 2 141 sabiam ler e escrever (22%).

Ensino — Na sede municipal há um estabelecimento de ensino ministrando o curso ginasial, cuja matrícula, em 1956, foi de 66 alunos. Ministrando o ensino primário há, em todo o município, 24 estabelecimentos, com uma matrícula de 1 174 alunos, em 1955.

Ginásio Santa Terezinha

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade dispõe de um "Grêmio Cultural e Recreativo", instalado em prédio especialmente adaptado para os seus fins.

O cinema da cidade dispõe de 307 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas e a despesa da Prefeitura, no município, a partir do ano de 1950, têm o seguinte demonstrativo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	139	573	412	...	406
1951	177	716	504	149	345
1952	237	986	632	193	865
1953	239	889	453	219	932
1954	229	824	900	284	1 089
1955	234	886	917	235	918
1956	401	1 376	1 294	316	1 181

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há uma herma dedicada ao grande poeta buquinhense Hermes Fontes, e situada no centro da praça "Getúlio Vargas".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Da população recenseada em 1950, no município de Buquim, 97,84% declararam professar a

Hospital de Caridade São Vicente de Paulo

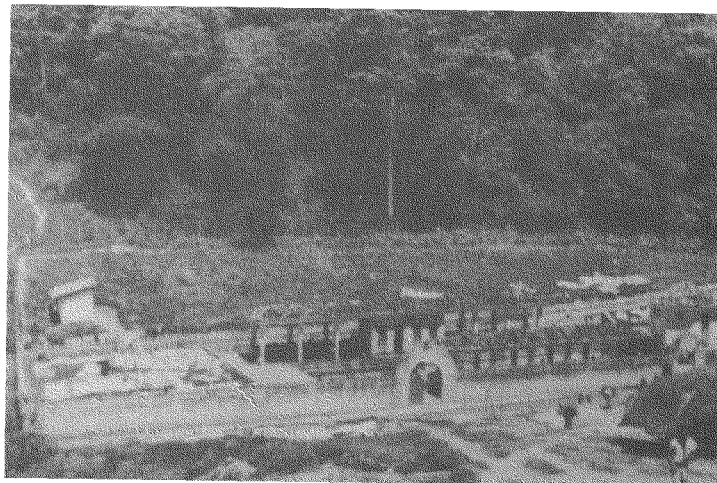
Religião Católica. A Paróquia pertence à Diocese de Aracaju. Existem 3 associações religiosas da Igreja Católica, situadas na sede municipal. Há, também, 1 templo batista, 1 centro espírita e 1 templo da Igreja Presbiteriana, todos na sede municipal.

A festa tradicional mais importante, do município, é a da Padroeira, Senhora Santana, que ocorre, anualmente, no dia 24 de julho. As solenidades religiosas consistem em novena, que decorre em ambiente de muito entusiasmo religioso, culminando com a Missa festiva do dia 24, e procissão à tarde, em que toma parte grande massa de fiéis de todo o município e de cidades vizinhas, conduzindo a imagem da Santa Padroeira, pelas ruas, em artística charola.

Também os festejos de São João, todos os anos, atingem grande entusiasmo.

VULTOS ILUSTRES — *Hermes Fontes* — Poeta e Jornalista. Foi redator e colaborador de grandes jornais e revistas da Capital da República. Consagrou-se como poeta de inspiração profunda e maviosa, tendo sido considerado o Príncipe dos Poetas do seu tempo. Escreveu: "Apoteoses", "Lâmpada Velada", "A Fonte da Mata" e outros livros de poesia. Faleceu em 26-12-1930. *General Firmo Freire do Nascimento* — General do Exército Nacional. Nasceu aos 2 de dezembro de 1881. Exerceu altos postos militares e foi Chefe da Casa Militar da Presidência da República, no Estado Novo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Buquim são chamados buquinhenses.

Em Buquim existe, próximo à sede municipal, a famosa Fonte da Mata, maravilhoso manancial de água cris-

Vista da fonte da Mata

talina, jorrada do subsolo, ao fundo de uma gruta e cercada por verdejante mata. A fonte, que abastece a cidade de água potável, foi beneficiada na gestão do Prefeito Antônio Maia, que ali construiu uma piscina para os banhos públicos e uma lavandaria.

Hermes Fontes, nos seus inspirados versos, imortalizou aquêle esplêndido minadoiro que a Natureza fêz brotar na terra buquinhense.

O Prefeito Municipal é o Sr. João Bismarque dos Santos, empossado em 31 de janeiro de 1955, quando se instalou a Câmara Municipal na sua atual legislatura, composta de cinco membros.

Dos 4 818 eleitores inscritos, 1 714 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 64,47%.

(Elaboração — João de Oliva Alves; Agente de Estatística — adido a IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — José Bispo Ribeiro.)

CAMPO DO BRITO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do atual município de Campo do Brito começou a 1.º de março de 1601, quando os Padres da Companhia de Jesus — os Jesuítas — por intermédio do Irmão Amaro Lopes, obtiveram, em sesmaria, três léguas em quadro entre o vale do Vasabarris e a serra da Cajaíba, antes de uma tapera que se conhecia por "Pixapoã".

Não se tem notícia, porém, se os Padres Jesuítas, donatários daquelas terras, iniciaram, ali, qualquer construção que justificasse o seu primeiro povoamento, nem, também, se a doação, que foi feita por um capitão que substituía Diogo de Queiroz, foi devidamente confirmada pela Côrte.

Essas terras depois vieram a fazer parte do município de Itabaiana, que compreendia os atuais territórios dos municípios de mesmo nome, e ainda dos de Campo do Brito, Frei Paulo, Carira, Ribeirópolis e Simão Dias, e se prestavam, magnìficamente, à criação de gado.

Quando se verificaram as primeiras investidas dos holandeses em território da Província de Sergipe D'el Rei, o Conde Bagnuolo, que comandava as tropas do Govêrno Português, isto por volta de 1637, com o duplo interêsse de assegurar a subsistência das suas tropas e de restringir

Prefeitura Municipal

Vista lateral da Praça 13 de Julho

ao mínimo as possibilidades dos seus inimigos, autorizou que se providenciasse a remoção do gado de Sergipe, para o Sul do Rio Real.

Um dos Capitães do exército de Bagnuolo, D. João de Estrada, foi designado para transmitir aos moradores do município de Itabaiana um édito intimando-os a fazer-lhe entrega do gado, sem nenhuma remuneração, sob pena de prisão. É óbvio, pois, que entre os habitantes de Itabaiana, àquela época, estavam incluídos os que viviam e criavam gado em terras que hoje fazem parte do município de Campo do Brito.

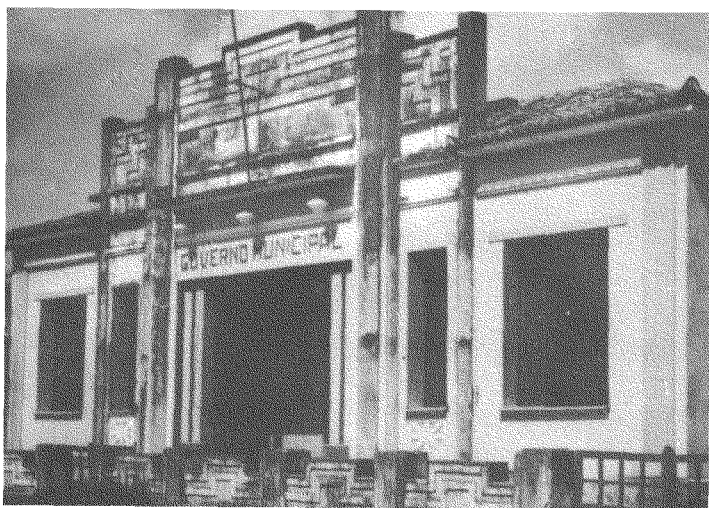
As tropas de Bagnuolo, porém, a despeito das providências que adotaram como preventivo, pouca ou nenhuma resistência ofereceram aos invasores flamengos, tendo à frente Gisselingh e Sehoppe, que pouco interêsse demonstraram por assegurar em plagas sergipanas o decantado espírito de organização e capacidade de trabalho do povo holandês. Muito pelo contrário, se empregavam a fundo em uma campanha de inteira destruição dos poucos vestígios de colonização que sobravam, também, à passagem devastadora das tropas de Bagnuolo.

Das colunas enviadas pelos flamengos para a exploração e devastação dos vales do Siriri, Ganhamoroba e Sergipe, um contingente foi destacado para percorrer a zona de Itabaiana, onde se dizia haver grandes minas de ouro e salitre, localizadas pelo explorador Belchior Dias Moreira. Componentes desta e de outras colunas de batavos que sempre visitavam aquela região, atraídos principalmente pelas famosas minas de ouro, certamente ali permaneceram, dando origem às características étnicas dos seus habitantes.

Acredita-se, pois, que o primeiro povoamento que deu origem à atual cidade de Campo do Brito data de época posterior ao domínio holandês em Sergipe, quando alguns remanescentes dos invasores, batidos e dispersados pelas fôrças que os combatiam, fixaram residência naquelas paragens e passaram a viver da agricultura e da pecuária.

No comêço do século XIX, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Boa Hora do Campo do Brito, desmembrada da de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, pela Lei provincial número 135, de 30 de janeiro de 1845 e foi, também, criado o Distrito de Paz de Campo do Brito, pelo mesmo diploma legal.

Pela Lei estadual número 68, de 4 de outubro de 1894, já no regime republicano, foi Campo do Brito ele-

vado à categoria de vila, com a mesma denominação e com os mesmos limites da antiga freguesia.

Veio depois a sua elevação à categoria de município, com a mesma denominação por fôrça da Lei estadual número 624, de 19 de outubro de 1912, o qual foi, solenemente, instalado no dia 1.º de janeiro de 1913.

Pela mesma lei, foi criado o têrmo judiciário de Campo do Brito, com todos os requisitos legais, que passava a pertencer à comarca de Itabaiana.

Em 1933, teve o seu território acrescido com a anexação do povoado Ribeira, então pertencente ao município de Itabaiana, em decorrência de disposição do Decreto-lei n.º 189, de 19 de dezembro daquele ano.

Alcançou a hierarquia de cidade por fôrça do Decreto-lei número 69, de 27 de março de 1938, que deu cumprimento, no Estado de Sergipe, ao Decreto-lei federal número 311, de 2 de março do mesmo ano.

Nas divisões territoriais, administrativas e judiciárias do Estado de Sergipe, que vigoraram a partir de 1933, sempre figurou como município, distrito único e têrmo judiciário da Comarca de Itabaiana, até à aprovação do quadro atualmente em vigor, no que concerne à divisão administrativa e aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, para o qüinqüênio 1954-1958.

Entretanto, o município perdeu grande parte do seu território com a criação pela Lei estadual número 525-A, de 23 de novembro de 1953, dos municípios de Macambira e Pinhão, que tiveram os seus territórios desmembrados do de Campo do Brito.

Por fôrça da mencionada Lei, foi criada a comarca de Campo do Brito, compreendendo os têrmos judiciários de Campo do Brito, Macambira e Pinhão.

Antes de ser instalada a nova comarca, veio a Lei número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), que desmembrou da comarca de Campo do Brito o têrmo judiciário de Pinhão, que passou a pertencer à comarca de Frei Paulo.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Boa Hora

LOCALIZAÇÃO — O município de Campo do Brito situa-se na Zona Fisiográfica Oeste, à margem esquerda do rio Vasabarris, a leste da Serra de Itabaiana. Limita com os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Lagarto, Itabaiana e Macambira. A sede municipal fica a 53 quilômetros em linha reta da cidade de Aracaju, Capital do Estado, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 10° 44' e longitude W. Gr. 37° 30'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Campo do Brito fica a 210 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é ameno e muito saudável e em 1956 foram observados os seguintes resultados climáticos, expressos em graus centígrados, na sede municipal: média das máximas — 30; média das mínimas — 20 e média ponderada — 25. Geralmente chove em território do município de Campo do Brito, no período que compreende os meses de maio a agôsto de cada ano.

ÁREA — A área territorial do município é aproximadamente de 234 quilômetros quadrados, de acôrdo com os cálculos levados a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, depois do desmembramento dos territórios dos atuais municípios de Macambira e Pinhão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Serras — Miaba, fica a oeste da sede municipal, com aproximadamente 680 metros de altitude, e do Cajueiro, com cêrca de 520 metros de altitude. Rios — Vasabarris — que tem as suas cabeceiras na serra da Itiúba, no Estado da Bahia, atravessa o Estado de Sergipe de oeste para leste, formando uma das mais importantes bacias hidrográficas do seu território. No verão, é pouco caudaloso, porém recebe muitas águas durante as chuvas torrenciais, que provocam o seu transbordamento em enormes enchentes que danificam as plan-

Parque Getúlio Vargas

tações das propriedades rurais situadas nas suas margens. Nessas ocasiões é espantosamente caudaloso e arrasta na sua correnteza pesadas árvores e até mesmo animais de grande porte. Deságua no Oceano Atlântico a cêrca de 8 quilômetros ao sul da barra do rio Sergipe. No município de Campo do Brito banha as fraldas da serra da Miaba, passa perto do povoado Pedra Mole, sendo de pequena profundidade e não oferecendo condições de navegabilidade. Jacoca — é periódico, e divide o município de Campo do Brito do de Macambira, sendo tributário da margem esquerda do Vasabarris, sendo, também, periódico e, como os demais, não oferece condições de navegabilidade. Cachoeiras: Jacoca — com vários degraus, tem aproximadamente 100 metros de altura e fica no curso do rio do mesmo nome. O seu potencial hidrelétrico permanece sem aproveitamento; e Ribeira, com cêrca de 20 metros de altura, no curso do riacho do mesmo nome continua também sem aproveitamento do seu potencial hidrelétrico. Êstes são os principais acidentes geográficos existentes no município de Campo do Brito, mas, também poderão citar-se os seguintes, de menos importância, porém: A lagoa Sêca, com uma área de cêrca de 2 400 metros, a 18 quilômetros da sede municipal e a serra Redonda, ao norte da sede municipal na divisa com Macambira e a do Garangau ou das Minas.

RIQUEZAS NATURAIS — Sem que tenham sido devidamente explorados até agora, atribui-se a existência das seguintes jazidas no município: de Manganês — na serra do Garangau ou das Minas; de areias monazíticas, cristal de rocha, grafita, piritas, salitre, sal pole, pedra-pome, caulim, carvão-de-pedra e ocre (terras coloridas), na serra da Miaba. Entretanto, de origem mineral sòmente o barro (argila) para confecção de tijolos e telhas, e pedra calcária, vêm sendo extraídos no território municipal. De origem vegetal, apesar das derrubadas constantes das matas do município, ainda se acham as seguintes árvores que fornecem madeira para construção civil: itapicuru, baraúna, aroeira, angico, quiri, pau-d'arco, candeia, jurema e araçá, para lenha e postes de cêrca. Existem, ainda, nas matas de Campo do Brito, grande quantidade de plantas e raízes medicinais, como: mastruço, cidreira, jurubeba, sabugueiro, purga do campo, pega-pinto e vassourinha. De origem animal, merece menção o mel e a cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — Dados concernentes à população de Campo do Brito sòmente se tornaram possíveis em decorrência de estimativas levadas a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, com base nos resultados censitários de 1950, pois, posteriormente àquela operação censitária é que se processaram a criação e a instalação dos municípios de Pinhão e Macambira que tiveram os seus territórios desmembrados da área territorial de Campo do Brito. As citadas estimativas oferecem, pois, os seguintes resultados para o município de Campo do Brito.

Com aproximadamente 9 500 habitantes, localizados na sua grande maioria na zona rural, onde deveria se encontrar cêrca de 7 500 habitantes, preponderavam entre os seus habitantes, segundo a côr, os brancos, com mais de 6 800 pessoas, vindo depois os pardos com pouco mais de 1 600 e, por fim, os pretos com pouco acima de 800 pessoas dessa côr. Segundo a situação conjugal, os casados iriam a 2 700 habitantes, enquanto os solteiros eram pouco mais de 2 000 e os viúvos não iriam muito além de 300 pessoas recenseadas, com 15 anos e mais de idade. Quanto à religião, o Catolicismo Romano continuava sendo o credo religioso professado pela quase totalidade dos habitantes de Campo do Brito, que contava com mais de 9 000 fiéis, sendo insignificante o número de adeptos de outras religiões.

Excluídos os habitantes, preponderantemente do sexo feminino, que se dedicavam a afazeres domésticos, a agricultura e a pecuária eram os grupos de atividades onde laborava a maior parte das pessoas recenseadas em Campo do Brito, laborando nesse ramo mais de 2 700 indivíduos. Na indústria e no comércio não estariam ocupadas 100 pessoas em cada um dêsses ramos de atividade. Ocupavam-se em outras atividades, inclusive no serviço público, prestação de serviços e transportes, pouco mais de 100 pessoas e se encontrava em inatividade cêrca de 300 habitantes de Campo do Brito em 1.º de julho de 1950.

Todos os dados demográficos aqui reportados são relativos e se baseiam, com já foi dito linhas acima, em estimativas calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é a única aglomeração urbana que merece especial registro. Contava a cidade de Campo do Brito, em 1.º de julho de 1950, conforme dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, com 1 897 habitantes, dos quais 1 027, de acôrdo com a situação dos domicílios, habitavam na zona urbana da cidade e 870, na zona suburbana. Estimativas demo-

Rua Padre Freire de Menezes

gráficas, fornecidas pelo Departamento Estadual de Estatística, davam para a cidade de Campo do Brito uma população de pouco mais de 2 000 habitantes em 1.º de julho de 1956. Há, ainda, no município, os povoados Garangau, Boa Vista e Feira Nova, não atingindo cada um dêles população superior a 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município são de natureza essencialmente agropecuária, em as quais se achavam aplicados cêrca de 80% dos seus habitantes.

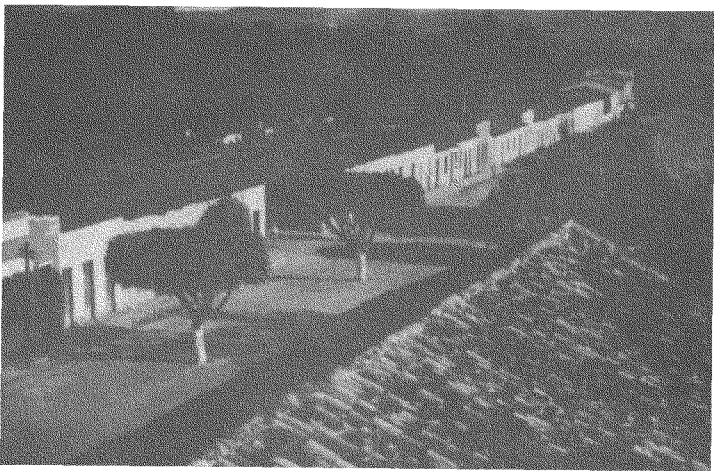
O quadro seguinte apresenta os principais produtos agrícolas de Campo do Brito, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção em 1956.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Mandioca	13 080	13 080
Feijão	150	2 250
Algodão	195	2 080
Milho	408	1 996
Cana-de-açúcar	1 860	409
Côco-da-baía	92	251

Na indústria, em 1956, não estavam ocupados mais de 109 habitantes do município em 72 estabelecimentos, na sua grande parte constituídos de pequenos fabricos de farinha de mandioca, todos com maquinaria empírica. Existem, porém, entre os citados estabelecimentos, 2 de beneficiar algodão e um de debulhar milho.

A pecuária é bem difundida no município, que dispõe de um regular efetivo, onde prepondera o rebanho de bovinos com 1 000 cabeças. Às margens do Vasabarris estão as melhores pastagens do município, muitas das quais artificiais, com boas capineiras.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é constituído de 3 estabelecimentos grossistas, localizados na sede e 30 varejistas em todo o território municipal. Grande parte dos estabelecimentos varejistas se constitui de pequenos armazéns de secos e molhados, sendo reduzido o número dos que se dedicam aos ramos de tecidos e ferragens. Os produtos manufaturados que são vendidos pelo comércio de Campo do Brito, de maneira geral são adquiridos nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Aracaju.

No município não se encontra instalada nenhuma agência de estabelecimento de crédito, nem existe, credenciado, nenhum correspondente bancário. Tôdas as transações de crédito do município são feitas na praça de Itabaiana, na sua maioria, e na Capital do Estado.

Cinema "Popular"

Vista parcial da cidade

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Campo do Brito dispõe apenas de transporte rodoviário para passageiros e mercadorias. O município, outrossim, não é servido por nenhuma das principais rodovias do Estado, tendo grande parte do seu território cortado por ramais rodoviários, pelos quais transitam, apenas, veículos que servem localidades do seu próprio território, ou do município de Macambira.

A sede municipal está ligada às cidades limítrofes da seguinte maneira: Itabaiana, rodovia (9 quilômetros); Macambira, rodovia (12 quilômetros); Lagarto, rodovia (157 quilômetros), passando pelo Pôsto Fiscal de Aracaju e Itaporanga d'Ajuda (104 quilômetros), também passando pelo Pôsto Fiscal de Aracaju.

A cidade de Campo do Brito está ligada à Capital do Estado por 63 quilômetros de rodovia.

ASPECTOS URBANOS — Situada em um planalto a noroeste do território do município, fica a cidade de Campo do Brito, sem, contudo, oferecer um bom aspecto urbanístico, sem embargo, porém, da sua agradável situação de que se divisam aspectos bem interessantes da região.

Dos seus 17 logradouros, 1 se encontra inteiramente pavimentado a paralelepípedos e um outro, parcialmente. Há, ainda, um logradouro totalmente pavimentado com pedras irregulares. Possuem arborização 3 dos citados logradouros, estando incluídas entre êstes duas praças.

A iluminação pública e domiciliar da cidade é elétrica e fornecida por um pequeno grupo gerador com 362 ligações domiciliares, mantido pela Prefeitura Municipal.

Há na sede municipal um modesto estabelecimento para exibições cinematográficas.

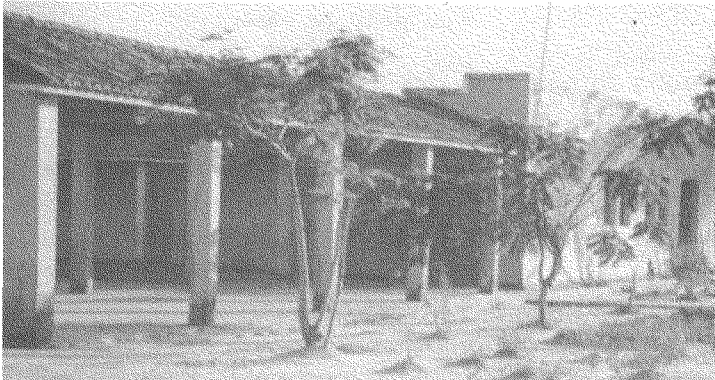
As pessoas que visitam a cidade poderão se hospedar na pensão ali existente, que não propicia grande confôrto, em decorrência, é claro, das próprias condições locais.

Na Prefeitura Municipal encontram-se registrados, como veículos a motor de que dispõe o município, 13 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos habitantes do município através de um pôsto médico localizado na sede municipal e mantido pelo Govêrno do Estado. Existe ainda ali uma

farmácia com pequeno estoque de drogas e medicamentos, funcionando sob a responsabilidade de prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

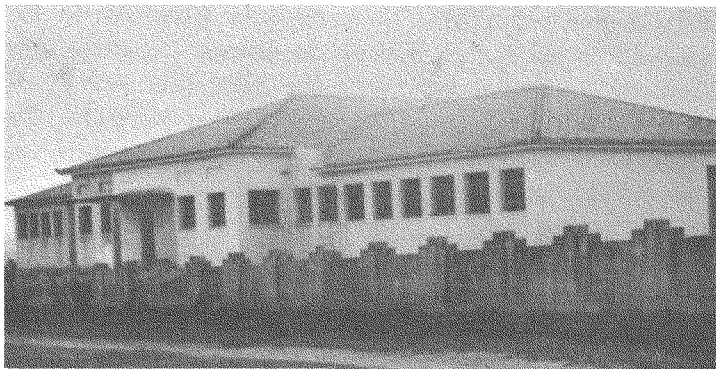
ALFABETIZAÇÃO — Do total da população em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, estimada pela Inspetoria Regional de Estatística, 12% sabiam ler e escrever.

Ensino — Encontravam-se em funcionamento, no ano de 1956, 22 unidades escolares que ministravam o ensino primário elementar à população do município, com uma matrícula que atingia 1 031 alunos, e com um aproveitamento escolar de 201 aprovações no fim do ano letivo. Há, ainda, no município 4 escolas para o ensino primário rural, devidamente aparelhadas.

Grupo Escolar Guilherme Campos

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta resultados financeiros do município, com receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelo município, no período 1950-1956, e despesa realizada no mesmo período.

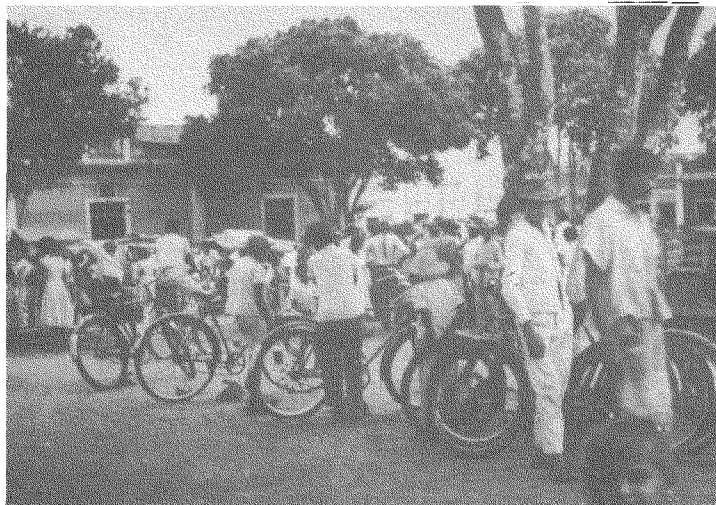
Os dados correspondentes aos anos de 1950 a 1954 incluem elementos concernentes, também, aos municípios de Pinhão e Macambira, cujos territórios sòmente foram desmembrados do de Campo do Brito a partir de 1955:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	128	987	481	...	613
1951.......	189	1 279	533	166	531
1952.......	200	1 372	807	313	567
1953.......	276	1 239	1 151	339	756
1954.......	230	1 126	891	296	819
1955.......	328	910	885	308	885
1956.......	216	915	1 120	238	1 119

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa celebrada pelos habitantes de Campo do Brito ocorre no dia 15 de agôsto de cada ano, consagrada a Nossa Senhora da Boa Hora, padroeira do município. É antecedida de animada novena e encerrada com celebração de missa solene, pela manhã do dia festivo, e procissão à tarde, conduzindo uma imagem da padroeira. Tomam parte tôdas as associações religiosas da paróquia e percorrem-se os principais logradouros da cidade. Muito embora essa festa, como a procissão de São Roque que geralmente se realiza à tarde do dia 15 de agôsto, tenham caráter essencialmente religioso, durante as noites da novena, são organizadas feiras-livres com folguedos e diversões outras, que se prolongam até altas horas. Tradicionalmente, com as mesmas feiras-livres, são comemorados o "Natal de Jesus" e o "Ano Novo".

Hospital Municipal

Com o brilhantismo permitido pelas condições locais, são levados a efeito em cada ano os festejos carnavalescos em Campo do Brito, com desfile de "ranchos" e bailes, e as mesmas características que marcam a folia de "Momo" em todo o território brasileiro.

O velho "Reisado", com as suas figuras distintas, vez por outra, ainda se organiza em Campo do Brito, muito contribuindo para o brilhantismo dos festejos do "Natal de Jesus" e do "Ano Novo". Infelizmente êste folguedo, tão rico de folclore, não vem aparecendo, como dantes, com a mesma animação e regularidade.

VULTOS ILUSTRES — *Eugênio José de Lima* — Nasceu na freguesia do Campo do Brito, a 13 de novembro de 1827 e faleceu a 11 de novembro de 1891 em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Negociante inteligente e laborioso. Dotado de gênio empreendedor e progressista, dedicava o diminuto tempo que lhe ficava das preocupações comerciais ao estudo das necessidades de Sergipe e dos meios conducentes ao seu engrandecimento. À clarividência do seu espírito esboçaram-se desde logo os delineamentos de uma estrada de ferro, que, ligando as zonas produtoras e os centros populosos da província, constituísse o mais poderoso elemento de progresso para a agricultura, comércio e a rudimentar indústria sergipana. Para concretizar a idéia, empenhou a própria fortuna, que viu desaparecer totalmente, conseguindo no entanto o privilégio exclusivo para construir uma estrada de ferro de Laranjeiras a Simão Dias, por ato do presidente da Província, de 8 de janeiro de 1873, posteriormente declarado caduco por outro ato da mesma autoridade. Exausto de recursos pecuniários, transportou-se para a Capital Federal, onde, eficazmente auxiliado pelos Doutôres Felisbelo Freire e João do Monte, obteve do Govêrno Provisório a re-

Vista parcial da feira

Mercado Municipal

validação do primitivo privilégio mais ampliado, cujos direitos transferiu a uma Companhia, que por circunstâncias estranhas não correspondeu às esperanças do cessionário, falecido pouco depois sem ter visto realizada a sua mais ardente aspiração. Escreveu: "Memorial" apresentado ao Govêrno sôbre o projeto da estrada de ferro de Aracaju a Simão Dias. "Extorção Maligna", série de artigos no "Raio", jornal de Aracaju, de 18 de fevereiro, 2 e 11 de março de 1880.

Tito Lívio de Santana — Nasceu no povoado Pedra Mole, a 9 de janeiro de 1900. Colaborou em vários jornais do país, e escreveu: "A Filosofia de Moreira Guimarães".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Nos limites do município com o de Itabaiana, fica a fonte "Ribeira", localizada em encantador sítio, que se presta para magníficos *convescotes*, que constantemente são levados a efeito, especialmente por pessoas residentes na Capital do Estado, que se organizam em caravanas para ali passarem agradáveis fins-de-semana. Entretanto, além da beleza natural, de que é dotado aquêle sítio, até agora nenhuma providência foi tomada no sentido de ser aproveitado o mesmo, como atração turística, com instalações destinadas a hospedar o grande número de pessoas que certamente visitariam aquelas paragens. A fonte se constitui de enorme bacia de pedra que recebe água cristalina caída de rochas situadas a certa altura, oferecendo ótimas condições para banhos em uma piscina natural.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Campo do Brito são denominados campo-britenses.

A origem do topônimo do município se relaciona, segundo afirmam os mais velhos habitantes do município, a uma certa família "Brito", que possuía vastos campos de criação de gado no vale do Vasabarris, em terras pertencentes ao atual município de Campo do Brito. Essa família, entretanto, não residia em território do município de Campo do Brito, nem ali se radicou qualquer seu descendente.

A atual legislatura foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o atual Prefeito do município, Sr. Osvaldo Lemos Almeida e constituída a Câmara Municipal de 5 vereadores.

Dos 3 682 eleitores inscritos, 1 961 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 46,7%.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Amaro Walter Garcia Dantas.)

CANHOBA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O seu primitivo nome Curral do Barro veio dos muros de barro então construídos na lagoa do Canhoba e destinados a represarem as águas necessárias à cultura do arroz, que ali se faz dentro de lagoas.

O território de Canhoba fazia parte da sesmaria que Cristóvão de Barros, o conquistador de Sergipe, deu, em 1950, a seu filho Antônio Cardoso de Barros.

As primeiras penetrações medeiam entre o fim do século XVII e princípios do século XVIII, quando foi intensificado o desbravamento da região e teve início o povoamento, vindo estabelecer-se ali as primeiras famílias — Tôrres e Rezende.

Em 1894, a povoação já contava uma escola primária municipal, e feira-livre que se realizava aos domingos.

Construída a primeira igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, surgiram opiniões no sentido de ser mudado o nome do povoado.

Alguns sugeriram a denominação de Jaguaripe, nome do rio temporário que passa nas proximidades e é navegável por pequenas canoas durante a época da cheia do São Francisco, de que é afluente. Outros, porém, indicaram o nome de Canhoba, que se originava de uns terrenos férteis existentes no território, denominados Baixa do Canhoba. A denominação Canhoba foi aceita pela maioria dos habitantes e afinal prevaleceu.

Canhoba, era um centro grande produtor de algodão, sendo o coronel Antônio Ferreira de Carvalho proprietário da fábrica de beneficiamento dêste produto e seu principal exportador, um dos maiores propugnadores pelo progresso da povoação.

O Interventor Federal Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho, natural de Canhoba, por Decreto-lei n.º 17, de 23 de dezembro de 1938, criou a vila do município de mesmo nome, com território desmembrado dos municípios de Aquidabã, Gararu e Propriá. Concedeu auxílios para construção de um açougue, aparelhamento do Passo Municipal e melhoria da Igreja local, e nomeou como Prefeito do novel município a seu pai, o coronel Antônio Ferreira de Carvalho.

A 23 de janeiro de 1938, com a presença do Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho e ilustre comitiva composta de Secretários de Estado, autoridades civis e militares, jornalistas e elevado número de pessoas locais e dos municípios vizinhos, realizam-se as expressivas solenidades da instalação do município em que toma posse o coronel Antônio Ferreira de Carvalho, Prefeito nomeado.

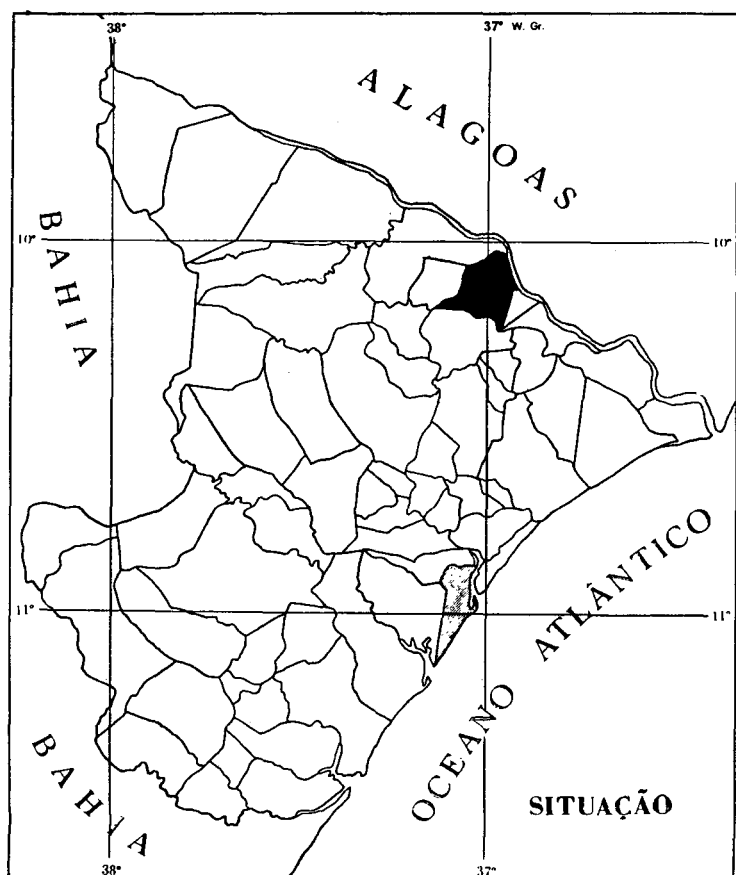
A 28 de novembro de 1939, foi criada a Paróquia sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, que foi instalada em 20 de fevereiro de 1940, sendo o seu primeiro Vigário o Cônego Antônio Fernando da Graça Leite.

No quadro anexo ao Decreto-lei n.º 69, de 28 de março de 1938, o município é têrmo judiciário da comarca de Propriá, e se compõe de um só distrito.

O quadro fixado pelo Decreto-lei n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943, conserva a situação administrativa e judiciária expressa no primeiro quadro citado. Pelo Decreto-lei n.º 377, de 31 de dezembro de 1944, o têrmo foi transferido da comarca de Pro-

priá para a comarca de Gararu. Situação confirmada pelo quadro administrativo fixado pelo Decreto-lei n.º 651, de 6 de junho de 1946.

Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, o município permanece como têrmo judiciário de Gararu, e se compõe de dois distritos de paz: o da sede e o de Nossa Senhora de Lourdes.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica, "Sertão do São Francisco", limita com o Estado de Alagoas pelo rio São Francisco e ainda com o município de Amparo de São Francisco. A cidade de Canhoba acha-se implantada nas proximidades da Lagoa Canhoba que lhe serve de pôrto durante o tempo da cheia do São Francisco. Suas coordenadas geográficas são 10º 09' de latitude Sul e 37º de longitude W. Gr. Dista 84 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N. E., colocando-se no 33.º lugar em referência ao seu afastamento de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O município está situado em terrenos que variam de altitude, para a sede Municipal. Estima-se a altitude de 100 metros.

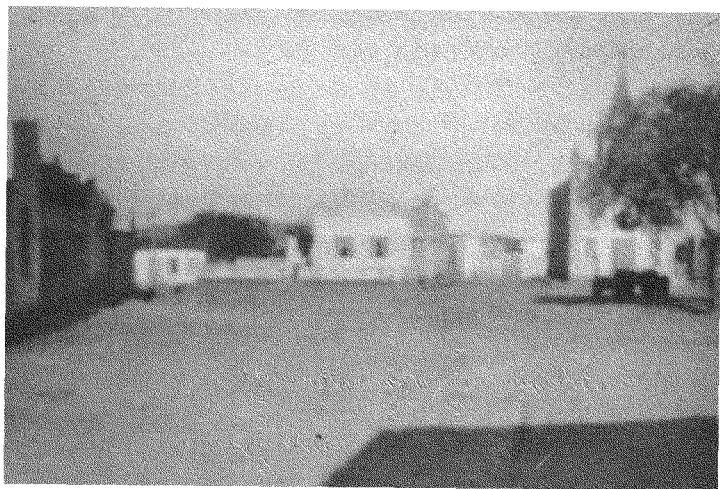
CLIMA — O clima é pouco variável, não sofrendo oscilações bruscas e fortes. Estimam-se em ºC as médias seguintes: máxima — 28 e mínima — 17. Chove regularmente nos meses de julho e agôsto.

ÁREA — A área do município é de 382 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Banha o município os rios de São Francisco, e os riachos Cancelo, Mão Direita, Jaguariba e a Lagoa Canhoba com 40 000 metros quadrados. Existe a serra do Retiro, também chamada de Cajueiro Doce, onde está situada a cachoeirinha do mesmo nome cuja queda constitui uma das belezas da montanha. Grutas da Aroeira e das Bêstas, esta fica compreendida no território do Distrito de Nossa Senhora de Lourdes, e o Pico do Retiro, situado na fazenda Retiro.

Prefeitura Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal, apesar das derribadas, ainda existem as seguintes essências: arueira, baraúna, pau-d'arco e pereira que fornecem madeira para construção, angico, cuja casca é empregada em curtume de couros, catingueira, marmeleiro e outros, utilizadas para estacas e lenha para fogão e indústria, e as plantas medicinais — cidreira, marcela, parietária e passe-flora. Só é explorada no município a extração de madeira que no ano de 1956 atingiu 52 000 metros cúbicos, no valor de Cr$ 2 598 000,00. No reino animal, conta o município entre os seus recursos naturais, mel e cêra de abelha, cujo valor da produção atingiu 14 milhares de cruzeiros e o pescado contribuiu com 16 000 quilogramas, no valor de Cr$ 371 000,00. Quanto ao reino mineral, entre outras riquezas existentes, estão sendo exploradas, pedra granítica para construções e barro para o fabrico de telhas e tijolos, cujos valores das respectivas produções em 1956, somadas, atingiram a casa de 85 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil, (1.º-VII-1950), contava o município 7 297 habitantes, sendo 3 556 homens e 3 741 mulheres, ou seja, 107 mulheres correspondendo a cada grupo de 100 homens no conjunto da população municipal. A densidade demográfica de Canhoba atingia então 19 habitantes por quilômetro quadrado. Distribuindo-se a população local segundo a côr, nota-se a predominância dos brancos que formavam a maior parcela de 4 367 indivíduos, isto é, 59,8% da população total, seguindo-se os pardos com 2 644 pessoas, e finalmente os pretos que constituíam o menor grupo de apenas 273 pessoas ou 0,037% do total geral dos habitantes; êste era um dos municípios sergipanos em que havia menos pretos. Examinando-se ainda os resultados censitários de 1950, verifica-se que a população local, de 15 anos e mais, totalizava 3 786 pessoas, assim distribuídas segundo o estado civil: Solteiros — 601 homens e 644 mulheres; casados — 1 112 homens e 1 162 mulheres; desquitados — 8 mulheres; e viúvos — 61 homens e 195 mulheres. Conforme ainda o 6.º Recenseamento Geral do Brasil, os ha-

Vista parcial da Praça Dr. Getúlio Vargas

bitantes do município estavam assim classificados quanto à religião: católicos romanos — 3 501 homens e 3 692 mulheres; protestantes — 39 homens e 40 mulheres; espíritas — 4 mulheres. Em 1950, 85,83% da população municipal viviam na quadra rural e 14,17% na sede municipal, ou seja, 1 034 pessoas na cidade e 6 263 pessoas no interior do município.

Aglomerações urbanas — Duas são as principais aglomerações urbanas do município, a sede municipal, com 1 148 habitantes, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, para 1.º de julho de 1956, e a vila de Nossa Senhora de Lourdes, com cêrca de 600 habitantes. Há outras aglomerações, entre as quais se destaca o povoado do 2.º Distrito de Paz, denominado Escurial, com 125 moradias e 500 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No município, em 1950, existiam 2 396 pessoas de 10 anos e mais, segundo dados colhidos no Recenseamento de 1.º-VII-1950, que se ocupavam na agricultura, pecuária e silvicultura, sendo 1 821 homens e 575 mulheres. Apurou ainda aquêle Censo, que 48 homens se dedicavam à indústria extrativa, 10 homens e uma mulher laboravam na indústria de transformação e 35 homens ocupavam-se no comércio. Considerando-se que no município existiam naquele ano 857 propriedades, e que destas sòmente 240 se dedicavam também ao criatório, evidenciava-se que a principal fonte de vida da comuna era a agricultura.

O montante da principal produção agrícola, em 1956, atingiu a cifra de 4 928 milhares de cruzeiros, destacando-se o algodão, com a contribuição de 315 toneladas, no valor de Cr$ 2 520 000,00.

O quadro abaixo apresenta as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	315	2 520
Arroz	462	1 925
Milho	42	180
Mandioca	600	180
Feijão	8	113
Côco-da-baía	3	10

A segunda atividade do município, é, por sem dúvida, a pecuária, em que se ocupa cêrca de 500 pessoas, cujo montante da produção estimada para 1956 ascende à casa dos 4 000 milhares de cruzeiros. O efetivo dos rebanhos do município em 31 de dezembro de 1956 é o seguinte: bovinos — 4 721; eqüinos — 1 275; muares — 173; asininos — 227; caprinos — 409; ovinos — 424 e suínos — 2 854.

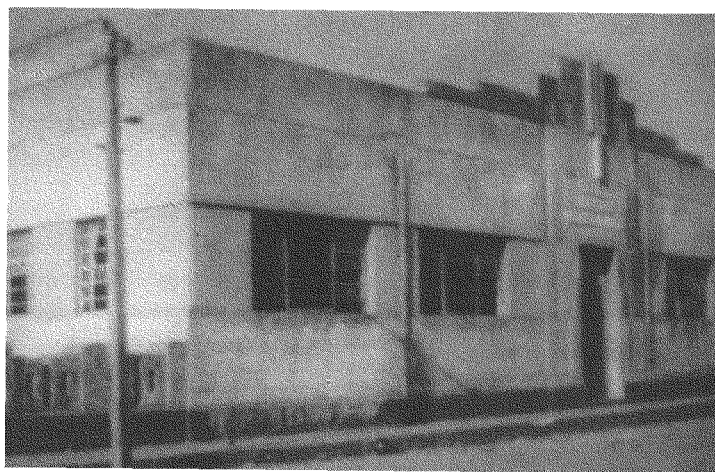
COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 6 estabelecimentos comerciais varejistas dos principais ramos cujas transações são feitas principalmente com as praças de Aracaju e Propriá. Segundo o Censo de 1950, havia no município 35 homens ocupados no comércio, atualmente excede daquele total, computando-se os que exploram negócios diversos só nos dias da feira local. Conta o município com apenas um correspondente de Banco.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Canhoba está ligado aos municípios limítrofes pelos meios seguintes: Amparo de São Francisco, estrada carroçável, (9 quilômetros), transporte a cavalo; Aquidabã, rodovia, (26 quilômetros); Gararu, estrada carroçável, (38 quilômetros), transporte a animais. A ligação com a Capital do Estado é feita via Aquidabã cujo percurso total é de 144 quilômetros quadrados. Há ônibus duas vêzes por semana.

Existe na sede municipal para servir a população do município uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com uma rua inteiramente pavimentada e dois outros logradouros, parcialmente, a paralelepípedos, representando 704 quilômetros quadrados, ou seja, 50 por cento de tôda área do quadro urbano. As demais artérias que são 14 continuam sem calçamento, e não dispõem ainda de meio-fio.

Canhoba é servida de iluminação elétrica, contando 40 instalações. O consumo de energia elétrica em 1956, foi de 2 235 kW, devido a grandes interrupções havidas no funcionamento da Usina Geradora. O abastecimento de água é feito por aguadeiros em lombo de animais. Há na sede municipal um Pôsto de Saúde do S. E. S. P., com ambulatório para consultas médicas, dois dias por semana, o qual vem servindo razoàvelmente o povo do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município a Cooperativa Agropecuária de Canhoba Limitada com 60 sócios, que infelizmente não vem operando ou exercendo as funções específicas de fomentar a agricultura e a pecuária.

Escolas Reunidas Hermes Fontes

ALFABETIZAÇÃO — Apurou o Recenseamento Geral de 1950, que a população do município de 5 anos e mais de idade totalizava 5 901 pessoas das quais sabiam ler 1 382, sendo 636 homens e 746 mulheres, ou seja, 23,4% naquela data, 39 declararam haver concluído o curso elementar e 5, o curso de grau médio.

Ensino — Em 1955, havia no município 13 estabelecimentos de ensino primário, sendo 6 estaduais e 7 municipais com 707 alunos matriculados dos quais 42 concluíram o curso no referido ano.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	187	154	...	523
1951.......	—	200	341	55	275
1952.......	—	229	444	100	274
1953.......	—	186	721	61	553
1954.......	—	214	631	90	623
1955.......	—	218	628	76	440
1956.......	129	259	910	66	892

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas do povo de Canhoba, essencialmente cristão e em maioria católico romano, se dão nas principais festas de Natal, Ano-Bom e Reis, tomando maior vulto e se revestindo de brilho por ocasião da festa do Santo Cruzeiro que se encerra em 7 de junho, precedida de um tríduo em que não faltam fogos de artifício e leilões concorridos; também pelo ensejo da festa da padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro.

Os folguedos populares que aparecem no município, procedem de outros municípios do Estado e do vizinho Estado de Alagoas, como sejam: "reisados", "guerreiros" e algumas vêzes "chegança" ou "marujada".

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho,* nasceu a 25 de abril de 1895, em Canhoba. Em 1911 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, a qual freqüentou até o 6.º ano, conquistando o grau de doutor no dia 20 de dezembro de 1917. Em 1918 foi Diretor-Geral de Higiene e Saúde Pública do Estado. Depois de ter-se inscrito no concurso de médico para o Corpo de Saúde do Exército e, sendo aprovado, foi nomeado por Decreto de 23 de fevereiro de 1923 segundo-tenente e classificado no Primeiro Regimento de Cavalaria Independente na cidade de Bela Vista, no Mato Grosso, transferido em abril para o 28.º Batalhão de Caçadores estacionado em Aracaju. Eleito Governador do Estado, tomou posse em 1934. Com o Golpe de 10 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal de Sergipe.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Serra do Retiro, com a sua cachoeirinha; Pedra do Monjolo, em que estão impressos nitidamente um rastro de mulher e outros sinais interessantes, havendo ainda duas pedras próximas da primeira em forma de barcas. São objetivos que atraem a vista só de pessoas do município, pois não existem estradas accessíveis e melhor meio de transporte, que não o lombo de animais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados canhobenses.

O atual Prefeito é o Senhor Miguel Rezende. A Câmara de Vereadores é composta de 5 membros.

De 2 123 eleitores inscritos, 866 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 59,2% do eleitorado.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico-Auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Edgard Gomes de Menezes.)

CAPELA — SE

Mapa Municipal na pág. 317 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Chamava-se nos primeiros tempos Nossa Senhora da Purificação da Capela, nome com que é elevada à categoria de freguesia. A sua origem procede de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Purificação erigida no lugar denominado Taboleiro da Cruz, situado entre o rio Japaratuba e a localidade Coité.

Templo que se construiu a partir de 1735, quando o capitão Luiz de Andrade Pacheco e sua espôsa, Perpétua de Matos França, deram por escritura lavrada no Tabelionato de Santo Amaro das Brotas a quantia de cem mil réis, (cem cruzeiros na moeda corrente), destinada à edificação, que é definitivamente concluída no ano de 1937.

Com a freqüência do sacrifício da missa e festas, celebradas pelo padre Luiz de Andrade Pacheco, filho dos doadores, casas foram sendo construídas nas proximidades, para moradias e rancho dos que viviam nas propriedades dos arredores.

Em 1808, D. Marcos informava: nos contornos da Capela da Purificação habitam quatro mil almas, as quais sentem notável detrimento em recorrer à sua vila, (Santo Amaro das Brotas), que fica distante oito léguas, dez e mais, e também a matriz do Pé do Banco, (atual Siriri), da qual alguns estão remotos sete, nove e mais léguas. Já mostrei e todos sabem quanto convém ter perto a matriz e a vila". (Memória sôbre a Capitania de Sergipe).

Onze anos mais tarde a povoação está bem formada, e por Resolução aprovada pelo Conselho Geral da Província, de 9 de fevereiro de 1813, foi ereta em freguesia com território desmembrado da de Pé do Banco, (Siriri), e as divisas assinadas na dita Lei.

Agência dos Correios e Telégrafos

Prefeitura Municipal

O Decreto provincial de 19 de fevereiro de 1835 erige a povoação em vila conservando a sua designação de Nossa Senhora da Purificação da Capela, e o respectivo têrmo é desmembrado do de Santo Amaro das Brotas.

Em 1870, a Resolução n.º 880, de 5 de maio, autoriza o Governador a contratar a construção do mercado da Capela, na base de um privilégio-usufruto por 40 anos, mediante cobrança pelo contratante das taxas estipuladas em tabela confeccionada pelo govêrno.

A cultura da cana, o fabrico do açúcar e o plantio de algodão construíam a riqueza que fomentava o comércio local e a expansão da vila, tanto que, em 1861, pela Resolução n.º 607, de 22 de março, era criada a comarca com a designação de Comarca da Capela, compreendendo o seu têrmo e os das vilas de Japaratuba e Nossa Senhora das Dores.

Só mais tarde, porém, veio a receber a categoria de cidade pela Lei provincial n.º 331, de 28 de agôsto de 1888, motivo de festas para o seu povo laborioso e farto.

A 21 de novembro de 1889, reuniu-se a Câmara Municipal para manifestar-se sôbre a recente Proclamação da República, e delibera aderir ao regímen, de cuja resolução dá ciência ao Govêrno Provisório do Estado, em expediente da mesma data.

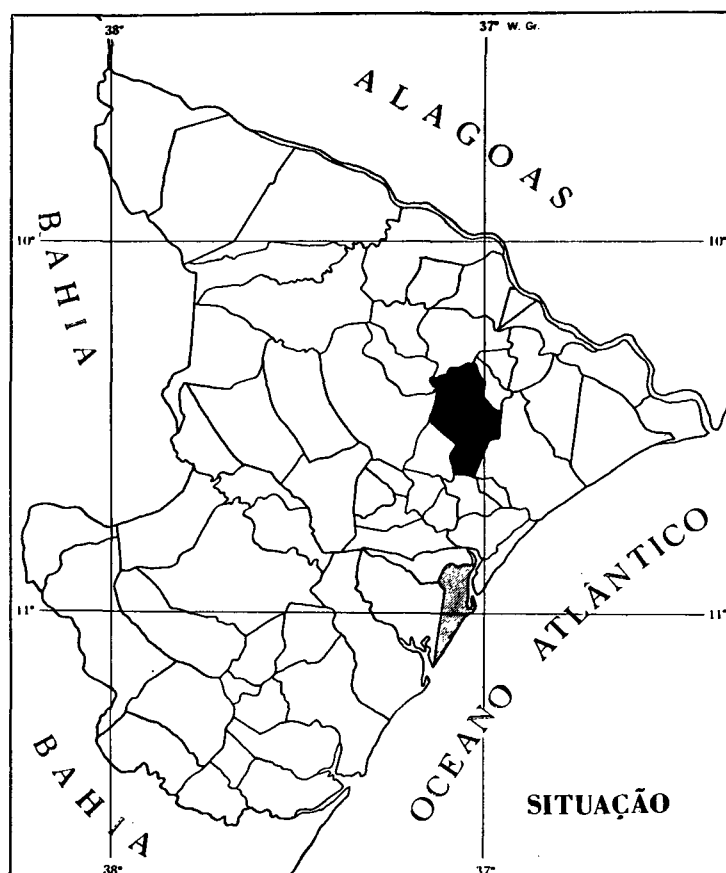
Esta Câmara foi dissolvida pelo ato executivo do Govêrno do Estado, de 23 de dezembro de 1889, que cria, em substituição, o Conselho de Intendência, constituído dos seguintes cidadãos: Dr. José Nunes Sobral Leite — Presidente; Doutores Thomaz Rodrigues da Cruz, José Luiz Coelho e Campos, José Moreira de Magalhães e Júlio Flávio Accioly.

No princípio do século corrente, o progresso do município marcha mais vivo com a mecanização de sua indústria de açúcar, datando, no entanto, de 1914 a primeira usina de açúcar cristal, e acelera-se com a inauguração do ramal ferroviário Murta-Capela, no ano de 1915, pelo qual veio ligar-se aos municípios servidos pela Estrada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, inclusive as Capitais de Aracaju e Salvador.

Com a Revolução de 1930, Capela, como o país, sofre as alterações naturais dêste fenômeno político.

A partir de 1930, outros fatos de ordem social-econômica e política, sucedem-se como seqüência natural, marcando a vida dêste povo: Estado Novo reconstitucionalização do país, "debâcle" da pecuária, etc., e seria enfadonho enumerá-los.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, cria mais três distritos no município: Miranda, Pedras e Barracas e estabelece que Capela é sede da comarca de mesmo nome formada pelo seu têrmo e os de Muribeca e Malhada dos Bois.

LOCALIZAÇÃO — O município integra a Zona Central do Estado, sendo as coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: latitude Sul — 10°' 30' 11" e longitude W. Gr. — 37° 04' 23". Limita com os municípios de Aquidabã, Japaratuba, Muribeca, Nossa Senhora das Dores, Siriri e Cumbe. Em relação à Capital do Estado, acha-se no rumo N., distando de Aracaju, em linha reta, 46 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 120 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município é saudável, porém quente. A sua temperatura é pouco variável, sendo os resulta-

dos climáticos de 1956, expressos em graus centígrados, aproximadamente os seguintes: média das máximas — 30, média das mínimas — 23, média compensada — 27. O período mais chuvoso compreende os meses de maio, junho e julho.

ÁREA — A extensão territorial do município totaliza 283 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Assinala-se no município de Capela a ocorrência dos seguintes acidentes geográficos: *rios* — Japaratuba, Curralinho, Japaratuba-mirim, Favela, Siriri, Lagartixo; lagoas — Sêca. Nenhum dêsses acidentes pode ser considerado importante, do ponto de vista da largura ou profundidade, não oferecendo condições de navegação. Merece destaque a queda de água: "Bica", com 1,70m de altura, formada por dois possantes jorros de água que fluem sempre com a mesma intensidade, despejando-se no rio Lagartixo. "Bicas", além de possibilitar excelente banho, abastece a cidade para o consumo da população.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, encontramos: barro, areia, pedras para construção e granito que vêm sendo explorados. No reino vegetal, registra-se a ocorrência de lenha para combustível e madeira para construção, riquezas que, dada a intensiva devastação que vêm sofrendo as matas, tendem cedo a desaparecer.

POPULAÇÃO — Capela é o município mais populoso da zona fisiográfica de que faz parte, conforme resultados do Recenseamento Geral de 1950, que aí encontrou 19 449 habitantes, sendo 9 510 homens e 9 939 mulheres. A sua população concentrava-se na zona rural, que abrigava 75% do total das pessoas recenseadas naquele ano. Quanto ao estado civil, a população de 15 anos e mais contava 4 723 solteiros, 5 234 casados e 734 viúvos, não havendo divorciados ou desquitados. Segundo a côr, nota-se um elevado contingente de brancos (58%) contra uma relativamente baixa participação de pretos (16%) e pardos (26%) na sua população. A densidade demográfica de Capela, em 1950, atingia 43,220 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo recentes estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Capela para 1.º-VII-1956 seria 21 600 habitantes.

Aglomerações urbanas — A principal aglomeração urbana do município é a sua sede municipal que, em 1950, con-

Vista parcial da cidade

Agência do Banco do Brasil S.A.

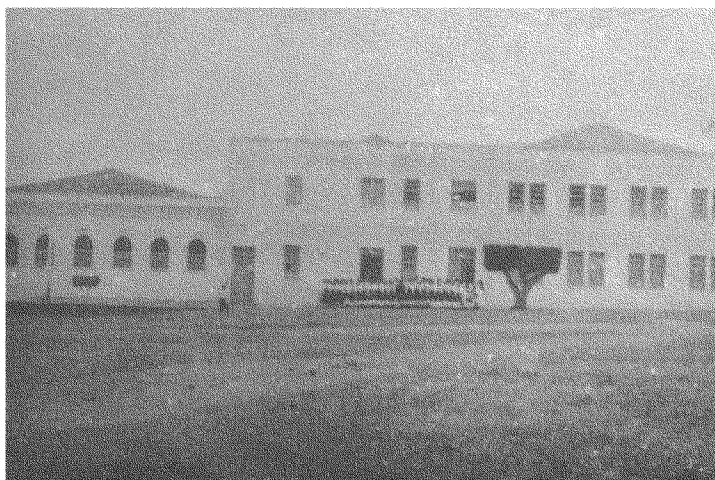
tava com uma população de 4 824 habitantes, ou seja, 25% do total do município. A população estimada para 1.º-VII-1956 pelo Departamento Estadual de Estatística é 5 360 habitantes. As sedes distritais de Miranda, Barracas e Pedras, recentemente criadas, constituem também núcleos regularmente povoados, contando, respectivamente, com 1 100, 700 e 1 200 habitantes, de acôrdo com estimativas para 1956. Aglomerações de pouca importância são os numerosos povoados existentes no município, cabendo algum destaque apenas a Lagoa do Meio, Saúde, Cruz do Congo e Angás, cujas populações oscilam entre 100 e 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população municipal com 10 anos e mais de idade, em 1950, compunha-se de 13 373 indivíduos, dos quais 33% declararam ser a agricultura, pecuária, silvicultura e a indústria extrativa o seu principal ramo de atividade. Essas atividades primárias constituíam, pois, o ramo ocupacional que mais absorvia a mão-de-obra do município, com exclusão das atividades domésticas não remuneradas e discentes.

A produção agrícola do município em 1956 ultrapassou a soma dos 80 milhões de cruzeiros, cabendo à cana-de-açúcar a mais avultada parcela dêsse total. Bastante significativa também foi a produção de mandioca, cultura que ocupa o segundo lugar na ordem de importância dentro do município, como se conclui pelo exame da tabela a seguir, que apresenta os principais produtos agrícolas de Capela.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	158 500	55 475
Mandioca	54 000	21 600
Milho	450	1 875
Algodão em caroço	180	1 680
Feijão	18	240
Côco-da-baía	36	75

Os recursos pecuários de Capela, segundo estimativas para 1956, constituem-se dos seguintes rebanhos, com os respectivos números de cabeças: bovinos — 16 000, ovinos 2 000, suínos — 2 000 e caprinos — 800.

No que se refere à indústria local, merece especial destaque a produção de açúcar oriunda das 4 principais usinas do município: Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras que, reunidas, superam, em 1956, a cifra de 46 bilhões de cruzeiros. Cabe mencionar ainda a existência de uma destilaria de álcool-motor e seis alambiques. No cômputo

Ginásio Imaculada Conceição

geral, porém, existem no município 94 estabelecimentos industriais, inclusive pequenas casas de farinha, ocupando em conjunto 514 pessoas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Capela é representado principalmente por 35 estabelecimentos varejistas, todos êles localizados na sede municipal, não havendo grossistas no município. As transações comerciais são feitas principalmente com as praças de Aracaju, Propriá, Aquidabã e Japoatã.

O Banco do Brasil S. A. mantém uma agência na praça para financiamento aos lavradores e pecuaristas da região.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, (atualmente Rêde Ferroviária Federal S. A.), que o liga aos municípios vizinhos de Japaratuba e Muribeca, nas distâncias de 18 e 32 quilômetros, respectivamente. Os demais municípios limítrofes estão ligados a Capela por rodovia, da maneira a seguir especificada: Aquidabã — 70 quilômetros, Japaratuba — 21 quilômetros, Muribeca — 40 quilômetros, N. S.ª das Dores — 10 quilômetros, Siriri — 40 quilômetros, Cumbe — 39 quilômetros. A ligação Capela-Aracaju pode ser efetivada por rodovia num percurso de 89 quilômetros ou por ferrovia, distando 83 quilômetros. A ligação com a Capital Federal é efetuada através de Aracaju.

Afastado da cidade cêrca de 3 quilômetros existe um campo de pouso, cuja dimensão da pista é 50x2 000 metros, onde, porém, só eventualmente aterraram pequenos aviões "teco-teco". A sua construção data de 1942.

Localizadas na cidade encontram-se uma agência postal-telegráfica do D. C. T. e a Estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S. A. Além dêstes meios de comunicações, também existem no município 4 aparelhos telefônicos ligados ao Centro Telefônico de Aracaju.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Capela é uma das principais do Estado, possuindo numerosos logradouros públicos, sendo 10 pavimentados a paralelepípedos e 7, a pedras irregulares. Três das suas avenidas são arborizadas, bem como três largos e igual número de praças. Existe um jardim no perímetro urbano da cidade, ponto de atração e de recreio dos seus habitantes.

A cidade é dotada de iluminação elétrica, tendo havido um consumo de 46 000 kWh em 1956, entre a iluminação pública e particular. A Prefeitura Municipal mantém também o serviço de limpeza pública e remoção de lixo.

Os edifícios mais importantes da cidade são a Prefeitura Municipal, o Cine-Teatro Municipal, o Hospital São Pedro de Alcântara, o Mercado Municipal, a Agência dos Correios e Telégrafos, o Grupo Escolar Coelho e Campos e o Ginásio Imaculada Conceição.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Associação de Caridade de Capela mantém o Hospital São Pedro de Alcântara para indigentes; essa unidade hospitalar que presta relevantes serviços à população local é dotada de 25 leitos e dispõe de um médico. Os Governos Estadual e Municipal mantêm em conjunto o Pôsto Médico local e sob a responsabilidade federal; existe ainda no município o Pôsto de Puericultura São Vicente de Paula.

Prestando os seus serviços profissionais à população, encontram-se em Capela 1 médico e 3 dentistas. O município conta também com uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Beneficente União dos Artistas e a Caixa de Beneficência da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo são associações de beneficência mutuária existentes no município, empenhadas em prestar auxílio e amparo aos seus associados. A Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paula é outra filantrópica instituição que, juntamente com o Asilo São José da Infância Desamparada assiste aos desvalidos, pobres e necessitados do município. Destas, a primeira é particular e tem como finalidade a distribuição de alimentação e remédio aos pobres; a segunda, mantida simultâneamente pelos governos estadual

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Purificação

18 — 24 935

e federal, instrui e educa adolescentes e crianças do sexo feminino.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 16 238 pessoas com 5 anos e mais de idade, no entanto, destas, apenas 4 888, ou seja, 30%, se declararam possuidoras de cursos completo naquele ano, em todo o município estavam assim distribuídas: grau elementar — 758, grau médio — 117 e grau superior — 8.

Ensino — O ensino elementar é ministrado no município por 53 unidades escolares, sendo 21 estaduais, 21 municipais e 10 do curso supletivo, havendo ainda o Grupo Escolar Coelho e Campos. A matrícula, ao iniciar-se o ano de 1956, no conjunto dêsses estabelecimentos do ensino primário, atingiu 2 164 alunos, convindo mencionar que no ano anterior 560 lograram aprovação e promoção de curso.

O Ginásio Imaculada Conceição é o único estabelecimento que, em Capela, ministra o primeiro ciclo ginasial. É mantido por freiras e destinado ao sexo feminino; a matrícula nesse educandário atingiu 82 alunos em 1956, havendo se registrado em 1955 promoções de 46 alunos.

O município conta ainda com 5 estabelecimentos encarregados de disseminar o ensino rural e profissional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas são as bibliotecas existentes em Capela: Biblioteca Dr. Adolfo Vieira de Matos, mantida pelo Rio Branco Atlético Clube, com um acervo de 1 049 volumes e a Biblioteca "Casa do Livro", mantida por Sociedade Cultural e possuindo 5 759 volumes. Ambas são particulares, mas franqueadas ao público em geral, tendo o movimento de consultas na primeira ultrapassado de 22 400 e na segunda atingindo quase 2 000.

O Coral Genaro Plech é uma instituição que tem como principal finalidade a cultura musical; possui 145 associados e nas suas dependências existe uma discoteca.

Cine-Teatro Municipal

Hospital São Pedro de Alcântara

Dedicada à prática dos desportos, principalmente o futebol e volibol, o Rio Branco Esporte Clube reúne no seu quadro social 194 inscritos e é uma associação muito ativa, contando atualmente com 40 anos de existência.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro do município no período 1950-1956 acha-se resumido no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	256	1 612	566	194	695
1951.......	340	2 312	703	229	651
1952.......	366	2 279	758	267	760
1953.......	474	1 943	897	249	1 036
1954.......	552	1 963	968	278	1 018
1955.......	922	2 386	1 021	268	1 005
1956.......	1 611	4 870	2 194	1 141	1 969

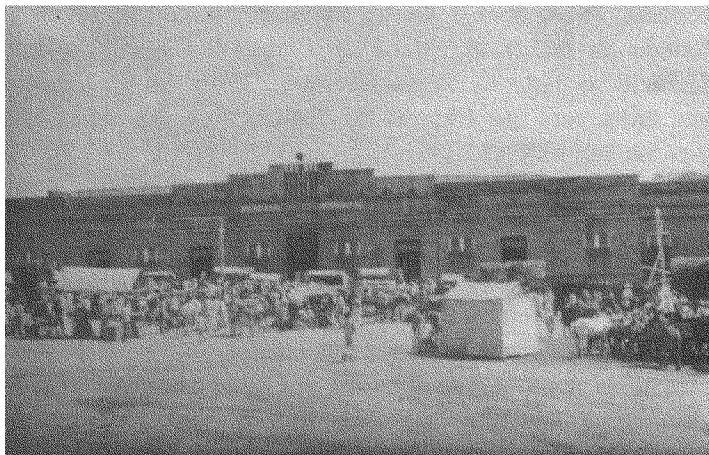
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A quase totalidade dos habitantes do município declarou, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, professar a religião católica. Essa densa maioria era representada por 19 305 pessoas, num testemunho das tradições católico-romanas da população local.

A paróquia sediada no município é a de Nossa Senhora da Purificação, subordinada eclesiàsticamente à diocese de Aracaju, e mantém sob a sua jurisdição além da matriz, uma igreja, dez capelas públicas e duas semipúblicas. São sete as associações religiosas que em conjunto congregam quase três mil associados.

O templo protestante Assembléia de Deus, fundado em 1943, funcionando em edifício próprio, reúne um total de 62 membros nos seus quadros.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Localizada em recanto agradável e pitoresco, com bela paisagem, a queda d'água da Bica ou "Fonte da Bica", como é vulgarmente conhecida, é ponto favorito dos habitantes para banhos. Se se efetivasse o reflorestamento das suas cercanias seriam muito mais realçadas as suas belezas naturais. A "Fonte da Bica" fica situada próximo da cidade, a uns 250m ao sul da estação ferroviária, constituindo-se de dois possantes jorros que caem de uma altura de 1,70m.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município, destacaram-se no cenário nacional os seguintes:

D. Manoel Raimundo de Melo — Nasceu a 11 de fevereiro de 1872, ordenou-se sacerdote no seminário da

Mercado Municipal

Bahia, foi Vigário de Itabaiana, forâneo de Aracaju, Geral da Diocese de Sergipe e Bispo de Caetité-Bahia. Depois de resignar o Bispado voltou a Sergipe onde faleceu algum tempo depois.

Comendador Manoel de Souza Campos — Nasceu a 25 de dezembro de 1838 e faleceu na Bahia onde era alto comerciante e banqueiro. Foi agraciado pelo Imperador Pedro II, em 1878, com o oficialato da Ordem da Rosa e em 1887, com a Comenda da Ordem de Cristo, por ter libertado incondicionalmente todos os seus escravos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município recebem o nome capelenses.

Dos 5 198 eleitores inscritos, 2 378 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 54,2%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico Auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Solano de Oliveira Dória).

CARIRA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território de Carira passou a ser conhecido na segunda metade do Século XVIII, pelos primeiros desbravadores da região, que o denominaram de "Mãe Carira", por terem encontrado uma índia dêste nome, residindo no local onde veio a se erguer a cidade.

Conforme notas constantes do arquivo da Prefeitura local, a fundação de Carira data do ano de 1865, por João Martins de Souza, que edificou a primeira casa, ainda existente, se bem que remodelada, na Praça Martinho de Souza.

Já em 1870, à sombra de frondoso "Jiquiri", ao lado da primeira casa, começava a reunir-se a feira local que foi atraindo moradores para o lugar nascente, tanto que em 1897, Carira possuía habitantes em número que pôde construir a sua primeira Capela consagrada ao Sagrado Coração de Jesus.

Só em 1911, quando a povoação estava formada e progressista, a Prefeitura de Frei Paulo mandava construir na Praça Martinho de Souza um abrigo para os feirantes.

Em 1913, no Govêrno do general Siqueira de Menezes, foi criada a primeira escola pública de Carira, instalada sob a regência da competente professôra D. Rosa Amélia, estabelecimento que veio substituir a escola particular de mestre improvisado e preparo incipiente.

No ano de 1928, a povoação já se fazia notada pelo florescimento e expansão de seu comércio, por isto, obtinha a instalação de uma Agência Postal que ficou a cargo do Sr. Manoel Rabêlo de Morais.

Por iniciativa do comerciante João Amâncio Peixoto, foi organizada em 1929 uma caravana de homens de prol da localidade, que demandava à Capital, a cavalo, a fim de solicitar do Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, a criação do Distrito de Paz de Carira, no que foi atendido pelo mencionado Govêrno com a sanção da Lei número 1 049, de 27 de setembro do referido ano, criando o Distrito que se instalou ainda no ano de 1929, em solenidade presidida pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Fiel Fontes.

Em 1930 veio localizar-se em Carira um contingente da Fôrça Pública do Estado, para dar combate ao banditismo chefiado pelo célebre bandoleiro "Lampião" que infestava a zona sertaneja. Dita Fôrça instalou uma Estação Radiotelegráfica, que passou a servir o comércio local e o povo do Distrito durante muitos anos, até mesmo depois da retirada da tropa, por haver cessado o motivo de seu acantonamento em Carira.

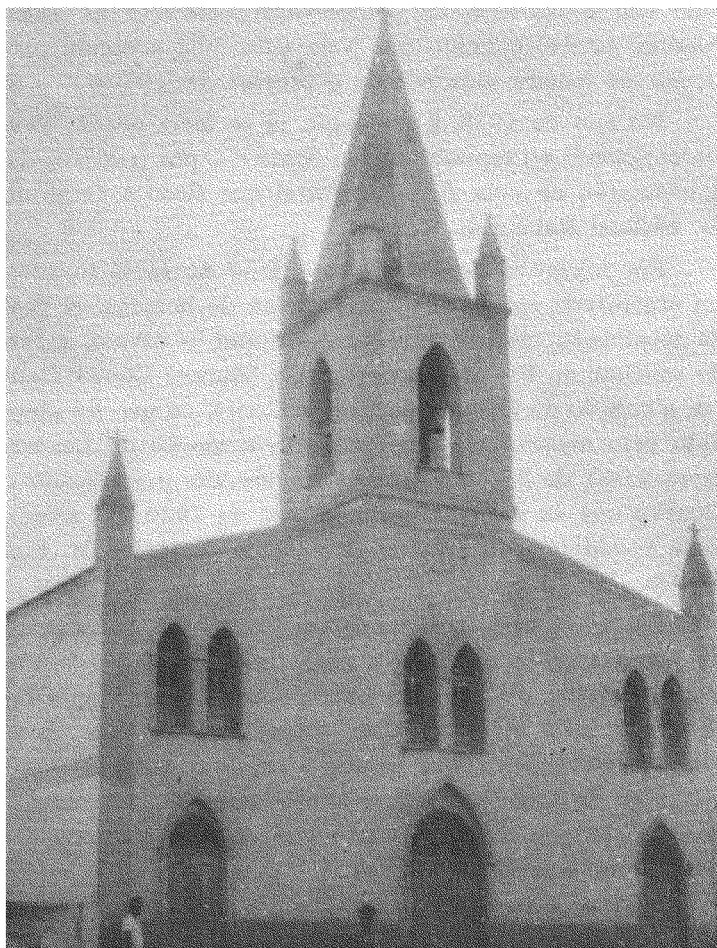
No ano de 1939, a Rodovia Central do Estado alcança a vila, ligando-a com as cidades marginais desta rodagem, inclusive a Capital, ponto de seu início.

Êste acontecimento constituiu estímulo, encheu de fôrças novas o Distrito para marchar em passos mais largos em busca de sua independência.

Os caminhões que entravam em Carira portavam o progresso. Além de trazerem mercadorias para o abastecimento, levavam a produção do Distrito para os melhores mercados do Estado ou da Bahia. O intercâmbio que estabeleceram entre o povo da vila e o da Capital, veio mudar para melhor o aspecto da vila e o seu meio social.

Em 1948, Carira era contemplada com uma Escola Rural construída especialmente e com instalações apropriadas à sua função específica, graças à verba federal que no Govêrno do Presidente Dutra fôra concedida aos Estados, para melhoria do ensino na zona rural.

Na penúltima legislatura, Carira contava um filho como Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, Se-

Prefeitura Municipal

Igreja do Sagrado Coração de Jesus

nhor Olímpio Rabêlo de Morais, que só descansou em sua luta pela criação do município, quando foi sancionada a lei que erigiu em cidade e criou o município de sua terra.

A Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, elevou Carira a cidade e sede do município do mesmo nome, com território desmembrado do de Frei Paulo, que foi instalado em 6 de fevereiro de 1955, ato em que tomaram posse os membros de sua Câmara de Vereadores e o seu Prefeito Municipal, Olímpio Rabelo de Morais, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954.

Pela Lei estadual n.º 544, de 6 de fevereiro de 1954 que fixou a nova Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Carira se compõe de um único distrito e é têrmo judiciário da comarca de Frei Paulo.

A 24 de maio de 1955, foi instalado o têrmo judiciário do município pelo ilustre Juiz de Direito da Comarca, solenidade em que tomou posse o Tabelião Público e demais serventuários do fôro local.

Em 1956, o Govêrno do Dr. Leandro Maciel, manda construir na sede municipal o edifício do Grupo Escolar de Carira de linhas arquitetônicas atuais, e de acôrdo com os preceitos da pedagogia moderna. Estão sendo ultimadas as obras do espaçoso e confortável estabelecimento de ensino para inauguração dentro em breve.

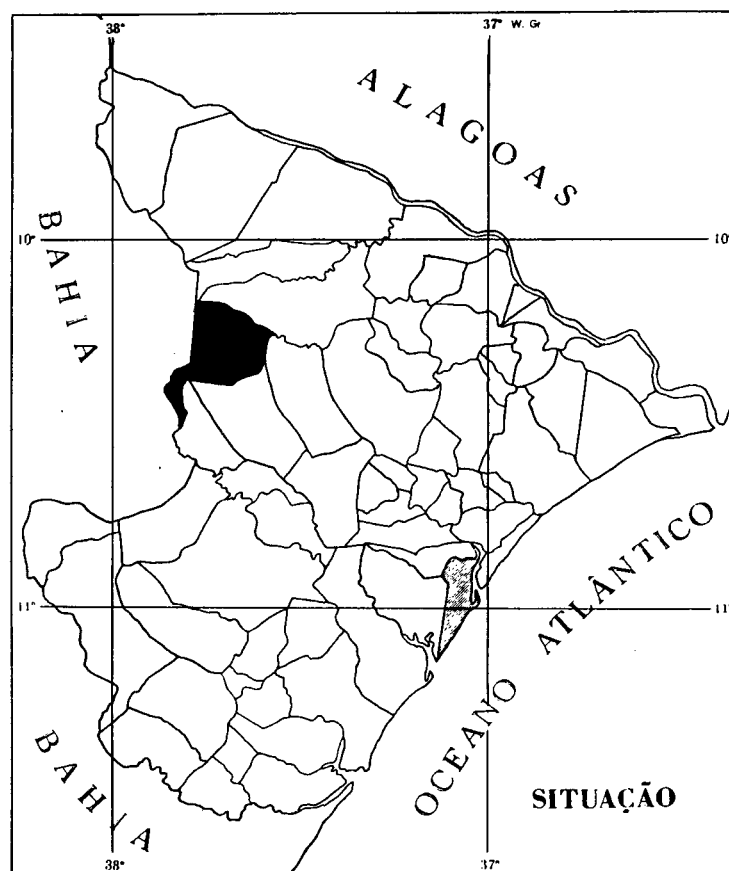
LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica "Oeste", quase todo plano, com elevações sòmente nas extremidades que abraçam todo o lado norte, dois terços do sul, e um têrço do leste, nos cursos dos rios Sergipe, Cansanção e das Negras. Limita com os municípios de Frei Paulo, Pinhão, Ribeirópolis, Nossa Senhora da Glória e com o Estado da Bahia. A cidade de Carira fica implantada na planície ao lado norte do território. Dista 94 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, em relação à qual está no rumo N.O.

ALTITUDE — O município está situado na parte elevada do Estado. Estima-se para a Sede Municipal a altitude de 420 metros.

CLIMA — O clima do município é pouco variável. Como está situado às portas do Sertão, sofre as influências climatéricas da zona. A temperatura em 1956 apresentou os seguintes resultados na escala centígrada: média das máximas — 30º; média das mínimas — 22º. Após uma seqüência de invernos regulares, acontece um ou mais anos de invernos escassos. De ordinário chove de abril a agôsto.

ÁREA — A área territorial do município, conforme estimativa é de 379 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: o rio *Sergipe* que nasce na serra Negra, banha o município e desce em procura do mar; rio *Cansanção*, que nasce nos limites de Carira com o Estado da Bahia e desce dividindo o município, indo desaguar no Vasa-Barris, e rio das *Negras* que nasce na extremidade com Frei Paulo e vai desaguar no Cansanção.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, tendo-se em vista a formação geológica da zona, em que está contido o território do município, dominada pelo sistema siluriano, composto de grés, chistos argilosos e calcários, onde se encontra também o gnaisse, presume-se a existência de alguns minerais e principalmente de calcários. Porém não há exploração de outra riqueza que não a do barro para

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

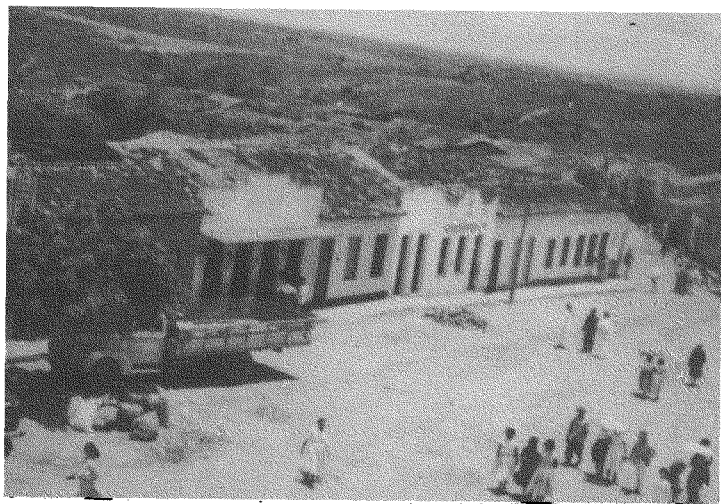
há exploração de outra riqueza que não a do barro para o pequeno fabrico de telhas e tijolos. No reino vegetal, há na caatinga serrada, em alguns pontos de território, essências agrestes como sejam: baraúna, aroeira, craíbeira, pau-d'arco e outras, utilizadas na construção; existem ainda pereira, caatinga de porco, marmeleiro e mais espécies, utilizadas para estacas de cêrca e lenha, e ainda o angico de cuja casca, rica em tanino, fazem emprêgo para curtir couros. Encontram-se também, plantas medicinais — cabeça de negro, jalapinha, batata de purga, etc. Ocorre, todavia, que não há exploração destas riquezas, que vão se acabando ao gume do machado nas derribadas de todos os anos para o preparo das terras destinadas à agricultura.

A contribuição desta riqueza para a economia do município em 1956, constou de 200 metros cúbicos de madeiras para construção e 9 000 metros cúbicos destinados a lenha. Desta parcela, grande parte procedeu das derribadas para as roças do ano. O valor de tôda a produção atingiu 380 milhares de cruzeiros. A sua riqueza animal é uma das maiores do Estado. Existem tatus, tamanduás, pebas, veados, etc., diversas aves silvestres, pássaros de várias espécies; contudo, só há extração de mel de abelhas cuja produção em 1956 foi de 230 quilogramas no valor de seiscentos e oitenta cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento Geral, realizado em 1.º de julho de 1950, contava o município de Carira 9 644 habitantes, 4 821 homens e 4 723 mulheres, sendo êste um dos poucos municípios do Estado em que predominou o sexo masculino.

A densidade demográfica atingia, então, 25,445 habitantes por quilômetro quadrado.

Observando-se a classificação da população segundo a côr, nota-se a superioridade dos pardos que formavam a parcela mais elevada de 4 706 indivíduos, ou seja, 48,79% da população total, vindo a seguir os brancos, com 4 499 pessoas e finalmente os pretos que constituíam o menor grupo, ou seja, apenas 420 pessoas, representando 4,36% do total dos habitantes do município. De acôrdo com os resultados do referido censo, o estado civil da população local de 15 anos e mais, assim se apresentava: casados — 2 734; solteiros — 1 787; viúvos — 233 e desquitados — 1.

Em 1950, 8 614 habitantes viviam no quadro rural e 1 030 na sede municipal, representando esta parcela apenas 10,69% da população total.

Vista parcial da cidade

Feira semanal na Praça do Mercado

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana mais importante do município, é, sem dúvida, a sede municipal. Além da cidade, há ainda o povoado Altos Verdes com 93 moradas e 400 habitantes e o povoado São Pedro com 71 casas e 310 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Apurou o censo de 1950 que o total de 6 067 pessoas de 10 anos e mais do município, 5 822 ocupavam-se nas diversas atividades locais, e que 245 ou 4% daquele total eram inativos. Entre as atividades destacavam-se a agricultura, pecuária e silvicultura por empregarem 2 774 pessoas, 47,6% da parcela dos ativos. Conquanto a agricultura emprega cêrca de 80% dos trabalhadores rurais, atualmente a principal atividade econômica local é a pecuária, que se apresenta com uma produção de cêrca de Cr$ 15 000 000,00, seguindo-se a agricultura com a contribuição de 4 020 milhares de cruzeiros.

O quadro adiante resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Milho	390	1 950
Algodão	153	1 122
Feijão	34	560
Mandioca	1 080	378

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 75 estabelecimentos comerciais, 8 atacadistas e 67 varejistas, cujo movimento em 1956, segundo registro de vendas a vista, atingiu o total de Cr$ 16 100 000,00, transacionando principalmente com as praças de Salvador-Bahia, Aracaju e Itabaiana dêste Estado. Não há bancos, porém, correspondentes de bancos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Carira, liga-se com os municípios limítrofes da maneira seguinte: Rodovia — Frei Paulo (36 quilômetros), Pinhão (33quilômeros), Ribeirópolis (55 quilômetros), Jeremoabo-Bahia (87 quilômetros). Estrada carroçável, transporte em lombo de animais — Nossa Senhora da Glória (42 quilômetros). A ligação Carira—Aracaju é efetuada por rodovia, num percurso de 125 quilômertos; a ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

As comunicações do município são efetuadas através de uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 14 logradouros compostos por 578 prédios, sem pavimentação. Contam-se 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem na cidade de Carira um Pôsto Médico mantido pela Prefeitura com consultas médicas em dois dias por semana. Há também uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 anos e mais totaliza 7 369 pessoas das quais sabiam ler e escrever 1 316, ou seja, 17,85%. Naquela data os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 83 e o curso médio 8.

Ensino — Em 1955 havia no município 15 estabelecimentos de ensino primário com 358 alunos matriculados cujo aproveitamento foi de 42%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma Associação esportiva e uma Biblioteca Municipal com 500 volumes para consultas públicas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro adiante dá o movimento financeiro do município no período 1955-1956, por ter sido instalado em 1955.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	997	928	336	832
1956.......	—	1 899	1 526	514	1 243

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião católica romana é a predominante. Segundo o VI Recenseamento Geral, dos 9 644 habitantes do município, 9 560 declararam professá-la. Carira é subordinado eclesiàsticamente a Frei Paulo sendo padroeiro de Carira o Sagrado Coração de Jesus, cuja festa é móvel celebrada com muito entusiasmo e grande concorrência nos dias do mês de julho.

As manifestações constam de repentistas de sambas e cantadores de colcheias que aparecem na feira local, e às vêzes dois entram em porfia nos descantos do som da viola, pandeiro, ou canzá, atraindo muita gente para ouvi-los.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existe uma Associação Rural em Carira.

Os naturais do município são chamados carirenses.

O eleitorado em 31 de outubro de 1954 constava de 2 561 cidadãos inscritos. Votaram 2 082, verificando-se uma abstenção de 18,7%, que foi das menores no referido pleito.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística no município: Valdomiro Rabelo.)

CARMÓPOLIS — SE

Mapa Municipal na pág. 331 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — O nome primitivo de Carmópolis era "Rancho" e sua fundação como povoado data do fim do período colonial e início do Império Brasileiro.

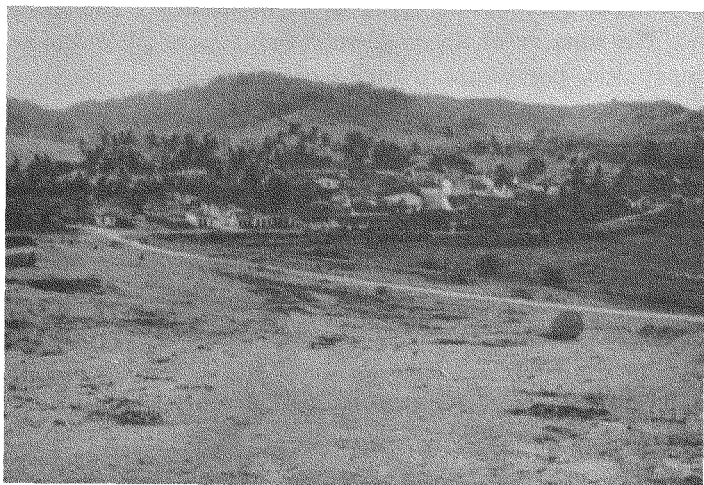
Do simples ponto de parada de feirantes que ali se aglomeravam para atravessarem juntos a antiga mata do "Bom Sucesso", onde se encontravam mocambos formados por negros escravos que fugiam dos engenhos da Cotinguiba e constantemente atacavam os transeuntes, nasceu a povoação, que ficou conhecida pelo nome de Rancho.

A posterior denominação de Carmo, provàvelmente tem as suas origens na influência dos Padres Carmelitas da Missão de Japaratuba, que, segundo D. Marcos de Souza, em "Memória da Capitania de Serzipe" — 1808, visitaram, em certa ocasião, "as correntes dos dois famosos Japaratuba, dos dois deliciosos Lagartixos e do puro Siriry. Todos estes rios desaguam no mar, quatro léguas abaixo da Missão de Nossa Senhora do Carmo".

Do magnífico subsídio que D. Marcos de Souza legou à História de Sergipe, que localizava a "Missão de Nossa Senhora do Carmo", quatro léguas acima da atual povoação Pirambu, na barra do Japaratuba, tira-se a conclusão de que nenhuma dúvida pode ser suscitada quanto à passagem dos Carmelitas por Carmópolis, quando esta cidade não ia além de incipiente povoação, conhecida por "Rancho". Aliás, data dessa época a construção da Igreja de Santana do Massacará, situada a pequena distância da atual cidade de Carmópolis. As linhas arquitetônicas dêsse templo de regular proporções, com grandes e bem trabalhados altares de madeira, comprovam que a passagem dos Carmelitas por Carmópolis não foi tão rápida, como se poderia depreender da leitura do magnífico trabalho de Dom Marcos de Souza, sem investigação de outros aspectos históricos, que contribuem para a perfeita elucidação de certos fatos.

Em 1894, Carmo já apresentava certo índice de progresso, em detrimento do da vila de Rosário, à qual pertencia, fazendo, pois, jus a ser elevada à categoria de vila.

Estávamos, pois, em pleno regime republicano, e, pela Lei número 83, de 26 de outubro daquele ano, a povoação foi elevada à categoria de vila, sem contudo, ter sido antes, como acontecia nas épocas colonial e imperial, criada a freguesia.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

Por outro lado, a elevação à vila não constituía, àquêle tempo, motivo bastante para se julgar a povoação com foros de município autônomo, com área territorial devidamente delimitada.

Sòmente em 1921, porém, pela Lei número 819, de 7 de novembro daquele ano, é que foi criado o distrito de paz de Carmo, e autorizado o Govêrno a delimitar o seu território, o qual foi desmembrado do de Rosário, hoje Rosário do Catete, e uma menor parte, ao Norte, do de Japaratuba.

De então para cá os habitantes de Carmo, liderados pelos antigos proprietários do Engenho de Poções, Francisco e José Teles Maciel, alimentavam propósitos de conseguirem a autonomia da vila, que se deveria desligar definitivamente do município de Rosário, que, por outro lado, nenhum benefício trazia ao território do Carmo, limitando-se, apenas, a absorver as suas rendas, auridas com a cobrança dos tributos devidos a municipalidade, que, àquela época, já eram bem pesados.

Chegaram mesmo, os habitantes de Carmo, a fundarem um jornal, "A Voz do Povo", com editôra própria e que apareceu em 29 de fevereiro de 1919, para defender as suas idéias autonomistas. Era um órgão vibrante, e suas colunas saíam repletas de manifestações libertárias, não faltando, inclusive, veementes ataques às autoridades de Rosário que se opunham, com tôdas as fôrças, à independência da vila, em cujo território iam buscar grande parte das rendas que sustentavem a economia do município, sendo, òbviamente, êste, o principal motivo da reação dos rosarenses.

Finalmente, a esperada autonomia de Carmo chegou com a Lei estadual número 831, de 16 de outubro de 1922, quando governava Sergipe o Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, graças aos ingentes esforços dos dois líderes do movimento, que, nesse tempo, desfrutavam de relativa influência junto aos podêres constituídos do Estado.

Por essa mesma lei foram descritos os limites do novo município, solenemente instalado no dia 1.º de janeiro de 1923, tendo sido eleito e empossado o seu primeiro Prefeito — intendente de então — o Sr. Francisco Teles Maciel, e constituída, nessa mesma data, o seu primeiro Conselho Municipal.

Posteriormente, a sede do município era elevada à categoria de cidade, por fôrça de disposições do Decreto-lei número 69, de 28 de março de 1938, que dava execução, em Sergipe, ao Decreto-lei federal número 311, de 2 de março de 1938.

Na divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, aprovada pelo Decreto-lei número 150, de 15 de dezembro de 1938, que vigorou no qüinqüênio 1939-1943, o município apareceu como distrito de paz do têrmo de Rosário, da comarca de Maruim.

Carmo teve o seu topônimo alterado para Carmópolis, por fôrça de disposições do Decreto-lei estadual número 377, de 31 de dezembro de 1943, que aprovou a divisão territorial, administrativa e judiário do Estado para o qüinqüênio 1944-1948.

Os primeiros ímpetos de progresso do município, foram, porém, sufocados, pelos diversos fatôres sócio-econômicos que impediram maior prosperidade das cidades sergipanas da zona de Cotinguiba, devendo juntar-se àquêles, no caso de Carmópols, a exigüidade do seu território. Esta situação vem se agravando dia a dia com o crescente desprestígio da indústria açúcareira de Sergipe, com reflexos decisivos na economia de Carmópolis que se fundamenta na cultura da cana.

Pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixava a divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado, para o qüinqüênio 1954-1958, o município passou a constituir têrmo judiciário da comarca de Japaratuba, sendo, conseqüentemente, desmembrado da de Maruim.

Antes, porém, de se esgotar o qüinqüênio, por fôrça do novo Código de Organização Judiciária do Estado, aprovado pela Lei estadual número 823, de 24 de julho de

Igreja-Matriz de N. S.ª do Carmo

1957, foi feita nova divisão judiciária do Estado, para vigorar no período 1957-1962, permanecendo, porém, o município de Carmópolis, como têrmo judiciário da Comarca de Japaratuba.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Carmópolis está incluída na Zona Centro, limitando com os seguintes municípios: Rosário do Catete, Japaratuba e Santo Amaro das Brotas.

As coordenadas geográficas da sede municipal, são: latitude Sul, 10° 39' e longitude W. Gr. 36° 59', ficando a uma distância de 31 quilômetros em linha reta, da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a uma altitude de 10 metros, em relação ao nível do mar.

CLIMA — O clima do município é mais ou menos saudável, em parte do seu território, tornando-se insalubre nas margens embrejadas do rio Japaratuba. São os seguintes os resultados climáticos da sede municipal em 1956, expressos em graus centígrados: média das máximas — 35; média das mínimas — 18 e média ponderada — 26. No período de maio a agôsto as chuvas são mais freqüentes no território do município.

ÁREA — O município de Carmópolis é o menor em área territorial do Estado de Sergipe, sendo de 44 quilômetros quadrados a sua superfície.

POPULAÇÃO — Segundo dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1.° de julho de 1950, a população do município atingia 3 085 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 70,113, sendo, pois, um dos de maior índice do Estado de Sergipe. Do total da população recenseada, 1 551 eram homens e 1 534 mulheres. Na zona rural do município, habitavam 1 612 pessoas, superando, por pouco, a população da cidade.

Ainda segundo os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, constata-se que sòmente brancos e pretos foram encontrados no município, os primeiros com 1 345 habitantes e os segundos com 1 718.

A despeito de ser muito comum a existência de pardos, fruto de cruzamento das duas raças acima citados, em todo o Estado, tudo indica que em Carmópolis vinha sendo observada uma certa discriminação racial, não se tornando possível o citado cruzamento.

Com referência ao estado conjugal da população recenseada com 15 anos e mais, 966 habitantes eram solteiros, 737 casados e 138 viúvos.

Quanto à religião, tomando-se ainda por base os mesmos resultados censitários, Carmópolis não fugia à regra geral das comunas sergipanas, e no município, continuava preponderando entre a população os que professavam a religião Católica Romana, com 2 794 fiéis. Há a considerar, porém, que a despeito de as demais religiões aparecerem com um número insignificante de adeptos, foram recenseadas 244 pessoas que se declararam sem religião, número que se pode considerar, de certo modo grande, levando-se em conta a pequena população do município.

Outro aspecto que se pode apreciar com base nos dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil é quanto aos ramos de atividade em que se ocupavam os habitantes do município. Maior número de pessoas, sobretudo mulheres, estavam ligadas a atividades domésticas, aparecendo neste grupo 893 pessoas. A agricultura e a pecuária ocupavam 740 habitantes, enquanto que na indústria trabalhavam apenas 50 e no comércio, 41 pessoas. Com ocupação ligada a atividades outras como prestação de serviços, administração pública e transporte e comunicações, foram encontradas 152 pessoas. No município, 328 pessoas estavam em inatividade, no dia 1.° de julho de 1950.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base nos dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, dão para o município de Carmópolis uma população em 1.°-VII-1956, de cêrca de 3 500 habitantes, localizando-se, conforme a situação dos domicílios, aproximadamente 1 800 habitantes na zona rural.

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Japaratuba, o único digno de registro. É o menor dos cinco mais importantes rios do Estado de Sergipe, entretanto não é o de inferior importância, pois, sem o favorável concurso das suas águas, estaria grandemente prejudicada a rêde de navegação fluvial do Estado. Nasce ao norte do município de Nossa Senhora das Dores. Banha os municípios de Japaratuba e Capela até penetrar em território de Carmópolis. É muito propenso a inundações periódicas que causam enormes prejuízos às plantações feitas em suas férteis margens. Tem um curso de cêrca de 60 quilômetros, correndo sôbre leito de lama.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana existente no município é a sede municipal, que, em 1950, contava uma população de 1 473 habitantes, os quais, segundo a localização dos domicílios, estavam distribuídos da seguinte maneira: 782 na zona urbana da cidade e 691, na zona suburbana.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base nos resultados do VI Recenseamento Geral do Brasil, davam à cidade de Carmópolis, em 1.º de julho de 1956, uma população de cêrca de 1 700 habitantes. Há, ainda, no município o povoado Aguada, com uma população estimada em 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as bases da economia do município de Carmópolis, que a despeito da exigüidade da sua área territorial apresenta uma produção agrícola que se pode considerar razoável, levando-se em conta essa circunstância.

As suas terras são de boa qualidade e se prestam à cultura da cana-de-açúcar, da mandioca, do côco-da-baía e de outros produtos.

O quadro abaixo inclui dados referentes às principais culturas agrícolas do município, em 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	85 700	3 354
Côco-da-baía	2 740	7 988
Mandioca	1 200	864

Muito embora a produção da cana-de-açúcar seja superior a 85 000 toneladas, atualmente não se encontra em funcionamento, no município, nenhuma usina de açúcar, sendo tôda a cana produzida transportada para usinas localizadas em outros municípios, especialmente no de Japaratuba.

Quanto às indústrias instaladas no município nenhum dos 31 estabelecimentos existentes merece registro, pois na sua maioria ou quase totalidade são pequenos fabricos de farinha de mandioca com maquinaria empírica e que em nenhum dêles se encontram 5 ou mais pessoas ocupadas. Sòmente 66 habitantes do município, em 1956, estavam ocupados em atividades ligadas à indústria.

No que concerne à pecuária, o rebanho de bovinos com cêrca de 4 000 cabeças se destaca dos demais que aparecem com um efetivo insignificante para a economia do município.

Agência Municipal de Estatística

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal estão em funcionamento 21 estabelecimentos comerciais, todos varejistas e na sua maioria pequenas casas de secos e molhados.

Há, ainda, na sede municipal, um correspondente bancário de estabelecimento de crédito sediado na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Carmópolis é servido de transporte rodoviário e ferroviário.

A sede municipal fica a pequena distância de uma das mais importantes rodovias do Estado, a que liga a Capital às cidades de Propriá e Neópolis, na margem direita do rio São Francisco.

A Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou a antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, também serve à sede municipal.

Os municãpios vizinhos achan-se ligados a Carmópolis da maneira seguinte: Japaratuba, rodovia (12 quilômetros) ou ferrovia (10 quilômetros); Rosário do Catete, rodovia (13 quilômetros) ou ferrovia (9 quilômetros) e Santo Amaro das Brotas, rodovia (28 quilômetros), passando pela cidade de Maruim.

A ligação do município com a Capital do Estado é feita por rodovia (57 quilômetros) ou por ferrovia (57 quilômetros).

Acha-se localizada na sede municipal uma agência postal-telegráfica mantida pela União através do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S.A. Registra-se, ainda, na sede municipal, uma estação telefônica mantida pela Rêde Telefônica Sergipana, para ligações interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — Carmópolis é uma pequena cidade, contando, apenas com 14 logradouros, dos quais,

Mercado Municipal

sòmente um se encontra inteiramente pavimentado a paralelepípedos e dois parcialmente, atingindo um índice de pavimentação que não ultrapassa 16%.

A principal praça da cidade é arborizada e ajardinada simultâneamente, ficando no centro da mesma a pequena igreja que serve de matriz.

A sede municipal é servida de energia elétrica fornecida por um pequeno grupo gerador diesel, mantido pela Prefeitura Municipal, com 120 ligações domiciliares. Encontram-se em andamento as obras de construção da rêde que levará até a cidade de Carmópolis a energia produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, cuja conclusão está prevista para 1957.

Existe, na sede municipal, uma modesta pensão. Foram registrados na Prefeitura 4 veículos a motor, sendo 2 automóveis e 2 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica dos habitantes do município é prestada através do "Hospital Santa Luzia", localizado em território de Carmópolis, porém mantido pela firma proprietária da Usina Oiteirinhos, que fica no município de Japaratuba. Trata-se de um pequeno nosocômio, podendo internar, apenas nove doentes.

Também atende à população do município uma pequena farmácia com regular estoque de medicamentos e drogas, dirigida por um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — Da população do município, em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, em 1.º de julho de 1950, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, 952 pessoas, do total de 2 639, sabiam ler e escrever, apresentando um índice de alfabetização que atingia 32,3%.

Da população com 10 anos e mais, ainda de acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, 44 tinham concluído o curso primário elementar, 4 possuíam certificado de conclusão de curso do nível médio, não habitando no município qualquer pessoa que possuísse diploma do curso superior.

Ensino — Sòmente 12 estabelecimentos que ministram instrução primária elementar funcionam no município de Carmópolis, com matrícula que atingiu 362 alunos e com um aproveitamento escolar de 68 aprovações no fim do ano letivo de 1955.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município no período 1950-1956, incluindo receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelo município e despesas realizadas:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	54		131
1951	—	—	639	32	555
1952	—	—	464	52	512
1953	—	—	713	61	524
1954	—	—	617	72	912
1955	—	138	672	69	264
1956	50	339	1 010	96	304

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município de Carmópolis celebra no dia 16 de julho de cada ano, a festa da padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo, antecedida de novena e encerrada com procissão da Virgem do Carmo, que ocorre à tarde do dia festivo.

VULTOS ILUSTRES — *José Sampaio*, poeta e jornalista, nasceu a 2 de maio de 1914 e faleceu a 3 de abril de 1956. Escreveu "Maloqueiros", que obteve o 1.º prêmio da Academia Sergipana de Letras em 1946 e "Nós Acendemos as Nossas Estrêlas", editado pelo "Movimento Cultural de Sergipe".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Carmópolis recebem o gentílico carmopolienses.

O atual Prefeito do município é o Sr. Hermes Fontes da Cruz que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, quando, também, foi constituída a atual Câmara Municipal composta de 5 vereadores.

Dos 902 eleitores inscritos no município, 380 compareceram ao pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, havendo uma abstenção de 57,8% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da IR. de Sergipe; Agente de Estatística do município: Jason Barreto de Moura).

CEDRO DE SÃO JOÃO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente chamou-se Cedro, nome que lhe veio da abundância, ali, da madeira de igual nome.

Em 1834, no local onde hoje se ergue a cidade de Cedro de São João, existia um grupo de cêrca de 20 moradias rústicas inclusive uma de maior proporção e melhor aspecto, em que residiam o proprietário, familiares e trabalhadores da fazenda denominada Cedro.

Encontrando-se aquêle núcleo com regular número de famílias e mais de vinte crianças em idade escolar, o proprietário Antônio Nunes, pôde obter do Govêrno Provincial uma escola pública que foi criada por lei de 5 de março de 1835.

Esta escola foi depois suspensa, só voltando a funcionar a partir de 9 de julho de 1872, sob a regência da professôra D. Carolina Leopoldina Regina de Sá.

A primeira missa de Cedro de São João, foi celebrada pelo padre Antônio Machado Capela, em altar improvisa-

do em uma casa particular, possìvelmente do fundador, Antônio Nunes. Ofício que assim se repetiu pelo Vigário da freguesia de Santo Antônio de Propriá, a que pertencia a povoação, até que foi edificada a capela de São João Batista, atual matriz da Paróquia.

José Guilherme, influente político cedrense, inicia atividades para elevação do povoado à vila, fato que veio a realizar-se pela Lei estadual n.º 83, de 23 de outubro de 1894, sancionada pelo Presidente do Estado, general Manoel Perciliano de Oliveira Valadão.

Depois, tendo assumido o govêrno do Estado o monsenhor Olímpio Campos, sancionou êste a Lei n.º 422, de 29 de outubro de 1901, revogando a de n.º 83, de 26 de outubro de 1894, que criou o município, retornando Cedro de São João a categoria de povoado.

A revolta causada pela destituição do município acendeu propósitos políticos contra o partido dominante, que permaneceu, contudo, por muito tempo no poder.

Antônio Batista do Nascimento, em tempo hábil, inicia a luta pela restauração do município, no que veio a ser ajudado pelos conterrâneos João de Deus da Rocha, Manoel de Deus da Rocha e Antônio Santana, os quais envidaram os melhores dos esforços, influindo pelo prestígio político no ânimo dos podêres executivo e legislativo do Estado, sendo, por fim, vitoriosos.

A Lei estadual n.º 1 015, de 4 de outubro de 1928, sancionada pelo Presidente do Estado Manoel Dantas, veio trazer a Cedro a categoria de vila e sede do município, que havia perdido em 1901.

Com a criação do município, desmembrado do de Propriá, o têrmo judiciário de Cedro passou a ser anexo da Comarca de Aquidabã.

Nas eleições especialmente marcadas, para Intendente e Conselho, foi eleito primeiro Intendente do município Antônio Batista do Nascimento, figura de proa da restauração da autonomia do município.

Em primeiro de janeiro de 1929, foi festivamente instalada a vila e empossados o Conselho Municipal e o Intendente. O município continuou com uma célula revigorada trabalhando pelo engrandecimento do Estado.

As divisões administrativas de 1933 e de 31 de dezembro de 1936, nada alteraram quanto ao município. As divisões posteriores, de 31 de dezembro de 1937, bem como o Decreto-lei n.º 69, de 28 de março de 1938, anexaram o têrmo à comarca de Propriá.

Pelo Decreto-lei n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, o município passa a denominar-se Darcilena.

Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, passou à denominação de Cedro de São João e a contar mais um distrito de paz — o de São Francisco, continuando o têrmo como anexo da comarca de Propriá.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica "Sertão de São Francisco". Limita com os municípios de Japoatã, Aquidabã, Propriá, Muribeca e Malhada dos Bois. A cidade de Cedro de São João está localizada em uma elevação próxima da lagoa Cedro, banhada pelo rio São Francisco, pôrto do município durante a época da cheia daquele rio. Suas coordenadas são as seguintes: 10º 15' de latitude Sul e 36º 52' de longitude W. Gr. Dista 77 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O município se estende em terrenos que se elevam para o lado do oeste, ficando a sede municipal a 20 metros de altitude.

CLIMA — Pouco variável, não sofrendo fortes mutações. A sua temperatura, em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos em graus centígrados — Médias: máxima — 29,4 e mínima — 17. Os invernos são regulares, chove normalmente de abril até agôsto.

ÁREA — A área territorial de Cedro de São João é de 176 quilômetros quadrados representando cêrca de 0,80% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Rios*: Propriá e Jacaré; o rio Propriá é o que serve de sangradouro à lagoa

Prefeitura Municipal

Praça Dr. Getúlio Vargas

Cedro, e o Jacaré nasce na lagoa Sêca dêste município e deságua na lagoa Cedro. *Lagoas*: Cedro, Gameleira e Sêca. A lagoa Cedro mede cêrca de 9 quilômetros de comprimento por 3 quilômetros de largura, está situada neste e no município de Propriá. *Ilhas*: Ilha da Ostra situada na lagoa Cedro. *Morros*: Monjolos e Outeiro Alto.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, entre os seus recursos, explora o município apenas o barro ou argila para o fabrico de telhas e tijolos. No reino vegetal, madeiras para lenha, e no reino animal, mel, cêra de abelhas e pescado. A produção dêstes artigos, soma dos respectivos valores, atingiu a casa dos 256 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil, (1.º-VII-1950), contava o município de Cedro de São João 8 668 habitantes, sendo 4 173 homens e 4 495 mulheres, ou seja, 107 mulheres para cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica era então 49 habitantes por quilômetro quadrado. Apurou o mencionado censo que a população municipal segundo a côr estava assim agrupada: brancos — 7 141 indivíduos, pardos — 966 pessoas e pretos — 557 pessoas. Os brancos que formavam a maior parcela representavam 82,38% da população total do município, enquanto os pretos que constituíam o menor grupo significavam apenas 6,4% dos habitantes municipais.

A população de Cedro de São João, em 1.º de julho de 1950, estava assim distribuída, segundo o estado civil: casados — 2 653; solteiros — 1 394; viúvos — 376 e desquitados — 1. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística para 1.º de julho de 1956 o município teria 9 629 habitantes.

Largo da Independência

Aglomerações urbanas — Depois da Sede Municipal a aglomeração mais importante é a da vila de São Francisco, ccm 290 moradas e 1 200 habitantes, em seguida vem a povoação de Santa Luzia, com 163 moradias e 603 pessoas; povoado Poço dos Bois, com 159 moradas e 809 habitantes; povoado Campo Redondo, com 90 residências e 400 moradores seguindo-se 4 arraiais com 168 moradas e 800 habitantes ao todo.

Igreja-Matriz de São João Batista

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conforme os resultados censitários de 1950, cêrca de 31% de sua população de 10 anos e mais de idade tinham como atividade principal agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto que, nas demais atividades, afora a doméstica, ocupavam-se 170 pessoas na indústria, 219 no comércio e 282 em outros ramos de vida.

A agricultura é a principal tanto por empregar maior número de pessoas, como pelo valor de sua produção. Em 1956 as principais culturas contribuíram para a economia do município com o total de 16 173 milhares de cruzeiros.

O quadro seguinte apresenta as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	512	4 433
Arroz	500	2 463
Feijão	217	3 610
Milho	1 326	4 641
Mandioca	2 100	840
Fumo em fôlha	2	56

Nada obstante a significação da agricultura como principal atividade do município, seguem-se-lhe outras fontes de vida econômica como sejam a pecuária e a indústria de carne de sol (carne sêca).

A população pecuária da comuna consta de 16 000 bovinos, 500 eqüinos, 40 asininos, 800 muares, 1 500 suínos, 200 ovinos e 350 caprinos; a produção desta atividade, constante da reprodução em 1956 e do leite, foi estimada em Cr$ 12 000 000,00.

O principal produto da indústria de Cedro de São João é a carne sêca de bovino e de suíno, de procura crescente nos mercados de Propriá e outros do Estado, e no de Penedo, em Alagoas.

A produção de 1956, tôda exportada, montou em cêrca de 14 000 milhares de cruzeiros.

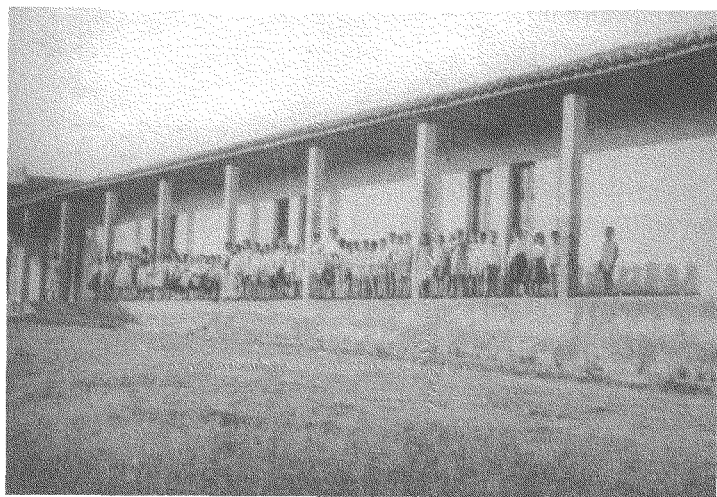
COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade 12 estabelecimentos comerciais varejistas dos principais ramos que importam molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos, principalmente das praças de Aracaju e Propriá. Não há bancos e sim um correspondente para cobranças de títulos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Cedro de São João liga-se com os municípios limítrofes da seguinte maneira: Rodovia — Propriá (12 quilômetros); Malhada dos Bois (10 quilômetros), Aquidabã (20 quilômetros); Canhoba (25 quilômetros); Muribeca (27 quilômetros). Ferrovia — Propriá (10 quilômetros); Malhada dos Bois (8 quilômetros). A ligação com a Capital do Estado é feita por rodagem com a extensão de 120 quilômetros. Com a Capital Federal liga-se através de Aracaju. Serve ao município a Emprêsa Senhor do Bonfim com 1 ônibus diário para Aracaju, menos aos domingos e feriados.

Cedro de São João dispõe de uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 12 logradouros, quatro inteiramente pavimentados a paralelepípedos e um inteiramente a pedras irregulares. Um dos logradouros é simultâneamente arborizado e ajardinado.

A sede municipal é servida por energia elétrica para iluminação pública e particular. Há 1 cinema e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município acha-se dotado de um Pôsto de Saúde do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), que mantém laboratório de

Grupo Escolar Rural Coronel Manuel Dantas

Avenida Coronel Augusto Maynard

análises clínicas, ambulatório e assistência à infância, serviço que vem atuando a contento. Existe uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 anos e mais de idade totalizava 7 000 pessoas das quais sabiam ler e escrever 2 567, ou seja, 36,39%. Naquela data os que declararam haver concluído o curso médio foram 4, e apenas 1 havia concluído o superior.

Ensino — Em 1955 havia no município 17 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 16 isoladas e 1 Grupo Escolar.

O município não conta com estabelecimentos de ensino que ministrem grau de ensino além do elementar.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	394	232	31	223
1951	—	535	183	106	196
1952	—	576	860	186	723
1953	—	585	825	156	763
1954	—	522	668	131	719
1955	—	695	844	204	766
1956	75	984	1 273	257	922

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião Católica Romana predomina no seio da população local. Conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento, dos 8 668 habitantes do município, 8 666 declararam-se católicos romanos, 1 se disse protestante e 1, sem religião.

Cedro de São João é sede da Paróquia de São João Batista, criada em 19 de novembro de 1936.

A principal festa religiosa do município é a do padroeiro, realizada em junho; quando o tempo permite, encerra-se com procissão muito concorrida. Em segundo lugar vem a festa de São José, cujo encerramento ocorre com piedosa procissão no dia 19 de março.

Quanto ao folclore, o folguedo mais freqüente é o pastoril, ou reisado de môças em que a figura principal é a "dona do baile" cuja vestimenta é azul e vermelho, enquanto as demais figuras trajam azul ou vermelho de acôrdo com o cordão a que pertençam. É um folguedo muito atraente que remonta aos primitivos tempos do Brasil, e

Avenida Coronel Manuel Dantas

quais realiza por ocasião das festas de Natal, Ano Bom e Reis, ou seja, durante os dias que vão de 24 de dezembro a 6 de janeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados cedreirenses.

O Prefeito Municipal é o Sr. José Vieira Dantas. A Câmara de Vereadores é composta de 5 membros.

O eleitorado do município constava de 2 118 inscrições, nas vésperas do último pleito. Votaram 1 007 eleitores, verificando-se uma abstenção de 52,4%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística no município: José Batista Sobrinho.)

CRISTINÁPOLIS — SE

Mapa Municipal na pág. 389 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A povoação que se localizava (e ainda permanece) no planalto, entre os riachos Urubas de Cima e Urubas de Baixo, chamava-se primitivamente Chapada.

Desde recuados tempos e por largo espaço de anos, a região foi reduto de gentios, que ali e nas vizinhas aldeias do Geru, se concentravam, muito dêles vindos em sucessivas fugas, das regiões em redor, dos rios Real e Piauí, onde a colonização do território sergipano se fazia mais intensa e os aborígines eram aprisionados para o trabalho escravo, ou tratados com hostilidade pelos colonos.

Possìvelmente, nos meados do século XVIII, os religiosos que residiam para as bandas da freguesia do Espírito Santo, hoje Indiaroba, ou os que dirigiam a aldeia do Geru, nas suas excursões evangélicas à aldeia da Chapada, construíram ali uma Capela, sob a invocação de São Francisco de Assis.

O povoado, por muitas décadas, vivia isolado do elemento branco, que ali ia chegando muito lentamente, e, em conseqüência, o seu desenvolvimento retardava.

Entretanto, após a segunda metade do século XIX, o Govêrno da Província criou por ali uma subdelegacia, com os limites de sua jurisdição fixados em lei, a fim de pôr ordem aos atentados que pudessem ocorrer, e conter os malfeitores.

A Lei n.º 250, de 30-4-1849, criou a primeira escola pública do ensino primário.

Depois, pela Resolução n.º 771, de 22 de março de 1866, foi criado o Distrito de Paz do povoado Chapada e pelo artigo 2.º da mesma Resolução, criava-se ainda uma Capelania, no povoado, com a côngrua de Rs. 400$000 anuais.

Dois anos após, a Lei número 690, de 30 de março de 1868, revogou a criação do Distrito de Paz supra referido, tornando assim, sem efeito, o dispositivo da lei que o criara.

A Resolução número 1 095, porém, de 12 de abril de 1878, vinha elevar à categoria de freguesia o povoado Chapada, sob a invocação de São Francisco de Assis, "com os limites assinados ao distrito policial, que são os seguintes: "Principiará das cabeceiras do "Saguim" a sair na estrada do Caju, que vem do Riacho Sêco por êste ao rio Itaymirim no engenho Passagem das Pedras seguindo rio abaixo até onde deságua no rio Real, e por êste acima até o fim do terreno da sobredita vila do Espírito Santo, conservando no mais a sua antiga divisão como os distritos de Santa Luzia, Itabaianinha e Geru".

Esta "antiga divisão" no final do dispositivo, é a que está fixada na Lei que criou a subdelegacia e que não foi encontrada em nossas pesquisas.

Pela Lei provincial n.º 1 238, de 24 de abril de 1882, Chapada foi elevada à categoria de vila, com o nome de vila Cristina, numa homenagem à Imperatriz do Brasil, D. Thereza Cristina.

O território da vila era desmembrado do município de Espírito Santo (hoje Indiaroba).

Pelo Decreto-lei n.º 69, de 28 de março de 1938, a sede do município foi elevada à categoria de cidade. No quadro da divisão administrativa e judiciária do Estado, anexa ao referido Decreto-lei, o têrmo do município pertencia à comarca de Itabaianinha, constando, o mesmo município, de um único distrito — o da sede municipal.

Consoante ao Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, o município é mantido na mesma situação administrativa e judiciária, do decreto precedente.

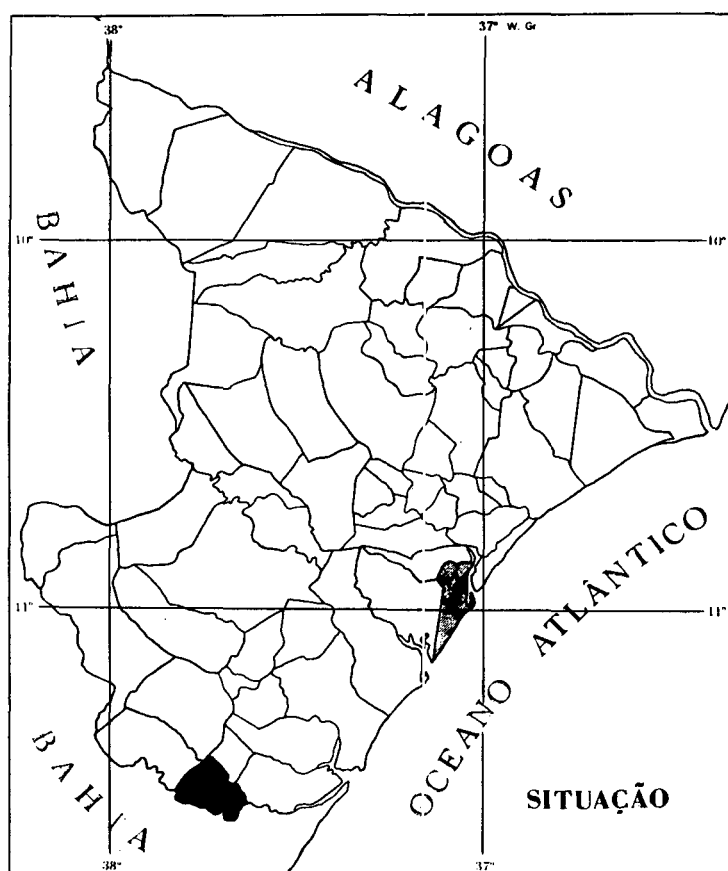
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, o têrmo e município de Vila Cristina passaram a denominar-se Cristinápolis, bem como o respectivo distrito.

Prefeitura Municipal

Em 1939-1943, o município é composto dos distritos de Vila Cristina (hoje Cristinápolis) e Umbaúba, e é têrmo da comarca de Itabaianinha.

Em 1945-1948, no quadro que foi fixado pelo Decreto-lei número 533, já acima referido, o município de Cristinápolis mantém-se na mesma situação administrativo-judiciária referente aos anos de 1939-1943. Essa divisão judiciária confirma-se ainda com o Decreto-lei estadual número 651, de 6 de junho de 1945.

Com a Lei Estadual n.º 525-A, de 31 de dezembro de 1953, que criou, entre outros, o município de Umbaúba, Cristinápolis perdeu êste distrito, e já no Quadro da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, fixado pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, para vigorar no período 1954-1958, Cristinápolis, que aparece ainda como têrmo da comarca de Itabaianinha, conserva apenas um único distrito — o da sua sede municipal.

LOCALIZAÇÃO — O município fica situado na Zona Fisiográfica do Litoral, à margem esquerda do rio Real, entre os municípios de Itabaianinha, Umbaúba, Indiaroba e o Estado da Bahia. As coordenadas geográficas da sede municipal, são: 11º 28' 37" de latitude Sul e 37º 45' 31" de longitude W. Gr., distando 99 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, no rumo S. O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 120 metros na sede municipal.

CLIMA — Saudável e pouco variável, com estações sempre normais. Chove regularmente nos meses de junho, julho e agôsto.

ÁREA — A área de Cristinápolis é de 274 quilômetros quadrados. É um dos municípios tipo médio, no Estado, quanto à extensão territorial.

Vista parcial da cidade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico em Cristinápolis é o rio Real que banha tôda a orla sul do município, limitando-o com o Estado da Bahia. O rio Itamirim nasce no município de Itabaianinha e entra em Cristinápolis, servindo de limite com os municípios de Umbaúba e Indiaroba, desembocando no rio Real. Afluentes do rio Real há ainda os riachos dos Brejos e dos Piaus, e tributário do Itamirim existe o riacho Paiaiá, que corre ao norte da sede municipal, vindo do município de Itabaianinha, com a direção oeste-leste. Servindo de limites com Itabaianinha, estão os riachos Riachão, correndo para o rio Real, e Salgado, correndo para o Itamirim. Não há serras dignas de nota, no município, mas apenas uma elevação que forma um planalto (chapada), mais para o norte, onde se acha assentada a cidade de Cristinápolis.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, o município dispõe de barro (argila), para fabrico de telhas, tijolos e artigos de cerâmica rudimentar. A produção em 1956, foi de 65 500 toneladas. De origem vegetal, há madeira para construção, cuja produção em 1956 foi de 4 100 metros cúbicos, e lenha, com uma produção, em 1956, de 18 800 metros cúbicos.

POPULAÇÃO — A população de Cristinápolis, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 4 399 habitantes, sendo 2 142 homens e 2 257 mulheres. Quanto à côr, havia 757 brancos, 2 900 pardos e 736 pretos, predominando o número de pardos (66% do total). Das pessoas de 15 anos e mais, 1 189 eram casadas, 1 147 solteiras, 134 viúvas e 4 desquitadas. Quanto a religião, predominava a católica, com 4 352 pessoas que declararam professá-la, isto é, 99,06% da população total do município. As pessoas pertencentes às outras religiões eram em número de 31. A densidade demográfica era 16,054 habitantes por quilômetro quadrado. A população residente no quadro rural do município somava 3 604 habitantes.

Estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística, para 1.º de julho de 1956, davam 7 149 habitantes para o município de Cristinápolis, sendo 883 na sede municipal e 6 266 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de Cristinápolis são a sede municipal, com 795 habitantes em 1950 (as estimativas para 1956, dão 883 habitantes) e o povoado Campinhos, com uma população aproximada de 157 habitantes.

Igreja-Matriz de São Francisco das Chagas

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal das atividades econômicas da população de Cristinápolis é a agricultura. Em 1956 a produção foi de: cana-de-açúcar (530 toneladas), feijão (342 sacas de 60 quilos) e côco-da-baía (600 centos). O efetivo industrial de Cristinápolis limita-se à produção efetuada por uma dezena de estabelecimentos da indústria rural, na maioria casas de fabricar farinha de mandioca, com um valor total pouco elevado.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na cidade, 13 estabelecimentos comerciais e 14 em todo o município, sendo todos varejistas. Não há estabelecimentos bancários, nem correspondentes, sendo feito o movimento de cobrança de títulos através da praça de Itabaianinha.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Cristinápolis acha-se ligada a Aracaju, por 168 quilômetros de rodovia. Por rodovia liga-se, ainda, às seguintes sedes dos municípios vizinhos: Tomar do Geru (18 quilômetros), Umbaúba (18 quilômetros), Itabaianinha (30 quilômetros), Jandaíra — Bahia (12 quilômetros) e rio Real — Bahia (24 quilômetros). Existe na cidade uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Com a construção da rodovia BR-11, cujas obras se acham em andamento, a cidade de Cristinápolis será beneficiada, ligando-se diretamente às capitais de Sergipe e Bahia, por essa rodovia.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal de Cristinápolis, dispõe de 16 logradouros públicos, tendo uma rua e uma praça arborizados e ajardinados. A referida praça está sendo pavimentada a paralelepípedos.

Há iluminação elétrica na cidade, fornecida por um motor diesel, sendo de 52 o número de ligações domiciliares. Cristinápolis dispõe de 2 pensões, cobrando diária de Cr$ 100,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada através de um Pôsto Médico e um Pôsto de Puericultura. Um médico atende à população.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 3 704 pessoas de 5 anos e mais de idade, 1 996 sabiam ler e escrever, ou seja, uma percentagem de alfabetização, da ordem de 15,39%.

Ensino — Há, em todo o município, 5 unidades escolares do ensino primário geral, com matrícula, em 1956, de 81 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas e a despesa realizada pela Prefeitura, no período 1950-1956, acham-se demonstradas pelo quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	280	321		408
1951	—	400	334	47	86
1952	—	424	467	98	123
1953	—	455	179	135	835
1954	—	362	125	90	422
1955	—	440	661	129	327
1956	16	473	756	206	302

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como já foi afirmado em outro capítulo desta monografia, a população é predominantemente católica. Durante o ano realizam-se atos religiosos (novenas, missas festivas, etc.), no município, com regular animação. A festa mais concorrida e que constitui uma devoção obrigatória do povo de Cristinápolis é a do Padroeiro, São Francisco de Assis.

VULTOS ILUSTRES — *Ministro Bernardino José de Souza* — Nascido em 8 de fevereiro de 1885 e falecido no Rio de Janeiro, aos 11 de janeiro de 1949. Jurisconsulto eminente. Professor de Direito Público e Constitucional, Direito Internacional Público, Diplomacia e Direito Internacional Privado. De Geografia e História. Por-

Pôsto do S.E.S.P.

Usina Elétrica Municipal

tador de uma operosidade, em têrmos de cultura, muito pouco igualada. Deve-se ao seu entusiasmo e operosidade a construção do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Faculdade de Direito da mesma cidade. Escreveu uma obra sôbre o carro de boi, inédita, pois a sua publicação custaria um milhão de cruzeiros.

Faleceu como Ministro do Tribunal de Contas da República.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Cristinápolis são chamados cristinapolitanos.

Dos 1 455 eleitores inscritos, 866 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 40,4% do eleitorado.

Elaboração — João de Oliveira Alves — Agente de Estatística, adido à IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Carlos Nagib Buery.

CUMBE — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A evolução histórica do atual município de Cumbe até à sua autonomia está ligada, desde época muito remota, à do município de Nossa Senhora das Dores, a cujo território pertencia, a partir de 4 de outubro de 1606, quando aquelas terras foram doadas em sesmaria a Pero Novais Sampaio, pelo capitão-mor Nicolau Felipe de Vasconcelos.

Até à sua elevação a freguesia, que se verificou a 28 de abril de 1858, pela Resolução provincial número 491, sendo Presidente da Província Manoel da Cunha Galvão, o atual município de Nossa Senhora das Dores, era conhecido por Enforcados e parte daquelas terras, inclusive as que hoje constituem o território de Cumbe, pertenciam ao município de Capela, tendo se efetivado o desmembramento, com a criação do citado município de Nossa Senhora das Dores, por fôrça da Resolução provincial número 555, de 11 de junho de 1859.

Daí por diante, o seu território era constituído pela parte que foi desmembrada do município de Capela, e de outra, ao sul, desmembrada do município de Divina Pastôra.

Cumbe, entretanto, nunca alcançou a hierarquia de distrito de paz e, de povoado, foi elevado logo à categoria de cidade sede de município.

Apesar de sua situação nas férteis margens do rio Japaratuba, o desenvolvimento do povoado vinha se processando muito lentamente, mas, mesmo assim, em 1894, já reclamava a criação de uma cadeira de ensino primário misto em sua sede. Governava Sergipe nessa época o coronel Manuel Oliveira Valadão, que sancionou a Lei número 124, de 8 de dezembro daquele ano, criando a referida cadeira, atendendo, assim, à justa reivindicação dos habitantes daquela localidade.

Iniciava-se, a êsse tempo, um pequeno surto de progresso no povoado, que logo foi superado pela ausência de desenvolvimento econômico da região, fator principal para o crescimento de qualquer núcleo demográfico.

Em 1920, Cumbe, ainda, povoado, possuía uma capela, duas escolas do ensino primário, 160 moradias e uma pequena feira que se realizava aos domingos e, em 1944, quando foi editado pelo Departamento Estadual de Estatística "Sergipe e seus Municípios", a situação do povoado permanecia quase sem alteração, aparecendo, ainda com as suas duas escolas primárias e um número de moradias pouco superior a 160.

Na legislatura passada, quando era Prefeito de Nossa Senhora das Dores o Sr. João Oliveira Pais, iniciava-se, com a construção de um prédio para o mercado, bem como com outros melhoramentos, as providências preliminares para o movimento favorável à elevação do povoado à categoria de cidade e conseqüente criação do novo município.

Em 1953, os podêres constituídos do Estado já estavam convencidos da necessidade de serem criados mais 19 municípios no Estado de Sergipe, os quais deveriam ter as suas sedes nas vilas então existentes e em alguns povoados tidos como mais importantes. Entre êsses últimos estava incluído o de Cumbe, no município de Nossa Senhora das Dores. Veio, então, a Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953, criando os 19 municípios do Estado de Sergipe, e que se deveriam instalar, logo fôsse iniciada a

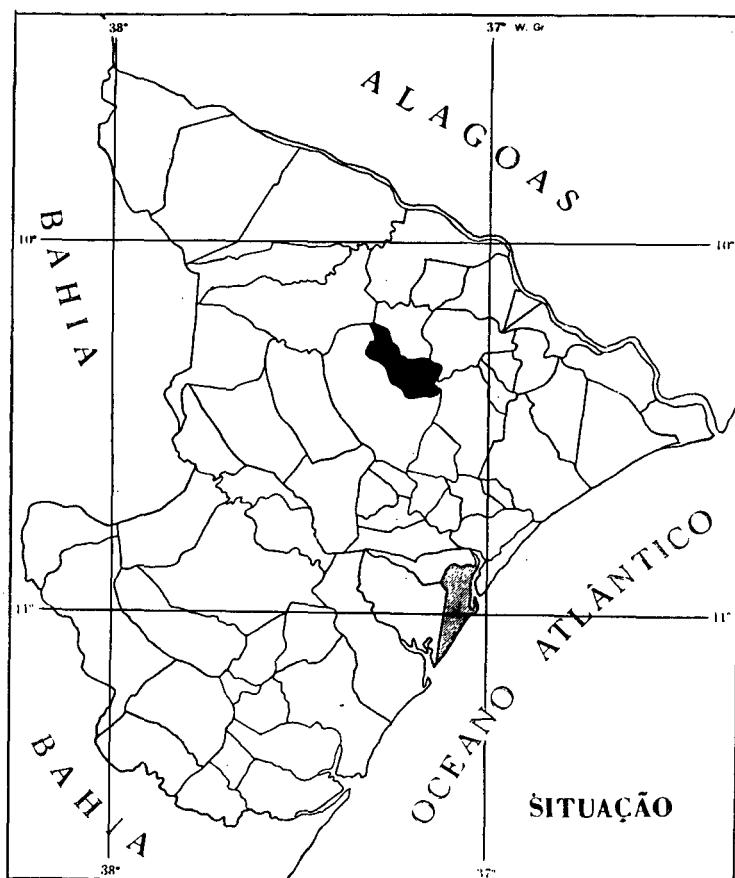
Prefeitura Municipal

legislatura seguinte, com a posse dos Prefeitos e Vereadores, segundo determinava o artigo 3.º da citada Lei estadual.

Foi, assim, criado o município de Cumbe, que antes mesmo da sua instalação, já aparecia no quadro de divisão territorial administrativa e judiciária do Estado de Sergipe, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, como cidade, sede do município e têrmo judiciário do mesmo nome, pertencente à comarca de Nossa Senhora das Dores.

Uma Lei estadual muito recente, a de número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária) fixou a nova divisão judiciária do Estado, para vigorar no período 1957-1962, sem, contudo, alterar a situação do município de Cumbe, que permaneceu com seu único distrito, o da sede municipal, e reconstituindo um dos têrmos da comarca de Nossa Senhora das Dores.

O município foi, afinal, solenemente instalado no dia 31 de janeiro de 1955, quando, também, se deu a instalação da atual legislatura, e primeira do novo município, com a posse do seu Prefeito, o Sr. Antônio Gomes de Morais, e ainda constituída a primeira Câmara Municipal de Cumbe, composta de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município de Cumbe fica localizado na Zona Oeste, limitando com os de Nossa Senhora das Dores, Tamanduá, Aquidabã e Capela. A sede municipal fica a Noroeste do território do município, à pequena distância da margem do rio Japaratuba, próxima aos limites com o território do município de Tamanduá. As coordenadas geográficas da cidade de Cumbe ainda não foram calculadas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

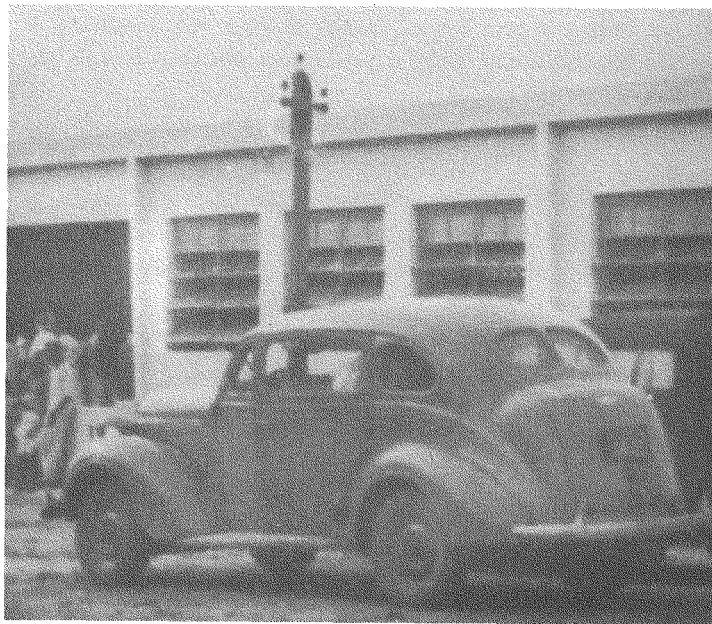
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é, aproximadamente, de 150 metros.

CLIMA — A cidade como o restante do território de Cumbe, possui clima saudável e ameno. O município de Cumbe está incluído entre os do Estado de Sergipe que estão sujeitos a longos períodos de estiagem, muito conhecidos por "Sêca do Nordeste".

ÁREA — A área territorial do município é de cêrca de 149 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculo feito pela Inspetoria Regional de Estatística.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O único acidente geográfico digno de registro, no município, é o rio Japaratuba, que está incluído entre os 5 principais do Estado, muito embora seja, dêstes, o de menor curso. É, entretanto, de grande importância, pois sem o favorável concurso das suas águas, estaria grandemente prejudicada a rêde de navegação fluvial do Estado de Sergipe. Nasce ao norte do município de Nossa Senhora das Dores, serve de divisa entre os municípios de Cumbe e Tamanduá, daí para frente banha, ainda, os municípios de Capela, Japaratuba, Carmópolis e Barra dos Coqueiros, e deságua no Oceano Atlântico. É navegável depois de Japaratuba, sòmente por pequenas embarcações como saveiros e canoas, a despeito de estar sujeito às influências das marés até certa altura do seu curso. Possui um vale muito fértil, porém é muito sujeito, a inundações, que causam grandes prejuízos às plantações feitas nas suas margens. Em território de Cumbe êsse rio não é navegável. Há ainda no município o riacho Monteiro, de importância apenas geográfica, pois serve de divisa entre Cumbe e Nossa Senhora das Dores, ao sul.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais do município, sòmente as de origem vegetal merecem registro, pois, a despeito da devastação sofrida pelas suas matas, ainda se encontram árvores que fornecem madeira para a construção civil, como: baraúna, pau-d'arco, murici, tapicuru, e para lenha, como: candeia (que também fornece excelentes postes para cêrca), araçá e camboatá. Entre as plantas e raízes medicinais destacam-se o juàzeiro, a jurubeba, a catinga-de-porco, o gengibre e a batata-de-teiú.

Nas capoeiras, são encontradas aves como a perdiz, a cordoniz e a cardinheira, que podem considerar-se como riquezas naturais de origem animal, se bem que as freqüentes caçadas levadas a efeito no território do município, mui-

Grupo Escolar Professor Alcebíades Paes

to contribuíram para que se tornasse atualmente um tanto difícil a localização dessas aves que oferecem pratos deliciosos e muito procurados.

POPULAÇÃO — O município de Cumbe foi criado e instalado em datas posteriores à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil e, por isso, a sua população está incluída nos dados demográficos concernentes à zona rural do município de Nossa Senhora das Dores, do qual foi desmembrado o seu território.

Nestas condições, sòmente em decorrência de estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística de Sergipe, baseadas nos resultados censitários de Nossa Senhora das Dores, se tornaram possível, nesta oportunidade, algumas referências à população do município.

A população de Cumbe, foi, pois, estimada em 5 000 habitantes para 1.º de julho de 1950, dos quais, segundo o sexo, pouco mais de 2 500 eram mulheres e pouco menos dêsse número de pessoas eram homens. Segundo a côr, havia pequena preponderância dos pardos, com mais de 2 500 habitantes, vindo depois os brancos com cêrca de 2 000, e, por fim, apareciam os pretos, que não chegavam a atingir 300. Quanto ao estado conjugal, as estimativas da Inspetoria Regional de Estatística, davam cêrca de 1 500 habitantes, de 15 anos e mais, como casados, cêrca de 1 000 solteiros e menos de 200 viúvos. O catolicismo romano, dentre as religiões, era a que preponderava entre os habitantes de Cumbe, com mais de 4 800 fiéis, enquanto as demais seitas religiosas apareciam com um número insignificante de adeptos.

As atividades domésticas, onde estava incluída grande parte da população feminina do município, era a que maior número de pessoas ocupava, cêrca de 1 500. Na agricultura e na pecuária estavam ocupados, aproximadamente, 1 400 habitantes de Cumbe, enquanto que, no Comércio e na Indústria, não laboravam 100 pessoas. Também, não ocupavam 100 habitantes de Cumbe, atividades outras como prestação de serviços, administração pública e transportes e comunicações. Em condições inativas encontravam-se, aproximadamente, 200 pessoas. A maior parte da população, segundo a situação dos domicílios, habitava a zona rural do município, onde foram recenseados mais de 4 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A sede municipal, quando ainda povoado, contava cêrca de 800 habitantes em 1.º de julho de 1950, de acôrdo com estimativas fornecidas pela Inspetoria Regional de Estatística, baseadas nos dados censitários de 1950; é a única aglomeração urbana digna de registro existente no município. Há ainda os povoados Mamona e Conceição, ambos com população entre 200 e 300 habitantes.

Vista parcial da cidade

Capela de São João

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta na Agricultura e na Pecuária.

Em 1956, o valor da produção agrícola atingiu cêrca de Cr$ 3 500 000,00. O quadro abaixo, apresenta as principais culturas agrícolas do município, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	104	831
Feijão	61,5	615
Fumo	7	180
Mandioca	2 270	1 372
Milho	150	375

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos com 14 000 cabeças em 1956, seguido do de suínos com 6 300. Os efetivos dos rebanhos de eqüinos, muares e caprinos, em 1956, eram inferiores a 2 000 cabeças.

No município, existiam, em 1956, sòmente 15 estabelecimentos industriais, não empregando, cada um dêles, 5 operários.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município existem 10 estabelecimentos comerciais, nenhum, porém, de importância que justifique uma menção especial.

Mercado Municipal

Inexistem, em Cumbe, agências de Banco ou Casas Bancárias e correspondentes bancários devidamente credenciados. As operações de crédito dos habitantes do município, geralmente, são levadas a efeito na agência do Banco do Brasil em Capela ou na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe apenas de transporte rodoviário, sem, contudo, estar servido de linha regular de ônibus ou caminhões. A cidade de Cumbe está ligada à sede dos municípios vizinhos pelas seguintes vias: Nossa Senhora das Dores, rodovia (20 quilômetros); Aquidabã, rodovia (22 quilômetros); Tamanduá, rodovia (18 quilômetros) e Capela, rodovia (15 quilômetros).

A Capital do Estado fica distante 105 quilômetros por rodovia, da cidade de Cumbe.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal que foi há bem pouco tempo instalada no local onde existia o antigo povoado de Cumbe, não está sendo edificada em obediência a um plano urbanístico prèviamente elaborado e por isso não oferece bom aspecto nesse particular, dispondo, atualmente, de cêrca de 300 prédios. Nenhum dos seus logradouros se encontra pavimentado com qualquer espécie de calçamento. Possui, a sede municipal, iluminação elétrica, pública e domiciliar. Na Prefeitura Municipal estão registrados 3 veículos a motor, sendo 2 automóveis e 1 caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município ainda não dispõe de nenhum órgão mantido pelos podêres públicos ou por sociedades particulares, que prestem assistência médico-sanitária aos seus habitantes. Na sede municipal, existe uma farmácia, com pequeno estoque de medicamentos e drogas e que funciona sob a responsabilidade de um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — Atualmente, não se dispõem de dados absolutos com referência à alfabetização dos habitantes do município de Cumbe. Entretanto, estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando por base os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, concernente à população em idade escolar, isto é, de 5 anos e mais, do município de Nossa Senhora das Dores, dão para Cumbe um índice de alfabetização de 23,56%.

Ensino — Em todo o território municipal se encontravam em funcionamento no ano de 1956, 10 unidades escolares, tôdas escolas isoladas, que ministravam o ensino primário elementar, com uma matrícula de 200 alunos e um aproveitamento escolar que atingiu 47 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado no dia 31 de janeiro de 1955, e, por isso, o quadro abaixo apresenta o resultado financeiro a partir do exercício de 1955, discriminando as receitas arrecadadas pelo Estado e pelo município e a despesa realizada pelo município, nos anos de 1955 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	62	519	20	178
1956	—	267	697	48	502

Os dados referentes à arrecadação Federal não foram conseguídos, tendo em vista que em Cumbe não se encontra em funcionamento nenhuma repartição arrecadadora da União.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município comemora condignamente o dia consagrado a São João, seu Padroeiro. Êsses festejos, geralmente, constam de novena nos dias que antecedem o dia festivo, que é 24 de junho de cada ano. Nesse dia, nas portas de tôdas as residências de Cumbe são acesas fogueiras e durante tôda a noite se comemora o grande dia com bailes e quadrilhas e se queimam em abundância fogos de artifícios. Sòmente essa festa, de cunho mais popular do que religioso, é realizada em Cumbe.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Cumbe são denominados cumbenses.

No pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, do total de 733 eleitores inscritos, 706 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de, apenas, 03,5%.

Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Paulo Pereira Costa (em exercício).

CURITUBA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nos primeiros tempos chamou-se Canindé, passando a denominar-se Curituba (nome de um rio existente em seu território), pela Lei n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, cujo espírito pretendia evitar a pluralidade de lugares no País com o mesmo topônimo.

Remonta à madrugada da Província, a primeira penetração no território de Curituba, devassado pelo espírito de cobiça das bandeiras ávidas de riquezas. Todavia, êste maciço sertanejo extremado com o Estado da Bahia pelos lados do sudeste e do oeste, e que fazia parte da sesmaria de 30 léguas, concedidas em 1629 ao Desembar-

gador Burgos e outros, e posteriormente do Morgado de Pôrto da Fôlha, instituído pelo fidalgo D. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, onde o inverno é inconstante e a vegetação é agreste e em que abundam os cactos, não mereceu maior interêsse por parte dos primeiros desbravadores.

Assim é que, no fim do século passado, só três ou quatro fazendas existiam dispersas nas clareiras abertas no serrado caatingal de baraúnas, aroeiras, caraibeiras, coroa de frade, xiquexique, alastrado e mandacarus, ligados pela unha-de-gato.

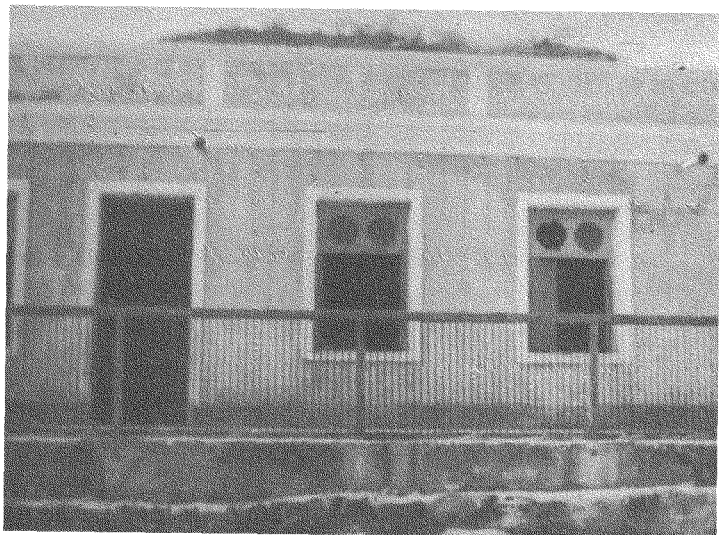
No último quartel do século XIX, Francisco Cardoso de Brito Chaves comprava pela quantia de quinhentos mil réis (correspondentes a quinhentos cruzeiros atuais), ao capitão Luiz da Silva Tavares, herdeiro do referido Morgado do Pôrto da Fôlha, a grande propriedade, então inexplorada, onde se assenta a sede municipal de Curituba.

Mais tarde, o coronel Chico Porfírio, como era conhecido e tratado, ali construiu a casa em que passou a residir, estabelecendo-se nas proximidades com um curtume de couros de sociedade com o coronel João Fernandes de Brito, que foi ampliando, com o tempo, até à condição de desenvolvida indústria mecanizada, e, na proporção de seu progresso, crescia o operariado e conseqüentemente o número de moradias do lugar.

Pela Lei estadual n.º 368, de 7 de novembro de 1899, já a povoação era elevada a sede de distrito de paz, lei que mais tarde veio a ser revogada.

Em 1936, quando contava 120 casas e uma capela sob o orago da Cruz, foi restaurado o seu distrito de paz como 2.º do município de Pôrto da Fôlha, pela Divisão Territorial fixada em 31 de dezembro do citado ano, passando a vila pelo Decreto-lei n.º 69, de 28 de março de 1938.

Logo depois, embora o curtume Canindé encerrasse suas atividades, estancando-se a principal fonte de vida dos habitantes da vila, contudo o seu progresso não paralisou de vez, tanto que em 1953 possuía as condições mínimas para ser elevada à categoria de cidade.

Curituba recebeu a categoria de cidade e de sede do município de mesmo nome, com território desanexado do de Pôrto da Fôlha, pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, vigorante no qüinqüênio 1954-1958, estabelece no distrito único de Curituba têrmo judiciário, anexo à comarca de Pôrto da Fôlha.

Prefeitura Municipal

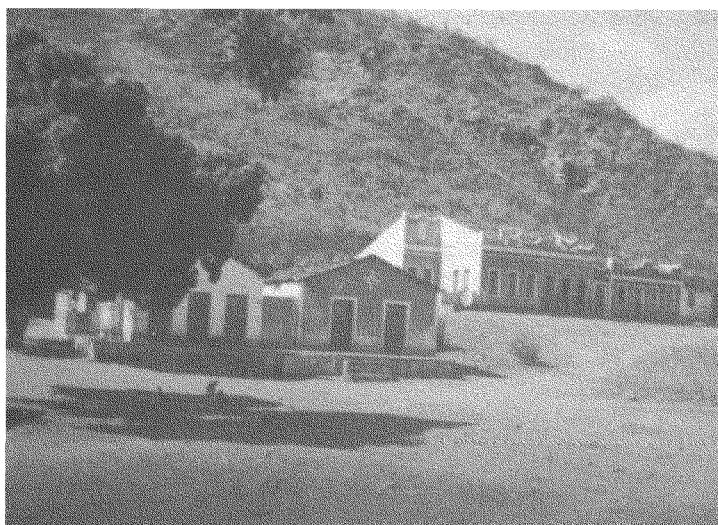
Em 6 de fevereiro de 1955, foi instalado o município, tomando posse a Câmara de Vereadores constante de 5 membros e o Prefeito Municipal, Sr. Ananias Fernandes dos Santos, eleitos em 3 de outubro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Sergipe apresenta três grandes massas de terras altas, planaltos, separadas pelas bacias dos primeiros rios. No primeiro dêstes planaltos, colocado entre os rios Sergipe e São Francisco, no agreste que parte da Serra Negra, está situado o município de Curituba como unidade da Zona Fisiográfica "Sertão de São Francisco". Limita com os municípios de Poço Redondo e Voturana — Bahia e o Estado de Alagoas. A cidade de Curituba está situada em uma elevação à margem direita do São Francisco. Dista 160 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, sendo a cidade mais distante de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é semi-árido com chuvas no outono, ou seja, um inverno a partir de abril até agôsto de precipitação reduzida, às vêzes irregular, com efeitos calamitosos.

ÁREA — A área do município foi estimada recentemente pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal em 909 quilômetros quadrados, representando cêrca de 4,12% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio São Francisco, que serve de limite com o Estado de Alagoas; rio Xingó, que serve de limite oeste com o Estado da Bahia; riacho Pedras, que nasce na Serra Negra, corta todo o município e vai desaguar no São Francisco, e outros menos importantes como o Xingòzinho, Mão Direita e Curituba. Serras: Negra e Saco da Arara, nos limites com a

Vista parcial da cidade

Bahia e Cana Brava; pico do Tará e morro do Sobradinho, além de outros sem designação.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral conta o município como recursos, a pedra calcária. No vegetal, madeiras para lenha, e no reino animal, peixes, produções que, somadas as respectivas parcelas, atingiram em 1956 o total de 205 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1.º de julho de 1950, existia no distrito de Curituba 3 052 habitantes, dos quais 1 461 homens e 1 591 mulheres, ou seja, 109 mulheres correspondentes a cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica era então de 3,35 habitantes por quilômetro quadrado. Por falta de dados censitários divulgados com relação à côr e ao estado civil da população existente no distrito em 1950, a Inspetoria Regional de Estatística, baseando-se nas parcelas concernentes ao município de Pôrto da Fôlha, a que Curituba pertencia naquele tempo, procedeu às estimativas que se seguem: brancos — 1 726, pardos — 680 e pretos — 646 pessoas. Quanto ao estado civil das pessoas de 15 anos e mais de idade, cujo total era de cêrca de 1 636 indivíduos, estaria assim distribuído: solteiros — 540, casados — 980 e viúvos — 116.

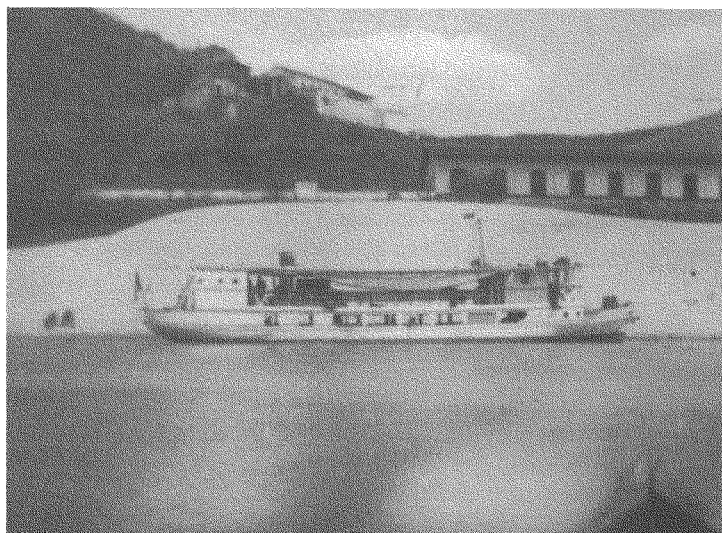
Em 1950, viviam na sede municipal 160 habitantes contra 2 892 no quadro rural.

Vista parcial do prédio onde funciona a Agência Municipal de Estatística

Aglomerações urbanas — A principal aglomeração urbana do município, é, sem dúvida, a cidade; além desta só há o povoado Sítios, cuja população é de cêrca de 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo estimativas baseadas no Censo de 1950, cêrca de 800 pessoas de 10 anos e mais de idade tinham como atividade principal a agricultura, a pecuária e indústrias extrativas. Em virtude da escassez muito freqüente dos invernos, a agricultura constitui atividade complementar da população do município, que tem como fonte de vida pecuária, criando principalmente o gado caprino, resistente aos demorados estios, por fazer a sua alimentação de cascas, fôlhas sêcas de muitas espécies da flora agreste, e de alguns tipos de cactos.

No ano de 1956, não houve safra por falta de chuvas bastantes para desenvolver a lavoura.

Os efetivos da pecuária em 31 de dezembro de 1956 eram os seguintes: bovinos — 6 735, eqüinos — 435, asininos — 800, muares — 140, suínos — 1 500, ovinos — 1 900 e caprinos — 8 600 cabeças. No referido ano a produção foi estimada em 2 400 bezerros, 100 poldros, 200 crias de asininos, 3 000 leitões, 6 000 ovinos e caprinos e 100 000 litros de leite, cujo valor total foi de 6 000 milhares de cruzeiros.

Vista do pôrto da cidade

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade 3 estabelecimentos varejistas de molhados e estivas que transacionam principalmente com as praças de Propriá, dêste Estado, e Penedo, de Alagoas. Não há bancos nem correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Curituba com os municípios vizinhos da seguinte maneira: via fluvial — Poço Redondo (30 quilômetros); Piranhas — Alagoas (3 quilômetros). Estrada carroçável (lombo de animais) Voturana — Bahia (72 quilômetros).

A ligação com a Capital do Estado é feita através de Propriá por via fluvial e rodoviária, numa extensão de 266 quilômetros. Com a Capital Federal liga-se através de Penedo — Alagoas ou de Aracaju.

Quanto a comunicações, serve o município a Agência Postal-telegráfica da cidade fronteiriça de Piranhas — Alagoas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com três logradouros sem pavimentação.

Capela Santa Cruz

ALFABETIZAÇÃO — Baseada nos dados censitários de 1950, a Inspetoria Regional de Estatística Municipal estimou a existência, no município, de 2 411 pessoas de 5 anos e mais de idade naquela data, dentre as quais saberiam ler umas 290.

Ensino — Em 1955, existiam no município 3 estabelecimentos de ensino primário, sendo 2 de fundamental comum e 1 supletivo ou complementar, contando todos êles 50 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município a partir da sua instalação, ou seja, no período 1955-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	18	521	14	273
1956.......	—	64	681	32	468

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião Católica Romana é a predominante no seio da população local; o município pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha. A principal festa de Curituba é a da Invenção da Santa Cruz, precedida de tríduo, havendo missa e procissão de encerramento no dia 3 de maio.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos de Curituba destacou-se no cenário nacional: *D. Juvêncio Brito,* Bispo de Garanhuns. Nasceu a 2 de agôsto de 1886 em Curituba. Reitor do Seminário de Aracaju em 1917, Vigário-Geral da Diocese de Aracaju. Em 1918, foi Vigário de Propriá, de onde saiu eleito Bispo de Caetité — Bahia, sendo posteriormente transferido para a Diocese de Garanhuns — Pernambuco, onde veio a falecer no dia 31 de janeiro de 1954.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados curitubenses.

Dos 165 eleitores inscritos, 90 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 67,5% do eleitorado.

Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico-Auxiliar da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Epifânio Feitosa da Silva.

DIVINA PASTÔRA — SE

Mapa Municipal na pág. 336 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Quase todos os municípios sergipanos começaram por um curral, por uma fazenda de gado. Assim é que, na época da invasão holandesa, Sergipe já contava, segundo informa Felisbelo Freire, na sua "História de Sergipe", com quatrocentos currais, distribuídos por tôda a extensão de seu território. Naturalmente de um dêsses currais, surgiu a povoação de Ladeira.

Não se sabe ao certo a data em que foi ereta a freguesia de Divina Pastôra. Mas, tendo o Vigário Manoel Carneiro de Sá tomado posse na freguesia de Pé do Banco, atual Siriri, a 18 de fevereiro de 1700, quando Divina Pastôra já era paróquia, pode-se afirmar que esta foi freguesia antes da data de posse do Vigário de Pé do Banco.

Diz o historiador sergipano, Clodomir de Souza e Silva, em sua magnífica obra intitulada "Álbum de Sergipe" — 1820 a 1920, que a freguesia da Ladeira fôra criada há mais de um século do ano de 1853, tendo sido sua primeira sede a capela de São Gonçalo, donde, por motivo de ruína, passou à capela de Jesus, Maria e José de Pé do Banco. E, ainda, pelo mesmo motivo de ruína, voltou a sede para a primitiva capela de São Gonçalo, então melhorada, sendo que esta última mudança foi determinada por Decreto de D. João VI, em 1813.

Assim, continuou a Ladeira como simples povoação, até que, 20 anos depois, tornou-se distrito administrativo, por fôrça da Lei provincial datada de 31 de maio de 1833. Quando já eram decorridos quase três anos, foi ereta vila, desmembrada da de Maruim, com a denominação de vila de Divina Pastôra, pela Lei provincial de 12 de março de 1836, cujo têrmo era dividido da maneira seguinte: do Pôrto de Canabrava, no rio Sergipe, pela divisão de Maruim ao engenho Maria Teles, no rio Siriri, e por êste acima até a roça de dentro, daqui seguindo a estrada para o Taboleiro Largo até as Barreiras, seguindo a estrada até encontrar o rio Sergipe, e por êste abaixo até o Pôrto de Canabrava onde principiou.

Divina Pastôra, como algumas outras vilas sergipanas, pouco progrediu: ficou detida nessa categoria, por anos a fio.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Divina Pastôra se compõe de um único distrito, o de mesmo nome.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

A Lei estadual n.º 1 027, de 18 de outubro de 1928, manda passar à jurisdição da comarca de Riachuelo o têrmo de Divina Pastôra.

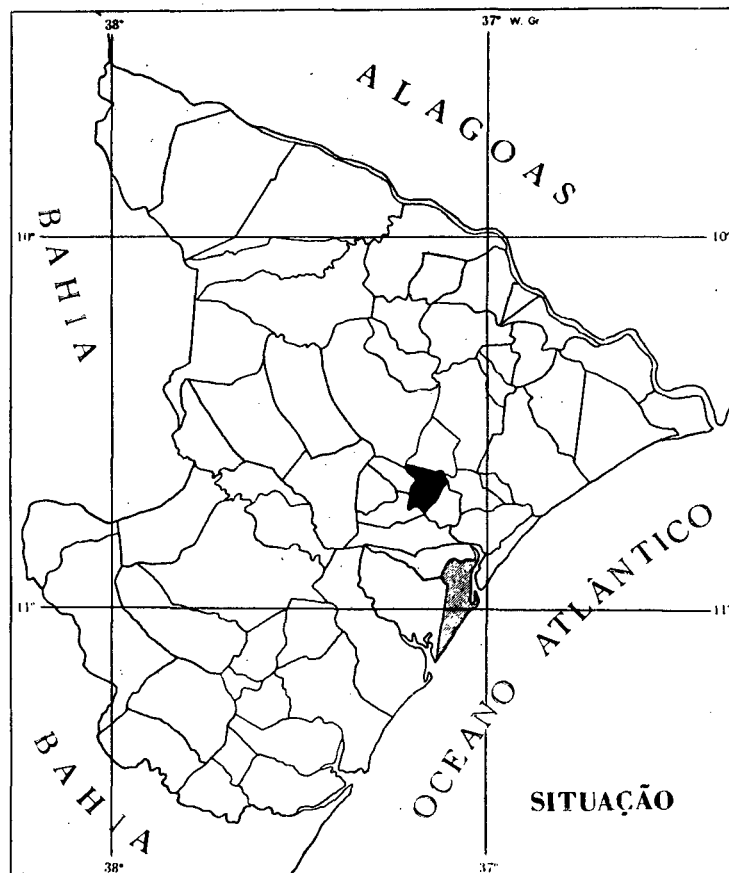
Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e em igual data de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município de Divina Pastôra é têrmo judiciário da comarca de Laranjeiras e se divide em dois distritos: o de mesmo nome e a vila de Santa Rosa, situação que perdura no quadro fixado pelo Decreto-lei estadual número 150, de 15 de dezembro de 1938, para o período de 1939-1943, o qual também elevou Divina Pastôra à categoria de cidade, pertencendo ainda à comarca de Laranjeiras.

Pelo Decreto-lei n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de número 377, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de Divina Pastôra foi transferido da comarca de Laranjeiras para a comarca de Maruim.

No quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei estadual n.º 533, o município de Divina Pastôra é formado pelos distritos: o de mesmo nome e Camboatá, anteriormente Santa Rosa, e é têrmo, ainda, da comarca de Maruim, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945. Esta divisão não sofreu nenhuma modificação pela Lei de 1946-1950 e seguinte, até à Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1954-1958, quando Divina

Chafariz e banheiros públicos

Pastôra ficou constituída de um só distrito, sendo têrmo da comarca de Riachuelo, que abrange, também, o município de Santa Rosa de Lima, ex-Santa Rosa e ex-Camboatá, que fôra elevado à categoria de cidade.

LOCALIZAÇÃO — Divina Pastôra situa-se na Zona Fisiográfica Centro, à margem esquerda do rio Sergipe, no cimo de um planalto, cujas proximidades são compostas de terrenos acidentados. Limita com os seguintes municípios: Santa Rosa de Lima, Riachuelo, Nossa Senhora das Dores, Rosário do Catete e Maruim. A sede municipal fica a 28 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado de Sergipe, e possui as coordenadas geográficas a seguir: 10º 41' de latitude Sul e 37º 09' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 60 metros na sede municipal, estando colocado no 6.º lugar em ordem crescente, entre os demais municípios sergipanos.

CLIMA — O clima é temperado, não existindo moléstias endêmicas. É aconselhado às pessoas atacadas pelo bacilo de Koch, sendo mais indicado aos convalescentes daquele mal. Em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos na escala centígrada: média das máximas — 25º; média das mínimas — 12º; média compensada — 18º.

Chove regularmente no município, principalmente no período de abril a agôsto.

ÁREA — A área territorial do município se estende por 148 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Pontilhando ou regando a paisagem do município de Divina Pastôra, encontram-se os seguintes acidentes geográficos: o rio Sergipe, que deu nome ao Estado, o qual, primitivamente, denominava-se Serigipe. Tem suas cabeceiras nas fraldas da serra Negra,

no município de Jeremoabo, no Estado da Bahia, de onde corre na direção de noroeste para sudeste, percorrendo tôda a extensão da zona que vai do rio São Francisco ao rio Vasa Barris. Atravessa a serra de Itabaiana, depois, em seu curso, se inclina para o Sul, recebe pela margem direita o rio Cotinguiba, os quais reunidos, recebem pelo outro lado o rio Pomonga, indo juntamente desembocar à margem esquerda da cidade de Aracaju.

Rio Ganhamoroba, nasce no engenho Mato Grosso de Cima e suas margens muito se prestam à plantação da cana-de-açúcar. Suas águas são fortemente carregadas de sais calcários e não são potáveis, mas se prestam a todos os outros misteres e, como são perenes, fornecem durante a estação calmosa banhos refrigerantes e extremamente agradáveis. Atravessa o município de Maruim depois de um curso de 12 quilômetros e recebe o fluxo e refluxo do Oceano; daí segue se alargando até fazer barra no pôrto Mombaça, sôbre o rio Sergipe, na extensão de 18 a 20 quilômetros.

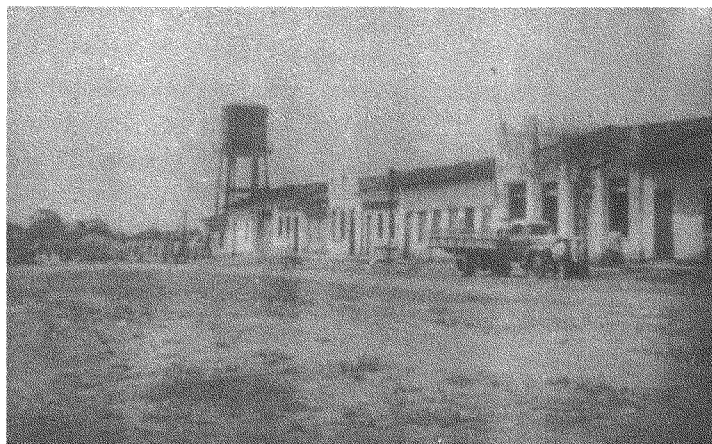
Rio Siriri, tem as suas nascentes no povoado Mata do Cipó, serve de limite entre Siriri e Divina Pastôra, Maruim e Rosário do Catete.

Rio Maniçoba — nasce na fazenda de mesmo nome no município de Divina Pastôra e banha o município de Santa Rosa de Lima.

Rio Cassange — Tem as suas cabeceiras na fazenda São Félix, no município de Divina Pastôra.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral dispõe o município, entre os seus recursos naturais, de barro (argila), cuja produção em 1956, alcançou o montante de 4 500 toneladas, no valor de Cr$ 90 000,00; areia para construção de obras de alvenaria: a produção naquele ano atingiu a casa das 5 000 toneladas, cujo valor foi de Cr$ 75 000,00. No reino vegetal conta Divina Pastôra com lenha para combustível, chegando a produção de 1956 a somar 6 500 metros cúbicos, no valor de Cr$ 390 000,00.

POPULAÇÃO — Na época do último Recenseamento Geral do Brasil, realizado a 1.º de julho de 1950, habitavam o município de Divina Pastôra 3 126 pessoas, sendo 1 641 homens e 1 485 mulheres, havendo portanto um excesso do sexo masculino, relativamente ao feminino, de 156 indivíduos, ocorrência que nem sempre se verifica nas cidades do interior do Estado, em virtude de os homens demandarem a outras paragens em busca de melhor meio de vida, ao passo que as mulheres permanecem quase sempre na terra natal. A densidade demográfica é de 21,121% de habitantes por quilômetro quadrado.

Classificando-se a população local segundo a côr, nota-se que há predominância dos pretos, que formavam o grupo mais numeroso, vindo em seguida os brancos e, por último, os pardos. Estava assim classificada a população de Divina Pastôra em 1950 na distribuição da côr: pretos — 3 388; brancos — 1 215 e pardos — 521 habitantes. Ainda tendo em vista o que apurou o Censo Demográfico de 1950, a população local de 15 anos e mais de idade, segundo o estado conjugal, estava classificada da seguinte maneira: casados — 899; solteiros — 666; viúvos — 148 e apenas um desquitado. Os casados formavam o maior agrupamento de pessoas no município.

Vista parcial da cidade

Consoante estimativas levadas a efeito pelo Departamento Estadual de Estatística para 1.º de julho de 1956, o município de Divina Pastôra tinha uma população aproximada de: sede municipal — 1 200 habitantes; quadro rural — 5 500 habitantes; total — 6 700 habitantes.

Como por ocasião do Recenseamento, o distrito de Camboatá, hoje Santa Rosa de Lima, pertencia ao município de Divina Pastôra, onde estava incluída a sua população, a parte demográfica dêste município foi feita tendo em vista estimativa realizada pela Inspetoria Regional de Estatística, baseada em coeficiente numérico.

Aglomerações urbanas — A concentração urbana de maior relêvo no município é, sem dúvida, a da sede municipal, que em 1950, de acôrdo com os resultados censitários, contava 1 121 habitantes, ou seja, 38,7% da população total. Além do núcleo citadino, pode-se acrescentar: o povoado Saco do Bonfim com aproximadamente 450 pessoas distribuídas por 134 moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pelo Recenseamento Geral do Brasil, realizado a 1.º de julho de 1950, cêrca de 33,03% da população de Divina Pastôra de 10 anos e mais de idade, tinham como atividade principal a agricultura e a pecuária.

O montante de sua produção agrícola em 1956, alcançou a casa dos Cr$ 7 447 000,00. O quadro seguinte mostra as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos, referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	22,5	180
Cana-de-açúcar	20 000	6 000
Feijão	6	84
Mandioca	384	588
Milho	150	625

COMÉRCIO E BANCOS — Dispõe o município de Divina Pastôra de 13 estabelecimentos comerciais varejistas, cujas transações são mantidas com a praça de Aracaju. O município não é servido de Bancos ou correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é beneficiado sòmente pelo transporte rodoviário e a cidade de Divina Pastôra está ligada às sedes dos municípios vizinhos da seguinte maneira: Marum, rodovia (12 quilômetros); Nossa Senhora das Dores, rodovia (31

quilômetros); Riachuelo, rodovia (9 quilômetros); Rosário do Catete, rodovia (19 quilômetros); Santa Rosa de Lima, rodovia (8 quilômetros); e Siriri, rodovia (11 quilômetros).

Divina Pastôra é servida de uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade compõe-se de 19 logradouros públicos, dos quais três praças são arborizadas, e os demais não têm pavimentação. A sede municipal dispõe de energia elétrica, contando 105 ligações domiciliárias, e um serviço de água encanada, inaugurado a 1.º de fevereiro de 1957.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município encontra-se provido de estabelecimentos que proporcionam assistência médico-sanitária à população, pois há o Pôsto Médico Municipal, localizado na Rua São Pedro, e um pôsto situado na Rua Quintino Bocaiúva; ambos mantidos pela Municipalidade.

Há ainda no município a Cooperativa Agropecuária de Divina Pastôra, fundada a 7 de setembro de 1947 e instalada a 30 do mesmo mês e ano, com a finalidade de prestar assistência e financiar os seus cooperados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados censitários de 1.º de julho de 1950, a população do município com 5 anos e mais de idade contava 2 561 habitantes, dos quais, sabendo ler e escrever — 834, ou seja, 26,6%. Naquela ocasião os que declararam haver concluído o curso fundamental comum eram em número de 77; os que declararam possuir o curso médio foram — 12 e apenas 3 pessoas haviam concluído o curso superior.

Ensino — Em 1956, havia no município 10 estabelecimentos de ensino primário comum, com uma matrícula de 327 alunos, cujo aproveitamento escolar foi de 44 estudantes. Não há ali nenhum estabelecimento de ensino que ministre curso além do fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte indica o movimento financeiro do município no período de 1950 a 1956, bem como a despesa realizada pela municipalidade durante aquêles anos:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	144	1 033	370	111	369
1951	265	912	391	102	361
1952	1 016	838	482	113	319
1953	183	914	745	85	647
1954	236	1 061	616	141	706
1955	410	659	584	39	538
1956	677	1 113	800	49	610

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião Católica Apostólica Romana é a predominante no seio da população local, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento em 1950: dos 3 126 habitantes do município, 3 083 manifestaram-se adeptos do catolicismo, portanto, 98,6% da população total do município professam esta religião; os que declararam pertencer ao protestantismo eram em número de 17, e apenas 10 habitantes eram espíritas.

No município situa-se a paróquia de Nossa Senhora da Divina Pastôra, uma das mais antigas do Estado, pois, conforme se pode verificar na parte histórica do município, antes de 1700, Divina Pastôra já era paróquia. É subordinada à Diocese de Aracaju.

Na igreja-matriz de Divina Pastôra, há um cálice de ouro que é um primor da antiga arte portuguêsa. O sociólogo Gilberto Freire, declarou em uma entrevista concedida à "A Tarde", da Bahia, que nas igrejas de Portugal e Espanha, nada existe de semelhante em obras de arte sacra.

O teto e o retábulo dessa matriz foram pintados pelo genial artista baiano José Teófilo de Jesus.

A principal festa religiosa no município é a da padroeira, Nossa Senhora de Divina Pastôra, celebrada no segundo domingo do mês de novembro. Há, também, uma outra comemoração de cunho religioso que é a de São Benedito, solenizada no mês de fevereiro — sem data fixa — uma das mais antigas do município.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os vários filhos ilustres do município, destacaram-se no cenário nacional os seguintes: *Alexandre de Oliveira Freire* — Médico e político. Nasceu a 14 de dezembro de 1854. Deputado estadual na legislatura de 1896 a 1897. *Antônio Leonardo da Silveira Dantas* — Padre e político de grande influência e orador sacro de dotes excepcionais. Nasceu a 1.º de fevereiro de 1858 e faleceu em Santo Amaro das Brotas, a 15 de fevereiro de 1919. *Fausto de Aguiar Cardoso* — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sociólogo, político, jornalista e poeta. Nasceu a 22 de dezembro de 1864 e faleceu em Aracaju, a 28 de agôsto de 1906. *Agenor Costa* — Filólogo. Autor de um dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguêsa, editado em 1950.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município têm o gentílico de divina-pastorenses. A atual legislatura foi instalada a 30 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José do Prado Barreto. A Câmara Municipal é constituída de cinco vereadores.

O eleitorado no último pleito foi o seguinte: inscritos — 957; votantes — 519; abstenção — 45,7%.

(Elaboração — Abdias Batista e Silva — Agente de Estatística; Agente de Estatística do município — José Freitas de Oliveira.)

ESTÂNCIA — SE

Mapa Municipal na pág. 384 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Por carta de sesmaria, datada de 16 de setembro de 1621, o capitão-mor João Mendes, da Capitania de Sergipe, fêz doação a Pedro Homem da Costa e a Pedro Alves, concunhados entre si, das terras às margens do rio Piauí, na cachoeira que se encontra no citado rio, abrangendo a área em que está assentada a cidade de Estância.

No referido documento de sesmaria, há uma alusão a aquisições anteriores das mesmas terras, feitas por Diogo de Quadros, e, depois, Antônio Guedes, os quais, sucessivamente, vieram a perder o direito à concessão que obtiveram, por não se terem decidido a povoar e colonizar a região.

Vista parcial da Rua Gumercindo Bessa, vendo-se à esquerda, em primeiro plano, a Prefeitura Municipal

Pedro Homem da Costa e Pedro Alves, quando fizeram o seu requerimento, já se achavam instalados naquele local, com roças e plantações de cana, conforme declaram na petição, e em companhia de João Dias Cardoso, sogro dos dois e um dos capitães do Exército de Cristóvão de Barros, na conquista de Sergipe — desejando apenas a confirmação da posse que já desfrutavam, o que lhes foi deferido.

Porque tenha sido dentre aquêles seus parentes o primeiro a desbravar o local exato em que se ergueu a povoação, construindo ali a sua casa de moradia, ou porque tenha sido o edificador da capela dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, ou ainda, por lhe ter concedido maior notoriedade, dentre os outros, por um naufrágio de que teria sido vítima, na costa do Atlântico, sob cujas circunstâncias chegara àquela região — o certo é que, ùnicamente a Pedro Homem da Costa, com exclusão dos seus companheiros, os historiadores atribuem a glória de haver fundado a cidade.

O nome da localidade designa, em castelhano, uma fazenda de gado e é corrente que Pedro Homem originava-se do México, onde se fala essa língua e cuja padroeira é a mesma Nossa Senhora de Guadalupe. Esta circunstância forma, afinal, sólido argumento, para ligar o nome daquele colono à história da mais importante cidade do sul do Estado.

O território em que nasceu Estância achava-se sob a jurisdição da vila de Santa Luzia do Rio Real, hoje Santa Luzia do Itanhi.

Nos começos do século XVIII, Estância já era uma povoação que crescia e prosperava, para ali convergindo tôda a exportação da zona do rio Piauí.

Agência dos Correios e Telégrafos

No povoado tinha residência a maioria da representação oficial da vila de Santa Luzia, a qual estava em franca decadência e ficava apenas a duas léguas de distância.

Foi então que se cuidou da transferência da sede da vila para a florescente povoação estanciana, em 1714, neste passo colaborando o ouvidor da Capitania de Sergipe, Dr. José Correia do Amaral.

Felisbelo Freire menciona o fato como tendo sido de iniciativa dos estancianos, que teriam encontrado forte oposição da Câmara de Santa Luzia, começando, desde aí, um período de lutas e rivalidades entre os dois povos vizinhos; afirma, porém, Lima Júnior, em sua "História dos Limites entre Sergipe e Bahia", páginas 193 e 194, que foi a própria Câmara de Santa Luzia — note-se que os vereadores moravam em Estância — que, alegando não poder a vila suportar os encargos a que era obrigada como cabeça de município e do têrmo, pediu ao Rei D. João, por carta de 29 de julho de 1713, a transferência da sede da vila para o "Sítio da Estância", onde havia igreja de pedra e cal e onde estivera alojado o exército de Camarão.

O acampamento de Camarão e suas tropas, em Estância, citado pelo autor, deve ter-se dado em 1645, nas últimas campanhas contra os holandeses, quando Camarão e Henrique Dias, segundo Felisbelo Freire, deslocaram-se do rio Real para dar combate aos flamengos, na zona do São Francisco.

Largo João Pessoa (centro comercial da cidade)

Em 1714, o rei, por carta de 31 de março, mandou que o Governador da Colônia informasse sôbre o pedido de transferência da vila; a informação certamente foi desfavorável, provocando uma repreensão do Conselho Ultramarino, em sessão de 31 de janeiro de 1715, contra o ouvidor de Sergipe, que favorecera a pretensão.

Entretanto, em 27 de abril de 1757, uma provisão régia permitiu que se realizasse na povoação de Estância "vereações, audiências, arrematações e outros atos judiciais na alternativa dos juízes ordinários".

Daí para cá, Estância avança cada vez mais na estrada do progresso.

Em 1808 é uma "formosa povoação", no dizer de D. Antônio Marcos de Souza, com uma capela majestosa de Nossa Senhora de Guadalupe e uma população de costumes pacíficos e doces.

A partir da segunda década do século XIX, com o seu pôrto próximo à desembocadura do rio Piauí, colocando a região em contacto direto com a capital da Bahia,

através da navegação marítimo-fluvial, Estância vai assumindo, ràpidamente, posição de relêvo, nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos de Sergipe.

Em março de 1821, concentram-se na povoação as tropas vindas da Bahia e a Legião Auxiliar de Santa Luzia, que marcham contra São Cristóvão, então capital sergipana, forçando a renúncia do primeiro governador da Província, Carlos Cezar Burlamaque, nomeado após a independência de Sergipe da tutela da Bahia.

Estância serviu, então, de base para um assalto violento às liberdades sergipanas, mas apenas por causa da sua situação geográfica, que permitia o desembarque das tropas, sem que a sua Câmara e o seu povo desse cobertura ao ato.

Em abril de 1824, porém, acolhe o Presidente legal, da Província, Manoel S. Silveira, obrigado a fugir de São Cristóvão por rebeldia dos chefes militares que o não querem apoiar — e torna-se, ainda que apenas por alguns dias, a sede de fato, do govêrno provincial, até que o povo são-cristovense e os soldados com êle confraternizados pedem o regresso do seu Presidente.

Vista parcial da Rua Capitão Salomão

Em 1826, levanta no sul a bandeira das pregações republicanas, sob a chefia do Padre Manoel Moreira, do alferes Vitorino de Melícias e do tenente João Alves, movimento que foi abafado à fôrça, pelas autoridades da Província.

Por essa época a povoação já se destacava como centro comercial e cultural em Sergipe.

Em 25 de outubro de 1831, consegue, afinal, a transferência para lá, da sede da vila de Santa Luzia, à qual vinha pertencendo. Por essa ocasião tudo indica tenha sido criada, também, a freguesia, sôbre cuja fundação não há referência positiva de data, nos livros consultados.

Em 1832, Estância realiza um acontecimento cultural da maior importância para as terras de Sergipe: edita o primeiro jornal da Província: "O Recopilador Sergipense", fundado por Monsenhor Fernandes da Silveira.

Em 1835, por Lei de 5 de março, foram criadas, na vila, 3 cadeiras preparatórias de filosofia racional e moral, de retórica e poética e de francês.

Uma Lei, de 6 de março do mesmo ano, criou a comarca de Estância.

Pela Resolução provincial de 4 de maio de 1848, foi elevada à categoria de cidade.

Agência do Banco do Brasil S.A.

Em janeiro de 1860 recebe a visita de D. Pedro II, na excursão do Imperador às Províncias do Norte, e de tal modo Estância causou boa impressão ao ilustre visitante que êste a denominou: "Jardim de Sergipe".

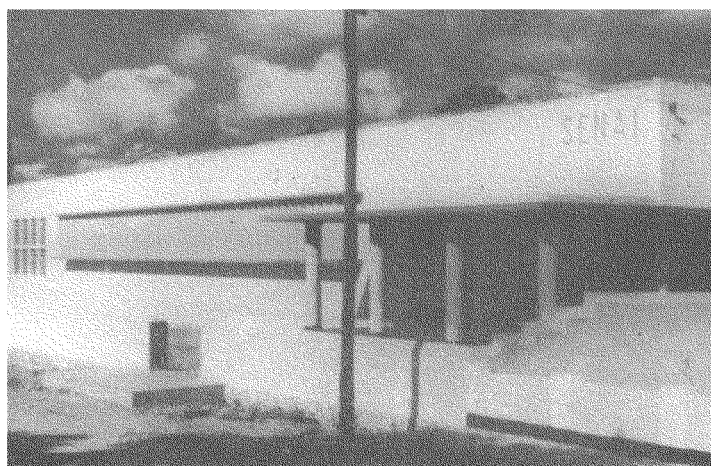
Neste mesmo ano de 1860, em abril, funda-se um novo jornal, na terra: "A Razão", que circulou até o ano de 1947.

Em 1880, pela Lei de 5 de maio, a freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, de Estância, foi dividida em duas: a de Nossa Senhora de Guadalupe e a de Nossa Senhora do Amparo, cujos limites ficavam traçados na mesma lei. Esta divisão foi depois tornada sem efeito.

Os ideais republicanos, pregados na década que vai de 1880 a 1890, encontram em Estância a mesma ressonância já manifestada há 60 anos atrás, com os entusiasmos do Padre Moreira. Assim é que, em 21 de agôsto de 1887, funda-se na cidade um clube republicano, sob a presidência de José Caitano Marques e destinado a converter os espíritos à nova forma de regime.

Pelo ano de 1891, o espírito empreendedor de João Joaquim de Souza, vendo a abundância de água doce e a cachoeira do rio Piauí, nas cercanias da cidade, com possibilidades de aproveitamento industrial e, animado pelo progresso da terra, resolveu fundar a fábrica de Tecidos Santa Cruz, que ainda hoje é uma das maiores de Sergipe.

Em 1912, nova fábrica de tecidos foi instalada, a do "Senhor do Bonfim", no bairro do Bonfim e, em 1930, nascia outro estabelecimento têxtil, a Fábrica Piauitinga, para enriquecer o parque industrial estanciano.

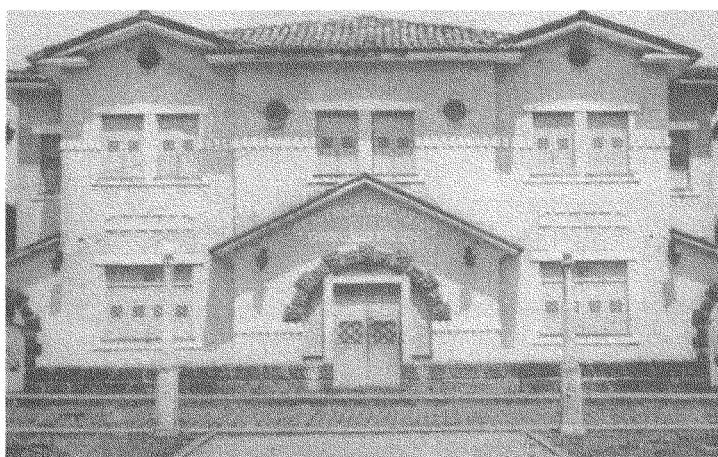
Entrementes, mais dois jornais foram fundados em Estância: "A Voz do Povo", editado pela primeira vez

Escola de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Ginásio Sagrado Coração de Jesus

em 30-X-1929 e "A Estância", cujo primeiro número circulou em 4-X-1931.

Com a queda do seu movimento portuário a partir de 1947, por falta de condições satisfatórias para o regular atracamento de navios e com a forte concorrência de Aracaju, nos mercados comerciais do interior do Estado, Estância, sentindo o seu comércio perder posição, procura valentemente defender a sua economia, através da ampliação de sua indústria e torna-se, graças ao ânimo forte dos seus homens de emprêsa, na maior cidade industrial do interior sergipano.

Atualmente utiliza em larga escala a energia de Paulo Afonso, cujas instalações foram inauguradas em 5 de maio de 1957.

Na história das divisões administrativas e judiciárias do Estado, Estância situa-se na seguinte ordem: Em divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933, o seu município compõe-se de um único distrito — o da sede municipal. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28-III-1938, o município pertence ao têrmo judiciário da comarca de Estância e possui ainda um único distrito. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, o município conserva-se com único distrito e com a sua comarca agora formada pelos têrmos de Estância, Arauá, Espírito Santo, Salgado e Santa Luzia. Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de n.º 533, de 7-XII-1944, a comarca de Estância deixou de abranger o têrmo de Salgado, transferido para a comarca de Lagarto. Em 1944-1948, quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei 533, o município é formado ainda por um só distrito e a sua comarca, nêle sediada, abrange os têrmos de Estância, Arauá, Inajaroba (depois Santa Luzia do Itanhi) e Indiaroba, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6-VI-1945.

Centro Educativo Gonçalo Prado (cinema)

Pela Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, em vigor, baixada com a Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, para o qüinqüênio 1954-1958, Estância é sede de comarca, abrangendo os têrmos de Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba que possui um único distrito — o da sede municipal.

Com a Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), a comarca de Estância perdeu o têrmo de Santa Luzia do Itanhi, que foi elevado a comarca de Indiaroba e que foi transferido para esta, ficando com os têrmos de Estância, Arauá e Cristinápolis, êste transferido da comarca de Itabaianinha.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, entre o Oceano Atlântico e os municípios Salgado, Itaporanga d'Ajuda, Buquim, Arauá, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. A sua sede localiza-se ao sudoeste do território municipal, na confluência dos rios Piauí e Piauitinga, tendo as seguintes coordenadas geográficas: 11º 16' 10" de latitude Sul e 37º 26' 16" de longitude W. Gr. Dista 57 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 20 metros na sede municipal. Estância coloca-se entre as dez cidades de menor altitude em Sergipe, no nono lugar.

CLIMA — É ameno o clima do município, com uma temperatura cuja média das máximas é de 32ºC e das mínimas, 24. Chove regularmente e de modo mais abundante nos

meses de maio a julho. A precipitação anual das chuvas atinge uma média de 166,3mm.

ÁREA — Sua área mede 645 quilômetros quadrados. É um dos municípios do tipo médio, em extensão territorial, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: a) Rios: Piauí, que recebe o Piauitinga, nos arredores da cidade, ao sul desta, daí até o oceano tornando-se navegável por pequenas embarcações. Há, ainda, os rios Fundo e Muculanduba, o primeiro, afluente do Piauí, e o segundo, afluente do primeiro; os riachos da Rosentina, afluente do Piauitinga, Biriba e Cassunguê, afluentes do Piauí. b) Cachoeiras: Santa Cruz (com 200 cavalos de fôrça, aproveitada pela Fábrica de Tecidos Santa Cruz), no rio Piauí, e do Ouro, no Piauitinga (com 20 cavalos, não aproveitada). c) Portos: das Farinhas e da Areia, no rio Piauí, êste último na sede municipal. d) Ilhas: das Garças (10 000 metros quadrados) e Pôrto Alegre (12 000 metros quadrados) no rio Piauí. e) Praia: do Saco, a 38 quilômetros da sede municipal.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, o município possui as suas reservas de barro para olaria, pedras para construção, paralelepípedos e salinas, ainda pouco exploradas, tendo a produção total destas, em 1956, alcançado o valor de Cr$ 164 000,00.

De origem vegetal, há madeira para construção e lenha. O valor total da produção destas espécies, em 1956, foi de Cr$ 3 966 400,00, e sòmente de lenha para combustível, a produção atingiu quase 100 000 metros cúbicos, no valor de Cr$ 3 438 400,00.

De origem animal, há riquezas em peixes e mariscos que são encontrados nos rios Piauí e Piauitinga e cuja produção, em 1956, alcançou um volume de 33 toneladas, na importância de Cr$ 882 000,00. Também existe pequena produção de mel e cêra de abelha, no município.

POPULAÇÃO — A população total do município, segundo os resultados do Recenseamento de 1950, era de 20 216 habitantes, sendo 9 087 homens e 11 129 mulheres.

A população da sede municipal era de 14 051 habitantes, classificando-se Estância como a cidade mais populosa de todo o interior de Sergipe. No quadro rural encontravam-se 6 156 pessoas. Na cidade predominava o sexo feminino, havendo 7 989 mulheres e 6 062 homens, ou seja, um excesso de 1 927 mulheres.

Grupo Escolar Gumercindo Bessa

Segundo a côr, dividia-se a população, em: 9 837 brancos, 6 391 pardos e 3 961 pretos, representando, êstes, 19,69% da população total.

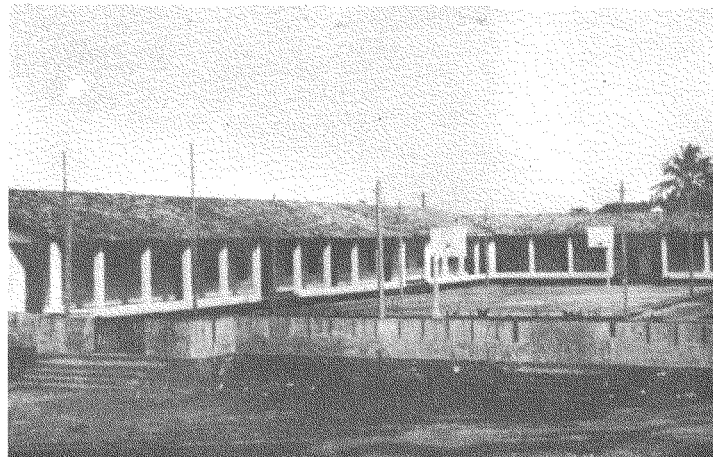
Quanto ao ramo de atividade, havia 3 014 pessoas trabalhando na indústria, no comércio e transportes, 2 720 na agricultura, pecuária e silvicultura, 1 202 em serviços e atividades sociais, 4 803 em atividades domésticas e escolares, e o restante incluía-se nos demais ramos (administração pública, profissões liberais, inativos, etc.).

Das pessoas de 15 anos e mais, de idade, 5 068 eram casadas, 6 324 solteiras, 966 viúvas e 12, desquitadas.

Quanto a religião, havia — para tôdas as idades — 19 779 que se declararam católicos romanos (97,84% do total) e 437 pertencentes a outras religiões.

A densidade demográfica do município de Estância era de 33,14 habitantes por quilômetro quadrado.

Segundo as estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística, sôbre a população de Estância, em 1.º-VII-1956, verifica-se uma elevação do efetivo demográfico para 22 458 habitantes, sendo 15 609 na sede municipal e 6 849 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — São as seguintes as aglomerações urbanas do município: A sede municipal, que concentra a maior parte da população do município (69,50%), possuindo os bairros operários de Cachoeira e Bonfim, êste último separando-se do centro da cidade pelo murmuroso Piauitinga. Povoado Saco do Rio Real, excelente praia de veraneio à beira da foz do rio Real, com uma população aproximada de 310 habitantes. Povoado Rio Fundo, com cêrca de 284 habitantes.

Escola Técnica de Comércio

Praça Barão do Rio Branco, ao fundo a Igreja-Matriz de N. S.ª de Guadalupe

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Estância tem na indústria o eixo da sua vida econômica.

Em 1956, o valor total da produção industrial do município, segundo o registro industrial realizado pelo I.B.G.E., alcançou a cifra de Cr$ 199 019 689,00. Dêste total, perto de 119 milhões de cruzeiros representavam-se pela produção das 3 fábricas de tecidos que funcionam na sede municipal, andando o volume de tecidos de algodão, fabricado, pela casa dos 10 milhões e 500 mil metros.

O valor da produção dos estabelecimentos industriais localizados na sede do município, em 1956, atingiu a Cr$ 197 134 649,00. A indústria rural (olarias, casas de fabricar farinha de mandioca, etc.) contribuiu com Cr$ 1 885 500,00.

Na agricultura do município destaca-se apenas a produção de côco-da-baía, que em 1956 atingiu 1 930 000 centos, no valor de Cr$ 5 790 000,00.

O rebanho pecuário conta com um efetivo de 13 000 cabeças de bovinos.

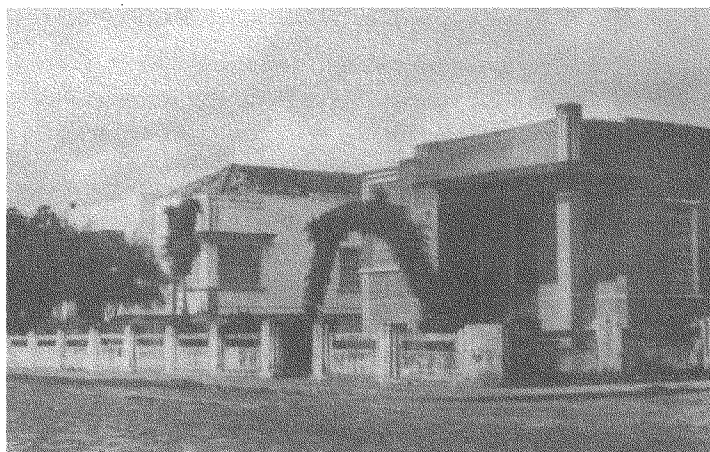
Os estancianos têm, ainda, na pesca, uma regular fonte de renda.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na cidade, 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 94 varejistas. O comércio mantém transações com as praças do Distrito Federal, São Paulo, Pôrto Alegre, Salvador, Recife, Aracaju, diversas cidades do interior da Bahia e a maioria das do interior de Sergipe.

Há, na sede do município, uma agência do Banco do Brasil, outra do Banco Mercantil Sergipense e uma terceira da Caixa Econômica Federal.

Maternidade Leopoldo A. Souza

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede do município está ligada à capital do Estado por 98 quilômetros de rodovia, comunicando-se ainda com as seguintes cidades, sedes de municípios vizinhos: Arauá, (29 quilômetros — rodovia), Santa Luzia do Itanhi (10 quilômetros — rodovia), Indiaroba (48 quilômetros — fluvial), Salgado (33 quilômetros — rodovia), Buquim (38 quilômetros — rodovia) e Itaporanga d'Ajuda (57 quilômetros — rodovia). A cidade de Estância é servida por uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e Serviço Telefônico ligado à Rêde Telefônica Sergipana.

Com a conclusão da rodovia federal, BR-11, a cidade de Estância, por ela atingida, terá extraordinàriamente melhorado o seu sistema de transporte, servindo de passagem para a maioria de veículos que trafegarão de Aracaju a Salvador e vice-versa.

Pôsto Médico do S.E.S.P.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Estância, com os seus 14 051 habitantes, coloca-se em segundo lugar, entre as mais populosas de Sergipe, perdendo apenas para a Capital. Conta com um total de 117 logradouros públicos, dos quais 31 inteiramente e 1 parcialmente pavimentados a paralelepípedo e 3 parcialmente revestidos a pedras irregulares. Percentualmente, 35% da área total da cidade são pavimentados a paralelepípedo e 8%, a pedras irregulares. O restante não tem pavimentação.

A cidade dispõe de uma rua e duas praças arborizadas, uma rua, duas praças e um largo sòmente ajardinados, e uma praça arborizada e ajardinada simultâneamente.

A iluminação pública, urbana, é fornecida pela Usina de Paulo Afonso, que também fornece fôrça para movimentar a indústria. As instalações dêste melhoramento ocorreram em maio de 1957.

Há, na cidade, 29 aparelhos telefônicos, fazendo comunicação urbana, e interurbana com as cidades de Aracaju e Santa Luzia do Itanhi.

O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal é de 48, inclusive 29 caminhões de carga.

Estância possui dois bairros operários: o Cachoeira, banhado pelo rio Piauí, onde se vê uma bela obra de arte, no aproveitamento da cachoeira de Santa Cruz do Bonfim, ligado ao centro urbano por uma ponte sôbre o rio Piauitinga. Êstes dois bairros dispõem de cinema, campos de esporte e centros recreativos capazes de rivalizar com os da capital do Estado.

Ponte da Rodovia BR-11 sôbre o rio Piauí

Há 3 cinemas em tôda a cidade, um dos quais com instalações para cinemascope. Estância possui 2 hotéis e duas pensões, que cobram as diárias médias de Cr$ 150,00 e Cr$ 120,00, respectivamente.

Há belos edifícios na cidade, destacando-se os prédios da Escola do SENAI, Escola Técnica de Comércio e Agência dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, no município, prestando os seus trabalhos profissionais, 4 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos.

Para assistência à população, funcionam 1 hospital com 40 leitos disponíveis, uma maternidade com 30 leitos, 1 Pôsto Médico, 1 Pôsto de Puericultura, uma Creche e 3 ambulatórios para operários e pescadores.

Na sede municipal existem, também, 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Estância dispõe de 1 asilo com 42 leitos para velhos, e 1 orfanato, com 30 leitos.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, de um total de 17 229 pessoas existentes no município, com 5 anos e mais, de idade, 6 581 (38,20%) eram alfabetizadas. Das alfabetizadas, de 10 anos e mais, de idade, com diploma de curso completo, 208 possuíam diploma do curso primário, 44, do curso secundário e 13, do curso superior.

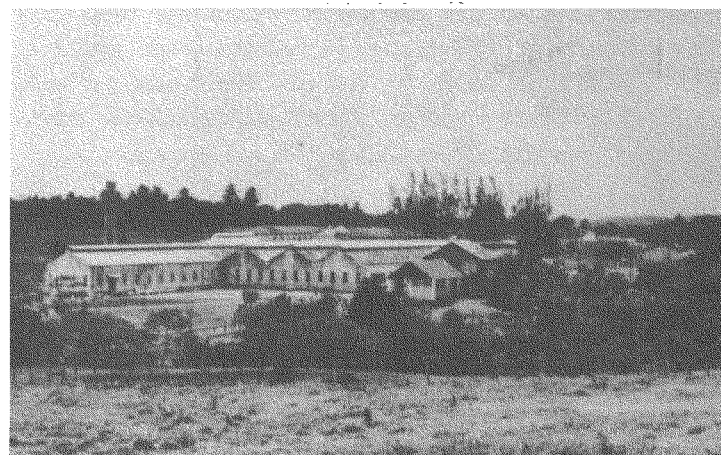
Ensino — Em 1956 funcionaram uma Escola Técnica de Comércio, 1 colégio de freiras, uma Escola Industrial mantida pelo SENAI e 40 unidades escolares do ensino primário, 37 dos quais, no quadro urbano. A matrícula total, em 1956, dos estabelecimentos de ensino médio foi de 297 e a do ensino primário 1 862.

Vista do lado direito do Mercado Municipal

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Estância possui, ainda, duas escolas de piano, cursos de arte culinária, corte e costura e datilografia.

Há, na sede municipal, duas bibliotecas com um total de 5 110 volumes, 2 jornais semanários, 2 clubes esportivos para futebol, duas tipografias e 3 livrarias.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita das entidades públicas, no município, e a despesa da Prefeitura no período de 1950-1956, acham-se demonstradas no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 217	3 873	1 278	...	1 343
1951	3 913	5 265	1 689	1 063	1 102
1952	4 543	5 738	1 921	1 240	1 089
1953	5 779	6 165	2 336	1 364	1 420
1954	6 987	7 291	2 161	1 422	1 616
1955	8 585	8 109	2 771	1 773	1 119
1956	9 563	9 179	3 333	2 144	2 236

Vista parcial da Fábrica de Tecidos Senhor do Bonfim

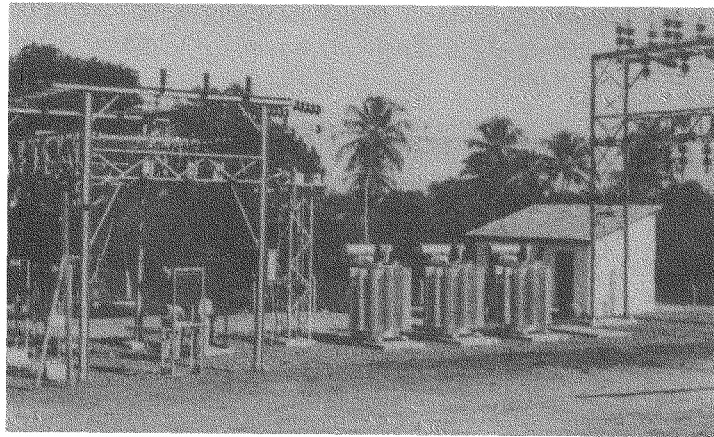
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há um obelisco na Praça do Barão do Rio Branco, em homenagem a Francisco Camerino, herói da guerra do Paraguai. Existem ainda, em bronze, os seguintes bustos: Presidente Getúlio Vargas, na Avenida Getúlio Vargas; Desembargador Zacarias Góes, na Rua Capitão Salomão; Professor Brício Cardoso, na Praça Barão do Rio Branco. Um busto de Monsenhor Silveira, filho de Estância e fundador da imprensa em Sergipe.

No Parque Pedro II, da Praça do Barão do Rio Branco, há um marco comemorativo da visita do Imperador Pedro II a Estância, contendo os dizeres: "Estância, Jardim de Sergipe", expressão usada por aquêle Soberano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A cidade de Estância possui 5 templos católicos, inclusive a igreja-matriz, e 3 templos protestantes. Da população do município, 97,84% declararam-se pertencer à religião católica. A paróquia, que tem a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, pertence à Diocese de Aracaju. Na cidade realizam-se, durante o ano, diversas festas religiosas, destacando-se três delas pela repercussão que têm e pelos aspectos folclóricos que oferecem: Festa de Nossa Senhora de Guadalupe, Padroeira da Cidade, no dia 12 de dezembro. É precedida de animada novena. No dia da Festa há missa solene e procissão com banda de música. A cidade em pêso toma parte nas sole-

nidades, cessando as atividades de suas fábricas, das repartições e do comércio. Festa do Senhor do Bomfim: É a festa máxima do bairro operário do Bonfim. Dura 3 dias, começando na última sexta-feira e terminando no último domingo do mês de janeiro. Os atos religiosos são celebrados na Capela do Senhor do Bonfim, que fica em um largo. À noite, o templo e o adro ficam fèèricamente iluminados, havendo neste último feira-livre com parque de diversões, que concentra enorme multidão de tôda parte da cidade. No domingo há a missa solene, e procissão à tarde, percorrendo o bairro. Festa de Santa Cruz: É realizada no bairro Cachoeira com a mesma animação da precedente. Ocorre na primeira semana do mês de maio, culminando no domingo, com missa solene. A iluminação feita na Capela de Santa Cruz e em frente a esta, na Praça "Gonçalo Rolemberg", assume aspecto ornamental, verdadeiramente artístico e admirável. Enorme multidão de gente aflui para êste local, durante os dias festivos.

VULTOS ILUSTRES — *Gumercindo de Araújo Bessa* — Jurisconsulto eminente e jornalista. Nasceu a 2 de janeiro de 1859. Foi Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação de Sergipe, dissolvido com a revolução de novembro de 1891. Advogou a causa dos acreanos na famosa ação de reivindicação do território do Acre, pelo Estado do Amazonas, enfrentando com excepcional brilhantismo o talento de Ruy Barbosa. Foi deputado à Assembléia Provincial na última legislatura do Império e deputado federal em 1909. Faleceu em 24 de agôsto de 1913. *Gilberto Amado* — Escritor, jornalista, diplomata e da Academia Brasileira de Letras. Nasceu na sede do município, em 7 de maio de 1877. Escreveu "A Chave de Salomão", e várias outras obras. *Brício Cardoso* — Professor, jornalista e escritor. Nasceu em 9 de julho de 1844. Autor de vários escritos sôbre Pedagogia, Filosofia e outras matérias. Faleceu em 2 de outubro de 1907. *Dr. Maurício Graco Cardoso* — Professor, jornalista e político eminente. Nasceu aos 9 de agôsto de 1874. Foi professor brilhante de Direito Constitucional, deputado federal por várias legislaturas e senador da República. Vice-Presidente do Estado do Ceará, eleito para 1908-1912 e Presidente de Sergipe no período de 1922-1926. Desempenhou diversos cargos na alta administração do País. Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1950, quando exercia o mandato de Deputado Federal de Sergipe. *Severiano Cardoso* — Professor, poeta, comediógrafo e jornalista. Nasceu em 14 de março de 1840. Autor de diversas peças teatrais, poesias e livros didáticos.

Barragem sôbre o rio Piauí, pertencente à Companhia Industrial de Estância S.A.

Usina Elétrica da C.H.E.S.F.

Faleceu em 2 de outubro de 1907. *D. Domingos Quirino de Souza* — 2.º Bispo de Goiás. Nasceu a 25 de setembro de 1813. Agraciado com a Comenda da Ordem da Rosa, pelos meritórios serviços que vinha prestando à população de sua terra; como sacerdote de raras virtudes, foi depois nomeado Bispo da Diocese de Goiás, por Decreto de 23 de abril de 1860. Faleceu em 12 de outubro de 1863. *Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira* — Sacerdote e jornalista. Nasceu no ano de 1795. Paladino dos ideais da Independência do Brasil. Foi membro do antigo Conselho Geral da Província e da Assembléia Legislativa, como deputado e presidente; Secretário do Govêrno do Piauí e deputado por aquêle Estado, a cujo cargo renunciou optando pelo mandato conferido pelos seus comprovincianos. Diretor da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, de 20 de outubro de 1837 a 5 de novembro de 1839. Presidente da Assembléia Provincial, em 1841, foi enviado à Côrte para felicitar o Imperador D. Pedro II pela declaração da maioridade dêste, e assistir à sua coroação. Autor de várias iniciativas pelo progresso de Sergipe, sobrelevando-se entre estas a introdução da imprensa no Estado, fazendo publicar, em 1832, o primeiro jornal da província, e "Recopilador Sergipano", editado em Estância, sua terra natal, e em tipografia de sua propriedade. Monsenhor da Capela Imperial, foi do Conselho de S. M. o Imperador e comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 30 de janeiro de 1862. *Antônio Moitinho Doria* — Nasceu a 25 de outubro de 1874. Advogado que, na época, chegou a ser um dos mais conhecidos na capital do país. Aperfeiçoou os seus conhecimentos jurídicos na Europa, freqüentando a Faculdade de Direito de Paris. Autor de inúmeros trabalhos jurídicos publicados em diversos órgãos de imprensa do país. *João Antônio Pereira Barreto* — Poeta e jornalista. Nasceu a 13 de janeiro de 1876. Foi colaborador e redator de diversos órgãos de imprensa de Sergipe. Escreveu um livro: "Selvas e Géus" (poesias) que mereceu os melhores juízos da crítica, inclusive de órgãos de imprensa de Lisboa, Portugal. *Major Leopoldo Antônio da Franca Amaral* — Militar e literato. Nasceu em 15 de novembro de 1848. Voluntário à Guerra do Paraguai. Foi ferido gravemente em Curupaity. Dêle disse o General Herculano da Silva Pedra: "O Capitão Leopoldo Amaral é um dos mais brilhantes ornamentos das legiões a que se ufana de pertencer". Regressou da guerra, terminada esta, como comandante do 8.º Batalhão de Voluntários. Obteve diversas condecorações por ato de bravura. Escreveu vá-

20 — 24 935

rias produções literárias e poéticas. Faleceu em 5-4-1893. *Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira* — Militar e político. Nasceu em 1757. Em 1797 foi nomeado capitão-mor governador da Capitania do Espírito Santo, pôsto que exerceu por duas vêzes. Em 1823, quando o Imperador teve de fazer as primeiras nomeações de presidente para as diversas Províncias, foi o Brigadeiro Manoel Fernandes escolhido para a Província de Sergipe. Faleceu em 26 de novembro de 1829.

Estância é berço, ainda, de outros ilustres filhos, cujos traços biográficos tomariam enorme espaço, destacando-se na lista dos seus nomes: *Professor Joaquim Maurício Cardoso*, poeta e romancista; *Tito Antônio da Franca Amaral, Manoel Luiz Azevedo de Araújo, Capitão Joaquim Rodrigues dos Cotias, Antônio Ribeiro Pacheco d'Ávila, Dr. Conrado Álvaro de Córdova Lima, Constâncio Cecílio Soledade, Ministro Heitor de Souza, Edmundo Esteves da Silveira, João Esteves da Silveira, João d'Ávila Franca, Domingos Gordo da Cruz* e *Dr. José Lourenço de Magalhães*, êste último, médico eminente e autor de trabalhos de literatura médica publicados na imprensa de Paris.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Estância recebem o gentílico "estancianos".

Acham-se em andamento os trabalhos de construção de um cais, no Pôrto d'Areia, no rio Piauí, pôrto êste que se encontra na sede do município.

A cidade de Estância está designada para sede de uma das duas novas Dioceses que possìvelmente serão criadas em Sergipe.

O atual Prefeito do Município é o Dr. Humberto Silveira Ferreira, que tomou posse do cargo em 31 de janeiro de 1955, quando se instalou a atual legislatura da Câmara Municipal, com a posse, igualmente, dos seus 5 vereadores.

Dos 12 277 eleitores inscritos no município, votaram 5 794 no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 52,8% do eleitorado.

(Elaboração — João de Oliva Alves — Agente de Estatística adido à IR de Sergipe; Agente de Estatística do município: Reginaldo Andrade Silva.)

FREI PAULO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Não se sabe ao certo quando começaram as primeiras penetrações no local denominado Chã do Jenipapo, depois São Paulo e atualmente Frei Paulo. Entretanto, tem-se conhecimento de que no século XVII, de 1726 a 1765, foram concedidas sesmarias na região, do distrito de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, no qual situava-se essa povoação.

Ocorreu êsse fato na época dos primitivos descobrimentos mineralógicos em Sergipe, por Belchior Dias Moreira, possuidor de fazendas de criação de gado e casa de moradia nessa zona, no princípio do referido século XVII, apesar de também ser proprietário em Campos do Rio Real, onde residia na fazenda de Jabiberi.

Prefeitura Municipal

Conta Laudelino Freire, em seu Quadro Corográfico de Sergipe, que a povoação foi fundada pelo missionário Frei Paulo de Casas Novas, que lhe emprestou o nome.

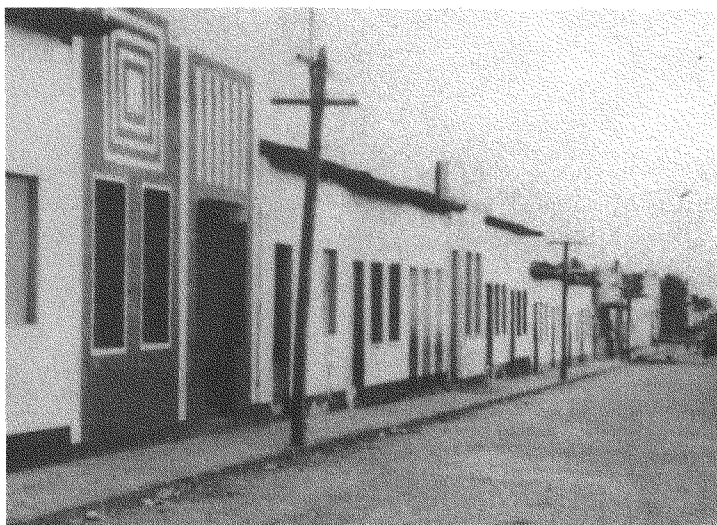
A Resolução Provincial n.º 588, de 4 de maio de 1860, concedeu uma gratificação mensal de cinqüenta mil réis, para alimentação a cada um dos dois missionários capuchinhos frei Paulo e frei Davi, enquanto estivessem nesta Província, em atenção aos bons serviços prestados.

Informa a tradição local, conservada na memória do povo, que em princípios de 1868, êsses religiosos da ordem dos Capuchinhos, vindos de Salvador, Estado da Bahia, em visita à cidade de Itabaiana, a convite de antigos moradores da localidade denominada Chã do Jenipapo, talvez os Srs. José Alves Teixeira e Brás Vieira de Matos, chegaram ao referido lugarejo e a 25 de janeiro fizeram ali a sua primeira pregação evangélica, mudando o povo, depois da missão, o nome da povoação para São Paulo, em homenagem ao Apóstolo da Fé Cristã.

Começando daí a fundação pròpriamente dita, do povoado, principalmente, quando teve início a construção da igreja, que é, nos tempos hodiernos, a Matriz da Paróquia e da casa residencial do Sr. Antônio Teixeira de Oliveira, filho de José Alves Teixeira. Logo após, formou-se uma feira. Tudo isto em terras doadas pelo citado Sr. José Alves Teixeira e Alexandre de Tal.

São Paulo foi distrito administrativo pela Lei provincial n.º 1 325, de 29 de abril de 1886, concorrendo para tal fim o cidadão João Tavares da Mota, que também, segundo contam, contribuiu para as primeiras edificações, melhorando, destarte, as condições urbanas do povoado.

Neste período, distingue-se pela sua operosidade o francês Gootchaux Ettinger, que estabelecendo-se no lugar denominado "Queimadas", ali desenvolveu as suas atividades agrícolas e o comércio do algodão, tendo também iniciado a cultura da cana-de-açúcar, chegando até a montar um engenho (fábrica de açúcar) e uma destilaria de aguardente.

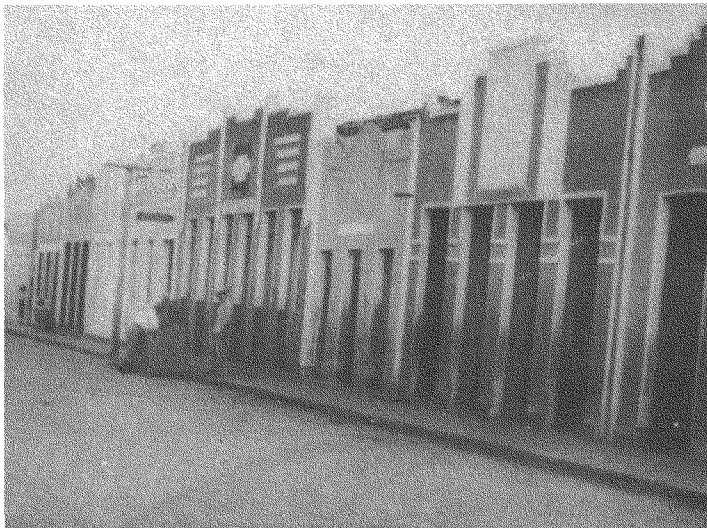
Em virtude do florescimento e prosperidade que ia tendo a freguesia de São Paulo, pertencente à comarca de Itabaiana, que se conhecia pela atividade comercial e agrícola, notadas ùltimamente, e tendo em vista o aumento da população, e considerando que, tais motivos determinavam a conveniência inadiável de plantar-se ali um regime legal, o Decreto-lei estadual n.º 11, de 25 de janeiro de 1890,

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

elevou à categoria de vila a freguesia de São Paulo, com a mesma denominação, desmembrada do município de Itabaiana.

Guindada que foi à hierarquia de vila, São Paulo teve um progresso acentuado, e trinta anos depois, a Lei estadual n.º 797, de 23 de outubro de 1920, elevou a então vila à classe da cidade, juntamente com Nossa Senhora das Dores, têrmos, respectivamente, das comarcas de Capela e Itabaiana.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de São Paulo permanece com o único distrito, e de mesmo nome, mas, nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município é têrmo judiciário da comarca de Itabaiana, e se divide em dois distritos, o do mesmo nome e o de Carira.

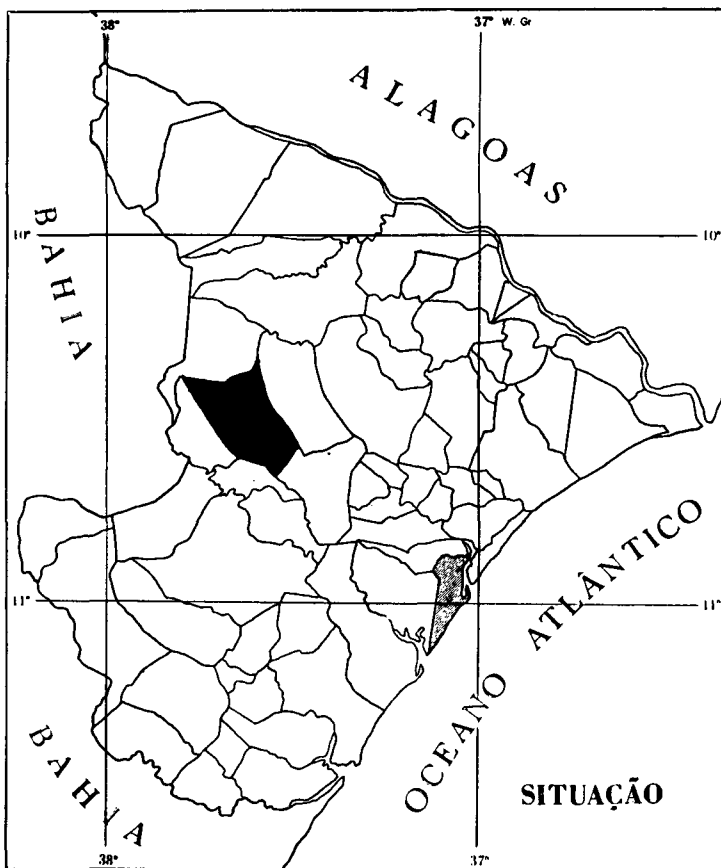
Tendo em vista o que estabeleceu o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938 e instruções do I.B.G.E., São Paulo teve o seu topônimo mudado para Frei Paulo, pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943. Êste decreto posteriormente foi revogado pelo de número 533, de 7 de dezembro de 1944, pelo qual, o têrmo, o município e o distrito passaram a denominar-se Frei Paulo.

Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado a vigorar de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, Frei Paulo é comarca e a ela pertencem os têrmos de Ribeirópolis e Carira.

Vista parcial da Praça Jackson Figueiredo

Por fôrça da Lei estadual n.º 823, de 24 de julho de 1957, que instituiu o Código de Organização Judiciária do Estado e criou novas comarcas, ficaram na jurisdição da comarca de Frei Paulo os Têrmos de Ribeirópolis, Carira e Pinhão.

LOCALIZAÇÃO — Frei Paulo situa-se na Zona Fisiográfica Oeste, em uma região elevada, pontilhada de serranias, destacando-se ao Norte as serra Preta e Campinas. Conforme estabelece a Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954 a 1958 (inclusive) limita com os municípios de Ribeirópolis, Itabaiana, Macambira, Pinhão e Carira.

A cidade fica a 66 quilômetros em linha reta da Capital do Estado de Sergipe, colocando-se o município, em ordem de distância, de sua sede à Capital do Estado, pelo meio mais fácil de transporte que é o rodoviário, no 19.º lugar.

Suas coordenadas geográficas são: 10° 32' 59" de latitude Sul e 37° 38' 15" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

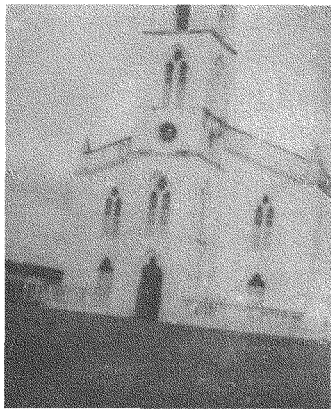
ALTITUDE — É de 220 metros a da sede municipal, sendo o 22.º, em ordem crescente de elevação vertical em relação às demais comunas sergipenses.

CLIMA — O clima é suave e goza de excelentes condições de salubridade. A temperatura média das máximas, em graus centígrados, é de 32, e das mínimas, 18. Chove regularmente no período de inverno, de março a junho.

ÁREA — A área territorial do município é de 577 quilômetros quadrados, sendo 2,58% do território do Estado, e é o 11.°, em ordem dos municípios sergipenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: o rio *Sergipe*, que deu seu nome ao Estado, o qual era primitivamente Serigipe. Tem suas cabeceiras nas fraldas da serra Negra, no município de Jeremoabo-Bahia, de onde corre na direção de noroeste para sudeste, percorrendo tôda a extensão da zona que vai do rio São Francisco ao rio Vasabarris; depois de um curso de 19 quilômetros penetra no município de Frei Paulo, banha as fazendas Sergipe e São Cristóvão. Limita êste município com o de Nossa Senhora da Glória.

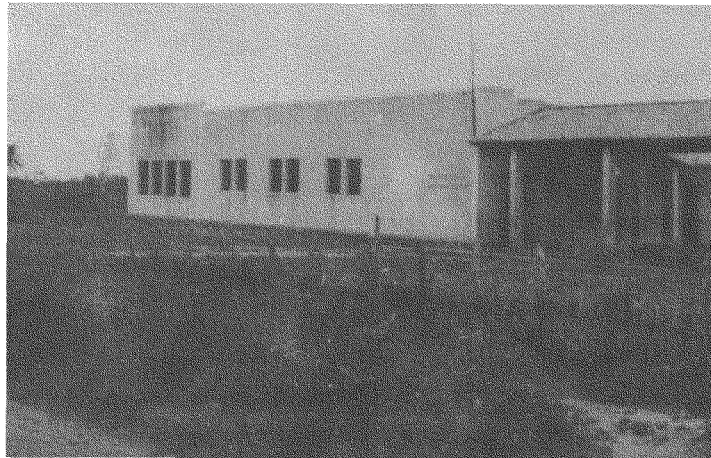
O rio *Salgado* — Tem as suas nascentes na fazenda Pias, dêste município, e banha as fazendas Lagoa Comprida, Gibóia, Salgado, Riachão e Manopa, daí vai à Fazenda Jacoca no município de Macambira, onde recebe a afluência do rio Jacoca, tomando êste nome até despejar no rio Vasabarris. O rio Salgado, não obstante ser de curso temporário, torna-se perigoso por ocasião de suas cheias.

O rio *Imbira* — Nasce no lugar do mesmo nome a dois quilômetros da sede municipal, banha as fazendas Rio do Brejo, Calumbi e Rio das Locas. Despeja as suas águas no rio Jacoca, no município de Macambira. O seu curso é temporário.

Igreja-Matriz de São Paulo

Cine São Paulo

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município conta apenas com barro (argila), substância empregada no assentamento da alvenaria de tijolos em obras provisórias, obtida misturando-se argila com água; é também própria para a fabricação de tijolos e telhas. A produção em 1956 foi de 200 toneladas, importando em Cr$ 12 000,00.

No reino vegetal, encontra-se lenha para cozinha, cuja produção estimada para o ano de 1956 foi de 27 500 metros cúbicos, atingindo a cifra de Cr$ 1 560 000,00.

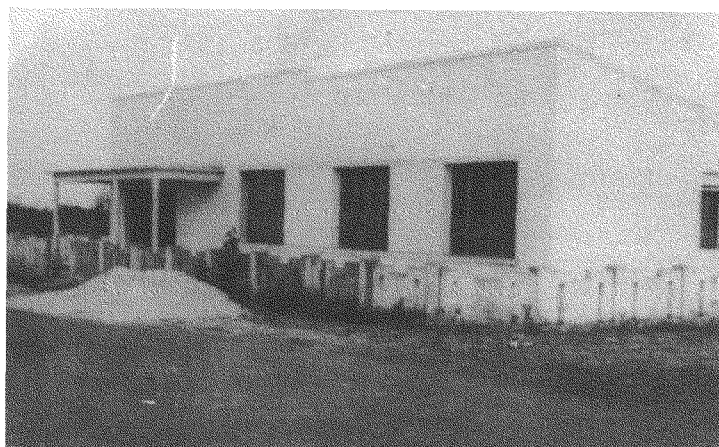
POPULAÇÃO — Na época do Recenseamento Geral do Brasil, realizado a 1.° de julho de 1950, havia no município de Frei Paulo um total de 9 147 habitantes, sendo 4 365 homens e 4 782 mulheres, notando-se um excesso de 417 mulheres relativamente ao sexo masculino. A densidade demográfica alcançou a casa de 19,656 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população local segundo a côr, nota-se pequena predominância dos pardos que formavam a parcela mais numerosa de pessoas, assim registradas: brancos — 4 265 e pardos — 4 463, ou

Grupo Escolar Martinho Garcês

seja, 48,70% pardos, 47% brancos e 4,30% pretos, esta côr, constituindo o menor grupo de pessoas. Ainda de acôrdo com os resultados censitários de 1950, classificando-se a população frei-paulistana de 15 anos e mais, de conformidade com o estado civil, encontramos: 2 593 casados; 1 694 solteiros; 220 viúvos e apenas dois desquitados. Em 1950, era a população organizada da maneira seguinte, quanto à situação domiciliar: zona rural — 7 051, urbana — 1 460 e suburbana — 636 habitantes. Vê-se que 77% da população total habitava na zona rural, 15,9% na urbana e sòmente 7,10% vivia na zona suburbana.

Segundo estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística, a população de Frei Paulo para 1.°-VII-1956, seria aproximadamente: sede municipal — 2 328 habitantes e quadro rural — 18 547 habitantes, totalizando 20 875 habitantes, isto incluindo o atual município de Carira, que pertencia a Frei Paulo.

Entretanto na população segundo o Censo de 1950, citada no início dêste verbete, estão excluídos os habitantes de Carira.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana de maior relevância no município, é a da sede municipal, sôbre que, por ocasião das operações censitárias de 1950, apuraram-se os seguintes resultados: 2 096 habitantes nas zonas urbana e suburbana, ou seja, 23% da população total do território municipal, esperando-se que tenha alcançado a 1.° de julho de 1956, tendo em vista as estimativas do Departamento Estadual de Estatística, um aumento de 232

Vista de um trecho da Praça São Paulo

Pôsto de Puericultura

pessoas na cidade de Frei Paulo. Além da cidade mencionamos as aglomerações dos povoados: Alagadiço, Mucambo e Queimadas, cujas estimativas foram: 400, 800 e 350, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo ainda os resultados do último Censo, realizado a 1.º de julho de 1950, 2 630 pessoas, ou seja, 28% da sua população de 10 anos e mais de idade tinha como principal atividade a agricultura e a pecuária, não obstante haver outras atividades desenvolvidas por aquêle povo, embora em pequena percentagem, como por exemplo: 66 pessoas ocupavam-se na indústria, 48 no comércio, 211 em outras diligências, 2 561 em atividades domésticas e 233 habitantes eram inativos.

A produção agrícola em 1956, atingiu a casa dos três milhões de cruzeiros, e vale ressaltar a importância que ocupa nesse particular a produção de algodão. O quadro seguinte reúne as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes ao ano de 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	270	2 500
Feijão	12	200
Mandioca	1 200	600
Milho	51	250

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos, com 17 500 cabeças, aparecendo, ainda o de ovinos com 2 500 e o de eqüinos com 1 800 cabeças.

Vista de um trecho da Praça da Matriz

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 20 estabelecimentos varejistas que mantêm operações comerciais com as praças de Aracaju. Conta o município com dois correspondentes de estabelecimentos bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe, apenas, de transporte rodoviário, estando a cidade de Frei Páulo ligada às sedes dos municípios vizinhos da seguinte maneira: Itabaiana, rodovia (21 quilômetros); Carira, rodovia (37 quilômetros); Pinhão, rodovia (22 quilômetros); Ribeirópolis, rodovia (19 quilômetros).

Frei Paulo está ligado à Capital do Estado por 72 quilômetros de rodovia.

A emprêsa de transporte que trafega pelo território municipal é a "São Paulo", inaugurada em 1949, de natureza intermunicipal. No município existem 3 automóveis, 4 ônibus e 4 caminhões.

Frei Paulo dispõe de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Vista parcial da Avenida José da Cunha

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Frei Paulo possui 21 logradouros públicos, 2 dos quais inteiramente pavimentados a paralelepípedos, 2 parcialmente e 17 sem pavimentação, e 3 logradouros arborizados.

A sede municipal é servida de energia elétrica, contando com 159 ligações domiciliárias e iluminação pública que se estende pelos principais logradouros da cidade. Não possui nenhum cinema. Conta Frei Paulo um hotel e duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A comuna é provida de um Pôsto Médico-Sanitário, que dá assistência médico-sanitária à população. O médico do Pôsto não reside no município, porém, visita o referido estabelecimento uma vez por semana. Há uma farmácia dirigida por um prático.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto Agropecuário do povoado Queimadas, fundado em 1954, subordinado ao Ministério da Agricultura, é o órgão que fomenta a cultura do algodão e o rebanho bovino. A área da propriedade é de 1 857,195 metros quadrados, das quais sòmente se acham cultivados 402,325 metros quadrados. O valor estimado da produção em 1956, foi de Cr$ 80 000,00. Possui 4 animais de tração e 1 de sela, num valor de Cr$ 15 700,00.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 e mais anos de idade somava 7 756 pessoas das quais sabiam ler e escrever, 1 720, ou seja, 18,8% alfabetizados. Naquela oportunidade os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 78, o curso médio — 7 e apenas 1 possuía curso superior.

Ensino — Em 1955, havia no município 24 estabelecimentos de ensino primário comum. A matrícula em 1956 foi de 961 alunos, cujo aproveitamento alcançou 227 estudantes, os quais foram promovidos.

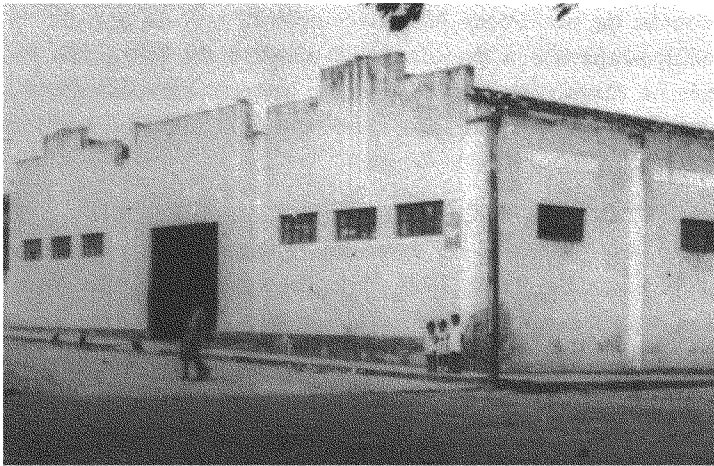
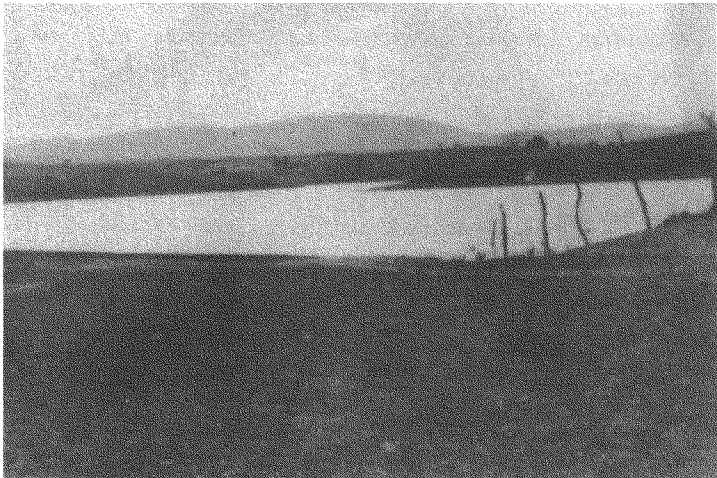
O município não conta com unidades escolares que ministrem grau de ensino além do fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte mostra o movimento financeiro do município, bem como a despesa realizada pelo mesmo, no período compreendido entre 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	167	1 052	105	98	106
1951.......	217	1 531	309	187	286
1952.......	240	1 980	550	428	580
1953.......	766	1 927	1 232	475	993
1954.......	643	2 152	1 177	580	1 318
1955.......	1 214	1 455	1 056	390	757
1956.......	1 370	1 143	1 098	313	1 409

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião Católica Romana, predomina no seio da população local, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento em 1950: dos 9 147 habitantes do município, 9 065 declararam-se partidários do catolicismo, sendo insignificante o número de pessoas que disseram ser adeptas do protestantismo e outras religiões.

O município é paróquia sob a invocação de São Paulo desde 1875. Há seis associações religiosas com 959 associados, cujas fundações datam de 1915 a 1955. Eclesiàsticamente a freguesia é subordinada à diocese de Aracaju.

A principal festa religiosa é a em louvor a São Paulo, padroeiro da cidade, realizada a 29 de julho, quando há procissão que atrai grande número de fiéis. Pode-se ainda assinalar a festa de Reis levada a efeito nos dias 5 e 6 de janeiro, e Natal, quando há feira com diversões.

Dependência do Ministério da Agricultura, Secção de descaroçamento de algodão

Parte do Açude José Américo

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais de Frei Paulo dá-se o gentílico de frei-paulistanos.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito em outubro de 1954, o Sr. João Rodrigues Lima. A Câmara Municipal é constituída de cinco vereadores.

Dos 3 378 eleitores inscritos, 1 548 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 53,1% do eleitorado.

(Elaboração — Abdias Batista e Silva, Agente de Estatística; Agente de Estatística do Município — João Nunes da Silva.)

GARARU — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região primitivamente chamou-se Curral de Pedras, topônimo que lhe vem dos currais de paredes de pedras, hábil e seguramente arrumadas, em que os primeiros fazendeiros locais prendiam os seus rebanhos de gado bovino, caprino e ovino.

Francisco A. de Carvalho Lima Júnior, em sua obra "História dos Limites Entre Sergipe e Bahia", aponta como primeiro proprietário no território que viria constituir o município de Gararu Tomé da Rocha Malheiros que obteve uma sesmaria de 10 léguas no princípio do século XVII, a partir da serra da Tabanga, correndo para o sertão.

A primeira penetração no território, segundo a tradição corrente, se dera, entretanto, por colonos portuguêses que vieram refugiar-se na serra da Tabanga, tangidos pelo apavorante domínio holandês em Sergipe, iniciado em março de 1637.

Existe na Tabanga uma caverna designada "Buraco de Maria Pereira" que serviu de esconderijo à mulher que lhe deu o nome, como um marco imperecível da primeira entrada de civilizados nesta parcela do chão sergipense.

Após a expulsão dos flamengos, os refugiados deixaram a região, mais tarde ocupada por uma tribo indígena cujo cacique se chamava Gararu, que se fixou na confluência de um riacho, com o São Francisco (atual riacho Gararu), e adiante catequizada pelos jesuítas, possìvelmente da missão de São Pedro, fundada no século XVIII, pelos

conquistadores da zona sediada a montante, na ilha de São Pedro.

Com a expulsão dos Jesuítas, em virtude das medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, a aldeia foi abandonada, e no local vieram estabelecer-se sitiantes do morgado de Pôrto da Fôlha, que iniciava na serra da Tabanga e daí se estendia por trinta léguas, rio São Francisco acima, instituído pelo fidalgo D. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

Presume-se que a povoação do Curral de Pedras nasceu pelas mãos daqueles sitiantes.

O sentimento de fé levou sua gente a erguer uma capela sob o patrocínio de Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Esta simples capela, pela Resolução n.º 473, de 28 de março de 1857, foi transformada em sede de freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha, durante o espaço de 7 anos.

Pela Resolução n.º 1 003, de 10 de abril de 1875, a povoação do Curral de Pedras era erigida em sede da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos, desmembrada da de Nossa Senhora da Conceição da Ilha do Ouro cuja extensão, na margem do São Francisco, era de seis léguas e meia, da barra do riacho Aningas à barra do riacho Porteiras.

A Resolução n.º 1 038, de 28 de março de 1876, deu novos limites à freguesia suprimindo cêrca de uma légua de sua extensão na margem do São Francisco, passando a ser da foz do riacho da lagoa Escurial à foz do riacho Porteiras.

Tornou-se vila pela Resolução de 15 de março de 1877, com os limites constantes da supracitada Resolução n.º 1 038, de 28 de março de 1876, mudando-se o nome para Gararu.

Segundo a divisão administrativa de 1911, vigorante em 1926, Gararu continuava como distrito único, sede da comarca do mesmo nome, criada em data não apurada, que compreendia os têrmos judiciários de Gararu e Pôrto da Fôlha.

Em 1927, foi extinta a comarca de Gararu, passando o têrmo à subordinação da comarca de Propriá.

Prefeitura Municipal

Agência dos Correios e Telégrafos e Agência Municipal de Estatística

Esta situação permaneceu na vigência da divisão territorial de 1933.

A divisão territorial, de 31 de dezembro de 1937, fixa no município dois distritos de paz: Gararu e Providência.

O Decreto-lei n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, que fixa nova divisão territorial do Estado, restaura a comarca de Gararu formada de seu têrmo e do têrmo de Pôrto da Fôlha.

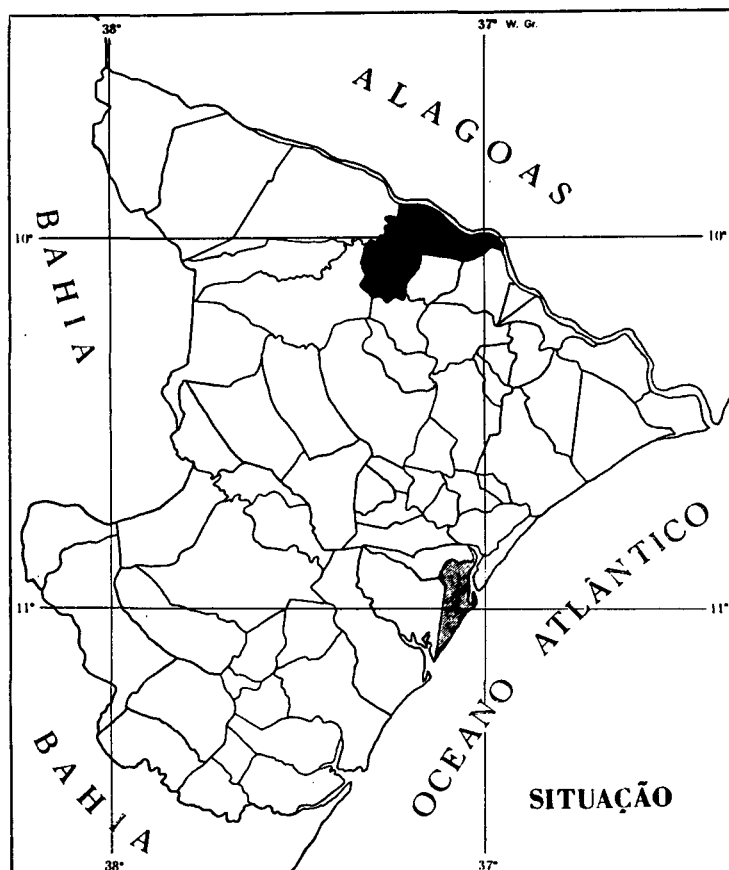
Pelo mesmo diploma, foi mudado o nome da vila de Providência para Itabi, sede do 2.º distrito de paz do município.

Com a divisão administrativa e judiciária do Estado, fixada pelo Decreto-lei n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, a comarca de Gararu passou a conter mais um têrmo, o de Canhoba.

A Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, elevou à cidade e à sede de município a vila de Itabi, com território desmembrado do de Gararu.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, alterou a circunscrição da comarca, que passou a ser composta dos têrmos de Gararu, Itabi e Canhoba. Parte do município é situada no Polígono das Sêcas. Devido à inconstância dos invernos, Gararu tem tido um progresso muito lento desde os tempos de sua criação até o recebimento da primeira quota federal com que passou a melhorar de aspecto. Enfim a sua vida tomou um andamento mais vivo depois da assistência que passou a receber a partir de 1952, da Comissão do Vale do São Francisco, pelo seu 5.º distrito sediado em Propriá, que proporcionou: construção da Rodovia Gararu—Itabi, pela qual se liga com a Capital do Estado, Pôsto de Saúde e outros benefícios concedidos à sua lavoura e pecuária.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica "Sertão do São Francisco", limita com os municípios de Pôrto da Fôlha, Nossa Senhora da Glória, Tamanduá, Canhoba, Itabi e o Estado de Alagoas. A cidade de Gararu acha-se implantada à margem direita do São Francisco; suas coordenadas geográficas são: 9º 58' de latitude Sul e 37º 07' de longitude W. Gr. Dista 105 quilômetros em linha reta

da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Gararu está situado em terrenos que se alteiam, especialmente, nas orlas, menos no trecho compreendido pela sede municipal que é a parte mais baixa do território, estimando-se para a cidade a altitude de 20 metros.

CLIMA — O clima do município é semi-árido; a temperatura em 1956 apresentou os seguintes resultados, em graus centígrados: média das máximas — 26, das mínimas — 24; chove, de ordinário, a partir de abril até agôsto, acontecendo com alguma freqüência, irregularidades nos invernos.

ÁREA — A área territorial de Gararu é de 693,2 quilômetros quadrados, conforme estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, representando 3,14% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rios São Francisco e Gararu, serras da Melancia, Tabanga e Queimadas, lagoa Gararu, com 24 000 metros quadrados, e mais 4 lagoas menores.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral conta o município entre os seus recursos: pedras para construção, cujo valor da produção em 1956 foi de 38 milhares de cruzeiros. Madeiras para construção e lenha, casca de angico para curtume, fôlha de babosa ou aloés de sucotrina e castanha de caju são os recursos com que também conta, referentes ao reino vegetal. No citado ano de 1956, somadas as parcelas de cada produção, verificou-se o total de Cr$ 200 000,00. No reino animal, dispõe a comuna dos seguintes recursos: pescados, mel e cêra de abelha e peles de veados que renderam no ano em aprêço cêrca de 25 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento do Brasil (1.º-VII-1950), contava o município de Gararu 7 279 habitantes (menos a população do distrito de Itabi, hoje município), dos quais 3 485 homens e 3 794 mulheres, ou seja, 109 mulheres correspondendo a cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica do município era então de 10,5 habitantes por quilômetro quadrado.

A população municipal, segundo a côr, estava assim agrupada: brancos 6 514, pretos 475 e pardos 290 pessoas.

Ainda de acôrdo com os resultados censitários, classificando-se a população local de 15 anos e mais de idade com relação ao estado civil, encontram-se 1 330 solteiros, 2 180 casados, 227 viúvos e 7 desquitados. Em 1950 viviam na sede municipal 839 habitantes contra 6 440 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Além da cidade que é a maior aglomeração populacional do município, existem os povoados Lagoa Funda, com 92 moradas e 520 habitantes, e Tijuco, com 39 casas e 210 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Recenseamento de 1.º de julho de 1950, cêrca de 59,5% da população do município exerciam uma atividade ou meio de vida, sendo 1 859 empregados na cultura da terra, pecuária e indústria extrativa e 2 477 pessoas ocupadas nas demais atividades locais.

Sem dúvida que a agricultura é a atividade em que mais se emprega a população local, entretanto, a pecuária é a que mais contribui para a economia municipal. Enquanto a agricultura, em 1956, produzia pelas principais culturas 1 650 milhares de cruzeiros, a pecuária apresentava uma produção constante de crias e leite, no valor de Cr$ 3 650 000,00.

O quadro abaixo resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	40	317
Arroz	3	1 100
Cana-de-açúcar	60	120
Feijão	9	72
Milho	10	30

A pecuária do município é constante dos seguintes efetivos: 3 500 bovinos, 300 eqüinos, 400 asininos, 300 muares, 200 suínos, 6 000 ovinos e 5 000 caprinos.

COMÉRCIO — Há na cidade 13 estabelecimentos comerciais a varejo, dos principais ramos, que importam molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos, principalmente de Penedo (Alagoas), Propriá e Aracaju.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte fluvial e rodoviário. Pelo fluvial, liga-se a Pôrto da Fôlha numa distância de 24 quilômetros; Traipu (Alagoas) 12 quilômetros; pelo rodoviário liga-se com os municípios de Pôrto da Fôlha (30 quilômetros), de Itabi (21 quilômetros), Canhoba

(86 quilômetros), Tamanduá (41 quilômetros) e Nossa Senhora da Glória (72 quilômetros). Com Aracaju, a ligação é feita também pela rodovia num percurso de 161 quilômetros. A ligação com a Capital Federal se dá também através de Aracaju.

Quanto ao transporte fluvial, além de canoas há três emprêsas que servem a Gararu, duas mantendo lanchas no tráfego e uma, um vapor semanal de Penedo a Piranhas (Alagoas), pernoitando de ida no Pôrto da sede dêste município. Em relação ao rodoviário, há uma emprêsa sediada em Pôrto da Fôlha, que mantém um ônibus semanal para a Capital do Estado, passando pela sede de Gararu.

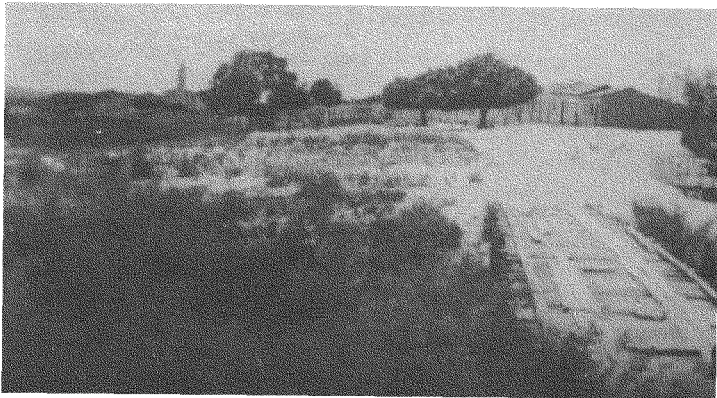
Gararu dispõe de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Gararu apresenta uma vistosa perspectiva, voltada para o grande rio São Francisco que lhe corre aos pés; conta 14 logradouros, um dêles pavimentado a paralelepípedo e arborizado. É servida por energia elétrica para iluminação pública e particular, com 104 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na sede municipal um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais servido por um guarda e um Pôsto de Saúde do Serviço Especial de Saúde (S.E.S.P.) que vêm proporcionando à população do município regular assistência médico-sanitária.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na sede municipal a Cooperativa Agropecuária de Gararu Limitada, destinada a financiar a agricultura e a pecuária do município, com 170 sócios. Infelizmente não tem operado nesses últimos dois anos por motivos de ordem financeira.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 anos de idade e mais era de 5 918 pessoas das quais sabiam ler e escrever 1 521, ou seja, 25,7%. Naquela data as que declaravam haver concluído o curso elementar eram em número de 23, o curso médio o fôra por 7 e o superior, sòmente por 1.

Igreja-Matriz de Bom Jesus dos Aflitos

Vista parcial da cidade

Ensino — Em 1955, havia no município 18 estabelecimentos de ensino primário com 504 alunos matriculados, tendo havido um aproveitamento de 15%.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	243	344	...	146
1951.......	—	325	344	55	146
1952.......	—	358	500	83	481
1953.......	—	329	569	95	569
1954.......	—	335	631	87	762
1955.......	—	303	622	55	638
1956.......	10	250	942	59	696

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A Religião Católica predomina no seio da população municipal, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento em 1950; dos 7 279 habitantes do município, 7 257 se declararam católicos romanos, um apenas se confessou protestante, 11 se disseram sem religião e 10 não fizeram declarações a respeito. As festas religiosas do município são a do padroeiro e a do aniversário do Cruzeiro, implantado em uma colina da zona suburbana, celebrada a 10 de maio, sendo esta a festa mais importante e mais concorrida da cidade.

VULTOS ILUSTRES — *Padre José Tomaz de Aquino Menezes,* nasceu a 7 de março de 1889 na então vila, hoje cidade, de Gararu, fêz os seus estudos no Seminário de Olinda onde recebeu o Presbiterato em 16 de novembro de 1913. Orador sacro de longos recursos, poeta primoroso, professor emérito do Ginásio Amazonense e jornalista.

Dr. Antônio de Oliveira Ribeiro, nasceu em Gararu, político, foi chefe de Polícia no Distrito Federal e Secretário no Estado de São Paulo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados gararuenses.

O Prefeito Municipal é o Sr. Antônio Resende; a Câmara de Vereadores é composta de 5 edis.

Dos 1 649 eleitores inscritos, 994 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 39,7% do eleitorado.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico-Auxiliar da I. R. de Sergipe; Agente de Estatística do município, Francisco Alves Bastos.)

INDIAROBA — SE

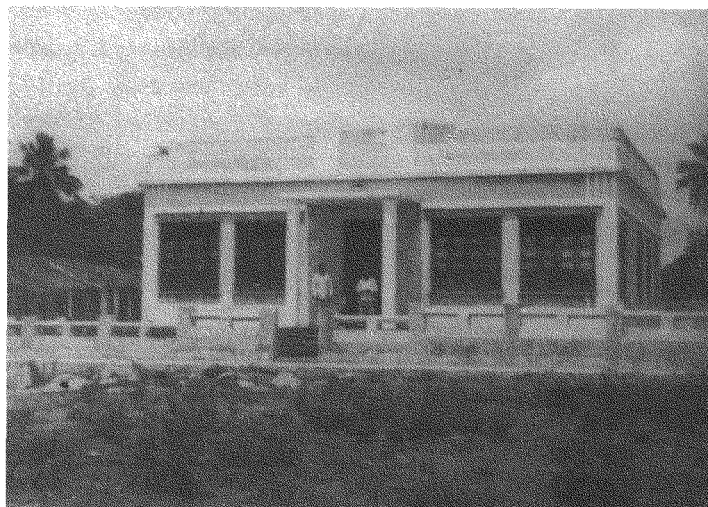
Mapa Municipal na pág. 391 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A região que fica entre os rios Saguim, ao norte, e Real, ao sul, e que hoje forma o município de Indiaroba, foi outrora e por quase um século um território contestado, alvo de ferrenhas disputas de jurisdição, entre os municípios de Abadia, do lado da Província da Bahia, e de Santa Luzia do Rio Real (hoje Santa Luzia do Itanhi), do lado de Sergipe.

As disputas tiveram início pouco depois da criação da vila de Abadia instalada pelo Ouvidor de Sergipe em 1728 — pretendendo esta exercer jurisdição sôbre aquêle território, alegando que a linha divisória entre as duas Províncias era o rio Saguim e não o Real da Praia.

Em 1787, as lutas recrudescem em virtude das rivalidades entre os capitães-mores José de Oliveira Campos, de Abadia, e Manoel Francisco da Cruz e Lima, de Santa Luzia do Rio Real, ambos "dous caciques estourados", na expressão do historiador Carvalho Lima Júnior.

Os primeiros brancos a explorarem a região foram sem dúvida os franceses que incursionavam pelo rio Real, contrabandeando madeira e outras riquezas naturais, com a ajuda dos indígenas. Êsses exploradores, porém, não deixaram vestígios da sua passagem por aquelas terras, sabendo-se que por ali estiveram porque o rio Real era via por êles percorrida, desde antes de 1575.

Vista de um coqueiro com dois galhos

Prefeitura Municipal

Com a conquista de Sergipe, por Cristóvão de Barros, em 1590, seis anos depois, foram dadas as primeiras sesmarias na mesma região, onde se estabeleceram diversos colonos com suas fazendas de gado.

Havia também, por ali, algumas aldeias de índios; não se têm notícias, entretanto, do surgimento, por largo espaço de anos, de nenhuma povoação com vida organizada.

Entre 1787, e os começos do século XVIII, os jesuítas, atravessando o Saguim, vindos de Santa Luzia, em incursões evangelizadoras entre os silvícolas, estabeleceram no território aqui em estudo um Hospício e uma Capela. Do Hospício tem-se notícia de que rendia, em 1787, 10$000 de fôro anual. Mais tarde surgiu um povoado neste lugar com o nome de Hospício, hoje não mais existente.

Entretanto, por essa época não é provável que já existisse a povoação à margem do rio Real, bem próximo à foz dêste, a qual, quando fundada, chamou-se Espírito Santo e veio a ser a sede do município, atualmente denominando-se Indiaroba.

Desta localidade vimos a ter notícias em documentos oficiais, pelo ano de 1841, quando a Assembléia Legislativa de Sergipe, por Lei de 6 de maio, eleva a Capela do Espírito Santo à condição de freguesia, num teste decisivo em tôrno à cansativa demanda que Sergipe sustentava com a Bahia no direito de jurisdição sôbre aquela faixa de terras.

O distrito fôra criado nesse mesmo ano, pela Res. Prov. n.º 65, de 6 de março.

A demanda perpetuava-se na troca de Representações ao Governador Geral da Colônia, ao Rei e, mais tarde, quando o Brasil já era Império, ao Imperador.

Em 1812, o Conde dos Arcos, Governador da Bahia, atendendo a uma destas reclamações da vila de Abadia, ordenava, por ofício de 2 de março, ao capitão-mor das Ordenanças da vila de Santa Luzia do Rio Real que se abstivesse "de exercer qualquer ato de jurisdição sôbre os habitantes do terreno compreendido entre o rio Real e o rio Saguim, visto que êste é o que divide o têrmo desta Vila do daquela".

Sergipe, entretanto, não desistia dos seus direitos, cônscios os seus capitães-mores de que aquêles terrenos pertenciam à sua jurisdição. Por isso persistiam em ali interferir, dando lugar a uma série de representações da

Igreja-Matriz do Divino Espírito Santo

Câmara de Abadia, nos anos de 1824, 1833, 1840, 1841 e 1843.

Em 1843, um Decreto do Imperador, de n.º 323, datado de 23 de setembro, declarava que: "a parte da freguesia da Abadia, na província da Bahia, que passa além do rio Real, fique pertencendo à Província de Sergipe, servindo o dito rio Real de linha divisória entre as duas províncias, enquanto pela Assembléia Geral Legislativa outra cousa não fôr determinada".

O dispositivo, como se vê, era provisório, dependendo de uma solução em definitivo, pela Assembléia Geral, que nunca chegou a dá-la, porém.

A essa época, como se disse acima, Sergipe já havia criado a freguesia do Espírito Santo, com sede na Capela que se erguia em meio ao reduzido casario que já formava aquêle povoado.

As reclamações da Abadia continuaram a aparecer, por mais de 10 anos, até que perderam eco por não encontrarem órgão capaz de ainda atendê-las.

Em 20 de março de 1846, foi a freguesia ereta em vila com a denominação de Vila do Espírito Santo do Rio Real.

Entretanto, pela Lei de 9 de abril de 1870, foi a sede da vila e freguesia transferida para o povoado Campinhos, cujos motivos não encontramos em documentos.

Esta Lei, porém, foi revogada em 24 de abril de 1879, voltando a localidade do Espírito Santo à sua antiga categoria.

Daí para cá a situação política do município estabilizou-se, permitindo uma fase de trabalho pacífico e produtivo.

Em 1920, o município contava cêrca de 5 000 habitantes.

Pelo Decreto n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, o município teve o seu nome mudado para Indiaroba, que atualmente conserva e que vem de um rio do município, com a mesma denominação.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, compõe-se de um único distrito, o da sede municipal. A mesma situação permanece com as divisões administrativas referentes a 1933.

Em divisões territoriais, datadas de 31 de dezembro de 1936, 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município é têrmo judiciário da comarca de Estância e compõe-se ainda de um único distrito.

No quadro fixado para 1939-1943, Indiaroba continua na mesma situação administrativa e judiciária anterior.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, limitado ao norte e ao sul, respectivamente, pelos rios Saguim e Real; a leste pelo rio Piauí e a oeste por uma linha imaginária. Confina com os municípios de Santa Luzia do Itanhi, Estância, Umbaúba e Cristinápolis e com o Estado da Bahia, do qual se separa pelo rio Real. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 11º 30' de latitude Sul e 37º 27' de longitude W. Gr. A distância desta, em linha reta, da capital do Estado, é de 77 quilômetros, achando-se no rumo S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 10 metros a altitude na sede do município.

CLIMA — Muito quente no verão, o seu clima é úmido e frio no inverno e agradável na primavera. Os meses mais chuvosos são junho, julho e agôsto. Anteriormente muito sujeito a febres palustres, acha-se o território atualmente saneado pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ÁREA — Mede 352 quilômetros quadrados a área de Indiaroba, classificando-se o município entre os do tipo médio, no Estado, quanto à extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: o Real que, recebendo as águas do Itamirim, nos limites com o município de Cristinápolis, vai correndo de oeste para leste, dividindo o município de Indiaroba com o Estado da Bahia, até a sua foz no Oceano Atlântico. Banha a sede municipal. É navegável na sua maior extensão, ao longo do ter-

Pôsto Médico Municipal

ritório indiarobense; o Piauí, que divide o município com o de Estância, correndo no sentido norte-sul; é navegável em tôda esta parte; o Saguim, que, após receber o riacho Sucuriú, vai dividindo o município do de Santa Luzia do Itanhi, até a sua foz no rio Indiaroba; o Paripe, que nasce no extremo oeste do município e faz barra no rio Real, nas vizinhanças da sede municipal; o Indiaroba, que nasce a noroeste do território municipal, corre de oeste para leste até a Fazenda Pituara; daí prossegue no sentido sul-norte até receber as águas do rio Saguim, daí seguindo de oeste para leste como linha divisória entre os municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi, até desaguar no rio Piauí; existem ainda os riachos do Cruará e das Tambimbas, afluentes do rio Indiaroba; riacho Maruim, afluente do rio Real, e riacho da Taquara, afluente do rio Paripe. Não há serras dignas de nota, no município. Localiza-se no rio Real, próximo à cidade baiana de Itanhi, mas no território dêste município, uma queda de água, não aproveitada.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais reservas naturais do município são de madeira para construção e para lenha. O volume da produção geral, em 1956, alcançou perto de 11 000 metros cúbicos (10 662 metros cúbicos). A produção de barro ou argila, para telhas e tijolos, foi de 586 toneladas. Indiaroba também possui riquezas naturais em peixes e mariscos, tendo a sua produção dessas espécies alcançado perto de 2 000 toneladas num valor aproximado de 240 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com o Censo de 1950, era de 5 091 habitantes, sendo 2 623 homens e 2 468 mulheres. Segundo a situação dos domicílios, a população se distribuía em 868 habitantes na sede municipal e 4 223 habitantes no quadro rural. Quanto à côr, havia 1 361 brancos, 5 pardos e 3 711 pretos. Predominavam, assim, os pretos com 72,90% da população total. Concernentemente ao ramo de ocupação, das pessoas de 10 anos e mais de idade, 1 183 estavam ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura, 390 na indústria e no comércio e 1 793 em afazeres domésticos. Das pessoas de 15 anos e mais de idade, 1 673 eram solteiras, 1 168 casadas, 125 viúvas e apenas 1 desquitada. Em religião predominavam os católicos com um efetivo de 4 919 (96,63% da população total), sendo de 172 o número dos que se declararam pertencer a outras religiões.

A densidade demográfica em 1950 era de 14,463 habitantes por quilômetro quadrado.

Segundo os cálculos feitos pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre a população do município, em 1.° de julho de 1956, havia 5 656 habitantes àquela data, em todo o município, sendo na sede 965 e 4 691 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, cuja população é de 965 habitantes, existem os povoados de Pontal, com cêrca de 428 habitantes; Convento, com perto de 300 pessoas; e São José da Terra Caída, com cêrca de 280 habitantes. Todos êstes, exceto Convento, se ligam à sede municipal por via fluvial.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade mais importante, na economia do município, é a agrícola. Em 1956, Indiaroba produziu 12 682 centos de côco e 11 770 toneladas de cana-de-açúcar, 1 628 toneladas de mandioca e outras produções de menor significação quanto a volume e valor. A importância total da produção agrícola, estimada em 1956, atingiu 5 milhões, 640 mil cruzeiros.

A pecuária conta com pequenos efetivos, sendo o maior o de gado bovino, com 2 400 cabeças.

A indústria é representada por 23 estabelecimentos, sendo uma usina de açúcar cristal, 17 casas de fabricar farinha de mandioca, 3 pequenas olarias e 2 estabelecimentos de outras naturezas (usina elétrica e padarias). A usina de açúcar apresentou uma produção com valor aproximado de 3 milhões de cruzeiros, em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com cinco estabelecimentos comerciais, todos varejistas, sendo 3 dêles na sede municipal. As praças, com as quais mantém o comércio suas transações, são as de Estância e Aracaju. Não existem ali Bancos ou correspondentes dêstes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se com as sedes dos municípios vizinhos, as localidades do interior e a Capital do Estado, pelos seguintes meios: *Rodovia* — Santa Luzia do Itanhi (24

Mercado Municipal

quilômetros), Umbaúba (30 quilômetros), Cristinápolis (36 quilômetros) e Aracaju (132 quilômetros). *Fluvial* — Estância (48 quilômetros), povoados Pontal (18 quilômetros) e São José da Terra Caída (24 quilômetros). *Estrada carroçável,* lombo de animais — povoado Convento (13 quilômetros). A ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

Há na sede do município uma agência postal, do Departamento dos Correios e Telégrafos. Não há linhas regulares de transporte trafegando até a Capital do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Indiaroba conta 13 logradouros públicos e iluminação elétrica fornecida por usina termelétrica.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apurou a existência, no município, naquele ano, de 4 333 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 638 sabiam ler e escrever, sendo, assim, de 15,08% a taxa de alfabetização do município.

Dos que sabiam ler e escrever, 76 declararam possuir diploma de curso primário completo.

Ensino — O número de estabelecimentos escolares é de 8 em todo o município, sendo todos do ensino primário geral. A matrícula total dêsses estabelecimentos, em 1956, atingiu 302 alunos, sendo o aproveitamento no fim do ano representado por 57 promoções.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas, no município de Indiaroba, no período de 1950 a 1956, e a despesa da Prefeitura Municipal nesse mesmo período acham-se demonstradas no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	28	210	307	. .	409
1951	15	303	331	60	152
1952	36	318	434	101	246
1953	84	298	716	125	756
1954	67	355	644	134	591
1955	119	364	807	203	800
1956	314	570	973	251	810

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O único festejo tradicional do município é a festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, que é celebrada no mês de junho, com muita solenidade, constando de missa e procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Indiaroba são chamados indiarobenses. O atual Prefeito é o Sr. José Dantas de Almeida que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, data da instalação, também, da atual Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

Dos 1 737 eleitores inscritos, 1 103 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 36,4% do eleitorado.

(Elaboração — João de Oliva Alves, Agente de Estatística, adido a I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do município: Joaquim Dantas Cardoso.)

ITABAIANA — SE

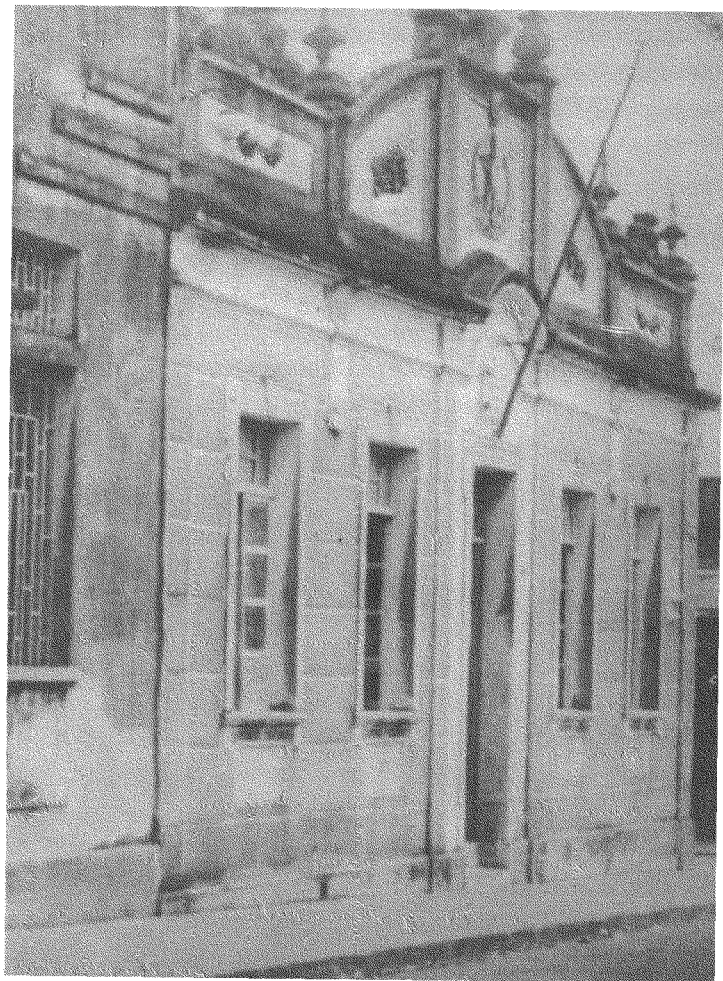
Mapa Municipal na pág. 334 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Na administração de Manuel de Miranda Barbosa, que se estende de 1600 a abril de 1602, a colonização de Sergipe se endereça para o norte e para o centro. Datam dessa época as primeiras notícias de terras doadas a sete lavradores, para colonizarem as circunvizinhanças do rio Sergipe, onde se acha hoje o município de Itabaiana.

Quando das primeiras investidas dos holandeses em território sergipano, o Conde Bagnuolo, com o duplo interêsse de assegurar a subsistência de suas tropas e restringir, ao mínimo, as possibilidades dos seus inimigos, autorizou a remoção do gado de Sergipe para o sul do rio Real, isto por volta de 1637.

Já àquele tempo Itabaiana desempenhava importante papel como "celeiro de Sergipe", e, por isto, um dos capitães do exército do Conde Bagnuolo, D. João de Estrada, foi designado para transmitir aos moradores daquela localidade um édito, pelo qual eram os referidos moradores convidados a fornecer gados aos exércitos do Conde, sem nenhuma remuneração, sob pena de serem presos.

Nessa época designavam de Itabaiana todo o território compreendido entre esta cidade e a de Simão Dias, onde morava o célebre fazendeiro dêste nome.

Depois dos insucessos que sofreram as tropas do Conde Bagnuolo, obrigadas a sucessivos recuos pelos invasores holandeses, tendo à frente Gynelingh e Schkoppe e que atravessaram o São Francisco e vieram até São Cristóvão, destruindo tudo o que encontravam, das tropas enviadas pelos flamengos para devastação dos vales do Siriri, Ga-

Prefeitura Municipal

Vista da Praça Fausto Cardoso

nhamoroba e Sergipe, um contingente foi destacado para percorrer a zona de Itabaiana, onde, tudo indica, permaneceram alguns componentes desta coluna, dando, possìvelmente, a origem às características étnicas dos atuais habitantes daquela região.

O local onde se encontra hoje a sede municipal, conhecido no século XVI como "Catinga da Ayres da Rocha", era, primitivamente, um sítio de propriedade do Padre Sebastião Pedroso Góes que o vendeu por Rs. 60$000 à Irmandade das Almas de Itabaiana, sob a condição de nêle ser edificado um templo sob a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

A povoação foi logo ali se desenvolvendo e já pelo ano de 1665 era vila, sendo criada a paróquia em 30 de outubro de 1675, permanecendo a invocação de "Santo Antônio e Almas de Itabaiana", pelos Governadores do Arcebispado, na ausência do Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça. A vila foi levantada pelo Ouvidor, Dr. Diogo Pacheco de Carvalho.

Em 1727 Itabaiana aparecia como já possuindo a sua Câmara, representando o respectivo município, que foi criado em 1698.

Sem embargo das lendas que ainda são correntes entre os seus habitantes, que as repetem por as haverem ouvido dos seus maiores, necessário se torna uma referência às incursões de Belchior Dias Moreyra, que, em seus ensaios, depois de um demorado arrodeio, fazia menção à prata, ao salitre e ao ouro da serra de Itabaiana-Assu.

Vista parcial da cidade

Do roteiro de minas de Belchior Dias Moreyra, que andou por Itabaiana, logo no início da colonização da Capitania de Sergipe, depreende-se que naquela serra se encontram jazidas de grandes riquezas minerais, sobretudo de metais preciosos.

Do seu tempo nada se pôde colhêr, tendo Clodomir Silva, no "Álbum de Sergipe", de 1920, se valido, nas referências que fêz a estas minas, de documentos que datam de 1725 e 1753, que o próprio autor considera "bordados dos adornos da phantazia". Assegura, porém, que os informes a respeito se baseiam, contudo, na versão do povo e nas informações de parentes e afeiçoados da família do explorador.

Felisbelo Freire, porém, em sua "História de Sergipe" também faz menção ao roteiro de Belchior Dias Moreyra, e quando se refere a Itabaiana, chega mesmo a afirmar ter visto amostras de belíssimos cascalhos auríferos, extraídos do rio das Pedras que corre naquela região.

Os acontecimentos do fim do século XVIII, com pequenas lutas entre capitães-mores e ouvidores, um ou outro levante dos índios de algumas aldeias, não forneceram subsídio que se pudesse considerar de valor histórico para indicar o desenvolvimento do município que já se estabilizava, aparecendo como o terceiro dos mais populosos de Sergipe no início do século XIX, com 6 364 habitantes em 1802, superado, apenas, pelos de Santo Amaro e Santa Luzia.

Rua General Valadão

Desde êsse tempo, considerável era o valor de sua exportação, aparecendo como município maior exportador da Capitania, com grande preponderância do algodão, seguida dos cereais, segundo dados coligidos em manuscritos existentes na Biblioteca Nacional, por Felisbelo Freire, ilustre sergipano, sempre dedicado a pesquisas históricas sôbre sua terra.

Pela Lei provincial número 135, de 30 de janeiro de 1845, foi elevada à categoria de freguesia a capela de Nossa Senhora da Boa Hora do Campo do Brito, que sòmente teve a sua delimitação com a de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, da qual fôra desmembrada pela Resolução provincial número 1 086, de 21 de março de 1878.

Já com seu território reduzido com o desmembramento da nova freguesia que, futuramente, viria a constituir o atual município de Campo do Brito, por fôrça da Resolução provincial número 1 331, de 28 de agôsto de 1888, foi elevada à categoria de cidade a vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Em cumprimento às disposições da Resolução número 569, de 9 de julho de 1853, foi criada a comarca de Itabaiana, desmembrada da de São Cristóvão, com sede no município do mesmo nome, e compreendia os têrmos de Itabaiana, Simão Dias e Nossa Senhora das Dores, e da qual foram desmembradas, posteriormente, as atuais comarcas de Nossa Senhora das Dores, Simão Dias, Frei Paulo e Campo do Brito.

Na divisão administrativa do Estado, vigorante no ano de 1920, o município continuava como sede de comarca e se compunha de um único distrito. Eram têrmos da comarca de Itabaiana os municípios de Campo do Brito e São Paulo (hoje Frei Paulo).

No quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado, aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, era o município, comarca e têrmo de Itabaiana, constituído de um único distrito.

De então para cá o seu quadro administrativo não sofreu alteração, porém a comarca perdeu o têrmo de Campo do Brito, que por fôrça da Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957, Código de Organização Judiciária do Estado, foi elevado à categoria de comarca, ficando Itabaiana como único têrmo da comarca de mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se, fisiogràficamente, dentro do Estado de Sergipe, na Zona Oeste, limitando com os seguintes municípios: Nossa Senhora das Dores, Riachuelo, Malhador, Frei Paulo, Campo do Brito, Macambira e Laranjeiras.

A sede municipal está situada em vasto planalto, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul: — 10° 41' 10" e longitude W. Gr.: 37° 25' 38", distando 48 quilômetros, em linha reta, da cidade de Aracaju, Capital do Estado. O único meio de transporte de que é servido é o rodoviário.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de Santo Antônio e Almas

ALTITUDE DA SEDE MUNICIPAL — 180 metros.

CLIMA — O clima é ameno e salubre, sendo a sede municipal um dos pontos mais procurados pelos doentes e convalescentes do Estado e das regiões limítrofes do Estado e da Bahia, que ali vão buscar alívio para os seus sofrimentos.

A temperatura média das máximas, na sede municipal, foi de 30°C, e a das mínimas, 21°C, em 1956.

ÁREA — A área territorial do município é de 420 quilômetros quadrados.

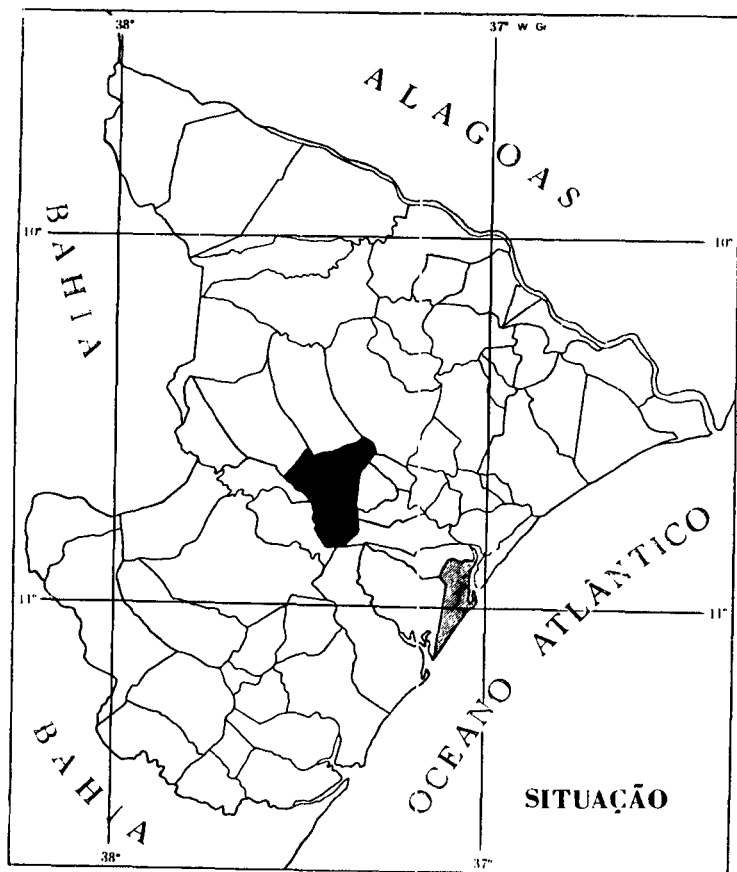
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Nesse município fica o mais importante acidente geográfico do Estado, a serra de Itabaiana, distando apenas 6 quilômetros da sede e com 860 metros de altura. Pelas suas encostas correm regatos que nunca secam.

O município é cortado por alguns rios de pequena importância, que geralmente secam no período das grandes estiagens, sendo o maior dêles o Jacarecica.

A configuração do solo é montanhosa, sobretudo ao norte e a leste, onde se vê a maior elevação do território sergipano, a serra de Itabaiana. Ao sul e oeste, o terreno é irregular, onde existiam densas matas para os lados do Ocidente, região esta que os habitantes da redondeza conhecem como "Matas de Itabaiana", notória em todo o Estado pela excelência das qualidades de suas terras.

RIQUEZAS NATURAIS — Iniciando-se pelas riquezas naturais de origem mineral, deve ser feita referência ao "Dicionário das Minas", que, depois de localizar a serra de Itabaiana, afirma encontrar-se em uma lagoa e em vários outros pontos na mesma serra abundantes minas de prata e algumas de ouro e salitre, que nunca foram estudadas. Há também indícios de existência de hulha e sulfureto de ferro na serra da Ribeira que, igualmente, continua sem exploração.

Barro (argila) para a fabricação de telhas e tijolos é que representa a riqueza mineral do município até agora explorada.

As suas matas foram completamente devastadas por fazendeiros que, no lugar, construíram pastagens artificiais, onde criam bastante gado bovino, ficando, assim, destruída tôda riqueza de origem vegetal do município, prejudicando, também, as de origem animal.

Rua Barão do Rio Branco

POPULAÇÃO — É uma das mais populosas comunas sergipanas, muito embora a sede municipal não seja um grande núcleo demográfico. Excluído o município da Capital, sòmente o de Lagarto tem maior número de habitantes.

Tendo em suas terras grande número de povoados e de pequenas propriedades agrícolas, a população se estende por todo o território municipal.

Em 1950, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, Itabaiana contava 35 802 habitantes, dêstes, 17 048 homens e 18 754 mulheres em todo o município.

Pelos mesmos dados censitários, constata-se que na população do município havia grande predominância da raça branca, e a Religião Católica contava com número superior de fiéis. Assim é que, do total da população recenseada no município, 23 530 eram brancos, sendo 11 237 homens e 12 293 mulheres; 5 089 eram pretos (2 340 homens e 2 749 mulheres); e 7 112 pardos com 3 442 homens e 3 670 mulheres.

Segundo a religião, havia 35 610 católicos romanos, 85 protestantes, 5 espíritas, 15 sem religião, 26 de outras religiões, sendo que 59 pessoas deixaram de preencher o quesito sôbre a religião que professavam.

Quanto ao estado conjugal da população recenseada contando 15 anos e mais de idade, registraram-se 18 937 casados, 10 368 solteiros, 1 205 viúvos, e sòmente 1 desquitado.

Os elementos estimados pelo Departamento Estadual de Estatística para 1.º de julho de 1956, com base nos dados do último Recenseamento Geral do Brasil, dão para o município de Itabaiana uma população de cêrca de 39 000 habitantes, localizando-os, de acôrdo com a situação do domicílio, da seguinte maneira: cêrca de 33 000 no quadro rural e 6 000 na sede municipal.

Grupo Escolar Guilhermino Bezerra

Aglomerações urbanas — Sòmente a sede municipal pode ser considerada como aglomeração urbana digna de referência, com 5 746 habitantes, recenseados em 1.º-VII-1950, em 907 domicílios particulares no quadro urbano da cidade e 429 no quadro suburbano. Habitavam o quadro urbano 3 998 pessoas e no suburbano 1 746.

Da população recenseada na sede municipal, com idade de cinco anos e mais, 2 347 sabiam ler e escrever e de um total de 4 739 pessoas recenseadas, com o mesmo limite de idade, 2 392 eram analfabetas. Os povoados Ribeira e Capunga são pequenos aglomerados com população inferior a 1 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta a sua economia nas atividades agropecuárias dos seus habitantes, contando, no Recenseamento de 1950, 6 106 propriedades agrícolas, e uma área de 420 quilômetros quadrados.

Edifício Pio XII

Diminutas, porém, são as de natureza industrial, que compreendem 223 estabelecimentos — nenhum, todavia, que ofereça grandes proporções — na sua quase totalidade pequenas fábricas de farinha de mandioca, não chegando, cada uma delas, a empregar mais de cinco operários. Sòmente 416 pessoas estão ocupadas na indústria, o que representa uma irrisória percentagem para uma população de quase 40 000 habitantes.

A produção agrícola em 1956, de acôrdo com os dados coligidos pelo I.B.G.E., apresentou os seguintes resultados, com referência aos principais produtos:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	598	5 285
Côco-da-baía	305	900
Feijão	540	4 500
Mandioca	298	1 332
Milho	420	1 750

Há a considerar, porém, que, a despeito de o valor da produção atingir cêrca de quinze milhões de cruzeiros, computando-se, sòmente, os principais produtos, no município não existem, individualmente, grandes propriedades agrícolas. Esta produção provém das pequenas fazendas e sítios que se espalham por grande parte do território municipal, e se localizam, mormente, nas proximidades da se-

de, que, diferente de outras cidades sergipanas, não tem a sua área de progresso cingida ao pequeno círculo que sobra ao apêrto do "cinturão verde" das capineiras dos latifundiários.

Itabaiana sempre estêve livre dêsse grande empecilho do progresso, de grande número de comunas sergipanas, sem embargo, porém, de possuir no seu território, em zonas mais afastadas da cidade, boas fazendas com excelentes pastagens, o que lhes assegura um efetivo pecuário de 24 250 cabeças de gado bovino.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Itabaiana, contando atualmente com 9 casas grossistas que vendem suas mercadorias para tôda a região do vale do São Francisco nos sertões de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas, e dispondo ainda de 319 varejistas, é o mais animado do interior do Estado.

Conta, também, o município com uma Agência do Banco do Brasil S. A., sendo grande o movimento da carteira agropecuária dêsse estabelecimento de crédito que atende aos fazendeiros e lavradores dos municípios circunvizinhos.

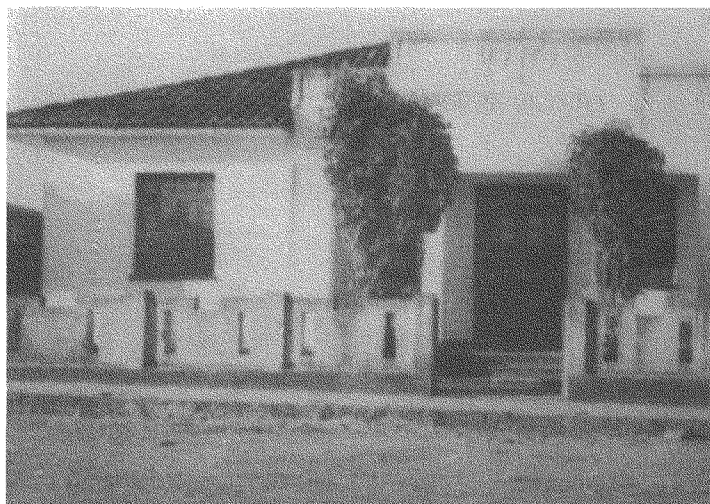
O comércio de Itabaiana transaciona principalmente com as seguintes praças do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Aracaju e Propriá e, no exterior, com as dos seguintes países: Bélgica, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Inglaterra e Polônia.

Maternidade São José

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe apenas de transporte rodoviário para passageiros e mercadorias. Tropas de burros ainda estão muito em voga nas redondezas, geralmente utilizadas pelos pequenos agricultores no transporte dos produtos de suas lavouras para as diversas cidades do Estado.

Grande número de caminhões, cêrca de 70, são, pois, usados pelos itabaianenses, fazendo constantes viagens para os grandes centros consumidores do Estado e do Sul do País, sobretudo para o Estado de São Paulo.

Diàriamente um confortável ônibus transporta passageiros de Itabaiana para os municípios do itinerário Itabaiana—Aracaju.

Pelos dados constantes das Tábuas Itinerárias de Sergipe, são as seguintes as distâncias assinaladas, da sede municipal à Capital do Estado e às sedes dos municípios limítrofes, sendo êstes percursos feitos sôbre regulares estradas com pavimentação de terra melhorada: Aracaju — 63 quilômetros; Campo do Brito — 10 quilômetros; Frei

Pôsto de Puericultura

Paulo — 26 quilômetros; Ribeirópolis — 22 quilômetros; Laranjeiras — 41 quilômetros; Riachuelo — 36 quilômetros; Malhador (via Riachuelo) — 72 quilômetros; e Macambira — 20 quilômetros.

Como outros meios de comunicação, o município dispõe apenas de uma Agência Postal-telegráfica, mantida pela União.

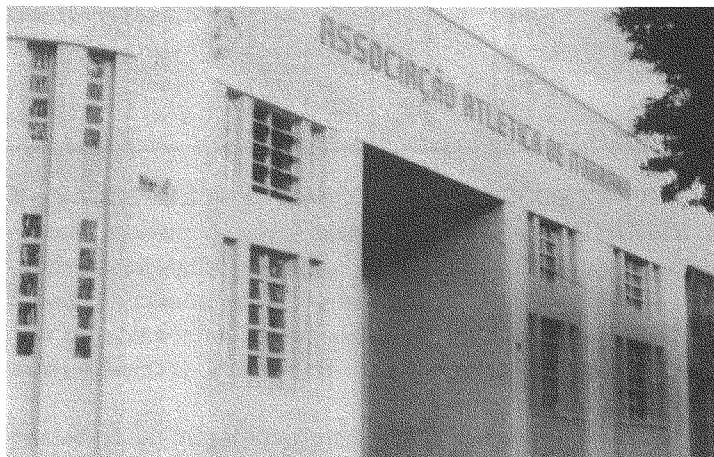
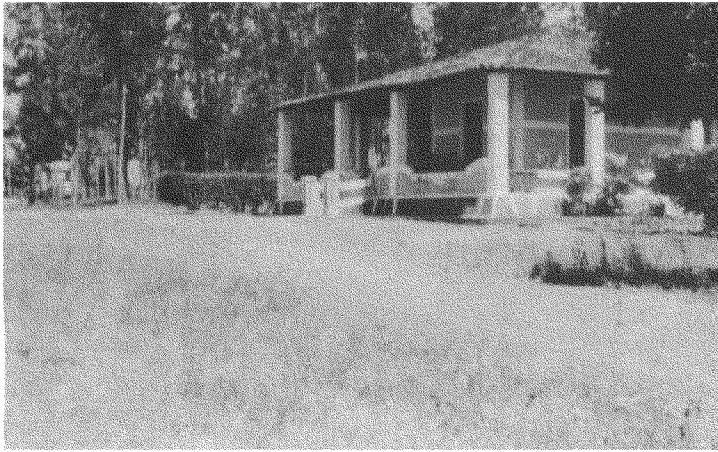
ASPECTOS URBANOS — Muito embora a cidade não disponha de um plano urbanístico a que deva obediência, o aspecto da sede municipal é agradável, com 14 ruas e uma praça calçadas a paralelepípedos, atingindo uma área total de ruas pavimentadas de 25 559 metros quadrados.

A praça principal da cidade, onde se localiza a velha Matriz, dispõe de um bem cuidado jardim, tendo em seu redor a via pública, tôda pavimentada a paralelepípedos rejuntados com cimento, espécie de pavimentação que muito pouco deixa a desejar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município funciona um hospital, o "Hospital Regional Rodrigues Dória", instalado em moderno e apropriado prédio, com 30 leitos para internamento.

Encontram-se instalados na sede municipal 2 postos médicos, 1 de puericultura e 3 farmácias.

Prestam assistência, ainda, ao município 2 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos diplomados.

ALFABETIZAÇÃO — Quanto à alfabetização, o nível cultural dos habitantes de Itabaiana, de maneira geral, muito deixa a desejar.

Associação Atlética Municipal

Pôsto Agropecuário Municipal

De um total de 29 061 habitantes de 5 anos e mais, recenseados em 1950, sòmente 7 083 sabiam ler e escrever, apresentando o baixíssimo índice de 19,7% de alfabetizados. *Ensino* — Em 1956, funcionaram na sede municipal e no resto do município 33 estabelecimentos de ensino primário comum, apresentando uma matrícula de 1 485 alunos, com um aproveitamento escolar de 595 aprovações.

No município funcionaram, ainda, dois estabelecimentos conexos de ensino médio: o Ginásio e a Escola Normal "Murilo Braga", que em 1956 matricularam 116 e 16 alunos, com aproveitamento que atingiu 69 e 13 aprovações, respectivamente.

O ensino supletivo para alfabetização de adultos funciona em 14 outras unidades escolares.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui Itabaiana, na sede municipal, um cinema, um cine-teatro, 3 associações desp rtivas, uma associação atlética e cultural, uma biblioteca organizada por sociedade particular e uma filarmônica, cuja fundação data do século XVII e que, também, é mantida por sociedade particular.

Além do futebol e do cinema, as reuniões dançantes da Associação Atlética constituem as fontes de divertimento dos itabaianenses.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas federal, estadual e municipal, arrecadadas nos exercícios de 1950 a 1956, podem ser vistas no quadro que se segue:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	518	1 857	904	431	1 093
1951	672	2 546	957	541	871
1952	779	2 723	1 212	560	1 187
1953	898	2 862	1 840	875	1 840
1954	1 556	3 214	1 607	910	1 331
1955	1 156	3 397	2 076	1 171	1 637
1956	2 736	3 542	2 510	1 347	1 822

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas populares que se celebram no município são de natureza religiosa, revestindo-se de maior brilho a do padroeiro do município, Santo Antônio, que ocorre no dia 13 de junho, antecedida de animada trezena e encerrada com imponente procissão pelas principais ruas da cidade.

Também é comemorado pela população de Itabaiana o dia 8 de dezembro, consagrado à Imaculada Conceição.

Entretanto, realmente populares são os festejos natalinos, constituídos de feiras-livres que se prolongam até altas horas da noite, nas vésperas e nos dias consagrados ao "Natal de Jesus", "Ano Novo" e "Santos Reis", com diversões e jogos de tôda espécie. Êstes festejos têm início no dia 24 de dezembro e duram até o meado do mês de janeiro do ano seguinte.

VULTOS ILUSTRES — *José Calasans* (General), nascido a 27 de agôsto de 1863. Tinha curso de engenharia pelo Regulamento de 1889. Foi reformado no pôsto de general-de-divisão a 6 de setembro de 1916. Chefiou a comissão encarregada da construção do Sanatório de Campos de Jordão e fêz parte da comissão construtora da Vila Militar. Foi o primeiro Presidente Constitucional de Sergipe, em 1892. Faleceu em Aracaju no dia 31 de outubro de 1948. *Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior*, nasceu a 4 de junho de 1859. Participou da Proclamação da República nos municípios de Penedo, Triunfo, Traipu, e São Brás, no Estado de Alagoas e Vila Nova (hoje Neópolis), Propriá, Gararu e Pôrto da Fôlha, em Sergipe. Escreveu então "História dos Limites Entre Sergipe e Bahia", editado em 1918. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 1.º de fevereiro de 1929.

Também são filhos ilustres de Itabaiana, o professor *Guilhermino Amâncio Bezerra*, nascido a 3 de fevereiro de 1847 e falecido em Aracaju, em 1.º de agôsto de 1909, e o coronel *Manoel Correia Dantas*, ex-Presidente do Estado, nascido em território hoje pertencente ao município de Divina Pastôra.

Em Itabaiana viveu, por muito tempo, o notável sergipano, Dr. Tobias Barreto de Menezes, ministrando ensino da língua latina, até 1861.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o nome de itabaianenses.

Itabaiana é topônimo de origem tupi, que significa "naquela pedra mora alguém" ou "há uma aldeia com gente" — *Ita* — pedra; *taba* — aldeia; *Oane* — alguém.

Nestes últimos vinte anos, o município vem aparecendo com acentuado índice de progresso, estando atualmente incluído entre os mais importantes do Estado, pelo volume de sua produção agrícola e negócios realizados pelo comércio local.

Possuindo iluminação elétrica pública e domiciliar de há muito tempo, a sede municipal, a partir de 16 de outubro de 1955, passou a consumir energia elétrica fornecida pela

Vista parcial interna do Pôsto Agropecuário

"Companhia Hidrelétrica do São Francisco", sendo o primeiro município sergipano, depois do da Capital, a se beneficiar da grande obra de aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

A atual Legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, sendo eleito e empossado o Prefeito, Sr. Serapião Antônio Góis, e constituída a Câmara Municipal com oito vereadores.

No pleito eleitoral realizado em 3 de outubro de 1954, dos 11 365 eleitores inscritos, compareceram às urnas 5 962, com uma abstenção de 47,7% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do município: José Silveira Filho.)

Agência dos Correios e Telégrafos

ITABAIANINHA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Afirmam Laudelino Freire e Clodomir Silva que a atual sede do município de Itabaianinha foi primitivamente uma aldeia de índios.

Uma versão popular muito generalizada dá a localidade como tendo sido fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindos de Itabaiana, nas suas viagens pelo interior, e que ali faziam pousada, no planalto que fica vizinho ao "alto do urubu". O local, dada a sua semelhança topográfica com a da famosa e antiga vila que fica ao pé da serra mais importante de Sergipe (Itabaiana), de onde os referidos mascates eram originários, teria sido batizado por êstes com o mesmo nome da terra dêles, colocado no diminutivo.

Que os filhos de Itabaiana sempre foram negociantes nômades, varando sertões adentro para venderem os seus produtos, no-lo diz D. Marcos Antônio de Souza, na sua "Memória da Capitania de Sergipe", escrita em 1808, quando menciona, à página 32 da referida obra: "São industriosas as mulheres de Itabaiana; suas grosseiras manufaturas constituem o principal comércio de seus maridos e tôda a vantagem de seu país. Levam os itabaianistas para *os sertões altos* (o grifo é nosso) vinte mil varas de pano de algodão, que se reputam em valor metálico dez mil cruzados).

De uma forma ou de outra, a toponímia da vila de Itabaiana influiu na denominação do povoado cuja história aqui se esboça, emprestando-lhe o seu nome, com a alteração para o diminutivo. É que os primeiros povoadores impressionaram-se com a semelhança entre as duas localidades, o que os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana — Itabaianinha — no sul da Província.

Prefeitura Municipal

O mesmo D. Marcos Antônio de Souza, na parte da sua "Memória" que fala na freguesia de Nossa Senhora dos Campos (hoje Tobias Barreto), diz: "É diminuta a cultura do algodão, quando há matas próprias para esta plantação nos contornos da *Itabaianinha* (grifamos), onde existe uma capela distante da matriz oito léguas". Esta é a mais antiga referência sôbre Itabaianinha.

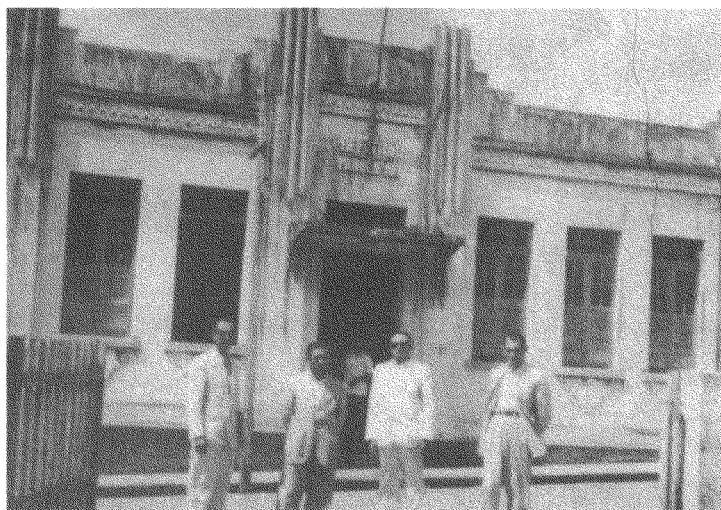
Em 1834, o Presidente do Conselho Geral da Província, encaminhando Propostas de Leis à Assembléia Geral, incluía duas proposituras, uma delas criando a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha e a outra transferindo para esta povoação a sede da vila de Tomar do Geru.

Tais Propostas não chegaram a ser apreciadas nem votadas pela Assembléia, que concentrava a sua atenção em discutir o parecer interpretativo do Ato Adicional da Constituição do Império.

Todavia, em 6 de fevereiro de 1835, uma Lei criava a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha, desmembrando-a da de Nossa Senhora dos Campos. A Resolução número 45, de 20 de março de 1840, alterou esta Lei, mas logo a de número 64, de 27 de fevereiro de 1841, restabeleceu as suas disposições.

Extinta a vila de Tomar de Geru, foi aprovada, pela Lei de 19 de fevereiro de 1835, a vila de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha, compreendendo a freguesia correspondente à nova vila e à freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Tomar do Geru.

A Lei n.º 3, de 19 de setembro de 1891, elevou Itabaianinha à categoria de cidade.

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, Itabaianinha adere ao novo regime, em sessões de sua Câmara, logo nos dias 24 e 27 do mesmo mês. O primeiro Conselho de Intendência, nomeado após a dissolução da Câmara Municipal, pelo Govêrno Provisório do Estado, por Decreto de 2 de janeiro de 1890, constituiu-se dos seguintes cidadãos: Antônio Imigdio de Souza — Presidente; João Martins de Souza Cunha e Ernesto José de Souza — membros.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município se compõe de um único distrito, criado pela Lei provincial de 6 de fevereiro de 1835. Também a Lei número 680, de 19 de outubro de 1915, se refere a Itabaianinha como cidade.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município permanece com um distrito.

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 69, de 28 de março de 1938, o município de Itabaianinha pertence ao têrmo judiciário de Itabaianinha, da comarca de mesmo nome e se divide, agora, em dois distritos: o de Itabaianinha e o de Geru.

No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, o município é composto dos distritos de Itabaianinha e Geru e é têrmo da comarca de Itabaianinha, formada pelos têrmos de Itabaianinha, Campos (hoje Tobias Barreto) e Cristina (hoje Cristinápolis).

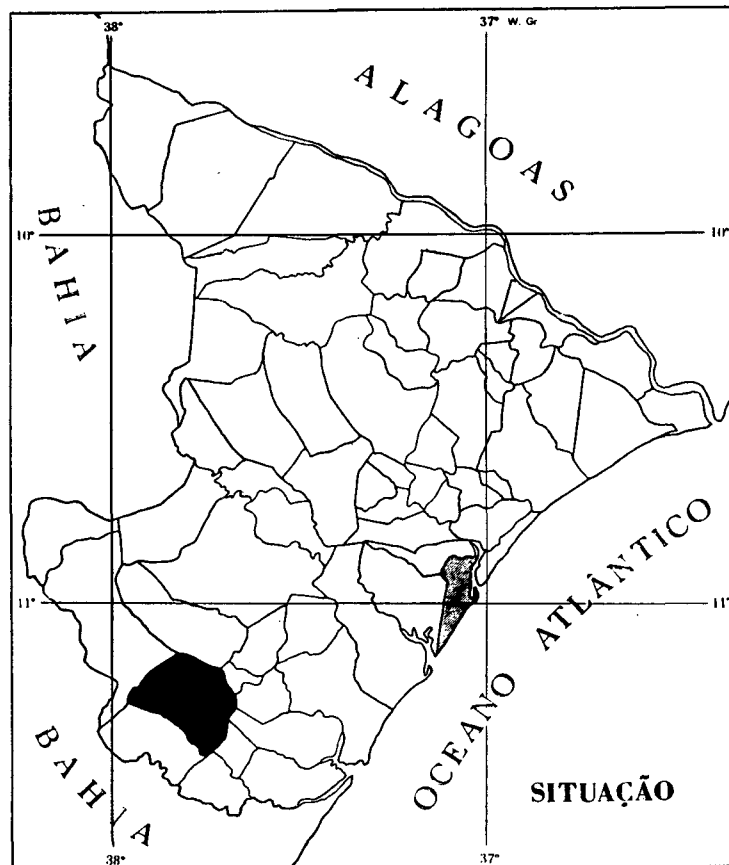
Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31-12-1943, revogado pelo de número 533, de 7 de dezembro de 1944, a comarca de Itabaianinha adquiriu o têrmo de Buquim, transferido da comarca de Lagarto, e perdeu o têrmo de Tobias Barreto, antigo Campos, transferido para a nova comarca de Tobias Barreto.

Em 1945-1948, no quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei número 533, o município é formado pelos distritos de Itabaianinha e Geru e é têrmo da comarca de Itabaianinha, formada pelos têrmos de Itabaianinha, Buquim e Cristinápolis, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945.

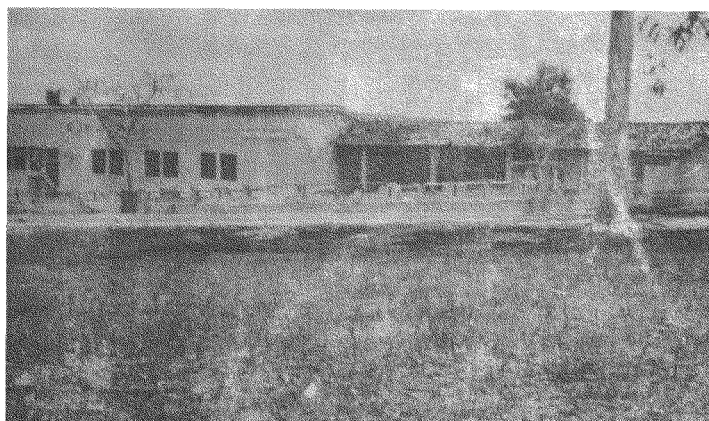
Pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, Itabaianinha perdeu o seu Distrito de Paz de Tomar do Geru, que voltou a ser município independente, com o seu território desmembrado do município aqui em foco.

Pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para o período 1954-1958, o município de Itabaianinha compõe-se ainda de um só distrito, mas como sede da comarca de Itabaianinha abrange os têrmos de Itabaianinha, Cristinápolis, Tomar do Geru e Umbaúba, tendo perdido o de Buquim.

Entretanto na Lei número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), Itabaianinha aparece como comarca de 2.ª entrância, abrangendo os têrmos de Itabaianinha e Tomar do Geru, tendo perdido os têrmos de Cristinápolis, transferido para a comarca de Estância, e Umbaúba, transferido para a comarca de Santa Luzia do Itanhi.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Itabaianinha na Zona Fisiográfica do Oeste sergipano e entre os municípios de Tobias Barreto, Tomar do Geru, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Arauá, Santa Luzia do Itanhi, Umbaúba, Cristinápolis e Buquim. A sede municipal está a 11° 16' 20" de latitude Sul e 37° 48' 57" de longitude W. Gr., distando 92 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, na direção S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 225 metros, a altitude na sede do município. Neste particular, Itabaianinha se coloca em 5.º lugar, no Estado.

CLIMA — O município possui um clima relativamente variável, com uma temperatura cuja média das máximas, na escala centígrada, atinge 36,2° e das mínimas, 15°. A temperatura mais freqüente durante o ano é de 26°C. Os

Grupo Escolar Rural Olímpio Campos

meses mais chuvosos são abril, maio, junho, julho e agôsto, tendo a precipitação pluviométrica, em 1956, alcançado a altura de 1 900mm.

ÁREA — A área atual é de 522 quilômetros quadrados, segundo estimativa realizada pela Inspetoria Regional de Estatística, com base no mapa do município. Pertence ao tipo médio, quanto à extensão territorial, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Carnaíba, que tem as suas cabeceiras entre os municípios de Itabaianinha e Riachão do Dantas, serve de linha divisória entre êstes e entre Itabaianinha e o município de Pedrinhas até desaguar no rio Arauá; Arauá, que nasce na serra do Brejo com o nome de riacho do Brejo, depois toma o nome de rio Arauá, corre no sentido oeste-leste, penetrando no município de Arauá; Itamirim, vem do município de Tobias Barreto, penetra em Itabaianinha, recebe o riacho Salgado e daí por diante vai dividindo Itabaianinha com Tomar do Geru até penetrar no município de Cristinápolis; riacho do Saco, serve de limites entre Itabaianinha e Tobias Barreto, desaguando no rio Itamirim.

O município de Itabaianinha é um tanto montanhoso ao norte, sendo mais baixo ao sul. Verificam-se as seguintes serras, tôdas ao norte: do Babu, entre Itabaianinha e Riachão do Dantas; dos Cavalos, Ilha e Catramba, entre Itabaianinha e Tobias Barreto; Pilões, Antas, Ovelhas, Flor da Roda, Pedra Branca, Brejo, Bica e o Alto do Urubu, a leste da sede municipal.

Lagoas: — Serrote, Sandes, Grande, Campo da Serra e Bois.

RIQUEZAS NATURAIS — Itabaianinha possui grandes reservas de pedras para construção, para paralelepípedos e meios-fios, apesar de ter obtido pequena produção destas, em 1956 (1 267 metros cúbicos, no valor de Cr$ 76 000,00). Itabaianinha possui dos melhores tipos de barro para tijolos e telhas, tendo produzido 2 000 toneladas, em 1956, no valor de Cr$ 250 000,00. De origem vegetal o município possui a agave (sisal), com a qual produz cordas: 33 toneladas em 1956. A produção de fibras de sisal atingiu 25 toneladas, no valor de 88 mil cruzeiros, em 1956. Ainda no reino vegetal, o município produz lenha combustível, alcançando 40 000 metros cúbicos desta, em 1956, no valor de Cr$ 2 000 000,00. De origem animal, há extração do mel de abelha (15 000 quilogramas em 1956, no valor de Cr$ 225 000,00) e cêra de abelha (1 500 quilogramas).

POPULAÇÃO — Com a criação, após o Recenseamento de 1950, do município de Tomar do Geru, cujo território foi desmembrado do município de Itabaianinha, a população dêste último que era de 24 927 habitantes, na data do Censo, ficou reduzida, pelos cálculos operados pela Inspetoria Regional de Estatística, para 16 217, sendo 7 922 homens e 8 295 mulheres. Segundo os mesmos cálculos, tem-se, nas subdivisões a que se processou, sôbre os dados totais, obtidos: brancos — 6 592, pardos — 8 146, pretos — 1 438; verifica-se que há predominância dos pardos (50,24% da população total), enquanto que os pretos representavam 8,87% do efetivo demográfico geral. Casados — 4 474, solteiros — 3 797, viúvos — 510, desquitados — 3; católicos — 15 769, de outras religiões — 447; das pessoas de 15 anos e mais de idade, 3 950 trabalhavam no campo, 310 na indústria e comércio, 5 535, em ocupações domésticas e 716 estavam inativos. A densidade demográfica do município era de 31,067 habitantes por quilômetro quadrado. Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, sôbre a população existente em 1.º de julho de 1956, dão para Itabaianinha um total de 24 925 habitantes, sendo, 2 669 no quadro urbano e 22 256 no quadro rural, do município.

Aglomerações urbanas — A sede municipal, com 2 403 habitantes, em 1950; os povoados Ilha, com uma população aproximada de 310 habitantes, Vermelho, com 170 e Água Boa com 110 habitantes, aproximadamente. Releva notar que o povoado Ilha conta 11 estabelecimentos comerciais, 2 escolas primárias e 1 templo católico.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de riqueza é a agricultura, ocupando um efetivo de 3 950 pessoas (24,36%) da população do município.

Em 1956, Itabaianinha produziu 700 toneladas de cana-de-açúcar, 560 centos de côco-da-baía, 1 600 sacas de feijão, 11 200 toneladas de mandioca e 10 000 sacas de 60 quilogramas de milho. O valor desta produção atingiu Cr$ 11 591 000,00.

Itabaianinha já cultiva com relativo sucesso a agave (sisal) tendo obtido uma produção de 25 toneladas de fibra, no valor de 88 mil cruzeiros, e 33 toneladas de cordas de sisal, na importância de 332 mil cruzeiros.

As atividades pecuárias acham-se, também, relativamente desenvolvidas, destacando-se a população de bovinos com um efetivo de 12 000 cabeças.

Vista da Rua Dr. Benício Freire

O movimento industrial do município é ainda pequeno, apresentando um total de apenas 31 estabelecimentos industriais, na sua maioria pertencentes à pequena indústria rural. O número de pessoas ocupadas nessa indústria atinge 93. Entre as referidas unidades fabris destaca-se a Emprêsa de Sisal Boa Sorte, na Fazenda Boa Sorte. O valor total de tôda a produção industrial de Itabaianinha ascendeu a Cr$ 11 591 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em Itabaianinha existem 58 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 atacadistas — apenas na cidade. O número de estabelecimentos comerciais em todo o município é de 96.

O comércio do município mantém transações com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro (DF), Salvador, Recife, Maceió, Aracaju, Estância e Tobias Barreto.

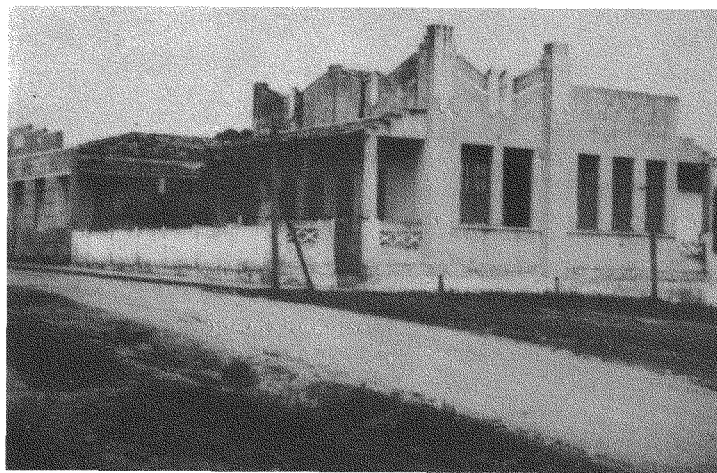
Há, na sede municipal, correspondentes dos principais estabelecimentos bancários de Sergipe e, funcionando através da agência do correio local, existe uma agência de depósitos da Caixa Econômica Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Ferroviária Federal S. A. (ex-Viação Férrea Federal Leste Brasileiro) e através de rodovia. A sede municipal acha-se ligada por um ou outro meio de transporte, com as seguintes cidades: Aracaju — ferrovia — 134 quilômetros e rodovia, 145 quilômetros; Tobias Barreto, rodovia — 42 quilômetros; Riacho do Dantas, rodovia — 35 quilômetros; Buquim, rodovia — 42 quilômetros; Arauá, rodovia — 21 quilômetros; Tomar do Geru, ferrovia — 15 quilômetros e rodovia — 18 quilômetros; Umbaúba, rodovia — 18 quilômetros e Pedrinhas, ferrovia — 22 quilômetros.

Há ônibus diàriamente para Aracaju.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém em Itabaianinha uma agência Postal-telegráfica, havendo também serviço telegráfico na Estação da Estrada de Ferro.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itabaianinha possui 29 logradouros, sendo 6 pavimentados. Dêstes últimos, tem-se: a) a paralelepípedos: 4 inteiramente e 1 parcialmente pavimentados; b) a pedras irregulares: 1 parcialmente pavimentado. Há, em Itabaianinha, 4 praças arborizadas e 1 arborizada e ajardinada simultâneamente.

Pôsto de Higiene

Hospital São Luiz de Gonzaga

Itabaianinha, assentada sôbre o planalto, de modo geral apresenta um aspecto gracioso e aprazível, o que lhe valeu a alcunha de "Princesa das Montanhas", conferida pelo poeta João Pereira Barreto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada por um médico residente na cidade.

Em Itabaianinha funciona um pequeno hospital com 12 leitos e um Pôsto Médico de clínica geral. Há também, na cidade, duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em Itabaianinha existe uma Cooperativa Agropecuária destinada a prestar financiamento aos seus sócios, nas atividades agropecuárias. O quadro social da referida entidade compõe-se de 63 membros.

ALFABETIZAÇÃO — Do total de 13 403 pessoas de 5 anos e mais de idade, existentes no município, 2 598 sabem ler e escrever, apresentando, assim, um índice de alfabetização de 19,38%.

Feitas as devidas reduções, correspondentes ao município de Tomar do Geru (desmembrado do de Itabaianinha), encontra-se para Itabaianinha, segundo os dados do Recenseamento de 1950, um total de 127 pessoas possuindo o curso primário completo, 18 tendo o curso secundário e apenas 7 com diploma do curso superior.

Ensino — Em 1956 funcionaram, em todo o município, 19 unidades escolares do ensino primário geral e 4 do ensino supletivo. A matrícula geral dêsses estabelecimentos no referido ano foi de 920, constando o aproveitamento de 203 aprovações.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em Itabaianinha existe a Sociedade Lítero-Recreativa dos "Crysanthemos", com finalidade literária e recreativa, congregando 51 associados. Entre as atividades da referida instituição, no ano de 1956, consta a realização de 8 conferências e palestras e 4 concertos, recitais e audições.

A filarmônica local oferece ambiente para a cultura artístico-musical dos habitantes da cidade, além de constituir um fator de animação para o lugar.

O cinema projeta filmes de 16 mm, possuindo 310 lugares.

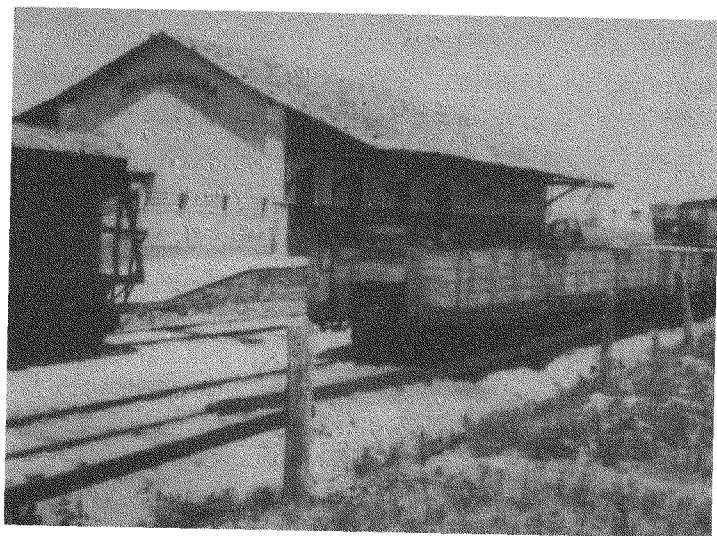
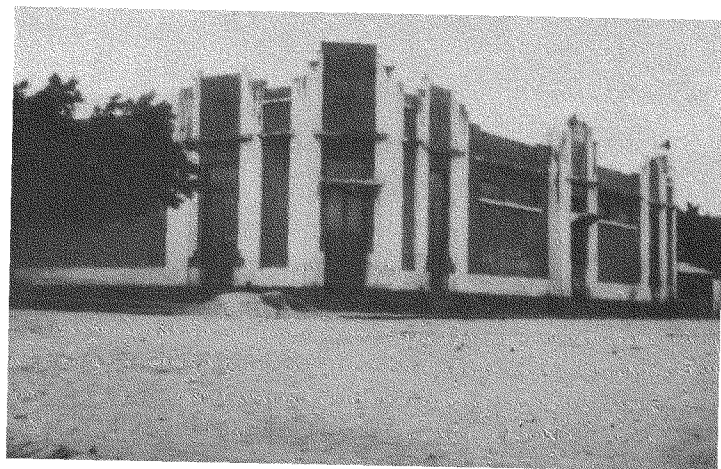
FINANÇAS PÚBLICAS — A receita das entidades públicas no município e a despesa da Prefeitura, a partir de 1950 e até 1956, apresentam o seguinte movimento:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	175	491	298	...	326
1951.......	215	717	621	131	367
1952.......	263	024	591	180	370
1953.......	345	778	995	205	908
1954.......	352	734	865	218	515
1955.......	231	821	911	215	646
1956.......	414	918	1 191	199	728

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas da população realizam-se através dos atos da Igreja Católica, inclusive festas religiosas a algumas delas não faltando também o elemento profano (feiras-livres, danças, etc.). A principal das festas religiosas é a da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, que se dá no dia 8 de dezembro, precedida, geralmente, de animada novena.

Também a "Festa de Reis", no dia 6 de janeiro, é celebrada com grande animação, havendo, à margem dos atos da Igreja, danças e outros divertimentos permitidos.

VULTOS ILUSTRES — Itabaianinha é berço dos seguintes filhos ilustres: *Monsenhor Olímpio de Souza Campos* — Sacerdote e político. Nasceu a 25 de julho de 1853. Embora sacerdote católico, elegeu-se deputado provincial para as legislaturas de 1882-1883, 1884 e deputado geral para a 19.ª e 20.ª legislaturas de 1885 e 1886-1889. Deputado federal em 1893, teve sua eleição renovada para 1894 e 1897. Eleito Presidente do Estado, estêve no cargo de 1899 a 1902. Em 1903 foi eleito Senador da República, e como tal veio a falecer, assassinado. Foi autor de vários trabalhos e discursos, dedicando-se também às atividades jornalísticas. Faleceu em 9 de novembro de 1906.

Desembargador Guilherme de Souza Campos — Jurisconsulto. Irmão do precedente, nasceu em 10 de fevereiro de 1850. Foi Juiz de Direito no Maranhão, Chefe de Polícia no Estado do Espírito Santo, Desembargador do Tribunal de Relação de Sergipe, do qual por mais de uma vez foi Presidente. Chefe de Polícia do Estado de Sergipe, e depois Presidente do Estado. Foi ainda deputado provincial,

Estação da Viação F.F.L.B.

Mercado Municipal

Senador Federal e, também, jornalista. Faleceu a 3 de outubro de 1923.

Exupero Monteiro — Da Academia Sergipana de Letras. Professor, poeta e jornalista.

Olímpio Cardoso da Silveira — Médico ilustre. Nasceu a 12 de maio de 1879. Depois de ter exercido altas funções no Estado do Pará, ascendeu à direção da Faculdade de Medicina de Belém, cargo em que atualmente se encontra.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Itabaianinha são chamados itabaianinhenses.

O atual Prefeito Municipal é o Sr. João Bispo dos Santos, eleito em 1954 e empossado em 31 de janeiro de 1955, data em que se instalou a Legislatura da Câmara atual de Vereadores, com 5 membros.

Dos 4 019 eleitores inscritos, 2 329 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 42,0%.

(Elaboração — João de Oliva Alves, Agente de Estatística, adido à I. R. de Sergipe; Agente de Estatística do município: Pedro Alves de Macedo.)

ITABI — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente chamava-se Panelas, nome que veio da propriedade rural em que foi fundada a povoação.

A primeira penetração data de 1892, quando Pedro Vieira de Menezes, procedente do vizinho município de Pôrto da Fôlha, veio tomar posse das terras que houve por compra.

Construída a primeira casa pelo proprietário que veio a casar-se e constituir família, outras moradas foram se levantando no local destinadas ao vaqueiro, trabalhadores e pessoas amigas que vieram desbravar a terra virgem e fértil de Pedro Menezes, o qual oferecia oportunidade a todos quantos desejassem prosperar, num regímen de ordem e trabalho.

Em 1901 a Fazenda Panelas já se tornara um florescente arraial em que muitos de seus habitantes já possuíam na região seu pedaço próprio de terras.

Vista parcial da cidade

A produção de algodão já se achava tão desenvolvida que o pioneiro Menezes instalou uma fábrica para beneficiá-lo.

Por sugestão do Padre Gonçalo de Lima, então Vigário de Gararu a cujo município e freguesia pertencia a localidade nascente, teve esta o seu nome mudado para Providência, por ser considerado o seu progresso um milagre suscitado pela Providência Divina em meio àquelas terras do sertão, já situadas no "Polígono das Sêcas".

Em 1922 a povoação iniciava a luta por ser elevada à vila e sede de município, trabalhando por isto o seu fundador Pedro Vieira de Menezes, já prestigioso prócer político em Gararu com influência nos municípios de Nossa Senhora da Glória e Pôrto da Fôlha.

No ano de 1944, falece repentinamente o velho pioneiro, sem que visse realizado o seu ideal de independência política para a terra que nasceu pelas suas mãos.

A sua viúva, D. Maria Maurícia de Menezes, que muito ajudava o espôso em tôdas as atividades, decidiu-se a prosseguir na tarefa por êle encetada de encaminhar o povoado ao seu melhor destino.

Atuando com a sua influência política e moral no espírito dos homens públicos do Estado, veio ela alcançar a criação do Distrito de Paz de Providência, o que se deu pelo Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938.

Em 1944, foi elevada à vila pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro, com a denominação de Itabi procedente de duas pedras colocadas originalmente pela natureza em um ponto pitoresco do território.

Dois anos depois ocorria o falecimento da continuadora da obra do saudoso desbravador, legando a seu filho Francisco Vieira de Menezes o prosseguimento da emprêsa iniciada pelo pai.

A Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, deu a Itabi a suspirada categoria de cidade e sede do município do mesmo nome, desmembrado do de Gararu, conseguindo por fim Francisco Vieira de Menezes realizar o sonho de seus pais obtendo também triunfo no pleito que o elegeu Prefeito municipal de sua terra.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, estabelece que Itabi é distrito único e têrmo da comarca de Gararu.

A instalação do município foi no dia 31 de janeiro de 1955, pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca de Gararu, que deu posse aos vereadores em número de 5 e ao Prefeito Francisco Vieira de Menezes, eleitos no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica, "Sertão do São Francisco", limita com os municípios de Gararu, Canhoba e Tamanduá. A cidade de Itabi acha-se implantada em uma elevação marcada em ângulo pelos riachos Providência e Marido. Dista 83 quilômetros em linha reta da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É pouco variável; o inverno, ou seja, a estação das chuvas, começa em maio e prolonga-se até agôsto. Como município sertanejo de quando em quando é surpreendido pelas grandes estiagens.

ÁREA — A área territorial do município é de 194 quilômetros quadrados, representando 8,7% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Gararu — nasce no município de Tamanduá e desce dividindo êste com o município de Gararu indo desaguar no rio São Francisco. Existem ainda seis pequenos riachos e a serra da Melancia cuja maior parte fica situada no município de Gararu.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, conta o município entre os seus recursos naturais apenas barro ou argila empregado no fabrico de telhas e tijolos, que, em 1956, alcançou produção no valor de Cr$ 21 000,00. No reino vegetal assinala-se a existência de madeiras destinadas a lenha e construções, castanha de caju, mamona, casca de angico e fôlhas de babosa; a produção dêsses artigos em 1956 atingiu a importância de 175 milhares de cruzeiros. Cêra e mel de abelhas, pele de veados e outros

animais silvestres constituem os principais recursos de natureza animal existentes no município, cuja exploração, em 1956, rendeu Cr$ 64 000,00.

Há no município outros recursos nos três reinos que poderiam contribuir para a economia do povo de Itabi, como seja, pedras para construção, calcárias, plantas medicinais e pássaros, porém ditos recursos não são ainda explorados comercialmente.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento Geral do Brasil (1.º-VII-1950), contava o município de Itabi 3 259 habitantes, sendo 1 543 homens e 1 716 mulheres, ou seja, 111 mulheres proporcionalmente a cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica de Itabi era portando de 16,798 habitantes por quilômetro quadrado. Ainda de acôrdo com o referido Censo existem, segundo a côr, 2 917 brancos, 212 pretos e 130 pardos. O primeiro grupo representa 83,3% da população total, enquanto o último, a menor parcela, significava apenas 3,9% do total dos habitantes municipais. Segundo o estado civil, o mesmo Censo apresenta os seguintes resultados referentes às pessoas de 15 anos e mais existentes em tôda a circunscrição municipal: casados — 976 — solteiros — 595 e viúvos — 101 pessoas. Vê-se que em 1950 havia no município mais casados do que solteiros entre as pessoas em idade de contraírem matrimônio. Dos 3 259 habitantes de Itabi 36,8% viviam na sede municipal e os demais no quadro rural.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana mais importante do município é a da sede municipal, seguindo-se os povoados Mata e Mucambo com 50 moradas mais ou menos cada um e cêrca de 400 habitantes nos dois.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo resultados censitários de 1950 — 68% de sua população de 10 anos e mais de idade tinham como atividade principal a agricultura explorando também a pecuária, silvicultura e indústrias extrativas.

A principal atividade dentre as quatro é a agricultura tanto por empregar maior número dos habitantes municipais como pelo valor da sua produção.

O montante do valor dos principais produtos agrícolas em 1956 atingiu cêrca de 12 000 milhares de cruzeiros contra Cr$ 4 000 000,00 mais ou menos da pecuária.

A população pecuária do município é a seguinte: 3 000 bovinos; 250 eqüinos; 400 muares; 300 asininos; 3 500 suínos; 7 500 ovinos e 4 200 caprinos.

Agência dos Correios e Telégrafos

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

O quadro seguinte resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos em 1956.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	405	3 000
Feijão	390	5 200
Mandioca	2 200	1 910
Milho	540	1 800

O feijão, entre os principais produtos agrícolas, contribui com a maior parcela para a economia municipal, ou seja, com Cr$ 5 200 000,00.

Quanto à indústria do município é inexpressiva, constando de duas panificações e um fabrico de laticínios que empregam menos de cinco operários cada um. A produção de queijo e manteiga em 1956, somada às duas parcelas, apresenta o total de 314 milhares de cruzeiros.

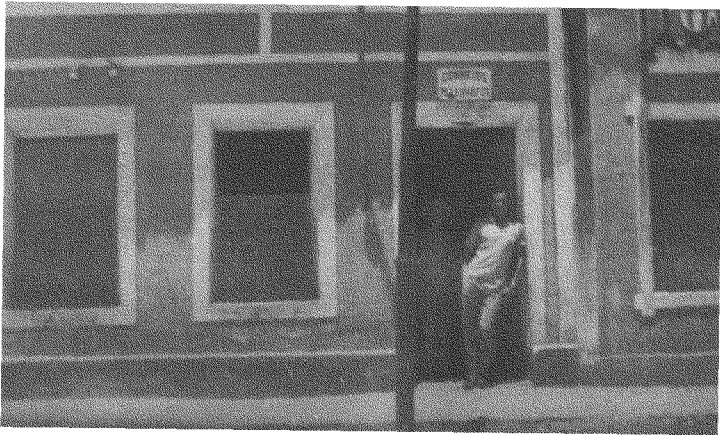
COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade de Itabi 27 estabelecimentos comerciais dos principais ramos, sendo 4 grossistas e 23 retalhistas com um movimento em 1956 de Cr$ 6 000 000,00, segundo o registro de vendas a vista, transacionando principalmente com as praças de Propriá, Aracaju e Salvador — BA. Há no comércio local apenas correspondente do Banco Mercantil Sergipe Sociedade Anônima.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itabi liga-se com os municípios limítrofes da maneira seguinte: Rodovia — Gararu (23 quilômetros); Tamanduá (18 quilômetros). Estrada carroçável (a cavalo) — Canhoba (18 quilômetros).

Itabi está ligada a Aracaju por rodovia cujo percurso é de 138 quilômetros.

A ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

As comunicações do município são realizadas através da Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 10 logradouros e é servida de energia elétrica para iluminação pública e particular que se estende pelas principais artérias da cidade, contando com 55 ligações particulares. Contam-se duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O serviço sanitário do município é feito por um Pôsto Volante do Serviço de Endemias Rurais. Existe na cidade uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, por ocasião do Recenseamento Geral, a população do município com 5 anos e mais de idade era de 2 647 pessoas das quais sabiam ler e escrever 681, ou seja, 25,73%, índice que se elevou consideràvelmente pois que já em 1954 Itabi possuía um eleitorado inscrito de 1 223 pessoas.

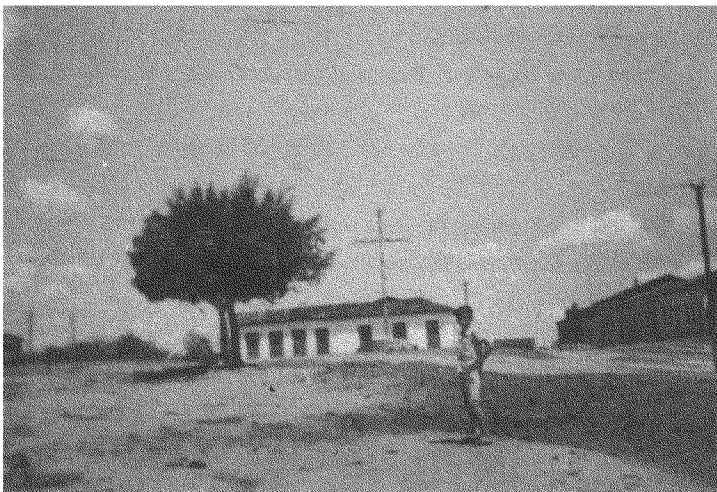
Ensino — Em 1955 havia no município 10 unidades escolares de ensino primário geral, mantidas pelo Estado e a municipalidade com 236 alunos matriculados cujo aproveitamento no fim do ano letivo foi de 81 promoções e conclusões do curso. Não há no município estabelecimento de ensino além dos mencionados.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte apresenta o movimento financeiro do município no período 1950-1956, a partir de sua instalação.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	168	571	60	214
1956	—	217	720	70	210

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apurou o último Censo que, dentre os 3 259 habitantes do município, só 3 pessoas se declararam de outras religiões, os demais, ou seja, 99,9%, eram católicos romanos.

Em sua capela, que apresenta aspecto atraente pelo campanário central, sacado à frente do templo, é festejada em 8 de setembro a padroeira, Nossa Senhora da Conceição, com brilho e pompa que dá às festas o sentimento de fé do povo eminentemente cristão de Itabi; atestam muitas vêzes, nos anos escassos de inverno e pobres de safra, a superação dos passos pela viveza da crença religiosa. Esta é a festa principal do município, celebrada sempre com entusiasmo e que atrai muita gente do interior da comuna e dos municípios vizinhos.

Quanto a folguedos populares, de quando em quando se realiza uma Cavalhada, espécie de justas em que cavalheiros disputam a habilidade de montar, esgrimir uma lança e acertar um alvo.

Praça São João

Usina Elétrica Municipal

Quanto ao folclore, existem no município alguns repentistas cantadores de emboladas e freqüentemente aparecem na feira-livre local violeiros que cantam desafios deliciando o povo rural que os escuta sempre.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são denominados itabienses.

Dos 1 223 eleitores inscritos, 824 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 32,6%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo; Estatístico-Auxiliar da I. R. de Sergipe; Agente de Estatística do município: Edgar Barreto.)

ITAPORANGA D'AJUDA — SE

Mapa Municipal na pág. 371 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No govêrno de Luiz de Brito de Almeida, em 1575, a Metrópole reconheceu, afinal, a necessidade inadiável de conquistar o solo entre Bahia e Pernambuco. Antes, porém, que disso efetivamente se convencessem os homens que governavam o Brasil de então, os Jesuítas tomaram a iniciativa de tal encargo. Avulta aqui a obra imperecível e grandiosa, se bem que malograda, por motivos alheios aos seus desejos, dos Padres Gaspar Lourenço e João Solônio, sendo o primeiro dêstes o encarregado especial de fazer a pacificação indígena em Sergipe.

A mando do Governador, os Padres haviam sido acompanhados por um punhado de soldados, sob a chefia de um capitão, que, segundo insinuação de A. Alcântara Machado, teria sido o próprio Garcia d'Ávila, o que não se depreende, porém, dos informes, quer de Gaspar Soares, quer de Frei Vicente, por êle citado.

Da aldeia de São Tomé, anteriormente fundada, seguiram os Padres, sòzinhos, até a aldeia do Chefe indígena Suruby, a convite dêste, onde erigiram a Igreja de Santo Inácio.

Clodomir Silva, no seu "Álbum de Sergipe", editado em 1920, localiza a aldeia de Suruby, no lugar onde hoje se acha edificada a cidade de Itaporanga d'Ajuda, à margem direita do rio Vasa Barris ou Irapiranga, porém Felisbelo Freire, um dos mais consultados autores da história de Sergipe, localiza esta aldeia nas vizinhanças do rio Piauí, confluente do rio Real.

Prefeitura Municipal

Felte Bezerra, em "Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe" não só aceita a localização da aldeia de Suruby apontada por Felisbelo Freire, como também, concorda que a atual cidade de Itaporanga d'Ajuda, está localizada no lugar de uma antiga povoação, onde, ainda, o Padre Gaspar Lourenço, na mesma época, edificou uma outra igreja, a de São Paulo, mais próxima do mar.

Todos os historiadores, que se nos tornou possível consultar, são, porém, unânimes em afirmar, que o primeiro núcleo demográfico que deu origem à cidade de Itaporanga d'Ajuda, sede de uma das mais antigas comunas sergipanas, foi fundado em 1575 pelo Padre jesuíta Gaspar Lourença, em terras do domínio do Chefe indígena Suruby.

A conquista pacífica da terra sergipana foi entretanto interrompida. A incompreensão dos colonos, e, sobretudo, a cobiça dos mamelucos, acentua Serafim Leite, criaram, pouco a pouco, nova atmosfera de desarmonia e levantaram a suspeição dos gentios quanto às verdadeiras intenções da catequese. Sòmente, pois, a partir de 1590, é que se efetivou a conquista de Sergipe por portuguêses, tendo à frente Cristóvão de Barros.

Ocorrendo um período de lutas entre portuguêses e indígenas e que também perdurou durante a ocupação holandesa, sòmente a 30 de janeiro de 1845, a povoação de São Paulo (ou Santo Inácio como queria Clodomir Silva) atingiu a categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora d'Ajuda de Itaporanga, pela Lei número 135, ficando desmembrada da de Nossa Senhora das Vitórias, hoje cidade de São Cristóvão.

Passou à vila pela Lei n.º 387, de 10 de maio de 1854, com a denominação de Itaporanga, e à cidade, com o mesmo topônimo, em 28 de março de 1938, de acôrdo com a Lei número 69 daquela data.

De acôrdo com o quadro territorial que foi fixado pelo Decreto-lei estadual número 533, de 1944, o município de Itaporanga, estando atingido pela legislação federal relativa à duplicidade dos nomes de cidades e vilas brasileiras, passou a adotar o nome Irapiranga. Por fôrça do mesmo dispositivo legal, era formado pelo único distrito de Irapiranga e aparecia como têrmo da comarca de São Cristóvão, na forma do que dispunha a divisão judiciária do Estado, confirmada pelo Decreto-lei número 651, de 6 de junho de 1945.

A Lei estadual número 123, de 1.º de janeiro de 1949, que fixou o quadro territorial administrativo e judiciário do Estado de Sergipe, para o qüinqüênio 1949-1953, elevou o município de Itaporanga d'Ajuda à categoria de comarca, desmembrada da de São Cristóvão, constituindo-se do têrmo e distrito judiciário do município do mesmo nome e do têrmo de Salgado, transferido da comarca de Estância. Por fôrça da disposição desta mesma lei estadual, o município passou a adotar o topônimo Itaporanga d'Ajuda.

O seu atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, é: município, comarca e têrmo de Itaporanga d'Ajuda, distrito único.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município está localizado na Zona do Litoral, a uma distância de 28 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado.

A sede municipal fica à margem direita do rio Vasa-Barris com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul — 10° 59' 46" e Longitude W. Gr. — 37° 18' 15".

São municípios limítrofes: Estância, São Cristóvão, Salgado, Laranjeiras, Campo do Brito e Lagarto.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

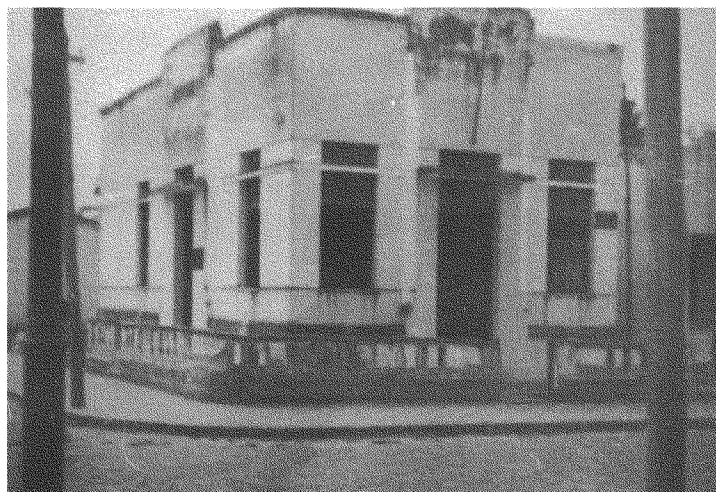
ALTITUDE — A sede municipal acha-se numa altitude de 10 metros.

CLIMA — O clima do município é temperado e mais ou menos saudável. Em 1956, foram os seguintes os resultados climáticos de Itaporanga d'Ajuda, em graus centígrados: média das máximas registradas — 28, média das mínimas — 18, média compensada — 23.

ÁREA — A área do município é de 809 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Morros*: Bem próximo à cidade fica o morro de São Benedito, sem, contudo, cons-

tituir uma elevação de grande porte. *Rios*: Vasa-Barris, que tem as suas cabeceiras na serra da Itiúba, no Estado da Bahia, atravessa o Estado de Sergipe de oeste para leste, formando uma das mais importantes bacias hidrográficas do território sergipano. No verão é pouco caudaloso, porém recebe muitas águas durante as chuvas torrenciais, que provocam o seu transbordamento, em enormes enchentes, que danificam as plantações das propriedades rurais de suas margens. Nessa ocasião é espantosamente caudaloso e arrasta na correnteza pesadas árvores e até mesmo animais de grande porte; *Xinduba*: rio de pequeno curso, importante, apenas, pelas grandes plantações de côco-da-baía e mandioca que são feitas às suas margens. *Ilhas*: Ilha de Mem de Sá, sem muita importância como acidente geográfico, mas merecedora de registro como possuidora de ótimas terras para a cultura do côco e da mandioca.

RIQUEZAS NATURAIS — As mais importantes riquezas naturais do município são de origem mineral, sendo a principal a pedra extraída e beneficiada para paralelepípedos, e meios-fios. Esta mesma pedra pode ser britada para construção de cimento armado, revestimentos asfálticos e de leito de ferrovias.

Exatoria Estadual

No município se faz, também, extração de sal marinho e de barro (argila) para confecção de tijolos e telhas.

No reino vegetal há extração de lenha, que no ano de 1956 atingiu 30 000 metros cúbicos, com o valor de Cr$ 2 400 000,00.

No que concerne ao reino animal, 17 500 quilogramas de peixe das mais variadas qualidades foram pescados no município, em 1956, atingindo o valor de Cr$ 544 950,00.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1.º de julho de 1950, atingia 12 305 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,210 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo o sexo, 5 961 eram homens e 6 344, mulheres. Quanto à côr, em sua maior parte os habitantes recenseados eram pardos, cujo total atingia 7 677, seguidos dos brancos com 3 429 pessoas recenseadas e, por fim, vinham os pretos, com 1 109 pessoas.

Segundo a situação dos domicílios, 822 pessoas habitavam no quadro urbano da cidade, 916, no suburbano e 9 567, na zona rural. A maior parte da população vivia, pois, na zona rural.

Vista parcial da cidade

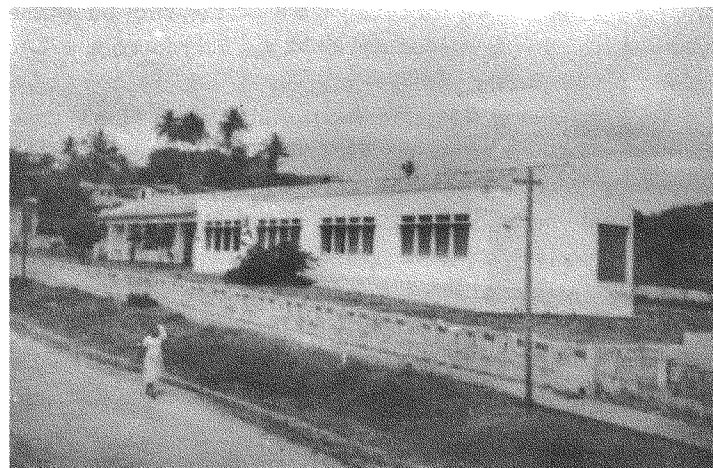
A população do município, era, por ocasião de VI Recenseamento Geral, quanto à religião, preponderantemente católica romana, contando-se 12 220 fiéis. As demais religiões apareciam com um número insignificante de adeptos, sendo, entre estas, a seita protestante, com 67 adeptos, a que maior número oferecia. Os demais dados censitários concernentes à religião apresentaram os seguintes resultados: Espíritas, com 2; com religião não especificada, sem religião ou com religião não declarada, apareceram, apenas, 16 pessoas.

Ainda com base nos dados censitários de 1950, conclui-se que a maior parte da população do município empregava-se em atividades ligadas à agricultura e à pecuária, onde laboravam 2 379 pessoas. No setor industrial trabalhavam 418 pessoas e no comércio, apenas 129 pessoas. Como ocupados em misteres ligados à prestação de serviços, foram recenseados 332 indivíduos. Na administração pública, inclusive em funções do legislativo e da justiça estavam ocupadas 155 pessoas.

Foram recenseadas 92 pessoas, com afazeres ligados a transportes, comunicações e armazenagem.

Por ocasião do VI Recenseamento Geral, encontravam-se em inatividade no município 584 pessoas.

As atividades domésticas predominavam entre as mulheres, com 3 422 pessoas, sendo que entre os homens, 403 também se ocupavam nesses misteres.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base no VI Recenseamento Geral do Brasil, oferecem dados aproximados, mais recentes, quanto à população do município. Por essas estimativas, cêrca de

Grupo Escolar Felisbelo Freire

Pôsto Médico de Endemias Rurais

13 500 pessoas habitavam em Itaporanga d'Ajuda em 1.º de julho de 1956, sendo cêrca de 3 000 na sede municipal e aproximadamente 10 500 na zona rural.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é a única aglomeração urbana do município, que em 1950 apresentava uma população de 2 738 habitantes, localizando-se êstes, segundo o domicílio: 1 822 na zona urbana e 916 na zona suburbana da cidade. As estimativas do Departamento Estadual de Estatística dão uma população de aproximadamente 3 000 habitantes para a cidade de Itaporanga d'Ajuda em 1.º de julho de 1956. Encontram-se ainda no município alguns povoados como Sapé, Campos, Tapera, Ipanema, Caoeira, Morena e Rio Fundo, pequenos aglomerados, cujas populações oscilam de 400 a 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município de Itaporanga d'Ajuda assentam-se na cultura do côco-da-baía. O município floresceu, porém, entre engenhos de açúcar, canaviais e fazendas de gado.

Das antigas usinas que fabricavam açúcar cristal, hoje sòmente uma permanece em funcionamento. Tôdas as demais foram levadas a encerrar as suas atividades em decorrência da crise da indústria açucareira, que tornou a fabricação de açúcar em usinas de pequena capacidade uma indústria por demais dispendiosa e pouco lucrativa.

O número total de estabelecimentos industriais atingiu 35, em 1956, estando incluídas entre êstes pequenas fábricas de farinha de mandioca, aparelhadas muito rudimentarmente. Estavam ocupadas, em 1956, 112 pessoas em atividades de natureza industrial. O valor da produção industrial do município em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 3 200 000,00.

Igreja-Matriz de N. S.ª d'Ajuda

Na agricultura, sobressai a produção de côco-da-baía e cana-de-açúcar. O quadro abaixo inclui dados referentes às principais culturas agrícolas de Itaporanga d'Ajuda, com o respectivo valor da produção em 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	9 000	25 200
Cana-de-açúcar	7 000	1 400
Mandioca	1 920	2 320

Destaca-se no setor da pecuária o rebanho de bovinos com 3 000 cabeças estimadas para 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — Quanto ao comércio, não funciona no município nenhum estabelecimento grossista, e sòmente 15 casas varejistas estavam em atividades em 1956, na sua maioria pequenos armazéns de secos e molhados.

Pôsto de Puericultura Sílvio Garcez

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de transportes rodoviários, ferroviários e fluvial.

A sede municipal é ponto obrigatório por onde transitam todos os veículos, que, partindo da Capital ou de outras cidades do norte do Estado, demandam ao sul. Os ônibus que servem os municípios de Estância, Simão Dias, Itabaianinha e Tobias Barreto, estacionam na sede do município, sendo, também, grande o número de caminhões de outros municípios, que transitam pela cidade e povoados que margeiam a estrada, conduzindo para os centros consumidores produtos oriundos do município.

A Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou a antiga Viação Federal Leste Brasileiro, liga o município a todos os demais servidores dêsse eficiente meio de transporte.

Por via fluvial é transportada grande parte da produção de côco, do município, e, também, lenha extraída nas suas matas.

Os municípios vizinhos acham-se ligados ao de Itaporanga d'Ajuda, da seguinte maneira: Campo do Brito, ro-

dovia (94 quilômetros); Itabaiana, rodovia (84 quilômetros); Estância, rodovia (57 quilômetros); Lagarto, rodovia (54 quilômetros); Laranjeiras, rodovia (45 quilômetros); e ferrovia (63 quilômetros); Salgado, rodovia (24 quilômetros) ou ferrovia (26 quilômetros) e São Cristóvão, rodovia (17 quilômetros) ou ferrovia (18 quilômetros).

A sede municipal está ligada à Capital do Estado por ferrovia (41 quilômetros) e rodovia (46 quilômetros).

O embarque em via fluvial é feito em pequenos portos existentes no município, fora da sede municipal.

No setor das comunicações, a sede municipal é servida por uma agência postal-telegráfica, mantida pela União e uma estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S.A. Há, ainda, no município, uma estação telefônica para ligações urbanas e interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itaporanga d'Ajuda, localizada à margem direita do rio Vasa-Barris, muito embora não seja um grande centro urbano, apresenta, porém, um aspecto agradável, com 32% da área que ocupa pavimentados a pararelepípedos, extraídos e beneficiados nas próprias pedreiras do município. Dos 27 logradouros existentes 8 estão inteiramente calçados e 4, parcialmente.

Maternidade N. S.ª d'Ajuda

Desde 1921, a sede municipal é dotada de água encanada, cujo serviço é mantido pelo município, com 123 ligações domiciliares e com a capacidade de fornecimento de 45 000 metros cúbicos diários.

Há na sede municipal uma rua arborizada, uma praça arborizada e ajardinada simultâneamente e sòmente uma praça ajardinada.

A cidade é beneficiada por iluminação elétrica, pública e domiciliária, produzida por motor a óleo dísel, contando com 174 ligações domiciliares.

Há na cidade 1 hotel e duas pensões. Registrados na Prefeitura encontram-se 6 caminhões e 7 automóveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Além de "Maternidade Nossa Senhora da Ajuda", mantida pela "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itaporanga d'Ajuda", dispondo de 15 leitos para internamento, há, no município, um pôsto médico mantido pelo Serviço de Endemias Rurais do Ministério da Saúde e um pôsto de puericultura, anexo à referida maternidade.

Vista da ponte de concreto armado sôbre o rio Vasa-Barris

Localizada na sede municipal, existe uma farmácia, com regular estoque de medicamentos e drogas, dirigida por um prático licenciado, que atende a todo o município.

Prestando assistência à população do município, encontra-se, apenas, 1 médico.

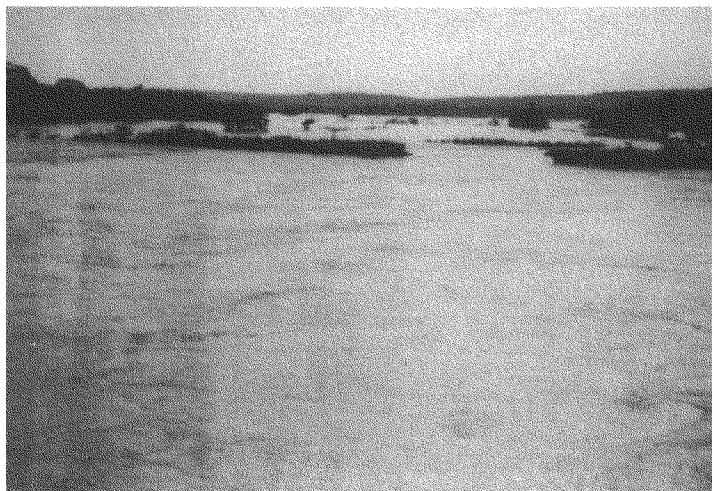
ALFABETIZAÇÃO — A população em idade escolar (com 5 anos e mais) segundo os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, atingia 10 314, dos quais sabiam ler e escrever 1 958 pessoas, que dava uma percentagem de alfabetizados de 15,9%.

Das pessoas que possuíam curso completo em 1950, como tendo declarado haverem concluído curso elementar, apareciam 189, enquanto 38 outras declararam haver concluído o curso médio e, sòmente 6, possuíam curso superior.

Ensino — No município de Itaporanga d'Ajuda não funciona nenhum estabelecimento de ensino superior ou de nível médio.

O ensino primário é ministrado à população através de 18 unidades escolares, inclusive 2 do ensino supletivo.

Na sede municipal, além do "Grupo Escolar Rural", funciona uma escola isolada.

Em 1956, a matrícula em todos os estabelecimentos de ensino primário elementar do município atingiu 778 alunos, com um aproveitamento escolar de 114 aprovações no fim do ano letivo.

Vista de um trecho do rio Vasa-Barris

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	133	601	444	...	607
1951	166	803	471	124	479
1952	141	766	704	212	623
1953	134	1 303	966	264	503
1954	214	871	799	220	591
1955	234	811	829	212	506
1956	258	1 053	1 211	252	1 029

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O dia 2 de fevereiro de cada ano é consagrado a Nossa Senhora da Ajuda, padroeira do município, e comemorado pela população com grandes festas, que são antecedidas de animada novena e encerradas com uma procissão, que percorre os principais logradouros da cidade.

De 24 de dezembro a 6 de janeiro ocorrem os festejos natalinos, comemorados tradicionalmente em todo o Estado. Caracterizam-se pela organização de feiras-livres com jogos e divertimentos que se prolongam, nos dias consagrados ao "Natal de Jesus", "Ano Novo" e "Santos Reis", até altas horas da noite. A missa do galo, no dia de "Natal", e a bênção do Santíssimo, ao alvorecer do "Ano Novo", são a contribuição da Igreja Católica para êsses festejos.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos de Itaporanga d'Ajuda, destacam-se: *Felisbelo Freire,* cujo nome por extenso era Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, ex-Ministro da Fazenda e membro da Comissão Parlamentar encarregada da reorganização política dos Estados, quando foi implantado o regime republicano. Escreveu, entre outras, as seguintes obras: "História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil", editada em 3 volumes — Rio de Janeiro — 1894-1895; "História do Brasil", adotada pelo Conselho de Instrução da Capital Federal, Rio de Janeiro — 1896; "História da Cidade do Rio de Janeiro 1500-1900" — Rio de Janeiro — 1901; "História Territorial Brasileira", obra de vasta proporção, da qual foi publicado, apenas, o primeiro volume (Bahia, Sergipe e Espírito Santo), Rio de Janeiro — 1906. *Baltazar de Araújo Góis,* Professor, nascido a 30 de janeiro de 1858 e falecido em Aracaju, a 7-5-1916; *Antônio Dias Coelho e Melo* — Barão de Estância, nascido no ano de 1822, e falecido a 5 de abril de 1904 e *Genolino Amado,* grande intelectual contemporâneo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Itaporanga d'Ajuda recebem o gentílico itaporanguenses.

Itaporanga é topônimo de origem tupi — "Pedra Bonita" — *ita* — pedra, *poranga* — bonita.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José Sobral Garcez Filho, e constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores.

No pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, compareceram 1 505 eleitores dos 1 963 inscritos, apresentando uma abstenção de 23,3% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard — Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do município: Antônio Carlos da Conceição.)

JAPARATUBA — SE

Mapa Municipal na pág. 318 do 4.º Vol.

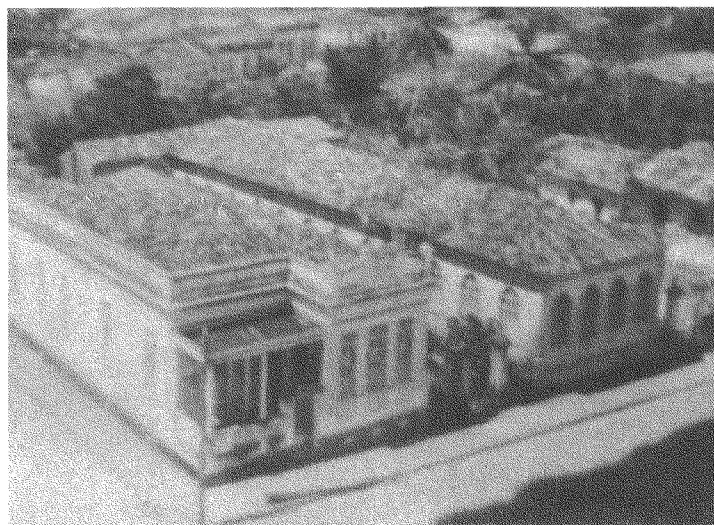
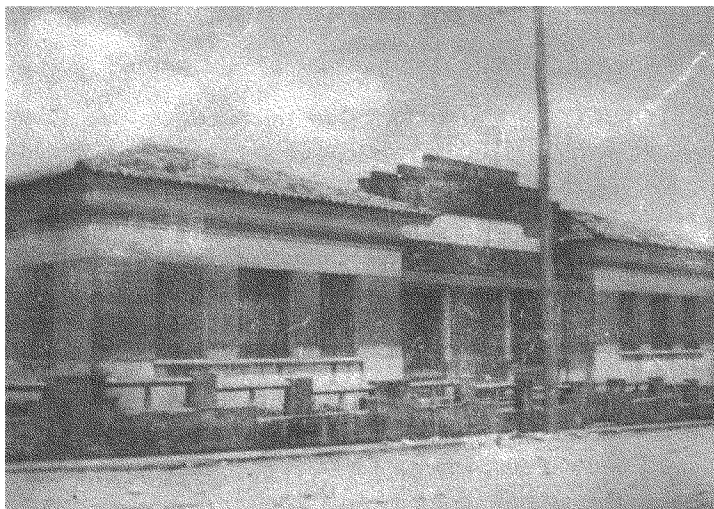
HISTÓRICO — Em 1575, já se tinha notícia dos aldeamentos indígenas do território que hoje forma o Estado de Sergipe. Entre êstes se incluía o do Chefe Japaratuba, cuja morada era às margens do rio Japaratuba, no ponto chamado Cavieirinhas, e que tinha domínio do rio Siriri, até o confluente do São Francisco, o Poxim do Norte.

Quando passaram por aquelas terras as colunas chefiadas pelo conquistador Cristóvão de Barros, em 1590, o Chefe indígena veio apresentar-se com grande número de guerreiros e, com o aparato das formalidades suas costumeiras, pedir a paz, sujeitando-se, com a sua gente, à catequese e ingressando com os seus guerreiros nas fileiras do Conquistador, que atingiram finalmente os domínios do Pindaíba, na ilha de São Pedro do Pôrto da Fôlha.

Conta-se que por volta de 1704, cinco anos depois que os gentios conseguiram retornar às suas terras, a requerimento de Frei Antônio da Piedade, depois de terem sido expulsos em 1695, por D. Joana Pimentel, a região foi assolada pela varíola, tendo os índios, apavorados com a epidemia, se transferido para o alto denominado Alto do Lavradio, onde hoje se assenta a cidade.

Por essa ocasião os Missionários Jesuítas, tendo à frente o Padre João da SS. Trindade, estabeleceram-se na parte mais elevada da colina, aí construindo um convento e a igreja, à qual deram a invocação de Nossa Senhora da Saúde, certamente traduzindo um brado de socorro enviado à Virgem, contra a moléstia que fazia inúmeras vítimas. A presença dos frades com o seu convento deu lugar a que a localidade ficasse nas redondezas com o nome de Missão de Japaratuba.

Expulsos os Jesuítas de Portugal e depois, do Brasil, pelas leis do Marquês de Pombal, Japaratuba viu-se privada da presença dos religiosos que ali faziam a catequese dos índios e dos brancos já existentes naquelas paragens por outro lado promovendo o cultivo das terras. O convento ficou abandonado, sendo, depois, transformado num cemitério, assim permanecendo até 1904.

Japaratuba todavia foi aumentando e em 1811, por Resolução Régia de 2 de janeiro, a localidade foi considerada Distrito Administrativo, chegando a ser ereta em freguesia, a 27 de junho de 1854, pela Resolução n.º 403,

Vista parcial da cidade

Grupo Escolar Senador Gonçalo Rolemberg

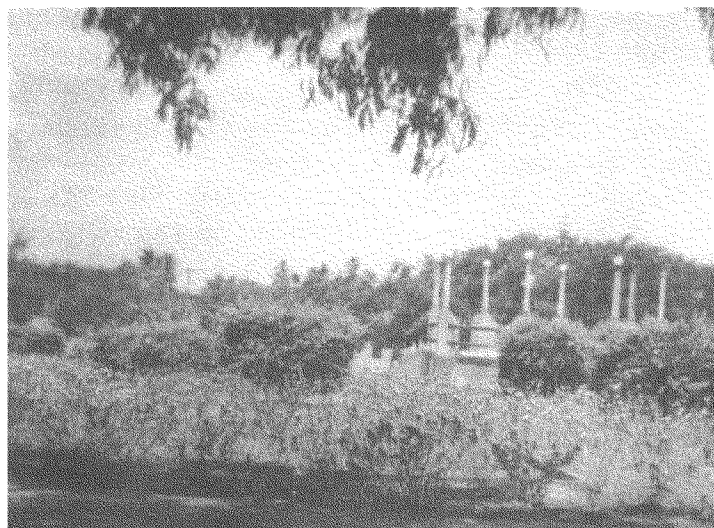
do Presidente da província de Sergipe Inácio Joaquim Barbosa. A freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba sòmente foi confirmada pelo Arcebispo da Bahia, em 2 de agôsto de 1858, quando foi nomeado o seu primeiro Vigário, padre Domingos Henriques de Lima, que dois dias depois era empossado no cargo.

Pela Resolução provincial de 11 de junho de 1859, a freguesia de Japaratuba era elevada à categoria de vila, tornando-se, ao mesmo tempo, município independente, desmembrado de Capela.

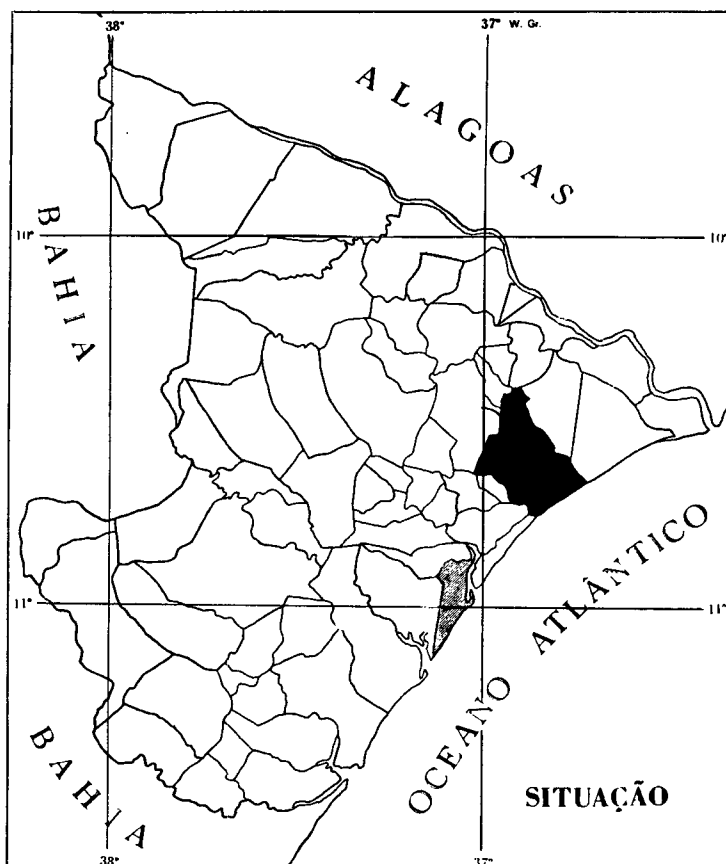
Por Decreto-lei n.º 238, de 24 de agôsto de 1934, a sede do município era elevada à categoria de cidade e feita sede de comarca, abrangendo os têrmos de Carmópolis e Japoatã.

O seu quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a fixação aprovada pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, que deveria vigorar no qüinqüênio 1954-1958, era município, comarca e têrmo — Japaratuba, distrito único.

De conformidade, porém, com as disposições de Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de organização judiciária do Estado), muito embora o município permaneça como sede da comarca do mesmo nome, o seu quadro judiciário vigorará no período de 1957-1962.

A comarca de Japaratuba, continua contando com o têrmo judiciário de Japoatã, que compreende o município do mesmo nome; entretanto, por fôrça da Lei estadual acima referida, perdeu o distrito judiciário de Pacatuba, que elevado à categoria de município pela Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, passou a se constituir têrmo da comarca de Neópolis.

Vista parcial da Praça Padre Caio Tavares

LOCALIZAÇÃO — Japaratuba fica localizada na Zona do Litoral do Estado de Sergipe, limitando com os seguintes municípios: Capela, Muribeca, Japoatã, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas e Pacatuba, tendo a leste o Oceano Atlântico.

A sede municipal fica situada em uma elevação à margem esquerda do rio Japaratuba, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 10° 35' 37" e longitude W. Gr. 36° 56' 38", distando 38 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a uma altitude de 13 metros.

CLIMA — O clima do município é saudável. Em 1956, foram os seguintes os resultados climáticos de Japaratuba, em graus centígrados: média das máximas registradas 28, média das mínimas 22 e média compensada 25.

ÁREA — A área territorial do município é de 519 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos do município, destacam-se os seguintes: *Rios* — Japaratuba, é o menor dos cinco principais do Estado, não sendo, entretanto, de pequena importância, porque sem a favorável ordem de suas correntes o Estado de Sergipe não teria tão destacada rêde de navegação fluvial. Nasce ao norte do município de Nossa Senhora das Dores, banha os municípios de Capela e Japaratuba, sendo sòmente navegado por pequenas embarcações, dada a sua pouca pro-

fundidade. É muito sujeito a cheias que prejudicam as plantações das margens férteis. O seu curso é de 60 quilômetros e vai lançar águas no Oceano Atlântico, por duas bôcas, uma 6 quilômetros ao nordeste do rio Sergipe, e outra a igual distância, a sudeste do rio São Francisco. *Japaratuba-Mirim* — que é uma levada feita pelos indígenas que habitavam no monte Igreja Velha e volta para o mesmo rio, formando uma ilha de terreno alagadiço. Não é navegável, sendo a sua profundidade máxima nunca superior a 2 metros. *Poxim* — Nasce no sítio Porteiras, no município de Japaratuba, e desemboca no rio São Francisco, na fazenda Betume, município de Neópolis, depois de 100 quilômetros de curso. Recebe grande número de riachos pela sua margem esquerda. É navegável por pequenas embarcações (saveiros e canoas), em todo o seu curso dentro do território do município de Japaratuba. *Lagoas* — *Catu*, que fica na costa nordeste do município, é bastante profunda e lança suas águas no mar pela barreta de Santa Isabel. Tem 4 quilômetros de comprimento e cêrca de 3 quilômetros de largura, dando uma superfície de aproximadamente, 12 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — São riquezas naturais do município de Japaratuba, de origem mineral, pedra calcária para construção e fabricação de cal; e barro (argila) para confecção de telhas e tijolos. De origem vegetal, madeira para lenha e carvão vegetal. A extração de lenha nas matas do município atingiu em 1956 a soma de 28 847 metros cúbicos. De origem animal, a costa do município possui grande quantidade de peixes de excelente qualidade, destacando-se o atum; ùltimamente vem sendo pescado por processo científico em barcos japonêses. Pescadores do município, em 1956, conseguiram cêrca de 90 toneladas de peixes das mais variadas qualidades na mesma costa e nos rios que banham o território municipal.

POPULAÇÃO — A população do município em 1.º de julho de 1950, de acôrdo com os dados coligidos para o VI Recenseamento Geral do Brasil, somava 10 777 habitantes, dos quais 5 257 eram homens e 5 520, mulheres, apresentando uma densidade demográfica que atingia 20,775 habitantes por quilômetro quadrado.

Segundo a situação dos domicílios, 8 336 habitantes foram recenseados como residentes na zona rural do município.

Quanto ao estado conjugal, da população de 15 anos e mais de idade, ainda segundo os mesmos dados censitários, 2 983 habitantes eram casados; 2 559, solteiros; 552, viúvos; e nenhum desquitado ou divorciado.

Do total da população recenseada, no que concerne à côr 6 639 eram pardos, 2 555, brancos e 1 563 pretos.

A religião católica preponderava com 10 709 fiéis entre os habitantes recenseados. As demais religiões apareciam com um número pequeno de adeptos, sendo a seita protestante, dentre estas, a que maior número de professos possuía, com 56 habitantes que se declaravam pertencer a esta seita. Entre espíritas, sem religião ou sem declaração de religião, foram encontrados, apenas, 12 habitantes.

Excluídas as atividades domésticas, com 3 392 habitantes, preponderantemente do sexo feminino, as atividades ligadas à agricultura e à pecuária eram as que maior

Mercado Municipal

número de habitantes ocupavam, com 2 462, seguidas da indústria, com 425. No comércio se encontravam ocupados 119 habitantes e se encontravam em atividades em outras ocupações ou condições inativas, 1 040 pessoas.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística com base nos dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, davam para o município, em 1.º de julho de 1956, uma população de cêrca de 12 000 habitantes, dos quais perto de 9 000 habitantes na zona rural.

Aglomerações urbanas — Sòmente a sede municipal merece registro como aglomeração urbana, que em 1950, segundo dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, apresentava uma população de 2 441 habitantes, que se localizava, segundo a situação dos domicílios, 2 348 na zona urbana da cidade e 93, na zona suburbana. As estimativas do Departamento Estadual de Estatística dão uma população aproximada de 3 000 habitantes para a cidade de Japaratuba em 1.º de julho de 1956. Encontram-se, ainda no município, os seguintes povoados: Badajós, Morimbondo, Patioba, Pirambu e São José da Caatinga, pequeno aglomerado, cujas populações oscilam entre 300, 500 e 1 000 habitantes, sendo o mais importante dêsses, o de Pirambu, que fica à beira-mar, possuindo praia balneária bastante freqüentada por pessoas residentes nos municípios vizinhos e na Capital do Estado, durante os meses de veraneio.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Japaratuba tem na agricultura e na pecuária, os fundamentos da sua economia, sendo também de relativa importância a indústria açucareira.

No período áureo da indústria açucareira em Sergipe, ocupava o município destacada posição entre os produtores de açúcar, sendo que nas margens fertilíssimas do rio Japaratuba as terras se prestam, òtimamente, para a cultura da cana. Hoje, em decorrência da crise que visitou essa indústria, tornando o fabrico do açúcar em usina de pequena capacidade, indústria cara e pouco lucrativa, grande maioria das usinas existentes no município encerraram as suas atividades, restando sòmente duas em funcionamento, exatamente as que possuíam melhor maquinaria. Além dessas duas usinas de açúcar, encontram-se no município, mais 57 pequenos estabelecimentos industriais, na sua maior parte pequenas casas de farinha, empìricamente aparelhadas. O valor da produção industrial do município

22 — 24 935

atingiu, em 1956, a cêrca de 20 milhões de cruzeiros e aproximadamente 500 operários estavam empregados neste ramo de atividade.

Quanto à produção agrícola, dados referentes a 1956, oferecem os seguintes resultados:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	45 950	11 500
Mandioca	2 250	1 400
Côco-da-baía	23	840
Milho	81	297
Algodão	12	88

Na costa e nos rios dos municípios que são bastante piscosos, foram pescados em 1956 cêrca de 90 toneladas de peixes da mais variada qualidade, num valor total de cêrca de Cr$ 1 350 000,00.

As principais qualidades de peixes encontrados pelos pescadores do município são — robalo, sauara, pescada, curiman e bagre. Durante as enchentes do rio Japaratuba, grande quantidade de camarões de água doce (pitus) é pescada e exportada para grande parte dos municípios sergipanos, especialmente para o da Capital onde são vendidos por bom preço, por se prestarem para o preparo de uma variedade enorme de pratos regionais, muito saborosos.

Não está incluída na produção de peixes do município a quantidade pescada na sua costa por métodos científicos, tendo em vista que o produto dessa pesca, feita em barcos japonêses, ainda não está sendo objeto de pesquisas estatísticas.

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos, que, em 1956, atingia 17 600 cabeças sendo excelentes as pastagens artificiais de que dispõe o município, às margens dos rios Japaratuba, Japaratuba-Mirim e Poxim, em terras que anteriormente eram utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal há 20 estabelecimentos comerciais, sendo todos varejistas e na sua maioria pequenas casas de secos e molhados, e muito resumido o comércio de tecidos, calçados e outros produtos manufaturados, tendo em vista que a grande maioria dos habitantes do município se abastecem dêsses produtos em centros comerciais mais adiantados, sobretudo na Capital do Estado.

Não há no município, Banco, Casas Bancárias ou Agências dêstes estabelecimentos de crédito. Funciona, porém um correspondente bancário, cuja atribuição é confiada a um comerciante local.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é muito bem servido de transportes, rodoviário, ferroviário e fluvial.

Pela sede municipal transitam grande número de veículos rodoviários que partindo da Capital, demandam ao norte do Estado. Os ônibus que mantêm linhas diárias, com pontos finais em Propriá, Neópolis e Aquidabã, estacionam em Japaratuba, sendo, também, grande o número de caminhões de outros municípios que transitam pelo seu território, conduzindo para os centros consumidores, produtos do município.

A Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, liga o município a todos os demais servidos por êsse eficiente meio de transporte.

A sede municipal não dispõe de pôrto fluvial, mas, sim do pôrto do povoado Pirambu, por onde é embarcada para os centros consumidores, grande parte da produção de côco-da-baía e de pescados do município. Existem outros portos de pequena importância, inclusive o da antiga usina Timbó, que servia para o embarque da produção de açúcar daquele estabelecimento industrial, quando se encontrava em funcionamento. Também por via fluvial é embarcada grande parte da produção de lenha do município.

As cidades vizinhas acham-se ligadas a Japaratuba da seguinte maneira: Barra dos Coqueiros, via Aracaju, misto, ferrovia (67 quilômetros) ou rodovia (69 quilômetros), até Aracaju e daí por via fluvial (1 quilômetro) até Barra dos Coqueiros; Capela, ferrovia (17 quilômetros) ou rodovia (20 quilômetros); Carmópolis, ferrovia (10 quilômetros) ou rodovia (12 quilômetros); Santo Amaro das Brotas, rodovia (40 quilômetros) passando por Maruim, Japoatã, rodovia (44 quilômetros) e Pacatuba. rodovia (70 quilômetros) via Japoatã.

No setor das comunicações, o município é servido por uma agência postal-telegráfica mantida pela União através do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação telegráfica Rêde Ferroviária Federal S.A. Há, ainda no município uma estação telefônica mantida pela Rêde Telefônica Sergipana, para ligações urbanas e interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — Japaratuba, é uma cidade de interessantes aspectos urbanos, situada à margem do rio de mesmo nome, com 35% da área que ocupa, pavimentada a paralelepípedos. Possui a cidade 25 logradouros públicos dos quais 3 inteiramente calçados a paralelepípedos e um, parcialmente. Encontram-se ainda na sede municipal 1 logradouro inteiramente calçado com pedras irregulares e 3, parcialmente. Estão arborizados 3 logradouros, e a principal praça da cidade onde fica a velha igreja-matriz é ajardinada e arborizada.

Um grupo gerador movido a óleo diesel fornece luz para iluminação pública e domiciliar, totalizando 158 o número de ligações elétricas em casas particulares.

Há, ainda na sede municipal 1 hotel e um pequeno estabelecimento para exibições cinematográficas. Registrados na Prefeitura encontram-se 3 automóveis e 2 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Além do "Hospital de Caridade São José", mantido pela "Associação de Caridade de Japaratuba", instalado em prédio apropriado e dispondo de 28 leitos para internamento, há, ainda, no município, a "Maternidade Manoel Dias Rolemberg", com 10 leitos para internamento, também mantida pela "Associação de Caridade de Japaratuba"; um pôsto de saúde, mantido pelo Estado e um subpôsto de policlínica dos pescadores, mantido pelo Ministério da Agricultura, no povoado de Pirambu. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Japaratuba, mantém um Pôsto de

Puericultura, para exames pré-natais, receituário pediátrico e distribuição de leite.

Encontra-se em funcionamento na sede municipal uma farmácia, com suficiente estoque de medicamentos e drogas e dirigida por um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

Um médico residente em outro município presta assistência à população de Japaratuba em visitas que faz em períodos regulares.

ALFABETIZAÇÃO — O total de pessoas em idade escolar (com 5 anos e mais) era, em 1.º de julho de 1950, de acôrdo com os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, 8 997, dos quais sabiam ler e escrever 2 332, atingindo uma percentagem de alfabetização de 21,6%. Das pessoas que, segundo os mesmos dados censitários, declararam possuir curso completo, 254 tinham concluído o curso primário, 37 possuíam certificados de conclusão do curso médio e sòmente 8 eram diplomados por escolas de ensino superior.

Ensino — O ensino primário é ministrado no município de Japaratuba, através de um grupo escolar localizado na sede municipal e mais 25 unidades escolares distribuídas por vários pontos do território do município.

No ano de 1956, encontravam-se matriculados nesses estabelecimentos 1 121 alunos, com um aproveitamento escolar de 183 aprovações no fim do ano letivo.

Não funcionaram em Japaratuba estabelecimentos de ensino médio ou do nível superior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro do município no período de 1950 a 1956, pode ser verificado no quadro abaixo, onde aparecem as arrecadações federais, estaduais e municipais e despesas realizadas pelo município nos citados anos.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	248	821	397	44	508
1951	390	1 265	427	57	387
1952	289	1 273	575	54	490
1953	399	1 161	790	46	752
1954	423	1 099	634	102	402
1955	234	1 426	720	116	789
1956	764	2 647	1 064	161	688

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — No dia 8 de dezembro de cada ano é comemorado o dia da padroeira do município, "Nossa Senhora da Saúde", cujas festividades, inteiramente de caráter religioso, encerram-se com importante procissão. No dia 6 de janeiro, consagrado a São Benedito, é quando se associam os sentimentos religiosos do povo de Japaratuba aos festejos eminentemente populares que se realizam nessa data. A tradicional "Chegança de Japaratuba", sai às ruas dando um colorido todo especial aos festejos e atraindo para a cidade tôda a população do município e habitantes de outros município, inclusive da Capital do Estado. Ainda se comemora em Japaratuba o "Natal de Jesus" e o "Ano Novo", da maneira característica como se faz em todo o Estado, isto é, com feiras-livres, jogos e diversões e celebração da missa do galo. Êsses festejos vêm, de ano para ano, perdendo o brilho das comemorações dos tempos passados, mas ainda restam interessantes aspectos das suas antigas celebrações.

VULTOS ILUSTRES — São ilustres filhos de Japaratuba: *Antônio Garcia Rosa*, poeta, nasceu a 8 de dezembro de 1877. É poeta profundamente inspirado e com justiça, muito apreciado nos meios culturais. *Manoel Gomes Ribeiro — Barão de Traipu*, político, ex-governador de Alagoas. *Dom Adalberto Simeão Sobral* — Foi Bispo de Pesqueira, no Estado de Pernambuco e Arcebispo de São Luís no Maranhão. Faleceu em Aracaju, a 25 de maio de 1951.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A praia balneária do povoado Pirambu é bastante freqüentada por pessoas do município e de outras localidades do Estado, inclusive da Capital. É bonita praia, estando interrompidas pelo município as atividades iniciadas em gestões passadas no sentido de proporcionar aos veranistas mais confôrto e tornar mais interessante a sua permanência naquele sítio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Japaratuba recebem o gentílico japaratubenses.

Japaratuba é topônimo de origem tupi — rio de muitas voltas — *Y* — rio, *apara* — voltas, *tuba* — freqüência. Na opinião de Teodoro Sampaio, êste nome também pode ser derivado de *Yapara* — *tyba* — abundância de arcos.

No pleito de 3 de outubro de 1954, do total de 4 052 eleitores inscritos, compareceram às urnas 1 170 votantes, verificando-se uma abstenção de 71,1% do eleitorado.

(Elaboração de: Pascoal d'Ávila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Jurandy Brito, Agente de Estatística do Município).

JAPOATÃ — SE

Mapa Municipal na pág. 308 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Conquanto se afirme, geralmente, terem sido os frades franciscanos, sob a direção de Frei Jaboatão, o fundador de Japoatã, pairam dúvidas bem fundadas sôbre isso. O ano em que se assegura que êsses frades teriam construído uma capela e iniciado a ereção de um convento no lugar Riacho do Meio, terras de Vila Nova, é dado como sendo 1572.

É sabido, porém, que, sòmente em 1575 é que se iniciou a penetração para a conquista do território de Sergipe, a partir das margens do rio Real, ao sul e não foram os Franciscanos e sim os padres da Companhia de Jesus — os Jesuítas — os primeiros catequistas.

Aceitando-se a hipótese da fundação de Japoatã em 1572, teria que se admitir, contra a verdade histórica, ser Japoatã a primeira povoação da Capitania de Sergipe d'el Rei. Entretanto é certo que, antes de 1630, já existia o convento erigido pelos Jesuítas sôbre o monte Jaboatão. A êste tempo já se haviam espalhado os padres da Companhia de Jesus, por aquelas plagas, e, ali, fundavam conventos, missões, fazendas e escolas, surgindo, daí, as povoações.

Referindo-se ao local da primeira povoação, diz o professor José Bezerra dos Santos, em seu livro o "Tesouro de Jaboatão" — "Os frades jesuítas desde muito escolhe-

Prefeitura Municipal

ram aquêle local para suas preces, descanso das jornadas infatigáveis e abrigo seguro onde guardassem, sem receio, as jóias e alfaias da Igreja. Para isso levantaram as grossas paredes do famoso mosteiro, plantaram no cume do monte o Cruzeiro de pedra, Santo Pio, e, a determinada distância, ergueram a Igreja de Nossa Senhora das Agonias".

Mais tarde "os cristãos que se aproximavam daquele abrigo" ofereceram-se voluntàriamente para executarem a escavação de um enorme subterrâneo sob o monte, o que fizeram, com labirinto e largos corredores, onde foram encerrados os bens mais preciosos da Igreja, para ficarem a salvo das incursões dos flamengos, protestantes, inimigos da Igreja, que avançavam sertão adentro.

À imagem milagrosa de Nossa Senhora das Agonias eram feitas contínuas doações de "custódias cravejadas de custosas pedras, ricas esmeraldas e irisantes cristais, baixelas de prata e ouro, finas porcelanas e alabastros, relevos de arte da Santa Ceia, trabalhos de excelente ourivesaria, estátuas importadas da Europa, tudo enfim que enleia os olhos" ("O Tesouro de Jaboatão").

Êstes ricos presentes foram encerrados no esconderijo logo que os Padres da Companhia de Jesus souberam que os holandeses haviam tomado Olinda. Em 1630 a imagem milagrosa seguiu para Roma, por ordem do Vaticano. A povoação ficou então consagrada a Nossa Senhora do Destêrro.

Em 1757 Jaboatão era uma fazenda-modêlo com a igreja de Nossa Senhora do Destêrro, Mosteiro e casas dos escravos dispostas ao redor, além de alguns moradores livres.

Em 30 de dezembro de 1768 foram os Jesuítas de Jaboatão com os demais padres da Companhia, existentes em terras de Sergipe, expulsos de suas terras, com ordem do Marquês de Pombal, da confiscação dos bens da Companhia. Aí, então, teriam os desterrados, na pressa da retirada, depositado, tudo o que na Igreja havia de valioso e rico, no labirinto escavado nas entranhas do monte Jaboatão, cobrindo tudo, depois, cuidadosamente, e fazendo o desenho do mapa indicando o local exato onde fôra enterrado o tesouro, para ser descoberto quando passasse a época das perseguições. Então ficou a história do "Tesouro de Jaboatão", cujo mapa teria sido encontrado numas placas de metal, sob as raízes de enorme ingàzeira, nas proximidades da hoje cidade Japoatã.

Com a saída dos Jesuítas tudo ficou no abandono e a povoação quase se extinguiu vindo a ruírem o velho Convento e a Igreja.

Os habitantes da redondeza disso se aproveitaram e serviram-se do material para novas construções, justamente nas mesmas terras de onde haviam sido expulsos pelos Jesuítas, que se consideravam senhores delas.

À nova povoação deram o nome de Jaboatão, aceitando a hipótese de que foi êste frade Franciscano quem primeiro andou catequizando os índios da tribo de "Pacatuba", irmão de "Japaratuba", que habitava aquela região.

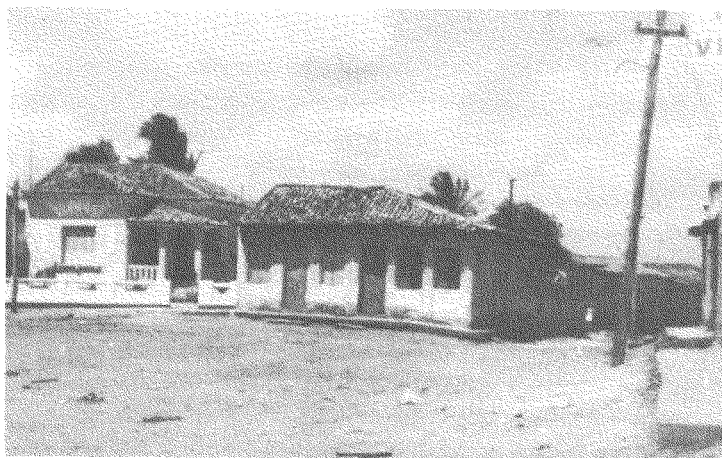
Referências existem à passagem dos Carmelitas, pela mesma região, em trabalhos de catequese. De concreto, porém, pode-se assegurar que em 1802, êstes padres possuíam grande extensão de terras, na orla do mar, no território do atual município de Pacatuba, que tinha nome de "Fazenda Santa Izabel". Sôbre esta missão o padre Marcos Antônio de Souza, faz, apenas, pequena menção, sem atribuir à mesma qualquer importância, em manuscrito cujos originais se encontram no Museu de Londres, e que chegaram ao conhecimento dos historiadores sergipanos, através dos esforços do Dr. César Augusto Marques, reitor do Colégio Pedro II, em 1877 e do ilustre sergipano Antônio José Fernandes Barros, que conseguindo uma cópia dos citados manuscritos, custeou a sua impressão em pequeno opúsculo.

Com precisão, porém, a primeira notícia acêrca da evolução política de Japoatã data de 23 de novembro de 1910, quando o então Presidente do Estado assinava a Lei que criava o município de Jaboatão, desmembrando o seu território do de Pacatuba.

A reação dos habitantes de Pacatuba, que contaram também com o decidido apoio de influentes políticos da época, fizeram com que a lei caducasse e o município não fôsse instalado.

Nova lei, porém, foi assinada a 20 de outubro de 1926, transferindo a sede do município de Pacatuba para a povoação de Jaboatão.

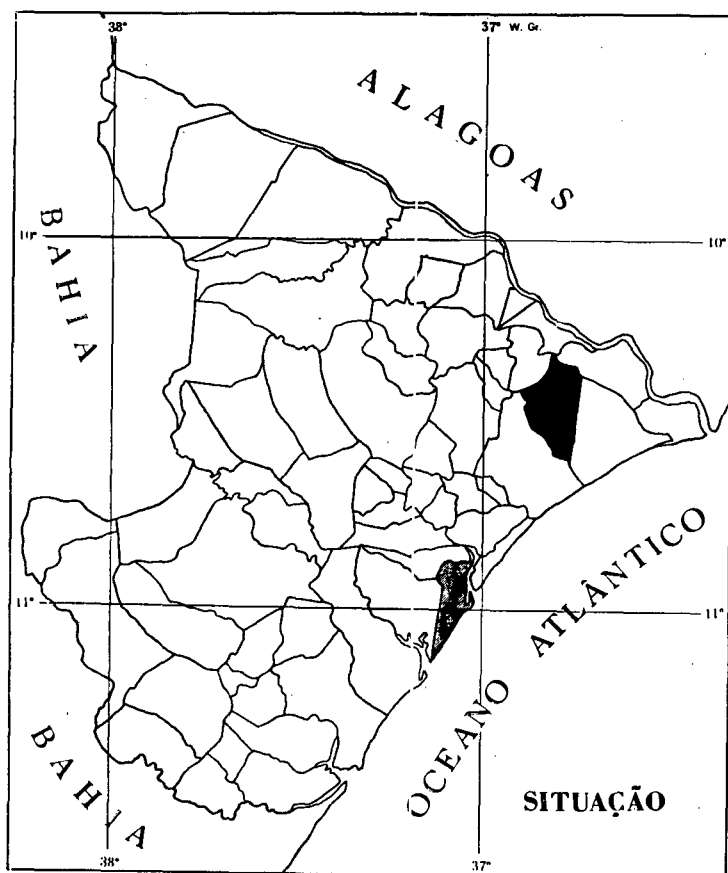
Doze anos foram decorridos, permanecendo o município de Jaboatão com um único distrito, pois sòmente pelo Decreto-lei n.º 69, de 28 de março de 1938, Pacatuba foi novamente elevada a categoria de vila, passando a constituir o segundo distrito de paz do município de Japoatã, que já era têrmo da comarca de Vila Nova.

Atingidos que foram pelas disposições da legislação federal relativa à duplicidade de topônimo dos municípios

Vista parcial da Praça da Matriz

e vilas brasileiras, Japoatã e seu distrito de Pacatuba, passaram a ter a denominação de Japoatã e Pacatiba, respectivamente, pelo Decreto-lei número 377, de 31 de dezembro de 1943.

Esta situação durou até 25 de novembro de 1953, quando, por fôrça da Lei número 525-A, foi criado o município de Pacatuba, desmembrado do de Japoatã, com os limites da antiga vila de Pacatiba, passando o município de Japoatã a se constituir de um único distrito, o da sede municipal, e têrmo judiciário da comarca de Japaratuba, sendo transferido da de Neópolis, pelo Decreto-lei número 533, de 7 de dezembro de 1944, que fixou a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual número 651, de 6 de junho de 1945.

O seu atual quadro territorial, administrativo e judiciário, aprovado pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, é: município e distrito único de Japoatã, têrmo judiciário da comarca de Japaratuba.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Japoatã fica situado na Zona do Litoral, limitando com os seguintes municípios: Propriá, Neópolis, Pacatuba, Japaratuba e Cedro de São João. A sede municipal fica situada a noroeste do seu território, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude sul — 10° 2' e longitude W. Gr. — 36° 48', distando 69 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Japoatã fica a 90 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é ameno e saudável, sendo os seguintes os resultados climáticos de Japoatã, observados em 1956 e expressos em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 23 e média ponderada — 27. As chuvas são mais freqüentes no município, nos meses compreendidos no período de maio a agôsto de cada ano.

ÁREA — Após o desmembramento da área que hoje constitui o município de Pacatuba, a extensão do município de Japoatã ficou reduzida para 365 quilômetros quadrados, aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é a *lagoa da Cotinguiba*, que fica a uma distância de 4 quilômetros da sede municipal e é formada pelo rio São Francisco, tendo cêrca de 10 quilômetros de comprimento aproximadamente e 2 quilômetros na sua maior largura. Há, ainda, no município os seguintes cursos de água que são perenes: riachos *Nossa Senhora*, *Pita* e *Roncaria*, todos, porém, sem grande importância.

RIQUEZAS NATURAIS — São as seguintes as principais riquezas naturais do município: de *origem mineral*: além da jazida de *caulim*, que se atribui existir sem exploração nas proximidades do povoado Gravatá, há no município, barro (argila), que se presta para a construção civil e confecção de tijolos e telhas; de *origem vegetal*: grande quantidade de lenha de boa qualidade (cêrca de 25 000 metros cúbicos em 1956) vem sendo extraída nas matas do município, que têm passado por constantes derrubadas, mas, onde também ainda se encontra, com regular abundância, madeira de lei para construção civil como, pau-d'arco, peroba, putumuju, aroeira e sapucaia e de *origem animal*: se reúne na grande variedade de peixes de água doce encontrada na lagoa da Cotinguiba, que é formada conforme já foi dito linhas acima, pelas águas do rio São Francisco.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, a população do município de Japoatã, atingia a 1.° de julho de 1950 a 7 529 habitantes, excluída, òbviamente a população do antigo distrito hoje município de Pacatuba. Segundo o sexo, do total da população recenseada, 3 599 eram homens e 3 930, mulheres, que se localizavam, segundo a situação dos domicílios, na sua maior parte, na zona rural, onde foram recenseadas 5 376 pessoas no dia 1.° de julho de 1950.

Para se fazer referência a outros aspectos demográficos do município, forçoso é recorrer-se a estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística, que tomou por base para os citados cálculos os dados censitários de 1950 e elementos outros de que dispunha nos seus arquivos.

Com base, pois, nessas estimativas, poder-se-á afirmar que, quanto à côr, preponderavam os pardos, com aproximadamente 4 500 representantes, vindo seguidos dos brancos que não ultrapassaram a casa dos dois mil e, por fim, dos pretos que não iam além de 800. Segundo o estado conjugal, casados seriam cêrca de 2 300 habitantes de Japoatã, com 15 anos e mais, enquanto dentro do mesmo limite de idade, aproximadamente 1 500 permaneciam solteiros e os viúvos não seriam mais de 300. O catolicismo era a religião professada pela quase totalidade dos habitantes do município, com mais de 7 500 fiéis, enquanto os demais credos religiosos apresentam um número insignificante de adeptos. Por fim, também foi objeto de estima-

Igreja-Matriz de N. S.ª do Destêrro

tivas da Inspetoria de Estatística, o ramo de atividade em que se ocupavam os habitantes da área territorial que permaneceu pertencendo ao município de Japoatã, depois do desmembramento de Pacatuba. Tendo-se o cuidado de excluir as atividades domésticas, onde preponderava a população feminina sem outras ocupações senão os afazeres caseiros, onde apareceria com um número superior a 2 000 habitantes; um número de pessoas um pouco inferior a êste, estava ocupado em atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Na indústria o número de pessoas ocupadas em 1.º de julho de 1950, não iria muito além de 200, enquanto o comércio de Japoatã ocupava, naquela data, 50 pessoas.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é a principal aglomeração urbana do município, com 2 153 habitantes recenseados em 1.º de julho de 1950, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil. Segundo a situação dos domicílios, do total dessa população, 1 337 habitantes se encontravam na zona urbana e 816, na zona suburbana da cidade. Há ainda no município, os povoados Ladeira, Tatu, Gêmeo, Poxim, Rancho, Timbó e Carro Quebrado, todos, porém, com população que oscila entre 500 e 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta na agricultura e na pecuária, sendo Japoatã um dos municípios sergipanos que mais produz arroz, algodão e mandioca. A indústria não apresenta importância econômica digna de registro pois todos os seus 20 estabelecimentos industriais, não têm, empregadas, em cada um dêles, mais de 5 pessoas e, na maioria, são pequenas "casas de farinha" movidas à mão. Do total da população do município, em 1956, sòmente 55 pessoas se achavam ocupadas em atividades industriais.

O quadro abaixo apresenta os principais produtos agrícolas do município, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	22,5	2 250
Arroz com casca	336	1 120
Mandioca	2 030	827
Côco-da-baía	140	560
Fumo em fôlha	17	480
Milho em grão	36	132
Feijão	5	80

Na pecuária destaca-se o rebanho de bovinos com 9 200 cabeças, estando incluído entre os maiores do Estado. Os demais rebanhos não apresentaram efetivos que justificassem um registro.

Também contribui para a economia a produção de peixes de água doce, pescados na lagoa da Cotinguiba, que é bastante piscosa. Em 1956 essa produção atingiu 5 toneladas com o valor de Cr$ 200 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Japoatã é constituído de 28 estabelecimentos comerciais varejistas, preponderando, entre êsses, pequenos armazéns de secos e molhados, com giro comercial muito modesto. Há no município um correspondente de estabelecimentos de crédito sediados na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe, apenas, de transporte rodoviário, passando pela sede municipal uma das estradas-tronco do Estado, que liga a Capital à cidade de Neópolis, na margem esquerda do rio São Francisco. Diàriamente a cidade é servida por um confortável ônibus, cuja linha tem início em Aracaju e ponto terminal na cidade de Neópolis. Pelo município, transitam, também, diàriamente, grande número de caminhões e automóveis, podendo, assim, se considerar Japoatã uma das comunas sergipanas bem servidas de transportes. A sede municipal se comunica com as cidades vizinhas, da seguinte maneira: Muribeca, rodovia (23 quilômetros); Japaratuba, rodovia (47 quilômetros); Pacatuba, rodovia (29 quilômetros); Neópolis, rodovia (25 quilômetros) e Propriá, rodovia (39 quilômetros).

A capital do Estado está ligada à cidade de Japoatã por 114 quilômetros de rodovia.

Na sede municipal existe uma Agência Postal-telegráfica mantida pela União através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Japoatã é uma pequena cidade, edificada a pouco mais de 4 quilômetros da lagoa da Cotinguiba, ao sul desta. Dos 20 logradouros existentes, sòmente 1 apresenta pavimentação parcial a paralelepípedos, contando arborizada, apenas a principal praça da cidade. A iluminação pública e domiciliar da cidade é elétrica e fornecida por um grupo gerador, mantido pela Prefeitura Municipal, com um total de 102 ligações domiciliares.

Na cidade há ainda 2 pensões, funcionando em prédios e com acomodações que não oferecem o mínimo de confôrto exigido para estabelecimentos dessa natureza.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município não existe qualquer estabelecimento que preste assistência médico-sanitária aos seus habitantes. Há, porém, na sede municipal uma farmácia em funcionamento, com pequeno estoque de medicamentos e drogas e dirigida por um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado. O Pôsto Médico construído em regime de convênio pelo S.E.S.P. e pelo Estado, na sede municipal, ainda não está funcionando.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados referentes à alfabetização, em Japoatã, coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, incluem a população de 5 anos e mais do antigo

distrito de Pacatuba, não se podendo, por isso, apresentar números absolutos com referência a êsse aspecto demográfico do município. Entretanto estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando por base os referidos resultados censitários, dão para Japoatã um índice de alfabetização de pouco mais de 18% da população, em idade escolar.

Ensino — Encontravam-se em funcionamento no município, em 1950, 12 unidades escolares que ministravam o ensino primário elementar, com matrícula de 410 alunos e aproveitamento escolar de 86 aprovações no fim do ano letivo.

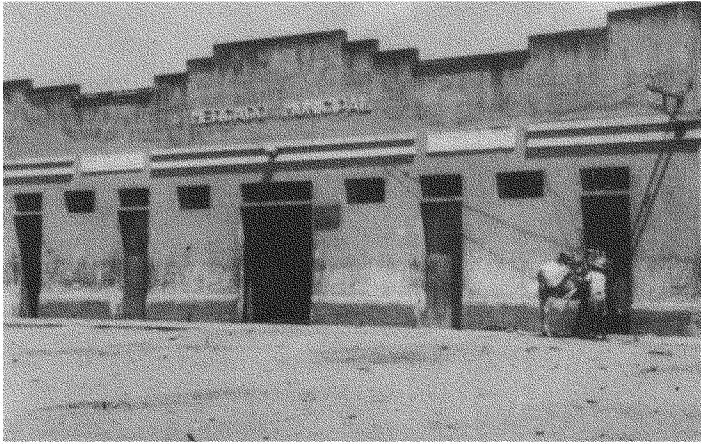
FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro seguinte são encontrados elementos a respeito de finanças do município de Japoatã, incluindo as arrecadações federal, estadual e municipal no período 1950-1956 e, ainda, a despesa realizada pelo município no mesmo período, tudo discriminado por exercício financeiro. Há a considerar, porém, que dos dados referentes aos anos de 1950 a 1954, não foram excluídos os elementos concernentes ao antigo distrito de Pacatuba hoje município do mesmo nome:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Ttaol	Tributária	
1950	112	490	. .	...	...
1951	278	611	. .	...	...
1952	430	722	. .	...	...
1953	361	627	. .	...	...
1954	151	586	. .	...	...
1955	198	531	1 685	96	1 523
1956	97	632	1 008	119	948

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na sede municipal, o "Cruzeiro de Pedra" localizado na praça principal da cidade bem em frente à igreja-matriz, cuja edificação data do século XVII pelos Padres da Companhia de Jesus e onde, segundo lendas, há um subterrâneo, em que estão escondidos fabulosos tesouros, deixados pelos citados Jesuítas ao serem expulsos dos domínios portuguêses por determinação do Marquês de Pombal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O dia 25 de novembro de cada ano, consagrado a "Nossa Senhora do Destêrro" é festivamente comemorado pelos habitantes de Japoatã. Animado tríduo é organizado sob o patrocínio das mais destacadas pessoas residentes no município e as festividades, que são de caráter eminentemente religioso se encerram com a celebração da missa festiva no dia 24 de novembro pela manhã, e à tarde, com uma procissão conduzindo a imagem da Virgem do Destêrro, que percorre os principais logradouros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Japoatã são denominados japoatoenses. Japoatã é topônimo de origem tupi *Ya* — *poatã*, tronco linheiro; nome de uma árvore que dá mastro para embarcações. Segundo Alfredo de Carvalho a etimologia é *Yauá* — *poatã*, mão rija de onça.

O atual Prefeito do município é o Sr. Edmundo Soares Bezerra, eleito e empossado no dia 31 de janeiro de 1955,

Mercado Municipal

quando também, foi instalada a Comarca Municipal para a presente legislatura, composta de 5 vereadores.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1954, do total de 1 742 eleitores inscritos, 807 compareceram às urnas, constatando-se uma abstenção de 53,6% do eleitorado.

(Elaboração de Pascoal d'Ávila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe. Manuel Umbelino de Araujo, Agente de Estatística do Município).

LAGARTO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do município é uma das mais antigas povoações de Sergipe.

Foi a terceira vila criada na Capitania sergipense, vindo após a criação das de Nossa Senhora da Vitória, de São Cristóvão e Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Em 1596, a colonização da capitania já chegara às terras de Lagarto, no rio Jacaré, que banha a parte ocidental do hoje florescente município. Ali se estabeleceram, por cartas de sesmarias, datadas de 5 a 27 de maio daquele ano, Domingos Fernandes Nobre, Antônio Gonçalves de Santana e Gaspar de Menezes.

Em 1604, no riacho Urubutinga, perto da atual sede do município, instalou-se Muniz Álvares, com a sua família, explorando a criação de gado.

Pelos meados do mesmo século XVII, Simão Dias Francez chega às matas do Caiçá, vindo de Itabaiana, e aí se localiza, dando forte contribuição na obra de povoamento daquelas terras. Por essa mesma época, chegam também os religiosos Carmelitas e penetram sertão adentro, indo até às matas dos Palmares, hoje pertencentes, em parte, ao município de Riachão do Dantas — e aí constroem um convento e uma capela e fundam fazendas de gado, que se conservaram em poder da Ordem, até 1916.

No século seguinte, completa-se a obra de colonização das terras lagartenses com nova leva de colonos, que vão cobrindo o território, formando as suas fazendas de gado e instalando diversos engenhos.

O povoamento, assim, logo cedo iniciado, foi-se adensando entre a bacia do Piauí e o rio Vasabarris, permitindo a formação de um pequeno núcleo demográfico, que mais tarde veio a tornar-se a sede de uma das freguesias mais importantes da Capitania.

Prefeitura Municipal

Ao contrário do que afirma Lima Júnior, na sua "História dos Limites Entre Sergipe e Bahia", êste núcleo de população não surgiu no mesmo local em que hoje está a cidade. Laudelino Freire, historiador, filho de Lagarto, cita a tradição acatada pelos seus conterrâneos, de que o primitivo aglomerado demográfico foi fundado no sítio de Santo Antônio, ao poente, a cêrca de 6 quilômetros de distância da atual cidade. Por causa de um surto de varíola que vitimou muitos dos habitantes, a povoação logo foi transferida para êste último local que tomou o nome do riacho que lhe passa perto, o qual, por sua vez, recebeu esta denominação, em virtude de uma pedra em forma de lagarto, existente à sua margem (Laudelino Freire — "Quadro Corográfico de Sergipe", página 120).

Em 1658, feito sede de um dos três primeiros distritos militares em que foi dividida a Capitania de Sergipe, Lagarto desempenhou papel preponderante na repressão ao crime e aos distúrbios sociais, sobrevindos a Sergipe após o período da ocupação holandesa, que desorganizou tôda a vida social, política e econômica da Capitania.

Criado o Corpo de Infantaria de Ordenanças, destinado a guarnecer os distritos de fôrça militar, foi logo indicado um capitão para o distrito de Lagarto, sendo êle Belchior Moreyra, nomeado em dezembro daquele ano.

Em 1674, o sistema de saneamento policial e restauração da disciplina foi desdobrado com a criação de dois órgãos com função de limpar os sertões dos mocambos de negros fugidos, que infestavam a região, destruindo propriedades e vidas e a cujo surgimento dera ensejo a guerra com os flamengos. Foram: o corpo de voluntários intitulado "Entrada de Mocambos" e a "Companhia dos Homens Pardos". Para o primeiro foi nomeado o capitão-mor Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreyra, cuja jurisdição se estendia desde a Tôrre de Garcia d'Ávila até o rio São Francisco, e para a segunda foi escolhido o mestiço morador no Lagarto, Francisco de Barros, que tomara parte nas lutas holandesas, o qual provàvelmente instalou a sua sede no Lagarto.

Praça e Jardim N. S.ª da Piedade

Em 1679, graças ao desenvolvimento que tomava, à sua precedência política e social na zona sudoeste, estendendo a sua jurisdição às povoações sertanejas de Geremoabo, Itapicuru e Inhambuque — hoje municípios baianos — a povoação foi ereta em freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Deu-se êste fato em 11 de dezembro de 1679.

Com a criação da Ouvidoria autônoma de Sergipe, em 1696 dois anos após, isto é, em 1698, foi a freguesia do Lagarto elevada à vila, por ordem expressa da Coroa.

Em 1718, Lagarto sofre desmembramento com a criação da freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, efetuada em 20 de outubro dêsse ano.

Em 1727, a vila do Lagarto já possuía a sua Câmara de representantes.

Escola Normal N. S.ª da Piedade

No fim do século, a situação econômica da vila sobressaía no quadro econômico da Capitania, figurando Lagarto como a maior zona exportadora de gado.

Ao início do século seguinte (1802), a produção da vila atingia 50 000 cruzados, 22 000 dos quais representavam a sua exportação. A receita da sua Câmara, então, era de 621$200 e a despesa, 48$500.

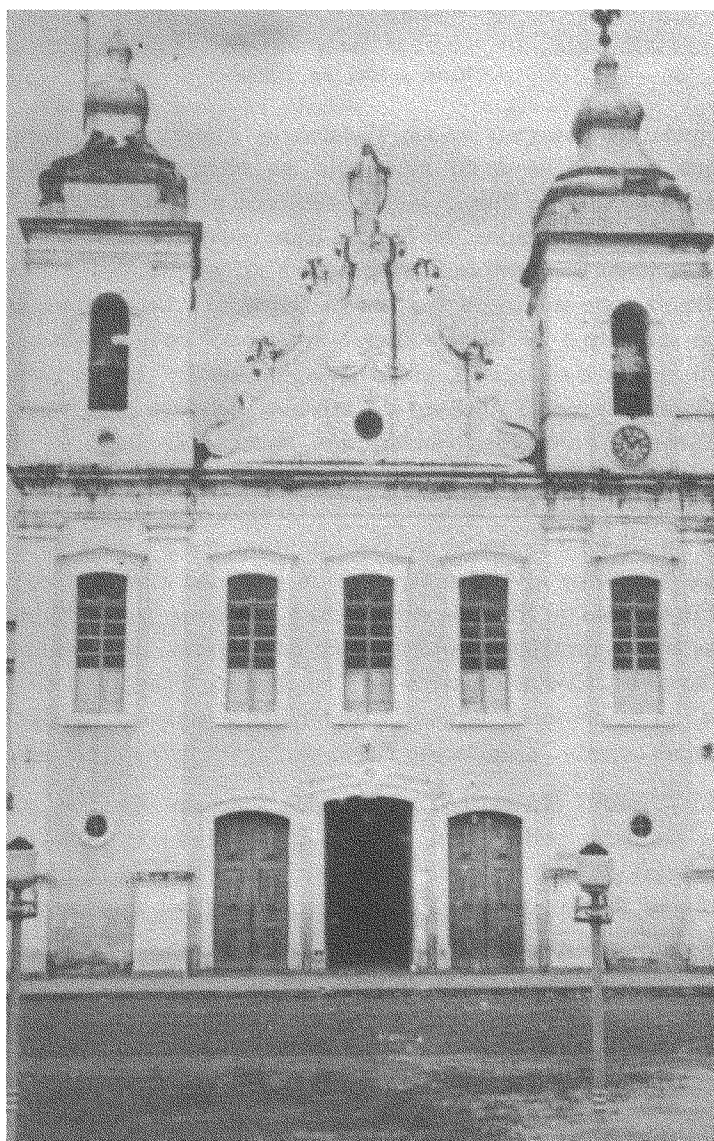
Por essa época a população do município era de 6 000 habitantes.

A freguesia compreendia, então, segundo descreve D. Marcos Antônio de Souza em sua "Memória da Capitania de Sergipe", todo o território da serra da Macota até o rio Vasabarris, ao norte, e do engenho Moendas, a leste, às matas de Simão Dias, a oeste.

Àquela época já a sociedade lagartense dava mostras de um índice de vida em geral destacado, pois o mesmo D. Marcos de Souza, acima citado, repara, na sua obra, que o povo da vila costumava apresentar-se bem vestido nos dias festivos, fazendo "ostentação de sua grandeza" ("M. da Capitania de Sergipe", pág. 28).

O período que vai de 1830 a 1860 fica marcado na história de Lagarto com a criação de mais três freguesias, geradas no seio generoso do seu vasto território e dêste desmembradas.

Em 1834, aos 7 de fevereiro, foi destacada a nova freguesia de Santana de Simão Dias, para cuja criação os próprios camaristas de Lagarto generosamente contribuíram, dando opinião favorável ao Memorial que em 1826 os simão-dienses haviam dirigido à Coroa, neste sentido e que o Tribunal de Consciências e Ordens, com as delongas indefectíveis, despachara à audiência daqueles camaristas.

Em 1835, nova amputação sofre Lagarto com o desmembramento da freguesia de Senhora Santana da Lagoa Vermelha, hoje Buquim, criada pela Resolução provincial de 24 de abril daquele ano.

Igreja-Matriz

Afinal, a 27 de abril de 1855, nasce a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão (atualmente Riachão do Dantas), encerrando naquele século o ciclo de novos municípios, criados nas lindes territoriais da antiga e fecunda vila.

Pela Lei provincial número 1 140, de 20 de abril de 1880, a vila de Lagarto é elevada à categoria de cidade.

Desfalcado da maior parte do seu território, assim cedido para a criação de outros, é natural que o município tenha entrado no século seguinte, ou seja, o atual, um tanto combalido. Em 1917, a sua receita municipal é de 6:964$980 e a despesa, de 4:934$708, inferior às do município de Buquim.

Entretanto, após o ano de 1930, Lagarto reaparece no cenário econômico de Sergipe com extraordinário vigor, vin-

Pôsto de Higiene Estadual

do afinal a afirmar-se como um dos dois ou três municípios mais prósperos do Estado, posição que ainda hoje conserva.

Nas divisões administrativas referentes ao ano de 1911, o município de Lagarto compõe-se de um único distrito, assim se conservando em 1933. Nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Dec.-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município pertence ao têrmo judiciário da comarca de Lagarto e permanece com um só distrito.

No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, Lagarto é composto de um só distrito e é sede da comarca que abrange os têrmos de Lagarto, Buquim e Riachão (atual Riachão do Dantas). Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de número 377, de 31-XII-1943, a comarca de Lagarto perdeu os têrmos de Buquim para a comarca de Itabaianinha e o de Riachão do Dantas para a nova comarca de Tobias Barreto; adquiriu o têrmo de Salgado, transferido da comarca de Estância.

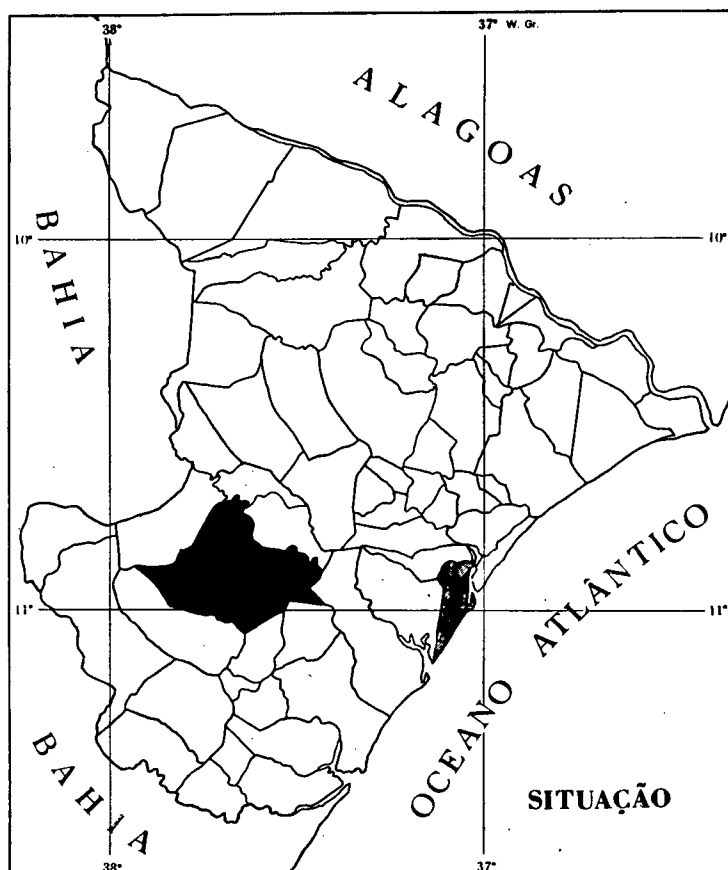
Em 1945-1948, no quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei número 533, o município é ainda composto de um único distrito. Os têrmos da comarca de Lagarto continuam sendo Lagarto e Salgado. Esta divisão judiciária foi confirmada pelo Decreto-lei estadual número 651, de 6 de junho de 1945.

Nas divisões territoriais vigentes em 1.º-VII-1955, o município de Lagarto conserva-se, ainda, com um único distrito.

Esta situação é mantida, também, no quadro territorial fixado pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, para 1954-1958.

Pôsto de Puericultura Dr. Leandro Maciel

A situação judiciária do município que, desde as divisões judiciárias de 1945, apresenta Lagarto como sede de comarca do mesmo nome abrangendo os têrmos de Lagarto e Salgado não sofreu nenhuma alteração com a Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado).

LOCALIZAÇÃO — O município de Lagarto está localizado na Zona Fisiográfica do Oeste do Estado, entre os rios Piauí, a oeste, e Vasabarris a nordeste. Limita com os municípios de Simão Dias, Campo do Brito, Itaporanga d'Ajuda, Salgado, Buquim e Riachão do Dantas. A sede municipal acha-se encravada no sudoeste do território do município a 10° 55' de latitude Sul e 37° 40' de longitude W. Gr. Está a 67 quilômetros em linha reta, da Capital do Estado e é a 23.ª cidade em ordem de distância, dêste ponto, por via rodoviária.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem 160 metros de altitude.

CLIMA — Salubre e agradável. Chove regularmente, com uma precipitação que em 1956 foi de 1 149,6 mm. A temperatura média das máximas é de 33°C e a das mínimas, 15°.

ÁREA — Com área de 944 quilômetros quadrados, coloca-se Lagarto entre os maiores municípios de Sergipe (quarto lugar).

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Vasabarris, que serve de linha divisória entre Lagarto e o município de Campo do Brito; Piauí, que é linha natural de limite com o município de Riachão do Dantas, até a serra do Cristal; Quirino, que tem suas nascentes entre Lagarto e Itaporanga d'Ajuda, servindo de limites para os dois muni-

Vista parcial da cidade

cípios até desaguar no rio Vasabarris; Piauitinga de Cima, que nasce a oeste do município, na serra dos Oiteiros e deságua no rio Piauí; Jacaré, também afluente do Piauí, nasce no município de Simão Dias, próximo aos limites com Lagarto e entrando neste corre no sentido oeste-leste, depois leste-sul, até a sua barra; Caiçá, que nasce também no município de Simão Dias, alcançando, no seu curso, o município de Lagarto, vindo desaguar no rio Jacaré; Machado, que nasce no Saco do Moreira e deságua no Piauí. Entre os numerosos riachos que existem no Lagarto, os principais, são: Oiti, Pombo ou Mandacaru, das Flexas e Lagarto, afluentes do rio Jacaré; Urubutinga, Urubu, Fonte do Chico e o riacho do Gentio, afluentes do rio Machado; Barreiros e Areias (que serve de linha divisória com o município de Riachão do Dantas), afluentes do rio Piauí. As serras principais do município de Lagarto, são: Oiteiro, Cavaleira, Cristal ou serra do Cão, Boeiro, Chapada e Arara, ao ocidente do território municipal, e serra do Genipapo, ao oriente. Lagoas: do Brejo, no lugar chamado Brejos.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila, calcário e pedras para paralelepípedos. Em 1956, Lagarto produziu 1 056 toneladas de cal de pedra, no valor de Cr$ 654 720,00 e 12 946 metros cúbicos de paralelepípedos, na importância de Cr$ 776 760,00.

Na serra do Cristal, há cristal de rocha, não explorado.

De origem vegetal, há matas com reservas de madeira para construção e lenha para combustível. O município teve, em 1956, uma produção de 620 toneladas de carvão vegetal, que importaram em Cr$ 372 000,00.

De origem animal há mel de abelha, com pequena produção anual.

Ginásio Laudelino Freire

Grupo Escolar Sílvio Romero

POPULAÇÃO — A população de Lagarto, segundo o Recenseamento Geral de 1950, é a seguinte: População total, 38 291, sendo, 18 635 homens e 19 656 mulheres. Quanto ao local do domicílio, temos: na sede municipal, 4 711 e no quadro rural, 33 580 habitantes. Quanto ao estado civil das pessoas de 15 anos de idade e mais, existiam 9 319 solteiras, 10 536 casadas, 1 082 viúvas e apenas 5 desquitadas. Segundo a côr, Lagarto constava 29 572 brancos, 5 474 pretos e 3 164 pardos. Os pretos representavam 14,30% da população total. Quanto à religião, havia 37 787 católicos romanos (98,68% da população total) e 412 pessoas que se declararam adeptas de outras religiões.

A densidade demográfica do município, àquela época, era de 40,563 habitantes por quilômetro quadrado.

As últimas estimativas realizadas pelo D. E. E. para 1.º-7-1956 dão uma população de 42 538 habitantes para todo o município de Lagarto, sendo 5 233 na sede municipal e 37 305 no quadro rural.

Depois de Aracaju, Lagarto é o município mais populoso no Estado de Sergipe, colocando-se em 2.º lugar.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal cuja população vai informada no outro tópico, há no município as seguintes aglomerações urbanas: povoados Campo do Crioulo, com 400 habitantes, Genipapo, com 330 habitantes, Olhos-d'Água, com 285 habitantes, Várzea do Cágado, com 220 habitantes, Oiteiros e Tanque, com 180 habitantes, Brejo Santo Antônio, com 200 habitantes e, com menos de 180 habitantes, Rio Fundo, Retiro, Quilombo, Rio da Vaca, Taperinha, Telha e Sobrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Lagarto é um dos municípios que alcançam maior desenvolvimento econômico no Estado, progredindo tanto na agricultura como na indústria e na pecuária. A sua produção de fumo em fôlha no ano de 1956 representa 48,69% da produção total desta cultura, no Estado de Sergipe. A produção total do Estado foi de 98 540 arrôbas, enquanto que sòmente Lagarto produziu 48 000 arrôbas, no valor de Cr$ 14 400 000,00. A produção de mandioca do município de Lagarto, em 1956, atingiu 50 400 toneladas. O valor da produção agrícola do município (sòmente dos principais produtos), segundo os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, alcançou, no ano acima referido, ... Cr$ 94 803 000,00.

Vista parcial do Parque Bica

Cine-Teatro Glória

O parque industrial lagartense inclui 440 estabelecimentos fabris de diversas espécies, ocupando um efetivo de 627 pessoas. Há 6 estabelecimentos industriais ocupando acima de 5 pessoas cada um, e produzindo bebidas, massas, manteiga e beneficiamento de algodão. Todos os demais estabelecimentos são pequenas unidades com menos de 5 pessoas ocupadas e com variadíssimo ramo de atividade industrial: olarias, curtumes, saboarias, sapataria, caieiras, casas de fazer fumo em corda, casas de fabricar farinha de mandioca, engenhocas de rapadura, fabrico de rêdes de fios de algodão, marcenaria, funilaria, abate de gado, etc. etc. Só a indústria de rêdes de algodão produziu 4 280 unidades, em 1956, no valor de 349 mil cruzeiros.

O rebanho pecuário do município conta 13 800 bovinos, 3 200 suínos, 2 200 eqüinos, 2 200 ovinos, 1 300 muares, 1 200 caprinos e 1 100 asininos.

Maternidade Municipal

COMÉRCIO E BANCOS — Há em todo o município 117 estabelecimentos comerciais varejistas e 10 grossistas, êstes últimos todos na sede municipal, com mais 60 dos estabelecimentos varejistas.

O comércio de Lagarto realiza transações com as praças principais do país, isto é, Rio de Janeiro (Distrito Federal), São Paulo, Pôrto Alegre, Recife, Salvador, Maceió e Aracaju. Os municípios do Estado de Sergipe, além do da Capital, com os quais Lagarto comercia, são: Simão Dias, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Estância, Campo do Brito e Buquim.

O comércio de gado é feito com os Estados de Minas Gerais e Bahia, quanto à importação, e Alagoas, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, quanto à exportação.

Existem 2 agências de Bancos, na sede do município, Banco do Brasil e Banco Mercantil Sergipense.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Lagarto comunica-se por meio de rodovia com a Capital do Estado, da qual está a 95 quilômetros, sendo servida neste percurso, por ônibus, diàriamente. Também por via rodoviária comunica-se com as seguintes cidades vizinhas: Buquim (36 quilômetros), Campo do Brito (103 quilômetros), Simão Dias (30 quilômetros), Salgado (30 quilômetros), Riachão do Dantas (18 quilômetros) e Itaporanga d'Ajuda (54 quilômetros).

Para comunicações, a cidade dispõe de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lagarto tem uma população de 4 711 habitantes e conta 49 logradouros públicos. Dêstes logradouros, 28 são inteiramente pavimentados a pedras irregulares e 5 parcialmente. Apenas 10 logradouros não são calçados. A área de pavimentação totaliza 35 115,94 metros quadrados a paralelepípedos e 2 502,80 metros quadrados a pedras irregulares.

Lagarto é dotada de iluminação elétrica fornecida por usina local, com 645 ligações domiciliares. A cidade dispõe de 1 cinema com 600 lugares, 1 hotel e 1 pensão cobrando diária média de Cr$ 120,00. Os veículos registrados na Prefeitura, em 1956, totalizaram 38, dos quais, 30, caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na cidade, 2 médicos, 4 dentistas e 1 farmacêutico, prestando assistência médica à população. Os serviços assistenciais são prestados através do Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição, com 20 leitos disponíveis, da Maternidade "Monsenhor Daltro", com 6 leitos, do Pôsto de Puericultura Leandro Maciel e de um Pôsto Médico.

Há, na cidade, 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Verificou-se, pelo Recenseamento Geral de 1950, que de um total de 31 534 pessoas de 5 anos e mais de idade, 6 001 sabiam ler e escrever, representando estas 19,03% do total acima. Dêste número 306 declararam possuir diploma do curso primário completo; 37, do curso médio; e 7, do curso superior.

Ensino — O município possui 41 unidades escolares do ensino primário, na sede, e 27 ditas nos povoados. Na sede municipal funciona também 1 ginásio dirigido por religiosas, para o sexo feminino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem em Lagarto 2 associações esportivo-culturais, sendo a Associação Musical "Lira Popular", com 80 sócios, e o "Confiança Esporte Clube", para a prática de futebol, com 122 sócios e 30 atletas.

Edita-se em Lagarto "A Voz de Lagarto", órgão político e noticioso de periodicidade semanal. Há também a Biblioteca Popular de Lagarto, mantida pela Prefeitura, possuindo 2 250 volumes. O número de consultas no ano de 1956 foi de 2 940.

FINANÇAS PÚBLICAS — As entidades públicas arrecadaram no município de Lagarto, durante o período de 1950 a 1956, e a Prefeitura local realizou despesas cujos valores se acham, todos, registrados no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	305	2 050	1 002	467	1 081
1951	500	2 869	1 144	589	989
1952	708	3 043	1 755	1 057	1 449
1953	954	3 178	2 127	1 140	2 459
1954	1 276	3 794	2 135	1 273	2 295
1955	1 299	4 680	2 712	1 605	2 115
1956	1 581	5 693	3 248	1 914	3 655

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se em Lagarto, durante o ano, diversas festas religiosas ou populares, destacando-se dentre elas: a festa da padroeira, Nossa Senhora da Piedade, no dia 8 de setembro, constando de novena realizada com esplendor e animação, culminando com as solenidades do dia, quando há missa festiva e procissão. No dia da festa,

Hospital Nossa Senhora da Conceição

costumam-se realizar vaquejadas e corrida de cavalos, despertando entusiasmo extraordinário entre a população, que toma parte nos movimentos, torcendo pelos seus favoritos. Em Lagarto celebram-se, ainda, com muita vibração, a data da Independência do Brasil (7 de setembro) e a "Festa dos Santos Reis" (6 de janeiro).

VULTOS ILUSTRES — Lagarto é berço de: *Sílvio Romero* — Um dos maiores intelectuais brasileiros. Nascido a 21 de abril de 1851 e falecido a 18 de julho de 1914. Foi crítico literário dos mais eminentes, sociólogo e historiador da literatura pátria. Sua obra "História da Literatura Brasileira" é uma das mais importantes que já surgiram, no gênero. *Laudelino Freire* — Historiador. Filólogo. Nasceu a 26 de janeiro de 1873. Escreveu "História de Sergipe" e muitas outras obras de história e de literatura. *Enoque Santiago* — Desembargador e jurisconsulto emérito. Nasceu a 10 de novembro de 1892.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o gentílico lagartense.

O atual Prefeito do Município é o Sr. Dionízio de Araújo Machado, eleito em 1954 e empossado no cargo a 31 de janeiro de 1955, data em que se instalou a atual legislatura da Câmara de Vereadores, composta de 9 edis.

Dos 12 688 eleitores inscritos, 5 577 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 56,0% do eleitorado.

(Elaboração de: João de Oliva Alves, Agente de Estatística, adido na IR de Sergipe; Abdênago Menezes de Oliveira, Agente de Estatística do Município).

LARANJEIRAS — SE

Mapa Municipal na pág. 358 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Com a vitória de Cristóvão de Barros, no início do século XVI, na região do médio rio Cotinguiba, em território da antiga freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Tomar de Cotinguiba, fixaram residência, à margem esquerda do mesmo rio, gerações mestiças que mais tarde constituiriam uma tradicional cidade.

No local onde abundavam laranjeiras, os primeiros habitantes da povoação construíram pequeno pôrto fluvial, que tomou o nome de pôrto de Laranjeiras.

A partir de 1637, a povoação de Laranjeiras sofreu as influências devastadoras do domínio holandês, que, a despeito da reconhecida capacidade realizadora e espírito de organização do povo flamengo em Sergipe, as suas atividades deixaram marcas, sòmente, de destruição, transformando em cinzas e aniquilamento, a incipiente prosperidade da Capitania. Sòmente em 1645, voltou a Capitania, cheia de ruínas, devastada mesmo, às mãos dos seus primeiros conquistadores.

No ano de 1701, à margem esquerda do riacho "São Pedro", os Padres da Companhia de Jesus iniciaram a construção da primeira igreja em território que pertence ao município, com residência próxima. O sossêgo do lugar e, provàvelmente, o fim a que se destinava, fizeram com que os Jesuítas denominassem a residência de Retiro.

Como segunda residência, construíram, ainda os Padres da Companhia de Jesus, a dois quilômetros da atual

Prefeitura Municipal

sede municipal, sôbre uma colina, a "Igreja de Comendaroba", que constitui verdadeira obra-prima de arquitetura daquela época, sendo hoje um dos monumentos históricos do Estado de maior valor. Esta obra magnífica teve a sua construção iniciada em 1731.

Em 1808, permanecia Laranjeiras ainda como povoação, muito embora bastante próspera, apresentando estimativa de 600 fogos, na sede e em tôda a circunvizinhança, sem, contudo, conseguir foros de freguesia, até então.

A 7 de agôsto de 1832, quando a Assembléia Geral da Província, computando o Censo demográfico e o arrolamento econômico, reconheceu a capacidade autonômica da povoação, foi o povoado de Laranjeiras elevado à categoria de vila. O território da nova vila não foi, porém, desmembrado da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, a que pertencia, mas, sim, o território da antiga freguesia, anexado ao da vila, sendo os habitantes de Socorro preteridos nos propósitos que alimentavam de ver a freguesia elevada à categoria de vila, chegando, mesmo, a representarem junto ao Conselho da Província, protestando contra a injustiça de que se julgavam vítimas.

Os habitantes de Laranjeiras também não assumiram atitude de inércia frente aos acontecimentos, que poderiam ter um desfecho pouco lisonjeiro para os destinos da nova vila, prejudicando, sobretudo, as suas rendas e, por intermédio da sua Câmara, que sòmente foi instalada a 4 de fevereiro de 1833, já a 12 de abril do mesmo ano dirigiam-se também em forma de representação ao Presidente da Província, contra os desejos dos socorrenses.

Entre as alegações da Câmara de Laranjeiras, destaca-se a circunstância apresentada de ser a povoação de Socorro distante, apenas, uma légua de Laranjeiras e a ausência de comércio naquela povoação obrigava os seus habitantes a se dirigirem, tôdas as semanas, ao mercado da grande feira de Laranjeiras, para se proverem dos gêneros de que necessitavam.

A par das ponderações de ordem econômica, reportadas acima, não foram esquecidas no protesto da Câmara de Laranjeiras outras, já agora de ordem política, com a afirmativa de que a povoação de Nossa Senhora do Socorro não possuía mais de vinte cidadãos que satisfizessem os requisitos legais exigidos para servirem nos cargos de governança, o que daria margem a reeleições sucessivas e o conseqüente exercício dos cargos públicos em caráter quase vitalício.

De nada valeram os ingentes esforços dos habitantes e das autoridades de Laranjeiras, e as ponderações de ordem econômica e política que levaram ao Presidente da

Vista parcial da cidade

Província, pois, a 19 de fevereiro de 1835, pouco mais de dois anos depois, foi o povoado de Nossa Senhora do Socorro elevado à categoria de vila, sendo o seu território desmembrado do de Laranjeiras, que, por fôrça da Lei provincial de 6 de fevereiro do mesmo ano, foi, por sua vez, desligado, eclesiàsticamente de Socorro, passando a constituir a freguesia do Sagrado Coração de Jesus.

Êstes fatos não influíram, porém, no progresso da comuna de Laranjeiras, então já uma das mais importantes e prósperas da Província.

Assim é que, pela Lei provincial de 6 de fevereiro, foi criado o distrito de paz de Laranjeiras que a 6 de março do mesmo ano foi elevado à categoria de têrmo da comarca de Santo Amaro.

Entretanto, o rápido desenvolvimento do município já reclamava a instalação de uma comarca em sua sede, o que não tardaria a se concretizar e veio ocorrer no mesmo ano, por fôrça do Decreto provincial de 11 de agôsto de 1835, quando, também, já se tinha notícia do declínio da importância da vila de Santo Amaro, que, com as de Maruim e Capela, passavam a constituir têrmos da nova comarca.

Por Decreto de 21 de março de 1836, a comarca de Laranjeiras ganhava mais dois têrmos, que compreendiam os das vilas de Rosário e Divina Pastôra.

Em 1836, foi criada a Alfândega de Sergipe, que teve a sua sede atraída para a vila de Laranjeiras, dada a sua importância, como grande centro comercial e exportador. Posteriormente a Alfândega removeu a sua sede para a povoação de Barra dos Coqueiros, hoje sede do município do mesmo nome e ainda para o "Pôrto das Rêdes" em Laranjeiras, voltando para a Barra dos Coqueiros e, finalmente, sendo localizada em Aracaju, onde se encontra atualmente.

Aparecia em 1841 o primeiro órgão da imprensa laranjeirense, que despontava com o "Monarchista Constitucional", que foi seguido de outros como o "Triunfo" em 1844, o "Guarany" em 1847 e "Observador" em 1851, sendo nessa época o município um dos grandes centros culturais e artísticos da Província.

Controlando a zona de maior importância econômica da província, e sendo a sede do município um dos mais desenvolvidos centros urbanos de Sergipe em 1848, por fôrça da Lei provincial número 209, de 4 de maio dêsse ano, a vila de Laranjeiras foi elevada à categoria de cidade, providência que, no dizer do eminente sergipano há pouco falecido, Dr. Carvalho Neto, vinha retardada de quase meio século, se levados em consideração os índices básicos de progresso que deveriam ser computados àquela época.

Quando da mudança da Capital da Província, da cidade de São Cristóvão para a povoação de Aracaju, em 1855, muito se falou na inclinação do Presidente Inácio Barbosa, a favor de que a cidade de Laranjeiras fôsse o local escolhido para a nova Capital, o que, entretanto, não se concretizou por motivos de ordem pessoal do então Presidente da Província, que não os revelou.

A 14 de janeiro de 1860, chegavam a Laranjeiras para uma visita, SS. MM. o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz D. Tereza Cristina, que regressaram no dia seguinte, depois de haverem recebido naquela cidade grandes homenagens.

A 31 de março de 1874, o município de Laranjeiras perdia parte do seu território com a elevação do povoado de Nossa Senhora da Conceição dos Pintos à vila, com a denominação de Vila de Riachuelo, passando a constituir, porém, um novo têrmo da comarca de Laranjeiras.

Em 1880, Laranjeiras já possuía uma Estação de Telégrafo Nacional e em 1919, iluminação pública e domiciliar a eletricidade, sendo que, também nesse mesmo ano, era instalada no município uma Estação Telefônica para comunicações urbanas e interurbanas.

Do início dêste século para cá, estagnou-se o ritmo acelerado do progresso que vinha impulsionando a velha comuna sergipana, restando da grandeza vivida, a partir dos meados do século passado, amostras saudosas nos imponentes sobrados de suas ruas e na tradicional vivacidade do seu povo.

Os fatôres sócio-econômicos, que vêm caracterizando o século atual, sem dúvida nenhuma influíram negativamente e de maneira decisiva no desenvolvimento da então próspera cidade de Laranjeiras. Com as facilidades de transporte ferroviário e rodoviário para Aracaju, que dispõe de pôrto com capacidade para ancoragem de embarcações de maior envergadura, perdeu o velho município o contrôle econômico da zona de Cotinguiba onde se produz, em maior quantidade, o açúcar, que é o produto básico da economia de Sergipe, cujo contrôle passou a ser exercido pela Capital do Estado.

A partir de 1874, permaneceu estabilizada a situação do município de Laranjeiras na divisão administrativa do Estado, não sofrendo alterações até a data presente.

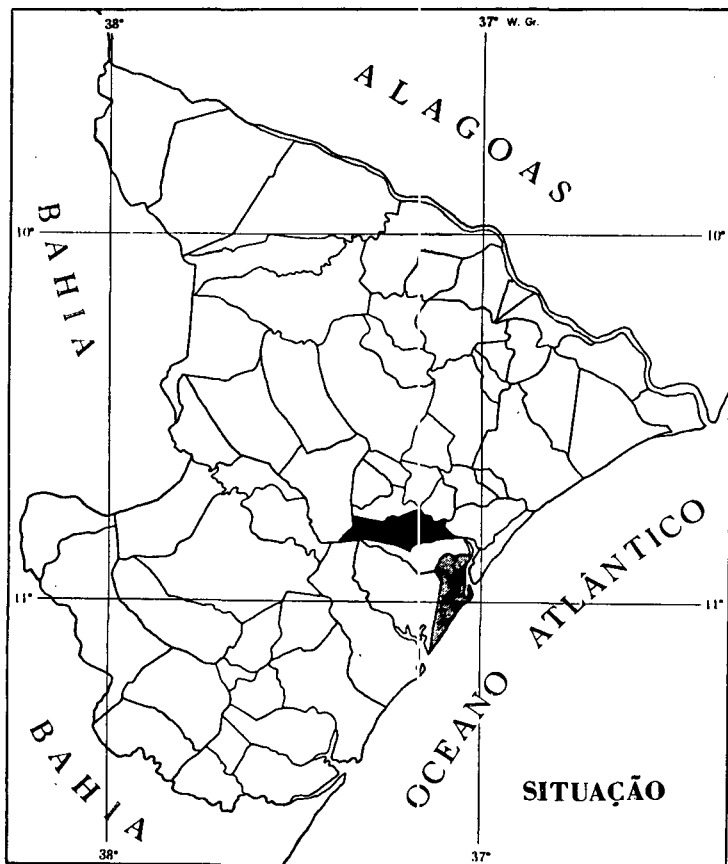
Na divisão judiciária, porém, perdeu sucessivamente os têrmos de Capela, Nossa Senhora das Dores, Maruim e Riachuelo que hoje são sedes de comarcas, os de Santo

Grupo Escolar João Ribeiro

Amaro das Brotas e Rosário do Catete que pertencem atualmente à comarca de Maruim, e, ainda, o de Divina Pastôra que passou para a comarca de Riachuelo.

De acôrdo com a divisão administrativa e judiciária do Estado, aprovada pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, é a seguinte a sua situação: município, comarca e têrmo de Laranjeiras, distrito único.

Na divisão judiciária do Estado, aprovada pela Lei número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), para o período 1957-1962, aparece como sede de comarca, com dois têrmos, o da sede e o de Nossa Senhora do Socorro.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica Central do Estado de Sergipe, limitando com os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, Itaporanga d'Ajuda, Maruim, Riachuelo e Santo Amaro das Brotas. As coordenadas geográficas da sede municipal são: latitude Sul — 10° 48' 20" e longitude W. Gr. — 37° 10' 25". A sua distância em linha reta à Capital do Estado é apenas de 18 quilômetros, estando em relação a esta no rumo N. O. A sede municipal situa-se às margens do rio Cotinguiba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está numa altitude de 6 metros, aproximadamente.

CLIMA — O clima do município é ameno e constante, não sofrendo a sua temperatura variações bruscas. Em 1956, foram os seguintes os resultados climáticos de Laranjeiras, expressos em graus centígrados: média das máximas — 26; média das mínimas — 24; média compensada — 25. A precipitação pluviométrica anual atingiu, em 1956, a altura de 1 038 mm, cabendo ao trimestre abril-junho a época mais chuvosa do ano.

Pôsto de Puericultura Afrodísio Vidigal

ÁREA — A área do município é de 259 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no município são: *Rios* — Cotinguiba, nasce na Fazenda Cafuz, próximo ao povoado de Pedrinhas, tendo nesse trecho inicial profundidade reduzida e largura que varia de 2 a 4 metros, só permitindo navegação a partir do pôrto Quaresma, adiante; Madre de Deus (ou Buti), cujas nascentes estão situadas na Fazenda São Pedro, seguindo até a Usina Paraíso como um simples riacho de largura e profundidade reduzidas, para, a partir daí até a sua confluência com o rio Cotinguiba, tornar-se navegável, dada a ampliação que experimenta nesse trecho a sua profundidade e largura. *Morros* — Citam-se como os mais importantes o Alto do Bonfim, a colina Bom Jesus dos Navegantes e Cruzeiro do Século, todos de reduzida altura, coerentes, pois, com a configuração geográfica do município, que é plano na sua quase totalidade. Nota-se ainda como digna de registro a gruta da Pedra Furada, situada na localidade de Machado, possuindo uma altura de 6 metros e extensão de 5 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais existentes no município e dignas de registro são principalmente, no reino mineral, barro, pedra calcária e sal marinho, sendo os dois primeiros em reduzida escala de exploração e o último já alcançando maiores tonelagens. No reino vegetal há, embora em declínio, dada a devastação das matas, a extração de lenha para consumo interno. No reino animal, menciona-se a existência de peixes provenientes dos rios que banham o município.

POPULAÇÃO — A população total do município de Laranjeiras atingia em 1950, por ocasião do Recenseamento Geral, 12 118 habitantes, dos quais 5 991 eram homens e 6 127, mulheres. A sua população localizava-se preponderantemente no quadro rural, que reunia naquele ano 7 969 habitantes. Segundo estimativas elaboradas pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado para 1.°-VII-1956, nessa data a população total do município teria alcançado 13 000 habitantes, sendo 9 000 no quadro rural. A população recenseada em 1950, classificada segundo o estado civil, subdividia-se em 3 666 solteiros, 2 927 casados, 530 viúvos e apenas 2 desquitados. Note-se, entretanto, que êsses números dizem respeito apenas ao grupo populacional de 15 anos e mais. Quanto à côr, ainda tomando por base os resultados censitários de 1950, encontramos 3 879 brancos, 3 629 pretos e 4 588 pardos.

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana existente no município é a própria sede municipal, que, em 1950, contava no quadro urbano uma população de 2 439 habitantes; aduzindo a êstes as pessoas residentes na zona suburbana, o conjunto perfaz o total de 4 149 habitantes. Segundo previsões do Departamento Estadual de Estatística, os quadros urbano e suburbano de Laranjeiras contariam a 1.º-VII-1956 uma população de 4 000 habitantes. Encontramos ainda no município alguns povoados como Bom Jesus, Manilha, Mussuca, Pedra Branca, Pedrinhas, Quintalé e Várzea, pequenos aglomerados cujas populações oscilam entre 260 e 360 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Laranjeiras tem na indústria açucareira a sua principal fonte de renda, sendo mesmo o maior produtor de açúcar cristal no Estado. No ano de 1956, estiveram em pleno funcionamento as três principais usinas do município, que são Varzinha, São José do Pinheiro e Sergipe, cujo valor total da produção, em 1956, ultrapassou a avultada cifra de 41 milhões de cruzeiros. O número total atingia 65, incluindo-se pequenos estabelecimentos dedicados ao fabrico de farinha de mandioca e outras das indústrias salineiras.

Na agricultura sobressai a produção de cana-de-açúcar e côco-da-baía. O quadro abaixo inclui dados referentes às culturas agrícolas de Laranjeiras, em 1956.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	77 000	13 860
Côco-da-baía	525	1 195
Feijão	12	117
Mandioca	1 040	408
Milho	29	86

No setor da pecuária, cumpre destacar o rebanho de bovinos, cujo efetivo em 1956 está estimado em 11 mil cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 44 estabelecimentos comerciais varejistas, tendo os seis principais alcançado um giro comercial total avaliado em 1,8 milhões de cruzeiros, em 1956. Note-se, no entanto, que até o início do corrente século, Laranjeiras era o mais importante centro comercial da Província.

Operando no município, há correspondentes de quase todos os estabelecimentos bancários da Capital do Estado e uma Agência da Caixa Econômica Federal, funcionando através da Agência dos Correios e Telégrafos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é bem servido de transporte, haja vista que dispõe de via férrea, rodoviária e fluvial. A Rêde Ferroviária Federal S. A., que encampou a antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, serve o município, ligando-o à Capital e demais localidades interioranas dotadas dessa modalidade de transporte. Além disso, pela rodovia que corta o município, transitam diàriamente em média 14 ônibus, que o põem em permanente contacto com Aracaju. A via fluvial vem atuando quase que exclusivamente como meio de transporte para carga, particularmente utilizada no transporte do açúcar destinado à Capital do Estado.

Os municípios vizinhos acham-se ligados a Laranjeiras da maneira seguinte: Nossa Senhora do Socorro, rodovia (8 quilômetros), fluvial (3 quilômetros); Itabaiana, rodovia (39 quilômetros); Itaporanga d'Ajuda, rodovia (45 quilômetros), ferrovia (63 quilômetros); Maruim, rodovia, (12 quilômetros), ferrovia (24 quilômetros); Riachuelo, rodovia (14 quilômetros); ferrovia (11 quilômetros); Santo Amaro das Brotas, rodovia (19 quilômetros), fluvial (6 quilômetros); Aracaju, rodovia (24 quilômetros), ferrovia (17 quilômetros), fluvial (18 quilômetros). A ligação do município com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

Acha-se localizada na sede municipal uma Agência postal-telegráfica do D. C. T. e outra via de comunicação telegráfica na Estação da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Dispõe ainda o município de uma agência telefônica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade já apresenta quase a quarta parte do seu perímetro urbano dotada de calçamento. A área pavimentada a paralelepípedos compreende 10 ruas e 5 praças, sendo que destas, duas o são parcialmente; o calçamento a pedras irregulares abrange parcial-

Estação Ferroviária

mente 2 ruas, 1 avenida e 4 praças, contando ainda 3 travessas em tôda a sua extensão dotadas dêsse melhoramento.

A cidade serve-se da energia elétrica de Paulo Afonso, havendo um total de 244 ligações domiciliares; a iluminação pública da cidade é efetuada também pela Hidrelétrica de São Francisco, que fornece fôrça a uma das usinas de açúcar de Laranjeiras.

Há na cidade duas pensões e um cinema. Registrados na Prefeitura, existem 23 veículos a motor, sendo 6 automóveis e 17 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Laranjeiras possui cinco postos médicos, sendo dois federais — Ambulatório de Laranjeiras e Pôsto do Serviço Nacional de Malária — dois estaduais — Pôsto de Higiene de Laranjeiras e Pôsto Médico Dr. Heráclito Diniz — e um mantido pela Legião Brasileira de Assistência — Pôsto de Puericultura Afrodísio Vidigal. O Pôsto Médico Dr. Heráclito Diniz acha-se localizado no povoado de Manilha, enquanto os demais têm a sua sede na cidade.

Prestando os seus serviços profissionais à população, conta ainda o município com um médico, um dentista e um farmacêutico. Há, também, na sede municipal, uma farmácia. O município tem ainda os serviços do Hospital de Caridade São João de Deus, de Laranjeiras, dispondo de 22 leitos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No setor da assistência social, funciona em Laranjeiras o Sindicato dos Arrumadores, não havendo até o presente cooperativas registradas.

ALFABETIZAÇÃO — A população em idade escolar (5 anos e mais) existente no município em 1950, segundo apurou o Serviço Nacional de Recenseamento, atingia 10 134 pessoas e dêsse total sabiam ler e escrever apenas 2 887, ou seja, 28,5%. As pessoas que possuíam curso completo, em 1950, eram 663, de grau elementar, enquanto 60 outras declararam haver concluído o curso médio e apenas 7 possuíam curso superior.

Ensino — Há, em todo o município, 27 unidades de ensino fundamental comum e 5 do ensino supletivo. A matrícula nesses estabelecimentos de ensino ascendeu em 1956 a 1 339 estudantes, enquanto, no mesmo ano, 315 lograram concluir o curso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Laranjeiras desempenhou no passado um relevante papel no cenário cultural do Estado, graças ao trabalho fecundo das suas organi-

Ponte José Américo, sôbre o rio Sergipe

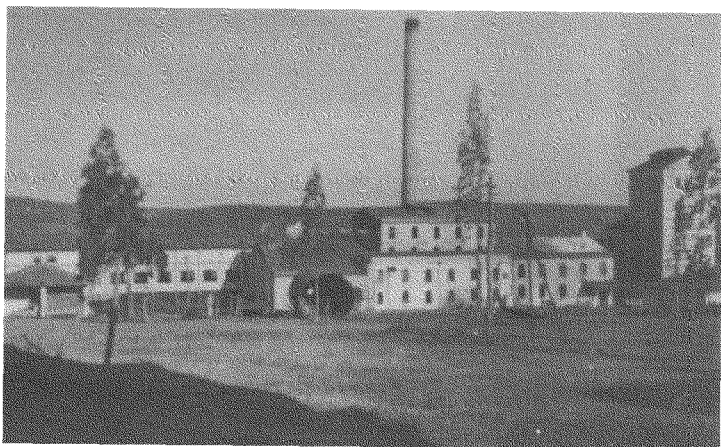
Hospital de Caridade São João de Deus

zações dedicadas à cultura e à projeção alcançada por alguns de seus filhos que se distinguiram como homens de letras, artistas, juristas e políticos de renome. No campo jornalístico registra a sua história a existência de sete periódicos, que fizeram época na imprensa estadual. Note-se que todos êsses jornais surgiram entre 1841 e 1851. Há cem anos atrás, pois, já se fazia sentir no município intensa vida cultural que se externava através de uma laboriosa imprensa.

Reminiscências dêsse passado ativo são hoje a "Casa de Laranjeiras", que constitui uma exposição permanente de produtos locais, a Biblioteca "Moreira Guimarães", cujo acervo atinge 1 900 volumes, e o museu "Horácio Hora". Conta ainda o município com um Diretório Municipal de Geografia.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município, no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	674	1 862	468	142	580
1951	764	1 897	677	231	394
1952	620	2 250	766	298	959
1953	551	2 813	949	221	882
1954	456	2 756	919	237	919
1955	814	3 248	979	278	1 057
1956	1 127	5 081	1 391	379	1 390

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Laranjeiras foi o berço de inúmeras personalidades ilustres que se projetaram no cenário federal e estadual. Desfrutava o município de considerável prestígio na época da monarquia, tendo hospedado o imperador D. Pedro II, por ocasião da sua visita às províncias do Norte.

Usina São José do Pinheiro

Os monumentos existentes na cidade são os seguintes:

Obelisco ao coronel Francisco Félix de Freitas Barreto — inaugurado a 10 de março de 1945, erigido em homenagem ao heróico comandante e organizador do batalhão de voluntários da Província de Sergipe, em operações na guerra do Paraguai.

Monumento do Cemitério da Misericórdia — Na entrada do cemitério, no centro do jardim, encontra-se o sugestivo obelisco, que consta de um pedestal de coluna com uma vela apagada, simbolizando a vida que se extingue. O obelisco, inaugurado a 2 de novembro de 1924, possui uma placa de mármore com os seguintes dizeres: "Cemitério da Misericórdia, fundado em 1870 e restaurado em 1924, na administração do Phco. F. A. Bragança de Azevedo".

Monumento comemorativo da fundação da cidade — Erigido no antigo Pôrto das Laranjeiras, o obelisco evoca as fases por que passou a cidade desde os seus primórdios, através da seguinte inscrição lapidar: "Pôrto de Laranjeiras, originàriamente — Povoação, 1606 — Vila, 1832 — cidade, 1848 — Inaugurado em 1944 — Chefe da Nação, Getúlio Vargas — Interventor Federal, Augusto Maynard — Prefeito Municipal, Francisco Bragança".

Casa onde nasceu João Ribeiro — Situada na antiga Rua do Cangalexo, hoje Rua João Ribeiro, a casa onde nasceu o ilustre filólogo e homem de letras nacional tem uma lápide de mármore, em forma de livro aberto, onde se vêem gravadas as seguintes inscrições: na primeira página "Aqui nasceu João Ribeiro" e na outra página, "1860" A lápide foi inaugurada em 1912.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre os festejos de caráter religioso celebrados no município, destaca-se a festa do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade, que consta de fervorosa novena na matriz local, caprichosamente ornamentada para êsse fim; o encerramento solene da festa é realizado em determinado domingo de junho. Além desta, a Igreja e os católicos de Laranjeiras comemoram também a festa de São Benedito, no mesmo dia da "festa dos Reis Magos", a 6 de janeiro. Ainda são festejados pela população local o transcurso do Natal e do Ano Novo, quando se associam comemorações de cunho religioso e popular.

Festejo eminentemente popular é a Micareme, particularmente animada pela presença dos tradicionais blocos locais do Botafogo e Laranjeirense.

Laranjeiras é uma das localidades sergipanas mais ricas de motivos folclóricos, de origem africana. No município celebram-se em diversas épocas do ano as festas de Nagô e Catumbi, que incluem a coroação de reis negros, danças peculiares à cerimônia, trajes típicos, que dão ao festejo um colorido local muito atraente.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos de Laranjeiras destacam-se: *João Ribeiro* — Seu nome por extenso era João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes; nasceu a 24 de junho de 1860 e faleceu a 13 de abril de 1934, na Capital Federal.

Filólogo de renome, poeta de rara pureza de linguagem em escrupulosa correção na forma, prosador distinto, historiador, tradutor, João Ribeiro foi sobretudo emérito professor de Língua Portuguêsa e História Geral. Membro de várias instituições culturais e científicas, como Instituto Filológico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, membro da Academia Brasileira de Letras (primeiro sergipano eleito imortal), estêve também representando o Brasil em várias missões no estrangeiro. Como jornalista, colaborou em várias revistas da época.

Dentre o avultado número de obras que escreveu, destacamos: "Estudos Filológicos", "Gramática Portuguêsa" (três volumes: curso elementar, médio e superior), "Dicionário Gramatical", "História do Brasil", "História Universal", "O Folclore", "Dias de Sol", "Arena e Cythara", etc.

Horácio Hora — Nasceu a 17 de setembro de 1853 e faleceu em Paris, a 1.º de março de 1890. Reconhecendo-lhe os méritos excepcionais, a Assembléia Legislativa da Província concedeu-lhe uma pensão para estudar e manter-se em Paris, tendo seguido para a Europa em junho de 1875. Em Paris freqüentou a Escola Municipal de Desenho e Escultura, dirigida por Justin Lequion. Rápidos progressos obteve; em apenas 8 meses de aulas, deram-lhe direito ao título de aluno-modêlo e ao primeiro prêmio no concurso geral de tôdas as escolas de Paris. Voltando a Sergipe, aí pouco se demorou, retornando a Paris onde falece alguns anos depois. As suas obras mais conhecidas, são: "A Virgem", "Peri e Ceci", "Miséria e Caridade", "Fôlhas do Outono", "Rua Lafayette", "Quitanda em Paris", "Praia de Mangue Sêco", "Descimento da Cruz" e uma série numerosa de retratos. A sua tela "A Virgem" acha-se colocada na parte superior do altar-mor da Catedral de Aracaju; "Peri e Ceci" é considerada a sua obra-prima.

Martinho César da Silveira Garcez — Nasceu a 30 de novembro de 1850. Como político, ocupou a cadeira de deputado provincial por Sergipe (1874-1875), Presidente do Estado (1896-1899) e senador federal (1900-1908). Advogado, jornalista e professor de Direito Civil da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Quando terminou o seu govêrno no Estado de Sergipe, achando-se já na Capital da República, recebeu dos seus coestaduanos ali residentes uma riquíssima coroa de ouro cravejada de brilhantes e rubis com a significativa dedicatória: "Ao imortal pacificador da família sergipana, Dr. Martinho César da Silveira Garcez, homenagem e gratidão do Estado de Sergipe", 30 de novembro de 1899. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 11 de agôsto de 1925.

General Moreira Guimarães — Nasceu na cidade de Laranjeiras a 4 de novembro de 1864. Estêve como representante oficial do Brasil em várias missões no estrangeiro. Membro de numerosas instituições científicas e cultu-

rais, Moreira Guimarães distinguiu-se também como jornalista, tendo colaborado em periódicos do Brasil e do estrangeiro.

Coronel Freitas Barreto — Francisco Félix de Freitas Barreto nasceu a 25 de outubro de 1827 e faleceu a 4 de julho de 1855. Portou-se heròicamente nos campos paraguaios, tendo sido o organizador do primeiro batalhão de voluntários de Sergipe.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — À margem direita do rio Cotinguiba, sôbre uma suave colina, distante dois quilômetros da cidade, ergue-se a Igreja de Comendaroba, obra jesuítica, que data de 1734. Também a dois quilômetros da cidade, encontra-se a gruta da Pedra Furada, em tôrno da qual se têm criado as mais variadas lendas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Laranjeiras recebem o gentílico laranjeirense.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito e empossado Prefeito o Sr. Antônio Valença Rolemberg e constituída a Câmara Municipal com cinco membros.

Dos 4 804 eleitores inscritos no município, 2 227 votaram no pleito eleitoral do dia 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 53,6% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município, Adalberto Leite.)

MACAMBIRA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O desbravamento da região do centro-oeste entre os rios Sergipe e Vasa-Barris data do século XVII, com as datas de sesmarias concedidas pelos primeiros capitães-mores de Sergipe.

Essa zona, que àquela época e posteriormente, por muito tempo ainda, era tôda conhecida como Itabaiana, logo se tornou em um dos mais prósperos centros criadores de gado da Capitania, graças aos seus excelentes campos naturais e rios de água doce, embora o clima estivesse sujeito às sêcas periódicas próprias da região sertaneja.

Ali, os exércitos do Conde Bagnuolo, como os dos invasores holandeses, no período de 1637 a 1645, iam suprir-se de carne, nos opulentos rebanhos.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade, vendo-se ao fundo a serra de Macambira

Ali, mais tarde, no período de recuperação da pecuária devastada pelos apetites da guerra, e nos séculos seguintes, foram-se estabelecendo as invernadas e os campos de pouso, para os rebanhos não apenas da própria zona. mas vindos também de outras partes, na busca de refrigério, escoltados pelos vaqueiros e tangedores que percorriam os sertões, deixando, após sua passagem, a semente de povoações cujos nomes vinham a ser os mesmos com que iam sendo batizados os lugares por onde êles passavam: Borda da Mata, Cova da Onça, Campo do Brito, Macambira...

Na primeira metade do século XIX, Campo do Brito que se tornou uma povoação florescente foi erigida em freguesia e, na outra metade do século, elevada a vila, sede de um novo município cujo território teve de ser desmembrado do de Itabaiana.

Nas linhas dêste novo município é que surgiu Macambira.

Segundo informações dos mais antigos moradores da cidade com o nome acima (Macambira), até o ano de 1890, o lugar era apenas um sítio com extensas caatingas, possuindo menos de uma dezena de casas, próximas umas das outras.

Citam o nome de um certo Ioiô Rodrigues, como tendo inaugurado uma feirinha no lugarejo. A partir dêste momento é que Macambira foi-se desenvolvendo e já em uma antiga "Corografia do Estado de Sergipe", escrita pelo Professor L. C. Silva Lisboa, possìvelmente pelo ano de 1896, e publicada em 1897, Macambira aparece como povoado, possuindo uma escola de ensino mista e incluído na publicação, errôneamente aliás, como pertencendo ao têrmo de Itabaiana.

Às desfavoráveis condições climáticas, agravadas com as derrubadas intensivas das poucas matas da zona, outro flagelo veio juntar-se nos começos do século atual, até 1938, entravando o progresso naquelas latitudes e prejudicando o desenvolvimento das povoações: ordas de bandidos sob o comando supremo do famoso "Lampião" castigavam, ainda mais, o solo adusto das caatingas, perseguindo as populações e destruindo tudo por onde passavam. A ausência de rodovias ou estradas de ferro naqueles lugares, até então, favorecia o aparecimento dêstes grupos.

Macambira foi um dos povoados mais de uma vez visitados por êstes bandoleiros que marcaram época no

Escola Rural Municipal

sertão de Sergipe e dos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, subvertendo a ordem e chegando a modelar uma característica social peculiar, na citada região.

Entretanto, a povoação subsistiu a tôdas as adversidades e após a eliminação total do banditismo da zona, quando a polícia dos quatro Estados prejudicados, numa ação conjunta, dispôs-se a agir com energia, Macambira, como outras localidades vizinhas, desenvolveu-se, melhorando consideràvelmente a sua produção e o seu movimento comercial, que passou a produzir uma feira surpreendentemente animada. Em 1950 a povoação já possuía regular efetivo demográfico, com um colégio eleitoral ativo.

A sua gente, logrando influência política no Poder Legislativo do Estado, conseguiu fôsse Macambira incluído em Projeto de Lei criando novos municípios em Sergipe e em 1953, convertido o Projeto em Lei, que tomou o número 525-A, de 23 de novembro do referido ano, surgiu a nova comuna, desmembrada do município de Campo do Brito e com os limites territoriais marcados na citada Lei.

O povoado foi pela mesma Lei elevado à categoria de cidade, sede municipal, com o nome que já tinha de Macambira, denominação que é devida, certamente, à abundância de conhecida bromeliácea, muito comum nas zonas áridas do Nordeste.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, para vigorar no período 1954-1958, determina que Macambira seja têrmo judiciário da comarca de Campo do Brito e que o município tenha um único distrito — o de Macambira. Esta mesma situação conserva o município, pela Lei n.º 832, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado).

Eleitos em 1954, o primeiro Prefeito do município, Sr. Cecilio Eugênio Alves, e os membros, em número de cinco, da Câmara de Vereadores, foram os dois podêres instalados em 31 de janeiro de 1955, com a posse dos seus representantes, passando o novo município a exercer a sua vida autônoma e independente.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Oeste, à margem esquerda do rio Vasa Barris, limitando com os municípios de Pinhão, Lagarto, Frei Paulo, Itabaiana, Simão Dias e Campo do Brito. A sede municipal fica localizada a nordeste do território do município, ao pé da serra da Macambira. Ainda não foram fixadas as coordenadas geográficas da cidade.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Estimada em 200 metros na sede municipal.

CLIMA — Macambira apresenta o clima próprio da caatinga: sêco e quente, ocorrendo poucas chuvas de inverno e trovoadas violentas entre os meses de outubro e fevereiro. Em graus centígrados, a temperatura média das máximas é 32; e das mínimas, 20; é de 25 a média compensada.

ÁREA — A área do município, segundo levantamento feito pela Inspetoria Regional de Estatística, com base no mapa do município de Campo do Brito, é de 131 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo físico do solo obedece ao sistema orográfico da Itabaiana, apresentando no leste as serras do Capitão, do Pico e Redonda. A hidrografia do município apresenta apenas os rios Vasa Barris, ao sul, limitando Macambira com Simão Dias e Lagarto; Jacoca a leste, cortando o município até a ponta da serra do Capitão e daí por diante, até a sua confluência do Vasa Barris, servindo de linha divisória com o município de Campo do Brito; e Riacho Grande que nasce nos limites com o município de Pinhão, afluindo para o Vasa Barris. Nenhum dos rios é navegável. No rio Jacoca existem as cachoeiras Jacoca, com 100 metros de altura, e Ribeira, com cêrca de 20 metros — ambas no trecho do rio que serve de limite entre Macambira e Campo do Brito.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui as suas reservas de barro ou argila, de que foram extraídas 310 to-

neladas, em 1956, e calcário (pedras). A produção de cal de pedra, do município, no referido ano, foi de 36 toneladas.

De origem vegetal, há ponderáveis reservas de lenha, chegando a 16 000 metros cúbicos a produção de 1956.

No rio Vasa Barris encontram-se peixes e camarões, embora em pequena quantidade; não chegou a ser informada a sua produção em 1956.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral, que foi levado a efeito em 1950, a área do município pertencia ao município de Campo do Brito, ficando compreendidos nos resultados censitários dêste os dados sôbre a população de Macambira. Entretanto, estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística, com base em coeficientes determinados, apresentam os seguintes resultados demográficos correspondentes a Macambira: População total 5 000 habitantes, sendo 2 386 homens e 2 610 mulheres. As estimativas da população, quanto à localização dos domicílios, apresentam: na sede municipal 421 e no quadro rural 4 579 habitantes. Quanto ao estado civil, deveria haver 1 441 casados, 1 077 solteiros, 163 viúvos e 1 desquitado. Encontrando-se na população em geral as mesmas características de variações étnicas verificadas no município de Campo do Brito, estima-se a existência, em Macambira, de 3 629 brancos, 839 pardos e 519 pretos. Em religião, predomina a católica romana que abrange um total de 4 939 adeptos (98,78% da população total). Quanto às ocupações, estima-se que 1 425 pessoas trabalham no campo (agricultura e pecuária) e 82 no comércio e indústria. As ocupações domésticas abrangem 1 560 pessoas.

Aglomerações urbanas — Como aglomeração urbana, no município, existe ùnicamente a sede municipal, com a população de 421 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem na agricultura o principal centro de trabalho de sua população e a sua maior fonte de riqueza. As principais produções, em 1956, foram de: mandioca (5 350 toneladas), milho (4 000 sacas de 60 quilogramas), algodão (5 000 arrôbas) e feijão (1 700 sacas de 60 quilogramas). O valor estimado da produção agrícola atingiu 6 milhões e meio de cruzeiros.

A pecuária é a segunda fonte de renda do município, cujos rebanhos se acham estimados em: 2 100 bovinos, 1 400 ovinos, 1 100 caprinos e 1 000 suínos.

Vista parcial da cidade

Igreja de São Francisco de Assis

O movimento industrial apresenta-se através de uma fábrica de beneficiar algodão, 15 casas de fabricar farinha de mandioca e 5 outros estabelecimentos (panificação, curtumes, caieiras e olaria).

COMÉRCIO E BANCOS — Macambira apresenta um movimento comercial relativamente apreciável, reunindo em sua sede, uma vez por semana, considerável número de feirantes que vêm trazer os seus produtos para vender e nesta ocasião compram no comércio as utilidades de que precisam.

Há 12 estabelecimentos comerciais na sede municipal, sendo, 2 dêstes, atacadistas. Não há agências de Banco, nem correspondentes bancários, sendo o movimento de cobranças de títulos feito através dos correspondentes localizados na cidade de Campo do Brito ou de Itabaiana.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Por rodovia liga-se com: Campo do Brito, que é a cidade mais próxima (12 quilômetros) e através desta com: Itabaiana (21 quilômetros), Frei Paulo (47 quilômetros), Pinhão (66 quilômetros) e Aracaju (87 quilômetros). Com Lagarto e Simão Dias, a via mais curta é a estrada carroçável, sendo as distâncias, para o primeiro, 42 quilômetros e para o segundo, 40 quilômetros.

Há na cidade de Macambira uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal até bem pouco tempo (1953) era um simples povoado e só em 1955 começou efetivamente a viver com foros de cidade. Há ali 8 logradouros, com cêrca de 218 moradias. Não há

Vista lateral da Praça da Igreja, vendo-se ao fundo a serra do Pico

pavimentação nas ruas. A cidade ainda não tem iluminação pública. Há uma pensão cobrando diária de Cr$ 100,00.

ALFABETIZAÇÃO — De um total estimado de 4 081 pessoas com idade de 5 anos e mais, calcula-se que 603 sabiam ler e escrever.

Ensino — No ano de 1956, achavam-se funcionando no município 7 unidades escolares do ensino primário geral. O número de matrículas no referido ano era de 313, sendo de 23 o total de aproveitamentos no fim do ano.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo acha-se demonstrada a arrecadação das entidades públicas no município, durante os anos de 1955 e 1956, bem como a despesa da Prefeitura no mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	167	602	90	174
1566.......	—	313	782	94	311

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas e manifestações populares do município gravitam sempre em tôrno dos atos religiosos. A festa mais importante é a do padroeiro, São Francisco, que se realiza na sede municipal, no dia 4 de outubro. Pela manhã, há missa solene e à tarde, a procissão percorrendo a cidade, com a charola do santo Padroeiro. Após os atos religiosos, à noite, nalgumas casas particulares fazem-se bailes familiares. Acodem a esta festa vários habitantes dos municípios vizinhos, verificando-se grande movimento na cidade.

Celebram-se ainda a "Festa de Reis", no dia 6 de fevereiro, e a Festa de Natal, em cujas vésperas se faz feira-livre com diversões.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Macambira são conhecidos como macambirenses.

Dos 1 360 eleitores inscritos, 691 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 49,1% do eleitorado.

(Elaboração — João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à IR de Sergipe; Amaro Walter Garcia Dantas (em exercício), Agente de Estatística do Município).

MALHADA DOS BOIS — SE

Mapa Municipal na pág. 306 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Malhada dos Bois pertenceu, inicialmente, às terras doadas por Cristóvão de Barros, em sesmaria, ao seu filho Antônio Cardoso de Barros, as quais se estendiam das margens do São Francisco às do Cotinguiba. Foram elas, posteriormente, incluídas entre aquelas que a viúva de Antônio de Barros deu, como doação, ao seu genro, Pedro Abreu Lima, e que depois vieram a constituir o grande município de Propriá, hoje tão reduzido no seu território, com o desmembramento de muitos outros.

No local onde hoje se encontra edificada a sede municipal que, há bem pouco tempo, não passava de um povoado, foram construídas as primeiras casas na primeira metade do século passado pelos Srs. Manoel Quirino e Manoel Teodório, que ali passaram a residir, empregando as suas atividades na lavra das terras, plantando algodão e cereais.

Pela Resolução provincial número 930, de 11 de abril de 1872, com a criação da freguesia de Aquidabã, o seu território foi desmembrado da de Santo Antônio do Propriá, passando a compor o da nova freguesia.

Permanecia, porém, pertencendo, como a freguesia de Aquidabã, ao município de Propriá, até que, por fôrça da Lei provincial número 1 215, de 1882, foi criado o município de Aquidabã, que teve, finalmente, o seu território desmembrado, em caráter definitivo, do município de Propriá. Malhada dos Bois foi, conseqüentemente, incorporado ao município de Aquidabã.

Em 1897, o povoado, pertencendo ao município de Aquidabã, já tinha característica urbana com um arruado, e em suas terras continuava a lavra de algodão e cereais, possuindo, também, uma pequena capela com invocação a Santo Antônio, construída pelo Sr. Emílio Dias Guimarães, que, antes, já havia montado na povoação pequena usina de beneficiamento de algodão, hoje inexistente.

Prefeitura Municipal

Continuou como povoado do município de Aquidabã, até 1926, quando, com a criação do município de Muribeca, por fôrça de disposições da Lei estadual número 942, de 8 de outubro daquele ano, o povoado passou a pertencer a êsse município.

Encravado em local situado entre a cidade de Muribeca e o grande centro urbano que é a cidade de Propriá, todo surto de progresso era absorvido por estas duas cidades, sobretudo por Propriá que controlava todo o comércio do baixo São Francisco.

A grande maioria dos proprietários das terras do município residindo em outras cidades, principalmente em Propriá onde encontram maiores facilidades para seus negócios, muito contribuíram no sentido de que o povoado fôsse logo elevado à categoria de distrito de paz.

Assim permaneceu até que os podêres constituídos do Estado, influenciados por fatôres de natureza político-econômica, se convenceram da necessidade da criação de mais dezenove municípios.

O Estado, porém, possuía instaladas dezenove vilas, como sedes distritais em condições de serem elevadas à categoria de município e, assim, ficou resolvido que alguns dos mais progressistas povoados seriam também elevados à categoria de município, estando incluído entre êsses o de Malhada dos Bois.

Em data muito recente, pois, foi criado o município de Malhada dos Bois, com sede no povoado do mesmo nome, pela Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953.

A instalação do novo município sòmente se deu, porém, por fôrça de disposições da Lei que o criou, a 31 de janeiro de 1955, quando, também, foi instalada a primeira legislatura, tendo sido empossado o seu primeiro Prefeito, o Sr. Romeu de Aguiar Figueiredo.

Passou então a antiga povoação de Malhada dos Bois à categoria de cidade, sede do município do mesmo nome, que, por sua vez, e por fôrça da Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, passou a pertencer como têrmo judiciário à comarca de Capela, permanecendo nesta mesma situação no quadro judiciário aprovado para o período de 1957 a 1962, pela Lei número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado).

É, pois, a seguinte, a situação do município nos atuais quadros da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado: município e distrito único de Malhada dos Bois, têrmo judiciário da comarca de Capela.

Escola Rural Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Malhada dos Bois, de acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, fica localizado na Zona Central.

Conforme disposição da Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, que delimitou os territórios dos municípios sergipanos, para o qüinqüênio 1954-1958, Malhada dos Bois limita com as seguintes comunas de Sergipe: Aquidabã, Cedro de São João, Capela e Muribeca.

A sede municipal fica localizada na parte leste do território municipal, bem próximo às divisas com o município de Cedro de São João e é cortada pela Rodovia Aracaju—Propriá—Neópolis.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 50 metros, aproximadamente.

CLIMA — O clima do município é ameno e salubre, observando-se, em 1956, os seguintes resultados climáticos expressos em graus centígrados: média das máximas registradas — 28; média das mínimas — 16; média ponderada — 22. Chove, geralmente, em território do município, no período que compreende os meses de maio a agôsto de cada ano.

ÁREA — A área territorial do município é de, aproximadamente, 49 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculos elaborados pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando por base mapa oficial do município de Muribeca, de cujo território foi desmembrado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município, de área territorial muito exígua, estando incluído entre os de menores territórios do Estado de Sergipe, é, por isso mesmo,

Igreja de Santo Antônio

muito pobre de acidentes geográficos. Entretanto, se poderá citar o rio Jacaré que, em território de Malhada dos Bois, é um curso de água periódico e recebe os riachos do Pedro, Tanque e Saco do Couro, todos igualmente de curso periódico.

POPULAÇÃO — Atualmente não se dispõe de dados absolutos com referência à população do município de Malhada dos Bois, tendo em vista que o mesmo foi criado e instalado posteriormente à operação censitária de 1950, tendo, por isso, os seus habitantes incluídos, nos dados referentes à população rural do município de Muribeca, ao qual pertencia como simples povoado, naquela época.

Estimativas levantadas tomando por base os resultados de 1950, concernentes à zona rural de Muribeca, oferecem alguns aspectos demográficos do município, dando para o mesmo uma população de cêrca de 1 800 habitantes, com pequena predominância dos do sexo feminino. Quanto à côr, porém, observa-se que preponderavam os pardos com acima de 1 200, vindo depois os brancos com aproximadamente 500 e, por fim, os pretos que não chegavam a atingir 100 habitantes dessa côr. No que tange à situação conjugal das pessoas recenseadas com 15 anos e mais, as estimativas da Inspetoria Regional dividiam a população de Malhada dos Bois, em 1.º de julho de 1950, apresentando cêrca de 500 pessoas casadas, 400 solteiras e menos de 100 viúvas. Ainda segundo as mesmas estimativas, preponderavam entre as pessoas que habitavam no território de Malhada dos Bois em 1.º de julho de 1950, quanto à religião, os que professavam o Catolicismo Romano, cujo credo contava mais de 1 700 fiéis, quase o total da população, aparecendo os demais com um número insignificante de adeptos.

Os habitantes de Malhada dos Bois, segundo se depreende, ainda, das estimativas reportadas linhas acima, se ocupavam, principalmente, na agricultura e na pecuária, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, quando cêrca de 600 pessoas se dedicavam a êsse ramo de atividade. Os afazeres domésticos ocupavam aproximadamente 500 habitantes do município, que na sua maioria eram do sexo feminino. Na indústria, no comércio e em outras ocupações, não laboravam 100 pessoas e, em situação inativa, encontravam-se aproximadamente 200 habitantes.

Por fim, conclui-se do exame dos referidos dados relativos, fornecidos pela Inspetoria de Estatística, que, segundo a situação dos domicílios, grande parte da população do município residia na zona rural, onde foram recenseadas nada menos de 1 500 pessoas.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é uma das cidades de Sergipe de menor população, muito embora esta afirmativa não se encontre amparada por dados absolutos, fornecidos pela apuração censitária de 1950. Entretanto estimativas feitas pela Inspetoria Regional de Estatística, baseadas em dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, dão para a cidade de Malhada dos Bois uma população de cêrca de 300 habitantes, em 1.º de julho de 1950. Ainda no município, há os povoados de Baixão, Taboca e Visgueiro, não atingindo, cada um dêles, 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Se bem que o município não se destaque no Estado como grande produtor de determinada cultura, a sua produção agrícola, entretanto, apresenta resultados numéricos bem interessantes, conforme se poderá depreender dos dados constantes do quadro abaixo, onde aparecem os seus principais produtos agrícolas com quantidade produzida e valor da produção.

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	65	518
Feijão	46	648
Fumo em fôlha	2,5	48
Milho	233	777

A população pecuária de Malhada dos Bois apresenta um aspecto que merece especial registro, e seu rebanho de suínos, com 1 450 cabeças, é um dos mais densos do Estado, levada em consideração a exigüidade territorial do município.

O rebanho de bovinos aparece com um efetivo de 1 400 cabeças, inferior, pois, numèricamente, ao de suínos, fenômeno que não se verifica em nenhum outro município de Sergipe.

As atividades industriais de Malhada dos Bois não oferecem aspectos dignos de registro especial. Com apenas 10 estabelecimentos industriais funcionando em seu território em 1956, na sua maioria pequenas fábricas que não ocupam mais de cinco pessoas, apenas 20 pessoas estiveram ocupadas em atividades dessa natureza. Para a economia de Malhada dos Bois pouco ou quase nada representa a indústria do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta o município, em todo o seu território, apenas 4 estabelecimentos comerciais va-

rejistas, todos funcionando na sede municipal, com um giro insignificante.

No município não funcionam agências de Banco ou Casa Bancária, nem existem correspondentes de estabelecimento de crédito.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido especialmente de transporte rodoviário, e tem o seu território cortado pela Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou a antiga Viação Férrea Leste Brasileiro. Há, porém, um ponto de parada ferroviário a pequena distância da sede municipal, no povoado "Baixão".

A sede municipal se comunica com as cidades vizinhas da seguinte maneira: Aquidabã, rodovia (35 quilômetros); Cedro de São João, rodovia (15 quilômetros); Capela, rodovia, passando pelas cidades de Muribeca e Japaratuba (53 quilômetros); Japoatã, rodovia (18 quilômetros) e Muribeca, rodovia (10 quilômetros).

A capital do Estado está ligada à cidade de Malhada dos Bois por 102 quilômetros de rodovia.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Malhada dos Bois é um pequeno núcleo demográfico que não apresenta bom aspecto urbanístico com apenas dois logradouros públicos, que compreendem uma pequena praça ou largo e uma rua estreita, parcialmente pavimentada a paralelepípedos.

A iluminação pública e domiciliar da cidade é elétrica, fornecida por um pequeno grupo gerador movido a óleo dísel, mantido pela Prefeitura Municipal, com 38 ligações domiciliares.

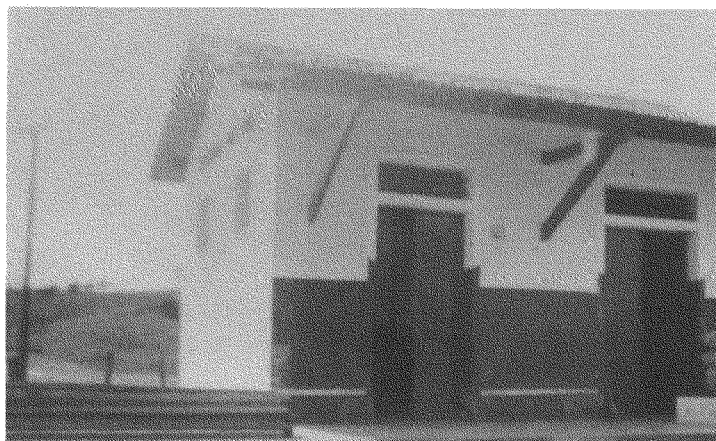
ALFABETIZAÇÃO — Estimativas demográficas da Inspetoria Regional de Estatística dão para o município um índice de alfabetização que não atinge 12% da população em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, recenseada no território de Malhada dos Bois em 1.º de julho de 1950.

Ensino — No município encontravam-se em funcionamento, em 1956, 4 unidades escolares que ministravam o ensino primário elementar, com uma matrícula de 168 alunos e um aproveitamento escolar de 24 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados referentes a finanças serão apresentados no quadro abaixo, concernente apenas a receita e despesa do município nos anos de 1955 e 1956, a partir, òbviamente, do exercício financeiro em que foi instalado o município.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	41	543	21	522
1956.......	—	147	702	43	382

Dados referentes à arrecadação federal não foram conseguidos em decorrência de não funcionar no município repartição arrecadadora da União.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O dia 13 de junho, consagrado a Santo Antônio, padroeiro do município, é comemorado pelos habitantes de Malhada dos Bois.

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

As festividades têm início no dia 1.º de julho de cada ano, com animada trezena e se encerram no dia 13 do mesmo mês, com celebração de missa festiva pela manhã e procissão conduzindo imagem do santo padroeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Malhada dos Bois são conhecidos pelo gentílico malhadenses.

No pleito eleitoral levado a efeito em 3 de outubro de 1955, do total de eleitores inscritos que atingia 833, sòmente 376 comperaceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 54,8% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Jurandyr Brito (em exercício), Agente de Estatística do Município.)

MALHADOR — SE

Mapa Municipal na pág. 339 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração da região em que se acha o território que hoje constitui o município de Malhador processou-se em data posterior a 1602 e, muito provàvelmente, por pessoas ètnicamente ligadas aos colonizadores de Itabaiana, cujos aspectos raciais e costumes muito semelhantes ainda conservam, os atuais habitantes de Malhador.

O significado etimológico do topônimo do município, dá margem a se atribuir, que a primeira povoação, teve origem, como tantos outros municípios de Sergipe, em um curral (fazenda) de gado.

Entretanto, nenhum subsídio histórico, que date das épocas de conquista e da colonização da Capitania de Sergipe, fornece elementos capazes de confirmar qualquer referência à fundação do primeiro núcleo demográfico do município. Assim, a alusão histórica repetida pelos seus mais antigos moradores, que afirmam estarem transmitindo o que ouviram dos seus antepassados, só pode ser aceita com certas restrições pelos historiadores, tendo em vista, como já ficou dito linhas acima, o desconhecimento, até agora, de documentos públicos que a confirmem.

Porém, a partir de 1897, surge a primeira menção ao povoado de Malhador, feita por L. C. Silva, na sua "Corografia de Sergipe", que acrescentava ser o mesmo pouco importante. Nessa época, a povoação fazia parte do município de Riachuelo, que havia sido criado e tinha o seu

Prefeitura Municipal

território desmembrado do de Laranjeiras por fôrça da Resolução provincial número 964, de 31 de março de 1874. Antes, porém, Malhador já pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachuelo, criada desde 1872.

Porém, a despeito da referência de Silva Lisboa, a respeito da pouca importância do povoado em 1897, é conhecido o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região que tinha por principal centro de convergência a antiga povoação, já no fim do século passado e início do corrente.

Em 1920, Malhador ainda continuava como povoado pertencente ao município de Riachuelo e era tido por Clodomir Silva, no "Álbum de Sergipe" editado naquele ano, como o mais importante do município.

Na divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado de Sergipe, que vigorava em 1936, Malhador aparece como o segundo distrito do têrmo de Riachuelo, pertencente à comarca de Laranjeiras e o povoado era elevado à categoria de vila, sede do mencionado distrito.

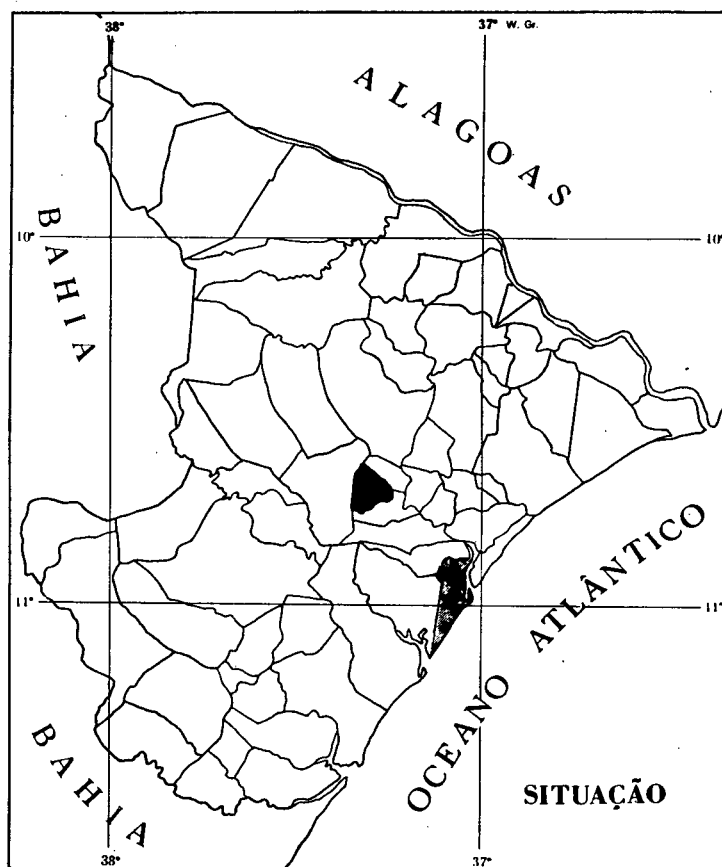
Tal situação não se modificou e, como distrito de Riachuelo, o atual município de Malhador veio aparecendo em todos os quadros da divisão territorial de Sergipe até 1953, quando os podêres do Estado viram, por fatôres de ordem política e econômica, a necessidade de uma divisão do território de Sergipe, com a criação de 19 novos municípios, os quais deveriam nascer, preferencialmente, dos antigos distritos judiciários.

Entre êsses, estava incluído Malhador que, por fôrça de disposições da Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, foi elevado à categoria de município; passou assim a antiga vila à categoria de cidade, sede do novo município.

Pela mesma Lei estadual número 525-A, foi, também criada a comarca de Riachuelo, à qual veio o município de Malhador a pertencer, como um dos seus têrmos judiciários. Perdura essa situação, no quadro vigente, aprovado pela Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), que aprovou a divisão judiciária do Estado de Sergipe, para o período de 1957 a 1962.

Está em vigor, com referência à divisão administrativa de Sergipe, o quadro aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, que o fixou para o qüinqüênio 1954-1958. Neste quadro, Malhador já aparecia como cidade, sede do município do mesmo nome.

O município foi, porém, instalado em 31 de janeiro de 1955, quando foi constituída, também, a sua primeira legislatura, com a posse do primeiro Prefeito, Sr. João Ribeiro Cardoso, e a constituição da Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Malhador fica situado na Zona Centro, limitando com os municípios de Riachuelo, Itabaiana e Santa Rosa de Lima. A sede municipal, cujas coordenadas geográficas ainda não foram levantadas, fica localizada na parte sul do território do município, a pequena distância da margem esquerda do rio Jacarecica.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Malhador está edificada em um pequeno planalto a cêrca de 100 metros de altitude.

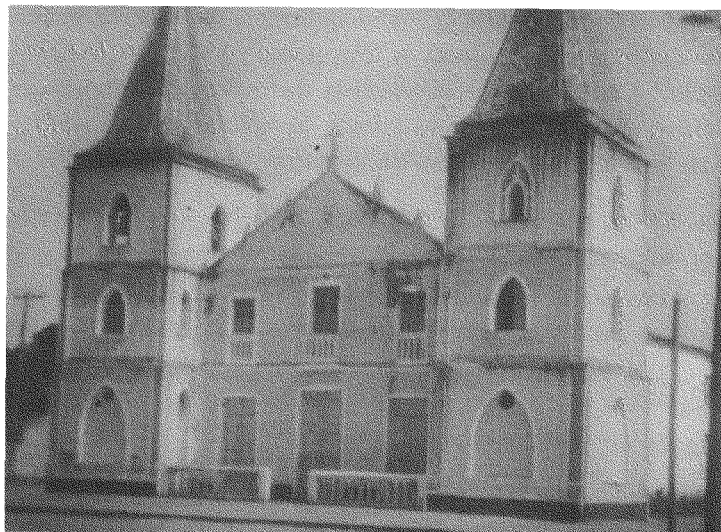
CLIMA — O clima do município é bastante salubre e muito agradável, sobretudo em região situada a leste da sede municipal que está sendo loteada para a construção

de uma estação-recreio, em decorrência, sobretudo, da salubridade do clima e de outras características peculiares à região. No município não funciona nenhum pôsto de observação meteorológica e, por isto, não foram conseguidos dados climáticos referentes ao mesmo; entretanto, sabe-se que no período de maio a agôsto de cada ano as chuvas são mais freqüentes.

ÁREA — A área territorial do município de Malhador é de cêrca de 79 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculo levado a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando-se por base o mapa oficial do município de Riachuelo.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são, rios: Jacarecica, que nasce na serra do Machado, no município de Itabaiana, serve de divisa entre Malhador e Riachuelo; não é navegável, possuindo, porém, um vale muito ameno de terras bastante férteis. É tributário, pela margem esquerda, do rio Sergipe, desaguando nas proximidades da Usina Central, já em território de Riachuelo, tendo em território de Malhador como único tributário o Dangra que, por sua vez, também em território do município recebe o Vermelho, ambos de pequena importância econômica, porém de relativa importância geográfica, pois servem de divisa entre Malhador e Santa Rosa de Lima; serras: do Capunga, situada nos limites norte do município com 430 metros de altitude, e outras de menor importância, como a do Cancão e a do Quizongo, tôdas nas divisas com o município de Itabaiana.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais de Malhador destaca-se, de origem mineral, o ocre (terras coloridas) e de origem vegetal, apesar das derrubadas constantes das suas matas, ainda se encontram árvores que fornecem madeira para a construção civil, como pau-d'arco, catuaba, angico, claraíba, putumuju e sucupira, e para lenha, como araçá, candeia, camboatá e muitas outras. Também são encontradas nas matas do município algumas plantas e raízes que têm aplicação medicinal, como malva branca, capeba, velame, jurubeba, pega-pinto e purga do campo.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, a população do atual município em 1.º de julho de 1950, quando mesmo ainda se constituía em um distrito do município de Riachuelo, porém já tendo delimitado o seu atual território, era de 4 161 habitantes, dos quais 1 986 eram homens e 2 175, mulheres. Dêsse total, 2 884, segundo a situação dos domicílios, habitavam na zona rural do município. Outros elementos demográficos concernentes à população de Malhador foram conseguidos através de estimativas levadas a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, que tomou por base, para os cálculos, os resultados censitários de 1950, relativos ao município de Riachuelo.

Igreja de São José

Assim, pelas citadas estimativas, segundo a côr, preponderavam os pardos com mais de 2 300 pessoas, vindo depois os brancos com cêrca de 1 000, e por fim os pretos que não atingiam 800 habitantes dessa côr. Segundo o estado conjugal, dos habitantes de 15 anos e mais, quase se equiparavam os números de solteiros e casados, que iam a pouco mais de 1 000 habitantes, enquanto menos de 200 eram viúvos.

Os católicos apostólicos romanos, segundo a religião, compreendiam quase a totalidade dos habitantes de Malhador, com mais de 4 000 fiéis, aparecendo os demais credos religiosos com um número insignificante de adeptos. Excluído o ramo de atividades a que se ligavam os afazeres domésticos, onde preponderava a maior parte da população feminina do município, a maioria dos habitantes de Malhador se empregavam em afazeres ligados à agricultura e à pecuária em que estavam ocupados perto de 1 000 dos seus habitantes. Na indústria pouco mais de 300 pessoas desenvolviam atividades, enquanto que no comércio, o número dos que aí laboravam, não atingia 100. E em outras ocupações, inclusive administração pública, prestação de serviços e transporte e comunicações, trabalhavam cêrca de 200 habitantes. Em inatividade se encontravam, aproximadamente, 300 pessoas.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é a única aglomeração urbana do município digna de registro especial, que contava, em 1.º de julho de 1950, segundo dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, uma população de 1 277 habitantes. Há, ainda, no município, os povoados de Siebra, Jacu de Baixo, Jacu de Cima, Alecrim, todos com população inferior a 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta, principalmente, na agricultura, muito embora se encontrem em funcionamento no seu território 80 estabelecimentos industriais, quase todos pequenas fábricas de farinha, ocupando apenas 171 dos habitantes de Malhador e não chegando cada um dêles a ocupar 5 pessoas em suas atividades.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas do município, discriminando a quantidade e o valor da produção em 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	39	468
Cana-de-açúcar	6 000	1 440
Côco-da-baía	10	30
Feijão	27	27
Mandioca	2 660	1 064
Milho	233	306

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos, com 2 000 cabeças em 1956, aparecendo os demais com um efetivo muito reduzido.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é de pequena importância, possuindo apenas 20 estabelecimentos varejistas, quase todos, pequenos armazéns de secos e molhados, com um giro comercial muito modesto. No município não se encontram em funcionamento agências de Banco ou Casa Bancária, nem há correspondente credenciado, sendo que tôdas as operações de crédito dos habitantes de Malhador são feitas em estabelecimentos dessa natureza localizados na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Malhador é servido sòmente de transporte rodoviàrio, sendo a sede municipal ponto terminal da rodovia Riachuelo—Malhador, construída há menos de 10 anos. A sede municipal está ligada às cidades vizinhas, da seguinte maneira: Itabaiana, rodovia, passando por Riachuelo (54 quilômetros); Riachuelo, rodovia (19 quilômetros) e Santa Rosa de Lima, rodovia, passando pela cidade de Divina Pastôra (8 quilômetros).

A cidade de Malhador está ligada à Capital do Estado por 57 quilômetros de rodovia.

Em dias alternados, um ônibus, que oferece relativo confôrto, faz a linha Malhador—Aracaju. Há, ainda, um caminhão que diàriamente, faz essa mesma linha, transportando passageiros e cargas.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é pequena cidade edificada sem nenhum plano urbanístico, contando com 10 logradouros públicos, nenhum dêles possuindo calçamento ou pavimentação de qualquer natureza. A iluminação pública e domiciliar da sede municipal é elétrica, consumindo energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fornecida através da Prefeitura Municipal de Riachuelo que é a concessionária e revende energia para Malhador.

Na Prefeitura estão registrados 3 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos habitantes de Malhador, através de um Pôsto Médico, mantido pela Prefeitura Municipal, o qual é dotado também de um pequeno depósito de drogas.

Pôsto Médico

Vista de uma feira, ao fundo o Mercado Municipal

ALFABETIZAÇÃO — Sòmente através de estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, baseadas em dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, é que se pode ter uma idéia do índice de alfabetização do município de Malhador. De acôrdo com as citadas estimativas, do total da população recenseada em 1.º de julho de 1950, em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, 27,86% sabiam ler e escrever.

Ensino — O município dispõe de 11 unidades escolares que ministram o ensino primário elementar em todo o seu território, com matrícula de 553 alunos em 1956 e aproveitamento escolar de 79 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro do município concernente aos anos de 1955 e 1956, discriminando as arrecadações estadual e municipal e a despesa realizada pelo município nos referidos anos.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	144	596	78	470
1956.......	—	345	943	99	2 165

Dados referentes à arrecadação federal não foram obtidos tendo em vista que em Malhador não funciona nenhum órgão arrecadador da União.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A única festa que se realiza no município é de caráter religioso e ocorre em um dos domingos da primeira quinzena do mês de março de cada ano, consagrada a São José, padroeiro do município. Constitui-se a festividade de celebração de missa solene e procissão, conduzindo a imagem do santo padroeiro pelas principais ruas da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Malhador são denominados malhadorenses.

Malhador, etimològicamente, quer dizer: "Lugar plano onde o gado se deita para ruminar e descansar".

Dos 914 eleitores inscritos, 548 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 40% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do Município (em exercício), José Cardoso de Almeida).

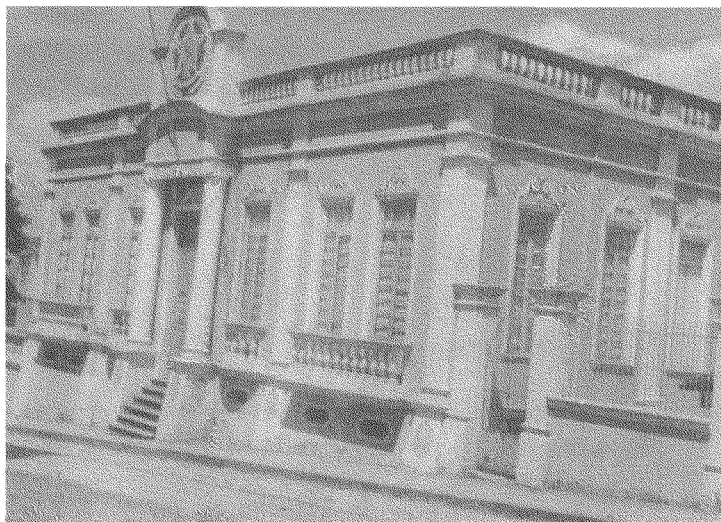
MARUIM -- SE

Mapa Municipal na pág. 341 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — A povoação primeira de Maruim teve origem no lugar denominado Mombaça, ponto de embarque à margem esquerda do rio Sergipe, defronte do Pôrto das Rêdes, local que oferecia vantajosas condições para o comércio e para a lavoura.

As endemias começaram a atacar, forçando os habitantes a abandonarem tal sítio e procurarem outra paragem, mais acima, às margens do Ganhamoroba onde, atualmente, está situada a cidade. Êsse local estava encravado nos limites do engenho Maruim de Baixo, propriedade do Senhor Manoel Rodrigues de Figueiredo, o qual consentiu que algumas pessoas ali edificassem casas.

José Pinto de Carvalho, português de nascimento, por concessão do proprietário do engenho Maruim de Baixo, havia constituído à margem esquerda do citado rio Ganhamoroba um prédio amplo que servia de depósito ao açúcar produzido pelos engenhos da redondeza que dali seria embarcado, por via fluvial.

Passado algum tempo, quando o trapiche se encontrava em funcionamento e Pinto de Carvalho já melhorava de sorte, deu-se o rompimento entre o concessionário do trapiche e o proprietário das terras.

Prefeitura Municipal

Já inimigo de Manoel Rodrigues Figueiredo, no ano de 1828, José Pinto de Carvalho induzia o Juiz Ordinário e Presidente da Câmara de Santo Amaro das Brotas, o capitão Gonçalo de Faro Leitão de Menezes, a mudar a sede da vila para a povoação de Maruim, já bastante florescente, em meio a engenhos de açúcar, fazendas de gado e canaviais.

A 11 de outubro de 1828, pois, a Câmara da vila de Santo Amaro das Brotas transferiu a sede do município para Maruim, ficando a povoação elevada à categoria de vila. Mas, porque houvesse êsse ato sido levado a efeito sem o consentimento das autoridades, e mesmo contra a Lei, o govêrno da Província intimou, por diversas vêzes, a Câmara, a desfazer o ato, e, como não fôsse atendido, convocou o Conselho para dar ciência do caso e deliberar a respeito, comissionando o comandante-das-armas, Bento de Melo Pereira, para entender-se com os responsáveis pelo

Rua Barão do Rio Branco

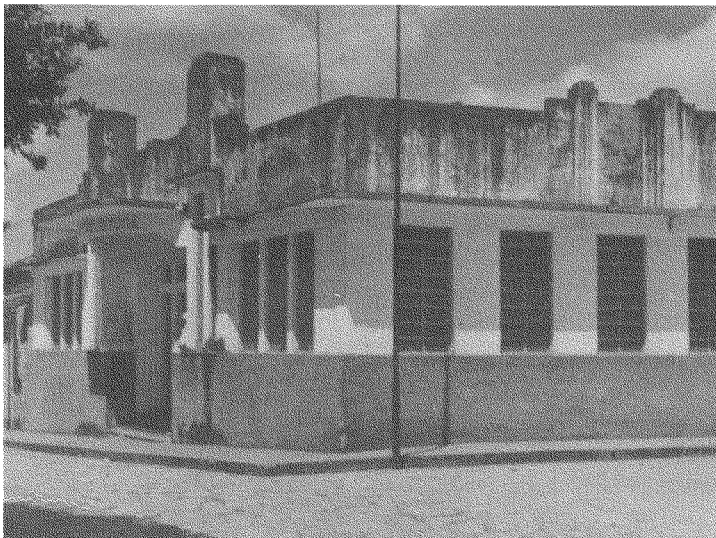
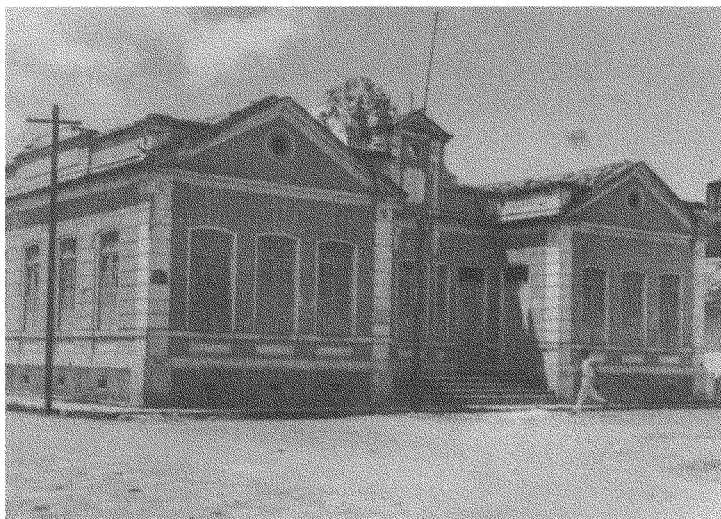
fato, ouvindo as razões por que procederam daquela maneira.

À presença do govêrno foi levado o Secretário da Câmara, Antônio José da Silva Travassos, cujo depoimento foi considerado falso, tendo em vista o que informara sôbre o caso, o mesmo comandante Bento de Melo Pereira. Travassos foi processado, mas, depois, absolvido, por não ter sido encontrada base nenhuma para sua condenação.

Então os dirigentes da Província, para amesquinharem Travassos, mudaram a sede da vila de Maruim para Rosário do Catete, o que se deu no dia 11 de outubro de 1828.

A 3 de fevereiro de 1831, porém, o Conselho fazia retornar a sede para Maruim, intimando-se a transferência pronta dos funcionários e arquivos.

O povo de Santo Amaro das Brotas a esta altura dos acontecimentos já exigia a volta da sede, para a sua localidade e, não se conformando com a situação, representou ao Presidente da Província, José Joaquim Geminiano de Morais Navarro, obtendo, dêste modo, a volta para aquela antiga vila, dos funcionários, cofres, cartórios e papéis, em caráter provisório, até que o caso fôsse resolvido definitivamente, pelo Imperador.

Aos protestos dos santamarenses, se juntavam também, os de Manoel Rodrigues Pereira, que não se conformava com a ocupação de suas terras com a nova vila.

Gabinete de Leitura

Instituto Cruz, onde funciona o Ginásio Municipal

Mas, a 19 de fevereiro de 1835, uma Lei imperial extinguia a vila de Santo Amaro das Brotas e criava a de Maruim, com a denominação de Santo Amaro de Maruim, novamente voltando para esta, todos os arquivos, funcionários e cartórios.

Em vista disso a população santamarense revoltou-se e, não tendo sido atendida pelo então Governador, Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, invadiu a vila de Maruim, rebentando cartórios e cofres e forçando os serventuários da justiça a regressarem para Santo Amaro das Brotas.

Para solucionar o problema, o Governador Silva Lisboa convocou a Assembléia, a qual aprovou a Lei de 11 de agôsto de 1835, restituindo a Santo Amaro das Brotas a sua categoria de vila e tornando-a sede de município independente.

Pela Lei provincial n.º 374, de 5 de maio de 1854, foi Maruim elevada à categoria de cidade, dados os méritos que tinha, como importante centro de indústria açucareira, principal fonte da receita da Província.

A 9 de maio de 1854, pela Lei provincial n.º 379, foi ainda à comarca de Maruim, com sede no município do mesmo nome.

No início dêste século, depois do da Capital, era o município de maior arrecadação, dispondo de animadíssimo comércio, 17 engenhos de açúcar, dos quais 16 movidos a vapor.

Cine-Teatro Cacique

O seu atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954 é: município, comarca e têrmo de Maruim, distrito único.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município está situado na Zona Centro, limitando com os de Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas e Rosário do Catete.

A sede municipal fica às margens do rio Ganhamoroba, distando 20 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 10° 44' 22" e longitude W. Gr. 37° 05' 06".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Maruim se encontra a 30 metros de altitude.

CLIMA — O clima é saudável e ameno, registrando-se no ano de 1956, a temperatura máxima de 35° e a mínima 18° centígrados.

ÁREA — A área do município é de 91 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais acidentes geográficos do município: Rios: Sergipe, que tem suas cabeceiras nas fraldas da Serra Negra, nos limites entre Sergipe e Bahia, de onde corre na direção noroeste para sudeste atravessando todo o Estado de Sergipe, indo desaguar no Oceano Atlântico, na costa do município de Aracaju, bem próximo a esta cidade. Ganhamoroba, que nasce no engenho Mato Grosso de Cima, no município de Divina Pastôra, banha a cidade de Maruim depois de um curso de 12 quilômetros. Alargando-se sempre daí para a frente, desemboca no rio Sergipe, 6 a 8 quilômetros depois de Maruim. Nas margens dêsse rio são encontradas terras

que se prestam, òtimamente, para a plantação e cultivo da cana-de-açúcar. Siriri, tem origem na serra de Itabaiana, é perene e de boa água potável.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município, principalmente de origem mineral, é a pedra calcária, que está sendo extraída em grande quantidade, cêrca de 4 000 toneladas em 1956, e transportada para a cidade de Aracaju onde é beneficiada produzindo gêsso de boa qualidade, que é exportado para todos os Estados da Federação. Razoável também é a produção de cal de pedra, que, no ano de 1956 alcançou 10 000 sacas de 60 quilogramas.

De origem animal, sòmente os peixes que são pescados nos seus rios merecem registro. Mariscos como aratus, siris, camarões e caranguejos também constituem em menor escala, porém, riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — A população do município de Maruim, de acôrdo com os dados demográficos do Recenseamento de 1950, atingia 8 013 habitantes em 1.º-7-1950, apresentando uma densidade demográfica de 88,055 habitantes por quilômetro quadrado da área territorial do município.

Igreja-Matriz do Senhor Bom Jesus dos Passos

Do total dos habitantes recenseados, 3 812 eram do sexo masculino e 4 201, do sexo feminino, havendo, conseqüentemente, uma ligeira predominância do número de mulheres sôbre o de homens. Segundo a côr, os pardos predominavam com 4 523 habitantes, dos quais 2 330 eram homens e 2 193, mulheres; os brancos vieram depois com 2 314 pessoas, com 1 055 homens e 1 259 mulheres; por fim, vieram os pretos com 1 176 habitantes, assim distribuídos quanto ao sexo: 568 homens e 608 mulheres.

Das pessoas recenseadas, com 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, 1 988 eram solteiras; 2 099, casadas: 5, desquitadas; e 410, viúvas.

Segundo a religião, Maruim não fugiu à regra geral dos municípios sergipanos, preponderando, entre os recenseados, os que professavam a religião católica romana com 7 806 fiéis. Os protestantes contavam 138 adeptos e os espíritas, 7. Professando outras religiões, foram recenseadas em todo o município 23 pessoas, e sem religião, 36. Sòmente três pessoas deixaram de declarar a religião a que pertenciam.

Pôsto de Puericultura

Com referência à ocupação das pessoas recenseadas com 10 anos e mais, excluindo-se as que se dedicavam a atividades domésticas, o maior número de habitantes do município exercia suas profissões em misteres ligados à agricultura e à pecuária, onde laboravam 845 pessoas. Na indústria trabalhavam 545 e no comércio 212. Ligadas a afazeres concernentes a transporte, comunicações e armazenagem, estavam 136 pessoas.

As estimativas do Departamento Estadual de Estatística, para 1956, feitas com base nos dados censitários de 1950, dão para o município de Maruim cêrca de 9 000 habitantes, colocando-os de acôrdo com a situação dos domicílios, aproximadamente 6 000 na sede municipal e 3 000 na zona rural.

Aglomerações urbanas — Sòmente a sede municipal pode ser considerada aglomerado urbano no município, com 5 009 habitantes residindo na cidade, sendo 2 092 na zona urbana, 2 917 na zona suburbana. Segundo previsões do Departamento Estadual de Estatística, os quadros urbano e suburbano de Maruim contavam em 1.º-VII-1956 com uma população de 5 565 habitantes.

Encontram-se ainda no município alguns povoados como Caititu, Mata, Guiomardia, Gentio e Oiteiros, pequenos aglomerados, cuja população varia entre 300 e 200 habitantes.

Igreja Nossa Senhora da Boa Hora

Vista do bairro Lachez

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Maruim ainda se fundamenta na indústria açucareira, sendo o município um dos mais importantes centros produtores do Estado, a despeito do período de decadência que vem atravessando sua indústria em Sergipe e de possuir o município, apenas, duas usinas aparelhadas com maquinaria antiga. O valor da produção de açúcar no ano de 1956 atingiu a soma de 22 406 000 cruzeiros. A cana-de-açúcar consumida como matéria-prima por essas usinas na sua maior parte é cultivada em terras pertencentes às firmas proprietárias do estabelecimento, porém não é insignificante a quantidade de toneladas do produto, proveniente de grandes e pequenos fornecedores, que recebem em retribuição uma quantidade de açúcar que varia entre 50 a 55 quilogramas por tonelada de cana.

Grande número de antigos engenhos de açúcar do município hoje estão transformados em propriedades agropecuárias, que plantam a cana-de-açúcar em suas melhores terras e criam, em pequena escala, gado bovino e cavalar.

Na sede municipal funciona uma pequena fábrica de fiação e tecelagem que em 1956 produziu tecidos grossos no valor de 7 994 000 cruzeiros. Essa fábrica acaba de ser eletrificada com energia oriunda de Paulo Afonso, entrando conseqüentemente em nova fase de progresso.

Encontram-se no município 23 estabelecimentos industriais, dos quais 4 de relativa importância, inclusive a conceituada fábrica de bebidas Hanequim, e os 19 restantes compreendem, na sua maior parte, pequenas e rudimentares "casas de farinha", para o beneficiamento de mandioca, cuja produção se destina, apenas, ao consumo dos seus proprietários.

Maternidade da Associação de Caridade Municipal

A produção agrícola do município se resume quase que exclusivamente na cana-de-açúcar, com 22 400 toneladas em 1956, no valor de Cr$ 6 720 000,00.

No povoado Mata a produção de banana é razoável, sendo transportada em quase sua totalidade para o mercado de Aracaju, onde o produto alcança melhor preço.

No setor da pecuária se destaca o rebanho bovino com 3 000 cabeças, em 1956. Está incluído nesse rebanho um lote de gado leiteiro selecionado, que fornece leite, extraído por modernas ordenhadeiras elétricas, suficiente a grande parte do consumo da Capital do Estado.

Hospital de Caridade

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 3 estabelecimentos grossistas e 37 varejistas, que compõem o comércio do município, hoje decadente. Até o início do século atual funcionavam em Maruim importantes casas grossistas que hoje se localizam na Capital do Estado, estando incluídas entre estas "A. Fonseca & Cia.", uma das mais importantes firmas comerciais de Sergipe. As atividades mercantis de Maruim atual, comparadas com as do período áureo do seu comércio, quando concorria com Laranjeiras no contrôle da zona da caatinga, são insignificantes. Fatôres sócio-econômicos que vieram com o advento do século XX, facilitando os transportes e as comunicações, muito concorreram no sentido de que, grande parte das atividades comerciais de Maruim fôssem absorvidas pelo florescente comércio de Aracaju, que, como Capital do Estado e possuindo um pôrto mais franco, teve rápido progresso e passou a controlar, econômicamente, tôda a zona que antes se abastecia em Maruim e Laranjeiras.

O Banco de Crédito Popular S.A., foi fundado em 18 de junho de 1925, tendo iniciado as suas atividades em 3 de dezembro do mesmo ano. Atualmente denomina-se Casa Bancária de Crédito Popular S.A., com o capital de Cr$ 500 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é muito bem servido de transportes, contando com o ferroviário, o rodoviário e o fluvial.

É importante entroncamento rodoviário, transitando pela cidade todos os veículos que demandam em direção ao norte do Estado e grande parte dos que se destinam à zona central.

O município é servido pela Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, que estaciona na sede municipal e nos povoados Caititu e Mata. Por ferrovia, o município está ligado, pois, a todos os demais do Estado servidos dessa modalidade de transporte.

Pela via fluvial o transporte é quase que exclusivamente só de carga, sobretudo do açúcar produzido nas usinas do município, destinado à Capital do Estado, de onde é embarcado para os centros importadores do País e do estrangeiro.

Os municípios limítrofes, acham-se ligados a Maruim da seguinte maneira: Divina Pastôra — rodovia (11 quilômetros); Laranjeiras, rodovia (12 quilômetros); Riachuelo, rodovia (21 quilômetros); e fluvial (12 quilômetros); Rosário do Catete, rodovia (8 quilômetros) e ferrovia, (7 quilômetros) e Santo Amaro das Brotas, rodovia (7 quilômetros).

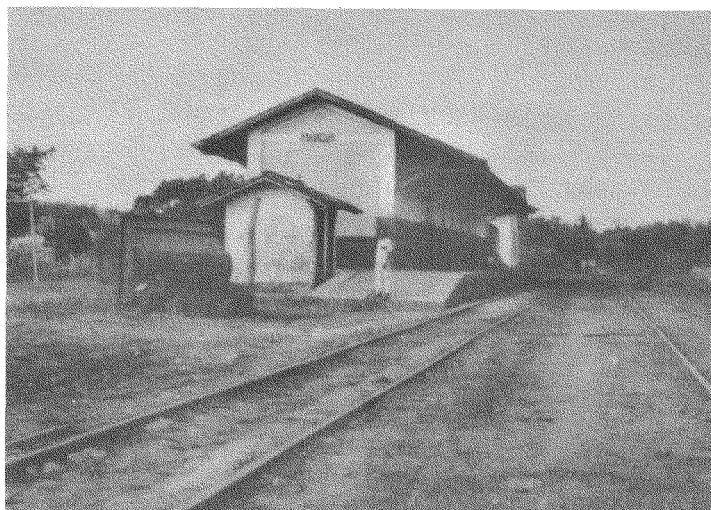
Associação de Proteção a Menores Abandonados "São José"

A sede municipal está ligada à Capital do Estado, por ferrovia (41 quilômetros), rodovia (36 quilômetros) e rêde fluvial (30 quilômetros).

No setor de comunicações, o município dispõe de uma agência postal-telegráfica mantida pela União e uma agência telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S.A. Há ainda no município uma estação telefônica para ligações urbanas e interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem agradável aspecto urbano, com amplas praças e ruas planas e mais ou menos retas. Da área total ocupada pela sede de Maruim, 23,5% são calçados, na sua maior parte a paralelepípedos. Dos logradouros públicos, 6 estão inteiramente pavimentados com paralelepípedos e 1, parcialmente. Calçados com pedras irregulares são encontrados 5 logradouros, sendo 4 inteiramente e um parcialmente. Existem, ainda, 42 logradouros sem pavimentação.

A praça principal da cidade, onde fica a imponente e tradicional Matriz de Maruim é ajardinada e arborizada.

A sede municipal dispõe de rêde de esgotos, pelo sistem unitário, cuja construção data de época muito remota.

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

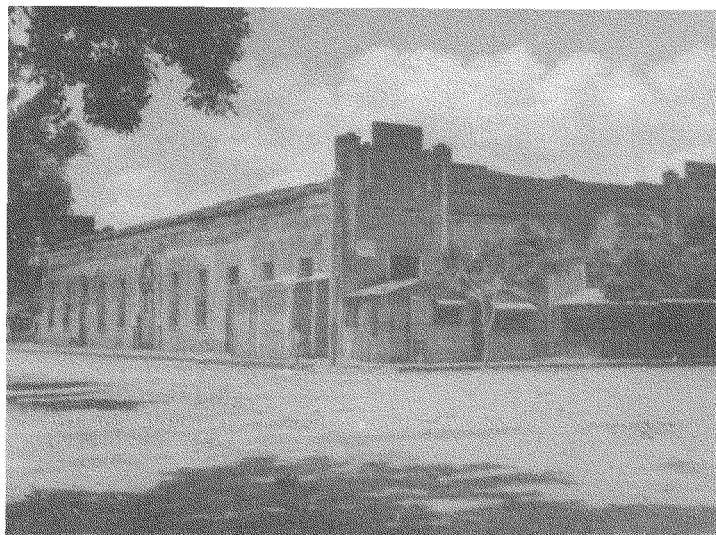
A cidade ùltimamente não está sendo suprida da energia elétrica necessária ao consumo da iluminação pública e domiciliar. Entretanto, dentro de pouco tempo estarão concluídas as obras de recuperação e adaptação da antiga rêde elétrica, e Maruim passará a receber energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, beneficiando-se, assim, do aproveitamento do potencial hidrelétrico de Paulo Afonso.

Há na cidade de Maruim 1 hotel, uma pensão e um cinema. Registrados na Prefeitura Municipal encontram-se 6 automóveis e 5 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é propiciada aos habitantes do município através de um hospital, com 42 leitos para internamento, localizado na sede municipal; há mais 3 postos médicos, um na cidade e dois nos povoados Caititu e Mata.

Em atividade, prestando assistência à população encontram-se 2 médicos. Funcionam, ainda, na sede municipal 2 farmácias, sob a responsabilidade de práticos licenciados, com o necessário estoque de drogas e medicamentos.

Há, também, no município, localizado na sede, um Pôsto de Puericultura, mantido pela "Associação de Puericultura de Maruim", dando assistência à Maternidade e à Infância.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No município ainda não estão bem difundidas as idéias co-

Mercado Municipal

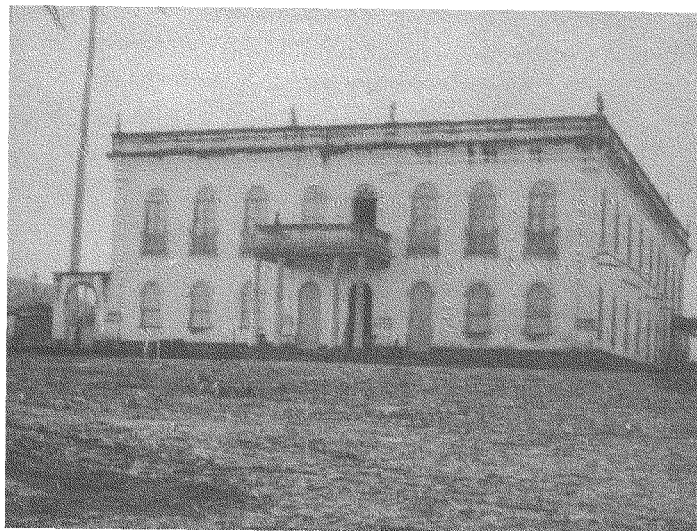
Vista da Usina Pedras

operativistas, não havendo em funcionamento nenhuma sociedade dessa natureza. Há, porém, os Sindicatos dos "Arrumadores de Maruim", e "dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem de Maruim" que são as associações de classe com sede no município.

ALFABETIZAÇÃO — Da população em idade escolar (com 5 anos e mais), existente no município em 1.º de julho de 1950, 29% sabiam ler e escrever. Foram recenseadas, dentro dos limites de idade acima referidos, 6 626 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 2 325. Das 557 pessoas de 10 anos e mais, recenseadas em 1950, que possuíam curso completo e grau de ensino, 472 estavam incluídas no grau elementar, 59 no nível médio e sòmente 5 possuíam curso superior.

Ensino — Há, em funcionamento no município, 10 estabelecimentos do ensino primário comum, os quais matricularam, em 1956, 1 048 alunos, com um aproveitamento escolar de 270 aprovações.

O "Ginásio Maruinense" é o único estabelecimento do ensino médio do município e matriculou, em 1956, 60 alunos, com um aproveitamento escolar que atingiu 10 aprovações, no fim do ano letivo.

A "Associação de Proteção a Menores Abandonados São José" mantém uma escola que ministra aulas de economia doméstica a pessoas do sexo feminino recrutadas nas classes menos favorecidas da sorte.

Casa residencial da Usina Pedras

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Fundado em 1877, o "Gabinete de Leitura de Maruim", mantido pela "Sociedade do Gabinete de Leitura de Maruim", é um dos mais importantes centros de consultas bibliográficas do Estado. Instalado em prédio adequado que vem sendo ampliado e adaptado ao fim a que se destina de acôrdo com as necessidades, em 1956, contava 3 117 volumes catalogados e 883 não catalogados.

Atualmente, no campo da imprensa, o município não dispõe de nenhum periódico em circulação. Entretanto, no passado, de 1862 a 1915, nada menos de 13 jornais circularam em Maruim, atestando, assim, as intensas atividades culturais dos habitantes do município àquele tempo. Até bem pouco o semanário "O Comércio", de feição literária e noticiosa, era editado naquela cidade.

Com referência às atividades esportivas do povo de Maruim, sòmente o futebol tem merecido melhor atenção, encontrando-se em funcionamento a "Associação Desportiva Maruinense" e o "Brasiliense Esporte Clube", que disputam, anualmente o campeonato do Estado.

Fábrica de bebidas Hanequim Lt.da

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município, no período 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 186	1 840	697	77	688
1951	1 415	2 656	801	381	671
1952	1 405	2 832	850	328	703
1953	1 357	2 852	1 084	334	906
1954	1 338	3 237	999	319	1 388
1955	1 908	3 542	1 034	349	993
1956	2 914	3 425	1 505	552	996

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No município não se encontra nenhum prédio ou monumento tombado como patrimônio histórico ou artístico, entretanto, a Igreja-matriz da sede municipal, construída e doada à Diocese de Aracaju por João Gomes de Melo, "Barão de Maruim", é uma obra arquitetônica imponente, que contribui, grandemente, para o bom aspecto da cidade.

No centro do jardim, que ornamenta a principal praça da cidade, bem em frente à Igreja-matriz, foi erigido, em

1955, um monumento ao "Barão de Maruim", encimado com um busto de bronze, do homenageado, em tamanho natural.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa do município é a do seu padroeiro, Senhor Bom Jesus dos Passos, que se comemora no dia 1.º de janeiro de cada ano. É antecedida de um tríduo e encerrada com procissão que percorre as principais ruas da cidade.

Também o dia 15 de agôsto, consagrado a Nossa Senhora da Boa Hora, é festivamente comemorado pelos maruinenses.

Nos festejos natalinos, que se iniciam no dia 24 de dezembro e são encerrados no dia 6 de janeiro, os maruinenses associam aos seus sentimentos religiosos a maneira característica e eminentemente popular como são comemorados em Sergipe o "Natal de Jesus", o "Ano Novo" e o dia dos "Santos Reis". Durante os festejos são organizadas feiras-livres com bazares, quermesses, parque de diversões, que funcionam até altas horas da noite.

A Micareme é tradicionalmente festejada em Maruim com muito entusiasmo, havendo dois ranchos que desfilam pelas ruas, trajando os seus componentes, de ambos os sexos, ricas e vistosas fantasias.

Das manifestações folclóricas resta apenas o reisado, dança dramático-popular, com que se festeja o dia de "Reis", embora sem o entusiasmo de épocas passadas.

VULTOS ILUSTRES — *Alberto Deodato Maia Barreto* — Bacharel, escritor e político, nasceu a 27 de dezembro de 1897.

Entre as brochuras com trabalhos literários de sua autoria, cita-se "A Cruz da Estrada", romance, editado em Maruim em 1915; "Senzalas", contos, editada no Rio de Janeiro em 1919 e "Canaviais", contos e novelas, editada também no Rio de Janeiro em 1922. Atualmente vive no Estado de Minas Gerais onde advoga e é político influente.

Heleno de Barros Santiago — Nasceu a 8-4-1902. Doutor pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil em três ramos: Direito Público, Privado e Penal. Jurista. Integra a turma dos sete primeiros economistas brasileiros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município de Maruim são conhecidos pelo gentílico maruinenses.

Maruim é topônimo de origem tupi, corrutela de *Mberubi* — os mosquitos ou *Mberu* + *i* — môsca pequena.

O atual Prefeito do município é o Dr. Alcides Alves da Silva Pereira, empossado no dia 31 de janeiro de 1955 quando, também, foi constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores.

Dos 2 518 eleitores inscritos, 1 412 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 43,9% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Abdias Batista e Silva.)

MONTE ALEGRE DE SERGIPE — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente, as terras que hoje constituem o município de Monte Alegre de Sergipe pertenciam ao morgado do Pôrto da Fôlha, que foi colonizado por Tomás Bernardes, sucedido por seu filho Jerônimo Fernandes.

Diz a tradição que o primeiro núcleo populacional que veio a dar origem ao povoado foi fundado pelos fins do século XIX, em sítio localizado à margem da estrada carroçável que liga Nossa Senhora da Glória à cidade de Pôrto da Fôlha. Nesse mesmo local, faziam pousada os caminheiros, procedentes de Pôrto da Fôlha e de seu interior e que se destinavam a certas regiões da interlândia do vizinho Estado da Bahia.

Monte Alegre de Sergipe é um dos novos municípios do Estado, criado recentemente com sede em uma povoação do sertão, que, por diversos fatôres de ordem sócio-econômica, avultando entre os mesmos longas estiagens (as "sêcas do Nordeste"), tem tido progresso muito lento.

Lutando contra uma natureza adversa que lhes nega as preciosas chuvas nos momentos em que mais delas estão precisando as suas lavouras e pastagens, os habitantes de Monte Alegre de Sergipe, encontraram no "cangaceirismo", que infestava os sertões nordestinos, obedecendo às ordens de Virgulino Ferreira, mais conhcido por "Lampião", outro grande inimigo do progresso da primitiva povoação, que era conhecida pela forma simplificada de Monte Alegre.

O pouco que, apesar das sêcas, o município ainda produzia, era reclamado pelos "bandidos" que, quando não atendidos, devastavam fazendas matando todo o gado, quando por um golpe de sorte, os seus proprietários conseguiam escapar com vida às suas investidas.

Ranulfo Prata, na sua tentativa de biografia de "Lampião", retrata nas páginas do seu trabalho, traços inesquecíveis do que foi o "cangaceirismo" em Sergipe e quanto contribuiu para a estagnação do progresso dos sertões, o "seu segundo flagelo".

Em 1940, Monte Alegre de Sergipe não passava de pequeno povoado, pertencente ao município de Nossa Senhora da Glória e não possuía mais de 80 casas de moradia.

Em 1953, os podêres constituídos do Estado estavam convencidos da necessidade da criação de 19 novos municípios no Estado de Sergipe, a fim de incrementarem o progresso de que tanto careciam algumas regiões.

Veio então a Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953, dando nova redação ao Capítulo I da Lei número 118, de dezembro de 1948 — Lei Orgânica dos Municípios — que fixa nova divisão territorial do Estado, criando mais 19 municípios, entre os quais, estava incluído o de Monte Alegre de Sergipe, com sede no povoado de Monte Alegre, do município de Nossa Senhora da Glória, sendo elevado, por isso, à categoria de cidade.

No quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado de Sergipe, aprovado pela Lei estadual número 554 de 6 de fevereiro de 1954, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Monte Alegre de Sergipe, antes mesmo de ser instalado, já aparecia como cidade, muni-

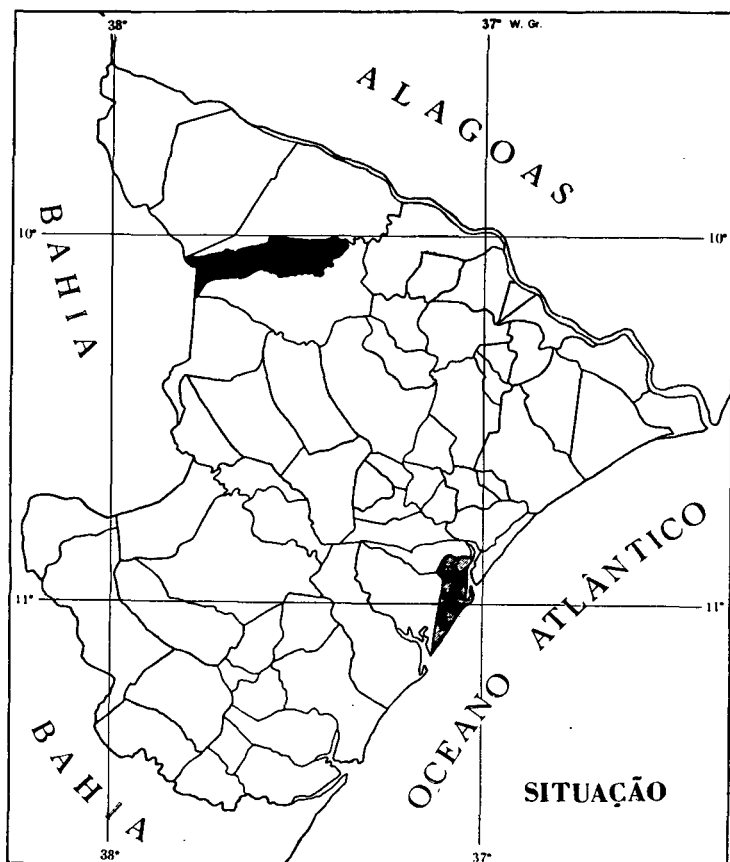
cípio, distrito único e têrmo judiciário da comarca de Nossa Senhora das Dores.

Pela citada Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, foi delimitado o território do novo município, que foi desmembrado do de Nossa Senhora da Glória.

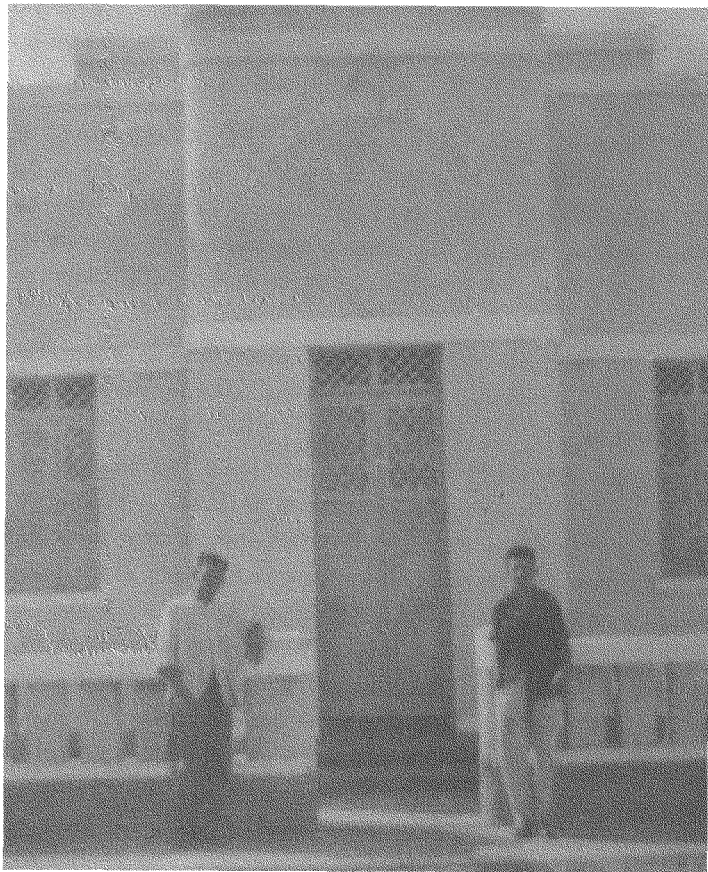
O município foi solenemente instalado no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o seu primeiro Prefeito o Sr. Antônio José dos Santos e constituída, também, a sua primeira Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

Uma Lei estadual muito recente, a de número 823, de 24 de julho de 1957, veio, porém, alterar a situação judiciária do município, que como têrmo, passou a pertencer à nova comarca de Nossa Senhora da Glória, criada pela referida Lei e ainda não instalada.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Monte Alegre de Sergipe fica localizado na zona oeste, limitando com os municípios de Nossa Senhora da Glória e Pôrto da Fôlha no Estado de Sergipe e com o de Jeremoabo, no Estado da Bahia.

A sede municipal fica situada ao norte do território do município, próxima à divisa com Pôrto da Fôlha. As coordenadas geográficas da cidade de Monte Alegre de Sergipe ainda não foram levantadas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de aproximadamente 280 metros.

CLIMA — O clima do município é sêco e saudável. As chuvas são muito escassas e, não raro, verificam-se longos períodos de estiagem, muito conhecidos por "Sêcas do Nordeste".

Prefeitura Municipal

ÁREA — A área territorial do município é de cêrca de 527 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculo realizado pela Inspetoria Regional de Estatística, com base no mapa oficial do município de Nossa Senhora da Glória, do qual foi desmembrado o território de Monte Alegre de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Capivara e Cachorro, importantes, apenas, como marcos das linhas divisoras do município com os de Nossa Senhora da Glória e Pôrto da Fôlha. Nos limites de Monte Alegre de Sergipe com o município de Jeremoabo, do Estado da Bahia, fica a lagoa das Areias onde nasce o rio Sergipe, incluído entre os 5 mais importantes do Estado. Entre as serras do município destaca-se a Negra, de grande importância geográfica pois é um dos marcos dos discutidos limites entre Sergipe e Bahia.

RIQUEZAS NATURAIS — Sòmente de origem vegetal registra-se a existência de algumas riquezas naturais no município, dignas de menção especial. Em suas matas são encontradas árvores que fornecem madeira para a construção civil como a aroeira, a baraúna, o angico e a peroba, e outras que fornecem lenha de ótima qualidade como a catinga de porco, o pereiro e o marmeleiro.

De origem animal registra-se uma pequena produção de mel e cêra de abelhas e a existência, nas capoeiras do município, de aves como a perdiz, o juriti e a cardinheira.

POPULAÇÃO — Monte Alegre de Sergipe, consoante já ficou dito linhas acima, foi criado e instalado em data posterior à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil e, por isso, os dados demográficos de que se passará a reportar, se fundamentam em estimativas levantadas pela

Capela do Sagrado Coração de Jesus

Inspetoria Regional de Estatística, com base nos resultados censitários de 1950, concernentes ao município de Nossa Senhora da Glória, do qual foi desmembrado o seu território.

Nestas condições, a população de Monte Alegre de Sergipe, em 1.° de julho de 1950, era, aproximadamente, 4 500 habitantes, dos quais, segundo a situação dos domicílios, pouco mais de 3 800 residiam na zona rural do município. Quanto à côr, preponderavam os brancos com cêrca de 3 400, vindo depois os pardos que não atingiam a 1 000 e por fim os pretos que eram pouco mais de 200. Segundo o estado conjugal, casados eram, aproximadamente, 1 400 dos habitantes de Monte Alegre de Sergipe, que, quando recenseados contavam com 15 anos e mais, enquanto cêrca de 800 eram solteiros e o número de viúvos era pouco mais de 100. O Catolicismo Romano era a religião preferida pelas pessoas recenseadas em Monte Alegre de Sergipe, contando êsse credo religioso cêrca de 4 600 dos seus habitantes, quase a totalidade da população do município.

Excluídas as pessoas, preponderantemente do sexo feminino que se dedicavam aos afazeres domésticos, a agricultura e a pecuária, com pouco menos de 1 200 ocupações em atividades ligadas a êsses ramos, era em que mais se ocupavam os habitantes do município. Na indústria e no comércio não estavam ocupadas 100 pessoas, enquanto que também não atingiam a êsse número, as pessoas que se dedicavam a ocupação outras como administração e justiça públicas e transportes e comunicações. Menos de 200 pessoas se encontravam em situação inativa, em Monte Alegre de Sergipe, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é um pequeno aglomerado urbano, que em 1.° de julho de 1950, não contava mais de 700 habitantes, de acôrdo com estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta especialmente na pecuária e na agricultura. A mais importante cultura é a da mandioca seguida da do algodão.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção:

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em saca	96	608
Mandioca	4 080	4 080

Na pecuária destaca-se o rebanho de ovinos com 6 000 cabeças em 1956, vindo depois o de bovinos com um efetivo de 5 200 cabeças, no mesmo ano. Há, ainda, a registrar, a existência, no citado ano, de 3 800 cabeças de caprinos e 3 300 suínos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é de pequena importância, não existindo em todo o território mais de 5 estabelecimentos, nenhum porém que justifique um registro particular pelo seu giro comercial. Na sua grande maioria, trata-se de pequenos armazéns de secos e molhados, muito conhecidos na região pela denominação de "bodega".

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município como a sua sede já se beneficiam dos serviços da rêde rodoviária do Estado, sem, contudo, dispor de veículos coletivos que façam linhas regulares que incluam a cidade de Monte Alegre de Sergipe. Cortam-no estradas carroçáveis, por onde transitam as tropas de muares, e os carros de bois que ainda estão sendo grandemente utilizados pelos habitantes do município.

A cidade de Monte Alegre de Sergipe está ligada à sede dos municípios limítrofes, da seguinte maneira: Nossa Senhora da Glória, rodovia (36 quilômetros) e Pôrto da Fôlha, estrada carroçável (48 quilômetros).

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal ainda não apresenta aspecto urbano que justificasse a sua elevação à categoria de cidade, não ultrapassando as suas características às de grande número de povoados ainda existentes no Estado de Sergipe. Não possui a cidade de Monte Alegre de Sergipe iluminação elétrica ou qualquer outro melhoramento urbano que justifique sua menção.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes de Monte Alegre de Sergipe ainda não se beneficiam de providência alguma que fizesse chegar até aquela longínqua região qualquer serviço de assistência médica. Há na sede municipal uma pequena farmácia, que funciona sob a responsabilidade de um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado, com um reduzido estoque de medicamentos e drogas.

ALFABETIZAÇÃO — O índice de alfabetização dos habitantes de Monte Alegre de Sergipe, segundo cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, não vai muito além de 17%.

Ensino — Há, em todo o território municipal, 7 unidades escolares que ministram o ensino primário elementar, com matrícula que, em 1956, atingia 50 alunos, apenas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado em 31 de janeiro de 1955 e por isso os dados concernentes ao resultado financeiro de Monte Alegre de Sergipe, constantes do quadro abaixo, compreendem apenas os anos de 1955 e 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	...	60	526	20	104
1956.......	...	191	697	55	418

A inexistência de qualquer repartição arrecadadora da União no município impossibilitou a inclusão de dados referentes à arrecadação federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Monte Alegre de Sergipe são denominados de monte-alegrenses.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1954, do total de 451 eleitores inscritos, 181 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 59,8% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do Município: Adelson José dos Santos.)

MURIBECA — SE

Mapa Municipal na pág. 309 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A povoação primitiva tinha o nome de "Sítio do Meio" e fazia parte do território do atual município de Propriá. Partindo-se, dêste ponto, dúvidas não podem subsistir à afirmativa de que o território que hoje constitui o município de Muribeca estava incluído no que Cristóvão de Barros, conquistador de Sergipe, deu por carta de sesmaria a seu filho, Antônio Cardoso de Barros, em 1590 e que se estendia das margens do São Francisco às do Cotinguiba.

Aliás, os laços de dependência do município de Muribeca ao de Propriá, antes de ser criado aquêle, confirmam que, de fato, as terras de Muribeca estavam incluídas entre aquelas que, no século XVII, foram dadas pela viúva de Antônio Cardoso de Barros e que se denominavam de "Urubu", ao seu genro Pedro de Abreu Lima.

Parte destas terras foram posteriormente adquiridas por João Batista de Almeida Figueiredo, não se sabendo bem de que sucessor de Pedro Abreu Lima. Mas, reconstituindo-se a verdade histórica, conclui-se que foi o mesmo João Batista de Almeida Figueiredo quem edificou o primeiro prédio na localidade de "Sítio do Meio", que consistia em uma pequena capela.

Prefeitura Municipal

Os filhos João Batista de Almeida Figueiredo, Manoel Almeida Figueiredo e Francisco Xavier de Figueiredo, tiveram, porém, atuação mais destacada na fundação do povoado, permitindo que ali fôssem edificadas as primeiras casas, que mais tarde formavam o arruado do "Sítio do Meio".

A capela construída por João Batista de Almeida Figueiredo, com o surgimento do arruado foi demolida e, no lugar, erigida a atual igreja-matriz de Muribeca, à qual os habitantes deram a invocação de "Senhor da Misericórdia".

Em 1897, segundo se depreende de referência feita por L. C. Silva Lisboa, em "Chorografia do Estado de Sergipe", Sítio do Meio já era um próspero povoado do município de Propriá, com regular movimento do seu comércio, possuindo, inclusive, uma escola pública primária para ambos os sexos.

Mas a evolução político-administrativa do povoado, sòmente teve início a 7 de novembro de 1921, quando, por fôrça da Lei estadual número 819, daquela data, foi criado o distrito de paz do "Sítio do Meio", e autorizado o Govêrno a trocar-lhe os respectivos limites.

A êste tempo a povoação não mais pertencia ao município de Propriá e sim ao de Aquidabã, que havia sido criado por fôrça de disposições da Lei estadual número 1 215, de 4 de abril de 1882.

O território do novo distrito de paz teria, pois, de ser desmembrado do município de Aquidabã.

A Lei n.º 819, de 7 de novembro de 1921, caducou, sem produzir os seus efeitos, por isto que não foi devidamente instalado o têrmo judiciário do "Sítio do Meio" por ela criado.

Passaram-se, pois, cinco anos, e uma nova Lei estadual, a de número 942, de 8 de outubro de 1926, voltava a criar o município e têrmo judiciário de Muribeca, que deveria ter sede no povoado "Sítio do Meio", que, por sua

Praça Getúlio Vargas

vez, foi elevado à categoria de vila pelo mesmo diploma legal.

Essa mesma lei estadual delimitava o território do novo município e determinava em seu artigo 3.° que o têrmo judiciário de Muribeca ficaria pertencendo à comarca de Capela.

A vila de Muribeca é elevada à categoria de cidade por fôrça de disposição do Decreto-lei estadual número 69, de 28 de março de 1938.

No quadro territorial administrativo e judiciário do Estado fixado pelo Decreto-lei estadual número 150, de 15 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio de 1939 a 1943 e nos seguintes até o referente ao qüinqüênio 1949-1953, a situação do município não sofreu alteração, permanecendo como distrito único e têrmo judiciário da comarca de Capela. Por fôrça de disposição da Lei número 525-A, de 25 de novembro de 1953, foi criado o município de Malhada dos Bois, com sede no antigo povoado do mesmo nome, sendo o território do novo município desmembrado do de Muribeca. O quadro referente a êste último qüinqüênio, fixado pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954 se acha em vigor, sòmente na parte concernente à divisão administrativa do Estado. A divisão judiciária, porém, de acôrdo com o que determinou o novo "Código de Organização Judiciária do Estado", aprovado pela Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957, estabeleceu nova divisão judiciária do Estado que deve ser observada no período 1957-1962. Mesmo com a criação da comarca de Aquidabã, por fôrça das disposições da citada lei, o município permaneceu como têrmo da comarca de Capela, em nada sendo, pois, alterada a sua situção.

Pôsto Fiscal Virgílio Pachêco

LOCALIZAÇÃO — Muribeca está situado de acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe na Zona Centro, limitando com os municípios de Japaratuba, Capela, Cedro de São João e Malhada dos Bois. As coordenadas geográficas da sede municipal são: latitude Sul — 10° 25' e longitude W. Gr. — 36° 59'. A sua distância em linha reta à Capital do Estado é 56 quilômetros, em relação à qual está situada no rumo N.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem uma altitude aproximada de 100 metros.

CLIMA — O município apresenta-se ordinàriamente sêco, porém sujeito a chuvas no trimestre maio-julho. Em 1956, os resultados climáticos verificados em Muribeca, expressos em graus centígrados, foram: média das máximas — 28, média das mínimas — 16.

ÁREA — O município perdeu recentemente parte do seu território com a criação do município de Malhada dos Bois; diante disso, a sua área que era de 129 quilômetros quadrados passou a ser, aproximadamente, de 80 quilômetros quadrados.

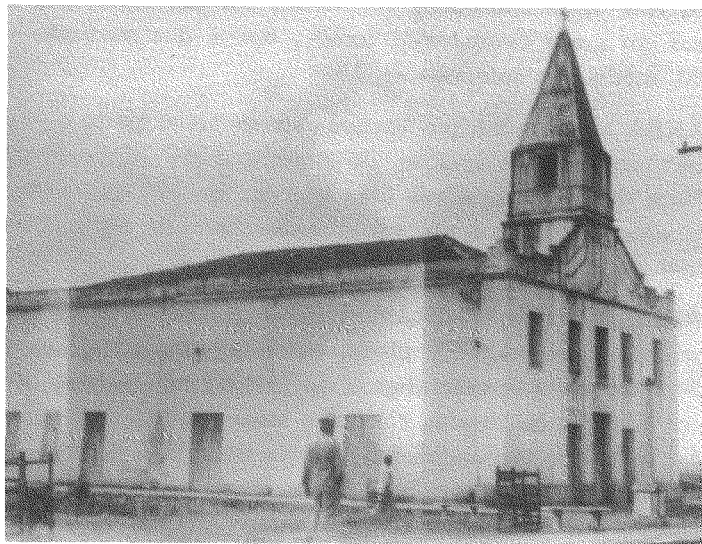
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A configuração geográfica do município é plana, não ocorrendo elevações ou depressões do terreno dignas de registro. Assinala-se apenas a existência de rios, riachos e lagoas, todos, no entanto, de reduzida profundidade, não permitindo a navegação. Citam-se: rio — Japaratuba-mirim; riachos — Come Tudo, Poxim, Tacaré; lagoas — Feiticeira, Do Povo, Grande e Sêca.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de que dispõe o município são bastante precárias, mencionando-se apenas lenha para o consumo doméstico, mesmo assim em pequena quantidade, dada a sistemática devastação que vêm sofrendo as suas reservas florestais; no reino mineral, assinala-se a existência de barro, que é utilizado no fabrico de objetos de cerâmica.

POPULAÇÃO — Segundo apurou o Serviço Nacional de Recenseamento, em 1950, a população total do município era de 6 637 habitantes, sendo 3 185 homens e 3 452 mulheres. Nesse ano, cêrca de 82% da sua população vivia dispersa na zona rural. A sua população de 15 anos e mais, classificada de acôrdo com o estado civil, constituía-se de 1 432 solteiros, 1 874 casados e 226 viúvos. No que diz respeito à côr, predominavam os pardos com 4 438 indivíduos, vindo a seguir os brancos com 1 886 e finalmente os negros, que formavam um grupo pouco numeroso de 313 pessoas.. A densidade demográfica do município no ano em questão era de 51,45 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo estimou o Departamento Estadual de Estatística, a população de Muribeca (incluindo Malhada dos Bois) teria alcançado, a 1.°-VII-1956, cêrca de 7 400 habitantes.

Aglomerações urbanas — Em 1950, a única aglomeração urbana importante existente no município era a cidade, cuja população atingia 1 207 habitantes. Segundo recentes estimativas elaboradas pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado para 1.°-VI-1958, a população dêsse núcleo urbano, que continua sendo o único destacável em todo o município, teria alcançado 1 340 habitantes. Além da sede municipal, conta Muribeca com os povoados de Saco das Varas e Camará, cujas populações aproximadas para 1956 são, respectivamente, 600 e 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura e a pecuária são as atividades fundamentais à economia municipal, haja vista que a classe de atividade predominante no seio da população local era, em 1950, segundo resultados censitários, agricultura, pecuária e silvicultura, que reuniam um contingente de 2 082 pessoas, ou seja, 47% do total da população recenseada de 10 anos e mais.

A produção agrícola do município em 1956 alcançou níveis satisfatórios, tendo atingido a cifra de 3 658 mil

Igreja-Matriz Senhor da Misericórdia

Cine Iracema

cruzeiros, como o demonstra o quadro a seguir, que resume as principais lavouras do município.

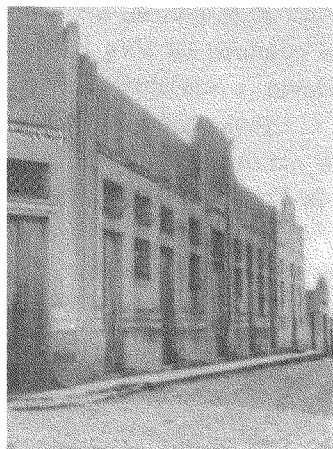
CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	62	498
Cana-de-açúcar	10 990	2 198
Côco-da-baía	65	195
Feijão	9	602
Fumo	3	55
Milho	7	110

O efetivo pecuário estimado para 1956 é composto principalmente de 2 000 bovinos e 2 600 suínos, existindo rebanhos de outras espécies menos numerosas. Note-se que Muribeca exporta gado para o abate em matadouros da Capital do Estado e alguns municípios dos vizinhos Estados da Bahia e Pernambuco.

No tocante à produção industrial, contava o município em 1956 com 29 estabelecimentos, cujo valor total da produção alcançou 2 160 mil cruzeiros, ocupando 90 pessoas. Do total de estabelecimentos acima mencionados, destacam-se duas destilarias, dois engenhos para a fabricação de mel e rapadura e cinco cerâmicas.

COMÉRCIO E BANCOS — O intercâmbio comercial do município é feito principalmente com as praças coestaduanas de Aracaju, Propriá, Japoatã e Neópolis, e, esporàdicamente, através de viajantes, com Salvador, Recife e Rio de Janeiro. As transações relativas ao comércio de gado, embora de pequeno vulto, são efetuadas com municípios dos Estados da Bahia e Pernambuco e também com Aracaju. Não há estabelecimentos grossistas no município, sendo dignas de registro apenas oito firmas varejistas localizadas na sede municipal. O município não conta com bancos ou estabelecimentos similares e sim, apenas, com um correspondente bancário operando na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela antiga Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima que o liga às comunas limítrofes de Capela, Cedro de São João e Japaratuba, dos quais dista, respectivamente, 31, 23 e 24 quilômetros. A ligação entre Muribeca e quaisquer dos municípios vizinhos pode, no entanto, ser efetuada por rodovia, como se especifica a seguir: Malhada dos Bois (10 quilômetros), Capela (41

Pôsto do S.E.S.P.

Mercado Municipal

quilômetros), Cedro de São João (27 quilômetros), Japaratuba (21 quilômetros). A ligação entre Muribeca e a Capital do Estado pode ser rodoviária ou ferroviária, nas distâncias respectivas de 90 e 91 quilômetros; a sua ligação com a Capital Federal é efetuada através de Aracaju.

Há no município uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma agência telegráfica da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — Dos logradouros existentes na cidade, apenas um, a sua principal rua, está beneficiada por calçamento a paralelepípedos. A iluminação da sede municipal provém de uma usina termelétrica, cujas rêdes se estendem pelos principais logradouros públicos e servem também a 72 domicílios. Conta a cidade ainda com um cinema, uma farmácia e duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária do município resume-se num Pôsto Médico mantido pelo S.E.S.P., funcionando três dias por semana. Não há médico domiciliado no município, contando êste apenas com um farmacêutico e um dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Embora estejam atualmente inativos, conta Muribeca com uma estação experimental, denominada "Campo Simões Lopes", destinada ao fomento e assistência aos agricultores da região, e a Cooperativa Agropecuária de Muribeca Limitada.

ALFABETIZAÇÃO — Do total da população de 5 anos e mais presente no município a 1.º-VII-1950, ou seja, 5 521 pessoas, apenas 41% declararam saber ler e escrever. Apurou ainda o Serviço Nacional de Recenseamento que entre a população local de 10 anos e mais, que montava a 4 435 pessoas, apenas 181 possuíam curso completo, sendo 168 de grau primário, 12 de grau médio, e apenas 1 de grau superior.

Ensino — Muribeca conta exclusivamente com estabelecimentos de ensino que ministram o curso primário, totalizando 7 escolas mantidas pelo govêrno estadual e municipal. Em 1956 estavam matriculados nessas escolas 411 alunos, tendo havido 63 aprovações.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	120	207	436	...	380
1951	109	295	341	43	388
1952	118	398	429	51	443
1953	94	381	732	81	736
1954	111	303	612	71	613
1955	133	323	669	76	506
1956	128	501	1 052	168	887

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A quase totalidade da população de Muribeca é católica, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento, que aí encontrou apenas 13 protestantes contra 6 624 católicos romanos. O município é sede de paróquia sob a invocação do Senhor das Misericórdias, mantendo suas associações religiosas e quatro capelas curadas em todo o território municipal.

Não há no município qualquer folguedo ou efeméride dignos de registro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Muribequenses é como são conhecidos os naturais do município, cujo nome, Muribeca, é de origem indígena e significa a "môsca importuna".

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. João Figueiredo, e constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores.

No pleito eleitoral que se verificou no dia 3 de outubro de 1954, dos 2 279 eleitores inscritos, 978 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 57,0% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe; Agente de Estatística do Município: Dilson Doria.)

NEÓPOLIS — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Chamava-se primitivamente Santo Antônio de Vila Nova, designação com que foi elevada à categoria de freguesia, em 18 de outubro de 1679. O território com que foi criada a freguesia mede cinqüenta léguas de extensão, contadas da barra do São Francisco à barra do rio do Sal, nas divisas da freguesia do Pombu (Glória-Bahia).

Foi esta vila a única pertencente a donatário, em Sergipe.

A Antônio de Britto Castro foi feita a doação pelo Rei, sob o compromisso de construir casa de câmara, cadeia, pelourinho e trinta casas para trinta moradores, com os quais seria a vila povoada e, ainda, sob a cláusula de devolução à Coroa se, dentro de seis anos, não contasse com fogos.

Em 1683, Sebastião de Britto de Castro, filho do donatário, requer nomeação em substituição a seu falecido pai, pelo que a Coroa pede informação sôbre o cumprimento das cláusulas da doação. A respeito, Sebastião informa, já

Prefeitura Municipal

no ano de 1689, ter satisfeito tôdas as exigências da doação, e que a vila se acha com duzentos moradores. No entanto a Carta régia de 29 de novembro do dito ano de 1689 manda proceder a vistoria, pelo Ouvidor de Sergipe, que constata não ter o donatário cumprido exatamente as disposições contratuais, pois que a prediação era frágil e coberta de palha, ao invés de construída de alvenaria e madeira para poder resistir à ação do tempo. Em vista da informação do Ouvidor, o território da vila volta ao patrimônio da Coroa. Daí passa ao nome de Vila Real do São Francisco.

Nas lutas com as invasões holandesas, a vila, na qualidade de simples freguesia, exerceu papel saliente como sentinela avançada do território sergipano, suportando os primeiros impactos do exército de Nassau.

Em seu território foi construído o célebre fortim Keert de Koe, defendido pelas tropas assaltantes. Por ali passaram as fôrças batavas para a conquista de Sergipe, antes, porém, rechaçadas em ferozes recontros pelos soldados e civis vila-novenses, que lutaram pela sobrevivência de suas famílias e defesa de suas propriedades.

Em 1817 perde quatro quintos de seu território para criação da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo (Propriá), ficando o seu têrmo com dez léguas de norte a sul.

Por ocasião da Revolução pernambucana de 1817, a vila fica com a legalidade e procura impor, com o seu ânimo guerreiro, contenção à infidelidade ao Reino, por parte dos habitantes de Penedo (Alagoas), atemorizados com as notícias de que a Revolução triunfara em Pernambuco.

No ano de 1733, o seu têrmo foi desmembrado do de Santo Amaro das Brotas e elevado oficialmente à cateíria de vila com a denominação de Vila Nova Real d'El Rei.

Pela Lei provincial de 6 de março de 1835, recebe a categoria de comarca com a designação de Vila Nova do Rio São Francisco, compreendendo o seu têrmo, o de Propriá e Pôrto da Fôlha.

Constituída a Província de Sergipe, esta freguesia foi reconhecida pela Resolução n.º 119, de 26 de julho de 1843, em confirmação da Provisão de 18 de outubro de 1679.

A Resolução n.º 379, de 9 de maio de 1854, transfere a comarca de Vila Nova para Propriá, conservando-se, todavia, a sua denominação.

Pela Resolução n.º 461, de 20 de fevereiro de 1857, é extinta a comarca passando o seu têrmo a pertencer à de Propriá, medida que custou, mas, enfim foi reparada.

Em 15 de outubro de 1859, teve a honra de receber a visita do Imperador D. Pedro II.

Pelo Aviso n.º 153, de 30 de abril de 1872, é incluída na freguesia a ilha de Paraúna, da Província, que se achava indevidamente anexada à paróquia fronteiriça de Penedo (Alagoas).

Instituído o regime republicano no país, cuja notícia foi chegada em 18 de novembro de 1889, procedente de Aracaju, a Câmara Municipal se reúne em 24 do dito mês e delibera apresentar a sua adesão à nova ordem, o que foi feito em ofício dirigido ao govêrno provisório instalado no Estado.

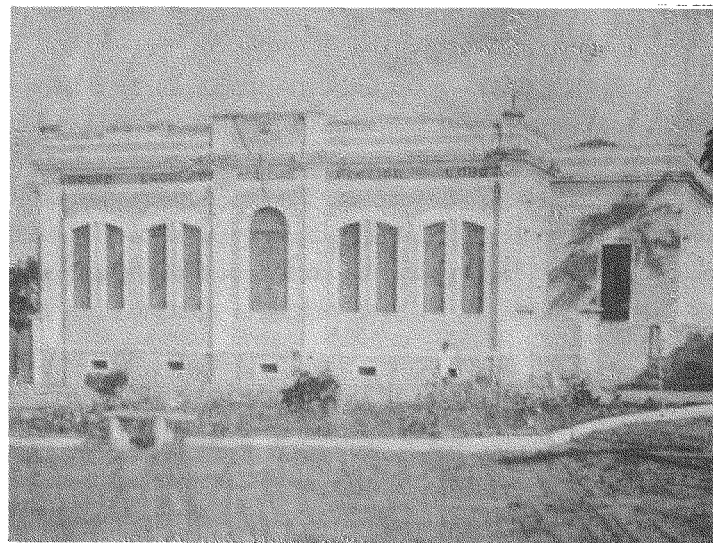
O govêrno provisório do Estado resolveu, por Ato executivo de 3 de janeiro de 1890 dissolver, por inoperante, a Câmara Municipal e nomear um Conselho de Intendência composto dos cidadãos seguintes: Dr. José Leandro Martins Soares — Presidente, tenente-coronel Agripino Guilherme da Silva Martins e capitão Jerônimo Vieira Bastos — membros.

A partir de 1892 começa a industrialização do município, com a instalação da fábrica de óleo de caroço de algodão de Alberto Vaz, vindo depois uma usina de beneficiar arroz. Em 1906 instala-se na sede municipal a fábrica têxtil de Antunes & Cia., e, no ano seguinte, na propriedade de Passagem, a Fábrica de Tecidos de Peixoto & Cia.

A Lei estadual n.º 583, de 23 de novembro de 1910, eleva a vila à categoria de cidade com a mesma designação de Vila Nova.

Em 1930 o município, como os demais do Brasil, veio a sentir as alterações no campo político-administrativo, impôsto pela nova ordem gerada pela revolução triunfante.

O Decreto-lei da Interventoria Federal no Estado, de n.º 272, de 30 de abril de 1940, dá à cidade a designação de Neópolis, mais condizente com a sua categoria.

Pela divisão territorial de 1911, o município de Neópolis se constitui de um único distrito e é sede da comarca

Grupo Escolar Marechal Pereira Lôbo

do mesmo nome composta de seu têrmo e dos de Jaboatão e São Francisco.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, é desanexado da comarca o têrmo de Jaboatão. O têrmo anexo de São Francisco passa a denominar-se Parapitinga.

Com a vigência da Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, a comarca de Neópolis se compõe de seu têrmo e dos da Pacatuba e Brejo Grande, então denominado Parapitinga.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco, a cidade de Neópolis acha-se implantada à margem direita do caudaloso rio brasileiro, em frente à cidade alagoana de Penedo. Limita com os municípios de Japoatã, Propriá, Brejo Grande e Pacatuba, dêste Estado, e Penedo, do de Alagoas. Suas coordenadas geográficas são 1º 19' 06" de latitude Sul e 36º 35' 30" de longitude Oeste Greenwich. Dista 84 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Todo o município está situado em terrenos relativamente baixos, estimando-se para a sede municipal uma altitude aproximada de 10 metros.

CLIMA — O clima do município é pouco variável, não sofrendo oscilações fortes a sua temperatura que, em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos na escala centígrada: média das máximas — 30; média das mínimas — 22; média compensada — 25. Chove regularmente no município, e em particular no período abril-agôsto.

ÁREA — A área territorial de Neópolis se estende por 349 quilômetros quadrados.

Igreja-Matriz de Santo Antônio

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dominando a paisagem está o rio São Francisco que, além da cidade, banha, no seu curso, os povoados de Pindoba, Saúde, Carrapicho, Porteiras de Cima, Porteiras de Baixo e a Fazenda Betume; acessível à navegação, permite o trânsito de canoas e barcos a motor, lanchas e algumas escunas. Situadas no rio São Francisco encontram-se algumas ilhas, dentre as quais destacamos as de Nozinho, Saúde e Mato, sendo maior a primeira que possui um perímetro de 3 760 metros. Localizadas ainda no território municipal estão as lagoas de Betume, Fazenda Santana e Pindoba, cujos perímetros são, respectivamente, 4 300, 2 600 e 3 600 metros aproximadamente. Embora de altura reduzida, não ultrapassando 60 metros, mencionamos os morros de Aracaré e Esqueringuindim.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, conta o município entre os seus recursos naturais barro e pedras para construção, cujos valores das respectivas produções somadas alcançaram, em 1956, aproximadamente a importância de 100 mil cruzeiros; há ainda pedra de amolar, de que se extraíram 52 toneladas, no valor de 26 mil cruzeiros. No reino vegetal, assinala-se a existência de lenha para fornalha — 26 mil metros cúbicos extraídos em 1956 — madeiras para construção, carvão vegetal, e castanha de caju; o valor da produção dêsses artigos avizinhou-se de 1,5 milhões de cruzeiros, em 1956, sensìvelmente mais baixo que no ano anterior, quando alcançavam em conjunto a avultada cifra de 4 milhões de cruzeiros. Mel e cêra de abelha, peixes e camarões constituem os principais recursos de natureza animal existentes no município, cuja exploração em 1956 rendeu 5,3 milhões de cruzeiros; note-se que Neópolis é um dos municípios de maiores recursos pesqueiros em todo o Estado.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil (1.º-VII-1950) contava o município de Neópolis 12 705 habitantes, sendo 5 736 homens e 6 969 mulheres, ou seja, 122 mulheres correspondendo a cada grupo de 100 homens no conjunto da população municipal. A densidade demográfica de Neópolis atingia então 40,21 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população local segundo a côr, nota-se predominância dos pardos, que formavam a parcela mais numerosa de 6 863

Grupo Escolar José Peixoto

indivíduos, ou seja, 54% da população total, vindo a seguir os brancos, com 4 045 pessoas, e finalmente os pretos, que constituíam o menor grupo, ou seja, apenas 1 726 pessoas, exclusive 71 indivíduos sem declaração de côr. Ainda de acôrdo com os resultados censitários, classificando-se a população local de 15 anos e mais de acôrdo com o estado civil, são encontrados: 2 909 solteiros, 4 165 casados e 777 viúvos. Em 1950, havia equilíbrio entre os grupos de populações urbana e rural, com ligeira vantagem para esta, que representava 52% do total. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município para 1.º-VII-1956 teria sido de aproximadamente 14 100 habitantes.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana de mais relevante importância no município é sem dúvida a sede municipal, que, segundo os resultados censitários de 1950, contava 6 086 habitantes, ou seja, 48% da população total do município, esperando-se que tenha alcançado a 1.º de julho de 1956, segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, 6 760 habitantes. Além da cidade, mencionam-se as aglomerações de Carrapicho, Saúde e Pindoba, cujas populações estimadas se avizinham de 1 400, 600 e 1 000 habitantes, respectivamente; registram-se ainda no território municipal os povoados de Mussuípe, Cacimbas, Tenório, Tapera, Fazendinha, Porteiras de Cima, Porteiras de Baixo e Brejo do Veiga, cujas populações não ultrapassam 250 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os resultados censitários de 1950, cêrca de 26% da sua população de 10 anos e mais de idade tinham como atividades principais a agricultura, a pecuária, a silvicultura e indústrias extrativas, não obstante ser também numerosa a mão-de-obra empregada na indústria de transformação, dado tratar-se de um município então já num plano destacado no que diz respeito à industrialização.

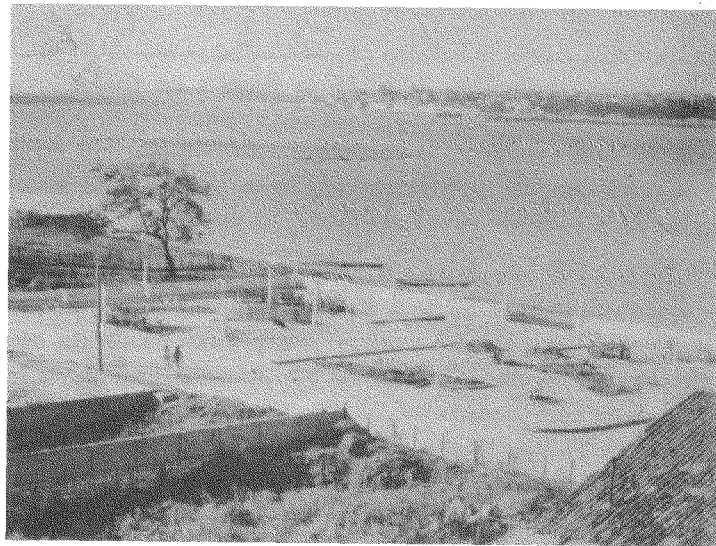
O montante da sua produção agrícola, em 1956, atingiu a cifra de 13 238 milhares de cruzeiros e vale ressaltar a importância que ocupa nesse particular a produção de arroz. O quadro abaixo resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Arroz com casca	2 242	9 340
Milho	840	2 100
Mandioca	11 080	1 104
Algodão em caroço	55	510
Feijão	16	162
Côco	14 000	22

Não obstante a significação das atividades agrícolas na economia municipal, é a indústria de tecidos a principal fonte de vida econômica de Neópolis; outras indústrias, no entanto aí florescem e desenvolvem, haja visto que em 1955 o registro industrial do município acusava a existência de 260 unidades industriais, que em conjunto ocupavam 1 400 pessoas, e alcançavam um valor de produção aproximado de 150 milhões de cruzeiros. Essas indústrias são representadas principalmente, por beneficiamento de arroz, preparação de óleo de caroço de algodão, fabricação de óleo de côco, fabricação de papelão asbesto, cabendo mencionar ainda a preparação de produtos de panificação, farinha de mandioca, carvão vegetal, cerâmica, olarias, etc.

Em ordem de importância, a pecuária constitui sem dúvida a terceira atividade econômica do município, pois ao expirar-se o ano de 1956 a estimativa dos seus rebanhos acusava a existência de 4 000 bovinos, 1 600 suínos, 600 eqüinos, 300 muares, 220 asininos e reduzido número de ovinos e caprinos.

Neópolis está entre os municípios de maiores recursos pesqueiros do Estado, beneficiado pela passagem do rio São Francisco, que banha o seu território. Segundo dados fornecidos pela Colônia de Pescadores Z-7, aí sediada, o valor da produção do pescado em 1956 atingiu a cifra de 5 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 53 estabelecimentos comerciais varejistas, cujas transações são feitas principalmente com as praças de Aracaju, Penedo, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Não conta o município com agências bancárias, porém aí operam correspondentes dos principais bancos e da Caixa Econômica

Praça Padre Artur Passos

Cinema da Passagem

Federal, esta última funcionando através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Neópolis com os municípios limítrofes da maneira seguinte: rodovia — Japoatã (25 quilômetros), Propriá (67 quilômetros), Pacatuba (42 quilômetros); via fluvial — Propriá (42 quilômetros), Brejo Grande (30 quilômetros), Penedo (4 quilômetros). A ligação Neópolis—Aracaju, é efetuada por rodovia, num percurso de 139 quilômetros, enquanto a ligação entre Neópolis e a Capital Federal se faz através de Aracaju.

O município não é servido por ferrovia, no entanto conta com a navegação fluvial através do rio São Francisco e numerosos ônibus que diàriamente transitam pela rodovia estadual que serve à zona. As principais emprêsas de navegação fluvial operando no município são: Nossa Senhora das Graças, Guacira, Nova São José, além de inúmeras embarcações avulsas, cujos proprietários residem às margens do rio São Francisco. A emprêsa autoviária Senhor do Bonfim é o principal serviço de ônibus operando no município. O transporte fluvial e rodoviário é regular, obedecendo a horários.

Neópolis dispõe de quatro agências do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo uma na sede municipal e uma em cada um dos povoados de Passagem, Carrapicho e Pindoba, esta última apenas postal e as demais postais-telegráficas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 22 logradouros pavimentados, sendo 11 a paralelepípedos e igual número a pedras irregulares; existem ainda sem pavimentação 47 logradouros na cidade e 29 nos diversos povoados. Os logradouros arborizados da sede municipal são em número de 7, existindo também uma praça ajardinada e arborizada simultâneamente. A pavimentação da cidade está assim estimada: calçamento de paralelepípedos — 16 582 metros quadrados; calçamento de pedras irregulares — 8 124 metros quadrados; terra melhorada — 126 000 metros quadrados.

A sede municipal é servida de energia elétrica, contando com 355 ligações domiciliárias e iluminação pública, que se estende pelas principais artérias da cidade. Uma de suas fábricas de tecidos já dispõe de fôrça motriz fornecida pela Hidrelétrica do São Francisco. O consumo total de energia elétrica em 1956 ascendeu a 5 995 793 kWh.

A cidade é dotada de uma rêde para captação das águas superficiais, numa extensão de 150 metros, despejando no Rio São Francisco, sendo mantida pela Prefeitura local.

O abastecimento de água para consumo da população citadina é explorado pela firma Peixoto Gonçalves & Cia. para os operários da fábrica em caráter gratuito. Outros particulares exploram também o serviço, cobrando de dois cruzeiros a cinco cruzeiros por carga d'água transportada.

A cidade conta com dois cinemas, duas pensões, um hotel e serviço telefônico, dispondo de 13 aparelhos ligados ao Centro Telefônico de Aracaju.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município acha-se regularmente provido de estabelecimentos que proporcionam assistência médico-sanitária à população, pois conta com dois postos médicos, três ambulatórios e duas creches. Dois dos ambulatórios e as duas creches são mantidos por emprêsas industriais localizadas no município e se destinam a prestar assistência aos operários das mesmas; o terceiro ambulatório é mantido pela colônia de pesca sediada no município; os postos médicos dependem, respectivamente, do Serviço Especial de Saúde Pública e do Serviço Nacional da Malária. Exercem suas atividades no município 7 médicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Neópolis é o órgão sindical que congrega os trabalhadores dos estabelecimentos têxteis existentes no município. Ainda com a finalidade de amparar a classe operária local, existe o Recolhimento "Ana Peixoto", que recebe, instrui e educa os órfãos do operariado têxtil. Doação de um dos diretores da firma Peixoto, Gonçalves & Cia., êsse recolhimento, que foi inaugurado em março de 1953, está sob a direção de três irmãs de caridade de São Vicente de Paula.

No município existe apenas uma entidade cooperativista, que é a Cooperativa Agropecuária de Responsabilidade Limitada de Neópolis, que conta presentemente 38 associados no seu quadro.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 e mais anos de idade totalizava 10 830 pessoas das quais sabiam ler e escrever, 4 297, ou seja, 39,7%. Naquela data os que se declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 191; o curso médio o fôra por 33; enquanto apenas 3 pessoas haviam concluído o curso superior.

Ensino — Em 1955, havia no município 38 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 5 mantidas pelo Estado, 16 pelo município e 17 por particulares. Existem ainda 2 unidades mantidas pela Campanha Nacional de Educação de Adultos. O município não conta com estabelecimentos que ministrem grau de ensino além do elementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As associações culturais e esportivas existentes no município são em número de seis, sendo cinco dedicadas à prática de despor-

tos, principalmente futebol e volibol, e a sexta, que é a filarmônica Santo Antônio, dedicada à cultura musical. O movimento de associados dessas agremiações é elevado, registrando-se em 1956, para o conjunto das entidades desportivas, 962 sócios, enquanto a filarmônica contava 83.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	4 324	4 179	778	469	989
1951.......	5 529	6 079	1 092	731	1 004
1952.......	5 629	6 385	1 152	727	1 203
1953.......	6 273	5 840	1 566	892	1 610
1954.......	16 045	6 825	1 649	1 087	1 787
1955.......	17 240	8 350	2 251	1 542	1 719
1956.......	15 713	8 043	3 193	2 178	3 323

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional existe em Neópolis a igreja de Nossa Senhora do Rosário, de construção muito antiga, remontando pròvàvelmente à época de criação da paróquia — 1679. A matriz de Santo Antônio é um sólido templo construído de pedras valorizadas pela sua polidez; as suas cornijas são moldadas na rocha, sem interferência de argamassa; foi demolida em 1813 e restaurada em 1837, conservando o seu aspecto atual.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A religião católica predomina no seio da população local, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento em 1950: dos 12 705 habitantes do município, 12 613 declararam-se adeptos do catolicismo, sendo inexpressivo o número dos que pertenciam a outras religiões.

O município é da paróquia de Santo Antônio de Neópolis, eclesiàsticamente subordinada à diocese de Aracaju. Essa paróquia, uma das mais antigas do Estado, pois a sua data de fundação remonta a 1679, possui, além da matriz, duas igrejas, dezenove capelas públicas e três semipúblicas, em construção. Há ainda dezesseis associações religiosas do culto católico, que reúnem um apreciável número de membros, e algumas das quais foram fundadas no século passado.

A principal festa religiosa do município é a do padroeiro, Santo Antônio, realizada em junho, quando ocorre fervorosa procissão assinalando o encerramento dos festejos. Essa procissão, como a do Bom Jesus dos Navegantes, fluvial, ordinàriamente realizada em fevereiro, já se incorporou às tradições locais. Além dessas duas procissões, que são sem dúvida as mais importantes, poderíamos mencionar outras realizadas em várias épocas do ano, de menor repercussão, no entanto. Outras datas vinculadas à tradição religiosa do país são festejadas pela população local, mencionando-se o Natal, Ano Novo, Reis e São João.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município destacaram-se no cenário nacional os seguintes:

General *Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão* — Nasceu a 4 de janeiro de 1849 e faleceu na Capital Federal a 10 de novembro de 1921, como Senador. Abraçou a carreira das armas, sendo por ato de bravura nos campos do Paraguai, promovido ao pôsto de tenente. Comandou o 1.º batalhão do regimento policial da Capital Federal, tendo sido reformado no pôsto de general-de-brigada. Proclamada a República, foi escolhido para o cargo de Secretário do Marechal Floriano Peixoto e depois nomeado secretário da presidência. Deputado, foi eleito Presidente de Sergipe em 1894. Senador, em 1907. Foi eleito pela segunda vez Presidente de Sergipe, em 1914. Destacado jornalista.

Capitão-de-mar-e-guerra *Aurélio Garcindo Fernandes de Sá* — Nasceu a 31 de agôsto de 1829 e faleceu no Rio de Janeiro em 1873. Oficial da Marinha, tomou parte nas batalhas do Riachuelo, Curupaiti, Humaitá, Timbó, Mercedes e Cuevas. Como comandante do encouraçado Barroso, em 1868, entrou no rio Tebicuari, debaixo de vivo fogo, a fim de proteger a passagem do exército por êsse rio. Mais tarde forçou as baterias de Augustura.

Bento de Melo Pereira — Barão de Cotinguiba — Nasceu em 1780 e faleceu em 1866. Membro do govêrno da Província em 1830; Vice-Presidente da Província em 1834-1837 e 1839-1842. Era comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem da Rosa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Antes da elevação a município com o nome de Neópolis, o local se chamava Vila Nova, designação que entrava em choque com a sua cidade. Tornava-se necessário, pois, alterar-se o topônimo que passou a ser Neópolis, derivado do primitivo. Os naturais do município são designados pelo gentílico neopolitanos.

O atual Prefeito do município, eleito em 1954, é o Sr. Manoel Machado Barreto. A Câmara Municipal conta 5 vereadores em exercício.

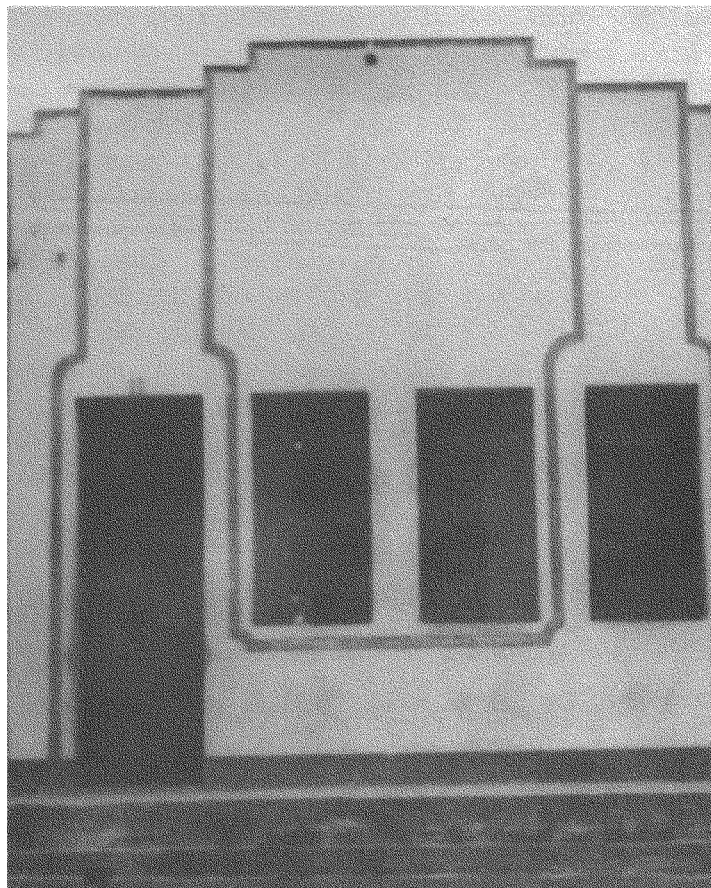
Dos 4 045 eleitores inscritos, 1 945 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 51,9% do eleitorado.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico Auxiliar da I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município: Luiz Ferreira Santos.)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A primitiva denominação de Nossa Senhora da Glória, era Bôca da Mata, desde quando se fundou a primeira povoação, em terras pertencentes ao município de Gararu.

Assim, segundo Carvalho Lima Júnior, em "História dos Limites entre Sergipe e Bahia", suas terras pertenciam a Tomé da Rocha Malheiros, que obteve uma sesmaria de 10 léguas, no princípio do século XVII, a partir da serra da Tabanga, correndo para o sertão. A penetração dessa região se verificou no domínio do ciclo da economia pastoril, com a instituição de currais de gado, entre 1600 e 1625. Dados mais positivos sôbre o primeiro aglomerado humano, que deu início ao povoado de Bôca da Mata, não foram localizados. Entretanto, sabe-se que o primeiro núcleo populacional teve origem em um dos "ranchos", fundados

Prefeitura Municipal

pelos tangedores de gado, que pastoreavam os seus rebanhos naquela região.

Daí para frente, floresceu a povoação entre fazendas de criatório principalmente e outros sítios onde se cultivava a terra que se prestava, magnìficamente, ao plantio da mandioca e de cereais.

Em 1922, inicia-se, então a evolução política do povoado de Bôca da Mata, que, por fôrça da Lei estadual n.º 835, de 6 de fevereiro daquele ano, passou a constituir a sede do 2.º Distrito de Paz do município de Gararu, com a denominação de Nossa Senhora da Glória.

Permaneceu como distrito pertencente ao município de Gararu até 1928, quando, pela Lei estadual n.º 1 014, de 26 de setembro do mesmo ano, foi criado o município de Nossa Senhora da Glória, com sede na vila do mesmo nome, tendo o seu território devidamente delimitado e desmembrado do município de Gararu.

Obedecendo à mesma delimitação do novo município, foi, pelo mesmo diploma legal, criado o têrmo judiciário de Nossa Senhora da Glória, pertencente à comarca de Capela.

Feitas as instalações do novo município e do respectivo têrmo judiciário a 1.º de janeiro de 1929, foi, nesta mesma data, empossado o seu primeiro Prefeito, o Senhor José Francisco de Souza, eleito para o período de 1930 a 1934, mas que teve o seu mandato eletivo interrompido pelo movimento revolucionário vitorioso em 1930.

O município de Nossa Senhora da Glória, está incluído entre os do Estado de Sergipe que sofreram grandes prejuízos quando as caatingas do sertão nordestino eram infestadas por grupos de "cangaceiros", que obedeciam às ordens de Virgulino Ferreira, mais conhecido por "Lampião".

Grande número das fazendas de gado do município foram abandonadas pelos seus proprietários e, tanto a vila como as principais povoações existentes no seu território, eram constantemente saqueadas pelos bandidos, que ainda praticavam monstruosos crimes, chegando mesmo a chacinar famílias inteiras.

Situada em local de difícil acesso, nos sertões de Sergipe, com terras calcinadas pelos constantes períodos de longas estiagens muito conhecidas como "Sêca do Nordeste", sòmente veio a se concretizar o progresso daquela região com o advento da rodovia que liga a sede municipal à cidade de Nossa Senhora das Dores. Até então, as dificuldades de transporte que levassem os necessários socorros aos habitantes do município faziam daquela região o sítio preferido pelos citados bandidos, que combatiam na "caatinga" em igualdade de condições com as fôrças do govêrno e, não raro, recebiam o apoio de pessoas inescrupulosas que, interessadas em adquirirem por preços ínfimos as propriedades, se constituíram "coiteiros" dos malfeitores. A biografia do facínora "Lampião", de autoria do escritor patrício Ranulfo Prata, é cheia de fatos que confirmam a influência do banditismo na estagnação do progresso de alguns municípios de Sergipe, entre os quais se encontra o de Nossa Senhora da Glória.

Mas, no dizer de Euclides da Cunha, o caboclo do sertão é "antes de tudo um forte", e por isso, lutando contra uma natureza adversa que lhes negava as preciosas chuvas nos momentos em que mais delas precisavam e contra o "cangaceirismo", segundo grande flagelo dos sertões, conseguiram os habitantes de Nossa Senhora da Glória lutar contra a decadência do município que, depois de um período de recuperação, voltou a se desenvolver, baseando a sua economia na criação do gado e nas culturas agrícolas.

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 69, de 29 de março de 1938, a vila de Nossa Senhora da Glória, foi elevada à categoria de cidade, sede do município da mesma denominação.

Com a criação da comarca de Nossa Senhora das Dores, pelo Decreto-lei estadual número 533, de 7 de dezembro de 1944, o têrmo de Nossa Senhora da Glória foi desmembrado da comarca de Capela, passando a fazer parte da nova comarca. Confirmou essa situação o Decreto-lei número 651, de 6 de junho de 1945.

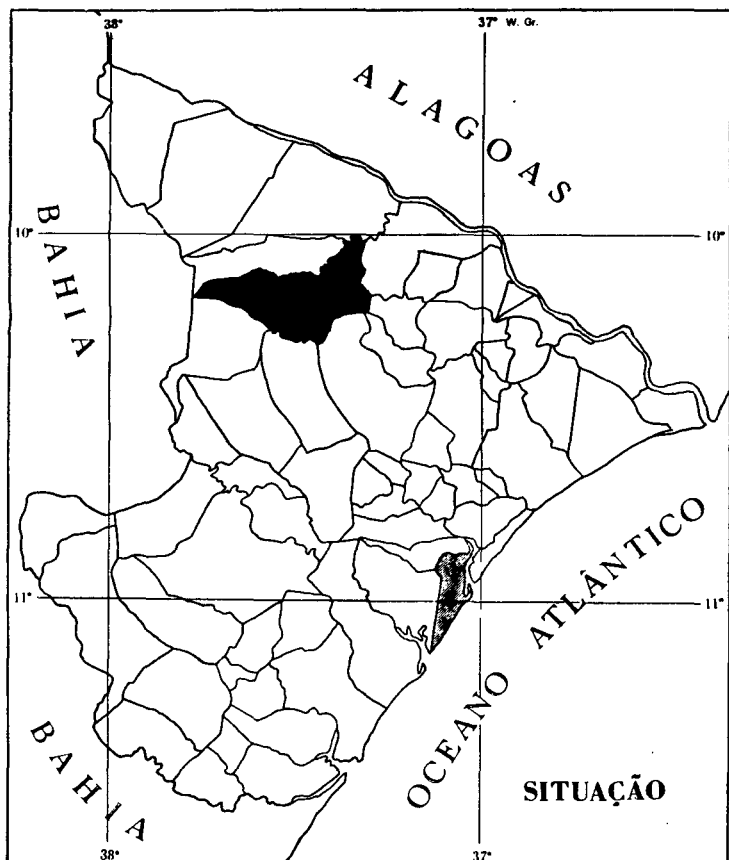
Escola Rural Estadual

Em 1953, por fôrça da Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro daquele ano, o município perdeu parte do seu território com a criação do município de Monte Alegre de Sergipe.

No quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado de Sergipe, aprovado pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Nossa Senhora da Glória aparece como cidade, município e têrmo judiciário da comarca de Nossa Senhora das Dores.

Mas a Lei estadual número 823, de 24 de julho de 1957, que aprovou o novo código de Organização Judiciária do Estado, interrompeu, também, a vigência da Lei número 554, acima reportada, concernente à divisão judiciária do Estado, aprovando novo quadro para vigorar no período de 1957-1962. Pela citada Lei n.º 823, foram criadas novas comarcas do Estado de Sergipe, entre as quais a de Nossa Senhora da Glória, ainda não instalada e constituída dos têrmos de Nossa Senhora da Glória e de Monte Alegre de Sergipe.

O atual quadro territorial de Nossa Senhora da Glória é: município, comarca e têrmo de Nossa Senhora da Glória, distrito único.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Nossa Senhora da Glória fica localizada na Zona Oeste, limitando com os municípios de Monte Alegre de Sergipe, Gararu, Tamanduá, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Frei Paulo, Pôrto da Fôlha. A sede municipal fica na parte leste do seu território, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 10° 51' e longitude W. Gr. 37° 27', distando 83 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Glória

ALTITUDE — A sede municipal fica a 300 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é bastante saudável, um dos melhores do Estado. Em 1956, foram registrados em Nossa Senhora da Glória, os seguintes resultados climáticos expressos em graus centígrados: média das máximas — 30, média das mínimas — 18 e média compensada — 24. O território do município está sujeito a longos períodos de estiagens que prejudicam, enormemente, a lavoura e a pecuária.

ÁREA — A área territorial de Nossa Senhora da Glória depois do desmembramento das terras que passaram a constituir o território do município de Nossa Senhora da Glória é de cêrca de 635 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Sergipe, que nasce nas fraldas da serra Negra nos limites entre Sergipe e Bahia, correndo, a princípio de noroeste para sudeste, divide o território do município do de Ribeirópolis, atravessa por uma garganta a serra de Itabaiana, banha ainda os municípios de Divina Pastôra, e, daí se inclina para o sul. recebendo, pela margem direita, o rio Cotinguiba, mais adiante o Pomonga, pela margem esquerda, e vai desaguar no Oceano Atlântico, a pequena distância da cidade de Aracaju. Não é navegável no território de Nossa Senhora da Glória por onde passa com um curso de água periódico. Há, ainda, no município algumas lagoas de pequena importância e que secam inteiramente nos períodos de estiagem como as do Mandacaru, das Areias e do Junco.

Açude Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — Sòmente de origem vegetal e animal, registra-se a existência de riquezas naturais em Nossa Senhora da Glória. Entre as primeiras, nas matas do município são encontradas árvores que fornecem madeira para a construção civil como a aroeira, a baraúna, o angico e a peroba e para lenha como a catinga de porco, o pereiro e o marmeleiro. De origem animal, nas capoeiras de Nossa Senhora da Glória, são encontradas avès como a perdiz, a codorniz, o juriti e a cardinheira.

POPULAÇÃO — A criação do município de Monte Alegre de Sergipe que teve o seu território desmembrado do de Nossa Senhora da Glória, verificou-se em data posterior à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil e, por isso, os dados censitários de 1950 sôbre êste último não mais refletem a realidade atual.

Assim, os dados demográficos que passam a reportar-se, têm fundamento em estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, baseadas nos elementos coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil. Em 1.º de julho de 1950, a população do município era de cêrca de 6 000 habitantes, dos quais, aproximadamente 4 500, segundo a situação dos domicílios, habitavam na zona rural do município. Segundo a côr, preponderavam os brancos, com cêrca de 4 000 habitantes vindo depois os pardos com pouco mais de 1 500 e por fim os pretos com aproximadamente 400 pessoas dessa côr. Quanto ao estado conjugal, entre as pessoas recenseadas que contavam 15 anos e mais, mais de 1 500 eram casadas; os solteiros não atingiam 900 e os viúvos não chegavam a 200 habitantes.

Quase a totalidade dos habitantes, segundo a religião, professavam o Catolicismo Romano, que contava com mais de 5 500 fiéis entre os moradores de Nossa Senhora da Glória. Excluídas as atividades domésticas, onde preponderava grande parte da população feminina do município, o ramo de atividade que maior número de pessoas ocupava, era a agricultura e a pecuária, onde laboravam, aproximadamente, 1 500 habitantes. No comércio e na indústria não estavam ocupadas 100 pessoas, enquanto êsse número não será grandemente superado pelos habitantes que se dedicavam a outras atividades como prestação de serviços, administração e justiça públicas e transportes e comunicações. Os inativos não atingiam 200, dentre os habitantes do município.

Aglomerações urbanas — A sede municipal, com 1 629 habitantes recenseados em 1.º de julho de 1950, é a única aglomeração urbana do município digna de registro. Estimativas levantadas pelo Departamento Estadual de Estatística, com base nos resultados censitários de 1950, dão para a cidade de Nossa Senhora da Glória, uma população de pouco mais de 1 800 habitantes em 1.º de julho de 1956.

Há, ainda, no município, o povoado de Lagoa dos Porcos, com uma população inferior a 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Nossa Senhora da Glória se fundamenta na pecuária e na agricultura, não possuindo, em todo o seu território, nenhum estabelecimento industrial que se possa destacar.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas do município em 1956, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção:

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	519	3 600
Feijão	780	13 000
Mandioca	14 600	14 600
Milho	1 020	5 100

Na pecuária destacam-se o rebanho de bovinos e o de ovinos com efetivos de 8 500 e 4 700 cabeças respectivamente, em 1956.

Dos 20 pequenos estabelecimentos industriais existentes no município, nenhum ocupa 5 ou mais operários, constituindo-se, a maioria, de fábricas de farinha de mandioca para consumo doméstico.

COMÉRCIO E BANCOS — Encontram-se, em todo o território municipal, 18 estabelecimentos comerciais, preponderando entre os mesmos, pequenos armazéns de secos e molhados. Não existem no município agência ou correspondentes credenciados de Bancos ou Casas Bancárias. As operações de crédito dos habitantes de Nossa Senhora da Glória são feitas na Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima, em Capela ou estabelecimentos outros na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido, apenas, por transporte rodoviário, mas ainda estão muito em voga os transportes feitos em carros de bois ou em lombo de animais. A cidade de Nossa Senhora da Glória está ligada às sedes dos municípios limítrofes, da seguinte maneira: Monte Alegre de Sergipe, rodovia (36 quilômetros); Tamanduá, rodovia (30 quilôme-

Mercado Municipal

tros); Gararu, rodovia (72 quilômetros); Ribeirópolis, rodovia (149 quilômetros) e Nossa Senhora das Dores, rodovia (47 quilômetros).

Na sede municipal funciona uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nossa Senhora da Glória não foi edificada obedecendo a um plano urbanístico prèviamente elaborado. Entretanto, pela sua localização em vasto planalto, apresenta um bom aspecto. Dos 26 logradouros públicos, 3 estão inteiramente pavimentados a paralelepípedos e um, parcialmente. É servida de iluminação pública e domiciliar elétricas, fornecida por um pequeno grupo gerador movido a óleo diesel, mantido pela Prefeitura Municipal, com 130 ligações domiciliares em 1956. Possui ainda 2 pensões e um pequeno estabelecimento para exibições cinematográficas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos habitantes de Nossa Senhora da Glória, através de um Subposto Sanitário, mantido pelo Govêrno do Estado.

Há, ainda, em Nossa Senhora da Glória, uma pequena farmácia, com regular estoque de medicamentos e drogas, funcionando sob a responsabilidade de um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Agropecuária de Nossa Senhora da Glória é o único estabelecimento do gênero existente no município, fundada a 26 de junho de 1946, contando em 1956 com 84 cooperados.

ALFABETIZAÇÃO — Entre os habitantes, que, em 1.° de julho de 1950, se encontravam em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, 17,25% sabiam ler e escrever, de acôrdo com estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, baseadas nos resultados censitários de 1950.

Ensino — Existem no município apenas 7 unidades escolares que ministravam, em 1956, o ensino primário elementar, tôdas elas escolas isoladas com matrícula de 344 alunos e um aproveitamento escolar que atingiu 58 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro do município no período de 1950 a 1956, incluindo as arrecadações federal, estadual e municipal e a despesa realizada pelo município no mencionado período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	218	285	...	274
1951	—	278	79	39	72
1952	—	301	464	77	107
1953	—	334	725	92	568
1954	—	400	...	...	...
1955	—	381	670	86	629
1956	16	485	1 000	111	518

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O dia 15 de agôsto de cada ano é consagrado à padroeira do município de Nossa Senhora da Glória. Nesse dia é celebrada pela manhã missa solene e, à tarde, realiza-se a tradicional procissão que, conduzindo a imagem da Virgem, percorre os principais logradouros da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Nossa Senhora da Glória são denominados glorienses.

A atual legislatura foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o atual Prefeito do município, o Sr. Filemon Bezerra Lemos e constituída a Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1954, do total de 1 485 eleitores inscritos no município, 743 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 49,9% do eleitorado.

(Elaboração de: Pascoal d'Ávila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Alberto Tavares Correia, Agente de Estatística do Município).

NOSSA SENHORA DAS DORES — SE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — A 4 de outubro do ano de 1606, Pero Novais de Sampaio obteve uma Carta de sesmaria, de duas léguas de terras em quadra, "para apastorar seus gados e criações", que ia do Outeiro das Piranhas a Enforcados, do lado do poente, ao longo do rio Sergipe, "onde se encontravam terras devolutas e que nunca tinham sido povoadas de brancos".

Diante desta informação histórica, nota-se que a localidade onde teve origem o povoado Enforcados era terra pertencente a Pero Novais de Sampaio, doada por uma das Cartas de sesmaria, concedidas pelo capitão-mor Nicolau Felipe de Vasconcelos. Afora esta sesmaria, Pero Novais de Sampaio adquiriu outras, em lugares diferentes.

Segundo informa Laudelino Freire em seu "Quadro Corográfico de Sergipe", Nossa Senhora das Dores chamava-se Enforcados, por terem sido enforcados em tempos remotos alguns gentios que habitavam nessa freguesia. Mais tarde, vindo um missionário pregar uma Santa Missão, mudou o nome Enforcados para o atual.

Sòmente em 28 de abril de 1858, foi elevada à categoria de freguesia e distrito administrativo, pela Resolução provincial n.° 491, daquela data, cujo Presidente da Província era o Doutor Manoel da Cunha Galvão, que por ordem de sucessão era o 28.°

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

Vista parcial da Praça da Bandeira

Logo no ano seguinte, Nossa Senhora das Dores elevou-se à hierarquia de vila, por fôrça da Resolução n.º 555, datada de 11 de junho de 1859. Como o progresso marchava em passos moderados, a então vila permaneceu durante sessenta e um (61) anos nessa mesma classe hierárquica, até que a Lei estadual n.º 795, de 23 de outubro de 1920, veio elevá-la a uma categoria superior com a denominação de cidade de Nossa Senhora das Dores, desmembrada dos municípios de Capela e Divina Pastôra.

Ingressada que fôra na categoria de cidade, Nossa Senhora das Dores firmou-se e tomou a vanguarda de suas congêneres, tornando-se um centro daquelas zonas para onde convergiam os habitantes da circunvizinhança, pois a sua feira semanal que se realiza às segundas-feiras é uma das melhores da redondeza, motivo pelo qual são atraídos os feirantes de diversos outros municípios do Estado de Sergipe.

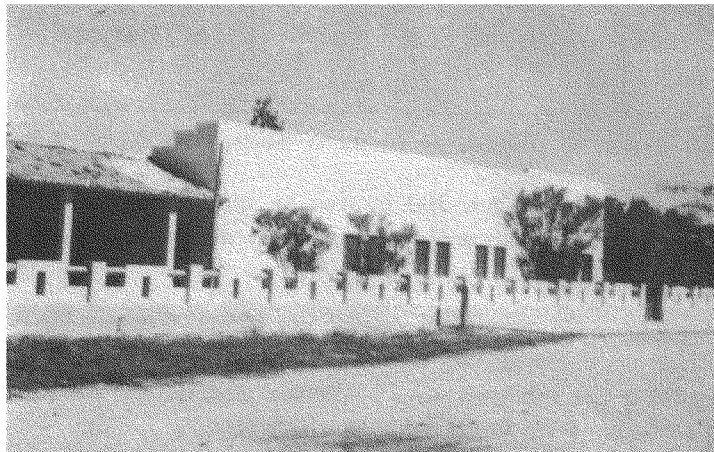
Por aquelas paragens edificaram os habitantes daquele município inúmeros sítios, transformando a zona suburbana de Nossa Senhora das Dores um lugar aprazível e produtor de grande variedade de frutas.

Em 1920, o historiador sergipano Clodomir Silva escrevia no "Álbum de Sergipe" que Nossa Senhora das Dores apresentava um dos mais pitorescos aspectos das localidades do Estado. É uma vila, dizia o ilustre sergipano, asseada e cuidadosamente dirigida, primando a Intendência municipal em mantê-la sempre na melhor condição de regularidade e higiene.

Fôra ali um dos municípios sergipanos onde a indústria do preparo do algodão teve a sua época, cujo produto era a principal fonte de renda dos seus habitantes.

Praça Marechal Deodoro da Fonseca

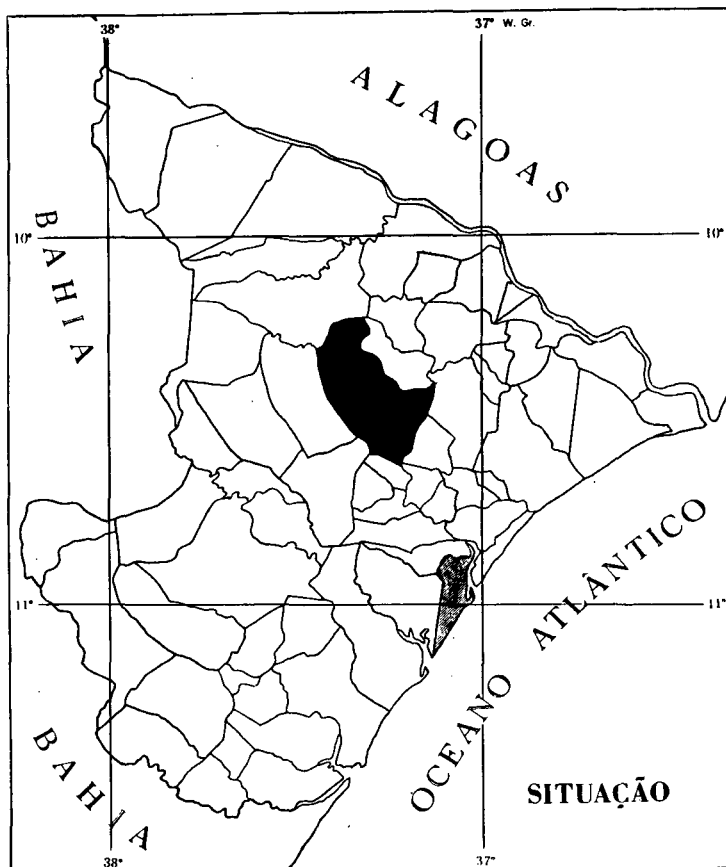
Em divisão territorial e administrativa referente ao ano de 1911, a então vila e município de Nossa Senhora das Dores se compunha de um único distrito que era o do mesmo nome. Ainda na seguinte divisão de 1933, o município não sofrera nenhuma alteração no seu aspecto físico; já era cidade, mas continuava com o seu quadro administrativo sem alteração, no que se refere à parte distrital.

Nas divisões territoriais e administrativas, datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município de Nossa Senhora das Dores é têrmo judiciário da comarca de Capela, e se compõe igualmente de um único distrito que é o do mesmo nome. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para vigorar de 1939 a 1943, o município é ainda composto de um distrito e permanece como têrmo da comarca de Capela. Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a comarca de Nossa Senhora das Dores com os têrmos de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Glória, desmembrados da comarca de Capela, e o de Siriri, desmembrado da comarca de Maruim. De 1944 a 1948, no quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei n.º 533, o município de Nossa Senhora das Dores é composto de um distrito e é têrmo da comarca do mesmo nome, formada pelos têrmos de Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória e Siriri, sendo a divisão judiciária e administrativa confirmada pelo Decreto-lei n.º 651, de 6 de junho de 1945.

Grupo Escolar General Calasans

Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado a vigorar de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, a comarca de Nossa Senhora das Dores é distrito único do mesmo nome e compreende os têrmos da sede e mais Nossa Senhora da Glória, Siriri, Cumbe e Monte Alegre de Sergipe. Mas a Lei estadual n.º 823, de 24 de julho de 1957, instituiu o Código de Organização Judiciária do Estado e criou comarcas, entre as quais Nossa Senhora da Glória, ficando a comarca de Nossa Senhora das Dores com os têrmos seguintes: o de mesmo nome, e Siriri e Cumbe.

LOCALIZAÇÃO — Nossa Senhora das Dores situa-se na Zona Fisiográfica Oeste, em uma extensa planície, a cêrca de 10 quilômetros da margem esquerda do rio Sergipe. Limita com os municípios de Cumbe, Itabaiana, Ribeirópolis, Capela, Siriri e Santa Rosa de Lima. A cidade fica

a 50 quilômetros em linha reta da Capital do Estado de Sergipe, colocando-se em 17.° na ordem de distância de sua sede à da referida Capital, pelo meio mais fácil de transporte que é o rodoviário.

Suas coordenadas geográficas na sede municipal são: 10° 29' 23" de latitude Sul e 37° 12' 14" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Com 200 metros na sede municipal, é o município o 20.° em ordem crescente de altitude no Estado de Sergipe.

CLIMA — O município possui um clima temperado. A temperatura média das máximas, em graus centígrados, é — 34, e das mínimas — 18. Chuvas abundantes são freqüentes no período do inverno, de janeiro a junho.

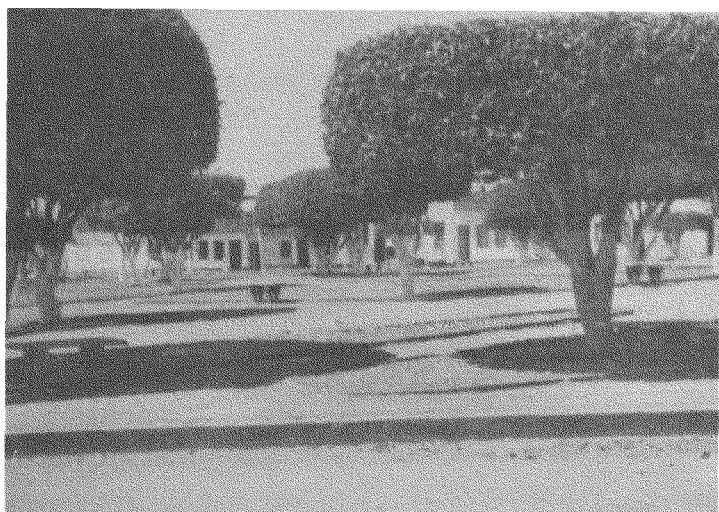
ÁREA — A área territorial do município é de 750 quilômetros quadrados sendo 3,40% do território do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Sergipe, que tem as suas nascentes na Serra Negra, no vizinho Estado da Bahia, a cuja margem esquerda é situada a sede municipal. Os demais acidentes são: um açude com capacidade para 500 milhões de litros de água; a lagoa Grande, distante da cidade cêrca de 6 quilômetros.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, conta o município entre os seus recursos naturais: barro (argila) e pedra para construção, cujos valores das respectivas produções somados alcançaram, em 1956, aproximadamente a importância de Cr$ 24 000,00. No reino vegetal, assinala-se a existência de lenha para cozinha — 71 mil metros cúbicos, extraídos no referido ano, atingindo a cifra de 1 mil e 420 cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil, levado a efeito a 1.°-VII-1950, contava o município de Nossa Senhora das Dores 12 569 homens e 13 583 mulheres — um excesso de 1 014 mulheres sôbre o total de homens, incluindo o atual município de Cumbe, que àquela época pertencia a êste município. A densidade demográfica alcançou a casa de 29,090 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população local segundo a côr, nota-se predominância dos pardos, que formam a categoria mais numerosa com 13 680 indivíduos, ou seja, 52,30% da população total, vindo a seguir os brancos com 10 944 e depois os pretos com 1 516 pessoas, constituindo o menor grupo. Ainda de acôrdo com o censo de 1950, classificou-se a população local de 15 anos e mais, de conformidade com o estado civil, encontrando-se: 7 465 casados, 4 789 solteiros, 902 viúvos e apenas um (1) desquitado. Ainda tendo em vista os resultados censitários de 1950, a população rural era muito superior à urbana e à suburbana, representando 84,30% da população de Nossa Senhora das Dores. Estava assim representada: população urbana — 2 193; suburbana — 1 898 e rural — 22 061. Segundo a estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população de Nossa Senhora das Dores para 1.° de julho de 1956 teria sido aproximadamente de 29 000 habitantes, assim discriminada: zona urbana — 2 400, suburbana — 2 100 e rural — 24 500 habitantes; esta estimativa já exclui o município de Cumbe, que, por ocasião do Censo de 1950, pertencia ao de Nossa Senhora das Dores.

Aglomerações urbana — A aglomeração urbana de maior importância no município é a da sede municipal, que em 1950, segundo os resultados censitários, contava 2 193 habitantes, ou seja, 8,30% da população total do município, esperando-se que tenha alcançado a 1.° de julho de 1956, segundo a estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população de 2 400 habitantes. Além da cidade podem ser mencionadas as aglomerações dos seguintes povoados, cuja população estimada para 1.°-VII-1956 foi: povoado Gado Bravo, 1 000 habitantes; povoado Braburubu, 900 habitantes; povoado Borda da Mata, 850; povoado Aleixo, 800; povoado Logrador, 750 e povoado Campo Grande, 500 habitantes, além de outros de menor importância.

Igreja-Matriz de N. S.ª das Dores

Vista parcial da Praça da Matriz

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os resultados censitários de 1950, cêrca de 89% de sua população de 10 anos e mais de idade tinha como principal atividade a pecuária e a agricultura, vindo depois o comércio de mercadoria e indústria de transformação e, por último, indústria extrativa. O município assenta a sua economia principalmente na produção agrícola.

O montante de sua produção agrícola, em 1956, alcançou a cifra de Cr$ 17 797 000,00. O quadro seguinte resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes ao ano de 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	50	400
Feijão	132	500
Fumo em fôlha	7	150
Mandioca	34	900
Milho	800	400

Em ordem de importância, a pecuária é uma atividade econômica de real valor, pois a estimativa, baseada em coeficiente e realizada nos fins de 1956, apurou os seguintes números do rebanho existente no município de Nossa Senhora das Dores: 24 000 bovinos, 5 700 eqüinos, 400 asininos, 4 500 muares, 8 000 suínos, 2 000 ovinos e 1 500 caprinos.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 62 estabelecimentos varejistas, que mantêm transações comerciais com as praças de Aracaju, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Não conta a cidade com agências bancárias, há, porém, correspondentes dos principais Bancos de Aracaju.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Nossa Senhora das Dores com a Capital do Estado, com as sedes dos municípios limítrofes e com os povoados do seu interior, conforme a seguinte tábua itinerária: Rodovia — Capela (22 quilômetros), Cumbe (18 quilômetros), Itabaiana (76 quilômetros), Nossa Senhora da Glória (54 quilômetros), Ribeirópolis (96 quilômetros), Santa Rosa de Lima (42 quilômetros), Siriri (22 quilômetros) e Aracaju (84 quilômetros). O município não é servido de ferrovia. As principais emprêsas de transporte que trafegam pelo município são: Emprêsa Nossa Senhora das Dores, inaugurada em 1954, e Emprêsa "São Pedro", inaugurada em 1948, as quais transportaram em 1956 uma média de 30 000 passageiros. Contam-se no município de Nossa Senhora das Dores 8 automóveis particulares, cinco caminhões e 3 ônibus. O município dispõe de uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade compõe-se de 32 logradouros públicos, sendo 5 inteiramente calçados a paralelepípedos e 1 pavimentado em parte; 1 rua e 4 praças arborizadas, 1 praça ajardinada e 1 arborizada e ajardinada. A pavimentação da cidade está assim estimada: 50% de área dos logradouros públicos são pavimentados a paralelepípedos; 10%, a pedra irregular; 30%, a terra melhorada e 10% sem pavimentação.

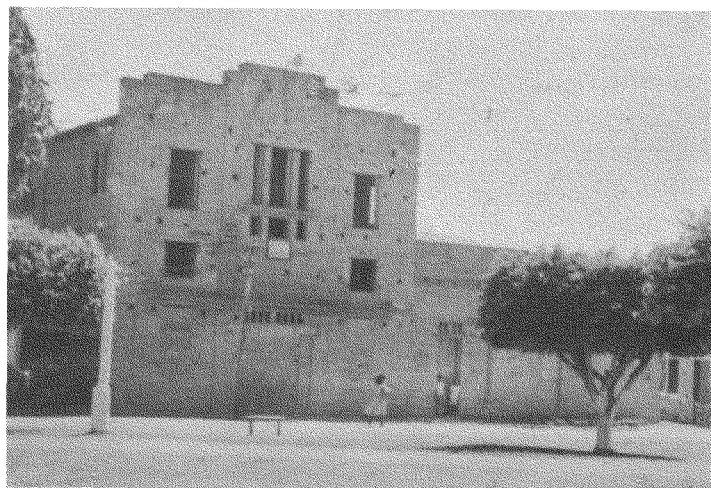
A cidade conta com um cinema, que dispõe de 250 cadeiras e funciona 4 vêzes por semana. Funcionam duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município encontra-se regularmente dotado de estabelecimento que proporciona assistência médico-sanitária à população menos favorecida da sorte, pois conta com um pôsto de higiene, dirigido por um Guarda Sanitário e servido por dois atendentes e auxiliares de enfermagem e uma visitadora sanitária.

Exerce atividades clínicas no município, um médico; há 2 farmácias e um dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Crédito Agropecuária de Nossa Senhora das Dores tem por finalidade facilitar crédito aos lavradores. Foi fundada em 31 de julho de 1944 e instalada na mesma data; foi registrada sob o númreo 2 100, em data de 19 de outubro de 1944.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante os resultados censitários de 1950, a população do município de Nossa Senhora das Dores, com 5 e mais anos de idade, somava 12 120 pessoas, sendo 10 017 homens e 11 103 mulheres, das quais sabiam ler e escrever 4 979 — 2 581 homens e 2 398 mulheres, ou seja, 23,6%. Naquela data os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 369; o curso médio, 27; e superior, apenas 3.

Ensino — Em 1955, havia no município 25 unidades escolares do ensino fundamental comum, duas de ensino supletivo e uma de datilografia. O município não conta com

Cinema e Biblioteca Pública (em construção)

estabelecimentos de ensino que ministrem grau além do elementar. A matrícula em 1956 foi de 1 224 alunos, e o aproveitamento atingiu 278 estudantes, os quais foram promovidos.

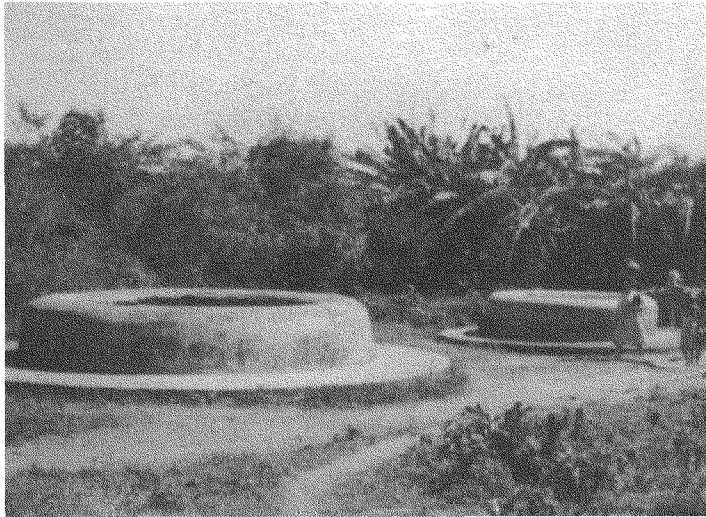
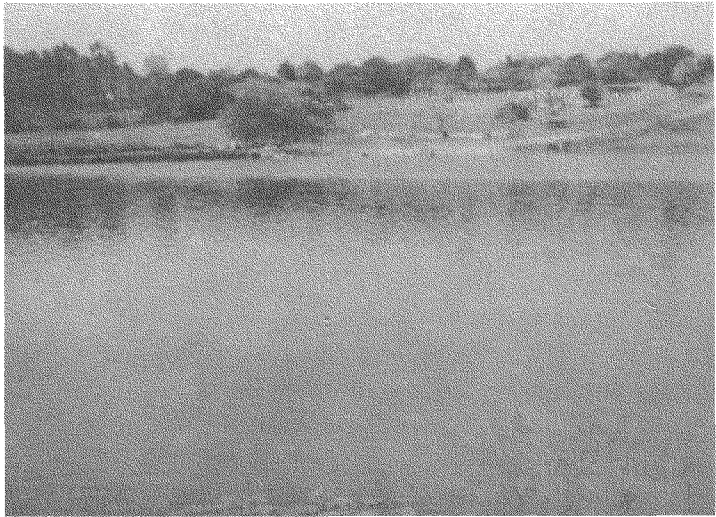
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A instituição cultural existente no município é a Biblioteca Paroquial "Ceciliano de Andrade", inaugurada em 1946, com um total de 2 318 volumes, assim especificados: obras gerais, Religião, Ciências Sociais, Literatura, História, Geografia e Biografia, e Português.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte retrata o movimento financeiro do município, bem como a despesa realizada pelo mesmo, no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	118	703	459	...	725
1951.......	151	969	504	152	242
1952.......	160	1 010	737	246	608
1953.......	229	1 161	971	282	589
1954.......	185	1 130	858	268	1 382
1955.......	917	1 183	790	264	810
1956.......	165	1 896	1 158	353	857

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião católica predomina entre a população do município, conforme apurou o VI Recenseamento Geral do Brasil em suas operações realizadas a 1.º de julho de 1950: dos 26 152 habitantes do município, 25 127 declararam-se adeptos do catolicismo, 120 pessoas se manifestaram pertencentes ao protestantismo, 10 pronunciaram-se espíritas, 30 confessaram-se partidárias de outras religiões e 50 pessoas não revelaram a quem prestavam culto. Do exposto se infere que quase 96% da população de Nossa Senhora das Dores é católica.

O município é da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, eclesiàsticamente subordinada à Diocese de Aracaju. Freguesia criada em 28 de abril de 1858, pela Resolução provincial n.º 491. A principal festa religiosa é a da padroeira, realizada a 16 de setembro de cada ano; é precedida de novena e finaliza com uma procissão, para a qual acorre grande número de fiéis.

As demais festas levadas a efeito são: Natal; a 24 de dezembro, há uma feira com variadas diversões encerradas

Pedreiras "Fontes de água potável"

Vista parcial do açude público

com a Missa do Galo à meia-noite. A festa do Ano Bom se faz na passagem de ano, quando também há feira nas mesmas condições da de Natal.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos ilustres do município destaca-se: *Floro da Silveira Andrade* — nasceu a 18 de agôsto de 1871. Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe. Clinicou em Aracaju, Manaus, onde foi médico adjunto do Exército. Exerceu o jornalismo, colaborando em vários jornais de Sergipe e Bahia; no campo da literatura médica, escreveu: "Irite e seu Tratamento", que é uma dissertação sôbre a membrana íris.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município de Nossa Senhora das Dores recebem o gentílico dorense.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito em 3 de outubro de 1954 o Sr. Antônio dos Reis Lima. A Câmara Municipal é constituída de cinco vereadores. Colégio eleitoral: eleitores inscritos — 4 496, dos quais votaram sòmente 2 256; a abstenção foi de 49,8%.

(Elaboração de: Abdias Batista e Silva, Agente de Estatística. Agente de Estatística do Município: José Menezes Leal.)

NOSSA SENHORA DO SOCORRO — SE

Mapa Municipal na pág. 359 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Nas terras que em 1575, quando das primeiras penetrações de portuguêses em território de Sergipe, eram dominadas por indígenas da tribo do cacique Serigy, fundou-se um pequeno núcleo demográfico, que, a 25 de setembro de 1718, foi elevado à categoria de freguesia, por decisão do Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro de Violi, sob a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar da Cotinguiba.

A notícia mais remota, constante de documento histórico, com referência à vida dessa freguesia, encontra-se em um memorial dirigido pelo Vigário José de Souza ao Arcebispo da Bahia, em 1757, em o qual são feitas várias referências à freguesia, inclusive a estimativa da sua área territorial, que seria de cêrca de 10 léguas quadradas — um

Prefeitura Municipal

pouco exagerada aliás — onde, segundo o mesmo memorial, já habitavam, aproximadamente, 4 200 pessoas.

Nos manuscritos de autoria do Padre Marcos Antônio de Souza, que foram localizados através do catálogo do Museu Britânico, organizado por F. F. Figamiere, já se encontram referências do autor ao progresso da freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba, em 1802.

Naquela época, metade da população da vila de Santo Amaro das Brotas era representada por habitantes da freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba, sendo, pois, um dos mais importantes núcleos da colonização da Província de Sergipe, onde viviam cêrca de sete mil pessoas, que além do comércio de produtos manufaturados que importavam da Bahia, dedicavam-se, também, ao plantio de cana e à manipulação do açúcar que exportavam.

Chegava a afirmar D. Marcos Antônio de Souza, nos célebres manuscritos que foram encontrados no Museu de Londres, e que oferecem magnífico subsídio ao estudo da história de Sergipe, até 1802 que, nesse ano, acreditava serem aquelas terras as de maior densidade demográfica de Sergipe e ajuntava: "porque em três léguas quadradas — tal a extensão da metade da freguesia de Socorro — habitavam mil cultivadores".

Daí para cá, teve início um certo declínio do prestígio e da importância da freguesia, que, por fôrça da criação da vila de Laranjeiras, em 1832, teve o seu território anexado ao daquela vila, a despeito de continuarem os seus habitantes a lutar pelo seu desmembramento da citada vila de Laranjeiras, chegando mesmo a representarem ao Conselho da Província, manifestando esta pretensão e protestando contra a anexação.

A Câmara de Laranjeiras, que se instalava a 4 de fevereiro de 1833, já a 12 de abril do mesmo ano, por seu turno, dirigia-se, também, em forma de representação, ao Presidente da Província, contra as aspirações dos socorrenses, que continuavam lutando pela emancipação da antiga freguesia.

Entre as alegações da Câmara de Laranjeiras, justificando a sua oposição, destacam-se as ponderações de ser a povoação de Socorro distante apenas uma légua da de Laranjeiras, e a ausência de comércio na localidade, o que obrigava os seus habitantes a se dirigirem, tôdas as semanas, ao mercado da grande feira de Laranjeiras, para se proverem dos gêneros de que precisavam.

Às ponderações de natureza econômica acima citadas faziam juntar outras, porém, de natureza político-administrativa, inclusive a de não possuir a paróquia de Socorro mais de 20 cidadãos que satisfizessem os requisitos da lei, para servirem nos cargos de governança, o que resultaria em reeleições sucessivas e daí o exercício dos cargos públicos em caráter quase vitalício.

Pouco valeram os protestos da Câmara de Laranjeiras, pois em 19 de fevereiro de 1835 foi o povoado de Nossa Senhora do Socorro elevado à categoria de vila, desmembrada de Laranjeiras e, em conseqüência, na mesma data, criado o município. Viram, por fim, os habitantes de Socorro, num espaço de tempo que não atingiu dois anos, coroados de êxito os seus ingentes esforços.

Entretanto, o destino reservava novo golpe à então importantíssima freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Tomar da Cotinguiba. Veio êsse segundo golpe com a Lei provincial númeroi 413, de 17 de março de 1855, que criou o município e a cidade de Aracaju, para onde se transferia a Capital da Província e incorporava às terras do novo município as do território de Nossa Senhora do Socorro e ainda mais, suprimia êste município. A nova Capital surgia pois, sacrificando os foros de município ao de Socorro.

Nove anos depois, a 7 de julho de 1864, pela Resolução provincial n.º 701, era criado o distrito de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, inauguranlo-se nova fase para a recuperação do seu antigo prestígio e do nunca esquecido desejo dos seus habitantes, de verem a localidade novamente elevada à categoria de município.

Pouco tardou para que novamente recebesse Socorro o prêmio dos esforços dos seus habitantes, pois, menos de quatro anos depois, pela Lei provincial n.º 792, de 14 de março de 1868, era restaurada a velha comuna de Cotinguiba, tendo as suas terras desmembradas do território do município de Aracaju, como um justo reparo à usurpação de que foi vítima em 1855.

Estabilizou-se a situação do município, que passou a ser conhecido na forma simplificada de Socorro, como apareceu nas divisões territoriais correspondentes aos anos de 1911 e 1933, que estabeleciam judiciàriamente um único distrito para a comuna, que era o da sede municipal.

A legislação federal regulamentadora da divisão territorial do Brasil, já sob inspiração do I.B.G.E. na parte relativa à duplicidade dos nomes dos municípios e vilas brasileiras, atingiu o município de Socorro, o qual, pelo

Escolas Reunidas Dr. J. E. da Costa Pinto

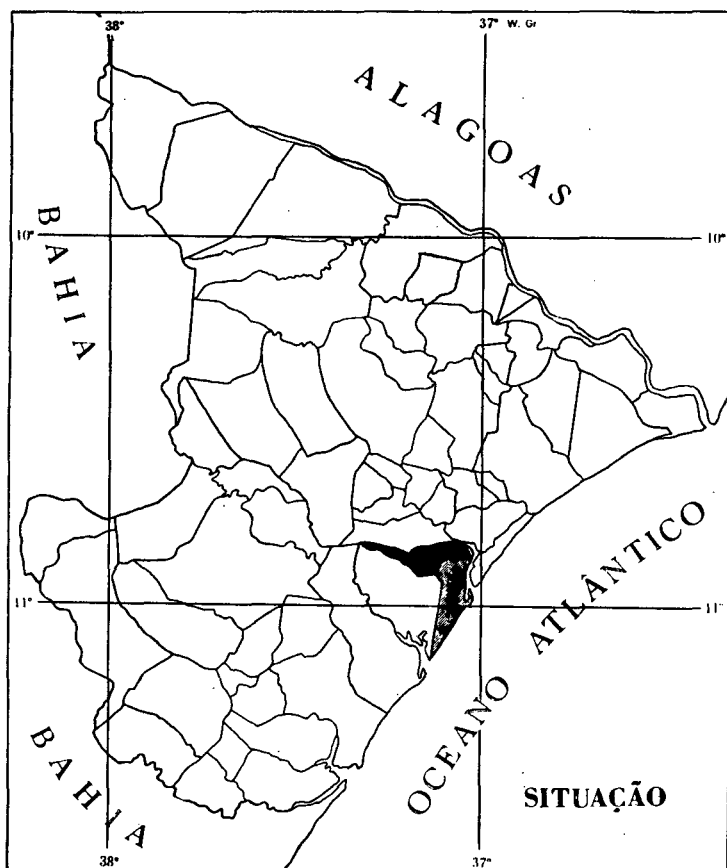
Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Cotinguiba, como aparecia no quadro territorial do Estado, aprovado pelo citado Decreto-lei, com o seu único distrito judiciário.

O novo topônimo era usado sòmente em documentos oficiais, nunca chegando à linguagem do povo daquele e de outros municípios e, por isto, atendendo a tal motivo, os podêres constituídos do Estado, pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, fizeram-no voltar a denominar-se, como nos seus primeiros tempos, Nossa Senhora do Socorro, suprimindo-se, apenas, o complemento "do Tomar da Cotinguiba", que tornaria o topônimo por demais extenso.

O atual município de Nossa Senhora do Socorro é têrmo da comarca de Laranjeiras, já tendo há algum tempo pertencido, também como têrmo, à de Aracaju, situação em que se encontrava em 1920. Aliás, antes da fundação da Capital, até 1855, pertencia à comarca de Laranjeiras.

O seu atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, é: Município de Nossa Senhora do Socorro, distrito único, têrmo da comarca de Laranjeiras.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município de Nossa Senhora do Socorro fica localizado na Zona do Litoral, limitando com os municípios de São Cristóvão, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas e Aracaju.

A sede municipal fica em local elevado, cercado de "apicuns", com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 10° 51' e longitude W. Gr. — 37° 07', sendo uma das cidades sergipanas mais próximas da Capital do Estado, que fica a uma distância de apenas 10 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de N. S.ª do Socorro

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 10 metros.

CLIMA — O clima do município é mais ou menos variável, sendo os seguintes os resultados das observações climáticas em 1956, expressas em graus centígrados: média das máximas registradas — 31; média das mínimas — 18; média ponderada — 24. No trimestre de junho a agôsto, as chuvas são mais freqüentes, no município.

ÁREA — A área territorial totaliza 190 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rios — Sergipe, nasce nas fraldas da Serra Negra, nos limites de Sergipe com a Bahia. Corre a princípio de nordeste a sudeste até atravessar a serra de Itabaiana, daí se inclina para o sul, indo desembocar no Oceano Atlântico a pouca distância da cidade de Aracaju, Capital do Estado. Banha o município de Nossa Senhora do Socorro, onde atinge uma profundidade que varia de 10 a 15 metros, sendo navegável em todo o seu curso dentro do território dêsse município; Cotinguiba, que nasce ao Norte da serra de Itabaiana nas matas da antiga Usina Cafuz, no município de Laranjeiras e reúne suas águas às do rio Sergipe, no lugar denominado "Doido"; é navegável por pequenas embarcações — saveiros e canoas — até cêrca de 35 quilômetros acima da sua embocadura, enquanto recebe a influência do fluxo e refluxo das águas do mar; e Poxim Mirim, rio de pequena importância, que tem as suas cabeceiras entre os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão — vem lançar suas águas no rio Poxim, pouco abaixo da lagoa da Jagotiana. Não é navegável, sendo pequena a sua profundidade que não ultrapassa de 5 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município de Nossa Senhora do Socorro é um dos mais ricos do Estado de Sergipe, existindo muito próximo à sede municipal importantíssima mina de sal-gema, única no Brasil, e que, pelo seu elevado teor de pureza é considerado como o 4.º do mundo. Essa mina, cuja exploração está interrompida de alguns anos para cá, chegou a fornecer grande quantidade de sal-gema para charqueadas do sul do país. A extração do minério era feita pelo processo de hidratação, não apresentando um resultado compensador.

Vista parcial da cidade

Cogitou-se, há algum tempo, da exploração industrial dessa mina por importante firma internacional, não se tendo concretizado algo de positivo até o presente momento.

No projeto de exploração estava prevista a instalação, no município, de importante fábrica de soda cáustica e produtos outros, derivados do sal-gema. Inexplicável e lamentàvelmente, a fábrica, que deveria ser instalada em Sergipe, está sendo montada em outro ponto do território nacional, onde são incomparàvelmente menores as reservas de matéria-prima que também é de inferior qualidade. A despeito, pois, das facilidades que oferece a mina de sal-gema de Sergipe, para uma exploração e industrialização, distando poucos quilômetros do pôrto de Aracaju e dispondo, ainda, a região, de energia elétrica farta e relativamente barata, fornecida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, hoje pouco já se fala nas suas possibilidades econômicas e os podêres constituídos, cansados de lutar por aquêle grande empreendimento para a economia sergipana, sem que tenham sido recompensados nos seus esforços, nesse sentido, voltam, agora, as suas vistas para a lavoura e industrialização do côco-da-baía, que poderá ser feita com os próprios recursos de que se dispõe no Estado, independentemente de maior interferência de órgãos estranhos à sua administração.

Ainda como riqueza natural de origem mineral, deve ser incluído o sal marinho, grandemente extraído nas salinas do município, que é o maior produtor de sal do Estado.

De origem animal, sòmente a grande variedade de peixes e mariscos encontrados nos rios do município pode ser incluída como tal.

POPULAÇÃO — A população total do município atingia, em 1.º de julho de 1950, segundo dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, 7 276 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 38,295 habitantes por quilômetro quadrado da área territorial do município.

Segundo o sexo, 3 685 habitantes recenseados eram homens e 3 591, mulheres. Quanto à côr, maior parte da população era constituída de pretos com 2 966 pessoas, seguidas dos pardos com 2 442, vindo, por fim, os brancos, com 1 866.

Classificando-se a população recenseada com 15 anos e mais, segundo o estado civil, constata-se que 1 908 habitantes eram casados; 1 745, solteiros; 335, viúvos; e, sòmente 1 era desquitado.

A religião católica romana preponderava entre os habitantes do município, em 1.º de julho de 1950, com 7 146 fiéis recenseados, aparecendo as demais com um número insignificante de adeptos, sendo que a seita protestante era a que maior número apresentava, com 87, seguida da espírita, com 24. Professando outras religiões apareceram apenas 12 pessoas, sendo que sòmente 7 recenseadas declararam não possuir religião.

Segundo a situação dos domicílios a maior parte da população foi recenseada na zona rural do município, onde habitavam 5 876 pessoas. Excluídas as atividades domésticas, que ocupam grande parte da população feminina do município, o ramo de atividade que maior número de pessoas abrangia era a agricultura e a pecuária, com 888 indivíduos ligados à ocupação dessa naturêza. Na indústria trabalhavam 533 habitantes, enquanto que no comércio, estavam colaborando, apenas, 108 pessoas. Com afazeres ligados a outros ramos de atividade encontravam-se 354 habitantes, estando incluídos entre êstes os que trabalhavam na administração e justiça públicas, em transportes e comunicações e em prestação de serviços. Em situação de inatividade foram recenseadas 503 pessoas. Entre 2 583 habitantes que se dedicavam a afazeres domésticos, estão incluídos, também, os que freqüentavam, como discentes, estabelecimentos de ensino e não possuíam outras ocupações que se pudessem considerar como principal.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, que tomaram por base os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, davam para o município uma população de cêrca de 8 000 habitantes em 1.º de julho de 1956, dos quais, segundo a situação dos domicílios, aproximadamente 6 500 foram localizados na zona rural.

Pôsto Médico do povoado Sobrado

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana do município é a sede municipal, que contava em 1.º de julho de 1950 com 1 400 habitantes, sendo que, dêstes, segundo a situação dos domicílios, 985 foram recenseados na zona urbana da cidade e 415, na zona suburbana.

De acôrdo com as previsões do Departamento Estadual de Estatística, os quadros urbano e suburbano de Nossa Senhora do Socorro contariam, em 1.º de julho de 1956, uma população aproximada de 1 500 habitantes.

Há, ainda, no município, os povoados de Taiçoca de Fora, Oiteiros, êstes dois os mais importantes em população, estimada em 1 200 e 700 habitantes, respectivamente. Também são povoados situados no território de Nossa Senhora do Socorro: Sobrado, Taboca, Taiçoca de Dentro, Pôrto Grande e Calumbi, com populações estimadas entre 300 e 400 habitantes, não atingindo, nenhum dêles, a casa dos 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta na extração do sal marinho de que Nossa Senhora do Socorro é o maior produtor do Estado, atingindo a sua produção em 1956 a cifra de 12 459 toneladas no valor total de Cr$ 4 983 600,00. Essa indústria ressente-se, porém, do baixo preço do produto, que não acompanhou os mesmos índices dos demais, nem o ritmo acelerado da evolução inflacionária que vem grassando em todo o território nacional. Atualmente já se percebe o empenho dos proprietários de salinas em incentivar a produção, pois ao baixo custo do produto deve ser acrescentado o elevado preço do seu transporte para centros consumidores, o que torna a referida indústria pouco lucrativa e até causadora de grandes prejuízos por falta de colocação do produto que fica armazenado, aguardando um preço compensador, que, freqüentemente, não chega a tempo de salvar o industrial de uma situação bastante crítica.

Quando se trata de riquezas naturais do município, na parte referente a riquezas de origem mineral, foram feitas referências à grande mina de sal-gema. Não seria demais voltar a tratar do mesmo e importante assunto neste capítulo, pois, explorada essa mina e industrializado devidamente o minério da maneira que chegou a ser projetada, dar-se-ia o ressurgimento do município com a importância econômica. Enquanto, porém, permanecerem na situação atual as possibilidades econômicas do município que se

Hôrto Florestal de Ibura

fundamentam na decadente indústria de extração do sal marinho, não terá êle grandes perspectivas de recuperação.

No que concerne às atividades agrícolas do município, também sem grande expressão econômica, destacam-se as culturas constantes do quadro abaixo:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	4 800	2 400
Côco-da-baía	424	1 138
Feijão	59	882
Milho	88	367
Mandioca	210	315

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos, com 6 120 cabeças, sendo que o efetivo dos demais não merece registro pela sua insignificância.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal um total de 14 estabelecimentos comerciais, sendo 2 grossistas e 12 varejistas, preponderando entre êstes pequenas casas comerciais de secos e molhados.

No município não funciona nenhum banco ou agência de estabelecimento de crédito, não havendo, também, correspondentes bancários, pois a pequena distância da Capital permite que tôdas as operações de crédito sejam ali realizadas sem grandes dificuldades.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é muito bem servido de transportes, haja vista que dispõe de ferrovia, rodovia e, mais, da via fluvial. A Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, que incorporou a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, liga o município de Nossa Senhora do Socorro, através da sede municipal e o povoado Calumbi, a todos os demais servidos dêsse meio de transporte.

Antes da construção das Rodovias BR-11 e BR-27, todos os veículos que de Aracaju demandavam o norte ou centro do Estado tinham que transitar, obrigatòriamente, pela sede municipal. Hoje, porém, sòmente os veículos de transporte coletivo de passageiros transitam pela cidade, que também se via privada de grande parte dos inúmeros caminhões, que ali estacionavam. O embarque por via fluvial é feito em pequenos portos localizados na zona rural do município, atuando, quase que exclusivamente, para o transporte de cargas.

Os municípios vizinhos acham-se ligados a Nossa Senhora do Socorro da maneira seguinte: Aracaju (Capital do Estado), rodovia (16 quilômetros) ou ferrovia (11 quilômetros); Laranjeiras, rodovia (8 quilômetros) ou ferrovia (6 quilômetros); São Cristóvão, rodovia (30 quilômetros) ou ferrovia (39 quilômetros) e Santo Amaro das Brotas, rodovia (27 quilômetros). À pouca distância da sede municipal fica um pequeno pôrto fluvial, que liga a cidade às de Laranjeiras (3 quilômetros) e Santo Amaro das Brotas (12 quilômetros), por êsse meio de transporte.

Acha-se localizada no município uma Agência Postal, mantida pela União, através do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação Telegráfica, da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Há, ainda, na sede municipal, uma Estação Telefônica mantida pela Rêde Telefônica Sergipana, para ligações interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nossa Senhora do Socorro fica localizada sôbre uma pequena elevação, com rampas de declives muito acentuados, que prejudicam bastante o seu aspecto urbano e dificultam os trabalhos de pavimentação dos logradouros, que se torna honerosa para os cofres da municipalidade.

Sòmente uma rua se encontra pavimentada a paralelepípedos, representando apenas 5% do total da área ocupada pela sede municipal.

No lado norte da principal praça da cidade fica localizada a antiga igreja Matriz, construída em bonito estilo colonial e ornamentada com belíssimas esculturas em pedra.

A iluminação pública e domiciliar da cidade é fornecida por um grupo gerador dísel, mantido pela Prefeitura Municipal.

Encontram-se registrados os seguintes veículos a motor: 4 automóveis e 1 caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos habitantes do município através de três postos médicos, um localizado na sede municipal, mantido pelo Estado e o município, em regime de convênio, e os dois outros nos povoados Sobrado e Taiçoca de Fora, o primeiro mantido pelo Estado e o segundo, pelo município.

Na "Cidade de Menores Getúlio Vargas" funciona um pequeno hospital com 34 leitos, para tratamento exclusivo de menores abandonados e delinqüentes internados naquele estabelecimento de ensino especializado.

Há ainda no município a "Colônia Lourenço Magalhães" mantida em regime de convênio pelo Estado e a União, representada pelo Serviço Nacional de Lepra, do Ministério da Saúde, com 82 leitos para internamento. Essa colônia, muito embora se encontre localizada em território do município de Socorro, destina-se a atender às necessidades de internamento de leprosos de todo o Estado.

ALFABETIZAÇÃO — A população em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, de acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, atingia no dia 1.º de julho de 1950, 6 028 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 665, apresentando um índice de alfabetização de 27,6%.

Ainda com base nos mesmos resultados censitários constata-se que, das pessoas recenseadas com 10 anos e mais, 146 haviam concluído o curso primário elementar, 45 tinham concluído curso do nível médio e 7 eram portadores de diploma de curso superior.

Ensino — Há em todo o município 20 unidades escolares do ensino primário elementar, com matrícula de 712 alunos em 1956 e um aproveitamento escolar de 206 aprovações no fim do ano letivo.

À pequena distância da sede municipal fica a cidade de Menores Getúlio Vargas, estabelecimento de ensino especializado, destinado à recuperação de menores abandonados e delinqüentes. Trata-se de um moderno e bem aparelhado estabelecimento de reparação social, mantido pelo Estado, que funciona em modernos prédios com oficinas, destinadas a tornar os alunos, no futuro, homens úteis à sociedade. A União colabora na manutenção dêsse estabelecimento através do Serviço de Assistência a Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte reúne o movimento financeiro do município no período compreendido entre 1950 e 1956, apresentando as receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelo município e a despesa realizada, no citado período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	621	375	411	120	422
1951	791	538	443	150	254
1952	697	541	559	170	273
1953	688	544	796	160	481
1954	697	451	790	211	383
1955	860	544	847	284	385
1956	889	799	747	512	524

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja Matriz da cidade é tombada como patrimônio histórico e artístico, datando a sua construção do século XVI, sendo, pois uma das mais antigas do Estado, possuindo aspecto muito interessante o seu estilo colonial com pedras ornamentadas. Êsse imponente templo católico foi construído pelos Padres da Companhia de Jesus.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — No dia 2 de fevereiro de cada ano são celebrados os festejos consagrados à padroeira do município, Nossa Senhora do Socorro, e no dia 15 de agôsto comemora-se o dia de Nossa Senhora do Amparo. São festejos de cunho eminentemente religioso que contam, também, para seu maior brilho, com o concurso de folguedos populares como feiras-livres que se organizam durante as novenas que antecedem as festas e que se prolongam até o dia do encerramento, com jogos e diversões de tôda a natureza, aparecendo, vez por outra, um "Reisado", como uma saudosa lembrança folclórica do passado, quando além do "Reisado", hoje apresentado sem o brilho de então, apareciam, ainda, o "Bumba-meu-boi" e a "Chegança".

VULTOS ILUSTRES — São ilustres filhos do município de Nossa Senhora do Socorro: *Marechal Antônio Enéas Gustavo Galvão,* Barão do Rio Apa, nasceu a 19 de outubro de 1832 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de março de 1895. Militar inteiramente compenetrado de elevado alcance social da carreira que abraçou. Em 1868, tomou parte no sítio de Humaytá, tendo-se portado com bravura nos combates travados nos dias 26 de julho, no Chaco, e 6 de dezembro, no ataque a Itororó, onde se distinguiu pela sua bravura recebendo em combate grave ferimento que o obrigou a retornar ao Brasil. A 30 de março de 1889 era agraciado com o título de Barão do Rio Apa, em retribuição aos grandes serviços que prestou à Pátria.

Manoel dos Passos de Oliveira Teles — bacharel, nasceu a 29 de agôsto de 1859. Versado nas línguas grega, latina, inglêsa e francesa. Escreveu, entre outras, as seguintes obras: "Chrystofaneida", lendas e contos, "Ensaio sôbre a Música Popular em Sergipe", Aracaju — 1899; "A Geologia Cretácea e Terciária do Brasil", Sergipe e Alagoas, por Jakn C. Braner — tradução — Aracaju 1899; "De Itapoã a São Francisco" — limites meridionais de Sergipe — Aracaju — 1918 — Faleceu em Aracaju a 14 de maio de 1935.

Dr. José Augusto Barreto — médico, nascido a 16 de julho de 1928, tem dois importantes trabalhos publicados no Boletim do Hospital de Cirurgia, que são considerados de grande valor científico: "Infantilismo Esplênico" e "Uma Família de Esplenomegálicos".

É um dos médicos sergipanos mais conhecidos nas rodas científicas de todo o país, pela sua cultura e apêgo aos estudos, estando sempre atualizado com tudo que se publica em todo o mundo e que possa interessar à sua carreira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município o "Hôrto Florestal de Ibura" que realiza farta distribuição de mudas de grandes e variadas espécies de árvores, destinadas ao reflorestamento do Estado. A "Estação Experimental de Quissamã", também, como o Hôrto Florestal, mantida pelo Ministério da Agricultura, se destina ao incentivo da produção agrícola, com o fornecimento de sementes selecionadas e construindo campos de experimentação em várias propriedades agrícolas.

Os nascidos em Nossa Senhora do Socorro são denominados socorrenses.

O atual Prefeito do município é o Sr. Fausto Góes Leite que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, quando, também, foi constituída a Câmara Municipal para a presente legislatura, composta de 5 vereadores.

Dos 2 176 eleitores inscritos no município, 1 214 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 42,9% do eleitorado.

(Elaboração: Paschoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município: José Bispo dos Santos).

PACATUBA — SE

Mapa Municipal na pág. 315 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Assentado em um vasto planalto, de onde se goza um delicioso panorama, na confluência do rio Poxim do Norte com o Betume, no comêço do século XVII, havia um aldeamento de índios, onde imperava o cacique Pacatuba que dava seu nome à povoação. Em 1575, já se tinha notícia dessa aldeia de gentios, cujo Chefe dominava do Poxim do Norte ao São Francisco e daí à serra da Tabanga.

Quando Cristóvão de Barros, em 1589, teve de atacar, positivamente, a conquista de Sergipe, período em que jogou todos os recursos de que dispunha o govêrno da Bahia, cumprindo ordens de Felipe II da Espanha que reinava em Portugal, teve que enfrentar ardorosas lutas com os indígenas dessa região, chefiados por Baepeba nas margens do Irapiranga, vindo, afinal, a vencê-los, o mesmo ocorrendo nos aldeamentos chefiados por Serigy e Siriry, situados mais ao norte.

Antes que as colunas de Cristóvão de Barros atingissem seus domínios, os caciques Japaratuba e seu irmão Pacatuba já se preparavam para se apresentar com os seus guerreiros, ao conquistador, o que fizeram nas terras antes dominadas por Siriry, com o aparato das formalidades suas costumeiras, pedindo paz.

Do aldeamento de Pacatuba, Cristóvão de Barros tendo as suas colunas engrossadas pelos guerreiros dos dois chefes indígenas que se rendiam, e tendo mais a seu favor a fama e a notícia do seu prestígio, não teve dificuldade de implantar as suas normas até os domínios de Pindahyba, outro Chefe indígena, que se estabelecia na ilha de São Pedro do Pôrto da Fôlha e tinha os seus domínios se estendendo da serra da Tabanga até às margens do riacho Tamanduá.

Assim aparece o atual município de Pacatuba na história da conquista do território sergipano, que, já na época da colonização, teve as suas terras incluídas na sesmaria de Pedro de Abreu Lima, a qual ia da barra do São Francisco à serra da Tabanga e daí às nascentes do Japaratuba e Sergipe, não se incluindo as terras dos aldeamentos indígenas, segundo afirmação de Clodomir Silva no "Álbum de Sergipe", sem, contudo, entrar em maiores detalhes que

Prefeitura Municipal e Agência de Estatística

Vista parcial da cidade

pudessem comprovar a fonte onde colheu tal elemento histórico.

Até então, já havia na capitania de Sergipe incipientes mostras de colonização, que foram destruídas quando do domínio dos holandeses que durou de 1637 a 1645, sem que nenhum vestígio ficasse em Sergipe do decantado espírito de organização e operosidade do povo flamengo.

Pelos meados do século XVII, foi construída, pelos Padres da Companhia de Jesus — os Jesuítas — uma capela para a catequese e evangelização dos indígenas, justamente no mesmo local onde ficava o aldeamento da tribo do cacique Pacatuba.

Expulsos os Jesuítas dos domínios portuguêses, por determinação do Marquês de Pombal, o que ocorreu em 1732, a Missão Jesuíta de Pacatuba foi entregue, com tôdas as suas terras, aos Frades da ordem Franciscana, que ocuparam a antiga residência na povoação e iniciaram, desde logo, a construção de uma igreja, dedicada a São Félix de Cantalice, templo êste que teve a sua construção terminada no ano de 1810.

A povoação iniciava nova fase de progresso sob a tutela dos Franciscanos, chegando a alcançar, em 1802, uma população de 541 índios, que se elevava, em 1808, para 700 naturais, segundo D. Marcos de Souza em suas "Memórias da Capitania de Serzipe".

A 6 de fevereiro de 1835, por Lei provincial, foi criada a freguesia de São Félix da Pacatuba, tendo descritos os seus primeiros limites. Era dado, assim, o primeiro passo para a emancipação do município, incluindo o território do atual município de Japoatã.

Pela Resolução número 666, de 13 de maio de 1864, a freguesia de Pacatuba foi elevada à categoria de vila, já então atingindo foros de município, permanecendo os mesmos limites da freguesia, para o respectivo têrmo. A autonomia municipal sòmente se verificou, porém, dez anos depois, por fôrça da Resolução provincial número 98, de 2 de maio de 1874, tendo as suas terras desmembradas do município de Vila Nova, hoje Neópolis.

Até 1910, se estabilizava a situação do município, quando, então, os pacatubenses foram surpreendidos, com as disposições da Lei número 583, de 23 de novembro daquele ano, que criava o novo município de Jaboatão, na antiga missão dos Jesuítas, no "Riacho do Meio".

De pronto esboçou-se a reação dos habitantes e autoridades de Pacatuba, que não encontravam motivos para se conformarem com a criação da nova comuna, sobretudo tendo esta incorporado em seu território granle parte das terras que pertenciam a Pacatuba, desde a época da conquista de Sergipe.

Os esforços do povo de Pacatuba, enviando constantes protestos aos podêres constituídos do Estado através de próceres políticos de grande influência não foram debalde. O novo município de Jaboatão, hoje Japoatã, não chegou a ser instalado, vindo, conseqüentemente, a caduquice da Lei, que não chegou a produzir os seus efeitos.

Estava reservado para dezesseis anos depois novo golpe que iria ferir a soberania de Pacatuba, tão ardorosamente defendida pelos seus filhos em 1910. Eram as disposições da Lei estadual número 960, de 20 de outubro de 1926, que transferia a séde do município, da vila de Pacatuba para a de Jaboatão, ficando a primeira reduzida à categoria de povoado.

Desta vez, porém, de nada valeram os reclamos e protestos dos habitantes de Pacatuba, que, como povoação apenas, passou quase doze anos, sem que, contudo, fôsse apagada do espírito daquela gente a reivindicação de ver retornando, o histórico povoado, à situação que desfrutou desde os tempos da Colônia, no quadro da Província de Sergipe d'El Rei.

Um novo passo foi dado então, para que o velho município fôsse restaurado. Por fôrça da disposição do Decreto-lei estadual de 28 de março de 1939, volta Pacatuba à sua antiga situação de vila, ficando, pelo mesmo Decreto-lei, criado o Distrito de Paz, que continuaria pertencendo ao município de Jaboatão.

Como vila e distrito de Paz do município Jaboatão, permaneceu até 1943, quando o seu nome foi modificado de Pacatuba para Pacatiba, pelo Decreto-lei estadual número 377, de 31 de dezembro de 1943, que aprovava os quadros da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado de Sergipe para o qüinqüênio 1944-1948.

A situação da vila de Pacatuba permaneceu, porém, a mesma, isto é, distrito de paz do município de Japoatã (ex-Jaboatão), que, como o seu segundo distrito, também fôra atingido pela legislação federal relativa à duplicidade dos nomes das cidades e vilas brasileiras.

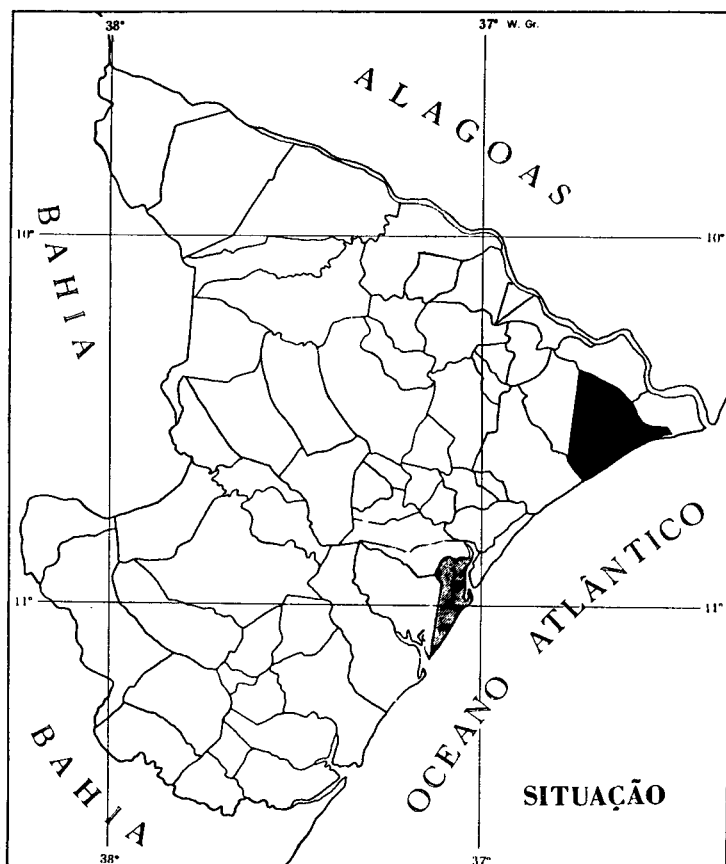
Continuava, assim, a luta dos pacatubenses, pela restauração do município. Nova divisão territorial do Estado foi aprovada para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, sem nada conseguirem.

Antes, porém, de se esgotar o qüinqüênio, os habitantes do antigo aldeamento de Pacatuba viram coroados de êxito todos os seus esforços. Pela Lei número 525-A, de 25 de novembro de 1953, a vila de Pacatuba era elevada à categoria de cidade e criado o município de Pacatuba, ficando assim devolvido o seu antigo nome.

A área do novo município foi desmembrada do território do município de Japoatã, que, também dêste modo, devolvia à antiga comuna o território que lhe fôra anexado.

Na atual divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, aprovada pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Pacatuba aparece como município, distrito único, têrmo da comarca de Japaratuba.

O município foi instalalo no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o seu primeiro Prefeito, o Sr. Manuel Ricardo dos Santos, e constituída, também, a primeira Câmara Municipal, composta de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Pacatuba fica situado na Zona do Litoral, limitando com os seguintes municípios: Japoatã, Japaratuba, Neópolis e Brejo Grande, tendo a leste o Oceano Atlântico. A sede municipal foi edificada sôbre um vasto planalto de onde se descortina um delicioso panorama. As coordenadas geográficas da sede municipal ainda não foram calculadas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é agradável e bastante salubre. No ano de 1956, apresentou a seguinte temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30; média das mínimas — 20; média ponderada — 25. No município as chuvas são mais freqüentes no período compreendido entre maio e agôsto.

ÁREA — A área territorial do município é de 498 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Poxim do Norte, que nasce no Sítio Porteiras, no município de Japaratuba, é tributário, pela margem direita, do rio São Francisco, tendo sua foz na Fazenda Betume, depois de 100 quilômetros de curso. Seu leito é estreito em declive muito sensível, oferecendo fácil evasão às águas fluviais. Recebe pela margem esquerda muitos riachos, entre os quais se destacam Badajós, Piauí, Estiva Funda, Caduz, e outros. Passa ao sul a cidade de Pacatuba, denominando-se, daí para frente, Betume. Lagoas: a de Santa Isabel, a maior e mais importante, a Grande, nos limites com o município Japoatã e a Taboa. Ilhas: Funil, que é formada pelas águas do rio São Francisco tendo o Oceano Atlântico a leste. Mede 2 400 metros de comprimento e 3 200 de largura, distando 60 quilômetros da sede municipal, sendo a maior e mais importante do município. Há mais as seguintes, que formam um pequeno arquipélago, com a primeira, na foz do mesmo rio São Francisco: Cajueiro, Paraíba, Carapitanga e Lobato.

RIQÜEZAS NATURAIS — São as seguintes as riquezas naturais existentes no município: de origem mineral, sal marinho, barro (argila) para confecção de tijolos e telhas, e pedra calcária; de origem vegetal, apesar das constantes derrubadas, existem, ainda, nas matas do município, madeiras de lei como cedro, peroba, putumuju, aroeira, sapucaia, pau-d'arco, canela e muitas outras qualidades, que fornecem madeira para a construção civil, e arapiraca que se presta para a construção civil, e arapiraca que se presta para a construção naval. Grande quantidade de lenha vem sendo extraída no município, apresentando as suas reservas florestais regulares possibilidades, a despeito de não estar sendo intensificado, como devia, o reflorestamento do território do município; de origem animal, a principal riqueza do município constitui-se de peixes das mais variadas qualidades que são encontrados na sua costa. Pacatuba está incluído entre os municípios sergipanos que são banhados pelo Oceano Atlântico e se localiza na região da costa brasileira, onde se encontram, com maior abundância, peixes de excelente qualidade como o atum e a cavala, que vêm sendo pescados por barcos japonêses que adotam processos científicos de pesca na costa do Nordeste brasileiro. Também grande quantidade de mariscos, como siris, camarões, aratus e caranguejos, é encontrada na costa do município.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, habitavam no município de Pacatuba, então distrito de Paz de Japoatã, no dia 1.º de julho de 1950, 5 048 pessoas, das quais 2 440 eram homens e 2 608, mulheres, que, segundo a situação dos domicílios, se localizavam, na sua maior parte na zona rural, onde foram recenseados 4 604 habitantes. Outros elementos demográficos concernentes à população do município foram conseguidos através de cuidadosas estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, tomando por base os resultados censitários de 1950 e elementos outros que se encontram nos seus arquivos. Tornou-se, pois, dessa maneira, possível a apreciação de certos aspectos demográficos do município, como os concernentes à côr, concluindo-se que preponderavam entre os seus habitantes, em 1.º de julho de 1950, os de côr parda, com aproximadamente 3 000 pessoas, seguidos dos brancos com pouco menos de 1 500, vindo, por fim, os pretos, que não chegariam a atingir 600 pessoas dessa côr. Segundo o estado conjugal, também foram feitas estimativas quanto à situação dos habitantes nesse particular, concluindo-se que, entre as pessoas de 15 anos e mais, aproximadamente 1 600 eram casadas; cêrca de 1 000, solteiras e as viúvas não iam além de 250. Do total da população recenseada, um número extremamente insignificante de pessoas não professavam a religião católica romana, ainda segundo as mesmas estimativas. Um outro aspecto foi, também, objeto dos cálculos da Inspetoria Regional e se refere aos ramos de atividade, repetindo-se as mesmas características que vêm sendo observadas na grande maioria dos municípios sergipanos, isto é, excluídas as ocupações domésticas, onde estaria incluída a maior parte da população feminina do mu-

Igreja de São Félix de Catalício

nicípio, o ramo de atividade que maior número de pessoas ocupava seria o concernente à agropecuária, em que se empregavam cêrca de 1 400 habitantes de Pacatuba. Em atividades industriais o número de pessoas ocupadas não atingia 200 e, quanto ao comércio, seria insignificante o número de pessoas que se dedicavam a êsse ramo de atividade.

Aglomerações urbanas — A sede municipal é a única aglomeração urbana do município digna de registro, sendo entretanto uma pequena cidade com população muito reduzida. De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1.º de julho de 1950, quando a cidade era ainda vila, sede do distrito do mesmo nome, a sua população era de 444 habitantes, apenas.

Há ainda no município os seguintes povoados: Estiva Funda, Estiva do Rapouso e Ponta dos Mangues, todos com população muito reduzida.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é o principal ramo de atividade dos habitantes de Pacatuba e o que mais contribui para a economia do município, destacando-se entre as culturas do município a do côco-da-baía, a da mandioca e a do arroz. O quadro abaixo apresenta dados referentes à produção agrícola de Pacatuba em 1956, discriminando os principais produtos com as quantidades produzidas e os valores da produção:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Côco-da-baía	960	2 880
Mandioca	4 140	1 852
Arroz	432	1 800
Milho	6	504

Concernente à indústria, encontram-se no município 39 pequenos estabelecimentos dessa natureza, não empregando, cada um dêles, mais de 5 pessoas e constituindo-se, em quase a sua totalidade, de pequenas fábricas de farinha de mandioca, aparelhadas com maquinaria empírica. Sòmente 89 habitantes do município se encontravam, em 1956, ocupados em atividades industriais.

Em 1956, o município produziu, ainda, 500 toneladas de sal marinho e 1 500 toneladas de cal de pedra, com valores de Cr$ 200 000,00 e Cr$ 120 000,00, respectivamente.

Apreciável, também, é a produção de peixes e mariscos, que atingiu, em 1956, cêrca de 20 toneladas, com um valor superior a Cr$ 600 000,00.

Na pecuária destaca-se o rebanho de bovinos que, em 1956, somava 4 000 cabeças, aparecendo os demais com um efetivo insignificante.

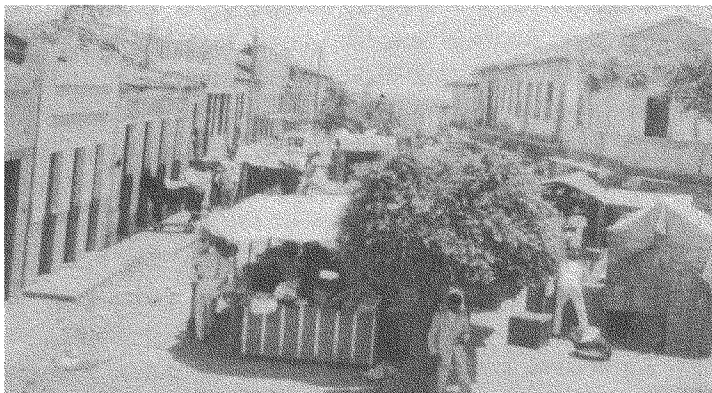
COMÉRCIO E BANCOS — O giro mercantil do município não merece registro especial, estando localizados, em todo o seu território, 30 estabelecimentos comerciais, na sua maioria pequenos armazéns de secos e molhados, dos quais, sòmente 3 se encontram na sede municipal.

Não se encontra em funcionamento nenhuma agência de Banco, nem mesmo correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Pacatuba é servido exclusivamente de transporte rodoviário, sem, contudo, estar incluído entre os servidos por linhas regulares de ônibus. As ligações da sede municipal com as cidades limítrofes são feitas da seguinte maneira: Japaratuba, rodovia (76 quilômetros); Japoatã, rodovia (23 quilômetros); Neópolis (36 quilômetros). A cidade de Pacatuba é ligada à de Aracaju, Capital do Estado, por 137 quilômetros de rodovia. No setor das comunicações, a sede municipal é servida por uma agência postal-telefônica mantida pela União através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é uma pequena cidade, com edificações muito antigas, não apresentando bom aspecto urbano, nem dispondo de logradouros pavimentados com qualquer espécie de calçamento. A iluminação pública e domiciliar da cidade é elétrica e fornecida por um pequeno grupo gerador mantido pela Prefeitura Municipal, havendo, apenas, 20 ligações domiciliares. Funciona uma pensão modesta, que não oferece o mínimo de confôrto.

ALFABETIZAÇÃO — Tomando por base os dados censitários de 1950, correspondentes ao município de Japoatã, do qual foi, posteriormente àquela operação censitária, desmembrado o território de Pacatuba, da população em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, recenseada em 1.º de julho de 1950, que atingia, aproximadamente 4 000 habitantes, sòmente cêrca de 600 sabiam ler e escrever, não indo, o índice de alfabetização do município, além de 11%.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 17 estabelecimentos que ministravam o ensino primário elementar, com matrícula de 546 alunos e um aproveitamento escolar de 47 aprovações no fim do ano letivo.

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro do município nos anos de 1955 e 1956 pode ser verificado no quadro abaixo, onde aparecem as arrecadações Estadual e Municipal nos referidos anos e, também, as despesas realizadas pelo município no mesmo período. Não foram incluídos dados referentes à arrecadação federal por não se encontrar em funcionamento, no município, nenhuma repartição arrecadadora da União.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	143	564	45	254
1956	—	473	777	132	500

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal festa do município é a realizada no dia 24 de novembro de cada ano, consagrada ao padroeiro do município, "São Félix de Cantalice", e se constitui de missa solene e procissão no dia do encerramento, que são antecedidas de animado tríduo, sob o patrocínio das pessoas mais destacadas, residentes no município.

VULTOS ILUSTRES — Era ilustre filho de Pacatuba o *Dr. José Leandro Martins Soares,* que nasceu a 5 de março de 1836. Poeta e jornalista de bonito e elegante estilo literário. Exerceu a advocacia em tôda a região do Baixo São Francisco, principalmente em Propriá, Vila Nova (hoje Neópolis) e Penedo no Estado de Alagoas. Colaborou em vários órgãos de imprensa de Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo tendo permanecido nesse último Estado por curto espaço de tempo, dedicando-se à advocacia. Era político partidário muito devotado e de conduta obediente aos princípios rígidos que exornavam o seu caráter, não se preocupando com o sacrifício das suas aspirações em proveito dos seus correligionários. Faleceu em Aracaju no dia 4 de setembro de 1902.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Pacatuba adotam o gentílico pacatubenses.

Pacatuba é topônimo de origem tupi, que quer dizer pacas em abundância ou lugar onde há pacas.

Dos 1 002 eleitores inscritos no município, 617 votaram nas eleições de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 38,4% do eleitorado.

(Elaboração de: Paschoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município: Antônio Monte Santo).

PEDRINHAS — SE

Mapa Municipal na pág. 381 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território datam do ano de 1620, mais ou menos, pelos proprietários das sesmarias que vinham ter aos rios Taquari e Carnaíbas.

Segundo notas constantes do arquivo da Prefeitura local, os fundamentos da cidade foram lançados por Francisco Manoel de Góis, também conhecido por Chico Perpétua, proprietário do Engenho Pedrinhas, situado em terras dos municípios de Arauá e Itabaianinha, que, pretendendo exercer atividade complementar, resolveu estabelecer-se com açougue. Para isto construiu em 1876, mais ou menos, uma casa em lugar apropriado para reunião de uma feira-livre, em área pertencente ao município de Itabaianinha.

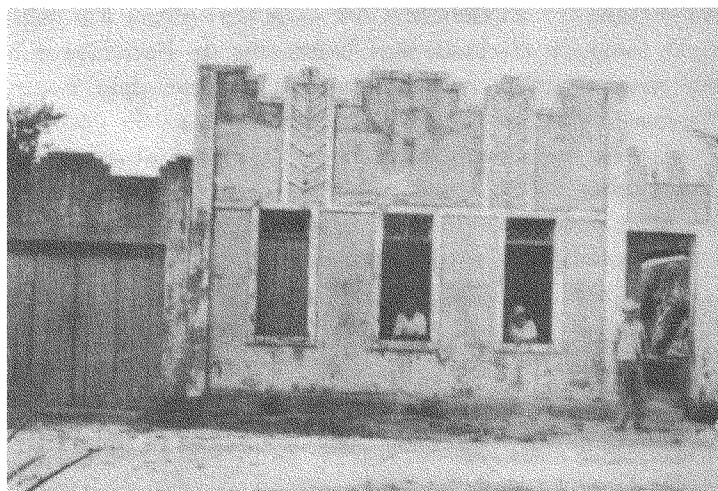
A feira começou a reunir-se aos domingos à sombra de grande cajueiro existente nas proximidades da aludida casa que existe ainda em bom estado de conservação, em frente à igreja local.

Progredindo a feira e atraindo novos moradores que ali iam construindo as suas casas, formou-se o arraial com o nome de Pedrinhas.

Em 1893, Pedrinhas contava para mais de vinte residências e número de crianças suficiente para lotar uma escola isolada de ensino primário. Naquele ano, o décimo terceiro após sua fundação, foi criada a primeira cadeira de ensino, por Ato de 29 de novembro, a qual passou a funcionar a partir do início do ano letivo seguinte.

Quando por volta de 1911, chegaram às suas portas os trilhos da Ferrovia Federal Leste Brasileiro, já encontraram a povoação bem desenvolvida justificando a construção local, de uma Estação, fato que lhe abriu melhores possibilidades de progresso.

Por iniciativa do deputado Elias Leite, foi apresentado à Assembléia Legislativa Estadual um projeto que convertido em Lei n.º 641, de 9 de outubro de 1913, determinou novos limites para o município de Arauá, a êste passando a pertencer tôda a área da povoação, então situada no de Itabaianinha.

O prosseguimento dos trilhos da Leste Brasileiro levou a maior parte da contribuição econômica, a qual vinha fazendo em ritmo acelerado o florescimento do povoado.

Prefeitura Municipal

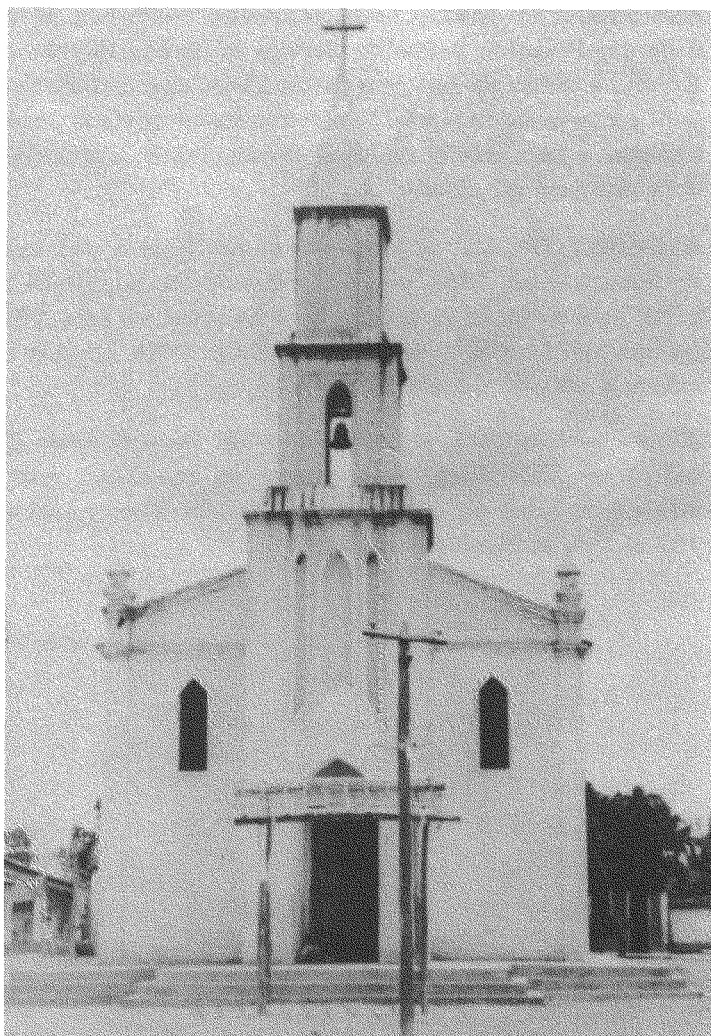
Com o afastamento do operariado da construção ferroviária para local distante, o comércio passou a ter menor movimento e Pedrinhas, a andar a passos tardios, assim atravessando um quarto de século.

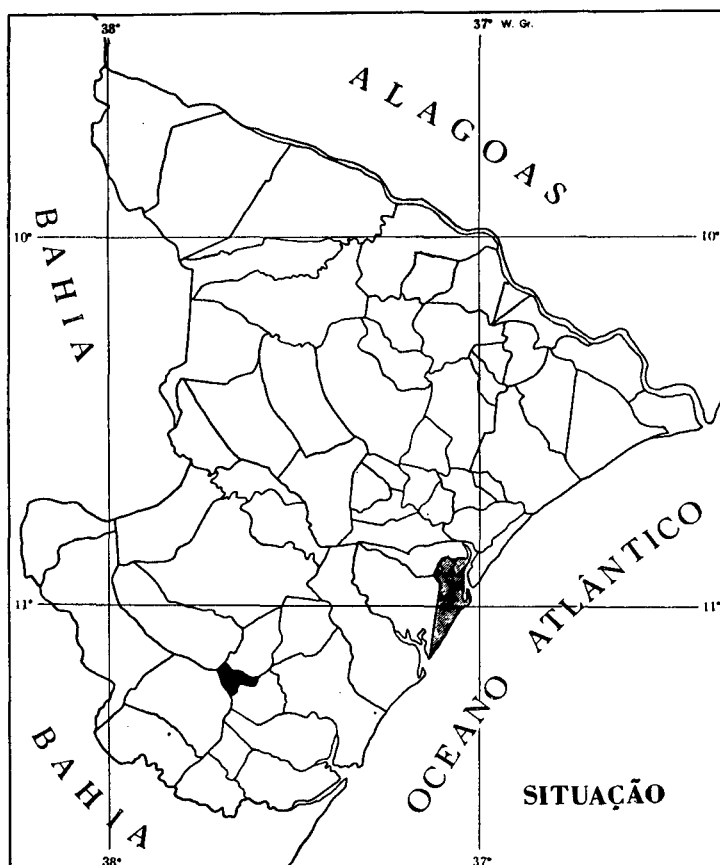
O ciclo da agave juntamente com o empréstimo à pecuária vieram, como refluxo de vida para um corpo exausto, animar o povoado que andou promissoramente alguns passos para seu melhor destino.

O pequeno rebanho, escapo à falência pelo reajustamento federal posterior à deflação, do gado bovino, e a agricultura rotineira ajudada pela citricultura nascente, levaram Pedrinhas a atingir em 1953 a autonomia municipal.

Os cidadãos locais de mais evidência e prestígio político, às vésperas da fixação da nova divisão administrativa do Estado, obtiveram a elevação de Pedrinhas a cidade, e a criação do município pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953.

A instalação solene do município realizou-se no dia 6 de fevereiro de 1955, tomando posse como presidente da Câmara de Vereadores o Sr. Francisco Costa e Silva e como Prefeito o Sr. Otoniel Silveira Nascimento, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954.

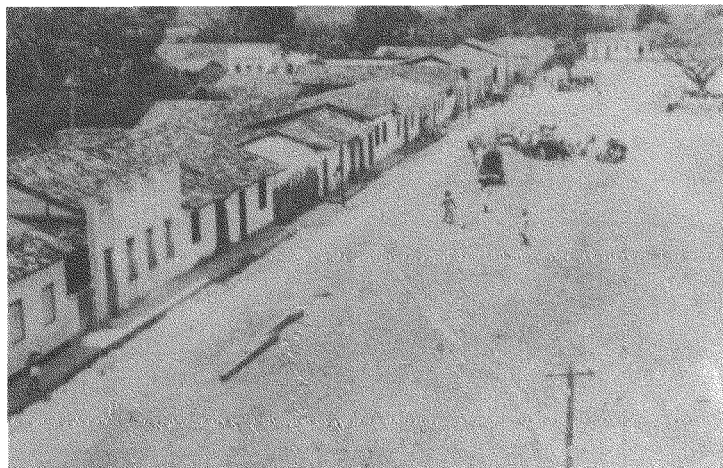
Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, o município se compõe de um único distrito e é têrmo judiciário da comarca de Buquim.

Igreja de São José

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica Litoral. Limita com os municípios de Arauá, Buquim e Itabaianinha. A cidade assenta-se à margem da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, a 80 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, colocando-se entre outros municípios sergipanos no 30.º lugar em distância de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima apresenta-se temperado, portanto sem mutações bruscas. As médias em graus centígrados são as seguintes: máxima — 28; mínima — 16. Chove regularmente na estação do inverno que se inicia em abril ou maio e prolonga-se até agôsto.

ÁREA — A área de Pedrinhas, segundo estimativa recente, é de 45 quilômetros quadrados, representando 2% da superfície de Sergipe, colocando-se em penúltimo lugar entre os municípios menores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Banha o município o rio Carnaíbas e os riachos Pedrinhas e Areias. O rio Carnaíbas nasce no município de Itabaianinha e deságua no rio Arauá; o riacho Pedrinhas tem as suas cabeceiras e foz no de Buquim, como tributário do riacho Taquari. O riacho Areias nasce na fazenda Areias, desta comuna, e deságua também no rio Arauá. Ditos cursos de água servem de limites com os municípios de Arauá, Buquim e Itabaianinha.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal, Pedrinhas conta em sua floresta algumas essências que dão madeira para construção e lenha e, sem exploração, algumas plantas medicinais. A extração de madeiras para estaca de cêrca, caibros e lenha em 1956 atingiu 8 100 metros cúbicos no valor de Cr$ 1 752 000,00. No reino animal, as riquezas constam de animais, pássaros e algumas aves silvestres cuja

Vista parcial da cidade

exploração não tem finalidades comerciais. Quanto ao reino mineral, mesmo as riquezas conhecidas como pedras para construção e calcárias não são exploradas.

POPULAÇÃO — A população de Pedrinhas segundo estimativa de 1953, destinada a instruir o relato do Projeto de lei de criação do município, era de 5 000 habitantes dos quais 2 150 residem na cidade e 2 850, no quadro rural. O município é um dos que apresentam maior densidade demográfica no Estado, com os seus 111 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São duas as principais aglomerações urbanas desta circunscrição administrativa, a sede municipal, com 2 250 habitantes, e o povoado Mutumbo de Baixo, com 100 moradas e 500 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades em que se fundamenta a economia municipal são: agricultura, pecuária e silvicultura, cujas parcelas relativas às principais produções, somadas, totalizam 8 759 milhares de cruzeiros. Para êste total a agricultura contribui com 41%; a pecuária, com 39%; e a silvicultura, com 20%. Como se vê a agricultura é a principal fonte econômica do município e de vida de sua população rural por empregar 80% do pessoal que labora no campo. Seguem adiante as principais lavouras e correspondentes dados numéricos referentes a 1956: mandioca, 2 621 toneladas no valor de Cr$ 965 000,00; milho, 60 toneladas no valor de ...... Cr$ 244 000,00; feijão, 12 toneladas no valor de ...... Cr$ 180 000,00; fumo em fôlha, 10 toneladas no valor de Cr$ 1 944 000,00 e côco-da-baía, 78 toneladas no valor de Cr$ 176 000,00. Destaca-se pelo valor de sua parcela o fumo em fôlha que representa 54,5% do total de tôda a produção agrícola. Em segundo lugar vem a pecuária cuja população consta de 2 750 bovinos; 325 eqüinos; 70 muares; 50 asininos; 685 suínos; 365 ovinos e 70 caprinos, estimada em Cr$ 13 000 000,00. A sua produção no ano de 1956 foi avaliada em Cr$ 3 445 000,00. A silvicultura contribuiu no dito ano com 1 750 milhares de cruzeiros relativos à extração de madeiras. Com relação à indústria do município, cabe informar que não tem expressão, composta de meia dúzia de estabelecimentos de menos de cinco operários para o fabrico de queijo e manteiga, móveis comuns, panificação, etc., cujo valor de produção não merece registro.

COMÉRCIO — Na cidade existem 18 estabelecimentos comerciais varejistas com o movimento anual de 1 500 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transações principalmente com Aracaju e Estância, dêste Estado, e Salvador (Bahia), importanto molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, antes denominada Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e pelas rodovias, municipais — Arauá—Pedrinhas e Pedrinhas—Buquim.

Pedrinhas dista da Capital do Estado 108 quilômetros pela rodovia via Buquim e 114 quilômetros pela Rêde Ferroviária. Quanto aos municípios vizinhos — Arauá dista 12 quilômetros por rodovia; Buquim fica a 12 quilômetros pela rodovia e estrada de ferro, Itabaianinha dista 31 quilômetros, via Arauá, e 18 quilômetros pela ferrovia.

A sua ligação com a Capital Federal é feita via Aracaju.

Quanto a comunicações, serve o município uma agência postal do Departamento de Correios e Telégrafos e a Estação Telegráfica da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta quatorze logradouros com 250 prédios, entre os quais se destacam a igreja de São José, a casa do Agente e o prédio da Estação Ferroviária.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe na cidade um Pôsto de Saúde do Serviço de Saúde Pública do Estado, a cargo de um guarda sanitário, com ambulatório para socorros de urgência. O servidor desta unidade exerce também a fiscalização sanitária no município. Encontra-se uma farmácia na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Tomando-se por base o eleitorado do município em 1953, avaliou-se que de sua população de 5 000 habitantes, 35% sabiam ler e escrever, ou seja, 1 750 pessoas de 5 anos e mais. Dêste total 1 450 pessoas na cidade e 300, no quadro rural.

Ensino — Em 1955, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, funcionaram no município quatro estabelecimentos de ensino primário, com a matrícula de 160 alunos, aproveitamento de 17%.

Pôsto de Higiene Arnaldo Garcêz

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município a partir do ano de sua instalação, ou seja, de 1955 e 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	91	566	53	670
1956.......	—	300	745	92	643

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além das festas juninas que são realizadas com animação, o município celebra com brilho e muita concorrência, no dia 19 de março, a festa de São José, seu padroeiro. Quanto a folguedos populares, às vêzes vêm de outros municípios para exibirem-se na cidade, Reisados e Cheganças.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são conhecidos pelo gentílico pedrinhenses.

Era de 1 065 o número de eleitores inscritos. Compareceram às urnas 464 votantes, verificando-se uma abstenção de 56,4%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico Auxiliar da I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município (respondendo), José Bispo Ribeiro.)

PINHÃO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A partir do ano de 1700, a colonização e povoamento da Capitania de Sergipe expande-se pela zona sertaneja; a sua penetração nos fundos da faixa de terras compreendidas entre os rios Vasa Barris e Sergipe, vai atingir em 1713 o território que veio a ser o município de Pinhão.

Ao que se presume, a primeira incursão na área territorial do município, tê-la-ia feito Manoel Alves da Silva, que obteve, por Alvará de 25 de outubro de 1713, a sesmaria de uma légua de comprimento por três de largura, começando no rio Salgado que deságua no Vasa Barris, correndo por êste para o nascente até o rio Jacoca que também é afluente do Vasa Barris e para o sertão até a serra do Caité.

A povoação, porém, começou a surgir muito mais tarde, já no século XIX, em terras demandadas entre os Senhores coronel Fonseca e José Corrêa Dantas que, afinal, foram demarcadas em 1889 pelo engenheiro militar José Calazans e arroteadas por interêsse e grande empenho do francês Gootchaux Ettinger e seu filho Gabriel, que ali fizeram nascer a cultura do algodão e a fomentaram com financiamentos.

Logo no ano seguinte (1890), os Ettingers fundam no local, onde está implantada a cidade, uma fábrica de beneficiamento de algodão.

O exemplo de trabalho e o entusiasmo dos dois pioneiros foi atraindo pessoas das circunvizinhanças que desejavam prosperar pelo trabalho honesto, e assim se iniciou a formação da cidade de Pinhão, nome êste vindo da grande quantidade de uma planta nativa do Nordeste (Pinhão e purga), ali existente.

As casas dispersas dos primeiros tempos são unidas por outras e se alinham em ruas; o arraial torna-se em uma povoação com a sua capela sob o orago de São José. A municipalidade de Campo do Brito, a que pertencia, dota-a de uma escola mista elementar, para abrigo dos feirantes. O comércio vai se ampliando aos poucos, enquanto, por outro lado, a pecuária também cresce para ajudar a agricultura, principal fonte de vida da localidade.

O lugar que nasceu pelas mãos dos Ettingers, como outros da zona sertaneja, teve um desenvolvimento muito relativo devido à falta de transportes regulares e rápidos que permitissem o escoamento de sua produção para os mercados vantajosos do litoral, empecilho que veio a ser

Igreja-Matriz de São José

Prefeitura Municipal

removido há poucos anos com o ramal rodoviário construído pelo Estado entre a cidade e a BR-27 que afinal ligou êste com os demais municípios do Estado, servidos por rodovia.

De qualquer maneira outros embargos também se opuseram ao seu rápido adiantamento — as intermitências dos invernos escassos de chuvas, ocasionantes, muitas vêzes, de quase desesperadoras calamidades, e os processos rudimentares usados na agricultura que reduzem e encarecem a produção. Nada obstante, graças à lição de ânimo e de tenacidade no trabalho, dada pelos fundadores e primeiros povoadores da terra e transmitida aos que vieram depois, Pinhão foi conquistando, devagar embora, as condições exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios que dão direito à categoria de cidade. Às vésperas da nova divisão administrativa do Estado, para o qüinqüênio 1954-1958, homens de prol da localidade, congregados, se empenham pela realização do ideal de elevar Pinhão à categoria de cidade, e sede do município, pelo que lutaram sem desfalecimento até a vitória.

O nome Pinhão entra na emenda coletiva apresentada ao projeto da Assembléia Legislativa Estadual, de criação de municípios, que, aprovado, se converte na Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, pela qual recebeu a categoria de cidade e sede do município, criado com a sua denominação e território desanexado do de Campo do Brito.

A 30 de janeiro de 1955, foi instalado o município por entre os melhores augúrios e a alegria ruidosa de seu povo, em que tomaram posse a sua Câmara de Vereadores composta de cinco membros e o seu primeiro Prefeito Municipal, Sr. José Emigdio da Costa Filho, eleito em 3 de outubro de 1954.

Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a nova divisão administrativa e judiciária do Estado, vigente no qüinqüênio 1954-1958, o município de Pinhão é composto de um único distrito de paz, o da sede municipal, e é têrmo judiciário da comarca de Campo do Brito.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Oeste, limita com os municípios de Frei Paulo, Simão Dias, Macambira, Carira e com o Estado da Bahia. A cidade de Pinhão está implantada em uma campina, distando 80 quilômetros em linha reta da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Conforme estimativa, a sede municipal está situada a 210 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é pouco variável, sêco, puro e saudável. Chove a partir de abril ou maio até agôsto.

ÁREA — A área territorial do município foi recentemente estimada pela Inspetoria Regional de Estatística em 220 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: Rio Vasa Barris, nasce no município de Bahia e entra no município dividindo-o com o de Simão Dias e segue o seu curso em direção ao Atlântico onde deságua; rio Salgado, nasce no Estado da Bahia e divide êste com o município até a sua foz no Vasa Barris; Serras: Vasa Barris, Pedra Mole e Solteira.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, constitui recursos do município pedra calcária, sem exploração comercial. No reino vegetal é feita extração de madeira para lenha de fogão, tendo em 1956 sido extraídos 5 200 metros cúbicos, no valor de 52 milhares de cruzeiros. Quanto ao reino animal, não há exploração econômica.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento, existia no município de Pinhão, em 1.º de julho de 1950, 8 450 habitantes, sendo 4 038 homens e 4 412 mulheres, ou seja, 109 mulheres por grupo de 100 homens, no conjunto da população municipal. A densidade demográfica do município era, naquele tempo, 38,4 habitantes por quilômetro

quadrado. Apurou o referido Censo que a população municipal estava assim agrupada com relação à côr: brancos — 6 180, representando 73,1% da população total; pardos — 1 390, vindo por último os pretos que constituíam o menor grupo, ou seja, 880 pessoas, representando 10,5% do total dos habitantes do município. No que diz respeito ao estado civil da população, levantou o VI Recenseamento os seguintes dados: no dia 1.º de julho de 1950 existiam em Pinhão 4 540 pessoas de 15 anos e mais de idade: destas, eram solteiras 1 826; casadas, 2 444; e viúvas, 280. A população do município estava assim localizada: sede municipal — 700 habitantes, quadro rural — 7 800 habitantes.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana mais importante do município, depois da sede municipal, é o povoado Pedra Mole, com 111 moradas e 550 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conforme os resultados censitários de 1950, existiam no município 5 612 pessoas de 10 anos e mais de idade; destas, 30% tinham como atividade principal a agricultura, pecuária e indústrias extrativas.

Conquanto o valor da produção pecuária seja algumas vêzes superior ao da produção agrícola, no entanto esta é o principal ramo de atividade do povo de Pinhão, empregando 85%, mais ou menos, de sua população ativa.

O montante da produção agrícola do município, em 1956, referente às principais culturas, atingiu a cifra de 1 320 milhares de cruzeiros apenas, devido a se ter perdido a maior das lavouras por falta de chuvas.

O quadro abaixo resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	30	260
Feijão	2	40
Mandioca	1 400	960
Milho	12	60

A pecuária do município contava, em 31 de dezembro, os seguintes efetivos: Bovinos — 10 000, eqüinos — 700, asininos — 80, muares — 170, suínos — 2 900, ovinos — 420 e caprinos — 410.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 12 estabelecimentos comerciais varejistas que transacionam principalmente com as praças de Itabaiana e Aracaju, importando molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos. Não há Bancos, nem correspondentes bancários no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Pinhão está ligado aos municípios limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Rodovias: Frei Paulo (30 quilômetros), Simão Dias (24 quilômetros), Parapiranga (Bahia) (30 quilômetros), Macambira — estrada carroçável (lombo de animais) (42 quilômetros); Rodovia: Carira (36 quilômetros) e Aracaju (121 quilômetros). A ligação com a Capital Federal é feita

Vista parcial da Rua São Paulo

através de Aracaju. As comunicações do município são por intermédio das agências postal, de Pinhão, e postal-telegráfica, de Simão Dias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta seis logradouros sem pavimentação, mas já estão assentados os meios-fios para o calçamento que será iniciado após a instalação do serviço de energia elétrica para iluminação, já bem adiantado. O abastecimento de água para consumo da população da cidade é explorado por aguadeiros em costas de animais.

A cidade conta com duas pensões.

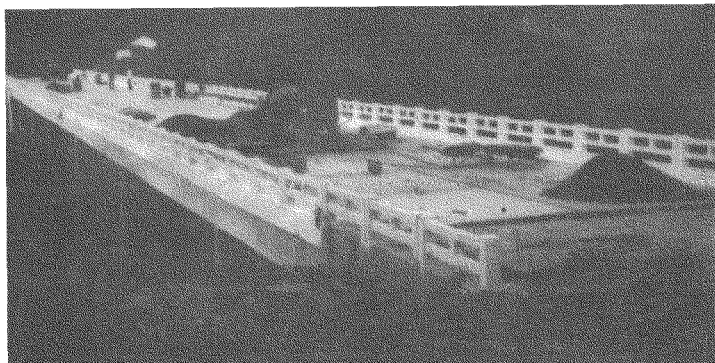
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Prefeitura mantém 1 médico para consultas (clínica geral) durante um dia por semana para atender à população do município, custeando os medicamentos necessários aos enfermos reconhecidamente pobres e indigentes da comuna.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 anos e mais de idade totalizava 6 540 pessoas das quais sabiam ler e escrever 970, ou seja, 14,8%, o que representa um índice muito inferior de alfabetização.

O analfabetismo no município é uma conseqüência da falta de financiamento e assistência técnica ao pequeno lavrador, que assim desajudado só pode trazer os filhos, via de regra numerosos, subalimentados, seminus e impedidos de irem à escola.

Ensino — Em 1955, conforme apuração do Departamento Estadual de Estatística havia no município 10 unidades escolares de ensino fundamental comum e supletivo com a matrícula de 313 alunos, porém, com uma freqüência que deixava a desejar, cujo aproveitamento foi de 21%.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o movimento financeiro do município no período de 1955-1956, ou seja, a partir do ano de sua instalação.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	141	572	20	74
1956	—	413	799	149	292

Ponte de concreto armado sôbre o rio Vasa-Barris (em construção)

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião católica romana é predominante no seio da população local, conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento de 1950. Dos 8 450 habitantes do município, 8 408 declararam-se católicos romanos e os demais: 10 se disseram protestantes; 8, espíritas; e os outros não fizeram declarações a respeito.

O município pertence a Paróquia de Nossa Senhora da Boa Hora de Campo do Brito, eclesiàsticamente subordinada à Diocese de Aracaju. Possui a sua capela sob a invocação de São José, padroeiro da comuna; além desta, há uma capela regular no povoado Pedra Mole.

A principal festa religiosa do município é a de São José, realizada em 19 de março, precedida de um tríduo e encerrada com procissão. Há uma outra chamada "Missa dos Vaqueiros" que se realiza anualmente na primeira quinzena de novembro. Reúnem-se de véspera os vaqueiros do município e dos municípios vizinhos que, depois do têrço se divertem durante a noite, em sala de danças, indo desde o baião ao samba sapateado. No dia seguinte vão à missa nos seus trajes típicos (de couro, inclusive o chapéu) e, à tarde, tomam parte numa espécie de rodeio em que exibem as suas qualidades de mestres de equitação nas corridas de mourão, nas façanhas de agilidade empregadas em seu penoso mister.

O vaqueiro do sertão não perde o caminho momentâneo aberto pelo boi no serrado da caatinga, e é de uma agilidade incrível em se livrar do galho rasteiro impulsionado pelo boi em carreira sôlta. Estas e outras acrobacias são exibidas nessa tarde aos olhos de grande assistência procedente também de outros municípios.

Os habitantes locais também se divertem por ocasião das festas juninas, cheias de graça natural que lhes dão os costumes simples e as crendices inocentes, comuns do povo rural. O bacamarte estronda nas fazendas dispersas e o rojão sobe nos sítios, enquanto os mais moços dançam o "balancê" ou "tiram a sorte" nas caieiras.

As datas nacionais são comemoradas pelos estabelecimentos de ensino com simples preleções sôbre os respectivos fatos históricos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são denominados pinhãoenses.

Dos 1 493 eleitores inscritos, 815 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 45,4%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico Auxiliar da IR de Sergipe; José Leite da Costa (respondendo), Agente de Estatística do Município).

POÇO REDONDO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações datam de fins do século XVII e começos do XVIII, quando se intensificava a colonização da região do Pôrto da Fôlha.

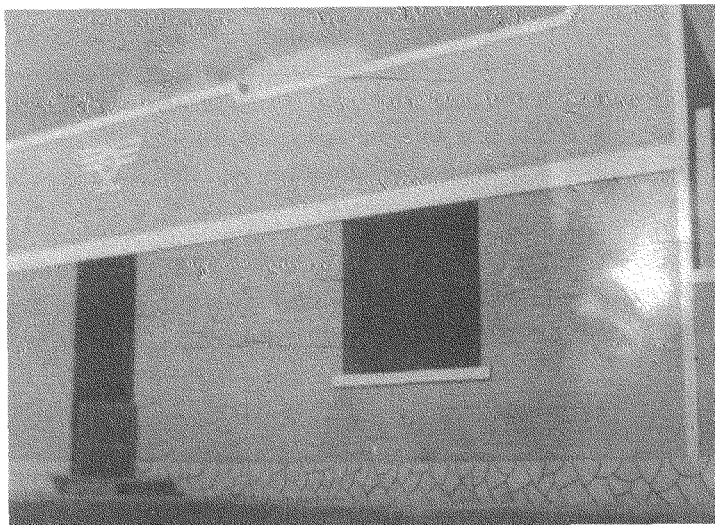
O território de Poço Redondo foi um, dentre outros, como Gararu, Pôrto da Fôlha e Curituma, que se achavam encravados no famoso morgado do Pôrto da Fôlha, medindo 30 léguas de extensão por 30 de fundo, instituído pelo fidalgo D. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

Como um dos marcos do primitivo esfôrço de povoamento do território, existe, situada à margem do São Francisco, a povoação de Curralinho, que, em 1877, já possuía a sua escola pública de ensino primário, e é hoje o pôrto do município, por se achar situado a dezoito quilômetros distante da sede.

A cidade de Poço Redondo nasceu a partir de 1902, quando Manoel Pereira, estabelecido com fábrica de descaroçar algodão no arraial Poço de Cima, resolveu transferir o seu estabelecimento para local mais conveniente, situado a um quilômetro acima do lugar onde se achava. Esta mudança influiu fortemente no espírito de diversos habitantes de Poço de Cima que, afinal, seguiram o exemplo de Manoel Pereira, mudando as suas casas para Poço Redondo, nome que lhe veio do fato de situar-se em local semicirculado pelo riacho Jacaré.

Com o decorrer dos anos, o crescimento vegetativo de seus primeiros habitantes, ajudado pela emigração dos que vieram tentar a vida cultivando as terras próximas, torna Poço Redondo um povoado promissor com feira-livre concorrida e comércio próspero.

Situado quase totalmente no Polígono das Sêcas, sendo por estas martirizado com intermitência, Poço Redondo, a partir de 1950, começou a lutar por melhor destino, o de sua elevação a município, condição em que obrigatòriamente seria olhado, na sua peleja com a natureza somítica, pelos podêres do Estado e do País, trabalhando por isto o coronel Hermeto Feitosa, figura de proa do Partido Republicano, Secção de Sergipe, que foi vice-governador do Estado no quatriênio imediatamente anterior ao corrente.

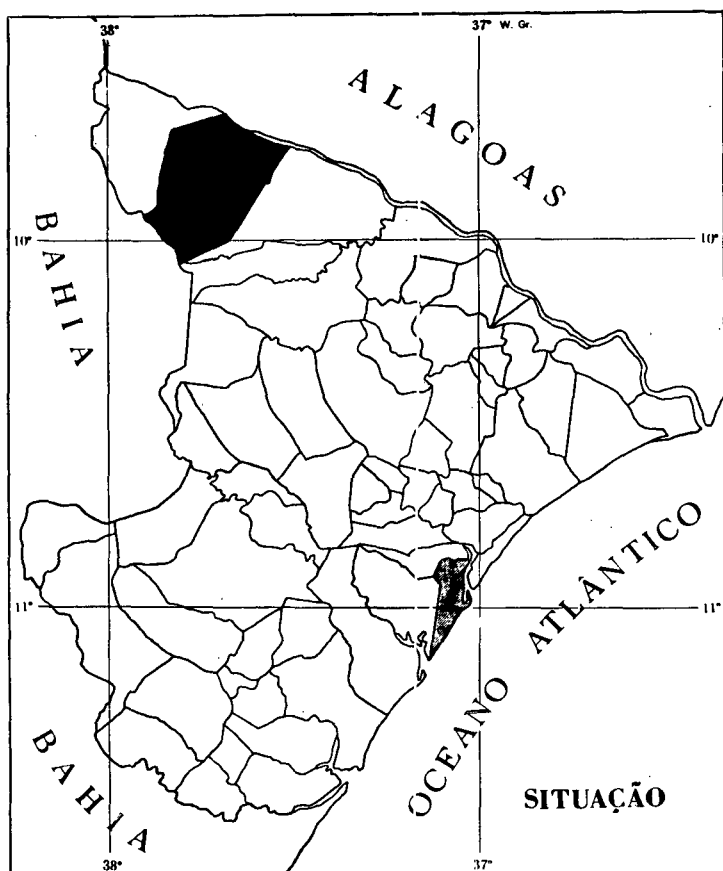
Entrementes, Poço Redondo, graças à incrível capacidade de resistência de sua gente, nada obstante as calami-

Prefeitura Municipal

dades produzidas pela escassez dos últimos invernos, atingiu as condições mínimas exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios para ser elevada à cidade.

Afinal, pela Lei estadual n.º 525-A, de 23 de novembro de 1953, Poço Redondo recebe a categoria de cidade e sede do município de mesmo nome, desmembrado do de Pôrto da Fôlha.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, estabelece os limites municipais e o situa como distrito único e têrmo da comarca de Gararu.

A instalação do município deu-se a 6 de fevereiro de 1956, com a posse conferida à sua Câmara de Vereadores composta de cinco membros e ao Prefeito Municipal, Artur Moreira de Sá, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Sertão do São Francisco, limita com os municípios de Curitiba, Monte Alegre de Sergipe, Pôrto da Fôlha e com os Estados de Alagoas e Bahia. A cidade de Poço Redondo acha-se implantada em uma campina, tendo pelo norte o riacho Poço Redondo e pelo sul o riacho Jacaré que a colocam em um arco. Dista 155 quilômetros da Capital do Estado, colocando-se no 45.º lugar entre as demais de Sergipe em relação à distância de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é semi-árido com chuvas no outono. Chove de ordinário de abril ou maio a agôsto. São freqüentes os invernos escassos de chuvas.

ÁREA — A área do município, conforme recente estimativa efetuada pela Inspetoria Regional de Estatística, é de 952 quilômetros quadrados, representando 4,34% da superfície do Estado.

Estrada que liga o município ao de Pôrto da Fôlha

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio São Francisco, que banha todo o norte do município e constitui limite natural com o Estado de Alagoas; riachos Jacaré e Poço Redondo; serra Negra, situada nos limites com o Estado da Bahia; cordão de morros que ondulam como uma corrente de elos irregulares, nas proximidades da margem do São Francisco, desde os limites de Pôrto da Fôlha aos de Curituba.

O rio São Francisco representa para Poço Redondo, além da principal via de ligação com os demais municípios situados ao longo do seu curso, fonte de vida econômica por irrigar as terras de cultura de arroz e também pelos pescados que abastecem a comuna.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal, o município conta, entre seus recursos, madeiras extraídas para dormentes, construções e lenha cuja produção no ano de 1956 foi estimada em 10 260 metros cúbicos no valor de Cr$ 443 000,00. No reino animal encontram-se pescados, mel e cêra de abelhas. No reino mineral, não há produção digna de registro.

POPULAÇÃO — Baseando-se nos elementos oferecidos pelo Censo Demográfico de 1950, referentes à zona rural de Pôrto da Fôlha em que se achava compreendido o então povoado Poço Redondo e território com que veio a ser município, a Inspetoria Regional de Estatística fêz as seguintes estimativas para a população existente naquele ano: total dos habitantes — cêrca de 2 600, que seriam 1 284 homens e 1 316 mulheres. Quanto à côr foi assim avaliada: brancos, 1 470; pardos, 590 e pretos, 540 pessoas. Em relação ao estado civil, achou, segundo cálculos elaborados, que o total das pessoas de 15 anos e mais de idade seria 1 394, assim distribuído: solteiros — 470, casados — 840 e viúvos — 84. Finalmente, que 31% da população residiam na sede municipal e o restante na zona rural.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conforme estimativas, existiam em 1950, no território que veio a ser o município de Poço Redondo, 650 pessoas ocupadas na agricultura,

Barracão que serve de Mercado Público

pecuária e indústria extrativa. Òbviamente a agricultura é a principal fonte de vida da comuna por ocupar mais ou menos 85% dos que laboram no campo. A pecuária vem em segundo plano, explorada por pequenina parcela; todavia a economia municipal deve-lhe a maior contribuição.

O montante da produção dos principais artigos agrícolas em 1956 atingiu a cifra de 838 milhares de cruzeiros.

O quadro seguinte resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão em capulho	32	238
Arroz em casca	84	420
Mandioca	90	180

A pecuária do município conta com a população seguinte: bovinos — 8 460; eqüinos — 540; asininos — 700; muares — 140; suínos — 1 500; ovinos — 1 600 e caprinos — 8 600 cabeças. A sua produção em 1956, referente a crias de leite, importou em Cr$ 7 200 000,00.

Neste município de clima semi-árido em que são freqüentes os invernos escassos de chuvas, o homem pobre, via de regra, exerce uma e não raro outras atividades complementares para ajudarem as rendas principais, sempre insuficientes ao custeio da subsistência da família, comumente numerosa, tanto assim que exerce a agricultura de conta própria, nela ou em outras atividades do campo também trabalha alugado quando não tem uma arte, às vêzes faz pequenos negócios: caça e pesca nos dias vagos, etc.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade cinco estabelecimentos comerciais de estivas e molhados que transacionam principalmente com as praças de Propriá e Aracaju. Nos dias da feira local, diversos ambulantes de tecidos e outros ramos vêm exercer o seu comércio na cidade. Não há bancos nem correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Poço Redondo com os municípios limítrofes da seguinte maneira: Fluvial — Curituba (30 quilômetros); Pôrto da Fôlha (72 quilômetros). Estrada carroçável — lombo de animais — Monte Alegre de Sergipe (42 quilômetros); Vaturana (ex-Serra Negra) Bahia (48 quilômetros).

A ligação com a capital do Estado é feita através de Pôrto da Fôlha, sendo a extensão do percurso — carroçável e rodovia, Pôrto da Fôlha—Aracaju, 261 quilômetros; a ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

O município de Poço Redondo é servido pela Emprêsa Fluvial do Baixo São Francisco, sediada em Penedo, Alagoas.

As comunicações do município de Poço Redondo são feitas através da agência postal-telegráfica de Pôrto da Fôlha.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 4 logradouros, sem pavimentação.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo cuidadosa estimativa, existia em todo o território de Poço Redondo 2 115 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 490 saberiam ler e escrever.

Ensino — Em 1955, existiam no município 5 unidades de ensino primário entre estaduais e municipais e 1 curso supletivo federal com 188 alunos matriculados, cujo aproveitamento fôra de 16%, naquele ano.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município a partir do ano de sua instalação, ou seja, no período 1955-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	63	531	34	62
1956	—	90	713	50	570

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Predomina a religião católica romana. A padroeira do município é Nossa Senhora da Assunção, festejada com grande entusiasmo no dia 15 de agôsto, por um tríduo encerrado com procissão. Tal festa começou a ser realizada pelos vaqueiros da região, razão por que a chamavam festa dos vaqueiros. Poço Redondo pertence à paróquia de Pôrto da Fôlha.

Quanto a manifestações folclóricas, são apreciadas as cantorias dos repentistas da zona que na cidade ou na zona rural aparecem a convite para os descantes dos desafios.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são designados pelo gentílico poço-redondenses.

Dos 620 eleitores inscritos, 278 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 55,1%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico-Auxiliar da I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município: José Rodrigues de Melo).

POÇO VERDE — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território de Poço Verde datam de 1609, quando Antônio Guedes adquiriu uma sesmaria, cujos limites provàvelmente abrangiam tôdas as terras que atualmente formam êsse município.

As delimitações fixadas no referido documento de doação rezam: "entre as nascenças do rio Real e rio Pragoay (Piauí), no sertão e limites do caminho por onde passou Cristóvão de Barros, indo à guerra do gentio de Sergipe, nos limites acima e Campos de Jabiberi... da testada de Belchior Dias Caramuru para o norte. ou nordeste e rumo que melhor convier tanta terra como a do dito Caramuru"; e mais: "partindo ao lado do sul com poças do Rio Real e rumo que divisa a Capitania da Bahia com a de Sergipe", etc.

O povoamento da região por quase dois séculos e meio manteve-se sob o regime de propriedades privadas, de exploração, a princípio puramente pastoril e, depois, agropastoril — sem o surgimento, no decurso dêsse tempo, de nenhum núcleo demográfico de habitações aglomeradas.

Antes de existir o povoado, o nome, que serviu depois para nomeá-lo, prestava-se para designar uma fazenda ali existente e é tradição que o topônimo veio de um poço do rio Real, situado dentro dos limites da mesma fazenda, em meio ao verdor luxuriante da paisagem. A propriedade foi logo designada por Fazenda do Poço Verde.

Só pelo ano de 1863, segundo afirmam os atuais moradores da sede do município, é que a povoação do Poço Verde começou a formar-se, primitivamente à margem direita do rio Real, do lado do Estado da Bahia, daí sendo, depois, transferida, para o lado de cá do rio, no Estado de Sergipe, bem em frente ao antigo local, de cujo cemitério ainda se vêem as ruínas.

Não se sabe, ao certo, o ano em que se deu a transferência do povoado, de uma para a outra margem do rio, nem a razão que a motivou. Alguns moradores do lugar acham que a causa da mudança teriam sido certos desentendimentos surgidos entre os fundadores do arraial, resultando nesta solução.

É possível, todavia, que o motivo tenha sido a preferência que teria vindo a manifestar-se entre os primitivos moradores, em favor da jurisdição de Sergipe, ao invés de ficarem sob a do Estado da Bahia, isto acontecendo ou por questão de ordem fiscal, ou de ordem política, ou de outra qualquer natureza.

Anos depois foi instituído por Sebastião da Fonseca Dória o encapelado de Santa Cruz de Poço Verde.

A povoação, dada a incrível fertilidade das terras que a circundam, estaria fadada a um desenvolvimento rápido, caso não a castigassem, tremendamente, sêcas que ali ocorrem com freqüência e por tempo prolongado, além de circunstâncias ligadas ao regime de distribuição das terras, ao seu redor.

No ano de 1923, foi criado o distrito de Poço Verde, passando a sua sede à categoria de vila, segundo as disposições do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, que elevou a essa categoria tôda sede de distrito, que não o fôsse de município.

Prefeitura Municipal

Pertencia, o referido distrito, ao município de Campos (hoje Tobias Barreto).

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, bem como no quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, Poço Verde aparece sempre como distrito do município de Campos.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de n.º 377, de 31-XII-1943, o município de Campos passou a denominar-se Tobias Barreto, permanecendo, como parte integrante dêste, o distrito e a vila de Poço Verde.

Em 1945-1948, quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei n.º 533, o distrito de Poço Verde ainda figura no município de Tobias Barreto.

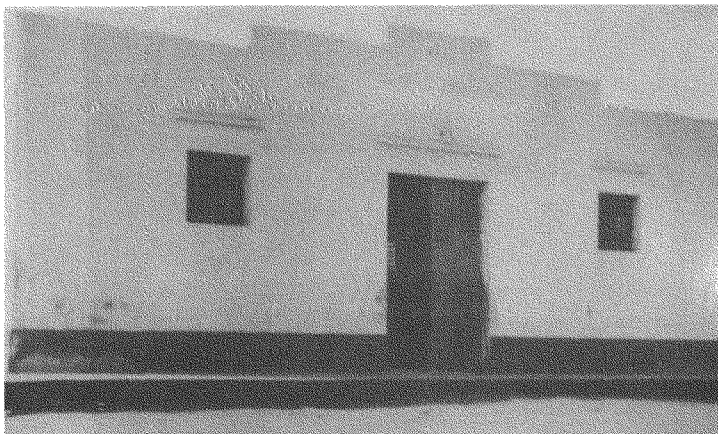
Afinal, a Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, veio a criar, entre outros, o município de Poço Verde, desmembrado do de Tobias Barreto e com sede na vila de mesmo nome, que passava, automàticamente, à categoria de cidade, por fôrça de lei federal que considera pertencente a esta categoria tôda localidade sede de município.

Muito batalhou pela independência da nova comuna, o deputado José Garcez Dórea.

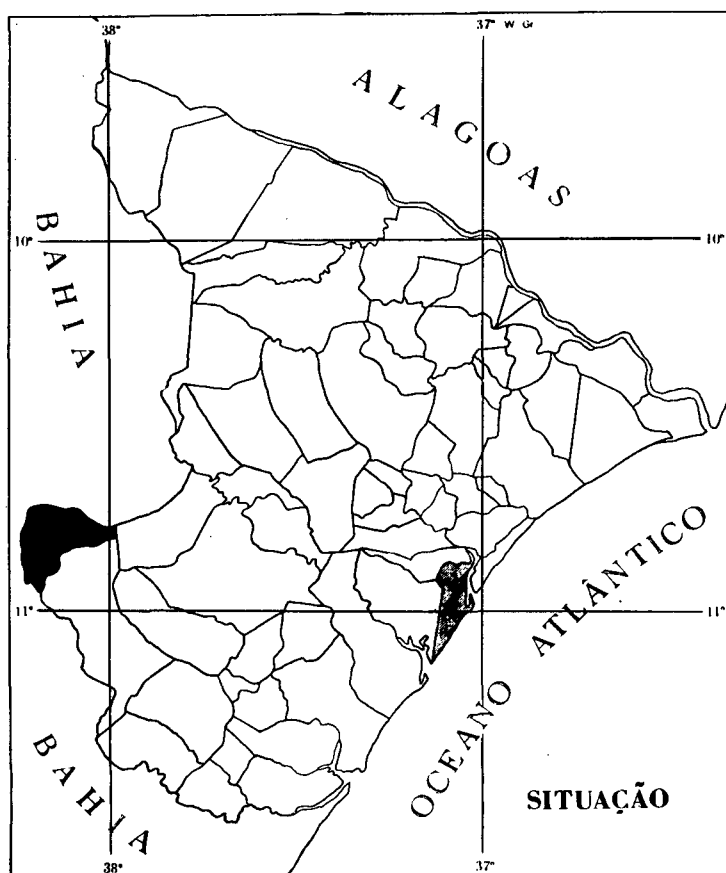
Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Poço Verde tem um único distrito — o de Poço Verde, sendo têrmo da comarca de Simão Dias.

A mesma situação judiciária e administrativa é mantida pela Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado).

O atual Prefeito Municipal é o Sr. João de Oliveira, eleito no pleito de 3 de outubro de 1954. A Câmara Municipal, constituída de cinco vereadores, foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955.

LOCALIZAÇÃO — O município de Poço Verde está situado no ponto extremo da Zona Fisiográfica do Oeste Sergipano, à margem esquerda do rio Real, que banha quase tôda a orla de limites da comuna, com o Estado da Bahia, e serve de linha divisória entre os dois territórios. Limita com os municípios sergipanos de Simão Dias a leste e Tobias Barreto ao sul e com os municípios de Paripiranga,

Mercado Municipal

Cícero Dantas e Caldas de Cipó, ao norte e oeste, respectivamente, êstes pertencentes ao Estado da Bahia.

A sede municipal fica igualmente à margem esquerda do rio Real numa distância aproximada de 15 quilômetros de suas nascentes, sendo por êste banhada. A sua direção, relativamente à capital sergipana, é no rumo N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Poço Verde é um município sujeito a freqüentes sêcas. Sua temperatura é comumente alta, alcançando 38°C. Nos meses mais frios (julho-agôsto) o termômetro tem baixado a 17°C.

Nos anos de regime normal de chuvas, os meses mais chuvosos são abril, maio e junho.

ÁREA — Nenhum orgão oficial especializado fêz, ainda, o levantamento da área territorial de Poço Verde, após a sua criação como município.

Entretanto, os cálculos feitos na Inspetoria Regional de Estatística, com base no mapa do município de Tobias Barreto, de cuja área Poço Verde foi desmembrado, dão para êste último uma área de 484 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Real destaca-se como o acidente mais importante na geografia do município, em cujos limites tem as suas nascentes, numa fazenda por nome São Francisco. Desde as nascentes serve o citado rio de divisória entre Poço Verde e o Estado da Bahia, banhando também a sede municipal e o povoado poço-verdense do Junco, no extremo sul do município, até encontrar a barra do riacho Jucambo, daí em diante passando ao município de Tobias Barreto. Tem, ainda, Poço Verde, os riachos Urubu, Jacoca, Sant'Ana, Salgado, Pitomba e Jucambo, êste último servindo de divisória com as terras do município de Tobias Barreto.

O território é ligeiramente montanhoso na sua metade oriental, aí possuindo as serras da Caraíba, do Pato Dantas e São José. Possui uma lagoa: a do Junco, próxima ao povoado que tem êste mesmo nome.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral há, conhecidas, apenas, reservas de argila, destinada ao fabrico de telhas, tijolos e artigos de cerâmica rudimentar. Em 1956 foram extraídas 165 toneladas de barro, no valor de Cr$ 6 600,00.

No reino vegetal há grandes reservas de madeira para construção e lenha para combustível, desta última tendo sido extraída uma produção, em 1956, de 3 650 metros cúbicos, no valor de Cr$ 146 000,00.

Nos terrenos encapoeirados ou em matas, pelo interior, há abundância de caça, dos espécimes inhambu, perdiz, paca e tatu.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o município de Poço Verde ainda era simples distrito.

Por esta razão as publicações sôbre os resultados do recenseamento, na área do então distrito, destacam, dentro do município de Tobias Barreto, apenas os seguintes dados população total: 5 531 habitantes; população da sede do distrito — 618; população do quadro rural — 4 913; população masculina — 2 607; população feminina — 2 924.

Tomando-se por base os resultados do Censo Demográfico do município de Tobias Barreto, segundo outros aspectos, nos quais estão incluídos os resultados de Poço Verde, para êste foram obtidos, analògicamente, aplicados os devidos coeficientes de variabilidade, mais ou seguintes resultados: Quanto à côr: brancos — 3 816; pardos — 1 603; pretos — 112. Quanto ao estado conjugal, de um total de 2 986 pessoas de 15 anos e mais, de idade, existiam: solteiros — 1 164; casados — 1 612; viúvos — 210.

O município tinha uma densidade demográfica de 11,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Os centros de aglomerações urbanas do município são: a sede municipal, com 618 habitantes e os povoados: Rio Real, com 40 moradias e 80 habitantes; São José, com 30 moradias e 80 habitantes; Saco do Camisa, com 25 moradias e 70 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Poço Verde tem na agricultura a principal atividade econômica de sua popu-

lação. Nos anos em que as estações correm certo, o município produz em alta escala milho, feijão e algodão, além de outras lavouras, em menor quantidade. As safras de 1955 e 1956, todavia, foram totalmente perdidas, por causa da intensa sêca que assolou a região por êsses dois anos sucessivos.

O rebanho pecuário, do município, quase dizimado por essa longa estiada, vem-se refazendo em 1957, graças às chuvas que chegaram neste ano. Atualmente o efetivo dêste rebanho está representado por 4 000 cabeças de bovinos, 6 000 de ovinos, 5 000 de suínos e 1 000 de eqüinos. A existência de uma regular zona de caatingas no município favorece muito êste tipo de criatório chamado de miunças (ovinos).

As atividades industriais dos poço-verdenses resumem-se no pequeno artesanato rural de produção de farinha de mandioca (208 toneladas em 1956), algumas olarias de fabrico de telhas e tijolos, uma sapataria (800 pares de sapato em 1956), 2 padarias e na produção de carne verde para consumo local (96 toneladas em 1956). O valor global da produção industrial do município, em 1956, atingiu Cr$ 4 123 300,00, sendo apenas 52 o número de pessoas ocupadas na indústria.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, em todo o município, 19 estabelecimentos comerciais, todos varejistas. O comércio importa suas mercadorias das praças de Salvador, Recife, Aracaju, Lagarto, Simão Dias e Tobias Barreto. Nos anos de boas safras agrícolas, há intenso movimento de exportação de feijão e milho para Salvador, Aracaju, Simão Dias, Lagarto e Cícero Dantas (Bahia).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede do município liga-se por rodovia às seguintes cidades: Aracaju (175 quilômetros), Tobias Barreto (72 quilômetros), Simão Dias (54 quilômetros), Cícero Dantas — Bahia (36 quilômetros), Caldas de Cipó, Bahia (72 quilômetros) e Paripiranga, Bahia (42 quilômetros).

As rodovias, entretanto, são transitáveis só em tempo sêco, necessitando ainda de um trabalho de piçarramento.

Na sede do município há uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal de Poço Verde dispõe de iluminação elétrica, fornecida por usina termelétrica, sendo de 75 o número de ligações domiciliares. A cidade dispõe, também, de uma pensão, cobrando Cr$ 90,00 de diária, e de um cinema. A sua área aproximada é de 30 000 metros quadrados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede municipal, uma farmácia, servindo à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Dos resultados do Censo de 1950, referentes ao município de Tobias Barreto, foram extraídos, por estimativa, na hipótese de ocorrerem as mesmas características demografo-culturais, entre os dois muni-

Açougue Municipal

cípios, que àquela época formavam uma só unidade municipal — os seguintes dados: de um total de 4 590 pessoas de 5 anos e mais, de idade, existentes em todo o território de Poço Verde, 803 indivíduos sabiam ler e escrever, isto é, 17,5% eram alfabetizadas. Dêste total, aproximadamente 10% haviam concluído o curso primário.

Ensino — O município de Poço Verde possui 9 estabelecimentos de ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação realizada pelas entidades públicas, no município, a partir da fundação dêste, foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	167	638	84	380
1956.......	—	226	1 017	60	492

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os 99,9% da população do município pertencem à religião católica. As festas religiosas tradicionais são a de São Sebastião, padroeiro da cidade e a de Santa Cruz, que ocorrem simultâneamente no dia 20 de janeiro de cada ano, conseguindo reunir na sede municipal enorme massa de gente, vinda do interior e dos municípios vizinhos. Nesse dia, há missa festiva com muita pompa. À tarde, realiza-se a procissão de São Sebastião, sendo a imagem do Santo transportada num andor, e seguida por considerável número de fiéis, seus devotos. À noite há feira-livre popular, na Praça da Matriz, e divertimentos e bailes nalgumas casas.

No município há apenas uma igreja, que é a matriz, a qual pertence à Paróquia de Simão Dias.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município recebem a designação gentílica poço-verdenses.

Dos 1 397 eleitores inscritos, 736 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 47,3% do eleitorado.

(Elaboração — João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município: Carlos de Araujo.)

PÔRTO DA FÔLHA — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVII, começou a ser conhecida essa importante região do São Francisco por Tomé da Rocha Malheiros que obteve uma sesmaria de 10 léguas, partindo da serra da Tabanga, ponto inicial do povoamento, até Jaciobá.

Posteriormente, Gaspar da Cruz Pôrto Carreiro, Pedro de Figueiredo e Domingos da Cruz Pôrto Carreiro, vieram substituir Rocha Malheiros na tentativa de colonização da zona, obtendo a sesmaria concedida por carta de 30 de agôsto de 1625, de 6 léguas em quadro, porém, a partir da ponta da Serra da Tabanga, subindo o rio, até o oiteiro de Jaciobá.

Por Alvará, de 20 de março de 1665, era feita a Pedro de Abreu Lima a concessão, na Serra da Tabanga, de três léguas de terras, correndo para o sertão até às vizinhanças de Pôrto Carreiro e 3 léguas para baixo até entestar com Paulo Antônio Freire, fato que vinha provar não terem sido infrutíferos os esforços de colonização da zona.

No velho povoado da Ilha do Ouro, Gerônimo da Costa Taborda fundou, em 1682, um sítio e aí se estabeleceu com lavouras e criação de gado, emprêsa que não prosperou, por terem os negros, fugidos em mocambos, destruído as plantações e roubado o gado; negros que mais tarde foram destroçados e desalojados das imediações, pelos índios reumirins, (segundo outros, romaris), tribo da ilha de São Pedro cujo chefe se chamava Pindaíba e dominava da Serra da Tabanga ao riacho Tamanduá.

Quem colonizou, porém, essas terras de Pôrto da Fôlha, segundo noticia o Dr. Felisbelo Freire (Hist. Territ. do Brasil), foi Tomaz Bermudes, fundando um curral e fazendo amizade com os índios. Morto êste, continuou a obra, no mesmo sítio, Jerônimo Fernandes.

A fazenda Curral do Buraco, originária da povoação do Buraco, primitivo nome de Pôrto da Fôlha, foi, possìvelmente, a que fundara Bermudes, no início de sua obra colonizadora.

No último quartel do século XVIII, nas terras do chefe indígena Pindaíba, fundaram os conquistadores a Missão de São Pedro do Pôrto da Fôlha, sediada na ilha de São Pedro, que tinha meia légua de extensão por quatrocentas braças de largura, onde viviam 300 índios da caça, pesca e de pequena lavoura de mandioca, que foi entregue a sacerdotes capuchinhos e jesuítas, fazendo parte integrante da freguesia de Vila Nova d'El Rei, criada em 1679, abrangendo 50 léguas de extensão, da barra do rio São Francisco até a barra do rio Sal, em que estava compreendida esta região.

Em novembro de 1807, o fidalgo D. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, registrou os seus títulos imobiliários na Câmara de Propriá, declarando ser de 30 léguas a extensão de suas terras, (História dos limites entre Sergipe e Bahia, de F. A. Carvalho Lima Júnior), latifúndio que constituiu o célebre morgado de Pôrto da Fôlha.

Em 1818, com a criação da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do São Francisco, (Propriá), desmembrada da de Vila Nova, Pôrto da Fôlha ficou pertencendo àquela, que tinha 40 léguas de extensão desde a desembocadura do rio Pindoba à barra do rio do Sal.

Prefeitura Municipal

Mais tarde, provàvelmente em 1821, a freguesia de Santo Antônio é desfalcada da maior parte de sua área territorial, com a criação da freguesia de São Pedro do Pôrto da Fôlha, com sede na Ilha de São Pedro, no São Francisco, que iniciou os seus trabalhos em janeiro de 1822.

O território desta freguesia compreendia o morgado do Pôrto da Fôlha com suas 30 léguas de extensão, da serra da Tabanga à barra do rio do Sal.

Vinte anos depois, a Lei de 19 de fevereiro de 1841, removia a sede da freguesia da ilha de São Pedro para a povoação do Buraco, porém, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição e com a denominação de freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha, passando a localidade a ser designada oficialmente, como vila de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha. Pela Resolução n.º 473, de 28 de março de 1857, foi removida a sede da freguesia para a Capela do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Curral de Pedras, tornando para sua capela pela Resolução n.º 666, de 8 de junho de 1864.

O Dr. Felisbelo Freire, eminente historiador sergipano, diverge a respeito da data da Lei que restaurou a vila com a transferência da sede de Curral de Pedras para Pôrto da Fôlha, indicando-a como sendo 11 de maio de 1864.

A 23 de março de 1870, a Resolução n.º 841, transferia a sede da mesma freguesia para o vizinho povoado de Boa Vista, mudando-lhe a denominação para Vila de Nossa Senhora da Conceição da Ilha do Ouro.

Não parou aí a série de mudanças, pois que a Resolução n.º 1 153, de 28 de abril (o historiador Clodomir Silva, não mencionou o ano, pelo que se presume seja o de 1870), transferiu a sede da vila para o povoado de Pôrto da Fôlha, bem assim, a freguesia e os ofícios.

Foi ainda transferida para Gararu, antiga povoação de Curral de Pedras, finalmente, restaurada pela Lei provincial n.º 28, de 12 de outubro de 1894.

Esta série de mudanças tivera por principal motivo a inconveniência da localização da vila, distante oito quilômetros do pôrto mais próximo, situado na povoação da Ilha do Ouro, cuja ligação era feita por um íngreme cami-

Vista parcial da cidade

nho de tropa, corrido na serra que medeia o percurso, e cheio de atoleiros durante a quadra do inverno no resto da estrada que margeia a várzea que se abre entre a serra e o mencionado povoado.

Se ainda hoje, esta circunstância pesa na vida social e econômica da cidade, quando uma rodovia, embora precária, já facilita a movimentação de seus habitantes e visitantes, imagine-se naquele tempo em que os meios de transportes eram exclusivamente dorso de animal e o fluvial.

Em virtude da nova ordem implantada no país com a Proclamação da República, a Câmara Municipal de Pôrto da Fôlha é dissolvida pelo Decreto do Govêrno Provisório do Estado, n.º 55, de 15 de fevereiro de 1890, que criou o Conselho de Intendência para curar dos interêsses do município, composto dos seguintes membros: coronel Antônio Alves de Gouveia Lima, presidente; Dr. João Maria de Loureiro Tavares e João Fernandes de Brito.

Em 1896, pela Lei n.º 194, de 11 de novembro, Pôrto da Fôlha é elevado à categoria de cidade. Três anos depois é criado no município o segundo distrito de paz de Canindé pela Lei n.º 368, de 7 de novembro de 1899, que veio a ser revogada algum tempo depois, sendo restaurado pela Divisão Administrativa de 31 de dezembro de 1936.

Pela Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954 perde 64% de sua área para constituir os territórios dos municípios de Curituba e Poço Redondo, criados pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

Pelas divisões administrativas de 1911 e 1933, o município era distrito único e têrmo judiciário da comarca de Propriá. Em 1938, Pôrto da Fôlha constava de 2 distritos, o da sede municipal e o de Canindé, continuando o têrmo judiciário anexo da comarca de Propriá. Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, o município continua com dois distritos de paz, porém, o seu têrmo passa a fazer parte da comarca de Gararu. Pela Lei número 554, de 6 de fevereiro de 1954, o município é distrito único, permanecendo o seu têrmo judiciário anexo à comarca de Gararu.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica São Francisco, limita com os municípios de Monte Alegre de Sergipe, Gararu, Poço Redondo e com o Estado de Alagoas pelo rio São Francisco. A cidade de Pôrto da Fôlha acha-se implantada no planalto situado entre os morros da cordilheira da Lagoa Comprida e a serra da Cal, tendo a seus pés o rio Pôrto da Fôlha que corre para o São Francisco. Suas coordenadas geográficas são 9° 55' de latitude Sul e 37° 17' de longitude W. Gr. Dista 113 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal está estimada em 60 metros.

CLIMA — O clima é pouco variável cuja temperatura em 1956 expressou na escala centígrada as seguintes médias: máxima — 26 e mínima — 24.

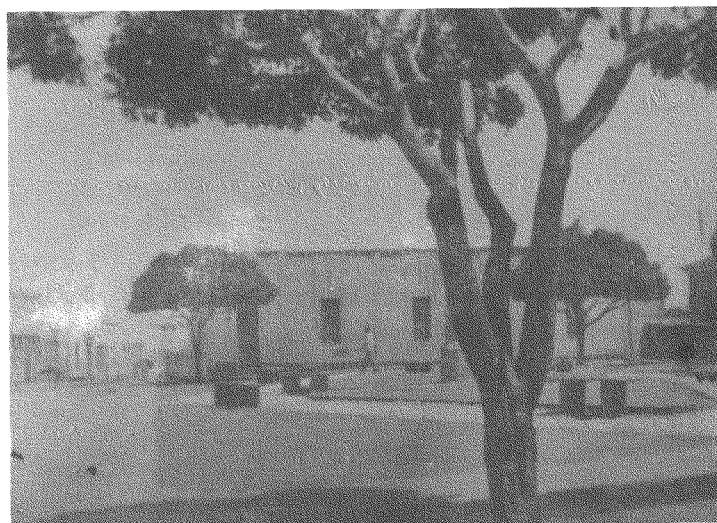
ÁREA — A área territorial de Pôrto da Fôlha foi recentemente estimada pela Inspetoria Regional de Estatística, em 1 078 quilômetros quadrados, representando, 4,8% da superfície do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio São Francisco entra no município no Morro de Baixo da lagoa das Pedras na fazenda Bom Sucesso, banhando o norte e leste da comuna até à barra da lagoa Porteiras nos limites com Gararu. Rio Pôrto da Fôlha, riacho Capivara e outros menos importantes. Lagoas: Queima Ferro, Aroeiras, Comprida e Beber e mais 12 pequenas, também utilizadas na cultura do arroz. Serras: dos Homens, Lagoa Comprida, Moreira, Cal e das Lages e Gruta do Touro situada na serra dos Homens com cêrca de 100 metros de profundidade.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, conta o município entre seus recursos pedras mármores e calcária e barro ou argila para o fabrico de telhas e tijolos. Com relação à pedra mármore, só está sendo explorada a jazida da serra da Cal, assim mesmo em pequena escala. A jazida da fazenda Belém, de mármore prêto de excelente qualidade, está sem exploração. No reino vegetal, extraem-se madeiras para construção, dormentes e lenha para fogão e indústria. Pescados, mel e cêra de abelha constituem os produtos explorados de origem animal em Pôrto da Fôlha. No ano de 1956, o valor total dos produtos extraídos acima mencionados alcançou a cifra de 934 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral do Brasil, de 1950, revelou que no município existia 8 846 habitantes (exclusive as populações dos territórios desanexados que constituem os atuais municípios de Curituba e Poço Redondo), sendo 4 369 homens e 4 477 mulheres, ou seja, cêrca de 102 mulheres correspondentes a cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica de Pôrto da Fôlha atingia, então, 8,2 habitantes por quilômetro quadrado. Classificada a população local segundo a côr, nota-se a predominância dos brancos que formavam a maior parcela — 5 002 pessoas, ou seja, 56,5% da população total, vindo a seguir os pardos com 1 969 indivíduos e finalmente os pretos que constituíam o menor grupo contando 1 869 pessoas. Com referência ao estado civil, apurou o Censo de 1950 a existência, naquela data, de 4 744 pessoas de 15 anos e mais de idade, das quais, 1 592 solteiros, 2 847 casados, 300 viúvos e 5 desquitados. A população municipal estava assim localizada: 1 864 na cidade e 6 982 pessoas no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal que é sem dúvida, a aglomeração mais importante, existem os povoados Ilha do Ouro, com 125 moradas e cêrca de 500

Pôsto do S.E.S.P

Praça Siqueira Campos

pessoas. Mucambo, com 96 casas e 380 habitantes e ainda pequenos núcleos populacionais como o Arraial Oiteirinho, com 40 casas e quase 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os resultados censitários de 1950, cêrca de 39,3% da sua população ativa, de 10 anos e mais de idade, tinha como atividade principal a agricultura, pecuária e indústrias extrativas. Conquanto a agricultura emprega a maioria da população ativa local, todavia a pecuária é a atividade que mais contribui para a economia do município. O montante da produção das principais lavouras em 1956 atingiu 1 649 milhares de cruzeiros contra cêrca de Cr$ 7 500,00 da pecuária, referente a reproduções e leite. O quadro adiante resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos.

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	40	317
Arroz	264	1 100
Cana-de-açúcar	60	120
Feijão	9	72
Milho	10	30

Os efetivos da pecuária do município são os seguintes: 8 620 bovinos, 767 eqüinos, 955 asininos, 184 muares, 1 800 suínos, 8 600 ovinos e 6 500 caprinos. A indústria do município conta apenas 4 estabelecimentos que empregam de 5 pessoas para mais, destinados ao beneficiamento do arroz e algodão e extração de mármore, sendo que êste não funcionou em 1956. Em seguida vêm 31 pequenas indústrias e artesanatos que empregam 84 pessoas para produção de bebidas, calçados, energia elétrica, cordoarias, panificação, louças de barro, telhas e tijolos, alguns móveis, curtume e apicultura, cujo total da produção em 1956 atingiu a cifra de 3 000 milhares de cruzeiros.

Há no município um Pôsto Agrícola (Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura que mantém no povoado Ilha do Ouro, uma usina de beneficiar arroz, prestando boa assistência à rizicultura).

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 20 estabelecimentos comerciais varejistas dos ramos de molhados e estivas, ferragens, drogas, e tecidos que transacio-

Cine-Teatro Santo Antônio

nam com as praças de Aracaju, Salvador, Maceió e Recife. Há um correspondente de Banco na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Pôrto da Fôlha liga-se com os municípios limítrofes e com a Capital do Estado pelos seguintes meios: Rodovia — Gararu (30 quilômetros), Aracaju (189 quilômetros); Fluvial — Gararu (24 quilômetros); Estrada carroçável — lombo de animais — Monte Alegre de Sergipe (48 quilômetros), Nossa Senhora da Glória (53 quilômetros), Poço Redondo (72 quilômetros). A ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju. As comunicações do município se fazem por uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 26 logradouros, dos quais 1 pavimentado inteiramente a paralelepípedos e 2, parcialmente; 3 são calçados inteiramente e 3 parcialmente de pedras irregulares. Há 1 rua e 1 praça arborizadas.

A sede municipal é servida de energia elétrica para iluminação pública e particular com 140 ligações. Conta com 1 cinema e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município acha-se regularmente provido de estabelecimentos de assistência sanitária, pois ali funcionam dois postos, 1 do Serviço de Endemias Rurais e outro do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com pessoal para o serviço de saneamento, sendo que a unidade do S.E.S.P. mantém, ainda, atendente e auxiliar de enfermagem, fazendo também o serviço de pediatria.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na sede municipal a Sociedade São Vicente de Paulo, fundada em 1915 e destinada a assistir com medicamentos, roupas e esmolas outras, a indigentes. Há duas cooperativas no município, a Cooperativa Agropecuária de Pôrto da Fôlha Limitada, situada na cidade, e a Cooperativa Agropecuária de Lagoa do Rancho Limitada, sediada no povoado Lagoa do Rancho, que vêm operando na base dos respectivos recursos, prestando assistência financeira à agricultura e à pecuária do município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município, com 5 anos e mais de idade, totalizava 7 199 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 1 366, ou seja, 19,03%. Naquela data 28 indivíduos declararam haver concluído o curso elementar e 6, o curso médio.

Ensino — Em 1955, funcionaram no município 22 estabelecimentos de ensino primário com 599 alunos matriculados e um aproveitamento de 49%. Não há no município estabelecimentos de ensino de grau superior ao elementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona uma Associação esportiva dedicada à prática do futebol; conta 115 associados.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município, no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	90	276	413	239	429
1951	123	284	367	67	309
1952	107	442	462	117	315
1953	142	427	590	127	649
1954	127	457	610	112	578
1955	100	368	744	140	723
1956	91	580	870	171	991

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A religião Católica Apostólica Romana é a que predomina no seio da população local, conforme apurou o Recenseamento de 1950: dos 8 846 habitantes do município, 8 826 se declararam católicos; 17, protestantes; 1, espírita; e 4, de outras confissões.

O município é da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha, que data do ano de 1821.

A principal festa de Pôrto da Fôlha é a da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, celebrada com entusiasmo e fé no dia 8 de dezembro. Ademais, realizam-se as festas de tradição na cristandade: São João, Natal, Ano e Reis.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município destacou-se no cenário nacional: *Antônio Alves de Gouveia Lima*. Nasceu a 8 de setembro de 1830. Jornalista e político influente, do norte do Estado. Deputado provincial em mais de uma legislatura; deputado e presidente da Assembléia Constituinte de 1891 e nesse ano vice-Governador do Estado. Representou Sergipe na Câmara dos Deputados Federais na legislatura 1894-1896. Faleceu em sua terra natal no dia 1.º de junho de 1901.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são designados pelo gentílico pôrto-folhenses e também os chamam de "buraqueiros". O Prefeito Municipal é o Sr. Antônio Pinto Resende. A Câmara de vereadores é composta de 5 membros.

Dos 2 480 eleitores inscritos, 1 026 votaram no pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 58,6% do eleitorado.

(Elaboração: Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico Auxiliar da IR de Sergipe; Amaro José dos Santos, Agente de Estatística do Município).

PROPRIÁ — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

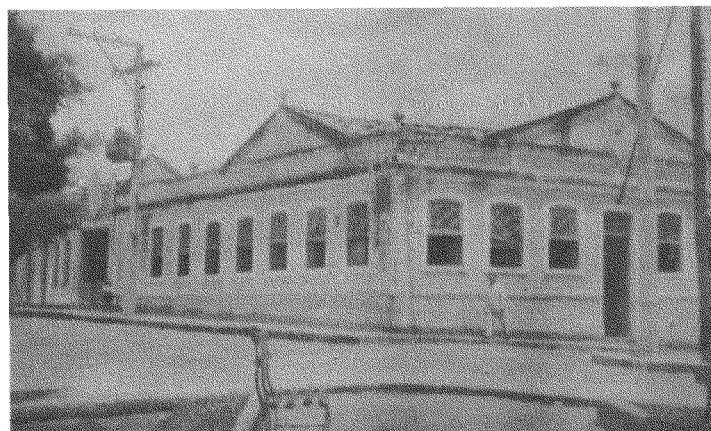
HISTÓRICO — Nos princípios do século XVII, os Jesuítas fundaram uma missão para catequese dos índios chefiados por Pacatuba, que viviam às margens das lagoas aquém e a montante da fundação situada no morro que denominaram "Urubu". O núcleo populacional surgido, algum tempo depois, em um relêvo pouco adiante da missão, passou a ser chamado Urubu de Baixo, nome primitivo da cidade de Propriá.

A primeira penetração no território precedeu, sem dúvida, à incursão dos padres da Companhia de Jesus. Tê-la-iam feito os primeiros exploradores do Baixo São Francisco ou os franceses para comércio com os silvícolas existentes na sua faixa marginal.

As terras que vieram a ser chamadas de Urubu, também por influência da fundação local dos Jesuítas, estavam contidas no território situado entre os rios Sergipe e São Francisco, que Cristóvão de Barros havia dado de sesmaria, a 9 de abril de 1590, a seu filho Antônio Cardoso de Barros, os quais foram doados pela viúva dêste ao seu genro, Pedro de Abreu Lima, antes da metade do século XVII.

Propriá era uma pequena povoação, quando em 1646, no mês de dezembro, o capitão francês Samuel Lambert (La Montagne) bate às suas portas, à frente de quase oitocentos homens para punir 200 fugitivos da vila de São Francisco (Penedo-Alagoas), que congregados, haviam atacado uma sentinela avançada de 20 homens, da expedição de reconquista holandesa, chefiada pelo coronel Henderson e, após, galgaram a margem sul do rio, encontrando-se sob o comando do capitão Francisco Rabelo, encarregado pelo governador-geral de guardar e defender o território sergipano. Aconteceu que fugiram aquêles combatentes que deviam resistir a La Montagne, mas, quando o capitão já pensava em uma vitória, perde a ação na emboscada de que foi alvo. Neste feito militar, morreram, além de 114 soldados, 9 oficiais inclusive o bravo Almirante Lieththardt, ficando prêso o valente capitão Gisselingh, que em companhia de Schopp, tinha buscado em 1637, pelo território de Sergipe, o conde Bagnuolo (Felisbelo Freire — Hist. de Sergipe).

Graças à sua privilegiada situação às margens do grande rio São Francisco e nas proximidades das várzeas férteis, a povoação alcançava rápido progresso, tanto que aos 18 de outubro de 1718, o Arcebispo Primaz da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, resolveu erigi-la em sede de freguesia com a denominação de Santo Antônio do Urubu de Baixo, desmembrada da de Vila Nova D'El Rei, com o território de mais de 40 léguas de extensão, partindo da foz do riacho Pindoba, rio São Francisco acima, em busca do poente, até os limites da freguesia de Pambu (Antigo Curral dos Bois, Glória-Bahia), defronte ao riacho Xingó, a pouca distância da Canhoeira de Paulo Afonso ou até a barra do rio do Sal como disseram outros historiadores.

Em 1800, a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, segundo levantamento da época, possuía em seu território 875 fogos e 4 000 almas cuja sede expandia-se

Prefeitura Municipal

como aglomeração urbana e centro comercial que transacionava com a vila de Penedo situada sete léguas abaixo, na margem esquerda do rio, então mercado de todo o comércio do interior do São Francisco. Por êsse tempo, seguiam o seu curso final as diligências, junto à côrte para criação do município.

Um ano depois, pela Carta Régia de sua Alteza o Príncipe D. João, Regente do Reino de Portugal, datada de 5 de setembro de 1801, ao General de Estado D. João de Lencastro, governador-geral da Bahia, foi mandado erigir em vila, esta freguesia com os seus limites de 40 léguas de extensão, sendo instalada solene e festivamente pelo ouvidor-geral e corregedor da comarca, Dr. Antônio Pereira Passos, em 7 de fevereiro de 1802.

Quase 20 anos depois, em 1821, a freguesia de Santo Antônio de Propriá é desfalcada da maior parte de sua área territorial com a criação da freguesia de São Pedro do Pôrto da Fôlha, com sede na Ilha de São Pedro, no rio São Francisco, cujo território começava na serra Tabanga, daí seguindo até limitar com a Bahia, ficando a de Propriá com cêrca de 14 léguas de extensão na margem do rio, da foz do riacho Pindoba à ponta da referida serra Tabanga; território que veio a ser desanexado do município, com a elevação da freguesia a vila, tendo a designação de Nossa Senhora da Conceição do Pôrto da Fôlha, pela Lei provincial de 19 de fevereiro de 1841.

Pela Resolução n.º 755, de 21 de fevereiro de 1866, Propriá recebe a categoria de cidade, antes, porém, pela Resolução n.º 379, de 9 de maio de 1854, tornava-se cabeça da comarca de Vila Nova, conservando-se, dessa forma, a mesma designação de comarca de Vila Nova, vindo a Resolução n.º 461, de 20 de fevereiro de 1857, transferir o nome da comarca de Vila Nova para comarca de Propriá, que ficou compreendendo além de seu têrmo os têrmos de Vila Nova e Pôrto da Fôlha.

A partir desta data, Propriá marchou mais acelerada, sofrendo as mutações político-sociais que vieram com a República e por imperativos da civilização do século XX.

Com a República, inicialmente é dissolvida a sua Câmara Municipal e nomeado um Conselho de Intendência por Ato de 2 de janeiro de 1890, do Govêrno do Estado, composto dos membros seguintes: Dr. Davino Nomísio de Aquino, João de Aguiar Botto de Mello e Manoel Alves Machado, cabendo a presidência ao primeiro.

Em 1908, surgia seu hospital de caridade; em 1914, fábrica de tecidos e a sua primeira usina de beneficiar arroz.

Praça Fausto Cardoso

Em 1920, a sede da comarca se achava em Vila Nova, mas, o seu florescimento de Propriá aumentava com a inauguração do último trecho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro que veio ligar a localidade com as capitais: Aracaju e Salvador-Bahia, e com outras sedes de municípios marginais da referida estrada. Neste ano foi instalado o seu serviço de energia elétrica para iluminação pública e particular.

Pela Lei estadual n.º 820, de 8 de novembro de 1921, Propriá passa a ser a sede da comarca de Aquidabã, situação que só veio a ser modificada com a restauração de sua comarca pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938.

Com a nova ordem implantada pela Resolução de 1930, operaram-se as transformações de ordem política; no mais o município continuou a sua marcha de construção da grandeza que desfruta no presente.

Em 1931, instalava-se a sua primeira agência bancária, filial do Banco Mercantil Sergipense S.A. Posteriormente, na Interventoria do então major Augusto Maynard, era inaugurada a rodovia Aracaju—Propriá, que constituiu mais um fator de progresso para o município.

Em 1949, Propriá atingia a liderança no comércio atacadista do Baixo São Francisco, com 57% das vendas totais de tôda zona, colocando-se em segundo lugar no Estado, imediatamente depois de Aracaju.

Pela Lei estadual n.º 554, de 5 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, é desanexada do município a faixa de terra para constituir a área territorial do município de Amparo de São Francisco, criado pela Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953. Pela dita Lei n.º 554, Propriá se compõe de um único distrito de paz e a sua comarca, de seu têrmo e dos têrmos judiciários de Amparo de São Francisco, Aquidabã, Cedro de São João e Tamanduá.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Baixo São Francisco, limita com os municípios de Amparo de São Francisco, Aquidabã, Cedro de São João, Japoatã, Neópolis e, pelo rio São Francisco, com os de Pôrto Real do Colégio, São Braz e Igreja Nova, do Estado de Alagoas. A cidade se ergue em um relêvo que se alteia aqui de maneira disfarçada para depois de uma depressão onde existiu uma lagoa, continuar em comedida ascensão que lhe dá aspecto majestoso e a torna encantadora principalmente vista do rio que lhe corre aos pés. Suas coordenadas geográficas são 10° 12' 31" de latitude Sul e 36° 52' 08" de longitude W. Gr. Dista 81 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, em relação à qual está situada no rumo N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Todo o município localiza-se em terrenos relativamente baixos, estimando-se para a sede municipal uma altitude de 17 metros.

CLIMA — O clima do município é pouco variável, não sofrendo oscilações fortes. A sua temperatura, em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos na escala centígrada: média das máximas — 29,4; média das mínimas — 17,1. Chove regularmente no período abril-agôsto.

ÁREA — A área territorial do município, conforme estimativa recente da Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Sergipe, é de 107 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio São Francisco, que entra no município a oeste, nos limites com Amparo de São Francisco e corre em direção ao leste, deixando-o nos limites de Neópolis, na foz do riacho Pindoba; rio Propriá, que serve de sangradouro à lagoa do Cedro; e rio Pindoba, que limita êste com o município de Neópolis. Ilhas: Jundiaí, Formosinha e Coração de Jesus, tôdas elas situadas no rio São Francisco e aplicadas na agricultura, principalmente, na cultura do arroz. Lagoas: as principais são: Cedro, com área aproximada de 1 800 000 metros quadrados, Cotinguiba, também muito grande, e mais 5 pequenas, tôdas elas utilizadas na cultura do arroz. Morros do Chave e do Urubu.

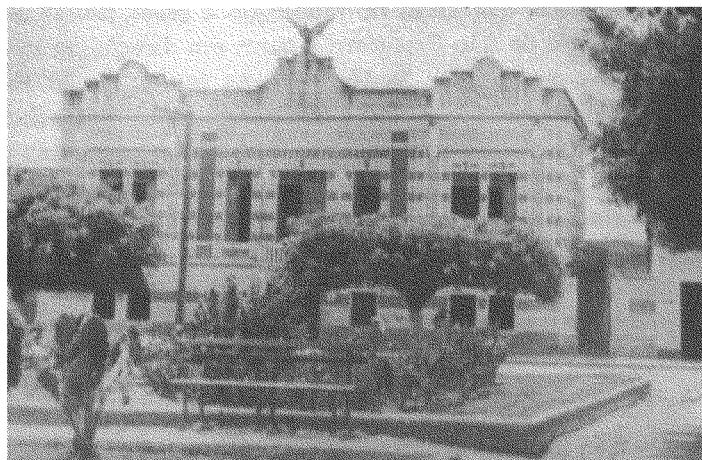
RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, conta o município entre os seus recursos: barro ou argila, utilizado

na construção civil e no fabrico de telhas e tijolos. De origem vegetal, extraem-se madeiras para cêrcas e lenha de fogão e ainda castanha de caju. Mel e cêra de abelhas e pescados são os produtos de origem animal que contribuem para a economia da comuna. A produção das riquezas naturais exploradas, atingiu em 1956 o total dde 2 130 milhares de cruzeiros, destacando-se entre os produtos, o pescado, que contribuiu para a formação dêste total, com 92%.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o município contava 15 884 habitantes, (exclusive a população de Amparo do São Francisco, que foi elevado a município), sendo 7 126 homens e 8 758 mulheres, ou seja, cêrca de 123 mulheres correspondentes a cada grupo de 100 homens. A densidade demográfica de Propriá atingia então 149,237 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população segundo a côr, encontra-se a predominância dos brancos, pequena embora, que formavam a parcela de 7 707 pessoas, vindo a seguir os pardos, com 7 482 indivíduos e finalmente os pretos que constituíam o menor grupo, ou seja, apenas 680 pessoas, representando 4,28% da população total. Ainda de acôrdo com os resultados censitários, a população local de 15 anos e mais de idade somava 10 083, assim distribuída, segundo o estado civil: 3 632 solteiros, 5 399 casados, 1 045 viúvos e 7 desquitados. Da população do município, 12 654 pessoas habitavam na sede municipal e 3 230, no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal há no município o povoado Telha de Cima, que contava, em 1950, 135 moradores e 604 habitantes, o melhor dos núcleos urbanos do interior da comuna, servido de energia elétrica para iluminação pública e particular; vêm em seguida os povoados São Miguel e Saco que contam menos de 100 casas cada um e cêrca de 350 pessoas, cada lugar; existem mais de seis povoados e arraiais com 408 casas ao todo e 1 715 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, cêrca de 2 600 pessoas de 10 anos e mais de idade, tinham como atividade principal, a agricultura e pecuária e indústrias extrativas. Segue-se, após a agricultura, a indústria de transformação que já empregava mais de um milhar de pessoas.

O montante da produção agrícola municipal em 1950, atingiu a cifra de 56 585 milhares de cruzeiros, destacando-se como parcela mais importante a do arroz que contri-

Grupo Escolar Coronel João Fernandes de Brito

Vista parcial da Avenida Orácio Cardoso

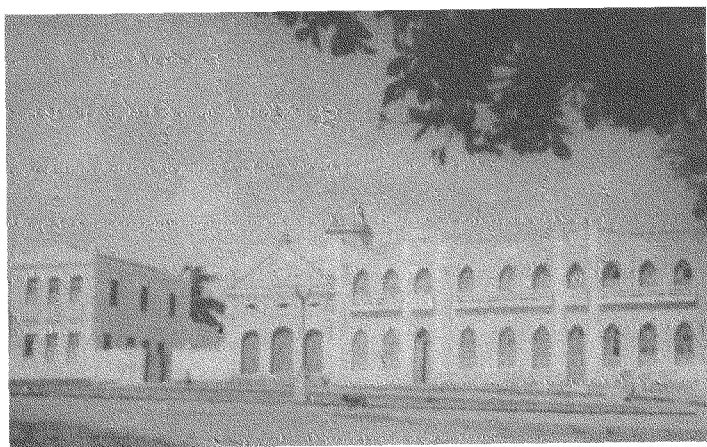
buiu para êste total com cêrca de 91%. A rizicultura do município é feita por transplantação em lagoas e lamarões das ilhas, pelo sistema de meação, e constitui, via de regra, uma atividade suplementar exercida por mulheres, donas de casa, lavadeiras ou que exploram pequenos negócios de frutas, doces, etc., na feira local. A área total cultivada varia de 2 000 ha para mais, de conformidade com as cheias, grandes ou pequenas, do São Francisco. O quadro seguinte resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos referentes a 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	126	1 512
Arroz	9 396	51 678
Cana-de-açúcar	150	68
Côco-da-baía	36	67
Feijão	42	525
Mandioca	8 025	415
Milho	480	2 320

A agricultura e a pecuária são assistidas pela Residência local da Comissão do Vale do São Francisco com sementes e máquinas e pela respectiva secção de veterinária que dispõe de um veterinário, auxiliares e medicamentos.

Em segundo lugar, como já ficou dito, depois dda agricultura, vem a indústria como fonte de vida econômica de Propriá. Em 1956, funcionavam 17 estabelecimentos que ocupavam de 5 para mais pessoas e 41 que empregavam menos operários. As primeiras unidades industriais empregavam 620 pessoas e alcançavam um valor de produção no total de Cr$ 89 647 000,00, destacando-se a indústria de tecidos de algodão. Essas indústrias são representadas, principalmente, pelo beneficiamento do arroz, extração de óleo de caroço de algodão, beneficiamento de algodão, fábricas de calçados, bebidas, refrigerantes, vinagre e móveis.

A pecuária ocupa o terceiro lugar em ordem de importância como fonte econômica do município. Em 31 de dezembro de 1956, a estimativa de seus rebanhos acusava a existência de 11 824 bovinos, 816 eqüinos, 151 ovinos e 432 caprinos. Vale ressaltar que a população bovina é móvel pois que a maior parcela dêste gado é importada para recria e exportação.

COMÉRCIO E BANCOS — Na zona do Baixo São Francisco há dois centros comerciais importantes: Propriá e Penedo.

Ginásio N. S.ª das Garças

Segundo dados censitários de 1950, os dois municípios retinham 86% das vendas no comércio atacadista, sendo que Penedo participou com 29% e Propriá com 57%. No comércio varejista, porém, Penedo figurava em primeiro lugar com produção de 32% contra 17% do total da zona com que se apresentava Propriá.

No que se refere a entreposto comercial, Penedo atua com a maior intensidade pelo fato de ser pôrto de exportação por cabotagem, maior escoadouro dos produtos da zona, beneficiados em usinas locais ou recebidas de outros municípios. Neste particular, Propriá lhe fica aquém por contar com menor parcela de municípios tributários, estendendo-se por Cedro de São João, Pôrto da Fôlha, Pôrto Real do Colégio, Canhoba, Aquidabã, Japoatã e São Braz, os dois últimos em menor escala.

Em Propriá, conforme apurou o Recenseamento de 1950, havia, em 1949, 164 estabelecimentos comerciais, 143 varejistas e 21 atacadistas. O capital aplicado por êsses estabelecimentos ascendia a 3 089 milhares de cruzeiros (983 para o comércio varejista e 2 106 para o atacadista).

O valor das vendas ascendia naquele tempo a 42 516 milhares de cruzeiros, sendo 27 680 milhares de cruzeiros dos estabelecimentos grossistas e 14 836, dos retalhistas.

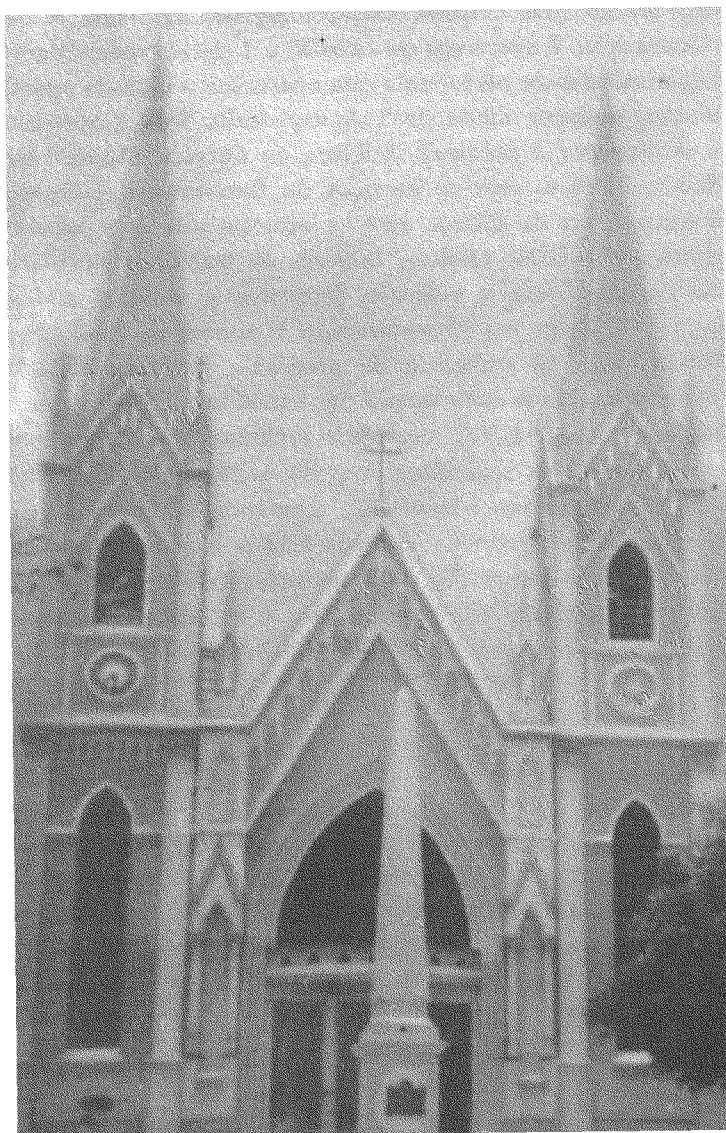
Como mercado grossista, Propriá vinha em segundo lugar no Estado como imediatamente inferior a Aracaju, na qualidade de comércio varejista, colocava-se, porém, em terceiro lugar, sendo ultrapassado pelo da Capital do Estado e de Itabaiana.

Para se ter uma idéia do atual comércio de Propriá, constante de 22 estabelecimentos grossistas e 362 casas varejistas, basta atentar para o movimento das principais firmas comerciais, em número de 22, dos diversos ramos que apresentavam em 1956 uma produção total de 66 000 milhares de cruzeiros.

Operam no município, por suas agências instaladas na cidade, os seguintes bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Mercantil Sergipense S.A., Banco Comércio e Indústria de Sergipe S.A., e Banco Rezende Leite S.A. Existe ainda uma Agência de Depósitos da Caixa Econômica Federal, junto à Agência dos Correios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Propriá liga-se com os municípios limítrofes e com a Capital do Estado pelos seguintes meios: Rodovia — Aquidabã (32 quilômetros); Cedro de São João (12 quilômetros); Canhoba — via Aquidabã (58 quilômetros); Japoatã (41 quilômetros); Neópolis (67 quilômetros); Aracaju (121 quilômetros). Ferroviário — Cedro de São João (8 quilômetros) e Aracaju (120 quilômetros). Fluvial — Amparo de São Francisco (20 quilômetros); São Braz (15 quilômetros); Pôrto Real do Colégio (2 quilômetros); Igreja Nova (parte fronteiriça do município) (21 quilômetros) e Neópolis (45 quilômetros). A ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

As comunicações do município se realizam por: uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, e estação da Rêde Telefônica Sergipana. Existe ainda uma estação de radiotelefonia para comunicações privadas do 5.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está implantada em terrenos que se elevam disfarçadamente a partir da faixa marginal do São Francisco, quebrando-se a suleste e no centro onde existiu a lagoa Bahia, depressões que são inundadas, pelas grandes cheias daquele rio, bem assim as partes baixas da mencionada faixa marginal. Conta 51 logradouros pavimentados, sendo inteiramente a paralelepípedos — 19; a pedras irregulares — 18; parcialmente a paralelepípedos — 10; a pedras irregulares — 4, representando 45% da área das artérias da localidade; existem ainda sem pavimentação 58 ruas. Dos 109 logradouros de

Igreja-Matriz de Santo Antônio de Pádua

Propriá, 6 são arborizados e 3 são simultâneamente arborizados e ajardinados.

Tôda a sua faixa marginal do São Francisco está protegida por um cais de alvenaria de sólida construção que é também um ornamento de sua entrada.

A sede municipal é servida de energia elétrica pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, contando 991 ligações para luz e fôrça motriz. Dispõe, outrossim, de uma rêde para captação de águas superficiais despejando-se no rio São Francisco, mantida pela Prefeitura Municipal. Em 1956, a produção de energia elétrica atingiu a casa dos 185 223 kW, no valor de Cr$ 170 446,00.

Encontram-se 1 cinema, 4 hotéis e 3 pensões e 25 aparelhos telefônicos para comunicações urbanas e interurbanas com os municípios, inclusive o da Capital do Estado, servidos pela Rêde Telefônica Sergipana.

O abastecimento de água para consumo da população citadina é feito precàriamente por um chafariz da Prefeitura Municipal e por aguadeiros em lombo de animais. O serviço de águas que está sendo instalado para completo abastecimento da cidade, acha-se em vias de conclusão, esperando-se que seja inaugurado dentro em breve.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município acha-se perfeitamente servido de estabelecimentos que proporcionam assistência médico-sanitária à população, havendo 1 hospital e maternidade, com 120 leitos, laboratórios de análises clínicas, microbiológicas, sorologia e de microscopia; 2 aparelhos de raios-X e 1 de eletrocardiografia, duas salas de parto, uma dde operações e uma de esteriliíação; e dispõe ainda de 1 Ambulatório. Êste nosocômio é servido por 5 médicos; 1 Pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública, com os serviços de Saneamento e Puericultura, além da clínica geral e odontológia, com laboratórios de análises clínicas, fazendo os trabalhos profiláticos de imunização e visitação domiciliar e mantém ambulatório; 1 Setor do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com os trabalhos de profilaxia contra a malária — imunizações e dedetização de domicílios; 1 ambulatório Médico do I.A.P.E.T.C., destinado a clínicas médica e odontológica para os segurados daquele órgão; 1 Ambulatório da Colônia de pescadores Z-8, mantendo clínicas médica e odontológia destinado aos pescadores e seus dependentes. Enfim, a Associação de Puericultura de Propriá destinada a assistência à maternidade e à infância, mantendo clínica pre-natal, pré-escolar, de higiene infantil e um dis-

Vista parcial da cidade

Serviço Especial de Saúde Pública

pensário. Exercem atividades profissionais no município, 9 médicos. Há na sede municipal 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social do município é operada pelos Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Propriá, Sindicato dos Empregados do Comércio de Propriá e Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Propriá, destinados a amparar e defender os direitos das mencionadas classes; Colônia de Pescadores Z-8, com idênticas finalidades de amparo e defesa de seus congregados; Sociedade União Beneficiente de Propriá, de caráter mutuário, de auxílio financeiro e funerário aos sócios; Sociedade de São Vicente de Paulo e Sociedade Feminina de Amparo Social, destinadas a conceder auxílios e benefícios a desvalidos, necessitados, pobres ou indigentes. Existe ainda o Asilo D. Juvêncio Britto com a finalidade de amparar a velhice de ambos os sexos, com 20 leitos instalados em 1956, tendo como seu presidente o ilustre médico Doutor Otávio Martins Penalva.

No município existem três cooperativas: Cooperativa Agropecuária de Propriá Limitada, de crédito; Cooperativa dos Rizicultores de Propriá Limitada, de beneficiamento e comércio do arroz, e Cooperativa de Consumo dos Servidores do 5.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco Limitada, de consumo (compra e venda) que contam 191, 19 e 48 sócios, respectivamente, em seus quadros.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município de 5 anos e mais de idade totalizava (menos a zona de Amparo, atual município), 12 770 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 5 560, ou seja, 35% da população total da comuna. Naquela data os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 1 169; o curso médio o fôra por 132 pessoas, e o curso superior, por 26, sòmente.

Ensino — Segundo a apuração do Departamento Estadual de Estatística, referente a 1955, havia no município 29 unidades escolares do ensino fundamental comum, entre estaduais, municipais e particulares, com a matrícula de 1 727 alunos, e aproveitamento de cêrca de 32,3%, naquele ano.

Quanto ao ensino médio, conta Propriá com 2 ginásios particulares: "Diocesano" e de "Nossa Senhora das Graças", que mantêm curso técnico de Comércio. Em 1956, matricularam-se para o curso ginasial 249 alunos, dos quais

Hospital Regional

foram aprovados 81; para o curso técnico de comércio, a matrícula foi de apenas 29, sendo aprovados 25. Êstes estabelecimentos atraem alunos dos municípios circunvizinhos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As associações culturais e esportivas do município são em número de 3, duas destinadas à prática do futebol e uma literária — Grêmio Literário Monsenhor José Soares. Existe na sede municipal 1 jornal, a "Defesa" — religioso e literário, quinzenal, editado pela paróquia local de Santo Antônio; 3 são as bibliotecas: a da Sociedade Beneficente de Propriá (pública), com 1 461 volumes; a do Sindicato dos Empregados no Comércio de Propriá (franqueada ao público), com 1 038 volumes e a Biblioteca Santa Isabel (privada do Ginásio Nossa Senhora das Graças), com 1 454 volumes. Uma banda de música na cidade é mantida por subvenção da Prefeitura e pelo resultado de suas apresentações.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte dá o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 553	3 245	1 645	1 350	1 715
1951.......	1 716	4 123	1 741	982	1 175
1952.......	1 880	4 472	2 211	1 395	2 239
1953.......	1 707	5 544	2 740	1 334	2 399
1954.......	2 424	5 737	2 884	1 872	3 153
1955.......	3 881	6 967	3 752	2 408	2 702
1956.......	4 274	9 335	5 122	3 157	3 831

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Não há no município monumento ou templo tombado pelo Patrimônio Histórico. Existem nas praças da sede municipal um obelisco comemorativo do sesquicentenário da instalação do município e duas hermas, uma do coronel João Fernandes de Britto, político e fundador da indústria de tecidos de algodão do município, e a outra, do grande médico, Dr. Nelson d'Ávila Melo, que deu à assistência médico-sanitária do município um dos maiores impulsos e faleceu como Prefeito Municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Segundo o Recenseamento de 1950, a religião católica romana é a predominante no seio da população municipal. Dos 15 844 habitantes do município, 15 504 se declararam católicos, enquanto o protestantismo era professado por 145 indivíduos e o espiritismo, apenas por 10 pessoas. Os demais habitantes, uns não tinham religião, outros deixaram de fazer declaração a respeito. Existem na cidade a formosa igreja-matriz de Santo Antônio, a igreja de Nossa Senhora do Rosário e as capelas de Bom Jesus dos Navegantes, Santa Luzia, Colégio Nossa Senhora das Graças e do Hospital de São Vicente de Paulo e dois pequenos templos protestantes. O município pertence à Paróquia de Santo Antônio (designada para sede da Diocese a ser criada no norte do Estado) que mantém o Ginásio Diocesano com prédio próprio, construído recentemente, de acôrdo com as exigências da pedagogia moderna, e o jornal "A Defesa".

As principais festas do município são as de Bom Jesus dos Navegantes, (móvel), que se realiza no mês de janeiro ou fevereiro, com enorme afluência de pessoas dêste e de outros Estados; a festa do padroeiro, Santo Antônio de Pádua, precedida de trezena e encerrada com procissão no dia 13 de junho, festa que não logra o brilho da primeira visto ser realizada no inverno.

Os folguedos populares do município são: reisados e cheganças, por ocasião das festas de Natal, Ano Bom e Reis.

Quanto ao folclore, é comum, nos dias de feira-livre da cidade, repentistas cantando "colcheias" ao som de viola ou emboladas e côcos ao ritmo do pandeiro ou ganzá.

As datas nacionais são comemoradas nos estabelecimentos de ensino, sendo que a da Independência do Brasil o é com muito entusiasmo, havendo desfile da juventude e sessões magnas.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município destacaram-se no cenário nacional os seguintes: *Dr. José Rodrigues da Costa Dória* — Nasceu a 25 de junho de 1859, Doutor em Medicina, professor catedrático de Medicina Legal, posteriormente catedrático da cadeira de Botânica e Zoologia Médicas. Conselheiro Municipal da Capital baiana. Deputado federal por Sergipe em quatro legislaturas. Presidente do Estado de Sergipe de 1908 a 1911. Membro correspondente da Academia Nacional de Medicina, mais uma vez deputado federal de 1918 a 1920. Faleceu há poucos anos em Salvador-Bahia, deixando avultada bagagem literária. *D. Antônio dos Santos Cabral* — Nasceu a 8 de outubro de 1884, ordenou-se sacerdote no Seminário da Bahia, foi vigário de sua terra natal, Bispo de Natal-Rio Grande do Norte e é atualmente Arcebispo de Belo Horizonte. *Bacharel Luiz José da Costa Filho* — Nasceu a 3 de outubro de 1886, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, jornalista e poeta, foi deputado estadual. Possui alentada bagagem literária. *Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral* — Nasceu a 2 de outubro de 1845 e faleceu no Recife a 25 de julho de 1913. Figura eminente e culta do clero brasileiro. Foi professor e reitor do Seminário de Olinda, jornalista que fundou e dirigiu "Tribuna Religiosa", órgão oficial da Diocese de Olinda. Como Vigário Capitular exerceu algumas vêzes o govêrno da Diocese. Além de outros trabalhos, publicou "Compêndio de Teologia Moral", contendo 552 páginas, reeditado em 1889 e 1890.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Conta Propriá 2 Associações recreativas: o "12 Tênis Club" e "So-

ciedade Recreativa Cavalheiros da Noite" e o Rotary Club Propriá-Colégio.

Os naturais do município são propriaenses.

O atual Prefeito do município é o Dr. Wolney Leal de Melo. A Câmara de Vereadores é composta de 5 membros. O eleitorado compunha-se de 6 677 cidadãos inscritos. Votaram 2 560 eleitores, verificando-se uma abstenção de 61,6%.

(Elaboração — Enéas de Oliveira Figueiredo, Estatístico Auxiliar da IR de Sergipe; Antônio José Tavares, Agente de Estatística do Município).

RIACHÃO DO DANTAS — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do atual município de Riachão do Dantas nasceu nos começos do século XIX.

O seu nome antigo era simplesmente Riachão, tendo sido acrescentado o complemento "do Dantas", a partir de 1943, por efeito de legislação federal que regula o uso dos nomes para as cidades do Brasil.

A origem do nome Riachão — afirma o Desembargador João Dantas Martins dos Reis (neto do Comendador Dantas), na sua interessante obra "A Cidade do Riachão do Dantas, como Começou" — vem "de um grande riacho (quase rio), que passa próximo à rua".

Na escolha do designativo (do Dantas) introduzido para alterar o topônimo, influiu, ao mesmo tempo, o propósito de homenagear um dos maiores benfeitores da terra, e o próprio costume de grande parte da população, principalmente da classe do povo, que já vinha chamando o lugar pela forma "Riachão Dantas" não raro assim mencionando nas suas cartas e endereços, tanto de ida para outras partes do país, como na vinda de correspondência de filhos da terra, que se achassem viajando. É que o Comendador Dantas (João Dantas Martins dos Reis), um dos doadores do patrimônio da Paróquia, proprietário do maior engenho da região, o Engenho Fortaleza, foi chefe político de grande prestígio no tempo do Império, chegando a ser Vice-Presidente da Província de Sergipe, cuja presidência também exerceu em caráter temporário. À sua alta influência política deve-se, na maior parte, a criação do município.

Todavia, o principal fundador da povoação foi João Martins Fontes, parente do Comendador Dantas, e de quem êste último se tornou herdeiro.

Nas terras de propriedade de João Martins Fontes, situadas à margem do riachão da Limeira é que foram construídas as primeiras casas, dando origem ao povoado.

O proprietário, fiel aos sentimentos religiosos herdados dos seus maiores, muito cedo construíra nos seus domínios uma "casa de oração" dedicada a Nossa Senhora do Amparo, cuja imagem foi entronizada sôbre o altar. Aí se celebravam os atos religiosos, possìvelmente também missas, a que a família e os agregados da fazenda assistiam devotamente. Em tôrno foram-se construindo outras casas e um arraial foi-se formando, com o nome de Riachão.

Êstes primeiros sinais de formação de mais um núcleo de população demográfica, na freguesia de Nossa Senhora

Prefeitura Municipal

da Piedade do Lagarto em cujos limites se achavam aquêles terrenos, foram-se verificando próximo ao ano de 1848, quando já se tornara necessário fundar uma escola para ensinar as primeiras letras aos meninos que por ali já havia em número crescido.

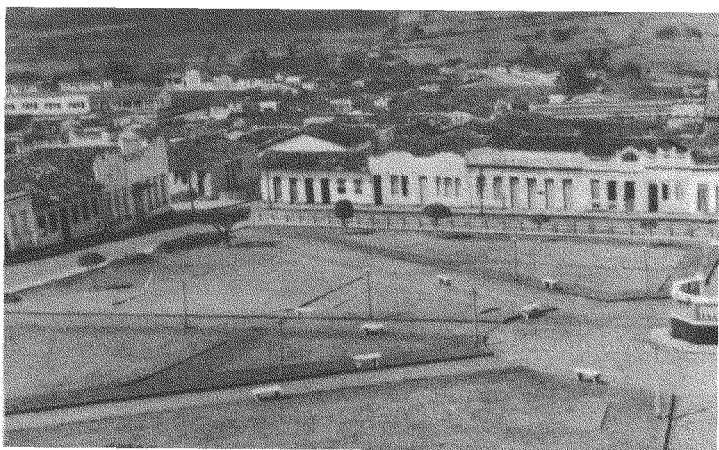
A Resolução provincial n.º 331, de 22 de maio daquele ano supra-referido, veio criar o primeiro estabelecimento de ensino que se instalou no novel povoado.

Abramos, porém, aqui, um ligeiro parêntesis e remontemos à história da primitiva colonização daquelas terras e de suas primeiras penetrações, pelo elemento branco. É provável que as primeiras incursões pelo território que hoje forma o município datem dos primórdios da colonização de Sergipe.

Já em 1599 encontramos doações de terras subindo pelo rio Piauí em procura de suas cabeceiras, indo alcançar o riacho Jacaré afluente do primeiro. Às margens dêsse riacho estabeleceram-se com carta de sesmaria, Domingos Fernandes Nobre, Gonçalves Santana, Gaspar de Menezes e outros.

Ora, se o expansionismo dos primeiros colonizadores se realizou, conforme afirma Felte Bezerra, no sentido sul-norte ou sudoeste-noroeste ("Etinias Sergipanas" — página 54), cobrindo as bacias dos rios Real e Piauí, o território de Riachão do Dantas, que fica abaixo da barra do rio Jacaré, logo foi alcançado por êste surto colonizador.

A região, todavia, permaneceu até o início do século XIX, como zona de propriedades de criação de gado ou de engenhos de açúcar, sem o aparecimento de aglomerados humanos com formas de vida em comum.

Encerremos neste ponto o curto parêntesis, aberto para mostrar o histórico do desbravamento da zona e o "status" sócio-econômico sob cuja égide nasceu Riachão do Dantas, condicionador de uma mentalidade de senhores de terras e de engenhos, apegados ao solo, eminentemente conservadores e rotineiros.

Vista parcial da cidade

Com escassas e pouco freqüentadas vias de comunicação, os terrenos daquela zona permaneceram isolados por mais de um século do contacto com centros civilizados, não permitindo o aparecimento do comércio na sua forma de ação coletiva, que é o verdadeiro e autêntico criador e fomentador de cidades.

Mesmo depois de fundado o povoado, o seu desenvolvimento se processou com lentidão e rigorosamente dentro dos quadros da mentalidade ambiente, sem a influência externa, que se irradia pelo povo e dêste sobe, com maior ou menor intensidade, às camadas das classes dirigentes. Outra sorte tiveram os povos situados em zonas servidas por rios navegáveis ou estradas mais freqüentadas, que logo despertaram para a vida em sociedade e chegaram a formar centros irradiadores de cultura.

Entretanto, aos 28 de abril de 1853, na vila do Lagarto, a cuja jurisdição, como já foi dito, pertenciam as terras do Riachão, reuniram-se, em casa do capitão-mor Joaquim Martins Fontes, juntamente a êle e sua mulher, D. Ana Maurícia da Silveira Fontes, o comandante superior Antônio Martins Fontes e sua mulher, D. Maria Francisca da Costa Fontes, o tenente-coronel Domingos José de Carvalho Oliveira e sua mulher, D. Ana Francisca da Silveira Carvalho, o tenente-coronel João Dantas Martins dos Reis e sua mulher, D. Mirena Maria da Silveira Dantas, o coronel Joaquim da Silveira e sua mulher, D. Micaela Maria do Sacramento, o tenente-coronel José Martins da Silveira Fontes e sua mulher, D. Quitéria Maria de Magalhães, Paulo Freire de Mesquita e sua mulher, D. Maria Francisca da Silveira, todos herdeiros de João Martins Fontes e ali passaram uma escritura, perante o tabelião do Ofício da vila, doando a Nossa Senhora do Amparo os terrenos que lhes pertenciam por herança e que compreendem a área onde hoje se localiza a cidade de Riachão do Dantas.

No ano seguinte, ou melhor, em 9 de fevereiro de 1854, foi logo criada a subdelegacia de polícia, do povoado.

Em 1855, pela Lei provincial de 27 de abril, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, sendo a criação canônicamente aprovada, em 20 de agôsto de 1870.

Pela Resolução provincial n.º 666, de 13 de maio de 1864, ou seja, nove anos após a criação da freguesia, Riachão foi elevada a vila, criando-se assim o município, com o seu território desmembrado do de Lagarto.

Aos 22 de outubro do mesmo ano, foi criada na vila a sua agência do correio.

Em virtude de reviravolta na política com a queda do Partido Conservador, a que pertencia o Comendador Dantas, no ano seguinte de 1865, foi a nova vila suprimida, reanexando-se o território ao município de origem. Assim o determinou a Resolução provincial n.º 730, de 15 de maio de 1865.

Entretanto, cinco anos depois, o município foi restaurado, pela Resolução provincial n.º 888, de 9 de maio de 1870.

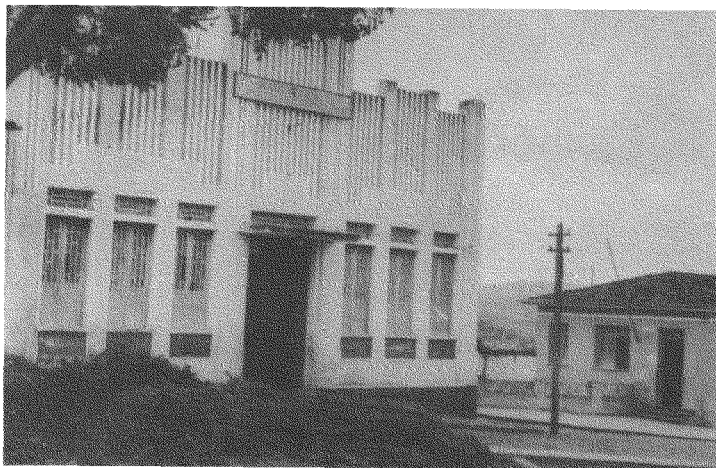
Em 1890, o têrmo de Riachão, que pertencia à câmara de Lagarto, pelo Decreto n.º 70, de 23 de agôsto daquele ano, é transferido para a recém-criada comarca de Buquim, voltando depois à comarca de origem, por não ter chegado a instalar-se a de Buquim.

A partir de 1920, a economia do município alcança certa prosperidade, representada pela existência de doze engenhos de açúcar, treze alambiques e quatro fábricas descaroçadoras de algodão.

Por êste ano, segundo registra Laudelino Freire na sua "Corografia de Sergipe", a população recenseada no município atinge 11 871 habitantes.

O número de escolas então existentes era de 5, tôdas do ensino primário.

Êste surto de progresso foi interrompido com a terrível sêca de 1932 que assolou a zona do Nordeste brasileiro, transtornando a situação econômica da maioria dos municípios dessa zona.

Entre 1924 e 1926 organizou-se em Riachão, por iniciativa do Dr. Filomeno de Vasconcelos Hora, uma sociedade de economia particular, composta dos cidadãos Leopoldo de Carvalho Braque, João Góes de Araújo, José Costa Fontes, Manoel Machado de Aragão, José da Silveira Costa, Nemésio de Carvalho Fontes, Alfredo Lopes de Almeida e o próprio idealizador da entidade, Dr. Filomeno V. Hora — para o fim de construir uma estrada de rodagem ligando a sede do município à então vila de Buquim e fazer a exploração do transporte pela referida via de comunicação. Obtida a concessão, do Govêrno do Estado, foi realizado com êxito o empreendimento e já em 1926 o caminhão adquirido pela Auto-Viação Riachãoense Limitada — denominação que tomou a mesma sociedade construtora da rodovia — fazia o tráfego Riachão—Buquim procedendo ao escoamento da produção do primeiro e levando passageiros ao segundo. A emprêsa objetivou

Prédio do Serviço Social de Proteção a Mendicância

também a êste caso fazer a ligação de Riachão com a estrada ferroviária da · V.F.F. Leste Brasileiro que passava por Buquim e aí mantinha uma estação.

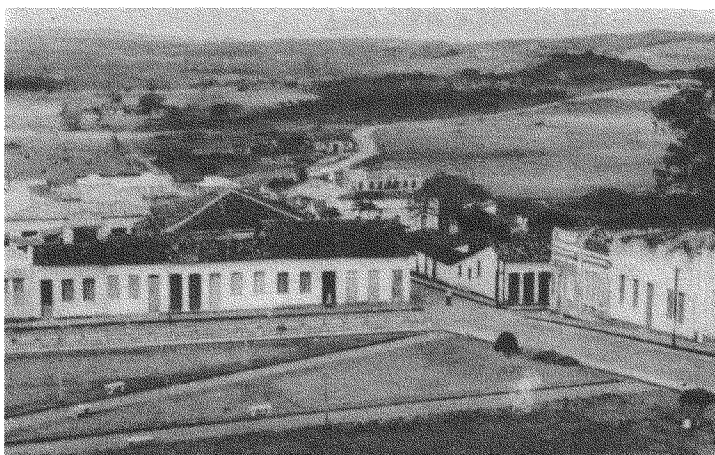
A sociedade teve vida efêmera, porém deixou a rodovia, que depois foi encampada pelo Estado e hoje pertence à União, integrando a rodovia Aracaju—Salvador.

Depois de 1932, com a desorganização da economia do município, motivada pela sêca, a gradual subjugação das terras a um sistema exclusivo de exploração para a engorda de bovinos e as facilidades de transporte para outros centros, oferecidas à maioria absoluta da população, que não tinha propriedades, o êxodo começou a manifestar-se e a vila foi entrando em certo declínio até estabilizar-se. Só a zona rural do município passou por relativo progresso, visto que a propriedade territorial aí estava mais bem distribuída.

Entretanto, em 1936, na gestão do Prefeito Leopoldo Braque, a sede municipal inaugurou o seu serviço de iluminação elétrica, através de concessão feita pela Prefeitura a firma particular, para exploração dêsse serviço.

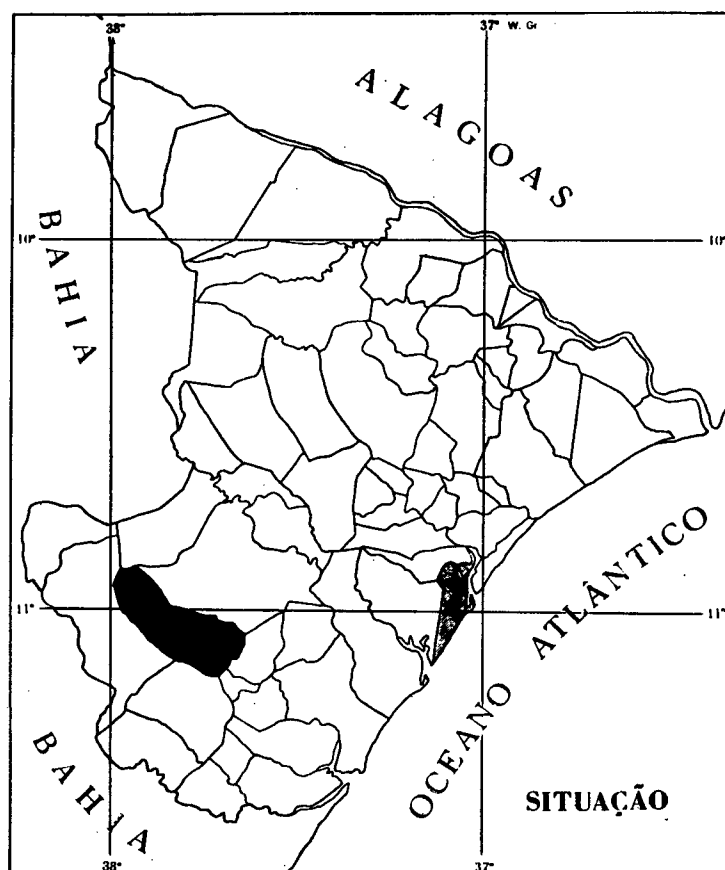
Em 1938, por decorrência de disposição federal que mandava considerar na categoria de cidade tôda sede de município, Riachão foi elevada a esta categoria, pela Lei estadual de 15 de dezembro do referido ano e, em 1943, pela Lei estadual n.º 150, de 31 de dezembro, a cidade teve o seu nome alterado para o atual, Riachão do Dantas.

Em 1947, a 11 de outubro, foi instalada, solenemente, a sua agência telegráfica. O serviço de comunicação fazia-se antes por meio de aparelho telefônico na Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

O município de Riachão do Dantas, nas divisões administrativas de 1911 e 1933, aparece com um único distrito — o da sede municipal. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, é têrmo judiciário da comarca de Lagarto e se compõe de um único distrito. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943, o município mantém-se na mesma situação administrativo-judiciária anterior. Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogada pelo de n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, o têrmo de Riachão do Dantas foi transferido da comarca de Lagarto para a recém-criada comarca de Tobias Barreto, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual número 651, de 6 de junho de 1945. Pela Lei n.º 123, para 1949-1953, foi criado no município o distrito de Palmeiras (hoje Palmares), passando Riachão do Dantas a ter dois distritos.

Vista parcial da cidade

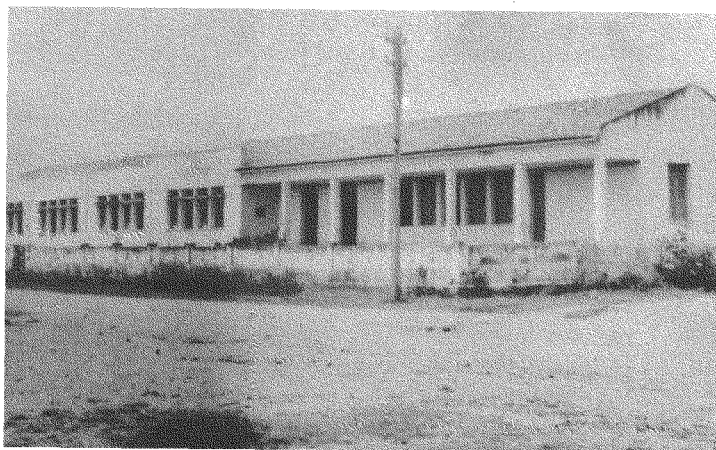
Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, Riachão do Dantas mantém-se, ainda, na mesma situação anterior.

A Lei n.º 823, de 24 de junho de 1957, criou, afinal, a comarca de Riachão do Dantas, que será instalada em 1958, tendo apenas o têrmo de Riachão do Dantas.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Oeste. Limita com os municípios de Simão Dias, Lagarto, Buquim, Itabaianinha e Tobias Barreto. A sua sede localiza-se à margem da rodovia SE-1 que liga Aracaju à Bahia, recebendo a variante SE-17, que vem do município de Lagarto. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 11° 04' de latitude Sul e 37° 44' de longitude Oeste de Greenwich. Dista 75 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado e, por rodovia, 114 quilômetros, sendo a 32.ª cidade mais próxima de Aracaju.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É temperado e pouco variável, apresentando durante o ano uma temperatura, em graus centígrados, cuja média das máximas é 26,7 e das mínimas, 22. Chove regularmente, porém, com grande intensidade, de março a junho.

ALTITUDE — A sede municipal está a 200 metros de altitude, sendo a 6.ª das cidades mais altas de Sergipe.

ÁREA — O município tem uma área de 538 quilômetros quadrados, incluindo-se entre os de tipo médio, pela extensão territorial.

Grupo Escolar Dr. Lourival Fontes

ASPECTOS GEOGRÁFICOS — Rios: Os três principais servem de linha divisória de Riachão do Dantas com municípios limítrofes. São êles: Piauí, Jabebiri e Carnaíba. Os demais cursos de água que cortam o território municipal são afluentes, quase todos, do rio Piauí, destacando-se: riachos do Caldeirão, Fundo, Crioulo ou Maroto, Macacos, Boqueirão, Areias, Limeira e Grota Funda. Fazendo barra no Jabebiri há os riachos Muxumbé e Pai Chico.

O território do município embora não possua serras ou picos que se salientem na orografia do Estado, por suas altitudes, tem, contudo, uma superfície sensìvelmente ondulada, destacando-se no norte as serras dos Palmares, Curral Novo, Ilha, Boqueirão, Samba e Lagoa Grande e, no sul, serras da Carnaíba, Espinheiro e Grutão.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral: barro (806 toneladas em 1956 no valor de Cr$ 334 490,00) e mica (não explorada). De origem vegetal: lenha (6 220 metros cúbicos = Cr$ 217 700,00), madeira para construção: postes, estacas (valor da produção em 1956 — Cr$ 190 000,00). De origem animal: mel e cêra de abelha.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população de Riachão do Dantas era de 14 719 habitantes, sendo 7 013 homens e 7 697 mulheres, com um excesso, assim, de 684 na população feminina sôbre a masculina.

No quadro urbano havia 1 614 e no quadro rural, 12 802 habitantes. Nesse total acha-se incluída a população do distrito de Palmares, que é de 2 600 habitantes.

Os efetivos demográficos do município, quanto à côr, são: brancos — 9 375; pardos — 2 620; e pretos — 2 705, representando, êstes, 18,39% da população total. Quanto ao estado civil, têm-se: casados, 4 151; solteiros, 3 164; e viúvos, 536. Segundo a religião, havia 14 524 católicos romanos (98,73% do total) e 159 de outras religiões.

A densidade demográfica do município era de 26,082 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São em número de seis as aglomerações urbanas do município: a sede municipal, com 1 614 habitantes; a vila de Palmares, com 2 600 habitantes; e os povoados: Bonfim, com 267; Tanque Novo, com 422; Curralinho, com 70; Volta, com 70;Forras, com 62; e Carnaíba, com 42 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades do campo ocupam 95,3% da massa de trabalhadores do município (4 470 trabalhadores).

O valor total da produção agrícola em 1956 atingiu Cr$ 47 707 800,00 destacando-se no conjunto os seguintes produtos: algodão em caroço, 7 500 arrôbas; arroz com casca, 546 sacas de 60 quilogramas; cana-de-açúcar, 200 toneladas; fumo em fôlha, 5 200 arrôbas; mandioca, 10 500 toneladas; e milho, 3 900 sacas de 60 quilogramas.

Na pecuária o município se destaca com o seguinte rebanho: 15 000 bovinos, 6 000 ovinos, 3 500 suínos, 3 000 eqüinos e 2 300 caprinos. O valor estimado dos rebanhos é de Cr$ 74 980 000,00.

Acha-se relativamente desenvolvida a pequena indústria rural de extração de pedras para construção, olarias para fabrico de telhas e tijolos, marcenarias, fabrico de fumo em rôlo, abate de gado para produção de carne verde, fabrico de manteiga e requeijão e de farinha de mandioca. Só dêste último tipo foram arrolados, em 1956, 35 estabelecimentos, considerados de maior produção, com um volume total produzido de 19 376 sacas de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 4 126 000,00.

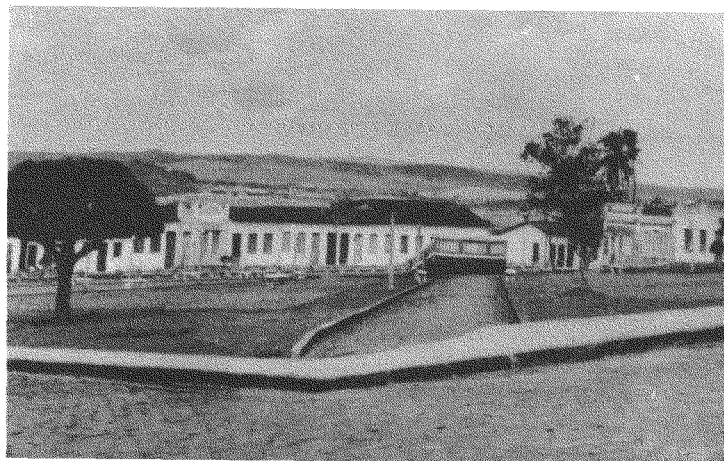
A indústria de carne verde e salmorada acha-se bem desenvolvida no município. Em 1956, o volume de produção dessa indústria atingiu 536 toneladas, no valor total de Cr$ 16 291 160,00.

Tôda a produção industrial do município, em 1956, montou em Cr$ 23 641 653,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Os estabelecimentos comerciais do município são todos varejistas. Só na sede municipal, existem 30 estabelecimentos. O comércio local mantém transações com as praças de Aracaju, Salvador, São Paulo, Tobias Barreto, Lagarto e Estância.

Os pecuaristas de Riachão do Dantas importam gado dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, exportando-os, após a engorda, para Aracaju e para os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

O movimento de cobranças comerciais, no município, é feito por intermédio de dois correspondentes de diversos Bancos da Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Riachão do Dantas é um dos municípios mais bem servidos por rodovia, em Sergipe. Com a sua sede localizada no entroncamento das rodovias SE-1 e SE-17, mantém contacto diário com Aracaju e Salvador e com grande número de municípios do interior sergipano. O seu sistema de comunicações com a Capital de Sergipe, com as cidades vizinhas e com aglomerações urbanas do interior riachãoense,

Praça Presidente Vargas

efetiva-se de acôrdo com a seguinte tábua itinerária: Rodovia — Capital do Estado (114 quilômetros) — Cidades vizinhas — Lagarto (19 quilômetros), Simão Dias (49 quilômetros), Tobias Barreto (35 quilômetros), Itabaianinha (47 quilômetros), Pedrinhas (19 quilômetros), Buquim (19 quilômetros). Interior do Município — povoado Bonfim (18 quilômetros), povoado Tanque Novo (10 quilômetros), povoado Volta (10 quilômetros), povoado Curralinho (3 quilômetros). Estrada carroçável — Vila de Palmares (42 quilômetros). A ligação com a Capital Federal é feita através de Aracaju.

Há uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos na sede municipal e uma postal, no povoado Bonfim.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Riachão do Dantas possui duas praças e 9 ruas. Uma das praças é ajardinada e inteiramente pavimentada a paralelepípedos. Há, ainda, 1 rua e 2 travessas totalmente revestidas com o mesmo tipo de pavimentação acima referido e duas ruas e uma travessa, as primeiras, parcialmente, e a última, totalmente, calçadas a pedras irregulares. Com outro tipo de pavimentação (piçarramento) há uma praça, 3 ruas e uma travessa.

A cidade é servida de iluminação elétrica fornecida por usina local. Há 1 cinema e 1 pensão, esta última cobrando a diária de Cr$ 100,00.

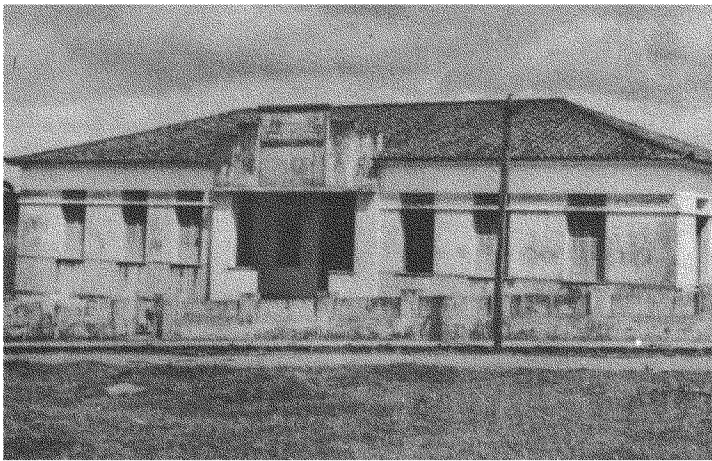
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é visitado, duas vêzes por semana, por um médico residente na vizinha cidade do Buquim. Há na cidade um dentista.

A assistência médica à população é proporcionada por um Pôsto Médico e um Pôsto de Puericultura.

Uma farmácia funciona na sede municipal e outra, no povoado Tanque Novo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Puericultura da sede municipal presta também assistência social.

Há um núcleo do Círculo Operário Católico e uma Sociedade de Assistência Social (para mendigos), prestando assistência a determinadas classes da população.

Também existem no município três sociedades de Cooperativa Agropecuária para assistência creditícia aos pequenos lavradores. Uma está sediada na cidade com 159

Pôsto de Puericultura

Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Amparo

sócios, não tendo funcionado em 1956, por falta de financiamento; outra, no povoado Tanque Novo, com 75 sócios e um volume de operações de Cr$ 168 000,00 em 1956; a terceira acha-se no povoado Bomfim, com 61 sócios e um volume de operações, em 1950, no valor de Cr$ 167 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o município tinha, alfabetizados, 16% da sua população de 5 anos e mais de idade, ou seja, em uma população de 12 193 pessoas de 5 anos e mais, 2 393 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 funcionavam, em todo o município, 17 unidades escolares do ensino primário comum e 2 do ensino supletivo. A matrícula total era de 688 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma pequena biblioteca facultada ao público, na sede do município. É a "Cezarina Fontes", com 480 volumes, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora do Amparo.

Dois serviços de alto-falantes desenvolvem atividades de caráter cultural.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação efetuada pelas entidades públicas e a despesa realizada pela Prefeitura nos anos de 1950-1956 foram as seguintes:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	80	476	395	89	400
1951	139	668	423	116	352
1952	171	914	639	193	669
1953	215	887	853	181	656
1954	123	710	702	151	932
1955	454	1 176	860	257	799
1956	539	1 870	753	186	753

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como já foi dito, em outro capítulo, 98,73% da população do município declararam-se pertencentes ao catolicismo. As principais festividades do município são de caráter religioso, destacando-se, todos os anos, a festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da freguesia, que é realizada no dia 21 de novembro ou no primeiro domingo após esta data, precedida de novena muito animada. No dia da festa comparece grande massa popular do interior do município

Pôsto de Helmintoses

e das cidades vizinhas. Há missa festiva e procissão à tarde. Durante a novena e no dia da festa soltam-se muitos foguetes e foguetões. Até pouco tempo costumavam comparecer às festividades interessantes conjuntos folclóricos de zabumba e gaitas de bambu, não faltando as descargas de bacamartes.

No interior realizam-se, ainda, as seguintes festas: de Nossa Senhora do Carmo, na vila de Palmares, aos 16 de julho, precedida de novena. A missa festiva é muito concorrida, encerrando-se as solenidades religiosas com procissão. Na véspera há bailes nalgumas casas. Aparece, também, o conjunto de gaitas e zabumba; do Senhor do Bonfim, no povoado Bonfim, celebrada comumente no segundo domingo de fevereiro, com as mesmas características da precedente, acrescentando-se a feira-livre na noite da véspera, com balanços, ondas e outros divertimentos. Costuma ser enorme a concorrência de gente vinda também de outros municípios; de Nossa Senhora da Conceição, no povoado Tanque Novo, com a mesma apresentação da festa do Senhor do Bonfim. Celebra-se todos os anos no dia 8 de dezembro; de Santa Cruz, no povoado Carnaíba, no dia 3 de maio. Apresentação semelhante à precedente, sem a feira-livre da véspera. É famosa pelos foguetões, foguetes e outros fogos de artifício que são queimados durante a novena e que se avistam e ouvem a léguas de distância.

Vale mencionar, neste capítulo, os festejos de São Gonçalo, que se realizam no distrito de Palmares. São realizados tôda vez que é preciso pagar uma promessa ao santo, sendo os dias preferidos, têrça-feira ou sábado. O local do festejo é sempre a frente da capela da sede do distrito, onde é armada uma "latada" (palhoça) colocando-se a imagem do santo sôbre um altar improvisado. Pode realizar-se também na residência da pessoa que vai pagar a promessa, se assim esta o desejar. As personagens do ritual são em número de 12 ou 16, que obedecem à orientação de um chefe. Usam um instrumental composto de rabeca, duas violas, tambor e pandeiro. As demais pessoas fazem a cantoria e tomam parte na "dança sacra" fazendo vênia, ajoelhando-se, levantando-se e passando em frente à imagem em movimentos corográficos marcados pelo ritmo dos instrumentos e das cantigas, e sob o comando do chefe.

Cantam-se versos de louvor ao Santo, em número considerável.

Eis alguns dêles:

São Gonçalo é meu pai
Santo Antônio é meu irmão
Os anjos são meus parentes
Oh que nobre geração!

Ai meu Deus que me espinhei
Com espinho de limão
O glorioso São Gonçalo
O tirou com as suas mãos.

"Santo Antônio e São Gonçalo
Aceitem a romaria
Que os romeiros são de longe
Não podem vir todo dia."

VULTOS ILUSTRES — O município de Riachão do Dantas é berço dos seguintes vultos ilustres: Embaixador *Lourival Fontes* — Jornalista, Escritor, Diplomata e Senador da República. Nasceu em 20 de julho de 1899. Consultor Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal; foi Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Estado Novo; Embaixador do Brasil no México e no Canadá; Chefe da Casa Civil da Presidência da República, no Govêrno Getúlio Vargas. Representante de Sergipe na Câmara Alta do País, foi considerado por uma comissão de jornalistas um dos mais cultos e mais eficientes Senadores do ano próximo findo de 1957, tendo atuado, sobretudo, no campo da política internacional. Escreveu "Discurso aos Surdos", "Uma Política de Preconceitos", "Homens e Multidões". Desembargador *Abdias de Oliveira* — Jurisconsulto. Nasceu em 29 de janeiro de 1852. Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do qual chegou a ser Presidente. *Erasmo de Lima* — Marechal do Exército Brasileiro. Nasceu a 2 de junho de 1867. É autor de um engenhoso aparelho destinado à limpeza do fuzil, designado "Tôrno tipo Comandante Erasmo". Já falecido.

Riachão do Dantas é berço ainda dos seguintes: Major *Arivaldo Silveira Fontes,* Professor e membro da Diretoria do Ensino da Escola Militar. Desembargador *João Dantas Martins dos Reis,* Jurisconsulto; Dr. *Osman Hora Fontes,* Advogado conspícuo, Professor da Faculdade de Direito de Sergipe e Procurador Regional da República; Deputado *Paulo Freire de Araújo,* Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, Professor e Pastor Protestante; Tenente-

Igreja Presbiteriana

Hospital Municipal (em construção)

-coronel *Oziel de Almeida Costa,* brilhante Oficial do Exército Brasileiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Riachão do Dantas recebem o adjetivo pátrio "riachãoenses".

É Prefeito do município, atualmente, o Sr. José Costa Fontes, que, eleito em 1954, foi empossado em 31 de janeiro de 1955, quando também se instalou a atual Câmara Municipal, com a posse de 5 vereadores.

No pleito eleitoral realizado a 3 de outubro de 1955, de um total de 3 965 eleitores inscritos, votaram 1 746, verificando-se uma abstenção de 55,9%.

(Elaboração — João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido na IR de Sergipe; José Alves de Menezes, Agente de Estatística do Município.)

RIACHUELO — SE

Mapa Municipal na pág. 340 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização dos vales dos rios Cotinguiba e Sergipe ocorreu entre os anos de 1602 e 1603, quando nasceu a lavoura e industrialização da cana-de--açúcar, na zona de "Cotinguiba", da então província de "Sergipe D'El Rei".

Em épocas remotas, grande parte das terras que hoje constituem a área territorial do município de Riachuelo eram ocupadas por pessoas pertencentes a uma determinada família (Pintos), daí se originando a primitiva denominação do povoado, que, a 6 de maio de 1872, foi elevado à categoria de freguesia, com a invocação de "Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Riachuelo".

Em virtude da boa qualidade das suas terras, a povoação cresceu e se desenvolveu entre fazendas de gado e, sobretudo, engenhos de açúcar, alguns dos quais ainda são fàcilmente identificáveis.

Pela Resolução provincial número 964, de 31 de março de 1874, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachuelo foi elevada à categoria de vila, sede do município do mesmo nome e com os mesmos limites da antiga freguesia, sendo, conseqüentemente, o seu território desmembrado do município de Laranjeiras, que já era cidade, desde 4 de maio de 1848.

Judiciàriamente, entretanto, o município de Riachuelo continuava vinculado à comarca de Laranjeiras, como um dos seus têrmos.

Como Laranjeiras e Maruim, Riachuelo teve, também, o período áureo do seu desenvolvimento, que durou até o início do século atual, declinando de então para cá em decorrência dos fatôres sócio-econômicos que vêm caracterizando a época presente, entre os quais se deve destacar a facilidade de transportes ferroviário e rodoviário para Aracaju, que, como Capital do Estado e possuindo um pôrto mais franco, passou a controlar, econômicamente, a zona do Cotinguiba, prejudicando enormemente o desenvolvimento das cidades de Laranjeiras, Maruim e Riachuelo, que, até então constituíam, econômicamente, os centros mais importantes da Província.

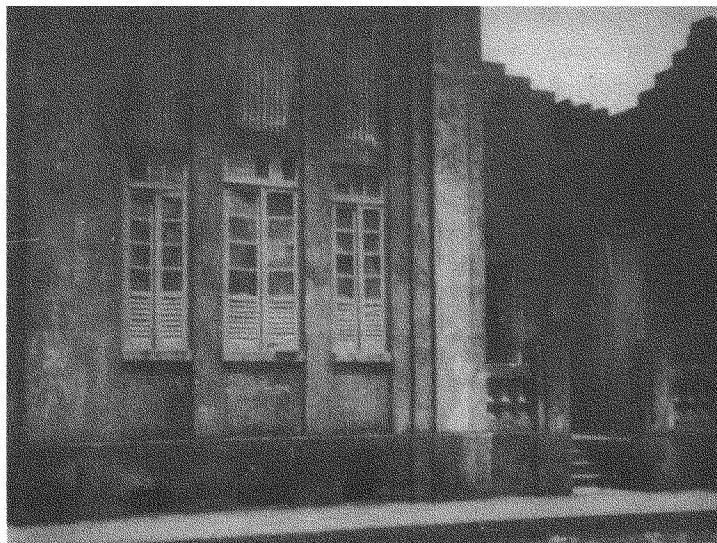
Em 1890, a vila de Riachuelo, já em pleno regime republicano, era elevada à categoria de cidade, permanecendo como sede do município de mesmo nome, pelo Decreto estadual número 10, de 25 de janeiro daquele ano.

Na divisão administrativa do Estado de Sergipe vigorante no ano de 1911, o município aparecia na mesma situação, isto é, com seu único distrito, o da sede municipal.

A partir de 1936, Riachuelo veio a aparecer nos quadros da divisão territorial administrativa e judiciára do Estado, com mais um distrito, o de Malhador.

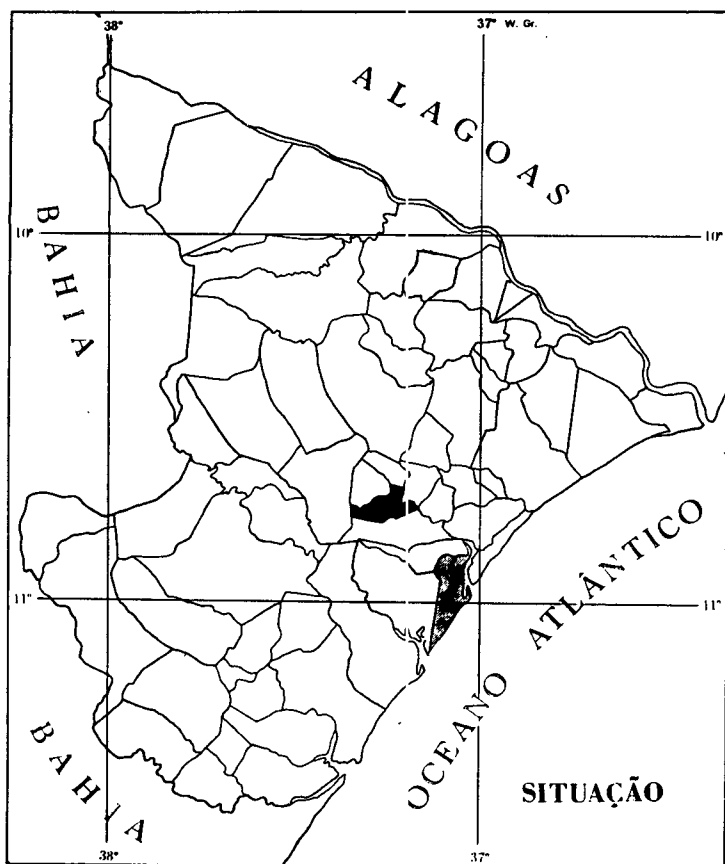
Em 1943, o município era sede de uma das Pretorias do Estado, e por fôrça de disposição do Decreto-lei estadual número 388, de 31 de janeiro daquele ano, o município de Cotinguiba, hoje Nossa Senhora do Socorro, passou a fazer parte daquela Pretoria, tendo sido desmembrado do têrmo e comarca de Aracaju.

De acôrdo com o que dispunha a Lei estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953, o têrmo judiciário de Riachuelo foi elevado à categoria de comarca, com sede na cidade do mesmo nome, desmembrada da de Laranjeiras, tendo como têrmos os municípios de Divina Pastôra, Santa Rosa de Lima e Malhador, êstes dois últimos, novos municípios criados pela citada Lei estadual, o primeiro compreendendo o território do antigo distrito de Camboatá, do município de Divina Pastôra, e o segundo, o território de Malhador, antigo distrito de Paz de Riachuelo.

Atualmente, encontra-se em vigor para o qüinqüênio 1954-1958, o quadro da divisão territorial administrativa do Estado de Sergipe, aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, em o qual o município de Riachuelo volta a aparecer como distrito único. Essa divi-

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

são foi fixada para o qüinqüênio acima referido incluindo a divisão judiciária do Estado, porém uma Lei estadual muito recente, a de número 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado), fixou nova divisão judiciária de Sergipe para vigorar no período 1957 a 1962, sem, contudo, alterar a situação do município de Riachuelo, que permaneceu como sede da comarca do mesmo nome e com os mesmos têrmos judiciários.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Riachuelo situa-se na Zona do Centro, à margem direita do rio Sergipe. Limita com os municípios de Itabaiana, Malhador, Santa Rosa de Lima, Divina Pastôra e Laranjeiras. A sede municipal fica a 25 quilômetros de distância em linha reta, da Capital do Estado, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 10° 44' e longitude W. Gr., 37° 12'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a 30 metros de altitude.

CLIMA — O clima de Riachuelo não sofre grande alteração. Entretanto não se pode incluir entre os mais salubres do Estado. A cidade, se bem que localizada a 30 metros de altitude, fica em uma baixada, cercada de pequenas elevações que dificultam a evasão das águas pluviais, tornando o seu solo muito úmido durante o inverno.

No período que compreende os meses de maio a agôsto de cada ano, as chuvas são mais freqüentes no território do município.

ÁREA — A área territorial do município de Riachuelo, depois do desmembramento de Malhador, é de cêrca de 170 quilômetros quadrados, de acôrdo com cálculos levados a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, baseados no mapa oficial do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rios: Sergipe, que nasce nas fraldas da Serra Negra, nos limites entre Sergipe e Bahia, correndo, a princípio, de noroeste para sudeste, atravessa por uma garganta a serra de Itabaiana, passa nas proximidades da cidade de Divina Pastôra e daí se inclina para o sul, vindo banhar a cidade de Riachuelo, sendo dêsse local, até a sua foz no oceano Atlântico, navegável por embarcações de pequeno porte, sobretudo canoas e saveiros, formando antes o Pôrto de Aracaju, onde ancoram navios de pequeno calado; Cotinguiba, que nasce nas matas da Usina Cafuz, no município de Laranjeiras, serve de limites entre êste município e o de Riachuelo e é tributário, pela margem direita, do rio Sergipe, sendo navegável, sòmente por embarcação pequena, depois de banhar a cidade de Laranjeiras; e Jacarecica, que nasce na serra do Machado, no município de Itabaiana, serve de divisa entre os municípios de Malhador e Riachuelo, não é navegável e é afluente do rio Sergipe, pela margem direita. Há ainda os seguintes cursos de água periódicos e de menor importância, no território do município: Coqueiros, Dangra e Vermelho.

RIQUEZAS NATURAIS — No território do município não se registra a existência de riquezas naturais de origem mineral que justifiquem menção especial e sòmente barro (argila) para confecção de tijolos, telhas e ladrilhos é encontrado. As grandes derrubadas levadas a efeito nas matas do município reduziram, consideràvelmente, as riquezas naturais no ramo concernente a vegetais. De origem animal, excluídos os peixes e crustáceos que são encontrados com abundância nos três principais rios que banham o município, bastantes piscosos aliás, nada mais há a registrar.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, foram computados, em todo o território do município de Riachuelo, no dia 1.° de julho de 1950, 7 042 habitantes, dos quais, segundo a situação dos domicílios, 4 474 residiam na zona rural e, quanto ao sexo, 3 447 eram homens e 3 595, mulheres.

Outros aspectos demográficos do município, em decorrência do desmembramento do território que hoje cons-

titui o município de Malhador, o que se verificou em data posterior à última operação censitária, sòmente se tornaram possível tomando-se por base estimativas levantadas pela Inspetoria Regional de Estatística, que oferecem dados relativos com fundamento nos resultados do último Recenseamento Geral.

Assim, segundo a côr, pelas referidas estimativas, preponderavam, em 1.º de julho de 1950, os habitantes de côr parda com cêrca de 4 000, vindo depois os brancos com pouco mais de 2 000 e, por fim, os pretos que não iam muito além de 1 000. Quanto ao estado conjugal, entre os habitantes de 15 anos e mais, eram quase iguais os números de casados e solteiros, não atingindo 2 000 habitantes cada grupo, sendo que, aproximadamente, 300 pessoas eram viúvas.

O catolicismo romano, ainda de acôrdo com as estimativas elaboradas pela Inspetoria Regional de Estatística, era, segundo as religiões professadas pelos habitantes de Riachuelo, a que preponderava, com cêrca de 7 000 fiéis. Os demais credos religiosos apareceram com um número insignificante de adeptos.

Excluindo os afazeres domésticos, em que maior era o número de pessoas do sexo feminino e que ocupava cêrca de 1 900 habitantes de Riachuelo, na agricultura e na pecuária laborava um número superior a 1 500 habitantes, enquanto na indústria trabalhavam cêrca de 600 e no comércio, apenas um número de habitantes que não atingia 100. Em outras atividades, inclusive administração pública, prestação de serviço e transporte e comunicações, estavam ocupadas cêrca de 400 pessoas e em condições inativas se encontravam, aproximadamente, 500 habitantes.

Os dados acima, se bem que não estejam expressos em números absolutos, representam, porém, com a fidelidade que se possa exigir, para estimativa, os mais interessantes aspectos da população de Riachuelo.

Aglomerações urbanas — A principal aglomeração urbana é a sede do município, com 2 568 habitantes recenseados em 1.º de julho de 1950, dos quais, segundo a situação dos domicílios, 1 864 habitavam na zona urbana da cidade e 704, na zona suburbana.

Há, ainda, em Riachuelo, os povoados de Areia Branca, Roque Mendes e Saco Torto, com populações que oscilam de 300 a 500 habitantes.

Grupo Escolar Francisco Leite

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Riachuelo é, ainda hoje, um dos mais importantes centros da indústria açucareira do Estado de Sergipe, tendo em seu território a mais importante usina de açúcar do Estado, a "Usina Central de Riachuelo". No setor industrial, destacam-se também, no município, a indústria de tecidos grossos e a de álcool e aguardente. A produção industrial atingiu em 1956 cêrca de Cr$ 40 000 000,00, preponderando, òbviamente, a produção de açúcar cristal, com mais de Cr$ 20 000 000,00, seguida da de tecidos.

Além dos estabelecimentos industriais de maior importância mencionados linhas acima, há, ainda, no município, 55 outros, inclusive a Usina Pôrto dos Barcos, e grande número de pequenas fábricas de farinha de mandioca, com aparelhagem empírica.

Em 1956, estavam ocupados em atividades ligadas à indústria 962 dos habitantes do município.

A produção agrícola de Riachuelo contribui, também, ponderàvelmente, para a economia do município, destacando-se a cultura da cana-de-açúcar e da mandioca.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas do município, discriminando a quantidade e o valor da produção:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	114 000	30 000
Mandioca	1 980	2 070
Côco-da-baía	115	345
Algodão	22,5	270
Feijão	9	126
Milho	39	117

Cine Parque Municipal

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos com 4 000 cabeças, em 1956, aparecendo outros com efetivos muito pequenos, porém.

COMÉRCIO E BANCOS — Até meados do século corrente, o comércio de Riachuelo estava incluído entre os mais progressistas do Estado, quando ainda vivia o seu período áureo a indústria açucareira na zona do Cotinguiba.

A exemplo do que ocorreu com o comércio de Laranjeiras e Maruim, o de Riachuelo, que também desfrutava de boa situação em decorrência das mesmas circunstâncias, isto é, era o município um dos três principais que disputavam o contrôle econômico da zona do Cotinguiba, antes do surgimento de Aracaju, também entrou em decadência.

Do comércio de Riachuelo, atualmente sobram, apenas, 28 estabelecimentos varejistas, incluindo entre êsses algumas casas que exploram o ramo de tecidos e armarinhos, porém a grande maioria é constituída de pequenos armazéns de secos e molhados, com giro comercial muito pequeno. No município não se encontra instalada nenhuma agência de Banco ou Casa Bancária, nem há correspondente bancário credenciado, sendo tôdas as operações de crédito dos habitantes de Riachuelo levadas a efeito na praça de Aracaju.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Riachuelo é um dos mais bem servidos de transportes, no Estado de Sergipe, dispondo do ferroviário, rodoviário e fluvial.

A Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, serve o município, ligando a sede municipal a tôdas as demais cidades de Sergipe servidas dêsse meio de transporte. A estação ferroviária de Riachuelo fica afastada da cidade cêrca de 6 quilômetros, porém um pequeno Trolly, com tração a motor de gasolina, correndo sôbre os trilhos da ferrovia particular da "Usina Central Riachuelo", liga a cidade à estação, obedecendo a horários regulares de trens. Ainda no corrente ano, estará concluído o trecho rodoviário que fará essa ligação. Diàriamente, um ônibus, que oferece regular confôrto, faz a linha Riachuelo—Aracaju, completando o transporte de passageiros e cargas por meio de rodovia diversos caminhões, que, partindo de Malhador, Divina Pastôra e Santa Rosa de Lima, também servem a cidade de Riachuelo.

O transporte fluvial é utilizado, sobretudo, no escoamento da produção industrial e agrícola do município para os centros exportadores e consumidores.

A cidade de Riachuelo está ligada à sede dos municípios limítrofes da seguinte maneira: Divina Pastôra, rodovia (10 quilômetros); Itabaiana, rodovia 35 quilômetros); Laranjeiras, rodovia (14 quilômetros) ou ferrovia (12 quilômetros); Malhador, rodovia (19 quilômetros) e Maruim, rodovia (21 quilômetros) ou ferrovia (12 quilômetros).

A cidade de Riachuelo pode se comunicar ainda por via fluvial com as cidades de Laranjeiras e Maruim, porém êsse meio de transporte não vem sendo utilizado, normalmente, para essas localidades.

Riachuelo está ligada à Capital do Estado por 38 quilômetros de rodovia; 29, de ferrovia; e por via fluvial, aproximadamente, 40 quilômetros.

No que concerne à comunicação, existe na cidade uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S.A. e uma outra, telefônica, mantida pela Rêde Telefônica Sergipana, para comunicações urbanas e interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Riachuelo não oferece bom aspecto urbanístico, em decorrência, principalmente, da sua localização em uma depressão, que, de certo modo, tem influído nos traçados das suas ruas, terminando elas quase sempre nos sopés de pequenas elevações ou na margem direita do rio Sergipe, em cuja margem oposta se encontra o município de Divina Pastôra.

Dos 42 logradouros públicos da cidade, 4 estão inteiramente pavimentados a paralelepípedos e 2, parcialmente; 3 estão inteiramente calçados com pedras irregulares e 2, parcialmente revestidos da mesma modalidade de pavimentação. Uma das praças da cidade, em que fica localizada a Prefeitura Municipal, é regularmente arborizada e 4 outras são, simultâneamente, arborizadas e ajardinadas.

A sede municipal é servida de iluminação pública e domiciliar elétrica, fornecida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, estando o município incluído entre os 3 primeiros de Sergipe, que se tornaram concessionários da referida Companhia.

Na cidade encontram-se em funcionamento um estabelecimento para exibições cinematográficas e duas pensões modestas, que não oferecem o mínimo de confôrto.

Na Prefeitura Municipal acham-se registrados 10 veículos a motor, sendo 6 automóveis e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No que concerne à assistência médico-sanitária, o município de Riachuelo é um dos mais bem servidos do interior do Estado de Sergipe. Funciona na sede municipal o "Hospital de Caridade de Riachuelo", mantido por uma associação beneficente, com dispensário e farmácia anexos, dispondo de 22 leitos para internamento. Mantida pela mesma associação de beneficência, também se encontra em funcionamento na cidade de Riachuelo a "Maternidade Dr. Sílvio Cezar Leite", contando duas salas modernamente aparelhadas para

partos e 14 leitos para internamento de gestantes. Também um Pôsto de Puericultura é mantido, ainda, pela mesma associação filantrópica.

O Estado, através do seu Departamento de Saúde Pública, mantém, na sede municipal, um Pôsto de Higiene, para tratamento preventivo, prestando, também, assistência médica em geral à população do município.

Há, ainda, na sede municipal o "Pôsto de Combate às Endemias Rurais", mantido pela União, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde.

Para atender a tôda a população do município, existe, apenas, uma farmácia, com regular estoque de medicamentos e drogas e funcionando sob a responsabilidade de um prático, licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

Residindo no município, existem dois médicos, um que se encarrega da parte clínica de todos os estabelecimentos mantidos pela "Associação Beneficente do Hospital de Caridade de Riachuelo" e o outro é funcionário do Ministério da Saúde e tem sob a sua responsabilidade os serviços do "Pôsto de Combate às Endemias Rurais".

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Para promover o aperfeiçoamento físico e intelectual do menor desamparado, ministrando-lhe instrução primária elementar, religiosa e prática de agricultura, há na sede municipal o "Abrigo de Menores Antônio Franco", mantido por uma sociedade filantrópica, subvencionada pelo Govêrno Federal, instalada em prédio construído especialmente para o fim a que se destina e com capacidade para internar 35 menores.

As idéias cooperativistas ainda não estão bem desenvolvidas e por isso não funciona em Riachuelo nenhuma sociedade dêsse gênero.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1.º de julho de 1950, a população em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, do atual território do município, excluída a parte que hoje pertence ao município de Malhador, antigo distrito, era de 5 897 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 398, verificando-se, pois, um índice de alfabetização de 23,79%.

Ensino — Além do "Grupo Escolar Francisco Leite", mantido pelo Estado, há no município 10 outras unidades escolares isoladas, que ministram o ensino primário elementar.

Em 1956, estavam matriculados em todos êsses estabelecimentos 579 alunos, verificando-se, no fim do ano letivo, um aproveitamento que atingiu 226 aprovações.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A prática do futebol encontra-se grandemente difundida entre os habitantes do município. A principal agremiação desportiva é o "Riachuelo Futebol Clube" filiado à "Federação Sergipana de Desportos". Por mais de uma vez o quadro principal do "Riachuelo" conquistou honrosos títulos nos campeonatos do interior e do Estado, chegando mesmo a se consagrar, em 1941, "campeão invicto e absoluto do Estado de Sergipe", título êsse que nunca foi conquistado por outra associação desportiva de Sergipe, em certames oficiais.

Ponte de concreto armado sôbre o rio Sergipe

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o movimento financeiro do município no período de 1950 a 1956, discriminando as arrecadações federal, estadual e municipal e a despesa realizada pelo município no mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	630	1 302	533	...	588
1951.......	716	1 598	540	222	459
1952.......	661	1 980	680	282	778
1953.......	529	2 400	1 125	397	1 050
1954.......	699	2 842	995	377	1 071
1955.......	1 291	2 207	958	265	958
1956.......	3 207	3 580	1 002	342	940

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O dia 8 de dezembro é consagrado à padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição e é comemorado com grandes festas, antecedidas de animada novena e encerradas com imponente procissão da Virgem Padroeira.

Em data prèviamente marcada pelos organizadores, realiza-se, todos os anos, a festa de "Bom Jesus dos Navegantes", que se constitui de missa festiva pela manhã, procissão fluvial, durante a tarde, e folguedos populares, com feira-livre de jogos e diversões, à noite.

Há, também, a festa comemorativa do dia consagrado a São Benedito.

Muito embora não apareça regularmente todos os anos e nem com o brilho e o entusiasmo de tempos passados, vez por outra, também, toma parte nesses festejos religiosos uma "Chegança", folguedo popular, em que os participantes ou maruja simulam uma expedição naval, em que há combates com os mouros, e cantam feitos heróicos, entremeados de danças e ação dramática.

VULTOS ILUSTRES — São ilustres filhos de Riachuelo: *Adolfo Rabelo Leite* — Nasceu no engenho Recurso, município de Riachuelo, a 29 de fevereiro de 1880. Foi delegado de higiene na cidade de Alagoinhas, no Estado da Bahia. Em Itabuna, no mesmo Estado, médico, farmacêutico, adjunto do promotor público da comarca e intendente municipal nos anos de 1918 e 1919. Delegado do Recenseamento Geral da República nos municípios de Caetité, Ca-

culé, Condeúba, Jacareci e Urandé. Foi agraciado pelo Govêrno Federal com um diploma e medalha de bronze, dada a operosidade com que se distinguiu. Jornalista na Bahia e em Sergipe. Escreveu entre outras as seguintes obras: "Relação entre a matéria e os fenômenos espíritas" e "Intendência de Itabuna" *Manuel Curvelo de Mendonça* — nasceu a 29 de julho de 1870 e faleceu em Laranjeiras a 17 de setembro de 1914. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor e jornalista no Rio de Janeiro, visitou a Europa em 1910, em comissão da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, a fim de assistir aos Congressos Pedagógicos de Bruxelas e Paris. Escreveu: "Horácio Hora", "Sergipe Republicano", "O Chanceler de Ferro" e um romance social, editado em Páris em 1904, recebido com francos elogios da imprensa, contendo essa obra um profundo estudo de sociologia, em que os problemas correlatos da sociedade moderna têm a sua crítica e a sua solução. *Augusto César Leite* — nasceu a 30 de julho de 1886 no engenho Espírito Santo. Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois de formado clinicou nas cidades de Capela e Maruim, fixando residência em Aracaju, onde desenvolve a sua grande atividade de abalizado clínico. Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Aracaju, por Decreto de 6 de janeiro de 1910. Professor catedrático de Noções de "Higiene Geral e Desenvolvimento da História Natural Aplicada à Agricultura, à Zootécnica e a outros ramos da Indústria Nacional", do Ateneu Sergipense. Membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública e eleito membro do Conselho Municipal de Aracaju para o biênio de 1917 a 1919. Em fevereiro de 1918, passou a reger a cadeira de História Natural do Seminário Diocesano de Aracaju. Foi presidente efetivo da Sociedade de Medicina de Sergipe e diretor do Serviço Cirúrgico do Hospital "Santa Isabel". É reputado uma das glórias da Medicina do Brasil. Em junho de 1913, seguiu à Europa a fim de aperfeiçoar-se nos estudos científicos e em 1914 fêz, pela primeira vez em Sergipe, a operação de laparotomia e a esta seguiram-se outras da mesma natureza, sempre com ótimos resultados. Mudou-se para Recife em agôsto de 1922, de onde regressou logo no ano seguinte, permanecendo em Aracaju, dirigindo a fundação "Hospital de Cirurgia", o mais importante nosocômio do Estado, e que constitui um imperecível marco do labor e da dedicação de Augusto Leite à medicina e ao povo de Sergipe.

Nasceram em Riachuelo, ainda, o Deputado Federal *Francisco Leite Neto,* um dos maiores próceres políticos do Estado, chefiando, atualmente, o Partido Social Democrático, Secção de Sergipe, e os seus irmãos, Dr. *Gonçalo Rollemberg Leite,* possuidor de uma das mais apreciadas culturas jurídicas contemporâneas de Sergipe e Dr. *José Rollemberg Leite,* ex-governador do Estado, que fêz uma profícua administração, sobretudo em assuntos concernentes à recuperação econômico-financeira do Estado. Também é filho de Riachuelo o atual Senador da República Doutor *Júlio César Leite.*

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Riachuelo são conhecidos como riachuelenses.

No antigo Engenho Penha, a 6 quilômetros da sede municipal, nas margens da Rodovia Riachuelo—Malhador, acha-se instalado o "Pôsto Agropecuário de Riachuelo", mantido pelo Ministério da Agricultura, para incentivar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do município.

A atual legislatura foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o atual Prefeito do município, o Dr. Milton Dortas de Mendonça, e constituída a Câmara Municipal composta de 5 vereadores.

No pleito eleitoral, realizado no dia 3 de outubro de 1954, do total de eleitores inscritos que somava 2 320, compareceram 1 153 às urnas, verificando-se, pois, uma abstenção de 50,3% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; José Cardoso de Almeida, Agente de Estatística do Município.)

RIBEIRÓPOLIS — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município que primitivamente era conhecido, quando ainda povoado, por "Saco do Ribeiro", pertencia ao antigo território do município de Itabaiana, que se estendia das proximidades da atual cidade de Itabaiana até o local onde se encontra edificada a de Simão Dias, residência, por volta de 1637, do fazendeiro que tinha êsse nome.

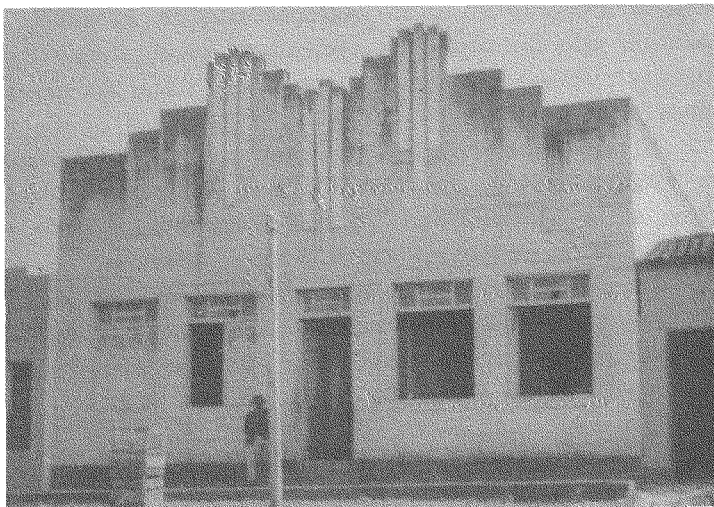
A colonização dessa região verificou-se entre 1602 e 1675, segundo se depreende das Cartas de sesmaria da Capitania de Sergipe Del-Rei, divulgadas por Felisbelo Freire, em sua "História de Sergipe" e referências outras do mesmo autor na "História Territorial do Brasil", obra de que sòmente conseguiu publicar o primeiro volume, justamente o que se refere à colonização dos atuais Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

As semelhanças racial e de costumes dos seus habitantes confirmam a hipótese de que os mesmos elementos étnicos que colonizaram Itabaiana estendam, também, os seus domínios, até o território de Ribeirópolis, que tem grande parte das suas terras incluídas na região ainda hoje conhecida por "Matas de Itabaiana", onde, na época da colonização de Sergipe, se criava bastante gado.

A primeira referência histórica, de relativa importância, feita a essa região e que comprova a existência, ali, de adiantados vestígios de colonização, data de 1637, quando o Conde Bagnuolo, com o duplo interêsse de assegurar a subsistência das suas tropas que defendiam o território brasileiro contra a invasão holandesa e restringir, ao mínimo, as possibilidades dos invasores, autorizou a remoção de todo o gado existente em Sergipe, para o sul do Rio Real.

Um dos capitães do exército de Bagnuolo, D. João de Estrada, foi designado para transmitir aos fazendeiros de Itabaiana um edito, pelo qual os referidos fazendeiros eram intimados a fornecerem às tropas do Conde certa quantidade de gado, sem nenhuma remuneração e ainda sob pena de prisão, se não fôsse fialmente cumprida a determinação.

A despeito de tôdas as providências preliminares e preventivas que adotou Bagnuolo, as suas tropas em território sergipano pouco ou nenhuma resistência ofereceram

28 — 24 935

Prefeitura Municipal

aos invasores batavos, que não encontraram dificuldade em atingir a cidade de São Cristóvão, completando, na sua passagem pelas terras abandonadas e parcialmente devastadas pelas tropas do Conde italiano, a obra de destruição iniciada por aquêles que se diziam defensores do território sergipano.

Das tropas enviadas pelos flamengos para perseguirem o exército de Bagnuolo, nos vales do Siriri, Ganhamoroba e Sergipe, um contingente foi destacado para explorar a região de Itabaiana, onde se dizia existirem grandes jazidas de metais preciosos que poderiam interessar à companhia organizada pelos holandeses para colonizar as "Índias Ocidentais".

Alguns componentes dessa coluna permaneceram naquela região, depois de expulsos os holandeses do território sergipano, dando, provàvelmente, origem às características étnicas dos seus habitantes.

É muito provável, pois, que o primeiro núcleo demográfico que deu origem ao atual município de Ribeirópolis tenha aparecido em decorrência dos fatos acima reportados, sem que, contudo, o primitivo povoado de "Saco do Ribeiro" tenha acompanhado o mesmo ritmo de progresso de Itabaiana.

Na "Corografia de Sergipe", de autoria de L. C. da Silva Lisboa, editada em 1896, Saco do Ribeiro aparece como um dos povoados do município de Itabaiana, sem nenhuma referência especial ao seu progresso.

Em 1920, de igual modo é citado por "Clodomir Silva", no "Álbum de Sergipe".

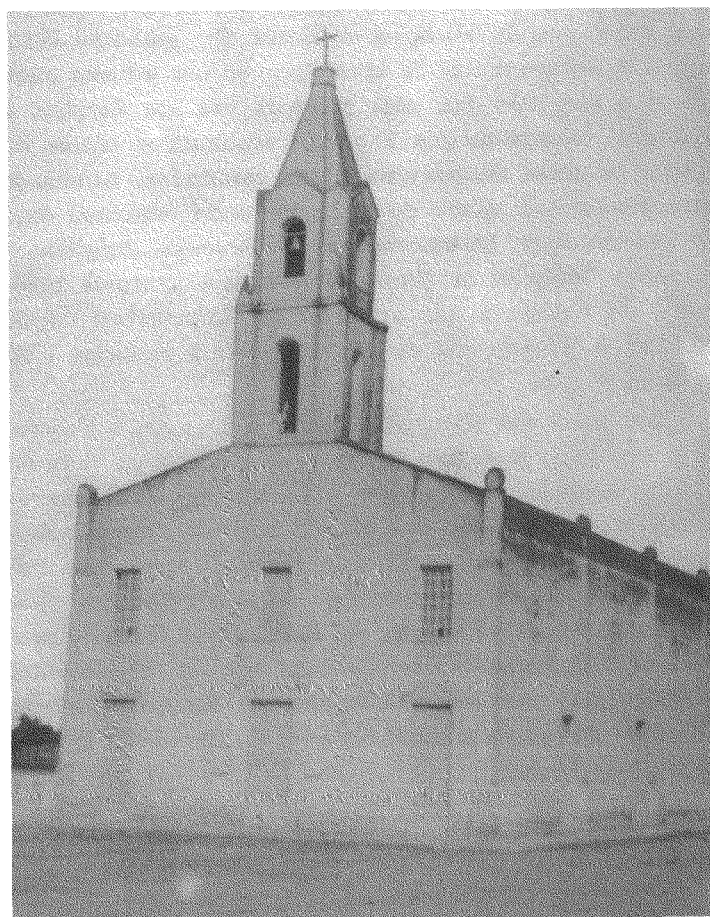
A partir de 1927, porém, é que se iniciou a evolução política do município de Ribeirópolis, quando, por fôrça da Lei estadual número 997, de 29 de outubro daquele ano, foi criado o Distrito de Paz do Saco do Ribeiro, pertencendo ao município de Itabaiana e com sede no povoado do mesmo nome. Êsse Distrito de Paz foi solenemente instalado no dia 21 de novembro de 1927.

Sòmente 6 anos depois, quando era Interventor Federal em Sergipe o então major Augusto Maynard Gomes, é que se chegou à conclusão de que o povoado de Saco do Ribeiro apresentava condições que permitiam a sua elevação à categoria de município. A autonomia do município veio, pois, por fôrça do Decreto estadual número 188, de 18 de dezembro de 1933, dando ao mesmo a denominação de Ribeirópolis, topônimo que, também por fôrça do mesmo decreto, passou a ser adotado pelo povoado Saco do Ribeiro, que foi elevado à categoria de vila e sede do novo município. Ainda em cumprimento a disposições do citado Decreto estadual número 188, de 18 de dezembro de 1933, foi criado o têrmo judiciário de Ribeirópolis, pertencente à comarca de Itabaiana.

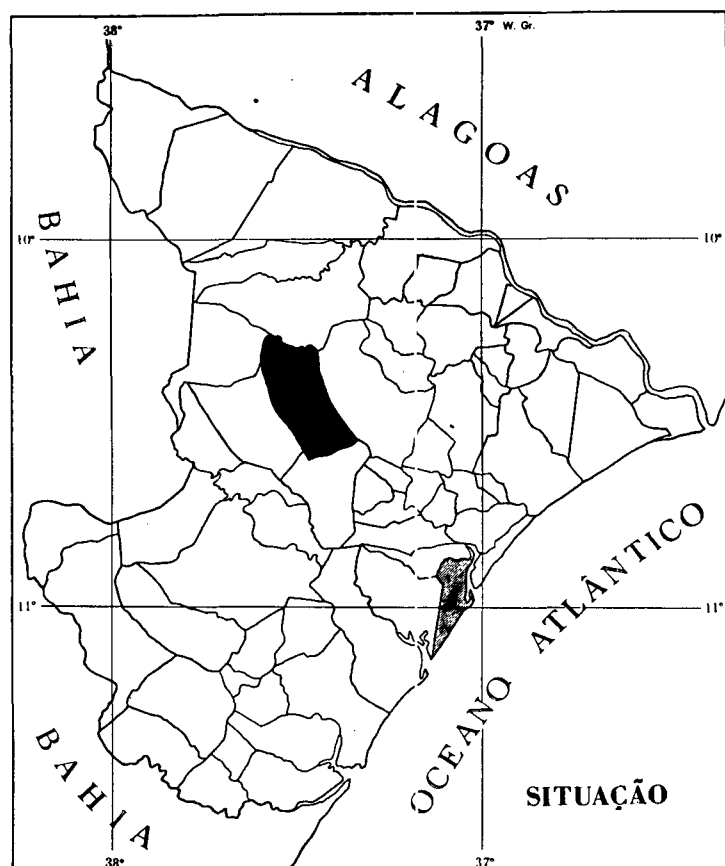
O município foi solenemente instalado no dia 1.º de janeiro de 1934, tendo sido o seu primeiro Prefeito o Senhor Felino Bonfim, que foi nomeado pelo Interventor Federal de acôrdo com o que permitia o regime então vigente.

Em 28 de março de 1938, a vila de Ribeirópolis foi elevada à categoria de cidade, em cumprimento a disposições do Decreto-lei estadual número 69, da mesma data, que elevava a essa categoria tôdas as vilas de Sergipe que eram sede do município.

Pelo Decreto-lei estadual número 377, de 31 de dezembro de 1949, o têrmo judiciário de Ribeirópolis foi transferido da comarca de Itabaiana para a de Frei Paulo, permanecendo nessa situação nos quadros da divisão territorial, administrativa e judiciária aprovados para os qüinqüênios 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958, sendo êste último vigente sòmente na parte relativa à divisão administrativa e que foi aprovado pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954. No que concerne à divisão judiciária, uma Lei estadual muito recente, a de número 823, de 24 de julho de 1957, fixou novo quadro para o Estado de Sergipe, para vigorar no período 1957-1962, sem, contudo, alterar a situação de Ribeirópolis.

O atual quadro administrativo e judiciário de Ribeirópolis é o seguinte: município, distrito único e têrmo judiciário da comarca de Frei Paulo.

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município de Ribeirópolis fica situado na Zona Oeste, limitando com os municípios de: Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Itabaiana, Frei Paulo e Carira.

A sede municipal fica localizada bem no centro do território do município, ao norte da serra do Saco, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul ..... 10° 34' 30" e longitude W. Gr. 37° 28', distando em linha reta, 61 quilômetros da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a 250 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é saudável, sobretudo o da sede municipal. Em 1956, foram registrados os seguintes resultados climáticos referentes à sede do município, expressos em graus centígrados: média das máximas — 26, média das mínimas — 18, média compensada — 22.

Ribeirópolis está incluído entre os municípios sergipanos que não se beneficiam com chuvas freqüentes em períodos regulares, estando, conseqüentemente, sujeito às grandes estiagens, muito conhecidas como "Sêcas do Nordeste".

ÁREA — A área territorial do município é de 551 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rios: Sergipe, que nasce nas fraldas da Serra Negra, nos limites entre Sergipe e Bahia, correndo, a princípio, de noroeste para sudeste, dividindo os territórios dos municípios de Ribeirópolis e Nossa Senhora da Glória (atravessa por uma garganta a serra de Itabaiana), passa nas proximidades da cidade de Divina Pastôra e daí se inclina para o sul, recebe pela margem direita o rio Cotinguiba e mais adiante o rio Pomonga pela margem esquerda, em território de outros municípios e vai desembocar no Oceano Atlântico a pequena distância das cidades de Barra dos Coqueiros e Aracaju. No município de Ribeirópolis êsse rio não é navegável e tem como tributário o Negro, que tem um curso de cêrca de 30 quilômetros e o Riachão, com o curso de 60 quilômetros, tendo suas nascentes no município de Frei Paulo. Existem, ainda, no município, outros rios de menor importância, entre os quais se destacam os Cabeceiro, Salgado, Cajueiro e Tabocas, todos com cursos de água periódicos. Serras, destacam-se as da Campanha, Preta, Maria da Cruz e do Saco. Existem ainda no município as cavernas do Riachão e da Fazendinha e as grutas do Curralinho, da Ferraria e dos Pilões.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são de origem vegetal e animal. Há em Ribeirópolis capoeiras grossas das quais se extraem madeiras para a construção civil, entre as quais se destacam o cedro, a aroeira, a peroba, o pau-d'arco e outras como camboatá, araçá, candeia, que se prestam para a confecção de postes para cêrca, caibros, ripas, e produzem excelente lenha. De origem animal ainda são encontradas nas matas do município caças como o veado, o teiú e o tatu. Também são encontrados animais que fornecem peles como a jibóia, o gato-do-mato e a rapôsa e aves como a perdiz, a juriti e a codorniz. O município produz também mel e cêra de abelha, em pequena quantidade, porém grandemente procurado, dada a sua pureza.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1.° de julho de 1950, a população do município era de 15 276 habitantes. Segundo o sexo, 7 315 eram homens e 7 961, mulheres, e quanto à situação dos domicílios, 13 086 residiam na zona rural. Entre os habitantes do município segundo a côr, preponderavam, em 1.° de julho de 1950, os brancos, com 10 177 pessoas, vindo depois os pardos com 4 467 e, por fim, os pretos, que eram, apenas 605. Das pessoas recenseadas com 15 anos e mais, segundo o estado conjugal da população do município, 4 636 pessoas eram casadas; 2 376, solteiras; e 393, viúvas. Católicos romanos eram quase todos os habitantes de Ribeirópolis em 1.° de julho de 1950, professando essa religião 15 189 pessoas. Outros credos religiosos apareceram nas operações censitárias com um número insignificante de adeptos.

Quanto aos ramos de atividades em que se ocupavam os habitantes do município, na agricultura e na pecuária estavam trabalhando 5 086 habitantes. Na indústria, sòmente 57 pessoas estavam ocupadas, enquanto que no comércio laboravam 78 habitantes de Ribeirópolis, preponderantemente do sexo feminino. Na data do VI Recenseamento Geral do Brasil, encontravam-se em situação inativa 289 pessoas que residiam em Ribeirópolis. Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, baseadas nos resultados censitários de 1950, davam para o município, em 1.° de julho de 1956, uma população de, aproximadamente, 17 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Ribeirópolis é a única aglomeração urbana do município digna de registro, com 2 190 habitantes, recenseados em 1.º de julho de 1950, dos quais, 1 489 habitavam na zona urbana e 701, na zona suburbana. Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, levantadas tomando por base os resultados censitários de 1950, davam para a cidade uma população de cêrca de 2 500 habitantes em 1.º de julho de 1956. Há ainda no município os povoados de Santa Cruz, Serra do Machado e Bonsucesso, cujas populações oscilam de 300 a 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta na agricultura e na pecuária. No setor industrial existem no município algumas usinas de descaroçar algodão, fábricas de bebidas e grande número de "casas de farinha", instaladas com maquinaria muito empírica.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas do município em 1956, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	36	288
Feijão	180	2 400
Mandioca	18 128	9 240
Milho	240	1 000

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos, com um efetivo, em 1956, de 14 000 cabeças.

A exemplo do que aconteceu com outros municípios sertanejos de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas, Ribeirópolis encontrou grande empecilho ao seu progresso nas incursões que eram feitas no seu território pelos grupos de "cangaceiros", que por muitos anos infestaram as caatingas do Nordeste brasileiro, sob a chefia de Virgulino Ferreira, mais conhecido por "Lampião", devastando propriedades agrícolas, saqueando cidades e vilas e matando ou escurraçando os seus habitantes. Também tem influído negativamente no progresso do município o excessivo ardor com que os seus habitantes se jogam às disputas eleitorais, resultando daí lutas de grandes proporções entre as famílias mais influentes da localidade, não sendo pequeno o número de pessoas que se viram, nestes últimos tempos, forçadas a abandonar as suas propriedades e interêsses outros de natureza econômica, que tinham no município.

COMÉRCIO E BANCOS — O município dispõe de 32 estabelecimentos comerciais varejistas e nenhum grossista. Todos os artigos manufaturados necessários ao consumo da população de Ribeirópolis são importados, principalmente das praças de São Paulo, Salvador e Aracaju.

No município não há nenhuma agência de Banco ou Casa Bancária, nem tampouco, correspondente bancário devidamente credenciado. As operações de crédito dos habitantes de Ribeirópolis são feitas nas praças de Aracaju e Itabaiana.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido sòmente de transporte rodoviário, estando, porém, ainda muito em voga, as "tropas" de burros, utilizadas estas, exclusivamente, para o transporte de produtos agrícolas para os centros consumidores. A cidade de Ribeirópolis está ligada à sede dos municípios limítrofes, da seguinte maneira: Itabaiana, rodovia (22 quilômetros); Frei Paulo, rodovia (16 quilômetros); Nossa Senhora das Dores, rodovia (100 quilômetros) e Nossa Senhora da Glória, rodovia (147 quilômetros).

Caixa d'água Arnaldo Garcez

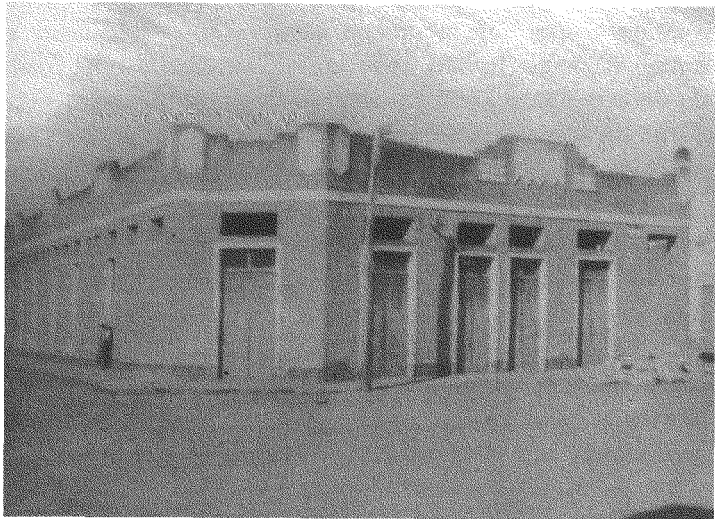
À Capital do Estado está ligada a cidade de Ribeirópolis por 87 quilômetros de rodovia. No que concerne a comunicações, o município dispõe de uma agência postal-telegráfica mantida pela União, através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ribeirópolis não foi construída obedecendo a um plano urbanístico prèviamente elaborado. Não possui nenhum logradouro com pavimentação de qualquer natureza, entre os 23 existentes. Existe uma praça arborizada e uma outra com os serviços de calçamento, a paralelepípedo, em andamento. A sede municipal é servida de iluminação pública e domiciliar elétrica, fornecida por um grupo gerador dísel, mantido pela Prefeitura Municipal, com 120 ligações domiciliares.

Na Prefeitura Municipal encontram-se registrados seis veículos a motor, sendo 5 automóveis e 1 caminhão.

Há, ainda, na cidade de Ribeirópolis, um pequeno estabelecimento para exibições cinematográficas, e uma pensão modesta, que não oferece confôrto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos habitantes do município através de um Pôsto Médico, mantido pelo Estado, funcionando na sede municipal, onde, também, se encontram 2 farmácias, com regular estoque de medicamentos e drogas, sob a responsabilidade de um prático, licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — A população do município em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, recenseada no dia 1.º de julho de 1950, era de 12 140 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 895, apresentando um índice de alfabetização de 12,4%. Entre os habitantes recenseados em 1950, com 10 anos e mais, 58 tinham concluído o curso primário elementar; 7, o curso de nível médio; e sòmente 2 eram portadores de diplomas de conclusão de curso de nível superior.

Açougue Municipal

Ensino — Em todo o território do município de Ribeirópolis existem 31 unidades escolares, tôdas escolas isoladas, que ministram o ensino primário elementar, com matrícula, em 1955, de 1 109 alunos e um aproveitamento escolar de 70 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro do município no período 1950 a 1956, discriminando as arrecadações federal, estadual e municipal e a despesa realizada pelo município no citado período.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	647	387	59	117
1951.......	—	855	434	114	359
1952.......	—	966	733	228	474
1953.......	—	919	957	278	1 329
1954.......	—	988	825	281	680
1955.......	—	823	874	240	385
1956.......	86	847	1 213	268	471

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em um dos domingos do mês de janeiro se festeja o dia consagrado pelos habitantes de Ribeirópolis ao padroeiro do município, o Coração de Jesus. Essa festividade há algum tempo ocorria no último domingo do mês de outubro, perdendo, com a mudança da data, muito do seu tradicional brilhantismo.

No dia festivo, pela manhã, é celebrada missa solene e, à tarde, se realiza a tradicional procissão, conduzindo a imagem do Padroeiro, que percorre os principais logradouros da cidade. O "Natal de Jesus" e "Ano Novo", são comemorados em Ribeirópolis, tendo as mesmas características com que se festejam êsses dias em tôdas as cidades de Sergipe, isto é, com a celebração de missa solene à meia-noite do dia consagrado ao "Natal", conhecida por "missa do galo" e, ainda, com a organização das feiras-livres, de jogos e diversões, que se prolongam até altas horas da noite e que, com início no dia 24 de dezembro de cada ano, se prolongam até o dia 6 de janeiro do ano seguinte.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Ribeirópolis são conhecidos como ribeiropolenses.

A atual legislatura foi instalada no dia 31 de janeiro de 1955, quando foi empossado o Prefeito, Sr. Josué Modesto dos Passos, e constituída a Câmara Municipal composta de 5 vereadores. Com a morte do Sr. Josué Modesto dos Passos, foi eleito e empossado Prefeito do município o Sr. João Antônio Passos.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1955, de um total de 4 935 eleitores inscritos, 1 545 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 45,5%.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Manoel Otávio de Vasconcelos, Agente de Estatística do Município.)

ROSÁRIO DO CATETE — SE

Mapa Municipal na pág. 337 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A referência mais antiga ao território que hoje constitui o município de Rosário do Catete data de 1575, quando da primeira tentativa de conquista do território sergipano, no govêrno de Luiz de Brito.

Bem próximo ao local em que está edificada a cidade, existia um aldeamento indígena, onde hoje se acha o engenho Saco, às margens do rio Siriri, sendo cacique dêsse aldeamento o índio Siriry, cujos domínios se estendiam do rio Sergipe ao Siriri.

Ao contrário do que geralmente acontecia, os padres da Companhia de Jesus nunca se preocuparam com o aldeamento de Siriry, no sentido de nêle construírem uma capela com residência para a catequese dos gentios. Tudo indica, porém que, quando os Jesuítas por ali passaram encontraram apenas vestígios do aldeamento que foi destruído pelas colunas de Cristóvão de Barros, na investida decisiva para a conquista de Sergipe, a partir de 1587, por ordem de Felipe I da Espanha, que reinava em Portugal.

Sabe-se com segurança que, dos combates travados entre indígenas e soldados de Cristóvão de Barros, saiu

Prefeitura Municipal

Exatoria Estadual

vencedor o comandante do exército conquistador, sem embargo do denôdo do chefe indígena Siriri que morreu lutando.

Conquistando o território da capitania, iniciou Cristóvão de Barros a colonização dêle, fazendo doação de diversas terras aos que o ajudaram na conquista e deu de sesmaria ao seu filho, Antônio Cardoso de Barros, a 9 de abril de 1590, o território compreendido entre os rios Cotinguiba e São Francisco, estando, pois incluído nesta sesmaria o atual território do município de Rosário do Catete.

Na região ribeirinha do rio Siriri, posteriormente, colonos portuguêses foram construindo os primeiros engenhos de fabricação de açúcar, dedicando-se, também, ao plantio da cana-de-açúcar que é produzida abundantemente naquela região, dada a excelência daquelas terras para sua cultura.

A despeito de notícias, bem remotas, em assentamentos históricos da província, de vários dos atuais engenhos que ainda existem no município, as referências à fundação do primeiro núcleo demográfico no local onde hoje se acha edificada a cidade de Rosário do Catete, se resumem em uma história mais ou menos lendária que os seus atuais habitantes repetem, transmitindo narração dos seus antepassados.

Pelo que se depreende de tal narrativa, aceita como verdadeira pelos rosarenses de hoje, a primeira povoação teve origem nas edificações feitas posteriormente à construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário por um grupo de escravos dos engenhos da redondeza, que afirmavam haver encontrado, nas matas por ali existentes uma imagem da Virgem do Rosário. Os pretos teriam contado com a aprovação dos patrões para construírem a Capela, tendo mesmo, alguns dêsses patrões, senhores de engenho de então, auxiliado na obra.

As terras hoje ocupadas pela cidade pertenciam ao antigo engenho Jordão, reduzido atualmente a uma fazenda de criação de gado. O então proprietário dêsse engenho, Jorge de Almeida Campos, fêz doação das terras à Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Quando já florecia a povoação onde se edificou a atual cidade de Maruim, a 11 de outubro de 1828, a Câmara da vila de Santo Amaro das Brotas transferia para aquela localidade a sede do município. Esta transferência, que se chocava com as disposições legais já então vigentes, suscitou grandes lutas entre os habitantes de Santo Amaro das Brotas e Maruim, obrigando, por fim, a intervenção do govêrno da província nos acontecimentos, o qual, ouvindo o Conselho, resolveu determinar a mudança da sede da vila de Maruim para a povoação de Rosário, que assim, a um só tempo, passava de simples povoação à freguesia, vila e sede do município.

Esta situação durou, porém, muito pouco tempo, e a 3 de fevereiro de 1831, a sede do município retornava para Santo Amaro das Brotas, ficando, todavia, pelo mesmo ato, assegurada àquela povoação a categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

Veio, depois, a sua nova elevação à categoria de vila, pela Lei provincial de 12 de março de 1836, com a denominação de vila de Nossa Senhora do Rosário do Catete, tendo o seu território devidamente delimitado pela citada Lei.

Um ano depois, pela Lei provincial de 14 de março de 1837, era incorporado ao território do município a freguesia de Rosário do Catete, sítio denominado "Ilha", localizado entre os rios Siriri e Japaratuba.

Desde a vigência da Lei de 12 de março de 1836, pois, que a antiga povoação de Nossa Senhora do Rosário já possuía foros de município.

Nas divisões judiciárias do Estado, ao iniciar-se desde os seus tempos de província, o atual município de Rosário

Coletoria Federal

do Catete vem aparecendo como têrmo judiciário da comarca de Maruim, criada pela Resolução provincial número 379, de 9 de maio de 1854, da qual foi posteriormente desmembrado para se constituir como têrmo e sede da comarca de Japaratuba, por fôrça da Resolução provincial número 1 006, de 17 de abril de 1785.

Posteriormente, porém, veio a pertencer, como têrmo, à comarca de Maruim, passando a sede da comarca para Japaratuba.

Nesta situação vem sendo mantido o município, nas sucessivas divisões judiciárias do Estado, se bem que, pelo Decreto n.º 61-A, de 10 de julho de 1890, quando ainda se encontrava em fase de organização o regime republicano no Brasil, tenha sido criada a comarca de Rosário, que nunca foi, porém, instalada.

Daqui para a frente, inicia-se uma nova fase para Rosário, que constantemente aparece nas páginas da história de Sergipe em decorrência da sua participação em vários movimentos políticos, que provocaram grandes lutas internas no Estado, sobretudo no ano de 1892, quando governava o Estado o general José Calazans.

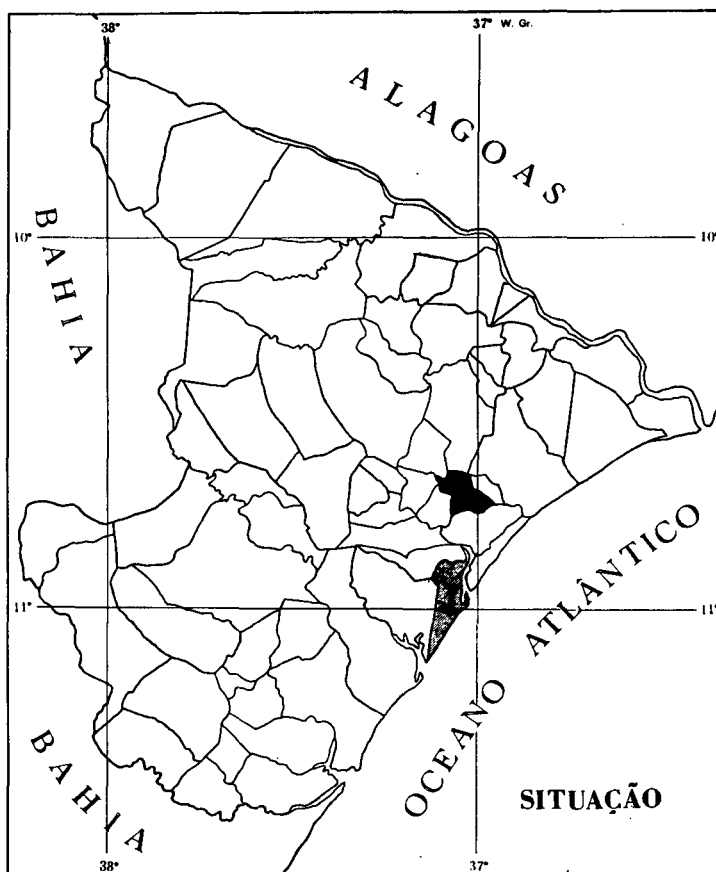
O município de Rosário do Catete foi ponto de atração das vistas de quantos se interessavam pela política de Sergipe, chegando mesmo a funcionar como sede do Poder Legislativo do Estado.

Vinte e cinco anos atrás, por fôrça das disposições do Decreto n.º 118, de 12-7-1932, Rosário foi elevado à categoria de cidade, sede do município do mesmo nome.

Verificado que a designação do município entrava em choque com a legislação federal que disciplinava o uso dos topônimos das cidades e vilas brasileiras, de acôrdo com as disposições do Decreto-lei estadual número 377, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a adotar o topônimo Rosário do Catete, não sofrendo, desta data para cá, qualquer alteração no seu quadro territorial, que, de acôrdo com a divisão administrativa e judiciária do Estado para

Grupo Escolar Senador Leandro Maciel

vigorar no qüinqüênio 1954-1958, aprovada pela Lei estadual número 554, de 6 de fevereiro de 1954, permanece como Rosário do Catete, município, distrito único, têrmo judiciário da comarca de Maruim.

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, o município de Rosário do Catete está localizado na Zona Centro, limitando com os seguintes municípios: Santo Amaro das Brotas, Divina Pastôra, Maruim, Siriri, Carmópolis e Capela. São as seguintes as coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul 10° 41' 25" e longitude W. Gr. 37° 02' 40", distando em linha reta, da Capital do Estado, 25 quilômetros. A cidade acha-se edificada à margem esquerda do rio Siriri.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 13 metros mais ou menos.

CLIMA — O clima do município é ameno, não sofrendo a sua temperatura variações bruscas. Em 1956, foram os seguintes os resultados climáticos do município, expressos em graus centígrados: média das máximas — 34; média das mínimas — 22 e média compensada — 33. Chove geralmente, durante o ano, com mais abundância no período de abril a agôsto.

ÁREA — A área territorial do município é de 96 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes os principais acidentes geográficos do município: *Rios* — Siriri, que nasce na serra de Itabaiana, sendo um dos principais tributários do Japaratuba-Mirim, no qual desemboca formando uma ilha de terreno alagadiço e pantanoso. É perene e de boa água potável, não sendo, porém, navegável. *Morros*: Ipiranga, com aproximadamente 30 metros

Igreja-Matriz de N. S.ª do Rosário

de altura e "Oiteiro de Caraybas", com cêrca de 50 metros de altura, ficando ambos nos limites do município com o de Santo Amaro das Brotas.

RIQUEZAS NATURAIS — Riqueza natural de origem mineral de grande importância no município são as águas termais de "Caldas", radioativas e sulfurosas, que, entretanto, ainda não estão sendo devidamente especuladas. Todavia se exploram as seguintes riquezas naturais de origem mineral: barro (argila) para construção e fabrico de tijolos e telhas e pedra calcária.

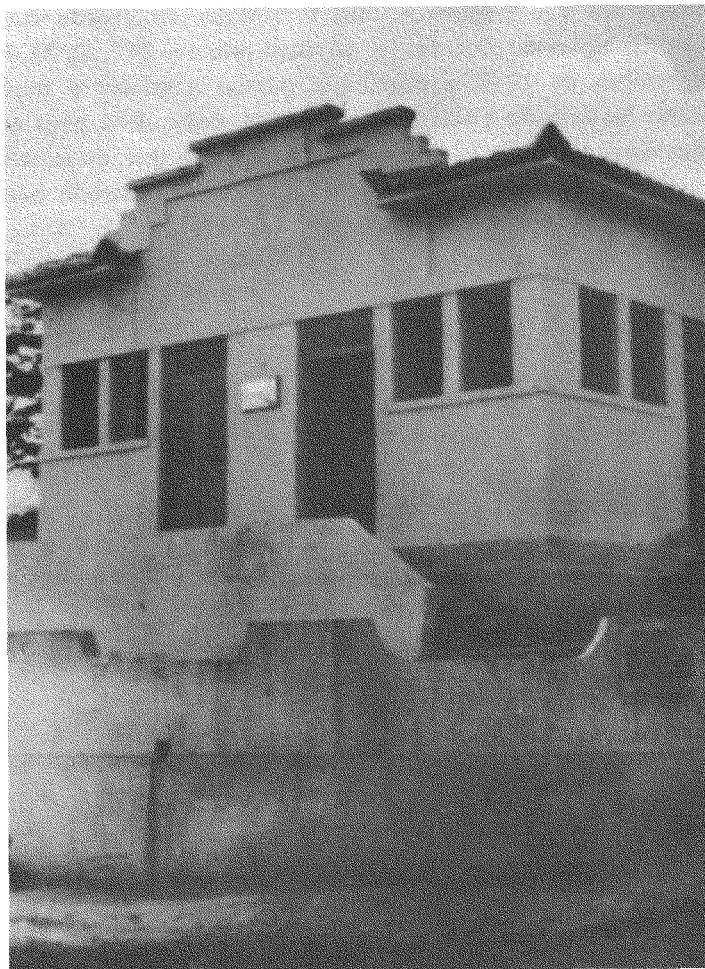
De origem vegetal, existe ainda no município, em pequena quantidade embora, madeira de lei para construção e lenha que vem sendo extraída para a indústria, atingindo cêrca de 2 000 toneladas anuais, quantidade relativamente grande, levando-se em conta a área territorial do município e o não possuir o mesmo grandes matas. É evidente, pois, que estão sendo devastadas as pequenas reservas florestais de Rosário do Catete.

O município não apresenta riqueza de origem animal digna de registro especial. Pequena quantidade de peixes e camarões de água doce são pescados no rio Siriri, sem, entretanto, representar algo de valor econômico, destinando-se quase que exclusivamente ao consumo dos próprios pescadores.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1.º de julho de 1950, o município contava 5 400 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 56,256 habitantes por quilômetro quadrado da área territorial. Segundo o sexo, 2 616 dos habitantes eram homens e 2 784 eram mulheres. A população do município habitava, àquele tempo, na sua maior parte, na zona rural, onde foram recenseadas 3 720 pessoas.

A população recenseada, com 15 anos e mais, segundo o estado civil, apresentava os seguintes resultados: 1 529 solteiros, 1 371 casados, 273 viúvos e nenhum desquitado ou divorciado. Quanto à côr, tomando-se ainda por base os mesmos resultados censitários, constata-se que no município predominavam os pardos com 3 243 habitantes, seguidos pelos pretos com 1 420, vindo por fim os brancos com 736. Quanto à religião, preponderava a Católica Romana, com 5 368 adeptos, sendo insignificante o número de habitantes que professavam outras religiões. Segundo o ramo de atividade principal, das pessoas recenseadas com 10 anos e mais, a agricultura e pecuária eram as que maior número de pessoas ocupadas apresentavam, num total de 2 979, seguidas da indústria com 418 e vindo depois o comércio com 129. Em outras ocupações, inclusive, transporte e comunicações, prestação de serviços, administração pública e justiça e ocupações domésticas, laboravam 5 089 pessoas, sendo que sòmente em ocupações domésticas apareciam 3 853 recenseados, predominando, neste ramo de atividade, o sexo feminino.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística deram para o município de Rosário do Catete uma população aproximada de 6 000 habitantes em 1.º de julho de 1956, localizando-se perto de 4 000 almas na zona rural do município.

Aglomerações urbanas — Sòmente a sede municipal, com 1 680 habitantes recenseados em 1.º de julho de 1950, merece registro como aglomeração urbana. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a cidade

Pôsto Médico do S.E.S.P.

de Rosário do Catete, em 1.º de julho de 1956 teria uma população de cêrca de 2 000 habitantes. Há, ainda no município alguns povoados, sendo o mais importante dêles o de Marcação, com cêrca de 176 domicílios e 700 habitantes. De menor importância são os povoados Pedro Gonçalves, Capim de Burro, Itaperoá, Lages, Cruz de Evaristo e Igreja Nova, nenhum dêles atingindo 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Rosário do Catete tem por base a cultura da cana-de-açúcar e sua industrialização por 3 usinas de açúcar, cujo valor da produção atingiu, em 1956, a soma de 11 983 000 cruzeiros.

As terras do município se prestam òtimamente à cultura da cana-de-açúcar, sendo notório em todo o Estado a excelência delas para tal fim.

Há no município cêrca de 60 outros estabelecimentos industriais, todos de pouca importância para a sua economia, predominando entre êles pequenas "casas de farinha", aparelhadas com maquinaria empírica. Em 1956, estavam ocupadas em afazeres ligados à indústria, 263 pessoas.

A pecuária também ocupa destacado lugar na economia municipal, sendo que no efetivo pecuário salienta-se o rebanho de bovinos com cêrca de 13 000 cabeças em 1956.

Na agricultura, a cana-de-açúcar é produzida em grande escala, seguida de outros produtos agrícolas como o algodão, os cereais e o côco-da-baía.

O quadro abaixo inclui dados referentes às principais culturas agrícolas de Rosário do Catete, em 1956:

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	37 000	7 400
Côco-da-baía	2 500	5 000
Feijão	73	500
Mandioca	3 053	560
Algodão	75	650
Milho	66	330

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, em todo o município, 23 estabelecimentos comerciais, todos varejistas. Não há, estabelecimentos bancários nem agências ou correspondentes dêstes em Rosário do Catete. Entre os estabelecimentos comerciais acima mencionados, predominavam os pequenos armazéns de secos e molhados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é bem servido de transporte, dispondo do ferroviário e rodoviário. A Rêde Ferroviária Federal S.A. serve o município, ligando a sua sede municipal à Capital do Estado e às demais localidades do interior dotadas dessa eficiente modalidade de transportes.

Pela rodovia que corta o município, transitam diàriamente cêrca de 10 ônibus e grande número de caminhões, que o põem em permanente contacto com Aracaju e grande número de cidades.

Os municípios vizinhos acham-se ligados a Rosário do Catete, da seguinte maneira. Capela, rodovia (45 quilômetros) ou ferrovia (36 quilômetros); Carmópolis, rodovia (13 quilômetros) ou ferrovia (9 quilômetros); Maruim, rodovia (8 quilômetros) ou ferrovia (7 quilômetros); Santo Amaro das Brotas, rodovia (15 quilômetros); e Siriri, rodovia (30 quilômetros).

Da sede municipal à Capital do Estado, rodovia (44 quilômetros) ou ferrovia (48 quilômetros).

Acham-se instaladas no município uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima. No município funciona também uma estação telefônica da Emprêsa Telefônica de Aracaju, para ligações interurbanas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rosário do Catete conta 20 logradouros públicos, dos quais, 4 se encontram inteiramente pavimentados a paralelepípedo e 2, a pedras irregulares, atingindo os calçamentos quase uma quarta parte da área ocupada pela cidade.

Das praças existentes, duas se encontram arborizadas e nenhuma ajardinada.

A sede municipal é dotada de iluminação pública e domiciliária fornecida por um conjunto termelétrico, mantido pela municipalidade. É de 160 o número de ligações elétricas em domicílios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade se encontra em funcionamento o "Hospital de Caridade de Rosário do Catete", mantido pela "Associação de Caridade de Rosário do Catete", dispondo de 20 leitos para internamento e de instalações para exames microscópicos e de Raios-X.

Conta, ainda, o município, no setor da assistência médico-hospitalar, um pôsto de higiene mantido em regime de acôrdo pelo Estado e o município.

Com regular estoque de medicamentos e drogas, encontra-se uma farmácia, dirigida por prático licenciado.

Um médico do Serviço Especial de Saúde Pública presta assistência à população do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No que concerne à assistência social, há no município, em funcionamento, a "Associação de Proteção e Assistência à Velhice, à Maternidade e à Infância de Rosário do Catete", tendo atendido em 1956, cêrca de 100 pessoas, às quais forneceu gêneros alimentícios, auxílio em dinheiro e medicamentos.

ALFABETIZAÇÃO — A população em idade escolar (com 5 anos e mais) existente no município em 1.º de julho de 1950, segundo dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, atingia 4 565 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 795, apresentando, conseqüentemente, o município, um índice de alfabetização que alcançava 29,9%. As pessoas que possuíam, na mesma época, cursos completos de grau elementar eram 172, enquanto 30 declararam haver concluído o curso médio e, apenas 4 possuíam curso superior.

Ensino — Há no município 14 unidades escolares do ensino fundamental comum, com 528 alunos matriculados em 1956, com um aproveitamento escolar de 154 aprovações no fim do ano letivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do município no período 1950-1956 apresentando as receitas federal, estadual e municipal e a despesa realizada pelo município.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	64	(*) 829	373	78	404
1951	86	(*) 859	380	89	289
1952	73	(*) 902	484	83	306
1953	89	(*) 830	772	126	703
1954	106	(*) 1 153	656	120	698
1955	86	956	683	98	527
1956	77	1 383	1 034	171	421

(*) Inclusive a de Carmópolis.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dentre os festejos de caráter religioso comemorados no município, destaca-se a festa da padroeira, Nossa Senhora do Rosário, que é celebrada em um domingo do mês de outubro, antecedida de novena e encerrada com procissão.

As festas natalinas, hoje ainda comemoradas, mas sem o brilho de tempos passados, constitui-se de feiras-livres com jogos e parque de diversões, que lhe dão um caráter eminentemente popular. A parte religiosa dessas comemorações se resume na missa do gálo, no dia de Natal de Jesus, e a bênção do Santíssimo nos primeiros instantes do "Ano Novo".

VULTOS ILUSTRES — São ilustres filhos de Rosário do Catete: *Maximino Maciel*, cujo nome por extenso era Maximino de Araújo Maciel, bacharel, médico, e filólogo. Nasceu a 20 de abril de 1866. Escreveu, entre outras, as seguintes obras: "Gramática Analytica", Rio de Janeiro — 1897; "Philologia Portuguêsa" — Ensaios descritivos e históricos — Rio de Janeiro — 1888; "Lição de Botânica Geral" — Paris, 1901; "Gramática Descritiva" — Paris, 1902; "Lição Elementar da Língua Portuguêsa" — Rio de Janeiro, 1906 e muitas outras, sôbre Química, Botânica, Ciências Naturais e sobretudo Filologia. Faleceu na Capital Federal, no dia 2 de maio de 1923. *Leandro Ribeiro Siqueira Maciel* — Bacharel e político. Nasceu a 4 de julho de 1825. Faleceu a 13 de maio de 1909. *Augusto Maynard Gomes* — Nasceu a 16 de fevereiro de 1886 e faleceu a 12 de agôsto de 1957. General-do-Exército, político, governou o Estado por duas vêzes e, também por duas vêzes, ocupou uma cadeira do Senado Federal. Espírito inconformado com as injustiças sociais, tomou parte em movimentos revolucionários desde quando aluno da Escola Militar.

Açougue Municipal

São ainda ilustres filhos de Rosário do Catete, *Alvino Ferreira Lima*, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nascido a 9 de agôsto de 1888; *Antônio Dias Pino*, jurisconsulto, nascido a 8 de maio de 1840 e falecido a 13 de outubro de 1916, e *Leandro Maynard Maciel*, engenheiro, político, atual Governador do Estado, nascido a 8 de dezembro de 1898.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Rosário do Catete são conhecidos como rosarenses.

O atual Prefeito do município é o Sr. João Teles Barreto e a Câmara Municipal é composta de 5 vereadores.

Dos 1 684 eleitores inscritos, 864 compareceram ao pleito de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 48,6% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; Agente de Estatística do Município — Afrodísio Mariano de Sena).

SALGADO -- SE

Mapa Municipal na pág. 379 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No local onde hoje se encontra edificada a parte sul e mais habitada da cidade de Salgado, existiu uma povoação denominada, a princípio, "Pau Ferro" e que também era designada "Salgadinho" pelos viajantes que por ali transitavam. A segunda denominação decorria do sabor característico da água de uma fonte termal ali existente.

Desde a segunda metade do século passado se tem notícia dessa povoação, que, entretanto, não apresentava surto de progresso digno de especial registro em documentos que pudessem fornecer melhores subsídios ao estudo do desenvolvimento histórico do município.

Em 1897, L. C. Silva Lisboa, em "Corografia do Estado de Sergipe", já se reportava às fontes de águas termais existentes no Estado, não fazendo, porém, sequer, ligeira menção à fonte de Salgado, ou mesmo "Salgadinho" ou "Pau Ferro" como foi anteriormente denominada a localidade, depreendendo-se daí, que, àquele tempo, a povoação era pouco conhecida no Estado, sobretudo em regiões mais afastadas. Em 1902, a povoação ainda permanecia sem características urbanas que justificassem qualquer preferência a seu respeito e, não fôssem as águas medicinais da fonte termal, teria escapado ao registro feito por Laudelino Freire no seu "Quadro Corográfico de Sergipe", editado naquele ano. O autor não se estendeu em maiores considerações sôbre a povoação, chegando, mesmo, a não considerá-la como tal, preferindo classificá-la como uma fazenda, pertencente ao município de Buquim e que ficava à margem do rio Piauitinga.

A partir de 1911, porém, com a construção do leito da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, hoje incorporada pela Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, a localidade passou a merecer atenção, especialmente por parte dos habitantes do município de Estância que haviam concluído ser aquêle sítio o mais apropriado para embarcarem nos trens que ligavam grande número de municípios sergipanos ao Estado da Bahia e à capital, centro comercial e social mais freqüentado pelos habitantes de Estância, que o preferiam a Aracaju, onde raramente apareciam.

Sentindo, afinal, os habitantes de Estância, a necessidade de facilitar o transporte que os levasse à povoação

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

de Salgado, onde embarcariam no trem para a Bahia, tomaram a iniciativa de construir uma rodovia ligando aquela cidade à povoação. Foi então formada uma sociedade privada para construir e explorar a rodovia mediante a cobrança de pedágio.

Concluída essa estrada e inaugurada a estação ferroviária da povoação, que passou também a ser conhecida em todo o Estado pela excelência das suas águas termais, iniciou-se o seu progresso, em ritmo acelerado. Já em 1920, cêrca de 20 automóveis estacionavam ao lado do ponto de parada ferroviária a fim de conduzir passageiros que se destinavam aos municípios do sul do Estado que não eram servidos de ferrovia.

Daí para frente, a povoação já apresentava melhor aspecto e, perto da estação, se formava um pequeno arruado com hospedarias para os viajantes, que ficavam a uma distância de dois quilômetros da parte norte da cidade, mais movimentada e constantemente visitada por veranistas, que procuravam alívio para os seus males no uso das águas medicinais da fonte termal.

Em 1927, os podêres constituídos do Estado percebiam a necessidade de ser criado o município de Salgado, cujo território deveria ser desmembrado do de Buquim, pois, no interior, em terras das circunvizinhanças do povoado, já se desenvolviam apreciáveis atividades ligadas à agricultura e à pecuária, bem como concernentes à extração de madeira de lei, para construções e confecção de móveis.

Governava o Estado o coronel Manuel Corrêa Dantas, quando, a 4 de outubro de 1927, pela Lei número 986, foi criado o município e o têrmo judiciário de Salgado, cuja sede seria a antiga povoação de Salgado, que com a mesma denominação foi elevada à categoria de vila. O município foi solenemente instalado no dia 20 de novembro do mesmo ano.

O novo têrmo judiciário passaria a pertencer à comarca de Lagarto, por disposição da Lei que o criava, até 23 de setembro de 1929, quando, por fôrça da Lei n.º 1 046, daquela data, veio a pertencer à comarca de Estância.

Permaneceu Salgado como vila, sede do município e têrmo judiciário da mesma denominação, até 27 de março de 1938, quando, por fôrça de disposição do Decreto-lei estadual n.º 69, daquela data, foi a vila elevada à categoria de cidade, sede de município.

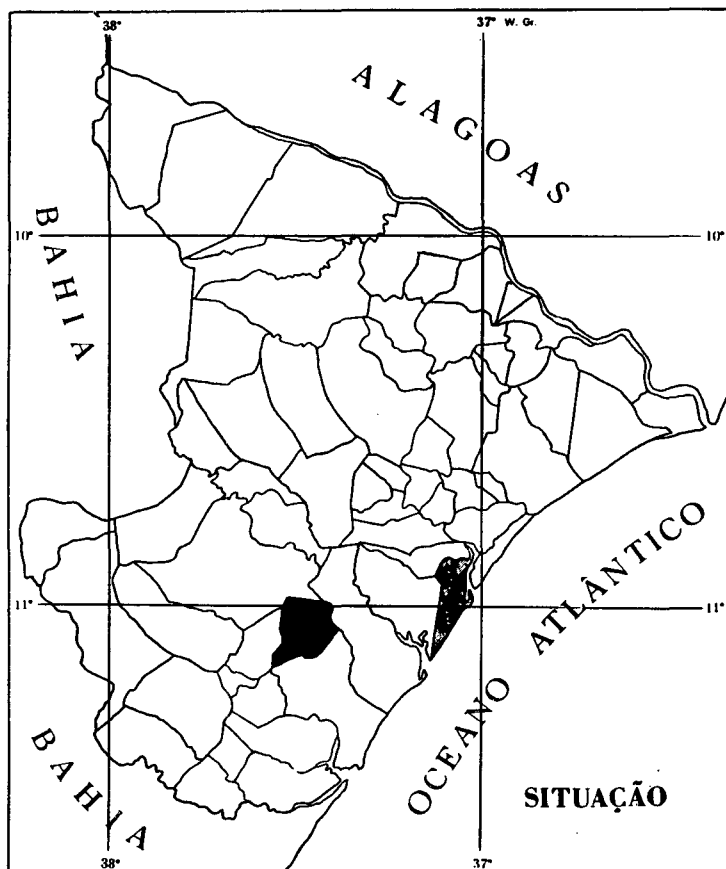
Grupo Escolar Alencar Cardoso

Passou, então, Salgado a figurar nos quadros da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado, a partir da fixada para o qüinqüênio 1939-1943, como município e distrito único, pertencendo como têrmo judiciário à comarca de Lagarto, situação que permaneceu até a criação da comarca de Itaporanga d'Ajuda pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, quando, então, o têrmo de Salgado foi desmembrado da comarca de Estância, passando a pertencer à de Itaporanga d'Ajuda.

De então para cá, não houve alteração quanto à situação do município e do têrmo judiciário, na divisão administrativa e judiciária, assim aparecendo no quadro aprovado para o qüinqüênio 1954-1958, pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que vigora atualmente. Entretanto na parte referente à divisão administrativa, nova divisão judiciária do Estado foi fixada pela Lei n.º 823, (Código de Organização Judiciária do Estado) de 24 de julho de 1957, e que deverá vigorar no período de 1957 a 1962, sem que, contudo, para o novo período de vigência, fôsse alterada a situação de Salgado.

Igreja-Matriz de N. S. do Bonfim

LOCALIZAÇÃO — De acôrdo com a divisão fisiográfica do Estado de Sergipe, Salgado está incluído na Zona do Litoral, limitando com os seguintes municípios: Buquim, Itaporanga d'Ajuda, Lagarto e Estância.

A sede municipal fica à pequena distância da margem esquerda do rio Piauitinga, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 11º 01' e longitude W. Gr. — 37º 30' 15" e a uma distância, em linha reta, de 47 quilômetros da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 102 metros de altitude.

CLIMA — O clima é saudável sendo os seguintes os resultados climáticos do município, referentes ao ano de 1956, expressos em graus centígrados: média das máximas — 30, média das mínimas — 18, média ponderada — 24. Os meses em que as chuvas são mais freqüentes no município são os compreendidos no período de maio a agôsto.

ÁREA — A área territorial do município é de 247 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O único acidente geográfico digno de registro no município é o rio Piauitinga, que nasce nas proximidades do povoado Preguiça, no município de Lagarto e percorre, aproximadamente, 30 quilômetros em território do município, inicialmente na direção

norte-sul, inclinando-se, depois, rumo a sudeste, para penetrar no município de Estância, indo juntar-se ao Piauí, já dentro da cidade de Estância.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é de origem mineral e se refere à importante fonte de água termal, localizada dentro do perímetro urbano da cidade. Pelas suas altas qualidades medicinais, é muito procurada por pessoas de todos os pontos do Estado e de fora dêle que ali encontram alívio para os seus males. Em 1936, essa fonte foi requisitada pelo Estado, passando depois ao patrimônio do município. O estudo de composição químico-analítica dessa água foi feito pelo Instituto de Higiene de São Paulo, e foi classificada como sendo: bicarbonatada, hidrossulfídrica, sódica, cálcica e magnesiana, de ação extraordinária no tratamento de doenças do estômago, intestinos e fígado, diátese úrica, afecções cutâneas, eczemas, pruridos, acnés, etc. O local onde está situado o poço fica aproximadamente a 100 metros de altitude.

Não são de se desprezar, porém, as riquezas de origem vegetal, encontradas nas extensas matas do município, onde existem com alguma abundância as seguintes árvores que produzem madeira de lei: maçaranduba, sapucaia, pau-d'arco, sucupira e quiri. Também são abundantes as árvores que fornecem madeira para lenha, como suga, araçá, camboatá, birro e muitos outros. Entre plantas e raízes medicinais, destacam-se as seguintes: jatobá, pau-ferro, salva, japecanga e purga do campo.

Pôsto de Puericultura Olímpio Campos

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, a população total do município atingia, em 1.º de julho de 1950, a 7 013 habitantes, dos quais 3 457 eram homens e 3 556, mulheres, apresentando uma densidade demográfica de 28 393 habitantes por quilômetro quadrado da área territorial do município, sendo que do total de habitantes acima reportado, 5 800, segundo a localização dos domicílios, foram recenseados na zona rural.

Segundo a côr, tomando-se ainda por base os mesmos resultados censitários, constata-se que mais de 50% da população do município era constituída de pardos, com 4 119 pessoas dessa côr, sendo que os brancos apareciam logo em seguida com 2 430, vindo, por último, os pretos com apenas 455 representantes. Quanto ao estado conjugal,

Cinema Senhor do Bonfim

em 1.º de julho de 1950, 1 848 pessoas com 15 anos e mais eram casadas; 1 666, solteiras; e 310, viúvas, não tendo sido recenseada nenhuma pessoa que fôsse desquitada ou divorciada.

A religião católica apostólica romana preponderava sôbre as demais que apareciam com reduzido número de adeptos. Entre as pessoas recenseadas, 6 799 eram católicas romanas, sendo que a segunda religião em número de professos era a protestante com 163. Os espíritas tinham em Salgado 23 adeptos, enquanto para serem distribuídos entre outras religiões, pessoas sem religião ou que não declararam o credo que professavam, ficaram 25 habitantes dos recenseados no município.

Excluídas as pessoas do grupo de atividades domésticas, onde preponderava a população feminina e também estavam incluídos os habitantes que freqüentavam estabelecimentos de ensino, como clientes, com 219 pessoas recenseadas nesse quadro, o ramo de ocupações que maior número de pessoas empregava em 1.º de julho de 1950 era o concernente à agricultura e pecuária, com 1 145. Estavam ocupados na indústria, na mesma data, 389 habitantes e, no comércio, apenas 79. Com atividades ligadas a outras ocupações estavam incluídos 381 habitantes. Em condições inativas foram encontradas 504 pessoas.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base em dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, deram para o município de Salgado uma população,

Estação da Estrada de Ferro Federal Leste Brasileiro S.A.

Mercado Municipal

em 1.º de julho de 1956, de cêrca de 7 800 habitantes, localizando-se aproximadamente 5 800 pessoas na zona rural, segundo a situação dos domicílios.

Aglomerações urbanas — A sede municipal, contava 1 793 habitantes recenseados em 1.º de julho de 1950, que, segundo a situação dos domicílios, se localizavam, 924 na zona urbana e 869 na zona suburbana da cidade.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, feitas com base nos dados coligidos pelo VI Recenseamento Geral do Brasil, davam para a cidade de Salgado uma população de cêrca de 2 000 habitantes em 1.º de julho de 1956.

Há, ainda, no município os povoados de Água Fria, com população estimada em mais de 500 habitantes, e Macedina, com cêrca de 300 pessoas ali residindo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fundamenta na agricultura e pecuária em que se ocupam grande número de habitantes de Salgado.

Também a extração de madeira para construção civil e lenha influi consideràvelmente para a economia do município.

Em 1956, a principal produção agrícola foi a de mandioca com cêrca de 1 900 toneladas, incluindo-se a mandioca-brava e mansa, com um valor de produção que atingiu Cr$ 1 615 000,00.

O quadro abaixo apresenta as principais culturas agrícolas de Salgado, discriminando a quantidade produzida e o valor da produção.

CULTURAS	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Mandioca	1 900	1 615
Feijão	3,5	540
Milho	12	360
Côco-da-baía	7	203

Nas matas do município foram extraídos 85 249 metros cúbicos de madeira para lenha e cêrca de 700 metros cúbicos, de madeira de lei, para construção civil.

Na pecuária, destaca-se o rebanho de bovinos com 3 850 cabeças em 1956. Os demais rebanhos apresentavam, no mesmo ano, um efetivo muito pequeno.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é constituído de 51 estabelecimentos, todos varejistas, e na sua grande maioria pequenas casas de secos e molhados.

No município não funciona matriz ou agência de estabelecimentos de crédito, sendo as operações desta natureza levadas a efeito através de correspondente de um Banco com sede na Capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é bem servido de transporte, dispondo de rodoviário e do ferroviário. Uma das mais importantes rodovias que servem o Estado, corta quase todo o território do município, passando pela sede municipal, que fica a pequena distância de importante entroncamento rodoviário.

A Rêde Ferroviária Federal S.A., que incorporou recentemente a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, serve o município, estacionando os seus trens de passageiros e cargas, na sede municipal e no povoado Macedina.

A ligação de Salgado com os municípios limítrofes se faz da seguinte maneira: Itaporanga, rodovia (26 quilômetros) ou ferrovia (25 quilômetros); Lagarto, rodovia (30 quilômetros); Buquim, rodovia (31 quilômetros) ou ferrovia (29 quilômetros) e Estância (33 quilômetros).

A capital do Estado está ligada à cidade de Salgado por rodovia (67 quilômetros) ou por ferrovia (72 quilômetros).

Há no município uma estação telegráfica da Rêde Ferroviária Federal S.A., que, também, atende às necessidades de comunicações dos habitantes de Salgado.

Mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos existe, na sede municipal, uma agência postal-telefônica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Salgado, que se localiza a pequena distância da margem esquerda do rio Piauitinga, não apresenta os melhoramentos urbanos que já está a exigir o conceito que goza, como única estação hidromineral do Estado. Possui duas grandes praças mais compridas do que largas, e 10 logradouros outros, na sua maioria ruas pequenas e estreitas e sem pavimentação de qualquer natureza, na parte norte da cidade, onde so localizam a piscina e banheiros públicos da fonte termal. A parte sul da cidade compreende, apenas, 2 logradouros que ficam nas imediações da Estação Ferroviária afastada cêrca de 2 quilômetros do centro urbano mais importante. Dos seus 14 logradouros, sòmente 1 se encontra pavimentado, isto mesmo com pedras irregulares, espécie de calçamento que não se presta satisfatòriamente ao trânsito de veículos motorizados. Apresenta, destarte, ínfima percen-

Balneário Municipal

tagem de calçamento em relação à área total ocupada pela sede do município.

A iluminação elétrica e domiciliar do município era fornecida por um pequeno grupo gerador díesel que se encontra paralisado. Atualmente, cogita a administração municipal de levar até a cidade energia elétrica produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a exemplo do que vem fazendo grande número de municípios sergipanos.

Na sede municipal, funcionam 1 hotel e 3 pensões que, entretanto, ficam superlotados na época de veraneio, a despeito de não oferecerem o confôrto que era de se desejar em uma estância hidromineral.

Existe um pequeno estabelecimento para exibições cinematográficas e, na Prefeitura municipal, em 1956, encontravam-se registrados 14 veículos motorizados, sendo 2 automóveis e 12 caminhões.

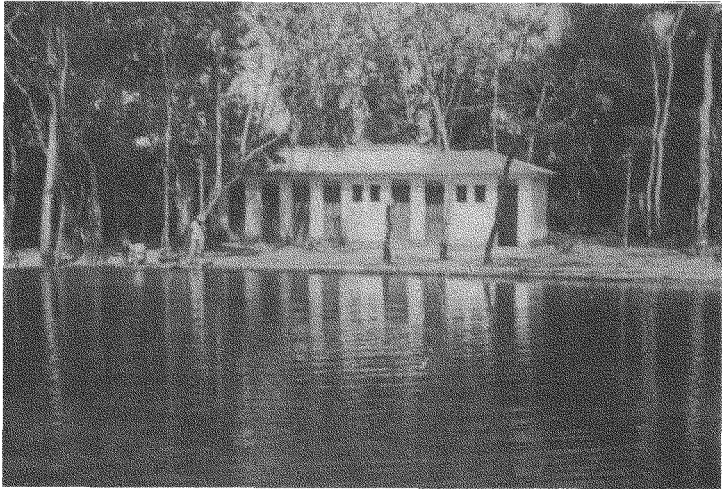
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Contam-se no município 5 unidades sanitárias, sendo dois postos médicos, um, mantido pelo Estado na sede municipal, e outro, pela Prefeitura, no povoado Água Fria; um ambulatório, também mantido pelo Estado e localizado na sede municipal, um Pôsto de Serviço de combate às endemias rurais, mantido pelo Ministério da Saúde, e um Pôsto de Puericultura, mantido igualmente pelo Govêrno da União.

Para atender à população do município, encontra-se em funcionamento na cidade de Salgado uma pequena farmácia com regular estoque de medicamentos e drogas e dirigida por um prático licenciado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — Do total de pessoas em idade escolar, isto é, com 5 anos e mais, recenseadas em 1.º de julho de 1950, que atingia a 5 812, 1 109 sabiam ler e escrever, apresentando um índice de alfabetização de 19,09%.

Das pessoas recenseadas com 10 anos e mais, 131 tinham concluído o curso primário elementar e 29 possuíam curso completo do nível médio, sendo que não habitava no município nenhuma pessoa com diploma de curso superior.

Ensino — Em todo o município funcionavam, em 1955, 17 unidades escolares que ministravam o ensino primário elementar com matrícula de 533 alunos e um aproveitamento escolar de 89 aprovações no fim do ano letivo.

Vista interna do Balneário

Outra vista do Balneário

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o movimento financeiro do município no período 1950-1956, discriminando as arrecadações federal, estadual, municipal, e a despesa realizada pelo município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	200	408	378	...	261
1951	307	602	320	84	320
1952	202	634	531	162	622
1953	179	619	822	191	666
1954	207	601	512	141	481
1955	556	550	751	174	750
1956	382	630	751	174	750

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O dia 29 de janeiro de cada ano é consagrado ao padroeiro do município, Nosso Senhor do Bonfim, quando são celebradas grandes festividades religiosas na sede municipal, que se constituem geralmente, de celebração de missa solene pela manhã e procissão, à tarde do mesmo dia, conduzindo a imagem do padroeiro, percorrendo os principais logradouros da cidade, encerrando-se com pregação e bênção do Santíssimo Sacramento.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Repetidas vêzes neste trabalho foram feitas referências à fonte termal de Salgado e às suas virtudes medicinais. Com instalações adequadas e uma boa piscina recentemente construída pela Prefeitura Municipal, com todos os requisitos de higiene, essa fonte ainda não tornou a cidade de Salgado uma estação hidromineral digna de melhor registro, em decorrência da precariedade das instalações do seu único hotel que não oferece condignas acomodações aos hóspedes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Salgado são denominados pelo gentílico salgadenses.

O atual Prefeito do município é o Sr. Joaquim Cardoso de Araújo que foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955, tendo sido, na mesma data, constituída a Câmara Municipal, composta de 5 vereadores para a presente legislatura.

Dos 1 443 eleitores inscritos, 1 006 compareceram às urnas no pleito de 3 de outubro de 1955, verificando-se, pois, uma abstenção de 30,2% do eleitorado.

(Elaboração — Pascoal d'Avila Maynard, Oficial Administrativo da IR de Sergipe; José Silva do Amor Divino, Agente de Estatística do Município.)

SANTA LUZIA DO ITANHI — SE

Mapa Municipal na pág. 386 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Trata-se da povoação mais antiga de Sergipe — a sede do município de Santa Luzia do Itanhi. A sua fundação coincide com as primeiras tentativas de colonização do solo sergipano, pelos portuguêses, já antes de 1575, quando o famoso Garcia d'Ávila, rico senhor de terras no sertão da Bahia, recebe de Luiz de Brito, governador-geral do Norte do Brasil, a incumbência de explorar aquela região e iniciar o seu povoamento.

O território já era, porém, visitado pelos franceses, que incursionavam pelo rio Real, fazendo contrabando de pau-brasil, com a ajuda dos índios, a cuja amizade souberam impor-se.

Aliás, o historiador Clodomir Silva, no seu "Álbum de Sergipe" (pág. 268) — edição de 1920 — diz que "opiniões autorizadas afirmam" que os franceses em contacto com os naturais já haviam fundado ali a feitoria de São Luiz, da qual se apoderou Garcia d'Ávila e cuja denominação foi corrompida para Santa Luzia.

A maioria dos historiadores, porém, não faz referência a êste fato, mencionando apenas que o senhor da Casa da Tôrre fundou, a 3 léguas do rio Real, uma povoação, que, segundo parece, corresponde à atual cidade de Santa Luzia.

Não há, contudo, menção à data dêste acontecimento.

A povoação foi abandonada, por ter o rico sertanista desistido logo de sua emprêsa de colonizar aquêle rincão, temendo enfrentar os gentios fortes e aguerridos, que não toleravam o colono português, pelo hábito que tinha de aprisionar os índios e levá-los cativos para as suas fazendas.

Em 1575, chega à região o Padre Gaspar Lourenço, jesuíta, e o seu irmão de hábito, João Solônio, acompanhados ambos de alguns colonos e de um grupo de soldados comandados por um capitão, que Luiz de Brito enviara a contragosto do Padre, visto que êste pretendia realizar a conquista do território exclusivamente pelo Evangelho.

Transpondo o rio Real, a caravana do Padre Gaspar Lourenço acampou, na noite de 28 de fevereiro de 1575, em um local que Felisbelo Freire ("História de Sergipe"), acredita tenha sido fundado anteriormente por Garcia d'Ávila.

Aí os Jesuítas erigiram uma igreja a que deram a invocação de São Tomé e celebraram a primeira missa, assistida pelos índios. À frente da igreja levantaram uma cruz

Prefeitura Municipal

Grupo Escolar Comendador Calasans

de 80 palmos de altura e casas de moradia. Os índios que ali habitavam pertenciam à nação tupinambá. A aldeia de São Tomé ficou com a sua capela pertencendo à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, na Bahia.

Depois estêve no local o governador Luiz de Brito, que veio olhar de perto os resultados da colonização; muito inábil, Luiz de Brito despertou as suspeitas do gentio, cuja fuga, ao primeiro contacto com o governador, foi por êste interpretada como um rompimento, ao que respondeu fazendo a guerra.

Na refrega, Luiz de Brito saiu vencedor, aprisionando milhares de índios e levando-os para a Bahia, onde vieram a falecer.

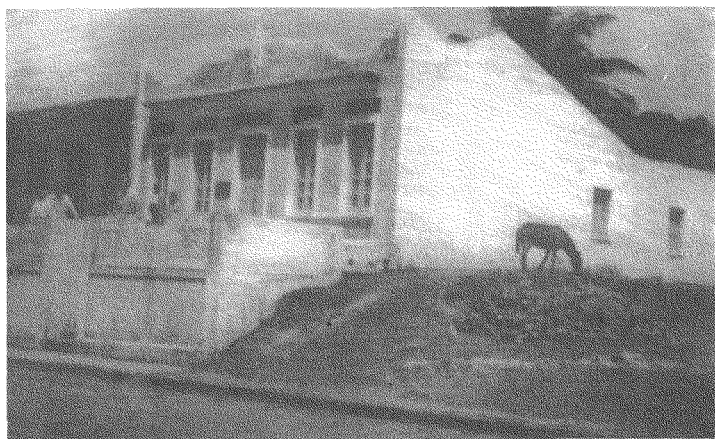
Daí por diante, fracassada a ação pacificadora de Gaspar Lourenço, a História não nos dá mais notícias da povoação de Santa Luzia, nada contando sôbre a sua situação ou desenvolvimento após o regresso de Luiz de Brito à Bahia e até 1680, quando então volta a mencioná-la, para dizer que neste ano, a 5 de julho, foi a povoação elevada a freguesia, desmembrada da de Santo Amaro de Ipitanga, já citada acima. O autor da ereção da freguesia foi o Governador do Arcebispado, na ausência do metropolitano do Brasil, D. Gaspar Barata de Mendonça.

A freguesia tinha de extensão 7 por 14 léguas, limitando-se ao sul pelo rio Real.

Em 1698, foi elevada à categoria de vila, por ordem do Governador da Bahia, D. João de Lencastro, com o nome de Vila Real de Santa Luzia. Diz, porém, Rocha Pita, na sua História da América Portuguêsa, que ela se chamou, inicialmente, Vila Real de Piaguy (Piaguy era o nome primitivo do rio que depois veio a chamar-se Piauí e que banha o território da vila).

Quando foi elevada à categoria de vila, a Vila Real de Santa Luzia ou Vila Real do Piaguy, tinha no seu têrmo "380 moradores, um engenho de açúcar e navegação para a Bahia" (Carvalho Lima Júnior — História dos Limites entre Sergipe e Bahia).

Contra o ato de D. João de Lencastro protestaram os moradores de São Cristóvão, que vinham a perder as rendas da nova vila e freguesia, que era a êles subordinada.

Em 25 de maio de 1699, foram encaminhados os protestos do capitão-mor governador, Sebastião Nunes Colares, e da Câmara Municipal de São Cristóvão; a 28 do mesmo mês e ano seguiu o protesto dos religiosos do Convento do Carmo. Também o Vigário da Capital de Sergipe,

Pôsto Médico Municipal

Padre José de Araújo, enviara o seu protesto contra a criação da Vila de Santa Luzia, alegando, uns e outros, "que a criação de novas vilas (referiam-se a Itabaiana, Lagarto e Vila Nova, que também foram criadas vilas, na mesma época), estava despovoando a cidade de São Cristóvão, que o povo da capitania padecia de suma miséria, não podendo sustentar igrejas e sacerdotes, fabricar vilas, cadeias, casas de Conselho, sustentar justiças e pagar correição", além de outras alegações. Tôdas, porém, ficaram sem resultado.

Em 1704, a Câmara de Santa Luzia enviou ofício ao Rei, datado de 30 de julho, pedindo lhe concedesse maior distrito, permitindo passar a outra banda do rio Real, ficando com o distrito de Abadia e Itapicuru da Praia, alegando "a escassez de população, a vida precária e o seu têrmo muito reduzido". O Rei pediu informações ao Govêrno da Bahia, que demorou três anos em prestá-las.

Em 13 de maio de 1708, a Câmara da Bahia opôs-se às pretensões de Santa Luzia, alegando que aquêles distritos pertenciam ao "Têrmo da Bahia" — e o Rei indeferiu o pedido.

Segundo Carvalho Lima Júnior, em 1713, por carta de 29 de julho, a própria Câmara de Santa Luzia dirige-se ao Rei pedindo a transferência da sede municipal para o sítio da Estância.

O Rei pede informações ao Govêrno da Colônia, com audiência do ouvidor da comarca e outras autoridades e "homens da governança" da mesma vila, que certamente se opuseram, pois a medida não veio a efetivar-se.

Sòmente em 1831, por Lei de 25 de outubro, a transferência da sede da vila se realiza para a progressista povoação de Estância, havendo desta vez forte oposição dos luzienses.

Depois de 1728, a Vila de Santa Luzia entra em uma série de disputas com a recém-criada freguesia de Abadia, que pretende arrebatar à primeira o território onde hoje se acha o município de Indiaroba. As lutas duraram um século, só vindo a encerrar-se em 1843, quando um Decreto imperial reconheceu a jurisdição de Sergipe sôbre a faixa territorial litigiosa.

Com a transferência da sede da vila para Estância, Santa Luzia ficou reduzida à condição de um simples povoado; entretanto, lutando pela restauração de sua categoria, isto o conseguiu pela Lei de 16 de fevereiro de 1835, desmembrando-se novamente o seu território do município de Estância, o qual, porém, continuou como município independente.

Nos fins do século XIX, Santa Luzia tem no seu município 5 234 habitantes e a sede, enfeudada por grandes latifundiários, não pode mais desenvolver-se vivendo apenas dos faustos do seu passado, com o seu histórico templo a assinalar um dos mais antigos monumentos da fé religiosa em terras de Sergipe.

A evolução administrativa e judiciária de Santa Luzia apresenta os seguintes aspectos: nas divisões administrativas de 1911, 1933, 1936 e 1937 e, ainda, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de março de 1938, o município de Santa Luzia compunha-se de um só distrito — o da sede municipal. Esta é ainda a situação mantida pelo Decreto n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, sendo que o seu têrmo judiciário pertence à comarca de Estância. Entretanto, a Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957 ("Código de Organização Judiciária do Estado"), criou a comarca de Santa Luzia do Itanhi com sede na cidade do mesmo nome,

O Decreto estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de n.º 533, de 7 de dezembro de 1944 havia modificado o nome do município para Inajaroba êste nome, por sua vez, foi mudado para o atual, pelo Decreto n.º 88, de 25 de novembro de 1948.

Itanhi era o nome que os indígenas davam ao rio Real

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado na zona Fisiográfica do litoral sergipano, à margem direita do rio Piauí e limitando-se pelos municípios de Estância, Indiaroba, Umbaúba, Itabaianinha e Arauá. A sede municipal fica a 11º 21' de latitude Sul e 37º 27' de longitude W. Gr. Sua distância à capital do Estado, em linha reta, é de 64 quilômetros, colocando-se, em relação a esta, na posição S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 20 metros na sede municipal.

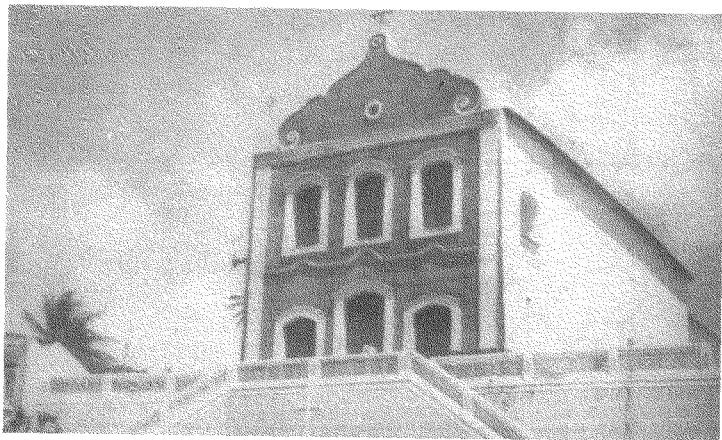
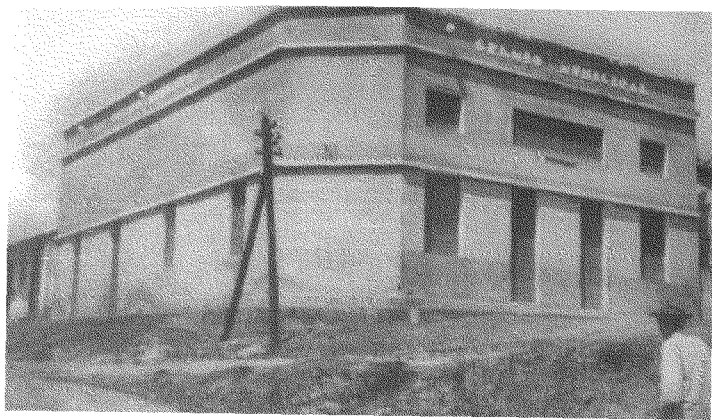
CLIMA — Ameno e temperado. Chove com mais abundância nos meses de abril, maio e julho. A precipitação pluviométrica em 1956 atingiu 1 332,9 milímetros de altura.

ÁREA — O território do município tem 281 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: os principais são o rio Piauí, que limita o município com o de Estância e é navegável em tôda a extensão no município; após receber o rio Indiaroba passa a limitar o município dêste nome com o de Estância; rio Indiaroba, que nasce no município dêste nome e após receber as águas do rio Saguim passa a limitar Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba; rio Saguim, que nasce neste município com o nome do riacho dos Macacos, desce de norte a sul até receber o riacho Sucuriú a partir de cujo ponto tem o nome de Saguim e vai limitando Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, até desaguar no rio Indiaroba; riacho Sucuriú, também divisor com o município de Indiaroba; rio Aritiquiba, que banha a sede do município e deságua no Piauí; e riacho Mucambo, afluente de Aritiquiba; rios Mussununga, Guararema e Limoeiro. Ilha das Garças, no rio Piauí. Cachoeira do Bonfim, no rio Guararema. Pôrto do Crosto, no rio Piauí, permitindo atracação de pequenos navios.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais existentes no município são: barro (ou argila), para o fabrico de telhas e tijolos, cuja produção em 1956 alcançou 510 toneladas; pedras calcárias (1 060 toneladas, em 1956); madeira para construção e para lenha, num total de 45 mil metros cúbicos em 1956; peixes que são apanhados no rio Piauí, em quantidade que atingiu, no mesmo ano, 9 toneladas, e carvão vegetal (6 toneladas).

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população total do município era de 9 510 habitantes, sendo 4 968 homens e 4 542 mulheres. A população da sede àquela época era de 822 moradores, enquanto que a do quadro rural totalizava 8 688 habitantes. Segundo a côr, Santa Luzia do Itanhi possuía 1 238 brancos, 1 203 pretos e 7 058 pardos. A população, segundo o estado civil, dividia-se por 1 723 casados, 3 789 solteiros, 257 viúvos e nenhum desquitado.

Segundo as espécies de ocupações, em Santa Luzia trabalhavam 2 907 pessoas na agricultura e pecuária; 144, na indústria e comércio; e 2 536, em ocupações domésticas. Em religião predominava a católica, com 9 446 adeptos.

Igreja de Santa Luzia

Grêmio Municipal

O número dos que declararam pertencer a outras religiões era de 64 pessoas.

As estimativas do D.E.E. para 1.º-7-56, dão 1 565 habitantes para o município.

Aglomerações urbanas — O município possui quatro aglomerações urbanas, a saber: a sede municipal, cuja população é de 822 habitantes; os povoados à beira do rio Piauí, com 531 moradores, Cajàzeiras com 202 e Areia Branca com 145 habitantes.

Atividades econômicas — O município de Santa Luzia do Itanhi tem na agricultura a sua principal atividade econômica. O seu maior produto é a cana-de-açúcar (34 560 toneladas, em 1956), vindo em seguida côco-da-baía (12 300 centos), mandioca (3 000 toneladas), fumo em fôlha (240 arrôbas), milho e feijão, com pequena produção. O valor monetário da produção geral, exceto frutas, em 1956 atingiu a cifra de Cr$ 16 163 000,00.

A indústria está representada por grandes usinas de açúcar, instaladas no município, sendo estas em número de 6. Há também uma destilaria de aguardente de cana, com regular produção. Há, ainda, 38 pequenos estabelecimentos de fabricar farinha de mandioca, manteiga, etc.

A produção total de açúcar, do município, em 1956 alcançou o volume de 44 628 sacas de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 20 729 000,00. A destilaria alcançou uma produção de 160 000 litros.

A pesca é atividade exercida por grande parte da população. Em 1956 o valor produzido estêve perto de 200 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 19 estabelecimentos comerciais varejistas, em todo o município, 8 dos quais, na sede municipal. O comércio mantém transações com Aracaju, Estância, Salvador, Rio de Janeiro (Distrito Federal) e Recife.

As operações de cobrança de títulos são feitas por correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede do município de Santa Luzia acha-se a 108 quilômetros da capital do Estado, por rodovia. Com as cidades vizinhas, são os seguintes os meios de transporte: a) rodoviário: Estância (10 quilômetros), Arauá (39 quilômetros), Itabaianinha (60 quilômetros); b) estrada carroçável: Indiaroba (17 quilômetros), Umbaúba (30 quilômetros).

A cidade é também servida por uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Mercado Municipal

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Luzia do Itanhi possui 8 logradouros públicos, sendo um dêles parcialmente pavimentado a paralelepípedos Existe arborização em uma rua e uma praça.

A cidade dispõe de Serviço de Abastecimento de Água, encanada, com 22 ligações domiciliares. Há iluminação pública fornecida por usina local. O número de ligações elétricas é de 65.

A cidade possui uma pensão cobrando a diária média de Cr$ 100,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Santa Luzia conta um médico e um dentista prestando assistência à sua população Há uma Unidade Sanitária do Serviço Cooperador de Saúde do Estado de Sergipe e um Pôsto de Endemias Rurais para combate à malária.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 8 132 pessoas de 5 anos e mais de idade, existentes no município, 1 215 sabiam ler e escrever. Havia 282 pessoas com diploma de curso primário completo, e 20, com diploma de curso médio. Do curso superior, havia 2.

Ensino — Há 15 estabelecimentos escolares do ensino primário em todo o município, 10 dos quais na sede municipal. A matrícula total em 1955 foi de 254 alunos, sendo 83 o número de aprovações, no referido ano.

FINANÇAS MUNICIPAIS — A arrecadação das entidades públicas no município de Santa Luzia do Itanhi, no período de 1950 a 1956, e a despesa da Prefeitura no mesmo período, foram as que se acham no quadro abaixo:

Usina Castelo

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	311	1 511	407		576
1951	354	1 811	471	188	421
1952	312	1 890	591	201	420
1953	300	1 313	849	191	545
1954	368	1 727	714	219	1 066
1955	688	1 522	836	298	1 024
1956	534	2 091	1 245	361	859

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja-Matriz de Santa Luzia do Itanhi, construída pelos Jesuítas em época muito remota, é tombada pelo Patrimônio Histórico da União, como monumento histórico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As manifestações populares dignas de registro são as de caráter religioso, constantes da festa de Santa Luzia, a 13 de dezembro, e da festa de São Benedito, a 6 de janeiro. Ambas se realizam com muita solenidade, havendo missa festiva e procissão, atraindo considerável número de fiéis.

Vista parcial da cidade

VULTOS ILUSTRES — De Santa Luzia do Itanhi são: *Pedro de Calazans* — Nascido a 29 de janeiro de 1837 e falecido a 24 de fevereiro de 1874. Escritor, crítico e poeta consagrado. Considerado por diversos intelectuais de renome uma das glórias da literatura nacional. *José Dantas de Souza Leite* — Nascido a 11 de maio de 1859. Médico eminente formado pela Faculdade de Paris. Vencedor de diversos concursos em vários Serviços Clínicos da Europa. Escreveu inúmeros estudos sôbre Medicina. *Joaquim Esteves da Silveira* — médico e poeta. Desembargador *João Batista da Costa Carvalho* — Jurisconsulto de acatada cultura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Santa Luzia do Itanhi recebem o gentílico "luzienses".

É atual Prefeito do município o Sr. Didier Cardoso Silva, empossado a 31 de janeiro de 1955, data em que se instalou a atual Câmara de Vereadores, com 5 edis.

Dos 1 257 eleitores inscritos no município, votaram 429 no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 65,8%.

(Elaboração de João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à IR de Sergipe; Nicéas Gualberto Batista, Agente de Estatística do Município).

SANTA ROSA DE LIMA — SE

Mapa Municipal na pág. 333 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A penetração no território onde atualmente se encontra o município de Santa Rosa de Lima verificou-se lá por 1602, com a doação de sesmarias nas vizinhanças dos rios Sergipe e Cotinguiba.

Conta-se que, em tempos remotos, a povoação era denominada "Prêsa", pelo fato de, nas grandes enchentes do rio Sergipe, ficarem os meios de comunicação isolados ou impedidos pelas águas.

A Resolução n.º 338, de 10 de maio de 1854, criou na povoação de Santa Rosa uma cadeira de ensino primário para o sexo masculino, ganhando o seu titular a quantia de 350$000 (Cr$ 350,00) anuais.

Pela Lei n.º 83, de 26 de outubro de 1894, a povoação de Santa Rosa foi elevada à categoria de vila, condição que perdeu três anos depois, em 1887, quando voltou à classe primitiva.

Em 1896 — era vila nessa época — foi doada à capela construída pelos Padres jesuítas uma imagem de Santa Rosa.

Vista parcial da Rua Marechal Floriano Peixoto

Na relação das vilas e povoados constantes do "Álbum de Sergipe", de autoria do historiador sergipano Clodomir de Souza e Silva, editado em 1920, Santa Rosa ainda continuava como povoado pertencente ao têrmo de Divina Pastôra. Já no quadro anexado ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, aparece Santa Rosa elevada à categoria de vila, distrito do município da vila de Divina Pastôra, da comarca de Laranjeiras.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, anexo 1, quadro da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado, para o qüinqüênio 1939 a 1943 (inclusive), Santa Rosa é distrito de Divina Pastôra, ainda da comarca de Laranjeiras.

Consoante o que determinou o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, e instruções a respeito dadas pelo I.B.G.E., que vedava a denominação de topônimos iguais, o Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação da vila de Santa Rosa para Camboatá, nome de um ribeiro que tem suas nascentes e deságua no rio Sergipe, tudo no mesmo município. A Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, publicada no Diário Oficial do Estado, de 10 de dezembro do mesmo ano, criou 19 municípios, entre os quais conta-se Camboatá, que vinha em franco progresso, chegando ao ponto de ter uma feira melhor que a de Divina Pastôra a quem pertencia. Depois, em janeiro de 1954, atendendo a pedidos de alguns habitantes de Camboatá, a Assembléia Legislativa do Estado decretou e o Govêrno sancionou a Lei n.º 554, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado para vigorar de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, e não mais se referiu a Camboatá, registrando em seu lugar a denominação atual de Santa Rosa de Lima, ficando na jurisdição da comarca de Riachuelo.

Santa Rosa de Lima é a padroeira do município, ao qual cede seu nome.

A Lei estadual n.º 525-A, já citada, em seu artigo 21, § 2.º, marca o dia para as eleições do Prefeito e vereadores. O artigo 13, da mesma Lei, diz que a instalação do novo município sòmente se fará por ocasião da posse do Prefeito e dos representantes do povo na Câmara Municipal.

A legislatura foi instalada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Dermeval Prado Góis, e constituída a Câmara com cinco vereadores, gozando o município nessa data a autonomia que lhes é conferida pela Carta Magna.

LOCALIZAÇÃO — Santa Rosa de Lima situa-se na Zona Fisiográfica Centro, à margem direita do rio Sergipe. Ainda não foram calculadas as coordenadas geográficas referentes a êste município. Limita Santa Rosa de Lima com os seguintes municípios sergipanos: Divina Pastôra, Nossa Senhora das Dores, Malhador e Riachuelo.

Em ordem de distância de sua sede à da Capital do Estado, pelo meio mais fácil de transporte que é o rodoviário, fica o município no 12.º lugar.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

ALTITUDE — A altitude do município ainda não foi calculada. Entretanto, pode-se adiantar que fica a menos de 60 metros.

CLIMA — O clima do município de Santa Rosa de Lima é pouco variável, não sofrendo grandes oscilações na sua temperatura, que, em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos na escala centígrada: média das máximas — 24 e das mínimas — 14. No território do município chove com regularidade especialmente no período de abril a agôsto.

ÁREA — Sua área mede 44 quilômetros quadrados, os quais foram desmembrados do município de Divina Pastôra.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No município de Santa Rosa de Lima podem enumerar-se os seguintes acidentes geográficos: rio Vermelho, que tem as suas nascentes na serra do Alecrim entre Malhador, Itabaiana e Santa Rosa de Lima, banha o lugarejo denominado Areias, onde deságua no rio Sergipe. O rio Dangas, que nasce no mesmo município no antigo Engenho Canabrava e despeja suas águas no rio Sergipe. O rio Morcêgo tem as suas nascentes no lugarejo denominado Areias desaguando também no rio Sergipe. A serra do Alecrim ou Capunga, localizada no lugar Areias, nas proximidades do município de Itabaiana, medindo aproximadamente 300 metros de altura.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral o município dispõe de barro (argila) para a fabricação de tijolos e telhas. A produção, em 1956, atingiu a cifra de ...... Cr$ 200 000,00. Areia, tendo a produção, naquele ano, alcançado a casa dos Cr$ 187 000,00.

No reino vegetal encontra-se lenha para consumo doméstico; a sua produção também em 1956 foi de 110 metros cúbicos no valor de Cr$ 440 000,00.

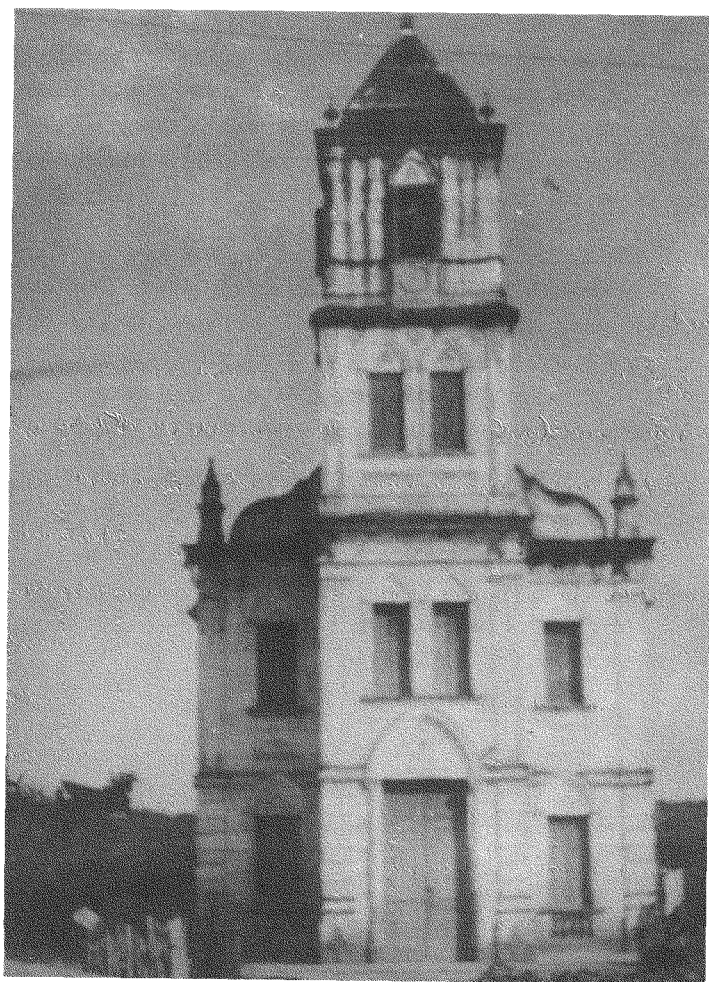
POPULAÇÃO — Quando se processou o VI Recenseamento Geral do Brasil em 1.º de julho de 1950, havia na então vila de Camboatá a seguinte população: 2 930 habitantes, sendo 1 480 homens e 1 450 mulheres; havia, portanto, um excedente de 30 pessoas do sexo masculino sôbre o total do feminino. Classificando-se a população segundo as zonas, verifica-se que 1 149 pessoas habitavam na sede do distrito e 1 781 distribuíam-se no quadro rural. A densidade demográfica era de 66 590 habitantes por quilômetro quadrado. Distribuindo-se a população local segundo a côr, obtêm-se os seguintes resultados: brancos — 1 139; pretos — 1 302 e pardos — 498, notando-se que a côr predominante é a preta. Segundo o estado conjugal: casados — 860, solteiros — 624 e viúvos — 139; a classe dos casados era em número superior à dos solteiros e dos viúvos.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana de maior relevância em Santa Rosa de Lima está situada na sede municipal, que, segundo os resultados censitários de 1950, era de 1 149 habitantes, ou seja, 39% da população total.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Apesar de ser um município novo, conta 52 estabelecimentos industriais, com 10 pessoas ocupadas. Êste número de pessoas, menor que o de estabelecimentos, é em virtude de as casas de farinha (fábricas) não terem funcionado em sua maior parte durante o ano de 1956.

A mais importante entidade industrial do município é a Usina Lourdes (açucareira) com uma produção no valor de Cr$ 13 564 000,00.

A produção agrícola, em 1956, alcançou a cifra de 6 980 700 cruzeiros. O quadro abaixo resume as principais lavouras do município referentes ao ano de 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	5	46
Cana-de-açúcar	15 525	5 270
Feijão	11	198
Mandioca	1 982	771
Milho	150	688

Igreja Santa Rosa de Lima

O efetivo pecuário em 1956 foi de 1 800 bovinos, atingindo o valor de aproximadamente Cr$ 9 000 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — No município de Santa Rosa de Lima há 10 estabelecimentos comerciais varejistas, que transacionam principalmente com a Capital do Estado de Sergipe.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Santa Rosa de Lima dispõe, apenas, de transporte rodoviário, estando a cidade ligada às sedes dos municípios limítrofes, da seguinte maneira: Nossa Senhora das Dores, rodovia, passando pelas cidades Divina Pastôra e Siriri (32 quilômetros); Divina Pastôra, rodovia (8 quilômetros); Riachuelo, rodovia, passando por Divina Pastôra (18 quilômetros) e Malhador, rodovia, passando, também, por Divina Pastôra e pelo entroncamento rodoviário próximo à cidade de Riachuelo (36 quilômetros).

Santa Rosa de Lima dispõe de uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e de uma estação telefônica da Rêde Telefônica Sergipana com sede em Aracaju.

ASPECTOS URBANOS — A comuna é constituída de 9 logradouros públicos, todos sem pavimentação. Tem, entretanto, duas praças arborizadas.

A sede é servida de energia elétrica, com 90 ligações domiciliárias, e iluminação pública em todos os logradouros.

Possui a cidade 4 aparelhos telefônicos, da Rêde Telefônica Aracajuana, ligados com a Capital do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Santa Rosa de Lima acha-se regularmente provido de estabelecimentos que proporcionam assistência médico-sanitária à população, tanto urbana como rural. Há um Pôsto Médico na sede municipal e outro no povoado Canabrava, ambos mantidos pela municipalidade. O médico visita êsses postos uma vez por semana, havendo em cada um dêles um enfermeiro prático.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante o resultado do Censo Demográfico de 1950, a população do município com cinco e mais anos de idade totalizava 2 453 pessoas das quais sabiam ler e escrever 754, o que correspondente a 30,74% de alfabetizados. Naquela época os que declararam haver concluído o curso fundamental comum eram em número

Vista parcial da feira-livre, ao fundo o Mercado Municipal

Açougue Municipal

de 73. Os que possuíam curso médio somavam 11 e nenhum declarou ter o curso superior.

Ensino — Em 1956 havia no município 9 estabelecimentos de ensino primário comum, com matrícula de 314 alunos, cujo aproveitamento escolar era apenas de 35 estudantes. No município não existe estabelecimento de ensino que ministre grau além do primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte mostra o movimento financeiro do município no período compreendido de 1955 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	330	561	33	197
1956.......	—	1 299	719	42	727

No período de 1950 a 1954, Santa Rosa de Lima era distrito de Divina Pastôra.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A religião católica predomina entre os habitantes de Santa Rosa de Lima, conforme apurou o Recenseamento Geral do Brasil em 1.º de julho de 1950. Dos 2 930 habitantes, 2 890 declararam ser adeptos do catolicismo. Portanto, 98,6% da população total do município era católica. Protestantes, eram apenas 15 pessoas; 9, espíritas.

Em Santa Rosa de Lima realizam-se as seguintes festas religiosas: a de São Benedito, a 30 de agôsto. Contam que êste festejo data de 1893; e a da padroeira, Santa Rosa de Lima, celebrada a 6 de fevereiro, desde o ano de 1896. Há no município uma igreja construída pelos Jesuítas, ignorando-se a data da sua construção.

Como em todos os municípios sergipanos, a festa do Natal a 24 e 25 de dezembro e do Ano-Bom, a 1.º de janeiro, são populares.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais de Santa Rosa de Lima têm o gentílico santa-rosenses.

O eleitorado no último pleito, a 3 de outubro de 1954, era de 700 cidadãos inscritos; votaram 314 dêles, verificando-se uma abstenção de 55,1%.

(Elaboração de Abdias Batista da Silva, Agente de Estatística; João Batista Costa, Agente de Estatística do Município).

SANTO AMARO DAS BROTAS — SE

Mapa Municipal na pág. 343 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que se estendem da parte da baía de Todos os Santos até a parte do rio São Francisco, ao sul e ao norte, e limitadas pelo Atlântico a leste, encravadas no país que as caravelas de Pedro Álvares Cabral descobriram em 1500, foram doadas pelo Rei D. João III, a 26 de agôsto de 1534, a Francisco Pereira Coutinho, que deveria, por sua conta, delas cuidar e explorar-lhes as riquezas.

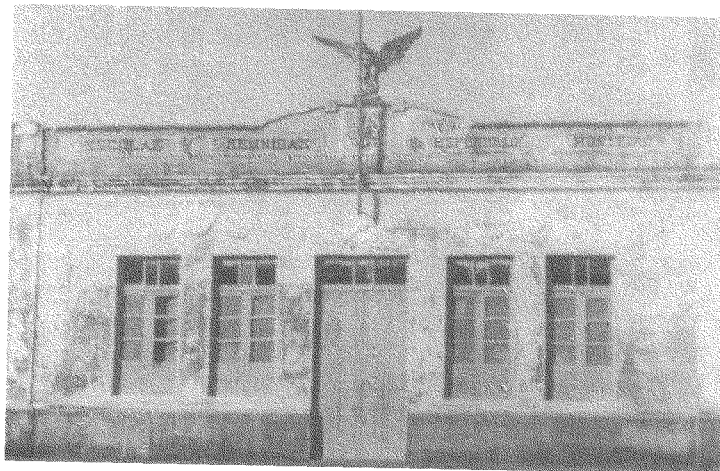
Os insucessos e as lutas de que foi vítima Francisco Pereira Coutinho impediram que êste desse o desenvolvimento ao encargo que lhe fôra cometido, o que também aconteceu a seu filho Manoel Pereira Coutinho, que, após a morte do donatário, houve em sua posse e domínio a terra que herdara.

Foram as terras cedidas ao Rei, em 1548, por fôrça de um contrato, razão pela qual ficou a região denominada mais tarde Sergipe-de-El-Rei. Era habitada na sua grande maioria por selvagens da tribo dos tupinambás, os quais, de há muito, vinham prestando cuidados à ambição estrangeira.

Foi nestas terras, em uma colina ao lado esquerdo do rio Sergipe, bem em frente à confluência dêste com o rio Cotinguiba, à distância de mais ou menos um quilômetro, que se edificou a vila de Santo Amaro das Brotas, um dos primeiros núcleos povoados de Sergipe. Consta que os seus fundadores nutriam desejos de que sua sede fôsse fixada no Pôrto das Rêdes, ponto mais comercial daquelas paragens.

Em 1697, foi essa idéia realizada pela Câmara, a ela se opondo o proprietário Antônio Martins de Azevedo, possuidor de um engenho de açúcar no referido Pôrto das Rêdes, sob o pretexto de ficar prejudicada a sua propriedade. Ofereceu à mesma Câmara o lugar de sua Fazenda Aires da Rocha — três quilômetros distante do Pôrto das Rêdes, — passando logo a escritura de doação de duzentas braças de terras em quadra para a edificação da vila.

Não aceitando a Câmara essa doação, suscitou-se uma questão, que afinal foi decidida em favor de Antônio Martins de Azevedo.

Prefeitura Municipal

Escolas Reunidas Dr. Esperidião Monteiro

Assim continuou a sede da vila em Aires da Rocha, onde, tendo já edificada a ermida de Nossa Senhora das Brotas, tomou a vila a denominação de Santo Amaro das Brotas.

D. Marco Antônio de Sousa, na "Memória sôbre a Capitania de Serzipe" — 1808 — escreve que a vila de Santo Amaro das Brotas foi ereta freguesia no ano de 1783, pelo Arcebispo D. Frei Antônio Correia Freire.

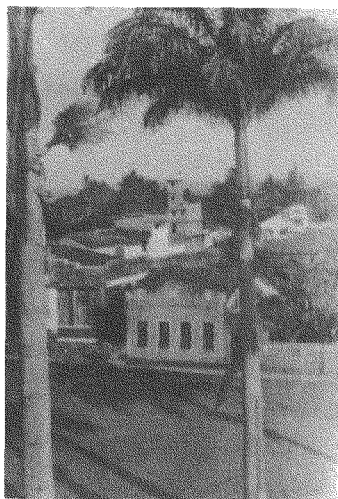
Apesar da autoridade do escritor, verificamos que no ano de 1716 já eram arrematados, pelo capitão Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, os ofícios de tabelião e escrivão de órfãos, câmara e almotaçaria da vila de Santo Amaro das Brotas, comarca de Sergipe de El Rei, pela quantia de 7 000 cruzados. Também em 1775, consignava o mapa de tôdas as freguesias pertencentes ao Arcebispo da Bahia, datado de 9 de janeiro, que "Santo Amaro das Vilas das Brotas" apresentava 122 fogos e 1 013 almas.

É ainda D. Marcos na "Memória" referida quem diz que a vila de Santo Amaro das Brotas foi levantada por ordem régia, há mais de um século, "contando do ano em que foi escrita esta memória (1808)". Que a freguesia de Santo Amaro se estendia por dez léguas desde a barra do Cotinguiba até Japaratuba e compreendia cinco mil e quinhentos habitantes, que viviam pela maior parte da planta da cana e manipulação de açúcar em quarenta engenhos situados em tôda a sua vasta extensão, habitada por dois mil brancos, mil e quinhentos pretos e todos e os mais eram pessoas de muitas variedades.

Foi distrito administrativo por Carta régia de 3 de novembro de 1783.

Para a Revolução de Pernambuco em 1817, de Sergipe marcharam as seguintes fôrças: cavalaria miliciana, 100 homens; milícias de Santo Amaro, 500 homens; e mais 100 homens da cavalaria miliciana. Estas fôrças combateram no engenho Guerra contra as tropas dos patriotas pernambucanos, fazendo parte das fôrças realistas.

Em 1828, um sôpro de rebeldia e de agitação impeliu os habitantes da pequena vila a mudarem a sede para as terras de engenho Maruim de Baixo, propriedade do Senhor Manoel Rodrigues de Figueiredo. Êste procedimento partiu da Câmara Municipal, que não deu nenhuma satisfação às autoridades da província.

O govêrno intimou, por diversas vêzes, a Câmara a desfazer o ato. A Câmara, entretanto, não atendeu à intimação do govêrno. Foi encarregado da notificação o ca-

Vista parcial da cidade

Igreja-Matriz de Santo Antônio

pitão comandante das armas, Bento de Melo Pereira. Diante da negativa da Câmara o govêrno mandou chamar à sua presença Antônio José da Silva Travassos, secretário da Câmara rebelde, cujo depoimento foi considerado fraudulento, tendo em vista o que informara o comandante Bento de Melo Pereira.

Travassos foi processado e depois absolvido por falta de base para uma denúncia. As autoridades da província removeram a sede da vila para Santo Amaro a 8 de maio de 1833. A Câmara reagiu, não publicando a resolução, e o seu presidente, José Pinto de Carvalho, baixou ofício a 8 de junho do mesmo ano, determinando fizesse a Câmara efetivar aquela medida. Não sendo atendido, o govêrno dirigiu nova intimação, que, sendo cumprida, causou a remoção dos empregados do fôro. Em face das circunstâncias, os santamarenses se conformaram, para formularem o seu protesto, em junho de 1834, ao presidente José Joaquim Geminiano de Morais Navarro. Voltou a sede para Santo Amaro, enquanto o Imperador desse uma resolução.

A Lei provincial de 19 de fevereiro de 1835, em seu artigo 7.°, extinguia a vila de Santo Amaro das Brotas que ficaria dependendo da vila de Maruim. Era Presidente da província, nessa época, o Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa a quem representaram os habitantes de Santo Amaro, pedindo a volta e a categoria de vila; não foram, porém, atendidos. Foi quando os santamarenses reagiram decididamente e invadiram Maruim, arrebentando Cartórios, cofres, e forçando os serventuários da justiça a que os acompanhassem até à antiga sede. O Governador Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, diante da energia e da coragem do povo de Santo Amaro, capitulou, e reuniu às pressas a Assembléia, quando foi aprovada a Lei de 11 de agôsto de 1835, que restituiu a categoria de vila à povoação de Santo Amaro das Brotas.

Em 1837, houve a Revolução de Santo Amaro contra Rosário do Catete e Maruim.

Em divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933 figura o município com a denominação de Santo Amaro.

Em virtude do que dispõe o Decreto-lei federal número 311, de 2 de março de 1938, foi pelo Decreto-le estadual n.° 377, de 31 de dezembro de 1943, mudada a denominação do município para Juruama.

Como os santamarenses não aceitaram tal topônimo, especialmente o coronel Jacinto Ribeiro, que na imprensa fêz veemente protesto, com o Decreto-lei estadual de número 533, de 7 de dezembro de 1944, a cidade teve a atual denominação.

Cidade, por fôrça do Decreto-lei estadual n.° 150, de 15 de dezembro de 1938, pertencendo ao têrmo judiciário da comarca de Maruim. Situação que perdurou no quadro para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, inclusive.

Segundo a Lei estadual n.° 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para vigorar de 1.° de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, Santo Amaro das Brotas é têrmo, município e distrito único do mesmo nome e é da comarca de Maruim. Assim continuou no quadro anexo à Lei estadual n.° 823, de 24 de julho de 1957, que instituiu novo Código de Organização judiciária do Estado e criou outras comarcas.

LOCALIZAÇÃO — Santo Amaro das Brotas situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, à margem esquerda do rio Sergipe, no cimo de uma colina, bem em frente à confluência dêste rio com o Cotinguiba. De acôrdo com o que determina a Lei estadual n.° 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para o período de 1954 a 1958, limita com os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Rosário do Catete, Maruim, Carmópolis e Japaratuba. Os rios que servem de divisa são: rio do Sal, Pomonga, Japaratuba, Sergipe, Siriri, Tiririca e Cotinguiba.

A cidade fica a 16 quilômetros em linha reta da Capital do Estado de Sergipe.

Suas coordenadas geográficas são: 10° 47' de latitude Sul e 37° 03' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 9 metros na sede municipal, sendo a 5.ª em ordem crescente de elevação vertical entre as cidades sergipenses.

CLIMA — O clima é ameno e de salubridade admirável e um dos melhores do Estado. Chuvas abundantes são freqüentes durante o inverno, de janeiro a junho.

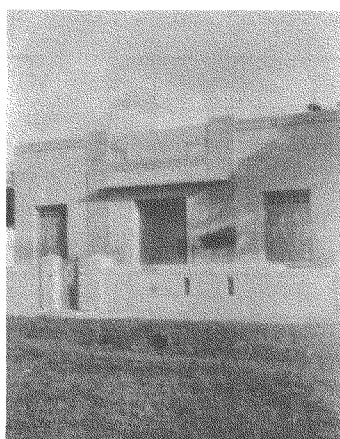
ÁREA TERRITORIAL — A área do município é de 227 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No município de Santo Amaro das Brotas encontram-se os seguintes acidentes geográficos: rios — o Sergipe, nasce nas fraldas da serra Negra, município de Jeremoabo, no Estado da Bahia, de onde corre na direção de noroeste para sudoeste, percorrendo tôda a extensão da zona que vai do rio São Francisco ao rio Vasabarris. Atravessa a serra de Itabaiana, banha em seu curso alguns municípios sergipanos, recebe pela margem direita o rio Cotinguiba, os quais reunidos recebem pelo outro lado o Pomonga, indo juntamente desembocar à margem esquerda da cidade de Aracaju. Êste rio não é tributário do Cotinguiba. No lugar em que se dá a junção dos dois rios as águas são constantemente agitadas, donde resultou a denominação Doido ao referido lugar. O seu curso é estimado em 135 quilômetros. É navegável. O Japaratuba tem as suas nascentes nas divisas de Nossa Senhora das Dores com o município de Cumbe, na fazenda "Embuas", banha os municípios de Capela e Japaratuba. Tem um curso de aproximadamente 60 quilômetros e é navegável por pequenas embarcações. Pomonga — Tem um curso de mais ou menos 30 quilômetros. Liga-se ao rio Japaratuba por um canal artificial, que corre paralelamente à costa. Nasce no riacho Curralinho, onde começa o dito canal, e deságua quase em frente à confluência do Cotinguiba com o rio Sergipe. Paramerim — Nasce no lugar denominado Brejo da Estiva e tem cêrca de 12 quilômetros de curso. É afluente do rio Sergipe, navegável, variando a sua profundidade de 4 a 12 metros.

No município de Santo Amaro das Brotas há mais os seguintes acidentes geográficos: Oiteiro da Boa Vista, na fazenda Limoeiro, a dois quilômetros da sede municipal, medindo mais ou menos 100 metros de altura.

A lagoa dos Mastros, situada entre os povoados Aldeia e Areias. Não é navegável, mede aproximadamente 15 metros de profundidade, 1 800 metros de comprimento por 200 metros de largura, com o perímetro de cêrca de 2 600 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, dispõe o município entre os seus recursos naturais de barro (argila), cal de pedra, pedra para construção e sal marinho, cuja produção, em 1956, chegou à casa dos 500 mil cruzeiros. No reino vegetal, conta o município com lenha para consumo doméstico, tendo a produção do referido ano de 1956 atingido a cifra de Cr$ 2 500 000,00. No reino animal o município produziu 24 toneladas, entre peixe e camarão, cujo valor subiu à casa dos 800 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Na época em que se processou o VI Recenseamento Geral do Brasil (1.º de julho de 1950), Santo Amaro das Brotas somava 5 091 habitantes, sendo

Pôsto do S.E.S.P.

Pôrto fluvial

2 604 homens e 2 487 mulheres. Houve naquela ocasião um excesso de 127 homens em confronto com o total de mulheres. A densidade demográfica do município foi de 22,427 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população de todo o território de Santo Amaro das Brotas segundo a côr, notamos predominância dos pardos, que formavam a parcela mais numerosa com 3 796 pessoas, ou seja, 74,50% da população total, vindo a seguir a côr branca com 841 indivíduos, ou seja, 16,50%, e finalmente a preta com apenas 445 habitantes. Ainda de acôrdo com o Censo de 1950, distribuindo-se a população de 15 anos e mais segundo o estado civil, encontramos: casados — 1 436, solteiros — 967, viúvos — 271 e desquitados — 31. Como se vê, o número dos casados é o predominante, em relação aos demais estados civis.

Em 1950, tendo em vista os resultados censitários, a população do quadro rural era superior à da sede: rural — 3 318 habitantes; urbana — 1 117 habitantes e suburbana — 656 habitantes. Como se vê, 65% da população total do município residiam na zona rural. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Santo Amaro das Brotas para 1.º de julho de 1956 seria de: sede municipal — 1 969 habitantes; zona rural — 3 687 habitantes, num total de 5 650 habitantes.

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana de maior relevância no município é a da cidade de Santo Amaro das Brotas, que, de acôrdo com os resultados censitários de 1950, era de 5 091 habitantes. Além da urbe, há no município os seguintes núcleos — Fleixeiras, 450 habitantes, Planta — 288 habitantes, Areias — 283 habitantes, Aldeia — 276 habitantes e Curral do Meio — 240 habitantes, por estimativa baseada em coeficiente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Consoante o Recenseamento Geral do Brasil, levado a efeito a 1.º de julho de 1950, cêrca de 28,48% de sua população de 10 anos e mais de idade desenvolvia sua principal atividade na agricultura e, em menores percentagens, vinham a indústria, com 215 pessoas; o comércio, com 26; e outras, com 190 pessoas.

O montante da sua produção agrícola em 1956 alcançou a cifra de 17 081 200 cruzeiros. O quadro seguinte espelha as principais lavouras do município e os corres-

pondentes dados numéricos referentes ao ano de 1956:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	32 000	8 000
Côco	25	6 150
Feijão	105,5	1 267
Mandioca	5 240	1 448
Milho	72	216

COMÉRCIO E BANCOS — No município há 15 estabelecimentos comerciais varejistas, sendo 8 nos povoados e 7 na sede municipal, que comerciam com a praça de Aracaju. Não há em Santo Amaro das Brotas agências bancárias e nem correspondentes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe de transportes rodoviário e fluvial, e a cidade de Santo Amaro das Brotas está ligada às sedes dos municípios vizinhos, da seguinte maneira: Carmópolis, rodovia (28 quilômetros); Japaratuba, rodovia (40 quilômetros); Laranjeiras, rodovia (19 quilômetros); Maruim, rodovia (7 quilômetros); Nossa Senhora do Socorro, rodovia (27 quilômetros); Rosário do Catete, rodovia (15 quilômetros) e Barra dos Coqueiros, fluvial (18 quilômetros).

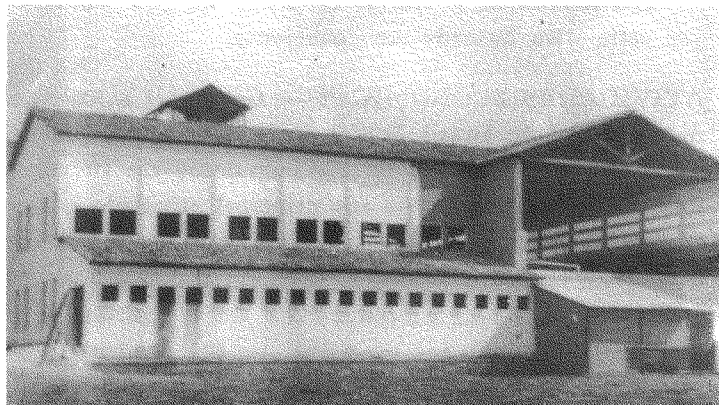
A cidade de Santo Amaro das Brotas está ligada à Capital do Estado por 43 quilômetros de rodovia e 18 quilômetros por via fluvial.

O município de Santo Amaro das Brotas é servido por uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A urbe conta com 15 logradouros públicos, 14 sem pavimentação, uma rua calçada parcialmente a pedras irregulares e uma rua e duas praças arborizadas. Nenhuma, entretanto, é ajardinada. É servido de energia elétrica, cujas ligações domiciliárias somam 120, nos 15 logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é dotado de um Pôsto Médico Municipal fundado em 1954. Proporciona assistência médica à população. Êste estabelecimento não é especializado; as suas atividades concentram-se na clínica médica. O médico visita êste Pôsto uma vez por semana, mas há um enfermeiro prático que reside na cidade e presta assistência dentro da sua profissão.

Há uma farmácia dirigida por um farmacêutico prático.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Foi concluído em agôsto de 1957 um prédio onde funcionará o Serviço Cooperativo de Saúde, órgão instituído por um convênio firmado entre o Govêrno do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública que prestará assistência à coletividade de Santo Amaro das Brotas.

Vista parcial da Usina Caraíbas

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população do município com 5 e mais anos de idade totalizava 4 234 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 770, cuja percentagem atingiu 41,80%. Naquela oportunidade os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 61; o grau médio, 14, e apenas 1 tinha curso superior.

Ensino — Em 1956, existiam no município 16 estabelecimentos de ensino primário comum, 8 dos quais estão situados nos povoados, isto é, na zona rural. O município não dispõe de unidades de ensino que ministrem grau de instrução além do fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte mostra o movimento financeiro do município bem como a despesa realizada, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	93	361	316	36	336
1951	63	308	315	46	177
1952	91	351	423	57	296
1953	227	425	684	73	665
1954	135	448	573	78	809
1955	239	622	636	73	391
1956	180	949	934	90	416

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A religião católica predomina no seio da população, conforme apurou o Serviço Nacional do Recenseamento em 1950: dos 5 091 habitantes do município, 4 967 declararam-se adeptos do catolicismo, 82 manifestaram-se pertencentes ao protestantismo, 10 disseram cultivar o espiritismo e 15 pessoas confessaram-se pertencer a outras religiões. Conclui-se que 97,50% dos habitantes de Santo Amaro das Brotas são católicos.

O município pertence à paróquia de Santo Amaro das Brotas, eclesiàsticamente subordinada à Diocese de Aracaju, freguesia das mais antigas do Estado de Sergipe, como se pode verificar do seu histórico. A sua igreja foi construída no ano de 1728, pelos Jesuítas.

A principal festa religiosa é a do padroeiro, Santo Amaro, realizada com muito entusiasmo e fé. Consta de novena, encerrando-se no dia 15 de janeiro, com piedosa e concorrida procissão. Esta festa atrai muita gente do interior do município bem como dos municípios mais próximos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município de Santo Amaro das Brotas adotam o gentílico de santo-amarenses.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Helber José Ribeiro. A Câmara Municipal é constituída com cinco vereadores.

O colégio eleitoral era de 1 874 cidadãos inscritos. Votaram 960 eleitores, verificando-se uma abstenção de 48,7%.

(Elaboração de Abdias Batista e Silva, Agente de Estatística; Carivaldo Ferreira Lima, Agente de Estatística do Município).

SÃO CRISTÓVÃO — SE

Mapa Municipal na pág. 373 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do município de São Cristóvão foi a primitiva capital de Sergipe.

Cristóvão de Barros, tendo vindo realizar, pelas armas, a conquista do território sergipano, que se achava sob o domínio do gentio, aliado a piratas franceses, aqui chegou pelos fins de 1589.

Penetrando pelo sertão, em escaramuças sucessivas com os naturais, fê-los recuar para o litoral, onde já havia outras tribos e, aí, na noite de 1.º de janeiro de 1590, travou-se decisivo combate, na várzea do rio Vasabarris, saindo Cristóvão de Barros vitorioso.

O conquistador, após cuidar dos feridos fêz levantar um Forte, junto à foz do rio Sergipe, também conhecido como rio Cotinguiba, num istmo que hoje não existe mais e, no mesmo local, fundou uma povoação, à qual deu o nome de cidade de São Cristóvão, em honra ao santo do seu nome.

Esta povoação seria a Capital da nascente Capitania de Sergipe. Os historiadores não sabem precisar a data (dia e mês) de fundação, porque nenhum documento conhecido a revela. Por outro lado subsistem dúvidas a respeito do local exato em que a povoação fôra erguida.

Felisbelo Freire admite a opinião de Vernhagem, segundo a qual se tenha dado o levantamento do Forte, bem como do primitivo povoado, próximo ao rio Poxim, onde êste faz barra no Cotinguiba; ("História de Sergipe", página 25); já Barleus dá o local como tendo sido na Barra dos Coqueiros, na confluência do rio Pomonga com o Cotinguiba.

Acha Felte Bezerra que o arraial foi fundado à margem direita do Cotinguiba, perto de sua barra e cita frei Jaboatão, que diz: "Desocupada a terra de bárbaros, fundou Cristóvão de Barros a cidade, junto do rio Sergipe, perto da barra, com o nome de São Cristóvão, do qual sítio a mudaram os moradores para a barra do Poxim, em um outeiro escalvado e por experimentarem ser o lugar insuficiente a trasladaram para êste onde hoje está" (Felte — "Investigações Hist.-Geográficas de Sergipe", págs. 37 e 38). Entretanto, Clodomir Silva sustenta que o local primitivo é o outeiro de Santo Antônio, junto ao Pôrto da Areia — hipótese pouco provável.

Prefeitura Municipal

Grupo Escolar Vigário Barroso

Efetivamente, a cidade sofreu sucessivas mudanças até firmar-se no local em que hoje se encontra, à margem do Paramopama, afluente do rio Vasabarris. A primeira transferência deu-se entre 1595 e 1596, por motivo de segurança contra possíveis ataques dos franceses que buscavam reconquistar o território do qual foram banidos e que, conhecendo sobejamente o rio Cotinguiba poderiam penetrar-lhe a foz com uma esquadra e surpreenderem a povoação num ataque fulminante.

O novo local escolhido foi uma elevação que ficava próxima à barra do rio Poxim e não muito distante da primeira. Quer-nos parecer tenha sido êste apontado errôneamente por Clodomir Silva, como o da primeira povoação.

Manoel dos Passos em 1920 escreveu que êste local é "vizinho às margens do rio Pitanga em o qual ainda hoje se vêem vestígios de alicerces e um carcomido pedaço de cruz segura a uma peanha".

Sôbre a segunda mudança de São Cristóvão não há referências positivas de datas, sendo que a maioria dos historiadores acredita haver o fato ocorrido ainda antes de 1607. Não se sabe, também, a causa da nova transferência, que desta vez se realizou para bem distante, às margens do Paramopama.

Sôbre êstes fatos nos fala, também, o Bispo D. Marcos Antônio de Souza, na sua "Memória da Capitania de Serzipe" (pág. 6), escrita em 1808: "Depois de ganhar muitas vitórias e de ter afugentado os índios para os remontados sertões, (Cristóvão de Barros) fundou no sítio denominado Aracaju, perto da barra por onde deságua no mar o rio Sergipe (ou Cotinguiba), uma cidadela, à qual apelidou, para memória do seu nome, cidade de São Cristóvão de Sergipe d'El Rei. Dêste lugar foi mudada pelos moradores, com aprovação do govêrno, para um outeiro escalvado junto à barra do rio Poxim para que, como de uma atalaia, pudessem ver os inimigos, que houvessem de entrar tanto pelo rio Sergipe, como pelo Vasabarris. Segunda vez foi trasladada para uma campina próxima à corrente do sobredito Vasabarris, onde atualmente se acha situada".

O nome da cidade sofreu alterações a princípio, sendo chamada São Cristóvão, São Cristóvão de Sergipe d'El Rei ou ainda cidade de Sergipe de El Rei, como aparece nalguns mapas antigos. Todavia, diz Felte Bezerra, que "am-

Rua Benjamin Constant

bas as expressões, ao que parece, cidade de São Cristóvão ou de Sergipe del Rei, teriam sido usadas simultânea e indiferentemente; mas a cidade, embora por duas vêzes transferida, sempre se chamou São Cristóvão" ("Investigações Hist.-Geográficos de Sergipe", pág. 40-41).

Tendo estabelecido as bases da Capitania, regressou Cristóvão de Barros à Bahia, deixando, à testa do govêrno de Sergipe, Tomé da Rocha (1591-1595), o qual foi sucedido por Diogo de Quadros (1595-1600) Manoel Miranda Barbosa (1601), Cosme Barbosa (1602).

A nova São Cristóvão passou os seus primeiros anos de vida sem maiores transtornos na sua história, a dirigir os primeiros passos de Sergipe, no rumo da sua colonização. De lá começaram a expedir-se, pelos seus capitães-mores, as primeiras Cartas de sesmarias visando povoar-se o território sergipano, num impulso de penetração que ia do sul e, depois, do leste, para o oeste.

Simão de Andrade, foi o primeiro a adquirir terras no interior de São Cristóvão, entre Cahipe e o Vasabarris, em 1599, seguindo-se-lhe Francisco Rodrigues, Gaspar de Souza e daí por diante vários outros, numa colonização intensa do Vasabarris e nas margens do Paramopama.

Em 1637, irrompe a invasão holandesa em Sergipe e São Cristóvão, como cabeça da Capitania, sofre o seu trágico batismo de fogo.

A 30 de março chega à cidade o exército luso-brasileiro do Conde Bagnuolo, que vinha de Pôrto Calvo, batido pelas tropas holandesas. Em São Cristóvão, Bagnuolo assenta o seu quartel-general, encetando contra o inimigo, que se aproxima, uma guerra de emboscadas, até que, sentindo as desvantagens de um combate frente a frente, abandona a cidade fugindo para a Bahia, não sem antes mandar fazer devastações pelas ruas e os arredores, a fim de que as fôrças inimigas não encontrassem muito o que aproveitar.

A 17 de novembro as tropas de Maurício de Nassau penetram os muros de São Cristóvão, que encontram indefesa e a incendeiam e destroem.

A êste tempo São Cristóvão já possuía 100 fogos (casas), uma misericórdia e dois conventos.

Reconstruída São Cristóvão pelos seus moradores, os holandeses fazem dela uma fortificação.

Em 1640, torna-se a cidade em novo teatro de lutas entre fôrças portuguêsas e os holandeses, ferindo-se a batalha em 1.º de agôsto, da qual as tropas portuguêsas saíram vitoriosas, marcando uma etapa decisiva na retomada de Sergipe para o domínio de Portugal.

Em 1641, Andreas, um dos comandantes holandeses, penetrando pela barra do Vasabarris, arvora bandeira de paz e sendo recebido sem hostilidade desembarca e apodera-se de surprêsa, da cidade.

Felipe Camarão cerca São Cristóvão por algum tempo, visando retomá-la de Andreas, mas, faltando recursos, levanta o cêrco. Em 1642, a Capitania de Sergipe é doada pelo Supremo Conselho da Administração dos Estados Gerais das Províncias Unidas Neerlandezas no Brasil, a Nunin Olfers, ficando assim, São Cristóvão, em poder dos holandeses.

Em 1645, tendo sido conquistado o Forte Maurício pelas tropas luso-sergipanas, cai também São Cristóvão, como reduto dos holandeses, ante o cêrco de D. João de Souza, sendo prêso na cidade, o comandante holandês, Van Vagels.

Expulsos os holandeses, para sempre, da Capitania, volta São Cristóvão a desempenhar o seu papel de Capital nas providências de natureza político-administrativas, para a recuperação do território sergipano devastado e restauração da ordem.

No período turbulento da última metade do século XVII, ao qual Cândido Mendes chama "período de obscurantismo", por se caracterizar pelos desmandos e indisciplinas de tôda espécie, a Capital de Sergipe sofreu o embate de tôdas estas lutas e por mais de uma vez foi invadida por desordeiros ou revoltosos.

Em 1654, a Câmara do município desentende-se com o governador, capitão-mor Pestana de Brito, por causa das arbitrariedades dêste e faz contra o mesmo uma série de representações ao Governador da Bahia, que resultam na destituição do referido capitão-mor, que, depois, reposto, é outra vez destituído, em outubro de 1656.

Chefia então, Pestana de Brito, um movimento revolucionário, ocultando os seus propósitos de pura recuperação do poder, com a idéia da emancipação de Sergipe, do Govêrno da Bahia e, fazendo grande número de adeptos, ocupa São Cristóvão, cujos habitantes fogem.

Em março de 1657, o movimento é sufocado com as ordens terminantes vindas da Bahia e Pestana de Brito é prêso.

Palácio Provincial

Igreja-Matriz de São Cristóvão

Em 1658, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque organiza a aldeia de Água Azêda no município de São Cristóvão, aí reunindo diversos índios da capitania e dando-lhes um diretor espiritual. Por esta época, os índios viviam em constantes revoltas pelas aldeias.

Em 1670, o povo e a Câmara da cidade depõem o capitão-mor Jorge Rabelo Leite, por abuso do poder, o qual, reposto pelo governador-geral, foi logo depois destituído novamente, por esta última autoridade, numa satisfação aos ânimos populares.

Pelo fim do século XVII, Sergipe foi transformado em comarca da Bahia.

Em 1694, os camaristas são-cristovenses, em carta de 2 de junho, ao governador-geral, reclamam a necessidade da criação da ouvidoria de Sergipe "porque assim se evitará o grande prejuízo que aquêle povo padecia, que como os juízes eram homens de capa e espada e os ouvidores sem ciência nem experiência, ignoravam as leis," etc.

A 16 de fevereiro de 1696 foi criada a ouvidoria, sendo o primeiro ouvidor o Dr. João de Sá Souto Mayer.

Em 1710, São Cristóvão sofre nova invasão, desta vez dos habitantes de Vila Nova, por questões ligadas à cobrança de tributos na Capitania. Contra êstes tributos, aliás que são taxados pelo governador-geral da Bahia, em favor da Coroa, reclama também a Câmara de São Cristóvão, a qual, depois, impetra perdão para os revoltosos, sendo-lhe a graça negada.

Novo ataque à cidade é feito, em 1763, por parte dos negros fugidos em mocambo e dos índios, aos pretos aliados, em represália às perseguições que vinham sofrendo dos colonos e das autoridades da comarca.

À entrada do século XIX a Capital de Sergipe já apresentava diversos edifícios importantes. O município tinha uma população de 6 400 habitantes, uma produção de 123 000 cruzados anuais para um consumo de 37 000. Era de 10 o número de engenhos aí instalados. (Felisbelo Freire — "Hist. de Sergipe", pág. 205).

Tendo sido Sergipe emancipado da tutela da Bahia, pelo Decreto de 8 de julho de 1820, em 19 de fevereiro de 1821 chega a São Cristóvão o primeiro governador, Carlos Cezar Burlamaque, nomeado pelo Rei, e no dia 20 toma posse do cargo, perante a Câmara, o ouvidor pela lei, as autoridades eclesiásticas, os prelados das Ordens, as autoridades civis, os chefes oficiais superiores dos Corpos, capitães-mores e mais oficiais das ordenanças e perante o povo.

Êste govêrno não teve porém duração, porque a Bahia, insurgindo-se contra a emancipação, envia tropas a São Cristóvão que depõem o governador e o levam prêso a Salvador, logo no mês de março do mesmo ano.

São Cristóvão ficou impossibilitada de lutar contra o inominável ato de desrespeito à independência de Sergipe, porque grande número dos detentores do poder, àquela época, fazia parte do partido recolonizador, movidos aquêles, por interêsses pessoais ou de grupo.

Entretanto, a 5 de maio de 1822, a Câmara são-cristovense, sob a presidência do capitão Luiz Francisco Freire e com assistência de autoridades civis e militares e do povo, dirige uma representação a D. João VI e ao Congresso das Côrtes Portuguêsas pedindo a emancipação e independência da Capitania.

Neste mesmo ano, através de várias manifestações de caráter cívico, São Cristóvão toma parte ativa nos sucessos da independência do Brasil e da sua consolidação.

Em outubro de 1822, chega o general Labatut à capital sergipana e, sob aclamação entusiástica do povo, instala um govêrno provisório, independente da Bahia, representado por uma Junta Governativa composta das seguintes pessoas: coronel da Legião de Santa Luzia, Guilherme José Nabuco de Araújo, Governador das Armas; capitão José Mateus da Graça Leite Sampaio, Presidente da Junta; Vigário-Geral Serafim Álvares da Rocha, Secretário; reverendo João Francisco de Menezes Sobral, sargento-mor Dionízio Rodrigues Dantas e coronel Domingos Dias Coelho Melo, membros.

Escola Agrotécnica Benjamin Constant

A 1.º de dezembro, perante enorme assistência, a Câmara de São Cristóvão faz solene aclamação a D. Pedro I, dirigindo-se todos em seguida à igreja, onde é celebrado solene "Te Deum". O exemplo dos camaristas são-cristovenses irradia-se por tôda a capitania provocando a manifestação das demais Câmaras.

Em fevereiro de 1823, o povo da cidade, indignado contra o procedimento desleal do governador Barros Pimentel, que se recusa a dar cumprimento a uma ordem do Conselho Interino da Bahia, no sentido de mandar eleger um Conselho de 5 membros, considerando que Sergipe já era Província Independente — reúne-se e dirige-se à Câmara, pedindo providências contra o gesto de Barros Pimentel, lesivo aos interêsses políticos sergipanos e, a Câmara, após uma série de medidas, acaba por acusar o governador de traição e determinar a sua prisão, bem como aos seus colaboradores, brigadeiro Pedro Vieira de Melo e outros, todos membros do antigo partido recolonizador.

Em abril de 1824, a conjunção de novas fôrças políticas organizadas contra o povo, tendo à frente altos chefes militares ambiciosos, rebela-se contra o governador legal, brigadeiro Manoel Fernandes Silveira, o qual, sem apoio da Fôrça, foge para a Estância e daí lança uma proclamação ao povo e aos soldados, pedindo a êstes que abandonem os seus comandantes e se unam à população, para salvar a legalidade e a independência de Sergipe.

A proclamação surte efeito, sendo o Presidente reintegrado no Govêrno, a 8 de maio do mesmo ano.

Entretanto, nova revolta se arma, mais tarde, graças ao personalismo excessivo do comandante das armas, Manoel da Silva Daltro, que se desentende com o Govêrno. Daltro, porém, é dominado e destituído do cargo, triunfando a causa da legalidade.

Por ocasião da maioridade de Pedro II, novos transtornos operan-se na província, nos quais o povo de São Cristóvão toma parte ativa, pedindo a deposição do Vice-Presidente suspeito de traição aos interêsses de Sergipe e do Brasil, em conluio com os portuguêses.

Em 1845, foi desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, de Itaporanga, pela Lei n.º 135, de 30-I-1845. Nove anos depois, em 10 de maio de 1854, pela Lei n.º 387, foi criada a vila de Itaporanga (hoje Itaporanga

Avenida José do Prado Franco

Estação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

d'Ajuda), com o seu território desmembrado do município de São Cristóvão.

Em 1855, dá-se, afinal, a mudança da capital de Sergipe para as praias de Aracaju e São Cristóvão, cheia das cicatrizes de suas lutas heróicas, marcadas através de 250 anos de história, lança o veemente protesto de sua altiva Câmara, em sessão de 28 de fevereiro de 1855, não sendo, porém, atendida.

Com a efetivação da mudança da Capital, São Cristóvão entra numa fase de natural decadência, depois de ter sido por quase três séculos, no dizer de Bonifácio Fortes, o "centro político, administrativo, econômico, espiritual e social de Sergipe".

Por muitas décadas, do seu passado de glórias restaram, apenas, como marco que o tempo não conseguiu apagar, o conjunto arquitetural de suas vetustas igrejas e conventos, e sobrados coloniais.

Entretanto, a partir de 1910, São Cristóvão resurge, como a fênix lendária.

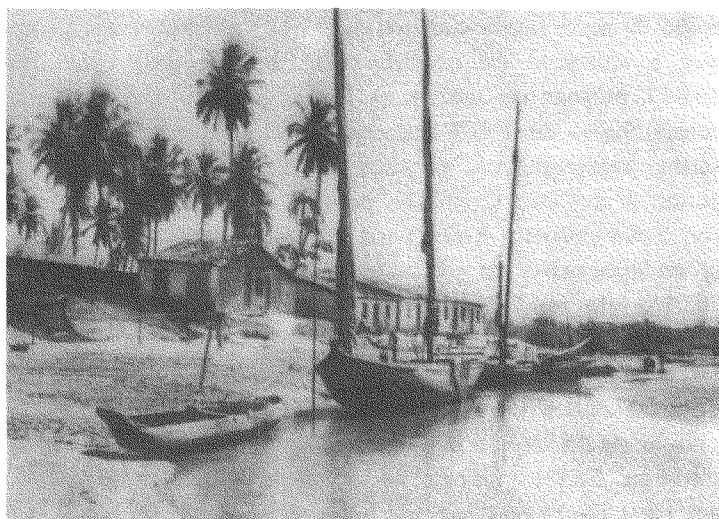
As terras fertilíssimas do seu município, a vantajosa posição geográfica da cidade à barra de um rio navegável, os excelentes mananciais de água que a circundam, e, pouco depois, as facilidades de transporte rodoviário e ferroviário, para Aracaju, são fatôres que o seu povo procura logo aproveitar, para desenvolver o progresso da cidade e do município.

Em dezembro de 1911, instala-se na cidade uma grande fábrica de tecidos, a atual Emprêsa Industrial São Cristóvão.

Em 1913, chegam por lá os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, hoje encampada pela Rêde Ferroviária Federal S. A., ligando São Cristovão com Aracaju e com a capital da Bahia.

Daí em diante, desenvolve-se o surto industrial no município são-critovense: novas fábricas se instalam, no interior e na sede e a população cresce.

Atualmente São Cristóvão dispõe de duas grandes fábricas de tecidos, 2 usinas de açúcar e diversos estabelecimentos industriais menores. O seu comércio é, também, relativamente desenvolvido.

A fisionomia da cidade renova-se com a construção de novos prédios, embora predomine o aspecto austero de cidade colonial, impôsto pelo grande número de templos

Pôrto São Francisco

e edifícios antigos e por uma lei que veio preservar a sua atmosfera romântica e evocativa. Trata-se do Decreto-lei n.º 94, de 22-VI-1938, que considera a cidade de São Cristóvão "Monumento Histórico" e que proíbe construções que alterem o aspecto histórico da localidade.

Sôbre a evolução administrativa e judiciária da comuna, verifica-se o seguinte:

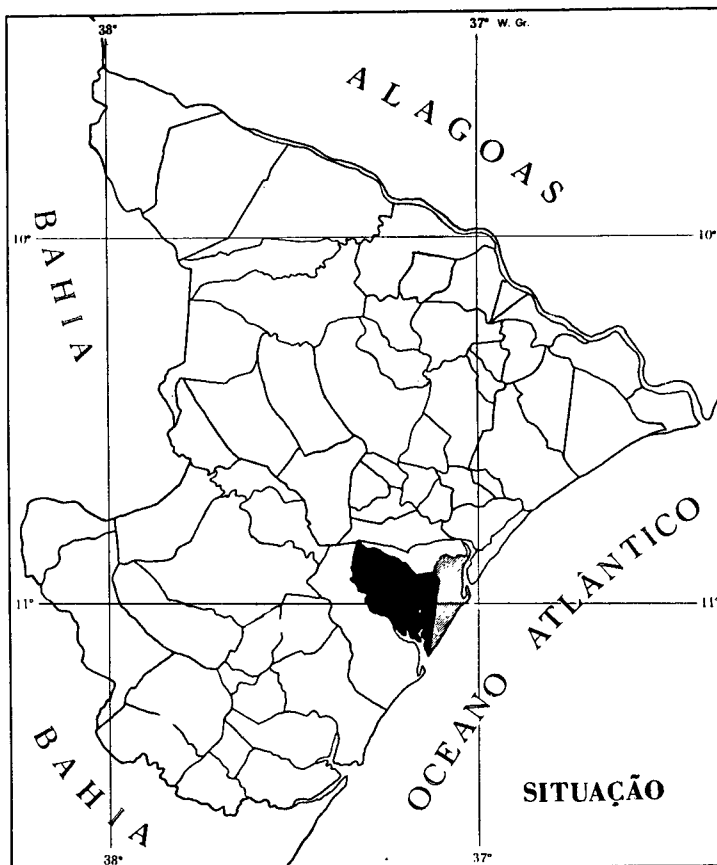
Mudada a Capital para Aracaju, em 17-III-1855, foi extinta a comarca de São Cristóvão, transformando-se em têrmo, pela Resolução n.º 461, de 20-II-1857.

Em 25-IV-1874, pela Resolução n.º 974, a comarca de São Cristóvão foi restaurada, compreendendo os têrmos de São Cristóvão, e Itaporanga (atualmente Itaporanga d'Ajuda).

Proclamada a República, foi a comarca de São Cristóvão novamente extinta pela Lei n.º 3, de 19-IX-1891, ficando Itaporanga anexada à comarca de Aracaju. A Lei n.º 3 foi revogada pelo Decreto n.º 17, de 28-XI-1891 e pela Constituição Estadual de 1892 e ainda, pelo Decreto n.º 43, de 1893, mas a extinção da comarca de São Cristóvão foi mantida. Como têrmo, houve em São Cristóvão juízes preparadores até 1896. De 1903 a 1923, houve juízes municipais.

A comarca foi restaurada em 1923, ficando compreendidos os têrmos de São Cristóvão, Itaporanga e, provávelmente, Laranjeiras.

Em 1937, é novamente extinta, voltando São Cristóvão a pertencer à comarca de Aracaju, acompanhada do têrmo de Socorro. Nova restauração se dá, pelo Decreto n.º 152, de 24-V-1944 e foi reinstalada festivamente, no dia 6-VI-1944. A comarca de São Cristóvão compreendia então os têrmos de São Cristóvão e Itaporanga d'Ajuda, o qual foi desmembrado e transformado em comarca, em outubro de 1951.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Cristóvão situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral Sergipano, entre os rios Poxim Assu, ao norte e Vasabarris ao sul e sudoeste, tendo por municípios limítrofes Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e Itaporanga d'Ajuda. A sede municipal acha-se localizada ao sul do território do município e à margem esquerda do rio Paramopama, cortada também, pela ferrovia da antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, hoje Rêde Ferroviária Federal S.A. As coordenadas geográficas da referida sede, são: 11° 00' 59" de latitude Sul e 37° 12' 09" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, apenas 19 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 3 metros na sede municipal.

CLIMA — Apresenta São Cristóvão um dos climas mais amenos do Estado, com uma temperatura cuja média das máximas não vai além dos 28,1°C e cuja média das mínimas mantém-se em 25,9°C, sendo a média compensada 27 gráus centígrados.

Os meses de chuvas freqüentes são abril, maio e junho.

ÁREA — De 390 quilômetros quadrados, é a área do município; portanto, São Cristóvão tem uma extensão territorial do tipo médio, em Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — De modo geral a superfície do município apresenta pequenas elevações, alcançando maiores saliências as serra do Gonçalo e do Brito. Entre os rios que correm pelo município, são principais pelo volume de água ou pela importância econômica ou geográfica que assumem: o Vasabarris, que separa o município do de Itaporanga d'Ajuda e é navegável por tôda a sua extensão no território são-cristovense, até a barra: forma, no seu curso, as ilhas adiante mencionadas; o Paramopama, afluente do Vasabarris; nasce a noroeste da sede municipal e desce na direção norte-sul, banha a cidade tornando-se navegável daí por diante até a sua barra; o Santa Maria, outrora chamado Aguapetiba, nasce no município de Aracaju e deságua por duas bôcas no Vasabarris; o Poxim Assu, que nasce no município de Itaporanga d'Ajuda e penetra no de São Cristóvão, cortando-o pelo norte paralelo ao Poxim Mirim até receber êste nos limites com

o município de Nossa Senhora do Socorro; dêste ponto passa a servir de linha divisória com o município de Nossa Senhora do Socorro, até penetrar nos limites do município de Aracaju; o Poxim Mirim, que tem suas cabeceiras entre os territórios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, corre de oeste para leste, dividindo êstes dois municípios até desembocar no Poxim Assu; o Mosqueiro, que banha o povoado Mosqueiro; o Comprido, que nasce a oeste do município, corre na direção norte-sul, desaguando no Vasabarris; o Pitanga, que nasce na Lagoa Aningas, corre de oeste para leste, indo desaguar no Poxim Assu, já no município de Aracaju. Ilhas: Grande, no rio Vasabarris, com cêrca de 20 quilômetros quadrados de superfície; Veiga e Paiva com 8 e 2 quilômetros quadrados, respectivamente. Lagoas: apenas a lagoa Comprida, com cêrca de 1 quilômetro quadrado.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de São Cristóvão conta com apreciáveis reservas naturais de riquezas de origem mineral, vegetal e animal. Suas salinas produziram, em 1956, cêrca de 240 toneladas de sal. A extração de barro (argila) para fabrico de telhas e tijolos foi de 15 toneladas e a de cal de pedra e de mariscos, ascendeu a 85 toneladas. As espécies vegetais que são extraídas no município, constituem grande variedade de cipós para fabricação de cestos, raízes de ipecacuanha, frutas de jurubeba e ouricuri, castanhas de caju, cascas de mangues, lenha para combustível, madeira para construção e carvão vegetal. A produção de lenha em 1956, foi uma das mais altas do Estado, atingindo cêrca de 115 000 metros cúbicos, importando em quase 7 milhões de cruzeiros. A produção de carvão, que em grande parte é exportada para Aracaju, alcançou 35 toneladas e a de madeira montou em 35 000 metros cúbicos.

Nos rios de São Cristóvão encontra-se grande quantidade de peixes de diversas qualidades. Em 1956, a produção de peixes e mariscos do município sómou 39 toneladas.

Segundo estimativas feitas com base em cuidadoso inquérito estatístico, tôda a produção extrativa do município de São Cristóvão alcançou o valor aproximado de 9 milhões de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, São Cristóvão possuía uma população total de 17 359 habitantes, sendo 7 980 homens e 9 379 mulheres. A população da sede municipal era de 6 742 habitantes, enquanto que a existente no quadro rural andava pela casa das 10 617 pessoas de ambos os sexos. A população da sede compunha-se de 2 829 homens e 3 913 mulheres, havendo assim, predominância sensível da população feminina. Segundo a côr, São Cristóvão possuía, em 1950, 5 460 brancos, 3 094 pretos e 8 836 pardos, predominando, assim, surpreendentemente, os pardos, na ex-Capital de Sergipe, com 50,09% do total demográfico. Em religião prepondera a católica romana, com 97,62% da população total (16 945 católicos). O número de membros de outras religiões soma 414. Os dados demográficos, segundo o estado civil das pessoas de 15 anos e mais, são os seguintes: casados, 4 085; solteiros, 5 520; viúvos, 741 e desquitados, apenas 1. De um total de 14 602 habitantes de 5 anos e mais de idade, 5 009 sabiam ler e escrever e, quanto à população trabalhadora, 2 231 trabalhavam na agricultura e pecuária; 3 147, na indústria e comércio; e 4 964, em afazeres domésticos.

Cia. Industrial São Gonçalo (Fábrica de Tecidos)

São Cristóvão em 1950 tinha uma densidade demográfica de 44,510 habitantes por quilômetro quadrado.

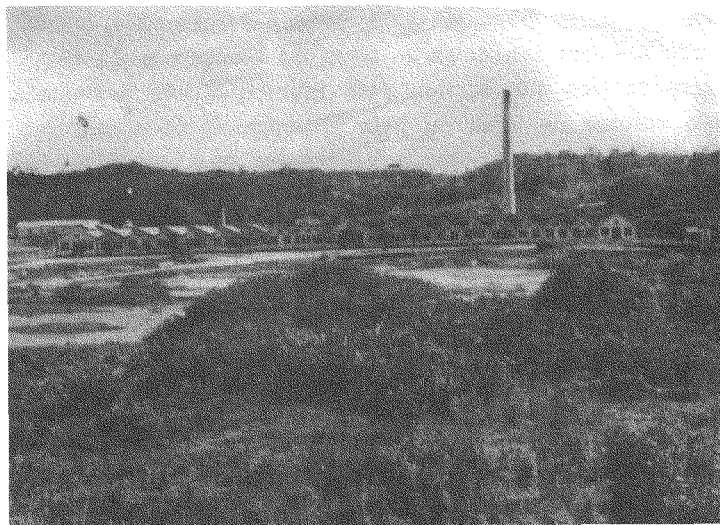
As últimas estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística, sôbre a população em 1.º-VII-1956 e com base nos dados de 1950, davam para o município um total de 19 285 habitantes, sendo 7 490 na sede municipal e 11 795 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — São em número de 13 as aglomerações urbanas existentes em todo o município. Eis as principais: a sede municipal, cuja população já foi informada no capítulo anterior; os povoados de Colônia dos Pintos, com cêrca de 1 000 habitantes; Mosqueiro, com 546; Várzea da Colônia, com 539; Aldeia, com 442 e Cardoso com 361 habitantes. Os demais povoados, com populações menores, são: Rita Cacete (que é ponto de parada de trens da Ferrovia que por ali passa), Miranda, Merém, Caípe Velho, Cabrita e Ilha Grande.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades da população do município de São Cristóvão acham-se regularmente divididas entre a agricultura e pecuária e a indústria, ocupando esta última 3 147 pessoas e as duas primeiras 2 231 trabalhadores. No total dos que trabalham na indústria acham-se evidentemente incluídos os que trabalham na indústria rural, esta compreendendo, também, as Usinas de Açúcar que São Cristóvão possui, localizadas no interior, em número de duas, com perto de uma centena de operários.

A indústria é o ramo de atividade que contribui com maior volume e valor para a economia são-cristovense.

Há duas importantes fábricas de tecidos, na sede municipal, que tiveram uma producão de mais de 10 milhões de metros de tecidos, em 1956, num valor que ultrapassou os 100 milhões de cruzeiros.

O inquérito do Registro Industrial de 1957, sôbre o movimento industrial de 1956, registrou em São Cristóvão um total de 98 estabelecimentos fabris, com uma produção total cujo valor andou alcançando a casa dos 120 milhões de cruzeiros, isto incluindo, é claro, a indústria extrativa do sal, da madeira para construção e da lenha para combustível, sôbre cujos aspectos já se fêz referência no capítulo de "Riquezas Naturais".

Hospital de Caridade N. S.ª dos Passos

Afinal, convém mencionar que a produção de açúcar das usinas de São Cristóvão, na safra de 1956, atingiu um volume de 30 610 sacas de 60 quilogramas, sendo o artigo da conhecida marca "Cristal".

Nas passadas eras do ciclo do açúcar, em Sergipe, São Cristóvão colocava-se na vanguarda dos municípios açucareiros, mercê da qualidade de suas terras apropriadas à cultura da cana e da sua prioridade, como cabeça da Capitania e da Província, no que se refere ao movimento colonizador sergipano.

Do grande número de engenhos que se distribuíam pelo interior do município, restam dois estabelecimentos que resistiram à transição para novo estágio econômico, adaptando-se às condições modernas com a transformação da maquinaria para os tipos de Usina mais ou menos atualizados.

Nos ramos da agricultura, São Cristóvão produziu, em 1956: cana-de-açúcar (20 560 toneladas, no valor de Cr$ 3 906 400,00), mandioca (3 250 toneladas, no valor de Cr$ 2 860 000,00), milho (1 100 sacas de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 198 000,00) e feijão (200 sacas de 60 quilogramas).

De real destaque é a produção de côco-da-baía, em que São Cristóvão se coloca como o segundo município maior produtor em todo o Estado, tendo produzido em 1956, 55 000 centos, ficando abaixo, tão-sòmente de Itaporanga d'Ajuda (90 000 centos em 1956). O valor da produção do famoso fruto da apreciada palmácea, do litoral do leste designado entre os botânicos pelo nome científico de "cocus nucífera", atingiu, no município de São Cristóvão, a significativa cifra de Cr$ 16 500 000,00.

A pesca é outro ramo de atividade no município que dá boa renda alcançando um valor de produção, em 1956, vizinho à casa de Cr$ 1 980 000,00.

Entretanto, a pecuária é de pequena significação, destacando-se apenas o rebanho de bovinos, com 10 000 cabeças e eqüinos com 2 400 animais.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal dispõe de 8 estabelecimentos comerciais grossistas e 33 varejistas. O interior possui 27 estabelecimentos do tipo varejista. As transações do comércio são feitas com as praças do Rio de Janeiro (Distrito Federal), São Paulo, Salvador, Maceió, Recife, Aracaju e Estância.

O movimento de cobrança por intermédio de Bancos é feito através de correspondentes que os principais dêstes estabelecimentos, em Sergipe, mantêm na sede do município de São Cristóvão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte ferroviário, rodoviário e fluvial. A ferrovia que mantém na sede municipal uma estação é a antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, atualmente encampada pela Rêde Ferroviária Federal S.A. O transporte fluvial é feito por pequenas embarcações (saveiros e canoas), que trafegam pelo rio Pomonga e Vasabarris até o oceano. A ligação da sede do município com a Capital do Estado e com as cidades vizinhas é feita através das seguintes distâncias. Aracaju, 34 quilômetros por rodovia, 28 quilômetros por ferrovia e 36 quilômetros por via fluvial; Nossa Senhora do Socorro, 30 quilômetros por rodovia e 39 quilômetros por ferrovia; Itaporanga d'Ajuda, 17 quilômetros por rodovia e 18 quilômetros por ferrovia.

Para Aracaju, há ônibus diàriamente.

São Cristóvão possui em sua sede municipal uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e serviços telegráficos mantidos na Estação ferroviária pela Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

A sede municipal comunica-se também por telefone com a Capital do Estado e com os municípios servidos pela Rêde Telefônica Sergipana.

ASPECTOS URBANOS — Conforme foi declarado no "Histórico", desta Monografia, a sede municipal de São Cristóvão é, por lei, considerada "Cidade monumento" Apresenta ela uma topografia curiosa e pitoresca com uma parte alta e outra baixa, pelo que os moradores locais costumam designar a uma ou a outra parte, "cidade alta" e "cidade baixa". A parte alta, edificada sôbre pequena colina é a mais antiga, onde se encontram os velhos e históricos edifícios, o antigo Palácio Provincial, sede do Govêrno ao tempo de São Cristóvão-Capital; conventos e igrejas seculares, orfanato e o vetusto sobrado onde funcionou a Assembléia Provincial, desde os tempos do Império e até à mudança da Capital para Aracaju.

A parte baixa é a mais moderna, onde se acham instaladas as fábricas e residências de operários. Aí já existem muitas casas com arquitetura atual.

A cidade de São Cristóvão dispõe de 62 logradouros públicos, dos quais 13 pavimentados a paralelepípedos e 6, a pedras irregulares.

Os edifícios religiosos da "urbs" são-cristovense são todos do estilo colonial, destacando-se os conventos do Carmo e de São Francisco, a igreja-matriz de Nossa Senhora da Vitória, a igreja do Amparo e, particularmente, a de São Francisco.

Há em São Cristóvão, 3 cinemas e 3 pensões, estas cobrando a diária média de Cr$ 100,00.

A iluminação pública da cidade bem como a movimentação de suas indústrias recebe a energia da Usina de Paulo Afonso, através da Emprêsa Industrial "São Cristóvão", que mantém uma fábrica de tecidos na cidade e é concessionária e distribuidora da energia da C.H.E.S.F.

É de 386 o número de ligações elétricas domiciliares.

30 — 24 935

São Cristóvão é dotado de Serviço de Abastecimento de Água Encanada, com 166 ligações.

O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal é de 22, 8 automóveis e 14 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade abriga 7 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico, prestando assistência à população. Os estabelecimentos de assistência médica são os seguintes: Pôsto Médico-Sanitário de Clínica Geral (cidade), Serviço de Assistência Médico-Social da Emprêsa Industrial de São Cristóvão (cidade), Serviço de Assistência Médico-Social do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem (cidade), Serviço de Assistência Médico-Social da Cia. Ind. São Gonçalo (cidade), Policlínica dos Pescadores (cidade), Pôsto Médico (povoado Colônia dos Pintos), Pôsto Médico (povoado Miranda), Pôsto Médico (povoado Pedrinhas), Serviços Médicos do Orfanato Imaculada Conceição (cidade), Serviços Médicos da Escola Agrícola "Benjamin Constant".

Há, também, 1 farmácia. Acha-se em construção um hospital.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — São Cristóvão tem o Orfanato da Imaculada Conceição, com 100 leitos, abrigando atualmente 97 crianças e dando-lhes assistência social. Há também a Associação Beneficente do Hospital de Caridade Nosso Senhor dos Passos, que não funcionou em 1956.

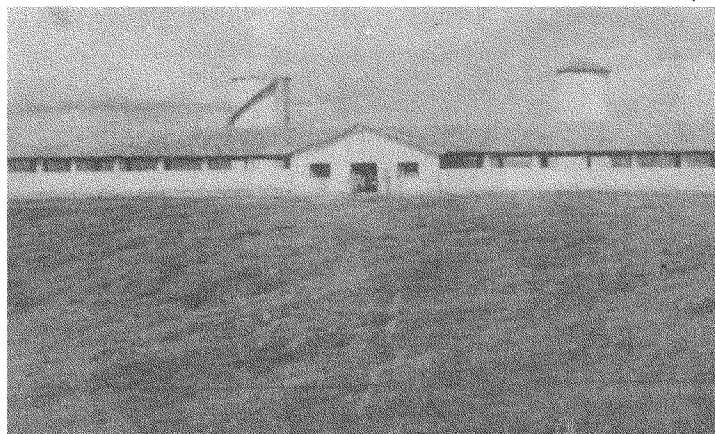
ALFABETIZAÇÃO — Verificou-se, pelo Recenseamento Geral de 1950, que, de um total de 14 602 pessoas de 5 anos de idade e mais, existentes no município àquela época, 34,30% (5 009) sabiam ler e escrever.

Ensino — Há em São Cristóvão 21 unidades do ensino primário geral, sendo 8 na sede do município e as restantes distribuídas pelos povoados. De estabelecimentos escolares de ensino não primário, existe 1 Escola Agrícola, 2 Escolas de ensino artístico e 2 de outra natureza, (arte culinária e economia doméstica).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na sede municipal, a Biblioteca "João Ribeiro", com 2 056 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas do município e a despesa realizada sòmente pela Prefeitura Municipal no período 1950-1956, acham-se demonstrados pelo seguinte quadro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 483	3 531	851	...	851
1951	3 623	4 696	997	553	883
1952	3 523	4 598	1 194	661	1 247
1953	4 533	5 090	1 630	860	1 297
1954	4 833	5 742	1 578	879	1 911
1955	7 293	7 043	1 848	1 155	1 214
1956	7 144	8 369	2 341	1 319	1 684

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há um monumento a Cristo Redentor, com 16 metros de altura, erguido na "Colina de São Gonçalo", distante 1 quilômetro da sede municipal e construído em 1924, no govêrno do Dr. Craccho Cardoso.

Estábulos da Escola Agrotécnica Benjamin Constant

Diversos templos católicos e edifícios outros situados na sede municipal são considerados monumentos históricos, por datarem de épocas muito afastadas do presente.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São Cristóvão é rica de manifestações religiosas tradicionais, por meio de festas e comemorações.

Legatária de todo um passado de alto fervor religioso em Sergipe, de que o número relativamente grande de igrejas e conventos erguidos pelos sítios e pelas cidades, principalmente pela antiga capital da Província — dá prova eloqüente, São Cristóvão ainda hoje conserva as suas romarias, as suas devoções, as suas festas religiosas populares. A principal delas é a festa dos Passos, celebrada pelo espaço de dois dias, no segundo sábado e segundo domingo da Quaresma. É uma romaria de penitência, conduzindo a imagem do Senhor dos Passos pela cidade. A referida imagem foi encontrada no Pôrto São Francisco, no rio Paramopama. Nada se sabe sôbre a sua procedência, porém consta que trazia o endereço: "São Cristóvão de Sergipe d'El Rei". Foi colocada na Igreja da Ordem Terceira do Carmo e logo os fiéis católicos votaram-lhe especial veneração, não tardando em serem atendidos, nos seus pedidos de graças, pelo que a fama de milagrosa, atribuída à imagem, propagou-se ràpidamente, ultrapassando até as fronteiras do Estado, de onde acorrem fiéis, todos os anos, para pagarem promessas ou renderem homenagem ao Senhor dos Passos. Realizam-se, durante a festa, duas procissões: a primeira tem início às 19,30 horas do sábado, conduzindo a imagem, velada, da Igreja da Ordem Terceira para a Matriz. No dia seguinte, é celebrada missa solene e à tarde a imagem, já descoberta, é conduzida em segunda procissão, parando por sete estações, onde se canta em honra aos sete passos de Jesus Cristo. Pouco depois da saída da imagem, em procissão, outro grupo de fiéis conduz, da Matriz, a imagem de Nossa Senhora da Soledade e na Praça São Francisco, onde se congrega enorme multidão, dá-se o encontro das duas imagens. Êste é o momento culminante, quando um dos sacerdotes, geralmente grande orador sacro, profere o "sermão do encontro". Terminado o sermão há o "Canto da Verônica", após o que a procissão se movimenta até a Igreja do Carmo Pequeno, onde as imagens são recolhidas. Muitos romeiros vencem determinado percurso da procissão, de joelhos ou conduzindo feixes de lenha, para fazerem penitência. A festa dos Passos, em imponência e fervor religioso e no número de fiéis de

várias partes de Sergipe e até de outros Estados, atinge proporções admiráveis. As demais solenidades religiosas são: Semana Santa — Os atos litúrgicos da Semana Santa são celebrados em São Cristóvão, todos os anos, com grande solenidade. Além dos atos próprios da liturgia, há, na Quinta-Feira Santa, uma procissão de homens, com lanternas e archotes, representando a prisão do Filho de Deus. Durante o trajeto canta-se a ladainha de Todos os Santos. A imagem conduzida é do Senhor dos Martírios, que passa pelas igrejas do Amparo, Carmo Pequeno, Matriz e São Francisco, terminando na Igreja da Misericórdia, na Praça São Francisco, onde é feito o sermão sôbre a prisão de Cristo. Mês de Maio — Celebram-se durante o mês, atos religiosos muito solenes em honra à Virgem Maria, havendo, às quintas-feiras e domingos, oferta de flôres ao altar da Virgem, feita por meninas. No último dia do mês realiza-se a coroação solene da imagem de Nossa Senhora. Mês de Junho — Dedicado ao Sagrado Coração de Jesus. É celebrado na Matriz. A festa, pròpriamente, ocorre no fim do mês. Consta de Missa Solene e uma procissão ou adoração ao SS. Sacramento que é exposto durante todo o dia. Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Vitória — no dia 8 de setembro (natividade de Nossa Senhora). A paróquia de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1608, dependia da de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Salvador. Àquela época Sergipe fazia parte da Capitania da Bahia. A primeira Matriz da Paróquia foi a Igreja do Rosário, daí por que a festa era celebrada no dia de Nossa Senhora do Rosário. Festa de São Francisco — No dia 4 de outubro ou no domingo seguinte a esta data. É bem concorrida, celebrada com carinho pelos religiosos franciscanos em honra ao seu pai seráfico. Festa de Cristo Rei — No último domingo de outubro. Vem sendo feita na colina de São Gonçalo, em frente à imagem de Cristo Redentor, desde o ano de 1932. Celebra-se a Santa Missa em altar improvisado e, às primeiras horas da noite, os romeiros vêm em procissão luminosa, acompanhando o Santíssimo Sacramento que é conduzido pelas mãos de um sacerdote até a matriz. Festa de Nossa Senhora da Conceição — Celebrada no dia 8 de dezembro, por iniciativa da Pia União das Filhas de Maria. É antecedida de novena e encerrada com a Missa Solene. Antigamente havia a Festa de São Cristóvão, celebrada com raro brilhantismo. Atualmente consiste ela em uma missa festiva, no dia de São Cristóvão (25 de junho) e outras solenidades exteriores no domingo seguinte, antecedido por um tríduo. As festas litúrgicas do Natal de Jesus Cristo são celebradas, embora sem grandes pompas.

VULTOS ILUSTRES — *Ivo do Prado Montes Pires da Franca* — General-do-Exército Nacional e escritor. Nasceu em 20 de maio de 1860. Tomou parte nos movimentos republicanos tendo papel de relêvo nos acontecimentos de 15-XI-1889. Foi o organizador do Corpo Militar da Polícia de Sergipe. Deputado federal de 1890 a 1894. Apaixonado pela rumorosa questão de limites de Sergipe com o Estado da Bahia, escreveu obra notável, de Geografia e História, intitulada: "A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias". Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Jornalista de prol, fundou e redigiu "Correio de Sergipe" e "Jornal de Aracaju". *José Joaquim Pereira Lobo* — Marechal. Político. Nasceu a 23 de dezembro de 1864. Foi Deputado às Assembléias Legislativas de Sergipe no biênio 1897-1898. Eleito Vice-Presidente de Sergipe achou-se interinamente na presidência do Estado de 11-X-1897 a 20-III-1898. Eleito Senador por Sergipe, em 1914, renunciou à senatória, depois de haver assumido a presidência do Estado. Eleito Presidente do Estado em 1918, governou até 24-X-1922. Novamente eleito senador em 28-I-1923. Marechal *José de Siqueira Menezes* — Nasceu em 7 de dezembro de 1852. Membro do Triunvirato aclamado em 17 de novembro de 1889, assumiu o govêrno do Estado até 13 de dezembro do mesmo ano. Diretor das obras militares da Bahia em 1891 e 1893. Tomou parte na Campanha de Canudos. Há referências de sua atuação em Canudos, às páginas 380 e 381, do "Os Sertões" de Euclides da Cunha. Fundou a cidade de Sena Madureira no alto Purus, em 1904, sendo neste mesmo ano promovido a general-de-brigada. Chamado ao extremo norte na ocasião da pendência do Brasil com a Bolívia, prestou ali inestimáveis serviços à causa da Pátria. Eleito Govêrno de Sergipe exerceu o mandato de outubro de 1911 a julho de 1914. Deve-se a Siqueira de Menezes a luz elétrica e o Serviço de Esgôto de Aracaju. *Manoel Armindo Cordeiro Guaraná* — Nasceu em 4 de agôsto de 1848. Historiador. *Frei José de Santa Cecília* — Religioso Franciscano. Nasceu no ano de 1809. Possuidor de extraordinários dotes oratórios, chegou a ser o maior orador sacro da Província, rivalizando no talento com o famoso pregador baiano Frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna. Segundo Armindo Guaraná, o biografado no púlpito fazia lembrar a eloqüência de um Bossuet ou de um Monte Alverne. Faleceu a 6 de setembro de 1859.

São Cristóvão é ainda berço de notáveis filhos salientando-se: Padre *Antônio Carmelo,* professor e jornalista; *Antônio Mota Rabelo,* jornalista e grande polemista; *Elisiário Prudente da Lapa Pinto,* médico, homeopata, poeta e jornalista; *Francisco Avelino da Cruz,* grande musicista; *Salustiano Orlando de Araújo Costa,* ilustre por diversos títulos e cargos exercidos, chegando a ser Conselheiro, Fidalgo da Real Casa de S. M. Fidelíssima, Cavalheiro da Ordem de Cristo e Comendador da Real Ordem Militar Portuguêsa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Grande cultura jurídica; os seus comentários eram acatados e seguidos em todos os centros jurídicos do país.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Sem constituir pròpriamente um centro catalogado entre os de atrações turísticas no Brasil, a cidade de São Cristóvão, contudo, oferece aos estudiosos da História e da arte sacra diversos objetivos dignos de atenção, tais sejam muitos dos seus templos mais antigos e edifícios já mencionados noutro capítulo dêste trabalho. A cidade mesma, com a sua topografia singular, os seus becos e vielas estreitas e as suas praças amplas e silenciosas, envolvidas por uma atmosfera romântica, é algo que convida à contemplação e ao estudo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em São Cristóvão (na sede municipal), existe o famoso Banho Morno: casa de banhos de água antigamente tépida jorrada de cristalina vertente. Atualmente a água não é mais morna, em virtude das devastações que foram feitas em redor,

transformando o aspecto e a temperatura externa do manancial. Esta fonte está servindo para o abastecimento da cidade.

Os nascidos em São Cristóvão são chamados são-cristovenses.

Atualmente o Prefeito é o Sr. Deoclécio Vieira da Silva, empossado em 31 de janeiro de 1955, juntamente com a instalação da atual Câmara de Vereadores, composta de 5 membros.

Dos 4 380 eleitores inscritos, 2 084 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 52,4% do eleitorado.

(Elaboração de João de Oliva Alves — Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município — Paulo Correia dos Santos).

SIMÃO DIAS — SE

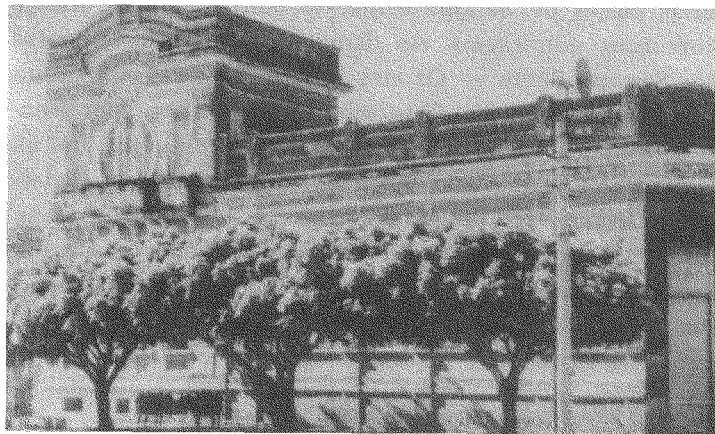
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O nome do município é derivado do primeiro povoador, conhecido da região, Simão Dias Francez, que ali chegou nos meados do século XVII, vindo de Itabaiana com um rebanho de gado. Procurava êle acautelar o aumento contra a rapinagem do exército holandês, por invasão, que o obrigara antes a entregar grande quantidade de gado para alimentar as tropas de Maurício de Nassau. O rebanho pertencia a Braz Rabelo de quem Simão Dias era vaqueiro, na Itabaiana.

Antes da chegada de Simão Dias, a região que pertencia à freguesia de Nossa Senhora do Lagarto era conhecida como Sertão do Vasabarris, indo até além da barra do rio Salgado.

Aliás diz Carvalho Júnior, que a história do povoamento dessa zona liga-se às primeiras concessões de sesmarias à margem e nas vizinhanças do rio Vasabarris, nos limites com Itabaiana e Beremoabo, caminhando para noroeste, dadas pelos capitães-mores de Sergipe. A colonização, segundo aquêle autor, encaminhou-se ali, de sudeste para noroeste, subindo o rio Vasabarris e o Piauí, espalhando-se pelo rio do Peixe e outros tributários do Vasabarris, em procura dos sertões de Geremoabo e de Jacobina, na Bahia. (C. Júnior — "História dos Limites entre Sergipe e Bahia", pág. 252).

Simão Dias estabeleceu-se no centro-oeste da região, numa zona de densa e verdejante mata, a mata do Caiçá, a cuja borda iria surgir a povoação com o seu nome, a qual viria a tornar-se, no futuro, a sede do município que ali foi criado.

Diz o parlamentar e jornalista Deputado José de Carvalho Deda, filho daquele município, que os primeiros penetradores dessa mata foram índios remanescentes da tribo dos tapuias, os quais, batidos no duro combate que lhes deu o violento Luiz de Brito, governador da Bahia, na sua tentativa de conquista do território sergipano, antes de Cristóvão de Barros, conseguiram escapar à carnificina e, fugindo para o norte, sentiram-se protegidos nas profundezas da mata, aí erguendo a sua taba, no lugar que

Prefeitura Municipal

viria a chamar-se, depois, "Mata da Moita" e que é o mesmo local onde hoje está assentada a Igreja-Matriz de Simão Dias.

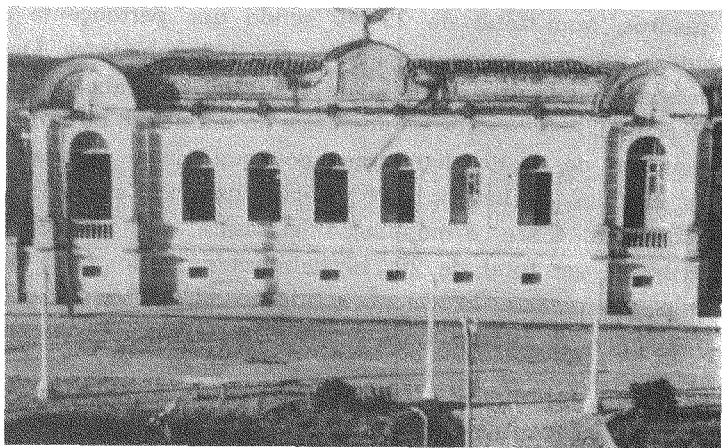
Êstes índios, cujos antepassados foram catequizados pelo jesuíta Gaspar Lourenço, conservavam, segundo ainda o mesmo Deputado Carvalho Deda, a sua herança de fé cristã, mantendo-se pacíficos e mansos na sua taba, pois não constam notícias de que tivessem êles atacado em qualquer época, as paragens que lhes ficavam vizinhas. Por isso é que, Simão Dias, ali chegando, com a sua mulher Damiana, não foi hostilizado, conseguindo coexistir ao lado dos silvícolas.

Com a presença de Simão Dias no Caiçá — diz Lima Júnior — começou a civilização da região das Matas, afluindo a pouco e pouco outros colonos que exerciam a indústria pastoril em pequena escala e cultivavam a terra, manutenção de sua subsistência. ("Hist. dos Limites entre Sergipe e Bahia", pág. 254).

Desde 1655, havia uma capela, sob a invocação de Santana, na pequena aldeia de Simão Dias, sendo esta reconstruída em 1784, ano em que, pelo capitão Manoel de Carvalho Carregoza e sua mulher, D. Ana Francisca de Menezes, por escritura de 7 de dezembro, foi doado o patrimônio da futura freguesia, constituído de "500 braças de terras de largo por meia légua de comprido e mais 30 vacas de criar, cujo rendimento devia ser aplicado na compra de cêra, vinho e hóstia e nas demais despesas com a administração do Sacrifício da missa".

Em 1826, os habitantes da povoação da capela de Santana, filial da matriz de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, e parte dos habitantes da freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho, pediram a elevação da referida capela à condição de freguesia. O movimento pró-freguesia de Santana, foi promovido por Domingos José de Carvalho, neto do casal doador do patrimônio.

Em 4 de novembro daquele mesmo ano, por Portaria do Ministro da Justiça, foi afeta a questão ao Tribunal de Consciência e Ordens, o qual não deu nenhuma solução, apesar do parecer favorável dos camaristas do Lagarto.

Em 1831, uma representação datada de 3 de junho, assinada por Joaquim Antônio Fontes, Vicente Rodrigues Vieira, José da Fraga Pimentel, José Martins Fontes e Simão Correia Pimentel, eleitores da paróquia de Lagarto, que faziam parte da Capela de Simão Dias, pedem novamente, por intermédio dos camaristas do Lagarto, a criação da freguesia, alegando que "foi na povoação de Simão

Grupo Escolar Fausto Cardoso

Dias que primeiro se aclamou a Independência do Brasil e Govêrno de S. M. Imperial e que sendo ela populosa, abundante de víveres e com uma feira de comércio vantajosa, ainda se conserva capela filial à matriz da vila do Lagarto, da qual dista 5 léguas sem que ao menos se tenha erigido em freguesia independente da dita matriz".

A questão, já antes apresentada ao Conselho da Província, logrou a aprovação dêste, para a criação da freguesia, em duas votações, encerrando repentinamente suas sessões, quando tinha de ser submetida a terceira discussão.

Interêsses secretos perturbavam as pretensões dos simão-dienses.

A Assembléia Geral, por sua vez nada resolveu, apenas remetendo o documento à comissão eclesiástica, que o despachou a 15 de junho de 1835, mandando que "requeressem à Assembléia Provincial".

Afinal, ocorrendo situação política favorável, por Resolução do Conselho da Província, de 7 de fevereiro de 1834, obtiveram os pretendentes a criação da nova freguesia, desmembrada da do Lagarto, Resolução que foi confirmada pela Assembléia Provincial, por Lei de 6 de fevereiro de 1835.

O primeiro Vigário encomendado, da nova paróquia, foi o padre José Francisco de Menezes, descendente dos doadores da capela.

Por Lei de 15 de março de 1850, foi elevada a vila a freguesia da Senhora S. Ana de Simão Dias, com os limites fixados para a mesma freguesia e pelo Decreto número 43, de 8-5-1890, foi criada a comarca de Simão Dias com os têrmos de Simão Dias e Riachão (atual Riachão do Dantas).

A vila de Simão Dias foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto n.º 51, de 12 de junho de 1890.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Simão Dias compunha-se de um único distrito — o de Simão Dias.

A Lei n.º 621, de 25 de outubro de 1912, mudou o nome da cidade para Anápolis. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município ainda se compunha de um único distrito — o da sede municipal. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município de Anápoles compreende o único têrmo judiciário da comarca de Anápoles e permanece com um só distrito. Esta situação se mantém inalterada com o Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de n.º 377, de 31-XII-1943, a comarca, o têrmo, o município e o distrito de Anápoles, voltaram a chamar-se Simão Dias.

Em 1944-1948, no quadro que foi fixado pelo referido Decreto-lei n.º 533, o município de Simão Dias é composto pelo único distrito de Simão Dias e é o único têrmo judiciário da comarca de Simão Dias, sendo a divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945.

Criado o município de Poço Verde com o seu distrito do mesmo nome, pela Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, passou o têrmo judiciário daquela nova cidade a pertencer à comarca de Simão Dias.

Pela Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, para vigorar no período 1954-1958, a cidade de Simão Dias é sede da comarca do mesmo nome, que abrange os têrmos de Simão Dias e Poço Verde, mantendo-se esta mesma situação, pela Lei estadual n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado).

LOCALIZAÇÃO — O município de Simão Dias, que fica entre os rios Vasabarris, ao norte, e Piauí, ao sul, está situado na Zona Fisiográfica do Oeste, limitando com os municípios de Pinhão, Macambira, Lagarto, Riachão do Dantas, Tobias Barreto e o Estado da Bahia. A sede municipal acha-se encravada no centro do município, à margem do rio Caiçá, tendo as seguintes coordenadas geográficas: 10° 44' 20" de latitude Sul e 27° 48' 33" de longitude W. Gr. Dista 85 quilômetros em linha reta, da capital do Estado, ficando, em relação a esta, no rumo S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de N. S.ª Santana

ALTITUDE — É de 250 metros, na sede municipal. A cidade de Simão Dias é a terceira, em altitude, no Estado.

CLIMA — Simão Dias apresenta o clima próprio da zona chamada de "bôca de caatinga"; sêco e, geralmente, quente. Chove pouco, tendo a precipitação pluviométrica, em 1956, atingido apenas 684,6 milímetros. Os meses mais chuvosos são de abril a julho, em estação normal. A temperatura do município variou, em 1956, entre 20 e 34 graus centígrados.

ÁREA — A superfície do município é de 500 quilômetros quadrados, sendo um dos municípios do tipo médio, em Sergipe, quanto à extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: os principais, são: Vasabarris, que corre ao norte, dividindo o município dos de Pinhão e Macambira; o Piauí, ao sul, fazendo divisória com o município de Riachão do Dantas; o Caiçá, que nasce ao norte do município e desce atravessando êste ao meio, banha a sede municipal e entra no município de Lagarto; o Jacaré, que corta a parte sul do município, entrando para o município de Lagarto; há, ainda os riachos Salgado, afluente do Vasabarris, Jaqueira, afluente do Caiçá, Chiqueiro, Ingàzeiro e Saco do Capim, afluentes do rio Jacaré. Serras: a mais importante é a do Caiçá, a noroeste da sede municipal; Betes e Cabral, ao norte e Palmares ao sul; serra do Campo Limpo e serra Camaratuba.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro ou argila para a fabricação de telhas, tijolos e vasos de cerâmica rudimentar; pedras para construção; lenha (produção, em 1956, de 56 500 metros cúbicos, no valor de Cr$ 3 955 000,00) e madeira em geral; mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 26 297 habitantes, sendo 12 229 homens e 14 068 mulheres; verificava-se um excesso de 1 839 mulheres sôbre o total da população masculina. A população da sede municipal era de 4 343 habitantes; nesta o excesso da população feminina sôbre a masculina era da ordem de 12,68%, havendo 1 891 homens para 2 452 mulheres. No quadro rural do município, havia 21 954 habitantes. Quanto à côr, existiam, em todo o município, 15 765 brancos, 9 694 pardos e 793 pretos e, quanto ao estado civil, verificavam-se 5 842 solteiros, 7 695 casados, 710 viúvos e 2 desquitados. A religião católica contava 98,68% da população como pertencendo aos seus quadros, num total de 25 949 sendo que pertencente a outras religiões havia um efetivo de 348 habitantes. Das pessoas de 10 anos e mais, de idade, 6 785 trabalhavam no campo. A densidade demográfica do município de Simão Dias era de 57,292 habitantes por quilômetro quadrado. Os cálculos realizados pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre a população existente em 1.º-7-1956, atribuem um total de 29 214 habitantes, sendo 4 825 na sede municipal e 24 389 no quadro rural. Já em 1950 o município de Simão Dias era o quarto em população, entre as comunas sergipanas.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, existem os povoados de: Curral dos Bois, com 195 habitantes, aproximadamente, Triunfo, com 160 e Araci, com 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades do campo (agricultura, pecuária e silvicultura) são as que ocupam maior quantidade de trabalhadores (6 785). Simão Dias produz algodão em caroço, cana-de-açúcar, côco-da-baía, feijão, fumo em fôlha, mandioca e algumas espécies de frutas. Em 1956 destacaram-se as produções de algodão em caroço (16 000 arrôbas no valor de Cr$ 1 320 000,00) e mandioca (12 660 toneladas no valor de .... Cr$ 5 208 000,00).

Na pecuária destacam-se os rebanhos de bovinos (15 000 cabeças), suínos (6 500 cabeças) e ovinos (6 000 cabeças). O valor estimado de todos os rebanhos pecuários do município atinge Cr$ 77 940 000,00.

A indústria acha-se relativamente desenvolvida em Simão Dias, principalmente a indústria de calçados, que conta dez fábricas, cuja produção, em 1956, atingiu o valor de Cr$ 7 028 250,00, para um volume de 56 000 pares de calçados. Simão Dias produz, também, sola curtida, selas para montaria e malas de couro; carne salmourada, móveis de madeira, telhas e tijolos; farinha de mandioca e rapadura (17 000 quilogramas em 1956).

O pessoal ocupado na indústria do município atinge o número de 633 operários, para 174 estabelecimentos, dentre os quais apenas 15 ocupam, cada um, 5 pessoas e mais.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, no município, 93 estabelecimentos comerciais varejistas e 4 atacadistas, sendo que 23 dos estabelecimentos varejistas acham-se instalados no interior.

Prédio da estação de pouso Municipal

O comércio mantém transações com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro (Distrito Federal), Recife, Salvador, Aracaju e Estância.

O município exporta gado para Aracaju, Maceió, Alagoas e alguns municípios do Estado de Pernambuco e importa o mesmo produto dos Estados da Bahia e Minas Gerais.

Há uma agência bancária, na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Por rodovia a cidade de Simão Dias liga-se aos seguintes centros: Aracaju (125 quilômetros), Lagarto (30 quilômetros), Riachão do Dantas (49 quilômetros), Tobias Barreto (84 quilômetros), Poço Verde (51 quilômetros), Pinhão (25 quilômetros), Macambira (83 quilômetros) e Paripiranga-Bahia (9 quilômetros). Para Aracaju e Lagarto o transporte de passageiros é feito diàriamente, por ônibus.

A cidade possui uma agência postal-telegráfica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

Ginásio Carvalho Neto

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Simão Dias concentra 15,91% da população total do município. Há, em Simão Dias, 44 logradouros públicos, 20 dêles com pavimentação, assim compreendida: a) a paralelepípedos, inteiramente pavimentados, 6; e parcialmente, 3.

Há iluminação pública na cidade, fornecida por Usina local, com 400 ligações domiciliares. O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal, é de 33, sendo 20 caminhões. A cidade dispõe de 1 cinema e duas pensões que cobram diária média de Cr$ 100,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida por 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Há um hospital, com 44 leitos, 1 Pôsto de Puericultura, 1 Pôsto Médico e 1 Dispensário de doenças de pele, para profilaxia da lepra.

A cidade possui, também, duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na sede municipal há uma Sociedade de ão Vicente de Paulo destinada a socorrer, com esmolas, pessoas necessitadas.

A Cooperativa Agropecuária Mista, de Simão Dias, Limitada, com sede na cidade, presta assistência creditícia aos seus sócios, em número de 46.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 21 597 pessoas de 5 anos e mais de idade, 5 730 (20,53%) sabiam ler e

Fachada do Hospital Bom Jesus

escrever. Na sede do município, as pessoas que sabiam ler e escrever eram em número de 2 103, sendo 993 homens e 1 110 mulheres.

Ensino — Existem no município de Simão Dias 34 estabelecimentos de ensino primário funcionando, sendo que 30 dêles, na sede municipal. A matrícula total em 1956 foi de 1 684. Acha-se programada a inauguração, no corrente ano, de um ginásio que será instalado e mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

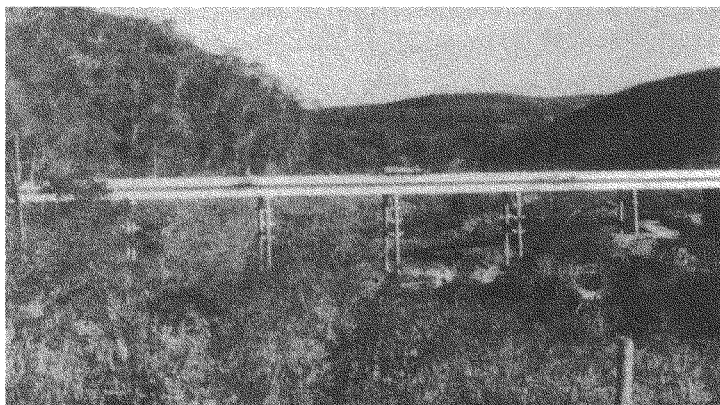
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede do município edita-se o jornal "A Semana", circulando uma vez por semana, numa tiragem de 1 000 exemplares. É jornal político, noticioso e literário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das entidades públicas e a despesa da Prefeitura, no município de Simão Dias, a partir de 1950, acham-se representadas no seguinte quadro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	313	1 022	742	...	778
1951	399	1 490	870	343	846
1952	455	1 607	1 215	533	1 114
1953	609	1 660	1 516	636	1 604
1954	599	1 615	1 454	612	1 564
1955	1 142	2 005	1 773	743	1 775
1956	1 544	2 084	2 099	770	1 942

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Conforme foi dito noutro capítulo, a população católica de Simão Dias corresponde a 98,68% de todos os habitantes do município.

A Paróquia pertence à diocese de Aracaju.

Maternidade Municipal

Ponte sôbre o rio Vasa-Barris, ligando o Município de Simão Dias ao de Pinhão

Os atos e festas religiosas constituem os motivos mais freqüentes das manifestações populares. A festa principal é a da Padroeira, que se realiza em 26 de julho. É precedida de novena na igreja-matriz, acompanhada por foguetões, foguetes e bombas, queimados no adro da Igreja.

No dia 25, à noite, há feira-livre com jogos, diversões, iluminação abundante, etc., na praça da Matriz e no dia seguinte é celebrada a missa festiva, grandemente concorrida. À tarde, a procissão com a imagem da Padroeira Senhora Santana, conduzida em artística charola, vai pelas ruas da cidade. A solenidade final é a bênção do Santíssimo Sacramento, sob intenso fervor religioso.

Os festejos de São João alcançam grande sucesso, principalmente na zona rural, havendo danças, novenas e ceias de São João e São Pedro, com foguetório, tiros de bacamarte, ronqueiras, etc. e a tradicional fogueira, onde se assam milho verde e batatas-doces.

VULTOS ILUSTRES — Dr. *Antônio Manoel de Carvalho Neto* — Advogado e escritor, nasceu em 14 de fevereiro de 1889. Jurista eminente de profunda cultura e advogado de vastos recursos jurídicos e oratórios. Foi Deputado Federal por Sergipe, antes e depois do Estado Novo, sempre reeleito. Nos Congressos Jurídicos do País aos quais compareceu como representante de Sergipe, recebeu as mais altas demonstrações de acatamento, por seu talento, exercendo a Presidência de alguns e assumindo comissões importantíssimas em todos êles e com proficiência sempre exaltada pelos seus pares. Escreveu: "Advogados" e "Vidas Perdidas". E ainda o Desembargador *Gervásio de Carvalho Prata,* o Monsenhor *João Batista de Carvalho Daltro,* o Padre Dr. *João de Matos Freire de Carvalho* e o Deputado *José de Carvalho Deda.*

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Simão Dias recebem o gentílico simão-dienses.

Como particularidade digna de nota, cabe mencionar a existência, no município de Simão Dias, de duas cavernas ou furnas, como são comumente chamadas pela população local. São grutas relativamente profundas e com espaço interior bem amplo, com formações de estalactites no teto e curiosidades talhadas nas paredes que são de pedra. Uma delas é denominada "Santo Antônio" e encontra-se a três quilômetros da sede municipal. A outra, chamada "Gruta de Bonsucesso", localiza-se no sítio que tem êste mesmo nome, a 7 quilômetros aproximadamente, da cidade de Simão Dias. Na primeira consta haver um curso de água subterrâneo, que nunca pôde ser explorado, entretanto, em virtude da profundidade impenetrável de sua abertura.

Atualmente, é Prefeito de Simão Dias o Sr. Cândido Dortas de Mendonça, eleito em 3 de outubro de 1954; e a Câmara de Vereadores é composta de cinco (5) membros.

Dos 7 915 eleitores inscritos, 3 850 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 51,3%.

(Elaboração de João de Oliva Alves — Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. Agente de Estatística do Município — José Almeida Carvalho).

SIRIRI — SE

Mapa Municipal na pág. 327 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Sôbre os primórdios do atual município de Siriri, conta D. Marcos Antônio de Souza, presbítero secular do hábito de São Pedro e Vigário de Nossa Senhora da Vitória da Bahia, em sua monumental obra denominada "Memória Sôbre a Capitania de Sergipe", que a freguesia do Pé do Banco, onde há uma igreja quase arruinada com a invocação de Jesus-Maria-José, e São Gonçalo nela se celebram os ofícios divinos, não sendo aquêle templo decente à Majestade do Ente Supremo que nêle se adora. Foi ereta esta paróquia pelo Ex.mo Arcebispo D. João Franco de Oliveira e não consta, ao certo, o ano de sua ereção, porém, o seu primeiro Vigário, padre Manoel Carneiro de Sá, tomou posse em 18 de fevereiro de 1700. A primeira matriz foi uma capela de São Gonçalo sita junto ao rio Sergipe em uma extremidade da freguesia; porém, poucos anos depois de sua fundação, foi trasladado o Santo Padroeiro para uma capela de Jesus-Maria-José no centro da freguesia, o que foi concedido por uma provisão do Ex.mo Arcebispo D. Sebastião Monteiro de Vide.

Conta ainda o mesmo autor que a paróquia media dez léguas de comprimento e quatro de largura, habitavam dois mil brancos, dois mil pretos e três mil e quinhentos de diversas misturas, sendo o total de 7 500 habitantes, que trabalhavam na lavoura da cana.

Reza a tradição que os primeiros habitantes dêste município foram indígenas procedentes da aldeia de Japaratuba que se fixaram no lugar então denominado Remanso, o mesmo onde está situada a praça da sede muni-

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

cipal, denominada atualmente Jackson de Figueiredo. Êsses silvícolas constituíam-se em nação elegendo um chefe, o qual tomou o nome de Siriri, que é também o nome do rio que banhava as proximidades da Taba.

A tribo dos siriris, levada pelo espírito nômade que a dominava, mudou-se, depois de algum tempo, para outras paragens.

Diz a memória do povo, embora um pouco deturpada, que foi nas imediações daquela taba, após a retirada dos ameríndios, onde surgiram as primeiras habitações da cidade, perto da qual passa o rio Pé do Banco, tributário do Siriri, daí ter se originado o seu nome primitivo de Pé do Banco.

Conta o historiador sergipano Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, na sua História de Sergipe, que em 1637, na época da invasão dos holandeses, Sergipe já contava então quatrocentos currais, distribuídos por tôda a extensão do seu território, dentre os quais figurava o de Camarão, cuja localização, segundo o mapa de Barleus, é onde está edificada a vila de Pé do Banco, entre os rios Siriri e Ganhamoroba. E que daí se originou o município de Siriri, informa Cândido Mendes de Almeida em suas Notas para a História Pátria.

Em 1811, foi criada a freguesia de Japaratuba, desmembrada da de Pé do Banco, pelo Arcebispo da Bahia, cujos limites deviam ser pelo rio Siriri até Piranhas, engenho do padre João Gomes de Melo, e daí seguir pela estrada da Serra Negra até chegar à estrada real de Maruim, ficando os engenhos da Jurema e Serra Negra para a freguesia de Pé do Banco.

Freguesia que era, desde o ano de 1700, foi confirmada nesta categoria pela Lei provincial n.º 24, de 6 de março de 1839.

Em virtude da Resolução n.º 961, de 26 de março de 1874, foi criado o município, com sede no antigo povoado Jesus-Maria-José do Pé do Banco, com o topônimo de Siriri, e com território desmembrado do município de Divina Pastôra.

Em 1775 contava Siriri 162 fogos (casas).

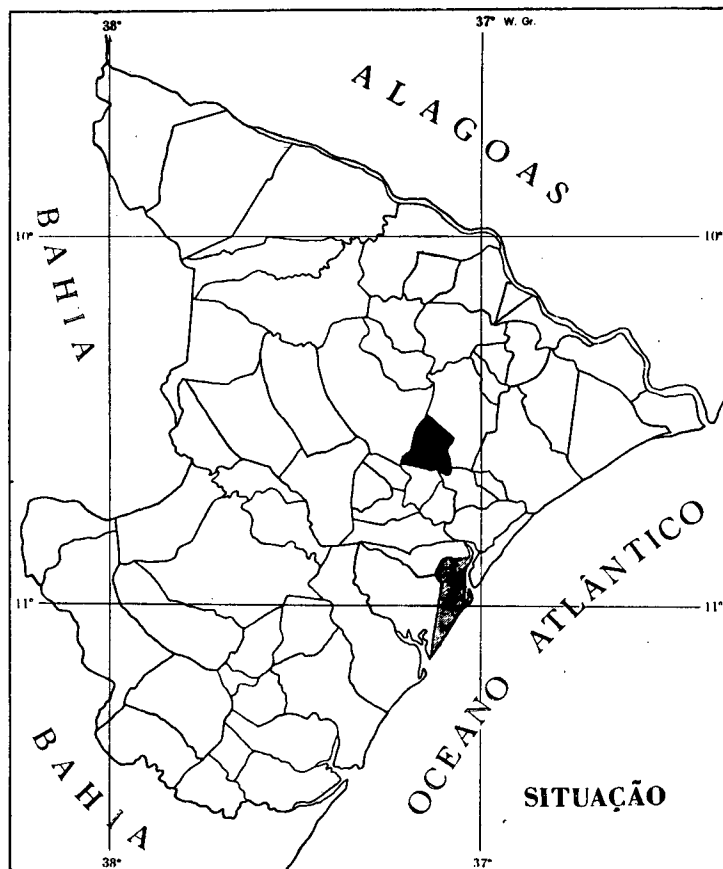
Por fôrça da Resolução n.º 1 037, de 27 de março de 1876, Siriri manteve seus limites com Capela e Nossa Senhora das Dores.

Ficou pertencendo ao têrmo de Capela o município da vila de Siriri, de acôrdo com a Resolução n.º 1 059, de 21 de abril de 1877.

Cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1939. E ficou pertencendo à comarca de Propriá, depois de ter sido da de Maruim.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro de 1944, o município de Siriri passou a fazer parte da comarca de Capela.

No quadro da divisão judiciária do Estado, no período de 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 533, confirmado pelo de n.º 651, de 6 de junho de 1945, o têrmo de Siriri forma-se de um só distrito e é subordinado à comarca de Nossa Senhora das Dores. Situação que ainda perdura nas demais divisões administrativas e judiciárias, inclusive a vigente por fôrça da Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Siriri situa-se na Zona Fisiográfica Centro, em um planalto a que vulgarmente se denomina de taboleiro, à margem direita do rio Siriri, nas proximidades do riacho Pé do Banco, tributário do Siriri. Limita ao norte e a oeste com o município de Nossa Senhora das Dores; ao norte e a leste, com o município de Capela; ao sul, com os municípios de Divina Pastôra e Rosário do Catete. A cidade fica a 39 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, com as seguintes coordenadas geográficas: 10° 35' de latitude Sul e 37° 11' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Todo o município está situado em terrenos relativamente altos, estimando-se para a sede municipal uma altitude de 230 metros, sendo o 23.º em ordem crescente de altitude no Estado de Sergipe.

Agência Municipal de Estatística

CLIMA — O clima do município é pouco variável; há sempre uma regularidade, não sofrendo oscilações fortes na sua temperatura que em 1956, apresentou os seguintes resultados expressos na escala centígrada: média das máximas — 35; média das mínimas — 16; média compensada — 25. As chuvas são moderadas e vêm sempre em suas épocas certas, no período de abril a agôsto.

ÁREA — A área territorial de Siriri se estende por 201 quilômetros quadrados, sendo 0,9% do território do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Siriri, que nasce no povoado Mata do Cipó e banha as propriedades: Pau-ferro, São Domingos, Flor do Siriri, São Francisco, Mucambo, passando afastado da cidade a cêrca de 400 metros e penetra no município de Rosário do Catete; não é navegável. O rio Maniçoba nasce no município de Divina Pastôra e serve de limite entre êste município e Siriri, despejando suas águas no rio Siriri; também não é navegável. O rio Vermelho tem as suas nascentes no lugarejo denominado "Tauá", desaguando no rio Siriri. O riacho Jaguaripe ou Pé do Banco surge entre as fazendas Jaguaripe e Santa Rita, banha a fazenda Canabrava e despeja no rio Siriri. O riacho Cancelo, origina-se na fazenda São Francisco, banha o povoado Sabinópolis, as fazendas Cancelo e Barro-alto, despejando suas águas no rio Siriri. Há ainda as lagoas Tiririca que mede 12 000 metros quadrados, Grande, com 6 000 metros quadrados, e do Jaguaripe, com 45 000 metros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, dispõe o município, entre os seus recursos naturais, dos seguintes elementos: tabatinga, é empregada para caiar prédios, coisa muito freqüente em Siriri. No ano de 1956, houve uma produção de 8 toneladas, no valor de Cr$ 32 000,00. Barro (argila), para fabricação de telha, tijolo e outros produtos manufaturados. No ano de 1956, estimou-se a produção em 2 000 toneladas, cujo valor foi de 40 mil cruzeiros. Pedra comum, empregada na construção de obras de alvenaria, a produção em 1956 foi estimada em 4 500 metros cúbicos, avaliados em Cr$ 170 000,00. No reino vegetal, conta, apenas, lenha para cozinha, a qual em 1956 alcançou a casa dos 60 000 metros cúbicos, importando em Cr$ 500 000,00. No município não existe nenhuma espécie nativa.

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil — 1.º-VII-1950, contava o município de Siriri 5 751 habitantes, sendo 2 882 homens e 2 869 mulheres. É um dos poucos municípios de Sergipe que apresentou predominância no total do sexo masculino sôbre o do feminino. A densidade demográfica de Siriri atingiu 28,612 habitantes por quilômetro quadrado. Classificando-se a população local segundo a côr, nota-se predominância dos brancos: 1 280 homens e 1 206 mulheres, contra 933 homens e 900 mulheres pretos e 740 homens e 762 mulheres pardos. Ainda de conformidade com o Censo de 1950, classificando-se a população siririense de mais de 15 anos, de acôrdo com o estado civil, encontraremos: 760 homens e 761 mulheres casados; 736 homens e 671 mulheres solteiros; 3 homens e 3 mulheres desquitados; 82 homens e 132 mulheres viúvos. Em 1950, predominava a população rural sôbre a urbana: 4 632 e 1 119, respectivamente. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município para 1.º-VII-1956, foi de 1 243 pessoas para a sede municipal e 5 146 para o quadro rural, totalizando 6 389 habitantes.

Igreja-Matriz de Jesus, Maria e José

Aglomerações urbanas — A aglomeração urbana de mais relevante importância no município é a sede municipal, que em 1950, segundo os resultados censitários, contava com 24,30% da população total do município. Além da cidade, mencionamos as aglomerações dos povoados: Fazendinha, Itaperoá, Mata do Cipó, Lagoa Grande, Sabinópolis, Siririzinho e Castanha, por ordem decrescente de população, a qual não ultrapassava a casa de 800 pessoas.

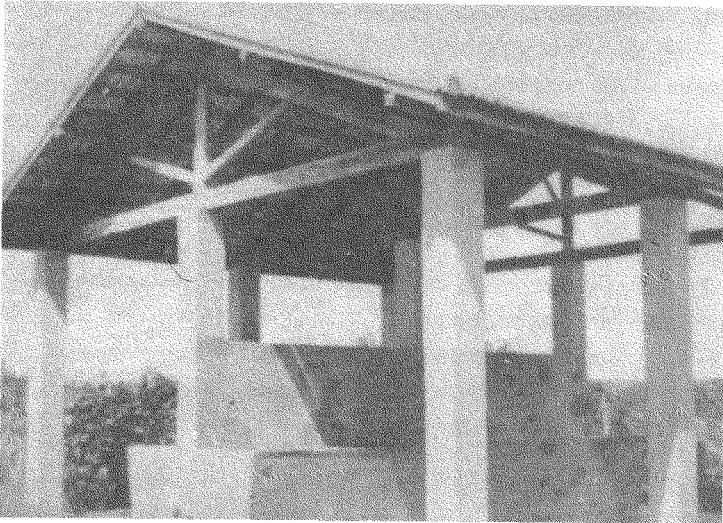
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os resultados censitários de 1.º-VII-1950, cêrca de 19% da sua população de 10 anos e mais de idade, tinha como atividade principal a agricultura e a pecuária; em segundo lugar, com uma pequena percentagem, vinha a indústria de transformação.

O montante da sua produção agrícola, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 4 327 000,00. O quadro seguinte resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos no referido ano:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	14 000	3 500
Mandioca	1 490	447
Milho	72	228
Feijão	7,2	96
Côco-da-baía	10	56

A atividade mais significativa na economia municipal é a indústria açucareira, com três usinas; há, entretanto, outras indústrias de menor importância econômica, verificando-se que o Registro Industrial de 1955, acusa a existência de 74 unidades, ocupando 176 pessoas, em Siriri.

Em ordem de importância a pecuária é uma atividade econômica de real valor no município, tendo a estimativa baseada em coeficientes e realizada nos fins de 1956, apurado os seguintes números do rebanho existente no município de Siriri: 8 700 bovinos, 800 eqüinos, 120 asininos, 168 muares, 2 700 suínos, 2 000 ovinos e 320 caprinos.

Mercado Municipal

Lavanderia Municipal

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 33 estabelecimentos comerciais varejistas, dentre os quais, sòmente 2, situados na sede municipal, fazem movimento de mais de Cr$ 500 000,00 anuais. Não conta o município com agências bancárias, nem correspondentes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe, apenas, de transporte rodoviário, e a cidade de Siriri está ligada às sedes dos municípios limítrofes da seguinte maneira: Nossa Senhora das Dores, rodovia (22 quilômetros); Capela, rodovia (42 quilômetros); Divina Pastôra, rodovia (12 quilômetros) e Rosário do Catete, rodovia (18 quilômetros). A cidade de Siriri está ligada à Capital do Estado por 58 quilômetros de rodovia.

Dispõe o município de 3 caminhões particulares que trabalham no transporte de carga e passageiros.

Siriri é servido por uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência da Rêde Telefônica de Aracaju.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 9 logradouros sem pavimentação e dois parcialmente pavimentados a paralelepípedos. Não há logradouro arborizado ou ajardinado.

A sede é servida de energia elétrica, com 101 ligações domiciliárias e iluminação pública que se estende pelos principais logradouros. A cidade é dotada de água encanada, cujo abastecimento se denomina Serviço de Água "Dr. Mário Pinotti", fundado em 1955, contando já 2 050 metros de extensão de linha distribuidora. O número de prédios abastecidos é de 25, o custo da taxa é Cr$ 40,00.

Há uma estação elevatória com capacidade horária de 2 metros cúbicos. A potência total das máquinas é de 15 c.v.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município acha-se provido de um estabelecimento que proporciona assistência médica à população, que é o Pôsto Médico "Três de Fevereiro", mantido pela municipalidade, e dirigido por um enfermeiro prático.

Na cidade há uma farmácia sob a direção de um prático.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população do município com 5 e mais anos de idade, totalizava 4 763 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 1 362, ou seja, 28,5%. Naquela data os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 104 homens e 162 mulheres; grau médio: 5 homens e 9 mulheres; e curso superior: 2 homens.

Ensino — Em 1956, havia no município 33 unidades do ensino fundamental comum, cuja matrícula era de 718, com o aproveitamento de 109 alunos. O município não conta estabelecimentos de ensino que ministrem grau de instrução além do elementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Siriri não possui nenhuma associação desportiva e nem filarmônica ou outras quaisquer entidades congêneres.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte mostra o movimento financeiro do município, bem como a despesa realizada, no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	83	449	321	...	363
1951	113	369	332	44	261
1952	89	335	452	62	468
1953	102	356	729	...	482
1954	174	390	712	63	960
1955	340	480	717	75	631
1956	357	952	973	87	654

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A religião católica predomina na população do município, conforme apurou o Censo de 1950: dos 5 751 habitantes, 5 625 declararam-se adeptos do catolicismo, sendo inexpressivo o número dos que pertenciam a outras religiões: 37 protestantes e 1 espírita.

O município é da paróquia de Jesus-Maria-José do Siriri, eclesiàsticamente subordinada à diocese de Aracaju. Essa paróquia é uma das mais antigas do Estado de Sergipe, pois, como já foi dito na parte histórica, o seu primeiro Vigário tomou posse a 18 de fevereiro de 1700; possui ainda uma outra igreja e três capelas públicas. Contam-se quatro associações religiosas: Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística Infantil, Obras das Vocações Sacerdotais e a Ação Paroquial de Siriri, com cêrca de 400 associados.

A principal festa religiosa do município é a dos padroeiros Jesus, Maria e José, realizada a 12 de janeiro de cada ano. É precedida de um tríduo e encerrada com a tradicional procissão, seguida de sermão.

Há outra festa de cunho popular — a festa de Reis, realizada no dia 5 de janeiro, comemorada com uma feira, na qual aparecem — carrocel, barraquinhas onde se vendem doces, bebidas nos bazares, e cabacinha, que consiste num envólucro de cêra em forma de cabaça, contendo água perfumada, as quais são atiradas nas pessoas.

VULTOS ILUSTRES — *José Luiz Coelho e Campos* — Nasceu a 4 de fevereiro de 1843 e faleceu a 13 de outubro de 1919. Jurisconsulto e político, tendo representado Sergipe na Câmara e no Senado Federal. Ministro do Su premo Tribunal Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitante do município de Siriri recebem o gentílico siririense: Siriri é têrmo indígena de origem tupi e significa: rio do siris (*Ciri* — *r* — *y*).

Dos 1 665 eleitores inscritos, 610 votaram no pleit eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se um abstenção de 59,7% do eleitorado.

(Elaboração de Abdias Batista e Silva — Agente Municipa de Estatística. Agente de Estatística do Município — Paulo Pereir Costa).

TAMANDUÁ — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Chamou-se primitivamente Moita de Tamanduá, nome originado da abundância de animal dêsse nome em determinado local da área onde se ergue a cidade

A primeira penetração, segundo informações de des cendentes dos desbravadores, data mais ou menos do ano de 1776, pelos irmãos Luiz de França e Manoel Cristóvão que pouco depois ali se estabeleciam com fazenda de cria ção de gado.

Cêrca de 20 anos mais tarde, Justino Vieira dos San tos, filho de Luiz de França, constrói a primeira casa da cidade, onde veio a residir, depois de casado. Posterior mente alguns irmãos e outros parentes também vieram residir no mesmo local, bem como pessoas outras, familia res dos velhos fazendeiros; assim se formava a povoação.

Em 1876, Tamanduá já contava um número de 20 moradias e uma casa de oração construída no local deno minado Cruz do Agostinho.

A Resolução provincial n.º 1 045, de 2 de maio de referido ano de 1876, criou uma cadeira pública de ensino primário para Tamanduá que já contava mais de 20 crian ças em idade escolar. Esta escola, algum tempo depois, fo extinta, vindo a ser restaurada no Govêrno Apulcho Mota por Decreto n.º 383, de 19 de agôsto de 1899. Então Tamanduá já possuía uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, onde o Vigário de Aquidabã vinha com alguma freqüência em desobriga, bem como um estabelecimento de molhados a varejo, e armazém de compras de algodão e cereais.

Nos princípios do século corrente, surge um açougue para o corte regular de bovinos e suínos aos domingos; daí começa a se formar a feira-livre da cidade, que ainda hoje se reúne.

Em 1925, é demolida a velha capela e, perto, edifica-se, de alvenaria, a atual igreja da padroeira da cidade.

Por êste tempo dá-se início ao movimento pela criação de um distrito de paz para o povoado, em que se empenham os homens locais de mais evidência e prestígio político, destacando-se entre êles os comerciantes e proprietários Ireno Pacheco e José Vieira Sobrinho.

Pelo Decreto-lei n.º 533, de 30 de dezembro de 1943, é criado o distrito de paz e implìcitamente a vila de Tamanduá.

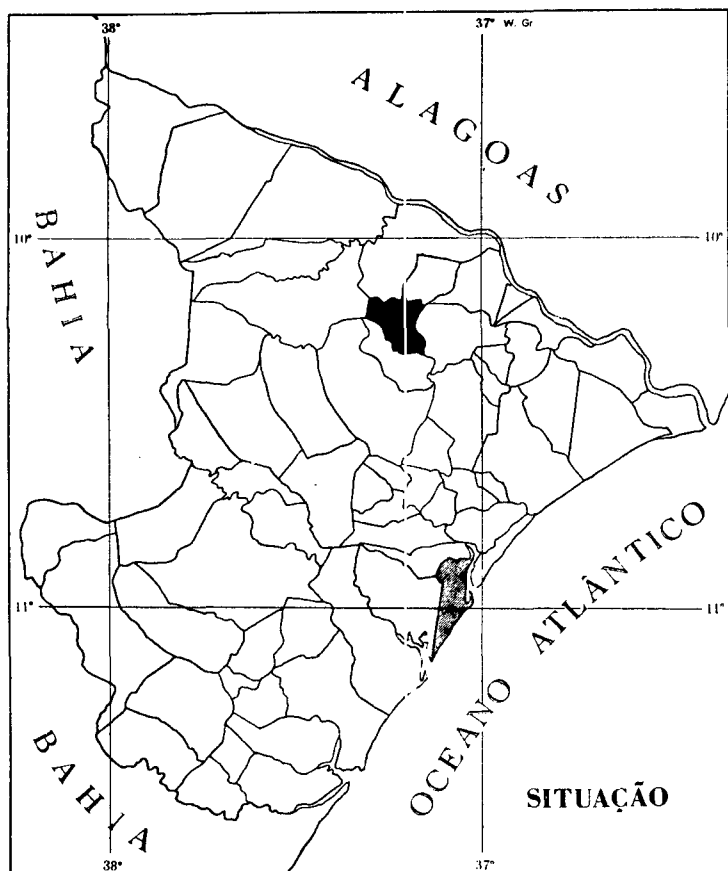
Conquanto o distrito de Tamanduá se localize no Polígono das Sêcas, e seja com intermitência assolado pelas estiagens, todavia, veio progredindo, aos poucos, até alcançar as condições mínimas exigidas pela Lei de Organização dos Municípios para ser elevado a município.

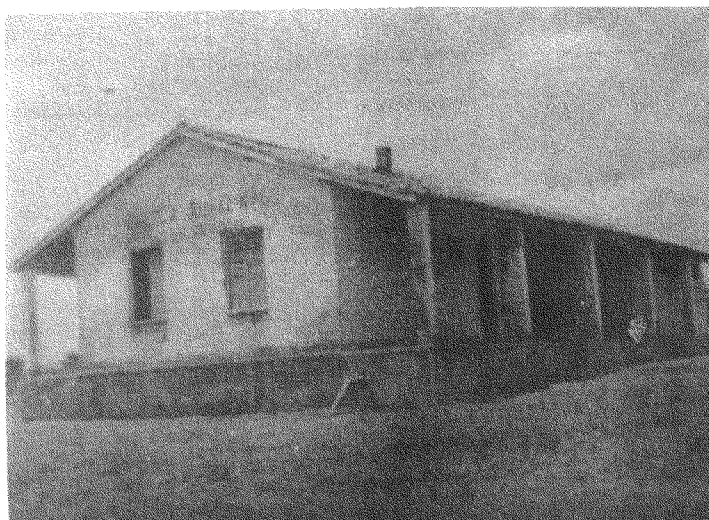
Em 20 de agôsto de 1953, instala-se a usina termelétrica para iluminação pública e particular. Por êste tempo, a luta pela criação do município movimenta os tamanduaenses que sem tréguas se batem até a vitória.

A Lei n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, eleva Tamanduá à categoria de cidade e cria o município com território desmembrado do de Aquidabã.

Em 6 de fevereiro de 1955, instala-se o município, tomando posse os vereadores que compõem o Legislativo local e o Sr. José Eunápio dos Santos, Prefeito Municipal, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954.

Pela Lei estadual n.º 554, que fixa a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, o município se compõe de um único distrito e é têrmo judiciário da comarca de Propriá.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica "Sertão do São Francisco" em terrenos planos com exceção das orlas que se levantam quebrando-se adiante no este e no oeste em vales e, então, ao centro, depois dois quilômetros da sede municipal segue-se uma lombada de cêrca de dois quilômetros de largura que vai aos limites de Gararu. Limita com Aquidabã, Cumbe, Itabi, Gararu e Nossa Senhora da Glória. A cidade está implantada em uma campina sendo as suas coordenadas 10° 17' de latitude Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O município está situado na parte alta do Estado e a sede municipal fica a 210 metros de altitude.

Escola Rural

CLIMA — O clima é pouco variável, sêco, porém não muito quente, devido à altitude; chove de maio a agôsto, acontecendo de quando em quando invernos escassos.

ÁREA — A área é de 194 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Japaratuba, nasce no norte do município de Cumbe na fazenda Embuás, banha Tamanduá, desce limitando êste com aquêle município e segue em busca do mar; rio Gararu, nasce a cêrca de dois quilômetros da sede municipal e vai desaguar nas imediações da cidade de Gararu; além dêsses dois rios há riachos do Meio, Queimadas e Sovela que servem de limites do município com os de Aquidabã, Gararu e Nossa Senhora da Glória.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, de riquezas conhecidas, conta o município com pedras para construções e barro, utilizado no fabrico de telhas e tijolos. No reino vegetal, verifica-se a existência de madeiras para construção e lenha, cuja produção, em 1956, atingiu a casa dos 250 milhares de cruzeiros. Mel e cêra de abelhas constituem os únicos produtos explorados, de natureza animal.

POPULAÇÃO — Apurou o Recenseamento Geral do Brasil, de 1950, a existência, no município, de 3 736 habitantes, sendo 1 824 homens e 1 912 mulheres, ou seja, 102 homens para cada grupo de 100 mulheres. A densidade demográfica é de 19 habitantes por quilômetro quadrado. Quanto à côr, segundo a classificação daquele Censo, preponderavam os brancos com 1 924 indivíduos, representando 51,57% da população total, vindo a seguir os pardos com a parcela de 1 643 pessoas, e finalmente os pretos que constituíam o menor grupo de 165 pessoas, isto é, apenas 4,4% do total dos habitantes locais. Apurou ainda o mencionado Recenseamento que a população municipal, de 15 anos e mais, segundo o estado civil, estava assim distribuída: casados — 1 078, solteiros — 649 e viúvos — 115.

A população do município de Tamanduá, conforme apurou o último censo geral, estava assim localizada: 691 na sede municipal e 3 045 no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Depois da sede municipal, sua principal aglomeração urbana, há sòmente o povoado Três Barras, com 25 moradias e 120 habitantes.

Mercado Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os resultados censitários, 45,5% da população de 10 anos e mais se ocupavam na agricultura, pecuária e silvicultura, ou seja, 1 079 pessoas, destas, 75% se ocupavam exclusivamente na agricultura. Entretanto, a pecuária contribui com a maior porcentagem para a economia municipal pela valorização de seus efetivos e a valia de sua produção.

O montante da produção pecuária em 1956 (crias e leite de vaca) atingiu o total de 6 360 milhares de cruzeiros.

O montante da produção agrícola de 1956 totalizou Cr$ 3 828 000,00.

O quadro abaixo resume as principais lavouras do município e os correspondentes dados numéricos:

CULTURA	QUANTIDADE (t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Algodão	2 800	1 600
Feijão	120	1 480
Mandioca	187	748

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 4 estabelecimentos varejistas dos principais ramos, cujas transações são feitas principalmente com Propriá e Aracaju. Importam molhados, estivas, ferragens, drogas e tecidos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Tamanduá com os municípios limítrofes da maneira seguinte: Rodovia — Aquidabã (24 quilômetros), Itabi (20 quilômetros), Nossa Senhora da Glória (31 quilômetros) e Gararu (50 quilômetros).

A ligação com Aracaju é também pela rodovia, com a extensão de 138 quilômetros. Quanto à Capital Federal a viagem é feita via Aracaju.

Para suas comunicações, o município serve-se da agência postal-telegráfica de Aquidabã que fica a 4 léguas da cidade de Tamanduá.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta oito logradouros e é servida de energia elétrica para iluminação pública e particular.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município, de 5 anos e mais, totalizava 2 988 pessoas das quais 680 sabiam ler e escrever, ou seja, 18,2%. Naquela data 24 indivíduos declararam haver concluído o curso primário e 1, o curso médio.

Ensino — Em 1955, havia no município 6 estabelecimentos de ensino primário, 2 estaduais e 4 municipais, com a matrícula de 225 alunos, cujo aproveitamento foi de 12%.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro adiante dá o movimento financeiro do município no período 1955-1956, ou seja, a partir de sua instalação:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	83	551	28	286
1956	—	203	687	30	546

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A religião católica é a predominante no município. Conforme o Censo de 1950, havia em Tamanduá apenas 1 protestante e um outro que não declarou religião; os demais 3 734 se confessaram católicos.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — Os naturais do município são chamados tamanduaenses.

Dos 1 091 eleitores inscritos, 451 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 58,6%.

(Elaboração de Enéas de Oliveira Figueiredo — Estatístico-Auxiliar da I.R. de Sergipe. Agente Municipal de Estatística — Aristides Almeida (respondendo).)

TOBIAS BARRETO — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do atual município de Tobias Barreto, chamou-se primitivamente Rio Real de Cima, Campos do Rio Real, e, depois, simplesmente Campos. A partir de 1943, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 377, de 31 de dezembro daquele ano, é que recebeu a designação presente, numa homenagem ao seu ilustre filho, Tobias Barreto de Menezes, poeta, filósofo e jurisconsulto consagrado nos mais altos meios culturais do país.

A localidade acha-se instalada à margem esquerda do histórico rio Real, na entrada de uma vasta planície que se estende para o norte e para o leste e que, no mapa do município, aparece sob a designação de região de grandes Campos. Esta imensa planura, sulcada ao meio pelo rio Jabiberi, é que deu o nome, certamente, à primitiva povoação.

O seu fundador foi o célebre bandeirista e "Descobridor das Minas de Prata", do sertão nordestino, Belchior Dias Moreira, também conhecido por Belchior Dias Caramuru, por ser parente de Diogo Álvares Caramuru.

Felte Bezerra, à página 48, do seu livro "Etnias Sergipanas", diz que Belchior Dias tinha os seus currais perto da confluência do rio Jabiberi com o rio Real, em tôrno

à atual cidade de Tobias Barreto; e o consagrado historiador, Felisbelo Freire, afirma, na sua "História de Sergipe", que foi Belchior Dias quem edificou a capela da antiga povoação de Campos ("H. de Sergipe" — pág. 48). Não resta dúvida, pois, sôbre ter sido êle o notável colonizador do sertão do rio Real, que para ali chegou desde 1599, após haver tomado parte na conquista de Sergipe, como um dos capitães de Cristóvão de Barros — quem lançou as bases da localidade e foi o primeiro povoador das terras que iriam formar o seu município.

A época da fundação está compreendida entre a data da chegada de Belchior Dias, 1599, e o ano da sua morte, 1622.

Durante cêrca de um século a povoação não assistiu a acontecimento digno de nota para a sua história.

Por muito tempo as suas terras faziam parte do extenso morgado de Belchior Dias, cujo território se estendia até o rio Itapicuru, na Capitania da Bahia, o que deu lugar a desavenças entre o Arcebispo da Bahia e Garcia d'Ávila Pereira, o qual, como administrador do aludido morgado, opunha-se à ereção da capela de Nossa Senhora dos Campos, nêle situada, à categoria de freguesia.

O território pertencia à jurisdição política e administrativa de Lagarto.

Em 1674, com a criação do Corpo de Voluntários intitulado "Entrada dos Mocambos", destinada à repressão aos mocambos de negros fugidos, foi nomeado primeiro capitão-mor, do referido Corpo, um filho dos Campos, neto de Belchior Moreira, o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreira, que tinha jurisdição desde a Tôrre de Garcia d'Ávila até o rio São Francisco.

A êste tempo fôra criado o distrito do Rio Real, no qual a povoação de Campos ficara incluída, pois o referido distrito compreendia tôda a extensão do rio até a Borda da Mata de São João, onde se encontravam os "mais temerosos mocambos".

Em 20 de outubro de 1718, foi criada a freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, no têrmo da vila do Lagarto, pelo Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide.

Em 1757, segundo um relatório do Vigário André de Freitas Paiva, a freguesia contava em seus limites, 125 sítios de "pastôres e agricultores" e tinha uma população de 1 350 habitantes.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

A sua extensão era de 20 léguas de nascente ao poente e 3, de sul a norte ("Álbum de Sergipe", de Clodomir Silva — 1920).

No fim do século XVIII, Campos já era o maior centro de exportação de couro e sola da Capitania de Sergipe ("História Territorial do Brasil" — pág. 320 — Felisbelo Freire).

Pelo ano de 1808 a freguesia, segundo D. Marcos Antônio de Souza, na sua "Memória da Capitania de Sergipe", já conta uma população de 2 618 habitantes, sendo 1 000 brancos, 500 pretos e "os mais são indivíduos de raças combinadas". Diz ainda o autor citado, que, por aquela época, "é abundantíssima", na freguesia, a criação de gado.

O movimento do comércio de gado, na feira da freguesia, por aquêle remoto ano, já era de 2 000 cabeças de animais sendo baixo o rendimento da agricultura. Dom Marcos Antônio de Souza refere que os habitantes de Campos iam comprar farinha na Estância.

Por Decreto provincial de 17 de janeiro de 1835 o povoado de Campos foi elevado à categoria de vila. A sua delimitação deu lugar, depois, a sérias questões com a vila de Itabaianinha, cujos camaristas mais tarde chegaram a impugnar a criação da vila de Campos, embora esta se tivesse dado, anteriormente, à criação daquela.

Em 1852, havia no território da vila 958 fogos ou casas de moradia.

Em 1909, pela Lei n.º 550, de 23 de outubro, Campos é elevada à categoria de cidade.

Pela Lei n.º 684, de 21 de outubro de 1915, foi criada a comarca de Campos do Rio Real, composta dos têrmos de Campos e Riachão (hoje Riachão do Dantas).

Em 1920 o município tinha 6 769 habitantes, conforme menciona Clodomir Silva no seu "Álbum de Sergipe".

Em divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933, o município compõe-se de um só distrito. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 28 de março de 1938, o município é têrmo judiciário da comarca de Itabaianinha e se divide em três distritos: Campos, Igreja Nova e Poço Verde.

No quadro fixado, pelo Decreto-lei estadual n.º 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943, o município de Campos é ainda composto dos distritos de Campos,

Igreja-Matriz de N. S.ª da Imperatriz de Campos

Igreja Nova e Poço Verde — e continua como têrmo da comarca de Itabaianinha.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 7 de dezembro de 1944, que revogou o de n.º 377, de 31-XII-1943, o têrmo, o município e o distrito de Campos passaram a denominar-se Tobias Barreto, nome que atualmente conserva. Pelo referido Decreto-lei n.º 533, foi criada a comarca de Tobias Barreto, com o têrmo de Tobias Barreto transferido da comarca de Itabaianinha e com o têrmo de Riachão do Dantas (ex-Riachão), transferido da comarca de Lagarto. Entre 1945-1948, o município é composto dos distritos de Tobias Barreto, Poço Verde e Samambaia — e é têrmo judiciário da comarca de Tobias Barreto, sendo esta divisão judiciária confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 651, de 6 de junho de 1945.

Pelo Quadro da Divisão Territorial em vigor em 1.º-VII-1950, os distritos do município de Tobias Barreto são: Tobias Barreto, Samambaia e Poço Verde.

Pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, o município de Tobias Barreto perdeu o distrito de Poço Verde, que foi criado pela mesma lei, município independente — sofrendo ainda o desmembramento do território que passou a formar êste município.

A Lei n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, mantém o município de Tobias Barreto como sede de comarca do mesmo nome, constituída pelos têrmos de Tobias Barreto e Riachão do Dantas.

Pela Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957, a comarca de Tobias Barreto perdeu o têrmo de Riachão do Dantas, o qual passou à categoria de comarca — mantendo, entretanto, os seus dois distritos: Tobias Barreto e Samambaia.

LOCALIZAÇÃO — Situado à margem esquerda do rio Real, o município de Tobias Barreto acha-se na Zona Fisiográfica do Oeste Sergipano. Limita com os municípios de Poço Verde ao norte, Riachão do Dantas a leste, Itabaianinha a leste e ao sul e o Estado da Bahia ao oeste, com êste dividindo-se pelo rio Real. Na parte sudoeste do município, banhada pelo mesmo rio Real, encontra-se a sua sede, cujas coordenadas geográficas são: 11° 11' 20" de latitude Sul e 38° 00' 30" de longitude W. Gr. É a 45.ª cidade em ordem de distância à capital do Estado, pelo seu meio de transporte mais fácil, que é o rodoviário.

Acha-se na posição S.O. em relação a Aracaju, contando 108 quilômetros de distância em linha reta, para esta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede de Tobias Barreto está a 180 metros de altitude, sendo a 8.ª das cidades mais altas de Sergipe.

CLIMA — O clima do município é ameno e varia pouco sua temperatura. A média das máximas é de 29°C e a das mínimas, 22°C. Chove regularmente ali, atingindo a precipitação pluviométrica 1 900 milímetros de altura. Os meses mais chuvosos são: março, abril, julho e agôsto.

ÁREA — É um dos maiores município do Estado, possuindo área de 1 126 quilômetros quadrados.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS — Os principais são: a) Rios: o Real que banha tôda a orla oeste do município, servindo de linha divisória com o Estado da Bahia. Banha também a sede municipal; o Jabiberi, que nasce no nordeste do município, no lugar chamado Barra, e corre para o sul, indo desaguar no rio Real, próximo à sede municipal, depois de um percurso aproximado de 30 quilômetros; o riacho Jucambo, que divide o município do de Poço Verde, fazendo barra no rio Real; o rio Jacarèzinho, que nasce no município, na serra do Boqueirão e deságua no rio Real depois de um percurso no sentido nordeste--sul; o Caripau, nasce no município de Riachão do Dantas, entra no de Tobias Barreto correndo no sentido leste-norte--oeste até o distrito de Samambaia, daí passando a correr para o sul, vindo desaguar no rio Real; o Pai Chico, e o Vinagre ou Gravatá, afluentes do Jabiberi; o Areias, o Passagem Real e o Salgadinho, afluentes do Vinagre. b) serras: Evangelista ou Congogi, Boqueirão, Jabiberi e

Capitoa, ao norte; Canine, Macota, Saquinho, Babu, Cosme e Cavalos, a leste; Praça, Congo, Oiti e dos Papagaios, ao sul. No centro do município está a região dos Grandes Campos.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município tem as suas reservas de argila e pedras para construção, produzindo em 1956, da primeira, 5 800 toneladas no valor de Cr$ 87 000,00 e da segunda, 1 400 toneladas num total de Cr$ 140 000,00.

No reino vegetal existem: madeira para construção, cuja produção em 1956 foi de 2 800 metros cúbicos, no valor de Cr$ 1 120 000,00 e lenha para combustível, de que produziu no referido ano 96 000 metros cúbicos no valor de Cr$ 3 360 000,00.

No reino animal, o município produz peixe (1 500 quilogramas em 1956 no valor de Cr$ 52 200,00), mel de abelha (1 000 litros no valor de Cr$ 15 000,00 em 1956) e cêra de abelha (110 quilogramas).

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população total de Tobias Barreto era, na data do Censo, de 18 394 habitantes, sendo 3 323 na sede do município e 15 071 habitantes no quadro rural. A população distribuída pelos dois distritos em que se divide o município, dava, para o de Tobias Barreto — 14 812 e para o de Samambaia — 3 582 pessoas.

Segundo o sexo, a população estava representada nos seguintes dados: a) em todo o município: homens, 8 662; mulheres, 9 732; b) no distrito de Tobias Barreto: homens, 6 897; mulheres, 7 915; c) no distrito de Samambaia: homens, 1 765; mulheres, 1 817. Na sede municipal predominava em número o sexo feminino, numa proporção de 1 420 mulheres para 1 025 homens.

Segundo a côr, havia, em todo o município, 12 763 brancos, 5 265 pardos e 366 pretos, representando, êstes últimos, apenas 2% da população total.

Segundo o estado civil, temos em todo o município: casados — 5 416; solteiros — 3 968; e viúvos — 565.

Quanto à religião os habitantes de Tobias Barreto dividiam-se por 18 258 que se declararam católicos e 136 que se disseram pertencer a outras religiões.

A densidade demográfica do município era de 11,424 habitantes por quilômetro quadrado.

As estimativas realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre o efetivo demográfico do município em 1.º-VII-1956 dão um total de 26 579 habitantes para todo o município, sendo 3 414 na sede municipal e 23 165 no quadro rural.

Jardim Público, ao lado da Matriz

Cine Santo Antônio

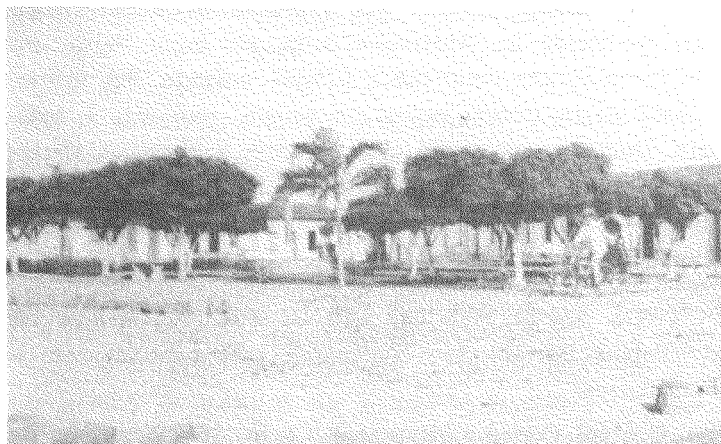
Aglomerações urbanas — São as seguintes as principais aglomerações urbanas do município de Tobias Barreto: 1) sede municipal, com a população de 3 323 habitantes. 2) vila de Samambaia, com 180 habitantes; 3) povoados de: Capitoa, com 130 moradias e 280 habitantes, Jabiberi, com 100 moradias e 250 habitantes; Barriga, com 58 moradias e 150 habitantes; Campestre do Abreu, com 30 moradias e 80 habitantes; Campo Grande, com 32 moradias e 80 habitantes; Coelhos, com 22 moradias e 60 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura em Tobias Barreto encontra-se relativamente desenvolvida, ocupando a maior parte da população (93,5% dos trabalhadores). O município, neste ramo de atividade, produz, principalmente, milho, mandioca e feijão. Em 1956, a produção de milho foi de 5 000 sacos de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 225 000,00 e a de mandioca, 2 800 toneladas, que importaram em Cr$ 1 600 000,00.

Na pecuária, entretanto, tem o município o seu mais forte patrimônio econômico, com um rebanho que se classifica entre os maiores do Estado. Ocupa o 1.º lugar entre todos os municípios de Sergipe, a sua população de: suínos (21 000 cabeças); ovinos (14 600 cabeças); caprinos (9 200 cabeças) e asininos (4 300 cabeças). O seu rebanho de bovinos (23 500 cabeças) é o 3.º do Estado e bem assim a sua população de eqüinos (3 500 cabeças). Contam-se, ainda, 1 300 cabeças de muares.

O valor de todo o rebanho pecuário atinge a cifra estimada de Cr$ 145 370 000,00.

O movimento industrial do município adstringe-se ao pequeno artesanato, ocupando um efetivo de 186 pessoas.

Verifica-se no município a existência de 33 estabelecimentos de: curtume, de fabrico de calçados, selas, malas e outros artefatos de couro, com uma produção, em 1956, de Cr$ 1 043 500,00 (6 dêsses estabelecimentos não funcionaram no ano). Existem, ainda, pequenas oficinas de móveis de madeira e espingardas de caça, olarias, fábricas de bebidas e casas de fabricar farinha de mandioca. O município tem a sua indústria de carne salmourada, cujo produto também exporta para o Estado da Bahia, tendo sua produção atingido, em 1956, o valor de 6 milhões e 154 mil cruzeiros.

Avenida 7 de Junho

O município produz pedras, madeiras para construção, peixe e caça.

O valor total de tôda a produção industrial do município, em 1956, foi de Cr$ 12 945 700,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Tobias Barreto é regularmente desenvolvido, possuindo 3 estabelecimentos grossistas e 91 varejistas. As praças com que transaciona são: Salvador, Aracaju, São Paulo, Distrito Federal, Recife, Maceió, Riachão do Dantas, Lagarto, Poço Verde, Itabaianinha, Itapicuru e Nova Olinda (Bahia). O movimento bancário de cobranças de títulos é feito através de correspondentes bancários. Há uma Agência de Depósitos da Caixa Econômica Federal, funcionando através da agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Tobias Barreto fica à margem da Rodovia Aracaju—Salvador, ligando-se por meio rodoviário, com as seguintes cidades: Aracaju (153 quilômetros), Salvador-Bahia (324 quilômetros), Riachão do Dantas (35 quilômetros), Itabaianinha (31 quilômetros), Poço Verde (53 quilômetros), Simão Dias (148 quilômetros), Itapicuru-Bahia, e Rio Real-Bahia. Há ônibus fazendo transporte de passageiros, diàriamente, para Aracaju e Riachão do Dantas e, três vêzes por semana (têrças, quintas e sábados), para Salvador, partindo de Aracaju às 5 horas e passando por Tobias Barreto às 9 horas.

Em Tobias Barreto há uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tobias Barreto conta um total de 50 logradouros públicos (ruas e praças), 10 dos quais pavimentados. Dêstes, 7 são calçados a paralelepípedos, sendo 2 inteiramente e 5 parcialmente, e 3 são pavimentados a pedras irregulares, sendo 2 inteiramente e 1 parcialmente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade tem 1 médico, 1 farmacêutico e 1 dentista. A assistência médica é prestada à população através de 1 hospital, com 22 leitos, e de 1 Pôsto Médico. Há, também, uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De 19 237 pessoas de 5 anos e mais, de idade, existentes no município, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 3 219 sabiam ler e escrever, ou seja, 17,5% eram alfabetizados. Dêste último total, possuíam curso completo: a) de grau primário, 241 pessoas; b) de grau médio, 15 e, c) de grau superior, 2.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 22 estabelecimentos do ensino primário geral com matrícula total de 834 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência da Biblioteca "Tobias Barreto", instalada na sede municipal, com um total de 3 513 volumes. O movimento, no ano de 1956, atingiu o número de 3 247 consultas.

Há, na cidade, um cinema, com 250 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — As rendas públicas no município e a despesa realizada, nos sete últimos anos, podem ser apreciadas segundo o quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	259	1 242	593	..	470
1951	313	2 189	678	228	708
1952	390	2 547	946	378	944
1953	383	2 566	1 159	423	1 128
1954	389	3 049	1 062	434	1 208
1955	690	3 570	1 100	486	1 244
1956	544	4 362	1 530	566	1 083

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A Igreja Católica tem como seus adeptos a quase totalidade da população do município. A festa da padroeira, Nossa Senhora Imperatriz, é a principal do ano, reunindo pessoas de tôdas as partes do município e de cidades vizinhas. É celebrada todos os anos no dia 15 de agôsto, sendo antecedida de novena em que há grande animação. No dia da festa, há a Missa Solene e, à tarde, procissão conduzindo pelas ruas da cidade, em artística charola, a imagem da Padroeira.

VULTOS ILUSTRES — *Tobias Barreto de Menezes* — Uma das maiores cerebrações do Brasil até hoje. Deu o seu nome ao município. Nasceu a 7 de junho de 1839 e faleceu em Recife, a 26 de junho de 1889. Filósofo dos maiores do Brasil, poeta e jurisconsulto renomado, cuja ação na Faculdade de Direito do Recife transformou, radicalmente, o ensino da Filosofia do Direito, destruindo velhas doutrinas de base precária. Introdutor, no Brasil, da escola científica do monismo filosófico de Noiré e da escola do condoreirismo poético. Foi o brasileiro do seu tempo mais conhecido na Alemanha culta, em cujos meios era tido como jurista eminente e filósofo acatado. Foi jurista, filósofo, poeta, crítico, polemista, orador, jornalista e musicista. Dentre a sua vasta obra literária e científica, destacam-se: "Lições do Direito Público Brasileiro", "Menores e Loucos", "Dias e Noites", "Polêmicas", "Estudos de Direitos".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Tobias Barreto, são conhecidos pelo gentílico tobias-barretenses.

O atual Prefeito Municipal é o Sr. José Francisco de Menezes, cuja posse se deu a 31 de janeiro de 1955, data

da instalação da atual Câmara de Vereadores. Esta se compõe de 5 membros.

Dos 3 443 eleitores inscritos, 2 306 votaram no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 33,0%.

(Elaboração: João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. — Agente de Estatística do Município: Mário de Oliveira Ramos).

TOMAR DO GERU — SE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A povoação de Geru foi núcleo de gentios, que ali se firmaram, possìvelmente bem antes do período das invasões holandesas em Sergipe.

Em 1695, segundo Felisbelo Freire ("História de Sergipe"), o Geru já era uma aldeia com certa organização administrativa, possuindo um diretor nomeado pelo Govêrno.

Por aquela época prosseguiam as lutas entre os colonizadores portuguêses e os Jesuítas, em tôrno da escravização pelos primeiros, do elemento aborígine, que encontrava nos padres lídimos defensores.

Na lavoura e na pecuária, ainda se faziam sentir os efeitos da devastação quase completa que os exércitos flamengos, bem como o de Bagnuolo, infligiram ao território sergipano, cêrca de 50 anos atrás, e os lavradores viviam à busca sôfrega de braços escravos, para os ajudarem no trabalho de recuperação dos campos.

Estas lutas, nem sempre incruentas, entre o índio e o Jesuíta, de um lado, e os colonos, do outro, causaram, através dos tempos, sucessivas perturbações no meio social da Capitania, com repercussões até na Côrte, e provocando uma interferência decisiva do Rei, no sentido de solucioná-las. Aliás, o Rei já vinha se entusiasmando com as idéias de proteção ao silvícola brasileiro, já tendo ido em socorro dos índios do Grão-Pará e do Maranhão, com o alvará com fôrça de Lei, de 8-5-1758 e leis de 6 e 7-6-55 que asseguravam a liberdade dos naturais.

Agora, com a Carta régia de 22 de novembro de 1758, o Soberano declarava livres todos os índios do território sergipano, ao tempo em que criava vila a antiga aldeia do Geru, que deveria passar a chamar-se Nova Távora ou Tomar com a característica singular de ter nos cargos do seu serviço público exatamente elementos indígenas.

Ensaiava, assim, El Rei, uma medida de alto alcance sociológico, habilitando o primitivo habitante das nossas selvas para as funções da administração levando-o a assimilar-se e confundir-se com a população branca numa tentativa de extinguir antagonismos que vinham trazendo dificuldades à Coroa, na sua obra colonizadora.

E Geru era a primeira base desta experiência, em terras de Sergipe.

Sôbre o fracasso da medida, que infelizmente ocorreu, não cabem aqui considerações, valendo antes reproduzir o trecho da Carta régia citada, em que se criava a nova vila e que estava redigido nos seguintes têrmos: "Por me ser presente que a Aldeia do Geru, intitulada Nossa Senhora do Socorro sita na Freguesia dos Campos do Rio Real, termo da Vila do Lagarto, Comarca da cidade de Sergipe de El Rei, tem capacidade de vizinhos e cômodo preciso para o dito efeito, sou servido ordenar que passando logo a dita Aldeia a Vila, estabelecereis nela (dirige-se ao Governador-Geral da Bahia) com o nome de Nova Távora — elegendo a votos do povo um de seus moradores para juiz dela, que será tutor dos órfãos três vereadores ou dois no caso de não haver número e um procurador do Conselho todos mais hábeis do dito povo e ainda na suposição de não achardes nela quem saiba ler e escrever, sempre com êles serão eleitos os mesmos índios e para três anos futuros fareis eleição de semelhantes oficiais na forma da Ord. Ls. 1.º tt 67 guardando em tudo a formalidade de que ela prescreve e igualmente elegereis a votos do povo um homem que haja de ser escrivão da comarca que ora também servirá de tabelião das notas e escrivão do judicial e dos órfãos o qual, no caso de não haver na Aldeia, nacional dentre os índios com a necessária inteligência e notícia de processar, poderá ser nomeado um português com as referidas qualidades e a êle se lhe encarregará a obrigação de ensinar a ler e a escrever aos meninos da Vila bem entendido que a todo o tempo que houver índio com aptidão para servir êste ofício ou português casado com Índia com as qualidades necessárias, qualquer dêstes sujeitos preferirá na serventia do referido ofício àquêle em quem não concorrerem estas circunstâncias." E prossegue: "Um alcaide e seu escrivão e aquêle exercitará o ofício de carcereiro, um porteiro que igualmente servirá na câmara e nos auditórios judiciais: a todos os sobreditos oficiais novamente eleitos mandareis logo passar suas cartas de usanças para que possam sem demora entrar a exercer a jurisdição em seus ofícios, dando-se-lhes o juramento e posse, sem que leveis estipêndio algum pelas assinaturas dêstes papeis, nem também o escrivão que a exercer pelos feitos dos mesmos". O documento continua traçando uma série de recomendações, mandando destinar casa para as conferências da câmara e audiências do juiz, e habitação do pároco, erguer pelourinho e estabelecer o têrmo da Vila "até os confins das terras que presentemente se acham de posse os índios..." As demarcações deveriam ser feitas rigorosamente por pilotos que as dividiriam, resguardando sempre o direito dos índios às referidas terras.

Prefeitura Municipal

Um ano depois desta Carta régia, eram expulsos os Jesuítas de Sergipe, na execução do bando do vice-rei Dom

Igreja-Matriz de N. S.ª do Socorro

Marcos de Noronha, de 26 de novembro de 1759, Lei que foi ampliada pela de 28 de agôsto de 1767.

Tendo-se acentuado a tendência escravista entre os lavradores, com a expulsão dos Jesuítas, novos tumultos começaram a ocorrer e em 1765 um grupo armado, sob a chefia de Izidoro Gomes, investe contra a vila de Nova Távora que era chamada Tomar Do Geru e que era centro poderoso dos naturais; os invasores ocupam a câmara e a cadeia e fazem muitas mortes entre as suas vítimas, o que deu lugar a uma revanche dos índios aliados aos negros fugidos em mocambo, contra a cidade de São Cristóvão.

Em 1808, a vila de Tomar tinha em seu território uma população de 633 índios e alguns brancos, servindo, em sua câmara, um juiz ordinário índio e um branco. O seu têrmo a esta época era de apenas uma légua quadrada, morando, para além dêstes limites, muitos lavradores e proprietários de fazendas de gado ("Memórias da Capitania de Sergipe" — Marcos de Souza).

Pela Lei de 19 de fevereiro de 1835, foi extinta a vila de Tomar do Geru, transferida a sede do município para a vila de Itabaianinha, ficando a vila extinta reduzida à categoria de Distrito de Paz, com o nome de distrito de Geru.

Pela Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953, foi criado o novo município de Tomar do Geru, com a sua sede na localidade dêste mesmo nome, que passou à categoria de cidade. O seu território foi desmembrado do município de Itabaianinha.

No quadro da Divisão Territorial do Brasil, vigente em 1.º-VII-1955, o município de Geru aparece com um único distrito — o da sede, situação esta que é mantida atualmente.

Tomar do Geru é têrmo na comarca de Itabaianinha.

O seu atual Prefeito é o Sr. Pedro Silva Costa, que foi empossado em 31 de janeiro de 1955, data em que se instalou o município e a sua Câmara, composta de cinco vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Tomar do Geru situa-se entre os rios Real e Itamirim, limitando ao sul com o Estado da Bahia, a oeste com o município de Tobias Barreto, ao norte com o município de Itabaianinha e a leste com o de Cristinápolis. As coordenadas geográficas da sede municipal não foram ainda determinadas. Fica na

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal fica a cêrca de 100 metros de altitude.

CLIMA — Mais ou menos variável no decurso do ano. Os meses mais chuvosos são, geralmente: abril a agôsto.

ÁREA — Segundo os cálculos levantados pela Inspetoria Regional de Estatística, a área do município é de 312 quilômetros quadrados, colocando-se Tomar do Geru entre os municípios do tipo médio, em extensão territorial, no Estado de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: o Real, que banha tôda a orla sul e sudeste do município, separando-o do Estado da Bahia, até encontrar o município de Cristinápolis; o Itamirim, que após receber as águas do riacho Salgado, passa a dividir Tomar do Geru do município de Itabaianinha, até o município de Cristinápolis; riacho Salgado, que divide Tomar do Geru de Itabaianinha, desde as cabeceiras do referido curso de água, na serra da Catramba, até a sua foz no Itamirim. Serras: a maior porção do município é pouco montanhosa; apenas a oeste verificam-se elevações mais acentuadas, salientando-se a serra da Catramba, entre Tomar do Geru e o município de Tobias Barreto; serras de Campo Grande, Curralinho e Caraíbas, dentro do território do município aqui focalizado. Lagoas: de Sandes e de Serrete, ao sul da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Tomar do Geru possui boas pedreiras de onde se extraem pedras para paralelepípedos e meios-fios (5 200 metros cúbicos, em 1956). Também é feita no município a extração de argila ou barro, para fabrico de telhas e tijolos (200 toneladas em 1956).

As reservas de origem vegetal são apreciáveis, extraindo-se grande quantidade de lenha para combustível (29 000 metros cúbicos, em 1956, no valor de Cr$ 1 160 000,00).

De origem animal, há pequena produção de mel e cêra de abelha.

POPULAÇÃO — A criação do município deu-se posteriormente ao Recenseamento Geral de 1950, achando-se, pois, a sua população, incluída nos resultados censitários do município de Itabaianinha, ao qual Tomar do Geru pertencia. Entretanto, os cálculos elaborados pela Inspetoria Regional de Estatística, objetivando extrair os dados do novo município, com base em coeficientes prèviamente determinados dão, para Tomar do Geru, as seguintes estimativas: população total — 8 710, sendo homens — 4 249 e mulheres — 4 461. População da sede municipal, 556 habitantes, e do quadro rural, 8 154 pessoas. Quanto à côr, calcula-se que existiam 3 540 brancos, 4 374 pardos e 772 pretos, predominando os pardos. Nos tempos passados, sendo Tomar do Geru um dos núcleos mais populosos de índios, em Sergipe, é estranho notar-se como esta raça desapareceu totalmente, conforme aconteceu em outros municípios, quase nem restando os seus traços étnicos, na população atual. Quanto ao estado civil da população, encontram-se 2 402 casados, 2 039 solteiros e 274 viúvos.

O número de católicos ascendia a 8 469, ou seja, 97,23% da população declararam-se pertencer à religião católica e apenas 241, a outras religiões. Da população de 10 anos e mais, 2 288 se achavam trabalhando no campo (agricultura e pecuária), na indústria e no comércio, e 2 972, em afazeres domésticos.

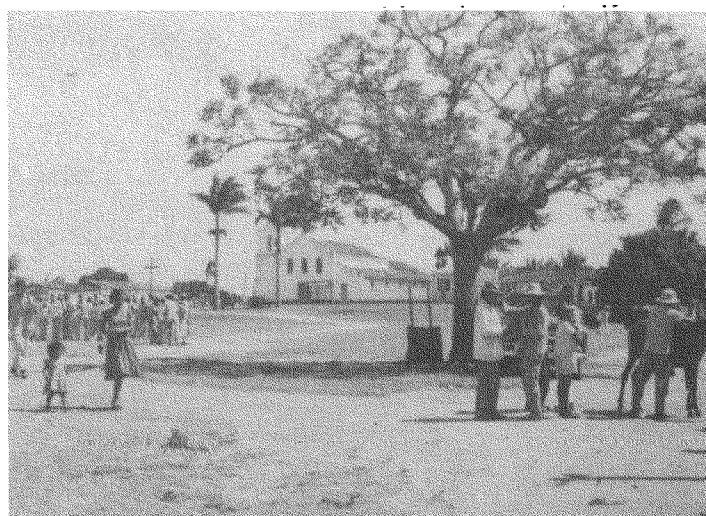
A densidade demográfica do município era de 27,916 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a sede municipal, cuja população já foi mencionada no capítulo precedente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal das atividades econômicas em Tomar do Geru é a agricultura, em cujas ocupações se dedica a maior parte dos habitantes em idade ativa. A principal produção do município é mandioca, de que foram colhidas 4 075 toneladas em 1956, no valor de Cr$ 2 512 500,00; em segundo lugar vem milho, com uma produção no mesmo ano, de 2 800 sacas de 60 quilogramas, importando em Cr$ 672 000,00. Há também, pequena produção de cana-de-açúcar e frutas.

A pecuária é regularmente desenvolvida, destacando-se os rebanhos de ovinos (que é o sexto do Estado, com 7 500 cabeças), bovinos (6 500 cabeças), suínos (5 500) e caprinos (1 900 animais).

A produção industrial é obtida apenas em 12 estabelecimentos de pequeno porte, na sua maioria da chamada indústria rural (casas de fabricar farinha, olarias, etc.).

COMÉRCIO E BANCOS — É de 12 o número de estabelecimentos comerciais, todos varejistas. Não existem agentes ou correspondentes de estabelecimentos bancários, sendo o movimento feito através dos correspondentes da vizinha cidade de Itabaianinha. O comércio de Tomar do Geru transaciona com as praças de Aracaju, Estância, Itabaianinha, Tobias Barreto e Salvador.

Praça da Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela ferrovia da antiga Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, hoje encampada pela Rêde Ferroviária Federal S.A., a qual mantém uma estação na sede municipal. São os seguintes os meios de transporte da cidade de Geru com a Capital do Estado e com as cidades vizinhas: a) ferrovia: Aracaju (149 quilômetros); Itabaianinha (15 quilômetros) e Rio Real—Bahia (21 quilômetros); b) rodovia: Aracaju (163 quilômetros); Tobias Barreto (60 quilômetros) e Itabaianinha (18 quilômetros).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na cidade, uma agência postal e a Rêde Ferroviária Federal S.A. mantém serviço telegráfico na estação ferroviária ali instalada.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal não conta ainda logradouros pavimentados. Possui iluminação elétrica fornecida por usina termelétrica local, com 38 ligações domiciliares. Há 2 pensões na cidade, cobrando a diária média de Cr$ 100,00.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 7 198 pessoas de 5 anos de idade e mais, existentes no município em 1950, 1 395 sabiam ler e escrever.

Ensino — É de 6 o número de estabelecimentos de ensino primário, inclusive 1 de ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — A partir de 1955, ano em que o município foi instalado, e até 1956, a arrecadação das entidades públicas e a despesa, foram as seguintes:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	57	553	34	179
1956	—	198	696	46	363

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No dia 8 de setembro de cada ano, celebra-se na sede municipal, com grande entusiasmo por parte da população católica, a tradicional festa de Nossa Senhora do Socorro. Também o dia de Ano-Bom, a 1.º de janeiro, é sempre festivo para a cidade, cuja população se movimenta envergando suas roupas novas, na igreja e nas ruas.

Mercado Municipal

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Tomar do Geru, reconstituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é considerada monumento histórico pela sua antigüidade, datando do século XVII.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Tomar do Geru tomam a designação gentílica de geruenses.

No pleito eleitoral realizado no dia 3 de outubro de 1954, do total de 668 eleitores inscritos, 503 compareceram às urnas, verificando-se uma abstenção de 24,7% do eleitorado.

(Elaboração: João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. — Agente de Estatística do Município: Mário Alves de Macêdo (em exercício).

UMBAÚBA — SE

Mapa Municipal na pág. 388 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território que forma o município de Umbaúba sofreu, cedo, o avanço dos primeiros colonizadores de Sergipe, que penetraram pelo sul do Estado, entre as bacias dos rios Real e Piauí, subindo a noroeste.

Positivamente, pelo ano de 1602, Belchior Dias Moreyra, que veio a tornar-se célebre como pesquisador de minas e desbravador de sertões, obteve uma sesmaria no rio Guararema, penetrando a parte oriental do município, chegando, possìvelmente, próximo ao local onde hoje se assenta a sede dêste. Não se sabe a época exata em que começou a formar-se a povoação, presumindo-se tenha se dado, pelo último quartel do século XIX, ou, mais aproximadamente, na década de 1860 a 1870.

Anteriormente o local onde veio a surgir a povoação era uma fazenda de gado, por nome Fazenda Sabiá, pertencente ao coronel Manoel Fernandes da Rocha Braque, encravada no têrmo judiciário e vila do Espírito Santo, hoje Indiaroba.

Conta-se que, à margem do manso Riacho da Guia, atualmente denominado "Dois Riachos", no ponto em que se formou o lugarejo, havia um frondoso pé de umbaúba, a cuja sombra vinham fazer pousada os caminheiros chegados com suas tropas de burro, ou mesmo a pé, pela estrada real que descia de Santa Luzia para o município de Itabaianinha. Aí costumavam os viajantes descarregar a tropa, fazerem o fogo para preparar a comida e não raro dormir para se refazerem do desgaste de energia pelo percurso já vencido, reencetando, depois, a caminhada.

Alguém, com senso comercial oportuno, instalou ali um pôsto de venda muito primário, para suprir de bebidas ou gêneros alimentícios os que faziam a sua parada no "Descanso da Umbaúba", como era conhecido o lugar.

Como ainda hoje costuma acontecer ao longo das estradas, é provável que o dono do negócio tenha feito a sua primeira casa no local e, depois, outros foram por ali se instalando sem que o proprietário dos terrenos o impedisse, até que, num espaço de tempo relativamente curto, já se estivessem realizando feiras naquele ponto. Êste, como arraial, passou a chamar-se "Riacho da Guia", servindo-se da toponímia sugerida pelo estreito curso de água que banhava a campina.

O proprietário da fazenda, verdadeiro fundador e incentivador do povoado, logo construiu uma capela, dedicando-a a Nossa Senhora da Guia, reservando ali uma área de 60 braças quadradas, para o desenvolvimento da localidade.

Entretanto, o nome do lugar oscilou entre Riacho da Guia e Umbaúba, prevalecendo êste último.

Com a criação do município de Vila Cristina, hoje Cristinápolis, o arraial de Umbaúba passou a fazer parte da nova comuna, cujo território fôra desmembrado da do Espírito Santo (Indiaroba).

Já no início da década 1880-1890, a Câmara Municipal de Itabaianinha concedeu o privilégio a João Fernandes da Rocha, para "construir, usar e gozar" uma casa de mercado no povoado Umbaúba, concessão que foi aprovada pela Resolução provincial n.º 1 285, de 13 de setembro de 1883.

O fato provocou protesto da Intendência de Vila Cristina, que se julgou esbulhada no seu direito de jurisdição sôbre o povoado, tendo o Presidente provisório do Estado, Dr. Felisbelo de Oliveira Freire, em regime discricionário, já no ano de 1890, anulado o Ato da Assembléia Provincial, extinta, afirmando, pelo Decreto n.º 50, de 20 de junho de 1890, os direitos de Vila Cristina, à exploração do referido mercado.

Prefeitura Municipal

Vista da Rua Capitão Alcides

Já em 1889, pelo Decreto de 10 de dezembro, fôra criada no povoado a sua cadeira de ensino primário.

Com a morte do coronel Manoel Fernandes da Rocha Braque, o seu filho, major Cândido José Araújo Viana, doou a Capela de Nossa Senhora da Guia, fundada por seu pai, à serventia comum e livre dos moradores da localidade e fêz nela diversos melhoramentos às suas custas.

O distrito de Umbaúba foi criado em 1926, pela Lei n.º 961, de 16 de outubro.

Um dos benfeitores do distrito foi, ainda, o capitão Alcides Bezerra Monteiro, natural da localidade, que incentivou a construção de diversas casas e abriu novas ruas. Nas divisões territoriais do Estado, datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 69, de 20 de março de 1938, figura o distrito de Umbaúba fazendo parte do município de Vila Cristina (Cristinápolis).

Umbaúba já tivera, por fôrça do disposto na Lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, a sede do seu distrito elevada à categoria de vila.

Nas divisões de 1939-1943, Umbaúba ainda é distrito de Vila Cristina, que passou a chamar-se Cristinápolis, pelo Decreto-lei n.º 533, de 7 de dezembro de 1944.

A mesma situação anterior é mantida, nas divisões do quadro territorial de 1945-1948.

Entretanto, o desenvolvimento agropecuário do distrito, seu florescimento comercial e crescimento de sua sede, vem torná-lo tão importante, quase, quanto a sede do município e então a Lei estadual n.º 525-A, de 6 de fevereiro de 1954, que criou diversos novos municípios no Estado de Sergipe, incluiu entre êstes o distrito de Umbaúba, cuja sede passava, assim, e com justa razão à categoria de cidade.

O novo município tivera desmembrado o seu território do município de Cristinápolis.

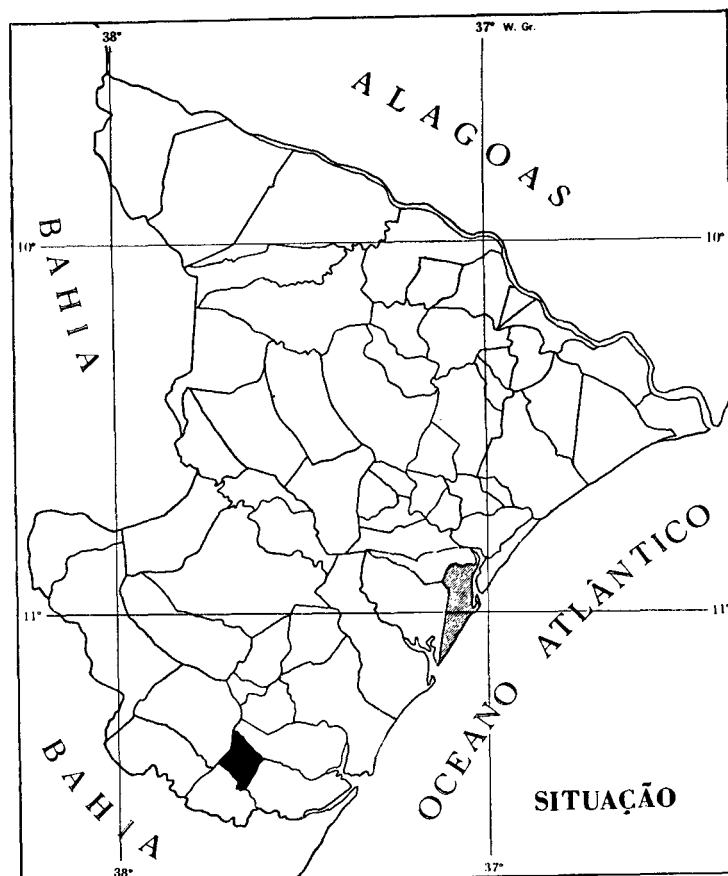
Eleitos em outubro de 1954, primeiro Prefeito e a primeira Câmara de Vereadores da nova comuna, foi esta solenemente instalada com a posse dos mandatários daqueles órgãos, em 31 de janeiro de 1955.

A Lei estadual n.º 554, de 6 de fevereiro de 1954, estabelece que o município de Umbaúba, possui um só distrito — o da sede municipal e é têrmo da comarca de Itabaianinha.

Esta situação é mantida na Lei n.º 823, de 24 de julho de 1957 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).

A Câmara Municipal de Umbaúba compõe-se de cinco membros e o Prefeito atual do município é o Sr. Anfilofio Fernandes Viana, eleito em 3 de outubro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município na Zona Fisiográfica do Litoral, à margem norte do rio Itamirim, limitando com os municípios de Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba e Cristinápolis.

A sede municipal acha-se implantada bem ao norte, vizinha à linha de limites com o município de Santa Luzia do Itanhi, não tendo sido ainda determinadas as suas coordenadas geográficas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Cêrca de 50 metros, na sede municipal.

CLIMA — Muito quente no verão, úmido e frio no inverno, todavia, saudável. Os meses mais chuvosos são junho, julho e agôsto. Não foi determinada a temperatura durante o ano por falta de instrumento, no município.

ÁREA — Segundo o levantamento realizado pela Inspetoria Regional de Estatística, com base nos mapas municipais, a área de Umbaúba totaliza 116 quilômetros quadrados, ficando abaixo da área média dos municípios sergipanos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município apresenta apenas pequena elevação sulcada pelo rio Guararema e a depressão cavada pelo vale do Rio Itamirim. Não há serra digna de nota.

A bacia hidrográfica é constituída apenas pelos rios Guararema e Itamirim, o primeiro correndo ao longo do município, de oeste para sul e dividindo-o com o muni-

cípio de Cristinápolis, e o segundo, nascendo na direção sul da sede municipal e correndo para leste, vai cortar o vértice das linhas convergentes de limites com os municípios de Santa Luzia de Itanhi e Indiaroba.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, o município possui barro ou argila para a pequena indústria da cerâmica, tendo produzido 9 000 toneladas em 1956; e de origem vegetal, há reserva de madeiras para lenha, do que produziu 6 800 metros cúbicos em 1956, no valor de 204 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Ao tempo do Recenseamento Geral de 1950, o território do município achava-se compreendido na área de Cristinápolis, ficando incluído nos resultados dêste município os dados sôbre a população do primeiro. Extraídos êstes dados pela Inspetoria Regional de Estatística, encontrou-se para o atual município de Umbaúba a seguinte população: total — 2 036, sendo, homens — 947 e mulheres — 1 089. Segundo a situação dos domicílios, verificam-se 803 habitantes na sede municipal e 1 233 no quadro rural. Quanto à côr, existiam em Umbaúba, em 1950, 350 brancos, 340 pretos e 1 346 pardos, havendo, assim predominância de pardos. Concernente ao estado civil, encontravam-se no município de Umbaúba 550 casados, 530 solteiros, 62 viúvos e 1 desquitado. Em religião prepondera a católica com um efetivo de 2 014 filiados, havendo apenas 22 pessoas que se declararam pertencer a outras religiões. De um total de 702 habitantes de 5 anos e mais de idade, 272 sabiam ler e escrever. O número dos que se dedicavam à agricultura e à pecuária era de 465, enquanto que 663 pessoas dedicavam-se aos afazeres domésticos.

A densidade demográfica do município estava representada pelo índice 17,551.

Aglomerações urbanas — A única existente é a sede municipal, com a população já referida no capítulo anterior.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população dedica-se na maior parte à agricultura. A produção agrícola, contudo, não alcança bons índices por tratar-se de um município com recursos limitados e com apenas dois anos de independência política. Em 1956 destacou-se a produção de milho, com 2 800 sacas de 60 quilogramas, e mandioca, com 685 toneladas. O valor total da produção agrícola andou pela casa de 1 milhão e 300 mil cruzeiros.

A pecuária do município está representada pelos rebanhos de bovinos (4 600 cabeças), ovinos (2 000 cabeças) e suínos (1 100 animais). As outras espécies de gado (eqüinos, asininos, muares e caprinos) apresentam efetivos insignificantes.

A indústria revela-se apenas através de algumas poucas casas de fabricar farinha de mandioca, e outros, totalizando 10 estabelecimentos.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal encontram-se 26 estabelecimentos comerciais, todos varejistas. O comércio de Umbaúba faz transações com as praças de Aracaju, Estância, Tobias Barreto e Itabaianinha e, algumas vêzes, com Salvador (Bahia).

Não há agência de estabelecimentos bancários, sendo as transações de cobrança de títulos feitas através dos correspondentes sediados na vizinha cidade de Itabaianinha. O comércio é relativamente movimentado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Umbaúba liga-se por rodovia com a Capital do Estado (163 quilômetros). Com as sedes dos municípios limítrofes, comunica-se da seguinte maneira: por estrada carroçável: Santa Luzia do Itanhi (24 quilômetros), Cristinápolis (15 quilômetros) e Indiaroba (30 quilômetros); por rodovia: Itabaianinha (18 quilômetros). Há, na cidade, uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Umbaúba ainda não possui logradouros pavimentados, mas já é servida por luz elétrica, embora tenha a usina local funcionado com interrupções em 1956.

Há uma pensão na cidade, cobrando diária média de Cr$ 100,00.

A cidade situa-se em uma vasta planície, banhada pelos rios Guarurema e Dois Riachos.

ALFABETIZAÇÃO — De um total de 702 pessoas de 5 anos de idade e mais, existente em 1950, 272, ou seja, 34% do referido grupo, sabiam ler e escrever.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 3 estabelecimentos escolares do ensino primário, todos na sede municipal. A matrícula alcançada no referido ano foi de 125 alunos e o rendimento escolar representou-se por 75 aprovações.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado em 31 de janeiro de 1955. A arrecadação em 1955 e 1956, realizada pelas entidades públicas, e a despesa da Prefeitura no mesmo período, estão representados no seguinte quadro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	109	544	37	207
1956.......	—	280	681	42	351

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se no dia 2 de fevereiro de cada ano, na sede municipal, a festa de Nossa Senhora da Guia, padroeira da cidade. Referida festividade é celebrada com entusiasmo geral da população.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o gentílico umbaubenses.

O número de eleitores inscritos em 1954 era de 786. Votaram no último pleito 509 cidadãos, verificando-se uma abstenção de 35,2%.

(Elaboração: João de Oliva Alves, Agente de Estatística adido à I.R. de Sergipe. — Agente de Estatística do Município: Aurélio Nunes Bezerra).

Bibliografia

Abelardo Duarte — OS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO DAS ALAGOAS — *in* Revista do Instituto Histórico de Alagoas — Volume XXV — Maceió — 1949

Adalberto Marroquim — TERRA DAS ALAGOAS — Roma — 1922

ALAGOAS E SEUS MUNICÍPIOS — 2.ª edição — Departamento Estadual de Estatística — Maceió — 1952

ALAGOAS — NÚMEROS E NOTÍCIAS — Ns. 1, 2, 3 e 4 — Publicação do Departamento Estadual de Estatística

ALAGOAS NOS SETORES DO SEU TRABALHO — Diretoria de Estatística do Estado de Alagoas — Maceió — 1936

ÁLBUM DO CENTENÁRIO DE VIÇOSA — Viçosa — 1931

Aldemar Mendonça — HISTÓRIA DE PÃO DE AÇÚCAR (inédito)

Alfredo Brandão — VIÇOSA DE ALAGOAS — Recife — 1914

ALMANAQUE DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS — (Ano II) — para o ano de 1873 — Tip. Social de Amintas & Soares — Maceió — 1873

ALMANAQUE DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS — (Ano III) — para o ano de 1874 — Tip. Social de Amintas & Soares — Maceió — 1874

ALMANAQUE DO ESTADO DAS ALAGOAS — para 1891 — Ano XX — Tipografia do Gutenberg — Maceió — 1891

ALMANAQUE DO ESTADO DE ALAGOAS — para 1897 — Ano XXIII — Tip. Ramalho — Maceió — 1897

Aminadab Valente — A MUDANÇA DO COFRE — Maceió — 1952

ANADIA — Alagoas — IBGE — Conselho Nacional de Estatística — Rio — 1956

ANUÁRIO COMERCIAL ILUSTRADO DE ALAGOAS — Gama & Cia., editôres — Recife — 1929

A ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ E SUAS PARÓQUIAS — Publicação do D.E.I. — Imprensa Oficial — Maceió — 1929

AUTORES ALAGOANOS — Publicação do Departamento Municipal de Estatística — Maceió — 1940

BOLETIM ALAGOANO DE FOLCLORE — n.º 1 — Maceió — Maio — 1955

BOLETIM ALAGOANO DE FOLCLORE — n.º 2 — Maceió — Junho — 1956

Carlos Pontes — TAVARES BASTOS — Cia. Editôra Nacional — São Paulo — 1939

CENSO INDUSTRIAL — Classificação das Indústrias — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio — 1951

Cônego Cícero de Vasconcelos — ELOGIO HISTÓRICO DE D. ANTÔNIO MANOEL DE CASTILHO BRANDÃO — 1.º Bispo de Alagoas — Departamento de Imprensa Nacional — Rio — 1949

Craveiro Costa — HISTÓRIA DAS ALAGOAS — Cia. Melhoramentos de São Paulo — São Paulo — s/d

Craveiro Costa — ALAGOAS EM 1931 — Imprensa Oficial — Maceió — 1932

Craveiro Costa — O VISCONDE DE SINIMBU — Cia. Editôra Nacional — São Paulo — 1936

Craveiro Costa — INSTRUÇÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE ALAGOAS — Imprensa Oficial — Maceió

Craveiro Costa — OS INQUÉRITOS CENSITÁRIOS EM ALAGOAS — *in* Anuário Comercial ilustrado do Estado de Alagoas — Recife — 1929

Chaveiro Costa — DIVULGAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Maceió — 1952

Djalma Mendonça — MONOGRAFIA DE MATA GRANDE — Casa Ramalho Editôra — Maceió — 1955

Departamento Estadual de Estatística — ARQUIVOS E DOCUMENTOS — Maceió

Elias de Almeida — SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (Monografia Estatístico-Descritiva) — (inédito)

Estado de Alagoas — CENSO DEMOGRÁFICO — Serviço Nacional de Recenseamento — Rio — 1956

Estado de Alagoas — CENSOS ECONÔMICOS — Serviço Nacional de Recenseamento — Rio — 1956

E. Salles Cunha — ASPECTOS DO FOLCLORE DE ALAGOAS E OUTROS ASSUNTOS — Edições Spiker — Rio — 1956

Guiomar Alcides de Castro — NATAL EM SÃO MIGUEL — *in* Boletim Alagoano de Folclore — n.º 1 — Maceió — 1955

INDICADOR COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS — 1.º Volume — Organizado por Oscar Leal — Maceió — 1923

INDICADOR GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS — M. J. Ramalho — Murta — Editôres — Craveiro Costa e Torquato Cabral, Diretores — Tipografia Comercial — Maceió — 1902

Inspetoria Regional de Estatística Municipal em Alagoas — Coleção "DOCUMENTOS MUNICIPAIS"

Jaime de Altavila — GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA LITERATURA ALAGOANA — Tip. Oriental — Maceió — 1922

José Lages Filho — À MARGEM DAS SÊCAS DO NORDESTE — Edições da Casa Ramalho — Maceió — 1934

José Próspero Jeovah da Silva Caroatá — CRÔNICA DO PENEDO — (Inédito)

Júlio de Albuquerque (Padre) — FESTEJOS JUNINOS EM SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — *in* Boletim Alagoano de Folclore — n.º 2 — Maceió — 1957

Jurandir Gomes — QUADROS DA HISTÓRIA DE ALAGOAS — Editôra Ramalho — Maceió — 1956

Laura de Souza Campos — PENEDO NA HISTÓRIA RELIGIOSA DAS ALAGOAS — Ed. Casa Ramalho — Maceió — 1953

LIVRO DO COMÉRCIO — Edição do Estado de Alagoas — Imprensa Moderna — Rio — 1928

MACEIÓ — Aspectos Econômicos e Sociais — Publicação n.º 2, do Departamento de Estatística e Publicidade do Município de Maceió — Oficina Gráfica

MACEIÓ — Alagoas — IBGE — Conselho Nacional de Estatística — Rio — 1955

Manuel Diégues Júnior — BASES ECONÔMICAS E SOCIAIS NA FORMAÇÃO DAS ALAGOAS — *in* Boletim Carioca de Geografia — ns. 1 e 2 — Rio — 1953

Manuel Diégues Júnior — EVOLUÇÃO URBANA E SOCIAL DE MACEIÓ NO PERÍODO REPUBLICANO — in Maceió, de Craveiro Costa — Livraria José Olímpio — Rio — 1939

Manuel Diégues Júnior — O BANGUÊ NAS ALAGOAS — Edição do Instituto do Açúcar e do Álcool — Rio — 1949

Mário da Veiga Cabral — COROGRAFIA DO BRASIL — Curso Superior — 30.ª Edição — Livraria Francisco Alves — Rio — 1933

Mauro Mota — SÃO JOÃO DO NORDESTE — Jornal de Alagoas de 23-6-1957

M. Clementino do Monte — BREVE RESENHA DOS FATOS DE PENEDO — Maceió — 1936

Medeiros Neto (Padre) — HISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO — Editôra Casa Ramalho — Maceió — 1941

M. Moreira e Silva — FISIOGRAFIA DE ALAGOAS — Imprensa Oficial — Maceió — 1919

Murilo Leite da Silva Costa — MUNICÍPIOS DE ALAGOAS E ASPECTOS ESTATÍSTICOS — Editôra Casa Ramalho — Maceió — 1956

O LIVRO DA ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS — Tip. Vilas Boas — Maceió — 1931

PÃO DE AÇÚCAR — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Rio — 1956

PENEDO — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Rio — 1956

PÔRTO CALVO — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Rio — 1956

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 1956 — Divulgação do Departamento Estadual de Estatística — Maceió — 1957

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume IV — n.º 2 — Maceió — 1907

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume VI — Maceió — 1915

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume IX — Maceió — 1924

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume X — Maceió — 1925

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume XII — Maceió — 1927

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume XIV — Maceió — 1930

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO — Volume XV — Maceió — 1931

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XVI — Maceió — 1932

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XVII — Maceió — 1934

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XIX — Maceió — 1937

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XXIII — Maceió — 1945

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XXV — Maceió — 1949

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XXVI — Maceió — 1952

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Volume XXVII — Maceió — 1955

RESULTADOS FINAIS DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM 3-X-55, PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS — Divulgação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas — Maceió — 1955

Romeu de Avelar — GENERAL GÓES MONTEIRO, O COMANDANTE DE UM DESTINO — Maceió — 1949

Rui Medeiros — A CIDADE DE TRAIPU — Imprensa Oficial — 1949

TÁBUAS ITINERÁRIAS — Departamento Estadual de Estatística — Edição da Casa Ramalho — Maceió — 1951

Tancredo Moraes — RESUMO HISTÓRICO ANTROPOGRÁFICO DO ESTADO DE ALAGOAS — Editôres Irmãos Pongetti — Rio — 1954

Teotônio Ribeiro (Cônego) — NOTAS HISTÓRICAS DE PENEDO — (inédito)

Theo Brandão — FOLCLORE DE ALAGOAS — Edição Casa Ramalho — Maceió — 1949

Theo Brandão — FOLGUEDOS E AUTOS NATALINOS DE ALAGOAS — *in* Jornal de Alagoas de 25-12-1956

Theo Brandão — O REISADO ALAGOANO — São Paulo — 1953

Theo Brandão — RODAS ANTIGAS DE SÃO JOÃO — *in* Jornal de Alagoas de 23-6-1956

Thomaz de Bomfim Espindola — GEOGRAFIA ALAGOANA — 2.ª edição — Maceió — 1871

Índice Geral

Indice dos Municípios

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE DÉCIMO NONO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 15 DE DEZEMBRO DE 1959, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL